

129053

N. Ch.: 981 A954c

Titulo: A cultura brasileira



0129053

v. I PUCB



1123

31.32

Recenseamento Geral do Brasil

[1.º de Setembro de 1940]

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Presidente — EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

(*Constituição*: Decretos-leis n.º 237, de 2-II-1938; n.º 796, de 19-X-1938; n.º - 127, de 28-II-1939; n.º 3 417, de 11-VII-1941 — *Instalação*: 28-V-1938)

Presidente

PROF. JOSÉ CARNEIRO FELIPE

Membros

ELMANO GOMES CARDIM

PADRE LEONEL DA SILVEIRA FRANCA

Diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura:

RAFAEL DA SILVA XAVIER (até 8-IX-1938)

ALBERTO RIBEIRO DE CERQUEIRA LIMA

Diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde:

MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS

Diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda:

LEO DE AFONSECA (até 8-XI-1940)

JOÃO DE LOURENÇO

Diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

HEITOR BRACET

Diretor do Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

OSVALDO GOMES DA COSTA MIRANDA

Representante do Ministério da Viação e Obras Públicas:

JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA

Representante do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

JOÃO LIRA MADEIRA

Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda:

LOURIVAL FONTES (até 24-VIII-1942)

TTE. CEL. ANTÔNIO JOSÉ COELHO DOS REIS

Secretário do Conselho Nacional de Geografia:

CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO

Representante do Ministério das Relações Exteriores:

LUIZ FELIPE DO RÊGO RANGEL (até 31-I-1940)

LANDULFO ANTÔNIO BORGES DA FONSECA (31-I-1940 a 3-XII-1941)

LUIZ CAMILO DE OLIVEIRA NETO

Representante do Ministério da Guerra:

CAPITÃO JOSÉ CORREIA DE MELO (até 21-VII-1941)

MAJOR IRACÍ FERREIRA DE CASTRO

Representante do Ministério da Marinha:

CAPITÃO DE CORVETA MANUEL PINTO RIBEIRO ESPÍNDOLA

Representante do Ministério da Aeronáutica:

TTE. CEL. AVIADOR PLÍNIO RAULINO DE OLIVEIRA (até 20-III-1942)

CORONEL AVIADOR LÍSÍAS AUGUSTO RODRIGUES

Consultor Técnico

PROF. GIORGIO MORTARA

Secretário

OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS (até 16-I-1940)

HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA (16-I-1940 a 22-VII-1942)

MARIA DO CARMO LAHMEYER MONTEIRO

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

(Instituição: Decreto-Lei n.º 969, de 21-XII-1938 — Regulamentação: Decreto-lei n.º 2 141, de 15-IV-1940)

Direção Central

Diretor — PROF. JOSÉ CARNEIRO FELIPE

Consultor — PROF. GIORGIO MORTARA

Divisão Técnica

Diretor — OTÁVIO ALEXANDER DE MORAIS (16-I-1940 a 16-V-1940)

RAUL MOREIRA FRAGOSO (1.º-VII-1940 a 12-VII-1941)

RAFAEL DA SILVA XAVIER (desde 9-IV-1942)

Secção do Censo Demográfico

Chefe — LUIZ NUNES BRIGGS

Chefe (na fase de apuração) — FLÁVIO DE CARVALHO LEME

Secção do Censo Agrícola

Chefe — EDGARD BRANDÃO MALDONADO

Chefe (na fase de apuração) — NEWTON DE CARVALHO LEME

Secção dos Censos Industrial e dos Transportes e Comunicações

Chefe — ANDRÉ DUARTE BRAGA

Secção dos Censos Comercial e dos Serviços

Chefe — OVÍDIO DE ANDRADE JÚNIOR

Secção do Censo Social

Chefe — LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO (até 31-I-1943)

NEWTON DE CARVALHO LEME

Secção de Apuração

Chefe — FLÁVIO DE CARVALHO LEME

Divisão de Publicidade

Diretor — BENEDITO SILVA (até 30-IV-1941)

HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA

Divisão Administrativa

Diretor — RADAGÁSIO DE CARVALHO (até 31-III-1942)

LAFAIETE MOREIRA DOS SANTOS PENA

Divisão de Coordenação

Diretor — HEITOR ELÓI ALVIM PESSOA

Os resultados do Recenseamento Geral de 1940 constituem valiosa documentação — sôbre aspectos demográficos, econômicos e sociais — coligida pela mais extensa e profunda investigação censitária até agora realizada no Brasil. A publicação desses resultados se fará em duas séries — a nacional e a regional —, abrangendo a primeira tantos volumes quantos os censos executados — Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, dos Transportes e Comunicações, dos Serviços e Social — e a outra tantas partes quantas as Unidades da Federação, subdivididos os volumes e as partes nos tomos que forem necessários à compreensão da matéria.

A série nacional apresentará os elementos da apuração discriminadamente pelos Estados, Distrito Federal e Território do Acre, bem como pelas Regiões Fisiográficas, de sorte a facultar-lhes os indispensáveis cotejos, ao passo que a série regional referirá os dados aos Municípios e, em casos especiais, aos Distritos e Zonas, com a distribuição, ainda, pelos respectivos quadros urbano, sub-urbano e rural. Cada conjunto será precedido de um volume introdutório formado de monografias sôbre aspectos fundamentais da vida nacional, ou de comentários ilustrativos referentes aos censos e sua execução nos diversos âmbitos geográficos, de modo a constituírem repositório de experiência para os futuros recenseamentos. Além disso, poderão ser editados volumes especiais, contendo informações censitárias privativas dos Municípios que custearem as despesas da respectiva edição.

É óbvio que a significação dos resultados censitários será mais compreensiva da realidade brasileira contemporânea se postos em confronto com os antecedentes históricos que lhe determinaram os traços dominantes. Na verdade erigiu o povo brasileiro, em pouco mais de quatro séculos, uma civilização

peculiar e cuja interpretação pressupõe o conhecimento dos fatores que lhe permitiram, ao mesmo tempo que a posse de um imenso território e não obstante a influência regional das características do meio nas atividades de ordem econômica, a assimilação — como o revela a unidade de língua, costumes, crenças e sentimentos — de três grupos étnicos em períodos diversos de desenvolvimento cultural.

Ponderando tais circunstâncias e em cumprimento a dispositivo expresso de lei, entendeu a Comissão Censitária Nacional confiar ao Professor FERNANDO DE AZEVEDO, consagrado sociólogo e educador, a elaboração do presente tomo do volume introdutório da Série Nacional. Nesta obra, pelo seu caráter histórico, documentação e generalidade do plano, se oferecem os elementos indispensáveis para que possam os resultados censitários ser apreciados à luz da evolução da cultura brasileira.

J. CARNEIRO FELIPPE
Presidente da
Comissão Censitária Nacional

Rio de Janeiro, em 29 de Maio de 1943.





Don Excmo. e. Sr. D. Gabriel Vargas.

encargado del cargo de...

que preside... en esta...

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

Recenseamento Geral do Brasil

(1.º de Setembro de 1940)

Série Nacional

Volume I

Introdução

Tomo 1

A CULTURA BRASILEIRA

Introdução ao estudo da Cultura no Brasil

por

FERNANDO DE AZEVEDO



Rio de Janeiro

Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1943

SÚMULA

INTRODUÇÃO

Parte Primeira

OS FATORES DA CULTURA

O PAÍS E A RAÇA — O TRABALHO HUMANO
AS FORMAÇÕES URBANAS — A EVOLUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
PSICOLOGIA DO POVO BRASILEIRO

Parte Segunda

A CULTURA

INSTITUIÇÕES E CRENÇAS RELIGIOSAS — A VIDA INTELECTUAL
AS PROFISSÕES LIBERAIS — A VIDA LITERÁRIA — A CULTURA CIENTÍFICA
A CULTURA ARTÍSTICA

Parte Terceira

A TRANSMISSÃO DA CULTURA

O SENTIDO DA EDUCAÇÃO COLONIAL
AS ORIGENS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES
A DESCENTRALIZAÇÃO E A DUALIDADE DE SISTEMAS
A RENOVAÇÃO E A UNIFICAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO
O ENSINO GERAL E OS ENSINOS ESPECIAIS

BIBLIOGRAFIA GERAL — ÍNDICE DE NOMES
ÍNDICE DE ASSUNTOS — ÍNDICE DE GRAVURAS

ÍNDICE

Introdução	1
------------------	---

O que se entende por cultura — A variedade de sentidos que se atribuem a essa palavra — A concepção antropológica de cultura — A compreensão, sob esse termo, dos elementos materiais e imateriais da civilização — A concepção francesa de cultura — A limitação da cultura aos elementos imateriais — As concepções nacionalista e universalista da cultura — Civilização e cultura — O ponto de vista em que me colloquei para estudar a cultura no Brasil — Os fatores culturais: físicos, raciais, técnicos e econômicos, sociais e históricos — O conceito da civilização brasileira — As diversas manifestações da cultura no Brasil — A educação, transmissão da cultura — Uma obra de síntese — As dificuldades de um trabalho dessa natureza — “Uma hora de síntese supõe anos de análise” — A falta ou a insuficiência de monografias especializadas — A utilidade de uma visão de conjunto, tão perfeita quanto possível.

Parte Primeira

Os fatores da cultura

Capítulo I — O país e a raça	19
------------------------------------	----

O meio físico — A fisionomia geográfica e a extensão territorial do país — A oposição das duas vertentes continentais — As duas grandes bacias hidrográficas. — As distâncias e a diversidade dos quadros naturais — O ambiente geomórfico e climatérico — A flora e a fauna — Os recursos minerais — O mar e a costa — Regiões de condensação e de dispersão — Os rios de penetração — O São Francisco, rio da unidade nacional — As origens e a composição do povo brasileiro — As três raças que confluíram na formação das populações no Brasil — Os dados antropológicos — A distribuição das populações setentrionais e meridionais — O crescimento vegetativo da população — As migrações internas — As imigrações — A mestiçagem — Seleção e peneiramento — Densidade estática e dinâmica — A distribuição da população por idades, sexos e raças — O brasileiro.

Capítulo II — O trabalho humano 41

O monopólio do pau de tinta — A agricultura e a vida rural — Os engenhos de açúcar — A escravidão regulamentada, técnica elementar e o trabalho barato — O descobrimento do ouro e as entradas ao sertão — As lavras de Minas e de Mato Grosso — A caça ao índio — As invasões de Piauí, Goiás e Rio Grande — Velhos e novos caminhos — A grandeza do esforço humano — Limites geográficos e fronteiras econômicas — O sertão americano e o sertão brasileiro; semelhanças e diferenças — As fazendas de café — Ainda a monocultura de base escravocrata — A concentração de riquezas em mãos de grandes proprietários — A vida econômica e as classes sociais — A mão de obra industrial na Colônia e no Império — Grandes e pequenas culturas — Os portos e a navegação costeira — Os transportes e o comércio — O regime fiscal — O surto das indústrias e os fenômenos de concentração — A variedade e o desnível dos centros econômicos e culturais — As indústrias extrativas — A exploração do sub-solo.

Capítulo III — As formações urbanas 63

O sistema de povoação marginal — As primeiras povoações, entrepostos de comércio marítimo — A face da civilização urbana, voltada para o Atlântico — Cidades fortificadas — As invasões estrangeiras — O contraste entre o esplendor rural e a miséria urbana — Em proveito dos engenhos — A liberdade, condição dos habitantes das cidades — A ação da burguesia urbana sobre a sociedade feudal — As guerras e explosões nativistas — As cidades no planalto — A Vila de Piratininga, à boca do sertão — O perigo constante das incursões de índios — As bandeiras e o despovoamento das cidades — Vila Rica e o caminho do ouro — Os centros de comércio de gado — Esplendor e decadência das cidades coloniais — Antes de atingirem a idade da maturidade... — A dispersão e o isolamento das aglomerações urbanas — O litoral e os sertões — Tranquilidade e pobreza das cidades no Império — A vida nas cidades — A indústria e o crescimento dos centros urbanos — As cidades, capitais políticas — Focos de progresso e de civilização.

Capítulo IV — A evolução social e política 81

A colonização no Brasil, suas formas e seus rumos — a) A fixação do homem à terra — A experiência feudal — O choque das três raças e culturas — A sociedade colonial — O reino do açúcar — O esplendor da vida rural — b) A penetração e conquista da terra — As migrações internas e as entradas ao sertão — As bandeiras — Fenômenos de massas — Deslocação de fronteira — O reino dos metais — A formação do espírito e da unidade nacional — c) A independência da terra — Regime patriarcal de economia — A nobreza e a aristocracia rurais — A burguesia das cidades — O individualismo e os precursores da ideologia democrática — O 2.º Império e a unificação política — A política e o romantismo — A abolição da escravatura — d) A democratização pela terra — Persistência da estrutura social e econômica — A República — O espírito particularista — O sistema federativo e os partidos políticos — O profissionalismo político — A imigração e a monocultura do café — A pequena propriedade retalhando os latifúndios — O surto das indústrias — A evolução da sociedade contemporânea.

Capítulo V — Psicologia do povo brasileiro 105

Análise do caráter coletivo — A interpenetração das culturas afro-índias e da civilização ibérica — O branco escravizador e a miscigenação — O resultado do encontro das três culturas iniciais — A concordância e a incompatibilidade de certos traços originários — Alguns traços fundamentais — O predomínio do afetivo, do irracional e do

místico — Atitude em face da vida — Resignação fatalista — Tolerância e hospitalidade — Instinto de reação de defesa: reserva e irreverência — O humor brasileiro — Plasticidade na adaptação às situações novas — O desinteresse econômico — Imprevidência e dissipação — Sensibilidade delicada e excitável — Inteligência vivaz e superficial — Falta de espírito positivo, de objetividade e de exatidão — Vontade explosiva — Capacidade de grandes esforços — Ação feita de impulsões, sem constância e sem espírito de continuidade — Valor que se atribue à pessoa humana — Individualismo anárquico — O individualismo impedindo a concentração política — Ausência de espírito de cooperação — Povo de pioneiros — Prestígio pessoal e hierarquia social — O homem do litoral e o homem do sertão — Norte e sul — Diversidade de tipos regionais e unidade fundamental — As transformações de mentalidade e suas causas internas e externas.

Parte Segunda

A cultura

Capítulo I — Instituições e crenças religiosas 127

A história das missões e a história da civilização cristã — A Companhia de Jesus e a Reforma — A primeira missão de jesuítas ao Brasil — A catequese: JOSÉ DE ANCHIETA — O Evangelho nas selvas — A tempestade da Reforma e a sua repercussão no Brasil — A fundação em Roma (1622) de uma congregação permanente para a propagação da fé — A expansão das missões — Os missionários contra os abusos da conquista — ANTÔNIO VIEIRA na luta contra a escravidão dos índios — A cultura, nesse período, mais ou menos tributária da religião — O catolicismo e a influência das religiões afro-índias — Casa grande, capela e senzala — As igrejas e os templos — O púlpito no Brasil — A formação dos sacerdotes — As ordens e congregações religiosas — A sua riqueza e o seu florescimento — A maçonaria — As atividades das lojas maçônicas — A fusão da Igreja e do Estado — Influência do clero — Os grandes pregadores — A questão religiosa — Liberdade de culto e de crenças — O protestantismo e seus progressos — O espiritismo e outras formas de religiosidade — A teosofia — O positivismo — A “religião da humanidade” — Religião e cultura — Predomínio da religião católica.

Capítulo II — A vida intelectual — As profissões liberais 151

Formação intelectual eminentemente literária — Letrados e eruditos — A herança da escolástica e da cultura clássica — A gramática e a retórica — A escravidão e a repugnância pelos ofícios e atividades de base manual e mecânica — A tendência para a burocracia e as profissões liberais — A fundação dos cursos jurídicos — A cultura jurídica — Advogados e juristas — A função cultural das faculdades de direito — Focos de idéias e campanhas políticas — A Escola Central — As duas faculdades de medicina — Médicos, engenheiros e advogados — As elites culturais, políticas e administrativas recrutadas nas profissões liberais — Política de doutores e de fazendeiros — A preponderância dos juristas na política — A Escola de Minas, em Ouro Preto — OSVALDO CRUZ e a medicina nacional — As associações profissionais — O prestígio dos diplomados — Cultura de caráter marcadamente profissional — As profissões e as letras — O esforço para ultrapassar e dominar, pela cultura, a profissão — A atividade do comércio do livro — Livrarias e bibliotecas.

Capítulo III — A vida literária 175

Os primórdios da literatura brasileira — Literatura portuguesa feita no Brasil — As suas primeiras manifestações originais — GREGÓRIO DE MATOS e a sátira — Diferenciação social e diferenciação linguística —

A coexistência de duas línguas vulgares até o século XVIII. O teatro de ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA — Os dois poemas nacionais — Os poetas da Inconfidência — Revolucionários na política, conservadores nas letras — O jornalismo e as lutas da Independência e no 1.º Império — Literatura política — O romantismo no Brasil — A atração para os temas indígenas — GONÇALVES DIAS, o poeta do índio — JOSÉ DE ALENCAR e a língua brasileira — CASTRO ALVES, o poeta dos escravos — A evolução do teatro e as suas figuras principais — As “Memórias de um sargento de milícias” — O pensamento nacional de TAVARES BASTOS — A eloquência parlamentar no Império — JOAQUIM NABUCO e RUI BARBOSA — Agitadores de idéias — TOBIAS BARRETO e SÍLVIO ROMERO — O esplendor do jornalismo — EDUARDO PRADO — A Academia Brasileira e a unidade de língua — Os grandes poetas líricos — A história — As duas faces do espírito nacional — MACHADO DE ASSIS e EULIDES DA CUNHA — Ensaístas, críticos e panfletários — Movimento de literatura moderna — A poesia dos novos — Romancistas e novelistas — A difusão da imprensa — A literatura e o espírito público.

Capítulo IV — A cultura científica 207

O período holandês — A comitiva de MAURÍCIO DE NASSAU — Os primeiros exploradores estrangeiros — A colônia e a metrópole — A treva em que a metrópole mergulhou o Brasil colonial — A instalação da corte portuguesa no Brasil — D. JOÃO VI e as primeiras escolas e instituições científicas — O Museu Nacional — Os estudos de botânica e zoologia — As viagens de naturalistas estrangeiros pelo interior do Brasil — A geologia — As pesquisas paleontológicas do Dr. LUND, na Lagoa Santa — As ciências físicas — De BARTOLOMEU DE GUSMÃO a SANTOS DUMONT — O Observatório Nacional — Escasso interesse do brasileiro pelas ciências físicas — D. PEDRO II e as ciências — A Escola de Minas — A matemática e os seus principais cultores — GOMES DE SOUSA — Museus e bibliotecas — A Biblioteca Nacional — NINA RODRIGUES e a Medicina Legal — OSVALDO CRUZ e o centro de pesquisas em Manguinhos — A geografia e a história — Os Institutos Históricos — A penetração do espírito científico nos estudos históricos e geográficos — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — As missões culturais estrangeiras — As ciências sociais — A sociologia e a etnologia no Brasil — Ciência e filosofia. O positivismo — A filosofia de FARIAS BRITO.

Capítulo V — A cultura artística 245

A arte, sob diversas formas, no período colonial — Durante o domínio holandês, em Pernambuco — A arquitetura sacra e o barroco — As velhas igrejas da Baía e de Minas Gerais — Os claustros do Nordeste — Pintura e decoração das igrejas — A escultura: o ALEIXANDRINO — A arte religiosa e a torêutica — Uma arte brasileira original — MESTRE VALENTIM — A ourivesaria e a arte de lavar — A casa colonial — A música religiosa e a música popular — O primeiro compositor brasileiro: o Pe. JOSÉ MAURÍCIO — A missão de artistas franceses (1816) — A Academia das Artes — GRANDJEAN DE MONTIGNY, arquiteto — As primeiras exposições de pintura — A ruptura com a arte de tradição colonial — O despertar do sentimento nacional na arte — Pintores de quadros históricos — VÍTOR MEIRELES e PEDRO AMÉRICO — A pintura brasileira de costumes: ALMEIDA JÚNIOR — Os grandes paisagistas — HENRIQUE BERNARDELLI e BATISTA DA COSTA — As belas artes e as artes industriais — A arte, penetrando o jornalismo: a caricatura — A música brasileira — O Conservatório de Música — CARLOS GOMES — O movimento da arte moderna — Tradicionalistas e inovadores — A escultura e V. BRECHERET — As artes menores — A pintura e suas figuras dominantes — PORTINARI — A arquitetura e a ruptura dos laços entre o útil e o belo — A música: VILA LÔBOS — O público e o artista — Museus e pinacotecas — Históriadores e críticos de arte.

Parte Terceira

A transmissão da cultura

Capítulo I — O sentido da educação colonial 289

As origens eclesiásticas do ensino no Brasil — As missões jesuíticas e a catequese colonial — O primeiro mestre-escola — MANUEL DA NÓBREGA e ASPILCUETA NAVARRO — Apóstolos e educadores — JOSÉ DE ANCHIETA — Nos páteos dos colégios e nas aldeias dos catecúmenos — Escolas de ler e escrever — Educação literária popular, de fundo religioso — A expansão da língua portuguesa entre os indígenas — A paisagem social da Colônia — A família patriarcal — A situação das mulheres — As três carreiras ou direções que seguiam os filhos — Os capelães e tios-padres — Os ideais do homem culto em Portugal — A instrução e os jesuítas — Os colégios de padres — Bacharéis e mestres em artes — Os estudos superiores na metrópole — O papel da Universidade de Coimbra na formação das elites — Os seminários — Monopólio de ensino — Para a formação de clérigos e letrados — Sistema de ensino aliado da cidade contra os campos — Os colégios dos jesuítas e o regime de vida patriarcal — Processo de "urbanização" das elites — A obra dos jesuítas e a unidade nacional — O marquês de POMBAL e a expulsão dos jesuítas (1759) — Destruição do sistema colonial de ensino — A reforma pombalina em execução — As aulas régias e o "subsídio literário" — Os padres mestres e capelães de engenho — Colégios das ordens monásticas — Período de decadência e de transição.

Capítulo II — As origens das instituições escolares 323

A renovação da paisagem cultural do Brasil — As influências das idéias dos enciclopedistas — AZEREDO COUTINHO e o Seminário de Olinda — A obra de D. JOÃO VI: o fundador de instituições — As primeiras escolas de ensino superior profissional — A fundação dos cursos jurídicos no 1.º Império — O Ato Adicional (1834) e a descentralização — Ausência de ensino básico organizado e de ensino universitário geral — O Colégio Pedro II — A economia patriarcal e o tipo correspondente de cultura — Educação para uma civilização baseada na escravatura — A tendência exagerada para as carreiras liberais — Predomínio da cultura de caráter profissional — A instrução popular e as primeiras escolas normais — Ensino secundário de tipo clássico — O cultivo quase exclusivo das belas letras — Esplendor e decadência do ensino secundário particular — Os grandes educadores — A cooperação das ordens religiosas na educação secundária — A ação de D. PEDRO II — A irradiação das altas instituições de cultura — As reformas do Visconde de RIO BRANCO — A Escola de Minas em Ouro Preto — O parecer de RUI BARBOSA em 1882 — As tendências do pensamento pedagógico — A última Fala do Trono — Fruto que ainda não estava maduro...

Capítulo III — A descentralização e a dualidade de sistemas 359

Estrutura social e econômica em transformação — O primeiro surto industrial e a abolição da escravatura — Mudança de regime político — A República e o triunfo do princípio federativo — A Escola Militar e a influência das idéias positivistas — A reforma de BENJAMIM CONSTANT — A separação da Igreja e do Estado — A concorrência das escolas protestantes e a penetração das teorias pedagógicas americanas — A descentralização e a dualidade de sistema — O sistema federal, constituído do ensino secundário e superior — O Instituto de Manguinhos, centro de pesquisas científicas — As sucessivas reformas do ensino secundário — A expansão paralela e irregular dos sistemas estaduais — O desenvolvimento do ensino primário e normal nos Estados — Impulso que tomou a instrução em São Paulo, novo centro da vida econômica do país — Novas escolas superiores, para as carreiras liberais — Iniciativas

isoladas no ensino técnico e profissional — Uma análise da estrutura do sistema educativo em formação — Dualidade no sentido vertical — Sistema de educação popular e de formação de elites — Burocratização e estratificação do sistema escolar — A reação contra a escola tradicional e o movimento reformador — Novas tendências do pensamento pedagógico — Por uma política nacional de educação.

Capítulo IV — A renovação e unificação do sistema educativo 391

O movimento de renovação educacional e sua repercussão no Brasil — A reforma de 1928, no Distrito Federal — A revolução de 1930 — Cria-se o Ministério da Educação — A reforma Francisco Campos — A reorganização do ensino secundário e superior — A questão do ensino religioso — A Igreja e o Estado — O manifesto dos pioneiros da educação nova — A V Conferência Nacional de Educação — Pela reconstrução educacional do Brasil — Conflito de tendências — A política escolar do Distrito Federal (1932-1935) — Novas instituições culturais e científicas — A fundação da Universidade de São Paulo — A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — A Universidade do Distrito Federal — Constituição de 16 de julho de 1934 — A expansão quantitativa do ensino secundário — Processo de democratização — Os primeiros professores de ensino secundário formados no Brasil — O regime implantado a 10 de Novembro de 1937 — Tendências à unificação do sistema educativo — Renascimento do espírito nacionalista — A Universidade do Brasil — A Faculdade Nacional de Filosofia — Os novos elementos de expansão e unidade cultural — O movimento bibliotecário — Rádio-difusão e cinema educativo — A atividade cultural do Ministério da Educação — Para a defesa de nossas tradições artísticas — A organização dos serviços de estatística nacional.

Capítulo V — O ensino geral e os ensinos especiais 427

O ensino e a cultura à luz de seu desenvolvimento histórico — A herança cultural do Brasil — O alargamento, no sistema, do ensino geral ou comum — O ensino primário, segundo os dados estatísticos — A extensão quantitativa e o rebaixamento de nível do ensino secundário — Os ensinos especiais — Predominância das escolas de preparação para as profissões liberais — O ensino militar e naval — O desenvolvimento industrial e as novas exigências técnicas da sociedade em transformação — As escolas profissionais, agrícolas, comerciais e industriais — Cultura industrial e formação técnica e profissional — A cooperação das oficinas e das fábricas na educação profissional — A hierarquia dos tipos profissionais — As Universidades e a formação das elites culturais, técnicas e políticas — A missão das escolas de altos estudos e de pesquisa desinteressada — Especialização profissional e especialização científica — A cultura estética — A formação pedagógica do professorado de todos os graus — Da unidade do ensino para a unidade intelectual do Brasil — A política nacional de educação e cultura.

Bibliografia geral	461
Índice de nomes	465
Índice de assuntos	481
Índice de gravuras	515

Introdução

INTRODUÇÃO

O que se entende por cultura — A variedade de sentidos que se atribuem a essa palavra — A concepção antropológica de cultura — A compreensão, sob esse termo, dos elementos materiais e imateriais da civilização — A concepção francesa de cultura — A limitação da cultura aos elementos imateriais — As concepções nacionalista e universalista da cultura — Civilização e cultura — O ponto de vista em que me coloquei para estudar a cultura no Brasil — Os fatores culturais: físicos, raciais, técnicos e econômicos, sociais e históricos — O conceito da civilização brasileira — As diversas manifestações da cultura no Brasil — A educação, transmissão da cultura — Uma obra de síntese — As dificuldades de um trabalho dessa natureza — “Uma hora de síntese supõe anos de análise” — A falta ou a insuficiência de monografias especializadas — A utilidade de uma visão de conjunto, tão perfeita quanto possível.

AS PALAVRAS também viajam, emigram frequentemente de um povo para outro e, quando não ultrapassam as fronteiras de um Estado ou os limites da língua em que se formaram, atravessam as classes e os grupos sociais, colorindo-se de “tonalidades distintas que nelas se fixam e acabam por lhes aderir”, e são provenientes ou da mentalidade particular dos grupos, coexistentes no interior de uma sociedade, ou do gênio do povo a cuja língua se transferiram. Assim, enquanto a ação geral de uma sociedade tende a uniformizar a língua, modelando-a à sua imagem, a ação dos grupos particulares tende a diferenciá-la, ao menos quanto ao vocabulário. “Cada ciência, arte, ofício, compondo sua terminologia, marca com seu caráter as palavras da língua comum”.¹ O vocabulário de uma ciência constitui-se, pois, ora com neologismos, isto é, com palavras criadas especialmente para designar idéias e noções novas, ora pela introdução, na terminologia científica, de vocábulos vernáculos ou adventícios já em circulação, tomados à língua comum, com sentidos determinados. Mas, como a significação de uma palavra de uso corrente, segundo observa A. MEILLET, “é definida pelo conjunto de noções às quais a palavra se associou e as associações diferem evidentemente segundo o grupo em que é empregada”,² termos como *civilização* e *cultura*, ambos de criação e de uso recente, transladados para o vocabulário especial, continuam a opor aos esforços dos homens de ciência, para lhes precisar o sentido, a riqueza das noções que evocam ou a variedade de sentidos que comportam na língua geral. Daí as acepções diferentes, mais ou menos arbitrárias, ora restritas ora ampliadas, com que figuram, com nuanças diversas, em obras de caráter científico. A palavra *civilização*, cujo emprego, em texto francês, pa-

¹ BRÉAL (MICHEL) — *Essai de sémantique* (Science des significations). 3e. édition, pag. 285, Hachette, Paris.

² MEILLET (A.) — *Comment les mots changent de sens*. L'Année sociologique, t. IX, 1905-1906, págs. 13-19.

rece remontar ao ano de 1766 e que servia para marcar um estado contrário à barbárie, estabelecendo uma distinção entre povos policiados e povos selvagens, passou também a designar, na linguagem etnológica, em francês, como o termo *cultura* em inglês, "o conjunto dos caracteres que apresenta aos olhos de um observador a vida coletiva de um grupo humano", primitivo ou civilizado. Uma e outra, *civilização* e *cultura*,³ no vocabulário etnológico e sociológico em que se incorporaram, serviam para designar duas noções diferentes que se defrontam, disputando-se o predomínio.

De fato, para CLARK WISSLER,⁴ que empreendeu estabelecer um "sistema compreensivo dos processos de civilização humana e dos fatores que para ela contribuem", a cultura se apresenta como o modo de vida social, a parte do comportamento humano que, proveniente do meio exterior, material, intelectual e histórico, "faz dos indivíduos o que eles se tornam". O conceito de cultura, no sentido anglo-americano, ampliou-se como o de civilização em francês, passando a abranger não só os elementos espirituais, mas todos os modos de vida e, portanto, também as características materiais da vida e da organização dos diferentes povos. Se nessa acepção mais larga se compreendem, sob o mesmo termo, tanto os produtos da atividade mental, moral, artística e científica, como as bases materiais da evolução social, todos os povos, desde as sociedades primitivas, de organização embrionária, até às sociedades mais altamente evoluídas, possuem certamente uma cultura, na concepção antropológica adotada por WISSLER e outros antropólogos e etnólogos norte-americanos. Mas essa concepção que estende o nome de cultura às bases materiais da sociedade e às suas técnicas, se logrou uma grande aceitação entre sábios americanos, tem as suas origens na Inglaterra com os trabalhos de E. B. TYLOR, e da longa série de seus sucessores. Já o antropólogo inglês, quinze anos antes, entendia por cultura de um povo "um complexo que compreende os conhecimentos, as crenças e as artes, a moral, as leis, os costumes e todos os demais hábitos e aptidões (*any capabilities and habits*) adquiridos pelo homem na qualidade de membro de uma sociedade". Pode parecer à primeira vista que nessa definição não se faz referência, ao menos muito clara, ao elemento material; mas se se considerar que "costumes, artes e hábitos" comportam certamente elementos materiais, será fácil reconhecer que a palavra assume em TYLOR, em que os americanos se inspiraram, o mesmo sentido lato de sua concepção antropológica de cultura.

Assim, as duas admiráveis instituições que são a secção antropológica do Museu da Universidade de Oxford, obra considerável de TYLOR e de A. BALFOUR, e mais tarde a do American Museum of Natural History, com CLARK WISSLER, chegaram, depois de longas pesquisas e debates, a estabelecer uma *mise au point* geral e ao mesmo tempo uma "análise mais aprofundada da

³ Na língua portuguesa, os sentidos de uso corrente que os dicionários registam para as duas palavras, são os mesmos que lhes atribuem os dicionários de língua francesa. O *Vocabulário Português e Latino* de R. BLUTEAU (Coimbra, 1712) e o *Elucidário* de VITERBO (2.^a edição, 1865) não registam a palavra civilização. O *Dicionário* de ANTÔNIO MORAIS DA SILVA, em que já figura o termo, assim define civilização: "o adiantamento, o progresso e o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais e na cultura intelectual, representada nas ciências, nas letras e nas artes" (8.^a edição, 1890). É quase idêntica a definição de CALDAS AULETE (2.^a edição atualizada, 1925), evidentemente inspirada na de MORAIS. No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, a poder de procurar a concisão, tornou-se vago e obscuro. "Civilizado", acrescenta MORAIS, "diz-se de um povo que tendo deixado os costumes bárbaros, se governa por leis", — o que vem repetido textualmente por Fr. DOMINGOS VIEIRA (*Grande Dicionário Português*, 1873) que consigna os dois termos civilização e cultura. Quanto à palavra cultura, além dos sentidos concretos, materiais, que ela comporta (cultivo da terra, das plantas; criação de animais, etc.), todos esses lexicógrafos, com exceção de VITERBO, registam, por palavras diferentes, o sentido figurado, abstrato, intelectual: "a cultura das letras, das ciências, das belas artes; instrução e educação; estado de quem tem desenvolvimento intelectual." R. BLUTEAU, em 1712, já a registara com o seu sentido metafórico: "cultura do engenho, das artes, das ciências".

⁴ WISSLER (C.) — *Man and culture in America*. New York, London, Harrap, 1923.

noção de civilização e do seu conteúdo". Uns e outros, da escola de antropologia cultural de Oxford e do Museu Americano, abrangem sob a denominação de cultura, todo o "modo de vida social", o modo de vida de um povo como um todo,⁵ dando a essa palavra a maior extensão que era suscetível de tomar. Certamente, as concepções antropológicas de cultura, segundo êsses sábios ingleses e americanos, se diferenciam em alguns pontos, mas tem de comum incluírem na cultura os elementos materiais e espirituais. A definição antropológica de cultura, cujas origens remontam, como vimos, aos trabalhos dos primeiros antropólogos ingleses TYLOR e outros, e que partilham, nos Estados Unidos, antropólogos eminentes, como LOWIE, KROEBER, GOLDENWEISER e WISSLER, se caracteriza nitidamente pelo fato de se encerrarem sob o termo cultura não só os hábitos e os produtos da atividade mental de um povo como também os elementos materiais. Mas se TYLOR tendia antes a limitar a cultura aos elementos imateriais, ao menos preponderantes no seu sistema compreensivo de cultura, C. WISSLER de um lado, exclue da cultura a linguagem, que ora incorpora como parte integrante do sistema cultural, ora coloca à parte, para incluir sob êsse termo todos os fenômenos sociais, exceção feita dos fatos morfológicos, de tudo que se entende por morfologia social na concepção de DURKHEIM, e que êle considera como pertencendo ao "homem" e ao "meio geográfico". Tem razão, pois, M. MAUSS em criticar essa oposição que estabelece WISSLER entre o homem e a cultura, e essa divisão entre a linguagem, a sociedade e a cultura, que lhe parecem igualmente falsas e suscetíveis, por isto, de suscitarem antes confusões do que claridades na apreciação dos fenômenos de cultura e de civilização.

Os sociólogos franceses, desde DURKHEIM, comenta M. MAUSS, "consideram em conjunto todos os fenômenos sociais e já não podem mesmo conceber essas divisões. Para a sociologia, esta diade — *homem e cultura* não é senão uma outra maneira de descrever o "*homo duplex*", o ser social e o ser psico-fisiológico que é o homem. E tôda abstração que dividisse o ser social e o ser humano seria perigosa. O homem não é concebível sem a sua cultura, ou não é um homem. E a cultura, ainda assim entendida, não é senão uma outra palavra, para designar a sociedade que é tão inerente ao "*homo sapiens*" como uma natureza. E enfim, não há lugar para distinguir e separar os diversos elementos da fisiologia social, nem uns dos outros, o direito por exemplo da religião, nem da morfologia". A essas críticas de M. MAUSS às abstrações e divisões, nem sempre constantes, em que se funda a teoria de C. WISSLER, aliás verdadeiramente fecunda e rica de sugestões, acrescentam-se as que levanta a idéia fundamental de englobar, sob a mesma rubrica de cultura, os elementos espirituais e materiais da sociedade. Não se pode contestar a existência de relações entre a cultura propriamente dita com as bases materiais da sociedade e as suas técnicas, nem o interesse que apresenta a investigação sobre o comportamento material, técnico e econômico, das sociedades e as bases materiais dêsse comportamento. Mas, sem negar o papel dos fatores materiais sobre a evolução dos grupos humanos e a utilidade dêsses estudos que nos podem fornecer pontos de partida para o conhecimento de importantes realidades sociais, parece a alguns arbitrário e ilegítimo abranger, sob a mesma denominação, as bases materiais da sociedade e a sua atividade verdadeiramente cultural (artes, letras e ciências), além de perigoso por falsear a noção de cultura no seu sentido restrito e favorecer uma interpretação material, senão materialista, da evolução social e da história do pensamento humano.

⁵ ... "this round of life in its entire sweep of individual activities is the basic phenomenon ... culture" (C. WISSLER, *Man and Culture*, pág. 2).

O termo cultura, no sentido antropológico, lembra-nos P. ARBOUSSE BASTIDE, "conquistou na língua anglo-americana direito de cidadania, ao passo que em França encontrou resistências decididas, por já significar fortemente aí outra realidade bem espiritual. Na Alemanha o seu sentido oscilou, atormentado, do sentido clássico e impessoal ao nacional que se achava estreitamente ligado ao sentido antropológico". Uma vez adotada, porém, a palavra neste sentido geral, com o termo, na sua nova acepção desmedidamente ampliada, difundiram-se as expressões "áreas de cultura, camadas de cultura, difusão de culturas, conflitos de cultura" e outras como as noções de complexos e de traços culturais, algumas das quais, como por exemplo, "camadas de civilização" (*Kulturschichten*), "áreas de civilização" (*Kulturkreise*), já empregadas por F. GRAEBNER, assistente de W. FOY, diretor do Museu de Etnografia de Colônia, no seu trabalho sobre o método etnológico,⁶ em que a etnologia se apresenta, na sua concepção tão discutida, como "a ciência das camadas e das áreas de civilização". Segundo observa M. MAUSS, é C. WISSLER um dos americanos que, sob a inspiração dos etnólogos alemães e especialmente de GRAEBNER, mais manejaram o princípio das áreas de civilização, dos centros de invenção e das vias de difusão, como as noções de complexos e de traços. O êxito que alcançaram essas concepções, em que se desenvolveu a acepção antropológica de cultura, prende-se, de um lado, ao fato de se tornarem mais suscetíveis de descrição científica os objetos materiais "mais facilmente perceptíveis, mensuráveis, classificáveis como o são", e, por outro, ao de fornecerem os elementos materiais e fatores antropológicos "indiscutíveis pontos de partida muito mais seguros do que as representações coletivas, crenças, tradições, organização social, certamente suscetíveis de análise e tratamento objetivo, mas "passíveis de interpretações tendenciosas e mesmo de serem simplesmente forçadas". A marcha para a objetividade, "observável em tôdas as ciências, principalmente nas mais recentes, desejosas de afirmar seu caráter científico (as palavras são ainda de P. ARBOUSSE BASTIDE), favorece essa tendência de partir dos fatos materiais e do conhecimento rigoroso e seguro que permitem". Mas na França a definição antropológica de cultura, com a amplitude que a palavra ganhou, abrangendo, no seu significado, tanto os produtos imateriais do espírito, como os hábitos de vida, os utensílios, aparelhos e instrumentos, afigurou-se uma violação do seu sentido corrente e tradicional e um deturpamento do vocábulo, empregado para exprimir as criações mais altas do espírito humano.

Certamente, o emprêgo do termo, com êsse sentido geral, corresponde, como pondera SAMUEL H. LOWRIE, a uma necessidade específica da antropologia e da etnologia, — "a necessidade de um vocábulo que significasse tôdas as realizações materiais e imateriais de um agrupamento humano, sem levar em conta o seu nível de evolução social". Entre criar um termo novo e atribuir um novo sentido a uma palavra, corrente em várias línguas, preferiram os antropólogos essa última solução, dando ao vocábulo cultura êsse significado amplamente compreensivo. Estavam no seu direito e não fizeram mais do que adicionar ao termo mais uma outra acepção aos vários sentidos, muito diferentes, em que já era empregado nessas línguas;⁷ mas essa nova acepção

⁶ GRAEBNER (F.) — *Methode der ethnologie*. Kulturgeschichte Bibliothek, Hergg. v. W. Foy. Heidelberg, C. Winter, 1910.

⁷ É este mesmo sentido que se encontra na definição de cultura, segundo R. THURNWALD, para quem cultura é "a sistematização e harmonização de todos os conhecimentos e habilidades, do equipamento civilizador e da individualidade tradicional de um povo, sua constituição social e mental, em um determinado corte transversal no tempo. Chamamos cultura, — acrescenta o etnólogo alemão, — um sistema de atitudes e modos de agir, de costumes e juízos de valor, de instituições e organizações de uma sociedade". (R. THURNWALD — *Die menschliche Gesellschaft*, 5 vol. IV, pág. XVI, Berlim, 1931-1935. Cfr. H. BALDUS e E. WILLEMS — *Dicionário de etnologia e sociologia*. Série 4.ª, Iniciação científica, vol. 17, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939).

vai tanto ao arrepio da corrente que, nessa palavra, rola do passado carregada de espiritualidade, que, para a fazermos compreender, no seu significado antropológico, precisamos sempre lembrar o sentido em que a usamos, se a natureza da obra ou do trabalho não é suficiente para indicá-lo com exatidão. É que a palavra cultura, no sentido com que se trasladou para a terminologia sociológica, em outros países, a começar pela França, "continua a ser no testemunho de ARBOUSSE BASTIDE, o requinte da inteligência, a preocupação das belas artes. Estima-se, o mais das vezes, deva ser desinteressada, isto é, não ter fins imediatos e estreitamente utilitários". É um certo desenvolvimento do estado intelectual, o gosto e o interesse pelas artes e o progresso das ciências, o que caracteriza a cultura, em que não é difícil reconhecer esses elementos essenciais: 1) o esforço pessoal e coletivo em prol da libertação do espírito; 2) o desinteresse, isto é, por maiores que sejam as relações entre o útil e o belo, entre o útil e o verdadeiro, ela não visa diretamente fins utilitários; 3) o sentido de tradição humana que procura, conciente ou inconcientemente, como um ideal supremo, seja qual for a riqueza de seiva de que se alimentam as suas raízes mergulhadas no *humus* nacional. Conservadora e criadora de valores, longe de se confundir com a vida material, a técnica e a economia, é "um esforço de inteligência e de vontade para dominá-las e dirigi-las" e elevar-se aos deuses, isto é, "até os valores impessoais e eternos que se encontram acima dos homens e podem vir a uní-los um dia".

Se, porém, nesse sentido abstrato, digamos intelectualista, se pode dizer que não há senão uma cultura humana válida para todas as sociedades que atingiram um certo grau de desenvolvimento, a cultura, ainda neste sentido restrito está sempre ligada às tradições nacionais e tende a tomar aspectos e formas diversas ao passar por meios diferentes. Ela será mesmo tanto mais autêntica e original quanto mais rica e substancial for a seiva que subir de suas raízes mergulhadas no *humus* nacional, mas não poderá desabrochar, como uma verdadeira flor de civilização, se não se abrir, na plenitude de sua força, para todos os tempos e para todos os povos. Essa "aliança da cultura e da civilização, batizada entre os povos latinos com o nome de humanismo", é que dá à palavra cultura, nas expressões de ARBOUSSE BASTIDE, "o sentido mais completo, mais humano, mais fecundo". As concepções de cultura podem variar de uma nação a outra; e nas culturas nacionais podem entrar e efetivamente entram, em proporções variáveis, conforme as épocas e os povos, os elementos da tradição nacional e os da tradição humana; mas à concepção universalista não se opõe uma noção nacionalista de cultura, senão quando, em vez de uma fusão e de uma harmonia desses elementos, se estabelecer, ao contrário, um antagonismo de valores ou se instalar a idéia de superioridade dos elementos particulares, nacionais, sobre os valores humanos e universais. É o que se deu com o sentido que, a partir dos princípios do século XIX e sob a inspiração dos românticos, tomou na Alemanha, (e a guerra não fez mais que realçar) a palavra *Kultur*, que emigrou da língua francesa e, esvaziando-se do sentido humano que ainda lhe davam os clássicos, passou a designar, como lembra E. TONNELAT, "uma cultura-tipo, tanto mais exemplar, tanto mais própria a servir de modelo às outras culturas nacionais, quanto mais fortemente for escorada pelo poder do Estado e pelo da religião". De fato, "para os escritores da época clássica (as palavras são ainda de TONNELAT) a palavra *Kultur* designava sobretudo a série de progressos, tanto materiais

⁸ P. ARBOUSSE BASTIDE, — *Cultura e matéria*. Que é cultura. "Estado de São Paulo", 21. Julho, 1935.

⁹ TONNELAT (E.) — *Kultur*. Histoire du mot Evolution du sens In "Civilisation". Le Mot et l'idée. 2e. fasc. Première Semaine Internationale de Synthèse. La Renaissance du Livre, Paris.

como intelectuais e morais, realizados pela humanidade, considerada na sua totalidade. Para seus sucessores, ao contrário, designa um conjunto de conquistas intelectuais encaradas como o bem próprio, algumas vezes mesmo como o bem exclusivo de uma comunidade limitada, que tende a confundir-se com um Estado ou uma nacionalidade".¹⁰

Mas, apesar da complexidade que apresenta o problema das relações entre civilização e cultura e em grande parte, proveniente da variedade de sentidos atribuídos a esses dois termos, na França e na Alemanha, parece-nos aceitável a distinção estabelecida por G. HUMBOLDT, quando define civilização "por tudo que, na ordem material, no desenvolvimento dos costumes e na organização social, tem por efeito tornar os povos mais humanos nas suas instituições e na sua mentalidade, consideradas em relação a essas instituições", e reserva a palavra *Kultur* para designar uma nuance de refinamento, marcado pelo estudo desinteressado das ciências e das artes. A palavra civilização toma, para HUMBOLDT, um sentido mais amplo, abrangendo, no seu conteúdo conceitual, não só a técnica mecânica, as aplicações das ciências à vida material, — que representam certamente um elemento importante, — como certas qualidades de espírito, que acentuam os aspectos morais e intelectuais da civilização. A idéia de polidez, de refinamento e de cultura, está, para os latinos, tão ligada à de civilização (*civilis*, polido, refinado), que essa palavra lhes evoca sempre doçura de costumes, isto é, um certo equilíbrio entre o desenvolvimento intelectual e moral e a organização social. Esse mesmo sentido latino é que se encontra, em autores alemães, como HUMBOLDT e mais recentemente BURKHARDT, para quem a *Kultur* é de algum modo "a flor da história que confere seu brilho aos costumes e às instituições de uma época definida". A cultura, segundo P. A. BASTIDE, "não pode senão designar um certo desabrochar da inteligência, em virtude do qual se torna o homem mais humano, isto é, mais apto a compreender e a amar os outros homens. A cultura é a parte da inteligência na obra da civilização". Na acepção mais larga, que abrange, sob o termo genérico civilização,¹¹ a organização material, econô-

¹⁰ A palavra *Kultur*, transplantada do francês *culture*, "não aparece senão tardiamente na língua alemã; e é somente na segunda metade do século XVIII que o seu emprêgo se torna corrente". Nos fins desse século, como verificou TONNELAT, tinha três sentidos principais: 1) estado contrário à barbárie; 2) libertação moderna do espírito ou libertação dos preconceitos; 3) distinção e finura de maneiras. São essas as três significações que "se encontram o mais das vezes, sob a pena dos escritores da época clássica, embora com algumas nuances". Assim HERDER, KANT e SCHILLER consideram a cultura "como um bem comum a todos os povos ou ao menos que se pode tornar comum". Para HUMBOLDT que, ao definir os três termos *Civilisation*, *Kultur*, *Bildung*, procura precisar o sentido de *Kultur*, essa palavra "indica que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social e empreenderam o estudo desinteressado das ciências e das artes". Não é esta, porém, a concepção de GOETHE que dá esse sentido à palavra *Bildung* e considera *Kultur* um conjunto de conhecimentos, costumes e tradições particulares a um povo determinado. (Cfr. o sentido antropológico de cultura). Em todo caso, na acepção que à palavra *Kultur* atribuem, os clássicos, observa TONNELAT, "nunca associam a essa palavra a idéia de superioridade de um povo sobre o outro". Essa idéia surge com a geração romântica para tomar força com FICHTE e seus sucessores para os quais a cultura tende a confundir-se com um Estado ou uma nacionalidade e que atribuem ao seu país e ao seu povo uma missão cultural, proclamando a superioridade da cultura alemã, — "cultura-tipo", a mais própria para servir de modelo às outras culturas nacionais. (E. TONNELAT, op. cit.).

¹¹ Em seu excelente estudo sobre as civilizações, seus elementos e suas formas, M. MAUSS procura definir o conjunto ou sistema de fatos que constituem uma civilização. "Os fenômenos de civilização são por definição, diz ele, fenômenos sociais, mas nem todos os fenômenos sociais são fenômenos de civilização. Existem alguns que são perfeitamente especiais a uma sociedade, que a singularizam e a isolam... Outros há que têm uma característica importante: a de serem comuns a um maior ou menor número de sociedades e a um passado mais ou menos longo destas sociedades. Pode-se reservar-lhes o nome de fenômenos de civilização". Uns, acrescenta MAUSS, são inaptos a viajar, outros, ao contrário, aptos por natureza: eles ultrapassam por si mesmos os limites de uma sociedade dada, limites aliás muitas vezes difíceis de determinar. Assim, pois, os fenômenos de civilização são essencialmente internacionais, extra-nacionais (a civilização latina, com as suas variantes, francesa, italiana, etc.) e as civilizações se *circumscrevem* pela capacidade de empréstimo e de expansão (fenômenos positivos) como também pelas resistências das sociedades que as compõem, ao empréstimo. Ora, mostra afinal MAUSS que a natureza internacional dos fatos de civilização se intensifica (a ciência que é universal por sua natureza e cuja linguagem é necessariamente humana, a técnica mecânica, o cinema, o rádio, etc.) e que "o número de traços comuns tende a aumentar, assemelhando-se mais umas às outras as formas de cada uma das nações e civilizações, pelo acréscimo incessante do *fundo comum*, em número, em peso e em qualidade. (M. MAUSS. *Les Civilisations. Éléments et formes*. In "Civilisation". Le mot et l'idée. Première Semaine Internationale de Synthèse. Renaissance du Livre, Paris).

mica, política e social, os costumes e a vida espiritual de um povo, a *cultura*, termo específico de sentido limitado, designa o impulso das letras, das ciências e das artes que, enobrecendo as instituições, enriquecem e fecundam sem cessar a civilização.

Ora, o ponto de vista em que nos colocamos para escrever esta obra, é o que nos fornece a concepção clássica, francesa e alemã, de cultura, já claramente enunciada por G. HUMBOLDT, quando estabeleceu a distinção entre cultura e civilização. Entendemos por cultura, com HUMBOLDT, esse estado moral, intelectual e artístico, "em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes". A vida da sociedade reduz-se, certamente, a um sistema de funções que tendem à satisfação de suas necessidades fundamentais, e entre as quais a função econômica visa atender às necessidades materiais e a função política (para darmos apenas dois exemplos) tem por fim "defender a existência da sociedade, tomada como conjunto e também como reunião de grupos particulares", regulando as relações dos indivíduos e grupos entre si, e destes com o todo, — Estado ou nação. Mas uma sociedade, se quer preservar a sua existência e assegurar o seu progresso, longe de contentar-se com atender às exigências de sua vida material, tende a satisfazer às suas necessidades espirituais, por uma elite incessantemente renovada, de indivíduos, sábios, pensadores e artistas que constituem uma certa formação social, acima das classes e fora delas. Assim, "criar a atmosfera espiritual sem a qual a sociedade não poderia respirar, os laços espirituais sem os quais ela não seria uma, o tesouro dos bens espirituais sem os quais não poderia subsistir, tal é precisamente, observa ARNOST BLAHA, a tarefa da função intelectual". Essa função é, por conseguinte, uma função de produção, de circulação e de organização no domínio espiritual: criadora de valores e de bens espirituais, com que instaura um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribue e se esforça por torná-los acessíveis a um maior número possível, como empreende a organização da sociedade, segundo pontos de vista espirituais, "atingindo a sua mais alta expressão quando empreende organizar a vida moral". A cultura, pois, nesse sentido restrito, e em todas as suas manifestações, filosóficas e científicas, artísticas e literárias, sendo um esforço de criação, de crítica e de aperfeiçoamento, como de difusão e de realização de ideais e valores espirituais, constitui a função mais nobre e mais fecunda da sociedade, como a expressão mais alta e mais pura da civilização.¹²

Assim, limitado o conceito de cultura ou, por outras palavras, tomado esse termo no seu sentido clássico, o estudo que fazemos incide diretamente sobre a produção, a conservação e o progresso dos valores intelectuais, das idéias, da ciência e das artes, de tudo enfim que constitui um esforço para o domínio da vida material e para a libertação do espírito. E, como o nível social e espiritual dos intelectuais, sábios, pensadores e artistas, não é somente imputável a certas superioridades bio-psicológicas estritamente ligadas à natureza individual, mas à intensidade de ação maior ou menor das influências civilizadoras, e em consequência, como não pode haver criação espiritual onde faltam estímulos à vida do espírito ou não são suficientemente apreciados os valores espirituais, o estudo da cultura, na variedade de suas formas, como na sua extensão e na sua intensidade, é, por si mesmo, uma luz viva que se projeta sobre a natureza, a força e o grau de uma civilização. Esse estudo que forma

¹² In ARNOST BLAHA (Brno, Université Massaryk) — *Le problème de l'intellectuel*. In "Revue Internationale de Sociologie", 44e. année, ns. VII-VIII, pag. 361, Juillet-Aout, 1936.

como que o cerne ou a medula da obra, é precedido de uma análise dos fatores de toda ordem que condicionam a produção dos fenômenos culturais, científicos e estéticos, e contribuem, portanto, para explicá-los; e seguido de uma exposição das instituições educacionais, de ensino geral e especializado, destinadas à transmissão metódica da cultura sob todos os seus aspectos. É esta, ao parecer, uma ordem lógica, psicológica e genética a um tempo; pois, se a cultura pressupõe e implica um complexo de condições que estabelecem o clima social e histórico favorável ao florescimento das letras, ciências e artes, e cujo estudo é não somente útil, mas indispensável à compreensão dos fenômenos de cultura, o sistema educativo que, em cada povo, se forma para conservar e transmitir o patrimônio cultural, constantemente renovado e enriquecido através de gerações sucessivas, tende a desenvolver-se e a complicar-se na medida em que aumentam as criações do espírito nos vários domínios da cultura e da civilização. É preciso, para compreendê-la e explicá-la, situar a cultura nacional no seu quadro geográfico, social e histórico, acompanhá-la nas diferentes etapas de sua evolução, nas suas orientações e tendências, para mostrar, em seguida, quais as instituições que se organizaram, prepostas ao fim de transmiti-la, já sistematizada, de geração em geração para assegurar a sua continuidade no tempo, a sua unidade, a sua difusão e os seus progressos.

Antes de entrar, pois, no estudo da cultura propriamente dita que constitui a parte central do livro, pareceu-nos necessário proceder à análise das grandes influências que puderam agir sobre a produção dos fatos de cultura, como sejam o meio físico e étnico (o país e a raça), o meio econômico, social e político, o meio urbano (tipos e vida das cidades) e a mentalidade particular do povo, determinada esta, por sua vez, por todos esses elementos que condicionaram a sua formação. Essas diversas ordens de fenômenos podem todas, em proporções variáveis, ter uma determinada relação com os fatos culturais, não só por lhe fornecerem assuntos, mas, sobretudo porque os provocam e orientam, agindo sobre eles à maneira de causas ou de fatores, e podem ainda, quanto a certas categorias de fenômenos (econômicos, urbanos, espírito coletivo) sofrer contra-golpes e reações dos fatos de cultura e receber deles um impulso determinado. É por isto que, em vez de os julgarmos como causas verdadeiras, preferimos considerá-los como um complexo de fatores ou de condições, substituindo o conceito de causa pelo de correlação entre os fenômenos que constituem o objeto principal do estudo e os que os condicionam e contribuem para explicá-los. Uma desconfiança legítima, com que sempre nos resguardamos de conclusões apressadas e simplistas, no estudo de fenômenos sociais, não nos permitiu subordinar-nos a qualquer das teorias chamadas geométricas, que recorrem a uma *causa única* (o meio geográfico, a raça, o meio econômico, etc.)¹³ e que, na justa observação de A. NICEFORO, "podem ter

¹³ Sem desconhecemos as influências telúricas, raciais e econômicas sobre os comportamentos dos indivíduos e, em consequência, sobre os fatos sociais, julgamos arbitrária e tendenciosa toda doutrina que atribua ora ao meio natural, ora à raça, ora à estrutura econômica uma influência primordial, "segundo essa noção vaga do *homo geographicus*, que poderia fazer correr à geografia os mesmos erros que a do *homo economicus* incitara a cometer, durante mais de um século, os teóricos da economia política". Não nos parece aceitável, nem a doutrina do determinismo geográfico, nem a do determinismo econômico. As afirmações de RATZEL sobre as formas territoriais dos Estados e as evoluções políticas que acarretam, "estão aí para nos lembrar, observa J. LOSSIER, os perigos que há em querer achar, nas condições naturais, a causa de estruturas sociais definidas e extraordinariamente complexas para se deixarem estudar de uma maneira unilateral". A concepção ratzeliana da sociedade acentua demais, como uma concepção excessivamente passiva, a influência da natureza sobre o homem, sem tratar da ação, talvez mais importante, exercida pelo homem sobre o próprio meio natural. Demais, pergunta J. LOSSIER, "um dos resultados mais visíveis da civilização não é a homogeneização crescente das culturas e dos gostos, e essa tendência não é já um obstáculo à liberdade de ação das leis naturais?" (JEAN G. LOSSIER, *De quelques théories géographiques au point de vue sociologique*, in "Revue Internationale de Sociologie", 47e. année, Ns. I-II, Janvier-Février, 1939).

tôdas seu interesse e sua importância, mas, não constitue cada uma delas, isolada das outras, senão uma interpretação, por assim dizer, monossilábica, do fenômeno complexo que se trata de estudar". Como quer que seja, analisar, de um lado, êsses fatores (geográfico, racial, econômico, histórico, etc.) que não só variam de um povo para outro, mas se combinam diversamente e em proporções desiguais, e, de outro, a vida e a evolução próprias de uma sociedade sob a pressão dêsses fatores, e a influência dessa sociedade sobre o indivíduo a quem ela fornece seus quadros, sua organização e sua estrutura mental, é explicar como surgiram, em determinado país, os fenômenos de cultura, as formas particulares que tomaram, e o sentido e o ritmo de sua evolução.

Mas, entre os fatores que mais contribuem para a produção dos *fenômenos de cultura*, o desenvolvimento das cidades¹⁴ é um dos mais importantes, na sua função de intensificar as energias coletivas e de levar ao mais alto grau de desenvolvimento possível as capacidades latentes e dispersas na população. As cidades, de fato, são poderosos instrumentos de seleção social, seja no sentido de HANSEN, para quem as cidades não fazem senão atrair, por uma seleção mecânica, os melhores elementos do país, servindo para selecioná-los, sem contribuírem, no entanto, para fazerem o seu valor; seja no ponto de vista de WEBER, que pensa, ao contrário, serem elas suscetíveis de tornar *atuais* os méritos que não seriam senão virtuais, superexcitando forças que, sem êsse estimulante, ficariam inativas e adormecidas, e produzindo essa superexcitação só pelo fato da concentração. Daí o estudo, que se nos afigura do maior interesse, do desenvolvimento das grandes cidades e dos movimentos de concentração urbana. Se o termo civilização, como observa R. LENOIR,¹⁵ "corresponde ao conjunto das obras por meio das quais os seres humanos passam da animalidade à humanidade, pode parecer paradoxal aplicá-lo às sociedades ditas primitivas. Não parecem elas ter por principal caráter o de não serem civis e não conhecerem as cidades no seio das quais se fixam e se transmitem os atos e os conhecimentos?" Existe, de fato, uma ligação tão estreita entre civilização e vida urbana que, para designar aquele fenômeno, é ao termo *civilis* (de *civis*, cidadão; *homo civilis*, *zôon politikón*, de ARISTÓTELES), que se foi buscar a palavra civilização, já de uso corrente em várias línguas e suscetível de marcar por si mesma a oposição, que remonta à antiguidade clássica, da cidade (*civitas*, *pólis*) e do campo (*rus*, *silva*). Não é sem razão que empregamos os termos *civilitas*, *urbanitas*, civilidade, urbanidade, quando queremos exprimir doçura de costumes, benevolência recíproca nas relações humanas e, ao contrário, usamos as palavras *rusticus*, *silvaticus* (homem do campo, das selvas, rústico, inculto), para designarmos exatamente o oposto de polido, de civilizado. Em todo caso, se não se podem sempre encontrar os elementos específicos de uma civilização nos caracteres das populações urbanas, não serão estes "verdadeiros índices objetivos de uma civilização superior", pela metamorfose que as cidades operam nas idéias e costumes e pelo estímulo poderoso que constitue para o florescimento das artes e das letras e para as criações do espírito, a superexcitação produzida pelos fenômenos de concentração?

Nem tôdas as transformações que, sob a pressão da vida das cidades, se operam nas idéias e nos costumes, se podem certamente considerar como um acréscimo de civilização, ao menos do ponto de vista moral, nem se deve con-

¹⁴ WEBER (ADNA-FERRIN) — *The Growth of Cities in the nineteenth Century. A study in statistics*. New York, Macmillan, London, King and Son, 1899.

¹⁵ LENOIR (RAYMOND) — *Les Sociétés humaines*. *Revue de Synthèse historique*, Décembre, 1924.

fundir o fenômeno urbano, característico de toda civilização, com o urbanismo que é um fenômeno relativamente novo. Certamente não há procurar nas grandes cidades, a pureza, a frescura e a inocência dos costumes do campo, o encanto e a simplicidade das paisagens bucólicas, nem o vigor e a impetuosidade das forças instintivas concentradas na vida do sertão. Uma certa lassidão de costumes, as perspectivas que se abrem à vida de prazeres e uma liberdade, que é favorecida pelo entre-cruzamento dos grupos sociais, e atinge frequentemente aos excessos da licenciosidade e da demagogia, são outros tantos efeitos do fenômeno de concentração. Além disso, como as migrações interiores são o fator essencial do fenômeno, o progresso dos grandes centros se faz frequentemente à custa dos movimentos migratórios dos campos para as cidades, que se tornam às vezes, nas civilizações modernas, verdadeiras bombas de sucção aplicadas sobre as populações rurais ao alcance da influência atrativa dos agrupamentos urbanos. Todos conhecemos a impetuosidade com que se lançam ao prazer, numa espécie de embriaguez, as gerações jovens, quando uma pequena cidade, cercada de campos, começa a transformar-se, com a técnica mecânica e as aplicações das ciências à vida material, e a sua população aumenta e se condensa, já pela incorporação à velha cidade, de subúrbios e distritos vizinhos, já pela população que, vinda de fora, se acrescenta àquela que aí já tinha as suas raízes. Mas não se pode contestar também que nas diferentes formas por que passaram os agrupamentos urbanos, da antiguidade aos nossos dias, as cidades gregas ou romanas, da idade média e da renascença, e modernas, exerceram sempre um papel tão importante no desenvolvimento das artes, das letras e das ciências que não é possível separar a cultura da vida urbana. É, de fato, na vida coletiva, altamente concentrada, das cidades, que se desenvolve a força expansiva, criadora de energia do gênio individual, e é nela que naturezas mais ricas e originais, se não teem a sua fonte de inspiração, haurem sua energia e seu vigor, absorvendo por todos os poros um ar mais intelectual, uma atmosfera mais carregada de estímulos para as artes e as ciências.

Era preciso, em todo caso, fazer entrar a cultura brasileira não só nos quadros sociais, econômicos e políticos da história do país, estudando-lhe os fatores e as condições especiais do meio, como no movimento geral da civilização do ocidente, de que a cultura nacional não é senão uma das formas particulares. Já DURKHEIM ensinava, antes de M. MAUSS que, se há fenômenos sociais estritamente ligados a um organismo social e político determinado, a um povo ou a uma nação, há outros que “transcendem um território nacional e se desenvolvem por períodos de tempo que ultrapassam a história de uma sociedade”.¹⁶ Esses fatos ou sistemas complexos e solidários de fatos que, sem serem limitado a um organismo político determinado, são todavia localizáveis no tempo e no espaço, constituem, na lição de DURKHEIM, os fatos de civilização. Se, pois, uma civilização, — seja, no caso, a civilização mediterrânea, — “constitue uma espécie de meio moral no qual são mergulhadas um certo número de nações e de que cada cultura nacional não é senão uma forma particular”, compreende-se quanto interessa, para a compreensão do fenômeno brasileiro, ligá-lo constantemente à sua *fonte fundamental*, — à civilização ibérica e de um modo geral, à civilização ocidental, e analisar os *caracteres particulares* que essa civilização tomou no interior do país, sob a pressão de fatores e de acordo com as condições diversas de nossa evolução histórica e social. Mas essa necessidade de, no estudo direto dos fenômenos de cultura, sempre ter presentes essas relações, ainda se mani-

¹⁶ DURKHEIM (E.) — *Civilisations et types de civilisations*. Note sur la notion de civilisation. In *L'Année*, t. XII, 1909-1912, págs. 46-50. Paris, Félix Alcan.

feita com mais evidência, se considerarmos que, entre os fatos sociais mais aptos a internacionalizar-se, isto é, fatos de civilização, se encontram exatamente as belas artes, as formas e os ideais literários e os conhecimentos científicos. Assim, ligando a história da cultura brasileira, de um lado, à das idéias que sobre ela influíram e, em geral, à evolução das grandes correntes religiosas, políticas e filosóficas do ocidente, e, de outro, às condições específicas de nossa formação social, como o país, a raça, e as formas de estrutura social, econômica e política, poder-se-á compreender melhor as evoluções paralelas que se operaram, na Europa e no país, sem grande separação da fonte comum, às formas especiais que a cultura tomou entre nós, a facilidade com que se propagaram certas correntes de idéias, como as resistências opostas pela sociedade a outras manifestações e movimentos da cultura ocidental.

Pode-se notar, ao fazermos a síntese da cultura, no Brasil, depois de traçarmos, nas suas linhas essenciais, a evolução da sociedade brasileira, um fenômeno de *decallage* (*culture lag*) fortemente acentuado, entre a cultura e a civilização. Que a civilização se apresenta, entre nós, com os seus caracteres fundamentais, não há sombra de dúvida. A doçura de costumes, o respeito à pessoa humana, a tolerância e a hospitalidade, nas relações entre os cidadãos e em face do estrangeiro, o espírito de ordem e o culto da paz, o aperfeiçoamento constante da organização jurídica e da técnica social e, mais recentemente, o sentido do conforto, desenvolvido com as aplicações das ciências à vida material, põem à evidência o grau de civilização que já atingimos, e que, ainda comparado com os povos mais civilizados, só nos pode desvanecer sob diversos aspectos. Já, entre os latinos, *civilis* tem uma significação moral: polido, refinado, e, a esse respeito, da tolerância, da polidez, e da distinção de maneiras, com um toque encantador de reserva e de recato, pode-se dizer que, entre nós, se desabrochou, na sua plenitude, a flor da civilização. E, dadas as relações tão íntimas entre a civilização e a cultura, que uma não pode existir sem outra, não seria possível conceber um tão alto grau de civilização moral com o desprezo pelo espírito de cultura ou com a ausência de cultura que tem por função enobrecer e consolidar a civilização e manter a sociedade “no nível a que a eleva cada progresso de civilização”. Tôda parte do livro sobre a cultura mostra que, de fato, ela existe e já rompeu em algumas obras tipos, literárias e artísticas, com uma força ou uma finura espiritual realmente digna de nossa civilização. Mas não é menos certo que a cultura apresenta graves lacunas e, tanto pela qualidade como pelo volume, sobretudo do ponto de vista filosófico e científico, não se desenvolveu no mesmo ritmo da civilização, apresentando-se ora sensivelmente retardada em relação a outros países de civilização comum, ora marcada pela superficialidade e pelo diletantismo, artificial, e “desinteressada pela civilização em que floresceu”. No entanto, à cultura, para empregar as expressões de P. ARBOUSSE BASTIDE, “além de manter as conquistas da civilização, cabe ainda orientá-la e esclarecê-la, nem que seja tão somente no que diz respeito ao aperfeiçoamento das técnicas”. Pois, se pela civilização o homem dominou as cousas e a vida material, “pela cultura deve evitar (sobretudo numa época em que se dá grande importância à vida material) que as cousas obtenham uma desforra e venham a dominá-lo”.

Ora, cada povo tem o seu temperamento e o seu gênio próprio que, elaborados através de séculos, são o produto do meio físico, dos elementos raciais, e do progresso de sua evolução social, e se manifestam tanto na sua história e nas suas instituições, quanto na sua língua e na sua literatura, nas suas obras de arte e de pensamento. A cultura, nas suas múltiplas manifestações, sendo a expressão intelectual de um povo, não só reflete as idéias dominantes

em cada uma das fases de sua evolução histórica, e na civilização de cuja vida êle participa, como mergulha no domínio obscuro e fecundo em que se elabora a consciência nacional. Por mais poderosa que seja a originalidade que imprime à sua obra, literária ou artística, o gênio individual, nela se estampa, com maior ou menor nitidez de traços, a fisionomia espiritual e moral da nação. Mas os seus ideais, o seu caráter coletivo e as suas tendências, a sociedade os exprime, melhor e mais profundamente do que na filosofia, na arte e na literatura, pela educação que não somente constitui um dos aspectos mais característicos, mas é o próprio veículo da cultura e da civilização. O estudo da educação, desde as suas origens até o seu estado atual, nas suas formas estruturais, nos seus fins e nos seus processos, não podia, pois, deixar de fazer parte integrante de uma obra que se tenha proposto dar uma visão de conjunto da cultura nacional. Se se considerar, de fato, que a educação consiste, em sua essência, na transmissão de uma civilização, numa pressão exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens, afim de que estas recolham e realizem os ideais que aquelas trazem consigo, compreender-se-á que “êsses ideais, como observou P. FAUCONNET, nunca talvez seja mais fácil apreendê-los do que quando se assiste à sua transmissão”. No que uma geração faz para criar os seus sucessores, há certamente ocasião para se surpreender o sêgrêdo de sua alma e traçar o quadro de uma sociedade, vista através de seu sistema de educação. É por isto, pelos elementos que o estudo da educação fornece à análise psicológica e social do caráter coletivo, que o sociólogo francês considera justamente a história da educação como “uma das mais seguras vias de penetração na psicologia de um povo e na história de seu passado”.

Assim, se a educação, que é uma função do estado social, varia na sua forma e no seu conteúdo segundo as sociedades, e se cada povo procura realizar, por meio da educação, um ideal que lhe é próprio, “uma prática ou uma instituição não pode vulgarizar-se sem patentear um traço profundo do caráter coletivo”. Mas, diretamente colocada como se acha sob a dependência da organização geral da sociedade, a educação começa a diversificar-se segundo as classes e as profissões a partir do momento em que as sociedades atingiram um certo grau de diferenciação, e se vai complicando, no seu desenvolvimento, em razão da complexidade maior da vida social. À medida que se tornam mais complexas a organização social e a cultura de uma sociedade determinada, aumentam e complicam-se, em consequência, as técnicas e os conhecimentos que são transmitidos às gerações jovens, enriquecendo-se de novas instituições especializadas o sistema educativo em formação. A quantidade e a natureza dos conhecimentos que se transmitem às gerações novas, a variedade de instituições de caráter profissional, destinadas a atender à especialização ditada pelas necessidades coletivas, a pobreza ou a complexidade do sistema educativo, variam, evidentemente, com as condições sociais de cada grupo humano e refletem as suas necessidades, sua mentalidade especial, seu passado histórico e as tendências gerais de sua evolução. Se, pois, se proceder a um inquérito sobre as instituições pedagógicas de um povo, apanhadas, no curso de seu desenvolvimento, e estudadas nas suas estruturas, nos fins prosseguidos e nos meios adotados para realizar êsses fins, — uns e outros sociais, porque a natureza dos fins predetermina a dos métodos,¹⁷ — não será difícil reconstituir não só a sua evolução social, a sua concepção da vida e do homem, a sua hierarquia de valores, as mudanças que se operaram nas suas concepções e na sua mentalidade particular, como o tipo, as espécies e o grau de cultura

¹⁷ DURKHEIM (E.) — *Pédagogie et Sociologie*. *Révue de métaphysique et de morale*, Janvier, 1903, págs. 37-54.

que atingiu e se exprime constantemente nas instituições prepostas a mantê-la e a transmiti-la através de gerações. O interesse pela cultura e pelas cousas do espírito, em um dado povo, patenteia-se de maneira constante e iniludível, no trabalho a que a sociedade se entrega e no esforço que realiza, pelo conjunto de suas instituições escolares para educar os seus filhos, elevar o nível de cultura e estender a um maior número possível os benefícios da civilização.

Poder-se-á objetar, e não sem razão, que, se não faltam de todo, são insuficientes os elementos necessários a uma obra deste gênero, destinada a dar uma vista de conjunto da cultura brasileira na sua evolução, desde as suas origens até seu estado atual. Uma obra de síntese tem, pela sua própria natureza, o duplo objetivo de unificar os conhecimentos dispersos até hoje nos trabalhos de detalhe, e de abandonar tudo que é secundário, inexpressivo, acessório, para *fixar o essencial* e indicar as grandes linhas do desenvolvimento. A exposição resumidíssima, quase esquemática, arrisca-se a embaraçar-se na obscuridade ou a tomar um caráter superficial, se não foi precedida, na sua lenta elaboração, por um prolongado esforço analítico para apanhar, em cada época, e relativamente a cada uma das manifestações culturais, através do que passa, o essencial, o que fica, não só pelo seu valor intrínseco, autêntico e original, como pelo seu poder de irradiação. Uma hora de síntese, como já se escreveu, supõe anos de análise; e a síntese ganha certamente em vigor e precisão à medida que se desceu mais profundamente na sondagem dos acontecimentos, remontando até às suas causas e descendo até às suas consequências. A largueza do campo cultural que o autor é obrigado a perflustrar, a variedade dos assuntos cada um dos quais bastaria para esgotar a capacidade de um especialista, e a complexidade dos fatos estudados dão a medida do esforço necessário para empreender uma obra que, pela sua extensão, não se poderia a rigor levar a termo senão através de anos e com a colaboração de muitos. De tôdas as dificuldades em que esbarramos na elaboração deste livro, não foi, porém, a menor a insuficiência, em alguns casos, ou a absoluta falta, em outros, de monografias especializadas. Fôssem numerosos os trabalhos de detalhe, devidos a especialistas, que tornassem possível uma tentativa de síntese, e o autor não teria por tarefa senão explorar os dados assim recolhidos para nos restaurar a imagem verdadeira, a imagem profunda da história da cultura nacional, na sua evolução e em todos os seus aspectos.

Todos os que já tentaram reconstituir, nas suas linhas mestras, a evolução de nossa literatura, por exemplo, ou dentro desse campo limitado, a de um dos gêneros literários como a do teatro ou da eloquência, podem avaliar, pelas dificuldades que tiveram de enfrentar, as que se levantam a todo esforço para traçar uma visão panorâmica de nossa cultura nas suas múltiplas manifestações. As interferências dos fenômenos sociais, as suas ações e reações recíprocas, a ação tão difícil de determinar, dos acontecimentos sobre os homens e destes sobre aqueles, a complexidade do jogo do mecanismo da evolução, em que se há de considerar, ao lado das tendências gerais observáveis em todo processo evolutivo, os acidentes, contingentes e imprevistos, como uma invenção ou uma descoberta, tudo isto, exige uma sólida e extensa base de monografias especiais para que, num trabalho dessa ordem, o espírito não fique flutuando sobre a margem indecisa que separa o sonho da vigília, a fantasia da realidade, "o mais ou menos", pressentido pela intuição, do exato e do preciso, alcançado pela observação metódica dos fatos. Se já se encontram, para o essencial, sobre alguns aspectos de nossa cultura, os materiais indispensáveis, certamente frag-

mentários, mas, nestes limites, verdadeiramente instrutivos, o estado atual de nossa documentação e a pobreza de nosso equipamento científico ainda tornam audacioso qualquer esforço no sentido de pôr clareza e ordem nas particularidades e de estabelecer linhas muito distintas de demarcação entre as diversas fases de nossa evolução cultural. Em quase tôdas as monografias e mesmo entre algumas das melhores, em que não faltam observações penetrantes e altamente sugestivas, as indicações, por mais inteligentes que sejam, semeadas como que ao acaso, mal dissimulam a ausência de desenvolvimentos em que os problemas tivessem sido tomados corpo a corpo, nos seus conflitos e nas suas repercussões diretas. Acresce que, além de permanecer ainda inédita boa parte de nossa documentação e de serem ainda poucos os trabalhos de detalhe, que se possam considerar exaustivos, só muito recentemente, a partir de JOÃO RIBEIRO e de CAPISTRANO DE ABREU, começaram os nossos estudos históricos a ser penetrados de espírito científico e a apresentar, em consequência, mais rigor na interpretação dos fatos.

Mas dever-se-ia concluir daí, de tôdas as dificuldades inerentes a trabalhos dessa ordem, que seria inútil ou infecunda uma tentativa de síntese da cultura brasileira? Parece-nos que não. Antes de tudo, uma visão do conjunto, por imperfeita que tösse, teria a vantagem de agrupar numa exposição metódica finas indicações e observações seguras que, dispersas por um grande número de estudos monográficos, perdem assim muito de sua força explicativa e ficam necessariamente incompletas. Por mais difícil que seja, é possível, não só pela utilização dos materiais conhecidos, mas, com as impressões recolhidas da reflexão sobre os fatos, traçar o quadro provisório da cultura no Brasil, sem dela fazer uma caricatura, tão do gôsto dos pessimistas que não situam o esforço brasileiro no seu clima social e histórico, nem apresentar um retrato lisongeiro, que podia ser agradável à vaidade nacional, mas não serviria para nos abrir os olhos sôbre a realidade e conduzir-nos o estôrço empreendido pela libertação do espírito. Assim uma tal obra seria desde logo uma "tomada de consciência" de nós mesmos, desde que seriamente pensada, construída e documentada; e, com todos os defeitos decorrentes da escassez de material documentário, em que se pudesse apoiar, teria realizado o seu destino se fôsse capaz de renovar o interêsse pelo assunto e de suscitar um dia a síntese magistral que só se tornará possível com o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios de erudição e de pesquisas. Já de um ponto de vista mais geral que abrange tôda a história do país, escreveram JOÃO RIBEIRO, PANDIÁ CALÓGERAS e PEDRO CALMON, entre outros, obras que, sem serem definitivas, constituem uma maneira de grande panorama histórico, em que, sob estilos diferentes, em um, de uma sobriedade elegante, em outro, de uma secura enérgica e no último, de uma poesia colorida, deram uma visão nova da histórica de nosso país, num grande esforço para penetrar até o coração do mecanismo de nossas instituições sociais, políticas e econômicas.

Ora, o objeto desta obra, reduzido ao estudo da cultura, é muito mais limitado; e, se já foi possível uma vista de conjunto de nossa evolução histórica e social, podemos tentar apresentar a de nossa evolução cultural, suscetível de ser dominada do mesmo ângulo de observação. É o que nos animou, sôbre a segurança de ser útil ao país, a escrever êste livro, tomando sôbre os ombros a tarefa que me puseram sôbre êles, e que, por difícil e árdua, se destinava a outros mais resistentes. Certo, não podem faltar a quem se proponha traçar uma síntese, um horizonte histórico bastante largo, um sentido vigoroso dos

grandes problemas e uma consciência profunda da complexidade e interdependência dos fenômenos sociais e, portanto, da ligação estreita dos fatos e das atividades especificamente culturais com os outros fenômenos sociais de categorias diferentes. As diversas manifestações de cultura, de que teríamos uma noção falsa se estudadas como se fôsssem microcosmos isolados dentro do conjunto social, se ligaram sem cessar, nesta obra, à evolução das grandes correntes políticas, econômicas, religiosas, que nos diversos períodos da história ocidental e nacional, orientaram todo o país numa direção única ou puseram em conflito algumas de suas partes. Preferimos sempre o fato humano complexo a qualquer fórmula rígida em que se procurasse aprisionar a realidade múltipla e viva; e, repelindo todo dogmatismo capaz de falsear a compreensão dos fatos, o nosso pensamento se orienta para uma interpretação dos movimentos culturais, estéticos e científicos, muitas vezes segura, à vista da documentação recolhida, e outras, hipotética, mas que não deixará de ser sugestiva, nas suas indicações. O espírito sintético e as idéias gerais dominam tôda a obra, deixando na sombra ou em segundo plano, a que os relegaram a sua pouca importância e repercussão, nomes, fatos e obras sem um profundo sentido cultural, que teriam de figurar antes num trabalho analítico ou numa obra especializada de grandes e pequenos quadros históricos. "A posteridade abrevia, dizia admiravelmente E. FAGUET; e está no seu direito, pois que escrevemos para ela; e é seu dever também, e, por menos que pareça, um dever piedoso, pois não abrevia senão para não perder tudo".



PARTE I

Os Fatores da Cultura

CAPÍTULO I

O país e a raça

O meio físico — A fisionomia geográfica e a extensão territorial do país — A oposição das duas vertentes continentais — As duas grandes bacias hidrográficas — As distâncias e a diversidade dos quadros naturais — O ambiente geomórfico e climatérico — A flora e a fauna — Os recursos minerais — O mar e a costa — Regiões de condensação e de dispersão — Os rios de penetração — O São Francisco, rio da unidade nacional — As origens e a composição do povo brasileiro — As três raças que confluíram na formação das populações no Brasil — Os dados antropológicos — A distribuição das populações setentrionais e meridionais — O crescimento vegetativo da população — As migrações internas — As imigrações — A mestiçagem — Seleção e peneiramento — Densidade estática e dinâmica — A distribuição da população por idades, sexos e raças — O brasileiro.

SE EXAMINARMOS atentamente o mapa físico da América do Sul, a imagem impressionante que nos fica desse bloco continental no seu conjunto, é a de um imenso maciço de terras que escorrem da cordilheira dos Andes para mergulharem no Atlântico. Os contrafortes andinos estendem-se de norte a sul, como uma barreira soberba de píncaros e planaltos que se agigantam e descaem bruscamente e donde não corre um rio para o Pacífico, enquanto, na vertente oriental, enormes massas de águas, do Amazonas ao norte e do Prata ao sul, e as do São Francisco e Paranaíba, entre aquelas duas bacias hidrográficas, rolam lenta ou impetuosamente para o oceano Atlântico. Na vertente do Pacífico, predomina, agressiva, a linha vertical, com as cumiadas e os picos dos Andes, entestando com as nuvens, num contraste violento com a paisagem oriental de terras altas, chapadas, chapadões e serras, que, ondulando para leste, numa elevação média inferior de mil metros, se empinam a quase 3 mil metros, somente nas montanhas da cordilheira marítima (o Itatiaia, na Mantiqueira e o Pico da Bandeira na Serra do Caparaó, em Minas), para caírem, espreguiçando-se ao sul na vastidão interminável dos campos e das planuras. Do lado do Pacífico, uma costa lisa, pobre de relevos e articulações, em oposição às baías, enseadas e ilhas das costas, pouco recortadas, mas hospitaleiras, banhadas pelas águas atlânticas. Mas, se voltarmos a atenção para o continente que nos fica fronteiro ao Atlântico Sul, as duas costas, africana e brasileira, não tardarão a parecer-nos tão concordantes nas linhas do seu contorno que não nos custaria a imaginar os dois continentes atuais como o resultado do esfacelamento de um mesmo bloco antigo. O mundo americano constitui, de fato, — quanto se pode julgar pelo estado atual da ciência, — os escombros

de um antigo e imenso continente de que se desmembraram a Austrália, envolvida pelo Pacífico, as Índias separadas pelo oceano Índico e, pelas águas atlânticas, a África e o continente sul-americano. Foi no início do período a que se dá o nome de cenozoico, na história geológica que, aterrando-se os vales, inundando-se as terras baixas, e erguendo-se do nível do mar os Andes, como os Alpes e o Himalaia, além de suas alturas atuais, tomou a terra a configuração que hoje apresenta nos seus principais delineamentos e relevos.

Analisando esta concordância das costas do Atlântico Sul, A. WEGENER¹, como PICKERING, foi levado a admitir a existência de uma antiga ligação terrestre entre o Brasil e a África e a supor que essas costas são os bordos de uma fratura ampliada, tendo a América sofrido uma translação igual à largura do Atlântico. Esses dois continentes, efetivamente reunidos até o cretáceo, se teriam deslocado para oeste, arrastados pela atração solar, agindo sobre os corpos viscosos à superfície da Terra. A América do Sul, para o autor da teoria das translações continentais, “deve ter sido contígua à África ao ponto de constituir com ela um bloco continental único. Esse bloco se cindiu durante o cretáceo em duas partes que se separaram, no curso dos tempos, como derivam os pedaços de um gelo quebrando-se na água. Os contornos desses dois solos são ainda hoje notavelmente semelhantes. Não é somente o grande cotovelo saliente retangular que apresenta a costa brasileira, no cabo São Roque, que é reproduzido em sentido inverso pelo cotovelo reentrante da costa africana no Camerum; mas, para as regiões situadas no sul desses dois pontos, a cada saliência da costa brasileira corresponde uma parte reentrante semelhante da costa africana, da mesma maneira que a cada baía do lado brasileiro corresponde uma saliência do lado da África. Por ocasião do desliz das massas continentais² para o oeste, as duas Américas tiveram o seu bordo anterior extremamente enrugado, em consequência da resistência frontal que opôs ao seu avanço o fundo abismal do Pacífico, resistência explicável pelo fato de que este, existindo como tal, desde as épocas geológicas mais recuadas, tinha podido esfriar-se profundamente e tornar-se mais resistente. Daí resultou a gigantesca cadeia andina que se estende do Alasca à Antártica.”

A América que resultou da ruína desse mundo antigo, divide-se geograficamente em duas grandes secções: a oeste a América andina debruçada sobre o Pacífico, e a leste a América tropical e atlântica, brasileira, amazônica, antilhana, de um lado, e a América temperada e dos pampas, de outro. Ora, o Brasil, — vasto país para o qual os contrafortes andinos fecharam o Pacífico e que se inclina inteiramente para o Atlântico, ocupa na América do Sul ou na América Latina, com seus 8 milhões e meio de quilômetros quadrados uma área pouco inferior à de toda a Europa ou à dos Estados Unidos. Elevando-se no maciço do norte, dos altiplanos guianeses, para se arquear na planície amazônica, — “imensa calha onde veem desaguar os beirais cisandinos” —, esse vastíssimo território alteia-se de novo ao sul da baixada amazônica, no enorme planalto central, “inclinado suavemente para o norte e para oeste, descreve AFRÂNIO PEIXOTO, levantado às vêzes quase a pino, no sudeste, cercado à

¹ WEGENER (A.), *Die Entstehung der Kontinente und Ozeane*, 1a. ed., 1915; 4.ª ed., 1929; *La genèse des continents et des océans. Théorie des translations continentales*; traduit de l'allemand par ARMAND LERNER, NIZET ET BASTARD, Paris, 1937; cf. FAIS LEME (A. BETIM), *O depoimento do Brasil na discussão da teoria do desliz dos continentes segundo WEGENER*. Boletim do Museu Nacional, Rio, tomo 5, pág. 41; *La Théorie de WEGENER en présence de quelques observations géologiques concernant le Brésil*. C. R. Acad. des Sciences, tomo 186, pág. 802.

² Essa teoria das grandes translações horizontais dos continentes, com a qual WEGENER explica os movimentos para o oeste, de que resultou, entre outros, por fragmentação e desliz, o bloco continental americano, não só não rejeita, mas implica a teoria da isostasia. Segundo esta concepção, « a crosta terrestre flutua em estado de equilíbrio sobre um meio mais denso e viscoso », — estado esse que pode ser perturbado por diversos fatores (a sobrecarga da crosta terrestre por uma calote glacial, acumulação dos sedimentos, etc.).

beira do Atlântico por um estreito debrum de terras baixas". A cordilheira marítima que ora se precipita a prumo sobre o mar, como se emergisse do seio das águas, ora descai para o interior, desdobrando, ao longo da costa, uma faixa estreita de planícies, apresenta-se dominando a paisagem, — "qual muralha imensa que debruasse o litoral, defendendo o interior". Ao sul de Mato Grosso as planícies do Alto Paraguai, prolongando as da Argentina e as do Grão Chaco, imprimem a essa região um aspecto particular que a diferencia fortemente de todas as zonas fisiográficas do país. A oposição das duas vertentes continentais que definem a espinha dorsal dos Andes, — a do Pacífico, de que nos separam as cordilheiras andinas, e a do Atlântico, cujas águas banham todo o país oriental, de norte a sul, dão uma importância capital à face voltada para o Atlântico, a todo conjunto atlântico que, no dizer de CALÓGERAS, "tende e tenderá naturalmente a sobrepujar social e economicamente a ourela do Pacífico".

É pelo Atlântico que penetraram os colonizadores, que se estabeleceu o comércio internacional, se faz a maior parte do comércio interno e cruzam todas as correntes de civilização. O pulmão do Brasil respira, certamente, para o mar, para o Atlântico, e é do oxigênio que absorver, com a intensidade do comércio marítimo, que o organismo nacional readquirirá a vitalidade necessária para prolongar, na conquista do oeste à civilização, a façanha das entradas e das bandeiras. É certo ainda que o mar contribui para formar o temperamento intelectual e moral dos povos marítimos, estendendo-lhes o horizonte político, estimulando-lhes as energias criadoras e fazendo deles outros tantos focos de civilização. Mas, sem contestar o papel histórico que desempenharam os mares em todos os tempos, como o demonstrou RATZEL³, e a notável contribuição do Atlântico na história da civilização brasileira, é preciso ponderar, de um lado, que todo poder marítimo depende da natureza e da forma das terras que tocam o mar e lhe dão acesso, e, de outro lado, que, se é sobre a água que se desenvolve todo poder marítimo, é sobre o continente que ele tem o seu ponto de partida e sua base de ação. Já havia notado CAPISTRANO DE ABREU, como nos lembra AFRÂNIO PEIXOTO, que, "sem recortes de periferia marítima a imensa costa do Brasil não dava incentivo à navegação intercomunicante e, por isto, os habitantes primitivos do país se quedaram num atraso de isolamento. Ainda hoje a cabotagem é tão difícil que, trechos diversos e próximos do país, vivem separados. "Acrece ainda que, por maior que seja a ação do mar sobre o espírito dos homens, o mar por si mesmo não é mais do que um caminho aberto à humanidade. É, nas expressões de E. DURKHEIM, "um campo livre que solicita a vida a desenvolver-se, não é uma fonte de vida. Não é possível um poder puramente marítimo; é-lhe preciso um apoio sobre a terra, e suas bases continentais devem estar sempre em relação com a importância de sua expansão marítima. Se o equilíbrio se rompeu, o Estado, sem base sólida, expõe-se a ser arrebatado pelo menor abalo". A própria extensão da costa, que oferece tantas facilidades ao comércio quanto às invasões, acentuando nosso papel de Estado marítimo, agrava os problemas da defesa nacional e mostra à evidência como, para o domínio do Atlântico, devem ser sólidas e extensas as bases continentais, em que tem de repousar a nação.

A ausência de vales perpendiculares à costa, que se estende, com suas praias de areias alvas, "entre a muralha verde negra e o mar azul escuro", de uma a outra extremidade do Brasil, definindo-lhe o contorno oriental, e

³ FR. RATZEL, *Das Meer als Quelle der Völkergrösse* (o mar como fonte de grandeza dos povos). Leipzig e Manich R. Oldenbourg, 1900; cfr. H. HELMOLT, *Weltgeschichte*, tomo IV: *Die Randländer des Mittelmeers*, Leipzig, Viena. Bibliographisches Institut, 1900.

a magnífica Serra do Mar ⁴ que, correndo paralela ao litoral atlântico, se levanta como um sistema de defesa, mas também como um obstáculo à conquista do planalto, constituem, com a imensidade da costa, traços fundamentais da fisionomia geográfica do país, e outros tantos problemas que a natureza estabeleceu, desafiando a energia do homem, para o domínio do oceano. Aos 14 500 quilômetros de fronteiras terrestres que limitam o Brasil, do sul ao norte, e em toda a sua extensão ocidental, com a quase totalidade dos povos hispano-americanos, correspondem e se opõem cerca de 8 mil quilômetros de orla marítima, na face oriental banhada pelo Atlântico. É fácil compreender que o colonizador tenha começado pelo litoral, “arranhando a praia como um caranguejo”, para depois transmontar a cordilheira e, atingido o planalto donde partiram as bandeiras, ascender e concentrar nele o maior foco de civilização nacional. Mas a imagem física do país, tão fortemente delineada, de leste a oeste, pela oposição das duas vertentes continentais do Pacífico e do Atlântico, — o verdadeiro *mare nostrum*, só adquire a sua expressão original e retoma o seu relevo inconfundível, quando consideramos os imensos territórios de penetração que tem como base o litoral atlântico e são definidos, ao sul pela bacia do Prata, e, ao norte, pela bacia do Amazonas. O Brasil amazônico, observa M. TRAVASSOS, “comunica-se de modo mais direto com o oceano, por isto que dispõe do rio Amazonas como via natural, e a sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil platino, embora exija meios artificiais para se ligar ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que, naturalmente, reagem contra a força centrípeta do Prata: — o sul de Mato Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração”.

A imensidade das águas que descem dos Andes, se avolumam na calha desmedida e transbordam no labirinto de igapós e igarapés, sob o túnel de verdura da Hiléia prodigiosa; a ação destruidora, erosiva, da enorme caudal que atravessa, corroendo as montanhas, desmontando as margens e arrastando trechos de florestas, que derivam rio abaixo, “ao modo de monstruosos pontões desmastreados”, enfim toda essa natureza selvagem e tumultuária da Amazônia, já teve em EUCLIDES DA CUNHA o pintor incomparável que, nas páginas da “terra sem história”, traçou o mais soberbo quadro dessas paisagens empolgantes. Para ele, “o homem ali é ainda um intruso impertinente. Chegou, sem ser esperado nem querido, quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem”. E, diante do espetáculo dos materiais desagregados e carregados pelas águas barrentas, vêem no Amazonas “a viagem incógnita de um território em marcha,

⁴ A configuração geográfica das terras, no sul do Brasil, é marcada por dois grandes traços que lhe constituem a fisionomia particular: mais elevadas para o lado do mar, inclinam-se para a grande depressão do Paraná, onde são atingidas as cotas mais baixas do continente, e que seria um prolongamento do geossinclinal, existente nos fins da era paleozóica, e ligado à fossa dos Andes. De um lado, portanto, a escarpa da Serra do Mar, e, de outro, a depressão aluvial, a maior que se conhece (o Chaco Boreal). Essas duas feições geográficas remontam talvez, nas suas origens geológicas, ao carbonífero ou ao neo-paleozóico: fazendo-se então o degelo na direção da bacia do Paraná, e à medida que o Chaco ganhava em profundidade e se carregava com sedimentos, se foram tornando, por uma compensação isostática, mais elevadas as terras da orla do Atlântico. As águas do Tieté que, provavelmente defluíam diretamente para o oceano, e, em grande parte, se imobilizaram depois, com o movimento ascensional no início do quaternário, em extensa lagoa em torno da capital de São Paulo, encravada nos gneiss da Serra do Mar, separaram-se do Paraíba e desaguarão finalmente para oeste em direção à bacia do Paraná. Assim o Tieté, nascido nas proximidades e a 25 quilômetros do mar, e a uns 1 100 metros de altitude, decapitado do seu antigo curso superior, pertencendo atualmente ao Paraíba, teve tempo, antes de se erguer o terreno, de se desviar para oeste, « e de manter livre o caminho por meio da erosão ». A transposição da Serra do Mar teria de ser o primeiro passo para a conquista do planalto, isolado do oceano, por aquela barreira, e do interior, pelas inundações do curso médio do Paraná e do Paraguai: a serra foi escalada pelos primeiros colonos, seguindo os caminhos dos índios, trilhados mais tarde pelos escravos, em cujos ombros se fazia o transporte de café até que se estabeleceu a tração por meio de cabos nos planos inclinados da São Paulo Railway. A elevação da costa, porém, fazendo com que os rios corresse para o interior, e em direção ao Paraná, se foi uma barreira levantada às comunicações com o oceano, permitiu e favoreceu as migrações (entradas e bandeiras) ora os sertões, pelos grandes rios de penetração.

o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica: a terra abandona o homem; vai em busca de outras latitudes." A visão do artista deslumbrado em face dessa movimentação espantosa de terra e de águas, dessa estupenda natureza quase em formação, leva EUCLIDES DA CUNHA a aceitar a única hipótese geológica que corresponde a essa visão, por ver na Amazônia, segundo as induções de WALLACE e FREDERICO HARTT, talvez a terra mais nova do mundo, nascida da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes. É a mesma concepção que perfilhou nos *Sertões*, ao estudar a formação geológica da região central do Brasil, e de que partiu a hipótese de E. LIAIS sobre as origens e a estrutura daquelas terras sertanejas.⁵ Até o período terciário, segundo essa concepção à qual se opõe a teoria de WEGENER, a América do Sul se dividia em duas grandes ilhas por um oceano cretáceo, que ligava o Atlântico ao Pacífico através de sua zona central. Mas, emergindo então das águas a cordilheira dos Andes e elevando-se as massas graníticas das altiplanuras das Guianas, "o mediterrâneo entre os planaltos do norte e os maciços do sul fecha-se ao oeste, estreita-se, comprime-se, despedaça-se em istmos e termina por se reduzir ao canal amazônico."

Entre as duas bacias hidrográficas que caracterizam o Brasil amazônico e o Brasil platino, comunicando-se diretamente com o oceano pelas suas rêdes fluviais, e fazem dessas regiões, por isso mesmo, dois mundos "mais ou menos excêntricos", alongam-se, do norte para o sul, o norte sub-equatorial e a vertente oriental dos planaltos, que são como que chamados a estabelecer a ligação entre aquelas duas vastíssimas regiões. À extensa linha da costa convexa que se prolonga da Guanabara ao golfo de São Luiz, corresponde, observa M. TRAVASSOS, como uma espécie de corda, "a linha terrestre balizada pelo vale superior e médio do São Francisco e do Parnaíba". Ou, por outras palavras, "excentricamente por via marítima, ou concentricamente por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois Brasis essenciais do ponto de vista continental, o platino e o amazônico". A linha do vale do São Francisco nos forneceria a corda desse arco, cujas extremidades são constituídas pelas duas regiões amazônica e platina; quanto mais se retesar o arco e se aproximarem, portanto, as suas pontas, tanto mais ao longe e vigorosamente se despedirá, dos planaltos para a região ocidental, a flexa da civilização. Essa aproximação entre as regiões extremas, de influência decisiva na política interna e na política continental, será a grande obra da política nacional de produção, transportes e comunicações, de um lado, extremamente dificultada pelas distâncias, mas, de outro, facilitada pelo próprio fato de representarem o Brasil amazônico e o Brasil platino "duas regiões convergentes em relação ao próprio centro geográfico do continente (planalto boliviano), seja por meios artificiais (porto de Santos, rede paulista, Noroeste), seja por vias mais que espontâneas como os rios da bacia amazônica". O deslocamento da civilização geral para o ocidente, a que já se chamou a "marcha para o oeste", está evidentemente condicionado a essa dupla marcha de flanco, desenvolvida na direção do planalto boliviano, e tem, sobre a vantagem de articular pelos pontos de chegada os dois extremos do Brasil, a de ligar os dois oceanos, unindo o Pacífico, — o grande isolador dos povos —, ao Atlântico, cujas águas parecem embalar o berço de uma nova civilização.

⁵ Segundo essa hipótese de E. LIAIS (1826—1900), astrônomo francês que veio a ser diretor do Observatório do Rio de Janeiro, esse trecho do sertão baiano surge como « uniforme amontoado de montanhas derreadas », em consequência da convulsão que fez emergir os Andes e sublevoou as altiplanuras das Guianas, « arrasando o conjunto das terras numa rotação vagarosa, em torno de um eixo imaginado por LIAIS entre os chapadões de Barbacena e a Bolívia ». Os terrenos do norte da Baía avolumam-se então, num ascender contínuo, as regiões mais altas salpicam-se de lagos, enquanto as terras baixas continuam imersas. (Vêde EMMANUEL LIAIS, *Explorations scientifiques au Brésil*, 1865; *Traité d'astronomie appliquée à la géologie et à la navigation*, 1867; cfr. EUCLIDES DA CUNHA, *A margem da história*, 3.^a ed. Porto, 1922; J. Maria Belo, *Inteligência do Brasil*, no estudo sobre EUCLIDES DA CUNHA, págs. 162—165, 3.^a ed. Comp. Editora Nacional, 1938).

Não se nos afigura pois tão justa, como poderia parecer à primeira vista, a observação de A. SIEGFRIED, quando afirma ⁶ que, conforme predominar no destino do continente o fator geográfico ou o fator histórico, as democracias latino-americanas se orientarão para a unidade pan-americana ou manterão, durante muitos anos ainda, com a Europa o vínculo cultural que liga a América Latina ao velho continente, desde a colonização. A América Latina, por outras palavras, industrializando-se rapidamente, se moverá como se tem movido ora em torno do eixo vertical (Estados Unidos) ora em torno do eixo horizontal (Europa). Mas, essas oscilações de movimento, além de serem determinadas antes por fatores econômicos, políticos e culturais do que pelo fator geográfico, mostram, à evidência, que a América Latina continua a gravitar como satélite em torno de dois grandes núcleos de civilização. Enquanto o nosso continente não criar por si mesmo a sua própria civilização, renovando a cultura bebida na mesma fonte peninsular, ibérica, e não se estabelecer contacto mais íntimo não só entre a América andina, de um lado, e a tropical e a dos pampas, de outro, e entre a América Latina e a anglo-saxônica, não haverá base material e cultural suficiente para o deslocamento do eixo, no sentido vertical, capaz de promover a rotação sobre si mesmos e, portanto de norte a sul, dos dois continentes, fortemente diferenciados pelo contraste entre o ibérico e o anglo-saxônico. Não é nas condições geográficas, nem nos elementos raciais que se pode buscar, na própria América Latina, uma unidade que provém antes da "atmosfera de sua civilização". Mas, a unidade que existe, não como um resultado definitivo, mas, como um processo em elaboração, resulta da comunidade de origens (hispano-lusitanas) das nações que se formaram nesse bloco continental e que, voltadas a maior parte para o Pacífico, outras, para o Atlântico, afora dois países insulados (Paraguai e Bolívia), se mantêm afastadas, econômica e culturalmente, pela própria oposição geográfica das duas vertentes. A dilatação máxima do Brasil em latitudes diferentes e, em consequência, as enormes distâncias, a extrema variedade dos quadros físicos e a diferenciação climatológica, teriam cindido o país em dois blocos estanques, se fatores históricos, como as migrações internas e outros, não tivessem intervindo para fundir, numa só nacionalidade, regiões tão díspares, distantes e às vezes opostas, pelos seus aspectos geográficos, climatéricos, econômicos.

Se, de fato, as grandes regiões naturais em que se pode dividir o Brasil, são, de acordo com a classificação de DELGADO DE CARVALHO, o Brasil amazônico, o nordeste sub-equatorial, a vertente oriental dos planaltos e o Brasil platino, cada uma dessas zonas comporta sub-regiões naturais, nitidamente diferenciadas, com a sua fisionomia particular e as suas características próprias. A região setentrional do Brasil amazônico, que se alteia na região serrana, constituída pelo maciço granítico das Guianas, para se deprimir na formidável calha do Amazonas e de seus afluentes, compreende, além dessas duas regiões, a Hiléia ou a zona das florestas tropicais. É essa a região das grandes planícies, das grandes selvas, e dos grandes rios que lembram a infância do mundo. Não é menor nem menos diferenciado o Brasil platino que, no sul, se contrapõe à bacia do Amazonas, e que, englobando a costa ou a contra vertente oceânica, entre o Atlântico e a Serra do Mar, se desdobra ainda na região da cordilheira e na do planalto, em que se alternam campos e matas, — "região suporte dos afluentes orientais do Paraná" —, e na das savanas riograndenses e da baixada de Mato Grosso. Entre essas duas imensas regiões em que se extrema o Brasil, de norte a sul, estendem-se o nordeste sub-equatorial, abrangendo o golfo maranhense (sorte de transição da Amazônia), a bacia do Parnaíba, as serras

⁶ A. SIEGFRIED, *Amérique latine*, Paris, 1934. Cfr. *Los problemas de la America latina*. In « La Nacion », Buenos Aires, 11 de Julho de 1937.

e chapadas da vertente norte-oriental, o litoral, a mata e o agreste de Pernambuco; e a vertente oriental dos planaltos, compreendendo o litoral baiano e espirito-santense, inclusive as bacias do Paraguassú, Jequitinhonha e Doce, a região das chapadas (zona alta), o vale de São Francisco, o sul mineiro e o vale do Paraíba que se alonga pelos Estados do Rio e de São Paulo. Nessa síntese geográfica em que DELGADO DE CARVALHO procura abranger, definindo-lhes as grandes divisões naturais, as regiões e sub regiões mais típicas, que integram a vastidão territorial do Brasil, comprime-se, — só comparável e talvez inferior, na diversidade de seus aspectos, à natureza maravilhosa dos Estados Unidos, — a mais fantástica variedade de cenários físicos que já se reuniram, sob a mesma bandeira, como *habitat* de um só povo, tendo as mesmas origens, falando uma única língua, praticando uma religião comum, e, portanto, com todos os caracteres de uma mesma civilização.

Florestas imensas, como as do Amazonas, e regiões despidas de vegetação, como as do nordeste, que ocupam a décima parte do território do país; altiplanuras e várzeas irrigadas, ricas de humus, e terras áridas, estéreis, desoladas; montanhas e serranias abruptas que se erguem a alturas de quase 3 mil metros, e colinas ondulantes e chapadões extensos; pântanos e baixadas ganglionadas de lagoas e campos de pastagens que se estendem a perder de vista; imensidades de águas, como as do enorme rio pelágico, que ainda não se firmaram nos seus leitos e avançam vagarosas, carreando massas de terras diluídas, e rios que se avolumam em vales profundos, se apertam entre gargantas e se precipitam do planalto, despenhando-se em cataratas, como a de Paulo Afonso, de 55 metros de altura, para descerem ao mar; costas recortadas, em pequenos trechos, com suas fraturas e indentações, ou lisas, com suas praias vastíssimas, estendendo-se quase em linha reta como pistas de corrida; fechadas por muralhas graníticas, quase a pique sobre o litoral, onde se despedaçam as ondas do oceano, ou abertas em baías e enseadas hospitaleiras, coalhadas de ilhas pitorescas; quem poderia apanhar todos esses aspectos, na sua variedade extrema, para reduzi-los a uma síntese e fazer o retrato físico do Brasil, sem perder um traço característico ou uma linha essencial do conjunto? A diversidade das paisagens naturais e a juxtaposição de contrastes que apresenta uma só cidade, — a do Rio de Janeiro —, enquadrada numa das mais estupendas molduras geográficas em que já se encaixou um quadro urbano, levaram MONTEIRO LOBATO a definir a capital do país, numa imagem sugestiva, como um “museu de paisagens”. É como se ali, — naquele microcosmo onde se reflete toda complexidade do mundo brasileiro, — se tivessem concentrado, qual num mostruário soberbo, para prazer e deslumbramento dos olhos, os mais belos e variados aspectos da natureza. Não há, porém, imagem que possa dar idéia de uma vastidão de território, tão dilatada e tão diversa, da Amazônia tumultuária às montanhas acolhedoras do planalto, das zonas áridas de sóis ardentes às regiões exuberantes das chuvas torrenciais, das terras altas às planuras, das matas maravilhosas aos campos de horizontes ilimitados. Um sábio inglês, BUCKLE, lembra-nos AFRÂNIO PEIXOTO, — “chegou a pensar que numa pompa tamanha de natureza não devia haver lugar para o homem; outro germano, mais prático, HUMBOLDT, calculou que só o vale do Amazonas daria para nutrir a humanidade inteira”.

Ora, não é de estranhar, observa ainda AFRÂNIO PEIXOTO, que, “tendo tão vasta extensão de território e tão diversas condições locais de altitude, proximidade ou afastamento do mar, solo desnudo ou protegido por vegetação, possua o Brasil vários climas, quase todos os climas da Terra”. A enorme extensão territorial, calculada em 8 500 000 quilômetros quadrados, estendidos

em 39° de latitude e outros tantos de longitude; a orientação das montanhas e as diferenças de altitude entre a faixa do litoral, o vale dos grandes rios e o planalto interior; a distribuição pluvial, abundante em quase todo o país (1 000 a 2 500 milímetros de altura, anualmente) e deficiente no nordeste; e enfim as estruturas geológicas de algumas regiões do norte e do centro bastariam para explicar a diversidade de climas do país, situado entre o trópico de capricórnio e o equador, e mostram, diz AFRÂNIO PEIXOTO, "como seria difícil traçar na carta geográfica do país, zonas climáticas precisas e limitadas". Em todo caso, podem-se distinguir, segundo as classificações de MORIZE, DELGADO DE CARVALHO e AFRÂNIO PEIXOTO, idênticas, em substância, — as três grandes zonas equatorial, tropical e temperada, das quais, a primeira, na vizinhança do equador até o paralelo 10°, compreende todos os Estados setentrionais até parte de Goiás, Mato Grosso e Baía; a segunda, entre o paralelo 10° e o trópico de capricórnio, estende-se da Baía e Sergipe para o sul abrangendo quase todo o Mato Grosso e parte do oeste de São Paulo, e finalmente a terceira, a zona temperada, situada entre o trópico de capricórnio e o limite sul do país, ocupa toda a região que se estende do sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul.⁷ As pressões barométricas, a temperatura, o regime pluvial, variando com a posição do lugar em relação ao equador, com a distribuição das terras e das águas, as altitudes e os ventos dominantes, determinam uma grande variedade de climas, desde os mais deliciosos, como nas terras do ocidente da Serra do Mar, até os mais inclementes, como na região do nordeste, sujeita ao flagelo das secas prolongadas. Em quase todo planalto interior o clima é ameno e saudável, geralmente pouco variável em suas oscilações térmicas; e, além de faltarem, entre os climas da Terra, os extremos, pela posição do país situado alguns graus abaixo do equador térmico e muito aquém das regiões frígidas, o próprio "clima caluniado" por excelência⁸ — o do Amazonas — apresenta oscilações limitadas, como se pode observar em Manaus em que o calor máximo atingido foi de 37,5 e o mínimo de 18,8, sendo de 26,53 a temperatura média nessa cidade, erguida em pleno coração do mundo amazônico.

Mas, se do clima depende o mundo vegetal, "intermediário entre os dois principais ciclos de fenômenos geográficos, os do mundo inanimado e os do mundo animado",⁹ a vegetação brasileira se caracteriza, como o solo e o clima, pela extrema diversidade. Para se ter uma idéia da variedade de formações e de espécies, que seriam suficientes, se exploradas, para atender a todas as necessidades da vida, basta lembrar que das 22 767 espécies classificadas por MARTIUS, 19 619 são brasileiras, distribuídas entre a flora geral e a amazônica que representa, só ela, 40 % da flora brasileira. A formação dominante é a mata, com a fantástica exuberância da vegetação tropical e com tudo o que tem de misterioso e selvagem a floresta virgem: matas de terra firme e de várzeas, da Amazônia e florestas da Serra do Mar que se estendem ao longo da costa e dos grandes rios, ocupando, segundo os cálculos de GONZAGA DE CAMPOS, cerca de 5 milhões de quilômetros quadrados a área florestal ou

⁷ A primeira zona, de climas equatoriais ou sub-equatoriais, a que MORIZE chama também de tropical tórida, apresenta uma temperatura média de 26° C a 27° C; na zona de climas tropicais ou sub-tropicais, a temperatura, de 23° C a 26° C em média, oscila nas regiões mais altas entre 18° C e 21° C, e na terceira zona a temperatura média varia entre 19° ao longo da costa e 16 no planalto (*up-country*). Essas zonas podem ser, segundo os climatologistas, subdivididas em tantas sub-regiões quantas as espécies de climas resultantes dos fenômenos meteorológicos. Assim, a zona equatorial se reparte em três sub-regiões: a super-úmida e a semi-árida (região do nordeste) além da continental úmida; a zona tropical compreende duas sub-divisões, semi-úmida marítima e semi-úmida continental, e a zona temperada subdivide-se em três tipos de climas: super-úmida da costa, semi-úmida do interior e as semi-úmidas das terras altas. (*Brazil, 1938 — A New-survey of Brazilian life*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio, 1939).

⁸ Vêde EUCLIDES DA CUNHA, *A margem da história*; Um clima caluniado, págs. 47-64, 3.º ed. Livraria Chardron, Porto, 1922.

⁹ VIDAL LA BLACHE, *La géographie politique*, in « *Annales de géographie* », VII, pág. 102.

mais da metade da superfície total do país.¹⁰ As essências são numerosas, sobretudo, no Amazonas; e com as árvores e as combinações de espécies variam os aspectos da paisagem em que dominam, na floresta amazônica, a castanheira, a seringueira, as palmeiras, as orquídeas e, nas lagoas e igapós, desabrochando, maravilhosas, as vitórias régias, com fôlhas de cerca de 2 metros de diâmetro; na zona setentrional do Maranhão e do Piauí, os cocais de babaçú, as florestas de carnaubeiras e os buritizais, e ao sul, nas altitudes, os pinheiros ou as araucárias que se elevam, solitárias, como sentinelas ou agrupadas em matas nas vizinhanças dos campos do planalto. Êsses, os campos, limpos ou cerrados, assinalados de palmeiras ou semeados de pinheirais, campinas floridas sem árvores, pastagens naturais intermináveis, as caatingas desoladas do nordeste e os charravascals bravios do Amazonas, surgem, com sua vegetação característica, do sul ao norte, cobrindo no território nacional, uma área de 3 500 000 quilômetros quadrados. Na Hiléia amazônica, com sua flora luxuriante, nas florestas densas e nos campos abertos, nas matas e no sertão, a fauna, peculiar a cada uma dessas regiões, com ser variadíssima, não apresenta nenhuma das grandes feras bravias que infestam outros continentes. Os animais selvagens, como o jaguar, o tapir e o porco do mato, não chegam, de fato, a constituir ameaça ao homem no Brasil, onde, somente certos mosquitos e alguns répteis venenosos, a coral, a jararaca e a cascavel, se são o maior perigo das selvas, não levantam obstáculo sério à conquista das regiões tropicais. A profusão incalculável de insetos e a espantosa variedade de pássaros, de cores variiegadas e brilhantes, animam a paisagem e enchem, com os seus rumores e suas vozes, as matas já desbravadas pelo homem e as florestas úmidas e profundas.¹¹

Tôda essa diversidade de vegetação e de fauna que caracterizam, na sua multiplicidade de espécies e na sua exuberância, a vida pululante dos países quentes, está condicionada à diversidade do solo, nessa ou naquela região, de uma fertilidade perene, devida, no norte, ao alúvio amazônico, em Pernambuco, Baía e Campos (Estado do Rio) ao cretáceo decomposto (massapê) e no sul, à terra roxa, "alteração da diabase e do porfirito que, em vastos lençóis de lava, cobria o permiano do Rio e São Paulo". País montanhoso, sem ser, contudo, um país de altas montanhas, situado, pela sua maior parte, na zona quente, entre o equador e o trópico, pertence às mais velhas eras da terra e retrata, na sua complexidade de seu relêvo e de suas estruturas, as suas vicissitudes geológicas. A parte mais antiga é constituída de maciços cristalinos, como o que se estende pela larga faixa litorânea do Ceará à Santa Catarina, pela Serra do Mar, com suas rochas cristalinas, ígneas ou sedimentares, e o que ocupa tôda a bacia do rio Doce e Serra do Espinhaço com suas magníficas jazidas de ferro, manganês e ouro. Todos os períodos geológicos, desde o ígneo ou o azóico até o terciário ou cenozóico, passando pelos dois períodos intercalares, o primário e o secundário, têm no Brasil representação de vários de seus

¹⁰ De acôrdo com o mapa florestal de GONZAGA DE CAMPOS, as áreas florestais abrangem 4 956 723 quilômetros quadrados, ficando o restante, da superfície total do país, para os campos abertos ou desbravados que ocupariam uma área de 3 554 466 quilômetros quadrados. Ora, por êsses cálculos, e tendo-se em conta a superfície total do Brasil, que é de 8 511 189 quilômetros quadrados, não ficaria lugar para a área improdutiva que é avaliada em 1 800 000 quilômetros quadrados (21% da área total) e na qual só a parte coberta por águas é de 1 110 000. Êsses cálculos sôbre as áreas florestais e as áreas campestres são evidentemente excessivos e precisam ser retificados, para que seja feito o desconto nas duas áreas, florestal e campestre, da área improdutiva, conforme a estimativa calculada pela Estatística Territorial e Estatística da Produção; Cfr. APRÂNIO PEIXOTO, *Clima e saúde*, págs. 92 e 120. In "Brasiliana", 1938.

¹¹ Sô de borboletas, entre os insetos, BATES apanhou, nos arredores de Belém, 770 espécies diferentes. MELO LETHÃO fala em 850 espécies de pássaros, existentes no Brasil, para 450, na Argentina, e é essa variedade notável que levou HUDSON a chamar a América do Sul o « continente das aves ». As espécies ornitológicas são numerosas no Amazonas, no planalto interior e no sul, onde um dos mais belos espetáculos é a variedade de aves aquáticas de que são coalhadas as lagoas do Rio Grande do Sul e os pantanais de Mato Grosso. Quanto à fauna itiológica, extremamente rica, na costa marítima e na rede potâmica, calcula AGASSIZ que o número das espécies, só para a bacia amazônica, atinge a cerca de 2 000, o que daria para o Amazonas « quase duas vezes o número de variedades que vivem no Mediterrâneo e cifra ainda maior do que a das espécies que o Atlântico alimenta de um polo a outro. » (MR. e MRS. AGASSIZ, *Uma viagem ao Brasil*).

sistemas fortemente acusados nas linhas gerais da geomorfia e da estrutura de nossas serras e nos fósseis que remontam a épocas geológicas mais recuadas. Certamente, o solo e o sub-solo, no Brasil, guardam reservas de riqueza mineral, como o cobre, o chumbo, a prata, a platina, o diamante negro amorfo e o cristalino, além de outras pedras preciosas, de incomparável beleza, e sobretudo o ouro que já foi bastante, como observa R. SIMONSEN, para interessar a economia universal. Mas, dos cinco minerais que mais diretamente influem nas indústrias modernas, — o carvão, fundamental na indústria metalúrgica, química e de transportes, o petróleo, o ferro, os fosfatos e os sais de potássio —, é somente o ferro que possuimos em quantidade, e se pode dizer, tanto pela excelência como pela abundância desse minério, sobretudo no centro de Minas Gerais, que o Brasil é um dos países que encerram as maiores jazidas de ferro no mundo. O carvão de pedra, nas bacias carboníferas do sul, é um produto inferior pela mistura de xistos; já foram descobertas importantes jazidas de fosfatos minerais no Estado do Maranhão; e, se da existência do petróleo já se encontraram indícios na Amazônia e em Alagoas, e provas indiscutíveis nas sondagens dos poços de Lobato, na Baía, as pesquisas geológicas, em mais de meio século, não revelaram ainda camadas de sais de potássio de uma importância primordial nas culturas intensivas.

A variedade extrema de formas e de aspectos e, em consequência, a diversidade de climas e de recursos, eis o que faz a beleza e o contraste, de uma região a outra, da paisagem brasileira, e eis também o que lhe determina os caracteres da atividade humana, assegurando a multiplicidade de culturas e de gêneros de vida. A civilização brasileira resulta dessa infinita variedade dos grupos humanos na variedade infinita dos quadros geográficos. Proveniente do ocidente europeu, donde viajou nas caravelas através do Atlântico, ela tinha de começar, como de fato começou, fixando-se em diversos pontos da costa (Ilhéus, São Vicente, Recife e Rio) que ofereciam ancoradouro seguro às suas frotas para depois transpor a barreira da Serra do Mar na direção do planalto, onde tomou novas forças de expansão, espalhando a grandes distâncias nesse imenso quadro de paisagens naturais, algumas “manchas” de paisagens culturais, humanizadas. A vastidão do oceano, sem um comunicativo mediterrâneo,¹² a configuração geral da costa, imensa e pouco recortada, a variedade das regiões de dispersão e a extensão enorme das terras altas, dos chapadões e tabuleiros, restringindo a colonização à conquista do litoral, antes isolando do que unindo populações, não tornavam possível o fenômeno de concentração dos agrupamentos urbanos que todas essas condições geográficas persistiam em manter dispersos, desagregados e distantes uns dos outros. A expansão marítima, ao longo da costa, exigia bases continentais onde o poder marítimo se pudesse constituir e tomar sua base de ação. Daí o longo período em que a civilização no Brasil se manteve “arranhando a praia”, segundo a expressão pitoresca que retrata, de um lado, as dificuldades com que desenvolvia a sua marcha pela costa, movendo-se “como caranguejo”, e, de outro, a resistência que a cordilheira marítima, paralela à costa, opunha ao seu avanço para o interior e à conquista do planalto. As águas do Atlântico contribuíram mais para unir o Brasil e a Europa do que para articular entre

¹² Se se comparar uma costa, como a brasileira, que se estende de norte a sul e cujas extremidades se afastam, mergulhando no mar, como as de uma parábola, com uma bacia em que as costas são aconchegadas e os pontos da terra, próximos da costa, pode-se avaliar a *função isoladora* daquele tipo de costa e o *papel unificador*, por exemplo, da costa do Mediterrâneo. A bacia do Mediterrâneo tem, de fato, do ponto de vista geográfico, como observa H. HELMOLT, uma unidade quase perfeita: o mesmo clima, o mesmo regime de chuva, a mesma vegetação, as mesmas condições de existência, em suma, impostas às populações costeiras. A montanha é próxima da costa, à parte os grandes vales abertos, como os do Ródano, do Nilo e do Pô. A vida se concentra sobre as primeiras inclinações; as ilhas são numerosas, as costas recortadas, e é possível fazer pelo mar longos trajetos em pequenas jornadas. O mar não separa pois os povos. Suas histórias se misturam e suas civilizações se penetram. O mundo mediterrâneo forma uma unidade histórica. (H. HELMOLT, *Weltgeschichte*, tomo IV: *Die Randländer des Mittelmeers*, Leipzig und Wien. Bibliographisches Institut, 1900).

si as diversas zonas de condensação, estabelecidas a grandes distâncias na costa do país e cuja articulação se teria de fazer antes, pelo interior, com as migrações ao longo do vale do São Francisco, ao mesmo tempo que os rios de penetração, como o Tietê, e a marcha dos rebanhos abriam o caminho ao desbravamento do Sertão. E em menos de três séculos, por águas e terras, correndo todos os riscos da navegação marítima e fluvial e todos os perigos das caminhadas interminas, já estava feito o trabalho humano de penetração e de conquista, e iniciado o da exploração das riquezas naturais.

A imagem da grandeza do meio geográfico, exaltada sob tôdas as formas, sugeriu mais de uma vez, a idéia de mesquinhez do homem que nele se formou e pareceu a muitos sem as proporções para o seu quadro natural. Mas, quando se pensa na vastidão do território, na variedade dos seus aspectos, nas perspectivas que abria como nas dificuldades que levantava ao trabalho humano, é que se pode avaliar a importância e o sentido dessas "ilhas de cultura" que, já nos fins da colônia, aqui e ali, a enormes distâncias e em tôdas as direções, marcavam, na paisagem natural, o esforço constante do homem para a posse do meio e a utilização das forças da natureza. E se nos lembrarmos ainda que êsse esforço se desenvolveu através de gerações, por populações escassas e disseminadas pela imensidade territorial, e que tudo, na natureza, conspirava para lhes embarçar a marcha e fazê-las recuar, teremos então uma idéia mais viva da grandeza dramática do trabalho humano que se realizou e, em vez de se amesquinhar, só avulta em face da grandeza de seu quadro geográfico. Os próprios rios, longe de serem caminhos que marcham, são frequentemente obstáculos à civilização. Se há rios navegáveis, como o Amazonas e os seus afluentes, ao norte, o São Francisco, no planalto, o Paraná e o Paraguai ao sul, entre tantos outros (a mais formidável rêde fluvial que se conhece, é a da América do Sul, com seus 60 mil quilômetros de rios navegáveis), as corredeiras, as quedas d'água e os saltos enormes dos rios que descem do planalto, não lhes permitiam prestar serviços ao homem em toda sua extensão. Os saltos e as cataratas, de extraordinário efeito cenográfico, e de futuro incalculáveis riquezas, quando transformadas em energia elétrica, tornando os rios intransponíveis, cortaram ao homem, em suas águas encachoeiradas, o caminho que lhes preparava a natureza em suas magníficas avenidas fluviais. Certamente grandes e pequenos rios serviram, alguns de maneira notável, à mobilidade e à expansão das populações; e de tôdas as artérias fluviais de penetração, nenhuma exerceu papel tão importante como a do São Francisco que, cortando o coração do Brasil central, do sul para o norte, articulou os dois setores territoriais em que se divide a nação. O São Francisco, — "rio da unidade nacional," a cujo vale chamou CAPISTRANO DE ABREU o "condensador de gente," desempenhou no Brasil, promovendo o contacto das populações do norte e do sul, a mesma função histórico-geográfica que exerceu, na América do Norte, o Mississipi, "o pai das águas", ligando o este ao oeste, separados pela cordilheira dos Alleghany, das planícies do Middle West e pelas cadeias das Montanhas Rochosas. Mas, de um modo geral, pode dizer-se com GILBERTO FREYRE que, "sem equilíbrio no volume, nem regularidade no curso, variando extremamente em condições de navegabilidade e de utilidade, os grandes rios foram colaboradores incertos": enormes massas de água, se davam grandeza espetacular à terra, coberta de matas espessas, "só em parte, e nunca completamente, se prestavam às funções civilizadoras de comunicação".

— Foi nesse cenário imenso e perturbador, de um país de clima quente, "de vida aparentemente fácil", mas na realidade, de condições físicas adversas, que se exerceu o esforço colonizador dos portugueses de que nos proveio, com os seus primeiros colonos, a semente, e com que se constituiu o núcleo fundamental do povo brasileiro. As 13 naus que em 1500 zarparam da península e

sulcaram as águas atlânticas a caminho das Índias, desviando-se para longe de sua rota e vindo abordar, no continente americano, a terra do pau brasil, não descobriram apenas novas terras para o domínio lusitano: marcaram as origens de um formidável trabalho colonizador e do drama de uma nova nação. Esse povo que achou o caminho das Índias, com VASCO DA GAMA, que descobriu o Brasil, com PEDRO ÁLVARES CABRAL, que fez a circunavegação do globo com FERNÃO DE MAGALHÃES, depois dessas façanhas com que organizou no século XVI o maior império comercial, só superado, na história, pelo Império Britânico, devia pôr à prova pela primeira vez, o seu gênio colonizador e a sua capacidade de consolidar as conquistas. A vastidão desses domínios, de que apenas se tocava a orla do litoral, a escassa população da metrópole que orçava, na época do descobrimento, por 1 200 000 habitantes e as distâncias então enormes que separavam de Portugal as terras ultramarinas, bastariam para dar a medida das dificuldades com que teria de lutar a elite governamental do país, para erguer-se, no esforço de colonização, à altura dos empreendimentos marítimos e da glória de suas descobertas. A onda branca que havia de alastrar-se pelo país, em sucessivos movimentos imigratórios, não atingiu, por isso, a 3 000 colonos, em 1 550, em que mal se esboçava o domínio do colono civilizador sobre as populações aborígenes. O elemento português que se fixava lentamente no Brasil, não era, o que se podia dizer, uma raça, no sentido biológico da palavra, mas o resultado de uma mistura dos povos indígenas da península, — os primitivos íberos —, e de raças e povos que se cruzaram em constantes migrações pela península ibérica, como os celtas, os gregos, os fenícios, os romanos, os visigodos e os árabes, sem falar nos judeus, dos quais, de uma só vez, recebeu a península, transplantadas por ordem de ADRIANO, 50 mil famílias israelitas. Mas, produto de longo processo de miscigenação, o povo português, que se manteve o sólido núcleo primitivo e dominante das populações brasileiras, deveria misturar na colônia o seu sangue ao das duas raças dominadas, — ao do ameríndio, de origem asiática, e ao do negro importado da África —, e a ambos dar uma nova língua e uma nova civilização.

No campo da biologia, como observa ROY NASH, “o drama brasileiro desenvolve um tema de grande importância para a espécie”: as três raças branca, vermelha e negra, misturaram-se, sobretudo nos primeiros séculos, em grande escala, dando lugar a uma notável variedade de tipos, resultantes de cruzamentos de brancos com índios e negros, e, ainda que em menor escala, do selvícola brasileiro e do negro africano. Dessas três raças, porém, que, desde as origens, confluíram na formação das populações no Brasil, em proporções desiguais e variáveis com as diversas regiões do país, a dos conquistadores brancos tornou-se o elemento fundamental, embora tivesse constituído a parcela menor, como se pode depreender dos cálculos que davam para o Brasil, em 1789, quase três séculos depois do descobrimento, 1 500 000 de negros escravos, para um total de 2 300 000 habitantes, sem incluir as sociedades primitivas. Os povos selvagens,¹³ agricultores e caçadores, que deviam ser

¹³ Embora seja insuficiente a documentação relativa aos índios, no tempo do descobrimento, e não tenha sido feito o levantamento etnológico das tribus existentes, pode dizer-se, de um modo geral, que o selvagem brasileiro se caracterizava pela sua pequena estatura, pele cobreada, cabelos pretos e lisos, rosto largo e achatado, nariz deprimido, olhos mongólicos (afastados e pequenos), castanhos-escuros, e maçãs salientes. A organização social e a cultura, geralmente rudimentar, dos povos ameríndios variavam muito, certamente, entre as tribus agrícolas, das florestas amazônicas, e a das sociedades selvícolas que se estendiam do Rio Grande do Sul até o Chaco e talvez até os campos gerais de Mato Grosso, e « cuja cultura girava em torno das manadas de guanaco e dos bandos de ema », como entre estas tribus e as do planalto oriental do Brasil que viviam da caça. O índio paulista do extremo sul, o do altoplano central que se misturou às populações de Goiás e da região setentrional de Mato Grosso, e os nativos da bacia amazônica, cuja cultura se estendeu do Amazonas « pela orla marítima até onde o pôde levar a sua frágil urbé », todos apresentavam, porém, traços comuns de cultura material, como o arco e a flecha, o pau de fogo, o pau de tecer cestos, a pedra lascada, que denunciavam a comunidade de suas origens remotas. A sua « constitucional aversão ao calor », na observação de BATES, parece confirmar a hipótese das origens asiáticas do selvagem vermelho que vive como estranho e imigrante nestas cálidas regiões, « a cujo clima a sua constituição original não era adaptada, nem até agora se adaptou perfeitamente » (H. W. BATES, *Um naturalista no Amazonas*). A concepção comunista da propriedade é, no dizer de ROY NASH, « um traço fundamental que liga todos os povos ameríndios, agrícolas ou caçadores ».

numerosos em 1500, mas cujo número ainda hoje seria difícil senão impossível de calcular com segurança, por falta de dados, derivavam, na grande variedade de suas tribus e famílias, de quatro troncos principais: tupi, tapuia, arauaque e cariba, dos quais o mais importante, o dos tupis, se espalhava pela orla do litoral, do Rio Grande do Sul ao Pará, e do Pará, pelas florestas alagadiças do Amazonas, até a foz do Madeira. Dos cruzamentos entre índios e portugueses, lembra ROY NASH, "nove talvez em cada dezena, se processaram com mulheres desse extraordinário povo agrícola", — os tupis, cuja língua se tornou língua geral e cuja cultura era a mais disseminada na América portuguesa. A escassez de mulheres brancas contribuía para atizar as relações com as do país e estimular a mestiçagem de brancos e de índios, em cujos descendentes, os mamelucos, se entroncaram numerosas famílias do norte do planalto central e se podem buscar as origens da vitalidade e da força expansiva do nomadismo aventureiro dos bandeirantes. O romance *Iracema*, de JOSÉ DE ALENCAR, escreve AFRÂNIO PEIXOTO, "é simbólico do amor que as filhas do país tinham ao aventureiro branco; descobrí que é anagrama de América: seria sua intenção descrever as núpcias da terra virgem e do colono civilizador?" Mas muito maior ainda foi a contribuição que trouxe a onda volumosa dos africanos, talvez 3 300 000 segundo os cálculos de R. SIMONSEN, colhidos em grande número de nações diferentes e importados à grande, quase sem intermitência, até que se estancou a fonte em 1850, com a abolição do tráfico de escravos: a superioridade da cultura negra em relação à dos índios, a intimidade do contacto que o regime de escravidão não tardou a estabelecer entre as duas raças, e a utilização dos negros para serviços domésticos, abriram largo campo a essa nova mestiçagem, favorecendo, por toda parte, na expressão de GILBERTO FREYRE, "esses amores de senhor e escrava com que se regalou o patriarcalismo colonial".

Se, como se vê, as origens brasileiras estão claramente determinadas na mistura das três raças ou na assimilação progressiva, nos primeiros séculos, das raças vermelha e negra, pela raça branca européia, numa larga transfusão de sangue, ainda estão por se esclarecer completamente as questões relativas aos diversos tipos étnicos, portugueses e negros, que se canalizaram para o Brasil, aos seus respectivos caracteres antropológicos, à distribuição geográfica dos negros e dos índios e às proporções em que se produziram os cruzamentos com os colonizadores brancos.¹⁴ Parece-nos que já se pode concluir, com F. J. DE ALMEIDA PRADO, no seu trabalho exaustivo sobre os primeiros povoadores do Brasil, ter sido bem variada a ascendência branca dos mestiços do litoral, e tanto NINA RODRIGUES como GILBERTO FREYRE, ao se ocuparem do tráfico africano, já demonstraram a variedade de "nações" e de áreas de cultura, de que foram transportados os escravos negros, que vão desde os elementos colhidos nas tribus mais selvagens dos cafres até os negros sudaneses, de cultura adiantada, predominantes na formação baiana. Estes, os africanos brasileiros, negros autênticos como os "hotentotes" e os "boschimanos", os "fulahs" ou chamados "negros de raça branca", ou mestiços como os escravos provenientes da Senegâmbia e da Guiné Portuguesa, "considerados, por alguns, superiores aos demais do ponto de vista antropológico", concentravam-se em

¹⁴ A miscegenação que largamente se praticou, no Brasil, corrigiu, como observa GILBERTO FREYRE, « a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a senzala ». Reduziu-a, sem dúvida. Mas na estratificação étnica e social, os africanos, os negros brasileiros e, em geral, os próprios mestiços de origem africana, continuaram a colocar-se nas camadas sociais inferiores, ainda quando apresentavam os negros escravos cultura superior à dos índios e mesmo à dos brancos. Se era comum e ainda frequente o brasileiro, descendente de índios, gloriar-se de sua origem, invocar com orgulho o seu « sangue de caboclo » e sentir-se mais brasileiro, por ter nas suas veias, mesclado ao do branco, o sangue da raça autóctone, já não sucedia o mesmo com o mulato que procurava, como ainda hoje, antes dissimular do que alardear a sua origem africana. As três raças, branca, vermelha e negra, distribuem-se, na estratificação étnica, em camadas superpostas e hierarquizadas. Os preconceitos raciais, se nunca chegaram a estabelecer conflitos e oposições, sempre existiram também entre nós, para « classificar » e « desclassificar ».

regiões diversas do país, mas, em proporções já impossíveis de determinar pela ausência ou extinção de documentos e estatísticas aduaneiras de entrada de escravos. A luz que projetam os documentos históricos, já amplamente investigados por NINA RODRIGUES, GILBERTO FREYRE, ARTUR RAMOS, F. J. DE ALMEIDA PRADO e outros, não chega a esclarecer, senão no seu conjunto e em alguns de seus aspectos fundamentais, o quadro das origens brasileiras, cujos estudos, tanto do ponto de vista físico, como, sob o aspecto cultural, se diriam em parte condenados, por falta de dados antropológicos e históricos, ao domínio das conjecturas, tôdas as vêzes que entramos em detalhes sobre os primeiros povoadores europeus e sobre a conveniência e a distribuição de escravos negros. Não são menores nem menos profundas as zonas de sombra que envolvem, fechando-as por todos os lados, as questões referentes aos diversos povos ameríndios, da bacia amazônica, do planalto e da costa meridional do Brasil entre os quais as diferenças acentuadas de caracteres físicos não chegavam a dissimular a comunidade de origem, marcada nos traços principais da estrutura, na cor dos cabelos, dos olhos e da pele, como nos dentes em forma de pá, côncavos, e na largura considerável do rosto em relação às dimensões cranianas.¹⁵

Certamente, enquanto a mestiçagem do branco e do índio não foi em grande escala, a não ser no primeiro século, e se foi reduzindo progressivamente, parte pelo extermínio, parte com a retirada, em massa, dos selvícolas brasileiros, acossados do litoral para o interior e para as florestas¹⁶, o contingente negro seguiu por 300 anos uma linha de desenvolvimento crescente, com a importação ininterrupta de escravos, de diversa procedência africana, que se cruzavam entre si e com os brancos, multiplicando-se os mestiços resultantes desse último tipo de cruzamento. Se se considerar que, nos princípios do século XIX, o número de escravos atingia 1 500 000, para uma população de 3 500 000 de brasileiros, entre brancos e mestiços, e que daí por diante 1 250 000 negros foram ainda introduzidos no Brasil, até a abolição do tráfico, em 1850, será fácil avaliar a desproporção do núcleo negro em relação à raça branca, dominadora, e o enorme contingente trazido pelas leva contínuas de escravos à mistura do povo, sobretudo nas mais baixas camadas sociais. Segundo o Recenseamento de 1872, o primeiro que se fez no Brasil, para a população ini-

¹⁵ A dificuldade em determinar a estrutura antropológica dos elementos (branco, vermelho e negro) que entraram na formação do povo, e a influência de cada um deles na constituição do tipo nacional, provém não só da variedade de tipos de cada uma dessas raças, como da distribuição geográfica desses elementos e das diferentes proporções em que se caldearam, de uma a outra região. Não houve apenas, na origem étnica, a mistura de três raças radicalmente diferentes. As duas raças exóticas, a branca e a negra, já vinham cruzadas e recruzadas, para se mesclarem as populações ameríndias, num verdadeiro caldeamento étnico. Os colonizadores brancos portugueses, eram provenientes de um agrupamento étnico, de formação extremamente complexa, na massa de cuja população peninsular já se encontravam, observa OLIVEIRA VIANA, dois grupos fundamentais: "um louro alto, dolicoide, de hábitos nômades e conquistadores; outro moreno, de pequena estatura, dolicoide ou braquicoide de hábitos sedentários e pacíficos". Na obra de conquista e do descobrimento, pensa OLIVEIRA VIANA ter tomado a dianteira, na emigração para o novo mundo, o homem dólico-louro (*homo europeus*, de LAPOUGE), preponderante na classe aristocrática e essencialmente migrador, enquanto o homem braquicéfalo e de pequena estatura (*homo alpinus*, de LINNEU) que formava a base das classes médias e populares, teria afluído mais tarde, em correntes copiosas de colonos, sobretudo depois da descoberta das minas. A hipótese não tem, porém, a apoio-lá uma suficiente documentação de base nem foi confirmada pelos estudos e pesquisas ulteriores. A variedade de tipos das duas raças dominadas encrespa o problema de dificuldades ainda mais irritantes: a população aborígeme, em que se reúnem sob nome comum (o *homo americanus*) ao menos dois grupos (tupis e tapuias) esgalhados em uma grande diversidade de tribus selvagens, é, apesar de sua complexidade, muito menos rica em tipos antropológicos do que a raça negra, nas massas de escravos importados. Esses grupos africanos, provenientes de uma extrema variedade de tribus e « nações », diferem não só pelas suas culturas (três, ao menos, segundo ARTUR RAMOS, que filia todos os negros, vindos para o Brasil, à cultura sudanesa, à sudanesa-maometana e às bantús), mas também pelas suas particularidades somáticas e pelos seus caracteres psicológicos. Ainda estão por esclarecer, se é que venham um dia a elucidar-se, quase todos os problemas postos à antropologia pura pela diversidade dos tipos peninsulares, negros e americanos, que confluíram e se misturaram nesse imenso caldeirão, dos três primeiros séculos, depois do descobrimento.

¹⁶ « A percentagem de sangue autóctone, escreve HUMBERTO DE CAMPOS, é, nas nossas veias, mais importante do que supomos ou proclamamos. A versão de que o índio preferiu desaparecer em grande parte a aliar-se ao invasor, provém da confusão dos seus mestiços, com o português, após a segunda ou terceira geração aclimatada. O mulato é inconfundível; o mameluco, muito ao contrário, pode passar despercebido, mesmo na primeira geração. Atente-se para os 22 milhões de brasileiros que povoam o norte do país e os Estados do centro e ver-se-á como está latente ainda neles, no tipo e na alma, o ante-passado americano ». HUMBERTO DE CAMPOS *Crítica*, 1.ª série; 2.ª ed. pág. 256. Marisa Editora, Rio de Janeiro, 1933).



1. *Paraná Curiaú (Rio Negro). Espessa floresta ribeirinha; ilhas com lagunas e lagos.*
 RICE, Hamilton, Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha XV.



2. *Vegetação densa, característica das ilhas do baixo rio Negro.*
 RICE, Hamilton, Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha XXIII.



3. *Baixo rio Negro. Troncos e ramos caídos por efeito da erosão das águas.*
RICE, Hamilton, *Exploration en Guyane Brésilienne*. Prancha XXV.



4. *Maloca Shiriana, no igarapé Linepenone (Uraricuera).*
RICE, Hamilton, *Exploration en Guyane Brésilienne*. Prancha LXXIII.

5. Vista acima da garganta
de Kulaihia, para sudoeste. —
RICE, Hamilton, Exploration
en Guyane Brésilienne.
Prancha XC.



6. Trecho do rio Amazonas,
nas vizinhanças de Faro. —
Foto REMBRANDT.

7. Trecho do rio Amazonas,
nas vizinhanças de Faro. —
Foto REMBRANDT.



8. Trecho do rio Amazonas,
nas vizinhanças de Faro. —
Foto REMBRANDT.



9. Carnaúbal em Paraíba. —
Foto REMBRANDT.

10. Dois juazeiros; árvores que
resistem às mais longas sêcas.
Paisagem do Piauí. — Foto
O. DOMINGUES. Travel in
Brazil, vol. 2, n.º 2, pág. 20.





11. Canal de Iuna, nas cercanias de Belém do Pará. Um igarapé. Foto REMBRANDT.



12. Caraubal. Foto REMBRANDT.



13. *Cactus*. Planta característica das regiões do Nordeste. — Foto do Departamento de Agricultura Brasil. *Travel in Brazil*. Vol. 2, no. 2, pag. 19.

14. *Praia da areia preta*, em Natal. — Foto REMBRANDT.



15. *O pico do Jaraguá*, no Estado de S. Paulo.

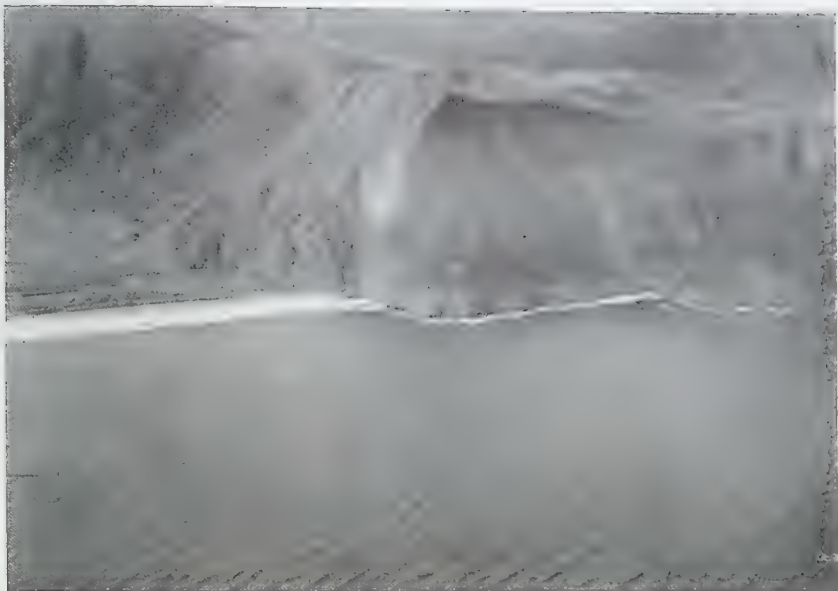
16. Serra divisória entre São Paulo e Minas. São Bento do Sapucaí. — Foto da ENFA.



17. Serra dos Órgãos, vista do alto de Teresópolis. — Foto TORRI MACCHI. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.

18. Rio Paraíba, perto de Taubaté. Estado de S. Paulo. — Foto da ENFA.





19. *Ponta da Juréia. Iguape. Estado de S. Paulo.*
Foto da ENFA.

20. *Catarata do Iguaçu ou Santa Maria. Rio Iguaçu.*
Foto Touring Club. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.





21. *Índio Mayongé, caçando.*
— RICE, Hamilton, *Exploration en Guyane Brésilienne.*
Prancha CXV.



22. *Joven índio Mayongé Kujumá, armado de um arco e flechas.* — RICE, Hamilton, *Exploration en Guyane Brésilienne.* Prancha CXIV.



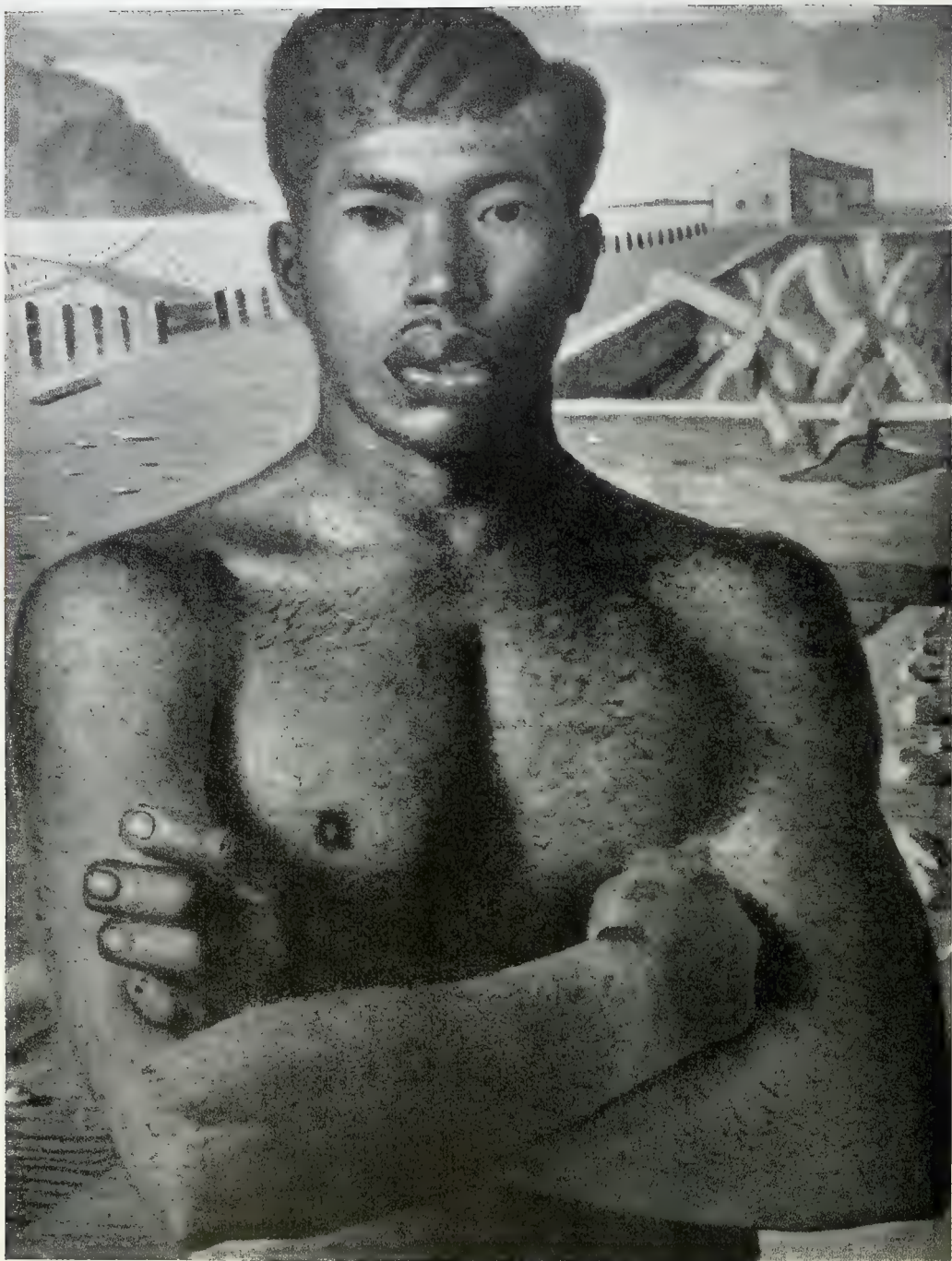
23. *Chefe Tucano da região do rio Negro.* — Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



24. *Cabana de índios Makus em Tokixima.*
RICE, Hamilton, *Exploration en Guyane Brésilienne*. Plancha CXXX.



25. *Índio Parintintim do rio Madeira.* — Foto do
Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia
de São Paulo.



26. "Mestiço". Óleo de CÂNDIDO PORTINARI. — Propriedade da Pinacoteca de S. Paulo.

cialmente apurada de 9 930 479 habitantes, em que se computaram 1 510 806 escravos, havia 3 787 289 brancos e 3 801 782 mulatos e mestiços de vários graus, dos quais cerca de 2 milhões (precisamente 1 954 452) de raça africana e 386 955 de raça ameríndia, constituindo estes, portanto, a quinta parte dos mestiços recenseados. A mestiçagem com o ameríndio predominou no extremo norte, nas zonas do nordeste e nos Estados centrais, de Goiás e Mato Grosso, enquanto a do branco e do africano foi mais intensa no litoral, desde o Recife até o Rio de Janeiro e em Minas Gerais, ou, em geral, em determinadas regiões do planalto, mais próximas ao litoral e aos portos de entrada e distribuição de escravos, isto é, nas regiões em que dominou a grande propriedade agrícola, de economia escravocrata e na zona de mineração. Por esse mesmo censo de 1872, as populações do norte e do sul se distribuíam em partes equivalentes, de cerca de 5 milhões de habitantes cada uma, concentradas sobretudo em Pernambuco, Ceará, Baía, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo que, com o Rio Grande do Sul, então com perto de 450 000 habitantes, constituem ainda hoje os maiores centros de cultura e produção do país.¹⁷ Mas esse crescimento da população e o que posteriormente se verificou, até o penúltimo Recenseamento de 1920, — se considerarmos os 300 000 estrangeiros, na sua maioria portugueses, apurados no primeiro recenseamento, e tivermos em vista que de 1872 até 1920 só entraram cerca de 3 200 000 estrangeiros, de imigração branca —, verifica-se terem sido antes um notável desenvolvimento genético, com predomínio crescente do branco, dos diversos elementos que entraram na composição do povo brasileiro.

A esse fato, de grande importância para a formação nacional, de ter permanecido relativamente fraco o número dos estrangeiros em relação ao núcleo primitivo, é preciso acrescentar, para compreender o fenômeno brasileiro, a mobilidade da população, cujo movimento, agindo como instrumento de assimilação, concorreu para a interpenetração e assimilação de raças e culturas diversas. Além das infiltrações lentas que, repetindo-se, produziram muitas vezes tanto efeito como as migrações em massa, e dos pequenos agricultores que, já em nosso século, se deslocaram quando se esgotou a fecundidade do solo que ocupavam (movimentos para noroeste em São Paulo), concorreram, para misturar as populações no Brasil, nos três primeiros séculos, os movimentos migratórios que tendiam a um fim procurado de antemão: os que se ligaram à criação e ao comércio de gado, acompanhando as pastagens ao longo dos vales e, sobretudo, do vale de São Francisco; os movimentos provocados pelas invasões como no caso da guerra holandesa e, especialmente o das bandeiras e entradas ao sertão. “Para vencermos a terra, escreve EUCLIDES DA CUNHA, houvermos que formar até o homem capaz de a combater, — criando-se à imagem dela com as suas rudezas e as suas energias revôltas —, por maneira a talhar-se no tipo mestiço e inteiramente novo do bandeirante, a figura excepcional do homem que se fez bárbaro para estradar o deserto, abrindo as primeiras trilhas do progresso”. Todos sabemos a importância capital dessas

¹⁷ Em 1940, segundo a “Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos”, a população brasileira era de 41 565 083 habitantes, dos quais 16 005 992 caberiam ao norte (região de 4 864 467 quilômetros quadrados compreendida desde o Território do Acre até a Baía, inclusive) e 25 559 091 aos Estados do sul que abrangem uma superfície menor, calculada em 3 646 722 quilômetros quadrados. Sendo a densidade geral da população brasileira de 4,88 habitantes por quilômetro quadrado, a densidade, nessa região setentrional, isto é, do bloco dos Estados do norte, apenas ultrapassa 3 habitantes e, nos Estados do sul, atinge um pouco mais de 7 habitantes por quilômetro quadrado. A equivalência de populações nas duas grandes regiões geográficas do país, segundo o Recenseamento de 1872, cujos resultados definitivos davam, para o norte, uma população de 5 040 998 hab. e, para o Sul, a de 5 071 063, sucedeu, como se vê, do ponto de vista demográfico, uma ruptura de equilíbrio entre os dois blocos, atingindo os Estados do sul mais de 25 500 000, contra pouco mais de 16 000 000 na região setentrional do país: a imigração européia, de origem mediterrânea ou germânica, para os Estados do sul e as migrações internas do norte para o sul concorreram não só para alterar a composição primitiva das populações brasileiras, mas para determinar esse desnível ou diferença de 10 milhões de habitantes no crescimento demográfico de uma a outra região.

migrações humanas, cuja teoria geral foi estabelecida por FREDERICO RATZEL¹⁸, e que não são mais do que o conjunto dos movimentos em virtude dos quais as coletividades chegaram a agrupar-se e a distribuir-se sobre o território em cada momento da história. As cartas, traçadas por R. SIMONSEN, do movimento do gado e de populações vaqueiras, e o mapa geral das bandeiras que devemos a AFONSO TAUNAY, mostram-nos à evidência como a natureza do solo e os acidentes geográficos contribuíram para determinar a maneira pela qual essas massas de homens se moveram sobre o território, no período colonial, ligando o norte ao sul do país e dilatando-lhe as fronteiras coloniais. Os grandes rios foram, por excelência, na justa observação de GILBERTO FREYRE, "os rios do bandeirante e do missionário que os subiam vencendo dificuldades de quedas d'água e de curso irregular"; eles dispersaram o colonizador permitindo ao bandeirante "tornar-se desde os fins do século XVI um fundador de sub-colônias", internando-se para oeste, pelas águas do Tietê ou subindo pelo vale do São Francisco em que entraram as levadas de catequizadores, se formou a civilização do couro e se encontraram as bandeiras paulistas, pernambucanas e baianas.

Essas migrações internas que, dispersando e misturando os grupos entre si, contribuíram para acelerar o processo de formação de nossa sociedade, híbrida de índio e, mais tarde, de negro na sua composição, podiam ter suas origens na tendência colonial do português de "antes se derramar do que condensar-se", mas foram certamente favorecidas e estimuladas pelo interesse econômico (caça ao índio, procura e extração de riqueza mineral) e pela própria extensão do espaço ocupado. Ela supõe, de fato, sociedades pouco densas e que dispõem de vastos espaços. É uma tendência fundamental de todas as sociedades estender sua base geográfica; elas têm sede de espaço. Sem dúvida, os espaços limitados, segundo observa RATZEL, têm um papel útil; são muitas vezes os focos em que se elaboram, graças a uma concentração energética, formas elevadas de civilização. Mas, desde que elas se formaram, tendem necessariamente a espalhar-se além de suas fronteiras iniciais. As bandeiras e as entradas em que se expandiu o nomadismo dos bandeirantes, na sua maioria mestiços de brancos e índios, constituíram, por esta forma, um dos sistemas mais vigorosos de uma nova sociedade em formação. Assim, quando já no século XIX, pouco antes da abolição da escravidão, começou a intensificar-se o movimento de imigração de origem mediterrânea e germânica (portugueses, italianos, espanhóis, alemães e outros) já estava constituído o núcleo nacional, bastante sólido para digerir e assimilar a massa de imigrantes, carregados em correntes anuais, sucessivas e às vezes volumosas como as que se registaram de 1888 a 1897 e de 1906 a 1914 e se repetiram mais tarde, no decênio de 1920 a 1930, com outros grandes afluxos imigratórios. Ademais, ao tomar impulso a imigração branca, depois da extinção do tráfico, a população do Brasil já beirava 7 milhões, para atingir a mais de 14 milhões em 1890, subindo de 7 677 800 em 1854, a 37 milhões em 1935, enquanto, nesse mesmo período, não ultrapassou de 4 400 000 o número total de imigrantes europeus. A absorção gradual e progressiva dos imigrantes pelo núcleo primitivo nacional processou-se regularmente pela confluência das condições essenciais, sem as quais não se poderia realizar essa assimilação: a existência de um forte núcleo primitivo como base de comunidade de raça, e em torno do qual se formou essa comunidade étnica em consequência de contínua miscigenação; a proporção relativamente fraca do número dos estrangeiros em relação ao núcleo primitivo; e, finalmente, a distribuição e a mobilidade da população imigrante, passando do campo

¹⁸ RATZEL (FRIEDRICH), *Anthropogeographie*. Erster Theil: *Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*. Stuttgart, I. Engelhorn, 1899.

à cidade, da agricultura à indústria e mais facilmente assimilável em consequência dessas mudanças que contribuíram para romper os laços de origem e fundir os elementos estranhos no mundo dos brasileiros. ¹¹

Foi graças a êsse cruzamento, — processo biológico de seleção natural, facilitado em parte pelos deslocamentos das populações e pela ausência de preconceitos raciais, que no Brasil se caldearam as raças, branca, africana e ameríndia, e se foi formando o povo brasileiro, resultante de vários elementos étnicos, indígenas e forasteiros, assimilados pelo branco. Que êste povo é um amálgama de várias raças, elas mesmas cruzadas e recruzadas, como o português que se tornou pela sua atividade genésica, mobilidade e adaptabilidade ao clima tropical, o núcleo de formação nacional; que, por êsse caldeamento incessante, o país se constituiu, na expressão de MENDES CORREIA, um dos maiores campos de assimilação étnica e social que já existiram, não há sombra de dúvida. Mas, de um lado, não é menos certo que “todos os povos que marcham à frente da civilização, como lembra JEAN FINOT, possuem o sangue mais rico em elementos heterogêneos, e todos cujas origens foram estudadas, fazem ver a mesma riqueza de elementos étnicos que, entrecruzados, contribuíram para formar a sua unidade nacional”. E, a ser verdadeira a hipótese de SCHNEIDER, é sempre 500 a 600 anos depois de um intenso mestiçamento que se produzem os principais surtos culturais, geralmente anunciados por um grande poeta, como parece testemunhar, na China, a época clássica de LAO-TSE e de CONFÚCIO (600-480), cinco séculos depois da conquista dos TCHOU (1123); na Grécia, o nascimento de ESCHYLO, seis séculos após a invasão dos Dórios; na França, a eclosão da poesia trovadoresca, no princípio do século XII, a igual distância, no tempo, da invasão dos borguinhões no século V, ou, na Itália, o aparecimento de DANTE, precedido de 600 anos da conquista do norte pelos lombardos. Assim, no Brasil, país novo, em plena fase de crescimento e, por isto mesmo, pelas riquezas e imensidade de seu território, grande foco de atração de imigrantes, êsse caldeamento e mistura de raças, desde os albores de sua vida, pôde estar preparando o humus biológico para florir uma nova civilização. Por outro lado, a análise da constituição antropológica de nossa população, de 1835 a 1935, demonstra que, segundo cálculos aproximados, a percentagem de mestiços (18,2 %) e de negros (51,4 %), atingindo a 69,6 % sobre 24,4 % de brancos, em 1835, baixou a 40 % (compreendendo somente 8 % de negros) para 60 % de brancos sobre o total da população: a raça negra e índia estão desaparecendo, absorvidas pelo branco, ou, para empregar a expressão pitoresca de AFRÂNIO PEIXOTO, “há, crescente, a albumina branca para refinar o mascavo nacional”. Se nos faltou a integridade racial dos tipos formadores e nos sobraram as mestiçagens dissolventes (branco e

¹¹ Essa mobilidade de população migrante verificou-se por toda parte, com exceção apenas dos alemães de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e dos japoneses em São Paulo e no Amazonas. Os grupos estrangeiros em São Paulo, onde se condensaram e em outros Estados, tiveram que fundir-se, frequentemente divididos pelas mudanças. Os colonos alemães, ao contrário, que se estabeleceram, desde 1836, ao norte da lagoa dos Patos, em pequenas propriedades agrícolas, e em Santa Catarina, reforçados por novos contingentes, puderam constituir colônias insuladas, de uma vida rural de tipo europeu: o isolamento desses colonos, hoje cerca de 500 000, entregues a si mesmos no interior do Estado, já tão isolado da nação, observa J. LAMBERT, permitiu o estabelecimento de uma homogênea colonização alemã, durante muito tempo privada das relações com os elementos propriamente brasileiros do país. (J. LAMBERT, *As colônias alemãs no Rio Grande do Sul*, I-II. In “O Estado de São Paulo”, Junho de 1939). A assimilação dos japoneses, embora já se tenham registrado cruzamentos de japoneses e brasileiros, tem encontrado obstáculo ao seu desenvolvimento na tendência desses imigrantes a concentrar-se em determinadas regiões e, concentrando-se, a isolar-se em consequência, em suas colônias, à maneira de quistos no organismo nacional. Em todo caso, como o número de imigrantes dessa nacionalidade, entrados pelo porto de Santos, desde que se iniciou a imigração estrangeira em 1808, foi de 176 775, ao todo, e 163 929 o dos que se fixaram no Estado de São Paulo, os japoneses, distribuídos por diversas regiões, se perdem numa população total de 7 milhões de habitantes. O problema surgiu em 1936, com referência à bacia amazônica, quando pelo contrato nipo-amazônico, se pretendeu derramar sobre 10 000 quilômetros quadrados do Estado do Amazonas, 300 000 japoneses. Não seria somente um problema de massa, mas de repartição: “300 000 japoneses espalhados sobre 8 milhões de quilômetros quadrados do Brasil não representariam um perigo, observa justamente H. HAUSER; os mesmos 300 000 sobre 10 000 quilômetros quadrados do solo do Estado do Amazonas constituiriam um perigo que não se pode negar”. (H. HAUSER, *A imigração no Brasil e o problema japonês*. In “La Prensa”, de Lima, Perú, 9, 10 e 11 de Setembro de 1937).

negro), outros elementos físicos e sociais; como os fatores mesológicos, a vitalidade do primitivo núcleo ibérico, a rápida fusão de raças, a comunidade de língua, de costumes e de tradições constituíram, no Brasil, para criar um tipo nacional, essa força empolgante que nos Estados Unidos, como escreve M. SAMPAIO FERRAZ, "plasmou e absorveu as correntes adventícias, transformando-as rapidamente no tipo *sui generis* e inconfundível do americano".²⁰

Em um meio como o nosso que se veio formando, desde o início, com elementos de várias procedências, indígenas, sobretudo no primeiro século, africanos durante trezentos anos, e povos europeus, além de semitas, árabes, sírios e japoneses, esses, em fraca proporção, a mistura ou caldeamento de raças heterogêneas, não antagônicas, é um fato normal, não só útil, mas indispensável à evolução étnica do povo brasileiro. Não é um problema, mas antes a solução natural, o cruzamento dos vários povos e nacionalidades que entraram na composição étnica do povo e que, sob esse aspecto, só viriam constituir problemas quando se manifestassem inassimiláveis, formando ou tendendo a formar colônias maciças, envolvendo para suas origens como quistos no organismo nacional. Na verdade, "contemplando-se os fatos do alto, isto é, considerando-se largos períodos, escreve H. HAUSER (loc. cit.), pode-se admitir que desde 1820, nas vésperas da independência, a 1930, o Brasil recebeu cerca de 4 milhões de imigrantes. O estoque de origem portuguesa aumentou com um contingente igual a 30 % desse total, e, ajuntando-se-lhe os espanhóis (12,2 %), teríamos o total de 42 % de ibéricos, enquanto os italianos alcançaram 34,1 %. Os alemães, fortemente concentrados no sul, não representaram no total senão 3,5 %, e os de origens diversas 19,8 %, figurando nos primeiros lugares os franceses e os belgas e, mais recentemente, os poloneses". Não se constata, portanto, em matéria de imigração, salvo nos casos já citados, problema nem de massa nem de distribuição. Todo problema brasileiro acha-se, ao contrário, como já observara H. HAUSER, nas suas cifras de população (41565083 habitantes para 1940) e de superfície (8 511 189 quilômetros quadrados) ou, mais simplesmente ainda, dentro da cifra da sua densidade: — "densidade que quase corresponde a um deserto". A população brasileira é, pois, como se vê, ligeiramente superior à da França, em um território quinze vezes e meia maior, que permitiria ao Brasil, sem superpovoá-lo, uma população de cerca de 400 milhões de habitantes, descontadas as zonas semi-áridas, pantanosas e de difícil acesso no território nacional. A selva amazônica, os bosques espessos e as florestas de Mato Grosso e de Goiás, constituem, no sentido estrito "solidões em que o avião, — único meio de transporte possível nessas regiões, — não

²⁰ A tendência de explicar pelas diferenças climáticas ou diferenças raciais tôdas as idiosincrasias de um caráter nacional encontra a mais forte repulsa no próprio processo de evolução das sociedades, cujas transformações de estrutura social e econômica se acompanham de mudanças de mentalidade, nas diversas fases de seu desenvolvimento. Certo, tanto o clima ou meio físico, em geral, quanto a raça, entendida como o conjunto de fatores hereditários, extremamente complexos aliás, para se poderem precisar, em povos constituídos de mistura de raças, exercem influência na formação do temperamento e do caráter nacionais. Mas não se pode retratar a mentalidade nem prever o futuro de um agrupamento humano em função de sua composição étnica. É o que afirmam com toda nitidez N. COLAJANNI (*Latins et anglo-saxons*, traduit par J. DUBOIS, Paris, Félix Alcan, 1905); e J. FINOT (*Le préjugé des races*, Paris, Félix Alcan, 1905). "Os fenômenos que se passam na sociedade, observa H. HUBERT, fenômenos de crescimento e de decomposição, religiosos e morais, etc., são fenômenos sociais e não fenômenos peculiares às raças. Ademais, os grupos observáveis são de tal maneira compostos que não é científico procurar distinguir na sua vida social e mental, a contribuição das aptidões originais de seus diversos elementos." O estudo das raças, como elementos componentes dos grupos humanos, — estudo de pura antropologia, deve completar-se e auxiliar-se com o das sociedades, na sua estrutura e evolução, que é objeto da sociologia. De fato, para empregarmos a expressão de THURNWALD, criada para distinguir a seleção social da seleção biológica, — os diversos tipos nacionais são "peneirados", isto é, selecionados e formados segundo os ideais dominantes em certa época, numa sociedade determinada. O que importa, antes de tudo, é conhecer as condições de peneiramento (seleção social), numa sociedade, isto é, conhecer os valores culturais e a ordem segundo a qual se processa essa seleção. O antropólogo, explica H. BALDUS, comentando as teorias de THURNWALD e de seu discípulo W. MUHLMANN, "só conta com os objetos do peneiramento e seleção, isto é, com as predisposições hereditárias ou com os homens portadores destas predisposições. O sujeito da peneiração e da seleção, é o ambiente físico e social que forma o horizonte cultural de um povo. Ignorando-se esse horizonte, não se podem julgar os efeitos do peneiramento e da seleção" (cfr. MUNTZ, *Race contacts*; *Century social sciences series*. The Century Co.; FRANK H. HANKINS, *La race dans la civilisation*. IIe. Partie. Le concept et le rôle social de la race, págs. 203-327, Payot, Paris, 1935).

descobre senão raros agrupamentos humanos".²¹ Mas, se a essa situação demográfica criada por uma tênue densidade estática, se acrescentar a fraca densidade dinâmica, ou seja, o grau mínimo de intercâmbio econômico e cultural dessas populações extremamente rarefeitas, será fácil compreender que o problema brasileiro é o de povoamento de penetração e de comunicação e transportes e que a chave desse problema estará antes num plano racional de imigração, em pequenas massas, e de distribuição e assimilação das correntes adventícias, para a incorporação progressiva dos imensos semi-desertos da Amazônia, de Mato Grosso e de Goiás à civilização nacional. Que, para essa obra de penetração e conquista das terras por povoar, o brasileiro concentra tôdas as condições de audácia, tenacidade e resistência, provam-no não somente o formidável movimento de expansão que se verificou, desde o século XVI com as entradas e bandeiras, mas, ainda em nossos dias a empresa heróica da conquista do Território do Acre e a vitória do homem contra essa natureza, — a da Amazônia —, "misto de águas e terras, que se oculta, completamente nivelada na sua própria grandeza". As gentes que povoam essa terra, lembra EUCLIDES DA CUNHA, na sua linguagem incomparável, "talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a; domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto". O quadro dessa sociedade de "caboclos titânicos que ali estão construindo um território", com a firmeza e o vigor com que os paulistas avançam pelos seus sertões, levando a civilização nos limpa-trilhos e fazendo amadurecer, em decênios, cidades brotadas do solo, põem à evidência a ténpera do homem nacional, perfeitamente aclimado ao novo meio, enrijado na áspera luta contra a natureza hostil e os espaços ilimitados. Certamente, se não se podem determinar com precisão os elementos de cuja mistura, em cada uma das regiões, resultou o povo brasileiro e discernir com nitidez, nessa população, tôdas as diferenças étnicas, já se distingue no brasileiro, — um mediterrâneo, de sangue misturado, na variedade de seus sub-tipos, — um tipo nacional único a que imprimiram caracteres próprios, vigorosamente marcados, os agrupamentos primitivos, fundados sobre o parentesco material e desenvolvidos pela longa cohabitação do mesmo território, pela comunidade de língua e pelas crenças comuns que se seguiram e caracterizam a nossa civilização. Foi A. SIEGFRIED que vaticinou que, "se algum dia a civilização branca retroceder, a civilização indígena perdurará na América Latina, sempre disposta a retomar o sentido de sua tradição". Mas, a raça indígena que levantou os seus baluartes nos Andes e em alguns países centro-americanos e nele se mantém irredutível à infiltração branca, não contribuiu, de maneira ponderável, senão nos dois primeiros séculos, para a formação do povo brasileiro, cujos mestiços de origem ameríndia, como as raças autóctones, ainda existentes, embrenhadas nas

²¹ Esta, a densidade aritmética média (4,88), é extremamente baixa como se pode ver do confronto com a densidade de alguns países europeus em que o número médio de pessoas que vivem sobre uma unidade de superfície, num dado território, atinge na Bélgica a 276 habitantes por quilômetro quadrado; na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a 192; na Alemanha a 141; na Itália a 139 e finalmente a 76 na França. No Japão, também em 1934 a densidade média é de 179, o que coloca esse país em segundo lugar, logo depois da Alemanha, entre os de população mais fortemente agrupada. A densidade média da população brasileira, de 3,59 em 1920, subiu, conforme a "Synops" anteriormente citada, em 1940 a 4,88 habitantes por quilômetro quadrado; mas essa densidade é extremamente variável de uma região a outra, atingindo, a 43,93 no Rio de Janeiro; a 33,52 em Alagoas; a 29,28 em São Paulo; a 27,15 em Pernambuco; a 25,62 na Paraíba; e 25,33 em Sergipe (os Estados de população mais densa), para cair abaixo de 1 habitante por quilômetro quadrado no Pará, Território do Acre, Amazonas e Mato Grosso. Segundo os dados colhidos pelo Recenseamento de 1920, para 1 000 habitantes, 504 pertenciam ao sexo masculino e 496 ao feminino, sendo o número de homens sensivelmente mais alto nos Estados do sul em consequência da imigração, e na Amazônia, Goiás e Mato Grosso, — regiões de exploração florestal e de minérios, — e predominando as mulheres nos Estados do norte, devido ao êxodo de trabalhadores rurais para o sul do país. Sobre cada 1 000 habitantes encontraram-se, por esse mesmo recenseamento, 570 indivíduos de menos de 20 anos, 400 de 20 a 60 anos e 30 de mais de 60 anos. As proporções em que coexistem as diferentes gerações, a geração descendente, dos mais velhos, os avós; a geração reinante, a dos pais, e a geração ascendente, os filhos, mostram, pelo número pouco elevado dos mais velhos (30 de mais de 60 anos, para 75 na Inglaterra, 80 na Alemanha, 82 na Bulgária, 87 no Japão, e 128 na França), a superioridade quantitativa dos mais jovens, mas não parece terem contribuído para diminuir sensivelmente a influência da velha geração, cuja autoridade começou a ser abalada pelas revoluções, a partir de 1930, e pela consequente ascensão dos moços ao poder e renovação dos quadros políticos e culturais.

florestas, não estariam em condições nem teriam a capacidade de resistir a avalanche dos povos brancos. A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa, — cidadela da raça branca —, antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa, — a da atmosfera de sua própria civilização.

BIBLIOGRAFIA

- AGASSIZ (L.) e CARY AGASSIZ (E.) — *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Trad. Série Brasileira, vol. 95, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- ARAÚJO LIMA — *A Amazônia. A terra e o homem*. 1 vol. Editorial Alba Limitada, Rio, 1933.
- BASÍLIO DE MAGALHÃES — *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 45, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- CARVALHO (Orlando M.) — *O rio da unidade nacional — o São Francisco*. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 91, Comp. Editora Nacional, São Paulo.
- CRULS (Gastão) — *A Amazônia que eu vi (Óbidos-Tumucumaque)*. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 113, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- CUNHA (Euclides da) — *À margem da história*. I. Terra sem história (Amazônia), págs. 5-135, 3.^a ed. Livraria Chardron, Porto, 1922.
- FRÓIS AEREU (S.) — *A riqueza mineral do Brasil*. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 102, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- HOEHNE (F. C.) — *A flora do Brasil*. In Recenseamento do Brasil (1.^o de setembro de 1920), vol. I, Introdução, págs. 97-230, Tip. da Estatística, Rio, 1922.
- LICÍNIO CARDOSO (V.) — *À margem da história do Brasil* (livro póstumo). Série Brasileira, vol. 13. O Rio São Francisco, — base física da unidade do Império, págs. 47-78, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- MAULL (Otto) — *Von Itatiaya zum Paraguay*. Erlebnisse einer Forschungsreise durch Mittelbrasilien. Mit 80 Tabellen und 30 Karten. Verlag Karl W. Hiersemann in Leipzig, 1930.
- MELO LEITÃO (C.) — *Zoo-geografia do Brasil*. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 77, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- MIRANDA RIBEIRO (A.) — *Esbôço geral da fauna brasileira*. In Recenseamento do Brasil (1.^o de setembro de 1920), vol. I, Introdução, págs. 233-275, Tip. da Estatística, Rio, 1922.
- MIRANDA (Agenor A. de) — *O rio São Francisco*. Série Brasileira, vol. 62, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- MORAIS (Raimundo) — *Na planície amazônica*. 4.^a ed. Série Brasileira, vol. 63, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- MORIZE (Henrique) — *Contribuição ao estudo do clima do Brasil*. Publicação oficial do Ministério da Agricultura; Observatório Nacional do Rio de Janeiro, 2.^a ed. Tip. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, Rio, 1927.
- PEIXOTO (Afrânio) — *Clima e saúde*. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira. Série Brasileira, vol. 129, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- RANGEL (A.) — *Rumos e perspectivas*. Especialmente: Aspectos gerais do Brasil. Série de quatro conferências sobre geografia nacional, págs. 139-251, 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- RUSSEL WALLACE (A.) — *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Trad. Série Brasileira; vol. 156, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- SAINT-HILAIRE (A. de) — *Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. Trad. 1.^o e 2.^o vols. Série Brasileira, vols. 68 e 78, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936-1937.
- SAMPAIO FERRAZ (J.) — *Meteorologia brasileira*. Série Brasileira, vol. 33, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.

- SOARES DE SOUSA (Gabriel) — *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Ed. castigada e acrescentada de comentários por F. ADOLFO DE VARNHAGEN, 3.^a ed. Série Brasileira, vol. 117, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- SPIX E MARTIUS — *Através da Baía*. (Excertos da obra *Reise in Brasilien*). Trad. 3.^a ed. Série Brasileira, vol. 118, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- STEINEN (Karl von den) — *Durch Central-Brasilien*. Expedition zur Erforschung des Schingu im Jahre 1884. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1886.
- TAVARES BASTOS — *O vale do Amazonas*. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 106, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- TRAVASSOS (Mário) — *Projeção continental do Brasil*. Prefácio de PANDIÁ CALÓGERAS. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 50, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935.

II

- ALMEIDA PRADO (J. F.) — *Primeiros povoadores do Brasil (1500-1530)*. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 37, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- BALDUS (H.) — *Ensaio de etnologia brasileira*. Prefácio de AFONSO E. TAUNAY. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 101, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- ELLIS JÚNIOR (A.) — *Os primeiros troncos, paulistas e o cruzamento euro-americano*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 29, pág. 93. Série Brasileira, vol. 59, Comp. Editora Nacional, São Paulo; *Populações paulistas*; Série Brasileira, vol. 27, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Especialmente, cap. IV: O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro, págs. 303-437. Maia & Schmidt Limitada, Rio, 1933.
- LEITE FILHO (Solidônio) — *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1923.
- NINA RODRIGUES — *Os africanos no Brasil*. Série Brasileira, vol. 9, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1932.
- OLIVEIRA VIANA (F. J.) — *O povo brasileiro e sua evolução*. 2.^a parte, Evolução da raça, págs. 311-344. In "Recenseamento do Brasil", vol. I, Introdução, Tipografia da Estatística, Rio, 1922; *Populações meridionais do Brasil*. Série Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933; *Raça e assimilação*. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 4, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- PINTO (Estêvão) — *Os indígenas do Nordeste*. 1.^o e 2.^o vols. Série Brasileira, vols. 44 e 112, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- RAMOS (Artur) — *As culturas negras no novo mundo*. Civilização Brasileira Editora, Rio, 1937.
- RODRIGUES PEREIRA (Astrogildo) — *Imigração e colonização*. (Especialmente sobre a imigração japonesa). In "Geografia", Revista editada pela Associação de geógrafos brasileiros. Ano I, n.^o 4, págs. 25-49, São Paulo, 1935.
- ROQUETE PINTO (E.) — *Ensaio de antropologia brasileira*. Série Brasileira, vol. 37, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- ROY NASH — *A conquista do Brasil*. Trad. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 150, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- TESCHAUER — *Estudos etnológicos*. In Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vol. de Maio de 1924, pág. 247.
- *Brazil, 1938*. A new survey of Brazilian life. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1939.
- RECENSEAMENTO GERAL DE 1940 — *Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos*. Rio de Janeiro, 1941.



CAPÍTULO II

O trabalho humano

O monopólio do pau de tinta — A agricultura e a vida rural — Os engenhos de açúcar — A escravidão regulamentada, técnica elementar e o trabalho barato — O descobrimento do ouro e as entradas ao sertão — As lavras de Minas e de Mato Grosso — A caça ao índio — As invernadas de Piauí, Goiás e Rio Grande — Velhos e novos caminhos — A grandeza do esforço humano — Limites geográficos e fronteiras econômicas — O sertão americano e o sertão brasileiro: semelhanças e diferenças — As fazendas de café — Ainda a monocultura de base escravocrata — A concentração de riqueza em mãos de grandes proprietários — A vida econômica e as classes sociais — A mão de obra industrial na Colônia e no Império — Grandes e pequenas culturas — Os portos e a navegação costeira — Os transportes e o comércio — O regime fiscal — O surto das indústrias e os fenômenos de concentração — A variedade e o desnível dos centros econômicos e culturais — As indústrias extrativas — A exploração do sub-solo.

NO IMENSO cenário das terras descobertas, escancaradas, pela costa, sobre a amplitude dos mares e fechadas, para o interior, por uma solidão sem limites, nada acrescentou à paisagem natural o conquistador branco, durante quase meio século depois do descobrimento. Tudo conspirava para retardar a posse do meio geográfico pelo homem branco, que não assinala com o sulco de sua passagem senão um ou outro ponto da costa interminável: as enormes distâncias que separavam Portugal do Novo Mundo, a vastidão territorial, com toda a poesia do mistério e todos os perigos do desconhecido, e as dificuldades de povoamento das novas terras por um país pequeno, de escassa população. Enquanto o português se preparava para se fixar no novo meio geográfico, oscilando entre as glórias de suas aventuras e os planos colonizadores, nas paisagens naturais, que permaneciam intactas e protegidas da tomada de posse do homem branco, apenas se notavam as humildes clareiras humanas de tabas e malocas, no coração das florestas e à beira dos rios, e as constantes sortidas, na orla marítima, de tribus vagantes com seus rastros efêmeros nas areias das praias. A ação do homem como agente geográfico e modificador da paisagem tinha efetivamente de ser lenta num país, cuja extensão territorial havia de ser “o orgulho dos futuros brasileiros, mas também a sua fraqueza”, e de que, quatro séculos depois, ainda permanecem cerca de 4 800 000 quilômetros quadrados, sobre a superfície total de 8 500 000, com uma densidade de deserto, ou seja menos de um habitante por quilômetro quadrado.¹

¹ Esses 4 800 000 ou, mais precisamente, 4 814 031 constituem a superfície total dos Estados do Pará, Território do Acre, Mato Grosso e Amazonas, cujas densidades são respectivamente 0,70, 0,55, 0,29 e 0,25 habitantes por quilômetro quadrado, segundo a “Sinopse Preliminar dos Resultados Demográficos” do Recenseamento Geral de 1940.

Tudo, nessa terra de vida aparentemente fácil, “era desequilíbrio, escreve GILBERTO FREYRE. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra, preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte, rebelde à disciplina agrícola, áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes, tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura e pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas, — viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem”.

Antes, pois, de lançar as bases da colonização, cujo primeiro plano, cedo malogrado, consistiu na divisão da terra de Santa Cruz em capitanias, de 30 a 60 léguas pela costa, e na doação desses formidáveis latifúndios aos nobres da metrópole, o português limitou a sua atividade às explorações litorâneas que fizeram da costa um imenso cais de desembarque e de carregamento de suas frotas. Além do transporte do algodão nativo e de sementes, de animais e índios preados nas pequenas incursões pela terra a dentro, o comércio do pau brasil, nas suas várias espécies, constituiu a principal fonte de renda de Portugal e dos contratadores, cujas naus não se demoravam senão o tempo suficiente para a derrubada, o transporte e o embarque da famosa madeira, abundante nas matas do litoral.² O tráfico dessa madeira, de grandes aplicações na marcenaria e nas indústrias de tecidos, não tardou a transformar-se em monopólio da coroa, arrendado a mercadores e a grupos de capitalistas, provavelmente cristãos novos, entre os quais se destaca, lembra AFONSO ARINOS, “o judeu FERNANDO DE LORONHA, o maior contratador de pau brasil dos primeiros tempos, cujo nome, ligeiramente alterado, ainda persiste numa ilha da região do nordeste do Brasil.” A extração, o embarque e a colocação do pau vermelho, se continuaram a constituir parte do comércio lusitano nos três primeiros séculos, só se realizaram em grande escala no século XVI e nos princípios do século XVII e não tiveram papel preponderante senão na primeira metade do século XVI, antes de se iniciar, propriamente, a colonização que se abriu com a cultura da cana. Foi, de fato, no período pré-colonial, que atingiu o máximo desenvolvimento essa economia destrutiva, que, não contribuindo, pela sua própria natureza, para fixar o homem à terra e iniciar a organização interna do trabalho, abriu à metrópole um vasto campo de exploração e uma das suas fontes de riqueza, pela rápida colocação da madeira nos mercados mais importantes da Europa. Segundo FERNÃO CARDIM e GABRIEL SOARES, se a isto dermos crédito, somente das capitanias de Paraíba e Pernambuco rumaram para Lisboa, em fins do século XVI e princípios do seguinte, mais de cem naus carregadas de pau brasil, dando o monopólio desse comércio à coroa 60 mil cruzados ou cerca de 6 milhões de cruzeiros em moeda brasileira, por ano. Embora baseado em indústria puramente extrativa, o tráfico do pau brasil, pelo seu volume e valor comercial, despertando a cobiça dos franceses, concorreu para incitar Portugal, afim de combatê-los, a criar, na costa, núcleos de povoação permanente.

² O pau brasil, de que proveio e ficou o nome do país, primitivamente denominado Terra de Santa Cruz, era, na América, uma árvore nativa, de que havia várias espécies nas matas do litoral, e que, importada a princípio da Ásia, desde o século XIII, já se havia tornado conhecida e apreciada na Europa pelas suas aplicações industriais. A tinta escarlate que dela se extraía, era empregada para tingir tecidos (daí a expressão de JOÃO DE BARROS, “pau de tingir panos”). Aplicada em larga escala, para êsse e outros misteres, a madeira do pau de tinta recebeu no ocidente o nome de *lignum brasil* (*brasilum*) de alto al. *blas*, archote, chama, ou do antigo germânico *brasa* (M. LUBKE, *Rew.*, 1276; DIEZ, *Dic.*, 63; A. NASCENTES, *Dic. Etim. da língua portuguesa*, 123) e de LINNEU, que a classificou com o nome científico de *Caesalpinia sappan*, tomado à palavra asiática *sapan*, *chappan* (côr encarnada), por que se denominavam as espécies asiáticas. Os índios brasileiros chamavam a essa madeira *ibira-pitanga* (pau vermelho).

A fundação do primeiro engenho de açúcar,³ em São Vicente, entre 1532 e 1533, por MARTIM AFONSO DE SOUSA, donatário da capitania, que se associou a alguns estrangeiros, italianos e flamengos, "entendidos nesse ramo de mecânica agrícola", abre, para o Brasil, o primeiro ciclo econômico e rasga as mais largas perspectivas à colonização. Já era Portugal, quando descobriu o Brasil, o senhor do comércio internacional do açúcar, e, transportada a cana de São Tomaz, na África Ocidental, e talvez também da Ilha da Madeira, para São Vicente, estendeu-se rapidamente, por todo o litoral, do sul ao norte, abrangendo, ao longo da faixa litorânea, as capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Baía e Pernambuco. Em meados do século XVI a produção do açúcar na América portuguesa já sobrepujava a da América espanhola e atingia, nos fins do mesmo século, a 300 mil arrobas por ano, para se elevar ao dôbro, em princípios do século seguinte, num valor total de 300 mil cruzados, ou, em nossa moeda atual, 30 milhões de cruzeiros. A terra branca do massapê, calcáreo e argila, resultante do cretáceo decomposto, de Santo Amaro, na Baía, de Pernambuco e de Campos no Estado do Rio, fornecia o solo mais favorável à cultura da cana e desenhava, nas manchas brancas que indicam os aluviões, os primeiros focos de civilização. As regiões cultiváveis ainda são verdadeiros oásis, e naturalmente os homens, os primeiros colonos, começam a agrupar-se nesses pequenos cantões cultiváveis, marcados, na carta geológica, pela decomposição das bacias cretáceas e pela presença dos pequenos rios. De fato, onde esses rios, — os rios menores, porém, mais regulares —, "docemente se prestaram a moer as canas, a alagar as várzeas, a enverdecer os canaviais, a transportar o açúcar, a servir aos interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens, aí a grande lavoura floresceu, — escreve GILBERTO FREYRE —, a agricultura latifundiária prosperou, a pecuária alastrou-se. Rios do tipo Mamanguape, do Una, do Pitanga, do Paraná-Mirim, do Serinhaém, do Iguassú, do Cotindiba, do Pirapama, do Ipojuca, do Mundaú, do Paraíba, foram colaboradores valiosos, regulares, sem as intermitências nem os transbordamentos dos grandes, na organização de nossa economia agrária e da sociedade escravocrata que à sua sombra se desenvolveu".

Mas, se o colonizador encontrava, ao longo do litoral, no massapê, rico de humus, a terra fértil, banhada por esses pequenos rios, cujo importante papel civilizador GILBERTO FREYRE soube realçar com vigor e colorido, faltava-lhe o trabalhador para desbravar a terra, plantar a cana, fazer o açúcar e transportá-lo nos ombros às frota mercantes. Esse trabalhador foi o negro escravo, que entrou com as mudas, de cana doce e cresceu com elas. "Ao calor de seu sangue, — as palavras são de SOARES CABELO —, a terra conservou indefinidamente a gordura e, ao impulso de sua força, as moendas funcionaram séculos e séculos sem cansar. Negro escravo. Sete anos, no esforço implacável e, depois pior do que boi velho: carcassa de animal, bagaceira de senzala... Ele, o negro, foi e é para a cana de açúcar, o que ela, a cana de

³ A cana de açúcar, originária da Ásia, foi importada para o Brasil e explorada, pela primeira vez no Engenho do Governador, fundado por MARTIM AFONSO DE SOUSA que "mandou vir da Ilha da Madeira a planta de canas doces". (FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a história da capitania de São Vicente*). Foi a capitania de São Vicente, escreve Frei VICENTE DO SALVADOR, em 1627 (*História do Brasil*), "a primeira terra onde se fez açúcar, donde se levou plantas de canas para outras capitanias." Esse texto, — o primeiro sobre a cana de açúcar no Brasil —, segundo o qual se situa na capitania de MARTIM AFONSO o primeiro engenho de açúcar moente e corrente, é apoiado por historiadores, como o VISCONDE DE PÔRTO SEGURO, na sua *História do Brasil* (tomo I, pág. 204, 3.º tomo), por HERMANN WATJEN que no *O domínio colonial holandês no Brasil* situa no sul do Brasil a primeira plantação de cana, vinda da Madeira, e por uma das maiores, senão a maior autoridade em história do açúcar, EDMUND VON LIPPMAN que, em *Geschichte des Zuckers* (ed. de 1929), afirma, estribado em HANDELMANN, ter sido o açúcar transportado "pela primeira vez para São Vicente, situado no sul, onde o donatário AFONSO DE SOUSA mandou montar dois engenhos". É dessa opinião R. SIMONSEN, para quem o verdadeiro início da cultura parece ter sido empreendido por MARTIM AFONSO, em 1533, com a fundação, em São Vicente do Engenho do Governador". (*História econômica do Brasil*, tomo 1.º, São Paulo, 1937).

açúcar, foi para este país. Certamente que, sem ele, ela não teria sido a principal cousa com que o Brasil enobreceu e se fez rico". A introdução da escravidão negra, regulamentada e imposta pela necessidade do trabalho barato, como os canaviais e as plantações de algodão, na América do Norte, determinaram a importação do braço escravo, foi um dos aspectos mais importantes e um fato das maiores consequências étnicas e culturais da economia agrária e da indústria que "primeiro permitiu que o país se pudesse reger e pagar seus funcionários, sem sobrecarregar o tesouro da metrópole". Na construção e no desenvolvimento da estrutura econômica colonial, baseada no açúcar e no trabalho servil, entraram, por igual, a cana verde, a terra branca do massapê, o escravo negro; a planta da Ásia, a terra da América, o homem da África, utilizados e explorados pelo poder de organização e disciplina do colonizador europeu, — o português, que, dominando, naquela época, o comércio mundial, viu associados como num símbolo os quatro continentes, na sua mais fecunda obra de colonização. É, certamente, graças à capacidade colonizadora dos portugueses e de seus descendentes brasileiros, de um lado, e de outro, à capacidade de trabalho e de submissão desses 1 500 000 de escravos importados para os canaviais e os engenhos, que se multiplicaram os núcleos de produção, atingindo a 238 fábricas um século depois de estabelecido o primeiro engenho no Brasil, e que coube ao Brasil, já no século XVII, a primazia da produção do açúcar no mundo, suficiente para abastecer a Europa inteira, e calculada, nos três séculos do Brasil Colônia, segundo ROBERTO SIMONSEN, em 300 milhões de libras esterlinas. O açúcar, — o maior artigo do comércio internacional, ocupava, naqueles tempos, o papel do carvão que veio a fazer mais tarde, na civilização industrial, a grandeza da Inglaterra, cuja exportação total, por ano, em meados do século XVII, não alcançava a cifra de 3 milhões de libras anuais da produção e exportação do açúcar brasileiro.

Por maior, porém, que tenha sido o valor econômico atingido pela cultura da cana e pela indústria açucareira no Brasil,⁴ não é este o aspecto mais importante do regime patriarcal de economia, que exerceu as mais profundas influências na formação social e histórica do povo brasileiro. Foi com o ciclo do açúcar que se instaurou a colonização. O engenho foi, na verdade, observa BARBOSA LIMA SOBRINHO, "a primeira força de atração para fixação do imigrante estrangeiro. Nele tivemos a primeira fortaleza contra as arremetidas do gentio. Elemento permanente de civilização, ele criou, nessas terras ainda selvagens, aqueles núcleos de intensa vida social a que já se referiam, com expressões de entusiasmo e de surpresa, os cronistas do século XVI". É com a formação patriarcal e a economia escravocrata que o conquistador se transforma de traficante em colonizador, realizando a posse do meio geográfico, e surge, ainda que somente ao longo do litoral, como modificador da paisagem, violentando a natureza, para sobrepor às regiões naturais uma paisagem cultural, fortemente caracterizada pela "casa grande" (é a casa que revela o homem), pela senzala, pelos engenhos e canaviais e por toda essa floração

⁴ O declínio da produção açucareira, tão vigorosamente iniciada no século XVI, já se esboçava, no século XVIII, devido à concorrência do açúcar que a França importava dos seus engenhos de Guadalupe, Martinica e São Domingos, na América Central, para exportá-lo, comprometendo a supremacia do Brasil no mercado mundial. A substituição do açúcar de cana pelo de beterraba, segundo o processo de extração descoberto por DELESSERT, em 1810; o aumento da produção do açúcar de beterraba, em virtude do aperfeiçoamento industrial de sua técnica de fabricação, e, afinal, a aplicação das máquinas a vapor nos engenhos, no século XIX, acabaram por deslocar para as usinas europeias o predomínio na produção desse artigo, que durante quase dois séculos, constituiu a nossa maior fonte de riqueza. A exportação do fumo (*erva santa*), já conhecido e utilizado pelos índios, em cerimônias rituais, embora tivesse dominado o mercado mundial do tabaco, não ultrapassou, segundo ROBERTO SIMONSEN, 12 milhões de libras esterlinas, na época colonial, contra 300 milhões de libras, para a exportação do açúcar, no mesmo período.

magnífica da arquitetura colonial das fortalezas, das igrejas e dos conventos.⁵ O vinco do homem sobre o solo, êle o deixou ainda nas devastações que a terra sofreu, pela sua ação destruidora, e de que, nas expressões de GILBERTO FREYRE, “guarda cicatrizes, quando não as feridas abertas, ainda sangrando do regime devastador de exploração agrária, — o fogo, a derrubada, a coivara, “a lavoura parasita da natureza”, no dizer de MONTEIRO BAENA, referindo-se ao Brasil. Tôda essa paisagem correspondia a uma estrutura social e econômica, de que GILBERTO FREYRE, em *Casa grande e senzala*, estudando a região açucareira do Nordeste, nos deu uma análise penetrante e luminosa, não só quanto à técnica de produção e de trabalho, — a monocultura e a escravidão, como ainda quanto aos costumes, às idéias, ao sistema de moral, ao caráter da religião dessa sociedade escravocrata e da aristocracia rural que nela se formou à sombra dos engenhos. Certamente, como cada uma dessas regiões açucareiras, distantes umas das outras, no litoral fluminense, baiano e pernambucano, constituía uma unidade isolada, êsse parcelamento geográfico de terras cultiváveis teria contribuído à fragmentação política, se não tivesse concorrido, para promover a unidade política na costa, a solidariedade econômica de todos êsses centros produtores dispersos, mas ligados já pelo monopólio lusitano desse comércio, já pela unidade de cultura e de técnica de trabalho. As lutas obstinadas e sangrentas contra o invasor holandês, que se instalara em Pernambuco, atraído pela sua indústria açucareira, não somente foram índice dessa unidade, mas também um meio poderoso para consolidá-la, reunindo contra o inimigo comum, brancos, pretos, índios e mestiços, e congregando, pela primeira vez, nos mesmos campos de combate, fluminenses e paulistas, baianos e pernambucanos.

A agricultura que se desenvolveu, nesses três séculos, ficou, aos olhos dos brasileiros, a ocupação principal e a principal fonte de renda, e as condições de vida nessas grandes propriedades agrícolas, em que se fabricava a maioria dos artigos de consumo e que se podiam bastar a si mesmas, não fizeram senão manter e desenvolver o individualismo, isto é, um dos traços mais marcados do caráter brasileiro. O novo ciclo da mineração que se seguiu ao do açúcar, sem substituí-lo, só contribuiu, por outros motivos e em outras circunstâncias, para acentuar êsse traço de individualismo e misturar as populações, por um dos maiores movimentos, registrados em nossa história, de migrações internas. Já nas cartas de doação das capitanias se apontava o caminho do interior do país, quando se limitavam êsses imensos latifúndios, de 30 a 60 léguas pela costa, com as ilhas que se achassem fronteiras por 10 léguas mar em fora, e “pelos sertões a dentro, com a extensão que se achar”. O litoral tal qual se apresentou a princípio, escreve ALBERTO RANGEL, “era uma banquetta de miséria com seu pescado, coqueirais e pau brasil, principalmente para quem

⁵ A habitação rural dos senhores de engenho é a “casa grande”, expressão típica do patriarcalismo e da monocultura escravocrata. De uma simplicidade rústica, de pedra e cal, com sua cobertura de palha ou de telha, e a varanda de tipo alentejano ou árabe, as primeiras casas grandes apresentavam o aspecto de uma construção castrense e “ficavam encerradas, entre as caixas tupis, em lugares elevados e de fácil defesa contra os constantes assaltos dos selvícolas”. Mais tarde, a partir do segundo século, sem perderem de todo o aspecto de fortaleza, erguem-se essas edificações amuralhadas, com um aspecto imponente que lhes dão as proporções de solares, com seus telhados de pontas arrebentadas, suas varandas hospitaleiras e seus copieiros, espécie de alpendres, talvez de origem indígena, suas portas lavradas e a tela de urupema, aplicada, no norte, para fechar o vão das janelas. Essas casas senhoriais, vastas e sólidas, que dominavam do alto os latifúndios, eram a um tempo residência, fortaleza, centro religioso, fábrica e banco: possuíam geralmente sua capela onde se enterravam os mortos da família, e, sob as largas tábuas de seus assoalhos ou nas grossas paredes se escondiam as jóias e os tesouros. E, como tudo se concentra e se produz, nestes grandes domínios que se organizam num regime de autarquia e se bastam a si mesmos, é no interior dos gineceus fazendeiros, que trabalha a famulagem, sob a severa direção das donas de casa, fiando, tecendo e tingindo o algodão. Na senzala, uma das dependências da casa grande, se acotovela a numerosa escravaria dos engenhos. Casa grande, capela e senzala, senhor, escravo e religião, constituem as três estruturas ou as três forças fundamentais em que se apóiam desde o início a lavoura e a indústria do açúcar nos latifúndios agrícolas. (Cfr. GILBERTO FREYRE, *Casa grande e senzala*, Schmidt e Maia Limitada, Rio, 1933; PEDRO CALMON, *Espírito da sociedade colonial*. Especialmente: Parte I, A sociedade. Série Brasileira, vol. 40, Comp. Editora Nacional, 1935).

vinha prelibando as riquezas incomensuráveis da fábula". Tudo conspirava para incitar as entradas ao sertão: a idéia fascinante das minas de ouro e de pedras, que atormentava o espírito aventureiro dos colonos e lhes exaltava a imaginação; as notícias que repercutiam no ambiente tímpanico das vilas nascentes, no limiar dos sertões, tomando proporções lendárias; a fome do ouro e a urgência do braço, impelindo à captura do selvícola, e, além da perspectiva do mineral e do escravo vermelho, os rios que corriam para dentro, como caminhos naturais de penetração, e as montanhas que "serviam a aguçar o desejo pelo descortino dos horizontes". Todas as tentativas e incursões, em que se desvaneciam os sonhos e as esperanças dos conquistadores, através de quase dois séculos, não fizeram mais do que exacerbar o espírito de aventura, esporeado pelos constantes apelos da coroa, sem resultado, até que os bandeirantes paulistas, mestiços mamelucos, audaciosos e tenazes, desbravaram, no crepúsculo final do século XVII, a terra das "minas gerais", fixando a zona do minério aurífero do Brasil central e abrindo o campo a sucessivos descobrimentos de minas. Esses feitos admiráveis dos sertanistas, desvendando as riquezas imensas das "minas gerais", inauguraram o novo ciclo econômico, deslocando, para o trabalho de extração e apuração do mineral, massas de imigrantes e aventureiros que afluíam de todos os pontos do país, na busca alucinatória do ouro e das pedras verdes, nas faisqueiras de Minas e da Baía e nas lavras de Goiás e de Mato Grosso.

A mineração do ouro, praticada por processos primitivos e apoiada ainda no escravo negro, desenvolveu-se por tal forma que, durante meio século da produção mais intensa das "minas gerais" (1710 a 1760) "o Brasil extraiu, em regiões de difícil acesso, transportando para a costa através de imensas dificuldades e exportando para a velha Europa, segundo os cálculos de ROBERTO SIMONSEN, um volume de ouro equivalente a 50% de todo o ouro produzido no mundo, nos três séculos anteriores, e igual a toda produção apurada na América de 1493 a 1850!" Os mineiros e escravos negros, aos milhares, debruçavam-se, com suas bateias, sobre o leito dos rios, em cujas areias rolava, entre o cascalho de aluvião, a palheta do ouro, ou labutavam aos pés das montanhas, deslocando e quebrando pedras, ou abrindo galerias, com seus músculos fortes e tismados, para extrair o metal de rocha que a natureza guardava nas suas entranhas. Mas a toda essa riqueza constituída, sobretudo, pelo ouro superficial de aluvião, retido nas areias fluviais, acrescentou-se, a partir de 1730, no período em que a exploração das lavras minerais atingia a maior intensidade,⁶ a das jazidas de diamantes, arrendadas a princípio a contratadores, que acumularam fortunas fabulosas, e depois exploradas diretamente pela coroa que se apossou do monopólio da extração. Se a exportação do ouro, em três séculos, calculada em 200 milhões de esterlinos, teve grande importância na economia e nas finanças internacionais, a de diamantes foi tal que, segundo JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, "se desequilibraram os preços internacionais da pedra", por essa época em que a produção, em menos de um século, ultrapassou, na estimativa de CALÓGERAS, 600 quilos, num valor superior a 10 milhões de libras esterlinas. A descoberta e a exploração das minas auríferas, desde o alvorecer do século XVIII, e a das jazidas de diamantes, quando já ia a pino a idade do ouro, contribuíram notavelmente para a conquista do Brasil central e a fixação das populações no interior, multiplicando nos sertões as vilas e cidades, das quais mais da metade, existentes no interior

⁶ A carta régia de 29 de Março de 1617 que mandava entregar as minas de ouro nos vassallos que as descobrissem e as explorassem, foi, como diz ALBERTO RANGEL, "o maior dos estímulos à ânsia dos bandeirantes. Acenava a coroa com a liberdade e a legalização das posses, embora lançasse de esguelha o imposto do quinto, sangrando-o do lombo dos garimpeiros". (ALBERTO RANGEL, *Rumos e perspectivas*, pág. 18, 2.^a ed., 1934).

brasileiro, tem as suas origens, segundo LUIZ CAMILO, nos trabalhos da mineração. Na época que então se inaugurou, de opulência e de febre criadora, que se manifestaram no esplendor de Vila Rica, com a fortuna imensa dos contratadores, com as suas obras suntuárias e uma igreja por atalaia em cada monte, e que ainda nos evocam, no fausto da arte barroca, os mais belos exemplares da arquitetura religiosa, deslocou-se da Baía para o Rio o centro político do país, e a cultura intelectual, no Brasil, ascendeu até um nível nunca dantes alcançado. Do litoral em que floresceu, com a indústria açucareira, transferiu-se para a região das “minas gerais”, o centro da cultura e da liberdade de espírito, onde, nos conflitos com a Metrópole, se expandiu o sonho e se forjaram as primeiras armas da emancipação e que se tornou, na história colonial, sob o influxo da civilização do ouro, o foco de mais intensa irradiação intelectual e de maior diversidade e riqueza de elementos nas artes e nas letras.

Mas, esboçando-se com a civilização do açúcar de que foi subsidiária, precedendo à mineração do ouro e expandindo-se no curso e depois desse ciclo econômico, a criação do gado,⁷ limitada a princípio às necessidades dos engenhos e à alimentação de suas populações, estendia-se lentamente pelo Brasil, desde os meados do século XVI, do sul para o norte, Baía e Pernambuco, e da Baía, onde atingiu maior intensidade, para zonas cada vez mais distantes do sertão. Frequentemente era nas rotas dos rebanhos que marchavam as bandeiras e, quando a velha Minas foi varejada pelos bandeirantes, já os criadores de gado haviam aberto os caminhos às zonas mais próximas dos centros de mineração. Os rebanhos precediam os bandeirantes, que não raro se fixavam, transformando-se em criadores e fecundando o deserto, e em cujas pegadas, com a descoberta das “minas”, surgiam faiscadores de ouro e pescadores de diamantes e se assinalava, nas vilas e cidades, que brotavam da terra, a marcha da civilização pelos sertões. Os dois ciclos econômicos, o do gado e o do ouro, cruzavam-se, interpenetrando-se às vêzes de tal modo que a expansão territorial do gado, facilitava às bandeiras o acesso aos sertões, pelos velhos caminhos das tropas e boiadas, e as bandeiras, a seu turno, rasgando novos caminhos em tôdas as direções, promoviam o avanço e a multiplicação dos rebanhos. Assim é que, pelas cidades antigas dos sertões mineiros, como em Vila Rica, engrimpada nos flancos da serra, ou em Mariana, embalada pelas águas do Ribeirão do Carmo, ao lado das suas famosas igrejas, cheias de tesouros, arrancados às areias auríferas pelos bateadores e garimpeiros, surgem, na sua humildade, para refrigério das tropas, as fontes públicas, “encimadas pelos brasões e pelas cruzes, com as margelas das bacias roídas pelo roçar dos pescoços dos animais”. Certamente, êsse período a que CAPISTRANO DE

⁷ Introduzido no Brasil, ainda na primeira metade do século XVI, provavelmente na capitania de São Vicente, foi o gado vacum levado depois para a Baía e outras capitanias do Norte. Ao que ensina AURÉLIO PÔRTO, o gado brasileiro de São Vicente, estendendo-se para o Sul, iniciou a criação bovina no Paraguai, para onde foi levado em 1555 e de cujos rebanhos proveio todo o gado que se estendeu do Uruguai às margens do Rio da Prata, onde Portugal fundou a Colônia do Sacramento. “Na direção do oeste chegaram os currais de gado, — lembra AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO —, a Goiás e Mato Grosso, enquanto o futuro território das “minas gerais”, antes da mineração, já era desbravado pelos criadores de São Vicente”. Ao norte, a criação pastoril se derramou do Maranhão a Pernambuco, avançando por todo o nordeste, e atingindo o seu maior desenvolvimento na Baía, às margens do rio São Francisco. Foi para essa região que se dilataram os domínios de GARCIA D'ÁVILA, companheiro e amigo de TOMÉ DE SOUSA, fundador da famosa Casa da Torre, a maior fazenda de criação no Brasil, cujo gado, — em tamanha quantidade que o próprio potentado não sabia o número —, se alastrava por léguas e léguas de pastaria e cuja superfície se estendia por 7 a 8 léguas por costa de 1 500 quilômetros de terra a beira rio, pelo sertão a dentro. Erguida sobre uma montanha, de que se descortinavam, num largo horizonte, os campos de Itapoã e o litoral até perto de Sergipe, a Casa da Torre, em Tatuapara, era uma imensa propriedade feudal, com seu vasto conjunto de moradias, muros de defesa e baluarte vigilante, e com seus campos de criação de vacas e éguas e “alguns dez currais por essa terra adiante”, no testemunho de GABRIEL SOARES (1584). Segundo PEDRO CALMON, a Casa da Torre, entre Baía e Sergipe, serviu de ponto de vigia e de centro de ação militar, durante as guerras com o estrangeiro, prestando serviços assinalados na longa campanha contra os holandeses. É ali que se prepararam e foi daí que partiram também, aguerridas, diversas expedições e entradas ao sertão, não só para combater o índio como ainda para catar minas de prata. (PEDRO CALMON, *História da Casa da Torre*. Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1939).

ABREU chamou o "ciclo do couro", e que, iniciado no século XVI, se expandiu cada vez mais, envolvendo, no tempo, os outros ciclos econômicos, e conquistando progressivamente, ao longo das pastagens naturais, o sertão brasileiro, teve uma importância verdadeiramente notável, do ponto de vista econômico. Importância, sem dúvida, crescente, nunca dominante. Não é propriamente e a rigor um ciclo: a curva ascendente não caiu nem mostrou, em qualquer época, tendências a fechar em círculo. Não teve apogeu, com predomínio absoluto na economia nacional, como o açúcar, o ouro, e mais tarde o café, mas não conheceu também flutuações violentas nem declínios bruscos. Se, no princípio do século XVIII, em que se inaugurava o ciclo da mineração, para atingir logo o fastígio, o total dos rebanhos orçava por um milhão e meio de cabeças, na época da independência, quando já era acentuado o declínio da idade do ouro, deviam ultrapassar de 5 milhões os rebanhos brasileiros.

Esse fenômeno econômico-social, — a atividade pastoril, chamada "civilização do couro", por ser o couro o único artigo de exportação da pecuária, extraiu, porém, a sua importância na história colonial, menos do valor econômico de sua exportação (110 000 couros, anualmente, de todo o país, nos princípios do século XVIII, para 400 000, só do Rio Grande do Sul em 1816) do que de sua influência como fator da unidade nacional e elemento preponderante em nossa formação. A necessidade de pastagens e de terras abundantes para as fazendas ou estâncias de criação, e portanto, a sua localização forçada no interior, a multiplicação dos rebanhos e as enormes caminhadas pelos sertões, para o comércio interno de carnes, trouxeram em consequência, um desenvolvimento enorme nas migrações internas e o desbravamento de regiões imensas que, sem o gado, se teriam mantido, por muito tempo, ermas e desoladas. À margem dos caminhos das boiadas, palmilhados pelos missionários, na catequese dos índios e pelos vaqueiros sertanejos, e junto às invernadas, estâncias e currais que se localizavam no interior do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, como na Baía e, mais ao sul, em Goiás, em Minas, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, multiplicaram-se os pousos, as vilas e povoações, algumas das quais, grandes cidades hoje, que guardam nos nomes (Campo Grande, Campinas, Curral d'El-Rei, Campos, Vacaria, etc.) as suas origens ligadas à expansão territorial do gado. Essa influência decisiva do fator pastoril em nossa civilização não passou despercebida à argúcia de CAPISTRANO DE ABREU, EUGÊNIO DE CASTRO e ROBERTO SIMONSEN, e outros que realçaram a função histórica do gado na penetração do interior e na fixação de suas populações, como na formação da unidade nacional, pela aproximação de brasileiros do norte e do sul, à qual abriram oportunidade as migrações internas impostas pela criação e pelo transporte e comércio do gado. É, de fato, na vastidão interior que se formam, escreve MANUEL BONFIM, "as correntes vigorosas em que se faz essa circulação de gentes que, por centenas de léguas, galgando serras e transpondo vales, aproxima os campos de Guaraçuva dos de Rio Branco... Ainda não estão completamente reveladas as terras amazônicas, e as gentes da terra, a seguir os rebanhos de gado vacum pelos chapadões e caatingas, desenvolvem uma extensa circulação que, irradiando-se do São Francisco, faz comunicar costumes, interesses e sentimentos, do Rio das Velhas até além do Parnaíba. Ao sul, participando ao mesmo tempo da circulação sertaneja (pois que havia mais de cem paulistas com fazendas de gado no alto de São Francisco), a atividade bandeirante pelo Tietê e pelo São Francisco, os dois grandes caminhos naturais de penetração, cria o formidável movimento que se derrama por todos os vales, ligando-os numa só população".



27. Casa Grande do Engenho de Magaipe, construção do século XVII.
FREYRE, Gilberto, Casa Grande y Senzala.



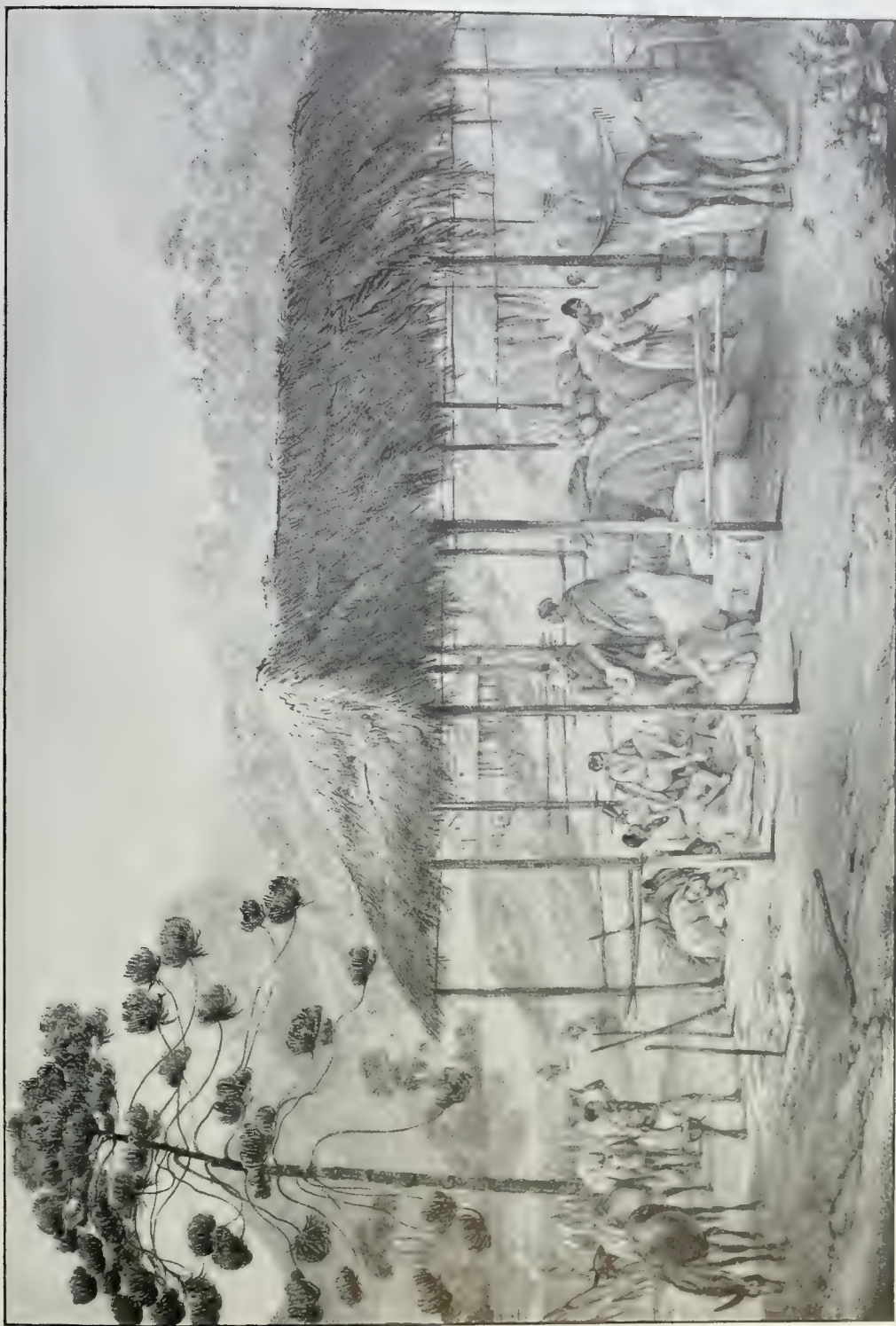
28. Engenho de Mandioca. Óleo de EUGÊNIO BROCOS.
Foto REMBRANDT.



29. *Antiga Fazenda. Itaboraí, Estado do Rio.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



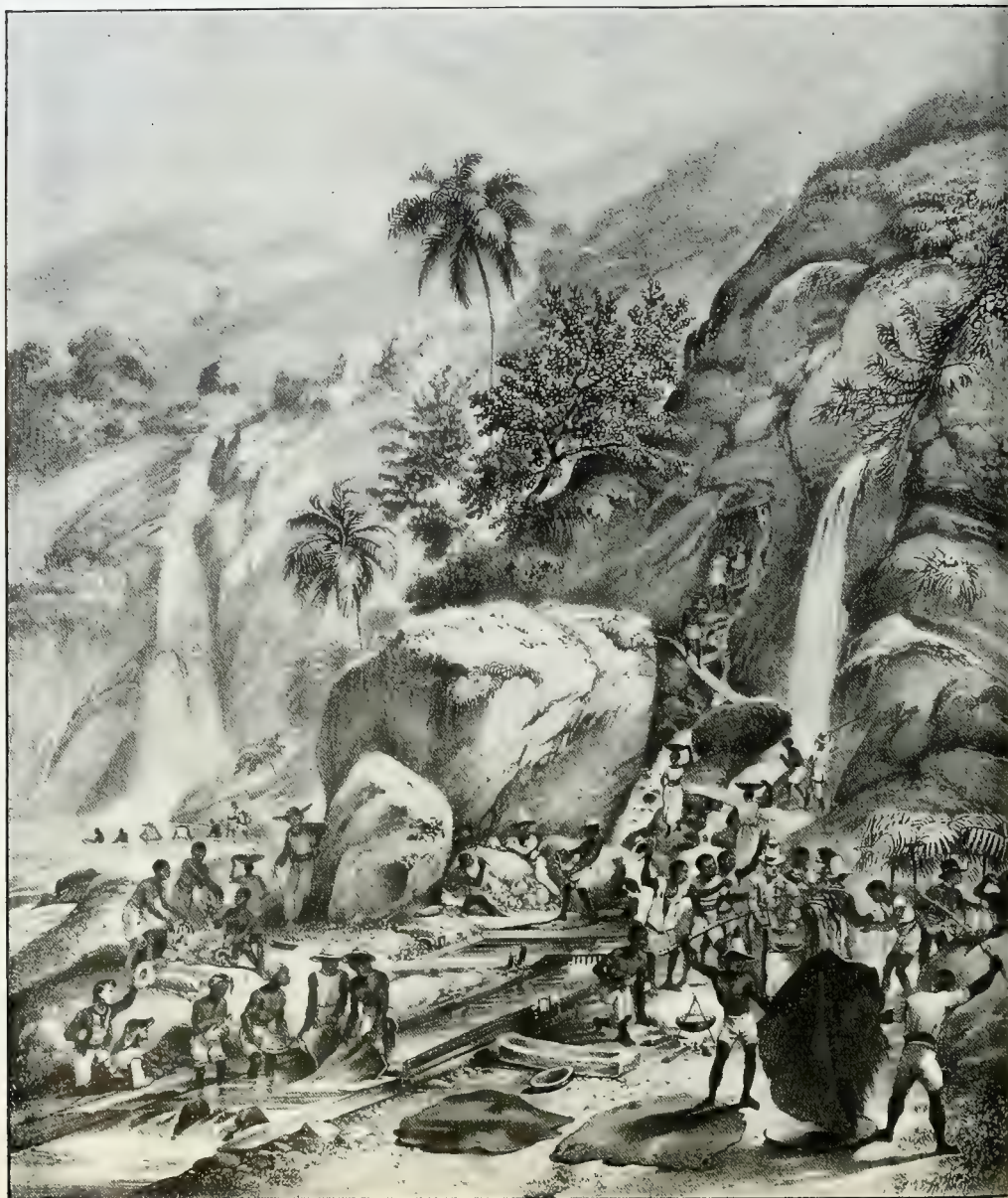
30. *Máquinas agrícolas antigas.*
Pavilhão do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.



31. Pousa de uma tropa (principios do século XIX).
RUGENDAS, J. M. — Voyage Pittoresque au Brésil 1845 Plancha 3 19.



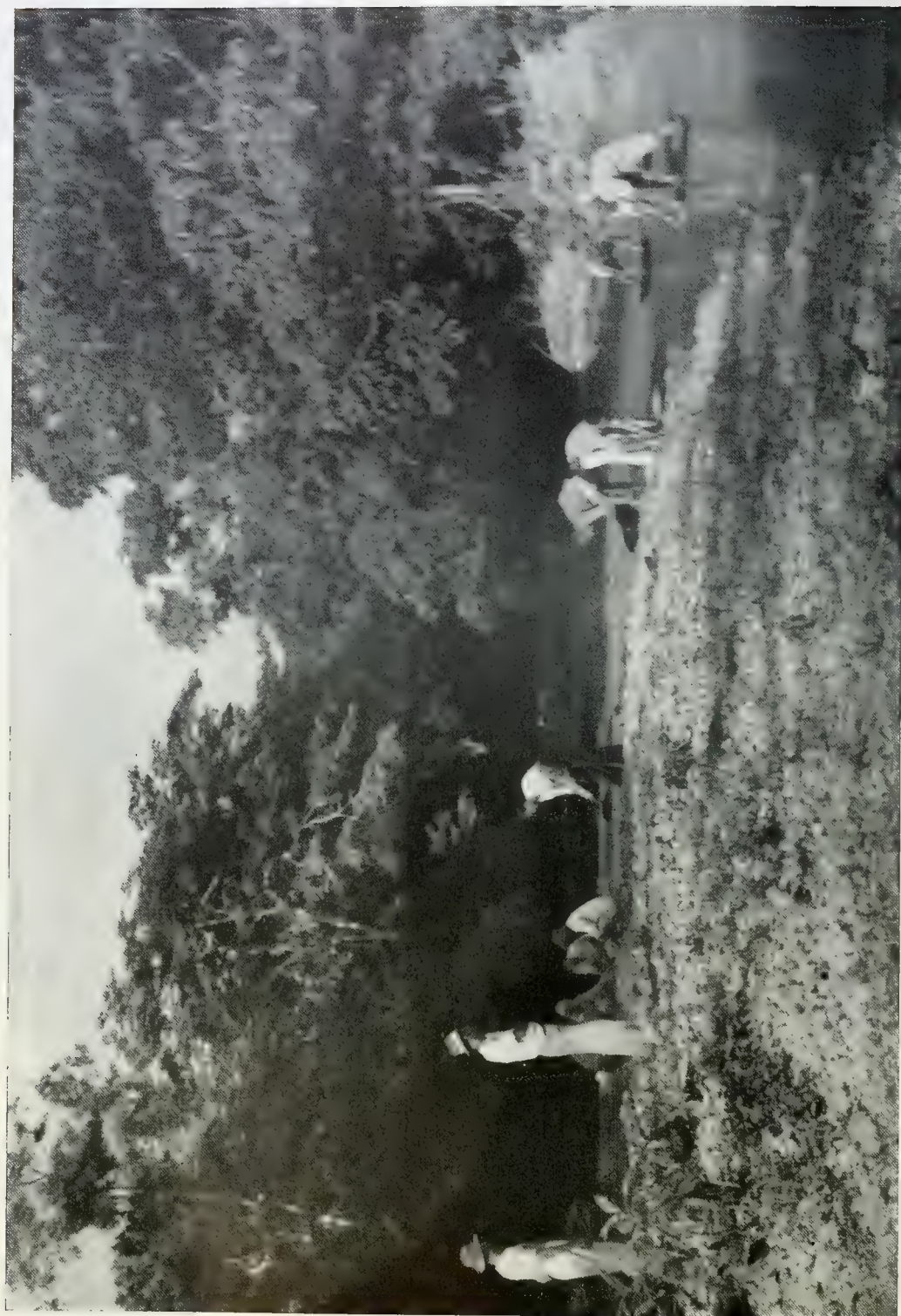
32. *Liteira para viagens.* —
DEBRET, J. B. — *Voyage
Pittoresque et Historique au
Brésil.* 1834. II volume.
Plancha 16.



33. *Lavagem de
ouro, perto de
Itacolomi (prin-
cipios do século
XIX).* — RU-
GENDAS, J. M.
— *Voyage Pit-
toresque au Bré-
sil.* 1835.
Plancha 3/22.



34. Garimpeiros, Mato Grosso.
Foto REMBRANDT.



35. Garimpeiros, Mato Grosso.
Foto REMBRANDT.



36. *Teodoro.* — Foto da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



37. *Uma sertaneja no trabalho junto ao forno.* — Foto da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



38. *Cesteiro.*

Foto da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

39. *Jangada e jangadeiros, na praia de Cabedelo, Paraíba.*

Foto Coleção Panair. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.



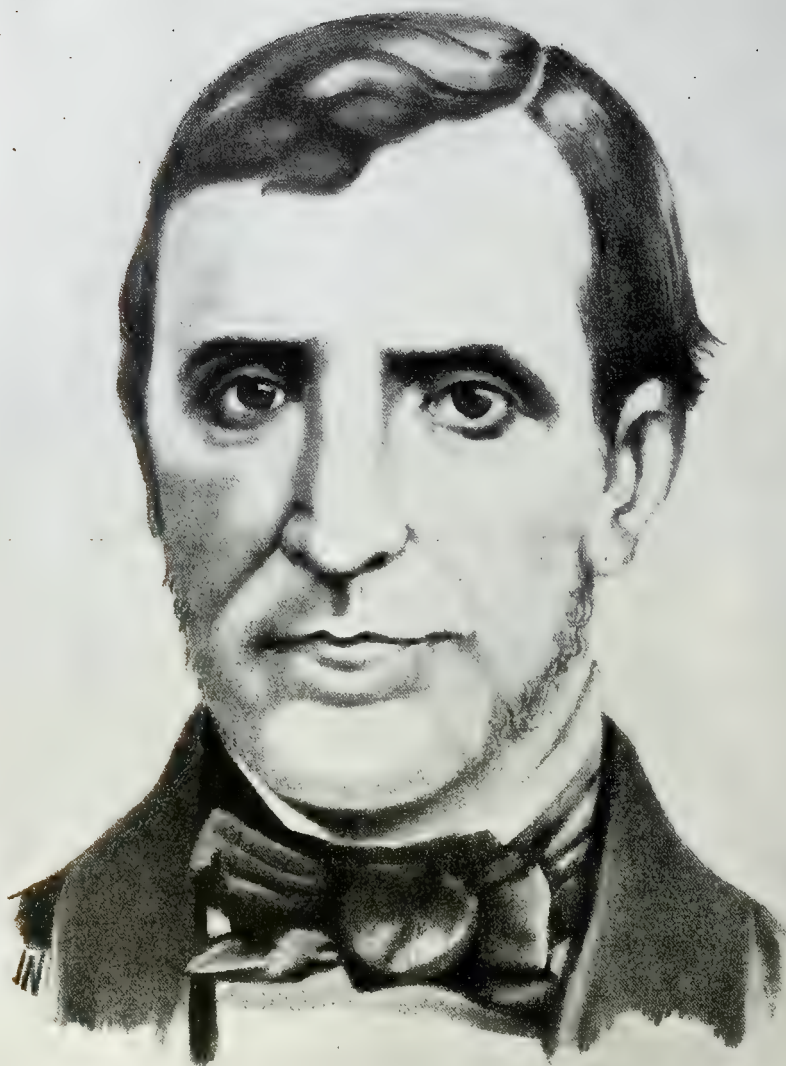


40. *Embarcações a vela em S. Luiz, Maranhão* — Foto Coleção Panair. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia

41. *Mercado ao ar livre, no porto de "Água de Meninos". Baía.* — Foto KAHAN. Travel in Brazil, vol. 2, n.º 2, pág. 3.



42. *Mercado em Salvador, Baía.* — Foto VOLTARE. ENAGA. Urban Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Visconde de Mauá

43. VISCONDE DE MAUÁ, figura singular que, de 1850 a 1870, procurou por tôdas as formas inculcar no meio brasileiro um espirito industrial, promovendo a construção de estradas de ferro, de portos, de fábricas e estaleiros.

Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



44. Viaduto da estrada de ferro entre S. Paulo e Santos — Travel in Brazil, vol. 1, n. 3, pag. 10

45. Alto da Serra, Santo André, Estado de S. Paulo. — Foto da ENFA.

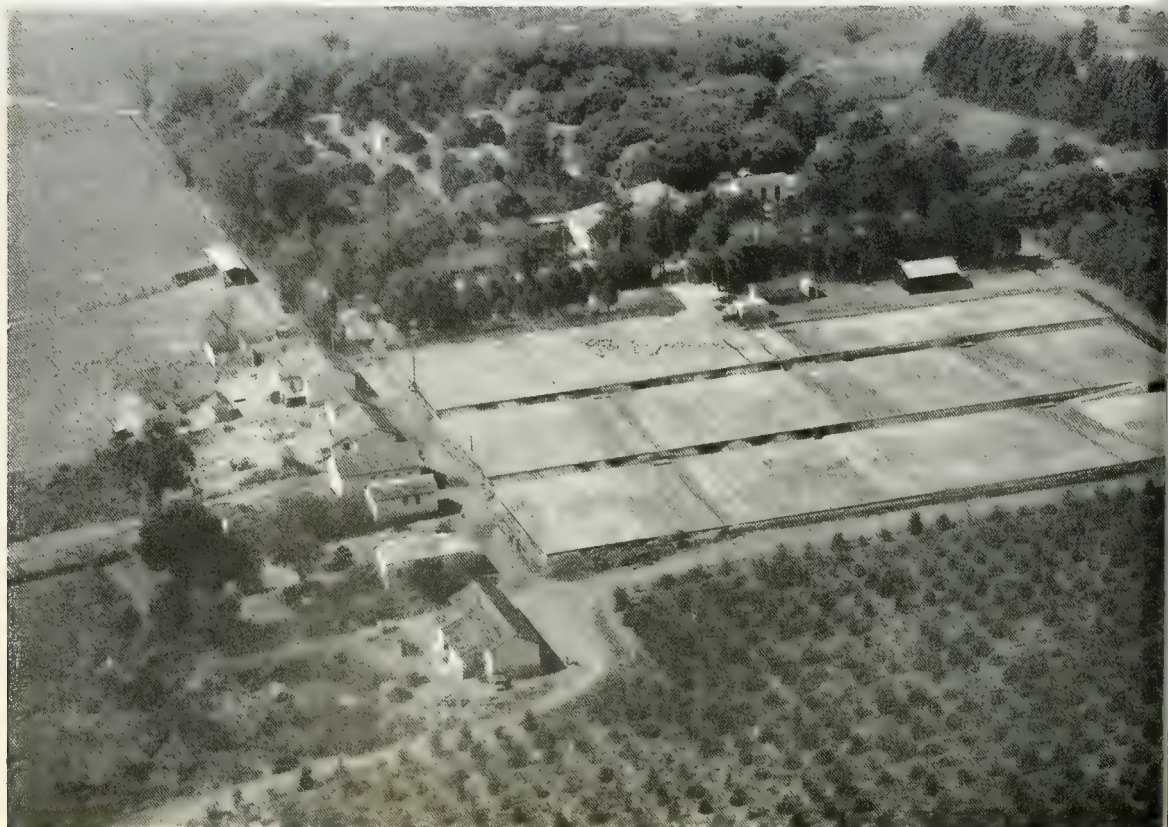


46. Represa nova da Light. Estado de S. Paulo — Foto da ENFA



47. *Vista de um terreno de secagem de café. Estado de S. Paulo.*
Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 7.

48. *Fazenda Santa Clara, em Dourados. Estado de S. Paulo.*
Foto da ENFA. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.



49. Usina Monte Alegre. Piracicaba. Estado de S. Paulo.
— Foto da ENFA.

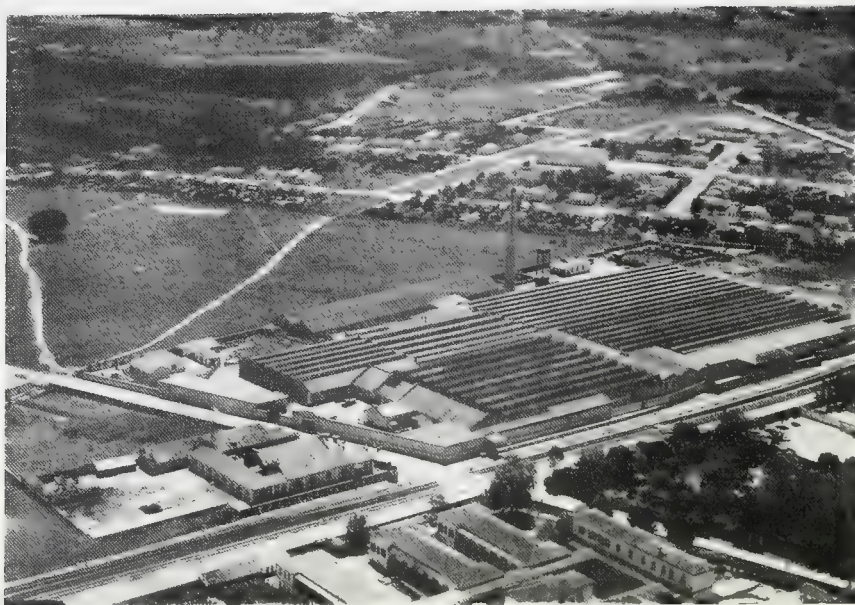


50. Usina Tamoio. Araraquara. Estado de S. Paulo.
— Foto da ENFA.



51. Fábrica Goodyear. São Paulo.
— Foto da ENFA.





52. Fábrica de juta. Taubaté.
Estado de S. Paulo. — Foto
da ENFA.



53. Belo panorama da principal via de comunicação entre Rio e Petrópolis. — Foto PREISING. Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 16.

Quando se pensa nos obstáculos de toda ordem que tinham de vencer os sertanejos, à frente de suas tropas e boiadas, e os bandeirantes, nas suas entradas pelo sertão, à caça do índio ou à procura dos terrenos auríferos, não se pode deixar de reconhecer, neste movimento estupendo de expansão territorial, as fundações robustas em que, no interior, começou a erguer-se a estrutura da nação. A tomada de posse, pelo homem, do meio geográfico, erigido de florestas virgens, amuralhado de montanhas, embolado nos espigões, apaulado nos pantanais e recortado de rios imensos que se irradiam e se cruzam em quase todos os sentidos, para o mar e terra a dentro, é uma epopéia selvagem em que irrompeu, com toda grandeza do esforço humano e no quadro imenso dos labores, das penas e dos sacrifícios, "uma das afirmações vivas e autênticas do sangue brasileiro nas áspers terras" que conduziam às pastagens e às cidades, ao litoral e à mineração, nos fluxos e refluxos das vagas sertanejas. Certamente, no fundo do quadro, formigava a escravaria negra, nas terras da mineração, sobre o leito dos rios ou ao pé das montanhas, ou se agitava a massa dos selvícolas que, escravizados em cada uma das expedições, desciam aos milhares de cada vez, para serem distribuídos ou vendidos a baixo preço nas cidades e vilas do litoral. Mas as origens de todos os povos são dolorosas e sangrentas (já AUGUSTO COMTE falava "na ferocidade das pátrias primitivas"); e as provações e os sofrimentos das raças que o conquistador branco e os desbravadores dos sertões se viram na necessidade de escravizar e que ora opunham bravia resistência ora cediam à dura imposição, não devem fazer-nos esquecer as angústias e os revezes dos sertanejos e bandeirantes, que traziam o sangue autóctone nas veias e que, conduzindo o gado ou marchando em expedições, vadeando rios, escalando serranias e embrenhando-se pelas florestas, dilatavam as fronteiras do país e conquistavam o interior à civilização. Este fenômeno a que TURNER chamou "deslocação de fronteiras",⁸ para significar a expansão econômica territorial de um país, dentro de seus limites políticos, e que ainda se está processando no Brasil, foi, como observa J. F. NORMANO, o movimento verdadeiramente formador da nação. Nem a metade do território existente se incorporou ainda à vida econômica do país, mantendo-se muito distantes das fronteiras políticas as fronteiras econômicas,⁹ que ora avançam em direções diferentes ora recuam dos limites geográficos; mas foi incontestavelmente devido às jornadas sertanejas e à formidável expansão bandeirante que o Brasil, "desde meados do século XVIII, já abrangia, lembra R. SIMONSEN, uma área praticamente igual à que hoje ocupa, quando os Estados Unidos não ocupavam, nessa época, nem a sexta parte do seu atual território".

Esta é precisamente a diferença fundamental, já apontada por ROY NASH, entre a expansão territorial, na América do Norte, regular, ordenada e contínua,

⁸ F. J. TURNER, *The frontier in American History*. Pág. II, New York, 1926.

⁹ As fronteiras políticas da América portuguesa reduziam-se, no dólculo do século XVI, quase à faixa do litoral, em que os portos e as primeiras cidades assinalavam, com os canaviais e os engenhos de açúcar, a posse e exploração da terra pelo colonizador lusitano. A colonização interna do país começou propriamente com a indústria do açúcar que deslocou, pouco além do debrum litorâneo, os limites de expansão econômica territorial do país. Os vaqueiros, "despovoando de tapuias as ribeiras que os gados invadiam", e, avançando pelos sertões à busca de novas pastagens, contribuíam efetivamente para alargá-los. O gado era uma invasão. O rebanho, escreve PEDRO CALMON, "crescia, caminhando". As expedições pelo sertão, abrindo com as armas o caminho por onde as bandeiras e, depois o gado e as tropas, continuavam a avançar, desbravando o interior, dilataram os limites políticos e levaram mais perto deles o desenvolvimento econômico. Mas, enquanto as fronteiras geográficas, já nos fins do século XVIII, haviam sido demarcadas pelo segundo tratado de limites de 1777, estendendo-se por essa época até os limites das colônias espanholas o território brasileiro, a que não se acrescentou posteriormente senão a região do Acre, as fronteiras econômicas mal atingiam as regiões imensas, solitárias e quase totalmente inexploradas do Pará, Amazonas, Goiás e Mato Grosso. As bandeiras constituíam antes um fenômeno de expansão geográfica do que de valorização do território político ou de incorporação à vida econômica do país, das novas terras conquistadas. As descobertas e a exploração das minas e a constante expansão territorial do gado, fazendo avançar, não chegaram a manter, até onde foram impelidas, as fronteiras econômicas que, nos seus avanços e recuos, como nas mudanças de direção, denunciavam as flutuações determinadas pela descoberta de novos campos e de novas minas e pelo esgotamento gradual de antigas pastagens e zonas de mineração.

numa só direção e acompanhada quase sempre de progressiva colonização interna, e a expansão geográfica, no Brasil, irregular, desordenada, realizada em quase tôdas as direções, sem um desenvolvimento econômico paralelo ou simultâneo. Sem dúvida, o sertão (palavra cuja morfologia usual proveio, como mostra ALBERTO RANGEL, de *desertão*, amputada a primeira sílaba) foi, tanto na América, como no Brasil, “a isca e a miragem dos povoadores iniciais e o grande excitador da energia nacional”: os missionários do evangelho, com seu catecismo, o vaqueiro com seus rebanhos, o bandeirante com seu arcabuz e os mineradores com suas bateias, sucederam-se no Brasil, sem se substituírem, no esforço civilizador, abrindo caminhos por onde continuavam a avançar as migrações internas, impelidas em direções diversas, na obra notável de catequese dos índios, na procura incessante de pastagens naturais, como para captura do aborígene e a descoberta e exploração das minas. Nos Estados Unidos, “a zona do sertão era principalmente constituída, escreve ROY NASH, por uma linha onde se dava o embate da onda humana que, das regiões colonizadas, avançava *rumo ao Oeste*, num período de tempo que se prolongou por 300 anos. Essa linha (acrescenta) acusou um avanço regular, ordenado, sem nenhuma solução de continuidade, através do tempo até 1849, quando a corrida do ouro, na Califórnia, transportou de chofre, num único e formidável salto, o limite da vaga humana às praias do Pacífico, muito tempo antes de ter passado a fase inicial de colonização das Grandes Planícies e das Montanhas Rochosas. Mas, no Brasil, já em 1700, o descobrimento do ouro (e anteriormente, poderíamos acrescentar, a descoberta de novos campos de pastagens) partia em milhares de fragmentos essa zona fronteiriça, — entre a parte colonizada e o sertão desconhecido —, projetando a população sôbre um território imenso, como pelo efeito de formidável bombardeio aéreo”. Esse fenômeno de dispersão que resultou do fato de se estender o sertão no Brasil “em fundos proporcionais à desmedida linha de face ao oceano”, abrindo às entradas e bandeiras três direções, ao norte, ao sul e ao oeste, enquanto, nos Estados Unidos, a vaga humana se desenrolava sobretudo na direção do oeste, trouxe, com efeito, a maior expansão geográfica de que tem conhecimento a história, realizada por um pequeno agrupamento humano, mas não permitiu que se colonizasse ou se valorizasse economicamente a zona sertaneja, mantendo, até os albores do século XX, ao lado de uma estreita franja de civilização, debruando a costa e cobrindo o planalto nas regiões mais próximas do litoral, a imensidade do mato grosso, das florestas e do sertão, com seus teríveis problemas econômicos e sociais.

Mas, se de tôdas as terras desbravadas pelo homem, nenhuma delas, a não ser a região das “minas gerais”, atingiu uma densidade de exploração e valorização econômica, equivalente às consequências políticas da expansão territorial, as catas e as galerias da mineração, sobretudo em Minas, e as transformações da paisagem, pela derrubada e queimada das matas, acusam fortemente o esforço humano, na conquista e na utilização das riquezas naturais. Não que a exploração do pau brasil e a colonização interna, iniciada com as plantações de cana, tenham feito recuar o manto florestal de grande parte de sua primitiva extensão, avaliada em cêrca de 4 milhões de quilômetros quadrados: a montanha continuou a servir, como ainda serve, de lugar de atração, no planalto, ao lado de planícies insalubres e invadidas pelo pântano ou pela floresta hostil, na região setentrional de Mato Grosso, em Goiás e no Amazonas. Mas, como a floresta, sem a qual a terra seria quase inhabitável para o homem, foi sempre, no princípio, a grande inimiga da colonização, a luta contra a floresta, sustentada pelas derrubadas e pelo fogo, foi um elemento modificador da paisagem florestal, substituída pela cultura, estendendo-se nas

planícies ou trepando nas vertentes das colinas, e pelo sapé indígena no Brasil ou pelo capim gordura, de origem africana, cobrindo os campos, entre velhos e grandes troncos abandonados no chão. A difusão do capim gordura, observa PIERRE MONBEIG, "acompanhou a destruição da floresta pelo fogo, a grande técnica agrícola primitiva (a coivara, como lhe chamavam os índios), ferramenta essencial do caboclo, tal como o notou A. DE SAINT HILAIRE, mostrando a evolução da vegetação após a derrubada e a queimada da floresta. A paisagem vegetal mais frequente, no interior do Brasil, é o *cerrado* que parece natural, mas não o é; não é difícil pensar que no Brasil, como no Sudão ou em Madagascar, tais paisagens são produtos do fogo". A substituição integral da paisagem florestal por uma paisagem humanizada, devia começar com o novo ciclo econômico, o da lavoura cafeeira,¹⁰ sobre que assentou toda a estrutura econômica do Império e, em grande parte, a da República, e graças à qual a cidade de São Paulo, "de pequeno burgo que era no fim do Império, passou a ser um dos mais importantes centros urbanos do mundo". A tropa e a escravaria, e, mais tarde, o trilho, o caminhão e o machado do derrubador de matas, abrem o caminho para a nova cultura; e, em lugar de florestas seculares, desaparecidas diante da investida devastadora do machado e do fogo, lastra-se a "onda verde do café", galgando as serras do litoral e estendendo-se rapidamente pelo vale do Paraíba do Sul, entre o Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo.

A lavoura do café, cujo alvorecer, em princípios do século XVIII, coincidiu com o crepúsculo da mineração, adquiriu, de fato, tamanha intensidade que, já em 1820, subia a 100 000 e em 1830 a 400 000 sacas a exportação, pelo porto do Rio de Janeiro, do produto colhido nas plantações próximas a essa cidade, — ponto de partida do novo ciclo econômico, que devia ter em São Paulo o seu principal centro de produção. Era com ramos de cafeeiro que D. PEDRO I fazia enfeitar os chapéus de seus oficiais e as espingardas de seus soldados; e o Império que fundou, tão ligado se sentiria ao café que, conforme nos lembra AFONSO ARINOS SOBRINHO, "colocaria, também, mais tarde, um ramo da planta como símbolo da economia nacional, no seu escudo de armas". Do Rio de Janeiro essa cultura, desenvolvida, como a do açúcar, "sobre os escombros incendiados das grandes matas tropicais", espalhou-se pelo interior de São Paulo e Minas, sobretudo às margens do Paraíba do Sul, em cujo vale predominou até a década 1880-1890, mantendo a primazia do porto do Rio de Janeiro, no comércio brasileiro. Entre nós, escreve ALBERTO RANGEL, "a água não só dessedentava, mas conduzia e enricava; nas areias fluviais, entre os seixos rolados, retinha-se a palheta do ouro e a pedra do diamante. Três proveitos espantosos para o estabelecimento e o movimento dos aventureiros". O rio Paraíba do Sul, que banha, numa larga região, a antiga província, hoje Estado de São Paulo, e atravessa o Estado do Rio de Janeiro, na sua maior extensão, teve assim, relativamente à lavoura do café, a função que exerceram os rios Beberibe, Una, Serinhaém e outros, no ciclo do açúcar;

¹⁰ O cafeeiro, — planta indígena da Abissínia, tomou o seu nome atual (café) de Kaffa, uma das províncias que constituíam, na Etiópia, o seu *habitat* originário. Transportado pelos árabes para o seu país, foi largamente difundido, desde o século VI, na Arábia, que manteve por muito tempo a exclusividade da produção como bebida nacional, favorecida pelas restrições maometanas, impostas ao uso de bebidas alcoólicas, e donde se fazia por Moka (daí o nome de um dos tipos do produto) a exportação para o ocidente. Da Europa onde já existiam no século XVII casas destinadas ao uso do café, foi transplantado para a América em 1720, por um oficial da marinha francesa GABRIEL MATHIEU DE CLIEU que, em viagem para Martinica, nas Antilhas, plantou nessa ilha os primeiros exemplares de cafeeiro. Embora pouco depois, já em 1727, tivesse o café entrado no Brasil, trazido de Caiena por FRANCISCO DE MELO FALHETA, oficial brasileiro da tropa colonial portuguesa, o café, primitivamente cultivado no Pará, só um século depois começou a ser explorado economicamente, e não foi senão na segunda metade do século XVIII que, transplantado para o Rio de Janeiro, aí teve "o ponto de partida de seu grande desenvolvimento". (Cfr. AFONSO E. TAUNAY, *História do café*; BASÍLIO DE MAGALHÃES, *O café na história, no folclore e nas belas artes*, 2.^a ed., aumentada e melhorada. Série Brasileiros, vol. 174, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939; WILLIAM UKERS, *All about coffee*).

o São Francisco e o Parnaíba no centro e ao norte, o Paraná e o Paraguai, ao oeste, o Uruguai, ao sul, na criação pastoril, e o Rio das Velhas e o Ribeirão do Carmo, em Minas, e o das Garças, em Mato Grosso, na fase mais intensa da mineração. O café seguiu os rumos das águas fluviais, como a cana de açúcar, o rebanho, e o metal e a pedra que se extraíam ou do leito dos rios ou com o auxílio das águas desviadas de seus cursos. A lavoura cafeeira que se desenvolveu, por essa época, nas províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, "a mais considerável na produção total dos cafés do Império", compreendia por essa forma, na justa observação de AFONSO ARINOS, "uma grande unidade geográfica, condicionada por um sistema fluvial, e dividida politicamente pelos territórios de três províncias". Mas, se a base da estrutura econômica se deslocou do nordeste açucareiro para a região das "minas gerais" e, depois, para São Paulo e Rio de Janeiro, da cana de açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se ainda nesta última fase a unidade de produção (monocultura) e o instrumento de exploração: o braço escravo.

Foi com a cultura do café, de base latifundiária e escravocrata que rompeu, na bacia do Paraíba, uma nova aristocracia rural, esteio político do Império, e se inaugurou, no sul do Brasil, ainda nas imediações do litoral, um período fecundo de prosperidade e de civilização. As riquezas concentraram-se em mãos de grandes proprietários, cuja fortuna apoiada nas senzalas, plantada nos cafezais e batida nos terreiros e nas edificações destinadas ao benefício do café se ostentava na sua vida de fausto e de prazeres, no luxo de suas residências senhoriais, no campo e na grandeza de seus solares, na cidade, como os palácios do Catete e do Itamarati, hoje suntuosos edifícios públicos. Sob o influxo da cultura cafeeira, que se tornou uma das maiores explorações agrícolas do mundo,¹¹ constrói-se para servir à zona do café, por iniciativa do BARÃO DE MAUÁ, em 1853, a primeira estrada de ferro, a Central do Brasil, que em 1877 atinge a capital de São Paulo; desenvolve-se o sistema ferroviário que em 1885 já se compunha de 57 estradas de ferro, entre grandes e pequenas, com cerca de 7 mil quilômetros de extensão; rasgam-se as primeiras estradas de rodagem, como a União e Indústria, do Rio a Minas; aparecem, depois de 1860, os primeiros saldos ponderáveis na balança do comércio; transforma-se e se enriquece de novos aspectos a paisagem urbana do Rio de Janeiro, que se manteve o grande porto até 1894; cresce a população; aperfeiçoam-se os transportes; e, no prazer dos gastos, na emulação do luxo e no desprezo da economia, desenvolve-se uma vida social intensa e, com o fenômeno de concentração coletiva, inaugura-se um dos períodos de maior efervescência intelectual e de mais brilhante cultura, em nossa civilização. Mas o declínio da produção das terras banhadas pelo Paraíba e seus afluentes; a crise política e social de que resultou a abolição da escravatura, em 1888, e o impulso que tomou, em consequência, a imigração de elementos europeus, acabaram por deslocar para o planalto paulista, que se tornou o maior produtor do café, o eixo central dessa atividade econômica. À organização latifundiária e escravocrata, alicerçada sobre o instituto social da escravidão e praticada segundo

¹¹ A exportação do café que, em 1820, mal atingia 100 mil sacas por ano, em 1840 já ultrapassava 1 milhão de sacas anualmente, para elevar-se a mais de 2 milhões, em 1860 a 1870, e a 4 milhões e meio em 1880, escoando-se, pela baía de Guanabara, que conservou a primazia do comércio brasileiro. Em pouco mais de meio século a produção tornava-se 45 vezes maior do que a produção de 1820, chegando quase a decuplicar, como se vê, em cada decênio. Mas, a partir de 1890, com a fase nova da lavoura cafeeira, no planalto paulista, as cifras indicam um desenvolvimento incomparavelmente maior da produção: dos 5 milhões e meio de sacas que se escoaram pelo porto de Santos, em 1900, subiu a exportação, em 1909, e portanto, em dez anos, a 14 milhões de sacas, pelo mesmo porto, além dos 3 milhões que se exportaram pelo Rio de Janeiro. De 1933 a 1938, a produção máxima atingiu no Brasil, a 29 milhões de sacas, para uma produção mundial que oscilava entre 25 a 38 milhões: era o predomínio quase absoluto do produto brasileiro nos mercados internacionais. Calcula-se em 3 bilhões e 17 milhões o número de cafeeiros que cobrem, no Brasil, uma área de cerca de 4 milhões de hectares de cultura, e dos quais quase metade ou cerca de um bilhão e 500 milhões de pés de café se encontram no Estado de São Paulo.

métodos empíricos, sucedeu um sistema capitalista de exploração agrícola, fundada sobre o trabalho livre e duplamente desenvolvida pela aplicação, à cultura do café, de processos técnicos e pelo enriquecimento do sistema de viação e de transportes. A descoberta, em São Paulo e no Paraná, da terra roxa, — terra farta resultante dos lençóis, decompostos, de rocha ígnea (diabase e porfírito), e tão propícia ao café, como foi, no norte, o massapê, para o açúcar; o desenvolvimento de nossas maiores linhas férreas de penetração, a Mogiana, a Sorocabana e a Paulista, e enfim o impulso vigoroso que tomaram as correntes imigratórias, atraídas pelo clima temperado do planalto e pelo alto rendimento da lavoura, multiplicando e derramando as culturas, impeliram para o interior e sobretudo para o oeste de São Paulo o oceano verde dos cafezais. A expansão cafeeira, escreve R. SIMONSEN, verificada no vale do Paraíba e, em maior escala, no planalto de São Paulo (o que fez de Santos o maior porto mundial de exportação), “constitue um dos maiores cometimentos agrícolas de todos os tempos, honrando um povo e uma nação”.

Nesse largo período que se estende por três séculos e meio, da Colônia aos fins do Império, toda a atividade econômica, com exceção da criação pastoril, se desenvolveu segundo um regime essencialmente patriarcal de exploração da terra, nas duas grandes culturas (açúcar e café), entre as quais se situam as indústrias extrativas do ouro e do diamante, apoiadas, como aquelas, no braço escravo. As classes que essa sociedade sobrepõe, no seu processo de estratificação, tendem a diferenciar-se nitidamente pelas suas ocupações e pelo nível e estilo de vida, que variam da aristocracia rural das casas grandes e das fazendas, para a burguesia das cidades, constituídas de comerciantes, banqueiros e exportadores, como dessas duas sociedades, rurais e urbanas, para a massa complexa e tumultuária dos trabalhadores livres, vaqueiros e campeadores do sertão, faiscadores e garimpeiros de Minas e Mato Grosso, pescadores e seringueiros do Amazonas, peões e carreteiros dos pampas. A exploração agrícola da cana, que já nos meados do século XVII, deixava perceber, no norte, o esboço de uma primeira aristocracia, — a dos senhores de engenho, e as plantações do cafeeiro, a cuja sombra irrompeu, no sul, no século XIX, uma nova aristocracia escravocrata, alimentaram no litoral uma civilização, de que participaram as cidades tributárias da lavoura, enquanto se disseminavam, nas suas aldeias longínquas, nas suas fazendas e propriedades solitárias, as populações dos sertões, cujos trabalhadores livres, mestiços, cabras, caboclos e matutos, não tinham sobre a massa dos escravos senão a vantagem da natureza bruta e da atmosfera de liberdade. O homem branco do litoral, encerrando o ciclo das bandeiras e das minas, isolava-se cada vez mais do sertão. As atividades agrícolas, como as da mineração e as da criação pastoril, absorviam, porém, todos os capitais e mãos de obra disponíveis, não permitindo, no período colonial, senão a indústria doméstica, resultante da falta de relações por isolamento físico, a indústria complementar da agricultura, como a dos engenhos de açúcar, e pequenas indústrias, autônomas e dispersas, em cidades do litoral, além dos estaleiros navais em que se construíram numerosos barcos de madeira e que vieram a adquirir grandes progressos, no Império. A população extremamente rarefeita, na Colônia, ainda mesmo na orla marítima; a falta de núcleos condensados de população; as dificuldades de transporte que se reduziam às tropas e aos carros de boi; as distâncias imensas; o regime de escravidão e de latifúndio na exploração da terra, e a própria política estreita da Metrópole que proibia, em 1766, o ofício de ourives e, por carta régia de 1785, todas as manufaturas de fios, panos e bordados no Brasil, constituíam, como observa R. SIMONSEN, outros tantos obstáculos a qualquer surto de manufaturas de valor, no período colonial.

Essa situação prolongou-se, sem alteração ponderável, pelo primeiro e segundo Império, em que faltaram todos os elementos para a indústria autônoma, concentrada e mecanizada, que procura a proximidade das fontes de energia, das matérias primas, da clientela, dos transportes e, sobretudo, da mão de obra, — fator principal, segundo BLANCHARD,¹² — e ainda por toda essa época absorvida na cultura do café, nos Estados do Rio, de Minas e de São Paulo. A própria cultura cafeeira, a que se destinavam as correntes de imigrantes europeus, no último quartel do século XIX, não facilitava, por sua natureza especial, o trabalho mecânico: “a vida produtiva do cafeeiro, planta de caráter perene, estende-se lembra R. SIMONSEN, mesmo nas regiões médias, a mais de 40 anos e o seu plantio é feito, de preferência, nas vertentes das colinas”. A cultura do café, como a do açúcar, com seus engenhos, não produziu, por isto, em São Paulo senão uma indústria de recurso complementar, a de máquinas para o seu benefício e tratamento, em cuja composição, mais de madeira do que de ferro, “o consumo de metal não era de molde a justificar o fomento de nossa siderurgia”. Ainda que incipiente e rudimentar, a indústria, na Colônia e no Império, pode-se, porém, indagar se o escravo absorvia todo o mister industrial, ou se deixava um lugar, e que lugar, ao trabalhador livre na cidade e no campo. Certamente, como se deu em outros países e em outras civilizações,¹³ a mão de obra servil, empregada em trabalhos das mais diversas formas, prodigalizada e desperdiçada, dominava no trabalho doméstico, nas lavras de mineração, como na indústria primitiva de transportes. Todo o trabalho doméstico era feito por escravos, e, dentro das grandes propriedades agrícolas, fabricava-se, com a mão de obra servil, “a maioria dos artigos de consumo, por processos manuais ou com instrumentos rudimentares”. Mas ao trabalho servil que tinha a mais larga aplicação na economia doméstica fechada, se opôs sempre o trabalho livre que teve grande lugar na indústria, não somente na direção mas ainda na execução das tarefas, e não cessou de se desenvolver, de tomar extensão e de melhorar lentamente as suas condições, multiplicando-se, recrutados sobretudo entre os libertos, os operários rurais, os artesões comerciantes das cidades, os pequenos artifices, trabalhadores independentes e estáveis, ou dependentes e assalariados, de pequenas oficinas e atividades industriais.¹⁴ Embora, para a mão de obra servil, as despesas de compra ou de locação, como as de conservação, correspondessem aos salários da mão de obra livre, e a escravidão contribuisse, ao menos nos centros escravocratas, para influir sobre a taxa de salários, havia, no entanto, preferência para a mão de obra servil que, por essa razão, fazia à mão de obra livre uma concorrência terrível, tornando ineficaz e extremamente rara a greve causada por uma reivindicação de aumento de salários.

Mas a atividade agrícola, preponderante da Colônia ao Império, em cujo crepúsculo, em 1880, se registrava o primeiro surto industrial, não só se expandiu, no regime republicano, alcançando com a cultura cafeeira proporções nunca

¹² RAOUL BLANCHARD, *La géographie de l'industrie*. Montréal, Éditions Beauchemin, 1934, in 8.º, pág. 174.

¹³ PAUL GUIRAUD, *La main d'oeuvre industrielle dans la Grèce antique*. Paris, 1900.

¹⁴ Na Colônia e no Império tiveram grande papel, como se vê, a indústria de necessidade doméstica e a indústria complementar, ritmada pela agricultura, que R. BLANCHARD distingue sublinhando-lhes a importância. Sabe-se que tanto naquela indústria como na de recurso complementar (a indústria açucareira, por exemplo) era empregado o trabalho servil, e que trabalho servil e trabalho livre coexistiram durante esse período, nas indústrias autônomas. Mas em que proporções participavam, no trabalho dessas pequenas indústrias, escravos e trabalhadores assalariados; qual a natureza das indústrias em que se ocupavam escravos e era empregada, de preferência, a mão de obra livre; a taxa de salário e as suas altas e oscilações, e a influência que sobre essa taxa exerceu a escravidão; as relações entre empregador e empregado; a concorrência entre as duas classes econômicas, a dos escravos e a dos homens livres; as condições de vida que não deviam ser sensivelmente diferentes, do escravo e do trabalhador livre; os ofícios e as profissões que se abriam mais facilmente aos libertos, são outras tantas questões difíceis de determinar, parte por escassez de documentos e de estatísticas, parte por falta de estudos monográficos em que tenham sido tratadas a fundo e com precisão.

atingidas, como se vem modificando, com a substituição gradual da monocultura pela policultura, em Pernambuco, Minas, Rio Grande do Sul e sobretudo em São Paulo em que se misturam, em proporções aliás variáveis, as diversas formas do trabalho humano. A princípio, tão uniformemente marcada, em Pernambuco e no Estado do Rio, pelos canaviais, com a casa grande, a senzala e os engenhos, e ao sul, nos Estados do Rio e de Minas e especialmente em São Paulo, pelos milhões de cafeeiros, que se estendem a perder de vista, às vêzes em único bloco maciço, em fileiras cerradas, a paisagem cultural já apresenta, com o parcelamento das terras cultiváveis e a multiplicação de culturas, uma grande diversidade de aspectos em correspondência com os múltiplos aspectos das atividades agrícolas. As crises sucessivas do café, cuja produção ameaçava superar, para ultrapassar mais tarde as necessidades do consumo mundial; as limitações impostas à plantação de cafeeiros e a fragmentação da grande propriedade contribuíram para disseminar as pequenas culturas, quebrando a uniformidade maciça das velhas paisagens rurais. "Qual era, de fato, no seu conjunto, pergunta P. MONBEIG, a paisagem paulista do começo do século? O oceano de cafezais plantados uniformemente, as casas de colonos em fila, — tôda uma paisagem que refletia a estrutura econômica e social, a monocultura e o sistema de plantação. E que nos mostra uma fotografia tirada de avião, ao longo da estrada de ferro entrando pela mata, nas proximidades de Presidente Venceslau? Pequenas propriedades e culturas variadas. Por detrás da zona pioneira, em que se estendem imensas plantações de algodão, multiplicam-se laranjais de Sorocaba, vergéis de São Roque, invernadas e ribas do Paraíba. A propriedade tende a dividir-se e nova forma de *habitat* se organiza com os meeiros de algodão. Nessas paisagens que se esboçam aos nossos olhos, reflete-se, com a policultura, a estrutura social e econômica, mais complexa do São Paulo de 1939." No entanto, nas duas fases da civilização agrária, à base de cuja organização residiam a monocultura, o escravo e o latifúndio, como no regime capitalista de exploração cafeeira, apoiado no trabalho livre, ou na policultura nascente e já em franco desenvolvimento, o que impressiona são menos os esforços feitos pelo homem para dominar a natureza do que as suas lutas incessantes para manter as conquistas que realizou: num país de chuvas torrenciais e de sóis ardentes, de vegetação parasitária e de fauna pululante, o solo que se deixa inculto, se degrada, e bastaria, para que os terrenos de cultura perdessem o seu valor e a civilização recuasse, que se descuidassem por um instante os múltiplos trabalhos de apropriação.

Mas tôda essa produção agrícola, do açúcar e do cacau ao norte, do café e outros produtos ao sul, como a enorme produção das indústrias extrativas, de ouro e diamante, na colônia, e da borracha, já na República, tinha de, forçosamente, determinar um sistema de comunicações e de transportes, em busca do litoral, e de acôrdo com as possibilidades técnicas da época e as condições específicas do meio. É um estudo ainda por fazer entre nós, e dos mais interessantes, da história econômica, política e social, êsse das relações entre as grandes culturas e o desenvolvimento dos portos e entre a rêde de viação do país e a evolução nacional.¹⁵ A formação da unidade brasileira, fundada na comunidade de origens, de língua, de costumes e de religião, não está somente ligada à afirmação de uma aristocracia rural, apoiada no lati-

¹⁵ Cfr. BORLANDI (Franco), *Il problema delle comunicazioni nel secolo XVIII nei suoi rapporti col Risorgimento italiano*. (Collana di Scienze politiche diretta dal Prof. PIETRO VACCARI. Série B, vol. III) Pavia, Torino, Treccani, Tuminelli. 1932; GREGORY (J. W.), *Story of the road* (estudo abreviado e substancioso sobre o caminho através dos tempos), London, Alex. Maclehose & Co., 1931; LE TROCQUER (Yves), *Les routes et leur techniques*, Paris, Alcan, 1931; VILAR (Pierre), *Le rail et la route, leur rôle dans le problème général des transports en Espagne*. In "Annales d'Histoire économique et sociale", n.º 30, 6e. année, Novembro de 1934. Libr. Armand Collin, Paris.

fúndio e no mesmo instrumento de trabalho, — o escravo, na Colônia e no Império: toda essa sociedade economicamente produtiva tinha necessidade, para o desenvolvimento mesmo da produção que ela dirigiu, de uma rede de viação importante e de todo um sistema de portos bem aparelhados. É assim que a organização desse equipamento econômico, embora primitivo na Colônia e tão limitado ainda no Império, constitui um dos mais curiosos aspectos técnicos da formação nacional, pela sua dupla origem ligada, na direção do litoral, à exploração da colônia pela Metrópole e, no sentido do sertão, pelo nomadismo pastoril e pela expansão das bandeiras. Sem dúvida, num país que dispõe de 7 mil quilômetros de costa e de cerca de 44 mil quilômetros de rios navegáveis, o mar e as artérias fluviais constituem a principal rede de transporte; e não é de surpreender que, segundo observa ROY NASH, “quatorze das vinte e uma capitais dos Estados brasileiros demoram à margem da estrada líquida”, e das suas sete maiores cidades, cinco, — Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, se assentam à beira dessa principal artéria de tráfego e transporte, e somente duas, Belo Horizonte e São Paulo, — esta, a segunda do país, mas com seu porto de mar em Santos, — se elevam sobre o planalto. Se considerarmos o impulso que durante meio século adquiriu a exploração das minas auríferas, e, durante quase cem anos, do café, no centro-sul, compreender-se-á que o Rio de Janeiro e Santos se tornaram os portos de maior movimento do Brasil,¹⁶ e que a densidade dos caminhos e o valor dos portos tenham sido extraordinariamente mais fracos no norte do que no sul, embora o único caminho que liga o sul ao norte, de Vitória a Manaus, e da capital do Amazonas à fronteira do Perú, “continue sendo ainda hoje como nos tempos idos de VASCO DA GAMA, o vasto oceano e o gigantesco aranhão potâmico do *hinterland*”.

Apesar de possuir o país uma das mais extensas redes hidrográficas do mundo e de constituir a navegação interior o único meio de ligação para cerca de dois terços do território brasileiro, a navegação fluvial, barrada pelas corredeiras e quedas d’água, não se faz ainda hoje regularmente senão até os limites das terras inexploradas e desertas, e por embarcações de velho tipo e de pequeno calado. As pirogas primitivas, — canoas cavadas em peça inteira, num tronco de árvore, de grande peso e fundo chato, para varar as corredeiras, continuam a subir e descer, carregadas, por numerosas vias fluviais, sobretudo nos afluentes do Amazonas, até o limite da navegação a vapor; e no São Francisco e em alguns de seus tributários, como o Paracatú, encontram-se ainda as velhas barcas do Rio Douro, de Portugal, que, nos princípios do século XIX, foram introduzidas pelos colonos. A navegação a vapor, nos rios de volume ponderável e de suficiente profundidade, vem-se desenvolvendo, no entanto, embora lentamente, já adquirindo considerável importância na rede de transporte fluvial, constituída especialmente pela navegação no Amazonas, que pode ser navegado por grandes transatlânticos até Iquitos na fronteira do Perú; no rio Paraguai, de Assunção a Cuiabá e a São Luiz de Cáceres; no rio São Francisco até o porto das Piranhas e, acima da cachoeira

¹⁶ Assim, pela costa do Atlântico que é a única comunicação possível entre o litoral do norte e o do sul, para grandes transportes de passageiros e de cargas, trafegam várias linhas de navegação, numa extensão de 3 500 milhas, desde o Rio Grande do Sul, distante de 160 milhas de Porto Alegre, na Lagoa dos Patos, até Belém do Pará, situada a cerca de mil milhas, aquém de Manaus no baixo Amazonas. Essa distância de Porto Alegre a Manaus não se vence em menos de 25 dias por navios costeiros. Além do Rio de Janeiro, porto sem par pela sua profundidade e pelo espaço para ancoragem, e o mais belo do mundo, onde podem atracar navios de qualquer calado, e de Santos, com profundidade para vapores de 29 pés de calado, distribuem-se pela sua importância econômica, avaliada pela sua tonelagem bruta, os portos de Recife, São Salvador (o 2.º porto, quanto à profundidade máxima), Belém do Pará, Rio Grande do Sul e Paranaguá e finalmente, no norte, Manaus que no baixo Amazonas é, em geral, o ponto terminal da navegação que vem do Atlântico.

de Paulo Afonso, até Pirapora em Minas Gerais; no Paraná,¹⁷ até as cachoeiras das Sete Quedas e, acima delas, até Jupia; e em outros rios menores em que, em 1921, já trafegavam cerca de 356 embarcações, maiores ou menores, conforme o calado do curso, e com uma tonelagem total de apenas 73 387 toneladas. Mas, além das comunicações fluviais, "a rede de trilhos, observa ainda ROY NASH, constituía o sistema venoso por onde circulava o sangue econômico do país, mantendo a unidade do Império". Os trilhos dos tropeiros que irradiavam de todos os núcleos urbanos, grandes e pequenos, — povoações, vilas e cidades —, articulando entre si as populações brasileiras, exerceram, de fato, no sistema colonial de comunicações, um papel tão importante talvez como o dos rios de penetração. Velhos caminhos, — trilhos da anta, picadas do bugre, palmilhados pelo missionário na catequese dos índios, ou caminhos mais recentes, abertos pelo bandeirante, "violador dos sertões e plantador de cidades" —, foram progressivamente alargados pelo português, com seus cargueiros, pelo vaqueiro com as suas boiadas, pelos colonos com seus carros de bois, e mais tarde, pelo comerciante, caixeiro viajante, cometa ou mascate, batedores da civilização. As nossas maiores linhas de penetração, observa EUCLIDES DA CUNHA, "desde a Mogiana seguindo para Goiaz sobre os velhos rastros do ANHANGUERA até a Sorocabana,¹⁸ ajustando-se aos primeiros lances do longo itinerário de ANTÔNIO RAPOSO e dos conquistadores do Guaíra", teem reconhecimentos que duraram séculos, e evocam a figura excepcional do homem, o bandeirante, "que se fez bárbaro para estradar o deserto, abrindo as primeiras trilhas do progresso".

A grande migração para as regiões temperadas do sul, no último quartel do século XIX, e o extraordinário desenvolvimento da cultura do café, que ainda absorvia o capital e os braços disponíveis, não tardaram a promover a substituição, na região cafeeira do planalto (Minas e São Paulo), dos velhos meios de comunicações pelas estradas de ferro, cuja construção se iniciara timidamente em 1854, com os 14 primeiros quilômetros e que, em 1890, já atingiam 9 973 quilômetros de tráfego, quase triplicando em um decênio (1880-1890) a extensão das paralelas de aço.¹⁹ A Central do Brasil que já

¹⁷ A extensão navegável de rios brasileiros, já conhecidos e explorados, é calculada por alto por ROY NASH (70 mil quilômetros), quando não parece exceder de 44 mil quilômetros, ou mais precisamente, segundo dados oficiais, de 43 955 quilômetros. Somente o Amazonas, com uma profundidade máxima de 20 pés de calado, dispõe de um sistema navegável de 25 446 quilômetros, ou sejam 57,89 % do total navegável do país. A navegação no grande rio setentrional foi aberta em Julho de 1867 aos países estrangeiros, e, em Agosto desse mesmo ano, partia de Penedo, para atingir o porto das Piranhas, o primeiro vapor que navegou o dorso do São Francisco. *Brazil-1938 — A new survey of Brazilian life.* Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1939.

¹⁸ Dos quatro principais troncos ferroviários que partem do Rio de Janeiro, dois ao menos, o que vai para Minas, por Juiz de Fora, Barbacena, Sabará e, pelo vale do Rio das Velhas, até Pirapora, e o que se lança para São Paulo pelo vale do Paraíba, seguem os caminhos antigos de Minas e de São Paulo. É ainda pelo caminho velho, através do vale do Paraguassú, que o engenheiro dirigiu a ponta dos trilhos da estrada de ferro que parte de São Félix, na Baía, como ainda, por um caminho tradicional, sapateiam, nas suas paralelas de aço, os trens que correm de Salvador para Juazeiro na barraça do São Francisco. Não tinha outro traçado senão o do antigo caminho da Serra do Mar, a primeira estrada de rodagem que galgou o planalto, de Santos a São Paulo. Os que vivem hoje, nas grandes cidades, conhecem a história pitoresca, e os que labutam nos sertões ainda teem a rude experiência das penosas viagens que se estendiam por meses a fio, — atingindo as mais longas a cinco meses —, em canoa, impelida a remo e a vareja ou em lombo de burro por esses caminhos fragosos ou lamacentos em que, a não serem carruagens, em pequenos percursos, não rodava outro veículo senão o carro de bois, quebrando com seus guinchos a solidão dos sertões.

¹⁹ A uma simples inspeção em um mapa do Brasil em que tenham sido assinaladas as estradas de ferro existentes no país, em 1937 (Cfr. mapa das principais ferrovias brasileiras, em 1922, in ROY NASH, *A conquista do Brasil*, pág. 285), verifica-se que a zona mais servida de estradas de ferro é a do planalto compreendida por São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, com as suas duas projeções, ao norte, até Vitória no Espírito Santo, e ao sul, até Curitiba, ligada a Paranaguá, no Estado do Paraná. Além de uma faixa cortada de ferrovias, na região meridional do Rio Grande do Sul, que já possui cerca de 3 212 quilômetros dessas estradas, e de uma outra, alongada ao norte, de Fortaleza a Maceió, passando por Recife, e em que se encontra uma rede com 1 368 quilômetros de extensão (Rede Viação Cearense), apenas alguns riscos indicam raras estradas de ferro, obedecendo a traçados fragmentários ou partes integrantes de um sistema de viação. De São Salvador, na Baía, partem estradas de ferro em quatro direções, das quais as duas mais importantes são as que se estiram até a barraça do São Francisco, uma ao longo do litoral, e outra até Juazeiro em pleno sertão (a Great Western, com 1 741 quilômetros). Se, no norte, se assinalam outras estradas como as que vão de Petrolina a Teresina, no Piauí, e de

em 1877 alcançara São Paulo e avançava por Minas, rumo à barra do rio das Velhas; a Leopoldina, em direção nordeste, para Vitória e Rio Doce, no Espírito Santo; a Inglesa que se inaugurou em 1867, para ligar Jundiá ao pórtico de Santos; a Mogiana, na direção de Goiás, e a Sorocabana que roda para a barranca do Paraná e ia entroncar-se, mais tarde, com a Noroeste, e a Paulista, — uma das melhores estradas de ferro do Brasil, passaram a integrar o sistema ferroviário, a serviço principal de três Estados: Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. A zona cafeeira paulista começava, já no alvorecer do século XX, a ser cortada por excelentes estradas que se distendem e irradiam, emaranhando-se numa vasta rede de ramais e enriquecendo por tal forma o sistema ferroviário que, em 1937, o Estado de São Paulo já dispunha de cerca de 8 635 quilômetros de vias férreas, ou quase a quarta parte do total de estradas desse tipo, existentes então no Brasil (33 521), além de 15 mil quilômetros de estradas de rodagem lançadas em todos os sentidos. Mas o desenvolvimento notável, nos princípios deste século, dos meios de transporte, pela construção de estradas de ferro e de rodagem, na região meridional do planalto; a superprodução cafeeira e o consequente refluxo de colonos para as cidades; os fenômenos de condensação de imigrantes e de concentração urbana; e a formação de um mercado interno de alguma importância para os produtos industriais, constituíram, com a construção de grandes usinas de energia elétrica, segundo observa R. SIMONSEN, os fatores essenciais à evolução industrial que se acelerou, a partir de 1905, para tomar, depois e em consequência da guerra européia, novos impulsos e novas direções. O Brasil que continuava a ter na cultura do café a base de sua estrutura econômica, já se encaminhava para um regime novo que deveria colocar, nas formas mais móveis da fortuna, o eixo central da sua atividade econômica, orientando o seu esforço, com a expansão das riquezas, dos transportes e da mão de obra, para a produção industrial. A própria evolução da indústria paulista, cuja produção atual representa para mais de 43 % da produção nacional, e não excedia de 16 % em 1907, de 20 % em 1914 e de 33 % em 1920, mostra, no entanto, que o fenômeno industrial, intensificando-se nesse Estado a partir da guerra de 1914, se manifestara em outras regiões do país como o Distrito Federal, Minas, Rio Grande do Sul e, ao norte, Baía e Pernambuco.

Assim, a indústria nacional que, no Império, só passou a ter algum valor ponderável a partir de 1885, apesar de várias tentativas anteriores para implantar indústrias no Brasil, não cresceu consideravelmente senão no século XX, por um conjunto de fatores favoráveis, ligados alguns ao surto cafeeiro, no planalto, e outros determinados pelas repercussões da guerra de 1914 no mercado brasileiro. Certamente o século XIX em que se operou, nas expressões de VICENTE LICÍNIO, a mais violenta transição econômica, com a substituição do binário “ouro e escravo” pelo binário mais enérgico “máquina e carvão”, foi o século da máquina a vapor, do carvão e do aço e, portanto, da revolução industrial. Desde os princípios do século XIX, entre 1808 e 1821, em que D. JOÃO VI se esforçou por desenvolver a siderurgia e mandou vir técnicos estrangeiros para estudarem a possibilidade de organização da indústria no Brasil, até o VISCONDE DE MAUÁ que, entre 1850 a 1870, procurou por todas as formas incutir no meio brasileiro um espírito industrial, “fundindo, forjando, armando, construindo”, promovendo a construção de estradas de ferro, de

São Luiz, no Maranhão, a Teresina, na região ocidental não se encontra senão a estrada Madeira-Mamoré, com 366 quilômetros, de Santo Antônio a Guajará-Mirim, e na zona sudoeste, a que vai de Campo Grande a Corumbá, em Mato Grosso. Não chegará, talvez, a uma sétima parte do território brasileiro o total das regiões servidas por estradas de ferro, as quais (pois, como escreve EUCLIDES DA CUNHA, “as nossas estradas de ferro resultam antes de tudo de nosso progresso”) se desenvolveram mais nas regiões do açúcar e do cacau (Pernambuco e Baía), no norte, do café, no sul (Rio, São Paulo e Minas) e na do comércio de couro e carnes (Rio Grande do Sul), marcando, com os principais centros econômicos do país, também os seus principais centros de cultura.

portos, de fábricas e estaleiros, tantas tentativas se malograram quantas foram feitas, no sentido de desenvolver a produção industrial no Império. Mas os obstáculos em que se anulou a clarividência de D. JOÃO VI e se quebrou a férrea energia dessa figura singular que foi o VISCONDE DE MAUÁ, estavam menos na mentalidade agrária da época, na ausência de uma política imperial de proteção às indústrias, no regime tarifário de caráter estritamente fiscal, do que na falta de combustíveis, na dificuldade de acesso às minas de ferro, na escassez de mão de obra, nas grandes distâncias e na extrema insuficiência dos meios de transporte. As indústrias não se concentram senão junto aos centros produtores de combustíveis e na proximidade das matérias primas e das regiões em que a mão de obra, os transportes e o mercado de consumo sejam suficientes para lhes favorecer a evolução. Foi a ação conjugada desses fatores que provocou o surto industrial em determinadas regiões do Brasil no século XX: a construção das usinas geradoras de energia elétrica, que desempenharam, em nossos parques industriais, um papel semelhante ao dos centros hulleiros na Inglaterra e nos Estados Unidos; as matérias primas, sobretudo, para as indústrias têxteis e para os produtos de alimentação que, em 1920, já constituíam 67,8 % da produção nacional; a mão de obra que pôs a serviço das indústrias a superprodução cafeeira; as estradas de ferro cuja extensão, de 17 242 quilômetros, em 1906, atingiu quase o dobro (33 521), em 1936, e finalmente a clientela que se alargou sob o influxo da imigração de colonos europeus, das novas necessidades e das solicitações crescentes do mercado interno, e dos fenômenos de concentração. Avalia-se em mais de 60 mil o número de estabelecimentos industriais do país, distribuídos por São Paulo que desde 1910 alcançou o primeiro lugar, com 10 mil fábricas, pelo Distrito Federal, com cerca de 20 % da produção total e pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro e Pernambuco.²⁰

A cultura cafeeira que se estendeu pela vasta planura de depósitos terciários, a oeste da Serra do Mar, e por todo o interior até onde chegaram os borrifos e a salsugem da preamar de colonos europeus, que se derramou pelo planalto, forneceu os primeiros capitais substanciais e, com a superprodução do café, os braços disponíveis aos progressos da transformação industrial que se operou no país. A antiga província de São Paulo, que, esgotada pelas sangrias constantes e periódicas das "bandeiras", se arrastara durante cem anos na pobreza, e gravitava na órbita da mineração, transformou-se num Estado próspero que, a partir de 1886, passou a ser o maior produtor de café no Brasil, e, desde 1910, o maior parque industrial do território brasileiro, e hoje, do continente sul-americano. O eixo da atividade econômica, já desviado do norte para Minas Gerais, no século XVIII, com a descoberta e exploração dos veios auríferos, deslocara-se desta vez para São Paulo cuja capital, em excelente situação geográfica, servida de um porto de mar de primeira ordem para escoadouro de sua produção, se tornou o maior centro ferroviário do país e um dos grandes centros urbanos do mundo. O que não podiam fornecer à indústria paulista bacias carboníferas, junto às quais se produziram as mais compactas organizações industriais da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos, pôs-lhe à disposição o conjunto das usinas geradoras de energia elétrica.

²⁰ Foi a partir de 1920 que se registou a maior evolução industrial, no Brasil, e particularmente em São Paulo. O que foi o crescimento da produção fabril, nesse período de 1919 a 1938, pode-se avaliar pelos seguintes dados estatísticos. A produção industrial em papel moeda quase quadruplicou no Brasil; quintuplicou em São Paulo. O número de operários que atingia a 275 512, segundo o Recenseamento de 1920, elevou-se, em 1938, a mais de 950 000. As usinas de energia elétrica, calculadas em 350, subiram a 1 200, em 1938, com uma produção quase 4 vezes superior à do ano que se tomou por ponto de partida. Não é menos significativo o movimento dos portos brasileiros em que o número de navios, entrados e saídos, com uma carga de mais de 17 milhões e 500 mil toneladas, subiu de 23 126 e 23 170 em 1919, para 34 088 e 34 063, em 1937, com cerca de 50 milhões de toneladas, para o comércio transatlântico e costeiro. (*Brazil-1938* — *A new survey of Brazilian life*. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1939).

que representa, para a indústria nacional, o papel do coque metalúrgico nesses países. "A formação de grandes lagos na Serra do Mar, pelo represamento de rios que corriam para o interior e o despejo desse volume nas vertentes do Cubatão, — obra ciclópica que honra os técnicos estrangeiros que a conceberam e realizaram —, proporciona a São Paulo, observa R. SIMONSEN, a possibilidade de obter a energia suficiente à triplicação do atual parque industrial e rasga largos horizontes a outros múltiplos cometimentos". Mas, com a extraordinária evolução industrial de São Paulo, verificou-se outro fato de suma importância para a organização nacional: a divisão industrial do trabalho, com a notável diversificação, provocada pela guerra de 1914, na fabricação de novos produtos e com a especialização das indústrias de acordo com as particularidades dos diversos Estados da Federação. "Não obstante o caráter regional da maioria de nossas indústrias, as palavras são de R. SIMONSEN, já se vai operando um entrelaçamento salutar entre as várias regiões econômicas do país". Se numerosos produtos industriais de São Paulo encontram mercados em todo país, as indústrias paulistas importam, por sua vez, borracha, fibras e cacau, do norte, "fumo do Rio Grande do Sul, madeiras do Paraná e ferro gusa de Minas Gerais", trocando-se de um Estado para outro os produtos das indústrias em que se especializaram, e estabelecendo-se, com os progressos dos meios de transportes, das linhas de cabotagem, das vias férreas e das rodovias, e com essa crescente diversificação, uma interdependência e uma circulação econômicas do mais alto interesse para a vida e a unidade nacionais.

Certamente, embora a produção industrial, no país, se tenha desenvolvido de tal forma que já em 1936, alcançando 8 bilhões de cruzeiros, ultrapassava largamente a produção agrícola, avaliada em 6 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, não se pode reconhecer, nesse desenvolvimento notável, senão o alvorecer de uma civilização industrial. No quadro da distribuição das matérias do maior parque industrial do Brasil, já notava R. SIMONSEN o predomínio da produção de artigos para consumo imediato, que constitui, só ela, em São Paulo quase a metade (46 %) e no Brasil mais de metade (67,8 %) do total da produção. A situação econômica que OSVALDO DE ANDRADE definiu com uma expressão pitoresca, chamando o Brasil de "país de sobremesa", por se fundar toda a sua economia no açúcar, tabaco e café, no período preponderante ou quase exclusivamente agrícola, não se mudou ainda radicalmente, na fase industrial, em que a maioria dos produtos de nossas indústrias são constituídos de produtos de alimentação e tecidos. A ausência de indústrias pesadas e básicas, na constituição de nosso aparelhamento econômico, é, sem dúvida, um dos maiores obstáculos à nossa evolução industrial, cujos progressos se tem de ligar como por toda parte se ligaram à existência de combustíveis (carvão) e à riqueza de minérios de ferro. Mas em primeiro lugar, se existem, em Minas Gerais, as maiores jazidas mundiais de ferro, que se conhecem, as minas de carvão de pedra, elemento indispensável à siderurgia, nem dispõem de fácil acesso àquelas jazidas, — pois estão situadas, sobretudo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, — nem apresentam, pelo alto teor de cinzas desse minério, as condições exigidas do carvão para as indústrias pesadas. A fundição do ferro que já se realizava, no período colonial, em forjas primitivas e por processos diretos ensinados pelos negros africanos, tentada por D. JOÃO VI que pretendeu instalar no país, entre 1808 e 1821, os primeiros altos fornos e, a partir de 1818, praticada com caráter industrial em Ipanema, no Estado de São Paulo, desenvolveu-se, no entanto, no século XX com o auxílio do carvão vegetal, nos altos fornos mineiros e outros, cuja produção total atingiu em 1936 a 78 mil toneladas de ferro gusa e a mais de 77 mil toneladas de aço. As grandes distâncias, a falta de um mercado interno, pon-

derável e condensado, e sobretudo, a ausência do coque metalúrgico, retardaram até hoje o desenvolvimento das indústrias pesadas que exigem enormes capitais e cujos progressos, dependentes de combustível ou energia motora, podem provir, segundo observa R. SIMONSEN, simultânea ou sucessivamente, da aplicação da energia hidráulica disponível no planalto centro-sul, da melhor utilização industrial dos carvões pobres das bacias carboníferas do Rio Grande e da exploração do petróleo. Só então, com a produção do ferro em larga escala e a exploração das jazidas petrolíferas, cuja existência parece ter sido constatada no recondado baiano, a evolução industrial entrará na sua fase mais fecunda e o trabalho humano que, a não ser na extração do ouro, nas minas de Morro Velho, apenas arranhava o solo, passará a explorar o sub-solo para dele extrair o ferro e o petróleo que lhe fornecerão, com a força hidro-elétrica, tão facilmente transportável, as bases sólidas à grande revolução, econômica e industrial do Brasil.

A América Latina no século XIX era, escreve A. SIEGFRIED, o grande centro exportador de produtos brutos e de matérias primas para a Europa. O velho continente era a fábrica; nós, o campo; ele, a chaminé; nós, a cultura agrícola. Entre os países sul-americanos, porém, em que surgiu uma forte vontade de industrialização, o Brasil que, até os fins do século passado e, quanto às indústrias pesadas, até hoje, se mantinha tributário dos Estados Unidos e de países europeus, tende cada vez mais a sacudir a velha armadura colonial para restaurar, pela base, o seu aparelhamento econômico e inaugurar um novo ciclo de exploração. A indústria que, na Europa e nos Estados Unidos, ainda nos séculos XVII e XVIII, se fixava frequentemente nas zonas florestais, e se deslocou, mais tarde, no século do carvão, das florestas de superfície às florestas sepultadas das minas, e, na idade do petróleo, para os campos insustentáveis dos petróleos e óleos minerais, ainda alimenta no Brasil os seus fornos e os seus transportes do carvão mineral importado e do combustível que lhe fornecem as suas matas. A hulha, no entanto, no Rio Grande do Sul, onde se estendem as melhores minas de carvão de pedra, ainda que de minério pobre, já vai tomando lugar, nas caldeiras, à madeira de nossas florestas; e, no Distrito Federal e em São Paulo, a transformação em força elétrica das quedas d'água multiplica o poder da indústria, aproximando-a dessas fontes de energia mecânica de que aparelhou o Brasil a riqueza incalculável de suas bacias hidrográficas e de suas cachoeiras. E quando o mar nos entregar novas forças, quer pela utilização das marés em estações maremotrizes, quer pela utilização das diferenças de temperatura das águas, segundo o processo de GEORGES CLAUDE, pode-se imaginar a soma de energias que à força hidráulica, resultante das quedas d'água, se acrescentará um dia a utilização das calorías marítimas. Mas, não se trata apenas da luta para transformação industrial da matéria, nas fábricas e nas usinas, mas da luta contra as distâncias ou com o espaço e contra o tempo, para o aumento progressivo da velocidade nos transportes, — luta essa que, num país de tamanha extensão geográfica, é uma questão vital, ligada, pela sua própria natureza, ao progresso de exploração dos centros produtores de combustíveis, o carvão, o petróleo e a energia elétrica em que se forem transformando as quedas d'água e, porventura, as marés do oceano. Estradas de ferro que se eletrificam no planalto ou se estendem, penetrando lentamente o sertão; rodovias que irradiam dos principais núcleos de povoamento, para o tráfego de automóveis; e os progressos das frotas mercantis como dos transportes aéreos, cujas linhas em tráfego, civis e militares, decuplicaram de extensão, em menos de dez anos (1928-1937), tendem a reduzir as distâncias e a aproximar cada vez mais os centros econômicos do país, facilitando, com a circulação das gentes e das mercadorias, a circulação da consciência nacional, da cultura e do pensamento humanos.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO LEMOS (João de) — *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1923.
- CAPISTRANO DE ABREU, (J.) — *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Livraria Brigueit, Rio de Janeiro, 1930.
- CUNHA (Euclides da) — *Os sertões (Campanha de Canudos)*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, 1905; *À margem da história*. Especialmente: Transacraana, págs. 115-135; Viação sul-americana, págs. 138-163, 2.^a ed. Livraria Chardron, Pôrto, 1922.
- DE CARLI (Gilenio) — *Geografia econômica e social da cana de açúcar no Brasil*. Ed. de Brasil Açucareiro, 1938.
- FARIA (Alberto) — *Mauá*. Rio de Janeiro, 1926.
- FELÍCIO DOS SANTOS (J.) — *Memórias do distrito diamantino da comarca do Sêro Frio* (Província de Minas Gerais). Nova edição, Livraria Castilho, Rio, 1924.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Maia & Schmidt Limitada, Rio, 1933.
- LICÍNIO CARDOSO (V.) — *À margem da história do Brasil*. Série Brasileira, vol. 13, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- MACHADO (Alcântara) — *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, 1929.
- MELO FRANCO (A. Arinos) — *Síntese da história econômica do Brasil*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1938.
- MILLIET (Sérgio) — *Roteiro do café*. Estudo histórico-demográfico. Ed. da Escola livre de Sociologia, São Paulo, 1938.
- NORMANO (J. F.) — *Brazil*. A study of economic types. Chapel Hill, The University of North Carolina press, 1935. Trad. sob o título *Evolução econômica do Brasil*. Série Brasileira, vol. 152, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- NORONHA (Santos) — *Os transportes antigos; meios de transportes no Rio de Janeiro*.
- OLIVEIRA LIMA — *D. João VI no Brasil*. 2 vols., Rio de Janeiro, 1908; *O Império brasileiro* (1822-1889), São Paulo, 1927.
- OLIVEIRA (Eusébio de) — *Geologia estratigráfica e econômica*. In Recenseamento do Brasil (1.^o de Setembro de 1920), vol. I, Introdução, págs. 35-94, Tip. da Estatística, Rio de Janeiro, 1922.
- PANDIÁ CALÓGERAS (J.) — *As minas do Brasil e sua legislação* (Geologia econômica do Brasil). Tomo 3.^o, 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 134, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- RANGEL (A.) — *Rumos e perspectivas*. Especialmente: Os sertões brasileiros, pág. 39, 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- ROY NASH — *A conquista do Brasil*. Trad. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 150, págs. 227-380, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- SIMONSEN (Roberto) — *A história econômica do Brasil*. Série Brasileira, vol. 100, tomos I e II, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *A evolução industrial do Brasil*. Publicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 1939.
- TAUNAY (A. E. de) — *História geral das Bandeiras Paulistas*. Vols. I-VI, São Paulo, 1924-1930.
-

CAPÍTULO III

As formações urbanas

O sistema de povoação marginal — As primeiras povoações, entrepostos de comércio marítimo — A face da civilização urbana voltada para o Atlântico — Cidades fortificadas — As invasões estrangeiras — O contraste entre o esplendor rural e a miséria urbana — Em proveito dos engenhos — A liberdade, condição dos habitantes das cidades — A ação da burguesia urbana sobre a sociedade feudal — As guerras e explosões nativistas — As cidades no planalto — A Vila de Piratininga, à boca do sertão — O perigo constante das incursões de índios — As bandeiras e o despovoamento das cidades — Vila Rica e o caminho do ouro — Os centros de comércio de gado — Esplendor e decadência das cidades coloniais — Antes de atingirem a idade da maturidade... — A dispersão e o isolamento das aglomerações urbanas — O litoral e os sertões — Tranquilidade e pobreza das cidades no Império — A vida nas cidades — A indústria e o crescimento dos centros urbanos — As cidades, capitais políticas — Focos de progresso e de civilização.

TODA a nossa história, da Colônia à República, segundo vimos, é, nas expressões de OLIVEIRA VIANA, “a história de um povo agrícola, de uma sociedade de agricultores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo de nossa história, no período colonial, vem do campo; e do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável de nossa sociedade, no período imperial”. Mas, conquanto o “urbanismo” seja condição muito recente de nossa evolução social, o estudo das formações urbanas apresenta um duplo interesse, decorrente já do modo particular de formação das cidades brasileiras ou do caráter especial que revestem a sua gênese e evolução, já das relações existentes entre a cultura e o desenvolvimento dos centros urbanos. Em todas as civilizações, exerceram as cidades, que são fenômenos de concentração, um papel de maior importância na formação da cultura na sua acepção intelectual: poderosos instrumentos de seleção social, não só fazem atrair a si, como pensa HANSEN, por uma seleção por assim dizer mecânica, os melhores elementos do país, como também, além de selecioná-los, contribuem para fazer o seu valor, na observação de WEBER,¹ tornando atuais os méritos que não eram senão virtuais e “super-excitando forças que, sem esse estimulante, permaneceriam inativas e adormecidas”. Elas serão, sem dúvida, muitas vezes, grandes destruidoras de vidas humanas; mas esse consumo importante de forças sociais parece a WEBER ser necessário para permitir às cidades desempenhar sua

¹ WEBER (Adna-Ferrin) — *The growth of the cities in the nineteenth century. A study in Statistics*. New York. Macmillan, London. King & son, 1899; cfr. STEPHENSON, *Borough and town. A study of urban origins in England*.

função que é “de intensificar as energias coletivas, de levar ao mais alto ponto de desenvolvimento possível as capacidades latentes e dispersas na população”. A civilização de que elas são focos, não pode, escreve DURKHEIM, ser obtida por outro preço, e as cidades que determinam essa super-excitação de energias, só pelo fato da concentração, não consomem, portanto, sem nada produzirem: “o que custam à sociedade, é largamente compensado pelo que elas lhe trazem”. Se, porém, além da concepção do papel das cidades no desenvolvimento da cultura, se considerar a luz intensa que projeta sobre o fenômeno cultural a análise da evolução e decadência de nossas cidades, na Colônia e no Império, compreender-se-á melhor o alcance que representa, para nós, o estudo das formações urbanas, no Brasil. A posição dessas cidades, estabelecidas geralmente na orla marítima, e a sua ascensão e decadência, com as sucessivas deslocamentos do eixo da economia nacional, contribuem, de fato, para explicar não só o sentido de nossa cultura, voltada para o Atlântico, como as origens e as flutuações dos centros culturais, ritmados pelo progresso das aglomerações urbanas.

A extensão enorme da costa e a necessidade de nela estabelecer, para a sua defesa, os primeiros núcleos de povoamento, e, sobretudo, os objetivos de Portugal que antes cuidava de explorar do que de colonizar, impuseram aos conquistadores da terra o sistema de povoação marginal e os levaram a semear de vilas e colônias o litoral imenso, nas enseadas e ancoradouros que oferecessem abrigo seguro às suas naus, galeões e caravelas. As antigas povoações e feitorias, anteriores à divisão do Brasil em capitanias hereditárias, como Olinda e Iguarassú, em Pernambuco, Santa Cruz, na Baía, Cabo Frio e Rio de Janeiro (Vila Velha) e as velhas vilas primitivas, como São Vicente, fundada por MARTIM AFONSO em 1533 e Olinda, por DUARTE COELHO, no regime das capitanias hereditárias, não tiveram outras origens e denúncias, nas crises que atravessaram e às quais algumas sucumbiram, as dificuldades extremas de sua formação. O único núcleo colonial mais afastado do mar é a vila de Piratininga fundada no planalto por MARTIM AFONSO, e em que já habitava o famoso JOÃO RAMALHO, com os mamelucos, seus filhos e parentes. Nas capitanias, que partiam tôdas de beira mar para o ocidente, até onde entestassem com as colônias espanholas, o que importava, antes de tudo, era a defesa contra os ataques do gentio e dos navios corsários que constrangiam a colonização incipiente, e já em perigo, na estreita faixa de terra entre a vastidão do oceano e a dos sertões, povoadas de numerosas tribus selvagens. A evolução do particularismo feudal para o absolutismo da coroa, com o malôgro do sistema das doações e a consequente criação do governo central, se trouxe grande impulso à colonização, não podia mudar por si, como não mudou, a situação difícil dessas formações urbanas, embrionárias e dispersas, de caráter mais ou menos oficial, expostas à cobiça das naus estrangeiras e às incursões dos índios.² Surgem, no entanto, nesse período, as primeiras cidades, a de Salvador,

² A idéia de defesa parece ter presidido à escolha de colocação da maioria das vilas primitivas que se estabeleceram na costa ou procuraram lugares, de acesso difícil, como a vila de Piratininga, no planalto. Uma cidade é essencialmente uma aglomeração de riqueza e deve, portanto, estar abrigada contra os perigos que podiam surgir tanto dos navios corsários que infestavam os mares, como das tribus selvagens que se levantavam do seio das florestas para o ataque ao homem branco. As edificações de fortes em lugares estratégicos, como o de São Cristóvão, construído em 1589, perto do rio Sergipe, e a fortaleza, mandada edificar em 1611, junto ao rio Ceará, foram assim o germe de algumas cidades, a de São Cristóvão, em Sergipe, e a de Fortaleza, no Ceará; e outros núcleos coloniais, fundados na costa, por essa época, Natal, no Rio Grande do Norte (1599), e Nossa Senhora do Belém, no Pará, em 1615, por iniciativa de sertanistas, eram outros tantos núcleos de povoamento e de defesa com que “a linha de resistência”, reduzida em 1600 a uma faixa de terra, da barra de Paranaguá, ao sul, até a foz do rio Potengi, ao norte, se estendia para a região setentrional à foz do Amazonas. Mas, como as cidades estão sempre, na sua origem e no seu desenvolvimento, ligadas à circulação, e procuram concentrar as trocas que são frequentemente a sua razão de ser, tôdas as vilas primitivas, situadas nas melhores enseadas, tomam desde os seus primórdios um caráter comercial marcado. A Colônia que não possui ainda nenhuma cidade no centro do seu território, a não ser a vila de Piratininga e a de Santo André da Borda do Campo, no planalto paulista, está salpicada no imenso circuito do seu litoral por uma série de pequenos centros de trocas ou de comércio de importação e sobretudo de exportação.



54. Recife, aspecto da cidade antiga.

Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



55. Casa colonial à rua Carlos Gomes (considerada monumento nacional). Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

56. Antiga ladeira de N. S. da Conceição da Praia. Salvador Baía. — Foto VOLTAIRE FRAGA. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



57. Ouro Preto. Praça Tiradentes. — Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



58. *Ouro Preto, aspecto parcial.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.





59. *S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Ao fundo a Igreja do Carmo.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



60. S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Rua colonial e ao fundo a Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



61. *S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Velha ponte e um sobrado do tempo do Império.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



62. S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Sobrado do tempo do Império.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



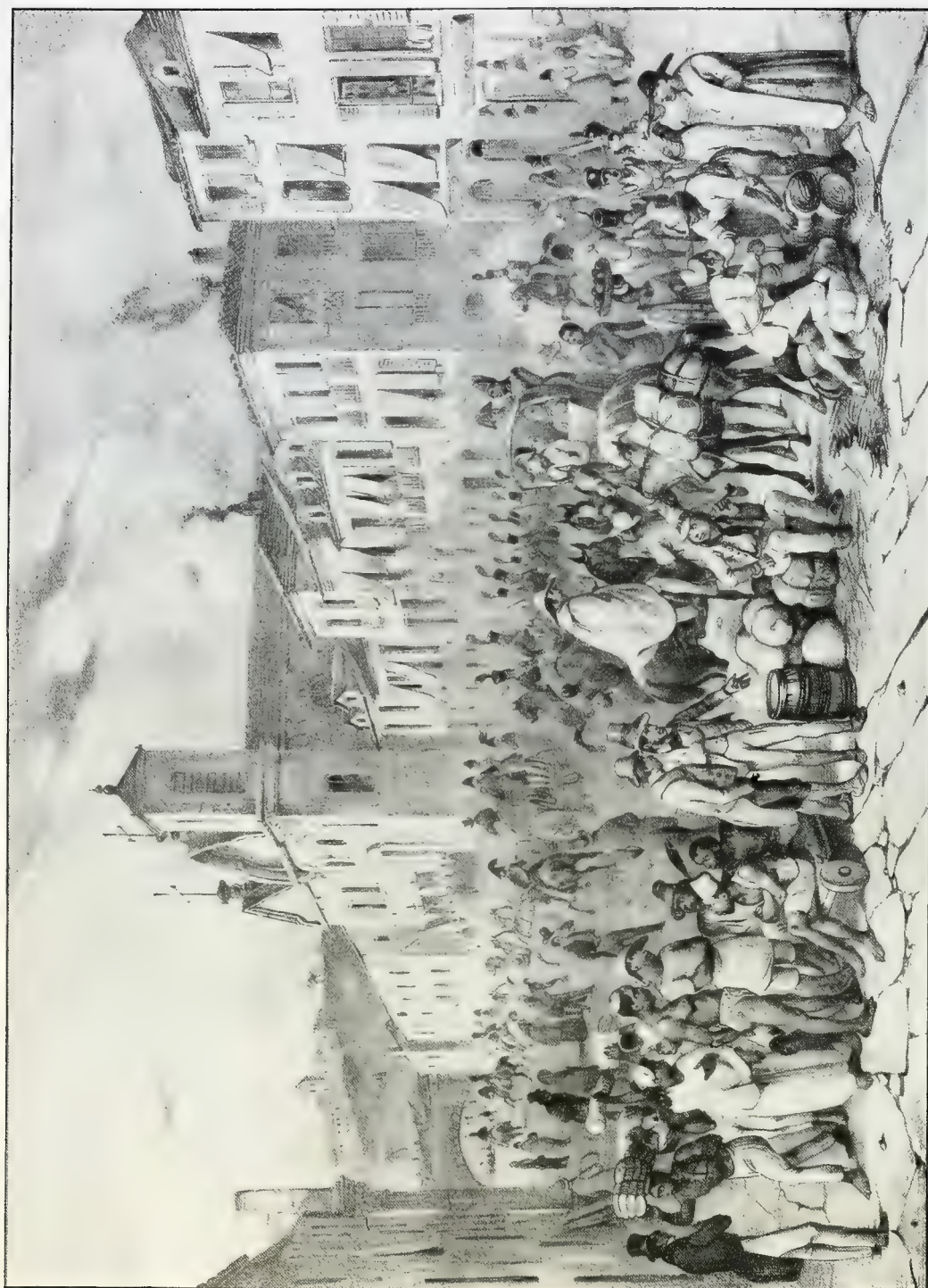
63. Sobrado da época imperial, em Mariana, Minas Gerais.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



64. Rio de Janeiro. Aspecto da cidade colonial, vendo-se a porta da Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



65. Rio Bonito, Estado do Rio. Vê-se a Igreja dominando a vida urbana.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



56. Rio de Janeiro. Rua Direita.
RUGENDAS, J. M. — Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Francha 3/13.

67. *Largo da Carioca. Rio de Janeiro. Quadro de NICOLAS TAUNAY. — Foto CARLOS.*



68. *Morro de Santo Antônio. Rio de Janeiro. Óleo de NICOLAS TAUNAY. — Foto CARLOS.*

69. *Ubatuba. Vista geral. — Foto da ENFA.*





70. Manaus, vista parcial da cidade.
Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.



71. Salvador, Bahia. Praça Castro Alves. — Foto VOLTAIRE FRAGA Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



72. Salvador, Bahia. Praça Pedro II. — Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



73. Rio de Janeiro. Vista do centro urbano.



74. Rio de Janeiro. Praça Paris.
Foto REMBRANDT.



75. Rio de Janeiro. Vista do Pão de Açúcar.
Foto REMBRANDT.



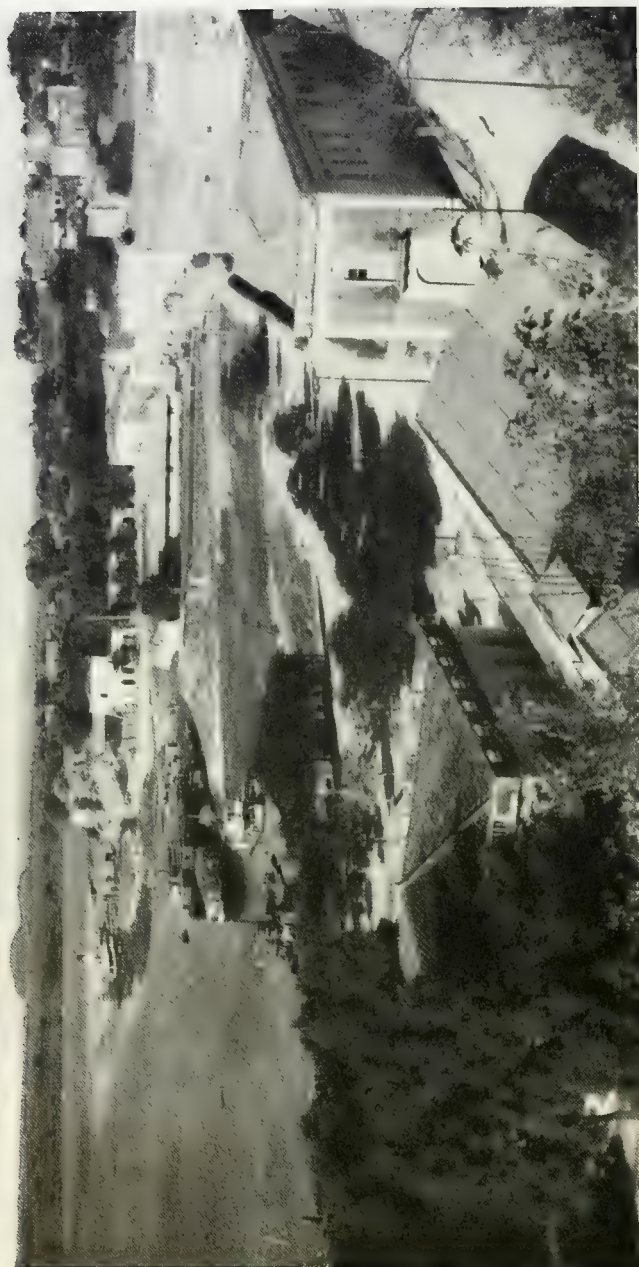
76. Juiz de Fora. Minas Gerais. Vista parcial.
Foto Postal. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.



77. S. Paulo. Aspecto da cidade, vendo-se o Parque Anhangabau, o novo Viaduto do Chá e, ao fundo, o Teatro Municipal.



78. S. Paulo Vista do centro da cidade, com seu principal bloco de construções modernas, e ao fundo, o bairro industrial do Braz.



79. Pôrto de Corumbá. Mato Grosso. Vista parcial.
Foto S. G. E. F. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.

em que TOMÉ DE SOUSA estabelece a primeira capital do Brasil; a de São Sebastião do Rio de Janeiro que ESTÁCIO DE SÁ funda em 1566, junto ao Pão de Açúcar, e MEM DE SÁ transfere, em 1567, para o Morro do Castelo, depois de sua vitória sobre os franceses; eleva-se à categoria de vila a povoação de Santo André da Borda do Campo, e Piratininga que deveria ter, mais tarde, com as bandeiras, um papel preponderante na conquista dos sertões, e se consolida, no planalto, na luta contra a confederação dos tamoios. Entrepostos de comércio marítimo, antes de tudo, essas vilas que já formavam povoações regulares, ao longo da costa, como São Vicente, Rio de Janeiro, Vitória, Baía e Olinda e de que partiam naus carregadas de pau brasil e especiarias, eram ainda pequenas "cidades-fortalezas", erguidas numa colina e amuradas, como a do Rio de Janeiro, Vitória e Baía, e guarnecidas tôdas de fortes, para a defesa contra as invasões que se tornaram extremamente perigosas com as investidas dos franceses, no século XVI (1555-1594), com os assaltos dos corsários ingleses e, no século XVII, com a guerra e a ocupação holandesa.

Não se pode, pois, pensar nessas povoações e cidades, ao longo da costa, sem se atentar não só para a sua função eminentemente comercial de portos de mar, como para a sua função militar que provém menos de suas particularidades topográficas ou de seus pontos de apoio naturais do que das construções edificadas pela mão do homem, como a coroa de muralhas de que MEM DE SÁ fez cingir a cidade de São Sebastião, junto à antiga cidade, Vila Velha, ou a fortaleza de Bertioga em São Vicente, mandada construir pelo primeiro governador geral, na capitania de MARTIM AFONSO. Os colonos, porém, obrigados a explorar a terra, transportam para essas vilas da costa e para as do planalto paulista as suas culturas tradicionais e outras como a do trigo e a da vinha, a do milho e mandioca, em que são empregados negros e índios escravizados e, mais estes do que aqueles nas culturas incipientes, antes de começar a despejar-se, em grandes levadas, nas praias do continente, para a fadiga das moendas, a escravaria africana trazida a ferros. Já entravam a prosperar algumas dessas colônias, quando a cultura da cana de açúcar, com a sua indústria complementar, — que praticada, em grande escala, veio a constituir a base da riqueza agrícola, no período colonial —, deslocou, das vilas nascentes para a lavoura, o centro do trabalho humano, a que se oferecia, nos canaviais e nos engenhos, o maior campo de atividade e de exploração. Mas, a cultura da cana, quer pelas facilidades de transportes para os portos de mar, quer pela sua natureza de cultura industrial, com dispendioso e complicado beneficiamento, quer ainda para se manter ao abrigo das incursões de selvícolas, não se desenvolve senão ao longo da costa, na qual contribue, portanto, para fixar a colonização do país. O comércio marítimo e a defesa da costa juntam-se, daí por diante, à própria lavoura da cana que, desenvolvendo-se nas imediações do litoral, nas terras de massapé, em Pernambuco, na Baía e no Estado do Rio, longe de se orientar para os sertões, concorreu para manter o prestígio do litoral, crescendo à retaguarda e a pouca distância das cidades marítimas. As cidades antigas, do século XVI e princípios de XVII, ainda em período de formação, — organismos urbanos mirrados, medíocres, às vezes mal fixados —, como Olinda que não tardará a ceder a primazia a Recife, e São Vicente que definha e regride em favor de Santos, fundada pelo colono BRAZ CUBAS, tornam-se, nas zonas açucareiras, "dependências dos engenhos, burgos de família onde os senhores vinham passar as festas, reunindo-se para as cavalhadas e os banquetes". Certamente, são os comerciantes da costa, lembra OLIVEIRA VIANA, "que fazem então o papel de banqueiros. São eles que adiantam aos sesmeiros os fundos precisos para a montagem da "fábrica". São eles que lhes dão dinheiro para comprar peças, ferro, aço, enxárcias, breu, velas e outras fazendas fiadas, — diz ANTONIL —; o que

os obriga a ser impecavelmente pontuais para com êsses comerciantes, porque, "se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelharem para a safra vindoura".

As maiores cidades do século XVI e dos princípios do século XVII, Baía, Olinda, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, não passavam, no entanto, de lugarejos mal construídos e abandonados a si mesmos, que cresciam, sem nenhum plano preconcebido, não obedecendo, ao menos no período primitivo de sua história, senão às leis gerais que regem o desenvolvimento de toda aglomeração. Nessas formações burguesas, constituídas de funcionários, mercadores e oficiais mecânicos, misturavam-se portugueses reinóis e nascidos no Brasil (mazombos), mestiços, índios e africanos, associados ainda à maneira de acampamento num verdadeiro tumulto de raças e de grupos, parasitando à sombra e sob a influência dos grandes senhores de engenho. O que então se podia chamar um "povo" não era, nas expressões de GILBERTO FREYRE, mais do que um aglomerado de mestiços independentes, junto com mecânicos e mascates de origem européia e que, a calcular pela população total do Brasil avaliada em 50 mil habitantes por essa época, não constituíam senão escassa população em cada um dêsses núcleos urbanos. A miséria nessas primitivas cidades, heterogêneas e por isto mesmo pitorescas, inquietas e turbulentas, contrastava com o esplendor da sociedade rural, cuja riqueza transbordava nas casas que os senhores de engenho possuíam na cidade, nos esbanjamentos de festas e banquetes e nas touradas e cavalhadas. É que, com o desenvolvimento da cultura do açúcar, a maior parte da população se concentrava nos latifúndios, em que se formavam pequenas sociedades, complexas, também heterogêneas, mas poderosamente estruturadas. Sem relação umas com as outras, "verdadeiros núcleos autônomos, diz OLIVEIRA VIANA, tendo a sua economia própria, a sua vida própria, a sua organização própria", ou "outras tantas vilas", na expressão de SIMÃO DE VASCONCELOS. A solidez de sua estrutura social em que se superpunham, rigidamente hierarquizadas, as suas três classes, — a dos senhores, a dos homens livres, rendeiros de domínio, e a dos escravos que são os operários rurais —, assegurava aos latifúndios um predomínio esmagador, tanto do ponto de vista social como econômico, sobre as formações urbanas. A necessidade de condensação, nesses vastos domínios, de uma população numerosa; as grandes distâncias que separavam uns dos outros, e a concentração de todas as pequenas indústrias nos engenhos já numerosos, que tudo possuíam e onde tudo se fabricava,³ não somente davam à sociedade colonial, na justa observação de OLIVEIRA VIANA, "um aspecto ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação", mas estrangulavam, no seu impulso inicial, as aglomerações urbanas que passaram a gravitar na órbita e na dependência dos grandes proprietários de terras. A cidade era o lugar a que se ia, para fugir ao tédio e à fadiga dos trabalhos do campo, para expandir, nas tropelias de potentados, o instinto de dominação e para a ostentação fácil de opulência e de fausto que à nobreza do país, constituída pelos senhores de engenho, permitiam as riquezas acumuladas nos seus latifúndios.

³ Não era só a extensão dêsses domínios, de caráter latifundiário, mas o número crescente dos engenhos, grandes e pequenos, que, absorvendo grande parte da população produtiva do país, reduziam a vida urbana a um plano secundário. No século XVI em que a produção açucareira já atingira 3 milhões de arrobas, calculava-se em 150 o número de engenhos distribuídos pelas diversas capitanias (São Vicente, Ilhéus, Baía e Pernambuco), e dos quais metade, segundo nos informa JÔNATAS SERRANO, ficavam na capitania de Pernambuco. E se considerarmos a proporção em que estavam os engenhos para a população total de cada uma dessas capitanias (76 engenhos para uma população de quase 3 mil famílias, na capitania da Baía, e 60, na de Pernambuco, que não contava mais de 2 000 habitantes), se compreenderá melhor o grau de intensidade que atingiu o fenômeno de concentração produzido no campo, em prejuízo das formações urbanas, pela lavoura da cana, nessas vastas propriedades, insuladas e distantes umas das outras.

Mas, observa GILBERTO FREYRE, na capitania de Pernambuco, como mais tarde em Minas, por efeito da exploração do ouro, “se antecipavam condições de vida urbana, — a um tempo industrial e comercial, contrária àqueles privilégios (da aristocracia rural). Em Pernambuco essa *antecipação* se verificou em consequência do domínio holandês”, no qual, graças à presença e à ação de MAURÍCIO DE NASSAU, “o Recife, simples povoado de pescadores, em volta de uma igreja, e com toda a sombra feudal e eclesiástica de Olinda para abafá-lo, se desenvolvera na melhor cidade da colônia, talvez, do continente”. A transformação da antiga povoação do Recife (1637-1644), em que o príncipe, cercado de arquitetos e pintores, artistas e intelectuais, fez erguer palácios e templos, pontes e canais, lojas e armazéns, oficinas e indústrias, não só acelerou a decadência de Olinda, que começara antes do domínio holandês, mas trouxe aos colonos “o gosto de cidades com vida própria, independentes dos grandes proprietários de terras”. A diferenciação, porém, entre o grande domínio, — unidade econômica rural —, apto a se bastar a si mesmo e as cidades da costa que vão crescendo “de simples pontos de armazenagem e embarque de produtos da terra em populações autônomas com os senhores dos sobrados falando grosso para os das casas grandes do interior”, foi-se acentuando cada vez mais por um conjunto de fatores, econômicos, políticos e sociais, que contribuem para promover a emancipação e desenvolver a força das cidades. As próprias condições feudais da colonização agrária, apoiada na monocultura e na escravidão; as dívidas crescentes dos senhores de engenho, atraídos já agora para a órbita e postos na dependência dos intermediários e comerciantes e, afinal, a partir do século XVIII, a nova política da Metrópole, isto é, a aliança do imperialismo português com os negociantes e a plebe das cidades contra os magnatas rurais e o espírito de aventura comercial que tomava com os judeus um novo impulso, tendem a deslocar para as cidades coloniais que se vão enriquecendo e aumentando em prestígio, o eixo de gravitação social e política do país. A liberdade, desde o princípio, condição dos habitantes das cidades, imposta pelo próprio gênero de vida que levavam, não podia deixar de desenvolver-se numa sociedade heterogênea, constituída de forasteiros, judeus, comerciantes e mascates, brancos e mestiços que, não sendo nem senhores nem escravos, vivem em constante efervescência e se levantam como uma muralha contra todos os privilégios. Era uma nova mentalidade, inquieta e democrática até a demagogia, que se criava em oposição à mentalidade conservadora e arrogante da aristocracia rural. Os conflitos entre Olinda, cidade eclesiástica e centro da aristocracia, e Recife, porto de comércio, que em 1710 já obtinha o título de vila e onde dominavam os portugueses, apelidados de “mascates”, não terão sido apenas explosões de reação nativista (brasileiros contra portugueses), mas principalmente, escreve GILBERTO FREYRE, “um choque que os antagonismos políticos e confusamente os de raça ainda mais dramatizaram, entre os interesses rurais e os burgueses”.⁴

À medida, porém, que se estendia lentamente a conquista do litoral, salpicando-se a orilha atlântica de povoações e vilas, dependentes mais dos centros de produção agrícola e do mercado externo, no século XVI e, sobretudo nos

⁴ Nas primeiras páginas (29 a 56), de seu livro *Sobrados e mucambos*, GILBERTO FREYRE expõe numa análise penetrante, o surto que tomaram as cidades coloniais no século XVIII e o antagonismo consequente entre estas e as casas grandes, isoladas, de fazendas e engenhos. Para GILBERTO FREYRE, Recife, transformado no tempo do flamengo, “constitui o primeiro esboço de povo e de burguesia que houve entre nós, e o movimento de 1710, conhecido por “guerra dos mascates” teria sido antes um movimento distintamente aristocrático e um tanto anti-monárquico, rural e anti-urbano, — o interesse nacional ostensivamente identificado com os da nobreza agrária”. Aos antigos passatempos de festa nas cidades, — Olinda, por exemplo —, sucederam-se no século XVIII e no século XIX, segundo observação do autor de *Sobrados e mucambos*, passatempos de festa em sítios e até em engenhos que se tornaram, em certo sentido, dependências pitorescas de sobrados burgueses. Sítios e engenhos conservados pelos donos, não como base de sua vida econômica, mas por prazer e para recreio, e também por uma espécie de decoração social.”

seguintes, as entradas sertanistas que partiam do litoral para o interior, o nomadismo pastoril, as missões religiosas no extremo norte e no sul, e as bandeiras no seu formidável movimento de expansão iam cruzando de caminhos e povoando de aldeias os rincões profundos dos sertões brasileiros. Os colonos, penetrando a terra, e os missionários, na sua ação civilizadora, congregam, no Amazonas, o gentio "de índole mansa e hábitos pacíficos", em aldeias numerosas,⁵ nas quais, diz OLIVEIRA VIANA, buscam a sua origem muitas cidades e povoações atuais, e que acusam, na sua própria toponímia (Viana, Soure, Aveiros, Amarante, Bragança, Santarém, Viseu), como as povoações nascidas dos fortes, às margens dos rios, "a preponderância do elemento branco, português, no início de sua colonização". Todas essas aldeias e povoações de que, de norte a sul, se vai semeando a imensidade do território, situadas a enormes distâncias umas das outras, de população extremamente reduzida, sem condições de vida própria, não passam de pequenos núcleos de povoamento, em que só mais tarde, nos séculos XIX e XX, vieram a formar-se alguns centros urbanos de valor e importância locais. Das vilas do planalto do centro sul, uma, sobretudo, a mais antiga, fundada por MARTIM AFONSO em 1533, assume, na boca do sertão, uma importância capital não só pelas suas condições topográficas como por constituir, com São Vicente, no litoral, "os dois focos iniciais de irradiação paulista, e terem nela a sua origem Taubaté, Itú e Sorocaba, — outros três grandes focos de conquista, expansão e povoamento. Situada à entrada do sertão e à margem do Tieté que é um caminho de penetração natural, e a 60 quilômetros de um pôrto de mar, e mais tarde, numa encruzilhada de caminhos que se estendem em quase todas as direções, para o Paraná e Mato Grosso, Goiaz, Minas e Rio, Piratininga é no planalto o lugar onde começam os caminhos do mar e os caminhos da terra, que tornam a sua existência mais estreitamente ligada à circulação do que aos mercados. Sobre os destinos dessa vila, no tempo das bandeiras, e dessa cidade, mais tarde, na idade do café, como na sua fase industrial, influiu mais do que sobre os destinos de qualquer outra, a história dos caminhos que para aí afluem ou daí se irradiam, com todo o seu poder criador, desde as origens de Piratininga, — o caminho dos índios pela Serra do Mar —, até o período mais brilhante de sua civilização atual. Mas, como o foco litorâneo de São Vicente que se esgota, não só alimentando os focos de serra acima senão também projetando pelo litoral, na direção do norte e do sul, a sua ação colonizadora, São Paulo de Piratininga, no planalto, não se desenvolveu senão para impelir todas as suas forças vivas para os sertões do norte, do oeste e do sul, à caça do índio, à procura do ouro, ou pela sua atividade pastoril, em busca de novos campos de criação.

Em geral, o círculo de influência das cidades varia com a sua importância; e a distância entre o ponto de partida e o de chegada, ou o que se poderia chamar "a amplitude da onda de imigração", é tanto maior quanto mais consi-

⁵ Os aldeamentos, isto é, reuniões de índios em aldeias, quer pelo agrupamento em determinado lugar de tribos esparsas, quer pela redução em uma aldeia já existente, constituíram, no Paraguai como no Amazonas, o ponto de partida ou núcleo inicial de numerosas vilas e povoações. Essas reuniões de selvícolas, semelhantes às "missões" fundadas pelos jesuítas ao sul, eram organizadas no Amazonas por outras congregações religiosas com o objetivo principal de catequese do gentio e como um meio de facilitar o comércio de especiarias. Já em São Paulo, onde surgiram também, por iniciativa dos jesuítas, os aldeamentos raramente se consolidaram para darem lugar a cidades, nascidas na maior parte, dos primeiros povoadores brancos, náufragos, aventureiros e colonos (São Vicente, Cananéia, Santo André), de pousos, de bandeira ou de tropa, e de colônias militares (Lajes, Castro, Sacramento, Iguatemi). A capela que já pressupõe um núcleo de povoamento, serve antes no planalto, como aliás por todo o território brasileiro, "de fixação de uma população mais ou menos dispersa. É em torno da capela, escreve RUBENS BOREA DE MORAIS, que se cria a vila. Para ela converge a vida da região. Em torno dela se estabelece o comércio, o centro consumidor, — a cidade". A sesmaria, de que resultou a fazenda, e, com esta, a capela, e em que se pode buscar a origem de algumas cidades, tem entretanto, segundo reconhece o próprio RUBENS DE MORAIS em relação ao planalto, "um valor maior para o povoamento rural, esparsos, que para o povoamento concentrado em forma de cidade".

derável o centro urbano. A amplitude da onda de expansão dessas migrações desbravadoras que tem como ponto de partida São Paulo de Piratininga e depois Taubaté, Itú, Sorocaba, e senhoreiam todo o Brasil central e meridional, não tem porém qualquer relação com a importância ou o volume desse agrupamento urbano, cujas energias colonizadoras se prendem antes à assombrosa atividade dinâmica dessa raça de mestiços, que se plasmou no planalto, e das forças econômicas verdadeiramente fecundas (o índio, o ouro e o gado) que impelem os bandeirantes para os sertões. O que essas correntes povoadoras ganham em extensão ou em superfície, atingindo por vias terrestres ou fluviais a distâncias prodigiosas dos seus pontos iniciais de irradiação, perde em profundidade a vida urbana, ainda nascente, em que se alimentam e a que voltam, para restaurar, com novos recursos e novos homens, as suas forças de colonização. As bandeiras paulistas extraem, de fato, de uma raça vigorosa e de um sangue jovem, — a raça e o sangue dos mamelucos, povoadores de Piratininga, — um excesso transbordante de forças que as sangrias, frequentes e quase periódicas, das expedições, temperam dificilmente, em cerca de um século de expansões sertanejas. Fundadores de currais, caçadores de escravos, descobridores de ouro, os paulistas açulados pelo espírito de aventura, pela cobiça ou pela necessidade de expansão do gado, dispersam-se por toda a parte, devassando sertões, abrindo caminhos e estabelecendo, ao norte, ao sul e a oeste, núcleos de povoamento e de civilização. A pequena vila de Piratininga despovoava-se, mas para povoar, nem chega a enriquecer-se: ⁶ os paulistas, senhores das minas descobertas, são despojados de suas terras e repelidos em 1709 pelos emboabas, reinóis e sertanejos da Baía que lutavam por anular pela força os privilégios dos bandeirantes; e, como um símbolo, FERNÃO DIAS morre em 1781, à margem do rio das Velhas, apertando contra o peito as pedras verdes que supunha esmeraldas... As sucessivas sangrias em sua população, a enorme alta dos preços que, entre 1690 a 1709, levantavam o clamor do povo “constrangido da necessidade”, e, em geral, as perturbações econômicas na antiga zona povoada de São Paulo, em consequência das migrações internas, não permitiram que no planalto paulista atingisse, nos séculos XVII e XVIII, a menor intensidade o fenômeno urbano que é, por sua natureza, um fenômeno de concentração e ao qual as bandeiras, pelo seu caráter dispersivo e expansionista, opunham, em si mesmas e nas suas consequências, um obstáculo insuperável em quase dois séculos.

Onde se vai produzir mais intensamente o fenômeno de concentração urbana é nas regiões das minas, descobertas pelos desbravadores paulistas, nas suas formidáveis incursões pelo sertão. Mas o fenômeno urbano que não se deve confundir com o de povoamento primário, feito por uma grande variedade de sistemas e por etapas, não se processou senão através de dificuldades e, a

⁶ Ainda, em princípios do século XVII, a simplicidade rústica e a pobreza dos interiores das casas revelam como diferia da vida das cidades, nas zonas açucareiras, a vida urbana nas regiões do planalto. Em São Paulo, as casas de pau a pique ou de taipa, de pedra e cal, cobertas a princípio de palha e, mais tarde, de telhas, quando desse tipo de cobertura já se havia difundido pelo litoral, são geralmente térreas e, quando assobradadas, no século XVIII, apenas de dois pavimentos. Os móveis, simples e escassos. Em lugar da cama, a rede utilizada pelo sertanejo do planalto. Em 1620 ainda não havia em São Paulo mais que uma cama que, por ocasião de sua visita a essa cidade, foi conseguida para o corregedor, muito a contra gosto do proprietário. Ao que parece, no período mais intenso das bandeiras, não era muito diversa a paisagem urbana do pequeno burgo nem se alteraram sensivelmente as condições de vida, a não ser para um grupo de fornecedores que constituam, nas expressões de AFONSO E. TAUNAY, “a organização da retaguarda” dessas expedições. Aliás, dentre aqueles, só um nome se tornou famoso pelas suas posses, o do Pe. GUILHERME POMPEU, da família dos LEME, “que enriqueceu, diz AFONSO E. TAUNAY, sem jamais ter visto o território da mineração e limitando-se a ser o fornecedor dos mineradores a quem fornecia tropas sobre tropas, conduzindo víveres, ferragens, panos, armas, pólvoras, produtos químicos, boiadas sobre boiadas, varas sobre varas de porcos”. Era tal a sua fortuna, herdada dos pais e desenvolvida com os negócios de abastecimento das bandeiras que, em sua casa, se dava ao luxo de manter, para hóspedes, “cem camas em cada uma com seu cortinado próprio, lençóis finos de bretonha e uma bacia de prata debaixo de cada uma delas.” A prataria que descia do Perú, através da cordilheira, constituía a principal riqueza das casas bandeirantes.

princípio, em luta contra dois fatores de dispersão e mobilidade das populações sertanejas, atraídas de todos os pontos para as "minas gerais" pela ilusão sedutora da riqueza fácil e rápida, na exploração do ouro. A notícia do sucesso das bandeiras, afluem da Metrópole e da colônia, das aldeias de Portugal como das vilas brasileiras, e até dos recôncavos e do fundo dos sertões, um mundo de imigrantes, brancos, negros, índios e mestiços, aventureiros reinóis e sertanejos da Baía, que veem juntar-se aos paulistas, senhores, por outorga de concessões reais, das terras descobertas. Multiplicam-se, na região das minas, os arraiais, as povoações e as vilas; e os primeiros centros mineradores, Cataguases e Sabará, Vila Rica e Mariana (estas três últimas elevadas a vila em 1711), Caeté e Queluz, "são, por seu turno, os focos originários de um sem número de vilas, aldeias e arraiais que se distribuem pelos vales do rio das Velhas, do Paraopeba e do São Francisco e pelas chapadas das serranias". A população crescente de forasteiros, atraídos de longes terras pela obsessão do ouro, em vez de se concentrar em algumas vilas, dispersa-se, fragmenta-se e como que "se pulveriza" em um número extraordinário de arraiais e povoações que, desenvolvendo-se antes de tudo pelo vale do rio das Velhas, se estende pela bacia do Jequitinhonha, onde surgem, fundadas ainda por paulistas, as vilas de Diamantina, Grão Mogol e Minas Novas. Esse fenômeno de dispersão que se explica já pela marcha do sertão a dentro, sempre à cata de novas minas, já pelas lutas entre emboabas e paulistas que, desalojados de suas terras, continuam a penetração dos sertões por Mato Grosso e Goiás até onde não chega a cupidez do português intruso, já pelo desassossêgo que reina na capitania, devido às extorsões do fisco,⁷ tem a acentuá-lo ainda mais a própria natureza da exploração do ouro de aluvião, que se depositava nos leitos e nas margens dos rios. A facilidade com que as minerações mudavam de local, favoreceu não apenas o desenvolvimento do espírito de insubmissão que fermentou nas minas, mas a dispersão dessas populações heterogêneas e flutuantes, deslocando-se constantemente em busca, ou à primeira notícia, da pepita que brilha na areia do rio ou se oculta nas vertentes das serras. Só mais tarde, a partir de 1720, como observa BARROS LATIF, os trabalhos vultosos exigidos pelo ouro de montanhas radicam o homem à terra, e a concentração dos mineradores, pela estabilidade do trabalho, fazendo a população perder o caráter nômade, aventureiro, contribui para fixá-la e leva os senhores de lavras a construir suas casas junto às minerações.

Assim, pois, se o século XVII, o das bandeiras, foi o século da expansão territorial, da conquista e do povoamento, o século do ouro, o XVIII, foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento das bandeiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras. Das diversas áreas coloniais, Pernambuco, Baía, Rio e São Paulo, é a de Minas Gerais onde mais cedo se processou a diferenciação no sentido urbano. Em Minas, o século

⁷ Os impostos que recaíram sobre a extração do ouro e a concentração da indústria mineradora nas mãos de poucos, como um verdadeiro monopólio, e a drenagem da maior parte da produção fabulosa para Lisboa, atiraram à servidão e à miséria as populações das minas. A indignação do povo, exacerbada pela alta enorme dos preços e pelas medidas opressivas da Metrópole, explodiu nos sucessivos levantes de Pitangui e de Vila Rica, em 1720, em que se destaca a figura singular de FILIPE DOS SANTOS, "alma de espartano", condenado à morte e, depois de enforcado, arrastado à cauda de um cavalo pelas pedras de Vila Rica. No período de produção mais intensa que se estendeu de 1710 a 1760, continuava a maior parte da população a arrastar-se na miséria, em contraste violento com a riqueza dos senhores das lavras, entre os quais, e a Metrópole, se repartia a produção. Foi nesse clima social e político em que fermentavam todos os germes da revolta, que rompeu, afinal, com as exigências do fisco, a conjuração dos Inconfidentes, tramada, ao calor de idéias libertárias, por um punhado de padres, estudantes e poetas e até mesmo de oficiais do famoso regimento dos dragões de Vila Rica, que se uniram em torno da figura de TIRADENTES, "o mártir mais ardente dos arautos da liberdade no período colonial". A arrecadação, ordenada, do imposto dos quintos atrasados não devia fornecer senão a oportunidade para a revolta dos que sonhavam com a independência e alimentavam ideais republicanos.

XVIII é de diferenciação intensa, escreve GILBERTO FREYRE, e às vezes em franco conflito com as tendências para a integração no sentido rural, católico, português; e é em Minas que, sob o influxo do ouro e da burguesia das cidades, dominadas pelos grandes magnatas das minas,⁸ se desenvolveu, com um vigoroso espírito nativista, a fase mais brilhante da civilização, no período colonial. A cidade já se ocupa com a instrução; cresce o interesse pelas cousas do espírito, e os senhores de lavras e burgueses mais abastados mandam os filhos a Coimbra ou a Montpellier para fazerem seus estudos. "Sobe pelos caminhos ásperos, lembra BARROS LATIF, um ou outro cravo e, mais tarde, no começo do século, esfalfando boa quantidade de mulas, chegam os primeiros pianos". A vida social adquire intensidade e relêvo, com o desenvolvimento do comércio, expande-se no luxo, desabrocha na flor da cultura e das artes e no fastígio do sonho e do poder, e, depois de repontar, agressiva, nas revoltas temerárias, se embuça nas conjurações de independência, enquanto se transforma radicalmente a paisagem urbana, com a construção de templos, casas nobres e sobrados. Se o ouro que saiu das minas, permitiu a D. João V o luxo oriental de sua corte e deu a Portugal Queluz e Mafra, foi bastante o que ficou na colônia para o esplendor de Mariana, de São João d'El Rei e, sobretudo, da tortuosa Vila Rica, engrimpada no flanco das serras e em cujas igrejas, rutilantes de riquezas, pompeia o fausto da arte barroca, brilha o ouro batendo no ribete dos altares e se erguem as estátuas e os púlpitos de pedra sabão lavrados pelo ALEIJADINHO. Mas, não são somente as cidades da região das "minas gerais" que se desenvolvem, produzindo-se, em consequência da mineração, o mais poderoso surto urbano do período colonial; deslocando-se o centro político do país, da Baía para Rio de Janeiro em 1763, essa cidade, — escoa-douro da opulenta produção das minas, e já agora a nova capital do Brasil, adquire um tal impulso que em 50 anos, de 1750 a 1800, a sua população se multiplica, aumentando de 25 mil para 100 mil habitantes; cresce notavelmente a sua importância econômica e, se não se aformoseia propriamente o seu aspecto urbano nem ganha brilho a sua vida social, já apresenta uma extensão considerável e as proporções de uma capital, pela intensidade de movimento e pelo número e valor dos edifícios públicos. A sua natureza incomparável; o movimento do porto que a transformava no maior centro de comércio de exportação; o sistema de viação terrestre e marítima que a ligava a todas as capitâneas, e o deslocamento, do norte para o sul, das fronteiras econômicas, tudo contribue para impelir a um grau mais elevado de intensidade a vida urbana nessa cidade, para a qual se havia de transferir ainda, com o ciclo do ouro, o centro político e, com a decadência da indústria mineradora que o retinha nas "minas gerais", o próprio centro de cultura do país.

Nenhuma atividade econômica teve, como se vê, maior influência na criação e no desenvolvimento das cidades do interior e, portanto, na produção do fenômeno urbano do que a indústria mineradora, não só na região das "minas gerais", como, pelas suas repercussões, sobre o centro comercial e político que deslocou para o Rio de Janeiro e contribuiu para desenvolver e diferenciar, no sentido urbano. Certamente, "na obra de colonização de

⁸ É entre 1710 e 1760, durante quase meio século, que atingiu ao máximo de intensidade a produção das "minas gerais", para ir declinando até os princípios do século XIX, em que se manifestava francamente a sua decadência. O desenvolvimento da cultura intelectual, como costuma acontecer, — pois não é paralelo ou simultâneo mas sucessivo em relação a esses períodos de intenso movimento econômico —, adquire a sua maior intensidade, na segunda metade do século XVIII, com os lares e a tranquilidade que já deixavam as fortunas médias, mais "distribuídas" do que nos períodos de intensa produção. Nenhum dos magnatas das minas de ouro alcançou, porém, a fortuna acumulada por alguns contratadores de diamantes, como esse famoso JOÃO FERNANDES DE OLIVEIRA que, para ostentar o seu poderio, fez construir templos e palácios e, na sua residência senhorial, teatro e jardins exóticos, e cuja riqueza, passando ao domínio da lenda, ficou como a expressão mais pitoresca do luxo e da ostentação arrogante desses aventureiros enriquecidos nas minas.

nosso interior sertanejo não há agente, diz OLIVEIRA VIANA, mais poderoso e eficiente do que o pastoreio. Ele é a vanguarda de nossa expansão agrícola. O curral precede a fazenda e o engenho. Depois do vaqueiro é que vem o lavrador; o gado preludia o canavial e a plantação cerealífera". Os vaqueiros, pastores e criadores, paulistas, baianos e pernambucanos, tangendo à frente os seus rebanhos de gado, levam o povoamento às regiões mais profundas dos nossos sertões, do norte e do sul, semeando de povoações a região setentrional, a bacia do São Francisco, os campos e chapadões de Mato Grosso, e impelindo para o sul, até as serras e as savanas do Rio Grande, a obra de colonização pastoril. As migrações de gado, conduzido por sertanistas audazes, por todos os rincões agrestes até os recessos dos altos sertões, é que fazem recuar cada vez mais "essa barragem viva e móbil que formam os índios e as federações selvícolas dificultando a penetração do interior"; e é ainda por intermédio da pecuária e pelo movimento das tropas de muares, que se consolidou a ocupação de vastíssimas regiões do país, onde, por toda a parte, grande número de povoações e de cidades tiveram as suas origens na atividade pastoril, acusada, ainda hoje, na variedade bucólica e pitoresca de sua toponímia (Vacaria, Curral, Campo Grande, Campos, Campinas, Pouso Sêco, Pouso Alto), tão altamente expressiva da influência do gado na colonização. Mas, se o pastoreio exerceu uma função primordial, alargando as fronteiras econômicas, e foi, evidentemente, um dos sistemas de povoamento do país, assinalando a "primeira ocupação" de uma região ainda vazia, ele constitui um tipo de povoamento primário, de uma prodigiosa mobilidade e de um grande poder de expansão. A pecuária, observa com justeza AFRÂNIO PERXOTO, goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população; é uma indústria extensiva por excelência". Fator de ocupação e de povoamento, de primeira ordem, de dispersão e não de concentração, não é, em parte alguma uma força capaz de contribuir para a intensificação do fenômeno urbano. As povoações fundadas por pastores e criadores de gado, junto aos pousos, às feiras e às fazendas de criar, são formações urbanas que se cristalizam, se desenvolvem e se diferenciam lentamente, sob a influência da produção da pecuária e do comércio pastoril que, não exigindo senão vastas pastagens e latifúndios para as massas de rebanhos, não fazem das cidades focos de atração de massas humanas, nem lhes permitem, enquanto não se emancipam do comércio de gado, condições de vida própria, nem lhes exigem, pela "rusticidade" inerente a esse comércio, o clima e o teor de vida das cidades profundamente diferenciadas dos campos.

É pois, na larga faixa da costa, que a intensidade do movimento econômico, nascido do comércio de exportação e favorecido por ele, tende a estabilizar as populações urbanas e a resolver-se finalmente numa ascensão lenta da classe comercial e da classe industrial, constituída esta ainda de oficiais mecânicos e de exploradores de pequenas indústrias. Essa ascensão, sobretudo, de burgueses, comerciantes e banqueiros, é, nas cidades vizinhas dos latifúndios agrícolas, tanto mais sensível quanto corresponde a um empobrecimento gradual da classe senhorial, facilmente observável pelo habitual desequilíbrio de seu orçamento, pelos expedientes aos quais devem recorrer os senhores de engenho para manterem o seu teor de vida e pelo déficit crônico ao qual devem fazer face e que tende a transferir o eixo econômico e político das "casas grandes para os sobrados". Mas as próprias cidades coloniais que chegaram a desenvolver-se e atingiram prematuramente certo grau de intensidade e brilho social, como Recife, já no domínio holandês, e Vila Rica, no século XVIII, sob o signo do diamante e do ouro, cresceram e entraram em decadência, antes de alcançarem a maturidade e conhecerem todo o vigor de

expansão dos centros urbanos. Certamente já começavam a aparecer, por toda a parte, os sintomas de uma nova classe ansiosa de domínio, de burgueses e comerciantes ricos, em cujas mãos de credores se diria estalarem às vezes os ossos da velha aristocracia rural, arrogante e individada, e se manipulavam os recursos de uma nova técnica, — burguesa-industrial, — em seu período rudimentar e vacilante de formação. As aglomerações urbanas, porém, — e as mais antigas e florescentes não passam de aldeias grandes —, não tinham apenas, a entrar-lhes a evolução, as distâncias e o isolamento em que vegetavam: o movimento e a dispersão da massa social que se acentuaram, com a expansão das bandeiras, e a deslocação de fronteiras econômicas, que ora avançam ora recuam, com a oscilação e mudança dos produtos, contribuíam para impedir a formação de grandes focos de concentração urbana, no litoral e no planalto. País novo e em formação, quase todo por povoar, as suas populações não apresentam, em parte alguma, êsse forte apêgo ao meio natal, próprio dos povos que atingiram a maturidade, e não tendem a emigrar, ainda que vivam uma vida material mediocre: elas se caracterizam, ao contrário, pelo gôsto do perigo, das migrações e das carreiras de aventuras. A necessidade de novas pastagens, a multiplicação de engenhos e de fazendas de criar, a expansão das bandeiras e a descoberta das minas mantem, em movimento incessante, uma boa parte da população de diferentes regiões do país, — população móvel e errante que acusa, nos seus fluxos e refluxos a história do pastoreio, das expedições sertanejas e da mineração, na sua intensidade e nos seus declínios.

Mas, quando cessaram, embora não inteiramente, êsse movimento e essa dispersão da massa social e diminuíram notavelmente de intensidade os fenômenos de migrações internas, do litoral para o interior e do planalto para o sertão em todas as direções, iniciava-se, no país, uma dissociação profunda e, com ela, uma diferenciação que diversos fatores sociais e econômicos tornaram cada vez maior, entre o litoral e os sertões. Essa fragmentação de que resultou a formação de duas mentalidades que, a poder de se diferenciarem, se acabaram por opor, constitue um dos aspectos mais interessantes de nossa formação social e histórica, fecundada pelas migrações internas e paralisada depois, ao menos no interior, pelo isolamento das zonas povoadas ou ocupadas dos sertões brasileiros. Na sua marcha para o oeste em busca do índio arisco ou das minas fabulosas, — eis como HUMBERTO DE CAMPOS fixou êsse fenômeno, — “iam os portugueses e brasileiros dos séculos XVII e XVIII semeando as fazendas, os engenhos, as aldeias, em que alguns deles se fixavam, fazendo face a todos os perigos do imenso deserto verde. Cessada a caça ao aborígene e desfeita a ilusão do ouro e das pedrarias, as bandeiras foram “enroladas”, e voltaram ao litoral. Os bandeirantes que se haviam estabelecido na terra, ficaram, porém, nas suas propriedades solitárias. Os casamentos asseguradores da conservação da raça faziam-se entre parentes. Os vizinhos, situados a 30 ou 40 léguas, tornaram-se inimigos, pela demarcação dos latifúndios. Com a abertura dos portos na alvorada do século XIX, ato que contribuiu para a intensificação do comércio, com prejuízo da agricultura e da indústria pastoril, as populações das proximidades do litoral voltaram-se inteiramente para o mar, tornando mais profundo o isolamento do homem branco do extremo sertão”. As vilas e povoações, e ainda as raras cidades, de proporções diminutas, disseminadas pelo interior, passaram a contar com seus próprios recursos, envolvendo muitas vezes, numa vida obscura, e apresentando todas um aspecto rudimentar de aglomerações humanas, resignadas e fortes, cuja energia quase selvagem se tempera na resistência à natureza e ao isolamento. A vida dessas cidades se dilue e se absorve na vida do todo de que fazem parte e que constitue, por uma palavra, o sertão. A alta função moral do sertão é, daí por

diante, a de ser, nas expressões de ALBERTO RANGEL, "um isolador às trepidações da faixa", o músculo central do país, "o conservador de nossos traços étnicos mais fundos", um "estôrvo às fáceis desnaturalizações de beiramar", das cidades do litoral que o ilustre escritor compara a pontos medulares, "a centros sensitivos e motores, recebendo as impressões primeiras da cultura universal e dos interesses da alta e baixa extração da política nacional, e cujo reflexo será equilibrado e medido nas fibras resistentes das entranhas de nossas terras".

As próprias cidades do litoral e as do planalto, até nos meados do século XIX, não passam ainda de aldeias, acanhadas e sujas, atropeladas de becos e vielas, de designações pitorescas, e espreguiçando-se, na periferia, nos seus ranchos e caminhos de tropas, nas suas chácaras e sítios que marcam a transição entre a paisagem urbana e a solidão envolvente dos campos, das chapadas ou das serras. A vida urbana, sonolenta e obscura, chocada no funcionalismo burocrático e parasitário e num comércio "desconfiado e ratinhão", arrasta-se na monotonia das ruas e das estradas, cujo silêncio é apenas quebrado de longe em longe pelo chiar de carros de bois, pelo tropel de cavalos e burros de carga e pelas cantigas de africanos e de tropeiros. É toda primitiva, na sua simplicidade rústica, a vida dessas cidades: negras lavando roupas nas bicas do centro, muares de cangalhas, junto às lojas, e animais soltos pelas ruas, tortuosas e estreitas, por onde, desde os fins do século XVIII, no Rio, em Olinda e Recife, "já começavam a rodar carruagens aos solavancos pelas pedras e pelos buracos". As câmaras só mais tarde, no século XIX, determinavam que as lavadeiras, diz GILBERTO FREYRE, "fôssem para os riachos fora das portas; porque algumas cidades, como Recife, tiveram seus arcos, além dos quais se estava medievalmente fora das portas". De noite, só por essa época, "foi deixando a rua de ser o corredor escuro que os particulares atravessavam com um escravo, na frente, de lanterna na mão, para ir iluminando a lampeão de azeite de peixe, suspenso por correntes de postes altos e tristonhos". Magotes de moços foliões, serenatas sob as gelosias quietas, o deslizar de uma sombra de mantilha, sob a luz mortícia de um lampeão, eis a que se reduzia a vida noturna nesses vilarejos coloniais. . . Na cidade de São Paulo, pequenina e bisonha, escorregando-se pelas ladeiras lamacentas, onde troteiam as tropas de burros, o casario apinhava-se dentro do triângulo formado pelas igrejas do Carmo, de São Francisco e de São Bento. Era ainda em 1827 tão pequena⁹ que, com suas casas quase tôdas térreas e de paredes de taipa, a "metade da cidade" poderia caber, segundo o depoimento de TOLEDO RENDON, no cercado ou quintal do Convento de São Francisco. As cidades mineradoras, como Vila Rica, apresentam-se, já nesse tempo, "qual cenário de uma representação que tivesse acabado". Nenhuma edificação, escreve BARROS LATIF, nenhuma mudança inerente a uma nova atividade vem perturbar a atmosfera tranquila do século XVIII. E as belas fachadas esculpidas das igrejas envelhecem emolduradas pelo casario autêntico da época, como se um fenômeno cósmico o tivesse fossilizado".

Mas a vida em cidades do litoral como Recife, Baía e sobretudo Rio de Janeiro, começa a transformar-se profundamente no século XIX, devido em parte aos fatores de transformação da economia agrária que vinham concorrendo desde o século XVIII, para substituir o prestígio dos senhores das "casas

⁹ O tenente geral JOSÉ AROUCHE DE TOLEDO RENDON, primeiro diretor da Academia de Direito, assim se exprimia ao Ministro do Império JOSÉ CLEMENTE PEREIRA, sobre o Convento de São Francisco que escolheu, para a instalação dos cursos jurídicos: "êle (o cercado do convento) é tão extenso que o reputo metade da cidade". Já BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, combatendo na Assembléa Constituinte a criação dos cursos jurídicos em São Paulo, alegava que, "se viessem para a Academia 50 ou 60 estudantes, não teriam onde morar em São Paulo"; tão pequena lhe parecia a velha cidade do planalto.

grandes" pelo prestígio dos negociantes de sobrado.¹⁰ A decadência progressiva da aristocracia rural de que, no entanto, ainda saíram a nobreza do império e os chefes políticos das províncias e dos municípios, e a nova política da metrópole que, "deixando a lavoura colonial um tanto de lado, colocava sob o seu melhor favor as cidades e os homens de comércio e até a gente miúda", contribuíram com efeito para o desenvolvimento das cidades que já começavam a exercer sobre as populações do campo um grande poder de atração. A abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, inspirada pelo VISCONDE DE CAIRÚ a D. JOÃO VI, e a instalação da corte no Rio de Janeiro em 1808 aceleraram ainda mais o progresso dessa cidade que, além de capital do Brasil, havia quase meio século, se tornou de momento para outro a sede da monarquia portuguesa. É fácil compreender a influência social e política que exerceram sobre a "grande aldeia" que era ainda o Rio de Janeiro, a chegada inesperada de D. JOÃO VI com a sua comitiva e a mudança da corte para o Brasil, por um largo período de 13 anos, seguido de perto do movimento da independência e da fundação do império. A vida da corte, com tôdas as suas exigências e todo o prestígio da realeza, fidalgos procedentes do reino, artistas vindos da França, como LEBRETON, DEBRET e TAUNAY, e as iniciativas de D. JOÃO VI que cria a Imprensa Régia, institue a Biblioteca Pública, inaugura a Escola de Belas Artes, funda o Banco do Brasil, rasga o Jardim Botânico e ergue fábricas, escolas e hospitais, não podiam deixar de estabelecer uma forte corrente de renovação que, atingindo a própria estrutura social, perpassa, modificando-a, sobre a paisagem urbana da velha cidade colonial.¹¹ Não são somente a presença ativa de D. JOÃO VI, o brilho da vida da corte, o prestígio que lhe veio de ser a capital do Império, e o crescimento de sua população que asseguram a preponderância à sede da monarquia e, depois, cidade imperial: jornais e tipografias que se multiplicam, a prosperidade de suas escolas, o impulso de seu comércio, tudo contribue para fazer do Rio de Janeiro o maior centro urbano do país, e da opinião carioca uma das forças vivas da Nação. Nas ruas tão mal iluminadas que, por ocasião de incêndio à noite, — "cada morador das ruas por onde passassem os bombeiros era obrigado a pôr luzes às janelas para clarear o trânsito", já se erguem em 1854, em substituição aos candieiros de azeite de peixe, os lampeões de gás; e, na cidade, calçada e policiada, que se derrama pelos bairros novos do Catete, Laranjeiras e Botafogo, erguidos em terrenos de velhas chácaras, se

¹⁰ O sobrado, — tipo urbano de habitação, era, no período colonial e no Império, a casa de moradia dos senhores. A altura desses solares, raramente ultrapassa de um pavimento em São Paulo, varia de 2 a 3 andares no Rio de Janeiro, de 3 a 4 na Baía, atingindo a 6, no Recife, onde se encontram os mais altos, introduzidos no domínio holandês. É uma casa grande, de pedra e cal, "urbanizada" em sobrado, com seu telhado de telhas romanas, arrebicado nas pontas e de beirais largos, ao gosto chinês, com suas logias e balcões florentinos e com seus varandins ou varandas, pátio interno, azulejos no vestíbulo e mucharabis que nos vieram dos árabes, como aqueles outros elementos, dos portos chineses e da península itálica por intermédio do tipo português de habitação. Tudo nessas casas, vastas e sólidas, de altura, riqueza e tipos variáveis do norte para o sul, e desviadas do seu paradigma originário por necessidade de adaptação mesológica, denuncia, como já tive ocasião de escrever, "o recato e a hospitalidade das famílias antigas de vida patriarcal, cujo espírito religioso se recorda nas cruzes ornamentais, nos oratórios ou nas capelas. Os tetos ricos de madeira lavrada ou entalhada, os alisares e painéis de azulejos e o pátio interno para que abrem, à maneira oriental, as varandas e salas de jantar, põem uma nota de alegria no interior das casas grandes e dos solares dos nobres, com suas esplêndidas sacadas e seus vestíbulos de que foge para o sobrado, em um ou dois lanços acessíveis, a escadaria imponente". O sobrado "classifica" e, distinguindo, isola e separa a vida interior da vida da rua, a gente pobre da gente rica, a gente dos mocambos e a do sobrado. É eminentemente uma habitação de "classe". As rótulas e as gelosias, de que são guarnecidas as janelas às vezes providas de vidraças, e por onde se coa a luz solar, os mucharabis e os óculos com cruzetas de ferro ou estreitas seteiras, por onde se pode ver a rua sem ser visto, definem nesse tipo de habitação, o caráter da vida patriarcal, na sua austeridade e reserva até o isolamento. Os muros de seus jardins, cobertos de cacos de vidro ou as grades de ferro terminadas em lança, acusam ainda a preocupação de isolar e defender, contra a rua e seus perigos, a casa senhorial.

¹¹ ... "grande aldeia de 45 000 almas, escreve EUCLIDES DA CUNHA, salpicada de mangues, invadida pelas marés, que lhe entumesciam as lagoas e, construída desajeitadamente, a esmo, pelo recôsto das colinas, atulhando os vales apaulados, com as suas vielas em torcicolos, orladas de gelosias de urupema, pelas quais embetessava o paupérrimo trem real de velhas seges de cortinas de couro, recordando os últimos frangalhos de uma opulência extinta". (EUCLIDES DA CUNHA, *A margem da história*. III. Esboço de história política: da Independência à República, pág. 222, 3ª ed. Livraria Chardron, Porto, 1922).

alia ao pitoresco o cuidado de um urbanismo que vai transformando constantemente a paisagem antiga. As gerações jovens, educadas na Europa, em São Paulo ou em Recife, nos cursos jurídicos fundados em 1827, ou nas escolas da capital, já raramente voltavam, observa GILBERTO FREYRE, às fazendas e engenhos patriarcais, depois de formados: "com seu talento e sua ciência foram enriquecendo a côrte, abrilhantando as cidades; a diplomacia, a política, as profissões liberais, e às vêzes, a alta indústria absorveram-nos".

O germe de uma vida, diferente da vida rural, se achava assim constituído; e, para essa vida nova, formações morfológicas de um gênero novo, — as cidades, foram tomando uma fisionomia própria, comercial a princípio, pela grande importância que adquiriu o comércio marítimo e mais tarde, já no século XX, o industrial pela evolução que se operou sobretudo no Rio e em São Paulo. Em todo o século XIX, o papel da indústria, foi, a êsse respeito, secundário; é o comércio que suscitou as cidades e é, antes de tudo, para o comércio que se formaram os nossos maiores centros urbanos. As cidades aqui, como em tantas outras civilizações, nasceram porque do conjunto da população rural se destacou toda uma classe de homens que pediu seus meios de subsistência à compra e à venda e portanto ao comércio.¹² A renovação dos meios de transportes com organização, iniciada em 1854, de nosso sistema ferroviário, as correntes de imigração que se canalizaram para o sul, atraídos pela lavoura cafeeira, o intenso êxodo rural que se seguiu à abolição em 1888, canalizando-se os escravos antigos para os cafezais do sul e para as cidades, foram outras tantas forças que trabalharam na transformação das cidades cuja função principal continuava a ser o comércio, não já estabelecido apenas entre a cidade e o campo vizinho, mas entre as cidades situadas ao longo ou nas encruzilhadas das novas vias de comunicação. A abolição da escravatura e a crise decorrente, com a qual se desorganizaram completamente os engenhos banguês, concentrados a maior parte no nordeste, foi o ponto de partida de uma nova evolução da vida urbana. Entre os movimentos que determinam uma dispersão da massa social, nos fins do Império e nos três primeiros decênios da República, o do centripetismo é dado, como justamente observa OLIVEIRA VIANA, "pelo deslocamento da população rural para as grandes cidades da costa e do planalto e pela formação de grandes focos de condensação urbana no interior. Esse movimento, particular ao período republicano, é uma consequência da abolição do trabalho servil em 1888". A riqueza trazida pela lavoura cafeeira; a intensificação das correntes imigratórias, depois da abolição da escravatura; o deslocamento, para as cidades, do excesso de imigrantes, em consequência da superprodução do café; os progressos do comércio que acarretaram, em seguida, os da indústria, e o enriquecimento do sistema ferroviário, irradiando-se do Rio de Janeiro para Minas e São Paulo, e de São Paulo para todo o planalto, e finalmente um relevante impulso industrial forneceram aos germes da civilização urbana todas as condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento.

Sob o influxo poderoso do café, da imigração e das indústrias, não é apenas a cidade da baía de Guanabara que se transforma radicalmente para tomar as proporções e os aspectos de uma grande metrópole, em constante evolução. A velha cidade colonial, saneada por OSVALDO CRUZ e remodelada por PEREIRA PASSOS (1902-1906), que rasga a Avenida Rio Branco e, com suas iniciativas reformadoras, abre novas perspectivas ao progresso urbano, adquire um extraordinário desenvolvimento "em superfície", estendendo-se ao

¹² H. PIRENNE, *Histoire de la Belgique*. Des origines au commencement du XIV siècle, Bruxelles, Henri Lamertin, 1900.

sul por magníficos bairros residenciais, ao longo das praias, em Copacabana e Ipanema, que se comunicam por meio de túneis com o centro da cidade, para começar, depois de 1930, a crescer rapidamente em sentido vertical, pela multiplicação de arranha-céus. A cidade de São Paulo, que já em 1867 estava ligada ao seu pôrto de mar, em Santos, pela São Paulo Railway, e em 1877 ao Rio de Janeiro, pela Central do Brasil, dá um salto de 70 mil habitantes em 1886, para 1 200 000 habitantes, em menos de 50 anos: iniciada a sua remodelação por ANTÔNIO PRADO em 1910, a mais antiga cidade do planalto, situada agora no nó de seis estradas e no centro ferroviário de uma rede, cujos trilhos chegam ao Rio, Minas, Goiaz, Mato Grosso e Paraná, cortando o Estado em quase tôdas as direções, não cessa de desenvolver-se, em torno do primitivo núcleo central que se alarga e se transforma, para se cingir, na periferia, com a sua esplêndida coroa de fábricas e de cidades-jardins. Nenhuma cidade acompanha mais de perto os progressos de São Paulo do que Santos que, tributária da região eminentemente cafeeira e industrial do país, se torna o mais importante centro brasileiro de exportação e uma das maiores aglomerações urbanas. Em tôdas as regiões do planalto central, constituído pelos dois Estados de Minas e de São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, em que se manifestou, em proporções variáveis, e sobretudo, a partir de 1920, o mais vigoroso surto industrial que registra a nossa história,¹³ cidades como Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto, em São Paulo, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Itajubá, em Minas Gerais, Pelotas e Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Recife em Pernambuco, entre outras, tiveram o seu desenvolvimento urbano marcado pelo ritmo dos seus progressos no campo das indústrias e do comércio. E, como é principalmente em função dos caminhos que as cidades crescem ou decrescem e se tornam núcleos de concentração ou de distribuição de produtos agrícolas ou industriais, e como ainda hoje, o poder criador dos caminhos, longe de se extinguir, tende a aumentar com a nova técnica de transportes (máquina a vapor e automóvel), surgem pequenas cidades novas que se formaram e cresceram nos centros principais das vias férreas, nas bifurcações, nos cruzamentos das estradas de rodagem e dos caminhos de ferro.

Certamente, onde as populações se condensam, atingindo o maior grau de concentração e de intensidade de vida urbana, é nas cidades, capitais políticas, cujo papel e desenvolvimento se explicam, em grande parte, pelas vias de comunicação que comandam, como portos marítimos ou fluviais, ou como centros de sistemas ferroviários. Tôdas essas cidades, de Pôrto Alegre a Manaus, passando por Florianópolis, Santos, Vitória, Baía, Fortaleza, Recife, Paraíba, São Luiz do Maranhão, Belém do Pará, na orla marítima, e as que se acham encravadas no planalto central, como Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e Cuiabá, desenvolveram-se de maneira desigual, menos sob a influência de suas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriu o crescimento econômico, agrícola, comercial e industrial, dessas diversas regiões. Na realidade, observa LUCIEN FÉBVRE, "é o Estado que cria a capital. Sua prosperidade cria a prosperidade, sua decadência acarreta a da cidade que escolheu, como

¹³ Mas, ainda no planalto paulista, em que as indústrias imprimiram um impulso notável à civilização urbana, determinando magníficos centros de condensação, mais próximos uns dos outros, manteem-se fortemente acusadas as diferenças entre a vida urbana e a vida rural, separadas por espaços vazios e incultos, com todos os aspectos das paisagens primitivas. Não se sai das cidades para os campos de cultura (chácaras, granjas, fazendas) ou paisagens humanizadas, ordenadas pela mão do homem, mas para as matas e campos, serros e planuras, toda uma região inculta e às vezes apenas desvirginada pelos desbravadores do sertão. Nada ainda que pareça com a paisagem urbana e rural, sucedendo-se, na Inglaterra, por exemplo, de tal forma que mal se percebe aí a distinção entre as duas paisagens, tão tipicamente diferenciadas entre nós, mesmo na região mais cultivada do planalto paulista: o campo inglês que KAREL ČAPEK comparava a um "jardim inglês", para exprimir até que ponto essa paisagem foi trabalhada pelo homem, apresenta-se, "com os seus caminhos sombreados, seus *cottages* escondidos por detrás das árvores e seus prados, como paisagem das mais características de uma civilização".

cabeca", segundo se pode elucidar, entre nós, com o exemplo frisante de Manaus que se desenvolveu notavelmente com a produção e a alta da borracha no Amazonas, para estagnar, por longo tempo, com a crise dessa exploração. Das cinco cidades, capitais políticas, no planalto central, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Cuiabá e Goiânia, — de tôdas a mais nova, e ainda em construção, — a de Belo Horizonte teve uma formação original que se acusa na beleza geométrica de suas linhas, retas ou curvas, na vastidão magnífica das ruas, das praças e alamedas, e no luminoso estendal de parques e jardins. Velha aspiração dos inconfidentes que já sonhavam em Vila Rica com a mudança da capital de Minas para São João d'El Rei, "por ser essa vila mais bem situada", a idéia da mudança da capital, ventilada dez anos depois da Independência; tentada em 1843 pelo General ANDRÉIA, BARÃO DE CAÇAPAVA, então presidente da província; novamente discutida, em 1852, quando governava Minas o Dr. JOSÉ RICARDO DE SÁ RÊGO; defendida com ardor pelo Padre PARAÍSO na Assembléia Legislativa, triunfa afinal em 1893, depois da campanha a que estão ligados os nomes de ALEXANDRE STOCKLER e JOÃO PINHEIRO, com a lei n.º 3 adicional à Constituição do Estado. E, em menos de 4 anos, começada a construir em 1893 e inaugurada a 12 de Dezembro de 1897, surge a nova cidade, no descampado entre a serra da Contagem e a do Curral, aberto para horizontes largos, a que deve o seu nome, e, por um dos lados, para o Pico da Piedade, — "velha mira dos primeiros bandeirantes". Em pouco mais de 40 anos a nova cidade, à qual se transferiu da legendária Ouro Preto a capital de Minas, e que guarda intactas as tradições intelectuais de Vila Rica, expande-se, enriquece-se, apura-se e se aformoseia, ultrapassando com seus 200 mil habitantes a moldura circular em que a pretendeu encerrar a pléiade dos seus construtores, a quem, nas próprias expressões de AARÃO REIS, um deles e o chefe de todos, se confiara "a missão quase taumatúrgica de dotar o Estado com uma cidade, — verdadeiro conto de fadas".

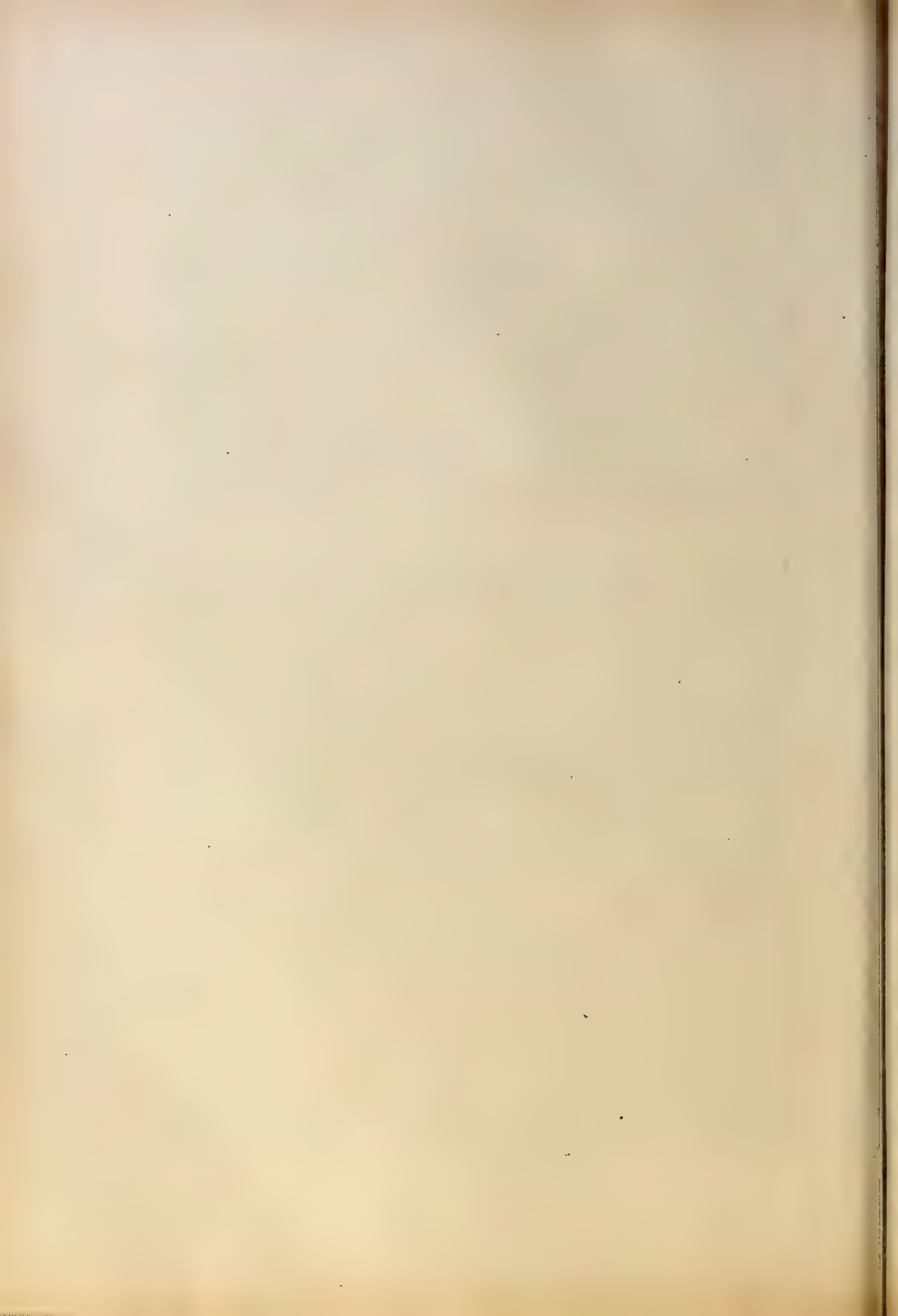
Que estamos muito longe de uma civilização tipicamente urbana, ainda no planalto centro-sul, não há sombra de dúvida: aí está para prová-lo o fato de que, de tôdas as cidades capitais, do litoral e do interior, somente duas já ultrapassaram de muito 1 milhão de habitantes e apresentam caracteres novos e distintivos das metrópoles modernas. Essas cidades que se tornaram cosmopolitas e nas quais a indústria já passa ao primeiro plano, são o Rio e São Paulo, grandes centros manufatureiros: o Rio de Janeiro que se tornou a mais importante cidade do país, porque é o centro não só de uma vida econômica intensa, mas de uma vasta administração, e São Paulo, porque, sendo o maior produtor de café, desde 1886, se tornou em seguida o maior parque industrial do Brasil, com a vantagem de ter a seu serviço, a menos de 60 quilômetros, um pôrto de mar, em Santos. Ainda mais, se a cidade é, na sua origem, o produto de uma diferenciação entre a lavoura que cultiva a terra, e um grupo de artesões, comerciantes e industriais, estabelecidos no centro dêsse campo, estendendo-se mais tarde as relações comerciais e entrando em contacto as diferentes cidades, dessa aproximação e dêsse contacto resultam entre elas especializações novas. Ora, não somente não se formaram ainda, a não ser em São Paulo, compactas concentrações industriais,¹⁴ como também não passa

¹⁴ Pensa EUCLIDES DA CUNHA, apoiando-se na monografia de HERMILO ALVES (*Problema da Viação Ferrea para Mato Grosso*), que "os terrenos compreendidos entre as duas quedas, Urubupungá, no Paraná, e Itapura, no Tietê, distantes uma légua, são a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul, dispondo da energia mecânica incalculável daquelas catadupas que, somando-se à derivada do salto de Avanhandava e transformando-se numa energia elétrica, não só satisfará a todos os misteres das indústrias como à tração das estradas de ferro que por ali passarem. Assim se loca idealmente, mas com previsão segura, naqueles lugares desfreqüentados, onde mal se distinguem hoje (EUCLIDES escrevia por volta de 1908), afogadas em carrascal bravo as ruínas de malograda colônia militar, — uma cidade opulentíssima do futuro. Sobretudo se advertirmos que ela será uma das mais concorridas escalas do maior tráfico inter-oceânico dêste continente; porque (acrescenta) o destino inter-continental da Noroeste é inevitável e extraordinário". (*A margem da história*, pág. 160, 3.ª ed. 1922).

de um esboço de divisão industrial do trabalho o processo de "especialização ou diferenciação" das principais cidades manufatureiras. A desproporção do número e da importância de grandes cidades, na costa, em relação às maiores, do interior, aliás próximas todas do litoral, como Belo Horizonte, ligada ao Rio, São Paulo a Santos, Curitiba a Paranaguá, mostram que permanece voltada para o Atlântico e sujeita a todas as influências externas a civilização nacional. Mas não há país que tenha nascido de si mesmo, ou que, para nascer, crescer e constituir-se, tenha podido eximir-se de influências exteriores. "O choque vem de fora, escreve VIDAL DE LA BLACHE. Nenhum país civilizado é o artifício exclusivo de sua própria civilização. Ou, ao menos, não pode engendrar senão uma civilização limitada, como um relógio que, depois de algum tempo de marcha, pára logo. É preciso, para que se eleve a um grau superior de desenvolvimento, que a sua vida esteja em comunicação com a de um domínio mais vasto que o enriqueça com a sua substância e que nele infiltre novos fermentos". Essa circulação de seiva e de correntes de vida e de renovação se faz pelas grandes cidades que, sendo essencialmente centros de trocas e desenvolvendo-se com as trocas comerciais, são os focos incontestados do progresso: é nelas, como já ponderava E. DURKHEIM, que "a influência moderadora da idade desce ao *minimum*, a tradição tem menos império sobre os espíritos, e é nelas que as idéias, modas, costumes, necessidades novas se elaboram para se espalharem em seguida pelo resto do país".

BIBLIOGRAFIA

- AGACHE (Alfredo) — *A cidade do Rio de Janeiro* (Extensão, remodelação, embelezamento. Organizações projetadas na administração PRADO JÚNIOR); cfr. *Un exemple de sociologie appliquée: l'Urbanisme*. Les Études Sociales. Avril, 31, Rue Guiot, Paris, 1935.
- BARROS LATIF (Miran M. de) — *As "minas gerais"*. Editora S. A. "A Noite", Rio de Janeiro, 1940.
- BORBA DE MORAIS (Rubens) — *Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII*. In "Geografia". Publicação trimestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, Ano I, n.º I, págs. 69-87, São Paulo, 1935.
- CALMON (Pedro) — *História social do Brasil*. 1.º tomo: Espírito da sociedade colonial. Série Brasileira, vol. 40, 1935; 2.º tomo Espírito da sociedade imperial. Série Brasileira, vol. 83, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- FREYRE (Gilberto) — *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural no Brasil. Ed. ilustrada. Série Brasileira, vol. 64, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936; *Olinda* 2.º guia prático, histórico e sentimental da cidade brasileira. Ilustrações de MANUEL BANDEIRA. Impresso nas oficinas de Drechsler & Cia. Recife, 1940.
- LEITE (Serafim) — *Páginas de história do Brasil*. Cap. V: A Fundação de São Paulo, págs. 81-97; cap. XIV: Conquista e fundação do Rio de Janeiro, págs. 217-218. Série Brasileira, vol. 93, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- LUBAMBO (Manuel) — *Olinda*. Sua evolução urbana no século XVI, págs. 3-8. In *Fronteiras* (Periódico mensal). Ano VI, n.º 22, Recife, Fevereiro e Março de 1937.
- LUIZ EDMUNDO — *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1932.
- MELO FRANCO (Afonso Arinos) — *Roteiro lírico de Ouro Preto*. Ilustrações de PEDRO NAVA. Edição da Sociedade Filipe d'Oliveira. Rio de Janeiro, 1937.
- OLIVEIRA LIMA — *Sur l'évolution de Rio de Janeiro*. Anvers, 1909.
- RANGEL (Alberto) — *Rumos e perspectivas*. Os sertões brasileiros, págs. 7-39; A sociedade brasileira no primeiro reinado, págs. 43-71. 2.ª ed. Série Brasileira, vol. 26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- RODRIGUES (J. Onório) e RIBEIRO (Joaquim) — *Civilização holandesa no Brasil*. Cap. XVI: Meio urbano, págs. 205-236; cap. XVII: Meio rural, págs. 237-259. Série Brasileira, vol. 180, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- SAINT-HILAIRE (A. de) — *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Trad. de AFONSO E. TAUNAY. Série Brasileira, vol. 5, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1932.
- VIANA (Oliveira) — *A evolução da sociedade*. In *Recenseamento do Brasil (1920)*, vol. I, Introdução, págs. 281-310, Tip. da Estatística, Rio de Janeiro, 1922.



CAPÍTULO IV

A evolução social e política

A colonização no Brasil, suas formas e seus rumos — a) A fixação do homem à terra — A experiência feudal — O choque das três raças e culturas — A sociedade colonial — O reino do açúcar — O esplendor da vida rural — b) A penetração e conquista da terra — As migrações internas e as entradas ao sertão — As bandeiras — Fenômenos de massas — Deslocação de fronteira — O reino dos metais — A formação do espírito e da unidade nacional — c) A independência da terra — Regime patriarcal de economia — A nobreza e a aristocracia rurais — A burguesia das cidades — O individualismo e os precursores da ideologia democrática — O 2.º Império e a unificação política — A política e o romantismo — A abolição da escravatura — d) A democratização pela terra — Persistência da estrutura social e econômica — A República — O espírito particularista — O sistema federativo e os partidos políticos — O profissionalismo político — A imigração e a monocultura do café — A pequena propriedade retalhando os latifúndios — O surto das indústrias — A evolução da sociedade contemporânea.

PODE parecer audacioso tentar reduzir, numa síntese apertadíssima, o quadro das origens e da evolução das formas de estrutura social e política que assumiu a sociedade brasileira, desde que começou a constituir-se, no primeiro século, até nossos dias. Mas, por mais difícil que seja um trabalho desse gênero e ainda que, pela sua natureza, se mantenha sempre suscetível de retificações, em consequência de pesquisas ulteriores, os estudos locais e as investigações monográficas, como as tentativas já feitas, nos permitem reunir os elementos postos à nossa disposição para uma larga visão de conjunto. Aliás, se considerarmos a importância do papel que exercem os fatores físicos, demográficos, econômicos e urbanos no processo de evolução social e política, as grandes linhas desta síntese, tão útil senão necessária ao estudo de nossa evolução cultural, já se destacam com uma tal nitidez que não será preciso mais que desprendê-las dos fatos estudados, acompanhá-las no seu desenvolvimento e apresentá-las com maior precisão, rigor e relevo. A dificuldade de uma síntese, que não é senão a resultante da documentação fornecida pelas monografias especializadas e trabalhos analíticos, não está apenas na insuficiência de obras dessa ordem, de pesquisa e investigação, mas na tentação a que tantos costumam ceder, por gosto ou excesso de cuidado, de não negligenciar nenhum detalhe, embaraçando-se na multidão dos “pequenos fatos”. Ora, qualquer que seja o papel determinante dos pequenos fatos, eles não devem fazer-nos esquecer as tendências gerais, explicáveis elas mesmas por causas gerais. “Discernir no conjunto dos acontecimentos históricos fatos

gerais dominantes, que lhe formam como que a armadura ou a ossatura, mostrar como a êsses fatos gerais e de primeira ordem se subordinam outros e assim em seguida até os fatos de detalhe que podem oferecer um interesse dramático, picar nossa curiosidade, mas não a nossa curiosidade filosófica", é assim que COURNOT definiu o objeto de suas "Considerações", que constituem o mais vigoroso esforço do filósofo para aplicar à história moderna as grandes idéias mestras, — idéias de acaso ou de irracional, de ordem ou de razão, que êle extraiu da prática das ciências e experimentou, aplicando-as a tôdas as disciplinas.¹ É êste também o nosso objetivo, ao tentarmos definir, nos seus caracteres gerais e nas suas causas principais, o movimento de nossa civilização.

No vasto território descoberto e ocupado apenas em parte, na sua faixa litorânea, explorado pela Metrópole e para a Metrópole, povoado de uma grande maioria de indígenas e por uma rala minoria de brancos, os portugueses não tomaram pé, nos trinta anos seguintes ao descobrimento, senão para a extração e comércio do pau de tinta, de que se reservaram o monopólio da exploração. Mas o próprio comércio do pau brasil, que se encontrava em abundância nas vizinhanças do litoral e as incursões de piratas franceses que, aproveitando-se do abandono das novas terras descobertas, pilhavam os aldeamentos dos índios e disputavam aos portugueses a sua exploração e o seu domínio, levaram afinal a Metrópole a voltar as suas vistas para o Brasil e a entrar francamente no caminho da colonização. A imensidade do território, as distâncias que o separavam de Portugal, e o estágio elementar de cultura dos habitantes primitivos, — selvagens bravios que erravam pelas florestas americanas ou se dispersavam pela infinidade de tabas e malocas —, constituíam, porém, obstáculos quase insuperáveis ao estabelecimento de colônias e à fundação de um império. A colonização que, por isso, tinha de tomar novas formas e seguir rumos novos, começa, na verdade, com a expedição de MARTIM AFONSO DE SOUSA, em 1530, e a doação de capitanias hereditárias, que marcam o período de fixação do homem à terra, em que até então os primeiros exploradores haviam reduzido a sua atividade a traficar com o pau brasil e a reconhecer as costas. A divisão do Brasil em quinze capitanias hereditárias e a doação delas a capitães-mores, dignos pela excelência da linhagem ou pelo prestígio individual, e com poderes discrecionários,² constituíam, em última análise, uma experiência feudal, nitidamente marcada pelo elemento essencial nesse regime que se caracterizava, no feudalismo europeu, pela distribuição e posse da terra, como um meio de fixar o homem, suscitar a sua defesa e o interesse pela colonização. Somente assim, escreve RONALD DE CARVALHO, "confiando essa porção de terras incultas à energia de homens de boa vontade, poderia guardar a coroa, sem maiores gastos, a presa já cobiçada por muitos salteadores". Certamente, não havendo uma estrutura social já constituída, não poderia dar-se, como efetivamente não se deu no Brasil, com êsse sistema, a superposição de uma classe, pelo predomínio econômico e político dos senhores feudais sobre os primitivos ocupantes, e a formação entre estes e aqueles, de laços de dependência resultantes da apropriação do solo. Mas, se não existe

¹ A. COURNOT, *Considérations sur la marche des idées et des événements dans les temps modernes*. Introduction de FÉLIX MENTRÉ. 2 vols., XXXII, págs. 354 e 376. Réed., Paris. Boivin (Bibliothèque de Philosophie), 1934; cfr. *Souvenirs de Cournot (1760-1860)*, Paris, Hachette, 1913 (publicados por Bottinelli); FÉLIX MENTRÉ, *Cournot et la Renaissance du probabilisme au XIX siècle*, 1908.

² "Acima dos capitães governadores estava, de certo, o rei, escreve TAVARES DE LIRA, naqueles poderes de que não havia feito cessão e outorga e estavam as ordenações e leis gerais do reino "naquilo que não tinha sido objeto de determinações especiais nas cartas de doação e foral". Isto, porém, pouco importava de vez que na realidade os direitos dos colonos livres e os dolorosos deveres dos trabalhadores escravos codificavam-se na vontade e nos atos do donatário, — chefe militar e chefe industrial, senhor das terras e da justiça, distribuidor de sesmarias e de penas, fabricante de vilas e empresário de guerras indianóforas". (TAVARES DE LIRA, *Organização política e administrativa do Brasil*. Colônia, Império e República. Comp. Editora Nacional, São Paulo).

um paralelismo entre a organização econômico-política brasileira e a economia da Europa Medieval, não há a contestar que a organização instituída pela doação das capitanias com o fim de prender o homem à terra e suscitar-lo à sua defesa, assegurando à Metrópole o domínio da colônia, obedecia a princípios verdadeiramente feudais.

Essa primeira medida do mais alto interesse para a colonização não bastou, apesar de vantagens comprovadas, aos fins a que se propunha, e não tardou a exigir providência que a completasse: a criação em 1549 de um governo geral, tendo em vista principalmente a formação de um centro de unidade e, em consequência, a melhor defesa da terra. O abandono, por alguns donatários, das terras que lhes couberam em partilha, o malôgro de outros, em seu empreendimento colonizador, a desinteligência dos senhores de capitanias, independentes entre si, e as dificuldades em que se achavam todos, para defenderem os seus lotes contra as tentativas de agressão, por parte dos índios e dos estrangeiros, fizeram desde logo sentir a necessidade de um governo central, com jurisdição sobre a totalidade do território ocupado e partilhado. A luta que devia atravessar séculos, até os tempos modernos, entre as tendências particularistas e unitárias, ou de centralização e descentralização, já se acusava por essa época nas duas medidas que se sucederam, do sistema feudal de doações e do governo geral, preposto a lhe corrigir os inconvenientes, mediante a centralização do poder político.³ As capitanias que, desde então, com a nomeação de TOMÉ DE SOUSA, ficaram sob a dependência do governo central, com sede na Baía, “no correr do tempo foram passando umas após outras, por aquisição do erário público, ao jugo da Metrópole”. Mas, se com a transmissão, de particulares ao patrimônio público, das últimas capitanias hereditárias e a submissão de todas a um governo único, se podia considerar encerrada a experiência feudal, não está ligado, nas suas raízes, ao primitivo regime e à permanência das condições geográficas, econômicas e políticas que o determinaram, como a outros fatores sociais supervenientes, o “espírito de dominação”, que persistiu, durante largo tempo, na vida política do país, se desenvolveu com as oligarquias regionais e tantas vezes assimilou à administração de fazendas ou de feitorias o governo das províncias e dos Estados? Não é menos importante, para a inteligência de nossa evolução social e política, nos três primeiros séculos, o fato de que as instituições políticas, fundadas pela Metrópole, precederam a quaisquer formas de organização social na colônia em que, na primeira metade do século XVI, apenas se esboçava uma sociedade em formação. Antes que a lavoura de açúcar, nos meados do primeiro e no segundo século, fornecesse à sociedade colonial nascente os elementos constitutivos e os quadros de uma estrutura social, sólida e estável, já estava montado todo o mecanismo político, baseado no sistema das capitanias, temperado e corrigido pelo governo central, que se destinava a promover a fixação do homem à terra, e a sua defesa e colonização.

Em nenhum dos pontos do litoral, salpicado de grupos humanos, e no planalto em que já se estabelecera a Vila de Piratininga, encontrava, de fato,

³ Ainda por organizar-se, heterogênea e aventureira, a sociedade colonial composta por essa época de portugueses reinóis e nascidos no Brasil, de índios, mestiços e negros, não podia sentir como “uma imposição exterior”, de fora para dentro, as instituições políticas implantadas no país. As relações de produção, elementares, não podiam gerar senão relações sociais muito simples nem suscitar à sociedade nascente outras necessidades que não as da própria defesa e segurança contra as incursões dos índios e os assaltos de navios corsários. Ainda não se havia formado a consciência de uma distinção entre uma nacionalidade nova e mesmo entre uma sociedade nova e a da Metrópole distante, a que apenas se reclamava uma assistência mais direta e eficaz. A pátria era uma só: Portugal. “Os lares dos mais ricos senhores, escreve JONATAS SERRANO, não tinham conforto; sentia-se que a instalação da fidalguia estrangeira no Brasil era provisória e que a todos dominava o desejo de voltar à pátria o mais breve possível”. (*História do Brasil*, pág. 134, F. Brigueit & Cia., editores, 1931). As instituições políticas, planejadas na Metrópole e transladadas para a colônia, servindo aos interesses rudimentares da sociedade local, em período embrionário, serviam realmente aos interesses da Metrópole que as criou. Uns e outros, então, identificados.

a sociedade nascente condições favoráveis à sua organização. Disseminada em pequenos núcleos, esparsos e à grande distância uns dos outros; constituída inicialmente de duas raças, a branca e a vermelha, em estágios os mais diversos de cultura; premida entre o litoral e o planalto, entre as investidas de corsários e os assaltos dos selvícolas, ela perde a sua antiga estrutura social, da Metrópole, não chega a elaborar-se uma estrutura própria e mantém-se, com seus colonos, degredados e índios, como um fenômeno por assim dizer pré-social, um "estado de sociedade em suspenso", amorfo e flutuante, à procura de novas formas. A sua extrema rarefação, a sua heterogeneidade na composição inicial, que se complicava com a importação de escravos africanos, os perigos que a bloqueiam de todos os lados e os choques das três raças e culturas, tinham forçosamente de retardar o processo de organização social, e a levam a concentrar, no esforço instintivo de conservação e de defesa, as suas forças elementares. Entre os portugueses que já haviam atingido um alto grau de civilização, e cujo capitalismo se achava na fase comercial, de exploração de produtos agrícolas, e o índio que permanecia no estágio mais primitivo, o da colheita, da caça e da pesca, e não podia passar brutalmente ao estágio agrícola, havia enorme distância social que não só tornava impossível a assimilação dos índios à economia rural, como persistia uma fonte geradora de conflitos de culturas. Os colonizadores portugueses entram imediatamente em contacto com os índios, quer escravizando-os pela força, quer comerciando com eles pacificamente, por meio de trocas de produtos; e, se às vezes são acolhidos amigavelmente por indígenas, graças sobretudo à ação incomparável dos missionários, são repellidos com frequência por outras tribus selvagens, a cujos ataques não escapam senão com grandes esforços. O caldeamento étnico, pelo cruzamento, em larga escala, de brancos e índios, devido à escassez de mulheres brancas, a sedução que sobre as índias exercia a raça dominadora, e a ação pacificadora dos jesuítas, "transformando o instinto áspero dos selvagens num instrumento auxiliar de colonização", contribuíram para atenuar até certo ponto os antagonismos das duas raças e promover a assimilação e adaptação de suas culturas. A cultura dos negros africanos que, ao contrário dos índios, já haviam chegado ao estágio agrícola, e a menor distância entre a estrutura social de tribus africanas e a família patriarcal dos colonizadores portugueses, não só tornaram possível, como observa ROGER BASTIDE, a assimilação dos negros na economia brasileira, ainda que sob uma forma anormal e patológica, — a da escravidão —, como também, com a miscegenação largamente praticada, por falta de mulheres brancas, corrigiram "a distância social que de outro modo se teria tornado enorme entre senhores e escravos".

Foi com a exploração da cana de açúcar que o patriarcalismo português, apoiado no trabalho servil, deu um impulso vigoroso à colonização e forneceu à sociedade colonial, nas terras do massapê, desde o recôncavo, na Baía, até parte do Maranhão, os quadros de uma organização social cerrada, cuja formação começara, nos meados do 1.º século, para atingir, já no segundo, o *maximum* de seu desenvolvimento. Numa sociedade notavelmente desnivelada, como a primitiva sociedade colonial, em que a diferença demográfica acentua as desigualdades sociais e, mais tarde, as políticas, e a primeira classificação social (portugueses, índios, mestiços) se funda em razões de pigmento, a distinção de classes, estabelecida sobre base econômica, encontrava na distinção de raças um fator novo e um sinal, material e visível, de diferenciação. Senhores e escravos: brancos e negros. As raças, branca e africana, formavam a estratificação étnica, cujas camadas correspondiam exatamente, como se vê, na estratificação social, às duas classes que a monocultura latifundiária e escravocrata separava e superpunha, elevando à categoria de nobreza a dos senhores

de engenho e degradando ao mais baixo nível as massas de escravos. "A côr significava nobreza, lembra PEDRO CALMON, citando VON MARTIUS;⁴ havia uma origem comum de plebeísmo, — o tronco africano; na elaboração de uma sub-raça brancóide consistia a elevação e a reabilitação do homem". De um lado, a riqueza do solo que, nas expressões de GILBERTO FREYRE, permitia às gerações de senhores de engenho "suceder-se no mesmo engenho, fortalecer, criar raízes em casas de pedra e cal", e, por outro, a endogamia, praticada frequentemente, casando-se as primas com primos e os tios com sobrinhas, já contribuíam poderosamente para dar à classe dominante, nessa sociedade solidamente hierarquizada, a armadura de uma aristocracia que, sem tradição histórica e sem nobreza de sangue, se graduava e avaliava seus títulos pela extensão dos latifúndios, pelo número de escravos, pela inatividade e pela ostentação do luxo. Ainda mais tarde, outros fatores deviam intervir para fortalecer essa sociedade, enquadrada em classes, profundamente distintas e diferenciadas. A lei que vedava a execução, por dívidas, dos senhores de engenho, não podendo os credores penhorar-lhes mais do que a safra, e a lei de família que dava ao primogênito a sucessão integral, impedindo a divisão do patrimônio, acrescida do costume que tinham de não vender os seus escravos, incluídos indissolúvelmente no domínio hereditário, "havia de consolidar, escreve PEDRO CALMON, essa aristocracia de emergência, corrompida pela instituição do cativo, explorada pelo comércio, imobilizada, desmoralizada pela ignorância, pela sensualidade e pelo misticismo que lhe floresceram a inatividade."

O senhor de engenho que, só por sua situação econômica, já se considerava erguido à condição de fidalgo; soberano e pai, de uma autoridade quase sem restrições na família patriarcal; vendo no trabalho uma ocupação de escravos,⁵ é um pequeno rei, nas suas sesmarias ilimitadas, com o direito de vida e de morte, ainda que não estabelecido expressamente por lei, "sôbre os que dele dependem, amanhando as terras ou servindo nos engenhos". A igreja, se de um lado amaciava os rigores no exercício desse poder, contribuía, por outro lado, com a sua disciplina modelar, para manter em equilíbrio as relações entre senhores e escravos, enrobustecendo a autoridade daqueles e desenvolvendo nestes o espírito de obediência, de conformidade e de submissão. A redução do corpo social ou a fragmentação da sociedade nesses organismos complexos, nessas propriedades imensas que se bastavam a si mesmas e que as distâncias isolavam umas das outras, manifestava-se com uma nova tendência à feudalização, isto é, à desintegração do todo em partes independentes, com a tendência a enfraquecer as camadas superiores centrais, e preparando nos engenhos de açúcar, em que se concentra a autoridade dos senhores, formas imprevistas de individualismo. Ao contrário, porém, do regime feudal, em que havia traços psicológicos comuns, no nobre e no camponês, e uma mentalidade dominante que coloria tôda vida social, na sociedade brasileira, no segundo século, as diferenças de raças e de culturas e as condições especiais, criadas pelo cativo

⁴ VON SPIX e VON MARTIUS, *Através da Baía*, 2.^a ed. Trad. e notas de PIRAJÁ DA SILVA. 3.^a ed. Série Brasileira, vol. 118, São Paulo, 1938.

⁵ A inatividade dos senhores de engenho e, mais tarde, dos fazendeiros no centro-sul, considerada como um "sinal de classe", parece estar ligada a repugnância do brasileiro pelo trabalho manual ou mecânico em que se ocupavam escravos, durante o longo período do cativo, e que lhes exprimia a condição. O regime de produção e de trabalho que criou o mesmo tipo do aristocrata e da casa grande e o mesmo tipo de escravo e de senzala, desenvolveu, entre os senhores de engenho, observa GILBERTO FREYRE, "o mesmo gosto pelo sofá, pela cadeira de balanço, pela sua cozinha, pela mulher, pelo cavalo, pelo jogo". Já MONTESQUIEU, referindo-se aos peninsulares, ponderava que, "aquele que permanece sentado dez horas por dia consegue precisamente o dóbdo do aprêgo de quem não o está mais que cinco, porque se adquire a nobreza, refestelando-se o homem numa cadeira". (MONTESQUIEU, *Cartas persas*, pág. 168. Trad. de MÁRIO BARRETO). Em Minas Gerais, como afirma SOUTHEY e lembra PEDRO CALMON, nunca se vira homem branco tomar nas mãos um instrumento agrário. (PEDRO CALMON, *Formação brasileira*; SOUTHEY, *História do Brasil*, VI, 480).

que não só hierarquizava mas opunha as duas classes extremas, nada a princípio permitiam de comum entre os senhores de engenho e as massas de escravos. Mas, a psicologia da classe dominante sob o regime patriarcal, em que a casa grande e a capela se ajudavam reciprocamente, se impôs de tal maneira e tão fortemente na sociedade que ela acaba por dar o tom a toda a vida social, submetendo à sua influência não só os escravos, assimilados pelos brancos, mas a população livre dos operários rurais.⁶ Aliás, como frisou GILBERTO FREYRE, "o que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lâmbugem de gente livre, "sanduíchada" entre os extremos antagônicos, foi, em grande parte, contrariada pelos efeitos da miscegenação". Esses cruzamentos que tanto contribuíram para a democratização social e forneceram, com os mestiços, os primeiros elementos de reação contra os senhores de engenho; a ascensão social dos mais aptos dos elementos negróides, a hostilidade crescente entre o campo e as cidades, entre o agricultor e o mercador, e, afinal, o desenvolvimento da burguesia urbana acabaram por solapar pela base a solidez e o prestígio da aristocracia rural dos senhores das casas grandes que representavam, na formação brasileira, "a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé de boi, no sentido da estabilidade patriarcal". A rígida estrutura social que se formou e se manteve, durante quase três séculos, apoiada no açúcar (engenho) e no negro (senzala) e multiplicada pelas imediações do litoral em vastas empresas, dirigidas por senhores brancos e cultivadas por um exército de negros, teve, além de sua função social e econômica, de importância primordial, um papel de primeira ordem, nas refregas com os aborígenes e, mais tarde, com os corsários franceses e os invasores holandeses.

Mas, à medida que as organizações do engenho se multiplicavam, concentrando em torno das casas grandes a população negra, e dando origem à aristocracia rural, com base na monocultura e no trabalho escravo, desenvolvia-se sob o influxo do reino do açúcar e à sombra do esplendor da vida rural, a burguesia das cidades. Eram duas sociedades que se defrontavam, ambas heterogêneas e complexas; uma, solidamente estruturada, outra, igualitária; uma próspera e rica, outra, mergulhada na miséria urbana e que não tardariam a enfrentar-se e a entrar em conflito, com as suas tendências e mentalidades opostas. As pequenas cidades do litoral, com seu aspecto rústico de aldeias, com seu comércio de mascates, seus balcões de fazendas, e suas tavernas de vinhos, fermentavam, na sua população livre constituída de portugueses, geralmente de raça judia, uma nova sociedade mais maleável e dinâmica, em que encontravam condições favoráveis à sua expansão "as tendências semitas do português aventureiro para a mercância e o tráfico". Ainda quando, no século XVII, a civilização era puramente agrícola, já se apresentavam os sintomas da luta que se devia abrir no século seguinte e explodir na guerra dos mascates, entre a nobreza rural, já então comprometida pelas dívidas, e a burguesia urbana em que o mercantilismo de portugueses emigrados ia lentamente erigindo a sua força sobre a ruína dos senhores de engenho. A estrutura social,

⁶ A organização do engenho, fábrica e fortaleza a um tempo, não só forneceu o nosso primeiro produto e a nossa primeira moeda (o açúcar), a máquina mais poderosa de colonização e a viga mestra de nossa organização social, como ainda concorreu notavelmente para defesa da terra ao longo do litoral. Fábrica e fortaleza, com a sua população numerosa, constituída de escravos e de operários rurais, é a casa grande dos engenhos que opôs a mais tenaz resistência à invasão batava, intimamente ligada à história do ciclo da lavoura açucareira, com que se assentou o primeiro marco de nossa civilização. As terras do massapé mantinham, nas imediações do litoral, os engenhos em cujas casas grandes, amuralhadas e construídas à maneira de fortaleza, para resistirem aos embates das tribus indígenas, se forjaram, na organização e na disciplina, as armas para a defesa da colônia contra as sortidas de navios corsários e as invasões holandesas. A própria unidade geográfica do país é, em parte, e ao menos quanto à faixa litorânea, um produto do regime patriarcal de economia em que se formou a aristocracia rural dos senhores de engenho e, mais tarde, já no século XIX, dos grandes senhores da política e do Império.

nas cidades, antes da derrota dos aristocratas de Olinda, em 1710, pelos mercadores de Recife, já se vinha organizando sobre o modelo do sistema patriarcal e escravocrata da colonização: aos solares da aristocracia rural correspondem, a partir do século XVII, os sobrados dos portugueses enriquecidos, cuja famulagem se acotovelava nos porões, como à sombra da casa grande se apinhava a escravaria nas senzalas. "A mansão reproduzia deliberadamente, como assinalou PEDRO CALMON, a hierarquia social: no andar nobre morava o senhor, e ao nível ou abaixo a sua escravatura, havendo muitas famílias que das portas para dentro têm 60, 70 e mais pessoas desnecessárias". Ao contrário, porém, das organizações senhoriais dos engenhos, essa hierarquia social, graduada pela distinção de senhores e escravos, se erguia sobre a massa da população livre de pequenos comerciantes, mascates e oficiais mecânicos que não eram nem senhores nem escravos e constituíam, pela sua maioria preponderante, sua atividade mercantil e pela mistura de raças e culturas, realidades dinâmicas que se desenvolvem no tempo, como forças de nivelamento. Mas, se tendiam a diferenciar-se até a oposição, essas duas sociedades, rural e urbana, que se formaram no litoral e nas suas imediações, mais profundamente diversa delas foi a que se desenvolveu no interior do país, — a dos pastores e criadores do sertão.

A sociedade colonial, dividida no litoral entre os engenhos e as cidades, entre a aristocracia rural e a burguesia urbana, cindiu-se ainda, sob a pressão de causas geográficas e econômicas, entre essas sociedades da faixa litorânea e as do interior que cresceram, como ramos distintos, "sem entendimentos nem aproximações". Enquanto, de fato, se realizava na orla marítima, pela economia de tipo patriarcal, uma empresa singularmente notável de colonização, e se erguia, com a organização dos engenhos, a segunda linha de resistência e defesa da colônia, a marcha do gado, as entradas ao sertão e as bandeiras empreendiam, por força de fatores econômicos, a obra de penetração e conquista da terra. O que geralmente se assinala nesses fenômenos de deslocação de massas que são as bandeiras e as migrações internas, determinadas pela indústria pastoril, com a sua função geográfica e social, não ultrapassa as suas consequências econômicas e de expansão do domínio territorial. Certamente, o século XVIII, graças a esse duplo movimento dos rebanhos, tangidos pelos vaqueiros, à procura de campos e pastagens naturais,⁷ e dos bandeirantes, à caça do índio ou em busca do ouro e de pedrarias, foi o século da conquista e da integração, na pátria que se formava, da imensidade do seu território. As exigências da mão de obra, a sede de ouro e as necessidades da criação pastoril iniciaram e levaram a termo, em dois séculos, a obra política e demográfica, de maior vulto, que se registra em nossa história, e pela qual se

⁷ No Nordeste, "à proporção que se estenderam os latifúndios do açúcar, a área pastoril, como a do mato grosso, observa GILBERTO FREYRE, foi diminuindo rapidamente". A monocultura da cana repeliu o gado para os sertões. O povoamento, porém, do interior, de norte a sul, e na direção de oeste, foi em grande parte, como já notamos, uma função natural desse agente econômico de nossa primitiva organização rural. Mas, é preciso distinguir, com AURÉLIO PÔRTO (*A função sócio-geográfica do gado rio-grandense*, "Jornal do Comércio", 10 de Novembro de 1935). "No norte, no centro-sul, escreve ele, foi o homem, tangendo as suas vacadas, que penetrou no *hinterland*, fixando-se nele, na admirável organização dos currais que abrem caminho ao povoamento da terra. O São Francisco é o conduto maravilhoso da penetração inicial. Logo depois ascende a curva para o norte, tangência os grandes rios e leva até o extremo nordeste a razão de ser do aproveitamento dos campos". No extremo sul, no Rio Grande, observa-se o contrário. "É o boi que chama o homem. É a riqueza econômica já formada (gado e pastagens naturais) e as condições especialíssimas do meio apto para todos os mistérios da criação que atraem o português e o espanhol. E, como um não vence o outro, biparte-se o território, gizando-se as fronteiras a largos traços de sangue. Quer um quer outro, nas reservas magníficas que aí encontram, vão-se abastecer de carnes e couramas. A princípio a ação do português é a de simples tropeiro. As arreadas do gado sobem até Laguna que se provê, nos primeiros albos do século XVIII, das grandes vacarias rio-grandenses. Para a colônia do Sacramento que oscila aos ataques espanhóis, são condutores do gado dos pampas os minuanos que logo se aliam aos portugueses. Mais tarde é o gado que impõe a fixação do homem ao solo e erguem-se, nas imediações do Viamão, as primeiras estâncias. Depois elas se vão disseminando pelos campos contíguos. Mas, o homem na defesa de sua própria fazenda se torna belicoso, pois tem a colidir com os seus os interesses de seus vizinhos, que se vão fixando nos campos translatinos".

expandiu, se desbravou, se reconheceu e se marcou de núcleos de povoamento o território brasileiro. "Fazendo recuar a linha das fronteiras para além do meridiano convencional de Tordezilhas, lembra ANDRÉ CARRAZONNI, os desbravadores de sertões, os batedores de florestas, os animadores de desertos, todos aqueles homens que criaram o heroísmo bandeirante, foram pioneiros da grandeza territorial do Brasil de hoje". E se a fixação do limite do território ou o exercício do poder do império constitui a fronteira que, para RATZEL, "é organismo periférico que avança ou recua, medindo a força ou a fraqueza da sociedade que limita", a dilatação desse território até as suas fronteiras atuais nos dá a medida e a expressão mais vigorosa da imensa força expansionista da sociedade que a realizou. Mas não são menos importantes os efeitos sociais desse movimento de populações e dessa deslocação de fronteiras: a sociedade a que deram lugar, as diferenças profundas que estabeleceram entre o litoral e o sertão e os tipos sociais que criaram e retratam a natureza de suas relações, a sua atividade dispersiva e as origens de sua formação. Esses dois fatos, da mobilidade extrema das populações do interior que se inicia com o movimento da criação pastoril e tem a sua maior expressão no nomadismo aventureiro dos bandeirantes, e a sua heterogeneidade marcada pela coexistência dos três elementos fundamentais (branco, índio e mestiço), contribuíram notavelmente para a expansão do sentimento individualista e das idéias igualitárias e democráticas que caracterizam a sociedade do planalto e do sertão.

Certo, na sociedade colonial, como na sociedade antiga e na ordem feudal, não se tem nem a idéia da humanidade em geral, como o demonstram os sentimentos para com o africano e o índio, nem a do indivíduo, como o revelam as distinções de classes, o regime da escravidão e a pressão que a sociedade exerce sobre o indivíduo. Mas essas distinções e essas pressões são incomparavelmente menores nas sociedades do planalto e do sertão, constituídas na sua maioria de mestiços de brancos com índios, e cuja vida social, "sem casas grandes, mas também sem senzalas", baseada quase que exclusivamente sobre a pecuária e dispersada pela mobilidade das populações, criou, na área pastoril, "um tipo de civilização antagônica ao da civilização do açúcar". É sobretudo do movimento das populações, pela troca incessante de influências, como da mistura de raças, pela hereditariedade, que as classes e as suas diferenças se atenuam, tanto pelas assimilações dos indivíduos que separavam, como pela diferenciação dos indivíduos que encerravam. A atividade bandeirante e a criação pastoril completariam, pelos seus modos de vida, o trabalho de libertação individual: vivendo quase à lei da natureza, grande parte do tempo longe dos seus lares, e afastados de milhares de quilômetros da civilização litorânea, essa raça de mamelucos, autoritários e valentes, habituados a contar consigo mesmos, plasmavam, na atmosfera livre dos sertões, a matéria social mais favorável à constituição de um direito mais individualista de certo modo e mais igualitário. Nas zonas de criação, o contacto direto que estabelecia o sistema de trabalho, entre os trabalhadores, geralmente poucos, e o patrão, colocados em plano de igualdade ou, ao menos, de camaradagem ("ainda hoje, o pião da fazenda de criar, no centro sul, tem o nome simbólico de camarada"), as maiores exigências de natureza técnica que decorem da atividade de piões e de vaqueiros e o fato de serem, por via de regra, livres os trabalhadores da zona pastoril, reduziram consideravelmente a distância social entre os criadores de gado e os seus servidores. Era exatamente o contrário do que se passava na zona açucareira, em que os trabalhadores são escravos, a técnica de produção, senão mais elementar, mais limitada e rotineira, e o patrão, como lembra A. A. DE MELO FRANCO, "podia ficar como ficava acastelado nas suas casas grandes, agindo sobre a negrada dos canaviais e dos engenhos, por

intermédio de prepostos, mestres e feitores". Mais gregário que o sertanejo, o agricultor da mata "não passa da fase familiar de sua evolução, escreve PEDRO CALMON; e os proprietários uniam-se para determinadas cerimônias e pela teia dos casamentos que fixavam a sua pequena aristocracia", nessas sociedades fragmentárias e dispersas, cujos costumes, abalados pela instabilidade da organização social, são adoçados tanto pelo seu caráter democrático quanto pela sua maior acessibilidade aos elementos heterogêneos e pela consciência mais viva dos perigos comuns provenientes do isolamento e das distâncias.

A fisionomia social não se modificou muito no planalto, quando se estabeleceu o ciclo do ouro, com a descoberta e exploração das lavras minerais: nas vilas e cidades que os bandeirantes fundaram ou teem as suas origens nos trabalhos da mineração, cresce uma sociedade nova, sem grandes diferenças de classes, retraída e desconfiada, composta na sua maior parte de mineradores e escravos, comerciantes e mascates, fazendeiros e criadores de gado. Nenhuma sociedade se formou no Brasil sob tão diversas influências étnicas e culturais como esta que teve nascimento nas tropelias das bandeiras e nas lutas entre portugueses e mestiços e tomou impulso com a indústria extrativa do ouro e a exploração de diamantes. Fundada por paulistas que descobriram as minas e acabaram por ser repelidos de suas propriedades, depois do último combate do Rio das Velhas, em 1709, ela sofreu, de um lado, as invasões sucessivas das bandeiras, constituídas de brancos, mestiços e índios, e de outro, os assaltos dos portugueses vindos de Portugal e de várias capitanias e dos sertanejos da Baía, — os "emboabas" que disputaram e arrebataram aos seus descobridores o domínio das regiões mineiras. A essa população de raças misturadas e cruzadas ajuntou-se a dos escravos negros, transportados em levadas para os trabalhos da mineração. Nessas sociedades novas, formadas pela ação rápida de elementos heterogêneos, o mais das vezes destacados de suas famílias e de suas raças, como nas colônias gregas, citadas para exemplo por C. BOUGLÉ, "não são os grupos, mas os indivíduos que se acham em presença (daí o seu caráter individualista); e, entre esses indivíduos que organizam, a concorrência, menos refreada pelo costume, é mais fecunda, as riquezas são mais móveis e as distinções mais rapidamente atenuadas". Daí o seu caráter igualitário. O reino dos metais que se instalou nas montanhas do centro-sul foi, certamente, tão importante do ponto de vista econômico, que suplantou o do açúcar, transferindo para o sul o eixo da vida econômica e política da Colônia; mas do ponto de vista social, nem deu lugar a um novo sistema de estrutura, nem desviou sensivelmente, de suas linhas essenciais, o que já se esboçava no planalto. A deslocação das minas, a riqueza do solo, superficial, a mobilidade das riquezas, a facilidade do lucro, as flutuações próprias dessa indústria extrativa e a rapidez com que se processou a evolução desse ciclo econômico, não proporcionaram aos senhores das lavras que rivalizavam com os dos engenhos na opulência e no fausto, nem o tempo nem as condições favoráveis à estratificação de uma hierarquia social, com a solidez tranquila das "patriarquias aristocráticas", de Pernambuco. É nessas sociedades do planalto, instáveis e heterogêneas, aventureiras e democráticas, que se desenvolve o espírito de liberdade e de emancipação política, a que a Metrópole, apertando-as entre as tenazes do fisco⁸ e com as medidas opressivas na Carta Régia de 1719,

⁸ Sem dúvida, os disparos da fiscalidade atingiam também os domínios senhoriais das famílias aristocráticas, que se formaram na civilização do açúcar; mas, novo senhor feudal, guardadas as proporções e as diferenças de regime, não lhe faltam recursos para se reparar dos golpes da Metrópole e da ganância do fisco. Aliás, a solidez da estrutura social dos engenhos, a riqueza do solo, profunda, a extensão desses vastos domínios, isolados, que se transmitiam, intactos do pai para o primogênito, e as leis que vedavam a execução por dívidas dos senhores de engenho, davam uma grande estabilidade às fortunas acumuladas pela aristocracia da terra. Todas as ofensivas do poder fiscal, que foram outros

fornece o combustível para a explosão nas sedições de Pitangui e de Vila Rica, em 1720; é nelas que se forjam, nos conflitos com a Metrópole, de FILIPE DOS SANTOS A TIRADENTES, em 1789, as primeiras armas da idéia republicana e os primeiros moldes da consciência nacional.

A obra singularmente notável dos missionários que, desde os primórdios da vida colonial, percorreram de norte a sul o Brasil, plantando as raízes do catolicismo no coração de nossa terra e fazendo dele realmente "o cimento de nossa unidade"; e as guerras com franceses e holandeses e, especialmente, contra estes, para cuja expulsão se congregaram, em defesa do solo e da fé, brancos, índios e negros, paulistas, fluminenses, pernambucanos e baianos, já haviam certamente lançado as bases da formação do espírito e da unidade nacional. Mas, a formidável conquista e expansão geográfica, realizadas com a exploração da bacia amazônica, o desenvolvimento da criação pastoril e, sobretudo, no século XVII, com a epopéia dos bandeirantes que atingiram os Andes e chegaram, com MANUEL PRIETO, a transpô-los até a orla do Pacífico, forçando o recuo da linha divisória das Tordezilhas até os limites atuais de nosso território, criaram, por essa deslocação de fronteiras, um tipo de povoação ganglionar, de núcleos dispersos e extremamente distantes uns dos outros. Sob esse aspecto, pelo seu poder expansionista, foi o bandeirismo um fenômeno dissociativo que tendia a desagregar as populações, disseminando-as, em fragmentos, pela vastidão do território. A dispersão da população colonial, cada vez mais rarefeita à medida que se dilatavam as fronteiras e se multiplicavam os centros de povoamento, nas terras descobertas, e as diferenças de tipos de economia e de organização social, de caracteres étnicos, de níveis culturais e tendências políticas, entre o litoral e os sertões, quase de todo desquitados entre si, atenuavam como dissolventes da unidade e da consciência coletiva em formação. As bandeiras, porém, que, por um lado, pulverizaram a sociedade em pequenos grupos, fazendo os saltar por toda parte, como estilhaços, contribuíram, por outro, para assimilá-los e fundí-los, determinando, pela intensidade e frequência dos contactos, com as migrações internas, a maior troca de influências que se realizaram no planalto e no sertão. Misturam-se os povos e, com a descoberta das minas, encontraram-se de novo, nas montanhas mineiras, como nos tabuleiros pernambucanos, na guerra holandesa, brancos, negros, índios e mestiços, povos do norte e do sul, instigados pelo aguilhão do lucro e atraídos pela cobiça do ouro. Das duas línguas que se falavam, — a portuguesa que os meninos iam aprender na escola, e a dos índios que se fala nas famílias, segundo o testemunho de ANTÔNIO VIEIRA —, a língua portuguesa, afirma AIRES DO CASAL, só então, em 1755, começou a predominar e a tornar-se língua geral. As diferenças étnicas e culturais entre os povos do litoral e do norte, em que predominavam portugueses, negros e mestiços do branco com negro, e os do planalto de São Paulo, constituídos de portugueses e espanhóis, mamelucos e índios, cujas famílias viviam intimamente ligadas umas com as outras, começaram a atenuar-se com a fusão de povos e raças, por efeito desses fluxos e refluxos das populações do *hinterland* brasileiro. À ação intensa do bandeirante, descendido de índios e pesquisador de minas de prata e ouro, vem juntar-se o trabalho mais lento, mas nem por isso menos eficaz, do comércio

tantos reveses para os mineiros, quebravam-se contra o poder e a autoridade do senhor do engenho, quando não podia comerciar diretamente com a Metrópole. O açúcar não era somente o produto que explorava; foi ainda, como já se disse, a nossa primeira moeda. É nas mãos dos credores das cidades, a que os levava a sua imprevidência, que tinham de acabar os aristocratas do açúcar, de vida suntuosa e perdulária. Daí a luta que se estabeleceu e terminou com a vitória dos mercadores de Recife em 1710, entre esta cidade, onde dominavam os portugueses, e a de Olinda, centro da aristocracia, sede do bispado e do governo de Pernambuco. O conflito entre a burguesia urbana e a nobreza rural tomou ulteriormente o aspecto de uma reação, contra a Metrópole, na oposição ao governador que apoiava Recife, e, afinal, na bandeira, desfraldada por BERNARDO VIEIRA DE MELO, da República de Olinda, mas de uma república aristocrática, nos moldes da República de Veneza.

feito por tropeiros, intermediários entre o sertão e a costa, "que não se limitavam escreve PEDRO CALMON, a guiar os animais de carga, mas foram ainda o mensageiro, o correio, o negociante ambulante, espalhando ao longo de seus caminhos as idéias e as novidades adquiridas nas cidades".

Assim, pois, quando entrava em declínio a mineração, nos fins do século XVIII, estavam não só latentes, mas vivos, o sentimento da unidade nacional e a idéia da emancipação. É esse o século, não somente da expansão territorial que nele atingira a sua plenitude com os tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), mas também das reações nativistas, — a guerra dos mascates, em Recife, em 1709, a dos emboadas, em Minas, em 1710, as duas conjurações de Vila Rica, a de 1720, que teve seu mártir em FILIPE DOS SANTOS, e a de 1789, em que a figura heróica de TIRADENTES foi o núcleo polarizador daquele fluido místico que irradiava das idéias de liberdade, de estudantes, poetas, sacerdotes e magistrados. No planalto, a gente dos paulistas e dos mineiros tivera, desde os princípios do 3.º século, como a do norte, nos duros transe da campanha contra os holandeses, no 2.º século, o seu batismo de fogo, para estruturar a unidade e a independência da nação, sonhadas nas conjurações e nas trincheiras, e cujo alicerce se cimentara com o sangue de mártires. A comunidade dos perigos corridos e, mais tarde, a lembrança das grandes ações realizadas em comum, "eis por onde de ordinário, observa L. FÉVRE, se confirma e se exalta o sentimento nacional". É em face do inimigo, — constituído a princípio pelo estrangeiro e, depois, pela Metrópole com a sua política fiscal e opressiva —, que os brasileiros começam a reconhecer-se como um mesmo povo. Ao processar-se, no tempo de D. JOÃO VI, o movimento de que resultou a independência da terra, proclamada em 1822 por D. PEDRO I, pode-se dizer que o Brasil já estava unido e constituído. O fator moral da religião, o trabalho de penetração e infiltração do território, o contacto e a mistura das populações a que deu lugar, a unidade fundamental de costumes e de tradições, a unidade de língua que se estabeleceu e os conflitos com a Metrópole, haviam, de fato, plasmado, no solo conquistado e possuído em comum, todos esses elementos que constituem, ligando meios e tipos sociais diferentes,⁹ a solidariedade orgânica e moral de uma nação. Mas, embora menos intensas, as forças que trabalhavam por desagregar a sociedade e o país, atingiram, antes de se instaurar o primeiro Império, uma fase aguda, quer com os fermentos separatistas que abrasavara as províncias mais prósperas do Brasil, quer com a política desvairada da Metrópole que, em desespero de causa, declara a independência das províncias, para afrouxar os laços que as prendiam ao poder central, torna

⁹ As sociedades tão diferentes em que se dividiu a antiga sociedade colonial e a que correspondem três mentalidades distintas, — a do campo, a das cidades no litoral e a do planalto, deram lugar a "tipos sociais" que se formaram e se desenvolveram em climas sociais, não só diversos, mas isolados uns dos outros. Daí as diferenças, às vezes radicais, de atitudes e reações políticas, em face de uma mesma situação. O senhor do engenho, no norte; o senhor do sobrado, tipo de burguês rico, — das cidades do litoral —, que depois se multiplicou pelas do interior; o tropeiro e o mascate; o bandeirante, caçador de caboclos e desbravador de sertões; o fazendeiro, das fazendas de criar, o vaqueiro é o jagunço, tipos sertanejos, e o gaúcho, — o vaqueiro do sul — que se formaram nas zonas de criação, constituem outros tantos tipos sociais a que, no Império, se veem juntar mais tarde o fazendeiro do café, correspondente, no sul, ao aristocrata do açúcar, e produto do mesmo regime da monocultura latifundiária e escravocrata; o caixeiro viajante, intermediário entre as populações sertanejas e as do litoral, com um papel civilizador, e o estancieiro, dos pampas, no Rio Grande. As origens de cada um desses e outros tipos sociais, como e em que época surgiram, a sua função essencial e as funções complementares que os costumes e as necessidades lhes acrescentaram, os seus caracteres e hábitos de vida e o papel social que exerceram, tudo isto já se esclareceu, nas obras de história social ou vive em páginas fortemente evocativas da literatura de ficção. As diversidades desses tipos sociais não são determinadas, porém, apenas pelas diferenças de regimes de economia e de produção (lavoura da cana, indústria pastoril): as condições geográficas das zonas de criação, tão diversas no extremo sul e nos sertões, deram lugar a tipos diferentes de vaqueiros, — o vaqueiro do norte e o gaúcho, que se distingue daquele, pela indumentária, pela linguagem, pelos costumes oriundos do *habitat* do índio cavaleiro, do sul, e pelo seu espírito aventureiro e belicoso. Ambos resistentes e destemerosos, mas o gaúcho, "mais ágil, escreve AURÉLIO PÔRTO (*loc. cit.*), e mais dútil, porque tinha à frente a savana verde interminável para voar no lombo do cavalo, atirando as boleadoras, o laço e enristando a lança, enquanto lá (no norte), vestido de couro, acicatado pelos acúleos das caatingas, o homem sentia, embora correndo atrás das reses tresmalhadas, a hostilidade insuperável da natureza".

sem efeito a instituição dos tribunais de justiça do Rio e tenta fazer regressar a Portugal o Príncipe Regente. A sedição, de tendências nativistas e de caráter republicano que, em 1817, estala em Pernambuco, foi rapidamente jugulada, no governo de D. JOÃO VI, pela energia do CONDE DOS ARCOS, governador da Baía; mas o espírito de desordem e de secessão se propaga, com os desníveis culturais e econômicos de uma região para a outra, com as diferenças de reações políticas de meios e tipos sociais os mais diversos, cujas desinteligências e oposições se agravavam pelas distâncias e pelo isolamento, com o choque entre os naturais e os reinóis, o antagonismo entre nativistas e reacionários e o conflito entre as aspirações de liberdade e as tendências conservadoras.

Tôdas as indecisões e perplexidades, avanços e recuos, que caracterizam a vida política da primeira metade do século XIX, desde a elevação do Brasil a reino e a campanha da independência, e que se atribuem ao espírito irresoluto de D. JOÃO VI e ao temperamento arrebatado de D. PEDRO I, proveem antes do antagonismo de interesses que cindiam a sociedade em facções extremadas, e do divórcio que até esse tempo isolara uns dos outros os vários agrupamentos em que se subdividia o país, comprometendo-lhe a unidade e agitando aos olhos de todos o fantasma de seu desmembramento. O conflito entre o espírito federativo que mergulhava suas raízes no particularismo local das capitanias hereditárias, e as tendências unificadoras do regime monárquico, explodindo em revoltas e sedições das províncias, levanta barreiras entre estas e o govêrno central e torna cada vez mais difícil o acôrdo entre as fôrças políticas em ação. A fraqueza de D. JOÃO VI e a instabilidade de PEDRO DE BRAGANÇA davam, no entanto, a um e a outro, como mais tarde a D. PEDRO II, o espírito de moderação e equilíbrio, essas plasticidades que EUCLIDES DA CUNHA notava em relação ao Príncipe Regente, “para se amoldar ao incoerente da sociedade proteiforme em que surgiu”, e que se mantém através do primeiro reinado e do Império. O que do ponto de vista social subsistia de sólido nessa sociedade, tumultuária e anarquizada, era ainda a aristocracia rural dos senhores do engenho, reacionária às vêzes, sempre conservadora, que se recolhe, desconfiada, enquanto as lutas políticas dilaceravam a burguesia das cidades, arremetendo umas contra as outras as facções mais diversas. A monocultura, o latifúndio e a escravidão que, nas expressões de GILBERTO FREYRE, “condicionaram de modo tão decisivo o desenvolvimento social do Brasil”, deviam fornecer ao Império nascente, uma vez assegurada a ordem, os grandes senhores da política, — os barões das terras do massapê, ao norte, e os aristocratas das fazendas do café, ao sul, já na segunda metade do século XIX. Foi, de fato, no regime da economia patriarcal e na aristocracia rural a que deu lugar, que se apoiou a monarquia para resistir aos embates das lutas políticas, travadas no centro ou desencadeadas à distância, nas províncias. Os choques entre as correntes monárquicas e democráticas, federalistas e unitárias, absolutistas e liberais, e as diferentes reações políticas das províncias, isoladas entre si, refletindo nos violentos debates das câmaras e nas polémicas acirradas da imprensa, nas arruaças e nas sedições locais,¹⁰ criavam uma

¹⁰ Essas revoltas locais, em tôda primeira metade do século XIX, não resultaram somente desses conflitos entre as correntes federalistas e unitárias, absolutistas e liberais. Mantém-se ainda vivo, por todo esse período, o sentimento nativista, com suas explosões periódicas, nos maiores redutos de portugueses. As reações contra os reinóis, mais violentas, como era natural, no Brasil colônia, recrudesceram, por ocasião da independência, sobretudo na guerra da independência na Baía, — “esse pedaço transatlântico de Portugal”, na frase de HUMBERTO DE CAMPOS. Mas, na rebelião prairieira, liberal e social que rebentou na província de Pernambuco, em 1848 e 1849, com reivindicações socialistas, irrompe o sentimento nativista com uma violência surpreendente. “O simples fato de ter sido ferido no dia 26 de Junho de 1848 um estudante brasileiro do Liceu por um português, conta-nos FIGUEIRA DE MELO, deu lugar à carnificina e espancamentos desse dia e do seguinte, em que ao grito de *mata marinheiro* sucumbiram alguns portugueses que pacificamente se entregavam ao comércio”. Formulou-se então, uma petição à assembleia legislativa provincial, em que se pedia, além da convocação de uma Assembleia Constituinte

atmosfera eletrizada de tempestades e elevavam a manutenção da ordem ao primeiro plano das cogitações da política do Império. Nessa sociedade heterogênea, inconsistente e instável, trabalhada por dissensões intestinas e por ofensivas diretas contra a unidade nacional e contra o Estado, não se sustentaram no poder senão os que tiveram a coragem de renunciar aos ideais de doutrina para se amoldarem à realidade múltipla e complexa, extremamente mudável, ou se serviram dos princípios como meras táticas oportunas de ação, variáveis conforme as fases dos acontecimentos.

Os grandes homens foram, por essa época tormentosa, os arquitetos da ordem social e política, como essa figura notável de JOSÉ BONIFÁCIO que ocupou as ruínas de um temporal que ele mesmo ajudara a desencadear, e cujo ministério, ameaçado pelo movimento libertador, logo depois de proclamada a Independência, "salvou a revolução, escreve EUCLIDES DA CUNHA, com uma política terrível de Saturno: esmagando os revolucionários". Não foi outro, depois de 7 de Abril, o papel da Regência que se instituiu "como um ponderador das agitações nacionais: um volante regulando a potência revólta de tantas forças disparatadas". No período da Regência, os três maiores homens do tempo, o que fizeram, de fato, foi restaurar a ordem no caos político, aglutinando essas forças sem coesão e caldeando-as em dois partidos que haviam de encher a história do Império: EVARISTO DA VEIGA salvou o princípio monárquico, "identificado então com a unidade da pátria"; sob o pulso de ferro do Pe. DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ, que restaurou a autoridade civil, dobrava-se, jugulada, a anarquia demagógica, e BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS surgiu das fileiras liberais, com tôdas as forças de sua energia indomável, para a campanha contra a desordem. "Fui liberal, — explicava ele mais tarde a sua nova atitude —, então a liberdade era nova no país, e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria o risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia". A idéia republicana que ainda no período colonial, tivera em 1789, a sua mais bela expressão idealista na Inconfidência Mineira, e inspirara os dois vigorosos movimentos de Pernambuco, o de 1817 e o de 1824, sofrera golpe profundo com a reação monárquica que promovera a Regência, mas para irromper, com violência desmedida, antes de terminar êsse período, na guerra dos Farrapos. Nessa campanha que durou dez anos, de 1835 a 1845, circunscrita ao Rio Grande,¹¹ e se travou para "a independência política, debaixo dos

para tratar de uma reforma social que se harmonizasse com o progresso liberal, "a exclusão dos estrangeiros do comércio a retalho, e a expulsão de todos os portugueses solteiros, dentro de 15 dias, como inimigos implacáveis do Brasil". (J. M. FIGUEIRA DE MELO, *Crônica da Rebelião Praieira* em 1848 e 1849. Tipografia do Brasil, de J. J. DA ROCHA, rua dos Ciganos, n.º 32, Rio de Janeiro, 1850).

¹¹ Os erros da administração da província, os impostos excessivos e o recrutamento foram o estopim que se alastrou para deflagrar o movimento que, embora com fortes tendências separatistas, no seu desafio ao governo central, gravitava, como escreve CELSO VIEIRA, apoiado no texto de 29 de Agosto de 1838, "para uma remota confederação brasileira". (*Evolução do pensamento republicano no Brasil*. In "À margem da história da República", págs. 35-55, Rio de Janeiro). Mas, as idéias federalistas e republicanas encontravam na terra e na paisagem social do Rio Grande um meio verdadeiramente favorável à sua eclosão. A terra, com suas Coxilhas e seus pampas, de horizontes ilimitados, "que nivelam as cousas e as gentes", e a atividade pastoril que, pela sua própria natureza, põe no mesmo pé de igualdade piões e estancieiros, vaqueiros e patrões, haviam modelado no sul um tipo original, cavalheiresco e belicoso, vigorosamente individualista e com tendências igualitárias. Ele não se distinguia de outros tipos sociais, no Brasil, nem sobretudo pela sua linguagem, de inflexões castelhanas, especialmente nas fronteiras e pelos seus costumes característicos que nos fazem associar sempre à imagem do gaúcho o churrasco, o chimarrão e as bombachas. A vida social, criada pela indústria pastoril, dera ao gaúcho maneiras de ser, de sentir e de agir que, sendo comuns aos tipos pastoris do norte, tomaram, como já se viu, um cunho particular nas savanas do sul. "O camarada, o pião, aqui ou ali, ao norte, no centro ou ao sul, observa ILDEFONSO SIMÕES LOPES; é mais um companheiro de jornada do que um obscuro servçal. Com êle dormimos por vezes ao relento. Com êle repartimos a frugal matula nas grandes travessias pelas matas e pelos campos. Êle também vibra conosco nos rodeios quando, nos bons anos, aumenta o número de animais de marca do patrão. As nossas famílias não se desdenham do convívio com as deles".

auspícios do sistema republicano”, na República de Piratini, desenvolveu-se, em episódios de uma intensidade dramática, a mais robusta demonstração de força que registra a nossa história, das idéias federalistas e republicanas. Mas antes mesmo de sufocada a revolução Farroupilha e pacificada a província por CAXIAS, que durante três anos estivera fazendo a guerra, pelo regime e pela unidade nacional, já entrava em declínio o princípio democrático, e tôdas as forças políticas, canalizadas em dois grupos fortemente organizados, já começavam a aparelhar-se para a luta que ia durar quase meio século, por todo o período do segundo Império. Depois de 1836, a história política do Brasil se resume, de fato, como observou o BARÃO DO RIO BRANCO, “na luta dos dois partidos, — o conservador e o liberal”.

A vaga republicana reflue pouco a pouco e às fileiras liberais se recolhem, para defesa das liberdades públicas, dentro do regime monárquico, os remanescentes dos partidos democráticos radicais. A partir de 1845, sufocadas uma por uma as revoltas das províncias, o Império vai se consolidando pelo jôgo livre do mecanismo constitucional, já possível no embate e na utilização dessas duas forças organizadas entre as quais se equilibrava e que se revezavam no poder e na oposição. Amainaram as tempestades políticas desencadeadas pelas paixões facciosas; e, em lugar das intervenções temporárias e limitadas, impostas pelas circunstâncias e necessidades momentâneas, uma ação contínua e permanente dos dois partidos, permitindo uma situação de equilíbrio que assegurou à monarquia um período de esplendor entre 1855 e 1864 e para a qual D. PEDRO II havia de concorrer com seu temperamento liberal e seu espírito de moderação. Mas, enquanto a unificação política se realizava pelo Império que centraliza a autoridade e desloca para a côrte o eixo de gravitação da vida pública, o estado social permanece sem transformações sensíveis por tôda a extensão do território. A mesma dispersão e descontinuidade de uma sociedade rarefeita, que se espalhara irregularmente pelo país, fragmentada em núcleos à maneira de ilhotas de um vasto arquipélago, na lúcida imagem de NESTOR DUARTE, e desdobrada como “descosida trama, tênue e larga, sem força de tentáculos para associar e promover a comunhão”. A mesma disparidade entre a área da expansão social e a área da eficiência política, a que se referia OLIVEIRA VIANA, essa sorte de heterocronia que vinha desde o 1.º século “entre a marcha territorial da sociedade e a marcha territorial do poder, essa sorte de discordância entre os dois perímetros, o social e o político, sendo que êste é sempre incomparavelmente menor do que aquele”. E, devido a êsse antagonismo do deserto e das distâncias, o mesmo desequilíbrio, senão um desequilíbrio crescente entre os homens do sertão e os do litoral, entre uma elite cultural educada à européia e capaz de elevar-se às alturas de um sistema político nascido na Inglaterra, e a massa da escravaria e das populações livres, mas rudes e incultas, difundidas e trespalhadas pelos recessos mais profundos dos sertões ou perdidas no insulamento das chapadas.¹² Nesse estado social e político que se caracterizava pela inexistência de uma sociedade esclarecida e politicamente organizada e de que não podia sair um corpo eleitoral capaz e responsável, as elites, reduzidas em número e em qualidade, com algumas figuras de primeira grandeza, eram, como conti-

¹² “Ilustrados nos publicistas europeus, versando temas que não tinham relação com o meio, os mais brilhantes estadistas, observa GILBERTO AMADO, não eram por certo os mais úteis. O seu trabalho político, consistia em bordar sobre assuntos do dia, — empréstimos externos, reformas da legislação criminal ou civil, direito orçamentário, questões partidárias ou eleitorais —, grandes e belos discursos que poderiam figurar, pelos assuntos, nos anais parlamentares da França e da Inglaterra. Nos chamados menos cultos, isto é, num Paraná, num Itaboraí, num Cotegipe mais tarde, se sentia a experiência que comunica o trato dos negócios, o cuidado da observação, a matéria dos fatos dando aos seus discursos a textura resistente das realidades”. (G. AMADO, *As instituições políticas e o meio social no Brasil*. In “A margem da história da República”, pág. 57-79, edição do *Anuário do Brasil*, Rio de Janeiro).

nuaram a ser na República, escrevia eu em 1936, "uma frágil casca de refinação aplicada sobre corpos geográficos enormes, ainda elementares ou caóticos; pequenas aristocracias cultivadas, mas cujo suporte humano não é senão um bloco primitivo, amorfo e mal talhado".¹³

Mas diversos fatores de ordem econômica e social trabalhavam na mudança da estrutura do país e ameaçavam subtrair ao Império, com a decadência da aristocracia territorial e a marcha para a abolição, a sua principal base de sustentação e de resistência: os senhores e os escravos. Os centros urbanos do litoral e do planalto serviram, sem dúvida, de pontos de apoio a um forte sistema administrativo que se estendera a todo o país, recobriu, sem extinguir o que restava do sistema federativo, e consolidou na mesma medida o poder do Imperador, tornando-se o Rio de Janeiro o centro de uma vasta administração. O funcionalismo numeroso a que deu lugar e que tinha de crescer desmedidamente, mais tarde, por todo o regime republicano, era, na justa observação de GILBERTO AMADO, uma espécie de coletivismo, apoiado no tesouro público, e cujos elementos se recrutavam entre "bacharéis, médicos e engenheiros, antigos senhores nas suas descendências arruinadas, filhos de escravos, de mestiços e de mulatos, distribuídos pelas funções públicas, pelas carreiras liberais". Foi a escravidão que, tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho (rural ou mecânico) ocupação de negros, os mestiços e brancos julgar-se-iam desonrados nele". Os centros urbanos, no entanto, como o Rio e São Paulo, sem perderem o caráter político e administrativo, começam então a transformar-se, sob o influxo de fatores econômicos, de um melhor sistema de articulação e de transportes, da imigração mediterrânea e das mudanças sobrevindas na distribuição das populações, com repercussões profundas na organização social e política. Na segunda metade do século XIX, em que se inaugurava um período de vibração e de iniciativas econômicas, como bancos, fábricas, empresas, estradas de ferro e companhias de navegação, a entrada de imigrantes e do capital estrangeiro, embora em pequena escala, a facilidade de crédito, a acessibilidade do capital, mais abundante, e realizações de toda ordem, tendem, de fato, a transformar a velha estrutura rural do país, ainda apoiada na escravidão, e a fisionomia urbana, dominada pelo funcionalismo. As crises de 1851, 1857 e 1864, — crises de crescimento, como as qualificou VÍTOR VIANA, resultaram dessas transformações técnicas e econômicas que se produziram e da facilidade de emitir para incitar a circulação da riqueza e favorecer essas transformações. Precedida por um F. CALDEIRA BRANDT, no alvorecer do século XIX, na Baía, e por um J. RAMOS DE OLIVEIRA, em Pernambuco;¹⁴ preparada e secundada depois por TAVARES BASTOS, CAPANEMA, TEÓFILO OTONI, MARIANO PROCÓPIO e TEIXEIRA LEITE, a ação vigorosamente desenvolvida pelo VISCONDE DE MAUÁ, — grande pioneiro do progresso tecnológico que arrastou na sua órbita inteligências-satélites de primeira ordem no trato de negócios —, marcou o ponto crítico de uma pequena revolução industrial, que abortou, devido às condições especiais, ainda extremamente desfavoráveis, do meio nacional.

Apesar do esforço empreendedor dos pioneiros da técnica industrial, essa política realista, orientada para os grandes problemas práticos da economia

¹³ *Educação e seus problemas*. Política e educação. 1.^a conferência pronunciada a 23 de Outubro de 1936, na Universidade de São Paulo.

¹⁴ Cf. VÍTOR VIANA, *O Banco do Brasil*, pág. 362; V. CORREIA FILHO, *A iniciativa de Caldeira Brandt*. In "Jornal do Comércio", de 3 de Outubro de 1937.

nacional, não podia, de fato, encontrar ambiente de receptividade nem na aristocracia da terra, com o seu velho modo de produção agrícola, dependente do trabalho servil nem na burguesia urbana, com seu comércio e a sua indústria rudimentares pulverizadas em pequenas empresas. Nem entre conservadores nem entre liberais. Uma vez que a experiência tivesse provado as vantagens do trabalho livre e das grandes empresas industriais e agrícolas, o sistema tinha de generalizar-se como uma grave ameaça aos conservadores, em geral proprietários de terras e de escravos, com seu poder medíocre de produção. Os liberais, esses, dominados por uma concepção romântica de política, não viam na abolição, de que encaravam antes os aspectos morais e humanos, senão uma etapa na marcha das idéias liberais até a vitória do princípio democrático. Era impossível estabelecer uma concordância entre as transformações técnicas e econômicas, de um lado, e as mudanças sociais e políticas de outro, perante o tremendo desvio angular que a mentalidade jurídica criara entre o econômico e o social. No advento dos liberais ao poder, propiciado pelo Imperador, marcava-se o início de uma "política de suicídio dinástico", a que D. PEDRO II se aventurara "sem compreender talvez que o trono assentava na aristocracia territorial e que o enfraquecimento desta traria em consequência o enfraquecimento do trono". Aquela situação de equilíbrio a que atingira a política imperial em 1862, exprime, como observa GILBERTO AMADO, "a plenitude da maré cheia. Tinha começado entretanto a vazante conservadora e ia pronunciar-se a forte corrente democrática. Um acontecimento inesperado deteve-a, porém. Foi a Guerra do Paraguai". Depois da longa campanha (1864-1870), travada no sul, e que tanto contribuiu para estreitar os laços que prendiam brasileiros de quase tôdas as províncias, brancos, mestiços e negros, fundindo as populações nos campos de batalha, nas glórias e nos sofrimentos comuns, reacendem-se as paixões políticas e rompe com uma nova intensidade no parlamento e nos comícios públicos, a luta pelo princípio federativo retomado com vigor no manifesto republicano de 70, pela abolição da escravatura e, de maneira geral, pelas idéias liberais. A diferenciação e complicação crescente das sociedades urbanas, fragmentadas já em grande número de grupos; a marcha progressiva das idéias liberais e a própria centralização que, não se opondo à complicação social, longe de lhe ser contrária, preparava à democracia, já vinham alargando caminho ao curso da corrente republicana. Foi, porém, da abolição da escravatura que veio o golpe decisivo. A substituição do regime do trabalho servil pelo do trabalho livre, solapando as próprias bases da economia agrária e da aristocracia rural e, portanto, os alicerces econômicos do Império, fez com que em pouco mais de um ano, desmoronasse afinal o trono, a que a questão religiosa e a questão militar haviam subtraído outros dois pontos de apoio, representados pelas forças conservadoras da igreja e do exército.

O Império representou, em nossa evolução política, o esforço de unificação, suficiente para que se implantasse a República sem os dois perigos da fragmentação e do caudilhismo. A monarquia, pela ação da força centrípeta que desenvolvem as instituições dinásticas, teve um papel histórico na formação da nacionalidade: foi a primeira força que interveio para instaurar a ordem no caos social e tirar dêsse tumulto efeitos políticos, e, quer sufocando as sedições locais e as revoltas nas províncias, quer mantendo equilíbrio entre as duas correntes organizadas em partidos, pôde consolidar a unidade do país, transmitindo intacta à República a herança territorial legada pelos nossos antepassados. Mas tanto o Império, que não pôde subtrair-se às tenazes do bloqueio liberal, como a República Federativa que lhe sucedeu, eram super-estruturas decalcadas em modelos teóricos por uma elite sem povo e sem



80. Fortaleza de Monte Serrat (que data da época da invasão holandesa). Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



81. *Fortaleza de Santo Antônio (1772) em Salvador, Baía.*
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



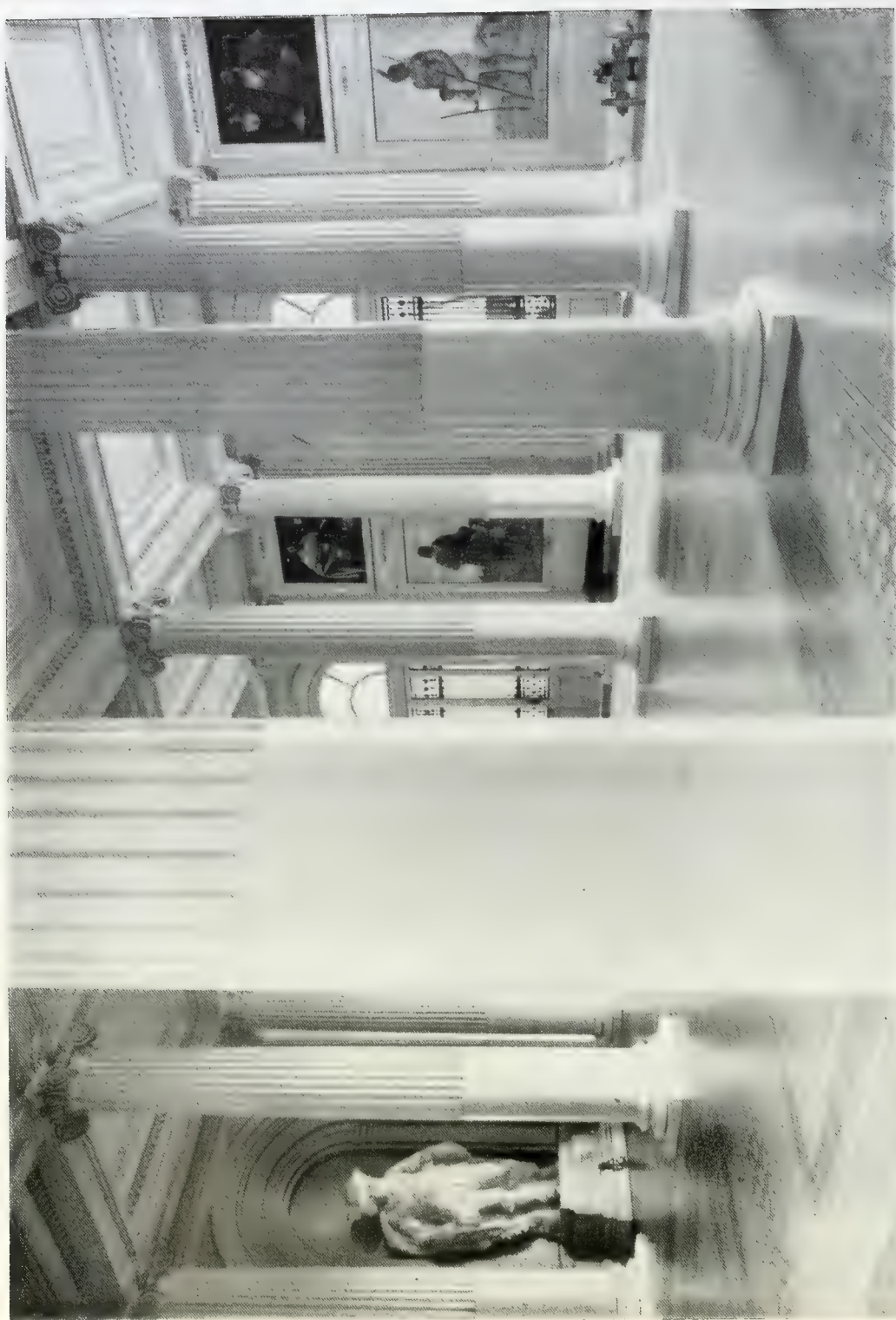
82. *Batalha dos Guararapes. Óleo de VITOR MEIRELES.
Foto REMBRANDT.*



83. A partida da Monção. Óleo de ALMEIDA JUNIOR.
Foto do Museu Paulista.



84. *Bandeirantes*. Óleo de HENRIQUE BERNARDELLI.
Foto CARLOS.



85. Os primeiros povoadores e FERNÃO DIAS PAIS LEME.
Peristilo, lado esquerdo, do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.



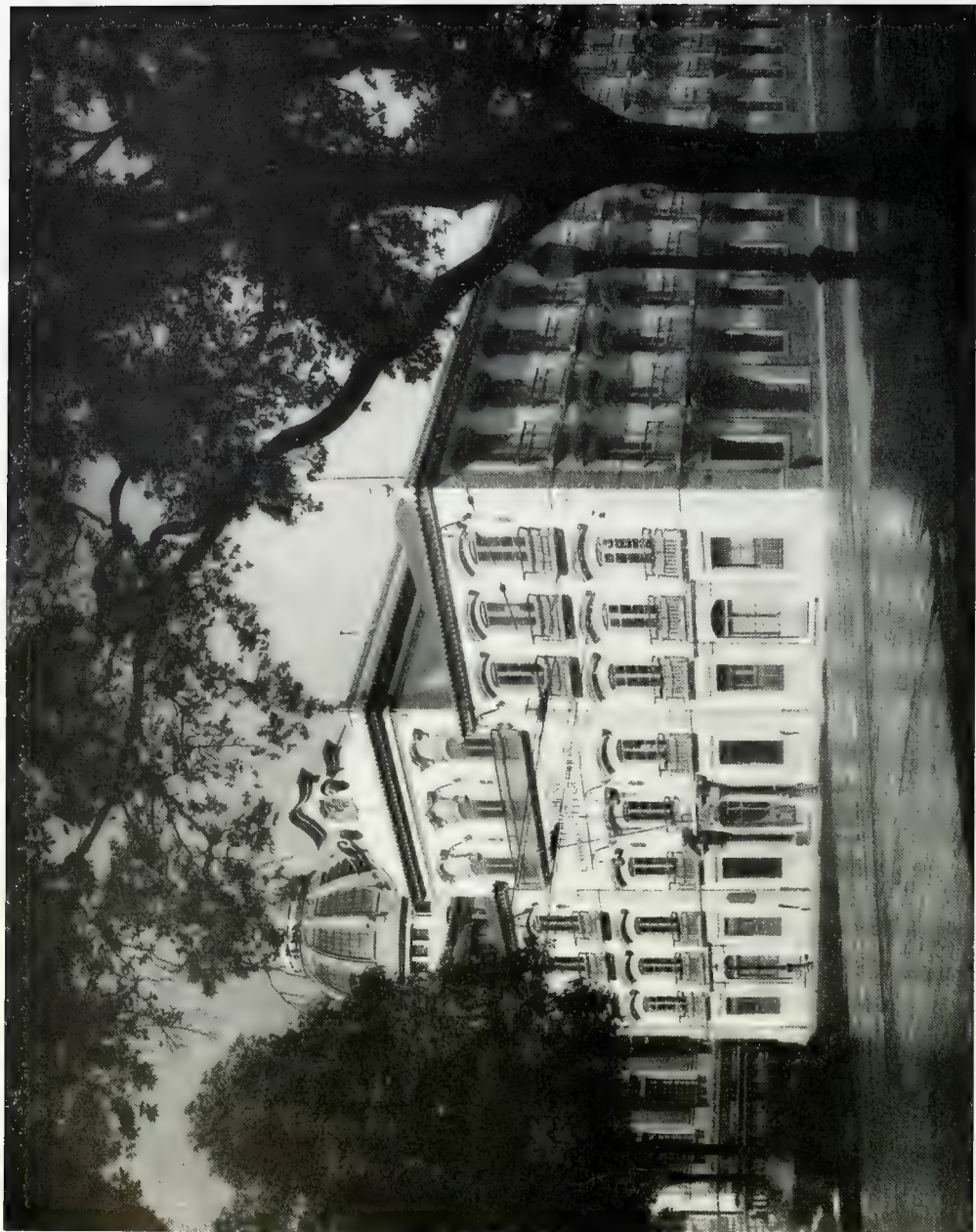
86. *Palácio da Justiça, que data de 1660. Salvador, Baía.*
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

87. *Ouro Preto. Praça Tiradentes.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.





88. *Panteon da Inconfidência (antiga penitenciária). Ouro Preto.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



89. Antigo Palácio dos Vice-Reis e Palácio Imperial (hoje Departamento dos Correios e Telégrafos).
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



90. D. JOÃO VI. Óleo anônimo, talvez de JOSÉ LEANDRO DE CARVALHO. Igreja do Rosário, Rio de Janeiro.
Foto VOSYLIUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.



91. *Independência ou Morte*. Óleo de PEDRO AMÉRICO.
Reprodução da tela que se conserva no Salão de Honra do Museu Paulista.
Foto do Museu Paulista.



92. JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA,
o patriarca da Independência.
Foto do Museu Paulista.



93. *Sagração de Pedro I. Óleo de J. B. DEBRET.*
Foto REMBRANDT.



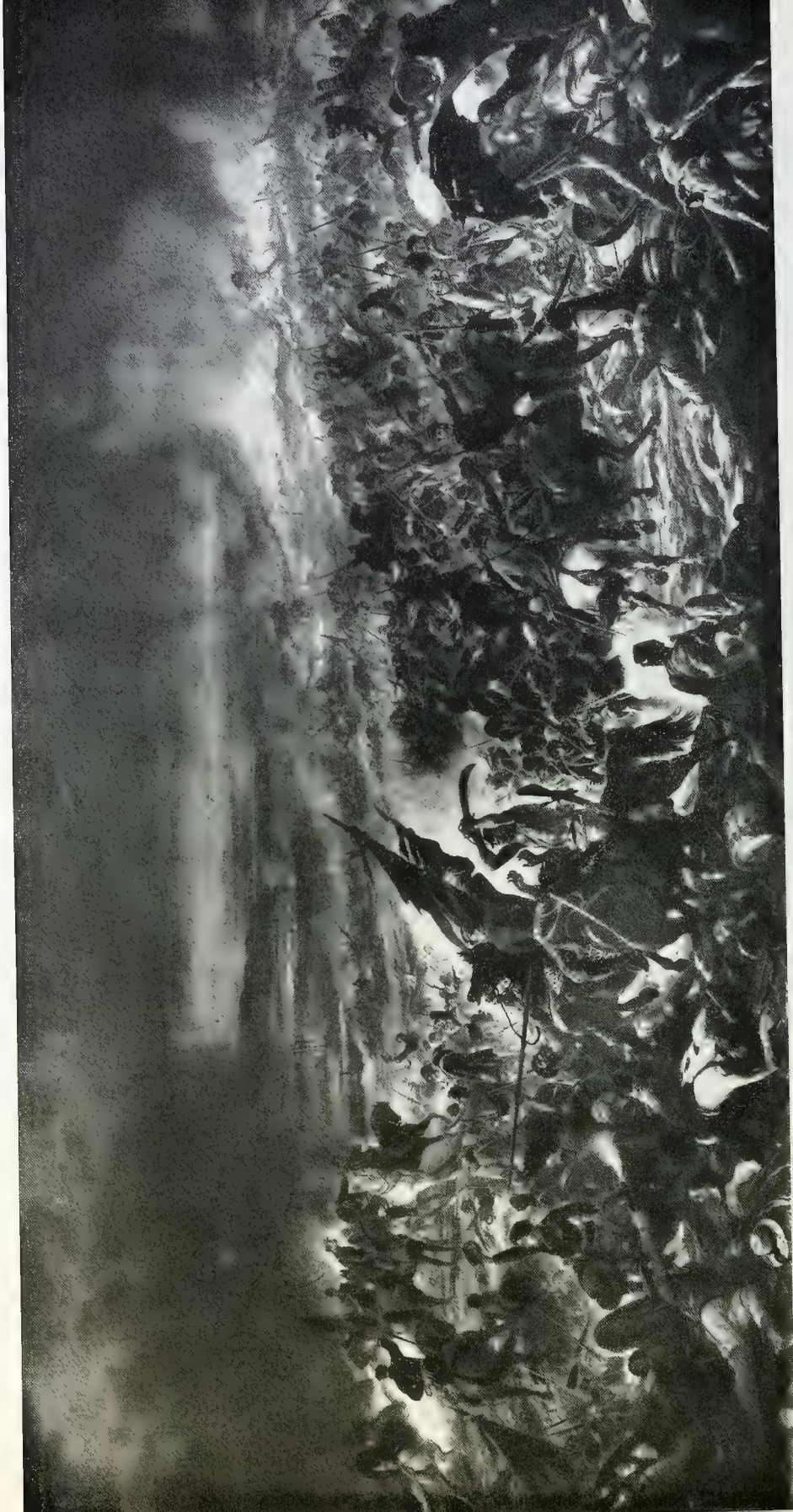
94. *Palácio da Aclamação em Salvador, Bahia.*
Foto VOLTAIRE FRAGA. Urbo Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



95. PEDRO II, *antes da maioridade*, em 1840.



96. PEDRO II, *Imperador*. Óleo de PEDRO AMÉRICO.
Foto REMBRANDT.



97. *Batalha do Avaí.* Óleo de PEDRO AMÉRICO.
Foto REMBRANDT.



98. *Batalha naval do Riachuelo*. Óleo de VÍTOR MEIRELES.
Foto REMBRANDT.



Duque de Caxias

99. Duque de CAXIAS, o Pacificador (LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Rio de Janeiro, 1803-1880), que, pela sua obra inestimável de militar e político, pacificando províncias, salvou e consolidou a unidade da Pátria.

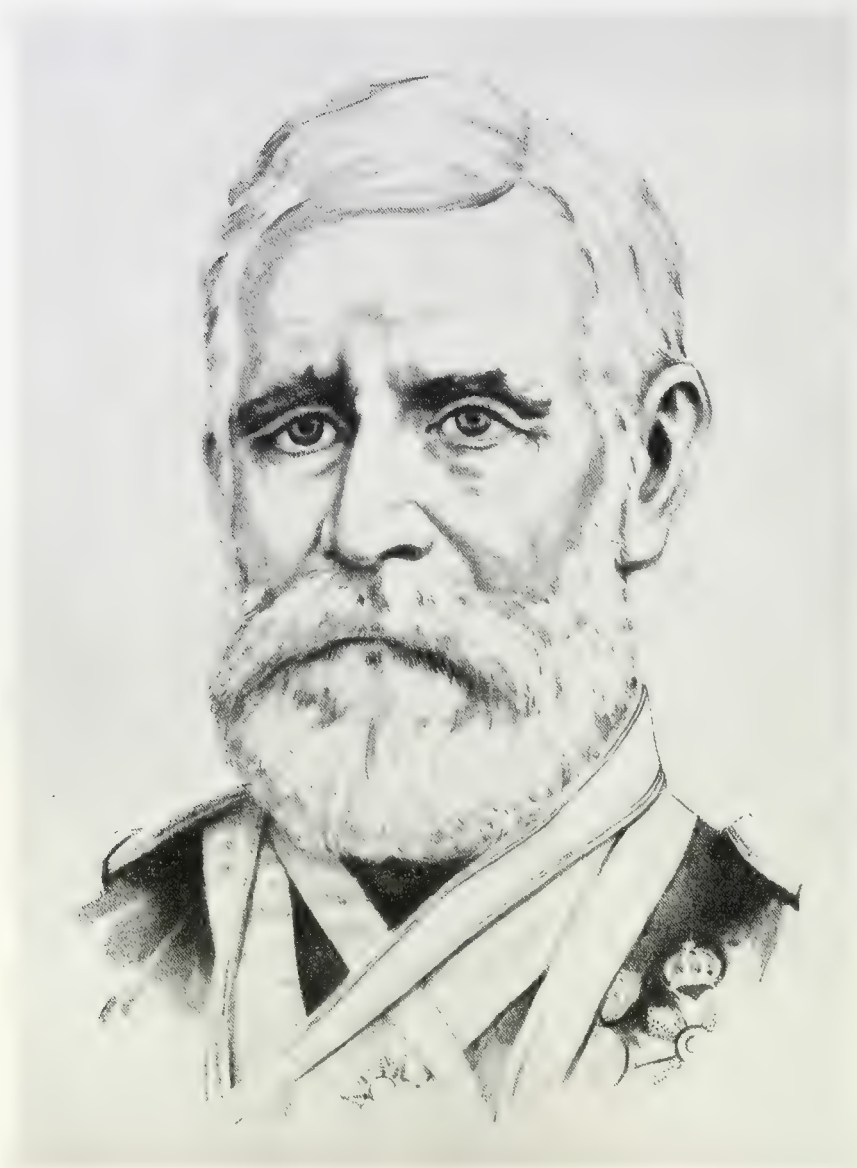
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



Manuel de Osório

100. General MANUEL LUIZ OSÓRIO, Marquês do ERVAL (Rio Grande do Sul, 1808-Rio de Janeiro, 1879), glória do exército nacional e um dos heróis da guerra do Paraguai.

Foto: da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



Barão do Amazonas

101. Almirante BARROSO (FRANCISCO MANUEL BARROSO, Barão do Amazonas, Portugal, 1804-Uruguaí, 1882), vencedor da batalha do Riachuelo, "um dos maiores feitos navais de que reza a história".
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.

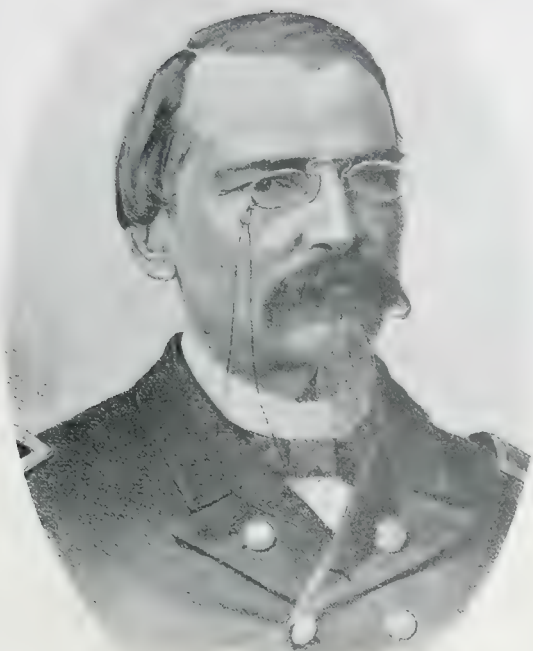


Joaquim Marques Lisboa

102. Almirante, Marquês de TAMANDARÉ (JOAQUIM MARQUES LISBOA, Rio Grande do Sul, 1807-Rio de Janeiro, 1897), um dos grandes vultos da marinha nacional.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



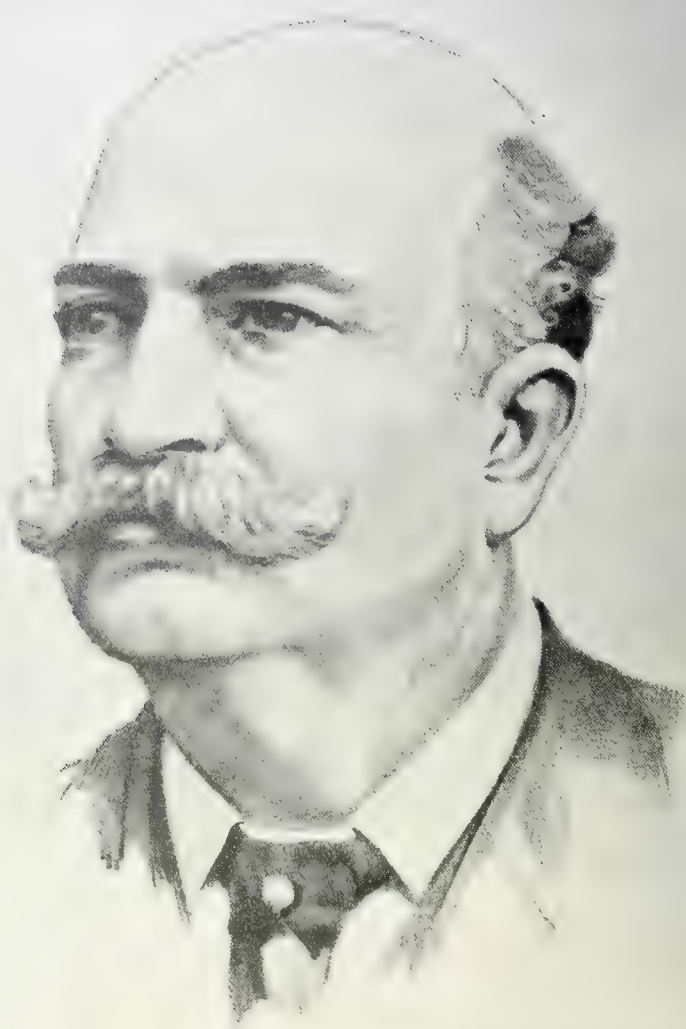
103. Catedral de Petrópolis, na qual jazem os restos mortais do Imperador PEDRO II e da Imperatriz.
Foto PREISING. Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 19.



104. BENJAMIM CONSTANT BOTELHO
DE MAGALHÃES, o fundador da
República.

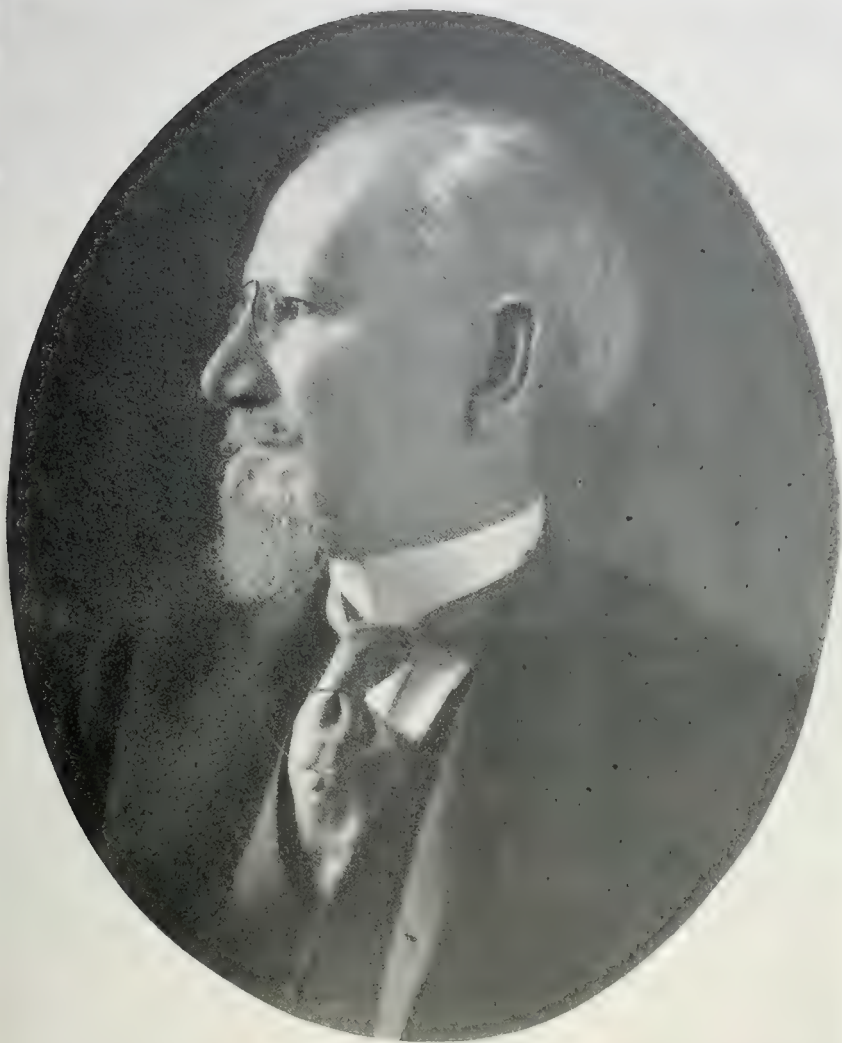


105. O Conselheiro RUI BARBOSA, o
principal autor da Constituição de 1891.
— Fotografia da época do Governo
Provisório, 1890.



Barão do Rio Branco

106. Barão do RIO BRANCO (JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, Rio de Janeiro, 1845-1912), notável historiador, geógrafo e diplomata, o "Deus Terminus" do Brasil, na expressão de RUI BARBOSA.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



107. O Conselheiro RODRIGUES ALVES, que presidiu à transformação da cidade do Rio de Janeiro, com o Prefeito F. PEREIRA PASSOS e à obra de extinção da febre amarela, com OSVALDO CRUZ.



organização da opinião pública, minadas pelas lutas partidárias, político-militares, e emperradas pela burocracia de profissão, que tornava laborioso o seu processo de adaptação às formas e condições da vida social. Esse duplo movimento das idéias e das cousas, no seu longo curso através do Império, e o sucesso da filosofia individualista, de base religiosa e política, auxiliado pela abolição do cativo, pela imigração e pelo surto industrial, acabaram por demolir os quadros da vida política que eram também os quadros da vida social. A predominância quase exclusiva dos senhores do engenho, no norte, e dos fazendeiros de café, no sul, — classe dirigente, à qual eram geralmente reservadas as altas funções do governo central como às da administração local, não podia sustentar-se por muito tempo, com a destruição, pela base, da riqueza e preponderância das zonas açucareiras e da cultura do café que se apoiavam, uma e outra, no braço escravo. A abolição devastara e arruinara a grande propriedade, onde senhores e fazendeiros tinham montado, com o trabalho servil, as suas vastas culturas: o abandono de velhas propriedades agrícolas, a transmissão, por compra, à burguesia urbana ou ao patrimônio público, de palácios e vivendas aristocráticas no sul e a decadência dos domínios senhoriais, mostram à evidência até que ponto atingira a desorganização trazida à economia agrária pela lei 13 de Maio que extinguiu o regime da escravidão. A estrutura social e econômica, porém, permanecia quase a mesma, baseada ainda na monocultura latifundiária que retardou a divisão da grande propriedade e, portanto, a democratização da terra, expandindo-se novamente em São Paulo que pôde conservar a sua aristocracia territorial graças às correntes de imigração e ao capital estrangeiro. A classe média que não forma nunca, no seio de uma nação, um corpo compacto e uma parte bem distinta do todo; que participa sempre um pouco das outras classes e, em alguns pontos, se confunde com elas, essa, estendeu-se e se enriqueceu, sem se organizar, com os movimentos intensos que determinam as variações bruscas, nos períodos de transição, da escala social das profissões e das fortunas.

Mas, se a implantação do regime republicano foi uma vitória dessa classe média, insurgida contra a escravidão, a monarquia e a aristocracia, e ajudada, nessa luta, pelos desertores da nobreza rural, o poder político, antigamente real ou aristocrata, não se tornou popular senão teoricamente, continuando associados, na realidade, o velho poderio econômico e o novo poder político. É que, quando se proclamou a República, ainda não se havia desenvolvido o capitalismo industrial e, com êle, um proletariado ponderável; o capitalismo, por essa época, ainda estava na fase comercial e vivia consequentemente da exploração de produtos agrícolas nativos. A nova elite que se constituía, extraída da burguesia urbana, formada, em geral, de doutores, médicos, engenheiros e, sobretudo, advogados, tinha de procurar, como procurou, um de seus pontos de apoio na aristocracia territorial que, em São Paulo, se reerguia com as grandes lavouras capitalizadas, dirigidas por fazendeiros e cultivadas por legiões de colonos, e se restaurava, ao norte, com a rápida assimilação do negro, já libertado, na nova economia capitalista e pela reconstrução da riqueza nas zonas açucareiras. A política nacional, dominada a crise militar, e restabelecida a autoridade civil, com PRUDENTE DE MORAIS, passaria a gravitar em torno do eixo constituído por São Paulo e Minas, onde imperavam fazendeiros e criadores, e reforçado, de um lado, por Pernambuco e pela Baía, ao norte, e, ao sul, pelo Rio Grande, com a sua já poderosa indústria pastoril. A união de Minas e de São Paulo não só permitia o equilíbrio entre o norte e o sul, representados respectivamente pelo bloco setentrional e pelo grande Estado fronteiriço, distante e insulado, como arrastava, na sua órbita, os Estados menores, como satélites de um sistema político. As mais graves crises na-

cionais ou se resolviam pela força de coesão dos dois Estados do planalto central, que mantinham em suas mãos as grandes alavancas de comando, ou se desencadeavam em lutas e comoções intestinas, tôdas as vêzes que se desarticulava essa aliança e, se deslocava, para o norte ou para o sul, o eixo de gravitação da política nacional. Se, na estrutura desse sistema, variava de uma região para outra o centro de impulsão da vida política, e às vêzes, como na campanha civilista encabeçada por RUI BARBOSA, com uma tal força que chegou a atuar em tôdas as suas articulações motrizes, onde se instalou, na República, o maior núcleo de resistência das forças de conservação, foi nos Estados centrais e, especialmente, em São Paulo, em que se formou a nova aristocracia territorial. Não se pode dizer que a idéia democrática tenha sido sistematicamente burlada pela própria classe latifundiária, novamente erigida em classe governante, quer diretamente pela posse do poder, quer utilizando-se do poder político e pondo êste a serviço do poder econômico. Se, de fato, essa aristocracia territorial aprofundou as diferenças de classes e converteu as instituições democráticas em manto dissimulador de um novo despotismo, — o despotismo oligárquico que ela favoreceu e sustentou —, é certo que essa unificação da política republicana em torno da monocultura latifundiária, de possuidores de terras, fazendeiros, criadores e senhores de engenho, foi, dentro do sistema federativo, um corretivo de primeira ordem às tendências descentralizadoras.

Certamente, dada a expansão progressiva do princípio federativo que mergulhava suas raízes na tradição e extraía tôda a sua força do caráter de isolamento e de diferenciação autonômica das províncias, formadas de um modo geral em torno das antigas capitanias, não podia surpreender que ao unitarismo do regime imperial sucedesse o federalismo vencedor em 1889, com o golpe de Estado que abateu o trono e instituiu o regime republicano. O federalismo pareceu a todos a melhor forma e a única suscetível de manter a unidade nacional, em um povo, de formação étnica e estrutura social heterogêneas, cujas unidades, constituídas pelas províncias do Império, separadas por grandes distâncias, em meios físicos e climatéricos diversos, se haviam desenvolvido em um regime de autonomia administrativa e de particularismo econômico. Mas, se a República não podia tomar senão a forma federativa nem poderia consolidar-se senão mediante a garantia e a coordenação das franquias regionais, o federalismo, sem o complemento essencial de partidos nacionais, trouxe em seu seio os germes que deviam pôr em perigo a vitalidade do regime e provocar a reação contra as prerrogativas dos Estados. A descentralização levada ao extremo entrouvrou a obra de reorganização nacional e, promovendo a substituição de partidos nacionais por partidos locais e a formação de verdadeiras oligarquias, semelhantes a essas “patriarquias aristocráticas” do Império a que se referia SAINT-HILAIRE, permitiu a monopolização do poder político pelos partidos regionais dominantes, dirigidos pelas grandes famílias. Esses partidos que a princípio, nas duas primeiras décadas republicanas, ainda lutavam por idéias, já não apresentam senão programas imprecisos, cujo ponto capital parece reduzir-se à montagem da máquina eleitoral e à conquista e exploração do poder político; são, em poucas palavras, para empregar expressões de M. OSTROGORSKY,¹⁵ “grandes fábricas de opiniões que se arriscam a mecanizar tudo e tendem a substituir por um govêrno de máquina um govêrno de homens responsáveis”. As reformas sociais, econômicas e pedagógicas, do govêrno central ou dos govêrnos locais, quando não se reduzem a pretextos, abrem oportunidades à colocação de pessoas protegidas,

¹⁵ M. OSTROGORSKY, *La démocratie et l'organisation des partis politiques*. 2 vols. Calmann Lévy, Paris, 1903.

e os próprios afluxos do capital estrangeiro tornam mais fácil essa proliferação de cargos públicos, "resultante da superabundância de dinheiro no tesouro que, escreve GILBERTO AMADO, não sabiam como aplicar homens que não tinham obrigação de prestar contas, à opinião inexistente, de seus atos bons ou maus".¹⁶ As convenções políticas em que todos os interesses são representados, menos o interesse geral, estão nas mãos de manejadores de homens profissionais, a que se refere OSTROGORSKY e que empregam todos os meios para fazer prevalecer as vistas que previamente fixaram. Desencadeando a luta por toda espécie de métodos; distribuindo, segundo os serviços prestados ou a hostilidade testemunhada ao partido, recompensas e punições de toda natureza, eles chegam a um grau de poder incontrastável, nos seus esforços por estabelecer unanimidades maciças, anular as personalidades para submetê-las à disciplina do partido e prosseguir na política de eliminação dos valores que formam a base moral e intelectual da civilização.

Assim, "instituídos para assegurar de uma parte o funcionamento de um governo cada vez mais complexo e, de outra, a livre expressão das opiniões de cidadãos, cada vez mais numerosos", segundo a observação de M. OSTROGORSKY,¹⁷ os partidos tornaram-se cada vez mais incapazes de servirem de instrumentos de governo e não fizeram senão abafar, sob uma opinião fictícia, entretida pelo conformismo exterior imposto à maioria, qualquer movimento real de opinião. Os grandes poderes públicos, caídos sob sua dependência, enervam-se; a administração entrava-se; diminui a autoridade dos líderes absorvidos pelas necessidades e cuidados eleitorais; e como não é perante o público que os homens políticos são responsáveis, o que os preocupa não são os verdadeiros interesses do público. Quanto à opinião "ela aparece antes deformada do que refletida por todo esse sistema. Ela, a bem dizer, revolta-se algumas vezes e quebra a máquina: guarda o seu poder repressivo mas perdeu o seu poder preventivo. Manipulada pelos partidos ou esmagada por eles, não chega senão a constituir uma atmosfera de frouxidão geral". A política

¹⁶ Os partidos tornaram-se, dessa forma, verdadeiras "agências de colocações", manobrando o funcionalismo como uma clientela eleitoral e pondo a administração a serviço dessa política de um personalismo agressivo e de horizontes domésticos. O afealdismo ou nepotismo, — expressões que a princípio designavam a transmissão, de pais a filhos ou de tios a sobrinhos, de cargos públicos ou eletivos, e passaram a exprimir depois, de um modo geral, a proteção dispensada a indivíduos no interesse pessoal e partidário, contribuíam para a estratificação dos corpos políticos e tendiam a fazer da administração e da política uma espécie de classes fechadas, à maneira de castas, dominadas por um grupo de "monopolizadores políticos" que controlam a máquina do Estado. As "derrubadas" que marcavam, nas lutas mais violentas, a vitória de um partido organizado ou de um agrupamento transitório sobre o outro, constituíam o processo de expurgo do funcionalismo e das câmaras políticas dos principais elementos ligados às facções vencidas. Mas essa estrutura política, rigidamente hierarquizada, montada sobre a burocracia de profissão e apoiada pelo fazendeiro e pelo doutor (bacharel e médico), ligava-se, pelo ápice, aos poderes públicos absorvidos por homens de partido e articulava-se, pela base, às camadas populares: o capanga e o cabo eleitoral são tipos característicos que se formaram, como consequências do alargamento dos corpos políticos e pela necessidade de ligar os chefes, por intermediários, ao corpo eleitoral, inconsistente e flutuante.

¹⁷ As conclusões a que chegou M. OSTROGORSKY, na sua análise penetrante da organização dos partidos políticos (*op. cit.*), embora baseadas em observações sobre partidos na Inglaterra e, especialmente, na América do Norte, lançam uma luz intensa sobre os partidos que se formaram, no Brasil, no Império e na República, e que não foram ainda suficientemente estudados na sua gênese, nas diversas fases de seu desenvolvimento e quanto aos seus métodos de ação. É que há certamente tendências comuns, essas que OSTROGORSKY procura desprender, na análise social dessas formações políticas, e que se revelam ou parecem revelar-se por toda parte em que a democracia se organiza em partidos ou em que os partidos passam a constituir moedas essenciais do mecanismo da vida política. Mas é preciso não perder de vista as diferenças de formação social, dos caracteres nacionais e dos antecedentes históricos. Essas organizações naturais, úteis e, em todo o caso, inevitáveis num regime democrático, encontram evidentemente, nas condições particulares de cada meio e na sua formação social e política, a explicação das formas que revestem, de suas tendências especiais e de seus processos de ação, bem como dos serviços que prestaram ou dos riscos que fizeram correr à democracia. Assim, por exemplo, no Brasil, devido à nossa organização industrial que somente tomou impulso mais vigoroso em 1920, não exerceram tão grande influência, como na América do Norte, essas alianças de "interesses sinistros" em que os monopolizadores políticos se associavam aos monopolizadores econômicos, armados, pelas suas fortunas imensas, de um poder inconcebível; mas, entre nós, a fragmentação da opinião em "partidos locais", no regime republicano, desenvolvendo em alto grau o personalismo dos chefes, o espírito regionalista e as tendências de dominação, e, portanto, de exploração da causa pública, comprometeu, ainda mais seriamente, a vitalidade e a solidez das instituições democráticas. (Cfr. A. TÖRRES, *A organização nacional*. Série Brasileira, vol. 27, Comp. Editora Nacional, São Paulo. 1933; OLIVEIRA VIANA, *O idealismo na constituição*, Rio, 1927).

dos governadores, a organização de polícias militarizadas, como pequenos exércitos capazes de fazer face ao governo central, o apêlo frequente à força e à indisciplina e as crises militares, produzidas pela exploração política dos quartéis, denunciavam não só a fraqueza do Estado, em luta com forças tão disparatadas, mas "a ausência de um sentimento público em que as instituições políticas pudessem apoiar-se e ganhar, por sua vez, outra ascendência no sentimento e no ideal coletivo". Que as idéias democráticas não se afinavam ainda com o padrão cultural existente, provam-no não só as lutas prolongadas que se sustentaram para a sua implantação mas as crises e revoluções que puseram em perigo, mais de uma vez, as instituições e os esforços desenvolvidos para conserva-las: "suficientemente fortes para minar a velha ordem política, escreve S. LOWRIE, mostraram-se demasiado inconsistentes para tornarem a base efetiva de uma nova ordem política". Por maior, pois, que tenha sido o valor de algumas figuras eminentes que se agitaram no cenário político, durante esse período, — como PRUDENTE DE MORAIS, CAMPOS SALES e RODRIGUES ALVES, oradores parlamentares verdadeiramente notáveis como RUI BARBOSA, e diplomatas de um alto descortino, qual foi RIO BRANCO, o *Deus Terminus*, fixador de nossas fronteiras, — eles não conseguiram nem podiam conseguir, pelo seu prestígio e ação pessoal, senão iluminar às vezes de um brilho intenso as instituições democráticas que oscilavam sobre a base precária e flutuante de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e assegurar a solidez do sistema representativo. No choque entre o idealismo de RUI BARBOSA que encarnava em sua pureza os ideais democráticos e colocara a serviço deles toda a sua eloquência incomparável e o realismo de PINHEIRO MACHADO que se levantara, com toda a sua energia de caudilho, como uma força autoritária de disciplina e de coordenação, tinha de prevalecer esta última corrente que jogava com a máquina política, se dispensava de apelos ao povo e à opinião e contava, para dominar, com a grande maioria indiferente e amorfa que subsistia, na República, — como "um prolongamento da colônia, formando o *caput mortuum* do grande organismo nacional".

Mas o grande impulso que tomou a imigração mediterrânea; a prosperidade que se instalou no sul, com a monocultura latifundiária, baseada no trabalho livre, e permitiu a inversão de capitais brasileiros na indústria; o afluxo, em maior escala, do capital estrangeiro, e as próprias crises do café, de que resultou entre outros efeitos, o transbordamento, dos campos para as cidades, do *excessit* de colonos, tudo isto concorreu vigorosamente para determinar, a partir de 1920, o maior surto industrial que registra a história econômica do país. Transforma-se a fisionomia social no Rio de Janeiro, nos grandes centros do planalto e em algumas regiões do norte e do sul, em Pernambuco e no Rio Grande; e o desenvolvimento das indústrias, o progresso dos novos meios de transportes e os fenômenos de concentração urbana não só agem diretamente sobre os hábitos de vida, a mentalidade e a própria moralidade dos grupos, mas produzem o efeito de uma corrente econômica poderosa, geradora de um espírito de associação de que as comunidades urbanas, já mais condensadas e de vida mais intensa, não foram senão uma de suas múltiplas manifestações. Mas, ao mesmo tempo que se alarga esse espírito de organização, a divisão do trabalho, com todos os seus efeitos, determinada pela complicação crescente do sistema social, prepara nos centros de aglomeração urbana em que se instala, formas imprevisas de individualismo. E, se se considerar que esses fenômenos de transformações técnicas e industriais e de concentração coletiva se produzem em alguns pontos esparsos do território, nas imediações do litoral, adquirindo uma intensidade maior em São Paulo, compreender-se-á que, antes de servirem de instrumentos de assimilação das

populações, começaram por acentuar as causas das diferenças econômicas e culturais que as desnivelam em planos diversos de prosperidade e são ligadas, em grande parte, às diversidades de condições físicas, climáticas e demográficas. "Colocado entre o norte, intransigentemente português e o extremo sul ligeiramente espanhol, São Paulo, escrevia HUMBERTO DE CAMPOS em 1919, é uma fatia de mortadela de Bolonha, a separar num *sandwich* as metades de um mesmo pão geográfico. Os seus vizinhos imediatos, as gentes que veem sofrendo pouco a pouco os efeitos de sua influência civilizadora, não percebem essa diferença pela suavidade de transição. O nortista, principalmente o que procede da região sertaneja, é que verifica, ao simples contacto, a mudança radical do cenário e do drama humano". O alto grau atingido pela cultura, vegetal e humana, e pela técnica industrial, especialmente em São Paulo, deslocava, de fato, para esse Estado o predomínio nos dois ramos de produção e, aumentando-lhe a capacidade de criar, de renovar e de produzir, e, portanto, a sua aptidão civilizadora, tinha de forçosamente conservá-lo, ainda que liberal nas reformas políticas, nas retaguardas reacionárias, quanto às reformas sociais e econômicas.

A propriedade latifundiária ainda se mantinha, no início desse surto industrial, residindo à base de nossa economia, tanto no sul, com a riqueza verde dos cafezais, como no norte, em que, com o advento da usina, se recompôs o primitivo latifúndio. "O senhor da terra emigrou, escreve DUARTE LIMA, cedendo lugar ao senhor de indústria que, de longe, no seu escritório da cidade, administra a máquina prodigiosa que multiplica a produção". No sul, paralelamente com o desenvolvimento que tomaram as indústrias, estendem-se as grandes fazendas com as suas instalações modernas e as suas casas senhoriais, e atinge a proporções nunca vistas a produção da lavoura em que ainda parecia assentar-se a viga mestra da economia nacional. A falta de braços para a lavoura, com a diminuição das correntes imigratórias, e de recursos para o seu custeio e, sobretudo, a crise de 1929, com as dificuldades financeiras, vieram contribuir, porém, para o retalhamento de alguns latifúndios paulistas e a disseminação em maior escala, da pequena propriedade que tomara antes um grande impulso, pelo fracionamento em lotes, nas zonas de terras esgotadas e nas regiões em que a broca produzira devastações mais profundas nas culturas. Se o número de propriedades agrícolas, de 1930 para 1934, cresceu em São Paulo de 110 975, atingindo, nesse último ano, a 274 740, quando as estatísticas oficiais registraram 163 765, em 1930, essa diferença não foi certamente devida ao fracionamento apenas de latifúndios existentes em 1931, mas de propriedades médias e pequenas, espalhadas por todo o interior do Estado. Mas, ainda reduzida às suas proporções devidas,¹⁵ não se pode contestar que

¹⁵ Em país de tamanha extensão territorial e de tão fraca densidade demográfica, o latifúndio é um fato normal que tem um papel da maior importância não só na economia, como ainda na conquista à civilização de regiões despovoadas ou quase desertas. É por ele que começa o povoamento, e a sua fragmentação progressiva não é mais do que um ponto de chegada de um longo processo de evolução, acelerado por causas econômicas e demográficas. Que o latifúndio ainda existe no próprio Estado em que a propriedade sofreu maior fracionamento, basta para prová-lo o fato de que, sendo de 2 100 o número de proprietários de mais de 500 alqueires em São Paulo, a área total dessas propriedades (3 073 359) é quase equivalente à superfície total ocupada pelos 22 749 proprietários, cujas terras variam de mais de 50 a 500 alqueires, e superior à área total ocupada pelos 249 990 pequenos proprietários de 5 a 50 alqueires de terras. Se considerarmos pequena a propriedade de menos de 50 alqueires; média, a de 50 a 200, e grande, a de mais de 200 alqueires, verificaremos que em São Paulo, em 1934, se encontram 249 990 pequenas, 18 819 médias e 5 931 grandes propriedades com uma área total de 8 726 335 alqueires. Dessa área total, 2 492 852 alqueires, são distribuídos pela pequena propriedade, isto é, por 249 990 proprietários; 1 886 124 alqueires pela média propriedade, isto é, por 18 819 proprietários, e 4 347 378 alqueires pela grande propriedade, isto é, por 5 931 proprietários. Mas só os 2 001 senhores de mais de 500 alqueires cobrem uma área total superior a toda a área (2 492 852) repartida entre 249 990 pequenos proprietários. Destes, 106 572 dispõem de menos de 5 alqueires; 70 400, de 5 a 10; 49 253, de 10 a 25, e 23 765, de 25 a 50 alqueires. Vêde Estatística agrícola-zootécnica, publicada pela Secretaria da Agricultura, 1933; Recenseamento agrícola-zootécnico, realizado em São Paulo em 1934; cfr. AGUINALDO COSTA, *O latifúndio em São Paulo*. In revista "Problemas", São Paulo, 1936.

a democratização pela terra já começava a processar-se no centro sul, pelo duplo fato do fracionamento da grande propriedade e da sub-divisão das médias e pequenas propriedades, repartindo-se por grande número de proprietários rurais a posse e a exploração das terras cultivadas, quase monopolizadas anteriormente por uma pequena minoria de grandes senhores de terras. Esse duplo fenômeno de que resultou a substituição progressiva do regime da monocultura pelo da policultura, intensificou-se, como se vê, por efeito da crise do café, em 1929, tão fecunda em consequências econômicas, sociais e políticas. Foi por ela, com efeito, que se aplainou o caminho à revolução de 30, — um plano de revolução liberal abortada que se fez contra-revolução; desmantelara-se, com o desmoronamento econômico, a máquina política do Estado e encerrava-se o domínio das “grandes famílias”. O novo poderio econômico deslocava-se para uma classe de homens, e o velho poder político para outra: nessa desagregação da lavoura, e na dissociação que dela resultou, entre a economia e a política, já estava o germe de um processo revolucionário cujas verdadeiras causas eram dissimuladas pela massa de fatos políticos, sucedendo-se com rapidez, e de que um conjunto de fatores internos e externos devia forçosamente retardar a resolução.

A revolução de 30 varre os antigos quadros políticos, procurando, fora deles, novas forças em que se apoiar; e nos antagonismos de interesses econômicos, nos choques das novas correntes políticas e dos elementos do antigo regime que se esforçam por sobreviver às instituições extintas, nos conflitos entre a autoridade civil e a força militar, põe-se à prova rude a resistência das idéias democráticas que não tardam a render-se aos assaltos das tendências autoritárias. As crenças relativas ao poder, transformando-se, por toda parte, e as necessidades da vida econômica tendem a modificar o poder político que muda de mãos e de natureza, para entrar, em 1934, em uma nova experiência democrática, com que se encerrou, três anos depois, a crise política aberta pela decomposição do liberalismo constitucional. Todo esse período que se estende de 1931 a 1937, de agitações políticas, de desconfiança em relação às fórmulas antigas e de hesitação à margem de soluções novas, não constitui, politicamente, nem progresso nem regresso total, mas “uma fase de incubação”. As indústrias, por um lado, adquirindo novo impulso e diversificando-se, conforme os meios regionais, em especializações que se completam, tendem a tornar-se um dos instrumentos mais capazes de assegurar uma verdadeira unidade nacional, pelo entrelaçamento dos interesses econômicos. Mas o movimento democrático parece estar na razão inversa do desenvolvimento da grande indústria. As distâncias por outro lado, se estão longe de ser suprimidas, reduzem-se consideravelmente pela rapidez dos meios de locomoção, pelo desenvolvimento da aviação comercial e militar e, sobretudo, pelo rádio que, permitindo um contacto direto entre os homens em situação central e o povo, disseminado, à distância, pôde assimilar grandes países ao Estado-cidade, da civilização antiga, desenvolvendo o prestígio do chefe e do líder, reduzindo a importância dos representantes e dos parlamentos que já não são intermediários efetivos entre os eleitores e o governo. A centralização é novamente julgada o único meio de resguardar a unidade moral e política e de resolver as antinomias que subsistem no jogo das forças econômicas da vida nacional: o novo regime instituído, com apoio nas forças armadas, pelo golpe revolucionário de 10 de Novembro de 1937, em que desfechou a crise do liberalismo no seio da democracia brasileira, acentua as tendências do presidencialismo, restaura a autoridade central, dissolve o parlamento e os partidos políticos, — essas máquinas que parecia quase impossível desmontar —, assume o controle do poder e da nação e,

cerceando as prerrogativas regionais, marca o recuo do federalismo para a centralização. É uma fase nova que se inaugura e em que o princípio da ordem, da unidade e da defesa nacional se impõe novamente, com toda a sua força, como no período da Regência; e a sociedade agora centralizada, pois todas as sociedades centralizadas são igualitárias, — evolue para o igualitarismo, impelida por grandes reformas sociais e econômicas,¹⁹ enquanto se realiza um dos maiores esforços de unificação e de reconstrução, num espírito e em bases eminentemente nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO (Gilberto) — *As instituições políticas e o meio social no Brasil*. In "À margem da história da República". Inquérito por escritores da geração nascida com a República, págs. 57-78, Rio de Janeiro, 1923.
- BONFIM (Manuel) — *O Brasil na América*. Caracterização da formação brasileira. 1 vol. Livraria Francisco Alves, Rio, 1929; 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 47, Comp. Editora Nacional, São Paulo.
- CALMON (Pedro) — *História social do Brasil*. 1.^o tomo: Espírito da sociedade colonial; 2.^o tomo: Espírito da sociedade imperial. Série Brasileira, vols. 40, 83. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935, 1937.
- CALÓGERAS (J. Pandiá) — *Formação histórica do Brasil*. 2.^a ed. Série, Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935; *Estudos históricos e políticos (Res nostra)*. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 74, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- CUNHA (Euclides da) — *À margem da história*. Págs. 213-309. Da Independência à República (esboço político). 3.^a ed. Livraria Chardron, Pôrto, 1922.
- DUARTE (Nestor) — *A ordem privada e a organização política nacional*. Contribuição à sociologia política brasileira. Série Brasileira, vol. 172. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Livraria Schmidt, Rio, 1933; *Sobrados, e mucambos*. Declinação do patriarcado rural no Brasil. Série Brasileira, vol. 64, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935; *O nordeste*, Livraria José Olímpio, Rio, 1937.
- HOLANDA (Sérgio B.) — *Raízes do Brasil*. Coleção "Documentos Brasileiros". Livraria José Olímpio, Rio, 1936.
- LICÍNIO CARDOSO (Vicente) — *À margem da história do Brasil*. Série Brasileira, vol. 13, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- LIRA (Heitor) — *História de D. Pedro II*. Vol. 1 (1825-1870); vol. 2 (1870-1880). Série Brasileira, vol. 133 e 133-A, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- MAGALHÃES (Basilio) — *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 2.^a ed. aumentada. Série Brasileira, vol. 45, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- MONTEIRO (Tobias) — *História do Império* (A elaboração da independência). Rio de Janeiro, 1927.
- NABUCO (Joaquim) — *Um estadista do Império*. 3 vols., Paris, 1898-1900.
- NORMANO (J. F.) — *Brazil*. A study of economic types. Chapel Hill. The University of North Carolina press, 1935.

¹⁹ As sociedades evoluem para a igualdade, e depois da igualdade civil e política, é reclamada sempre a igualdade econômica; mas, como já se constatou, todas as sociedades centralizadas são igualitárias e as mais igualitárias são as mais centralizadas. Aliás parece que, "se a democracia existe por toda parte e está no ponto de por toda parte existir, é porque as aristocracias verdadeiras, escreve E. FAGUET, não suportam a centralização, resultado das distâncias suprimidas". Legisladores ou revolucionários que prometem a um tempo a igualdade e a liberdade, de duas uma, lembrava GOETHE: ou são visionários ou são charlatões. A centralização favorece, sem dúvida, a evolução para o igualitarismo e prepara a democracia que pode, sem perder a sua essência, revestir formas novas e pressupõe, pela própria natureza do regime, uma opinião tão esclarecida quanto organizada senão em toda a área de expansão social, ao menos em todo o território atingido pela marcha do poder político.

- PRADO JÚNIOR (Caio) — *A evolução política do Brasil*. Ensaio de interpretação materialista da história. São Paulo, 1934.
- OLIVEIRA LIMA — *Formation historique de la nationalité brésilienne*. 1 vol. Paris; *Formação histórica do Brasil*. Série Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo.
- RANGEL (Godofredo) — *Rumos e perspectivas*. Especialmente: págs. 43-71, *A Sociedade brasileira no primeiro reinado*. 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 26, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- SAINT-HILAIRE (A. de) — *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822). Trad. Série Brasileira, vol. 5; *Segunda viagem ao interior do Brasil*. Trad. Série Brasileira, vol. 72, Comp. Editora Nacional, São Paulo.
- SIMONSEN (Roberto) — *A história econômica do Brasil*. Série Brasileira, vol. 100, tomos 1 e 2, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- SOARES QUINTAS (Amaro) — *A gênese do espírito republicano em Pernambuco e a revolução de 1817*. Contribuição ao estudo da história da República. Imprensa industrial. Rua do Apolo, 82. Recife, 1939.
- TAVARES DE LIRA (A.) — *Organização política e administrativa do Brasil* (Colônia, Império, República). Comp. Editora Nacional, São Paulo.
- VIEIRA (Celso) — *A evolução do pensamento republicano no Brasil*. In "À margem da história da República", págs. 35-55. Ed. do Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1923.
- WERNECK SODRÉ (Nélson) — *Panorama do segundo Império*. Série Brasileira, vol. 170, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
-

CAPÍTULO V

Psicologia do povo brasileiro

Análise do caráter coletivo — A interpenetração das culturas afro-índias e da civilização ibérica — O branco escravizador e a miscegenação — O resultado do encontro das três culturas iniciais — A concordância e a incompatibilidade de certos traços originários — Alguns traços fundamentais — O predomínio do afetivo, do irracional e do místico — Atitude em face da vida — Resignação fatalista — Tolerância e hospitalidade — Instinto de reação de defesa: reserva e irreverência — O humor brasileiro — Plasticidade na adaptação às situações novas — O desinteresse econômico — Imprevidência e dissipação — Sensibilidade delicada e excitável — Inteligência vivaz e superficial — Falta de espírito positivo, de objetividade e de exatidão — Vontade explosiva — Capacidade de grandes esforços — Ação feita de impulsões, sem constância e sem espírito de continuidade — Valor que se atribue à pessoa humana — Individualismo anárquico — O individualismo impedindo a concentração política — Ausência de espírito de cooperação — Povo de pioneiros — Prestígio pessoal e hierarquia social — O homem do litoral e o homem do sertão — Norte e sul — Diversidade de tipos regionais e unidade fundamental — As transformações de mentalidade e suas causas internas e externas.

NÃO é somente pelas particularidades de sua vida, de seus costumes, de sua língua e de suas instituições que um povo ou, mais geralmente, um grupo humano se distingue dos outros. É também pelo seu temperamento e caráter coletivo. Produto de grande variedade de fatores, geográficos, étnicos, econômicos e sociais, dos quais os dois primeiros têm um papel importante mas não preponderante, na sua formação, o caráter coletivo é uma síntese de elementos os mais diversos, concordantes e resistentes, que se combinam ou tendem a combinar-se, marcando a fisionomia original de um povo ou de uma nação. “Um temperamento coletivo ou individual, frisa E. DURKHEIM, é cousa eminentemente complexa e não poderia ser traduzida numa simples fórmula. O caráter, nos grupos como entre particulares, é o próprio sistema de todos os elementos mentais; é o que faz a sua unidade. Mas essa unidade não se prende simplesmente à preponderância, mais ou menos marcada, de tal ou qual tendência particular”. Não é, pois, generalizando observações de indivíduos, mas analisando o meio natural e, mais do que este, o meio humano, as instituições e a evolução histórica e social de cada povo, que se torna possível reconstituir, ao menos nos elementos fundamentais, o seu caráter, — “explicável êle mesmo não por uma causa única, geográfica ou racial, mas por uma convergência de influências múltiplas”. As grandes forças naturais, como o meio físico, o clima e a raça, modelam, de fato, profunda-

mente um povo no momento em que sua alma é virgem ainda; e, prolongando sua ação ao longo da história, observa BOUTMY,¹ são capazes, através das modificações do meio humano, de perpetuar os traços hereditários que imprimiram desde o princípio às primeiras gerações. Mas, à medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais que tiveram um papel de importância primordial nas suas origens e na sua formação. Se, pois, a alma de um povo não é uma “essência eterna”, alguma coisa de imutável e definitivo; se os caracteres que a compõem estão numa perpétua transformação, a análise do caráter coletivo, tão complexo por natureza, sujeito a influências tão diversas e, por isso mesmo mudável com as modificações no sistema de instituições no interior de cada povo, deve concentrar-se na pesquisa dos hábitos e tendências mentais “suficientemente persistentes e suficientemente gerais.”

— A complexidade de um caráter coletivo, a variedade de influências que concorreram para o modelar, e esse fato de que também ele é suscetível de se transformar, bastariam para mostrar as dificuldades que se levantam a quem se proponha, não digo, a esboçar um quadro sistemático e explicativo do caráter brasileiro, mas a fixar-lhe um certo número de traços, recolhidos em observações e estudos, e de que se desprenda uma impressão de conjunto. A leitura dos autores que estudaram a psicologia dos povos, nos faz reconhecer quanto é difícil, nessa matéria, chegar a uma precisão. Mas, na análise da psicologia do povo brasileiro, o estudo de etologia coletiva se encrespa de dificuldades tanto maiores quanto os traços que o caracterizam se apresentam com essa imprecisão natural dos povos jovens que, não tendo atingido a sua maturidade, ainda não chegaram a afirmar os seus aspectos distintivos e a realizar a fusão harmoniosa dos diversos elementos mentais que entraram na sua composição. Que já temos um caráter próprio, uma feição particular, uma personalidade viva e, a certos respeito, marcada, não há dúvida; mas, além de alguns elementos básicos, mais facilmente definíveis, o que há de vago e de impreciso, de flutuante e variável em outros traços psicológicos, torna essa psicologia, em muitos pontos, senão inabordável, ao menos, rebelde a uma análise segura e penetrante. As monografias e os estudos feitos anteriormente, devidos a vários autores, pensadores e sociólogos, não nos fornecem elementos suficientes para uma psicologia política e social do povo brasileiro, tanto nos traços com que se esforçam por defini-lo, — transitórios, porque são antes ligados a fases diversas de nossa evolução e tendem a desaparecer com as transformações sociais —, como na sua explicação, quase sempre ligada às condições geográficas e às três raças que concorreram, inicialmente, para a constituição do povo brasileiro. Mas, por maior que tenha sido a pressão do meio sobre a raça, no tempo em que quase nenhum produto social se interpunha entre um e outro, entre a raça e o meio, poder-se-á explicar muitas coisas, na história de um povo, pergunta C. BOUGLÉ, por essa pressão primitiva? E, por maior que tenha sido, em alguns pontos do território nacional, a mestiçagem de brancos e índios e de brancos e negros, ou a influência de suas culturas respectivas, sobretudo nos três primeiros séculos, poder-se-ão aceitar essas explicações por atavismo, em relação a elementos que se devem menos aos índios ou aos negros do que a formas de vida social e tomar, como traços gerais e persistentes, traços peculiares a certos grupos e ligados a diversos estágios de nossa evolução?

Certo, índios e negros não só contribuíram de maneira notável na colonização e conquista do Brasil, como se caldearam, misturando-se com os por-

¹ BOUTMY, *Essai d'une psychologie politique du peuple anglais au XIXe. siècle*. Paris, Colin, 1901.

tugueses, mais intensamente nos primeiros dois séculos, e em proporções variáveis, nas diversas regiões do território. Se o indígena colaborou formidavelmente na obra de devassamento e conquista dos sertões; se êle constituiu, com os mamelucos, nas expressões de GILBERTO FREYRE, "a grande muralha movediça de carne, que foi alargando no sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil", foi "a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais e lhe amaciou a terra sêca", exercendo uma função civilizadora, do ponto de vista agrário e econômico.² As misturas de brancos e negros, de brancos e índios, como também, mais raramente de índios e negros, salpicaram de mestiços de todos os tipos e matizes a população branca que devia ter, no norte, pelo menos, 50 % de sangue indígena, e que somente no planalto e no sul, readquiriu o seu predomínio, restaurando-se nas suas fontes primitivas, com os afluxos das imigrações de origem mediterrânea e germânica. Não se pode, pois, nem do ponto de vista racial, nem do ponto de vista econômico, subestimar a importância dessas contribuições, na composição étnica e na formação da mentalidade do povo brasileiro. Os hábitos físicos e mentais, as concepções de vida e as técnicas de trabalho tinham de forçosamente mudar com os contactos e a interpenetração das três culturas, e sob a pressão desses fenômenos "resultantes do contacto direto e contínuo de grupos de indivíduos de culturas diferentes, com as mudanças consequentes nos padrões originais, culturais, de um ou ambos os grupos". Mas, em primeiro lugar, não chegou a completar-se a fusão dessas três culturas e sempre ficou superficial a assimilação de índios e negros pela cultura ibérica, predominante em todos os pontos, mantendo-se a discórdância profunda que dissimulam compromissos variados, e constituindo-se indígenas e negros à margem das duas culturas, — as de origem que esqueceram e de que perderam as características e a cultura dominante em que não foram completamente integrados. Além disso, certos elementos que se supõem constitutivos do caráter coletivo, como a tristeza, a frouxidão, a lubricidade, tão longe estão de provirem do negro, quanto, do aborígene, a dissipação ou desapêgo à terra e o espírito de aventura, que se procura explicar por atavismo, como uma herança dos índios americanos. O que teve de perniciosa a influência do negro, na vida e formação social do povo brasileiro, foi devido menos à raça do que a sua condição de escravo, como já observara JOAQUIM NABUCO, quando afirmava não ser a raça negra o mau elemento da população, mas "essa raça reduzida ao cativoiro". Essa mesma "apagada e vil tristeza", que RONALD DE CARVALHO considera como resultante das "duas melancolias imensas, a do negro e a do índio escravizados" e que tanto, a seu juízo, iriam pesar no caráter do povo, não mergulha as raízes nos africanos, que antes comunicaram à nossa vida doméstica uma nota de alegria e cujas reservas extraordinárias de alegria e robustez lhes permitiram tolerar bem, escreve GILBERTO FREYRE, "o ramerrão tristonho da lavoura da cana, em que falharam os índios".

No seu livro *Retrato do Brasil*, — um ensaio sobre a tristeza brasileira segundo a classificação do próprio autor, e "o mais feio retrato que o Brasil podia esperar de um filho seu" —, PAULO PRADO assinala na luxúria e na cobiça dois traços principais do caráter brasileiro. São êles, na sua opinião, que

² "Nós somos um povo ainda na infância, comenta HUMBERTO DE CAMPOS, uma sub-raça que está recebendo agora os elementos para a sua caracterização. E qual, desses, prevalecerá? Portugal conservará, por ventura, no ouro da nova moeda, o cunho que foi o primeiro a imprimir-lhe ou triunfarão as novas gentes da Europa que se propõem concluir no sul do Brasil a epopéia da colonização? Descobrir não é colonizar, acrescenta o ilustre crítico. A raça fundamental brasileira será aquela que preponderar na formação definitiva da nacionalidade, estabilizando o seu gênio, o seu tipo, a sua língua, as suas tradições. O que dá nome à terra, não é o barro, não são os compostos calcáreos ou xistosos de que ela se compõe, mas a plantação nela feita, a vegetação útil, a riqueza verde que a valorizou. O que foi ontem brejo, lameiro, terra roxa, perdeu o nome depois de domesticado para chamar-se canavial, borta, cafezal. A cultura vegetal ou humana, é que batiza o terreno". (*Crítica*, 1.^a série, 2.^a ed. Marisa Editora, 1933).

caracterizaram no tempo os nossos antepassados; e deles, da paixão genésica que fagou o português e o índio, e da fome de ouro em que se lhes cristalizou a alma no século XVIII, é que resultou "a tristeza da nova raça a que o africano veio trazer a sua colaboração doentia, como exilado e como escravo". O brasileiro, — observa, porém, HUMBERTO DE CAMPOS, numa página de grande lucidez —, "não é absolutamente um povo triste, nem tem de onde lhe venha esse mal. O português é jovial, festeiro, comunicativo: Provam-no a alegria de seus vilarejos, e os seus folguedos campestres em que predominam os bailados nacionais. E o nosso índio não o era menos. As suas festas eram bulhentas, tumultuosas, e duravam dias, às vezes, semanas". O nosso indígena, isoladamente, acrescenta o ilustre escritor, era de fato taciturno. Mas ser taciturno não é ser triste. A taciturnidade é uma das características dos povos caçadores e torna-se um hábito pelas próprias exigências da ocupação. O silêncio e a quietação não significam, assim, tristeza, que só pode vir do desgosto da vida. Os nossos selvícolas viviam satisfeitos de sua condição. E considerando-se instintivamente felizes, viviam alegres, mesmo porque a tristeza, como nós a definimos, só pode nascer de um confronto de destinos, e da certeza de inferioridade, tirada desse confronto". Os cinco diversos traços psicológicos com que, por seu lado, A. A. DE MELO FRANCO caracteriza a civilização brasileira, marcando-a para sempre com a sua influência, não são gerais e persistentes, nem também, como os classifica o autor de *Conceito de civilização brasileira*, resíduos tipicamente afro-índios, isto é, elementos constitutivos das culturas inferiores, assimilados pela raça branca. A imprevidência e a dissipação, o despreço pela terra, a salvação pelo acaso, o amor à ostentação e o desrespeito pela ordem legal, que ele atribue aos nossos antepassados, tupi-guaranis, ou aos negros, — uma herança que nos ficou no sangue e na alma —, são antes, na justa observação de MIRANDA REIS, características de um estágio determinado da evolução de um povo, como o despreço da terra, ou do atraso mental das massas populares, como o misticismo nas suas diversas modalidades e, sobretudo, nas formas que reveste, nas camadas inferiores, do sentimento do acaso, do jôgo e de toda espécie de superstições.³

Certamente, ainda está por estudar (se é que ainda venha a ser estudado um dia), com mais rigor científico, o resultado do encontro das três culturas iniciais e da fusão das três raças, branca, vermelha e negra que entraram na composição primitiva do povo brasileiro. A raça não deixa de ser um fator importante. Esses numerosos cruzamentos que se verificaram, sobretudo durante os três primeiros séculos, entre os elementos raciais, constitutivos de nossa

³ Assim, defeitos ou traços de caráter, como a tristeza, a imprevidência e o despreço da terra, intimamente ligados a determinados estágios de nossa evolução, e destinados a desaparecer ou a alterar-se com as modificações na estrutura social, são erroneamente atribuídos à influência do índio e do negro e considerados como aspectos típicos e raciais de nossa civilização. São, índios e negros, como os qualificou MIRANDA REIS, "os bodes expiatórios" In *Boletim do Ariel*, ano VI, n.º 4. Janeiro de 1937. Ora, a tristeza que, para PAULO PRADO é um dos traços de nossa civilização e se atribue a esses elementos raciais, não provém nem de um nem de outro. "Os cronistas dos séculos XVI e XVII, lembra HUMBERTO DE CAMPOS, com referência aos índios, — são unânimes em proclamar a sua brejeirice, o seu amor à galhofa, às pilhérias, ao riso franco, às grandes folganças ruidosas, quando reunidos, como se pode ver, para citar um exemplo, em LÉRY, naquela visita à aldeia Euramiri, em que os antropófagos passaram a noite em gritaria e trejeitos, com o exclusivo propósito de alegrar o estrangeiro". (*Crítica*, 1.ª série, 2.ª ed. Marisa Editora, 1933). A imprevidência e a falta de sentimento de apêgo ao solo proveem, em algumas tribus indígenas, do seu nomadismo que, por sua vez, resulta de seu gênero de vida (caça e pesca) e só desaparece com a transição deste para o regime agrícola e os progressos da agricultura. O problema, também neste caso, não pode ser posto em termos de raça, mas em termos econômicos e sociais. Sob qualquer aspecto por que se manifeste, o misticismo grosseiro e elementar (crença em forças desconhecidas e mágicas, o sentimento do acaso, o caiporismo, o jôgo e as superstições em geral), não é um resíduo cultural do índio e do negro, mas, segundo observa MIRANDA REIS, "um fato universal, verificável nas camadas populares de qualquer país; nada tem que ver com a raça e o sangue mas resulta do predomínio das atividades afetivas sobre a razão, aí onde a ciência não lhe fornece a esta última os meios de defesa. Característico de um atraso mental das massas populares, ele é nas camadas cultas, um resíduo, sim, mas desse mesmo atraso". O amor à ostentação, apresentado como traço do caráter nacional, esse é também, não uma herança afro-índia, mas uma das manifestações mais típicas do espírito primário, "sempre inimigo da simplicidade", segundo as próprias palavras de A. A. DE MELO FRANCO. (*Conceito de civilização brasileira*. Série Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936).

população, puderam passar à alma brasileira certos caracteres desses povos, modificando como modificaram a do conquistador e a do colonizador branco. As transformações, de origem racial, variaram de uma para outra região do território, conforme a maior ou menor porcentagem de sangue indígena ou africano, que se misturou ao do branco, mas elas se acusam fortemente nas próprias concordâncias ou incompatibilidades existentes entre tal ou qual traço de caráter, entre tal caráter ou tal instituição e nas particularidades que distinguem as populações do norte e do sul, relativamente às suas tendências, aos seus gostos, às suas maneiras de ser e de reagir, e, portanto, às formas e tipos de seu comportamento. É por isto mesmo, e não só pelas diversidades de paisagens e de climas, que a própria homogeneidade do povo brasileiro contrasta com a variedade de formas que apresenta, segundo os meios sociais, a sua civilização. Mas antes de tudo o contacto e a mistura com as raças aborígenes, como já fez sentir SÉRGIO DE HOLANDA, num ensaio vigoroso, não nos alteraram profundamente a herança que recebemos da península ibérica e não nos fizeram tão diferentes de nossos avós de além-mar, como gostaríamos de sê-lo. "De Portugal nos veio a forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria plástica que se sujeitou, bem ou mal, a essa forma." A argila portuguesa, lançada no molde do mundo americano, então todo por colonizar, saiu, evidentemente transformada; é um sópro sempre poderoso, mas inteiramente novo que animou a estátua antiga. Não nos parece também (e esta é outra consideração preliminar, indispensável) que se possa esclarecer o caráter ou predizer o futuro de um grupo humano em função de sua composição étnica. Os fenômenos que nele se passam, já observou H. HUBERT, fenômenos de crescimento, de decomposição, econômicos, religiosos, morais, são fenômenos sociais e não fenômenos peculiares às raças. Além disso, os grupos observáveis são de tal maneira compósitos que não é científico procurar distinguir, na sua vida social e mental, a contribuição das aptidões originais de seus diversos elementos, tanto mais quanto esses se misturaram, em proporções extremamente desiguais de uma região a outra, apresentando grande variedade de tipos e sub-tipos raciais, que não permitem estabelecer, do ponto de vista étnico, "o brasileiro legítimo, autêntico, verdadeiro".

Entre os traços dominantes, um dos mais fortes, e considerado às vezes como a própria chave do caráter brasileiro, é o predomínio, na sua estrutura, do afetivo, do irracional e do místico que se infiltra por todo ser espiritual, amolecendo-lhe ou exasperando-lhe a vontade, conforme os casos, e dando-lhe à inteligência um aspecto essencialmente emocional e carregado de imaginação. Certamente todos os grupos humanos, segundo a lição de RIBOT,⁴ se formam e se mantêm por uma comunidade de crenças, de opiniões e de preconceitos, e é a lógica dos sentimentos que serve para criá-las e defendê-las. Essa lógica sentimental, mais complexa e confusa, que o sábio ignora e de que derivou a lógica científica, racional, embora variável com as condições sociais, desempenhou e desempenha sempre um papel considerável na vida dos grupos. Além disso, se não seria possível essa lógica sentimental no caso em que a consciência individual não se prestasse a ela, — como demonstra RIBOT, decompondo o mecanismo psíquico que torna possíveis esses raciocínios *sui-generis* de que sentimentos, estados emotivos formam a trama real —, não é menos certo que os estados mentais que constituem a matéria dessas operações são essencialmente coletivos. São crenças, idéias, ou conclusões relativas à vida futura, ou que residem à base da magia e da adivinhação, que tomam formas diversas nas diferentes sociedades, e dentro de uma mesma sociedade, nas diferentes

⁴ TH. RIBOT, *La logique des sentiments*. Paris, Félix Alcan, 1905.

camadas ou classes sociais. Mas, no brasileiro, a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade teem uma tal intensidade e força que raramente a cultura consegue dissimulá-las, não concorrendo senão para levantar o afetivo e o místico, de suas formas primitivas e grosseiras, para formas mais altas e delicadas. Essa interferência constante dos sentimentos em nossos juízos e opiniões, as formas de raciocínio emocional, tão frequentes em tôdas as classes sociais, a facilidade com que se acredita e se propaga tudo que tem de estranho e miraculoso, o desinteresse pelas considerações objetivas, não acusam, de fato, êsse fundo afetivo e místico que se traduz ainda na tendência de se pôr e resolver em termos pessoais, de “amigo” e de “inimigo”, os problemas mais concretos, e nessa própria concepção de autoridade fundada sôbre a fé sentimental dos homens na superioridade de um chefe ou de um corpo social? É preciso, para compreender êsses traços, não esquecer nem as origens do brasileiro, tributário da península ibérica ou, mais particularmente, do português em todos os domínios, nem o meio em que se formou e se desenvolveu a sua atividade, e em que é fácil encontrar, na sobrevivência do estado de alma dos primeiros colonos e na obra apostólica dos evangelizadores, prolongada através de gerações, a explicação da persistência e da vitalidade do sentimento religioso.

Mas, êsse sentimento religioso que apresenta, no norte, um caráter mais místico, mais ligado ao dogma, ou inclinado às superstições e ao fanatismo, nas camadas populares e nos sertões, tomou, em geral, uma direção diferente, mais formalista, concentrando-se nas cerimônias, nas práticas e nos ritos religiosos. A religião desenvolve-se livremente, dobrando-se aqui, como por tôda parte, às necessidades próprias dessa sociedade nova, de senhores de engenho, sertanejos e pioneiros, e portanto ao gênero de vida que a exploração de um imenso território impõe aos descendentes dos primeiros imigrantes e dos imigrantes novos. Ao contrário, porém, dos Estados Unidos em que o sentimento religioso não parece prender-se demais ao dogma nem lançar-se aos sonhos místicos, e o clero se ocupou sobretudo de “desenrijar e desanuviar a teologia”, para lhe reter tudo o que impele à ação, como observa BOUTMY,⁵ na sua penetrante análise da psicologia do povo americano, a religião, no Brasil, não assumiu essa feição essencialmente ética e prática que lhe imprimiram, naquele país, de um lado, a severidade ascética e a rigidez de costumes dos puritanos, seus primeiros colonos, e, de outro, a mobilidade e a atividade intensas na obra de colonização. É em todo sistema de vida colonial, escreve GILBERTO FREYRE, “uma religião doce, doméstica, de relações quase de família entre os santos e os homens, que, — das capelas patriarcais das casas grandes, dos templos sempre em festas, batizados, casamentos, festas de bandeira de santos, crismas, novenas —, presidiu ao desenvolvimento social do Brasil. Essa religião “doméstica, lírica e festiva, de santos compadres, de santas comadres dos homens, de Nossa Senhora madrinha dos meninos”, essa confraternização de valores e de sentimentos, da terra e dos céus, não se teria realizado aqui se, como diz GILBERTO FREYRE, tivesse dominado a nossa formação social outro tipo de cristianismo, “um tipo mais clerical, mais ascético, mais ortodoxo, calvinista ou rigidamente católico”. A tendência do brasileiro para a dissolução de tôdas as hierarquias sociais atingiu, modificando-o e enriquecendo-o de ingenuidade e de espontaneidade, o sentimento religioso, com essa aproximação, quase convívio com os deuses que pareciam, como na idade grega, andar sôbre a terra, mais humanizados, na intimidade doméstica dos crentes. Ou por força dêsse sentimento religioso, com sua espontaneidade rica de simpatia humana, ou pela ação da natureza tropical, deprimindo e esmagando o homem, o brasileiro não

⁵ E. BOUTMY, *Éléments d'une psychologie politique du peuple américain* (La Nation, la patrie, l'État, la religion). Paris, Armand Colin, 1902.

é um revoltado, mas um resignado, dócil e submisso às fatalidades físicas e morais às quais aprendeu a resistir com coragem e a subordinar-se sem amargura, quando as reconhece superiores aos seus recursos de defesa e de ação. A sua atitude em face da vida, — misto de indulgência, de piedade e de ironia —, é uma espécie de capitulação resignada ao assalto das forças de uma natureza hostil, difícil de dominar, cuja violência ele conhece por experiência própria, e que ele se habituou a enfrentar, quase sempre ao desamparo, contando consigo mesmo, nas suas entradas aventureiras, nas suas expedições desbravadoras e nas suas investidas pelo sertão a dentro.

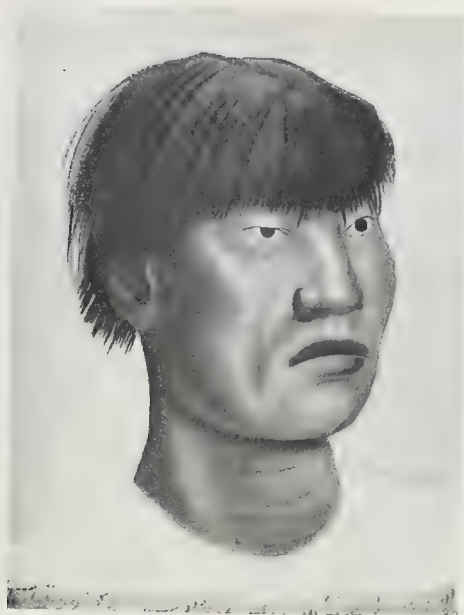
De todos os traços distintivos do brasileiro, talvez um dos mais gerais e constantes, que constitui a sua força e a sua fraqueza a um tempo, o mais atraente e comunicativo, e que mais o destaca, nos primeiros contactos, e mais se acentua, no convívio, é, pois, a sua bondade que parece brotar da alma do povo, do seu temperamento natural. A sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e em perdoar as ofensas recebidas, um certo pudor em manifestar os seus egoísmos, a ausência de qualquer orgulho de raça, a repugnância pelas soluções radicais, a tolerância, a hospitalidade, a largueza e a generosidade no acolhimento, são outras tantas manifestações desse elemento afetivo, tão fortemente marcado no caráter nacional. Não se trata de "polidez" que é sempre, por toda a parte, produto de um refinamento de civilização, como qualidade antes adquirida do que natural, apurada no convívio com os homens, na frequência de contactos com as fontes da cultura, na ação civilizadora das viagens e, sobretudo, mais do que na experiência, no gosto da vida social, com todos os seus requintes e artifícios. É uma delicadeza sem cálculo e sem interesse, franca, lisa e de uma simplicidade primitiva, às vezes rústica, mas frequentemente trespassada de ternura e encolhida de timidez e discrição. Aliás, se os estrangeiros se sentem entre nós quase como em sua pátria, e se são tão facilmente assimilados no primitivo núcleo nacional, é porque a nossa terra é mais maternal, mais doce, mais acolhedora, mais humana, capaz de fazer sentir a suave pressão de seu braço sobre a cintura de todas as raças e de todos os povos.⁶ Essa bondade que ignora, como um sentimento igualitário, distinções de classes e diferenças de raças; que se retrai, como que ofendida, diante da violência e da brutalidade; que atenua as repressões, individuais ou coletivas, e torna o brasileiro tão fácil de se conduzir, quando se faz apelo à razão e, sobretudo, aos sentimentos, e tão difícil de levar pela força, tem as suas origens na formação profundamente cristã de nosso povo, na confraternização de sentimentos e de valores e na democratização social, para que tão poderosamente contribuíram, de um lado, a religião, e, de outro, a mestiçagem largamente praticada, das três raças iniciais e, mais tarde, de outras raças carreadas para o sul nas correntes de imigração. O contacto do negro deve ter também con-

⁶ Esse princípio essencial de cordialidade para com os povos e as raças mais diversas foi certamente favorecido, nas suas origens e no seu desenvolvimento, pelo processo mesmo de formação inicial de nosso povo, para o qual contribuíram as três raças, branca, vermelha e negra. Num país que se originou da fusão dessas raças e em cuja formação, ainda recente, se acusam fortemente esses fenômenos de cruzamento, a tolerância tinha de brotar como uma floração natural, um sentimento espontâneo, alimentado, pelas raízes, numa tradição e na consciência extremamente viva desses contactos e misturas de povos e de culturas diferentes. Mas esse princípio e sentimento de catolicidade, — não há contestá-lo —, prendem-se ainda à nossa formação religiosa e os sentimentos cristãos que, sob esse aspecto, penetraram profundamente os espíritos, enaltecendo e apurando a caridade, a simpatia e a fraternidade, tanto mais fortes e acessíveis à observação quanto mais nos achegamos aos núcleos mais antigos de nossa população. O sentimento de cordura e de hospitalidade lançou, de fato, na consciência coletiva raízes tão profundas que, em nenhuma época, ainda a mais tormentosa de nossa história, o brasileiro se mostrou disposto a abandonar a velha tradição e herança de simpatia humana por qualquer outra atitude, que lhe parece antes uma heresia, de brutalidade e de violência em face de outros povos e de outras culturas. A antiga expressão romana — *hospes, hostis* — sempre se nos afigurou vazia de sentido. Todas as manifestações de jacobinismo ou de reação violenta contra o estrangeiro, tiveram um caráter episódico: provocadas por ofensas, reais ou presumidas, à dignidade nacional, não duraram senão o tempo necessário à completa reparação e não chegaram a desviar da linha de seu desenvolvimento natural a evolução desse admirável espírito de hospitalidade, de tolerância e de simpatia humanas.

corrido, segundo GILBERTO FREYRE, para apurar os tesouros sentimentais que acumularam a religião e a fusão de raças: “deu-nos êle a revelação de uma bondade maior que a dos brancos, de uma ternura como não a conhecem igual os cristãos; de um misticismo quente, voluptuoso, de que se tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade do brasileiro”. O que teve, porém, influência notável no desenvolvimento dêsse culto da hospitalidade em que desabrochou, como uma flor de civilização, a delicadeza sentimental do brasileiro, foram as enormes distâncias que separavam uns dos outros os núcleos de população e o isolamento em que viviam, disseminados e segregados: a chegada de estranhos, de viajantes, nacionais ou estrangeiros, a êsses agrupamentos, — fazendas, povoações e vilas —, insulados nos sertões era sempre uma nota festiva que, reatando as comunicações com o litoral e o mundo exterior, e restabelecendo a sensibilidade e o gosto da vida social, quebrava por horas ou dias a tristeza e a monotonia da solidão. Mensageiro das cidades, portador de novas, — um presente dos deuses nessa imensidade territorial salpicada de pequenos núcleos —, o forasteiro, a quem se abriam os braços e às vêzes o coração, punha em alvoroço as famílias, nostálgicas de outros ambientes, acordava-lhes a curiosidade e, rasgando aos espíritos horizontes mais largos, os deixava suspensos às miragens de terras distantes...

Mas, essa hospitalidade, longe de ser aberta e sem reservas, é quase sempre escoltada de uma atenção vigilante e às vêzes de uma severa discreção. No estudo dos caracteres individuais, costumam os moralistas descrever uma grande variedade de tipos, conforme a predominância de tais ou quais defeitos ou qualidades, e que a rigor não são senão abstrações ou invenções de seu espírito. Sob êsse aspecto, o romancista que nos apresenta seus personagens por inteiro, dotados de virtudes e carregados de defeitos ou de vícios e surpreendidos na vida, em plena atividade, nos dá mais realidade concreta do que essa que nos fornece, sob o nome de moralista, a análise de uma virtude, de um vício ou de um defeito. É o mesmo que se passa na análise do caráter coletivo. Há grupos, como há pessoas que teem um ou outro ou vários dêsses defeitos, mas teem também uma existência que influe sôbre êles e em que êles interveem: sua existência ou seu gênero de vida modifica-lhes os defeitos, do mesmo modo que estes se modificam uns aos outros, pelo fato de sua coexistência.⁷ Assim êsse traço de hospitalidade, tão característico do brasileiro, coexistindo com outros, como uma natural reserva e desconfiança, modificou-se sob a influência dêstes e se reveste de um caráter particular, só explicável dentro das condições específicas de nossa formação. Por maior que seja a hospitalidade, os brasileiros, ainda os do norte, mais loquazes e comunicativos, não se abrem facilmente nem totalmente: “os recessos das consciências como os dos lares, escreve TRISTÃO DE ATAÍDE, ficam vedados por muito tempo a quem não se impuser lentamente à confiança do filho da terra”. Essa desconfiança e reserva, que constitui um dos traços de nosso caráter, pode ser um de seus defeitos; mas, se acompanharmos a evolução social do povo brasileiro, é-nos fácil reconhecer nele uma das suas mais notáveis reações de defesa. Em um país novo, de formação heterogênea, sujeito a influências de raças diferentes que se foram incorporando lentamente ao núcleo primitivo, e de uma população extremamente rarefeita, o homem, exposto na sua solidão, às extorsões do fisco, aos cercos de aventureiros e à ganância de mercadores, tinha de viver aos sobressaltos, numa permanente desconfiança que, ainda ao abrir as portas da casa, o leva a fechar as da intimidade e as do coração. A atmosfera social que criavam o isolamento e as distâncias, ao mesmo passo que concorria para

⁷ CH. FIESSINGER. *Les défauts, réactions de défense.*



108. *Cabeça de índio. Afresco de CÂNDIDO PORTINARI.*
Foto VOSYLIUS. Propriedade do Sr. MÁRIO DE ANDRADE.



109. *Índios. Estudo para um dos afrescos do Ministério da Educação e Saúde.*
Foto VOSYLIUS.



110. *Índios Machacaris e Camaçãs.*
RUGENDAS, J. M. — voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha 2/3.



111. *Caçador.*

Coleção da Biblioteca Municipal de S. Paulo. RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Prancha s n.



112. *Negro*. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto VOSYLIUS. Propriedade do Sr. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.



113. FERNÃO DIAS PAIS LEME *Estátua por LUIZ BRIZZOLARA*
Foto do Museu Paulista.



114. ANTÔNIO RAPOSO TAVARES. *Estátua por LUIZ BRIZZOLARA.*
Foto do Museu Paulista.



115. *Jantar.*

DEBRET, J. B. — Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. II volume. Plancha 7.



116. *Uma senhora brasileira na intimidade.*

DEBRET, J. B. — Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. II volume. Plancha 6.



117. Família de fazendeiros, princípios do século XIX.
RUGENDAS, J. M. — Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha 3/16.



118. *Uma senhora indo à missa, carregada numa cadeirinha (começos do século XIX).*
 DEBRET, J. B. — Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. III volume. Plancha 5.



119. *Uma manhã de quarta-feira santa, na Igreja.*
 DEBRET, J. B. — Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. III volume. Plancha 31.



120. *Vendedor de flores à porta de uma Igreja.*

DEBRET, J. B. — Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. III volume. Plancha 6.



121. *Um funcionário do govérno, saindo de casa acompanhado de sua família.*

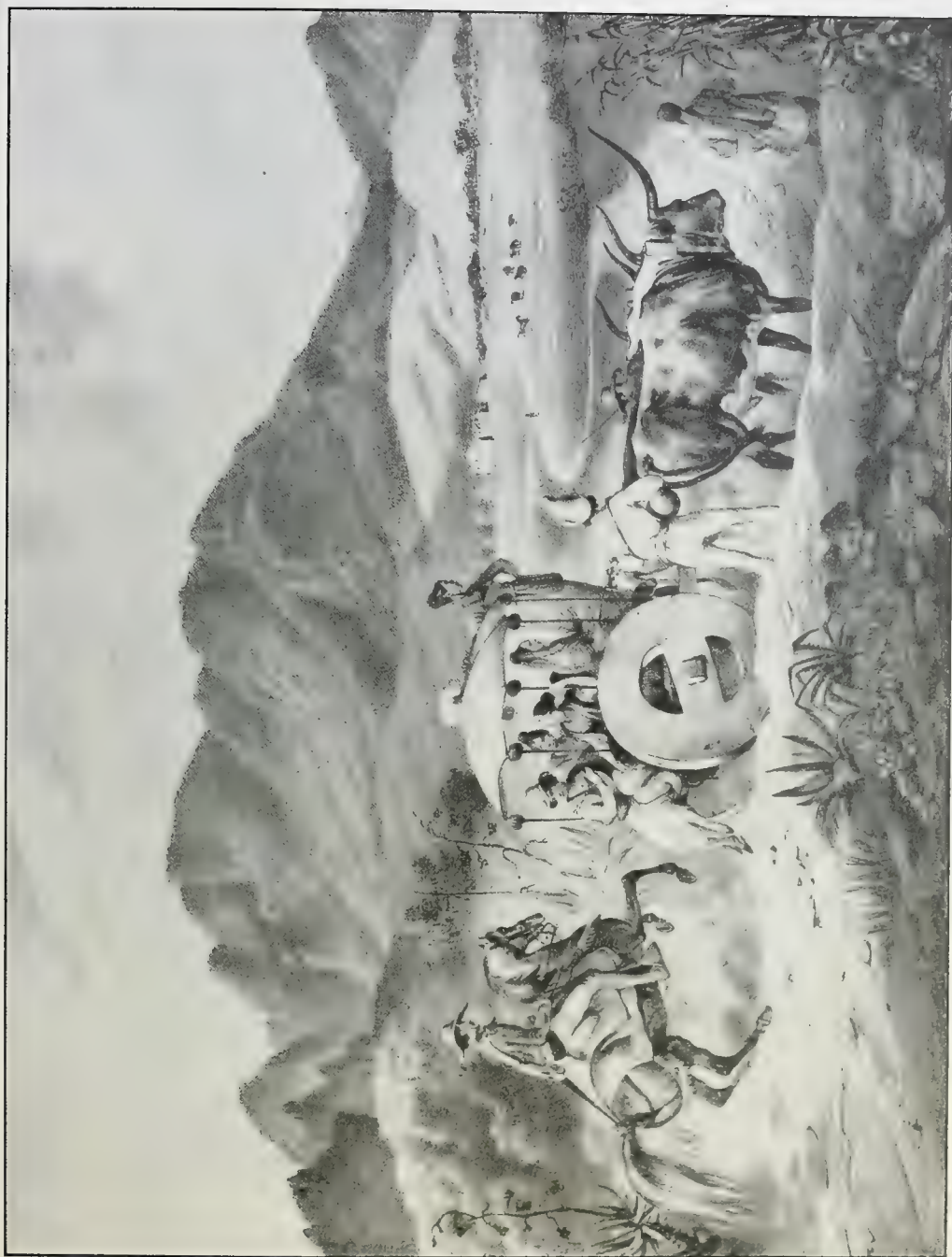
DEBRET, J. B. — Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. II volume. Plancha 5.



122. *Habitantes de Minas, principios do século XIX.*
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 2/18.



123. *Costumes de S. Paulo.*
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil.* 1835. Plancha 2/17.



124. *Família de fazendeiros*
RUGENDAS, J. M. — Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha 3 17.



125. *Jangadeiros.*

Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



126. *Vaqueiro do Marajó.* — Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

127. *Vaqueiro do Nordeste.* — Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.





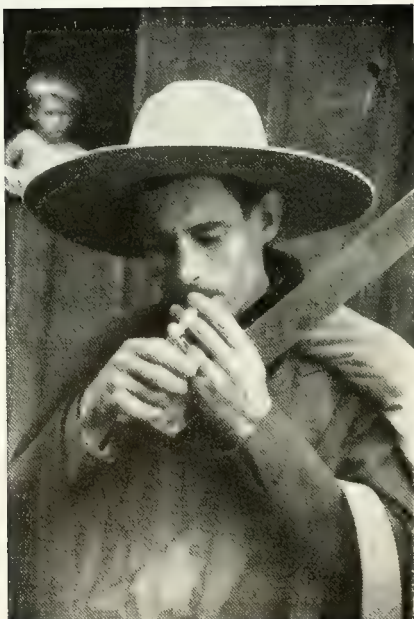
128. *Vaqueiros de Goiaz (Habitantes de Goiaz).*
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil.* 1835. Francha 2/19.



129. Colona. Têmpera de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto REMBRANDT. Propriedade do Sr. MÁRIO DE ANDRADE.



130. *Tipo de gaúcho.* — Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



131. *Tipo de gaúcho.* — Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

desenvolver o culto da hospitalidade, contribuía para fortificar o sentimento da família, — como o núcleo que oferece mais amparo, e resguardar, num ambiente de recato, a felicidade relativa que se desfrutava e se expunha aos perigos ou às seduções de estranhos, viajantes e forasteiros.

Não há nada, porém, nessa atitude de desconfiança, que seja agressivo ou destoe do espírito hospitaleiro; e, se ela é constante, como uma reação de defesa, assume, combinada com outras qualidades ou defeitos, diferentes aspectos e uma série de nuances que vão desde a reserva no falar e a dissimulação até essa aparente incontinência de linguagem que nos permite falar muito sem dizer nada ou, ao menos, sem abrir o coração. Ela é mais sensível no centro sul, entre paulistas e mineiros, e, sobretudo, entre estes, cuja formação foi condicionada por certos fatores peculiares ao gênero de trabalho e de vida na região das minas. Sempre atento, eis como MIRAN LATIF descreve o mineiro, sempre a postos para colhêr as possibilidades que reluzem furtivas, — a pepita que brilha na areia do rio; sempre à espreita. Procurando vencer pela perspicácia e mais confiante na boa estrêla do que no esforço, o mineiro, de tanto desconfiar, acabou também por se tornar dissimulado. Mostra-se imaginoso e cheio de desconfiança. A sua linguagem que trai a mentalidade de quem sempre está de pé atrás, adota o modo indeterminado do verbo em que a ação continua e pode ser esquivá. “Este rio dá bom ouro? Está dando, responde o faiscador. Está dando, mas amanhã, talvez, não dê. Resposta de quem não se compromete... O abuso do gerúndio reflete a deshonestidade de quem pretende poder invocar que nada afirmou, ou então o escrúpulo de quem não ousa afirmar”. Esse feitio especial que se reforçou nos mineiros, pela atmosfera de desassossêgo em que viviam, devida ao isolamento da capitania em relação ao resto da colônia, às exigências do fisco, às facilidades de deslocamento das minerações e ao contacto com o comércio das vilas, e que dele fez um homem, na aparência afável e diplomata, mas no fundo reservado e cheio de desconfiança, é um traço psicológico da gente do interior e do caboclo e, em geral, do brasileiro, embora menos carregado no litoral e nos grandes centros de população. A heterogeneidade, na composição étnica do povo, o contacto de culturas diferentes, o isolamento das capitanias, a política fiscal da Metrópole, as flutuações econômicas, e o convite enganador de uma natureza, aparentemente rácil e opulenta, mas, na verdade, avara e inconstante, na distribuição de suas reservas, mostram como um meio desfavorável, excitando os indivíduos a reagir, pôde contribuir à formação do caráter brasileiro e imprimir-lhe o traço desse ceticismo indulgente que acusa, com uma plasticidade singular de adaptação às situações novas, uma grande prudência e malícia de espírito. O brasileiro, sob a pressão dessas causas, aprendeu a reagir e a defender-se pela desconfiança, dúvida e irreverência, mantendo-se numa atitude de expectativa e de observação. Mas é verdadeiramente admirável que esse ceticismo que se traduz numa atitude de complacência e de bom humor, de piedade e de ironia em face da vida, — flor de sabedoria em que se desabrocham as civilizações maduras e refinadas, — tenha surgido, como um dos traços mais vivos de seu caráter, num povo simples e jovem, ainda em formação.

De uma simplicidade primitiva, fácil de contentar nas suas necessidades materiais, vivendo e satisfazendo-se com pouco, o brasileiro tem a sobriedade dos habitantes de países que não oferecem senão uma fraca superfície de terras cultiváveis e cujos terrenos de cultura não podem conservar seu valor senão por uma ocupação contínua e por um esforço incessante. Em um país de montanhas, de uma natureza tropical, áspera e selvagem, em que as declividades, as sêcas prolongadas e as chuvas torrenciais constituem antes obstá-

culos à cultura, o homem tinha de forçosamente habituar-se à frugalidade no regime alimentar e à poupança nos gastos. O brasileiro não é, de fato, nem foi nunca torturado pela sede do ouro, como julga PAULO PRADO e podiam fazer crer as entradas e as expedições realizadas por paulistas, impelidos pelo espírito de aventura e estimulados pelo poder régio, para a descoberta e exploração das minas. A parcimônia dos mineiros, essa também, como já se observou, não é tanto manifestação de usura quanto o desejo de continuar a desfrutar o pouco a que cada um já se sente habituado. "À medida que as novas possibilidades (na exploração das lavras) começam a se tornar fugidias, escreve BARROS LATIF, amalha-se cada vez mais no fundo dos baús. Nesse apêgo ao dinheiro, não há sofreguidão por ganhá-lo. Sente-se apenas o receio de o perder". Não é, certamente, característica do brasileiro a avidez do ganho nem a preocupação do futuro; o cálculo não é a essência desse povo; o que está além do presente, quase não existe para êle; o presente é o que conta e, por isto, nem tem o culto do trabalho nem despreza todos esses prazeres, leves e fugitivos, que fazem o encanto da vida. Mas, se o desamor ao trabalho cultivado no longo regime de escravidão, é, na classe média, tôda uma tradição moral da nobreza reinol a que "uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente e até nobilitante do que a luta insana pelo pão de cada dia", a indolência displicente no povo, em geral, não provém antes do hábito de viver com pouco mais do que nada e da consciência da desproporção entre o lucro, sempre escasso, e as duras fadigas para granjeá-lo, entre o esforço despendido no trabalho e o resultado realmente obtido? O fundo do caráter brasileiro, pondera com lucidez MÍLTON RODRIGUES, "é de uma simplicidade rústica; o meio que o gerou, nos seus primeiros tempos, nem ao rico permitia o conforto, ainda mesmo que lhe concedesse o luxo. Acostumado a isso, êle não tem as necessidades do europeu; e quando a opulência o atinge, envolve-o sem penetrá-lo e êle não sabe como usá-la, passando abruptamente da carência para o exibicionismo e a delapidação".

Não é, pois, do índio que o brasileiro herdou a imprevidência e a dissipação: ligadas, ao contrário, à constante instabilidade de nossa vida social, acompanham, como caracteres que lhes são próprios, esses períodos de flutuações econômicas que, abalando fortunas antigas e fazendo surgir novas, convidam à dissipação da riqueza e tendem a substituir pela espera no milagre e nos vaivéns da sorte a confiança na continuidade do trabalho. Essa instabilidade econômica e social, o processo fragmentário de nossa formação por núcleos, desgarrados, sem relações uns com os outros, a descontinuidade dos contactos econômicos e culturais, e a disseminação extrema da população, que é tão nociva à intensidade da vida espiritual, explicam também a atitude do brasileiro em face da cultura, geralmente considerada entre nós, não como uma necessidade prática ou um valor moral, mas como um sinal de classe ou de distinção. Não é que faltasse ao brasileiro interesse pela cultura: a sua sensibilidade delicada e excitável, a sua inteligência vivaz, mas superficial, a sua facilidade de adaptar-se a um *minimum* de vida material e a sua própria tradição religiosa não só lhe despertaram uma noção viva da subordinação dos valores materiais aos valores morais, mas lhe trouxeram uma forte atração pelas cousas do espírito. Mas a nossa cultura é, geralmente, uma cultura literária de superfície, feita, como observa MÍLTON RODRIGUES, "para preencher os ócios de desocupados, cultura que não envolve os sentimentos nem leva às convicções fortes". Não é somente a tradição secular de uma disciplina escolástica, verbalista e dogmática, de influência ibérica, que manteve o brasileiro tão distante do espírito positivo, da objetividade e da exatidão, tão desinteressado das idéias e tão facilmente impressionável e sujeito ao encanto da

forma, ao aparato da linguagem e às pompas da erudição. A delicadeza e a força de sua sensibilidade, se impediram que descambasse para uma moral sem generosidade, para as artes sem apuro e para uma literatura sem beleza e sem inspiração, contribuíram, com tudo o que tem de vivaz a inteligência, para afastá-lo das especulações filosóficas e das investigações científicas que exigem uma técnica severa e uma forte disciplina de pensamento. O que o caracteriza, não é a penetração, nem o vigor, nem a profundidade, mas a facilidade, a graça, o brilho; é a rapidez no assimilar, a ausência total de exatidão e de precisão, o hábito de tomar as cousas obliquamente (*talent for indirection*) e de lhe apanhar os aspectos que tocam menos à inteligência do que à sensibilidade. Aliás, nesse mundo móbil e disperso, dominado pelas necessidades materiais imediatas, a filosofia e a ciência não tiveram tempo de lançar raiz; e todos os defeitos dessa cultura verbalista, escolástica, dogmática, que herdamos dos portugueses e que se infiltrou até a medula, no ensino de todos os graus, não revelam menos uma inteligência fraca do que uma inteligência mal formada, e, portanto, capaz, como já o tem provado, de se destacar, sob uma nova orientação, em todos os domínios, da literatura e das artes, como da técnica, da ciência e do pensamento puro?

A inteligência e a sensibilidade tem entre si um jôgo alternado que é a nossa própria vida mental e moral; e é preciso que a sensibilidade não a excite demasiadamente, para que se desenvolva em tôda a sua plenitude a inteligência, capaz, também ela, de influir sobre a sensibilidade, constrangendo-a ou favorecendo-a. Tanto por influência das três raças que entraram na composição de nosso povo, como pela ação do meio físico e do clima, e ainda pelas próprias condições de nossa formação social, parece fortemente marcado o predomínio da sensibilidade sobre a inteligência, no brasileiro. Daí, dêsses defeitos de predominância afetiva, certos aspectos de nossa vida intelectual, pela qual a sensibilidade faz passar, agitando-lhe a superfície, uma corrente constante de vibração. Poder-se-ia talvez traçar o retrato mais sistemático e mais explicativo do caráter brasileiro, se lhe procurássemos a chave, não na inteligência, mas, sim, na sensibilidade, que exerce grande influência também sobre a nossa vontade, imprimindo-lhe um ritmo irregular e descompassado, de depressões e arremessos, da indolência até a impetuosidade. Tudo o que a nossa vontade tem de explosivo, essa aptidão de guardar, sob as aparências da moleza, da lassidão e da indiferença, reservas de energias que se desencadeiam, sob o imperativo de uma necessidade ou ao choque de uma emoção, não denunciam uma preponderância acentuada da sensibilidade sobre a inteligência, ou, para empregarmos termos técnicos da fisiologia, do simpático neuro-glandular, com tôdas as suas impulsões, os seus instintos e as suas taras, sobre o cérebro, com a sua capacidade de comparar, de julgar, de concluir? A ação do brasileiro, de um modo geral, não tem, de fato, nada de premeditado, nem de refletido: ela é feita de impulsões, às vezes violentas, mas passageiras e sem continuidade. Os povos, porém, como os indivíduos, não lutam apenas com suas qualidades, mas também com os seus defeitos que eles empregam para se defenderem, e que, depois de nos terem servido, se tornam preciosos e habituais, até nos formarem o caráter individual ou coletivo. É uma ilusão ver, nos ares de indiferença e de despreocupação do brasileiro, um princípio de fraqueza, quando a indolência, nele, representa antes uma "economia" de forças, uma "reação de defesa" contra o clima e as condições físicas e sociais do meio. É certo que a dúvida, quando se postou e enquanto se mantém diante dele, o obriga a recuar e a conservar-se inativo até à preguiça, indiferente até à abstração. Nem sempre, porém, a melhor reação de defesa é um ataque. Pode ser, e será muitas vezes a expectativa, a capacidade de esperar,

a vigilância sôbre o momento de entrar em ação. Esse dom de resposta aos estímulos exteriores, essa aptidão para reagir, essa capacidade de grandes esforços, ainda que descontinuos, são tão fortemente acentuados no brasileiro que, a um abalo emocional, se mobilizam logo tôdas as suas forças e, desencadeadas, elas surpreendem sempre, até o espanto, pela violência do poder combativo, dissimulado e economizado sob a inação descuidada em que parecia deleitar-se.⁸

Nessa mistura singular de qualidades e defeitos que entram, em proporções diversas, na composição do caráter brasileiro, e em que os rudes comandos da vida interveem, como princípios de ordem, um dos elementos mais ativos é, sem dúvida, o individualismo. Ele provém dos povos ibéricos; expandiu-se até a agressividade nas condições favoráveis que lhe oferecera a vida nos sertões e, mais tarde, nas fronteiras do sul, e adquiriu, para o brasileiro, toda a eficácia de um instrumento de defesa. É ele sempre aliás, a um tempo, o dissolvente de tôdas as restrições que tendem a fazer prevalecer a sociedade sôbre o indivíduo, e o grande agente disciplinador onde quer que não se façam sentir com eficiência ou corram perigo o prestígio da lei e a autoridade das instituições. Não é porém, esse individualismo de origem ibérica, criador como o individualismo anglo-saxônico, nem possui o seu sentido e o seu conteúdo social. É, ao contrário, e até certo ponto, negativo. Ainda que alimentado poderosamente nos sertões, sem limites e sem freios, e cuja extensão proporcional ao asilo fácil, como nas regiões fronteiriças, a proximidade da linha divisória, o individualismo que é, no interior despovoado, a condição necessária para a própria proteção e defesa, teve, no Brasil, novas fontes de exaltação no regime patriarcal e escravocrata de exploração agrícola, do norte e do planalto. Toda a tendência do sertão, com a sua imensidade territorial, fora do alcance da lei, e com todos os seus perigos que punham em primeiro plano, entre as virtudes sociais, a coragem física, a confiança em si mesmo, a astúcia e a dissimulação, era para criar "um tipo de homem rebelde a qualquer forma de organização social", e para estimular o desenvolvimento de classes não só as sociais, mas anti-sociais, cujo individualismo agressivo tinha de forçosamente tomar o lugar à lei e à proteção do Estado. A vida nômade, imposta pelo regime do pastoreio, nessas terras ilimitadas em que se respirava uma atmosfera de liberdade sem peias, contribuiu para acentuar o caráter individualista do homem que se formava nesse ambiente de isolamento, de audácia e de aventuras. Mas o poder adquirido pelos senhores de engenho, no litoral do norte, ou das grandes fazendas de café, na bacia do Paraíba, e em geral, em todo o planalto do centro sul, o relativo isolamento em que viviam, e o regime de autarquia, nesses latifúndios, cujos proprietários se vangloriavam de quase nada adquirir fora de suas terras, não podiam deixar, por seu lado, de exacerbar, ainda que sob outra forma, esse individualismo renitente que se gerara no sertão. Não é somente pelas regiões das lavras ou pelas invernadas, mas também, sob a pressão de outras causas, nos núcleos patriarcais das grandes

⁸ Esse traço de caráter, marcado "pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas", e com o qual se encobre, sob uma atitude de indolência e de cansaço, um notável poder de reação, apresenta-se singularmente acentuado no sertanejo. Por toda a parte, porém, a ação do brasileiro se exprime pela descontinuidade e pela violência dos contrastes; intermitente ou esporádica, ela passa da atonia ao entusiasmo, do langor da indiferença aos rasgos elementares ou cavalheirescos, na reação. Em uma página admirável pelo vigor e pela lucidez, EUCLIDES DA CUNHA, depois de pintar em *Os sertões* o tipo do sertanejo, mostra como ilude no homem permanentemente fatigado "toda essa aparência de cansaço. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combativa operam-se em seguida transformações completas. Basta-lhe o aparecimento de qualquer incidente, exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Impertiga-se, estadiando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe alta, sôbre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e, da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias".

propriedades agrícolas, que se desenvolveu êsse individualismo rebelde, que às vêzes se exaspera, agressivo ou arrogante, orgulho da vida e da força, nas zonas sertanejas como nas classes senhoriais. O indivíduo é que conta; e, se êsse individualismo rude implica um sentimento extremamente vivo da personalidade, nem sempre envolve, entre nós, um respeito à vida, proporcional à importância que damos à autonomia de cada um dos homens em relação ao seu semelhante e ao valor próprio da pessoa humana. Estimulando sentimentos individuais, de audácia, coragem e altivez, assegura, sem dúvida, a sua floração, mas, impondo à vida o princípio das competições individuais, alimenta, ao mesmo tempo, com a dispersão e a indisciplina, as fontes de rivalidade e de conflito.

Se a êsse individualismo, nem sempre agressivo, mas dissolvente e anárquico, se acrescentarem as tendências particularistas, desenvolvidas pelo fracionamento político da Colônia em individualidades coletivas (as capitanias), distantes e isoladas umas das outras, e numa multidão de pequenas células, ter-se-á nestes dois fenômenos, de grande poder centrífugo, a explicação tanto da falta de coesão social como da resistência constante, ativa ou passiva, à concentração política no país. O caráter essencial da história brasileira, durante um largo período de mais de três séculos, e com forte projeção pelo Império e pela República, é êsse duplo fato do individualismo e do particularismo resultante da juxtaposição de pequenos e grandes Estados, sem contacto uns com os outros, e sujeitos a influências diversas, geográficas e sociais, no processo de sua formação. Daí, a ausência do espírito de cooperação, no brasileiro. "As iniciativas, escreve SÉRGIO DE HOLANDA, mesmo quando se fizeram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens e nunca de os unir". Em terra, "onde todos são barões, não é possível acôrdo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida". Certamente, o inimigo comum, representado quer pelo índio, nas suas incursões, quer pelo estrangeiro, nas tentativas de conquista e ocupação, constituía um elemento unificador, tendente a reduzir o individualismo e o particularismo e a estimular a união dos indivíduos e das unidades coletivas, isoladas. Contra êsse meio, de uma natureza hostil e povoado de inimigos, "não se luta sozinho, observa MILTON RODRIGUES; luta-se em bandos, organizados quase que militarmente, quer se trate de entradas e bandeiras, quer da exploração agrícola ou pastoril da região já conquistada. O trabalho em comum é a regra, trabalho que exige de todos as mesmas qualidades rudes, e trabalho igualizador que pede todavia a autoridade indiscutível e sem limites de um chefe, que só pela sua posição se distingue de seus comandados". É verdade, mas êsse fato, que à primeira vista poderia denunciar um espírito de cooperação, mostra apenas como a falta de coesão, na sociedade brasileira, é um fenômeno de raízes profundas.⁹ Pois, se a coesão, mantida aliás pela autoridade de um

⁹ De todas as instituições sociais, é a família que apresenta maior solidez e coesão, integrando-se os indivíduos e unindo-se na sociedade doméstica, como um refúgio e um reduto de resistência a todas as influências dissolventes do meio. Aí o que conta geralmente, não é o indivíduo, mas a instituição: a família. Fundada em bases cristãs, estimulada, em seu desenvolvimento, quer pela influência do catolicismo, no Brasil como por toda parte, quer pela ação conjunta de todas as causas que tendiam a insular cada aglomeração de famílias, tornou-se essa instituição um ponto de apoio e um sistema de proteção do indivíduo e, sobretudo, da mulher, submetida a um regime de reclusão, por toda a parte em que não se faziam sentir senão fracamente a força da lei e a presença do Estado. É o núcleo patriarcal que oferece mais amparo, como sucede nas sociedades em formação. Nas casas acasteladas dos senhores de engenho ou nas fazendas de criar encravadas no sertão, e mesmo entre as famílias sertanejas dispersas por todo o interior, a família adquiriu, na expansão da área social, uma autoridade e uma força tanto maiores quanto mais retardada a expansão do poder político. Formou-se, por essa maneira, um particularismo doméstico que deflagrou tantas vêzes nos sertões, em lutas seculares de famílias, por questões de divisões de terras ou pendências pessoais degeneradas em conflitos domésticos, e que tamanha influência exerceu na vida política, parasitada pelo protecionismo doméstico (nepotismo, filhotismo) e monopolizada pelas grandes famílias. Daí o caráter de solidariedade moral e cooperação que apresenta a família brasileira, ainda no regime patriarcal, em que a disciplina rígida do chefe não determina nem a ausência de intimidade conjugal, da família árabe, — um estado de exterioridade em que se mantem os dois esposos,

chefe, de um poder sem limites, dominava, digamos assim, a superfície da sociedade, nesses grupos unidos pelos laços de um perigo comum, no âmago, ela ficava essencialmente individualista. Essas formações em bandos constituem antes uma fase *acidental* nas tentativas de organização em que se debateu um povo de pioneiros, para a conquista e exploração do território, do que uma expressão de qualquer tendência ao agrupamento; são formações sociais, esporádicas e transitórias, que se organizam para fins determinados, sob o império de uma necessidade, e se dissolvem depois, sem deixarem quaisquer vestígios, na estrutura social, em instituições ou associações permanentes.

A quem não tenha perdido de vista esses elementos fundamentais no processo de nossa formação social, tão fortemente influenciada pelas tendências individualistas e particularistas, não pode, como se vê, causar surpresa o funcionamento da democracia e os efeitos, no Brasil, do movimento igualitário. Certamente, como já observou SÉRGIO DE HOLANDA, a vida foi aqui incompativelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais e até religiosas, e tudo concorreu para acentuar a tendência à dissolução de todas as hierarquias sociais. O contacto de raças diferentes, a miscigenação praticada em larga escala e variável com a latitude e a classe social, as migrações internas, o nomadismo do pastoreio, a liberdade de vida nos sertões e, em geral, no interior do país, o espírito de independência que geravam as distâncias e o isolamento, tudo isso contribuiu para desenvolver em alto grau o sentimento democrático e as tendências igualitárias.¹⁰ Daí talvez o caráter eminentemente popular e a maior força de expansão do carnaval brasileiro, em que ALMIR DE ANDRADE vê como que “um protesto, — protesto gigantesco, de multidões delirantes e alucinadas, contra as fórmulas que nos separavam uns dos outros, contra todos os artificios que a ordem social exige para a conservação de si mesma”. Parece que, nesse anonimato de cada um, nessa identificação com a grande massa, “todas as paredes que dividiam os homens em classes e em indivíduos, desmoronam uma por uma, se esfacelam e se diluem; todas as convenções sociais se destroem; todas as partes se fundem num mesmo todo unitário, onde tudo é homogêneo e uniforme”.¹¹ Mas, se é tão espontâneo e vigoroso o sentimento democrático no Brasil, é preciso, para compreender o funcionamento da democracia, ver, atrás das instituições, os costumes e os homens que agem e são as “forças” da vida política e surpreendê-los nos seus métodos de ação e nos seus movimentos. O espírito individualista e quase libertário e as influências tradicionais dos particularismos locais levam os homens a agrupar-se em torno de pessoas e não de idéias; tornam os partidos cada vez menos capazes de servir de instrumentos do interesse público e transformam pouco a pouco o municipalismo, princípio vivificador da República, em ins-

um em face do outro —, nem o caráter abstrato e rude da disciplina doméstica entre os judeus. A necessidade de união, em face de perigos comuns, o isolamento e as distâncias, contribuem para apertar, no interior da sociedade doméstica, os laços de solidariedade e de afeição e fazer do lema “um por todos e todos por um”, o princípio fundamental de proteção e defesa, por conta própria, da instituição e dos indivíduos.

¹⁰ O sentimento democrático, que é tão vivo no brasileiro, e uma de suas características, desenvolve-se particularmente no mineiro, pelas condições especiais de seu gênero de trabalho e de seu modo de vida. O senhor, nas minas, lembra BARROS LATIF, depende de muita gente, “e, discutindo com toda espécie de comerciantes a aquisição de mercadorias que o monopólio português oferece a preços exorbitantes, tem forçosamente de se democratizar. Em contínuos debates no balcão das casas de negócios, para a compra de barricas de peixe seco ou mantas de charque, é forçado a se arvorar em dono de casa para que se não arruine. “Barão ou visconde que fôsse, tudo lhe sairia ainda mais caro. Para regatear de consciência tranqüila, o homem tem de se tornar modesto e os ricos timbram por se igualar aos pobres”. O contacto permanente com o comércio das vilas leva o senhor de lavras a tendências igualitárias. O meio e uma certa dose de sangue semita (foi grande, segundo BARROS LATIF, o afluxo às minas de elementos da raça judaica) tornam o mineiro campeão da democracia no Brasil (MIRAN M. DE BARROS LATIF, *As “minas gerais”*, Editora S. A. “A Noite”, Rio de Janeiro, 1940).

¹¹ ALMIR DE ANDRADE, *Aspectos da cultura brasileira. A alma brasileira e o carnaval*, págs. 16-17. Coleção Pensadores brasileiros, III. Schmidt Editor, Rio, 1939.

trumento de servidão. Todas as lutas tendem a revestir, por força desse individualismo, um caráter pessoal; e mesmo quando se julga que aplaudimos ou combatemos idéias, o que, no fundo, se pretende consagrar ou repelir são os indivíduos que as encarnam, e de que o brasileiro é geralmente incapaz de separar das suas idéias, não só no terreno político, mais agitado de paixões, como no próprio domínio intelectual em que as divergências de doutrinas acarretam quase sempre separações e conflitos de pessoas.

Num país em que o prestígio pessoal é tudo, independente do nome herdado, e a união de indivíduos e grupos se tinha de fazer, em consequência, em torno de chefes ou de personalidades prestigiosas, não podia ser forte o princípio de coesão e de hierarquia social nem dominante a tendência à centralização. Toda a nossa história social e política mostra, como já frisamos, tanto a resistência oposta pelas províncias a movimentos centralizadores que, acima desses governos territoriais e particularistas suscitaram um organismo comum e unitário que os envolvesse, reduzindo as autonomias regionais, como a reação instintiva do individualismo contra as hierarquias ou toda e qualquer composição que se tornasse obstáculo à autonomia do indivíduo. O individualismo, de um lado, e, de outro, as tendências localistas resultantes do processo de nossa formação, residem à base desse personalismo tradicional, profundamente enraizado no brasileiro e intimamente ligado à vida de partidos e aos seus mecanismos de ação. A organização social, mais solidamente hierarquizada, que regista a nossa formação histórica, foi a das sociedades agrícolas, latifundiárias e escravocratas. Mas o fenômeno de urbanização, o desenvolvimento do comércio, a transformação das estruturas urbanas num sentido democrático, a extensão da cultura intelectual, e o individualismo crescente acabaram por desagregar os agrupamentos rígidos da sociedade rural, antes mesmo de ser atingida, nas suas próprias bases, pela abolição. O que dela nos ficou, quase como um resíduo transferido à vida política, foi a moral de patrões e agregados, de senhores e de escravos, formada e desenvolvida no regime social da escravidão. É esta moral, — constituída de dois princípios, da autoridade soberana do chefe, herdeiro do senhor, e da fidelidade incondicional do servidor, — que deu o conteúdo social ao personalismo por via de regra tão complacente e doce, para os submissos, tão arrogante e desabusado em relação a quaisquer restrições ao seu domínio e à sua expansão. “Ainda hoje, como pondera MÍLTON RODRIGUES, se formos analisar os elementos componentes do complexo constituído pelo que aqui se denomina “prestígio”, talvez o encontremos naquela espécie de relação entre o protegido e o proprietário, que caracterizou a nossa formação por núcleos agrícolas semi-feudais e isolados. Esse traço que um individualismo intenso imprimiu ao caráter político, e de que se acham afastados tanto o sentimento do interesse comum quanto o espírito de cooperação, ainda mais fortemente se acentuou com o desenvolvimento da burocracia a que as condições sociais e econômicas do país arrastaram a burguesia urbana desde o Império; com o hábito de apelar para o governo a propósito de tudo quanto interesse a mais de duas pessoas, na justa observação de ROY NASH, e com a absorção constante de todas as funções sociais pelo Estado”.

Enquanto, como observa BOUTMY, o Estado surge, na América do Norte, como uma criação conciente dos indivíduos e os cidadãos se mostram pouco desejosos de vê-lo intervir nas suas relações,¹² no Brasil o Estado aparece como uma providência que precede os indivíduos e a que se recorre como

¹² E. BOUTMY, *Éléments d'une psychologie politique du peuple américain*. Paris, Armand Colin, 1902.

um sistema de amparo e de proteção. O que se vê, atrás da estrutura do Estado não é o interesse coletivo de que é ou deve ser a suprema expressão; não é uma vontade objetiva que se desenvolve e reforça a dos indivíduos, para que esta se possa realizar completamente; não é a sociedade politicamente organizada que, como um espelho mágico, transmite ao indivíduo, com sua imagem, um poder novo; são, antes de tudo, as forças vivas, as personalidades que agem e teem em suas mãos as alavancas do comando. Não são as instituições, não é a autoridade que se respeita, seja qual for o indivíduo em que ela se instalou; mas os personagens que deteem o poder ou se agitam no cenário político, envolvendo-se numa auréola de prestígio... Esse respeito e essa atração pelas individualidades sobranceiras não apresentam, no entanto, o caráter místico de devoção até o sacrifício que costumam impor, aos indivíduos atraídos pelo seu magnetismo, os grandes chefes e condutores de massas; desconfiado e irreverente, enamorado do acontecimento e da sensação, o brasileiro manifesta, nessa atitude, antes um interesse quase espetacular pela força atuante dos tipos representativos e um constante esforço para despojar das fisionomias reais, humanas, a que às vezes tenta prender-se, a máscara fascinadora de predestinados. A extensão territorial e a sucessão inumerável de quadros geográficos em que se desdobra o panorama do país, e a própria dispersão dos grupos tendiam a apagar, no homem, pela distância em que os mantinham dos governos, a imagem visível do Estado. Aliás, a discordância já aqui notada entre a marcha territorial da sociedade e a do poder, entre a área de expansão social e a de eficiência política, e o fato de não ter sido constrangido a defender constantemente os indivíduos e a reconquistar a sua segurança contra inimigos exteriores, nem deram tempo e meios ao Estado nem lhe impuseram, por largo período, a necessidade de se fortificar, pelo temor da guerra, e de pôr a sua força em movimento, estreitando as relações dos indivíduos entre si e destes com o Estado. Se, porém, algum traço de misticismo se encontra na atitude do brasileiro em face do Estado, é um certo fetichismo das fórmulas e dos regimes, que se exprime numa confiança quase ingênua na eficácia de construções *a priori*, de instituições sociais e políticas perfeitas, e deve provir tanto da falta de uma longa tradição política quanto de um espírito revolucionário, ainda remanescente do século XVIII, que acreditava poder a razão interromper a continuidade histórica e regular o curso dos acontecimentos.

O patriotismo, no Brasil, como nos Estados Unidos, é também ele, mais utilitário do que místico, e se apóia sobre o individualismo, longe de contrariá-lo. Ainda que alimentado aqui, como por toda parte, na crença de que a nação representa uma grande tradição e encarna um ideal que é preciso defender, ele se volta mais para o futuro que para o passado, com brilhantes mas sem largas perspectivas históricas. Se ele reveste raramente a forma mística a que estão habituados os ocidentais, é que lhe falta, com efeito, recuo. Os povos americanos em geral, segundo observou BOUTMY, em relação aos Estados Unidos, não podem amar sua nação como um antepassado venerável, pois que eles a vêem formar sob seus olhos e por assim dizer a modelam com suas mãos. Não é senão pouco a pouco que, aproximados cada dia mais e unidos uns aos outros, adquirem os grupos uma verdadeira consciência coletiva. Sua imaginação pede então ao futuro essas largas perspectivas que o passado lhe recusa, em país novo, de formação recente. Mas todas as lutas em que o brasileiro se empenhou, mostram a força e a vitalidade desse sentimento nacional que se formou, sem a frequência estimulante de contactos hostis, e que tende a desenvolver-se cada vez mais à medida que a população se torna mais densa e se multiplicam as trocas econômicas e culturais, de uma a outra região. O que

admira, ao primeiro aspecto, nesse fato singular da existência de um espírito coletivo já tão arraigado, é que esse sentimento se tenha formado e tenha adquirido tanta vitalidade num país em que não concorriam para desenvolvê-lo nem a extensão territorial, nem a densidade de população, nem os estímulos poderosos de inimigos exteriores. O sentimento nacional é, de fato, um desses que se afirmam, opondo-se, e chegam a tomar um caráter religioso, quase fanático, de idolatria, de sacrifício e de imolação, sob a pressão de agressões externas ou de invasão do território. A experiência testemunha ainda a existência de “um laço efetivo e de uma lei de progressão concordante entre a densidade de população e o vigor do sentimento nacional”. Compreende-se também que, nos pequenos Estados, o patriotismo tenda a adquirir maior intensidade, como na Grécia antiga, em que, na observação de A. JARDÉ, “esse sentimento foi senão engendrado, ao menos desenvolvido pela mediocre extensão do Estado”. O território nacional era, de fato, para o grego, “uma realidade concreta e viva: o cidadão conhece-lhe todos os aspectos, todos os recantos; êle pode muitas vêzes do alto da Acrópole abranger, num só golpe de vista, tôda a cidade até as fronteiras que indica no horizonte um círculo de montanhas”.¹³ Ora, apesar da grande extensão territorial e da rarefação demográfica do país, que só podiam concorrer para enfraquecê-lo, e de lhe terem faltado, para temperá-lo, as grandes lutas dramáticas com que se robustece e se exalta o espírito coletivo, o sentimento de pátria é uma das forças vivas do brasileiro, que mal se dissimula sob a sua doçura, humanidade e tolerância para com as outras pátrias.

Mas, se estes constituem alguns dos traços comuns da psicologia do povo brasileiro, a unidade fundamental que acusam, no caráter nacional, não se formou nem tende a acentuar-se com prejuízo da grande diversidade de tipos regionais que tornam a paisagem social, no Brasil, uma das mais ricas e pitorescas. Pode-se dizer certamente e, de um modo geral, que o brasileiro é altruísta, sentimental e generoso, capaz de paixões impulsivas, violentas mas pouco tenazes, amando mais a vida do que a ordem, pacífico, hospitaleiro mas desconfiado, tolerante por temperamento e por despreocupação. Eis quanto à sensibilidade. Trabalhador resistente, dotado desse individualismo vigoroso que caracteriza os povos de pioneiros, mas sem espírito de cooperação, e guardando, sob uma atitude displicente de indolência e de abandono, reservas extraordinárias de energia. Eis quanto à vontade, que, agindo por impulsões e, portanto, sem continuidade, parece tender constantemente a concentrar-se, economizando forças, para as grandes reações periódicas, individuais ou coletivas. De uma sensibilidade aguda, de rara vivacidade intelectual e de uma imaginação rica em ficções que o predispõem mais às letras e às artes do que às ciências, não é o brasileiro menos interessante quanto à inteligência, quase primitiva pela facilidade de “apanhar no ar” e pela sua intuição, alimentada na sensibilidade e pelos seus instintos de direção. Mas, se parece ser este, nos seus traços mais importantes e gerais, o retrato do brasileiro, esse tipo comum, facilmente distinguível, se desdobra numa admirável variedade de sub-tipos psicológicos e sociais, diferenciados, pelos seus caracteres próprios, de uma para outra região. Não se trata das diferenças ou divisões que não são específicas, peculiares ao Brasil, mas separam por tôda a parte a cidade e o campo, o litoral e o interior, discriminando as respectivas populações com marcadas características que ressaltam de sua mentalidade particular, de seus modos de vida, de seus costumes e de suas tendências. Aquí, como em todos os países, se opõem a atmosfera inquieta e brilhante das grandes cidades e o ambiente

¹³ A. JARDÉ, *La formation du peuple grec*. La Renaissance du Livre, Paris, 1923.

tranquilo e repousante das cidades provincianas; a simplicidade rústica, a reserva e o espírito tradicionalista dos grupos sociais que vivem, isolados nas montanhas ou separados pelas distâncias, e se mantêm, por isto, mais fechados e homogêneos, e a acessibilidade às idéias novas, a tendência ao progresso, o gosto pela aventura e a avidez de lucro das grandes cidades, de composição heterogênea, e cosmopolitas. Não é, sem razão, escreve C. BOUGLÉ, que se atribue às montanhas "uma influência conservadora. As costas, ao contrário, sobre as quais os elementos mais heterogêneos, trazidos pelas vagas, podem entrar em contacto, fazem as sociedades mais móveis de certa maneira, e menos tradicionais".

As diferenças mais características, ligadas à diversidade de composição étnica, à variedade de meios físicos e a condições específicas de formação social, são as que se constatarem entre as populações do norte e as do sul, e bastante acentuadas para se perceberem, através de uma grande unidade de espírito e de sentimentos. É preciso levar ainda em conta, como um dos fatores que mais contribuíram para distinguir dos povos do sul os do norte, o que se poderia chamar a influência social favorável dos meios naturalmente desfavoráveis a que alguns autores atribuem a maior importância. De fato, em região alguma do país, a natureza exterior se apresenta tão bárbara e desordenada, tão fortemente perturbadora, na força e na sucessão de suas paisagens, como nas terras do norte, em que, oferecendo aos homens as impressões voluptuosas e as sensações variadas, tudo parece convidar a sensibilidade a desdobrar-se sobre as cousas e a inteligência a se deixar arrebatar pelo entusiasmo e pela exaltação. O homem do norte é, com efeito, mais vibrátil, mais lírico e dramático; o do sul, mais comedido, mais positivo e realista; naquele, a preponderância da sensibilidade sobre a razão, o gosto da eloquência, dos gestos e atitudes ardentes; neste, um maior domínio dos nervos, uma sobriedade até a reserva, equilíbrio e moderação. O norte, escreve JORGE AMADO, dando o seu depoimento sobre as duas populações, "parece-me muito mais lírico e misterioso; o sul, mais vertiginoso e progressista". Mas, nessa paisagem humana em que avultam dois tipos tão nitidamente diferenciados, — um, expansivo, inflamável, categórico nas afirmações, e o outro, retraído, prudente e conciliador, destacam-se ainda novas diferenças, não só nas populações do centro sul, mas entre estas e as do extremo sul, em que se elaborou um dos tipos mais característicos de nossa formação histórica e social. Embora tão próximos, o paulista, de uma discrição quase hostil, de tão reservada, com sua tendência à ação, empreendedor e tenaz; o mineiro, desconfiado até a dissimulação, prudente até o pessimismo, de um grande poder de plasticidade, de um claro bom senso e de hábitos morigerados, e o carioca, com seu bom humor até a irreverência, seu senso do ridículo e seu gosto do bem estar e dos prazeres da vida, se distinguem tão nitidamente que esses traços discriminativos já não passam despercebidos à observação superficial. De todos esses tipos sociais se diferencia, porém, o riograndense, o gaúcho propriamente dito, romântico e cavalheiresco, em que um vigoroso individualismo, o entusiasmo apaixonado e o ardor combativo se misturaram a uma sensibilidade afetiva e a uma natural generosidade para modelarem um tipo original, de acento áspero e rebelde, procedendo por contrastes de violência e de conciliações, de arrebatamentos autoritários e de sentimentalidade derramada, e amando tanto a arrogância dos gestos como a nobreza das atitudes.¹⁴

¹⁴ Ao fazer a análise do livro *O gaúcho na vida política brasileira*, de CASTILHOS GOICOCHÉIA, lembra V. COARACÍ que "há dois tipos de riograndenses, duas espécies de individualidades características". Este a que nos referimos, é, sem dúvida, muito mais frequente: "O tipo popular e bem conhecido do gaúcho, sentimental e generoso, valentão e amigo dos gestos teatrais e das frases retumbantes, cavalheiresco

No entanto, se estes traços diferenciais mostram o processo fragmentário de nossa formação que favoreceu a eclosão, na variedade dos quadros geográficos, da diversidade pitoresca da paisagem humana, os de semelhanças, tão gerais e persistentes, revelam que o Brasil se tornou uma unidade histórica, um sistema de civilização em que circulam idéias comuns e aparecem tendências dessa civilização à expansão atual. Todos esses grupos de sociedades, diferenciados sob a pressão primitiva da raça, do meio e dos regimes de produção e de trabalho, tendo participado de uma vida comum, formaram uma sociedade mais ou menos coerente, com seus costumes, suas tradições e seus caracteres próprios. Mas algumas dessas diferenças regionais já se atenuaram, como certos traços ou tendências, cujo feixe constitui o caráter brasileiro, tendem a transformar-se por força de causas internas e externas que vão operando modificações na estrutura social e econômica e, em consequência, na própria mentalidade nacional. Das transformações que se produziram no planalto paulista, já resultou que o que lhe constituía a base primeira, é dissimulado ao olhar não só pela mistura e assimilação de povos europeus ao núcleo primitivo, como também pela massa de instituições novas que se lhe sobrepueram e a alteraram, pelo simples fato dessa superposição. Onde certos traços ainda se observam, na sua pureza e força originais, é certamente em aglomerações de população de maior ou menor vulto, disseminadas pelo interior ou encravadas no sertão, que mantêm o seu caráter antigo, enquanto se transformam as do litoral e do planalto, sobre as quais, desde os princípios deste século, já reverberava mais intenso o clarão da civilização industrial. No mesmo país em que as condições naturais permanecem as mesmas, toda a vida se modifica desde que os povos mudam, como no planalto; e à medida que a civilização se desenvolve, conforme já observamos, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais. Aos contactos e comunicações mais frequentes entre o litoral e o interior, o norte e o sul, graças aos meios mecânicos de transporte (automóvel e avião); à força assimiladora do rádio; às mudanças de estrutura social e econômica num mesmo sentido e à transformação das condições demográficas podem-se ligar as transformações recentes da psicologia do povo brasileiro. Essas mudanças se processam todavia dentro de certos limites e na direção das tradições e tendências fundamentais com que se afirma o temperamento de cada povo. Por mais que as nações modernas se esforcem por serem completas e procurem o sucesso econômico e industrial, político e militar, literário e artístico, filosófico ou científico, elas conservam certas particularidades características e se fazem notar singularmente pelo relêvo dessas ou daquelas qualidades nacionais, fornecendo com essa própria diferenciação, um princípio de riqueza e de força para a civilização de que participam e para a qual concorrem com seus progressos em domínios determinados.

e discursador, que fala gritando e gosta de contar proezas". Mas também há "os homens frios e impetuosos, quase direi insensíveis, despidos de arroubos explosivos, avessos às fanfarronadas, que raras vezes revelam os seus propósitos, mas que raras vezes se desviam dos rumos secretos escolhidos para a sua ação". Além desta distinção, comenta V. COARACI, constata-se a existência, no Rio Grande do Sul, "de dois espíritos distintos em permanente antagonismo e em frequente conflito. São o espírito de fronteira e o que o escritor chama o espírito de cidade. Toda a história do Rio Grande do Sul se ilumina à luz desse critério. Mostra-nos CASTILHOS GOICOCHEIA que a longa duração da insurreição dos farrapos foi devida à preponderância do espírito de fronteira; que o antagonismo entre as duas mentalidades nunca deixou de existir; que esses espíritos não serão delimitados pelos quadros partidários, mas penetram e invadem as alas das várias facções e dentro delas se acotovelam e subsistem; que os períodos de paz e de tranquilidade no sul são aqueles em que domina o espírito de cidade; que ao tempo de JÚLIO DE CASTILHOS eram os pica-paus, dominados pelo espírito de cidade, ao passo que os maragatos eram inspirados pelo de fronteira. Foi o primeiro que preponderou e orientou a política do Rio Grande, no seu isolamento característico de 1894, data da derrota dos federalistas, até 1923, quando foi assinado o Tratado de Pedras Altas". (CASTILHOS GOICOCHEIA, *O gaúcho na vida política brasileira*; cfr. VIVALDO COARACI, artigo in "O Estado de São Paulo", Setembro, 1935).

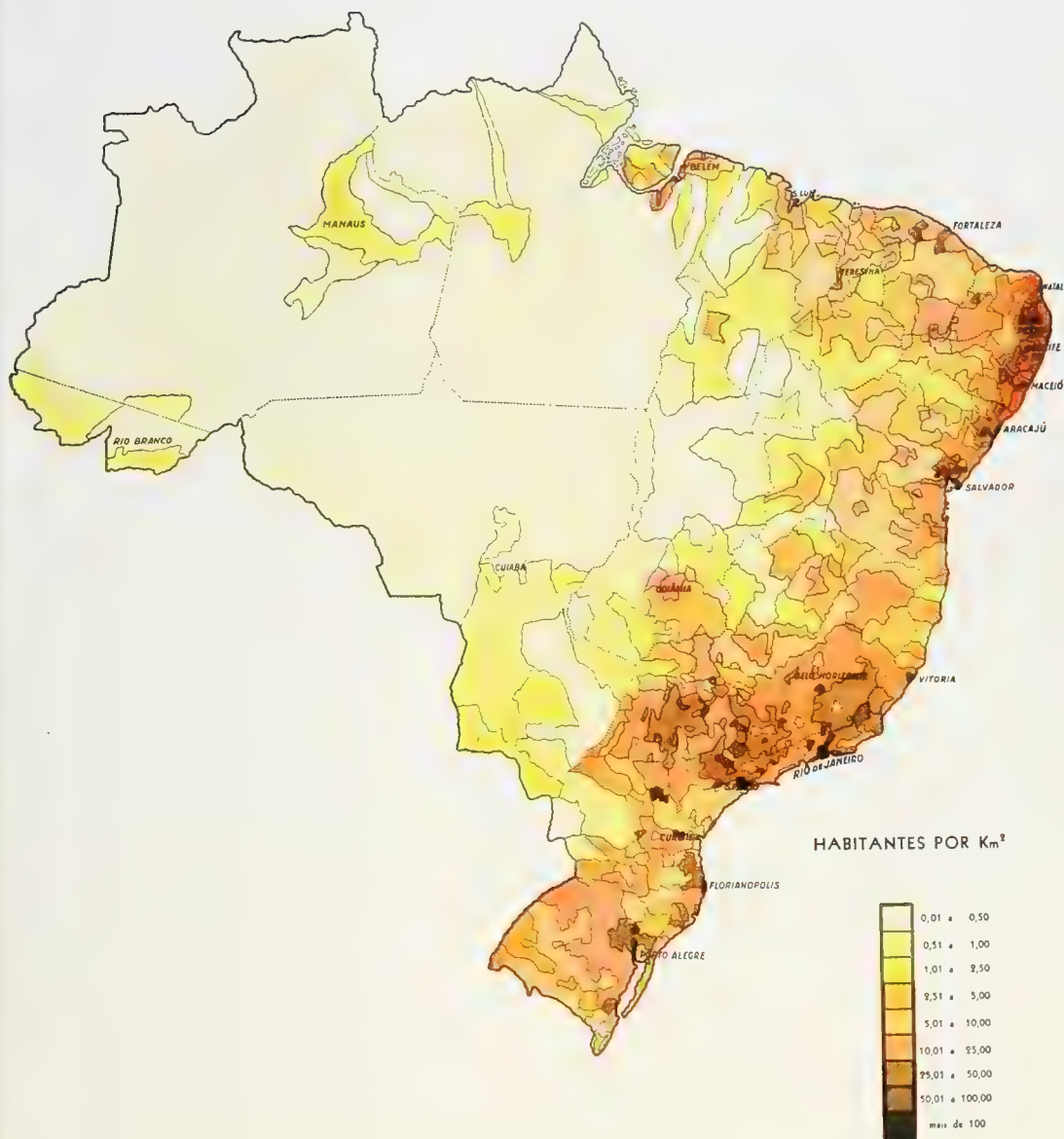
BIBLIOGRAFIA

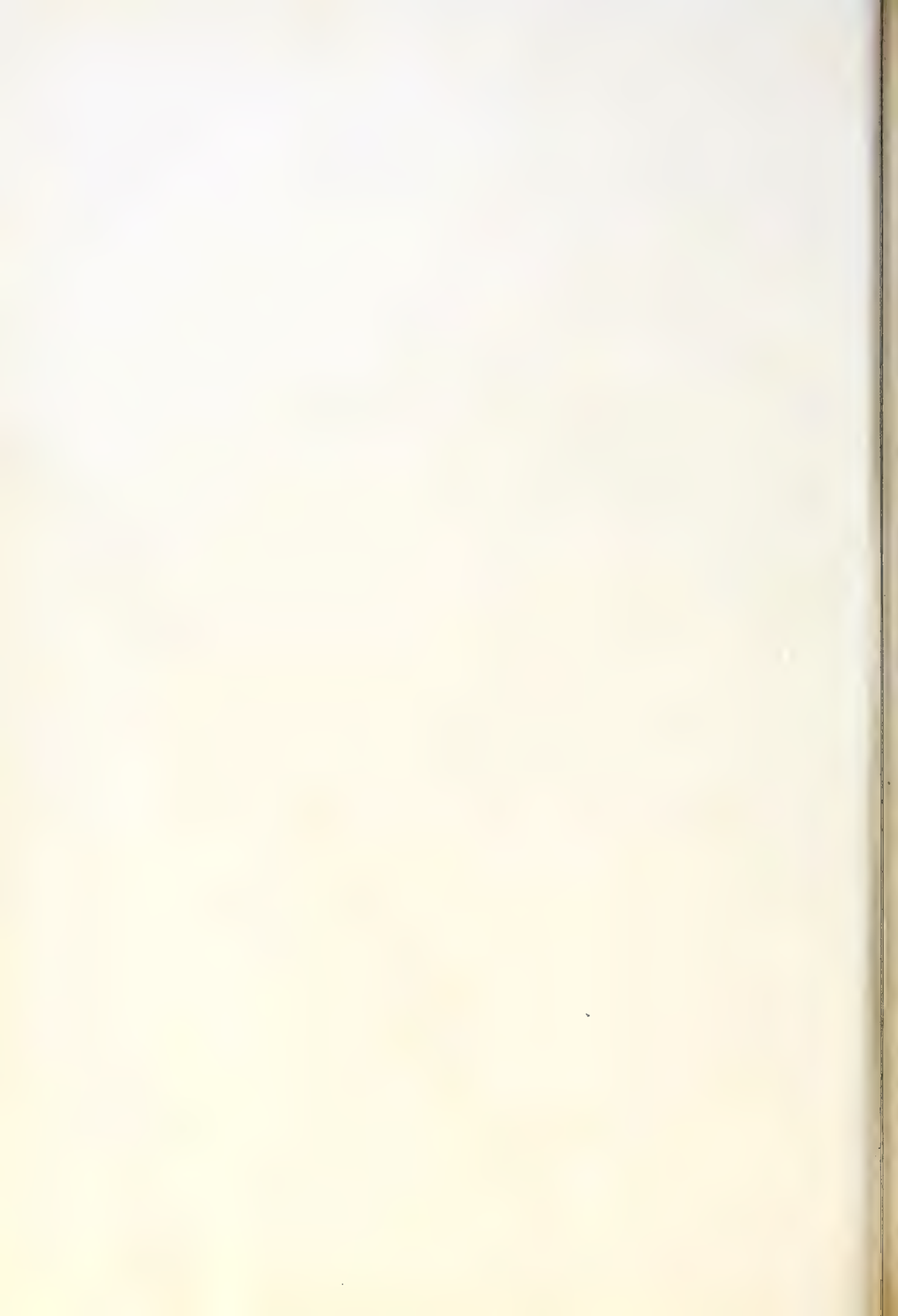
- BALDUS (Herbert) — *Ensaio de etnologia brasileira*. Série Brasiliana, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- BARROS LATIF (Miran M. de) — *As "minas gerais."* Editora S. A. "A Noite", Rio de Janeiro, 1940.
- BUARQUE DE HOLANDA (Sérgio) — *Raízes do Brasil*. Livraria José Olímpio, Rio, 1936.
- GARCIA (Rodolfo) e outros — *Os judeus na história do Brasil*. Uri Zwerling, Editor, Rio 1936.
- GOULART (Jorge Salis) — *A formação do Rio Grande do Sul*. Pôrto Alegre, 1929.
- LEITE FILHO (Solidônio) — *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1923.
- MACHADO (J. Alcântara) — *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, 1929.
- MELO FRANCO (Afonso Arinos de) — *Conceito de civilização brasileira*. Série Brasiliana, vol. 70, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- OLIVEIRA LIMA — *Pernambuco. Seu desenvolvimento histórico*. Leipzig, 1895.
- PRADO (Paulo) — *Retrato do Brasil*. Ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo, 1928; 2.^a ed. Rio de Janeiro, 1931.
- RAMOS (Artur) — *As culturas negras no Novo Mundo*. Civilização Brasileira Editora, Rio de Janeiro, 1937.
- RUGENDAS (J. Maurício) — *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. de SÉRGIO MILLIET, Livraria Martins, São Paulo, 1940.
- SIEGFRIED (André) — *L'Amérique Latine*, Paris, 1934.
- SILVA RODRIGUES (Milton) — *Educação comparada. O Brasil; o povo e a sua índole*, págs. 233-245. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- TRISTÃO DE ATAÍDE — *Traços da psicologia do povo brasileiro*. In "A Ordem", Rio, Fevereiro, 1934.
-

Mapa da densidade da população do Brasil,
por município, em Setembro de 1940



132. Mapa da densidade da população do Brasil, por município, em Setembro de 1940.





PARTE II

A Cultura



CAPÍTULO I

Instituições e crenças religiosas

A história das missões e a história da civilização cristã — A Companhia de Jesús e a Reforma — A primeira missão de Jesuítas ao Brasil — A catequese: JOSÉ DE ANCHIETA — O Evangelho nas Selvas — A Tempestade da Reforma e a sua repercussão no Brasil — A fundação em Roma (1622) de uma congregação permanente para a propagação da fé — A expansão das missões — Os missionários contra os abusos da conquista — ANTÔNIO VIEIRA na luta contra a escravidão dos índios — A cultura, nesse período, mais ou menos tributária da religião — O catolicismo e a influência das religiões afro-índias — Casa grande, capela e senzala — As igrejas e os templos — O púlpito no Brasil — A formação dos sacerdotes — As ordens e congregações religiosas — A sua riqueza e o seu florescimento — A maçonaria — As atividades das lojas maçônicas — A fusão da Igreja e do Estado — Influência do clero — Os grandes pregadores — A questão religiosa — Liberdade de culto e de crenças — O protestantismo e seus progressos — O espiritismo e outras formas de religiosidade — A teosofia — O positivismo — A “religião da humanidade” — Religião e cultura — Predomínio da religião católica.

PODE parecer estranho à primeira vista que, ao abordarmos a análise da cultura, no seu sentido mais restrito e nos seus aspectos fundamentais, comecemos pelo estudo das crenças e instituições religiosas. Certamente, tomado o termo “cultura”, no seu mais amplo significado, corrente nos domínios da antropologia cultural, as crenças e instituições religiosas fazem parte integrante da cultura espiritual de um povo. Sob êsse aspecto, seriam apenas uma das condições e fatores da cultura, na acepção mais limitada, de desenvolvimento intelectual, literário, artístico ou científico. Mas são tão íntimas e constantes as relações entre o desenvolvimento da religião, no Brasil, e o da vida intelectual, nos três primeiros séculos, que não se podem, durante êsse largo período, separar um de outro: nessa fase de nossa formação social, foi efetivamente de intenção, forma e fundamentos religiosos quase tôda a cultura que se desenvolveu nessa parte do continente. A religião teve, no período colonial, uma influência, sem dúvida preponderante e quase exclusiva, na organização do sistema de cultura que, tanto no seu conteúdo como nas suas formas e instituições, acusa fortemente essas relações de estreita dependência entre a cultura e a religião. Não são apenas pontos de contacto que estabeleceram, entre uma e outra, zonas de influência e de interpenetração, mas verdadeiros vínculos que as prendem, desde as suas origens, entrelaçando-lhes as raízes, e obrigando-nos a entroncar a história cultural em sucessos, instituições

e influências religiosas. Tributária da religião, de cuja seiva se alimentou por largo tempo, a cultura, só mais tarde e, especialmente, no século XIX, se desprende da igreja, sem deixar de ser cristã no seu espírito e nas suas manifestações, para se ligar à vida profissional e às instituições prepostas à preparação para a profissões liberais. Assim, a princípio, de iniciativa eclesiástica ou de conteúdo religioso, crescida à sombra de conventos, seminários e colégios de padres e, em seguida, de caráter utilitário, fomentada nas escolas superiores de preparação profissional, a cultura não pode ser compreendida nem explicada, na sua evolução, se nos esquivarmos a começar por expor as atividades religiosas e profissionais a que se ligou, e, sobretudo, as da religião católica que, com suas crenças, sua moral e seus ritos, embalou o berço e selou o túmulo de gerações sucessivas.

• O Brasil, pode-se dizer com SERAFIM LEITE, que nasceu cristão. E nasceu cristão, antes de tudo, pela fé que ardia no peito dos descobridores e de seu rei e se transportara, com os costumes e os usos, as mercadorias e as armas, no bôjo das caravelas. A grande cruz, de madeira indígena, trazida em procissão por portugueses e índios, e arvorada junto ao altar armado a céu aberto e em que disse a missa Frei HENRIQUE DE COIMBRA, a 1.º de Maio, em terra firme, foi, no ato oficial de posse do Brasil, celebrado em Pôrto Seguro, o símbolo augusto da conquista, à civilização cristã, das terras descobertas. O nome de Ilha de Vera Cruz, com que as batizou o seu primeiro historiador PERO VAZ DE CAMINHA, brotara como uma inspiração do sentimento religioso que animava os descobridores e se devia transferir do pequeno país peninsular ao vasto campo que então se abria à propagação da fé e ao esforço colonizador dos portugueses. A religião católica, ao tempo dos descobrimentos, já havia penetrado em tôda a sua extensão o reino lusitano, desde as suas pequenas cidades às vilas, aldeias e povos, e com tanta profundidade que, quatro séculos depois, ANTERO DE FIGUEIREDO, nas suas jornadas em Portugal, ainda pôde senti-la em tôda a sua pureza e simplicidade rústica, “nas alminhas brancas das encruzilhadas, com seus beirais encarnados, sua lâmpada, seu animismo e seus padre-nossos; na cruz negra da borda das estradas; no cruzeiro dos laguiños aldeões, — símbolos que dão religião aos caminhos, às esquinas, aos rócios e aos cerros, espiritualizando a terra e o ar pelo sentido de sua devoção”.¹ Nesse país, de população tão escassa que, por essa época não excederia de 1 milhão de habitantes, dispersos por vales e serranias ou agrupados em cidades raras, de ruas estreitas e cotoveladas, a religião se disseminara por tôdas as camadas sociais e a cruz, que se erguia nos cimos das igrejas e se carregava nas procissões e nas romarias às ermidas milagrosas, se alteava nas caravelas, ornava o punho das espadas e pendia sobre o peito do secular e do eclesiástico, do camponês e do fidalgo. Era tôda uma atmosfera de religiosidade e de fé que se respirava em Portugal e, se se apresentava mais quente e carregada de misticismo nos conventos e nos santuários, se propagava por tôda a parte, na palavra evangélica que descia dos púlpitos ou nas vibrações dos sinos de bronze que caíam lentas das tôrres cristãs. Na armada de PEDRO ÁLVARES CABRAL, iam para a Índia a que se destinava, quando partiu de Belém, alguns franciscanos, missionários: a cruz das caravelas que zarpavam para terras de gentio ou para as aventuras marítimas das descobertas, abria os braços para a evangelização das tribus bárbaras e a conquista das almas. Mas, para essa obra de extensão do reino de Deus, nesta parte do novo mundo, como na Índia, se devia aparelhar todo um estado maior de homens de elite: os jesuítas.

¹ ANTERO DE FIGUEIREDO, *Jornadas em Portugal*. Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa; Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1918.

Ora, desde as viagens de São Paulo até nossos dias, a história das missões se confunde com a da civilização cristã, e os anais missionários continuam através dos séculos as atas dos Apóstolos.² A propagação da fé, no entanto, esbarrava, no século XVI, em obstáculos ao parecer invencíveis: de um lado, a disciplina do clero e da Igreja, penetrada da vida sensual da Renascença e da admiração um pouco idólatra do mundo antigo e impregnada do orientalismo pagão, tendia a dissolver-se nos abusos dos papas e dos grandes eclesiásticos, e, por outro, irrompia, no seio do catolicismo, em consequência desses mesmos abusos e sob a pressão de idéias reformadoras, a maior dissidência que já perturbou a unidade espiritual e a pregação do Evangelho. A hora era grave. O catolicismo "sofrera os ataques formidáveis de um LUTERO, um ZWINGLIO e um CALVINO. A unidade da igreja quebrara-se. Meia Europa estava repartida em seitas protestantes. A política fomentava as desordens nos grandes países para, dividindo-os, enfraquecê-los; e a terra estava ainda ensopada no sangue do massacre do dia de S. Bartolomeu e no das tremendas matanças dos anabatistas e dos huguenotes". Foi por essa época de lutas e dissensões religiosas que surgiu a Companhia de Jesús, fundada em 1534 por Sto. INÁCIO DE LOIOLA, e da qual, antes mesmo de ser erigida, em 1540, em ordem religiosa por PAULO III, já se destacava um dos seus filhos mais eminentes, São FRANCISCO XAVIER, para a evangelização da Índia. Segundo a expressão de PIO XI, Deus fazia, por esse modo, do século da Reforma, "o século do Concílio de Trento, da renascença das antigas ordens monásticas, da floração inumerável de novas famílias religiosas, o século de ouro da santidade". De fato, o movimento evangélico retoma a sua curva ascendente e entre as grandes datas do calendário missionário figuram, nesse século, os dos sucessos do apóstolo da Índia e os do Pe. JOSÉ ANCHIETA, apóstolo da América. Em 1549, cerca de 50 anos depois do descobrimento e quando a Companhia de Jesús já contava nove de existência canônica, chegava ao Brasil, com o primeiro governador geral TOMÉ DE SOUSA, a primeira missão de jesuítas, dirigida pelo Pe. MANUEL DA NÓBREGA, religioso de grande saber e virtudes, "o maior político do Brasil", como lhe chamou SOUTHEY, e que fundou e organizou a catequese dos índios. Essa missão, quatro anos depois, em 1553, se reforçava com outro punhado de missionários de que fazia parte um jovem jesuíta, de 19 anos e de constituição frágil, — o Pe. JOSÉ DE ANCHIETA, natural de Tenerife, nas Canárias, e que devia tornar-se famoso, pela santidade de sua vida, pelo seu espírito de sacrifício e por seu zelo apostólico na propagação do Evangelho nas selvas e nos sertões.

O que foi a atividade desses homens admiráveis, na defesa e conversão dos gentios e nas suas entradas aos sertões, entre perigos e trabalhos de toda ordem, não se pode avaliar senão medindo-a pela extensão da área geográfica e social em que se desenvolveu e pela variedade de serviços em que se repartiu, projetando-se em todos os domínios. Certamente, é na cristianização da terra que se concentram os esforços dos jesuítas, e é a serviço dessa obra fundamental do ponto de vista católico, que se desdobra, se alarga e se multiplica a atividade espantosa dos missionários. Mas, que a ação infatigável e fecunda desses religiosos ultrapassou os domínios do espiritual, não resta sombra de dúvida. Eles formavam, pela sua rígida disciplina, na sociedade colonial, incoerente e fragmentária, um todo homogêneo e compacto, capaz de resistir às influências dissolventes e de estabelecer um *minimum* de unidade moral e espiritual entre os colonos portugueses e os povos primitivos, assimilados à

² FLORIAN DELHORBE, *Les missions catholiques dans le monde*. In "Le Mois", du 1er. Mars au 1er. Avril, 1939, Maulde et Renou, Paris.

nova civilização. A Companhia de Jesús não se limitava a doutrinar a todos com a palavra cristã, edificando-os com os sacramentos e os exemplos de suas virtudes nem empregava somente os meios religiosos para difundir o Evangelho e assegurar a coesão moral e a fidelidade das tribus catequizadas: investia contra a prepotência e os abusos dos colonos; desencadeava a ofensiva contra a dissolução dos costumes, com que, pela acessibilidade das índias e pela escassez de mulheres brancas, se abalava até os seus fundamentos a estabilidade social; abria escolas de ler e escrever, chegando a edificar, com suas próprias mãos, colégios como o da cidade de Salvador, — o primeiro do Brasil —, o de S. Vicente, e, em 1554, o de S. Paulo nos campos de Piratininga;³ concentrava os índios em aldeamentos em que, à sombra da igreja e da escola se cultivavam as terras e se praticavam tôdas as indústrias necessárias; e iniciava, “ao passo tardo dos missionários”, — para empregar a expressão de EUCLIDES DA CUNHA, essa formidável penetração colonizadora que só mais tarde deveria atingir o máximo de intensidade, “irradiando-se por três quadrantes, com a rota acelerada das bandeiras”. Primeiro mestre do Brasil que, compreendendo o alcance desse instrumento verdadeiramente eficaz de penetração que é a escola elementar, criou escolas e ergueu colégios por toda parte, o jesuíta, com a sua medicina e a botica do colégio, — “reservatório geral de todos” —, com as suas indústrias, as suas culturas e as suas fazendas de gado, tornou-se, nestas paragens, um dos mais poderosos agentes de colonização. A autoridade e o prestígio de que se armaram, entre índios e colonos, erigiram esses religiosos, no século XVI, ao primeiro plano da política colonial, a que assistiam como conselheiros, e chegaram, por várias vezes a imprimir, por sua influência decisiva, uma nova orientação, assegurando o sucesso das armas portuguesas.

Foi, de fato, de primordial importância a intervenção do Pe. MANUEL DA NÓBREGA na política colonial, já levando o governador MEM DE SÁ a adotar novo sistema para a sujeição dos índios, já induzindo o rei de Portugal a expulsar os franceses do Rio de Janeiro e animando ESTÁCIO DE SÁ na luta contra o invasor associado aos tamoios. Até então, “os portugueses, escreve SERAFIM LEITE, seguiam o sistema romano de dividir para reinar. Promoviam a divisão dos chefes índios entre si, e dessa divisão se aproveitavam”. Para o Pe. MANUEL DA NÓBREGA, “o sistema que convinha não era esse: era o de mão forte”. A paz imposta pela firmeza e pela força, não só tornaria, como efetivamente tornou mais fácil a catequese dos índios, que se foram incorporando ao grêmio da civilização, como devia assegurar mais sólidas garantias à vida dos colonos e ao esforço colonizador que se desenvolviam, até essa época, sob a pressão permanente das incursões de tribus revoltadas. A atividade dos jesuítas, em apoio à campanha de MEM DE SÁ contra os franceses, ainda que inspirada sobretudo por motivos religiosos, teve um alcance político que nunca é demais encarecer: contribuiu para restabelecer a união entre os índios que os franceses dividiam e açulavam contra os portugueses, para impedir que se cortasse em duas a América portuguesa e, ainda, para resguardar, contra os

³ O que era, em Piratininga, a vida dos primeiros jesuítas, conta-nos o Pe. JOSÉ DE ANCHIETA em uma de suas cartas, escritas num espírito edificante de piedade e de abnegação e com um realismo pitoresco, rico de detalhes. “Aqui se fez, escreve ele, uma casinha de palha, com uma esteira de canas por porta, em que moraram por algum tempo bem apertados os irmãos; mas esse apêto era ajuda contra o frio que naquela terra é grande com muitas geadas. As camas eram rédes, que os índios costumam fazer; os cobertores, o fogo para o qual os irmãos comumente e, acabada a lição da tarde iam pôr lenha ao mato, e a traziam às costas para passar a noite, o vestido era muito pouco, e pobre, sem calças, nem sapatos, de pano de algodão. Para a mesa usaram algum tempo folhas largas de árvores em lugar de guardanapos: mas bem se escusavam toalhas, onde faltava o comer, o qual não tinham donde lhes viesse, senão dos índios, que lhes davam alguma esmola de farinha e às vezes (mas raras) alguns peixinhos do rio e caça do mato. Muito tempo passaram grande fome, e frio: e contudo prosseguiram seu estudo com fervor, lendo às vezes a lição fora ao frio, com o qual se haviam melhor que com o fumo dentro de casa”. (*Apud* SIMÃO DE VASCONCELOS, *Crônica da Companhia de Jesús*, pág. 83, n.º 151).

perigos que a ameaçavam, a unidade da religião. Outros vêem certamente a diversa luz o procedimento do Pe. NÓBREGA; nós vemos, através dessa conduta, não só a solicitude de seu zêlo apostólico, mas a aguda visão de um grande político. Em 1557, um ano e quatro meses depois que VILLEGAGNON transpusera, com as suas naus, a baía de Guanabara, aportava ao Rio de Janeiro a expedição organizada em Honfleur, na Normândia, e a que se incorporara uma comitiva de 14 huguenotes, escolhidos por CALVINO e pela Igreja de Genebra. Foi a primeira missão da Igreja Reformada que pisou terras brasileiras; e com ela viria repercutir, na colônia portuguesa, "a tempestade terrível da Reforma que devia arrancar ao seio da igreja tantos povos". A dissidência que rompeu entre os calvinistas e VILLEGAGNON; a volta da maior parte deles para a Europa, em 1558, o sacrifício de outros quatro que assinaram a admirável "profissão de fé", calvinista, escrita por JEAN DE BOURDEL e caíram vítimas da vingança sanguinária do próprio governador francês, reduziram, sem dúvida, as perspectivas de difusão, no Brasil, da seita protestante. Mas seja qual for o ponto de vista em que se possa colocar o historiador imparcial, não é possível desconhecer o alcance da atitude dos jesuítas em face do perigo da transposição das lutas religiosas em que se debatia e se dilacerava a Europa, para a pequena sociedade colonial, ainda em formação, dispersa e heterogênea, e já trabalhada por graves dissensões internas.

Não fôsse a energia de MEM DE SÁ, secundada pela atividade incansável de NÓBREGA, e não somente, como diz SOUTHEY, "esta cidade que é hoje capital do Brasil, seria francesa", mas francesa seriam também larga parte da região meridional e estaria definitivamente comprometida a colonização portuguesa na sua tríplice unidade de língua, religião e território. De todos os episódios em que se desenrolara o vasto plano de NÓBREGA para a expulsão dos franceses, nenhum, porém, foi tão famoso como o da missão que realizou o jesuíta ilustre, acompanhado de ANCHIETA, indo ter com os índios para negociar a paz e oferecendo-se a si mesmo como refém, com risco de perder a vida. A célebre jornada de que resultou o armistício de Iperoig (1563), concertado entre tamoiós e portugueses pela missão de NÓBREGA e de ANCHIETA, — a mais perigosa embaixada de que ninguém jamais se encarregou, como a qualificou SOUTHEY —, é, sem dúvida, uma das mais belas páginas dos anais missionários da Companhia de Jesús e de sua obra, paciente e humana, de colonização. O que é surpreendente em tôda esta empresa civilizadora, iniciada pelos jesuítas, quinze dias depois de desembarcados, e multiplicada em serviços, durante quase três séculos, é que eles a realizaram sós, durante cêrca de 30 anos, e não tiveram, senão a partir de 1580, para auxiliá-los no seu apostolado, missionários de outras ordens, como os beneditinos, franciscanos e carmelistas. As atividades apostólicas deveriam adquirir por tôda a parte novo impulso, no século XVII, quando GREGÓRIO XV funda, a 6 de Janeiro de 1622, uma congregação permanente para a propagação da fé e em que se disseminam as missões católicas que só entraram novamente em declínio, na Europa e em países distantes, nos fins do século XVIII, em consequência da Revolução Francesa e das guerras de NAPOLEÃO. Mas ainda depois da entrada das ordens monásticas, no século XVII, foram os jesuítas que desfecharam, quase isolados, uma outra campanha, — a mais memorável de tôdas em que se empenharam —, em defesa da liberdade dos índios, opondo a muralha de seus peitos sagrados pela cruz e o fogo de sua palavra ardente ao tráfico e à exploração das tribus americanas. Os ataques dos mamelucos, os mais terríveis inimigos dos índios, aos aldeamentos e povoações indígenas; as incursões das bandeiras, organizadas com o fim expresse de cativar índios; as investidas destruidoras, ao sul, contra a missão de Guaira e as reduções do Paraguai,

Uruguai e Tape;⁴ as perseguições que sofreram, ao norte, no Pará e Maranhão, donde por duas vezes, em 1661 e em 1684, foram expulsos, e a tremenda ofensiva de acusações e calúnias, mostram a intensidade a que atingiu a luta obstinada dos jesuítas contra os colonos escravistas e a sua decisão inabalável de não sacrificar, em obséquio aos poderosos, os ideais de respeito à pessoa humana e à liberdade dos índios. Nessa luta contra o cativoiro indígena avulta, no norte, a figura incomparável do Pe. ANTÔNIO VIEIRA, evangelizador nas entradas pelo sertão, diplomata arguto e orador notabilíssimo, cuja eloquência, em defesa da raça oprimida, rompeu com a força irreprimível de uma explosão e só comparável à de RUI BARBOSA, dois séculos depois, na campanha da libertação dos escravos negros.

Diante de uma ação de tão larga envergadura, no plano religioso, social e político, em que os missionários, de tôdas as ordens souberam manter, entre os colonos, uma superioridade autorizada tanto pelo ministério sacerdotal quanto pela cultura e dignidade de vida, pode-se avaliar o grau de penetração que atingiu a obra de propagação da fé, entre os índios e colonos. A cristianização, propriamente dita, dos indígenas e de grande número de caboclos, "ainda que superficial e pela crosta", no julgamento severo de GILBERTO FREYRE, foi incontestavelmente, como éle próprio o reconhece, obra quase exclusiva dos padres da Companhia, que contribuíram, mais do que todos, para que o catolicismo fôsse realmente o cimento de nossa unidade. À medida que se alargava para os sertões e as florestas, num esforço imenso de penetração catequista, infiltrava-se o evangelho na região tenebrosa das senzalas, trazendo, com a fé, à raça infamada pela pirataria da escravidão uma palavra de alívio e uma porção de energia, e promovendo a conversão em massa das populações negras apanhadas pelas garras do tráfico. Os missionários, tão ardentes na defesa da liberdade dos aborígenes, eram obrigados a tolerar o cativoiro negro, estabelecido pelo saque ungido em instituição legal, como, nas Índias, foram eles constrangidos a transigir com a separação das castas, tão enraizada se achava no sangue (sobretudo no sul da Índia), atacando a evangelização pela conversão, mais fácil, dos sem casta (párias), que viam no missionário um protetor contra seus exploradores. Não lhes sendo possível destruir a escravidão negra (e sabemos todos a campanha que foi necessária, durante quase um século, para a sua abolição), procuraram tornar menos dura a condição servil e prestar tôda a assistência possível, moral e religiosa, às vítimas do cativoiro. Mas, onde os religiosos e, especialmente, os jesuítas estabeleceram os seus mais sólidos pontos de apoio a essa vigorosa expansão missionária, foi nas escolas e colégios que fundaram e com que, no Brasil, durante cêrca de três séculos, a história da cultura se ligou intimamente à história das missões. A igreja

⁴ Na obra de catequese dos índios, os jesuítas deram provas de grande tato psicológico que lhes permitiu levar mais longe do que quaisquer outros missionários a luz do Evangelho. Procuraram desde logo aprender a língua tupi-guarani que dominaram como poucos, e nas suas classes, em que se misturaram meninos brancos e índios (*columis*), faziam "cada qual aprender a língua dos outros: os índios, a portuguesa; os portugueses, a brasileira". Na conquista dos espíritos, sem descuidar dos adultos, dirigiram-se a fundo sobre o reino das crianças, e "como sabiam que para atrair crianças não há como crianças", procuraram importar meninos órfãos de Lisboa que chegaram em 1550, na segunda expedição de jesuítas, e seriam, como nos informa SERAFIM LEITE, "os agentes de ligação com os meninos índios do Brasil". Souberam transigir com certos costumes dos índios, para atraí-los e conquistá-los. Mas tôda essa atividade apostólica, notável a tantos aspectos, não esteve isenta de erros de técnica e de visão. Parece-me que um deles foi ter acentuado o aspecto intelectual na educação dos colonos e, sobretudo, na formação dos índios: os franciscanos, como já notou GILBERTO FREYRE, preocupavam-se acima de tudo em fazer dos índios artífices e técnicos, enquanto que os primeiros jesuítas quase se envergonhavam, através de suas crônicas, do fato de lhes ter sido necessário exercer ofícios mecânicos. O maior erro, porém, praticado sem dúvida com o elevado propósito de defesa dos índios, foi o da "segregação" dos indígenas em grandes aldeias. Por mais bem organizadas que fossem, — e os aldeamentos conhecidos pela denominação de reduções do Paraguai, tornaram-se pequenas cidades, prósperas e tranquilas —, elas importavam em criar para os índios, um meio social, artificial, dificultando, sob vários aspectos, a transição da vida selvagem para a civilização, além de constituírem verdadeiros quistos étnicos e culturais na sociedade colonial, de que viviam apartados sob a jurisdição dos jesuítas. Abandonando, pela ação dos missionários, a cultura de que provinham, não chegavam os índios a incorporar-se a uma nova situação, não ideal, mas real, ficando a meio caminho de dois tipos ou estilos de cultura, de níveis e aspectos extremamente diversos.

e a escola aparecem, na vida colonial, tão irmanadas que não há aldeias de índios, nem vila ou cidade, no raio de ação missionária, em que, ao lado do templo católico, — igreja, ermida ou capela —, não se encontre ao menos a escola de ler e escrever para meninos. A princípio, o ensino elementar e, depois, o de humanidades, nos colégios do Rio de Janeiro e de Pernambuco, e no da Baía no qual, reorganizado em 1557, já se ministrava ensino superior, se conferiam as láureas de mestre em artes, em 1578, e, nesse curso de artes (filosofia), já se haviam matriculado em 1598 quarenta estudantes. Enquanto se estabelecia o colégio da Baía, escreve SERAFIM LEITE, e ainda por iniciativa dos jesuítas, “fundavam-se outros simultânea ou sucessivamente nas principais povoações portuguesas do Brasil, que, durante o século XVI, não teve outros mestres”.

É nesses colégios e nas casas de jesuítas que se instalaram as primeiras bibliotecas do país e, por um largo período, os únicos focos de irradiação de cultura, no litoral e no planalto. É neles que se educaram, ainda no século XVI, entre outros, BENTO TEIXEIRA, autor da *Prosopopéia*, Frei VICENTE DE SALVADOR, a que se deve a primeira história do Brasil, e JERÔNIMO ALBUQUERQUE MARANHÃO; no século XVII, ANTÔNIO VIEIRA, EUSÉBIO e GREGÓRIO DE MATOS, e a seguir, até o século XVIII, em que foram alunos de jesuítas os poetas SANTA RITA DURÃO, BASÍLIO DA GAMA e ALVARENGA PEIXOTO, “todos ou quase todos, diz o BARÃO DO RIO BRANCO, os que no Brasil colonial tiveram algum nome nas letras, nas ciências, nas artes e na política”. Nesses três séculos que abrange o regime colonial, o ensino, abandonado inteiramente ao clero, esteve a cargo exclusivo dos jesuítas, no primeiro de nossa formação, e passou a ser dado, nos seguintes, sobretudo pelos religiosos da Companhia e pelos beneditinos, capuchinhos, carmelitas, e de um modo geral por sacerdotes, regulares ou seculares, em seus colégios, conventos e seminários. “Pioneiros de nossa civilização, escreve VILHENA DE MORAIS a respeito dos jesuítas, ao mesmo tempo que se dedicavam ao ministério espiritual... não esqueciam como filhos que eram de Sto. INÁCIO DE LOIOLA o cultivo das ciências e das letras. Eles, com efeito, os que criaram e quase exclusivamente mantiveram por duzentos anos o ensino público, entre nós; eles, os que deram à poesia, à crônica, à história, à filosofia, à eloquência os seus mais antigos representantes, num país ainda imerso nas trevas da barbárie; eles, os únicos que estudaram o idioma dos selvagens... eles, finalmente, os que tiveram a glória de presidir à formação intelectual dos nossos mais notáveis escritores dos séculos XVII e XVIII”. Pode-se, pois, dizer, sem nenhuma ênfase, que a cultura no Brasil, elaborada pela Igreja, ao longo de nossa história colonial, foi tributária da religião. Certamente, porque lhe faltava ambiente apropriado, não logrou desenvolver-se, senão dentro de certos limites, mesmo entre os eclesiásticos, — os homens mais ilustrados do tempo cujos conhecimentos não passavam do latim e da teologia —, e continuava a ser tão rara que o indivíduo, senhor do conhecimento do latim e do francês, “era olhado, diz ARMITAGE, como um gênio tão transcendente que de grandes distâncias vinham pessoas consultá-lo”. Mas, ainda que dominada pela influência predominante ou quase exclusiva da religião e orientada sobretudo para a formação profissional de sacerdotes, essa cultura, de feição literária e escolástica, era até certo ponto desinteressada, sem preocupações utilitárias, e se caracterizava pela sua unidade orgânica, ligada como estava, a uma determinada concepção de vida, dominante por essa época na Metrópole e no seu único centro universitário.⁵

⁵ Não era de esperar melhor resultado intelectual na Colônia, quando, na capital da metrópole, em Lisboa, era geral e profunda a ignorância no século XVI, e somente duas pessoas, ao que afirma R. OLIVEIRA, se ocupavam em ensinar leitura às meninas. Nos séculos XVII e XVIII a situação na Metrópole, a esse

Assim, com todos os seus defeitos, que eram os do ensino da época, excessivamente literário, abstrato e dogmático, essa cultura, se é certo que criou uma elite artificial, superposta à massa ignorante dos colonos, teve a vantagem de operar, ainda que por cima, pelo seu caráter uniforme, uma assimilação mais profunda dos brasileiros, do norte e do sul, do litoral e do planalto. Os alunos de colégios de padres foram, como já observou GILBERTO FREYRE, “uma vez formados, elementos de urbanização e de universalização, num meio influenciado poderosamente pelos autocratas das casas grandes no sentido da estagnação rural e da extrema diferenciação regional. Nas modas de trajar, nos estilos de vida, eles representaram aquela tendência para o predomínio do espírito europeu e de cidade sobre o agreste ou turbulentamente rural, encarnado muitas vezes pelos seus próprios pais ou avós”. À cidade contrapunha-se o engenho; e se é verdade que o senhor de engenho, — senhor quase feudal —, tendo o governo de sua propriedade e a polícia de sua região, era o dono de seu latifúndio, de seus escravos e de sua capela, a religião montava guarda à família patriarcal com seus capelães e tios-padres, cuja influência moral e cultural se estendeu por todas as casas grandes. Esses sacerdotes, geralmente do clero secular, não exerciam apenas a função de capelães; eram os assistentes, os conselheiros e, muitas vezes, os primeiros mestres dos filhos de famílias abastadas que daí se encaminhavam depois à Europa para estudos superiores. “O número de homens ilustres da época colonial e dos primeiros anos do Império, que receberam sua educação primária e secundária nos colégios de padres, sobrepuja, escreve GILBERTO FREYRE,⁶ o dos educados em casa, com capelães e tios-padres. Capelães e tios-padres que, subordinados mais ao pater-famílias que à Igreja, não deixavam, entretanto, de representar, sob a telha vã dos casarões patriarcais, alguma coisa de sutilmente urbano, eclesiástico e universal, — a Igreja, o latim, os clássicos e a Europa, o sentido de outra vida, além da dominada pelo olhar dos senhores, do alto das casas grandes”. Mas os capelães das casas grandes, sobre assistirem à família patriarcal, destinavam-se ainda a cristianizar as senzalas e a secundar os senhores na política de assimilação dos escravos: como os missionários, com suas escolas e igrejas, nas aldeias do gentio, os capelães, com suas capelas, junto às senzalas, constituíam postos avançados no litoral e no sertão, não só para a penetração do evangelho, mas ainda para manterem a unidade da religião e resguardarem a religiosidade dos colonos do feiticismo indígena e do animismo africano de que se vinham inquinando as crenças e doutrinas católicas.

A religiosidade dos colonos, ameaçada, na cidade e no planalto, pelo materialismo do judeu, estava, de fato, em virtude do contacto com duas culturas diferentes, a dos negros e a dos índios, tanto mais exposta a essas infiltrações quanto mais se aprofundava a comunicação com os dois grupos étnicos e culturais e maior a ignorância da massa que facilitava os assaltos de todo o misticismo primitivo. A religião, pondera ainda GILBERTO FREYRE, “tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro, e nunca uma intransponível e dura barreira”. Era essa política de adaptação e transigência que lhe convinha adotar e a Igreja efetivamente adotou, para cristianizar índios e escravos; mas a assimilação gradual e progres-

aspecto, não se modificara sensivelmente, até o MARQUÊS DE POMBAL, e era enorme por todo o país a massa de iletrados. O clero detinha em suas mãos o monopólio do ensino. A única universidade que funcionava no país ultramarino, — a de Coimbra, fundada em 1290 em Lisboa e transferida em 1537 para Coimbra —, estava também ela, sob a influência direta do clero e, particularmente, da Companhia de Jesus que dela se apoderou em 1555, e constituía, nos seus cursos acanhados e livros, de apostilas, glosas e comentários, antes um aparelho de esterilização mental do que um fator de progresso intelectual e científico.

⁶ GILBERTO FREYRE, *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural do Brasil, pág. 100. Série Brasileira, vol. 54, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1936.

siva dêstes na massa dos colonos, não se podia fazer sem o risco de expor as crenças católicas e torná-las permeáveis às culturas, — crenças, ritos e superstições —, indígenas e africanas. A religiosidade cristã que, herdada de Portugal, se contaminava de tôdas essas impurezas afro-índias, sobretudo nas camadas inferiores da sociedade colonial, atingia sua fase aguda nos séculos XVII e XVIII, em que a vida religiosa, de um lado, e a paixão genésica e a dissolução de costumes, de outro, chegaram, na observação de PEDRO CALMON, “a ameaçar de extinção a raça branca na colônia infestada de africanos”. Ninguém anda sem rosário na mão e têço ao pescoço; todos são pontuais a se ajoelharem pelas ruas, ao toque do *Angelus*, e no palácio governamental da Baía, no testemunho de LA BARBINNAIS, se rezava pelos cantos...⁷ Enquanto o primeiro filho, nas famílias patriarcais, sucedia ao senhor de engenhos, pela lei que dava ao primogênito a sucessão integral, e o segundo ia estudar na Europa, o terceiro entrava para a igreja, professando aos quinze anos. “A vocação viria depois, com o hábito, o cercilho e o voto”. As moças ricas, em uma sociedade em que o número de homens foi sempre superior ao de mulheres, iam professor em Portugal e, depois, nos conventos brasileiros, chegando a tal ponto a evasão para os claustros que, apenas fundado em 1669 o convento de Santa Clara na Baía, desceu a cinco na capital do Brasil, naquele ano, o número de casamentos... Multiplicavam-se por tôda parte os templos religiosos e, desde o século XVII, o Brasil já é o país das igrejas e dos conventos,⁸ e era verdadeiramente extraordinário o encanto que exercem as igrejas sôbre a multidão. Algumas como a igreja do Convento do Carmo, na Baía, as de Vila Rica e Mariana no século XVIII e as do Rio de Janeiro, tornaram-se célebres pela solidez tranqüila de sua construção, pela harmonia de suas linhas arquitetônicas, pela beleza de seu interior, de suas balaustradas e de suas abóbadas, de seus altares e de seus púlpitos, de suas capelas e sacristias, e pelas preciosidades e objetos de arte em que não seria possível deter os olhos sem ouvir, pela riqueza de suas lembranças históricas, uma voz do passado.

A religião católica, penetrada de misticismo, já aprofundara como uma árvore frondosa, as suas raízes na terra e, abrigando a sociedade colonial com sua vasta sombra, fazia dissolver, na unidade da fé, as diferenças regionais, sociais e culturais, do povo brasileiro em formação. Fôrça ativa, de combate, e reduto de resistência, ela serviu também de dique à invasão de franceses e, depois, à de holandeses, para cuja expulsão a palavra dos pregadores, nos púlpitos, se associou à ação guerreira dos próprios conventos, misturando-se,

⁷ LA BARBINNAIS, *Nouveau Voyage*, III, 206.

⁸ Na igreja do Carmo, da Baía, ergue-se ainda, em meio de suas riquezas, à esquerda da capela do Santíssimo, o antigo púlpito de madeira em que pregou Frei EUSÉBIO DA SOLEDADE, carmelita, irmão de GREGÓRIO DE MATOS e discípulo de ANTÔNIO VIEIRA, de quem foi tido em seu tempo como rival na tribuna sagrada. Entre outras preciosidades que a tornam uma das mais ricas do Brasil, contém essa igreja suntuosa capela mor, com seu altar de talha dourada; magníficas balaustradas de jacarandá, talhadas em motivos indígenas; o grande crucifixo do Santo Cristo do Monte, velho de três séculos; o sacário da época dos holandeses, “duplamente valioso, pelo rico valor de sua talha, e por ser oferta do defensor da ilha de Itaparica, irmão do Pe. ANTÔNIO VIEIRA”; e três lampadários de bronze dourado, rematados com a coroa real de Portugal e que foram trazidos, em sua fuga por D. JOÃO VI, arrancados às pressas do palácio. (COSTA RÉGO, in “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1940). A igreja de S. Francisco de Assis, obra prima de ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, o Aleijadinho, e a de Nossa Senhora do Rosário, entre outras, de Ouro Preto, e a de São Francisco em São João del Rei não somente evocam, na riqueza do ouro e no fausto de sua decoração, o esplendor do ciclo das minas, mas ostentam a arte original do mestiço de gênio, escultor e arquiteto, que deixou maravilhas nas suas figuras de madeira, como as de Cristo, de Maria Madalena e de um Apóstolo, no santuário do Senhor do Bom Jesus de Congonhas, e nos seus incomparáveis trabalhos de talha em pedra sabão. As suas igrejas que representam, no dizer de MANUEL BANDAIRA, “uma solução tão sábia de adaptação do barroco ao ambiente do século XVIII mineiro, não criam aquela atmosfera de misticismo quase doentio que há em muitas outras”. A igreja de S. Francisco de Assis, construída segundo projeto do Aleijadinho, e a do Rosário, em que predominam as linhas curvas, constituem os monumentos mais originais de nossa arquitetura religiosa colonial, tão rica no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Recife e especialmente na Baía, com a suntuosa igreja do Mosteiro de S. Francisco, em Salvador, e a igreja da Graça, que remonta a 1582 e, ainda mais antiga que a da Ajuda, foi a primeira sede episcopal. (V. *Guia de Ouro Preto*. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, 1939; SIMÃO DE VASCONCELOS, *Mariana e seus templos*, 1938).

como na igreja do Carmo da Baía, “o cheiro do incenso nas cerimônias religiosas ao da pólvora que aquele convento vomitara nas lutas contra o domínio holandês”. Era do púlpito que trovejava a eloquência incomparável do Pe. ANTÔNIO VIEIRA, pela liberdade dos índios contra os colonos escravistas, no Pará e Maranhão, como em defesa do solo e da fé, na Baía em 1640, em seu célebre sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda, expulsas da Baía e concentradas em Pernambuco.⁹ Era da tribuna, sagrada pelas insígnias sacerdotais e cobertas pelas imunidades da Igreja, que tantas vezes explodiu a reação, cultivada em conventos e seminários, como no de Olinda, “verdadeiro ninho de liberais e revolucionários”, contra a prepotência insolente dos senhores, as usurpações do poder público e as arremetidas invasoras do estrangeiro. Foi também pela pregação, nos púlpitos, como pelo ensino nos colégios, que se tornou mais forte, através de gerações, o vínculo de unidade nacional, estabelecido pela unidade de língua, divulgando-se, pelos que a falavam com mais pureza, — os eclesiásticos —, o gosto e o interesse pelos estudos de língua vernácula. A formação dos sacerdotes, a que já se destinava, na Baía, desde os fins do século XVI, a primeira casa, para jesuítas, de ensino superior, constituído das três faculdades de Teologia Dogmática, da Teologia Moral e de Artes (Filosofia), ministrava-se, de fato, com vigilante cuidado, não só na Companhia e nos conventos das principais ordens religiosas, como, entre outros, nos seminários de São Pedro e de São José, criados no Rio, nos princípios do século XVIII, no de Mariana (Minas), que data de 1750, e no de Olinda, fundado em 1800 pelo bispo AZEREDO COUTINHO no antigo colégio de jesuítas. Era nesses cursos prepostos à preparação para o sacerdócio, do clero regular ou secular, que se formavam os futuros educadores da mocidade, quase todos clérigos; e, como dos jovens que entravam nos conventos, muitos arripiavam carreira, já com estudos feitos ou por concluir,¹⁰ a maior parte de nossos letrados se recrutavam entre os alunos de colégios de padres e os egressos dos conventos e dos seminários. Não fôsse a contribuição, já importante, dêsses institutos e das congregações religiosas e, com a expulsão dos jesuítas, determinada em 1759 pelo MARQUÊS DE POMBAL, se teria desmantelado completamente o sistema pedagógico e cultural da colônia, — obra em grande parte dos jesuítas que, transportados, como presos, para Portugal, tiveram não só confiscados os seus bens, mas destruídos todos os seus livros e manuscritos, “valiosíssimos tesouros de rara erudição”.¹¹

Mas, se os jesuítas, apóstolos e mestres, conquistaram lugar indisputável na evangelização dos índios e na educação da mocidade, contribuindo mais do que todos para a formação intelectual do Brasil na Colônia, religiosos de outras ordens preparavam-se, no silêncio dos claustros, para as atividades do ensino e, já nos fins do século XVIII, para as pesquisas no domínio das ciências naturais. Na botânica, a figura mais eminente do século XVIII é Frei MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO, da ordem dos capuchos, autor da *Flora Fluminense* e criador de 66 gêneros e 400 espécies de plantas pertencentes à flora brasileira,

⁹ “Catequista, escreveu o CONDE DE LAET, entrou (ANTÔNIO VIEIRA) pelos sertões a dentro, conquistando para a cristandade muitíssimas tribus do gentio brasileiro; homem político, foi o braço direito de seu soberano, e propôs medidas e angariou recursos para a expulsão dos holandeses que tinham empolgado o norte do Brasil; pregador, eclipsou os mais distintos, e na finura dos conceitos bem como nas audácias do estilo, subiu tão alto que ainda nenhum se lhe aproximou; prosador emérito, dele se pode dizer que fixou a sintaxe vernácula, assim como fixara CAMÕES o léxico português”. (CARLOS DE LAET, *O frade estrangeiro*. Conferência feita em 22 de Maio de 1903 no Círculo Católico).

¹⁰ COSTER (HENRY), *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil — depuis 1809 jusqu'en 1815* —, vol. I, 59. Traduits de l'anglais par M. A. TAY. Paris, Chez Lelamag, Librairie, 1818.

¹¹ “A expulsão dos jesuítas, escreve EDUARDO PRADO, foi para o império ultramarino português outro *Alcacer-Kibir*, como o do século XVI para o reino lusitano. Com a expulsão dos jesuítas no século passado, a civilização recuou centenas de léguas do centro do continente africano e do Brasil. As prósperas povoações do Paraná e do Rio Grande caíram em ruínas; os índios volveram à vida selvagem; as aldeias do Amazonas despovoaram-se e, até hoje, reinam a solidão e o deserto, onde havia já sociabilidade humana.”

e cujos manuscritos foram encontrados em 1825 por ANTÔNIO DE ARRABIDA; recolheram-lhe a herança, na sua especialidade, Frei LEANDRO DO SACRAMENTO, carmelita pernambucano que percorreu quase todo o Brasil, durante seis anos, deixou escritas 23 obras e deu organização científica ao Jardim Botânico, e mais tarde ALVES SERRÃO, mais conhecido por Frei CUSTÓDIO, também carmelita, que “apesar da escassez de recursos, escreve ARTUR NEIVA, realizou trabalhos consideráveis no curto prazo de sua direção do Jardim Botânico”. É ainda da ordem dos carmelitas e dos franciscanos que saíram, para honrarem o sólio episcopal, algumas das mais ilustres figuras da Igreja brasileira; e, depois do jesuíta ANTÔNIO VIEIRA, no século XVII, a tribuna sagrada só readquiriu novo brilho, no século XIX, com os três grandes franciscanos, todos pregadores de nome, SÃO CARLOS, JESÚS SAMPAIO e MONT'ALVERNE, que ascenderam ao púlpito da capela real no tempo de D. JOÃO VI e dominaram, com sua eloquência, meio século da vida religiosa até o princípio do 2.º Império, quando pela última vez, depois de 18 anos de silêncio, se fez ouvir a convite do imperador PEDRO II a palavra de MONT'ALVERNE, em famoso sermão. Nas refregas políticas morre, em Recife, “espingardeado junto à força, por não haver réu que se prestasse a garroteá-lo, o patriota Frei JOAQUIM DO AMOR DIVINO CANECA, republicano de 1817 e a figura mais representativa da Confederação do Equador”.¹² Revendo essas sombras veneradas, o Pe. ROMA e Frei CANECA, na sublimidade de seu sacrifício, o Pe. JOSÉ MARIA BRAYNER, na epopéia de Pirajá, o Pe. MIGUELINHO e outros, punha-se COSTA RÊGO a pensar, e não sem razão, em visita ao convento do Carmo, na Baía, “na utilidade de reinstalar o espírito do carmelita no Brasil. Porque, escreve êle, estamos desgraçadamente esquecidos das profundas lições com que o carmelita nos ensinou a ser fortes e ao mesmo tempo brasileiros”.¹³ É que a ordem dos carmelitas, no Brasil, a que chegou a primeira leva de religiosos portugueses, na armada de FRUTUOSO BARBOSA, oitenta anos depois de sua descoberta, se ligara à história de nossas lutas pela liberdade, com a bravura e o sacrifício de alguns de seus filhos.

A difusão das ordens monacais, de tipo carmelita, beneditino e franciscano, entradas no Brasil desde 1580, foi rápida em todo o litoral, especialmente no Rio de Janeiro, na Baía e em Pernambuco. Nenhum obstáculo entrou no desenvolvimento dessa coletividade, — igreja, mosteiro. A crise religiosa desencadeada por atos do governo de MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644) que banuiu os frades de Pernambuco e proibiu a construção de novas igrejas, não se estendeu por tempo bastante nem se processou com bastante intensidade para impedir a restauração material e espiritual das ordens monásticas. Os bens afluíam, dilatando-se e enriquecendo-se o patrimônio dos mosteiros, alguns dos quais chegaram a possuir grandes propriedades, fazendas, prédios e escravos e a viver, não já do apoio dos fiéis, mas dos rendimentos dos seus bens patrimoniais.¹⁴ Espalhando as artes úteis, incentivando o progresso das letras, organizando bibliotecas e arquivos e cultivando o solo, os mosteiros, a

¹² Inscricção que se lê no monumento inaugurado por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, a 2 de Julho de 1917, no largo das Cinco Pontas em Recife, em que caiu fuzilado o heróico frade republicano.

¹³ COSTA RÊGO, in “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 15 de Junho de 1940.

¹⁴ O príncipe de WIED NEUWIED, em sua viagem pelo Brasil, entre 1815 e 1817, teve ocasião de hospedar-se em um dos mosteiros da ordem de São Bento, na vila de São Salvador, perto de Cabo Frio. Situado nas planícies dos Goitacazes, nas proximidades do Rio de Janeiro, a cuja abadia pertence, êsse convento que não é dos mais importantes da ordem dos beneditinos, “possue terras e bens valiosos”. “O edifício é vasto (conta-nos o ilustre naturalista alemão); tem uma bonita igreja, dois pátios e um pequeno jardim interno, com canteiros cercados de pedras e plantados de balsaminas, tuberosas, etc. Num dos pátios internos se erguem altos coqueiros carregados de frutos. O convento tem cinquenta escravos, instalados em choças perto de uma praça ampla, em cujo meio se levanta, do pedestal, um grande cruzeiro. Além disso há um grande engenho de açúcar e muitas benfeitorias. Êsse rico convento possui também muitos cavalos e bois e vários currais e fazendas nas cercanias. Recebe mesmo dízimas de açúcar de

que quase sempre se associava a escola, exerceram um papel altamente moralizador e civilizador, desde a Colônia e por todo o Império. Na antiga cidade de São Paulo, erguida à sombra do colégio dos jesuítas, seu núcleo inicial, o triângulo formado pelos seculares mosteiros de São Bento, do Carmo e de São Francisco, em cujas salas abertas para o pátio claustal funciona desde 1827 a Faculdade de Direito, representa como num símbolo o domínio da vida religiosa e a influência preponderante que exerciam os estabelecimentos monásticos na história dos tempos coloniais. No século XIX outras congregações religiosas vieram unir-se a essas ordens monásticas, já ricas de tradições, e os lazaristas e dominicanos, entre outros, entravam em atividade, ao lado dos que envergavam a roupeta da companhia, cingiam o burel e o cordão do pobre de Assis ou traziam a cogula de São Bento.¹⁵ Os lazaristas, esses fundam em 1821, com 14 alunos, nas montanhas, em Minas Gerais, o solitário colégio do Caraça, em que, durante quase meio século da vida nacional, se ministrava um ensino marcado, como o dos jesuítas, pelas mesmas preocupações dos estudos de retórica e de latim, e que se tornou, pela severidade de sua disciplina e pelo rigor do regime de trabalho, como escreve GILBERTO FREYRE, "alguma cousa de sinistro na paisagem social brasileira dos primeiros tempos do Império, arrebatando os meninos aos engenhos ... às fazendas sertanejas de criar; às casas de sítios, aos sobrados da cidade". A religião continua um elemento vital da sociedade; estabelece-se uma troca permanente entre a Igreja e o século; surgem batinas liberais e revolucionárias na revolução de 17, em que aparecem 32 representantes do clero, e em outros episódios, tão expressivos da comunhão, em que se entremeavam a sociedade política e a sociedade religiosa; os monges tornam-se bispos, e os bispos e padres, políticos; e os dois cleros, os regulares e o diocesano, que foram os principais fatores da vida intelectual do país, com essa interpenetração do religioso e do profano, participam ativamente de todas as manifestações da vida política e social.

Esse amálgama do religioso e do profano, favorecido tanto pelo regime de economia patriarcal e pela penetração dos interesses temporais nos conventos, em consequência de sua riqueza imobiliária, quanto pelo predomínio do elemento clerical nas elites sociais do país, devia acentuar-se ainda mais com a interferência de uma nova instituição e com a união da Igreja e do Estado, desde o primeiro Império. É, de fato, com o desenvolvimento da maçonaria que se misturaram mais intensamente a Igreja e o século, e se fermentou a crise de que resultou o maior conflito, em nossa história, entre o religioso e o político. A franco-maçonaria, iniciada, sob o seu aspecto moderno,

diversas propriedades das vizinhanças". (MAXIMILIANO, Príncipe de WIED NEUWIED, *Viagem ao Brasil*. Trad. de EDGAR SUSSEKIND DE MENDONÇA e FLÁVIO POPPE DE FIGUEIREDO. Refundida e anotada por OLIVÉRIO PINTO, pág. 96. Série Brasileira (grande formato), vol. 1, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1940).

¹⁵ Os monges beneditinos que vieram estabelecer-se na Colônia, em 1580, com os franciscanos e os carmelitas, instalaram-se primeiro na capitania de São Vicente, em 1586, no Rio de Janeiro, em 1589, e em Olinda, em 1597, onde levantaram os seus primeiros mosteiros. A proibição aos conventos de admitirem novos religiosos, determinada pelo MARQUÊS DE POMBAL, no século XVIII, e, novamente em 1855, no Império, pelo governo do primeiro ministro NABUCO DE GOUVEIA, provocou uma grave crise monástica que atingiu a ordem de São Bento, ameaçando extinguir-lhe os claustros. Todas as outras ordens religiosas, existentes no país, estabeleceram-se no Brasil, já no século XIX, em que chegaram os padres da Congregação de São Vicente de Paulo, do Colégio do Caraça, os dominicanos franceses da província de Toulouse, em 1881, e os salesianos, em 1883, por ordem direta de D. BOSCO. Os três primeiros frades pregadores, da ordem de São Domingos, fixaram-se em Uberaba, em que fizeram construir a bela igreja de São Domingos e fundaram o convento das Irmãs Dominicanas, e donde se dirigiram para Goiás, em 1897, afim de se dedicarem, em Conceição do Araguaia, à catequese dos índios. Os padres salesianos, vindos do Uruguai, a convite do bispo D. PEDRO MARIA DE LACERDA, e por determinação de D. BOSCO, estabeleceram-se primeiro em Niterói, onde fundaram, no mesmo ano de sua chegada, o colégio de Santa Rosa, e logo a seguir, em 1885, em São Paulo, onde criaram o Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus. É no Rio de Janeiro que se fixaram, mas já neste século, em 1907, os padres missionários do Coração de Maria, e dessa cidade, — ponto de partida de sua atividade missionária e onde construíram a igreja do Méier, expandiram-se para São Paulo e outros Estados da Federação.

em 1717, em Londres, difundiu-se pelo mundo, atingindo a França, em 1725, e mais tarde Portugal, onde se fundava em 1735 a primeira loja maçônica e donde se irradiou para o Brasil pelos fins do século XVIII e princípios do seguinte. Já pelas suas origens obscuras, que se presumia remontarem a HIRAM, arquiteto do templo de SALOMÃO, às misteriosas iniciações da antiga Ordem do Templo ou ainda às corporações operárias que construíram as catedrais góticas; já pelo prestígio de que a armaram o seu caráter de segrêdo, o culto das solenidades, o mistério de suas fórmulas e a suntuosidade de suas hierarquias; já pelos seus fins morais e políticos, essa associação, nacional e internacional, de homens que professam princípios de fraternidade e se reconhecem entre si por emblemas (a esquadria, o compasso e o avental), não tardou a vigorar e a ramificar-se pelo Brasil, infiltrando-se por tôdas as camadas e classes sociais. Instituição social e humanitária, preposta a servir ao bem estar da humanidade e ao progresso social, ainda que condenada por vários papas desde CLEMENTE XII, em 1738, até LEÃO XIII, em 1884, atraiu católicos e não pequeno número de altos representantes do clero regular e secular, por se mostrar indiferente a que seus afilhados fôsem dessa ou daquela religião. Essa atitude de tolerância religiosa e os objetivos políticos que visavam os clubes maçônicos, fundados para lutarem pela independência do Brasil, pela demolição da monarquia e por ideais republicanos, permitiram à franco-maçonaria¹⁶ conquistar para suas sociedades secretas, ao lado de civis e militares, eclesiásticos e frades, entre os mais ilustres, de diversas ordens monásticas. Alistaram-se nas lojas maçônicas, militando debaixo de um e de outro Oriente, figuras proeminentes do clero diocesano e dos cleros regulares, como o Cônego JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, no período da Independência, o Pe. DIOGO ANTÔNIO FELJÓ, o CONDE DE IRAJÁ, bispo do Rio de Janeiro, sagrador e coroador de PEDRO II, Frei SANTA TERESA DE JESÚS SAMPAIO e Frei MONT'ALVERNE, frades franciscanos, e os maiores oradores sacros dos tempos do Império, todos grau 33, nas associações de pedreiros livres. Não havia loja maçônica em que não figurassem, irmanadas aos civis pelos mesmos ideais políticos, e participando de seus ritos e de suas atividades, algumas batinas liberais.

A união da Igreja e do Estado, ao ser estabelecida pela constituição de 1824, já estava por assim dizer consagrada pela tradição. A religião católica era, de fato, a religião oficial. No país colonizado e civilizado à sombra da

¹⁶ Ao contrário do que pensa A. J. MELO MORAIS (*História do Brasil Reino e do Brasil Império*, I, 5), que faz remontar a origem da maçonaria no Brasil à época da Conjuração Mineira (1786-1789), a primeira loja maçônica parece ter sido a que, sob o nome de Areópago de Itambé foi fundada em 1799 pelo antigo frade carmelita, ARRUDA CÂMARA, em Pernambuco. Tinha por objetivo principal instituir um governo republicano e não durou mais de três anos. Com as três lojas que se instalaram em São Salvador, em 1807, 1808 e 1813, fundou-se o Grande Oriente do Brasil cujos trabalhos, como os dessas lojas, cessaram em razão de comovações políticas e da malograda revolução pernambucana, de 1817. Em 1809 cria-se uma loja no Rio de Janeiro, e outra, em 1808, em Pernambuco, de fins políticos. É, porém, com as três lojas fundadas, uma em Niterói, em 1812, e duas outras no Rio, em 1815, com o objetivo da independência do Brasil, que se constitui afinal o Grande Oriente do Brasil, independente do Grande Oriente Lusitano. Essas sociedades secretas de que faziam parte homens dos mais eminentes do tempo, civis, militares e eclesiásticos, tiveram ação preponderante na campanha da Independência. Daí, de suas atividades políticas, a autoridade e a força que, entre nós, alcançaram e mantiveram, durante quase um século. Depois da abdição de PEDRO I, grão-mestre da maçonaria, desde quando príncipe regente, estabeleceu-se, em 23 de Novembro de 1831, o Grande Oriente Nacional Brasileiro, e iniciou-se a áspere luta entre este último e o Grande Oriente do Brasil, restaurado sob o seu primeiro grão-mestre JOSÉ BONIFÁCIO. Sucederam-se várias crises no corpo maçônico; e, de uma nova cisão no Grande Oriente do Brasil, ou do Vale do Lavradio, em 1864, resultou a fundação, no Rio de Janeiro, de um outro, o Grande Oriente Unido ou do Vale dos Beneditinos, tendo sido aquele reconhecido pelas instituições congêneres da França e de Portugal, como o único representante da maçonaria brasileira. Em 1882, porém, celebrou-se, por uma convenção, a fusão dos dois Grandes Orientes, com o predomínio do primeiro, o mais antigo e, certamente, o mais poderoso. Na última fase, de fragmentação e de descentralização da maçonaria, surgem novos Grandes Orientes, em 1884, o do norte, que visava a independência do norte e não durou mais de cinco anos; o de São Paulo e o do Rio Grande do Sul, em 1893; o de Minas, em 1894, e ainda em 1900, o da Baía. Além dos serviços relevantes que prestou à independência do Brasil, a maçonaria, já difundida pelo país, teve parte ativa na propaganda da abolição e do regime republicano. Em franco declínio, atualmente, perderam as lojas maçônicas ainda existentes o caráter e o alcance político primitivos, funcionando como associações filantrópicas ou humanitárias, num círculo cada vez mais restrito de influência e de ação.

Cruz, a sua vida, não só religiosa, mas moral e intelectual, e ainda política, durante cerca de três séculos, se desenvolveu em grande parte senão por iniciativa, ao menos com a participação constante do clero. A Igreja desempenha, na cidade, um papel de primeira ordem; e o culto, entretido sob suas abóbadas, em suntuosas cerimônias e solenidades, as procissões o espalham nas ruas, com a magnificência de seus cortejos, entre as multidões ajoelhadas à passagem do Santíssimo, sob o pálio augusto sustentado por sacerdotes. As missões apostólicas e as visitas pastorais alargam cada vez mais as fronteiras religiosas, dilatando e fortalecendo seus domínios até as vilas e os últimos rincões do sertão. A posição social dos padres, nota RUGENDAS, nos princípios do século XIX, “é um dos traços mais belos e característicos do espírito moral dos colonos do Brasil: são conselheiros, amigos da família, consoladores, protetores dos oprimidos, mediadores nas dissensões e inimizades”.¹⁷ É ainda a Igreja que preside, pelo seu clero e especialmente pelas ordens religiosas, à formação da mocidade, nos conventos e nos colégios de padres. E se, de um modo geral, escreve VIRIATO CORREIA, “talvez não haja outro país que tenha como o Brasil a vida tão estreitamente ligada às batinas e aos buréis”, não há uma só das nossas revoluções “que não tenha um padre ou um frade a bater-se pelo ideal da liberdade”.¹⁸ Os sacerdotes implicados na conjuração mineira; os que, em tão grande número se incorporaram aos civis na revolução de 1817 ou que, congregados ou não sob o rito maçônico, tomaram parte na luta pela Independência, seguiam, nos movimentos políticos de nossa história, a tradição nacional do catolicismo que, encorajando, pela energia dos jesuítas, a reação de ESTÁCIO DE SÁ, cortou as asas, no século XVI, ao sonho de uma França Antártica, e ajudou a sacudir o jugo batavo com os exércitos que em 1640 lutavam a um tempo pela fé e pela integridade do território. Mas essa notável influência do clero de cujas fileiras ainda saíram, no século XVIII, um físico do valor do Pe. BARTOLOMEU DE GUSMÃO, o descobridor do aerostato, e no alvorecer da nação, um botânico da autoridade de Frei CONCEIÇÃO VELOSO, um compositor como o Pe. JOSÉ MAURÍCIO e um político do pulso de DIOGO FELJÓ, atingira o seu ponto culminante na primeira metade do século XIX; grandes pregadores, o Cônego JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA e o Pe. SOUSA CALDAS, entre os seculares, e Frei FRANCISCO DE SÃO CARLOS, Frei SANTA TERESA DE JESÚS SAMPAIO e Frei MONT'ALVERNE, frades franciscanos, que acrescentaram com sua eloquência, um novo brilho à irradiação da Igreja e à autoridade intelectual do clero.

Se, porém, nessa irradiação em que há muitos pontos opacos, nem tudo são fulgores, na influência religiosa, benéfica e salutar a tantos respeitos, nem tudo foi realmente útil à nossa formação. A predominância, senão quase exclusividade do elemento clerical, nessa obra civilizadora, e a orientação acadêmica e livresca do ensino professado nos mosteiros e seminários, comprometeram por largo tempo a cultura brasileira de que várias características, como o pendor pelos estudos puramente literários e retóricos e o gosto pelo diploma de bacharel, incutidos pelos jesuítas desde o século XVI, se prendem a essa educação bi-secular de tipo religioso. Todas as gerações que se sucederam, na Colônia e no Império, acusam nas qualidades e nos defeitos de sua cultura, “êsse regime de domesticidade monacal”, em que foram educadas. O domínio dos padres e dos frades, nas elites culturais, não foi também sem consequências prejudiciais à própria religião; solicitados, pela escassez de homens cultos, e sob a pressão de causas sociais e econômicas, não tardaram os eclesiásticos, os letrados do tempo, — a transbordar de seu campo de ação natural

¹⁷ JOÃO MAURÍCIO RUGENDAS, *Viagem pitoresca através do Brasil*. Livraria Martins, S. Paulo, 1940.

¹⁸ VIRIATO CORREIA, *Batinas liberais*. Artigo no “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro, 1920.

para atividades profanas, estranhas ao seu ministério. Assim, por um lado, enfraquecendo o seu caráter nas lutas políticas, fora e dentro das lojas maçônicas, fazendo-se recrutadores de tal ou qual partido, acabam, também no Brasil, por perder o seu prestígio, comprometer a autoridade da Igreja e correr ao encontro de perseguições. A política, por outro lado, favorecida pelo regime de união da Igreja e do Estado, tende a intrometer-se em assuntos de ordem espiritual, perturbando a harmonia entre os dois poderes e debilitando o poder episcopal, cuja intervenção já se tornava cada vez menos eficaz sobre a massa dos sacerdotes e dos fiéis. Foi contra esse estado de cousas que se levantou a grande voz do bispo de Olinda, D. VITAL, jovem frade capuchinho, secundada por D. ANTÔNIO MACEDO COSTA, bispo do Pará, quando a maçonaria, em represália à atitude do bispo do Rio de Janeiro, suspendendo de ordens em 1872 um padre maçom, fez apêlo a tôdas as lojas do Brasil para romperem a ofensiva contra o episcopado. A autoridade cada vez maior da maçonaria a que se deixaram arrastar católicos e sacerdotes, e o regalismo, — “preeminência da autoridade civil sobre a eclesiástica, contida em germe na constituição de 24”, foram as causas do conflito religioso. Os bispos D. VITAL e D. MACEDO COSTA exortam os sacerdotes a abandonar os clubes maçônicos; e, tendo lançado um interdito às confrarias que se recusavam a eliminar os seus membros afiliados àquela seita, interpuuseram as irmandades um recurso à Coroa que levantou a interdição. À ordem do VISCONDE DE RIO BRANCO, primeiro ministro do governo e grão-mestre da maçonaria, negaram-se a obedecer os ilustres prelados da Igreja que, processados e presos, como funcionários rebeldes, foram condenados e recolhidos à Fortaleza de São João e à Ilha das Cobras.

Não era certamente a intolerância religiosa que inspirou a tenaz resistência dos dois prelados, na questão episcopo-maçônica, que anuncia, como um divisor das águas, o ponto culminante e crítico do regime de união da Igreja e do Estado e mais uma etapa da idéia, em marcha, da liberdade de pensamento e de crenças. O que defendiam os bispos brasileiros, era a sua autoridade legítima, em assuntos puramente espirituais, sobre o clero e as confrarias subordinadas à autoridade eclesiástica e ameaçadas a um tempo pelas influências morais e políticas das lojas maçônicas e pela intervenção da autoridade civil que considerava o clero como uma classe de funcionários do Estado. Nessa pendência que se prolongou por três anos (1872-1875) e abalou a opinião pública do país, se restabeleceu a linha de demarcação entre a Igreja e o corpo maçônico, e entre a autoridade eclesiástica e o poder civil que tendia a absorver aquela, pelas suas constantes incursões no domínio espiritual, com apoio na constituição do Império. A Igreja Católica era a religião oficial e, embora dúvidas sobre os seus dogmas lançadas por escrito constituíssem delitos de imprensa punidos pelas leis, foi a liberdade de consciência que triunfou na Constituinte, “com as restrições que lhe impunha, observa PLÍNIO BARRETO, a posição especial do catolicismo”. Foi um sacerdote, o Pe. MUNIZ TAVARES que, na Assembléia Constituinte de 1823, defendera com intrepidez a liberdade de pensamento e de opinião, fulminando com palavras de fogo os intolerantes e declarando com ênfase, num dos lances de sua oração, reconhecer na liberdade religiosa “um dos direitos mais sagrados que pode ter um homem na sociedade; direito sagrado, porque a consciência é um santuário onde poder humano nenhum tem o direito de penetrar”. De outro padre, JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR, foi também que se ouviram, na mesma assembléia, lembra PLÍNIO BARRETO,¹⁹ “as palavras mais sensatas sobre o eterno problema da liberdade

¹⁹ PLÍNIO BARRETO, *A cultura jurídica no Brasil (1822-1922)*. Biblioteca do “O Estado de São Paulo”, n.º 2, S. Paulo, 1922.

da imprensa". Durante o Império, outras vozes de sacerdotes e pregadores, como MONT'ALVERNE, se fizeram ouvir, em defesa da liberdade de consciência; e a maior prova de tolerância religiosa durante o século XIX, no Brasil, onde se poderá buscar é exatamente na atitude contemporizadora da Igreja em face da maçonaria de que faziam parte numerosos católicos, sacerdotes e até frades, e contra a qual não reagiu energicamente senão quando aquela instituição, de caráter filantrópico e político, se lançou em franca oposição ao episcopado. A questão religiosa, pondo à evidência tôdas as desvantagens do regime de união da Igreja e do Estado, preparou, pois, o caminho à separação dos dois poderes, — temporal e espiritual —, que a República devia consagrar, no seu estatuto fundamental de 1891, fazendo triunfar, sem restrições, o princípio, já estabelecido na constituição de 24, da liberdade de culto e de crenças.

Foi nesse período que se implantou o protestantismo no Brasil, irradiando-se, como o catolicismo, do litoral para o planalto e alcançando, em um século, no seu raio de ação, quase tôdas as províncias do país. A semente, lançada no século XVI pelos calvinistas que vieram em 1557, não germinou: dos 14 huguenotes que compunham a missão, escolhida por CALVINO e de que fazia parte o historiador JEAN DE LÉRY, a maior parte tornou a Genebra, para se libertarem de VILLEGAGNON, quatro foram executados por sua ordem, na baía da Guanabara, e JACQUES DE LA BALLEUR, que veio reunir-se, na Capitania de São Vicente, em 1559, a outros três calvinistas franceses, acabou em 1567 enforcado como hereje por ordem de MEM DE SÁ, no Rio de Janeiro, depois de oito anos de prisão, na Baía, em cárcere e a ferros. Era teólogo e pregador eloquente, versado nas línguas espanhola, latina, grega e hebraica. A nova investida, mais vigorosa e prolongada, no século XVII, em condições singularmente favoráveis, malogrou-se com a expulsão dos holandeses. De 1630 até a retirada dos flamengos em 1654, desenvolveram os missionários uma atividade intensa e fecunda e por tal forma se destacaram na obra da catequese que "estavam muitos índios, no depoimento do jesuíta ANDRÉ DE BARROS, tão calvinistas e luteranos como se nasceram na Inglaterra e na Alemanha", e já tão penetrados das novas idéias que "chamavam à igreja *moanga*, quer dizer falsa, e à doutrina *morandubas abarés*, patranhas de padres". O embate entre as duas religiões cristãs, — a católica e a protestante —, foi tanto mais áspero quanto mais eficaz se mostrara a missão holandesa, apoiada, durante o largo período do domínio estrangeiro, pela Companhia das Índias Ocidentais e pelo Conde MAURÍCIO DE NASSAU, administrador notável, que estimulou a obra da catequese, providenciou para a vinda de novos missionários e criou escolas e hospitais. A reação contra os holandeses e as medidas anti-católicas tomadas pelo Consistório Calvinista em Recife, e a expulsão do flamengo, depois de uma luta desesperada, desarraigaram, no nordeste, a Igreja Reformada que se propagara pela ação dos ministros evangélicos dos Países Baixos e pelo trabalho pastoral das igrejas coloniais. A circunstância de se acharem ligadas a causa da fé católica e a da pátria, facilitou sobremaneira a luta contra os holandeses e os ministros evangélicos, na qual participaram com grande eficiência os jesuítas e em que J. FERNANDES VIEIRA conquistou, com a vitória sobre as armas holandesas, o título conferido pelo Papa INOCÊNCIO X, de "restaurador do catolicismo na América portuguesa". É, portanto, somente no século XIX em que é assegurada, embora com limitações, a liberdade religiosa pela Constituinte de 1823 e pela carta constitucional de 24, que se radicam afinal no Brasil as igrejas evangélicas, com seus cultos, celebrados em casas com aspecto das de habitação, sem forma exterior de templo.

A primeira igreja que se fundou então, foi a anglicana que, já em 1819, lançava a pedra fundamental de sua capela no Rio de Janeiro,²⁰ e só teve a acompanhá-la, nos seus trabalhos evangelizantes, a metodista, em 1836, com um pequeno núcleo de fiéis. Sucederam-se, no decurso do século, as fundações de outras igrejas: a luterana, em 1845; a congregacional, em 58; a presbiteriana, em 62; a batista, em 82; e a episcopal, em 90, tôdas, com exceção da igreja batista que iniciou os seus trabalhos na Baía, organizadas no Rio de Janeiro. É nessa cidade que o protestantismo se instalou no século XIX e procurou apoio, como num centro de irradiação, para se estender a todo o país, já no regime republicano, com a irrestrita liberdade de culto e de crenças. A primeira fase de tentativas, na época colonial, seguiu-se o ciclo de radicação ou de estabelecimento definitivo, que coincide com o Império, e a que sucedeu, na República, o período de expansão. Se a obra evangélica, realizada por essas igrejas, — e são a batista, a luterana, a presbiteriana e a metodista as que mais se desenvolveram —, acusam notável poder expansivo, com os seus 4 mil pregadores, entre leigos (3 mil) e ministros, não é menor a obra cultural do protestantismo que, apaixonado pela liberdade e fazendo da leitura de um livro um meio de desenvolvimento espiritual, tende a desdobrar num movimento intelectual o movimento de propagação da fé e das idéias cristãs. As escolas americanas, introduzidas no país, nos primórdios da República e em época em que a instrução ainda se achava em grande atraso, contribuíram notavelmente, em São Paulo, não só para a mudança de métodos como para a intensificação de ensino. Fundam os protestantes grandes colégios, como o Mackenzie, em São Paulo, o Instituto Granbery em Juiz de Fora, o Instituto Gamon, também em Minas, e os Ginásios Evangélicos da Baía e de Pernambuco; incentivam a literatura didática que se enriquece com trabalhos de primeira ordem, no seu tempo, como as gramáticas de JÚLIO RIBEIRO e de EDUARDO CARLOS PEREIRA, a aritmética e a álgebra de TRAJANO, as obras de OTONIEL MOTA e os livros de leitura de ERASMO BRAGA, e colaboram eficazmente na difusão do ensino popular, pelo sistema de escolas dominicais, cujo número, em 1934, já orçava por 3 912, disseminadas com cerca de 15 mil professores oficiais, no largo campo de ação ao alcance de suas igrejas.²¹ A medida que se multiplicam os seus adeptos pelo trabalho pastoral, em que

²⁰ Antes de ser assegurada a liberdade religiosa pela carta constitucional de 1824, a Inglaterra, nos últimos anos do período colonial, em 1810, havia firmado com Portugal um tratado de comércio em que se estipulava, no artigo XII, que Portugal manteria aos súditos ingleses, nos seus territórios, liberdade de culto, "nas particulares igrejas e capelas", e seria permitida a edificação de casas para o culto, com a condição de, externamente, se assemelharem a casas de habitação. Por esse tratado celebrado entre D. JOÃO VI e a Inglaterra, os protestantes, aos quais não se facultava fazer prosélitos, teriam cemitérios especiais e os funerais, respeitados.

²¹ Que a esfera do protestantismo se tem alargado e se multiplicam as suas obras, não só religiosas mas de caráter educativo e social, não há sombra de dúvida. Esse desenvolvimento é tanto mais notável quanto tem encontrado sempre, da parte do catolicismo quatro vezes secular no Brasil, e nas tradições católicas do povo brasileiro, uma oposição decidida e constante. Em 1935, já contava cerca de 1 milhão e meio de pessoas sob a ação religiosa das igrejas evangélicas; e, para 2 876 paróquias, 76 curatos, 30 capelas curadas, da igreja católica, segundo os dados estatísticos oficiais de 1934, existiam em 1935, 1 231 igrejas e 645 ministros protestantes, com a exclusão das igrejas e dos ministros das comunidades coloniais. Ergueram-se grandes templos evangélicos, como a Igreja Presbiteriana, do Rio, antiga Casa de Oração, reconstruída em estilo gótico, e reputado "o mais belo e majestoso templo das denominações evangélicas do Brasil", e outros no Rio, em São Paulo (Campinas, Rio Claro, Araraquara, Botucatu), no Paraná e no Rio Grande do Sul. Calcula-se em 10 milhões o número de exemplares do texto sagrado, — por inteiro e em separatas —, distribuídos até 1936 no Brasil". Não é menos importante a obra educativa que se realiza, nos grandes colégios e nas escolas dominicais, estas, com uma matrícula total de 180 991 alunos, em 1934 e a que as Associações Cristãs de Moços, instituição de feição evangélica e de origem missionária norte-americana, trazem uma contribuição de alto valor com as suas atividades educativas nas três sedes, a do Rio de Janeiro, — a primeira fundada no Brasil, em 1893, e já com um patrimônio de 5 mil contos —, a de Pelotas no Rio Grande do Sul e a de São Paulo. A contribuição do protestantismo, na obra hospitalar e orfanológica, ainda que mais recente, já apresenta hospitais como o Hospital Evangélico do Rio de Janeiro, o Samaritano, de São Paulo, a Vila Samaritana, em São José dos Campos, o Sanatório Ebenézer, em Campos do Jordão, e vários orfanatos no Rio, em Minas e São Paulo. Esse poder de expansão ainda se pode apreciar pelo valor do patrimônio evangélico, calculado no seu total em 500 mil contos, segundo os cálculos de DOMINGOS RIBEIRO, que compreende, nessa avaliação, templos, residências pastorais, seminários, colégios, hospitais e orfanatos. (Cfr. DOMINGOS RIBEIRO, *Origens do evangelismo brasileiro*, Rio, 1937; ERASMO BRAGA and KENNETH G. GRUB, *The republic of Brazil. A survey of religious situation*. World Dominion Press, 1932).

se destacaram figuras de relêvo, como ÁLVARO REIS (1896-1925) e ERASMO BRAGA (1877-1930), o protestantismo desenvolve e alarga a sua atividade social, criando hospitais, creches e orfanatos. Fragmentária, durante mais de um século, mas já unificada por meio de uma Confederação que representa oficialmente o protestantismo no Brasil, a obra missionária de suas igrejas, consolidada nos principais centros urbanos, expande-se sobretudo nos Estados do sul (Santa Catarina e Rio Grande) graças à influência de colônias estrangeiras, e, como é fácil de compreender, com mais vigor nas zonas novas do que nas velhas cidades tradicionalmente católicas.

As duas igrejas, a católica e as da reforma, mais recentes no Brasil, ao menos na sua forma permanente, colaboram por êsse modo em manter o caráter cristão da civilização nacional; e, se o protestantismo, com seus progressos indiscutíveis, está longe de arrebatar à Igreja romana a primazia, num meio tradicionalmente católico, a sua força de proselitismo e o seu poder de ação cultural e social não deixam de atuar como um fator de emulação. As divergências teológicas e eclesiásticas que extremam as duas religiões, ambas cristãs e apoiadas no Evangelho, as levam forçosamente a combater-se e a procurar, nas instituições de ensino e de cultura e nas atividades de caráter social, outros tantos pontos de apoio para a conquista das almas e o predomínio religioso. Enquanto o seu poder de irradiação se enriquece e se renova nas fontes de cultura e tende cada vez mais a apoiar-se em centros de atividades culturais, a expansão do espiritismo, em que se embriaga o misticismo devoto, iniciada no seio das classes mais baixas e incultas, tem as suas origens na ingenuidade e ignorância do público e na atração que por toda parte exercem as iniciações misteriosas, os fenômenos tidos como sobrenaturais e as comunicações, por meio da mediunidade, entre o mundo visível e invisível, entre vivos e mortos. A própria expansão do espiritismo entre gente de baixa mentalidade, — movimento muito maior aliás do que pode parecer ao primeiro exame —, é a prova evidente de que o espiritismo (*modern spiritualism*, 1842) não passou ainda para a fase propriamente científica e guarda pelo geral o caráter de uma seita religiosa, com seus mediuns e experiências, em sessões à meia luz em que, ao lado de visões e alucinações, poderão produzir-se fatos obscuros e desconhecidos. A ciência, sem dúvida, não afirmou nem negou a existência de alguns desses fatos para cuja explicação o espiritismo faz constante apêlo ao sobrenatural, mas também nada provou nem pode concluir a despeito de seus esforços. Em todo caso, fôssem verdadeiras essas realidades, ainda tão problemáticas, que teriam elas de sobrehumano? Do fato de que não se constituiu ainda a ciência desses fenômenos (metapsíquica), não se segue que êles sejam divinos. Diferente do espiritismo, a teosofia professa que “o homem é um espírito caído da ordem divina e que, obscurecido pela matéria, tende a remontar por transformações sucessivas ao seu estado primitivo”. Essa filosofia religiosa que, em suas várias seitas e tendências, desprezando a razão e a fé para o conhecimento da natureza divina, pretende alcançá-lo por uma espécie de iluminação, de intuição especial da divindade, acha-se representada no Brasil, por diversas sociedades prepostas à sua propagação e cuja influência, limitada a um público muito especial, não parece ter trazido qualquer contribuição à cultura religiosa e à formação intelectual do país.²²

²² Segundo os dados estatísticos oficiais, de 1930, além da religião católica que é a da grande maioria do povo brasileiro, e das diversas igrejas protestantes, existem ainda a Igreja Ortodoxa, com 8 igrejas e 8 padres e a Igreja Israelita que dispõe de 9 sinagogas. Em todo o período colonial, o que barrava a entrada em nossos portos ao estrangeiro, era a heterodoxia, ou como escreve GILBERTO FREYRE, “a mancha de hereje na alma... O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico, mas no hereje”. Daí a reação obstinada contra as duas maiores tentativas de implantação do protestantismo, no século XVI, no Rio de Janeiro, e, no século seguinte, em Pernambuco. O espírito aventureiro da gente semita, as perseguições religiosas em Portugal e, mais tarde, a riqueza das minerações determinaram



133. Pe. JOSÉ DE ANCHIETA, S. J.
(Canárias, 19-III-1534 — Espírito Santo, Brasil,
9-VI-1597) — Reprodução do Gabinete de Etno-
grafia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

134. *A primeira missa no Brasil.* Óleo de VÍTOR MEIRELES.
Foto REMBRANDT.





135. *Matriz e residência dos jesuitas em Rerigüba, hoje Anchieta, Espírito Santo.*
(É a própria casa primitiva restaurada, onde existe a antiga cela do grande apóstolo).



136. *Pe. MANUEL DA NÓBREGA, S. J.*
Segundo uma escultura convencional de FRANCISCO
FRANCO, publicada por SERAFIM LEITE. —
Desenho de GISELDA LOPES DA SILVA.

CATECISMO BRASILICO

Da Doutrina Christãa,

Com o Cereimonial dos Sacramentos, &
mais actos Parochiaes.

C O M P O S T O

Por Padres Doutos da Companhia de
J E S U S,

Aperfeiçoado, & dado a luz

Pelo Padre ANTONIO DE ARAÚJO
da mesma Companhia.

Emendado nesta segunda impressão

Pelo P. BERTHOLAMEU DE LEAM
da mesma Companhia.



LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES

M. DC. LXXXVI.

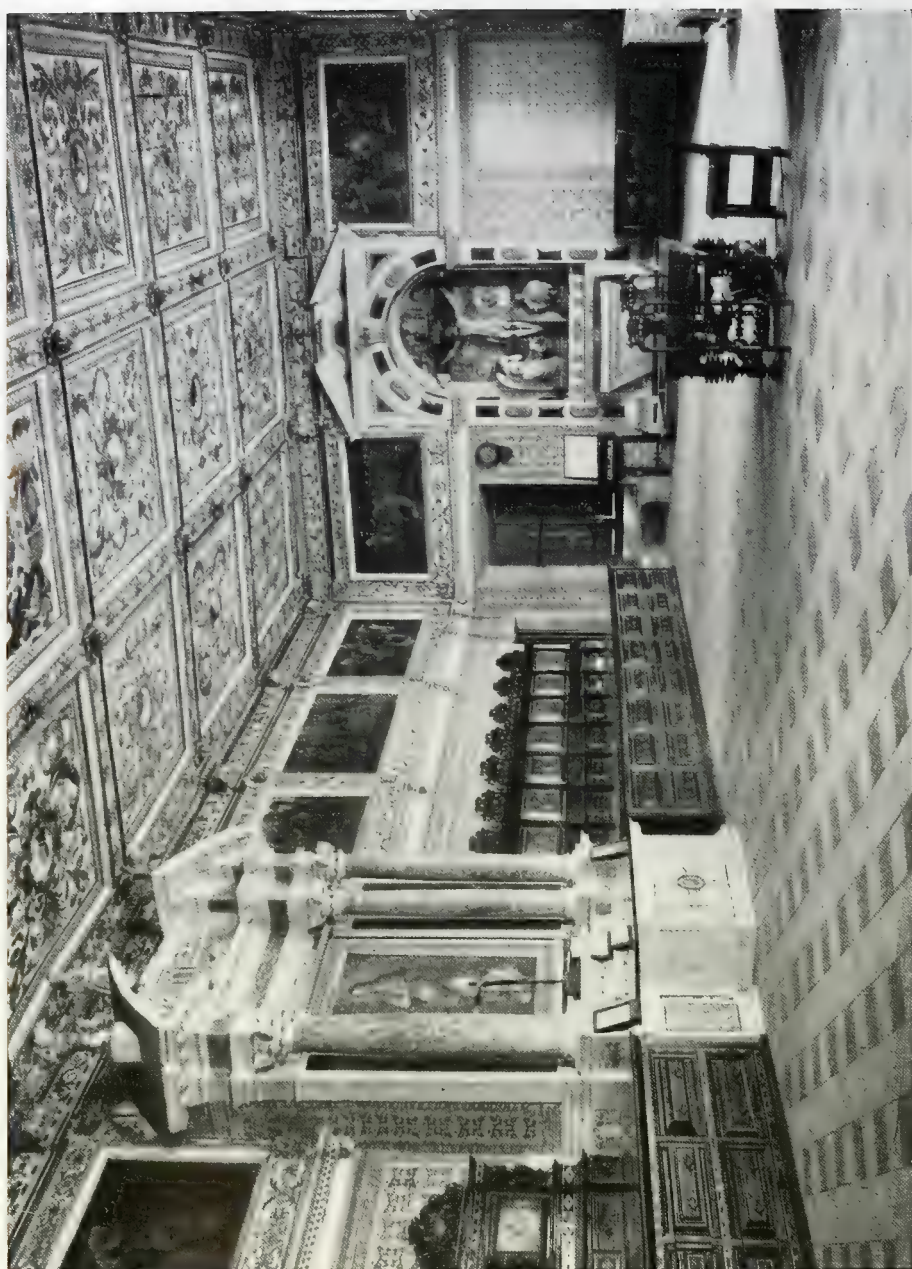
Com todas as licenças necessarias



138. Último Tamoio. Quadro de RODOLFO AMOEDO.
Foto REMBRANDT.



139. Pe. ANTÔNIO VIEIRA (Lisboa, 1608 — Baía, 1697), jesuíta com 50 anos de serviços ao Brasil e o maior pregador que se exprimiu em língua portuguesa.



140. Sacristia da Catedral, Salvador, Bahia.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



141. *Claustro do Convento S. Francisco. Salvador, Baía.* — Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

142. *Igreja e Mosteiro S. Bento. Salvador, Baía.* — Foto VOLTAIRE FRAGA. Urbo Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.





143. Igreja da rua dos Passos (século XVIII). Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



144. Ouro Preto, aspecto parcial. Vista tirada do átrio da Igreja S. Francisco de Paula.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



145. S. João d'El Rei. Igreja S. Francisco de Assis.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

146. S. João d'El Rei. Igreja S. Francisco de Assís. Outro aspecto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.





147. Ouro Preto. Igreja Nossa Senhora do Carmo, altares laterais.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



148. Portal de Igreja. S. João d'El Rei.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



149. *S. João d'El Rei. Matriz.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



150. S. João d'El Rei. Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



151. *Tiradentes. Matriz. Detalhe do órgão.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



152. Tiradentes. Matriz. Retábulo e teto do altar-mor.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



153. Mariana. Igreja do Rosário.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



154. Altar da Igreja da Boa Morte, Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



155. *Igreja de S. Francisco de Paula. Rio de Janeiro.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



156. Igreja de S. Bento.
Olinda. — Foto STILLE. Co-
leção da Faculdade de Filosofia
de S. Paulo.



157. Colheita de esmolas para
a festa do Divino. — DEBRET,
J. B. — Voyage Pittoresque
et Historique au Brésil. 1834.
III volume. Prancha 29.



158. Conforto. Quadro do pintor baiano PRISCILIANO SILVA.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



159. Sé de Olinda. Pernambuco.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

160. D. Frei VITAL DE OLIVEIRA,
bispo de Olinda.



161. D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA,
bispo de Belém.



Ainda que igualmente encerrado num círculo restrito de aderentes, o positivismo, porém, não tardou a exercer influência e a desempenhar, como doutrina, um papel importante na vida intelectual e política do Brasil, nos fins do Império e no período republicano. O movimento geral do positivismo, entre nós, partiu de um grupo de jovens brasileiros que estudavam na Universidade de Bruxelas, em 1860, e entre os quais se encontravam dois paulistas, LUIZ PEREIRA BARRETO e JOAQUIM ALBERTO RIBEIRO DE MENDONÇA, e ANTÔNIO BRANDÃO JÚNIOR, natural do Maranhão. Graças à influência de uma jovem francesa, Mlle. RIBBENTROP, que assistiu, ainda menina, às lições do filósofo no Palais Royal, êsses estudantes brasileiros, escreve HERMES LIMA, "iniciaram-se no positivismo de que viriam mais tarde a ser, em nosso país, verdadeiros precursores". Depois da morte de AUGUSTO COMTE, ocorrida por aquela época, 1857, o positivismo dividira-se em duas escolas, uma das quais sob a direção de PIERRE LAFITTE foi a que ganhou mais terreno no exterior e em particular no Brasil, onde conseguiu grupar uma falange de trabalhadores. Para os que se ligavam a essa fração do positivismo, as teorias que E. LITTRÉ, chefe de outro ramo, encarava como produto da doença mental de AUGUSTO COMTE, seriam talvez o que o pensador francês deixou de mais precioso. É aquela corrente, — a do comtismo ortodoxo, como lhe chamou EUCLIDES DA CUNHA —, que no sul conquistou entre nós maior número de adeptos, exatamente pelas teorias de COMTE, rejeitadas por LITTRÉ sobre a organização política e religiosa da sociedade. Essas construções sociais e religiosas do mestre, e, entre elas, a preponderância da família, no sistema, representaram, no movimento positivista nacional, pela sedução que exerciam, um papel semelhante ao que desempenharam, na propagação do protestantismo, além do seu caráter essencialmente cristão, o cuidado da liberdade individual, o ideal constante do desenvolvimento da pessoa humana e a importância dada à moralidade, e, portanto, a tudo o que seja capaz de fortalecer, nos corações, o sentimento da responsabilidade e do direito. As idéias morais e políticas de COMTE infiltraram-se pela Escola Militar e entre propagandistas e reformadores republicanos; e a seita ou "religião da humanidade", que não encontrou adeptos senão nas classes superiores, teve o seu ensino, dado por figuras admiráveis como MIGUEL LEMOS e TEIXEIRA MENDES, seus templos e seu culto que consiste essencialmente em sacramentos, festas e peregrinações. Mas, se na evolução do pensamento brasileiro teve, em certa época, real influência, não como método de pesquisas, mas como doutrina social e política, o positivismo, seita religiosa, acessível a um punhado de homens, aí ficou, — para empregar as expressões de EUCLIDES DA CUNHA —, "imóvel, cristalizado na alma profundamente religiosa e incorruptível de TEIXEIRA MENDES".

O decreto que, após o 15 de Novembro, separou a Igreja do Estado, não teve origem, porém, no desenvolvimento do positivismo sectário: foi antes uma vitória do movimento laicista com que se restaurou o princípio de neutralidade do Estado em face do problema religioso e se assegurou à própria

um grande afluxo ao Brasil de elementos de raça judaica que se concentraram sobretudo em São Paulo, em Pernambuco, na Baía e em Minas Gerais, destacando-se como mercadores e senhores de engenho, e tanto no cultivo das letras quanto nas profissões liberais. Mas eram na maior parte cristãos novos que, ameaçados, em Portugal, das fogueiras inquisitórias, procuravam refúgio e um lugar de degrado no Brasil e aos quais a Companhia de Jesus dispensava tal proteção que chegou a provocar conflitos entre essa ordem religiosa e o Santo Ofício. A não ser no período do domínio holandês, em Pernambuco e nas capitanias conquistadas, os judeus não professavam publicamente a religião mosaica. A Igreja Israelita não pôde, pois, estabelecer-se senão em fins do século XIX e, como a ortodoxa, para um círculo extremamente reduzido de fiéis. Depois do catolicismo, seguido de longe pelo protestantismo, apesar de sua extraordinária expansão, é o espiritismo que teve até hoje maior desenvolvimento quantitativo, com cerca de 4 milhões de afiliados, distribuídos por numerosos centros espíritas (mais de 400, somente em São Paulo), já incorporados em Federação, mas sem qualquer influência no domínio cultural. A Sociedade de Metapsíquica de São Paulo, que é antes uma sociedade de estudos do que um centro religioso, desenvolve esforços no sentido de dar um caráter científico às investigações dos fenômenos chamados *espíritas* e tidos como sobrenaturais.

Igreja Católica, no Brasil, como reconhece a pastoral coletiva, de 19 de Março de 1890, "uma certa soma de liberdades que ela jamais logrou no tempo da monarquia". O novo regime era incontestavelmente (as palavras são do Pe. JÚLIO MARIA) "a liberdade restituída à Igreja depois de uma longa e triste escravidão." Não foi o sectarismo que triunfou, mas o princípio de liberdade de culto e de crenças, o qual, se permitiu a atividade normal e a expansão de outras igrejas, trouxe à Igreja Católica a libertação do regime de dependência e de opressão exercida pelo Estado. No período monárquico abatera-se, de fato, o prestígio do clero; esmoreceram as atividades da Igreja e atingiram-se, nas suas fontes vivas, as ordens monásticas, com a proibição de receberem noviços: ²³ o regalismo e o padroado tendiam a transformar o clero numa superestrutura parasitária, alimentada pelo regime de privilégios e de subsídios com que se mascarava a opressão, e a reduzir a Igreja, com o enfraquecimento do poder episcopal, a um simples instrumento de poder político. Ninguém compreendeu melhor as perspectivas abertas para a Igreja, no novo regime, do que o Pe. JÚLIO MARIA, notável orador sacro, que, segundo escreve JÔNATAS SERRANO, "numa pregação única em nossa história pela sua feição e pela sua amplitude", fez um apêlo constante ao clero para promover a obra de pacificação política e religiosa, alargar a missão sacerdotal por uma compreensão mais profunda da função social da religião, e "convidar francamente a democracia, sem hipocrisia política nem covardia religiosa, ao banquete social do Evangelho". A nuvem de prevenções de que se carregara a atmosfera, de 1889 a 91, perturbando as novas relações entre a Igreja e o Estado, no novo regime, dissipou-se, afinal, em 1905, com a ação diplomática desenvolvida pelo BARÃO DO RIO BRANCO junto à Santa Sé e a consequente nomeação pelo Papa do primeiro cardeal do Brasil e de toda a América Latina, D. JOAQUIM ARCOVERDE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE, Arcebispo do Rio de Janeiro. Mas o clero, secular e regular, com suas fileiras rareadas, encastelava-se nos santuários, "contemplando de longe o povo a que outrora tão intimamente se ligara"; e, ao passo que, no período colonial e até a primeira metade do século XIX, a vida intelectual, social e política se caracterizava por uma interpenetração da Igreja e do século, na República, a Igreja, cortadas as amarras que a prendiam ao Estado, parecia hesitar em fazer-se ao largo para uma ação de grande envergadura, num ambiente de ampla liberdade de pensamento. A Igreja brasileira passava por uma crise de lassidão de que, no século XX, e sobretudo depois da grande guerra, devia reerguer-se, apesar de graves obstáculos, para novas iniciativas nos vários domínios de atividades religiosas, sociais e culturais.

Em todo êsse período, a religião não foi nem um estimulante nem um adversário do pensamento: daí uma indiferença mútua entre a cultura e a religião. Os futuros clérigos já não se recrutavam, como na Colônia, entre as melhores famílias brasileiras e nos mesmos estabelecimentos, seminários e colégios de padres, em que se preparavam as novas gerações da sociedade colonial, com uma unidade de espírito e de direção. Aquela comunidade de

²³ A reação de POMBAL contra os legados e as ordens monásticas, proibindo-as de receberem noviços, foi certamente desproporcionada aos fins que colimou: extremada, como a política realista que se traduziu em decreto semelhante do governo imperial, em 1855, cuidou corrigir um abuso, que estava nos costumes, com outro, o de um golpe contra a liberdade de consciência. Era preciso, sem dúvida, reagir contra "a especulação inveterada que se praticava com as filhas das melhores famílias brasileiras expatriadas daqui sob o pretêsto de se educarem, para se condenarem na Metrópole à clausura dos conventos". Não era menor o abuso que POMBAL procurou conter, "dos legados a estabelecimentos religiosos, monomania geral que explorava as famílias, nutrido a ociosidade e o fanatismo". Mas com o mesmo golpe que se vibrou contra êsses abusos, crescidos numa atmosfera carregada de misticismo, se feria a liberdade de consciência, proibindo, aos que o quieram, de seguir a própria vocação. Os conventos entraram em decadência e, esgotadas as suas reservas nacionais, tinha de acontecer o que aconteceu, já na República: foram parar às mãos de frades estrangeiros, chamados para repovoar os conventos que definhavam impedidos de receber noviços.

idéias e de sentimentos, que então se formou entre o clero e a nação, — comunidade manifesta em tôdas as atividades da vida colonial e na participação constante de sacerdotes, nas inconfidências e revoluções, até os fins do primeiro Império, e tanto mais forte quanto o clero apresentava um caráter eminentemente nacional, — sucedera uma indiferença recíproca, senão quase uma dissociação entre a Igreja e o século, entre a religião e as forças vivas da sociedade. Por um lado, as vocações sacerdotais, cada vez mais raras, que eram colhidas no seio da família brasileira, isoladas e encerradas em seminários, já não partilhavam da vida dos outros estudantes. O clero, por outro lado, desnacionalizava-se lentamente, quer pela entrada, já no século XX, de ordens monásticas, provenientes da França, da Bélgica e da Itália, quer pela infiltração progressiva de estrangeiros no clero secular, quer pela transferência aos frades alemães dos tradicionais mosteiros da Ordem de São Bento, com seus opulentos patrimônios. Essa “desnacionalização” crescente do clero regular e secular, cada vez mais penetrado de elementos estrangeiros, não só afrouxava os laços antigos que uniam, como num só corpo, a religião e a sociedade, a Igreja e o povo, mas tendia, segundo alguns, a transformar o clero numa classe fechada, com interesses particularistas, e a imprimir-lhe a feição, ostensiva ou dissimulada, de um “partido político estrangeiro”. É nesse momento, e dentro de dificuldades e graves ameaças ao prestígio da Igreja, que se inicia o mais vigoroso movimento católico de nossa história, pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpenetração da Igreja e do século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional a um tempo e pela combatividade, nem sempre marcada pelo espírito ecumênico, de catolicidade, ou por uma grande largueza de vistas. As forças, “encasteladas nos santuários”, segundo a expressão do Pe. JÚLIO MARIA, saem dos conventos e das igrejas, para tomarem posições na trincheira: e a trincheira está por tôda a parte, no parlamento e nos palácios do govêrno, na imprensa e no rádio, nas escolas e nas associações em que se tempera para as refregas a alma batalhadora da mocidade e se preparam elementos de vanguarda para abrirem caminho ao avanço, tranquilo e seguro, da Igreja e do clero.

O papel que desempenharam intelectuais eminentes, como JACKSON DE FIGUEIREDO que desencadeou o movimento espiritual, católico, e ALCEU AMOROSO LIMA que recolheu sua herança e lhe sucedeu na direção; o apêlo à mocidade acadêmica e às classes operárias que se organizam em associações de caráter religioso; a participação efetiva de católicos ilustres nas campanhas em que se empenhou a Igreja contra o divórcio e a favor do ensino religioso, nas escolas, e o recurso às técnicas modernas de propaganda mostram até que ponto a Igreja Romana, no Brasil, mobilizou as suas forças e renovou seus processos para enfrentar os problemas religiosos e sociais e as dificuldades que se levantavam à sua solução. Não tem mais de 25 anos êsse renascimento religioso. A pena do jornalista, na imprensa diária, e mais recentemente a propaganda pelo rádio, se não substituíram a palavra na tribuna sagrada em que, ainda na República, se ergueram as vozes magníficas de um Pe. JÚLIO MARIA, de um Monsenhor PAULA RODRIGUES, — o Padre CHICO, e de um Pe. JOÃO GUALBERTO, em São Paulo, adquiriram, pela sua eficiência, maior prestígio, eclipsando a eloquência que se recolhe, perdido o brilho antigo, à atmosfera mística e tranqüila das igrejas. A literatura de inspiração católica atinge um nível intelectual e um volume de publicações que ainda não conhecera no Brasil, enriquecendo-se com obras de primeira ordem como a do jesuíta Pe. LEONEL FRANCA, uma das mais altas senão a maior figura do clero nacional e do pensamento católico. Multiplicam-se as instituições confes-

sionais de ensino, liceus e ginásios, para rapazes e colégios para moças,²⁴ orfanatos e educandários, mantidos estes por várias congregações de religiosas; fundam-se escolas superiores como a de Agricultura e Veterinária, em Olinda, em 1913, e, também por iniciativa dos monges beneditinos, em São Paulo, a Faculdade de Filosofia de São Bento; cria-se, em 1935, nas cercanias de São Paulo, pelo esforço da Liga das Senhoras Católicas, a Cidade dos Menores Abandonados; e, enquanto, por tôda a parte, a simpatia humana, iluminada pela fé e encarnada nas irmãs de caridade, assiste e acaricia os que sofrem nos hospitais, a Igreja dilata até os sertões as suas atividades apostólicas, na catequese dos índios, por intermédio dos dominicanos, em Conceição do Araguaia, dos beneditinos, em Rio Branco, e dos salesianos, em Mato Grosso e no Rio Negro. Fiel às suas tradições, a Igreja Católica renova-se, adaptando-se às condições da vida atual; e, com suas 54 dioceses, 17 arquidioceses e 23 prelaças, sob a direção de cardeal brasileiro, e suas numerosas ordens e congregações, em atividade constante, mantém um predomínio indisputável entre as instituições religiosas do país, contribuindo para desenvolver, com o primado dos valores espirituais sôbre os valores vitais e materiais, o sentido do humanismo cristão que remonta às origens históricas e religiosas da civilização nacional.

BIBLIOGRAFIA

- BADARÓ (F.) — *L'église au Brésil pendant l'Empire et pendant la République*. Stabilimento Bontempelli, Roma, 1895.
- BRAGA (Érasmo) and G. GRUBB (Kenneth) — *The Republic of Brazil. A survey of the religious situation*. World dominion Survey Series. World Dominion Press. London, New York, Toronto, 1932.
- DORNAS FILHO (J.) — *O padroado e a igreja brasileira*. Série Brasileira, vol. 125, Comp. Editora Nacional, São Paulo.
- FURTADO DE MENESES — *Clero mineiro*. Rio, 1933.
- FRANCA (Pe. Leonel) — *Catolicismo e protestantismo*. 2.^a edição, Schmidt Editor, Rio, 1931.
- JÚLIO MARIA (Pe) *Memória histórica*. 1.^o vol. do Livro do Centenário, Rio, 1900.
- LEHMAN — *O Brasil católico*, última edição.
- LEOPOLDO E SILVA (D. Duarte) — *O Clero nacional e a Independência*. Ed. do Centro D. Vital, Rio, 1922.
- LEITE (Pe. Serafim) — *Páginas de história do Brasil*. I. Influência religiosa na formação do Brasil, págs. 11-33. Série Brasileira, vol. 93, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *História da Companhia de Jesús no Brasil*. 1.^o e 2.^o vols., Lisboa, 1938 e 1939.
- LUIZ ALVES (José) — *Os claustrros e o clero no Brasil*. Tomo LVII da "Rev. do Inst. Hist.", 1.^o vol., Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1895.
- MADUREIRA (M. de) — *A liberdade dos índios. A Companhia de Jesús. Sua pedagogia e seus resultados*. Trabalho apresentado ao Congresso Internacional de História da América, em 1922. Separata em 2 vols. Imprensa Nacional, 1927-1929.

²⁴ Embora tenha aumentado constantemente o número de instituições escolares, leigas, públicas ou particulares, para a educação de meninas, mantém-se acentuada preferência das famílias abastadas para os colégios dirigidos por congregações religiosas. Entre estes, destacam-se os colégios, quase todos sob a forma de internato, de Nossa Senhora de Sion, das Irmãs do Sagrado Coração de Jesús, das Irmãs Marcelinas ou das Cônegas de Santo Agostinho. A Congregação das Cônegas de Santo Agostinho, fundada por São PEDRO FOURIER (1565-1640), mantém, desde a sua chegada ao Brasil em 1907, um colégio em São Paulo (Colégio des Oiseaux), a cujo ginásio se acrescentou, em 1933, uma faculdade superior de letras e ciências sob o título de Instituto "Sedes Sapientiae", e outro, com um Jardim de Infância, criado mais tarde, em Santos, no Estado de São Paulo. As irmãs Marcelinas que chegaram em 1911, dirigem no Brasil seis estabelecimentos de ensino para moças e, entre eles, o de Botucatu (Estado de São Paulo), o primeiro instalado por essa Congregação. Os Colégios de Sion, de São Paulo, de Campanha (no Sul de Minas), de Petrópolis e do Rio de Janeiro, são dentre os mais florescentes colégios religiosos destinados à instrução e educação da mocidade feminina.

- MAGALHÃES (Basílio de) — *Estudos de história do Brasil*. II. D. PEDRO II e a Igreja Católica, págs. 89-162. Série Brasileira, vol. 171, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- MORAIS (Benjamim) — *Subsídio para a história da Igreja Presbiteriana, no Rio de Janeiro*.
- PEREIRA CALDAS JÚNIOR (Antônio) — *Maçonaria no Brasil*. In "A Maçonaria no Centenário" (1822-1922), págs 17-44. Antônio Giusti Editor. Edição da revista "A maçonaria no Estado de São Paulo", São Paulo, 1922.
- RIBEIRO (Domingos) — *Origens do evangelismo brasileiro* (escôço histórico). Estabelecimento Gráfico Apolo — Rua da Misericórdia, 38, Rio, 1937.
- RIBEIRO (Leonídio) e CAMPOS (Murilo de) — *O espiritismo no Brasil*. Contribuição ao seu estudo clínico e médico-legal. Especialmente: "Um inquérito entre especialistas brasileiros", págs 153-188. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1931.
- RODRIGUES (José Carlos) — *Religiões acatólicas*; memória por JOSÉ CARLOS RODRIGUES, s. d.
- SERRANO (Jônatas) — *O clero e a República*. In "À margem da história da República". Edição do "Anuário do Brasil", Rio de Janeiro; artigo sobre a Igreja no Brasil e sua influência cultural. In "Dicionário de Geografia e História Eclesiástica", editado por Letouzey et Ané, na França.
- TRINDADE (Cônego Raimundo) — *Arquidiocese de Mariana*. Subsídios para a sua história. São Paulo, 1928.
- VILHENA DE MORAIS (E.) — *Qual a influência dos jesuítas em nossas letras?* Revista do Instituto Histórico, tomo especial do Congresso de História Nacional de 1914, vol. V; *O patriotismo e o clero no Brasil*. In "Jornal do Comércio". Número especial consagrado ao Ano Santo, págs 181-197, Rio, 1925.
- BRAZIL, 1938. — *A new survey of brasilian life*. Págs 396-397. *Cults*. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio, 1939.
-

CAPÍTULO II

A vida intelectual — As profissões liberais

Formação intelectual eminentemente literária — Letrados e eruditos — A herança da escolástica e da cultura clássica — A gramática e a retórica — A escravidão e a repugnância pelos ofícios e atividades de base manual e mecânica — A tendência para a burocracia e as profissões liberais — A fundação dos cursos jurídicos — A cultura jurídica — Advogados e juristas — A função cultural das faculdades de direito — Focos de idéias e campanhas políticas — A Escola Central — As duas faculdades de medicina — Médicos, engenheiros e advogados — As elites culturais, políticas e administrativas recrutadas nas profissões liberais — Política de doutores e de fazendeiros — A preponderância dos juristas na política — A Escola de Minas, em Ouro Preto — OSVALDO CRUZ e a medicina nacional — As associações profissionais — O prestígio dos diplomados — Cultura de caráter marcadamente profissional — As profissões e as letras — O esforço para ultrapassar e dominar, pela cultura, a profissão — A atividade do comércio do livro — Livrarias e bibliotecas.

ENTRE fidalgos, senhores de engenho e sacerdotes recrutavam-se os primeiros líderes da sociedade colonial; e, além da nobreza e da propriedade da terra, o que determinava o acesso na escala social, era a instrução exclusivamente a cargo do clero ou, mais particularmente, dos jesuítas. A posse de grandes propriedades rurais servia, na colônia, para perpetuar em larga escala a distinção de classes: de um lado, a aristocracia representada por fidalgos portugueses, em trânsito, — mais ou menos instável, — e a de origem territorial, constituída de senhores de engenho, e de outro lado, o clero regular que se tornou, sobretudo com os jesuítas, “o grande produtor colonial”, e cuja autoridade, social e econômica, se foi progressivamente fortalecendo com a exploração agrícola e as fazendas de criação. Mas, do seio da sociedade colonial, heterogênea, dispersa e inculta, não tardou a surgir, com a instrução ministrada pelos jesuítas, uma nova categoria social, — a dos intelectuais que, feitos os estudos e formados mestres nos colégios de padres, iam bacharelar-se em Coimbra, para adquirirem, com o título de licenciados e de doutores, o acesso fácil à classe nobre pelos cargos de governo. Era costume velho, nas famílias abastadas, cujo primogênito, herdeiro da terra, seguia o destino do pai, mandarem o segundo filho à Europa, para estudos, enquanto reservavam à Igreja o terceiro, que professava num dos conventos, geralmente do país: um filho doutor e outro, padre ou frade, constituíam motivo de orgulho para as famílias antigas. No entanto a formação intelectual que recebiam, eminentemente literária, orientada não para a técnica e a ação, mas para o cuidado da forma,

adextramento na eloquência e o exercício das funções dialéticas do espírito, não podia fazer desses mestres em artes e licenciados senão letrados, imitadores e eruditos, cujo maior prazer intelectual consistia no contacto com os velhos autores latinos. Fôrça de conservação antes do que instrumento de libertação do espírito, êsse ensino de classe, dogmático e retórico, que modelava todos pelo mesmo padrão de cultura, fundia as minorias ralas de letrados, que flutuavam, estranhas e superpostas ao meio social, como uma elite intelectual de importação. Nada de vivo e de verdadeiramente novo e fecundo, de observação da natureza e de culto do *genius loci*, para despertar o poder criador e o senso crítico nessa cultura coerente e uniforme, de fundo universalista, cristalizada pelas humanidades latinas, como um núcleo em torno do qual, à medida que se subia na hierarquia do ensino e das funções, se adensava o envólucro de matérias religiosas (apologética, teologia, ética), destinadas à preparação para o sacerdócio.

As humanidades clássicas, quase exclusivamente latinas, — pois o grego não foi incluído entre as disciplinas do ensino superior senão mais tarde pelos frades de São Francisco, — constituíam, de fato, a base sobre que repousava toda a instrução ministrada nos colégios de jesuítas e nos seminários. A gramática, a retórica e a filosofia, estudadas frequentemente nos próprios autores latinos que recolheram e tornaram mais assimilável a herança dos gregos, tinham, sobre o interesse decorrente dos seus objetivos especiais, nesse ensino impregnado de humanidades, o de verdadeiros instrumentos para desenvolver a cultura latina, situada no âmago da instrução. A herança da escolástica e da cultura clássica, com o predomínio do latim, da gramática e da retórica,¹ transmitia-se, sem se enriquecer nem transformar-se, através de gerações de letrados, até os fins do século XVIII, quando os frades franciscanos, em virtude da ordem régia de 1772, estabeleceram no Rio de Janeiro um curso de estudos superiores em que, pela primeira vez, figurava, além do grego e do latim, o ensino oficial de duas línguas vivas. Somente em princípios de 1800 AZEREDO COUTINHO, bispo e governador, que exerceu extraordinária influência sobre a mentalidade pátria e sem o qual “não surgiria a geração idealista de 1817”, no julgamento de CAPISTRANO DE ABREU,² rompe com a velha tradição colonial de ensino jesuítico, ao fundar o seminário de Olinda em novos moldes e com vistas mais largas: ministrando o ensino do desenho, das ciências físicas e matemáticas, da química, da botânica e da mineralogia, ao lado das disciplinas dos antigos colégios de jesuítas, êsse seminário, com efeito, “transformou as condições do ensino e, com êste, as condições intelectuais da capitania” de Pernambuco.³ Até essa época, o ensino dos colégios de padres escreve GILBERTO FREYRE, devastando a paisagem intelectual em torno dos homens, para só deixar crescer no indivíduo idéias ortodoxamente católicas, quebrara no brasileiro, principalmente no da classe educada, não só as relações líricas entre o homem e a natureza... como a curiosidade do saber, a ânsia e o gosto de conhecer, a alegria das aventuras de inteligência, de sensibilidade e de exploração científica; aventuras do descobrimento das cousas do mundo. Se, porém,

¹ A retórica, lembra GILBERTO FREYRE, “se estudava nos autores latinos, — lendo QUINTILIANO, recitando HORÁCIO, decorando as orações de CÍCERO. Lógica e filosofia, também: eram ainda os discursos de CÍCERO que constituíam os elementos principais de estudo. A filosofia era a dos oradores e a dos padres. Muita palavra, e o tom sempre o dos apologetas que corrompe a dignidade da análise e compromete a honestidade da crítica. Daí a tendência para a oratória que ficou no brasileiro, perturbando-o tanto no esforço de pensar como no de analisar as cousas. Mesmo ocupando-se de assuntos que peçam a maior sobriedade verbal, a precisão de preferência ao efeito literário, o tom de conversa em vez do de discurso, a maior pureza possível de objetividade, o brasileiro insensivelmente levanta a voz e arredonda a frase. Efeito do muito latim de frade; da muita retórica de padre.” (*Sobrados e mucambos*. Pág. 269, 1.ª Edição, São Paulo, 1936).

² CAPISTRANO DE ABREU, *Um visitador do Santo Ofício*, pág. 14.

³ OLIVEIRA LIMA, *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Edição comemorativa. Recife, 1917.

êsse ensino uniformizador dos padres da Companhia abafou a espontaneidade intelectual, embotou o gosto da análise e comprometeu, por séculos, o espírito crítico do brasileiro, na sociedade colonial, foi certamente, como reconhece GILBERTO FREYRE, "utilíssimo à integração social do Brasil": criando e espalhando por todo o país um sistema de cultura, não só contribuiu para consolidar a religião cristã, — uma das forças vivas da unidade espiritual na Colônia, mas concorreu para assimilar as elites brasileiras de norte a sul, fundindo na unidade da cultura as diversidades regionais, sociais, econômicas e políticas.

Embora êsse ensino, todo literário e eclesiástico, tenha contribuído largamente para o desprezo das ciências úteis, o desinteresse pela natureza e o horror à atividade manual, não pode ser êle considerado responsável por êsse desamor, que ficou sendo um dos traços característicos do brasileiro, pelo trabalho da terra e pelos ofícios mecânicos. Produto da época e das condições de vida social da Metrópole, transferiu-se para a Colônia, com os costumes, os usos, a religião e a mentalidade da nobreza, para a qual liberdade se tornou sinônimo de ociosidade e o trabalho qualquer cousa de equivalente à servidão. Essa mentalidade fortificou-se com a preguiça lasciva de um clima quente em que o homem tem poucas necessidades e onde as necessidades vitais são relativamente fáceis de satisfazer, e num meio social em que a distinção de classes e o regime de escravidão tinham de relegar para plano inferior, como sinais de inferioridade de classe social, os ofícios mecânicos e os misteres manuais. Aliás o desprezo pelo trabalho manual aqui, como por toda a parte, em que há classes, foi sempre um traço distintivo da nobreza, que julgava degradar-se com os trabalhos servís, e cuja superioridade na hierarquia social se marcava pelo poder de se fazer servir e pelo número de escravos ou de servos capazes de lhe assegurar o *maximum* de conforto com o *minimum* de esforço. Se a profissão "classifica" e as classes a determinam, influenciando sobre a escolha das profissões, não podia atrair e classificar o que se tinha por ocupação de escravos, mas toda a atividade de preferência intelectual que, elevando aos cargos nobres, fôsse capaz de suprir a propriedade da terra e os privilégios de nascimento. O sistema jesuítico de ensino, literário e retórico, não fêz mais do que valorizar as letras e acentuar, com a distância entre a elite intelectual e a massa, o horror ao trabalho manual e mecânico que provinha antes "dêsse pendor português para viver de escravos", para o qual concorreram sucessivamente a cultura sefardínica e, na Colônia, o regime social da escravidão. "Ao lado da tradição moura, escreve GILBERTO FREYRE, foi a influência dos frades, grandes agricultores, que em Portugal mais contrariou a dos judeus", inimigos do trabalho manual e, desde remotos tempos, inclinados ao regime do trabalho escravo. "Se mais tarde (acrescenta) o parasitismo invadiu até os conventos é que nem a formidável energia dos monges pôde remar contra a maré". Os mosteiros que em Portugal, "a par de mansões de oração e de estudos se tornaram em focos e escolas de atividade industrial, em laboriosas colônias agrícolas", na observação de ESTEVES PEREIRA, acabaram também êles, no Brasil, sob o regime da escravatura, por apoiar-se no trabalho servil, utilizando numerosos escravos agrários, nas suas grandes propriedades ativas.

A ausência quase completa de indústrias, a rotina da monocultura e da exploração industrial do açúcar e o caráter elementar das atividades de comércio, não criando necessidades de especialização profissional, nem exigindo trabalho tecnológico de mais alto nível contribuíram, como outros fatores, para desvalorizar as funções manuais e mecânicas, exercidas por artesões, escravos e libertos. O que interessava nessa sociedade de estrutura elementar era, de fato, um tipo de cultura que favorecesse o acesso da elite intelectual, senão à

nobreza, ao menos aos chamados cargos nobres, criando uma nova aristocracia, — a dos bacharéis e a dos doutores. Para essas funções nobres, como a magistratura e o canonicato, que exigiam um *minimum* de especialização intelectual, bastava a cultura literária e abstrata, transmitida nos colégios de padres, por métodos que se baseavam, não sobre a ação e o concreto, mas sobre a leitura, o comentário e a especulação. As armas espirituais de que se compunha o arsenal dos mestres em artes, “essa espécie colonial dos bacharéis de hoje”, não passavam das humanidades latinas e das noções gerais que residiam à base da filosofia e da teologia e eram mais apropriadas a formar pregadores, letrados e eruditos. Formou-se, por esse modo, a tendência intelectualista e literária que se desenvolveu por mais de três séculos, para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais. Se para ela devem ter concorrido as tradições intelectualistas do judeu, a cuja influência GILBERTO FREYRE atribue o gosto pelo anel no dedo, com rubi ou esmeralda, do bacharel ou do doutor, e a mania dos óculos e do *pince-nez*, “reminiscência oriental, de sabor israelita”, é certo que nenhuma influência nesse sentido, na Metrópole e na Colônia, foi maior do que o sistema de ensino e a cultura que dele resultou. O papel que exerceu a cultura modelada por esse tipo de ensino foi de tal preponderância que nem as missões holandesas, científicas e técnicas, no período da ocupação de Pernambuco, nem mais tarde as reações isoladas do Seminário de Olinda, no século XVIII, e dos colégios de franceses e ingleses, aqui estabelecidos, no século XIX, “para grande indignação dos padres”, conseguiram abrir uma brecha mais profunda na tradição intelectualista, puramente literária, do velho ensino colonial dos jesuítas. E’ que as condições de vida social e econômica, depois da expulsão dos padres da Companhia em 1759, e até os fins do século XIX, se caracterizavam pelo mesmo regime de escravidão e pela mesma organização econômica; e os progressos lentos, no domínio das indústrias, não foram suficientes para valorizar o trabalho prático e tecnológico, mantendo em baixo nível os tipos profissionais, e ainda extremamente simples, a hierarquia das funções industriais. O título de bacharel e de doutor mantinha-se como um sinal de classe, e às mãos dos filhos do senhor de engenho ou do burguês dos sobrados continuavam a repugnar as calosidades do trabalho...

Mas a ascensão do bacharel e do clérigo, que data do século XVII, com os primeiros valores brasileiros, GREGÓRIO e EUSÉBIO DE MATOS e ANTÔNIO VIEIRA, este português de nascimento, todos formados na Baía pelos jesuítas, e que se acentuou nos séculos seguintes, com os bacharéis do Rio e de Minas Gerais (Vila Rica), teve, sem dúvida, uma grande importância na vida social e política, nos últimos tempos coloniais. Se, de um lado, essa cultura padronizada que recebiam os que estudavam com os padres da Companhia e iam bacharelar-se em Coimbra, tendia a assimilar as elites, de norte a sul do país, aproximando pernambucanos, baianos, fluminenses e paulistas,⁴ os valores

⁴ Dos jovens brasileiros que iam estudar na Europa, a maior parte se destinava a Coimbra, outros a Montpellier e a Paris, e, mais raros, à Alemanha e à Inglaterra, onde se formavam, aos vinte anos ou pouco mais, em filosofia, medicina e sobretudo direito. Entre os inconfidentes, CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, de Minas (Ribeirão do Carmo) e INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA, do Rio de Janeiro, doutoraram-se em Coimbra; DOMINGOS VIDAL BARBOSA, mineiro, e os fluminenses JOSÉ MARIANO LEAL e JOSÉ JOAQUIM DA MAIA, que teve em 1786, uma entrevista em Nîmes, com JEFFERSON, embaixador dos Estados Unidos em Paris, e morreu em Lisboa ao voltar à pátria, estudavam medicina em Montpellier; e JOSÉ ALVARES MACIEL, na Inglaterra, onde se doutorou em ciências naturais e filosofia. Do norte, — de Pernambuco e da Baía, — com a fartura criada pela lavoura da cana, e, mais tarde, no século XVIII, das “minas gerais,” com a riqueza que proveio da exploração das minas de ouro, é que partiram brasileiros, em maior número, para estudos em universidades européias. Recife, Baía e Vila Rica foram, em consequência, os maiores centros da vida intelectual da Colônia. Raros os paulistas, pouco mais de vinte, que foram bacharelar-se em Coimbra, onde havia estudos maiores; e, entre eles, os dois GUSMÕES, de Santos, BARTOLOMEU LOURENÇO, inventor do aerostato, cônego e lente de matemática na Universidade de Coimbra, e ALEXANDRE, diplomata, que também terminou em Coimbra os estudos iniciados no colégio dos jesuítas; os três ANDRADAS, JOSÉ BONIFÁCIO, ANTÔNIO CARLOS e MARTIM FRANCISCO, também de Santos, como FERNANDES PINHEIRO, Visconde de São Leopoldo, e, de São Paulo, os dois TOLEDO RENDON, FRANCISCO LEANDRO e JOSÉ AROUCHE, que foi o primeiro diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

encarnados pelo bacharel, branco ou mulato, "vinham se constituindo em elemento de diferenciação, dentro de uma sociedade rural e patriarcal que procurava integrar-se pelo equilíbrio". Filhos dos senhores de engenho ou de fazendeiros, traziam de Coimbra, de Montpellier ou de Paris, com idéias novas e novos estilos de vida, o germe de reação contra os costumes das casas grandes patriarcais de que provinham; rapazes da burguesia nova das cidades, filhos ou netos de mascates, "valorizados pela educação européia, observa ainda GILBERTO FREYRE, voltavam socialmente iguais aos filhos das mais velhas e poderosas famílias de senhores de terras". Esses novos bacharéis e clérigos, com seu prestígio crescente na sociedade colonial e com sua mentalidade nova, romântica e revolucionária, marcavam o triunfo político não só do homem da cidade sobre a gente do campo, mas da Colônia contra a Metrópole, dos ideais republicanos sobre as tendências monárquicas de portugueses e proprietários de terras. A Inconfidência Mineira, no dizer de GILBERTO FREYRE, "foi uma revolução de bacharéis, como revolução de bacharéis, — pelo menos de clérigos que eram uns bacharéis de batina, alguns educados em Olinda, no seminário liberal de AZEREDO COUTINHO — seriam as duas revoluções pernambucanas, preparadas por homens do século XVIII: a de 1817 e a de 1824". As viagens ao Velho Mundo para completar estudos em universidades facilitavam aos jovens brasileiros, de regiões diversas, o contacto que não lhes permitiam, no Brasil, o isolamento das populações e a ausência de comunicações entre as capitânias. Não eram apenas novas idéias, novas místicas e novos costumes que traziam esses rapazes educados na Europa, mas o sentido de pátria pela consciência mais viva das diferenças que cada vez mais distanciavam a Colônia da Metrópole. Em Coimbra, onde se familiarizavam, se entendiam e se concertavam, "pela primeira vez, lembra PEDRO CALMON, os estudantes percebiam a existência de uma pátria, enorme e primitiva, que lhes pertencia. A idéia nacional surgiu assim. Elaborou-a às margens do Mondego a mocidade renovada todo ano, que dos engenhos de açúcar e depois, das fazendas de criação e das lavras mineiras, se fôra a estudar leis e cânones na Universidade".

No entanto, com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo MARQUÊS DE POMBAL, sem a medida complementar da substituição de suas escolas por outras, desmantelou-se, por mais de 50 anos, todo o sistema cultural, apoiado na estrutura colonial do ensino jesuítico, para voltar a reflorescer no Império, aliado a outro tipo de cultura mais liberal, ligado agora à idéia de preparação profissional: à formação de militares, advogados, médicos e engenheiros. A cultura, tributária da religião, passou por essa forma a ser tributária das profissões liberais, sem se despojar do seu velho conteúdo humanístico e eclesiástico, ao menos até a segunda metade do século XIX, em que à base das escolas de formação profissional residiam ainda, em grande parte, os seminários e colégios de padres. Em todo caso, uma cultura, não livre e desinteressada, mas fortemente marcada pela sua finalidade e aplicação profissional. Não houve, a rigor, uma ruptura com a tradição, mas antes um fracionamento da "unidade de cultura", quando à de origem clerical, nutrida nos colégios de jesuítas e em seminários, e refinada na Universidade de Coimbra, sucedeu, como uma nova fase na evolução cultural, a de base profissional, alimentada em institutos, fragmentários e dispersos, orientados em sentidos diferentes de acordo com as suas finalidades específicas. A grande massa permanece estranha às novas instituições; torna-se mais numerosa e apurada a elite intelectual que se beneficia desses cursos; cresce o prestígio do título de bacharel e de doutor, para decair depois com a expansão quantitativa dos formados; e os cursos novos, já por não terem tomado, no seu desenvolvimento, feição eminentemente prática e profissional, já por falta de instituições destinadas à filosofia, à ciência e aos estudos desinteressados, tornaram-se focos

de inquietação intelectual e viveiros de jornalistas e políticos, letrados e eruditos. Assim, subtraído o ensino superior ao domínio do clero, para se restabelecer sob o signo da profissão a tendência intelectualista e literária que vinha desde a Colônia, continuou a seguir a linha de seu desenvolvimento normal, como um distintivo de classe, um derivativo aos estudos de finalidades profissional, e, mais do que pelo seu caráter ornamental, pelas aplicações crescentes das letras ao jornalismo político e à eloquência nos comícios, na tribuna judiciária e sobretudo no parlamento. Não é ainda com essas escolas e cursos profissionais, criados nos princípios do século XIX, que “o profissional” toma a desforra do letrado, do erudito e do orador, — outros tantos tipos intelectuais que continuaram a florescer por todo o Império, à sombra das academias, e a exercer todo o seu poder aristocrático, com o duplo prestígio tradicional do título de bacharel e de doutor e do poder de atração da eloquência e das letras.

Se já no reinado de D. JOÃO VI se instituem, com os estudos de história natural e de artes, os primeiros cursos profissionais de medicina e de marinha, é somente em 1827, com a criação dos cursos jurídicos, em Olinda e em São Paulo que se formam afinal os dois maiores núcleos de ensino superior e de cultura jurídica no país. A vida intelectual, no norte, depois de um período de isolamento e de segregação, readquire o seu antigo prestígio, com a fundação do curso jurídico, em Olinda, transferido mais tarde, em 1854, para o Recife, enquanto se inaugura em São Paulo um dos focos mais vivos de cultura intelectual com a primeira escola de direito. Ambos êsses cursos, de ciências jurídicas e sociais, o de Olinda e o de São Paulo, criados a 11 de Agosto de 1827, instalam-se em antigos conventos, êste, no velho cenóbio dos filhos de São Francisco, aquele, no tradicional Mosteiro de São Bento, como um símbolo da superposição das duas culturas, a religiosa e a profissional que lhe sucede, substituindo o espírito eclesiástico pelo espírito jurídico e o dogmatismo religioso e conservador pelo intelectualismo revolucionário e crítico. É, por êles, de fato, que penetra no Brasil, a influência dos filósofos ingleses e franceses e, mais tarde, no Recife, a dos alemães, com TOBIAS BARRETO; é neles que se forjam e se temperam as armas políticas, para as lutas pelo direito e as campanhas liberais; e é deles que se elevam, nas asas da poesia e da eloquência, para serem espalhadas por tôda parte, as sementes das idéias revolucionárias, enquanto se forma, no recolhimento dos estudos e do magistério, a elite dos construtores do direito que devia dar travestimento à estrutura jurídica e política do Estado. “Cedendo provavelmente à intuição de que nela (na cultura jurídica) reside o eixo de tôda a civilização cristã, o regime imperial, quase logo após à nossa independência, escreve RUI BARBOSA,⁵ consagrou ao direito duas faculdades, uma ao norte, outra ao sul, como situações polares, dominantes no movimento de nosso mundo moral. Sem desfazer, porém, na realza de Olinda, a pérola do norte, amortecida talvez, mas não desluzida jamais de seu oriente, não se poderia seriamente duvidar que o magistério de São Paulo exerceu sempre de um grau mais alto, com influência muito mais poderosa e muito mais larga amplitude, a sua missão nacional. Bolonha, famosa outrora entre as cidades letradas, pela sua *universitas scholarium* e pelos seus *doctores legentes*, se chamava por antonomásia a um tempo “a douta e a livre”, associando nas suas antigas moedas à legenda solene de seus direitos, *libertas*, o fôro por excelência de mestra: *Bononia docet*. A São Paulo, indisputavelmente, lhe cabem os dois títulos no mesmo brasão: “professa a liberdade e ensina a justiça”.

É com essas faculdades, — as primeiras instituídas no Brasil, — que a cultura se emancipa da de Portugal, rompendo com a Universidade de Coimbra,

⁵ RUI BARBOSA, Discurso pronunciado em São Paulo em 17 de Dezembro de 1909.

berço trissecular da cultura brasileira, e elevando-se progressivamente da penúria das letras jurídicas, manifesta na Constituinte de 23, ao nível de uma das maiores senões da maior cultura jurídica no continente americano. A pobreza de juristas e de conhecimentos jurídicos era, de fato, de tal ordem que nessa assembléia a que concorreram as maiores notabilidades da época, apenas três ou quatro deputados, escreve PLÍNIO BARRETO, "revelaram alguma familiaridade com as instituições jurídicas de outros povos", e se chegou a sugerir a idéia de se contratarem jurisconsultos em Portugal para as aulas de direito... Mas, em todos os domínios desses conhecimentos e nos vários ramos das atividades jurídicas não tardam a surgir figuras como PIMENTA BUENO, TEIXEIRA DE FREITAS e LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA, no Império, e já na República, CARLOS DE CARVALHO, civilista, da altura dos dois últimos, RUI BARBOSA, CARVALHO DE MENDONÇA, os dois JOÃO MENDES, JOÃO MONTEIRO, CLOVIS BEVILAQUA e PEDRO LESSA, advogados, juizes e construtores do direito, que honrariam a cultura jurídica, a magistratura e a profissão de advogado nos países mais civilizados. Em 1830 surgiu o Código Criminal, cuja organização fôra determinada pela Constituição de 24; em 1850, promulgou-se o Código Comercial a que se seguiu logo depois "essa maravilhosa obra prima de legislação que é o Regulamento 737, devido à pena de CARVALHO MOREIRA, Barão do Penedo, e ao saber jurídico do redator, de NABUCO, de JOSÉ CLEMENTE e de CAETANO ALBERTO e à experiência arguta do BARÃO DE MAUÁ. Da incumbência que em 1855 recebeu TEIXEIRA DE FREITAS, de reorganizar uma classificação das leis do país, "nasceu essa formosa *Consolidação das Leis Cívicas*, cujo clarão transpôs as fronteiras do país, indo iluminar a legislação de outros povos". Trabalho formidável de síntese, no julgamento autorizado de PLÍNIO BARRETO, é "o maior monumento científico que o Império nos legou". A discussão do Código Civil Brasileiro, que só entrou em vigor em 1.º de Janeiro de 1917, quase um século depois da Constituição de 24, que determinou a sua organização, "ficará também, observa ainda PLÍNIO BARRETO, como um capítulo brilhante de nossa cultura jurídica. Dominou-a, no máximo esplendor de seu ilimitado saber, envolvendo-a de uma rutilação imperecível, o espírito de RUI BARBOSA". Confiada a sua redação, em 1858, a TEIXEIRA DE FREITAS, que não pôde concluí-la, e, sucessivamente, a NABUCO, FELÍCIO DOS SANTOS e COELHO RODRIGUES, é das mãos de CLOVIS BEVILAQUA que saiu, para a sagração legal, o projeto definitivo. As conquistas liberais, a combinação do espírito jurídico e do espírito político, a organização do aparelho judiciário, o prestígio da magistratura e a concepção rigorosamente jurídica das relações internacionais, tão eficazmente concretizada na ação diplomática do BARÃO DO RIO BRANCO, na solução das questões de limites, e tão brilhantemente proclamada pela voz de RUI BARBOSA, paladino do direito e da justiça, na Conferência de Haia, em 1907, mostram com vigor incomparável o domínio que conquistaram em nossa terra a cultura jurídica e a fé nos princípios da justiça, na ordem legal e na força do direito.

Mas, não foi somente no desenvolvimento da vida jurídica do país que tiveram papel preponderante, dentro de sua missão especial, essas e outras faculdades fundadas posteriormente, no Rio de Janeiro (1891), em Belo Horizonte (1892), em Curitiba, na Baía e em Manaus: no Império e na República, até 1934 em que se criou em São Paulo a primeira faculdade de filosofia, ciências e letras, as escolas de direito exerceram uma função cultural suplementar, estimulando, em seus cursos teóricos, a cultura geral e abrindo aos acadêmicos perspectivas para outros estudos. Na preferência dos filhos de famílias pobres ou abastadas, pelo estudo das leis, não se deve, pois, reconhecer apenas o gosto pelo título de bacharel em direito, com que se reatou a tradição do bacharelismo

colonial, nem somente um número crescente de vocações para os estudos jurídicos que se difundiram por todo o país, mas também a aspiração de uma cultura geral, desinteressada, para jovens que não podiam adquiri-la senão nesses cursos penetrados de filosofia e de letras. Nenhuma instituição de ensino superior estava mais predestinada do que as escolas de direito a exercer essa função supletiva, não só pelo caráter mais filosófico de seus estudos e pela maior aplicação das letras às atividades de carreira, como ainda porque de tôdas as faculdades de preparação profissional, são as de direito, pela própria natureza de seus cursos, que põem a sua razão de ser, de preferência, no elemento cultural, e não no elemento econômico e técnico, e desenvolvem uma fé mais robusta no poder espiritual, na virtude unificadora da inteligência e nos valores morais. As faculdades de direito⁶ foram, pois, o viveiro de uma elite de cultura e urbanidade, em que recrutaram numerosos elementos a administração e a política, o jornalismo, as letras e o magistério (e até mesmo o teatro), infiltrados de bacharéis, desertores dos quadros profissionais de que guardaram, com a ilustração, apenas o título e o anel de rubi no dedo, como sinais de classe e de prestígio. Aliás, desde o tirocínio escolar, o mundo político e o mundo acadêmico se penetravam mutuamente; e em nenhum outro centro de estudos repercutiam tão intensamente, como nas escolas de direito, as agitações da vida pública, a que dava a mocidade, com a participação do seu entusiasmo generoso, a força comunicativa dos grandes movimentos de opinião. Não houve de fato uma só campanha liberal, de cujas vibrações não se carregasse, embebedando-se na sua temperatura, a atmosfera acadêmica, e a cujo desenvolvimento não imprimissem professores e estudantes um ritmo novo, conjugando a ação forçosamente lenta da inteligência à força mais rápida e impetuosa dos sentimentos. Focos de idéias e de campanhas políticas, essas faculdades em cujo regaço se nutriram na ciência da justiça gerações de jurisconsultos, advogados e estadistas, tornaram-se ainda centros de democratização e de caldeamento da unidade nacional: nelas se encontravam e se entendiam brasileiros de todos os Estados e de tôdas as classes sociais, para se dispersarem, depois de um convívio de cinco anos, pelas capitais e pelo interior, levando a todos os recantos do país, com o espírito de luta e de reação liberal, o culto da justiça e do direito.

Mas essas escolas e a cultura profissional jurídica a que deram origem, longe de favorecerem a criação de uma mentalidade nova, contribuíram antes para acentuar a feição literária e retórica da cultura colonial que, através delas, tomou novo impulso com os elementos extremamente vivos de sua tradição. Tradição enraizada no sistema de ensino colonial, humanístico e abstrato, e tão persistente que, as escolas técnicas, como as academias médico-cirúrgicas, militares e as de agricultura fundadas no tempo de D. João VI (1808-1821), não

⁶ No plano do ensino profissional superior, excede de muito o número de faculdades de direito ao das escolas de medicina e engenharia: em 1940, para dez escolas de engenharia, onze de medicina, quatorze de farmácia e odontologia, cinco de agronomia e veterinária, contavam-se vinte escolas de direito oficiais ou fiscalizadas. As duas primitivas faculdades de direito, se foram acrescentando progressivamente outras que se estenderam pelo país, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, na Bahia, em Porto Alegre, em Florianópolis, em Curitiba, em Niterói, em Vitória, em Maceió, em Fortaleza, em Teresina, em São Luiz do Maranhão, em Belém do Pará, em Manaus e em Goiânia, havendo Estados, além do Distrito Federal, em que funcionam duas, como São Paulo (a antiga Faculdade de Direito e a Faculdade Paulista de Direito), o Estado do Rio de Janeiro (a de Niterói e a de Campos) e Rio Grande do Sul (a de Porto Alegre e a de Pelotas). É em Minas Gerais que se concentra o maior número de escolas de engenharia: a Escola de Minas, em Ouro Preto, as de engenharia, em Belo Horizonte e em Juiz de Fora e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá (4 ao todo), quando São Paulo possui somente duas: a Escola Politécnica e a de Engenharia Mackenzie, ambas na capital do Estado. Os Estados do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás não dispõem senão de um único instituto de ensino superior: a Faculdade de Direito. No norte, a partir de Espírito Santo, para 9 faculdades de direito, não se encontram mais de 3 escolas de engenharia, a Politécnica da Bahia e as Escolas Politécnica e de Engenharia, de Pernambuco. A Escola Politécnica de Pernambuco, a da rua Benfica, em Recife, instituição particular fundada em 1912, considerada de utilidade pública em 1917 (decreto legislativo n.º 3 435, de 27 de Dezembro de 1917) e que mantém agora um curso único, o de engenheiros industriais, — diplomou apenas 84 engenheiros de 1912 a 1940, ou sejam, em média, 3 por ano. (Cfr. *Expressão cultural e social da Escola Politécnica de Pernambuco*, Recife, Tip. "Diário da Manhã", 1940).

determinaram quaisquer transformações sensíveis dessa mentalidade, reorientando-a para as ciências e as suas aplicações às atividades técnicas e industriais. Sob esse aspecto, foi francamente reconstrutora e quase revolucionária a ação de D. JOÃO VI, quando estabeleceu na sua corte e cidade do Rio de Janeiro, uma Academia Real Militar "para um curso completo de ciências matemáticas e de ciências de observação e das ciências militares em toda a sua extensão", de maneira que (são expressões ainda do decreto real) "dos mesmos cursos de estudos se formem hábeis oficiais de artilharia, engenharia e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes e calçadas". Enquanto, porém, as faculdades de direito, instituições já no primeiro Império, entraram a participar e a influir intensamente na vida social e intelectual e a favorecer, em larga medida, as agitações nacionais de alcance social e político, todas essas fundações científicas e técnicas, lançadas por D. JOÃO VI que pretendeu criar interesse pelos problemas econômicos e desenvolver a siderurgia no país, não exerceram influência eficaz no sentido de imprimir à cultura um novo espírito, melhorar as condições econômicas da sociedade e quebrar os quadros a que habituara, de bacharéis, letrados e eruditos. Todo o esforço, largo e generoso, de D. JOÃO VI, criando escolas e instituições de caráter técnico, e estabelecendo cursos de economia, veterinária e agricultura, e organizando e reformando a Academia Militar e a de Marinha, foi uma ofensiva manifesta contra as tendências e características da instrução colonial que deixou desarmada a sociedade de quadros capazes de promover, pelos fundamentos econômicos, a sua reconstrução. Mas não chegou essa série de iniciativas a empolgar e a galvanizar senão um pequeno grupo de vontades, insuficientes, pelo número e pelo vigor para desarticular velhos preconceitos e fazer surgir do marasmo em que vegetava, a economia nacional. Se uma das causas principais, senão a maior, do insucesso dessa nova política de cultura, residia na economia agrícola baseada no trabalho escravo e na falta de atividade industrial do país, é certo que contribuiu para esse resultado a propensão discursiva e dialética da inteligência brasileira, mais inclinada às letras do que às ciências, às profissões liberais do que às "profissões úteis", ligadas à técnica e às atividades de tipo manual e mecânico.⁷

As vicissitudes por que passou a preparação para a engenharia civil, reduzida aos cursos de engenheiros topógrafos, desde 1810, e de pontes e calçadas, em 1832, e ligada aos cursos de oficiais e engenheiros militares, até a criação, em 1858, da Escola Central em que se transformou a Escola Militar⁸ e que

⁷ Em uma das páginas de seu diário, o engenheiro L. L. VAUTHIER, fazendo considerações sobre as festas realizadas no Recife em homenagem a PEDRO II (2 de Dezembro de 1840), registra, como observador perspicaz, embora com acrimônia e certa agressividade, a tendência brasileira ao espírito retórico e ao desamor por qualquer trabalho de campo, de caráter manual ou mecânico. "Que gente!" exclama VAUTHIER diante do número fulgurante do "Diário de Pernambuco" (dois hinos a Sua Majestade e um a Pernambuco, sobre o mesmo assunto). "Que gente! Não recua diante de nenhuma expressão por exagerada que seja, do amor mais ardente e do entusiasmo mais arrebatador. Não pensa, estou certo, nem a quarta parte só das palavras que escreve." E logo adiante: "Quando falam de um país, tudo que lhe sucede de mau, atribuem à falta de patriotismo... Eu gostaria bem que alguém pedisse a um desses vadios que tanto falam de patriotismo que carregasse uma mira e ajudasse a fazer um nivelamento. Diria logo que não é nem criado nem cativo, que é livre e não nasceu para carregar coisa alguma." (*Diário íntimo do engenheiro Vauthier* (1840-1846). Prefácio e notas de GILBERTO FREYRE. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4, Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, Rio Janeiro, 1940).

⁸ De fato, na Academia Real Militar, fundada em 1810, passaram a formar-se, a partir de 1832 e em virtude do decreto que lhe anexou a Escola de Marinha, engenheiros militares, civis (de pontes e calçadas) e navais. Em 1833, desligou-se a Academia Naval da Academia Real Militar em que se ampliaram o curso militar e o de oficiais engenheiros. Não se modificou essencialmente a situação em 1839, em que a Academia Militar passou a denominar-se Escola Militar, com os mesmos objetivos. É com a reforma da Escola Militar, em 1842, que surge, ao lado dos cursos militares, de cavalaria, infantaria e artilharia, o de engenharia em 7 anos. O processo de diferenciação, porém, não se inicia senão em 1858, em que a Escola Militar toma o nome de Escola Central, e a de Aplicação, criada em 1855, o de Escola Militar: os cursos de oficiais e de engenheiros militares são feitos na Escola Militar e o de engenheiros civis na Escola Central, em que, além do curso de engenharia civil (dois anos) se estabeleceu o curso básico de matemáticas e ciências físicas e naturais, de quatro anos, comum e obrigatório, no todo ou em parte, aos candidatos aos cursos de infantaria,

foi a única no gênero em todo o país até 1876, mostram como, no Brasil, custou a desenvolver-se e a adquirir relêvo e autonomia a profissão do engenheiro civil. Em São Paulo, a escola de “engenheiros de estradas”, prevista no plano do Gabinete Topográfico, criado em 1835, por RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR, não funcionou senão dois anos (1836-1838) e, reaberta em 1842, com a presença de 23 alunos, extinguiu-se em 1849, por um artigo da lei orçamentária daquele ano... Só mais tarde, 43 anos depois dessa tentativa é que se criou, em Maio de 1893 em São Paulo, uma escola de engenharia que não chegou a abrir-se, como também não se instalou a escola superior de matemática e ciências aplicadas às artes e às indústrias, criada, em Agosto de 1893, sob a denominação de Instituto Politécnico. As tentativas e reformas sucediam-se, no campo do ensino técnico, até 1874, em que se institue, sobre a velha Escola Central, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, — última fase de um longo processo de formação, — seguida de perto pela Escola de Minas, fundada em 1876, em Ouro Preto, e com longo intervalo, pela Escola Politécnica de São Paulo, já no regime republicano. Não foram mais bem sucedidas as iniciativas na ordem prática em que, segundo observa EUCLIDES DA CUNHA, “as mais imperiosas medidas despontavam abortícias”. A idéia de bater-se a distância e abreviar-se a enormidade da terra pelas linhas férreas (idéia já acalentada por DIOGO FEIJÓ quando em Outubro de 1835 assina a primeira lei sobre estradas de ferro), ressurgira em 1840 no privilégio concedido a um estrangeiro pertinaz, THOMAS COCHRANE. Mas o lúcido profissional agitou-se debalde no meio da sociedade desfalecida até o malôgro completo de seu pensamento progressista. A missão técnica de franceses, contratada em Paris, em 1840, por FRANCISCO DO RÊGO BARROS, depois Barão e Conde da Boa Vista, prova com a sua presença em Pernambuco, não só a deficiência de profissionais no país, e o baixo nível, ainda por essa época, da engenharia de profissão, como também, nos constantes conflitos com o meio, o choque de duas culturas e duas tendências, — a conservadora e a de inovação. De 1840 a 1846, essa missão que trazia como chefe o engenheiro LOUIS LÉGER VAUTHIER, e era constituída por um grupo de técnicos, BOULITREAU, MILLET, BUESSARD, MOREL, PORTIER, todos franceses, teve de enfrentar, no Brasil patriarcal e escravocrata, apesar do apoio do presidente da província, as mais tremendas oposições: “a personalidade européia, como salienta GILBERTO FREYRE, no prefácio ao *Diário íntimo* do engenheiro VAUTHIER, é que dá ao drama de desajustamento a nota revolucionária, e o meio americano, a de conservação, a de rotina, e às vezes a de inércia. O homem do Velho Mundo é que foi, nesse caso, o inovador”.

Essas incompreensões e resistências em que se quebraram as tentativas no domínio do ensino de caráter técnico e na ordem prática, acusam mais fortemente o tremendo desvio angular que o ensino colonial, de origens eclesiásticas, criou entre a terra e o homem, entre a cultura e a obra de colonização. É nelas que se amorteceu a série de iniciativas de D. JOÃO VI, cujo espírito orientado para a ordem técnica e econômica se restabeleceu, trinta anos depois, e já então com novo brilho e uma vibração nova, nos empreendimentos audaciosos de IRINEU EVANGELISTA DE SOUSA, Barão de Mauá, a que se devem, com os 17 km da linha do Grão Pará, e sem nenhuns favorês do govêrno, “os primeiros passos da conquista majestosa dos planaltos”. É ainda na rotina e nas hostilidades do meio que se abateu a vontade robusta de MAUÁ, várias vezes triunfante, com uma elite de engenheiros brasileiros, e afinal, desfalecida sob o peso

artilharia e Estado Maior, e de engenharia militar ou civil. Em 1874, afinal, separaram-se as duas escolas, transformando-se a Escola Central na Escola Politécnica, com os três cursos de engenharia civil, já de três anos, de minas, também de três, e de artes e manufaturas, de dois, a cuja base residiam o curso geral (dois anos) e os de ciências físicas e naturais ou de ciências físicas e matemáticas, de três anos.

162. Igreja Unida. Igreja Cristã Presbiteriana de São Paulo. Um dos belos templos do protestantismo no Brasil.



TEMPLO BETH-ISRAEL



163. Templo Beth-Israel. Projeto da Sinagoga de S. Paulo, em construção e já quase concluído.



164. A Universidade de Coimbra, onde no período colonial iam bacharelar-se os que estudavam com os padres da Companhia.

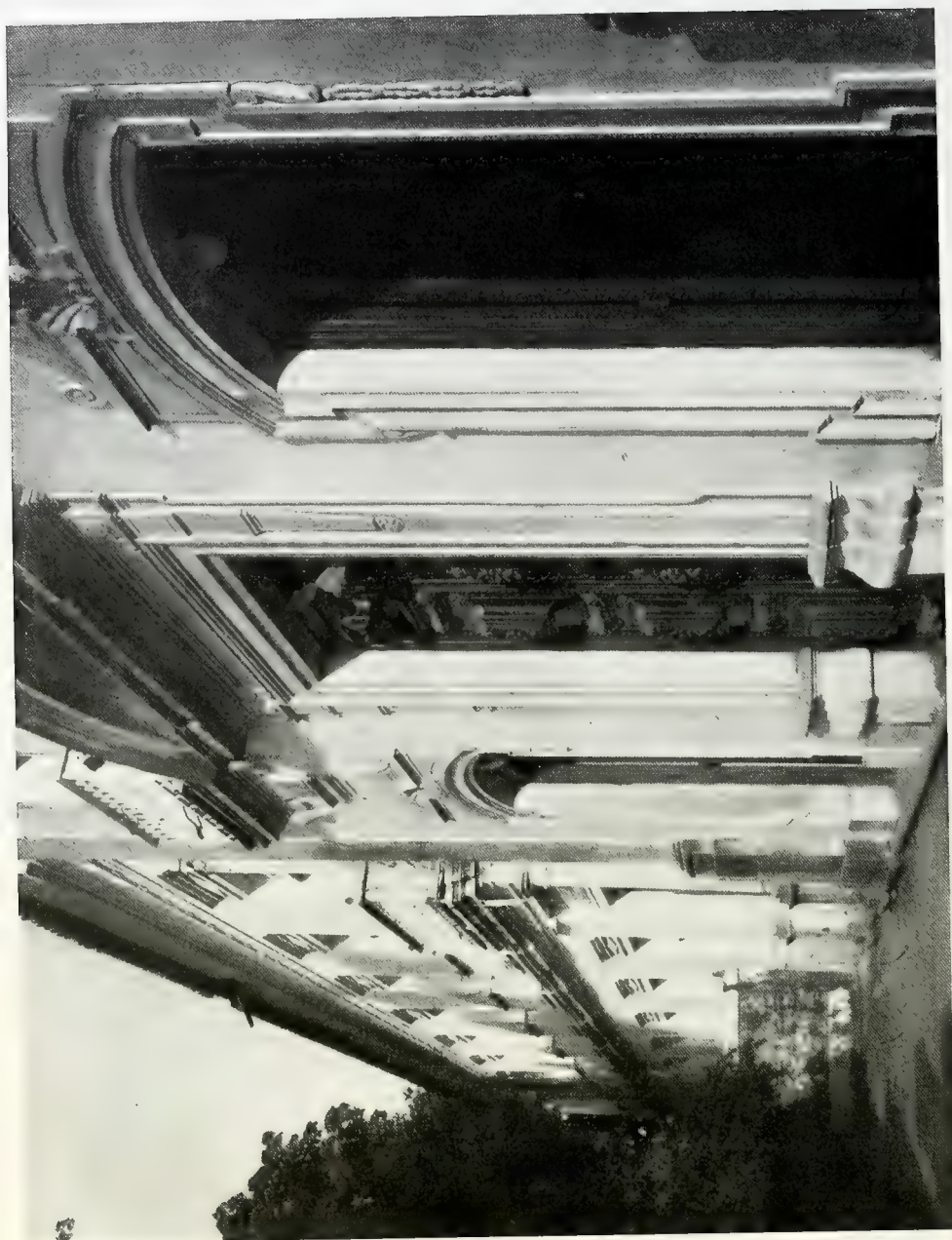
Foto RASTEIRO. In *História de Portugal*, de DAMIÃO PERES, pág. 604.



165. Faculdade de Direito de S. Paulo, antigo Convento de S. Francisco, em que foi instalado e funcionou, desde 1827, o curso jurídico.



166. A Faculdade de Direito de S. Paulo. Edifício restaurado no estilo tradicional brasileiro e no mesmo local, no largo S. Francisco, em que se inaugurou e funciona, desde a sua fundação, o curso jurídico criado em 1827.



167. O Mosteiro de S. Bento, em Olinda, onde foi primitivamente instalado o curso jurídico, fundado em 1827.



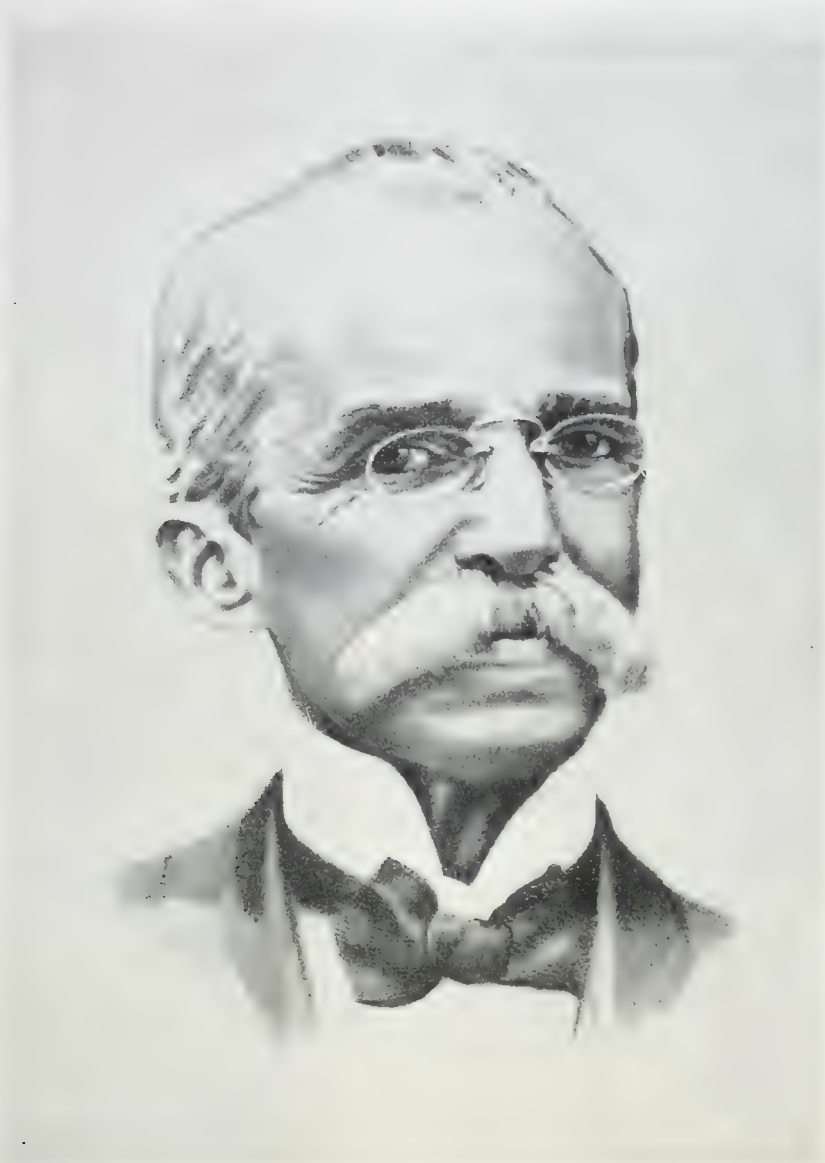
168. Faculdade de Direito do Recife. Fachada posterior e entrada da Biblioteca.



169. TEIXEIRA DE FREITAS, autor da consolidação das leis civis, "o maior monumento jurídico que o Império nos legou".



170. LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA (Minas, 1837 - Rio, 1917). Civilista e uma das maiores culturas jurídicas do país.

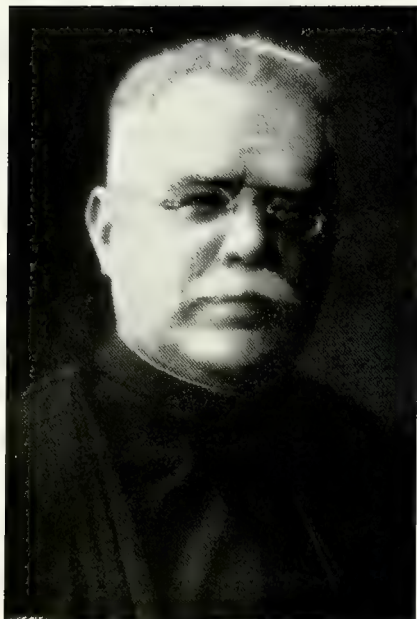


Rui Barbosa

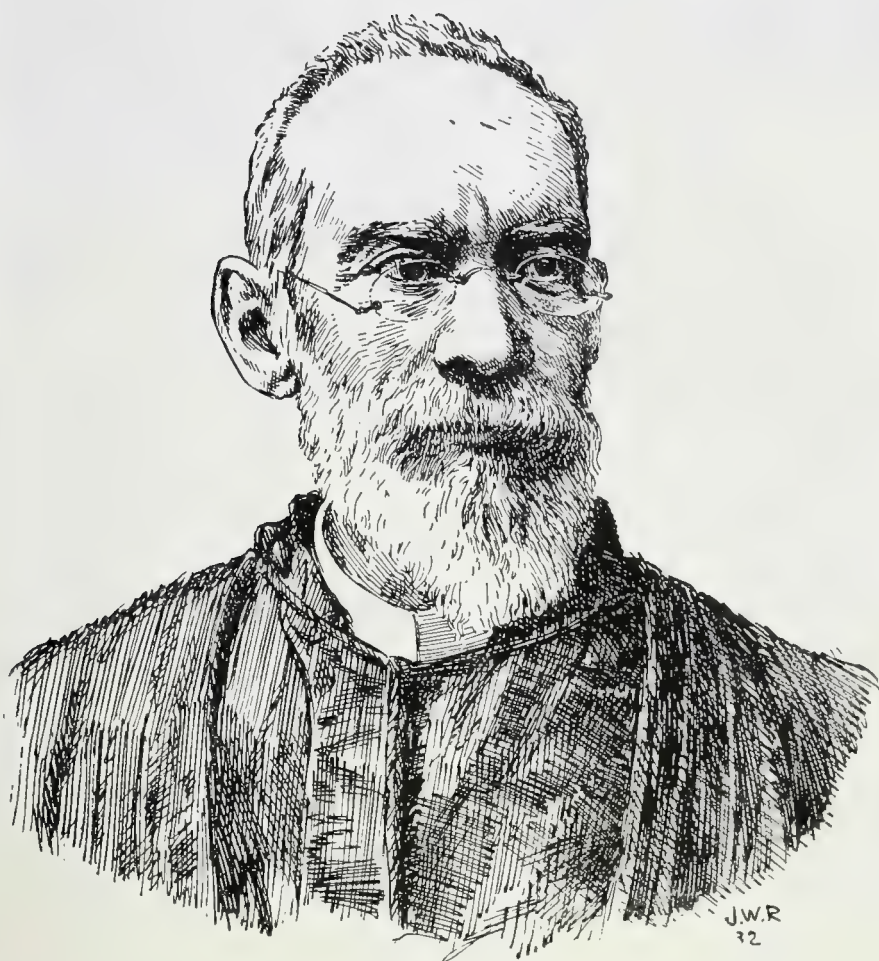
171. RUI BARBOSA (Baía, 1849 - Petrópolis, 1923). Jurista de notável saber e um dos maiores advogados do Brasil.
Foto da Coleção da Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



172. CLOVIS BEVILAQUA, "de cujas mãos saiu, para a *sagração legal*, o projeto definitivo do Código Civil Brasileiro".



173. PEDRO LESSA (Sêrro, Minas, 1859 - Rio, 1921). Professor, juiz e escritor de direito.



João Mendes

174. JOÃO MENDES, advogado, professor e juiz.



175. A Escola Central, que se transformou em 1874 na Escola Politécnica. (Hoje Escola Nacional de Engenharia).



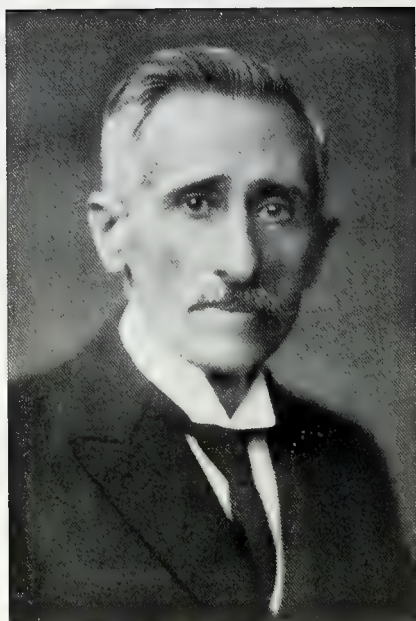
176. ANDRÉ REBOUÇAS, uma das maiores
figuras da engenharia nacional.



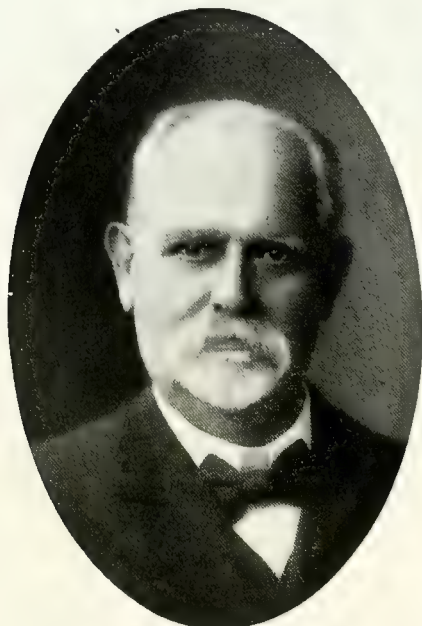
177. PAULO DE FRONTIN, engenheiro urba-
nista e ferroviário, entre cujas obras avultam
as realizações de planos urbanísticos na cidade
do Rio de Janeiro e a duplicação da linha, na
Serra do Mar, da Estrada de Ferro
Central do Brasil.



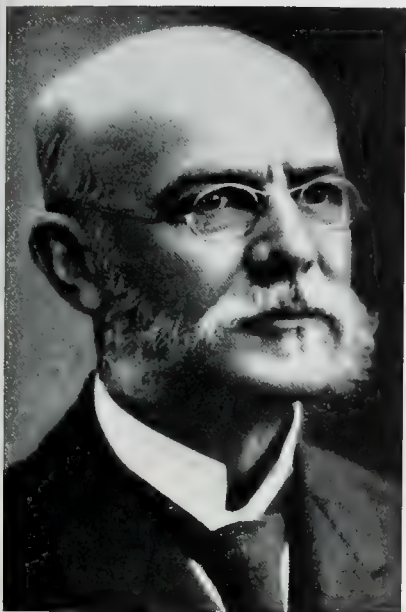
178. FRANCISCO PEREIRA PASSOS, engenheiro, prefeito e remodelador da cidade do Rio de Janeiro, que começou a transformar, no governo Rodrigues Alves, de uma velha cidade colonial numa das maiores metrópoles modernas.



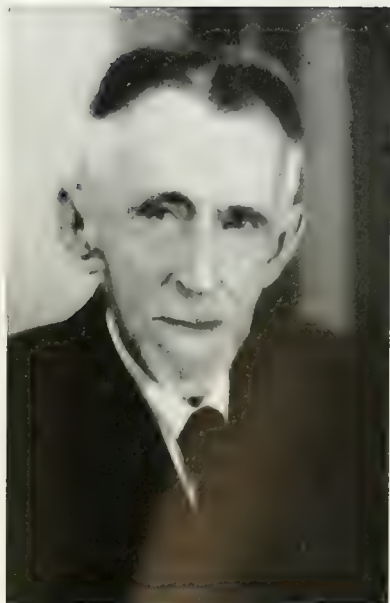
179. SATURNINO DE BRITO, um dos nomes mais ilustres da engenharia sanitária no Brasil.



180. FRANCISCO BICALHO, notável em engenharia de portos.



181. TEIXEIRA SOARES, que projetou e executou o plano da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, adm'rável pelas suas obras de arte e pelo seu traçado.



182. FRANCISCO PAIS LEME DE MONLEVADE, engenheiro que, concebendo e começando a executar, em 1913, com uma sábia orientação, o plano de eletrificação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, se tornou "o pioneiro e o iniciador da tração elétrica pesada no Brasil".



183. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já no seu novo edifício à Praia Vermelha.
Foto VOSYLUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.



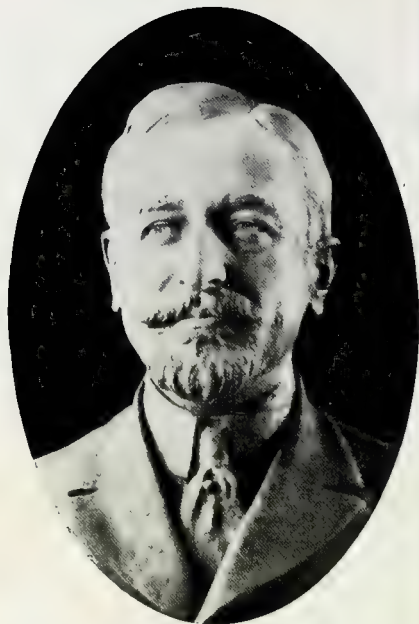
184. *A Faculdade de Medicina da Baía. — Foto VOLTAIRE FRAGA. Urbo Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*



185. *Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fachada principal.*



186. FRANCISCO DE CASTRO (Baía, 1857 - Rio, 1901). Grande médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



187. ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, médico-cirurgião, fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina de S. Paulo.



188. MIGUEL COUTO, médico e professor de clínica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.



189. MIGUEL PEREIRA, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

dos obstáculos que o levaram a renunciar a seus grandes planos e a sacrificar, nas mãos dos ingleses, construtores da atual São Paulo Railway, inaugurada em 1867, a primeira concessão de estradas de ferro em São Paulo. Sob a influência tenaz de MAUÁ que deu uma nova guinada, imprimindo rumo oposto à mentalidade colonial, e em virtude do decreto de 26 de Junho de 1852 que, "estabelecendo as garantias de juro, iniciou praticamente a indústria ferroviária", abrem-se novas perspectivas às atividades técnicas e econômicas e um campo mais largo à engenharia nacional. De 1867 a 1875 e, portanto, em oito anos, já estavam inaugurados, quase todos por empresas e com capitais paulistas, os troncos das grandes rês ferroviárias: de Santos a Jundiá (1867), a Companhia Paulista (1872), a Ituana (1873) e, em 1875 a Sorocabana, a Mogiana e a São Paulo-Rio que levava os seus trilhos até Mogi das Cruzes, completando, em Junho desse mesmo ano, o seu tráfego até Cachoeira, ponto terminal da Estrada de Ferro Pedro II. A Escola Central que se transformou, em 1874, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e a que vieram juntar-se a de Minas, em Ouro Preto, em 1876, e só mais tarde, em 1893, a de São Paulo, era então, em todo o país, o único centro de formação profissional de engenheiros civis. Ainda que, pois, mais recente na história de nossa cultura profissional, a engenharia que só tomou impulso na segunda metade do século XIX e conta atualmente com 10 escolas, entre particulares e oficiais, já se ilustra com figuras de vulto como TEIXEIRA SOARES, o construtor da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, — uma das mais notáveis obras da engenharia nacional —, C. B. OTONI, TEÓFILO OTONI, ANDRÉ REBOUÇAS, PEREIRA PASSOS,⁹ remodelador da cidade do Rio de Janeiro PAULO DE FRONTIN, ARROJADO LISBOA, PANDIÁ CALÓGERAS e, em São Paulo, ANTÔNIO FRANCISCO DE PAULA SOUSA, o primeiro diretor da Escola Politécnica, e FRANCISCO PAIS LEME DE MONLEVADE que concebeu e começou a executar, em 1913, o plano de eletrificação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.¹⁰ Ademais, se se considerar que era somente nessas escolas e nas de medicina que adquiriu mais alto nível o ensino das ciências matemáticas, físicas e químicas, embora aplicadas a profissões determinadas, compreender-se-á o papel que a engenharia e a medicina exerceram na cultura do país, quer despertando

⁹ Vêde CORREIA FILHO, *André Rebouças*. Conferência pronunciada a 13 de Janeiro de 1938 em sessão solene do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. In "Jornal do Comércio", Rio, 16 de Janeiro de 1938; SAMPAIO CORREIA, *Francisco Pereira Passos*. Conferência proferida a 28 de Agosto de 1936, a convite do Ministro da Educação e Saúde Pública, em comemoração do centenário do nascimento (1836) do reformador da cidade do Rio de Janeiro. In "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1936.

¹⁰ Foi EUCLIDES DA CUNHA que observou o contraste entre o desenvolvimento do sistema ferroviário argentino e o surto ferroviário brasileiro. Enquanto aquele país, em 1907, já contava com 20 814 km de vias férreas, calculavam-se em 17 242 km as estradas de ferro do Brasil que devera possuir cerca de 70 000 km "admitindo-se como termos os povoados dos dois países e as linhas que um e outro percorrem para o domínio da terra". Essa diferença que "sugeriu comentários que nos são abertamente desfavoráveis", explica, porém, EUCLIDES DA CUNHA, antes de tudo pelo contraste entre os dois meios geográficos: o da Argentina, em que a terra se submeteu, "desde os primeiros passos, sem a repulsa desafiadora dos pináculos arremessados e brutos, entregando-se quase toda, humilhada no rebaixamento das planuras", e o do Brasil em que as serras e os pantanais levantaram os maiores obstáculos à conquista definitiva do planalto e ao avanço dos trilhos em todas as direções. (*A margem da história*, 3.^a ed. 1922, págs. 140 e 141). É, por isto, na construção das grandes linhas de penetração que se pôs à prova mais dura a engenharia nacional, em que se destacaram VISCONDE DE MAUÁ, que não era engenheiro, ANDRÉ REBOUÇAS, MARIANO PROCÓPIO, C. B. OTONI, PEREIRA PASSOS, ASSIS RIBEIRO, grandes administradores da Estrada de Ferro Central do Brasil, PAULO DE FRONTIN, pela obra de duplicação das linhas, na Serra do Mar, e TEIXEIRA SOARES, o construtor da estrada Paranaguá a Curitiba, notável pelas obras de arte, empreendidas pela engenharia de caminhos de ferro. Na engenharia de portos embora os grandes projetos tenham sido de estrangeiros, figuram três nomes notáveis, FRANCISCO BICALHO, SOUSA BANDEIRA e ALFREDO LISBOA, e na de minas, GONZAGA DE CAMPOS e a sua escola, CALÓGERAS, ARROJADO LISBOA e COSTA SENA, o terceiro diretor da Escola de Minas, em Ouro Preto. As grandes instalações hidroelétricas, como Ribeirão das Lajes, Ilha dos Pombos e Cubatão, — esta última um dos mais grandiosos empreendimentos realizados no Brasil, — são planos e obras de engenheiros estrangeiros, com a colaboração de brasileiros. Na construção civil, AARÃO REIS, que dirigiu a comissão de engenheiros encarregada de construir a cidade de Belo Horizonte, e SATURNINO DE BRITO, o maior nome da engenharia sanitária em que se destacaram o General JARDIM, SAMPAIO CORREIA e TEODORO RAMOS, no Rio e em São Paulo, são outros tantos nomes que honram a engenharia nacional. (Cfr. EUCLIDES DA CUNHA, *A margem da história*. Vição Sul-americana, 139-163, 3.^a ed. 1922; MOACIR SILVA, in "Revista Brasileira de Geografia"; ALBERTO RANGEL, *Rumos e perspectivas*, 2.^a ed. Série Brasileira, vol. 26, São Paulo, 1934; JOSÉ LUIZ BATISTA, *O surto ferroviário brasileiro no segundo reinado e o seu desenvolvimento*. Separata dos ns. 11 e 12, de 1938, do "Boletim" da Inspeção Federal das Estradas).

maior interesse pelos problemas concretos e locais, quer desenvolvendo o gosto pelos estudos de caráter objetivo.

De fato, ao mesmo tempo que se criaram cursos de engenharia militar, estabeleceram-se as primeiras escolas médico-cirúrgicas da Baía e do Rio de Janeiro, em 1808, isto é, no mesmo ano em que chegavam ao Brasil D. JOÃO VI e a sua corte, acossados de Portugal pelos exércitos de NAPOLEÃO. Foi numa dessas cidades, na Baía, que, ainda na época colonial,¹¹ se desenvolveu o primeiro centro de cultura médica no Brasil, devido, observa GILBERTO FREYRE, à afluência para a cidade do Salvador, desde o século XVII, “dos maranos peritos na ciência de tratar dos doentes e recitando carne de porco para que nenhum voluptuoso da delação desconfiasse deles. A medicina foi sempre uma especialização muito dos sefardins; seu meio de competir com os padres confesores e os capelães, na influência sobre as grandes famílias e a gente poderosa dos governos. Foram de certo eles que a trouxeram para o Brasil, nas suas formas mais adiantadas e a desenvolveram na Baía e no Recife”.¹² Até D. JOÃO VI, porém, os raros brasileiros que desejavam seguir essa profissão não tinham outro recurso senão de ir estudá-la em Montpellier, em Paris e sobretudo em Coimbra, a que se encaminhava a maior parte deles e onde chegaram a estabelecer-se alguns, como JOSÉ FRANCISCO LEAL e JOSÉ CORREIA PICANÇO, incluídos em 1772 pelo Marquês de POMBAL no corpo docente da Faculdade de Medicina daquela Universidade. Esses cursos médicos, instalados nos princípios do século XIX, não alteraram sensivelmente a situação. Somente com a lei de 9 de Setembro de 1826 que autorizava as duas academias médico-cirúrgicas a expedir cartas de cirurgião, e, sobretudo, com a de 3 de Outubro de 1832, que transformou essas escolas nas Faculdades Nacionais de Medicina, da Baía e do Rio de Janeiro, modeladas pela de Paris, adquiriu a profissão de clínico notável posição nos quadros profissionais e se iniciou um período de atividades mais fecundas no campo do ensino médico. As duas cidades tornaram-se focos mais vivos da cultura intelectual européia, não só a de caráter técnico, ligada à medicina mas, por seu intermédio, a das ciências naturais que residem à base da profissão. Na Baía, centro científico com vida própria, nos meados do século XIX, surgem, na patologia indígena, figuras do valor de um WUCHERER, o descobridor da filária que traz o seu nome, de um PATERSON, de um SILVA LIMA, “o descobridor das doutrinas clínicas acerca do beriberi”, de um ALMEIDA COUTO e de um NINA RODRIGUES, o criador da medicina legal, em

¹¹ No primeiro e em parte do segundo século, do período colonial, não conheceram os colonos e, sobretudo, os índios outros “físicos”, a não serem os jesuítas que, não tendo por profissão a medicina, escreve SERAFIM LEITE, “tinham por força de manter-se dentro da terapêutica empírica e duma profilaxia rudimentar. Evitaram contudo o escolho do curandeirismo pela cultura humanística que possuíam, a mais alta do seu tempo. Tiveram, na verdade de se premunir solidamente contra ele. Os índios, com sua mentalidade primitiva, exigiam curas maravilhosas, como se na mão dos jesuítas estivessem a vida e a morte”. (SERAFIM LEITE, *Páginas de história do Brasil*, pág 195). Chamavam os índios aos padres o seu *poçanga*, isto é, “a sua verdadeira medicina.” Eles, de fato, enquanto não vieram os profissionais, eram os médicos dos índios, no tratamento de cujas enfermidades utilizavam largamente as ervas medicinais e a experiência indígena colhida, em contacto com os pagés e, em geral, com a cultura das populações primitivas. Numa terra em que não havia “físicos nem barbeiros,” as circunstâncias lhes impunham o dever humanitário de acudir às enfermidades do corpo, na medida em que lhes era possível, com os recursos locais e a botica do colégio. Em cada missionário podia-se dizer que vivia um médico. Os profissionais, esses, a não ser em Salvador e no Recife, nos fins do século XVII, sempre foram tão poucos que não bastavam para as cidades, e ainda nos fins do século XVIII, pedia o vice-rei LUIZ DE VASCONCELOS e SOUSA (1779-1790) providências à Metrópole, “por haver na terra apenas quatro médicos, insuficientes como número e como préstimo.” Dos dois sábios médicos que faziam parte da missão holandesa, trazida por MAURICIO DE NASSAU, e tornaram para a Europa, — WILHELM PISO e GEORGE MARCKGRAFF, o que nos ficou é um capítulo de primeira ordem, *Medicina Brasiliensis*, primeira parte da *História naturalis Brasiliae* (1648), obra notável a todos os respeito. Dos cristãos novos, judeus vindos de Amsterdam ou de Portugal, que praticavam a medicina sobretudo na Baía e dos próprios médicos portugueses que vieram exercer a profissão e raramente se estabeleciam no Brasil, nenhum realizou obra nem teve quaisquer iniciativas susceptíveis de uma influência durável sobre o desenvolvimento da medicina no país. É, porém, a um sábio médico baiano, Dr. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, mais naturalista do que médico, enviado em 1783 para estudar as riquezas naturais do Brasil, que devemos as melhores observações sobre as febres de Mato Grosso e “a primeira e mais exata descrição do beriberi no Brasil.”

¹² GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural do Brasil*, pág. 271, São Paulo, 1936.

cujas escolas se formaram OSCAR FREIRE e AFRÂNIO PEIXOTO; enquanto no Rio de Janeiro se desdobra uma pléiade brilhante de clínicos, cirurgiões e professores que atingem, no Império, o prestígio indisputável de um SALES TÔRRES HOMEM, clínico e mestre eminente, de um VICENTE SABÓIA e ANDRADE PERTENCE, grandes cirurgiões, e que se sucedem, na República, numa cadeia de valores, como MIGUEL COUTO, MIGUEL PEREIRA, ALMEIDA MAGALHÃES e outros, formados na escola de FRANCISCO DE CASTRO, "mestre sedutor e luminoso," que imprimiu novo brilho ao ensino e à clínica e elevou a medicina brasileira à mais alta autoridade intelectual.

Certamente, as classes, agrupando e separando as profissões, influíram poderosamente, por todo o Império e na República, sobre a escolha das profissões liberais que passaram a ter uma supremacia evidente, como ocupações nobres, sobre todas as de caráter técnico, manual e mecânico. Em nossa elite, porém, quase inteiramente constituída de advogados, médicos e engenheiros, foram aqueles bacharéis e doutores, que adquiriram, na hierarquia interprofissional, maior autoridade e prestígio. A atração exercida por esses dois tipos de escolas, as de direito e as de medicina, mais de acordo com as nossas tendências intelectuais (o próprio ensino médico permaneceu durante muito tempo mais teórico e especulativo do que experimental), foi tão intensa que não tardou a estabelecer-se grande desproporção entre o número de médicos ou bacharéis formados e os que exercem a profissão escolhida, em geral, prematuramente, aos 18 anos, menos por tendências individuais ou por vocação do que pela influência social dessas carreiras. Em um país, cuja grandeza foi antes de tudo política e jurídica, e de que se começou a construção jurídica antes de se erguer a sua estrutura social e econômica, não podia ser o comércio, nem a indústria, nem a técnica em estágio rudimentar, mas o direito que devia atrair a si uma boa parte das forças vivas da nação. O importante não era, para nós, a prática de negócios, nem a técnica industrial, nem a ciência aplicada, nem mesmo a pesquisa científica, mas tal ou qual conhecimento que os indivíduos adquiriam empalidecendo sobre os livros, e em que encontravam ponto de apoio, sobretudo quando adornado pelas letras, para a expansão de todo o seu prestígio de letrados, eruditos, juriconsultos e oradores políticos. O bacharel tomou assim o primeiro lugar na escala profissional e social, e, entre as profissões liberais, nenhuma outra desempenhou papel mais importante na vida intelectual e política do país. Pois, se uma segunda natureza o domina de algum modo, como a qualquer outro profissional médico ou engenheiro, e o faz ver as cousas de um ângulo especial, — o ponto de vista jurídico —, a amplitude de conhecimentos que exige a profissão do advogado, lhe dá maior plasticidade intelectual e o leva a encarar as questões de vários pontos de vista, facilitando a improvisação que deixou de ser um defeito, para ser uma utilidade... O médico seguiu-o de perto: a influência que tende a exercer nas grandes famílias, a extensão das endemias e das epidemias e o largo campo aberto, no Brasil, às atividades clínicas armaram o médico e, em muitos casos, o farmacêutico, — o médico da gente pobre, no interior —, de um enorme prestígio social e mesmo político, especialmente nos pequenos centros urbanos. O engenheiro, ao contrário, obrigado a um relativo isolamento, pelas suas atividades dominantes (serviços de campo); trabalhando, não sobre material humano, — interesses e sofrimentos —, mas sobre a madeira, a pedra, o ferro e o cimento; sem estímulos, na profissão, para a vida intelectual, como para grandes realizações num meio de economia agrícola de uma organização elementar de trabalho, e com esse espírito prático e positivo que vem de um contacto mais frequente com as ciências físicas e matemáticas, nunca adquiriu poder de influência e a projeção social que abriram aos bacharéis e doutores o acesso a todas as posições, políticas e acadêmicas, e aos mais altos postos na administração.

A abundância das escolas de ensino superior, de tipo profissional, e particularmente das faculdades de medicina (11 em 1940) e de direito (20 nesse mesmo ano), num país em que a classe abastada não é relativamente numerosa, é uma prova evidente da tendência exagerada dessa classe para as carreiras liberais. Penetrado, em geral, em todo o século XIX, do velho espírito livresco e dialético, o ensino superior fabrica incessantemente uma espécie de aristocracia nova, a dos diplomados, quer dos que se conservam dentro da profissão para que se preparam, quer dos que desertam ou transbordam dos quadros profissionais para as letras, o jornalismo, a política e a administração. Todo esse ensino, — que se manteve satélite da cultura européia, no seu caráter universalista e teórico, e raramente soube transformar-se pela crítica, observação e experimentação, ainda quando orientado para a aprendizagem prática, — e os diplomas que o sancionaram, abriam aos jovens, bacharéis e doutores, cargos e funções públicas em todos os quadros administrativos e políticos do país. A classe dos intelectuais, de tipo profissional, que cresceu sem cessar desde o Império, e sobretudo na República, e na qual se integram mentalidades, encerradas no círculo estreito de suas profissões ou abertas para horizontes mais largos, não é senão uma simples categoria social, tudo que se pode chamar a elite intelectual do país, que não procurava as mais das vezes ou julgava não poder encontrar meios de subsistência senão nas atividades governamentais ou administrativas. Que grande número de bacharéis, de médicos e mesmo de engenheiros, afluem para a função pública, afim de lhe pedir os meios de vida que só a poucos concede o exercício exclusivo da profissão, é fato que ressalta do exame da escala administrativa e política, de alto a baixo, e dos elementos dominantes na sua composição. Mas, com o número crescente de bacharéis e doutores que saem, às multidões, dessas faculdades, multiplicaram-se os candidatos a esses cargos e empregos do Estado. Eles passaram a constituir uma classe cada vez mais numerosa, de funcionários e letrados, saturados, na República como no Império, “de fórmulas européias que desprezavam a sociedade de que saíram e lhes alimentavam vastas ambições”. Se o funcionalismo tão extraordinariamente desenvolvido teve a sua origem na escravidão que, degradando o trabalho da terra e amesquinhando os ofícios mecânicos, “obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e não queriam igualar-se aos escravos”, foi certamente o bacharelismo que mais contribuiu para desenvolver esse pendor para os cargos públicos e políticos, em que se instalou como em domínio próprio. “Dele, escreve GILBERTO AMADO, é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprêgo público que o novo regime não pôde conjurar, antes acorçoou, porque, não tendo criado o trabalho nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos”.¹³

As classes dirigentes do país, constituídas na sua maioria de bacharéis em direito, “de uma grande receptividade para as novidades jurídicas”, mas de espírito tão pouco aberto à observação e à ciência, às realidades econômicas e aos problemas técnicos, tinham de marcar-se com todos os caracteres e todos os hábitos intelectuais, de linguagem ou de ação que a cultura e a atividade profissionais costumam transmitir ao advogado. Nada marca o homem com a profissão; e nada se estampou tão vivamente na cultura e na política do país como a fisionomia profissional ou a mentalidade característica do bacharel em direito. A direção política, partilhada entre essa aristocracia profissional e as famílias proprietárias, entre os doutores e fazendeiros, com a cultura teórica daqueles e o espírito reacionário destes era dominada inteiramente por uma elite que não

¹³ GILBERTO AMADO, *As instituições políticas e o meio social*. In “À margem da história da República”, pág. 74. Edição do “Anuário do Brasil,” Rio de Janeiro.

se havia preparado para resolver os problemas técnicos e para enquadrar e governar a comunidade com um vigoroso espírito de reconstrução.¹⁴ A classe dos intelectuais que se obstinava a desconhecer as necessidades vitais do país, continuava, sob a influência de homens de Estado, “com todos os hábitos peculiares aos leigos educados à abstrata”, a limitar as suas atividades à política, às profissões liberais e à literatura, enquanto o comércio, os negócios, as empresas comerciais e industriais, como a ciência pura e a ciência aplicada, as pesquisas e as investigações não pareciam interessar senão aos estrangeiros. Homens de educação abstrata, escreve GILBERTO AMADO referindo-se aos políticos do Império, “a todos faltava uma educação científica necessária à compreensão de um país que, mais do que nenhum outro, precisava de uma política construtiva”; e “quase todos eram levados a se preocupar mais com o aspecto do que com o fundo dos problemas”. É por isto que as mais belas figuras de um ou de outro partido, no Império, — e pode-se afirmar o mesmo quanto aos estadistas da República —, “no que dizia com as realidades concretas do país realizaram uma simples ação decorativa. Ilustrados nos publicistas europeus, observava ainda GILBERTO AMADO, versando temas que não tinham relação com o meio, os mais brilhantes estadistas não eram de certo os mais úteis”. No entanto, além de contribuir para atender às necessidades dos quadros políticos e culturais, em que sempre dominou com a sua plasticidade de adaptação, o bacharel em leis, como notou SAMPAIO CORREIA, foi o único profissional que esteve à altura da tarefa que exigia esse mundo em formação, e que cumpriu fielmente a sua função social. Levando por toda parte o espírito jurídico, de respeito ao direito, à lei e à justiça; suavizando as relações humanas e dando estrutura política à República, o bacharel não foi somente um batedor e um pioneiro da civilização, mas “um mágico que conseguiu se legalizassem pelos usucapiões mansas e pacíficas as transmissões de terra, e que obteve de um punhado de homens atirados à aventura que reconhecessem o poder e a sabedoria do direito e, com ele, a estabilidade e a força orgânica do Estado.”

A esse predomínio do bacharelismo cultivado por todo o Império nas duas faculdades de direito, e de influência crescente nas elites políticas e culturais, prendem-se a notável preponderância que teve o jurídico sobre o econômico, o cuidado de dar à sociedade uma estrutura jurídica e política sobre a preocupação de enfrentar e resolver os seus problemas técnicos. É um dos exemplos mais frisantes do desinteresse pelo estudo e pela solução das questões referentes à organização material e econômica do país, a história da fundação da Escola de

¹⁴ O critério político que quase sempre presidiu à formação dos quadros governamentais, deu lugar a uma classe dirigente composta, em geral, de burocratas e membros de partido, como uma nova aristocracia provida de privilégios. Mas todas as vezes que na escolha dos homens preponderou o critério técnico sobre o político, o do interesse geral sobre o dos grupos, foram resolvidos ou postos em via de solução problemas da maior importância para a vida nacional. A história da febre amarela é uma das provas irrefutáveis e eloquentes desse fato. Ainda no domínio da higiene pública, pode-se apresentar uma outra, de igual significado, embora restrita a uma das regiões do país: a profilaxia contra a lepra. A febre amarela, desde 1849, fazia quase todos os anos, em seus surtos periódicos, grande número de vítimas, desacreditando o país. Em 1859 WUCHERER, PATERSON e SILVA LIMA, na Baía, já reconheciam ser de febre amarela a epidemia reinante na cidade do Salvador, e, durante mais de 50 anos, a terrível doença devastava, no verão, cidades do litoral e ganhava, às vezes, o planalto. Em fins do século passado o médico norte-americano FINLAY e a expedição francesa MARCHOUX e SIMOND haviam descoberto em Havana o mecanismo de transmissão da febre amarela, pelo mosquito rajado (*Stegomyia fasciata*) que nasce e se desenvolve nas águas paradas. Em São Paulo, PEREIRA BARRETO, EMÍLIO RIBAS e ADOLFO LUTZ iniciam a remodelação da profilaxia do vômito negro, com as suas experiências no Hospital do Isolamento, e, como lembra ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, cirurgião notável, arriscam suas vidas, “para demonstrar a verdade nova e ganhar autoridade para impor novos métodos de combate à peste americana, oferecendo-se em holocausto no altar da ciência.” É, porém, no governo de RODRIGUES ALVES (1902-1906) que OSVALDO CRUZ, escolhido e apoiado sem restrições como o homem capaz de resolver o problema, rompeu a campanha sanitária contra a febre e, aplicando os novos métodos, pelo ataque direto aos focos de transmissão, fez baixar o obituario da moléstia, de 948 casos em 1902 a 39, em 1906. Estava praticamente extinta a febre amarela nesta parte do continente americano. De 1909 em diante não havia, de fato, mais rastro da moléstia. O problema da lepra, esse, se ainda não encontrou solução no país já se pode considerar resolvido em São Paulo por meio de uma organização verdadeiramente modelar, iniciada por EMÍLIO RIBAS e notavelmente desenvolvida, com os asilos-colônias, por SALES GOMES e seus auxiliares de primeira ordem, pela competência e capacidade de dedicação.

Minas. A maior riqueza do Brasil colonial foi certamente a exploração dos grandes depósitos de aluviões auríferas e diamantinas, acumuladas à flor da terra e descobertas pelos bandeirantes, nas suas investidas pelos sertões. Mas a exploração das minas, à medida que se esgotavam as riquezas das camadas superficiais e se passava do simples trabalho de apanhá-las ao da extração do ouro nas camadas subterrâneas, tornava-se cada vez mais difícil e complexa, exigindo a substituição da rotina e dos métodos empíricos por novas técnicas de pesquisa do solo, do trabalho das minas e da extração dos metais. Daí, e do abandono em que iam caindo as minas do Brasil, a idéia da criação de uma escola de minas, já acalentada por D. JOÃO VI, então Príncipe Regente, quando, no alvará de 13 de Maio de 1803, falava "no estabelecimento de escolas mineralógicas e metalúrgicas, semelhantes às de FREYBERG e SCHEMINTZ, de que têm resultado para aqueles países tão grandes e assinaladas vantagens." A questão ressurgiu com mais precisão em 1832, na Assembléia Geral, que vota a lei de 3 de Outubro desse ano, sancionada pela Regência, criando na Província de Minas Gerais um curso de estudos mineralógicos. Essa lei permaneceu durante 43 anos sem execução. Somente em 1876 é instalada, em Ouro Preto, por iniciativa de PEDRO II, a Escola de Minas com o objetivo principal da formação de engenheiros de minas, geólogos, mineralogistas e metalurgistas. Era a segunda escola técnica de engenharia que se instituía no Brasil, dois anos depois da Escola Politécnica em que se transformou em 1874, ainda segundo moldes franceses, a Escola Central do Rio de Janeiro. A Escola de Minas, inaugurada em Ouro Preto por deliberação do Imperador que convidara o engenheiro francês CLAUDE HENRI GORCEIX para vir ao Brasil estudar-lhe o plano e encarregar-se de sua execução, foi, dentro do nosso sistema de cultura, uma instituição original e solitária, fiel ao espírito que lhe imprimiu seu fundador e primeiro diretor, empenhado desde as suas origens em fazer dela não só um estabelecimento de ensino profissional mas um centro de pesquisas e de trabalho científico. Enclavada, porém nas montanhas de Minas, longe dos principais centros urbanos, industriais e culturais, do país, essa Escola em que se formaram profissionais de primeira ordem e professaram mestres eminentes como GORCEIX, ARMAND DE BOVET e ARTUR THIRÉ, contratados em Paris, e ARQUIAS MEDRADO, COSTA SENA, LEÔNIDAS DAMÁSIO, BARBOSA DA SILVA e ROCHA LAGOA, entre outros, não pôde adquirir uma vitalidade bastante ativa para dar ao seu ensino, preciso e experimental, maior poder de penetração e para influir eficazmente na transformação da mentalidade e na renovação dos valores técnicos.

Certamente, se, no domínio da engenharia, essa Escola não realizou, pelo isolamento que lhe restringiu a zona de influência, a função renovadora que exerceu mais tarde o Instituto de Manguinhos, no campo da medicina experimental, foi ela igualmente dominada pelo desejo de imprimir uma nova orientação e abrir perspectivas novas à engenharia nacional e de resolver os problemas nacionais com elementos próprios. A finalidade a que se propôs na sua organização, o vasto campo que à volta do próprio instituto se abria para as pesquisas geológicas e mineralógicas, e o espírito científico e experimental que lhe transmitiu seu ilustre fundador e se comunicou aos seus melhores colaboradores, a levaram a concentrar sua atenção sobre as riquezas minerais do Brasil, as investigações do subsolo e os problemas da indústria do ferro. Os estudos de HENRI GORCEIX sobre as rochas dos arredores de Ouro Preto, as jazidas de topázios e as bacias terciárias do Gandarela e do Fonseca; as contribuições de um COSTA SENA, no domínio da geologia e da mineralogia, e as atividades de pesquisa de fósseis brasileiros, realizadas quer sob a inspiração de GORCEIX, quer pela poderosa influência de ORVILLE DERBY, mostram em que sentido se orientou a Escola de Minas e até que ponto contribuiu para o desen-

volvimento do espírito de investigação e para os progressos da engenharia nacional. Foi, no domínio da engenharia, um papel semelhante ao que desempenhou, embora em muito maior escala e com maior poder de irradiação, o Instituto de Manguinhos fundado por OSVALDO CRUZ, o saneador da cidade do Rio de Janeiro, o remodelador da medicina experimental, o “mestre dos mestres”, que, criando êsse laboratório de pesquisas, no terreno da patologia experimental, aparelhou a medicina no Brasil de um instrumento de fecundas transformações. “Na história da ciência brasileira, o nome de OSVALDO CRUZ, escreve OSCAR FREIRE, marca uma fase decisiva. O desejo de resolver os problemas nacionais com elementos próprios, fazendo no Brasil a ciência para o Brasil, todo se perdia em esforços isolados e esparsos. Preciso era fundar um núcleo onde se reunissem os elementos de trabalho capazes e donde se irradiasse para o Brasil inteiro a claridade de uma nova orientação e de novos horizontes. E tal função OSVALDO CRUZ exerceu admiravelmente, de sorte que dele, como seu maior título de glória, se pode dizer: OSVALDO CRUZ nacionalizou verdadeiramente a ciência médica, estabelecendo o princípio de que é no Brasil que se devem fazer a medicina e a higiene para o Brasil.” A instituição de Manguinhos, já proclamada “a maior glória científica do Brasil” e que, desde 1908, tomou o nome de seu fundador, é, de fato, como escola de medicina tropical, no dizer RUI BARBOSA, “a matriz onde vem beber tôda a América Latina.”

No entanto, apesar dêsses grandes esforços, isolados e dispersos, a que se referia OSCAR FREIRE, e da ação sistemática, mais limitada, de uma escola de minas, ou de maior amplitude e força de penetração, como o Instituto de Manguinhos, o que tem predominado, em cada uma dessas carreiras intelectuais, é a idéia de aplicação profissional; e as próprias pesquisas, quando se entra nesse terreno, são orientadas no sentido da profissão. A não ser nas faculdades de direito, em que, pelo pêso excessivo das noções teóricas, se rompeu o equilíbrio entre a teoria e a prática, abrindo-se, porém, maior margem à cultura geral, dá-se por tôda parte, nos institutos de formação profissional, preferência à aprendizagem prática, que ainda ocupa lugar de importância, embora se acentue cada vez mais, como nas faculdades de medicina, a tendência a uma preparação científica especial e ao espírito de pesquisa e de experimentação. Em consequência, pois, da importância preponderante dada à vida prática e profissional, as ciências experimentais foram por largo tempo quase desconhecidas fora dos museus, como o Museu Nacional, dos observatórios e de outros institutos, mais penetrados do espírito e dos métodos científicos; e, ainda hoje, apesar das escolas técnicas e dos laboratórios recentemente criados, é difícil ao investigador ou ao sábio, no Brasil, achar algumas dessas sinecuras, tão numerosas na Alemanha, em que possa, ao abrigo de necessidades, prosseguir estudos desinteressados. Por tôda a parte e em tôdas as instituições de ensino superior, a mesma subordinação da ciência à arte, o mesmo cuidado da aplicação imediata e próxima, a mesma direção utilitária em vista da função pública ou de uma carreira privada, e o mesmo pendor, em consequência, a encarar de um ângulo especial, — o profissional, as questões mais gerais e complexas que transcendem as fronteiras de uma profissão. Sobre a base precária de cultura científica e a ausência quase absoluta do espírito crítico e filosófico, era natural que se desenvolvesse, como de fato se desenvolveu, nas gerações dos “desertores” das profissões, essa cultura de caráter enciclopédico em que o pensamento ganha em extensão o que perdeu em profundidade, e se manteve sempre distante o espírito criador, de que tomou o lugar a erudição, e esta mesma quase sempre, entre nós, aparente e sem substância, dissimulando, sob a superfície às vezes brilhante, a absoluta falta de solidez de conhecimentos. Daí a razão de não se ter formado, ainda que ao abrigo da liberdade, uma elite cultivada cuja influência sobre a massa

tivesse sido notável e que não se poderia esperar de uma educação, de caráter estritamente profissional, e certamente, porisso prejudicial tanto ao indivíduo, tomado isoladamente, como à sociedade no seu conjunto. A enorme desproporção entre as sociedades puramente científicas que quase se contam pelos dedos, e as associações de advogados, engenheiros, médicos e farmacêuticos,¹⁵ existentes no país, constitui por si só, um fato fortemente ilustrativo da expansão do espírito profissional e do prestígio crescente dos diplomados.

Se, pois, a Independência, como observou PEDRO CALMON, "não encontrara formada uma aristocracia mental, desmembrada do clero, puramente leiga", o que a República encontrou e não fez mais do que desenvolver foi uma aristocracia nova, de bacharéis e doutores, inteiramente nutrida nas escolas de formação profissional ou constituída de "desertores" da profissão. Quanto representava de eclesiástico ou de clerical a cultura que se desenvolveu na Colônia, à sombra de colégios de padres e seminários, tanto trazia de profissional a que tomou impulso e se expandiu, na claridade das escolas e academias prepostas à formação de médicos, engenheiros e advogados. "As sacristias, as celas dos frades, o púlpito e as vigararias polarizavam, escreve ainda PEDRO CALMON, a animação intelectual que ressumbra nos documentos ideológicos daquela quadra de revolução e definição nacional", e desempenharam por toda a Colônia, com os colégios e seminários, na formação cultural do Brasil, o mesmo papel que exerceram, no Império e na República, as escolas destinadas à preparação para as profissões liberais, marcando com um caráter acentuadamente profissional a nossa cultura que mal se desprendera do círculo de atração das influências eclesiásticas. Das três grandes tradições da Europa, em que se alimentou a nossa cultura, a que nela predominou, não foi, porém, como se podia julgar pelas suas origens religiosas o sentido profundo da vida interior ou de uma missão a cumprir, característico da tradição judaico-cristã, nem o culto da inteligência pura, herdado dos gregos, mas a tradição do direito racional, provindo dos romanos. Enquanto no norte do continente americano se realizava, sob o impulso de suas imensas riquezas minerais e da exploração industrial do subsolo, um desenvolvimento "unilateral, quase exclusivamente baseado no progresso das cousas materiais", desabrochava, no Brasil, como uma flor de civilização, a cultura jurídica, poderosamente alimentada nas tradições morais e religiosas da nação. Durante mais de um século ou por quase todo o período que se seguiu à Independência Nacional, foi a voz do direito que se ergueu mais alto, e nas academias e à sombra delas é que a vida intelectual adquiriu maior intensidade e maior poder de projeção. Com a complexidade crescente do sistema social e eco-

¹⁵ Entre as principais associações médicas do país, figura em primeiro plano, a mais antiga de todas, a Academia Nacional de Medicina, em que se transformou, em 1889, tomando aquele nome, a Academia Imperial de Medicina que, por sua vez, resultou da reorganização, em 1835, da Sociedade de Medicina, fundada em 1829 por J. C. SOARES MEIRELES, J. M. CRUZ JOBIM, L. V. DE SIMONI, J. M. FAIVRE e J. F. SIGAUD, com o objetivo de promover "o progresso e o fomento das ciências médicas e beneficiar, em geral, a humanidade mediante o estudo e a aplicação dos meios favoráveis à conservação e ao melhoramento da saúde pública." Teve sempre uma vida intensa e de grande autoridade, como se vê da publicação quase ininterrupta da revista dessa sociedade que tomou, acompanhando-lhe a evolução, nomes diversos e tem hoje mais de 100 volumes, intitulados "Boletins da Academia Nacional de Medicina." Entre 1845 e 1886, em que se fundou sob a presidência de CATTÁ PRETA a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, — outra importante sociedade médica —, "muitas outras associações nasceram e se extinguíram no Brasil", como escreveu ANTÔNIO AUSTREGESILLO que enumera 14 dessas sociedades médicas, farmacêuticas e médico-farmacêuticas. A Sociedade de Medicina e Cirurgia da Baía, que sucedeu em 1894 à Sociedade de Medicina, fundada em 1888, publicou até 1908 dois volumes de seus Anais e mantém, desde essa época, como órgão da Sociedade a Revista de Medicina. Numerosas outras sociedades se fundaram mais tarde, em São Paulo, onde funcionam a Sociedade de Medicina e Cirurgia e a Associação Paulista de Medicina, entre as mais antigas; no Rio de Janeiro em que se criaram associações de caráter geral, como o Sindicato Médico ou especializadas, como a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, fundada em 1907; em várias capitais (Porto Alegre, Niterói e Manaus) e mesmo em cidades mais importantes do interior, em Minas e em São Paulo. Se o desenvolvimento associativo, no terreno da engenharia, e do direito, não teve a expansão quantitativa que se verificou no campo médico, já podem as duas classes apresentar associações como o Clube de Engenharia, no Rio, o Instituto de Engenharia, em São Paulo, e as Ordens de Advogados, de São Paulo e Rio, além de sindicatos e institutos de real influência nos meios profissionais.

nômico do país, e a especialização de funções, resultante do processo de divisão do trabalho, dilatou-se, sem dúvida, o campo de atividades e aplicações profissionais, para corresponder a necessidades novas, nas carreiras liberais, como na agricultura, na indústria e no comércio, e surgiram, em consequência, instituições e escolas especializadas destinadas a atender às exigências dos quadros técnicos e profissionais nascentes ou em pleno desenvolvimento. Mas, a mentalidade literária e jurídica prepondera a tôdas as outras, científica, técnica e de organização racional; e, no processo de sua evolução, apenas se desenha a emancipação da cultura que ainda se mantém presa à vida e às atividades profissionais, e sem as condições e os impulsos necessários para se erguer acima das profissões e transformar as elites do país, de "portadoras" de cultura em "criadoras" de uma cultura nacional, integrada no espírito de uma nova civilização.

A tendência para as letras, ainda no domínio profissional, e os trabalhos dispersos de cultores desinteressados da ciência, revelam êsse esforço, verdadeiramente notável, entre brasileiros, para ultrapassar e dominar, pela cultura, a profissão. Essa inclinação não corresponde, de fato, apenas à tradição eminentemente literária de nossa cultura, por influência do sistema colonial de ensino, mas também a uma nobre aspiração de aperfeiçoamento e libertação do espírito, de um derivativo à cultura profissional, tanto mais procurado quanto o prestígio literário sempre foi, entre nós, susceptível de aumentar, nos homens de profissão, a sua autoridade e o seu poder de irradiação intelectual. Não é somente, como se vê, uma tradição que se desenvolve e se fortalece, a partir do Império; é ainda uma reação contra as limitações da cultura de tipo profissional, um meio de evasão do campo das especializações, que tendem a separar os grupos profissionais, isolando-os uns dos outros, pelas diferenças de mentalidades de cada grupo. Ou, por outras palavras, uma "reação" dentro da tradição. No plano literário mais do que no plano político, é que se estabeleceram e se estreitaram as comunicações entre profissionais; pois, se as letras, ornando o diploma e a fortuna, facilitavam o acesso à vida pública, não eram elas, pelo idealismo que costumam estimular, as mais capazes de habituar os homens, colocados em pontos de observação, a ver sem amargura a política em estado de nudez, despojada de toda a ficção e de tôdas as lendas... Para libertar-se da tirania da profissão e escapar às especializações estreitas, não havia outro recurso para o brasileiro senão a literatura que lhe alargava os horizontes, lhe dava novas armas intelectuais e lhe fornecia "êsse grão de fantasia e de sonho que viesse moderar o furor da atenção ordinária do homem aos seus fins práticos". Assim, pois, se poucos profissionais deveram todo o prestígio que conquistaram, exclusivamente ao exercício de sua profissão, a maior parte dos que, entre eles, atingiram as eminências intelectuais, não só não desdenharam as letras, mas nelas procuraram e às vêzes encontraram um ponto de apoio e o meio mais eficaz para dilatar a sua autoridade além das fronteiras das profissões liberais. Em alguns, as letras acabaram por dominar a profissão; em outros, prevaleceu sobre as letras, que não chegaram a absorvê-los, a carreira em que se especializaram; e em raros a profissão e a arte literária, elevando-se a um alto grau, associaram-se e equilibraram-se por tal forma que a cultura específica se tornou a substância das letras e as letras o mais belo instrumento da profissão.¹⁰ Mas, se

¹⁰ Essa atração pelas letras chegou a generalizar-se de tal modo no Brasil que nenhum profissional parecia julgar-se completo sem se dobrar de um "letrado." Os bacharéis, pela própria natureza de seus estudos e pelos serviços que lhes presta, na atividade profissional, o domínio da língua, foram os mais sujeitos a essa poderosa atração. Não havia quase estudante de direito que não pagasse o seu tributo à poesia e à retórica ou perpetrasse, na mocidade, alguns "pecados" literários; e só quando lhes sorria a literatura, é que os bacharéis sentiam abrir-se perspectivas na carreira intelectual: tão irmanadas andavam, nessa especialidade, as letras e a profissão. Foi a época dos poetas, oradores, cronistas, eruditos, gramáticos e letrados. Os gramáticos... na sua maioria, escritores que abortaram e se fizeram "filólogos": — quem sabe faz; quem não sabe, ensina, — escreveu BERNARD SHAW; não sem uma ponta de razão. Em nenhum, dentre os advogados, se casaram tão admiravelmente o direito e as letras como em RUI BARBOSA, em que rivalizavam, postos

as letras contribuíram para humanizar a cultura e favorecer o esforço para ultrapassar a profissão, trazendo uma contribuição decisiva à vida intelectual que, por outra forma, ficaria reduzida, sem brilho e sem vigor, aos quadros profissionais, elas tiveram seus graves inconvenientes: tornando as inteligências menos utilitárias, de um lado, e mais sujeitas, por outro, às seduções da forma, embotaram o sentido da realidade e retardaram o aparecimento do espírito crítico e criador, científico e experimental, na evolução do pensamento brasileiro.

As letras não foram, de fato, em larga medida, mais do que uma ponte lançada de maneira a permitir aos médicos, advogados e engenheiros (os únicos que recebiam instrução superior no Brasil) passarem da margem da cultura profissional a outra margem da cultura, sob as abóbadas de suas idéias e sentimentos ligados às classes e profissões. Longe de serem, como em outros países, o coroamento intelectual de uma cultura largamente nutrida da vida social e fundada sobre o pensamento filosófico e científico, que tivesse necessidade de comunicar-se e procurasse, nelas, a variedade e riqueza de recursos para a sua expressão, não passavam geralmente de uma atividade intelectual, praticada como um exercício e entretenimento do espírito, insatisfeito nos quadros em que se encerrou e impelido a rompê-los ou a fazer aberturas em outras direções. O engenheiro, e sobretudo, o médico e o advogado, como, de um modo geral, os profissionais e especialistas sempre acharam fácil e simples “viver fora de sua especialidade (profissional ou intelectual), sobre as idéias de todo o mundo, isto é, sobre uma pacotilha de idéias apagadas como velhas moedas em circulação desde muito tempo”. É verdade que toda essa vida intelectual, literária e política, durante mais de um século, dava à primeira vista a impressão de uma árvore magnífica que estendesse seus braços para o céu; mas, examinada mais de perto, não se tardaria a verificar que estava condenada a perecer, com suas raízes quase à superfície do solo, sem força para penetrarem as camadas mais profundas em que, alongando-se, iriam reunir-se e entrelaçar-se às da vida social e nacional. Daí, toda uma literatura artificial, sem substância e sem convicções, sem calor e sem altura, que se contentava com o verbalismo vazio, com a ilusão de saber as cousas só por lhes conhecer os nomes, e que, julgando que falar e escrever dispensava de agir, fornecia aos indivíduos os meios de se encerrarem ao abrigo do real e pretextos para voltarem as costas à realidade e à ação. Certamente, dos dois ímãs, dos dois polos elétricos, o literário e o científico, o que exerceu, em nossa vida intelectual, mais poderosa influência, foi o polo literário, cujo poder de atração, desenvolvido no regime de ensino colonial, não cessou de aumentar, a partir do Império, à sombra das profissões liberais ou entre os desertores das profissões a que dentro das condições do meio social, não se abriam para o espírito senão as perspectivas das letras e das artes. Mas, feito e causa, ao mesmo tempo, esse predomínio das letras, que remontava às tradições coloniais do ensino, se resultava, por um lado, de nossa falta de educação científica, por outro, falseando e empobrecendo a imagem que nos dava da realidade, substituindo por um mundo convencional o mundo real, com todas

no mesmo nível e elevados ao mais alto grau, o escritor e o orador, o jornalista e o erudito, o advogado e o juriconsulto. Embora não haja grandes afinidades entre as letras e a medicina, foram os médicos, depois e a exemplo dos bacharéis, que mais cederam ao prurido da palavra e à tentação literária e mais se deixaram dominar pelas preocupações da linguagem, distendendo a corda ao máximo, até o preciosismo, o artifício e o gosto pelas formas arcaicas. FRANCISCO DE CASTRO inaugura essa falange de médicos literatos, grandes escritores alguns como AFRÂNIO PEIXOTO, e a que se foram incorporando sucessivamente MIGUEL COUTO, ALOÍSIO DE CASTRO, ANTÔNIO AUSTREGESILLO e CLEMENTINO FRAGA, todos da Academia Brasileira de Letras. O isolamento relativo a que os condenava a profissão e o contacto mais estreito com as ciências físicas e matemáticas preservaram o engenheiro desse contágio, imunizando-o até certo ponto contra o vírus gramatical e literário que estava no ar e se transmitia menos pelos livros do que pela força da tradição. GARCIA REDONDO, do primeiro grupo de professores da Escola Politécnica de São Paulo, e LUIZ CARLOS DA FONSECA, poeta, engenheiro de estrada de ferro, são desses casos raros em que se podia associar às atividades de engenharia. EUCLIDES DA CUNHA, engenheiro militar por acidente, não se podia invocar para exemplo: seu pensamento viveu sempre acima de seu ofício e de seu meio profissional; ele foi, substancialmente, um escritor, prosador vigoroso e original, e um dos maiores da literatura americana.

as suas inquietações e seus problemas, contribuiu, sem dúvida, para nos desviar do caminho das ciências e retardar os seus progressos. A nossa atração pelos encantos da linguagem e pelo brilho exterior foi o que por ela se cultivou, e com tal intensidade que os profissionais o que procuravam nas letras foi sempre não só um derivativo, mas um meio de interessar o público e de fazer “viver” a própria profissão.

Não se pode, porém, buscar somente em nossa tradição unilateral, literária, as origens do desinteresse pela ciência e pela técnica que, embora cultivadas, em vários domínios, por esforços individuais, isolados, se desenvolveram com dificuldades e grande atraso sobre os acontecimentos. A nossa organização cultural montada no Império com quase todas as suas peças essenciais que se mantiveram na República, não estava apta a produzir senão essa aristocracia profissional a que quase se reduziu a aristocracia do espírito, cultivada pelas escolas de ensino superior em que se fabricavam, em larga escala, bacharéis e doutores. Não havia outras fontes de formação e recrutamento de elites, pobres, em consequência, de valores autênticos. Se “para cada milhão de varões ingleses há cerca de 250 homens eminentes, isto é, com uma nomeada e evidência nacionais”, a regular pelos dados de FRANCIS GALTON, não se calcula para o Brasil em mais de 30 o número de personalidades notáveis do tipo de JOSÉ DE ALENCAR, JOAQUIM NABUCO, BARÃO DO RIO BRANCO, OSVALDO CRUZ e EUCLIDES DA CUNHA, quando o Brasil poderia possuir mais de 1 500 indivíduos eminentes, segundo as conclusões de OLIVEIRA VIANA, baseadas em cálculos da população, descontada a massa de analfabetos. É que, nas entrosagens de nosso sistema cultural e educativo, reduzido, no plano superior, às escolas de formação profissional, faltou evidentemente, observa OLIVEIRA VIANA, “uma peça qualquer, peça essencial, com a função de colher essas individualidades e de as fazer chegar até as elites.” Essa peça é a que se constitui por toda a parte, do conjunto de institutos destinados a desenvolver o espírito e os métodos científicos, nos diversos ramos do saber humano, e a aplicá-los à investigação direta e a fundo de todos os planos da realidade nacional, de suas riquezas naturais, de suas necessidades e de seus problemas espirituais, políticos e econômicos. Aliás, se o indivíduo está ligado à coletividade que o cerca e de que se nutre; se toda a vida psicológica e intelectual é uma troca, uma comunicação constante, e se a comunhão nutre com tanta força quanto a diferença, “aquilo por que o homem se ultrapassa, cria, inventa e se concebe”, faltou ainda ao brasileiro para chegar à plena cultura a intensidade das trocas intelectuais entre homens, grupos e instituições, entre a cultura brasileira e as outras culturas nacionais.¹⁷ O isola-

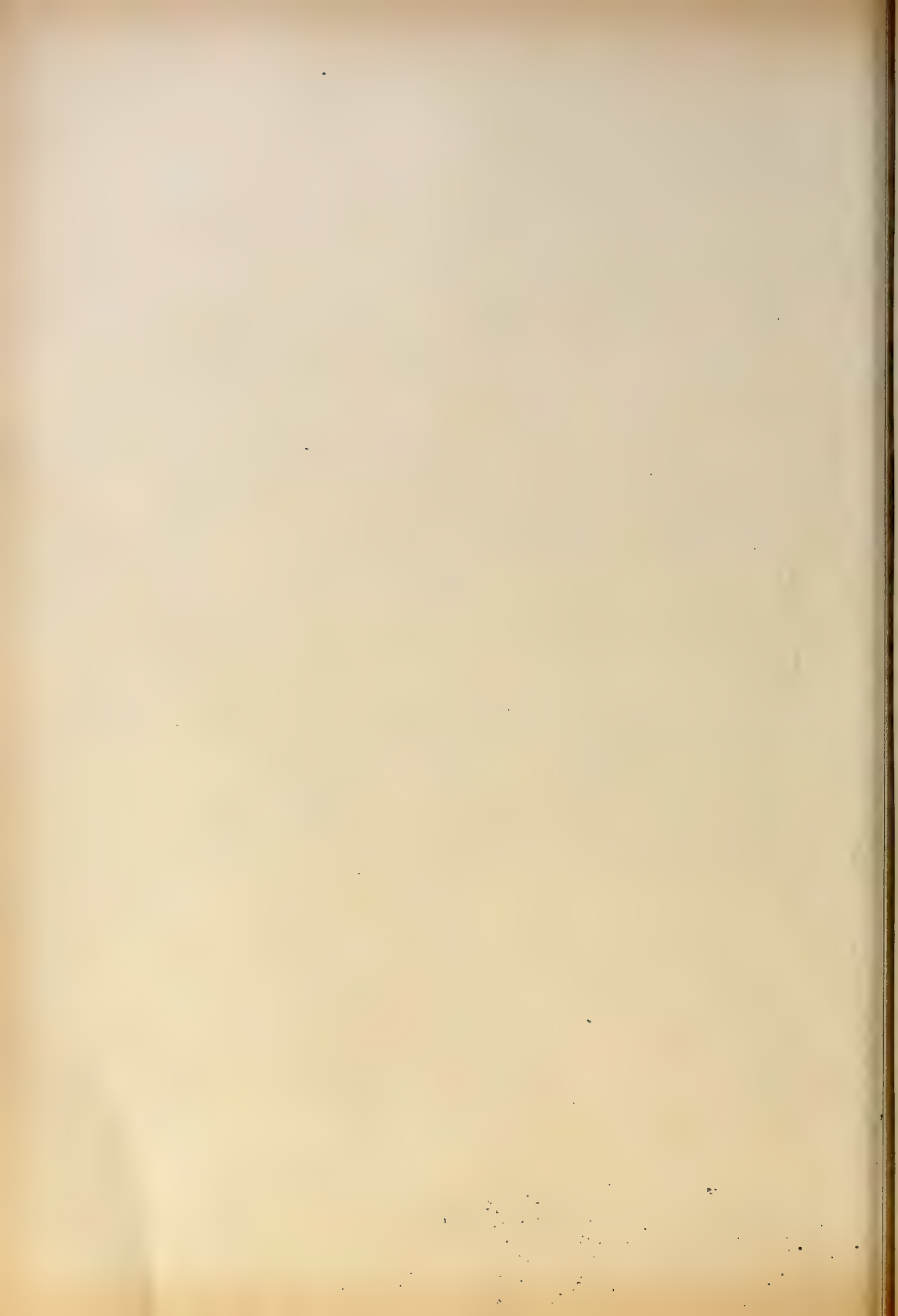
¹⁷ Foi o Nordeste, escreveu GILBERTO FREYRE, “com a sua civilização de engenho, cheia de ócios para os estudos, que deu ao Brasil o seu maior orador, — o Padre VIEIRA; o seu maior poeta satírico, — GREGÓRIO DE MATOS; o seu maior matemático, — o SOUSINHA; o seu maior filólogo, — o Doutor MORAIS, — um transplantado da civilização do açúcar do sul para a de Pernambuco, onde se tornou senhor de engenho.” É no ciclo do açúcar que surgiram, já no Império, o maior jurista TEIXEIRA DE FREITAS; um grande político, orador e diplomata, JOAQUIM NABUCO; o maior orador político, RUI BARBOSA; um poeta de gênio, CASTRO ALVES; a mais forte organização científica do Brasil, NINA RODRIGUES; um homem da tempera e da ilustração do bispo Dom VITAL; um historiador como OLIVEIRA LIMA; inovadores e polemistas do valor de TOBIAS BARRETO e SÍLVIO ROMERO, e um pintor como PEDRO AMÉRICO. A vida intelectual que floresceu, nas montanhas de Minas Gerais sob o influxo da mineração, e se manteve quase tão isolada como a que se desenvolveu com a civilização do açúcar, inaugura-se com os poetas BASÍLIO DA GAMA e SANTA RITA DURÃO, e irrompe, com idealismo generoso, sagrando-se com o mártirio, no sonho da libertação nacional, acalentado pelos poetas líricos da Inconfidência, TOMAZ ANTÔNIO GONZAGA, CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, SILVA ALVARENGA e ALVARENGA PEIXOTO. Em São Paulo de que saíram, para estudar em Coimbra, as personalidades mais notáveis dos fins e princípios do século passado, os dois GUSMÕES, BARTOLOMEU e ALEXANDRE, o inventor e o diplomata, o escritor MATIAS ARES, o engenheiro LACERDA DE ALMEIDA, e os três ANDRADAS, (todos de Santos, menos o engenheiro), surgem, no ciclo do café as três dentre as mais originais figuras da medicina nacional, PEREIRA BARRETO, MIGUEL PEREIRA e OSVALDO CRUZ, o maior de todos, e um compositor notável, CARLOS GOMES, a glória mais alta da música brasileira. Formadas em meios diferentes, na segregação e no isolamento, e constituídas de homens das situações mais variadas e das mentalidades mais diversas, essas elites, sem relações umas com as outras, sucediam-se, deslocando-se com as fronteiras econômicas e interpenetrando-se lentamente pelas camadas superiores.

mento em que vivemos, não foi apenas do Brasil em relação às outras nações, durante todo o período colonial, mas, no interior da unidade nacional, entre os diversos grupos e instituições. A vida intelectual, isolando-se nas diferentes zonas de produção, no norte, com a civilização do açúcar, mais tarde em Minas Gerais, com a expulsão do ouro e do diamante, e, por último, no vale do Paraíba, com a cultura do café, seguia o ritmo e a evolução desses ciclos econômicos. As elites que se formavam, em regiões diversas e se mantinham isoladas entre si pelas grandes distâncias, só se podiam comunicar no centro da vida do país, pelas figuras mais ilustres, como grandes árvores que, plantadas a largos intervalos, se tocassem pelos ramos mais altos...

Essa situação, tão característica do período colonial e do Império, prolongou-se, embora menos acentuada, na República, até 1920 em que o desenvolvimento da indústria e do comércio, o crescimento e a multiplicação dos centros urbanos e o progresso das comunicações começaram a favorecer os contactos que restituem ao indivíduo, com a consciência mais profunda de sua dependência da vida social, a sua "fertilidade" e os meios de expansão intelectual. Mas só depois da Revolução de 1930 é que se intensificam essas trocas econômicas e culturais, se criam novos valores e se rasgam novas possibilidades à literatura, que, em vez de se limitar a distrair os ricos, se embebe na atmosfera social, toma consciência dos problemas locais e passa a corresponder mais vivamente às necessidades espirituais do país. Ao lado dos quadros, quase exclusivamente limitados às profissões liberais, em que se recrutavam as antigas elites, surgem novos focos de estudos, com as faculdades de filosofia, ciências e letras, e de sociologia e política, que abrem perspectivas às mais variadas aptidões individuais, ganhando a vida intelectual uma intensidade e extensão que jamais conhecera a história de nossa cultura. Certamente, esse alargamento de quadros e essa intensidade de vida intelectual não podiam ser obtidos senão à custa de um sensível abaixamento de nível; mas, estimulando as trocas entre grupos e instituições e dilatando o campo de sondagem de indivíduos mais bem dotados, contribuíram, sem dúvida, para provocar movimentos de idéias em diferentes direções e suscitar um público de maior receptividade e mais susceptível de fazer "viver" a literatura, a ciência e as iniciativas culturais. O desenvolvimento verdadeiramente notável que adquiriram a indústria e o comércio do livro, e as novas livrarias e bibliotecas que se instalaram por toda parte, mostram o grande alcance dessa pequena revolução intelectual em que ao científico e ao técnico, ao social e ao econômico se começa a dar uma atenção ao menos equivalente à que se dava ao profissional, ao literário e ao político. As grandes bibliotecas, nacionais e estaduais, que tinham como principais senão únicos clientes os historiadores habituados aos métodos e às disciplinas da pesquisa, — procuradas agora por estudantes e intelectuais de todos os tipos sentem a necessidade de reorganizar-se e de enriquecer-se, para facilitarem o trabalho do leitor, aperfeiçoarem os meios de consultas e se constituírem em centros de investigação e de trabalhos científicos. Não se criou apenas o novo no prolongamento de uma linha existente, marcada pelas tradições literárias e pelas profissões liberais; é a eclosão de um espírito crítico e criador que, fazendo-nos perder a atitude de superstição perante os textos, nos convida a saltar fora da cultura livresca para o mundo real e nos impele ao estudo de nós mesmos e de nossos problemas e à investigação da realidade em todos os domínios.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA NOGUEIRA — *Tradições e reminiscências*. 7 vols. A Editora, Lisboa, 1908-1912.
- AUSTREGÉSILO (Antônio) — *Esbôço histórico da medicina no Brasil*. In "Medicina no Brasil." Livro organizado pelo professor LEONÍDIO RIBEIRO, págs 385-404, Imprensa Nacional, Rio, 1940.
- BARRETO (Plínio) — *A cultura jurídica no Brasil (1822-1922)*. Biblioteca do "O Estado de S. Paulo", n.º 2, S. Paulo, 1922.
- BEVILAQUA (Clovis) — *História da Faculdade de Direito do Recife*. 11 de Agosto de 1827 — 11 de Agosto de 1927, 2 vols. Livraria Francisco Alves, Rio, S. Paulo, Belo Horizonte, 1927.
- CALMON (Pedro) — *História social do Brasil*. 1.º tomo: Espírito da sociedade colonial, 2.ª ed. Série Brasileira, vol. 40; 2.º tomo: Espírito da sociedade imperial, 2.ª ed. Série Brasileira, vol. 83, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- FREIRE (Oscar) — *Evolução da medicina no Brasil*. In edição especial do "O Estado de Paulo", 7 de Setembro de 1922.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Maia e Schmidt Limitada, Rio, 1933; *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural no Brasil. Série Brasileira, vol. 64, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- LEITE (Pe. Serafim) — *Páginas de história do Brasil*. XIII. Os jesuítas no Brasil e a medicina. Série Brasileira, vol. 93, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- MAGALHÃES (Fernando) — *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. 1832-1932. Tip. A. P. Barthel, Rio de Janeiro, 1932.
- NEIVA (Artur) — *Oswaldo Cruz*. In "Medicina no Brasil". Volume organizado pelo professor LEONÍDIO RIBEIRO, págs. 59-66, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- OLINTO (Antônio) — *Memória histórica*. História da fundação, instalação e organização da Escola de Minas. In "Anais da Escola de Minas", n.º 7, págs. 9-114, Tip. Lima e Companhia, Ouro Preto, 1905.
- OLIVEIRA LIMA (Manuel de) — *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. Capítulo: A revolução pernambucana de 1817. 2 vols. Ed. do "Jornal do Comercio," Rio de Janeiro, 1908.
- PACÍFICO PEREIRA (Antônio) — *Memória sobre a medicina na Baía*. Elaborada para o Centenário da Independência, na Baía. Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- VAMPRÉ (Spencer) — *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2 vols. Livraria Acadêmica, São Paulo, 1924.
- VAUTHIER (Louis Léger) — *Diário íntimo (1840-1846)* — Prefácio e notas de GILBERTO FREYRE. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 4, Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940.
- VIANA DIAS — *Instituto Oswaldo Cruz*. In "Medicina no Brasil". Volume organizado pelo professor LEONÍDIO RIBEIRO, págs. 98-107, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.



CAPÍTULO III

A vida literária

Os primórdios da literatura brasileira — Literatura portuguesa feita no Brasil — As suas primeiras manifestações originais — GREGÓRIO DE MATOS e a sátira — Diferenciação social e diferenciação linguística — A coexistência de duas línguas vulgares até o século XVIII — O teatro de ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA — Os dois poemas nacionais — Os poetas da Inconfidência — Revolucionários na política, conservadores nas letras — O jornalismo e as lutas da Independência e no primeiro Império — Literatura política — O romantismo no Brasil — A atração para os temas indígenas — GONÇALVES DIAS, o poeta do índio — JOSÉ DE ALENCAR e a língua brasileira — CASTRO ALVES, o poeta dos escravos — A evolução do teatro e as suas figuras principais — *Memórias de um sargento de milícias* — O pensamento nacional de TAVARES BASTOS — A eloquência parlamentar no Império — JOAQUIM NABUCO e RUI BARBOSA — Agitadores de idéias — TOBIAS BARRETO e SÍLVIO ROMERO — O esplendor do jornalismo — EDUARDO PRADO — A Academia Brasileira e a unidade de língua — Os grandes poetas líricos — A história — As duas faces do espírito nacional — MACHADO DE ASSIS e EUCLIDES DA CUNHA — Ensaístas, críticos e panfletários — Movimento de literatura moderna — A poesia dos novos — Romancistas e novelistas — A difusão da imprensa — A literatura e o espírito público.

A LITERATURA não é senão um dos elementos da cultura geral; mas, pelas condições específicas de nossa formação quase exclusivamente literária, foi o primeiro elemento, o mais persistente, o mais forte e o mais expressivo, de nossa cultura. Se somente em nossos dias os fatores que condicionam a vida intelectual, se combinaram e adquiriram a necessária intensidade para criar a “profissão de escritor” (e ainda hoje raramente vive o escritor de sua produção intelectual), desde muito cedo, no segundo século, foram bastantes para produzir, na aristocracia rural e na burguesia, reinol ou nativa, o que se pode chamar um “clima literário”. Na aurora de toda a sociedade, como observa NOVICOW,¹ o que predomina, — pois é preciso primeiro viver —, é a atividade econômica; e a vida intelectual não surge senão mais tarde quando a existência de indivíduos puramente ou sobretudo intelectuais se torna possível com a formação de uma classe rica, em condições de entreter-los direta ou indiretamente, e com os lazeres que não vão sem a riqueza e abrem mais largas oportunidades aos estudos. A elite intelectual formou-se naturalmente, entre nós, como por toda parte, por diferenciação econômica: os que tinham riquezas e lazeres para estudos, — os fidalgos portu-

¹ M. J. NOVICOW, *L'élite intellectuelle et l'aristocratie*.

gueses e, sucessivamente, os senhores de engenho e os mineradores, ou se ocupavam mais particularmente das cousas intelectuais ou, — o que acontecia as mais das vêzes —, se não se davam pessoalmente a êsses estudos, suscitavam-nos nos outros, promovendo a educação dos filhos, dando-lhes oportunidades para se ilustrarem ou amparando os produtores de uma literatura susceptível de distraí-los nos largos ócios das casas grandes e dos sobrados. Mas essa elite intelectual que então surgiu, trazia, tôda ela, em suas sucessivas gerações, o caráter comum que lhe imprimiu a cultura universalista e europeizante, estritamente literária, adquirida nos colégios de padres e desenvolvida em Coimbra: era uma elite de bacharéis e de letrados. Não exerceu nem podia exercer uma influência efetiva sôbre a sociedade colonial, limitada como sempre esteve aos círculos restritos em que se criara um estado de prosperidade, pela indústria do açúcar no norte ou pela exploração das minas no sul; sem raízes na terra e no meio social de que não refletia, na sua cultura, a experiência, as necessidades e as aspirações; e sujeita as flutuações econômicas a quê devia o seu florescimento como o seu declínio, e que não lhe permitiam o tempo necessário para se renovar e se aperfeiçoar, através de gerações e constituir-se numa aristocracia de espírito, bastante radicada e conhecida, para afetar profundamente a consciência social.

No princípio da formação intelectual do Brasil, as preocupações e idéias literárias, quase tôdas vindas da Europa, eram um privilégio de um punhado de senhores, a cujos interesses serviam ou às vêzes mesmo se opunham: uma cultura que os homens cultos não queriam nem pensavam aplicar à realidade, guardando-a apenas, para recreio das horas vagas e para marcar mais nitidamente a diferença entre a pequena casta privilegiada e a massa ignorante. Pura imitação, precoce e artificial, da Metrópole, não passava a literatura de um “sinal de classe”, de uma prenda de gente distinta, de um “adorno para a sala de visitas do imenso casarão colonial que ainda era o Brasil”. Sem atender a nenhum fim, sem ter verdadeiramente função no quadro social, “a atividade pura do espírito, explica GENOLINO AMADO,² poderia suscitar agrado, porém nunca respeito e terminaria desdenhada como tudo que, embora divertido, é inútil e inatual. Vendo a literatura sem utilidade para quem a produzia, pois não chegava a ser uma profissão e sem sentido social e humano para quem a lia, pois se afastava da realidade, o povo se foi acostumando a considerá-la como simples habilidade curiosa, um dom exquisito que a natureza atribuía a certos indivíduos, talvez como compensação, por lhes negar capacidade para coisas mais construtivas e consistentes”. Daí, dessa literatura artificial, sem substância e sem ligações com o meio, a atitude do brasileiro em face dos homens de inteligência e das cousas do espírito, e, segundo GENOLINO AMADO, uma estranha inclinação “para se congratular com as derrotas da inteligência. O homem de espírito só lhe parece simpático e interessante quando se deprime na venalidade das opiniões e na boêmia da criação”.³ Como quer

² GENOLINO AMADO, *Um olhar sôbre a vida*. Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1939.

³ Longe de ser peculiar aos brasileiros, é essa uma tendência universal que tomou estas ou aquelas formas e ora declina, ora se acentua, conforme as condições de vida social e os temperamentos nacionais. Os romanos, de espírito positivo e utilitário, agricultores e guerreiros, tinham a mesma atitude em face das cousas do espírito, — da poesia, da ciência e da filosofia, e não se interessaram pela literatura senão por influência da cultura e dos mestres gregos a que chamavam com desprezo *graeculi* e que passaram depois a frequentar, rendendo-se ao seu poder de atração. Entre os povos modernos, os ingleses, empiristas sem o saberem, não mantêm a mesma atitude para com o sábio puro, o intelectual que poderá forçar-lhes a estima, mas a que será difícil conquistar a sua simpatia? Na língua inglesa que criou expressões depreciativas para designar o intelectual, “diz-se que tal coisa é *high-brow* (literalmente *fronte alta*) para indicar que pertence demais exclusivamente ao intelectual; e, com uma mistura de compaixão e de desprezo, que tal indivíduo seria excelente camarada se não fôsse a tal ponto *brainy* (de *brain*, cérebro)”. É que, no fundo, a verdadeira inteligência é tão pouco corrente entre os homens e tão fortemente perturbadora do estabelecido, da velha ordem das cousas, que a sua existência e ação produzem temor; e, com a admiração que desperta, se mistura sempre um vago sentimento de medo, de prevenção e de hostilidade, como se se tratasse de algo de mágico, de demoníaco ou sobrehumano. No brasileiro, êsse pendor que se manifesta



190. OSVALDO CRUZ, *higienista, saneador do Rio de Janeiro (1902-1906)*
e fundador do Instituto de Manguinhos.

SERMAM,
 QUE PREGOU
 O P. ANTONIO
 VIEIRA,
 AO ENTERRO DOS OSSOS
 DOS
 ENFORCADOS,
 NA MISERICORDIA DA CIDADE DA BAHIA,
 havendo guerras naquelles Estados.

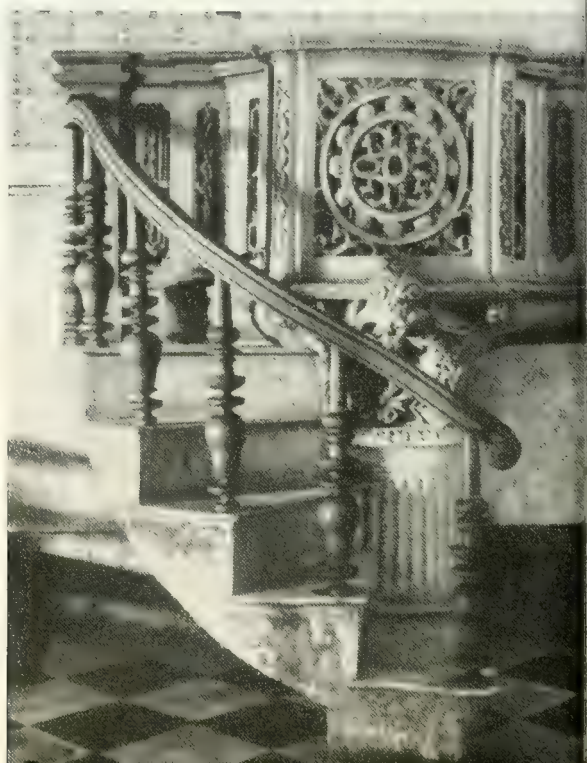
Reimpressão á custa
 D E D. T. A.
F. do S. Officio.

191. Fac-simile do rosto do "Sermam, que pregou o P. ANTONIO VIEIRA, ao enterro dos ossos dos enforcados". Lisboa, 1753.



LISBOA,
Com todas as licenças necessárias. Anno 1753.

192. Púlpito da Igreja da Ajuda em que pregou o Pe. ANTONIO VIEIRA. Salvador, Baia. — Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



CARAMURÚ.
POEMA EPICO

DO
DESCUBRIMENTO

DA

B A H I A,
COMPOSTO

POR

Fr. JOSÉ DE SANTA RITA
DURÃO,

Da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, natural da Casa-Preta nas Minas Geraes.



L I S B O A

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO M. DCC. LXXXI.

Com licença da Real Mesa Censoria.

193. Reprodução fac-similar do frontispício do poema Caramurú de SANTA RITA DURÃO. Lisboa, 1781.

O URAGUAY
POEMA

DE

JOSÉ BASILIO DA GAMA

NA ARCADIA DE ROMA

TERMINDO SÍPILIO

DEDICADO

AO ILL.^{MO} E EXC.^{MO} SENHOR

FRANCISCO XAVIER

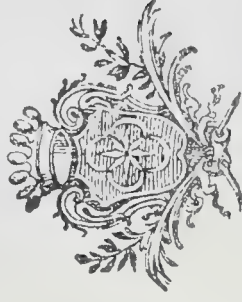
DE MENDONÇA FURTADO

SECRETARIO DEL ESTADO

DE

S. Magestade FIDELÍSSIMA

EL REY.



L I S B O A

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA

ANNO MDCCXIX

Com licença da Real Mesa Censoria.

Frontispício do poema dedicado ao irmão do Marquês de Pombal

194. Fac-simile do frontispício do Uruguay, poema de JOSÉ BASILIO DA GAMA. Lisboa, 1769.



195. *A ponte de Marília, em Ouro Preto. Aspecto parcial.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

196. GONÇALVES DIAS (Maranhão, 1823 —
naufrágio nas costas do Maranhão, 1864).
Grande poeta nacional. — Desenho de J.
WASH RODRIGUES. Arquivo d'O Estado
de S. Paulo.



197. CASTRO ALVES (Baía, 1847-1871). —
Desenho de J. WASH RODRIGUES. Arquivo
d'O Estado de S. Paulo.

Castro Alves



J. de Alencar

198. JOSÉ DE ALENCAR (Ceará, 1829 - Rio, 1877). Dramaturgo, romancista, político e jurisconsulto.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.

O VALLE DO AMAZONAS

ESTUDO

A Livre Navegação do Amazonas,
Estatística, Produções, Commercio,
Questões Fiscaes do Valle do Amazonas

COM INTRODUÇÃO DE

Decreto que dá o Regulamento de Navegação
no Rio Amazonas, Tachira
e S. Francisco

POR

TAVARES BASTOS

MEMBERO DA CAMARA DOS DEPUTADOS,
DOCTOR EM DIREITO PELA FACULDADE DE S. PAULO.

JO DE TANLITO

—

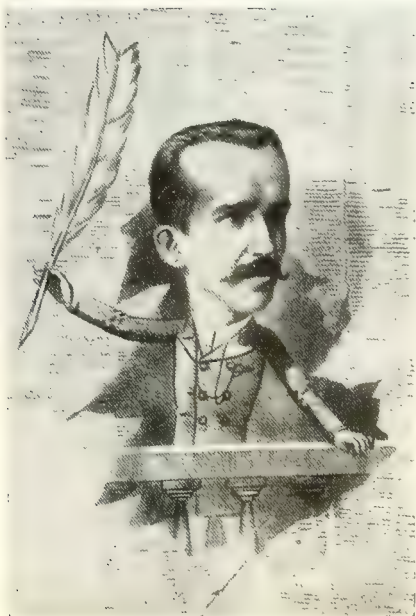
DE 1866

1866



200. JOAQUIM NABUCO (*Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, Recife, 1849 - Washington, 1910*). Político, orador parlamentar, diplomata e historiador.

201. A vitória de JOAQUIM NABUCO, deputado abolicionista. Trazendo de novo ao parlamento o seu legítimo deputado do primeiro e quinto distritos, a briosa Província de Pernambuco dá uma tremenda lição aos negreiros da Câmara representados pelo seu chefe. — Desenho de ANGELO AGOSTINI, na "Revista Ilustrada", de 13 de Junho de 1885.



202. O Conselheiro RUI BARBOSA, redator-chefe do Diário de Notícias. — Desenho de ANGELO AGOSTINI, na *Revista Ilustrada*, 1888.



203. *A Academia Brasileira de Letras.*
Foto VOSYLIUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.



Olavo Bilac

204. OLAVO BILAC (*Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Rio, 1865-1918*). Grande poeta lírico.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



205. VICENTE DE CARVALHO (S. Paulo, 1866-1924), um dos maiores líricos brasileiros.



206. JOÃO CAPISTRANO DE ABREU (Ceará, 1853 - Rio, 1927).



207. SÍLVIO ROMERO (Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, Sergipe, 1851 - Rio, 1914), a quem se deve a maior contribuição ao desenvolvimento da história da literatura brasileira.

Rio, 8 de julho - 1922

Amigo Dr. Affonso Vizen

Com muita saudade da tua companhia e do generoso trato com que sempre fui distinguido por todos os amigos, durante tres annos de esportado e utilissimo trabalho, venho depor nas tuas mãos, pedindo-lhe que a restituas aos demais directores e socios da Liga de Defesa Nacional, a honra da investidura que recebi para servi-la, como seu Secretario Geral, posto em que sempre me senti apagado por haver nelle refulgido o genio de Olavo Bilac. Tenho um coração simples, um tanto quanto bravo, como a terra virgem do nosso Brasil, por isto. Talvez, ingenuo na tua sinceridade. Como ao do Poeta as alegrias e as dores da Pátria fazem-no vibrar a impetuosos. O acto, do qual te orgulharia qualquer povo, praticado por esse pugillo de brasileiros, ^{no} qua se renderam, e heroicamente, á Monte, lavando ao peito, á guiza de escamas de couraça, pedaços da nossa bandeira, vale por uma Epopeia e dá copia sublime da valentia da nossa gente. O que eu malles queria honrar, com uma braseada de flores, não era a rebeldia, mas a fé, a coragem levada até a ~~abnegação~~ abnegação, a exaltação da dignidade, a belleza do gesto de Heroismo antigo. Era para, taes grandezas d'Alma que eu pedia o culto que Antigone, insurgindo-se contra as proprias leis Thebanas, e desafiando a morte, prestou ao corpo de Polixice, que tambem se rebellara contra a Patria, mas que era seu irmão. Negaram-me Trei cumpri-lo ^{no} é, para que a peregrinação, em que vou, não acarrete difficuldades nem levante suspeições que possam comprometter a Liga, exouero-me do cargo que nella exerceo. Não me incitaram, nem jamais incitarão, outras vozes senão as da Pátria e o que della ouço são palavras de justo orgulho por ver mã de saes heros, e de lastima por os haver perdido, purificados de toda a culpa no proprio sangue, quando sabiram do forte na destemida arrancada, com a bandeira ao peito e que, por ser uma só, foi por elles dividida em tantos pedaços quantos eram os que commungavam o fragmento do augusto symbolo, como se fossem particulas de uma hostia que a todos servisse de viatico.

Cria-me, meu caro Dr. Affonso Vizen, teu sincero e devotado amigo,
em quem manda com direito absoluto de amizade,

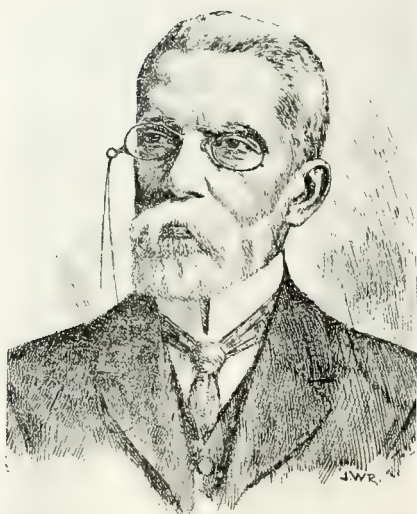
oelho (Neto)



209. O Museu Paulista, o maior centro de documentação e de pesquisas da história do Brasil e, especialmente, de São Paulo. Parque do Ipiranga, S. Paulo.
Foto do Museu Paulista.



210. MACHADO DE ASSÍS (*Joaquim Maria Machado de Assis*), aos 25 anos.



211. MACHADO DE ASSÍS. — Desenho de J. WASH RODRIGUES. Arquivo d'O Estado de S. Paulo.

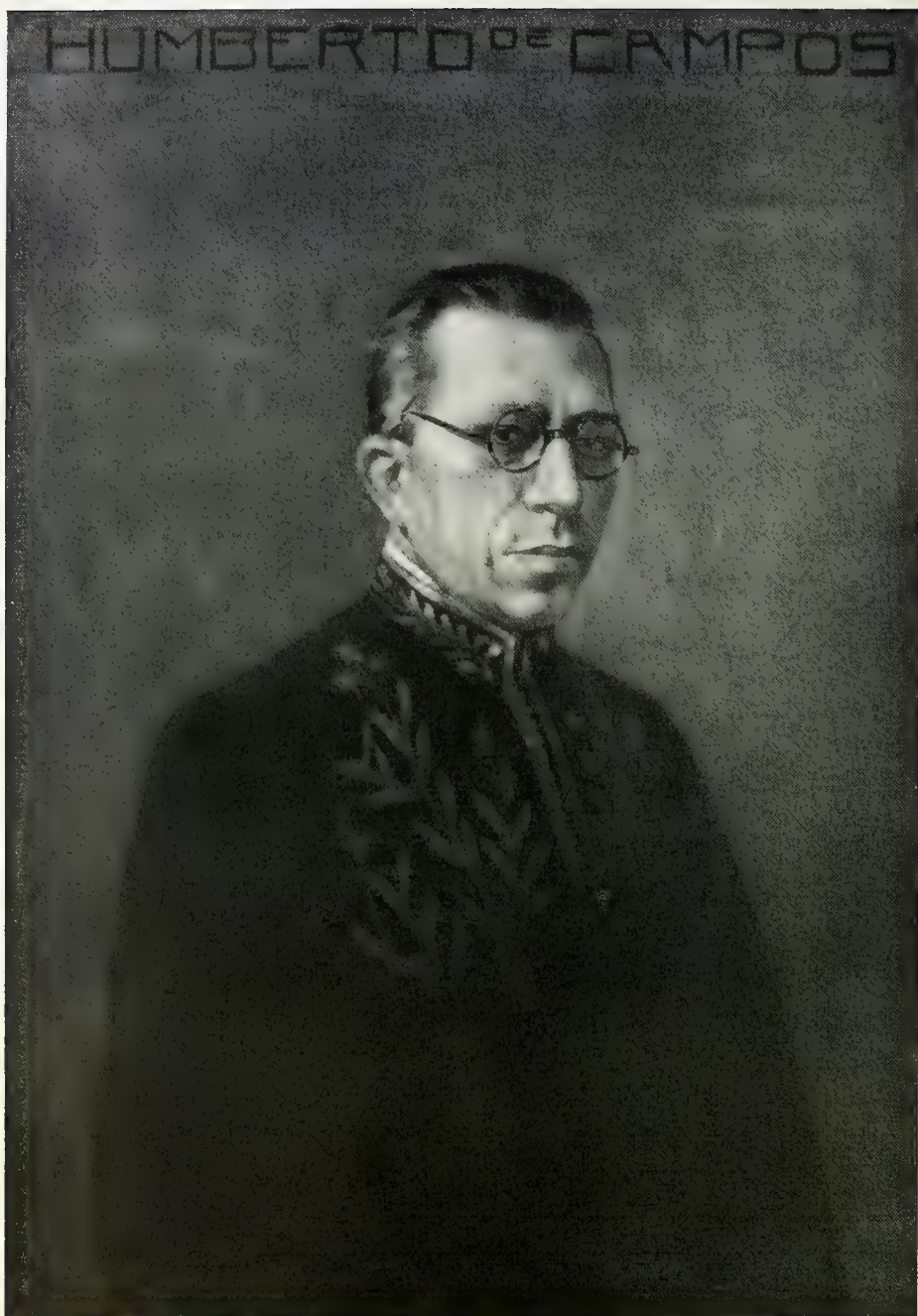
212. EUCLIDES DA CUNHA
(Estado do Rio, 1866 -
Rio, 1909).



213. Herma de EUCLIDES DA
CUNHA, em S. José do Rio
Pardo. Estado de S. Paulo.

214. Aspecto do jardim à
margem do rio Pardo, em S.
José do Rio Pardo, Estado de
S. Paulo, onde se vêem a
herma de EUCLIDES DA CUNHA
e o abrigo da choupana em que
escreveu Os Sertões.





215. HUMBERTO DE CAMPOS. *Poeta e cronista, mestre da língua e da crítica.*

que seja, a obra literária constitui sempre um testemunho: ela liga-se a uma época e lhe manifesta as tendências, a um país, e lhe revela os usos e a mentalidade, a uma espécie social, a de que saiu o escritor, e lhe descobre os costumes. Ainda que, sem interesse humano, essa literatura de conformistas, — e raramente de inovadores —, tem um grande valor histórico que provém da relação constante entre o artista e o meio de que é expressão, quer se tenha adaptado a êle, quer se tenha revoltado contra, — pois “rebelar-se contra seu tempo é ainda fazer parte dele”. A atmosfera social em que se banhava a literatura colonial era a mesma que, na península, envolvia o povo colonizador e se transferira para êsse lado do Atlântico, com seus prepostos, fidalgos e funcionários, mercadores e aventureiros, e sobretudo pela elite intelectual constituída a princípio da classe sacerdotal e que monopolizava o ensino nos colégios e seminários. A única pátria era Portugal e, enquanto a diferenciação que se vinha processando não se tornou bastante intensa para despertar a consciência de uma distinção entre brasileiros e portugueses, o que se produziu na Colônia não podia ser senão uma literatura portuguesa feita no Brasil, como um reflexo apagado da metrópole distante.

No século XVI, o primeiro de nossa história, o caráter eminentemente lusitano dessa literatura destaca-se em tão forte relêvo que a rigor não se pode considerar senão como “um capítulo colonial da literatura portuguesa”. Livros de viagens, narrativas de cronistas ou cartas de missionários, se, sob algum aspecto, se prendem à literatura brasileira, é em geral pelo fato de terem por objeto o Brasil ou serem “datadas” da Colônia em que, além da posse da terra e da exploração de suas riquezas, o que preocupava a Metrópole era a dominação e a catequese dos índios. A política hesitante de Portugal, por largo tempo descuidada das terras descobertas, as dificuldades que se opunham à colonização e o malôgro do regime das capitanias não permitiram nenhum desenvolvimento sensível da primitiva sociedade colonial, rala e dispersa, em que só em 1549 se introduzia um fermento de cultura com a primeira missão dos jesuítas, antes mesmo que a lavoura da cana, em maior escala, lhe fornecesse a subestrutura econômica de uma civilização. Além da famosa carta de PERO VAZ CAMINHA, escrivão de Calicut que viera com a armada de CABRAL e do roteiro de viagem (*Diário da navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530*), de PERO LOPES DE SOUSA, destacam-se por essa época, entre os documentos portugueses de maior interesse histórico para o Brasil, o *Tratado da terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz* (1576), de PERO MAGALHÃES GANDAVO, amigo de CAMÕES, e essa obra que CAPISTRANO DE ABREU qualifica de monumental, — *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de GABRIEL SOARES DE SOUSA que veio ao Brasil em 1567 e se estabeleceu na Baía, senhor de engenho. Todos êles, portugueses, e dois, funcionários do Reino que estiveram de passagem pelas novas terras ou nelas pouco permaneceram, a não ser GABRIEL SOARES, que se radicou na Colônia, só tornou a Portugal afim de requerer licença para explorar as minas e, voltando ao Brasil já nomeado capitão-mor e governador, pereceu em 1591, na sua entrada aos sertões. O pensamento também português, como a linguagem, de um sabor vernáculo, com êsse claro estilo que CAMÕES louva em GANDAVO,

sob uma forma, — esta, sim, bem brasileira —, de irreverência e de descaso, prende-se menos a um espírito prático e positivo do que a um certo instinto de reação de defesa. A sua atitude de desconfiança e de ceticismo não é antes uma reação do bom senso contra o intelectualismo excessivo e os desregramentos de fantasia de uma literatura, vazia de sentimento social e humano e sem contacto com essa realidade que todos sentimos e de que em vão procuramos a expressão nos artistas e pensadores, nos prosadores e poetas? O espírito de rotina a que a inteligência constitui sempre uma ameaça, a falta de relações, desde a Colônia, entre as massas e as elites, sobranceiras e distantes, e a vaidade contra a qual estas dificilmente se preunem, contribuíram ainda, e não pouco entre nós, para a hostilidade e a inveja das classes não intelectuais que formam a grande maioria.

na elegia escrita para seu livro, e em que se reconhece um traço do espírito clássico do século XVI, — o de maior esplendor da literatura portuguesa —, e com essa nota descritiva, êsse gôsto do pitoresco e êsse encantamento lírico diante da paisagem que tão fortemente dominaram a mentalidade e a literatura nacionais. Mas, se essas obras não pertencem à literatura brasileira senão porque ou foram escritas no Brasil ou por êle inspiradas, à semelhança de outras como a do alemão HANS STADEN que narrou em 1556 as suas aventuras, e as dos franceses ANDRÉ THÉVET, que escreveu as *Singularidades da França Antártica* (1558) e JEAN DE LÉRY, autor da *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, impressa em 1578, as cartas de MANUEL DA NÓBREGA, JOSÉ ANCHIETA, poeta e dramaturgo, e de outros jesuítas, e os tratados do Pe. FERNÃO CARDIM, apresentam um interesse particular, mais que informativo e documentário.⁴ Por essas páginas já circula a atmosfera da sociedade colonial e passa uma corrente de simpatia pela terra e pela gente do Brasil, de que foram os jesuítas os confidentes e diretores e à que trouxeram, com seus colégios e um vivo interesse pelos índios e colonos, os primeiros elementos de cultura e de civilização.

É somente no século XVII que surgem, no norte, com a civilização do açúcar, os primeiros prosadores e poetas, brasileiros de nascimento mas portugueses ainda no pensamento e na forma trabalhada ao gôsto da Metrópole. É a primeira geração de intelectuais, já inteiramente educada pelos jesuítas, segundo os moldes importados de Portugal, donde continuavam a vir, com as idéias e as modas literárias, novas missões religiosas. Por algum tempo se teve como primeiro documento literário, deixado por brasileiro, o medíocre poemeto a *Prosopopéia* de BENTO TEIXEIRA que RODOLFO GARCIA identificou, pondo em dúvida a sua naturalidade brasileira, ao cristão novo, natural do Pôrto, que depõe em Olinda perante a mesa do Santo Offício. Esse poema entoado em louvor de JORGE ALBUQUERQUE COELHO, governador de Pernambuco, e publicado em Lisboa em 1601 e os *Diálogos das grandezas do Brasil*, escritos em 1618, — obra de maior valor pela riqueza de informações, atribuída a princípio a BENTO TEIXEIRA, mas de autor desconhecido —, filiam-se à mesma categoria de documentos que não tem de comum com a literatura brasileira senão haverem sido escritos na Colônia ou terem por objeto o Brasil daquele tempo. Em 1627 terminava um baiano, Frei VICENTE DO SALVADOR, a *História do Brasil*, na qual moteja de portugueses e se afirma o seu amor à terra natal, mas, escrevendo antes um livro de histórias do que de história do Brasil, nos legou com essa obra uma “história de chinelos”, na expressão pitoresca de CAPISTRANO. O Pe. SIMÃO DE VASCONCELOS, português, que veio adolescente para o Brasil e professou aos 19 anos na Companhia de Jesús, publica, entre outras obras, a *Crônica da Companhia de Jesús* (1663) e a *Vida do venerável*

⁴ Sob o título de *Cartas jesuíticas* e em quatro tomos publicaram CAPISTRANO DE ABREU e VALE CABRAL vários manuscritos da Biblioteca Nacional: I — *Informações e fragmentos históricos*, do Pe. JOSÉ DE ANCHIETA (1584-1586), Rio, 1886, 1 vol., 84 págs.; II — *Cartas*, do Pe. MANUEL DA NÓBREGA (1549-1560), Rio, 1886, 1 vol., 186 págs.; III e IV — *Cartas avulsas* (1550-1568), Rio, 1887, 326 págs. Toda a literatura de ANCHIETA, constituída de poesias, autos e canções, em português, espanhol ou tupi, não passava de um instrumento de que se utilizava o apóstolo do gentio e mestre dos filhos dos reinóis, para a propaganda da fé: é simples até a ingenuidade e de uma grande espontaneidade e frescura de sentimento. As cartas, ricas de informações sobre a vida e os costumes daquele tempo, e a sua gramática de língua geral sobrepujam, porém, às suas poesias em português e em latim e às pequenas peças de teatro religioso para distrair e edificar os colonos. O Pe. FERNÃO CARDIM, missionário no Brasil, onde chegou em 1584, foi reitor dos colégios da Baía e do Rio, procurador e provincial da Companhia de Jesús. Se não chegassem os méritos que tais títulos encerram, escreve AFRÂNIO PEIXOTO, “bastaria ter sido um elo dessa cadeia a que pertenceram ANCHIETA e VIEIRA, estando entre os dois, um que assistia a finar-se, o outro a quem acolhia”. Os seus trabalhos, de um real interesse histórico, *Clima e terra do Brasil*, manuscrito de Évora, publicado em 1885 por CAPISTRANO DE ABREU; *Do princípio e origens dos índios do Brasil*, publicado em 1881, também por iniciativa dêsse historiador, e *Narrativa epistolar de uma viagem à Baía, Rio, Pernambuco, etc.*, publicado por A. VARNHAGEN em 1847, foram reunidos em volume, com anotações de RODOLFO GARCIA, sob o título *Tratado da terra e gente do Brasil*, Rio, 1925.

Pe. José de Anchieta (1672); e, na eloquência, deixando na sombra o jesuíta ANTÔNIO DE SÁ e o carmelita Frei EUSÉBIO DE MATOS, com seus sermões, cheios de sutilezas e arrebiques ao gosto da época, destaca-se quase solitária a figura, a tantos títulos notável e ligada intimamente à história do Brasil, do Pe. ANTÔNIO VIEIRA, o maior orador sacro da língua portuguesa em todos os tempos. O grande pregador, português de origem, que, dos 90 anos de sua vida, passou 50 no Brasil, servindo-lhe nas missões, no púlpito e na política, e confessava dever ao Brasil “pelo segundo nascimento, as obrigações de pátria”, foi certamente, como escreve AFRÂNIO PEIXOTO, “o mais brasileiro dos clássicos portugueses, o maior dos clássicos brasileiros, tanto é brasileiro o melhor do seu pensamento, como já brasileiro é o seu estilo, doce e fluente, sem os travamentos e as rebuscas dos lusitanos de seu tempo”. Entre as primeiras manifestações originais com que se esboça, pelo conteúdo mais do que pela forma, a literatura brasileira, figuram as sátiras de GREGÓRIO DE MATOS GUERRA (1633-1696), da Baía, — êsse terrível mazombo de língua viperina e o maior poeta colonial que verberou a sociedade da Colônia, com seu gosto de ostentação e de luxo, seus costumes desregrados, seus fidalgos e mestiços. Nas sátiras que extraiu dessa observação implacável, ferinas e violentas, e em que retratou, em côres cruas, a sociedade colonial, vergastando senhores e prelados, portugueses e brasileiros, brancos, negros e mulatos, não se afirmam, porém, nem se apuram quaisquer transformações da língua portuguesa transplantada para o Brasil e guardada quase intacta, sem uma nota regional, pelo poeta brasileiro.

A forma em que se exprimiam oradores, cronistas e poetas era, como continuaria a ser por muito tempo, o da língua culta falada na Metrópole, na sua pureza vocabular e sintática, e com as qualidades ou vícios de estilo variáveis com os gostos individuais e as modas literárias. Tanto os sermões do Pe. ANTÔNIO VIEIRA, com a sua magnífica eloquência, como as sátiras de GREGÓRIO DE MATOS, apelidado o “bôca de inferno”, pelas suas invectivas e pelos seus remoques contra tudo e contra todos, dirigiam-se a um público de classe, mais preparado para compreendê-los, semelhante ao público escolhido de Lisboa, de Coimbra ou do Pôrto. É que as classes mais cultas se prezavam de falar e escrever o português da Metrópole, — língua oficial que se procurava resguardar, por tôdas as formas, das contaminações indígenas e africanas, enquanto o tupí, chamado língua geral, rivalizando com o português na razão de 3 por 1, na opinião de TEODORO SAMPAIO, era a que mais se usava geralmente nas relações comuns. À semelhança do que sucedia em Assunção, no Paraguai, onde, segundo informação de SOUTHEY, “se entendiam melhor os sermões em guaraní do que em espanhol, havendo mulheres de nome e de origem castelhana que não compreendiam o idioma de seu país”, a língua dos autóctones, lembra HUMBERTO DE CAMPOS, se tornara mais vulgar nas vilas e cidades nascentes do que o português.⁵ O português não era, de fato, mais vulgarmente falado do que o tupí, em que, desde os primeiros anos da Metrópole, se adestravam os jesuítas para maior facilidade de sua missão, e que chegou a vulgarizar-se de tal modo entre colonos que no Maranhão e Pará se empregava no púlpito exclusivamente o idioma do índio. Assim, quando se pretendia falar ao povo era a língua do selvagem que mais se empregava, reservando-se o português, língua oficial, para as camadas mais cultas. Daí o caráter convencional e mundano dessa literatura de pensamento português que se destinava às classes elevadas da sociedade colonial, enquanto, nas camadas mais profundas, se processavam a diferenciação linguística do

⁵ HUMBERTO DE CAMPOS, *Crítica*. 1.^a série, 2.^a edição, págs. 209-219, Marisa Editora, Rio, 1933.

idioma falado nos dois países ou, melhor, na Colônia e na Metrópole, e a formação da língua e literatura populares, em que se misturavam, em proporções desiguais conforme as regiões, os elementos indígenas⁶ e africano. Certamente, “a unidade fundamental da raça e da língua entre as tribus que se estendiam da bacia do Amazonas à do Prata, era um fator importante na possibilidade da formação de uma língua puramente brasileira”. Mas à criação de um idioma americano se opunham não só a existência do português, como língua oficial, mas sobretudo a simultaneidade e concorrência desses dois idiomas, — o português e o tupi, como línguas populares que não podiam coexistir, sem se interpenetrarem e se transformarem, por efeito de um processo interno de evolução e pela pressão de influências recíprocas e dos contactos da língua e cultura africanas. A língua culta, penetrada até a medula, do espírito da Metrópole, sob cuja influência direta ou indireta se formaram os bacharéis e doutores, pairava demasiadamente alto, nas camadas sociais, para tomar consciência dessas transformações e se deixar influir ou penetrar-se delas.

A vida de opulência que se desenvolveu com a agricultura florescente nas vilas e cidades litorâneas, ou se expandiu no planalto, com a exploração das minas, contribuiu, de fato, para destacar e isolar, elevando-a muito acima das camadas populares, a pequena minoria de funcionários, letrados e senhores de engenho. Estes, formando uma espécie de nobreza rural, semelhante à dos barões feudais; os funcionários, na maior parte, vindos da Europa, — aristocracia prepotente e arrogante no trato —, e a burguesia, reinol ou nativa, que se ocupava no comércio, nas minas e nas profissões liberais, constituíam essa classe rica e apartada, orgulhosa de sua fortuna e de suas posições. “A copiosa escravatura doméstica, — observa LÚCIO DE AZEVEDO em relação ao Rio de Janeiro dos fins do século XVII —, facilitava o viver descansado a que os ares inclinavam, e, nas casas abastadas, supria com a sua indústria muito do que agora nos fornece a loja e a oficina”. O luxo e a vaidade então já espantavam por tal modo que o Pe. FERNÃO CARDIM julgava superarem, na Colônia, a tudo quanto pudera observar no próprio reino. Enquanto mergulhava na ignorância e na miséria a massa informe da população, a classe rica apurava-se nos prazeres e buscava nos requintes da cultura, um recreio do espírito e um sinal de distinção, educando os filhos em Coimbra e mantendo, nas casas grandes e nos sobrados, para os seus ócios, bibliotecas iguais ou superiores à de JOÃO MENDES DA SILVA, pai de ANTÔNIO JOSÉ, e cuja livraria, nos fins do século XVII, “não insignificante para vivenda colonial”, compunha-se de 250 volumes, 150 e tantos de direito. Esse era o meio social em que floresceu e o público restrito a que se destinava a literatura da época colonial, sem raízes na terra e sem outra função que a de distrair os ricos, ligados, como em geral os indivíduos de camadas superiores, menos à Colônia do que à Metrópole e, por meio desta, ao estrangeiro. Ela não podia deixar de ter esse caráter acentuadamente reinol, de requinte e de artifício, que se acentua nas Academias, como a dos Esquecidos (1724), a dos Felizes (1736), a dos Seletos (1752), no Rio de Janeiro e a dos Renascidos (1759), tôdas de duração efêmera, e impregnadas, como o denunciavam os seus próprios nomes, do espí-

⁶ GILBERTO FREYRE, estudando o papel do *columin* (menino índio) na formação do idioma nacional, lembra o depoimento do Pe. SIMÃO DE VASCONCELOS, quando afirma, na biografia do Pe. JOSÉ DE ANCHIETA que o apóstolo do gentio “no mesmo tempo era mestre e discípulo” e que os *columins* “lhe serviam de discípulos e mestres”. Foi a língua (escreve GILBERTO FREYRE) essa que se formou “da colaboração do *columin* com o padre, das primeiras relações sociais e do comércio entre as duas raças, podendo-se afirmar do povo invasor que adotou para o gasto ou uso corrente a fala do povo conquistado, reservando a sua para uso restrito e oficial. Quando mais tarde o idioma português, — sempre oficial —, predominou sobre o tupi, tornando-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reinol; amolecera-se num português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino, sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os *columins*”. (Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 1.ª edição, págs. 172-180).

rito falso e precioso, proveniente das associações literárias de além mar, que lhes serviram de modelo. Embora o sentimento nativista que germinava no século XVI, já tivesse entrado em período de maturação no século XVIII, não é ainda o Brasil, mas Portugal o polo que exerce sobre nós maior poder de atração. Em sua *História da América portuguesa* (1730), em estilo gongórico e empolado, como o de quem escrevia para produzir "efeito", ROCHA PITA mal deixa perceber uma nota de nativismo na ênfase nacional, quando a do lusitanismo, mais forte e frequente, sobreleva, no próprio título da obra, — uma das mais estimadas do tempo. Dos brasileiros que iam estudar em Coimbra, os que mais se destacavam na ciência, na política e nas letras, lá se deixavam ficar na Metrópole: os dois GUSMÕES, de Santos, BARTOLOMEU, o inventor dos balões, e ALEXANDRE, estadista e diplomata, secretário de D. JOÃO V, fixaram-se em Portugal como o moralista e clássico MATIAS AIRES, de São Paulo, que publicou em 1752, em Lisboa, as *Reflexões sobre a vaidade dos homens*; o poeta SANTA RITA DURÃO, de Minas Gerais, que, levado aos nove anos para Portugal, ali estudou, professou e morreu, e, antes destes, arrastado na vaga do infortúnio que arrebatou a família, ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, do Rio de Janeiro, ligado ao Brasil quase exclusivamente pela sua origem e nascimento.

De fato, embora nascido no Rio de Janeiro, em 1705, filho de JOÃO MENDES DA SILVA, embarcou em 1712, com 7 anos, em companhia dos pais, para Portugal, onde se educou, estudou cânones em Coimbra e, acusado de judaísmo, faleceu em 1739, queimado pela Inquisição. ANTÔNIO JOSÉ, o judeu, advogado como o pai, "mas nas horas vagas poeta e escritor de farças, ou por ventura com mais exatidão, advogado nas horas que lhe sobravam do entretenimento da pena e do teatro", foi, depois de GIL VICENTE, a maior figura do teatro português, então em decadência como se achava por toda a parte o teatro naquele tempo. As suas obras teatrais, compostas entre 1729 e 1737, e publicadas em dois volumes em 1744, com a licença do mesmo inquisidor geral que ordenara a prisão do autor em 1737, apareceram no Teatro do Bairro Alto, em Lisboa, como uma vigorosa expressão popular de um revoltado, de sensibilidade e de espírito, que, com as suas sátiras, remoques e chalaças, "se vingava de seus sofrimentos, sorrindo petulantemente à face dos poderosos". Mas, tanto pela língua como pelo pensamento, a obra do notável comediógrafo que nos deu a medida mais alta de sua verve cômica, de seu estilo claro e preciso, e de sua técnica original, na peça, — a melhor de todas, *Guerras do Alecrim e Mangerona* (1737), pertence à literatura portuguesa como a Portugal deve ANTÔNIO JOSÉ a sua formação intelectual, as fontes de sua inspiração, os seus triunfos, e as incompreensões e hostilidades que culminaram no martírio. Foi um grande poeta, arrebatado criança ao Brasil, na primeira tempestade que a Inquisição desencadeou sobre sua família, e novamente, agora a Portugal, aos 34 anos, na segunda perseguição que lhe moveu o Santo Ofício, condenando-o à morte não pelos seus escritos, mas pelas suspeitas de hebraísmo que valeram à sua mãe o tormento no potro, as torturas morais e três anos de detenção. Se, pois, descontarmos, na primeira metade do século XVIII, as suas principais figuras, — ANTÔNIO JOSÉ que, transferido para Portugal, não exerceu nenhuma influência em nossas letras, ROCHA PITA, senhor de engenho na Baía e autor de uma "história de alto coturno", e JOÃO ANTÔNIO ANDREONI (ANTONIL), italiano de origem que veio para o Brasil aos 49 anos de idade, já visitador da Companhia, e nos deu em *Cultura e opulência do Brasil* (1711) uma obra de preciosas informações coloniais, nada mais restará de ponderável no balanço da vida intelectual e literária do país. É no entanto, na segunda metade do século que se assegurou,

em tôda a extensão do território, a vitória definitiva do português sôbre o tupi, para a qual concorreu POMBAL,⁷ dando, com a expulsão dos jesuítas, em 1759, "um golpe de morte na criação de uma língua legitimamente americana"; é nesse período que surgem, restabelecendo a tradição de VIEIRA, os três grandes clássicos, por temperamento e educação, o moralista MATIAS AIRES, de São Paulo, o poeta SANTA RITA DURÃO, de Minas Gerais, que viveu em Portugal, e o lexicógrafo ANTÔNIO DE MORAIS SILVA, do Rio de Janeiro, senhor de engenho, em Pernambuco, e autor do *Dicionário de Língua Portuguesa*, publicado em 1.^a edição em 1789, "o melhor guia para as usanças clássicas"; é ainda, nesse século de reações nativistas que na Inconfidência Mineira — a maior de tôdas, se unem pela primeira vez a política e as letras, atraídas pela idéia de emancipação nacional.

O desenvolvimento da mineração, deslocando do norte para o centro-sul o eixo econômico do país não só favoreceu a criação de novas aglomerações urbanas e, com elas, novos focos de cultura, nas "minas gerais", como contribuiu para exacerbar o sentimento nativista e republicano. A natureza especial do comércio do ouro e de diamantes, a intensidade das trocas econômicas, as dificuldades opostas pelo fisco à acumulação de fortunas e a tendência crescente à fragmentação da riqueza por grande número de mineradores, concorrem, por um lado, para fundir as populações, atraídas de tôda a parte pela cobiça e pelo espírito de aventura, e tendem a nivelar as classes, desenvolvendo em consequência as idéias igualitárias e democráticas; e, por outro lado, o nativismo que já nos começos do século deflagrara nas guerras dos emboabas (1709), em Minas Gerais, e dos mascates (1710), em Pernambuco, adquire maior vigor e intensidade nas sedições de Vila Rica (1720) e na Conjuração Mineira (1789), como uma reação natural contra a ganância do fisco português e a feroz política de opressão adotada pela Metrópole. São todos mineiros os grandes poetas do tempo, dos quais, porém, os dois épicos, Frei JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO (1720-1784), nascido em Cata Preta, perto de Mariana, autor do *Caramurú*, e JOSÉ BASÍLIO DA GAMA (1740-1795), natural de São José del Rei, hoje Tiradentes, autor do *Uruguai*, viveram, aquele desde a infância e este, a partir da adolescência, em Portugal a que devem a sua formação e onde se fixaram e morreram. O *Uruguai*, escrito em versos livres e publicado em 1769, em Lisboa, supera pela originalidade da fatura, pelas graças do estilo, flexível e elegante, pela vivacidade do colorido e pelo calor da imaginação, o *Caramurú*, em oitava rima camoneana, publicado doze anos depois, em 1781, e considerado o poema mais brasileiro que possuímos: por

⁷ O surto que o tupi conseguira nos séculos XVI e XVII já não se mantinha tão vigoroso no século XVIII, como se pode verificar não só pelo confronto das bibliografias sôbre a língua do indígena, nos dois primeiros séculos, e no terceiro, como pelas transformações que se operavam na língua portuguesa falada no Brasil e não se podiam processar senão pelo crescente contacto dêsse idioma com as outras línguas (indígena e africana) e pela sua penetração cada vez maior em tôdas as camadas sociais. A língua do colonizador então já não era somente o idioma oficial, mas também uma língua popular, e de tal modo se estendera pelas classes e grupos sociais que se tornavam cada vez mais sensíveis, na prosódia, no vocabulário e na sintaxe, os elementos de diferenciação entre o português falado na Colônia e em Portugal. O poeta DOMINGOS CALDAS BARBOSA, filho de português e africana, nascido no Rio de Janeiro em 1740, pôde por isso, já nessa época, levar para a Metrópole, onde se fixou, os acentos e o ritmo das modinhas brasileiras, inspiradas nas formas antigas da poesia popular dos portugueses. É o poeta mulato, fácil e sentimental, como o reconhece MANUEL BANDEIRA, "o primeiro brasileiro onde encontramos uma poesia de sabor inteiramente nosso". O último representante do grupo mineiro, SILVA ALVARENGA (1749-1793), também êle de cor parda, filho natural de um músico pobre, é ainda das camadas populares donde provinha, que trouxe, contrapondo às influências arcádicas, o caráter mais brasileiro de sua poesia, uma língua mais jovem, macia e flexível, e um sentido mais vivo e quente das nossas cousas. Não se pode, pois, admitir, como acredita HUMBERTO DE CAMPOS, apoiado em SOUTHEY, que "o destino feliz da língua portuguesa na América foi obra de POMBAL". O ministro de D. JOSÉ, expulsando os jesuítas, grandes conhecedores e divulgadores do tupi, apenas contribuiu para extinguir os últimos focos de ensino da língua, — os colégios aonde os religiosos mandavam os mais moços aprender o tupiniquim —, e fazer calar na catequese e no púlpito, o idioma do índio. "Não conhecendo, escreve HUMBERTO DE CAMPOS, a língua do indígena, o clero vindo de Portugal, para substituir os jesuítas, preferiu ensinar às crianças a língua portuguesa, a aprender êle mesmo, a do selvagem. Este aceitou aos poucos a modificação". (HUMBERTO DE CAMPOS, *Crítica*. 1.^a série, 2.^a edição, Marisa Editora, 1933).

um e outro circula, em fortes vibrações, o sentimento da terra americana, na exaltação do índio, na evocação dramática dos episódios de nossa história e na pintura das belezas naturais.⁸ Onde se concentram, porém, os maiores poetas líricos, congregados tanto pelas afinidades do gosto literário quanto pelos ideais de libertação nacional, é em Vila Rica, cidade já lendária, mas “como que atropelada ainda, nas expressões de J. A. NOGUEIRA, da violenta desordem que lhe estampara no todo o arremêso das bandeiras, na luta corpo a corpo com as escarpas cheias de ouro”. São os poetas da Inconfidência, discípulos mais ou menos fiéis da escola arcádica, todos comprometidos na revolta mineira e condenados todos ao cárcere e ao exílio: CLÁUDIO MANUEL DA COSTA (1729-1789), da antiga vila do Ribeirão do Carmo, depois cidade de Mariana, senhor da língua e da técnica do verso, limando estrofes frias e às vezes engenhosas, no seu mediocre poema *Vila Rica* e nos seus sonetos, carregados do arcadismo lusitano, sem força de pensamento e sem inspiração; os dois ALVARENGAS, INÁCIO JOSÉ ALVARENGA PEIXOTO, nascido no Rio de Janeiro em 1744, “poeta de pouco sentimento mas de imaginação fácil e colorida”, de que nos restam, além do *Canto Genetliaco*, vinte sonetos, três odes e duas liras, e MANUEL INÁCIO SILVA ALVARENGA (1749-1814), de Vila Rica, que nos legou, sobretudo em *Glaura*, poemas eróticos, uma poesia essencialmente brasileira; e, o maior entre os árcades, TOMAZ ANTÔNIO GONZAGA (1744-1792), autor de *Marília de Dirceu*, — o livro de amor mais estimado da língua portuguesa —, em que se associam a emoção comunicativa, a naturalidade das pinturas e a elegância de linguagem, sem afetação. Português de nascimento, é, como escreve AFRÂNIO PEIXOTO, “brasileiro pelo pai, pelos mais de doze anos que aqui viveu,⁹ pelo amor que o inspirou, principalmente pelo martírio injustamente sofrido por nós”.

Mas, embora seja acentuada a influência do arcadismo nessa pléiade de poetas e, particularmente, em CLÁUDIO e GONZAGA, a nota brasileira já é tão sensível em alguns e tão repetida em SILVA ALVARENGA que RONALD DE CARVALHO não hesita em considerá-lo um precursor do romantismo ou, mais exatamente, “o elo que prende os árcades e os românticos”. Os primeiros acentos do movimento romântico, cujas raízes mais profundas se podem buscar no poema de BASÍLIO DA GAMA e se estendem pelas odes e redondilhas de SILVA ALVARENGA, continuariam a vibrar, através dos últimos árcades, nas descrições da natureza, do poema místico *Assunção da Virgem*, de Frei FRANCISCO DE SÃO CARLOS (1763-1829) e, sobretudo, nas produções religiosas do Pe. SOUSA CALDAS (1762-1814), de um pessimismo doloroso, mas de alta inspiração. Se na poesia lírica, amorosa ou sagrada, de influência arcádica, a que se prendem também êsses dois poetas sacros, ambos nascidos no Rio, já se marca a lenta evolução para o romantismo que foi, no século XIX, o alvorecer de nossa independência intelectual, os poetas da Inconfidência, revo-

⁸ A ação do *Uruguai*, poema em cinco cantos, é a guerra que Portugal, ajudado da Espanha, moveu aos sete Povos das Missões do Uruguai, rebelados pelos jesuítas contra o tratado de 1750, que os transferia do domínio dos padres para o dos portugueses. Apesar de ser assunto acanhado e mediocre para uma epopeia, soube BASÍLIO DA GAMA tecer sobre êle um poema original, cheio de calor e sentimento, de um forte colorido pitoresco e de alguns episódios dramáticos como o da morte de LINDÓIA, em que mais se eleva o sopro lírico da inspiração. O assunto do *Caramurú* não é mais largo que o do *Uruguai*; mas, tomando por objeto do seu poema o descobrimento da Baía por DIOGO ALVARES CORREIA, o *Caramurú*, SANTA RITA DURÃO o ampliou por meio de artifícios literários, como o do sonho e da visão da índia *Paraguassú*, que lhe permitiu a evocação de episódios de nossa história posteriores à ação principal. O poema que se estende por dez cantos, já traz a nota do americanismo que vibrou mais tarde, com maior intensidade, em GONÇALVES DIAS, o grande poeta do índio.

⁹ Foram, mais exatamente, dezesseis anos os que viveu, em liberdade, no Brasil, TOMAZ ANTÔNIO GONZAGA: nove anos da infância à adolescência, entre os 8 de idade, em que veio para o Brasil com o pai, e os 17, com que voltou a Portugal para estudar em Coimbra, e sete anos, passados depois na comarca de Vila Rica, para onde veio despachado em 1782 como ouvidor e procurador de defuntos e onde permaneceu até ser preso, em 1789, e recolhido à Ilha das Cobras. Da prisão saiu, em 1792, para cumprir em Moçambique a pena de desterro.

lucionários na política, foram, em geral, conservadores nas letras. É que as mudanças de idéias precedem, e as mudanças de forma seguem uma metamorfose social. Em nenhum deles, de fato, uma ruptura contra os moldes clássicos, nem um grito de revolta, a não ser nas *Cartas chilenas*, — na sua poesia, espontânea ou trabalhada, serena e melancólica como um cair da tarde nas montanhas. Não é entre os Inconfidentes que se encontra um renovador da técnica do verso, ou um poeta de sensibilidade aguda e de espírito inquieto: aquele os precedeu, com o *Uruguai*, a obra de mais forte originalidade no período colonial; e este, foi-lhes posterior, e se chamou SOUSA CALDAS, para quem o pessimismo e as lutas da vida interior não foram senão um ponto de partida, um ponto de apoio de que o poeta religioso tomou impulso para vãos mais altos. No entanto, a análise desse grupo de poetas que se reuniram em torno de TIRADENTES, não nos revela apenas a transição entre os árcades e os românticos. Toda a poesia dos árcades de Vila Rica já acusa, na discreção do sentimento e da forma, o caráter especial da inteligência mineira e desse humorismo que é um dos seus encantos e, na observação de MÁRIO DE ANDRADE, “não tem processos tradicionais de se manifestar, mas irrompe de uma mesma forma de inteligência e se processa em manifestações diferentes umas das outras”. Entre as sátiras de GREGÓRIO DE MATOS e as *Cartas chilenas* há um abismo, de fato, “que não se afunda apenas pela distância do século mas especialmente pela paixão intelectual em que o baiano gargalhava e pela reserva com que aquelas sorriam”. Além disso, à sombra do grupo mineiro que, passeando a imaginação entre pastores, numa suave poesia bucólica, soube alimentar a idéia revolucionária da libertação do país, nasce com esse documento a literatura política, — a mais abundante e característica do espírito nacional. As *Cartas chilenas* que uns atribuem a CLÁUDIO MANUEL e outros, com maiores razões, a TOMAZ ANTÔNIO GONZAGA, — terrível sátira em versos contra o governador LUIZ DA CUNHA MENESES e seus favoritos, e documento precioso da crítica de costumes —, definem com intensidade os caracteres dessa literatura a que a liberdade de imprensa e as lutas políticas, sobretudo depois da Independência, abriram tôdas as comportas, inundando o país de sátiras, libelos e panfletos.

A vinda de D. JOÃO VI, com toda a sua corte, numa época de decadência da vida colonial, devido à dupla crise, — uma que já vinha de longe, a da lavoura da cana, no norte, e a outra, mais recente, a da exploração das minas —, foi certamente, pelas suas fecundas consequências, um acontecimento político do maior alcance para o Brasil, sob todos os seus aspectos. Não foi apenas a mudança, já de si tão importante, de uma corte inteira, com cerca de 15 mil pessoas entre dignitários, tropas e famulagem, e com tôdas as riquezas que o rei e a sua comitiva puderam, na fuga, embarcar para o Rio de Janeiro, onde se instalou a nova sede do governo. A abertura dos portos brasileiros à navegação estrangeira, — primeiro ato de clarividência de D. JOÃO VI, em 1808; a intensificação do comércio, agora direto com a Inglaterra, e as primeiras medidas econômicas, tomadas pelo rei, imprimem um impulso notável às atividades mercantis do Rio de Janeiro e das principais cidades litorâneas, produzindo um grande surto econômico e rasgando à vida intelectual do país novas perspectivas. A fisionomia urbana da grande aldeia de 45 mil almas, que era então o Rio de Janeiro, transforma-se profundamente e, com a presença da corte, expande-se a vida social e mundana que adquire a intensidade e o brilho das capitais estrangeiras. Os fatos, como observa EUCLIDES DA CUNHA, “lançavam à nossa terra o único estadista capaz de a transfigurar”. D. JOÃO VI, o criador de instituições, funda, entre outras, museus, escolas e bibliotecas, inaugura a Imprensa Régia e estimula, por tôdas as formas, a

produção econômica e intelectual, transfigurando a velha aldeia colonial na capital do novo Império Português e em nosso maior centro de cultura, com a sua biblioteca que em 1828 já se considerava uma das melhores do mundo, e com a sua imprensa que, depois da Independência, nessa mesma época, já se constituía de 15 jornais do país e 2 estrangeiros. Se é, porém, com D. JOÃO VI que surge a imprensa na Colônia, com a *Gazeta do Rio*, órgão oficial, é somente nas lutas e depois da Independência que se sucedem os jornais, o *Diário do Rio*, o *Revérbero Constitucional*, o *Jornal do Comércio* e a *Aurora Fluminense*, entre outros de grande prestígio, na opinião pública, desde o primeiro Império. A vida intelectual, no período de D. JOÃO VI e no reinado de PEDRO I, se não se concentra exclusivamente, adquire uma extraordinária intensidade na tribuna, sagrada e profana, e na imprensa que se torna o mais poderoso instrumento das agitações nacionais. Enquanto no púlpito se ouvem as vozes independentes de um Pe. SOUSA CALDAS, de um FRANCISCO DE SÃO CARLOS, elevado à dignidade de pregador régio por D. JOÃO VI, de um Frei FRANCISCO DE SAMPAIO e de um Frei FRANCISCO MONT'ALVERNE (1784-1858), cuja eloquência arrebatada e enfática já alcançara toda a plenitude e força de expressão, os grandes jornalistas da época, HIPÓLITO DA COSTA, GONÇALVES LEDO e JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, no *Revérbero Constitucional*, Frei FRANCISCO DE SAMPAIO, no *Correio do Rio*, que redigiu em 1822 a representação ao Príncipe, impondo-lhe a permanência no Brasil, rompem na imprensa as campanhas políticas que atingiram o máximo de vigor no primeiro Império e durante todo o período da Regência. É um período êsse, "forçadamente crítico e demolidor", em que passa para o primeiro plano a literatura efêmera, mas eficaz, do jornalismo político. "A agitação doutrinária que até então se amortecera nos prelos londrinos do *Correio Brasiliense* (1808-1822), de HIPÓLITO DA COSTA, com todos os inconvenientes da distância e do isolamento, deslocava-se de súbito, escreve EUCLIDES DA CUNHA, para o âmagô do espírito nacional".

A proclamação da independência política, a liberdade de imprensa, estabelecida na carta constitucional, e as lutas políticas que se desencadearam com violência extrema, favoreceram o surto do jornalismo no Brasil e lhe deram extraordinário poder de expansão. À campanha tenaz, movida de Londres por HIPÓLITO DA COSTA, — o maior jornalista da época, em favor da Independência e da emancipação dos escravos, sucederam-se as polêmicas de larga repercussão na opinião pública, provocadas pelas reações nativistas, pelos debates da Constituinte (1823) e pelas questões partidárias, e em que tomaram parte entre outros BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, notável político, orador e jornalista, J. J. CARNEIRO DE CAMPOS, no *Tamoio*, "órgão de um radicalismo infrene", e sobretudo EVARISTO DA VEIGA, livreiro, jornalista e político, que dirigiu a *Aurora Fluminense* (1827-1835) com uma notável lucidez, uma firmeza incorruptível, e uma coragem varonil. A imprensa em 1830, "com um vigor que nunca mais teria no Brasil, dirigida pela *Aurora Fluminense* de EVARISTO DA VEIGA, tomara, escreve EUCLIDES DA CUNHA, a direção do movimento, tornando-o irreprimível, generalizando-se nas províncias com o *Observador Constitucional* de LÍBERO BADARÓ, em São Paulo, com o *Universal*, em Minas Gerais, e, no Norte, com o *Baiano*, de REBOUÇAS". É, de fato, pela ação decisiva da imprensa que o movimento político de 1830 e 1831 se tornou bastante vigoroso para forçar a abdicação de D. PEDRO I e pôr termo ao primeiro Império. O papel de EVARISTO DA VEIGA foi, nesse episódio, tão importante como o de HIPÓLITO DA COSTA na luta pela Independência. A imprensa que precedera, na influência sobre o espírito público, à eloquência parlamentar, e foi o leito profundo e ramificado como uma rede potâmica, para que se canalizou a torrente impetuosa das paixões, atravessava o seu

período de maior prestígio e projeção. Era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo, em que se destacaram, entre outros menores, LOPES GAMA (1791-1852), também poeta satírico, no *Diário de Pernambuco*; JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA (1812-1862); SALES TÔRRES HOMEM (1782-1876), médico e parlamentar, autor do *Libelo do povo*, assinado por TIMANDRO; ODORICO MENDES (1799-1864), tradutor da *Eneida* e da *Iliada* e o maior humanista de seu tempo; e JOÃO FRANCISCO LISBOA (1812-1863), advogado e erudito, escritor clássico por excelência que publicou, no Maranhão, diversos jornais políticos e nos legou no *Jornal de Timon*, — coleção de ensaios em dois volumes, o melhor documento da lucidez de sua reflexão pessoal e da riqueza de sua cultura, e na *Vida do Pe. Antônio Vieira*, a obra mais amadurecida e documentada de suas investigações no domínio histórico. O jornalismo, — a maior arma de combate, desde as lutas da Independência e no primeiro Império, devia, porém, ceder o lugar à eloquência parlamentar, — forma aristocrática do pensamento político, e que já surgia, nesse período de agitações, com um brilho e uma força capazes de transferir para um plano secundário a ação dos jornais na segunda metade do século, com o advento do segundo Império, o restabelecimento da ordem interna, a estabilidade econômica e a expansão do romantismo em tôdas as manifestações da vida literária e política do país.

Estamos em 1850 e nos anos seguintes, no momento do século XIX em que, na Europa, a ciência já começa a impor a todos os espíritos a sua visão ordenada do mundo. Prodigiosas descobertas demonstraram a superioridade de seus métodos. Elas se resumem tôdas neste princípio: a submissão ao objeto. É a negação mesma do romantismo, cuja essência é uma exaltação lírica e imaginativa da sensibilidade e uma revolta contra o real quando êle perturba essa exaltação. Mas no Brasil, o 1850 corresponde ao 1830 na Europa, e estamos nessa época, por volta de 1850, em pleno romantismo. Certamente, desde 1835-1836, com a publicação dos *Suspiros poéticos*, de GONÇALVES MAGALHÃES, impressos em Paris e o poema *A voz da natureza*, de PÔRTO ALEGRE, já haviam surgido com êsses precursores, na poesia brasileira, o espírito de reação contra os moldes clássicos, maior liberdade de ritmos, o gôsto do pitoresco e o sentimento da natureza que cantava em todos os versos românticos. Pode-se datar dessa época a aparição de uma nova poesia em que se esboça o romantismo, ainda que sem calor e sem vibração, e que no autor dos *Suspiros poéticos* se inspira sobretudo em motivos patrióticos e religiosos, e se anima de um sentimento mais vivo da natureza nas *Brasilianas* (1865), de PÔRTO ALEGRE e em alguns excelentes quadros descritivos de seu poema *Colombo*. Na segunda metade do século XIX, de 1845 a 1875, é que surge, de GONÇALVES DIAS a CASTRO ALVES, uma pléiade magnífica de poetas que morrem quase todos em plena mocidade, e alguns, como FAGUNDES VARELA e o poeta do índio, apenas atingida a maturidade, ainda em tôda a força, senão de sua inspiração, de sua vida intelectual. É ÁLVARES DE AZEVEDO (São Paulo, 1831-1852), “essa criança de gênio que apenas deu amostra do que pudera ser”, com as suas *Poesias* (1853), dolorosas e torturadas, em que se misturam a fantasia e a realidade e circulam, na dúvida e na ironia, as inquietações de seu espírito. Nos contos fantásticos *A noite na taverna*, o mundo artificial que êle viveu pela sua imaginação, traz uma máscara de horror e de perversidade, e reponta às vêzes qualquer cousa de satânico nesse enervamento de alegria que enche os olhos de lágrimas. É JUNQUEIRA FREIRE (Baía, 1832-1855), poeta também essencialmente subjetivo, espírito livre e revoltado que, sofrendo o abalo de um trágico despertar para a vida, reúne

os sonhos místicos à rebeldia de um egresso do convento, e parece deixar flutuar entre a terra e o céu as suas *Inspirações do claustro* (1855). É CASIMIRO DE ABREU, do Rio de Janeiro, autor de *Primaveras* (1859), o suave cantor da saudade, a quem nem a vontade do pai nem o exílio em Portugal nem a moléstia puderam desviar da sua vocação, e que se tornou, com a sua poesia sentimental, ingênua e lânguida, suas impressões da natureza e seu amor à terra natal, um dos poetas mais lidos do Brasil e o mais caro aos adolescentes. É ainda o poeta dos *Cantos e fantasias* (1865), dos *Cantos do êrmo e da cidade* (1869) e do *Evangelho nas selvas* (1875), — FAGUNDES VARELA, em cuja poesia, submetida a tôdas as influências anteriores, se confundem, numa singular mistura, o sentimento da natureza e o da vida interior, a exaltação do índio e a nota social, a sensibilidade inquieta e o entusiasmo ardente, e a cuja inspiração uma paisagem, um pedaço de céu, uma "coisa vista" ou um pressentimento, uma dúvida, um sonho dá o choque e o movimento inicial, fazendo vibrar uma das cordas de sua lira e lançando as idéias no domínio de sua imaginação.

Mas, grande entre os maiores, GONÇALVES DIAS (1823-1864), do Maranhão, os precedeu a todos na publicação de seus poemas; e, com êle, o lirismo romântico, antes de tomar o caráter essencialmente subjetivo das poesias de ÁLVARES DE AZEVEDO, JUNQUEIRA FREIRE ou CASIMIRO DE ABREU, se apresenta fortemente marcado com os seus elementos essenciais, não só no seu culto do individualismo mas com a sua sedução pela natureza e as suas tendências religiosas. Nos *Primeiros* (1846), *Segundos* (1848) e *Últimos Cantos* (1850), escritos todos no período da mocidade, entre os 17 e 27 anos, o poeta brasileiro imprimiu, porém, à sua poesia um cunho particular, que é talvez a sua nota mais original, associando o sentimento do pitoresco, o poder emotivo e o sôpro ardente da inspiração, dos grandes românticos, a êsse admirável sentido clássico da sobriedade e do equilíbrio. Enquanto, nos outros poetas do tempo, o vocábulo frequentemente precede e transborda a emoção e o pensamento, no poeta mestiço, o esforço constante em governar a emoção, sem lhe abafar a espontaneidade e o vigor, lhe permite dar à poesia, pela clareza e precisão, uma das formas mais puras da língua portuguesa falada no Brasil. O sentimento da natureza e da paisagem americana, que devia facilmente levar ao culto do indígena, fruto da terra, ainda que idealizado pela imaginação; os fenômenos de mestiçagem do branco e índio, em todo o país, e sobretudo, no norte, e as lembranças ainda vivas dos antepassados selvícolas e das culturas primitivas, determinaram essa volta surpreendente aos temas indígenas, arrastando os nossos românticos para a órbita de sua atração. O interesse pelo aborígene, pelo homem da natureza que vinha diretamente do interesse pela paisagem e pela terra, e foi uma das mais fortes expressões do nativismo brasileiro, é, com efeito, a nota romântica, ferida com mais persistência, por GONÇALVES DIAS, o rapsodo da epopéia indígena, nos *Timbiras*, na *Canção do Tamoio* e em *I-Iuca-Pirama*, e por JOSÉ DE ALENCAR (1829-1877), do Ceará, no seu romance *Guaraní* e nas novelas *Iracema* e *Ubirajara*, — verdadeiros poemas em prosa, admiráveis pelos quadros descritivos e pelo movimento de expressão. O autor dos *Timbiras* e de outros poemas épico-romancescos, poeta e indianista, que nos deu no *Vocabulário de língua geral* o testemunho de seus conhecimentos em língua indígena, e o romancista do *Guaraní* —, considerado uma obra prima e que teve sucessivas edições, são as figuras centrais do romantismo literário, em que o primeiro dominou, na poesia, e o segundo, na prosa de ficção. Essas obras, a vários aspectos notáveis, em que se representou pela primeira vez o conflito entre as duas raças, entre o homem da natureza e o homem da civilização, ficaram como fragmentos da

epopéia da raça e a base de um ciclo poético e romanesco da literatura brasileira. No grande poeta nacional como no vigoroso romancista e dramaturgo, o mesmo dom do pitoresco, o mesmo sentimento da natureza tropical, e o mesmo sôpro lírico de inspiração e de idealismo. Mas, no tocante à forma, se o poeta do índio, senhor dos segredos da língua tradicional se mantém fiel ao gênio da língua portuguesa, que fixou em suas obras e de cujas origens nos revelou conhecimentos nas *Sextilhas de Frei Antão*, escritas em português arcaico, JOSÉ DE ALENCAR é antes um renovador, que acolhe e faz circular pela prosa artística o vocabulário, as expressões e os torneios especiais, resultantes das transformações do idioma falado no Brasil.

É realmente interessante seguir e destacar as diversas tendências literárias e correntes de idéias que êsse escritor, polímorfo e fecundo, como que captou e acolheu em sua obra e aquelas contra as quais veio a reagir, como a da abolição dos escravos. Se foi o iniciador do indianismo na sua prosa de ficção, com seu primeiro romance *Guaraní*, em que se revela um observador da natureza e admirável evocador da vida do selvagem, transfigurada aos olhos do romântico, a sua atenção inquieta não se fixou nas paisagens misteriosas e na atmosfera ardente que servem de quadro às aventuras romanescas e aos conflitos entre a raça indígena e a dos conquistadores. Ele mergulha no passado de cujas profundidades traz nas mãos as *Minas de Prata* e a *Guerra dos Mascates*; e à emoção das lembranças históricas se acrescenta em *O Gaúcho* e em *O Sertanejo* a alegria do viajante que descobre os aspectos regionais e os horizontes mais variados, das savanas do Rio Grande às caatingas e às florestas dos sertões. Em outros romances como em *Cinco minutos*, em *A Pata da Gazela* e em o *Tronco do Ipê*, ou na comédia *O Demônio Familiar*, revela-se um excelente observador da sociedade patriarcal, traçando uma série de perfis de mulher e esclarecendo os hábitos da vida brasileira e vários aspectos da história de nossos costumes. Observador sagaz, dotado de impetuosa imaginação, a sua atividade política e o contacto mais íntimo com a sociedade imperial deviam prepará-lo a perceber com mais nitidez e a registrar com mais bravura essas transformações por que vinha passando a língua portuguesa e a que se tornara menos sensível GONÇALVES DIAS, educado em Coimbra (1838-1845), e mais penetrado pela sua formação e permanência em Portugal, do sentido das formas de linguagem, autenticamente portuguesas. Ao lado das afinidades românticas, tão acentuadas no poeta como no romancista, o crítico não poderia encontrar na obra de ALENCAR essas persistências clássicas que se reconhecem nos poemas de GONÇALVES DIAS. "Conservador na política (foi adversário da emancipação dos escravos), JOSÉ DE ALENCAR, escreve MANUEL BANDEIRA, iniciou no domínio literário e linguístico a reação nacionalista em favor das formas brasileiras, pelo que teve de sustentar vivas polémicas com os irmãos CASTILHOS e com literatos nossos, fiéis às regras gramaticais portuguesas". O grande romancista não só acreditava na existência ou formação de uma língua nacional, como ainda, aceitando sem repugnância algumas formas vulgares que já a vinham caracterizando, não se amesquinhou de empregá-las nas suas obras, embora com a prudência que impunham a um homem de gosto, as condições da vida intelectual e o predomínio quase absoluto, na literatura, da língua culta sobre a língua falada no Brasil. Não é um escritor ou poeta de cenáculo que não tivesse querido tocar senão algumas almas de elite, mas um romancista, ensaísta e político, a um tempo, que, não tendo o culto da elite, não teve de fazer esforço para ceder à tendência popular e refrescar, retemperando-a, nas fontes vivas da língua falada, a sua prosa artística, nervosa e cambiante, já tão fortemente marcada dos caracteres do idioma nacional.

No movimento abolicionista em que se desenhava, no Brasil, o primeiro anseio de reforma social, encontrou outro romântico, — e esse, poeta, lírico e épico, CASTRO ALVES (1847-1871) uma corrente de idéias bastante impetuosa para transportá-lo nas suas ondas. Certo, já antes dele, como escrevi nos *Ensaíos*,¹⁰ o paulista JOSÉ BONIFÁCIO, o moço (1850), interessava-se pela sorte dos escravos, e dava a algumas de suas poesias êsses acentos de que só se encontra a consonância mais tarde no grande poeta baiano. Contemporâneo e êmulo de CASTRO ALVES, procurou TOBIAS BARRETO, para matéria de sua poesia, o mesmo ideal abolicionista. Mas, em nenhum poeta, antes ou depois, a poesia de inspiração social atingiu o largo sôpro de idealismo, a força arrebatadora de convicção e o impulso religioso de inspiração ardente que fazem de CASTRO ALVES o intérprete, insuperável e dominador, dessa grande aspiração. O poeta dos escravos não dispõe apenas de um extraordinário poder verbal, mas tem sempre, para aquecer a sua poesia e fazer circular por ela uma corrente de vida, uma potência sentimental como nenhum outro teve maior entre nós: tornou-se popular com as *Espumas Flutuantes*, porque trocou a ordem do pensamento pela do coração e o sentimento da natureza pelo da humanidade, que o impele a entrar com entusiasmo no tumulto das paixões coletivas. E é tão impetuoso o seu impulso lírico que ainda em poemas como *Sub tegmine fagi*, — quando se pensa que ia dobrar as asas, para revestir de uma doçura bucólica essas estrofes, se deixa arrebatar aos cimos nebulosos da poesia pela força de sua inspiração. É talvez o maior, embora o menos intelectual de nossos poetas, verbal e sonoro mas também cheio de força e de substância, como VICTOR HUGO, que ainda hoje se lê, “como se respira o ar da montanha ou se toca uma matéria admirável”. Só resta à gente, lendo um e outro, deixar-se penetrar e calar. A tonalidade predominante na sua poesia é, sem dúvida, com os ideais da liberdade, a sorte dos escravos. A sua lira, porém, como a dos grandes poetas, segundo já observei, “tem tôdas as cordas. A sensibilidade de sua alma aberta às emoções, das mais delicadas às mais violentas, não o deixa cair na monotonia que poderia resultar de uma nota ferida, da maneira senão exclusiva de certo persistente. Evocador das angústias de uma raça triste e oprimida, ora envolve-nos como em *Cachoeira de Paulo Afonso*, no ritmo embalador de uma graça voluptuosa ou de uma carícia ardente sob que penetra a intimidade do coração, ora ataca com força a fibra popular espalhando nas harmonias orquestrais de *Vozes d'África* e de *Navio Negreiro*, êsse frêmito misterioso de fatalidade e de terror que corre pela epiderme como um arrepio de febre. É, porisso, pela essência de sua poesia não selada pela perfeição, mas profundamente viva, humana e brasileira, que ainda hoje a claridade do passado ilumina, como uma auréola, a figura juvenil desse poeta que, morrendo aos 24 anos, conquistara larga popularidade, apanágio dos que conseguem propagar uma grande paixão”.¹¹

As paixões humanas, sociais e políticas, que se alastravam tão intensamente pela poesia de inspiração social e explodiam nos debates da imprensa e do parlamento, não tiveram, porém, repercussão no teatro que, mais próximo da alma popular, pela sua própria natureza, se tornara em outros países um dos instrumentos mais eficazes para condensá-las e difundí-las. A poesia, com GONÇALVES DIAS, em *Escrava*, com TOBIAS BARRETO e sobretudo CASTRO ALVES; a eloquência com JOAQUIM NABUCO e RUI BARBOSA, e o romance, com BERNARDO GUIMARÃES, em *Escrava Isaura*, deixaram-se penetrar desse vivo

¹⁰ FERNANDO DE AZEVEDO, *Ensaíos*. A poesia social no Brasil, pags. 90-102, Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1929.

¹¹ FERNANDO DE AZEVEDO, *Ensaíos*. A poesia social no Brasil, pags. 90-102, Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1929.

interesse humano pelo escravo a que o romantismo, exacerbando a imaginação e a sensibilidade, imprimia, nos poemas de CASTRO ALVES e nas orações de RUI, o caráter dramático das paixões coletivas. Nenhum autor teatral conseguiu animar-se dessa inspiração religiosa e social que fez a grandeza do drama antigo, nem tentou explorar, com êxito, os conflitos sombrios entre as duas raças ou a riqueza de nossas tradições históricas. Os gostos e as predileções do público, que se fixaram no romance, venciam, no Brasil, o gosto pelo teatro que por toda a parte se estendia com a expansão do romantismo. Assim, o teatro que a rigor teve seus começos nesse período, não chegou a conhecer a glória, a não ser por um grande ator, JOÃO CAETANO DOS SANTOS (1808-1863), de notável poder de interpretação e de uma força singular de dedicação, na luta obstinada pela organização do teatro nacional. Embora a montagem e a dignidade dos espetáculos ainda deixassem muito a desejar, a figura de JOÃO CAETANO, que surge com uma vocação surpreendente e se mantém infatigável durante 24 anos, desde a representação do *Olgiato* (1839) de MAGALHÃES até a sua morte, domina quase solitária a cena do teatro, pelo seu calor apaixonado, pelo sentido dramático em alto grau e pela segurança de sua dicção. Era um grande ator à procura de autores. Não é que aos brasileiros faltassem disposições para as formas cênicas da literatura; mas a vitoriosa concorrência do repertório e do teatro estrangeiro, o caráter comercial das empresas que preferiam sempre uma peça consagrada pelo sucesso a uma obra inédita de autor desconhecido, e as poucas possibilidades, para os autores nacionais, de se fazerem representar e adquirirem um conhecimento prático de seu ofício, tinham de forçosamente afastar da cena as produções de nossos escritores. No entanto, a despeito dessa concorrência que tornava difícil a representação e, em consequência, sem estímulos a produção de obras brasileiras, não faltaram autores de peças teatrais, desde GONÇALVES DE MAGALHÃES, PÔRTO ALEGRE e GONÇALVES DIAS, e outros romancistas e poetas, que, depois de alguns ensaios medíocres, renunciaram à carreira dramática. O maior de todos, LUIZ CARLOS MARTINS PENA (1815-1848), do Rio de Janeiro, o criador do teatro nacional, deixa nas suas peças e, especialmente, na comédia de costumes,¹² como o *Juiz de Paz na Roça* (1838), o *Noviço* e *Quem casa quer casa* a fisionomia moral de toda uma época, retratada também, em alguns de seus aspectos, com espontaneidade e graça, por JOAQUIM JOSÉ DA FRANÇA JÚNIOR (1838-1890), da Baía, na sua comédia *As Doutoradas*, em três atos, e por JOSÉ DE ALENCAR, em *Demônio Familiar* (1857) que anunciam as promessas e definem as tendências de nossa literatura sob essa forma especial.

É, sobretudo, no romance, colhido, como a poesia pela força torrencial do romantismo, que se satisfaz o gosto do público, inclinado antes às obras de caráter sentimental do que àquelas que viessem penetradas do sentido da realidade. A primazia tinha de forçosamente caber, nessa época, a JOAQUIM MANUEL DE MACEDO (1820-1882), do Rio de Janeiro, romancista, comediógrafo e poeta, que logrou extraordinária popularidade com *A Moreninha* (1844)

¹² A comédia de costumes e de caracteres, que é a expressão mais alta e mais nobre da arte teatral, se teve cultores no Brasil, como MARTINS PENA, FRANÇA JÚNIOR e JOSÉ DE ALENCAR, não chega a atingir com eles uma grande força no movimento da expressão, no jogo dos diálogos, no estudo dos caracteres e na pintura dos costumes. As suas peças são, no entanto, as nossas melhores sátiras sociais, pela veia cômica de MARTINS PENA, que tem, como poucos, o dom de fazer rir e de ridicularizar, pela observação mais direta da vida, em FRANÇA JÚNIOR, e pela delicadeza sentimental e finura de análise, em JOSÉ DE ALENCAR: são desses autores as comédias que apresentaram maiores garantias de duração e que, tendo feito sorrir a geração de seu tempo, ainda fizeram sorrir outras. Elas indicam, na variedade complexa dos gêneros dramáticos, as mais fortes tendências do teatro nacional. As tragédias de GONÇALVES MAGALHÃES, *Antônio José* (1839) e *Olgiato*, a que JOÃO CAETANO, levando à cena, emprestou todo o prestígio de seu poder de interpretação, não justificam o entusiasmo de seus contemporâneos. Todo o repertório dramático, constituído dos dramas de JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, JOSÉ DE ALENCAR, FRANKLIN TÁVORA e outros, e representado entre 1854 e 1875, não apresenta, na verdade, senão um interesse histórico na evolução de nossa literatura dramática.

e *Moço Louro* (1845), narrativas passionais, de caráter romântico, publicadas em numerosas edições e ainda vivas na memória de todos; BERNARDO GUIMARÃES (1827-1885), com o *Garimpeiro* e *Escrava Isaura*, em que se destaca entre fantasias a nota regional, e JOSÉ DE ALENCAR que, mantendo-se fiel à tradição romanesca, nas páginas admiráveis do *Guarani* e de *Iracema*, já não recua diante da reprodução da realidade, em seus romances e comédias de costumes. O sentimento da natureza, de que derivou o interesse pelo índio, abriu, porém, à imaginação dos romancistas outro campo de exploração: os sertões. Evocadores de paisagens naturais, JOSÉ DE ALENCAR em *Minas de Prata* (1862) e BERNARDO GUIMARÃES, em *O Ermitão de Muquém* e em *Lendas e romances* (1871), inauguraram e puseram em voga a tendência sertanista que se acentuou em FRANKLIN TÁVORA (1843-1888) e em ALFREDO TAUNAY (1843-1899), que em *Inocência*, publicado em 1872, veio marcar, como observa MANUEL BANDEIRA, “um progresso no gênero pelo maior senso da realidade na descrição da vida sertaneja, pela restrição do elemento sentimentalmente idealizador”. Mas, se com ALFREDO TAUNAY, pelo sentido de objetividade na pintura dos tipos e quadros naturais e pela sóbria elegância de seu estilo, já se esboçam as novas tendências literárias, onde se tornara mais vigorosa a reação contra os excessos idealistas, é nas *Memórias de um Sargento de Milícias*, — romance que apareceu dezoito anos antes de *Inocência*, e em plena efervescência romântica, com toda a força e espontaneidade de uma criação original, sem influências e sem modelos. O autor da novela, MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA (1830-1861) que, ao publicá-la em 1854, ainda era um estudante de medicina, surge, como “um realista antes do realismo”, antecipando-se a uma corrente que só nos fins do século XIX deveria exercer acentuada influência em nossas letras. O que nos desperta um vivo interesse no romance do jovem escritor, desaparecido em plena ascensão do talento, não é propriamente a sua arte, mas a realidade apanhada com agudeza de observação; e a própria emoção que às vezes o faz vibrar, não lhe vem dos sentimentos, mas das sensações ou, por outras palavras, lhe chega pelos olhos.¹³ Essa novela fortemente original, que passou quase despercebida e não teve nenhuma repercussão, apresenta, no domínio das letras, com suas falhas e imperfeições, o mesmo sentido realista revelado no mundo do pensamento, pela obra eminentemente nacional de TAVARES BASTOS (1839-1875), que nas *Cartas do Solitário* (1863), no *Vale do Amazonas* e em *Província*, refazendo-se ao contacto da realidade, precede de quase um século e anuncia a época em que o grande processo aberto entre o idealismo e o realismo, em política, teria de desaparecer da arena das lutas partidárias para prosseguir no único terreno, — o dos estudos sólidos e objetivos —, que convém aos problemas vitais de uma nação.

¹³ Em seu estudo sobre MANUEL DE ALMEIDA, escrito por ocasião do 1.º centenário do nascimento do escritor do segundo Império e lido em uma das sessões da Academia Brasileira por AUGUSTO DE LIMA, salienta XAVIER MARQUES o equívoco de RONALD DE CARVALHO, julgando as *Memórias* um guia seguro para quem queira conhecer “os costumes das nossas classes médias entre 1850 e 1860”. Não se trata, no parecer de XAVIER MARQUES, de retrato da sociedade daquele tempo, mas de uma evocação “de tipos e costumes de uma camada inferior da sociedade colonial carioca”, reconstituída “com tal flagrância que induz a gente a subverter a cronologia. Realmente o seu processo, quase fotográfico, surpreendendo traço por traço a chã realidade, guarda toda a aparência de um testemunho presencial; e aquilo que no livro não passa de simples retrospectação, adquire, no espírito do leitor, o sánete da observação direta”. Parece-me, porém, que ANTÔNIO DE ALMEIDA, em vez de uma reconstituição histórica de certa sociedade, no tempo de D. JOÃO VI, o que apresenta, de fato, não é uma visão retrospectiva de tipos e costumes coloniais, mas a visão direta de costumes e figuras de seu tempo, que a penetração de sua análise surpreendeu e retratou, dissimulando as suas observações pessoais, colhidas na vida real, entre 1850 e 1860, sob a forma e todas as aparências de uma reconstituição. “Nesse tempo...” está ele sempre a advertir, sublinha XAVIER MARQUES. Mas não é esse, um recurso habitual de romancistas, que para se sentirem mais à vontade na reprodução fiel da realidade, emolduram os fatos e costumes que observaram, em quadros históricos, como se se tratasse de uma evocação? Em todo caso, seja qual for o ponto de vista em que nos coloquemos para apreciar o seu romance, julgando-o uma visão direta ou retrospectiva da sociedade, MANUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA é, sem dúvida, o precursor do realismo na literatura nacional, pelo gosto da objetividade e da exatidão, pela nitidez dos traços, no desenho dos tipos e pela fidelidade na pintura dos quadros e costumes sociais.

Não eram, de fato, os estudos sociais e econômicos, iniciados com tanta segurança e penetração de vistas por TAVARES BASTOS, que podiam interessar num país a cuja política, por essa época, orientada segundo uma concepção idealista, as idéias e as reivindicações liberais forneciam o principal alimento para os grandes debates públicos. A eloquência que, no período colonial, só pôde manifestar-se no púlpito, tomou impulso no primeiro Império, com o regime parlamentar, desenvolvendo-se rapidamente com a organização dos dois partidos e a estabilidade do segundo Império. As influências da vida pública e do parlamento, na Inglaterra, que serviam de modelo às nossas instituições políticas, e o romantismo que contribuiu para acentuar as nossas tendências literárias e idealistas, fizeram da palavra a arma de combate por excelência e o instrumento mais eficaz de domínio político, elevando a eloquência no parlamento a grandes alturas. Foi a época dos lidadores da tribuna em que se expandiu, sob as mais variadas formas, a força intelectual, "cintilante na ironia sarcástica de um BERNARDO DE VASCONCELOS, na dialética persuasiva de um JOSÉ BONIFÁCIO, o moço, na gravidade imponente de um FERNANDES DA CUNHA, na impetuosidade torrencial de um FERREIRA VIANA ou de um SILVEIRA MARTINS, e na eloquência patricia de um JOAQUIM NABUCO que, do primeiro ao segundo reinado, dividiram entre si e outros da mesma estatura, o principado da eloquência política.¹⁴ Mas a eloquência parlamentar em que, a propósito ou por sugestão de problemas do meio ambiente, se abordavam os temas gerais e eternos que foram sempre por toda a parte a alma da poesia e a substância mesma da eloquência, nunca subiu tão alto como em JOAQUIM NABUCO e RUI BARBOSA, aquele, o paladino da abolição, e este, o maior de nossos oradores de todos os tempos. Equilibrado e harmonioso, JOAQUIM NABUCO (1849-1910), político e diplomata, que tem a eloquência do pensador, disciplinada pela razão, mas animada da generosa franqueza de uma inspiração larga e fecunda, ultrapassava pela cabeça e pelos ombros a multidão de oradores de sua época, utilizando na tribuna esse mesmo estilo natural e preciso, de uma admirável nitidez que é um dos encantos de sua obra de historiador, *Um Estadista do Império* (1897-1899) e de *Minha Formação* (1909). Um e outro, o orador do Recife e o da Baía, vindos do Império, tinham cerca de 40 anos, quase a mesma idade, quando se proclamou a República; enquanto, porém, o ostracismo político fizera emudecer a voz de JOAQUIM NABUCO, RUI BARBOSA (1849-1923), idealista e romântico, depois de um curto exílio de que nos mandou as *Cartas de Inglaterra* (1896), foi, sob o regime que se instituía, uma projeção luminosa do antigo parlamento. Ele era, se me é permitido repetir-me, "do velho tempo pela sua educação impregnada de liberalismo largo e generoso, pela tenacidade de suas campanhas evangelizadoras, que traziam a nota de uma vibração messiânica e pela volúpia que sentia em dominar as assembléias e experimentar o contacto com as multidões... Com esse orador, de cuja linguagem de ouro, purificada de todas as escórias pelo trabalho do artista e malhada ao fogo de uma inspiração vulcânica, saltaram a cada momento centelhas do gênio da eloquência latina, apagara-se o maior e o último facho que se acendera no Império".

Não fôsse a eloquência desse orador em que a paixão borbulha como de sua própria fonte, irradiando em torno dela a emoção que circula do orador para o auditório, e deste para aquele, e o parlamento na República teria decaído mais rapidamente das eminências a que o haviam erguido as grandes figuras do Império. Naquela aristocracia de eruditos e letrados, RUI BARBOSA já havia conquistado antes dos 40 anos uma posição indisputável não só pelo

¹⁴ FERNANDO DE AZEVEDO, *Ensaio. Pequena introdução ao estudo de algumas figuras contemporâneas de oradores políticos*. Págs. 67-79, Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1929.

seu saber jurídico, pela riqueza de sua erudição, pela força de sua dialética irresistível e pelo seu poder de expressão verbal, mas ainda pelo domínio de todos os segredos da língua. Ele tinha tanto o sentido da vernaculidade como o gosto da forma artística, e em toda a sua obra de grande variedade e extensão, sempre encontrou, como poucos, antes e depois dele, o aço do estilo para produzir a centelha nessa pedra da velha língua enterrada no tesouro dos clássicos. Mas toda essa eloquência a que o romantismo emprestara proporções grandiosas, quase espetaculares, e com a qual o parlamento se tornou, no Império, "a forja de nossas letras", já vinha sendo ameaçada, pelos fins do século, no seu antigo prestígio pela corrente das idéias filosóficas e científicas, com que se encerrava o ciclo romântico e se abriam perspectivas para uma nova concepção, realista, da vida e do mundo. As lutas em torno dessas idéias tiveram por teatro, no Brasil, a cidade do Recife em que TOBIAS BARRETO (1839-1889), secundado por SÍLVIO ROMERO (1851-1914) e por seus discípulos, se tornou a figura predominante do maior movimento de renovação, na história intelectual do Império. O centro da vida espiritual, no norte, deslocou-se, pela combatividade do polígrafo sergipano, do terreno das lutas políticas para o debate das doutrinas, sob as influências, retardadas e sucessivas, dos grandes criadores de sistemas. Sem ser um filósofo ou um pensador original, mas antes um agitador de idéias e destruidor de rotinas, TOBIAS BARRETO prestou à cultura nacional serviços assinalados, atraindo a atenção para os estudos filosóficos, vulgarizando os autores alemães e contribuindo como nenhum outro para a renovação das concepções jurídicas no Brasil. A sua coragem indômita e o gosto pela luta que o arrastavam a polêmicas quase sempre violentas e bravias, como as de SÍLVIO ROMERO, outro admirável debatedor de idéias, se lhe tiraram a serenidade para as obras de criação, formaram em torno de seu nome uma atmosfera de batalha e lhe permitiram fazer uma pequena revolução intelectual, de libertação do espírito, numa atmosfera carregada de preconceitos. Mas, irrompendo do norte a tempestade dos inovadores, quase inteiramente circunscrita àquela região e ao terreno doutrinário, essas polêmicas extremamente vivazes, em que se tomavam posições em face das grandes correntes de pensamento, na França e na Alemanha, não tiveram maior repercussão na vida nacional do que os debates políticos que se travavam, no sul, em torno da República, e com que se inaugurou uma nova fase de esplendor no jornalismo brasileiro. Esse prosador, de estilo nervoso e sugestivo que foi RAUL POMPEIA (1860-1891) e um ensaísta político e social da envergadura de EDUARDO PRADO (1863-1895) "entravam em cheio na batalha política", e em campos opostos: aquele, romancista de *O Ateneu*, artista requintado, de uma sensibilidade extrema, bateu-se com fé e o destemor de um revolucionário, pelo idealismo republicano; e este, paulista de nascimento, grande espírito que ficará entre os mais brilhantes escritores do século e tão profundamente penetrado do sentimento universal, foi um reacionário em política, que, em *Fastos da Ditadura Militar* defendeu vigorosamente, nos começos do novo regime, o Império e a tradição.

Que tivessem amortecido cedo de mais os ecos da campanha de renovação dirigida, sem desfalecimentos, por TOBIAS BARRETO e SÍLVIO ROMERO que abrangiam no mesmo culto e quase não distinguiam, nas suas aspirações, as letras e as ciências, explicava-se pela força terrível de nossa tradição. A tendência acentuadamente literária de nossa cultura, criando um enorme desvio angular entre o espírito literário e o espírito científico, nunca permitia cultivar de conjunto essas duas flores do espírito humano. Mas o que é de surpreender à primeira vista, é o divórcio que, com o novo regime, se estabeleceu entre a política e as letras, e que foi estudado, com rara penetração de análise,

por TRISTÃO DE ATAÍDE, em um de seus ensaios críticos.¹⁵ A reação individualista, com as suas explosões de rebeldia, o gôsto da arte pela arte ou da arte cultivada por si mesma e despojada de sua função social, a inexistência da profissão de escritor e a hostilidade e prevenções com que passaram a olhar-se as letras e a política, concorreram notavelmente para êsse dissídio, fazendo oscilar a classe dos intelectuais entre a dispersão na boêmia literária ou por cenáculos e tertúlias, e a reserva de um orgulho altivo que acabava por vêzes em completo isolamento. As letras a que o regime parlamentar no Império imprimira um notável relêvo e quase um valor prático, utilizando-as como um dos instrumentos de ação política e social, tornavam-se, por essa forma, na República, não só estranhas mas suspeitas à política, dominada pelo imediato utilitário e afogada nas questões militares e nas agitações partidárias. Sem um público bastante numeroso para mantê-la ou fornecer-lhe as bases econômicas de sua emancipação, e sem um novo meio intelectual que fôsse, como o parlamento antigo, um foco de atração e de convergência das figuras mais eminentes do tempo, a classe dos intelectuais, letrados, não encontrando apoio em parte alguma, procurava afirmar-se, opondo-se, não pela luta, mas por tôdas essas formas de boêmia em que se dissimula a revolta dos espíritos. Daí, naturalmente a idéia que nas reuniões literárias da *Revista Brasileira*, surgiu por sugestão de LÚCIO DE MENDONÇA, — da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1896, por iniciativa daquele poeta, de JOAQUIM NABUCO e MACHADO DE ASSÍS, seu primeiro presidente. Essa instituição, hoje solidamente instalada na sede que lhe doou a França,¹⁶ visando concentrar os grandes nomes da literatura nacional e fomentar, com o culto das letras o da língua pátria, acabaria por assumir uma função de alcance não apenas literário, mas social e político: o da defesa da unidade do idioma nacional. Se, de fato, se considerar, de um lado, a que vicissitudes está sujeita uma língua transplantada para um meio novo e a multiplicidade de fatores que trabalham na sua transformação e, em consequência, na produção de formas dialetais, e, de outro lado, que a comunidade de língua é a mais forte base de uma civilização e de uma unidade nacional, compreender-se-á facilmente o papel de instituições como essa, destinadas a estimular, divulgar e consagrar os estudos da língua e as grandes obras da literatura do país.

O dissídio entre as letras e a política, e a criação da Academia Brasileira de Letras constituem, com a intensidade que adquiriu a reação contra o romantismo, os três fatos mais importantes da vida literária do país, no crepúsculo do século passado. O movimento anti-romântico que remonta a 1860 e de que são expressões vigorosas a reação doutrinária, de caráter filosófico e científico, de TOBIAS BARRETO, e o realismo político-social de TAVARES BASTOS, toma

¹⁵ TRISTÃO DE ATAÍDE, *Política e letras*. In "À margem da História da República", págs. 237-292, Edição do Anuário do Brasil, Rio.

¹⁶ A Academia Brasileira de Letras, fundada no Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1896, segundo o modelo da Academia Francesa, instalou-se com 30 académicos que, elegendo os 10 restantes, completaram os quarenta, estabelecidos pelos estatutos da instituição. "Sem pouso, — escreve AFRÂNIO FELDOTO —, a princípio na *Revista Brasileira*, de JOSÉ VERÍSSIMO, graças à qual se formou; depois instalada em próprio nacional; finalmente, na sede que lhe doou a França, a Academia ia vivendo a vida mesquinha, e abençoada, das instituições honoríficas. Mas um Mecenaz, o livreiro FRANCISCO ALVES, legou-lhe 5 mil contos para usufruto e prémios. Perdeu com isso, perdendo a benevolência nacional que, justamente, achava demais honras e bens". A Academia Brasileira, porém, conquistava na verdade, por essa forma, os meios materiais que lhe deviam assegurar não somente a continuidade de sua existência e os seus progressos, mas a possibilidade de exercer, na sua plenitude, as funções culturais que lhe atribuíram os seus fundadores, e a que se teriam de acrescentar outras, ligadas à própria defesa dos interesses da língua e literatura nacionais. Tem-se acusado ainda a Academia de recolher, em seu grémio, diplomatas em repouso, oradores fatigados e homens de Estado; mas instituição conservadora por excelência (e daí a sua oposição às novidades literárias não seladas pela consagração da glória), tende a apoiar-se sobre as grandes instituições, associando às letras, para prestigiá-las, as ciências, a política e a religião. Pareceu natural, senão do próprio interesse da literatura, que, à imitação da Academia Francesa, que lhe serviu de modelo, a Academia Brasileira recolhesse, como os prítaneus das cidades antigas, cidadãos eminentes em recompensa de serviços prestados à pátria.

corpo, com a introdução das idéias filosóficas do século XIX, e adquire um notável vigor, na prosa de ficção, com ALOÍSIO DE AZEVEDO (Maranhão, 1858-1913), autor de *O Mulato* (1881) com que estreiou e de *A Casa de Pensão*, *O Homem* e *O Cortiço*, e sobretudo, com RAUL POMPÉIA que nos legou em *O Ateneu*, — um romance admirável pela exatidão minuciosa das observações, pelo naturalismo de seus quadros, fiéis, nítidos e expressivos e ainda pela sobriedade de seu estilo, verdadeiramente sugestivo na sua gravidade simples e forte. É, como ALOÍSIO DE AZEVEDO, um excelente observador de costumes, mas na sua maneira tanto de encarar a realidade como de exprimi-la, mantém, pela força de sua personalidade original, uma posição de equilíbrio dentro da escola, de que adotou os processos, sem descair em qualquer de seus defeitos. Em um e outro extremo, aos lados do autor de *O Ateneu*, — sátira, límpida e vivaz, do sistema de educação em um colégio particular do Rio, situaram-se JÚLIO RIBEIRO (1845-1890), de Minas Gerais, que em *A Carne* levou os processos naturalistas à mais crua audácia, e COELHO NETO (1865-1934), quase um naturalista revoltado, em que parece ter havido desde o princípio o contrário de um verdadeiro naturalista, um visionário cuja imaginação engrandece instintivamente e amplifica todo objeto. Dir-se-ia antes o último grande romântico, pela faculdade de abraçar vastos conjuntos, pela sua imaginação ardente com que mais de uma vez levou a idealização até o símbolo e pela pompa de sua linguagem, frequentemente prejudicada pela seiva borbulhante de palavras que lhe ofuscam a emoção. Em *O Sertão* (novelas) e *A Treva* (contos), o fecundo escritor maranhense que foi também um observador inquieto da vida das cidades em *Inverno em Flor*, *Tormenta* e *A Conquista*, retrata a cores vivas o meio e os costumes sertanejos, mas sem o sentimento do real e a objetividade de análise de AFONSO ARINOS (1868-1916) nos seus contos *Pelo Sertão* e *Lendas e Tradições*, nem a firmeza no desenho dos caracteres, de AFRÂNIO PEIXOTO, em *Maria Bonita*, *Bugrinha* e *Fruta do Mato*. Mas é na poesia, e não no romance, que se fez sentir senão mais profundamente, em maior extensão, o movimento anti-romântico pelo parnasianismo que, a certos aspectos é uma volta ao classicismo, no sentido de que o importante para os parnasianos, como para os clássicos, é antes ser do que parecer emocionado, é governar a emoção, é substituir o fausto que o romantismo dá à expressão verbal pelo conceito plástico da forma, nítida e precisa, e pela sobriedade nas imagens, submetidas, como a linguagem, à disciplina da arte e da razão. Por isto os parnasianos como os clássicos, nos parecem frios; e consideramos como defeito exatamente o que eles teem por sua qualidade mais preciosa, — a reserva, a medida, o equilíbrio.

Os quatro grandes nomes da escola parnasiana são, no julgamento quase unânime, ALBERTO DE OLIVEIRA que, mais do que todos, se deixou submeter aos seus quadros rígidos, RAIMUNDO CORREIA, OLAVO BILAC e VICENTE DE CARVALHO. O primeiro, ALBERTO DE OLIVEIRA (1857-1937), natural do Estado do Rio, nos dá em sua obra *Canções Românticas*, *Meridionais*, *Sonetos e Poemas*, *Versos e Rimas*, não só o documento mais expressivo dessa reação contra a sensibilidade lacrimosa dos românticos e de um respeito da arte, no mais alto grau, como alguns dos mais belos poemas de inspiração parnasiana, pelo vigor descritivo, pela justeza das imagens e pelo apuro da métrica e da expressão. Se os seus sonetos e poemas, de uma coloração intensa, de tão magnífica amplitude de feitura, são, em geral, quase unicamente plásticos, em alguns deles, como *Vida em Flor*, sob a delicadeza da forma, já mais simples e natural, mal se dissimula a vibração de uma delicada sensibilidade. Em OLAVO BILAC (1865-1918), também do Rio, — e um dos maiores poetas nacionais, de uma forma flexível e elegante, primorosamente trabalhada —, a

inteligência já não comanda tão fortemente o coração, freme à alegria dos sentidos até a voluptuosidade e a inspiração, mais fresca e espontânea, nas *Panóplias*, em *Via Látea* e *Sarças de Fogo*, eleva-se no último livro *Tarde*, penetrada de idealidade mística e de uma beleza, grave e melancólica, de pensamento. A finura de sensibilidade, um humor melancólico, pessimista e irônico, a força comunicativa da emoção, mais grave e concentrada, e a naturalidade da expressão, mais musical, constituem os encantos de RAIMUNDO CORREIA (1859-1911) que em *Primeiros Sonhos*, *Sinfonias*, *Versos e Versões*, e *Aleluias*, nos apresenta quadros de uma graça acabada, de uma franqueza de execução sem igual e de uma grande delicadeza de sentimento. É, porém, talvez nos *Poemas e Canções*, de VICENTE DE CARVALHO (1866-1924), de Santos, que a poesia adquire mais ternura e intensidade dramática, na sua evolução marcada no sentido do humano, e se restabelece, na cadeia que liga o passado ao presente, o anel sólido e luminoso em que se fundiram, na poesia lírica, as vozes do mar e os cantos da terra, o sentimento da natureza e o do coração humano. Mas, em pleno fastígio do parnasianismo,¹⁷ surge o simbolismo que foi na França uma reação contra a escola realista e aparece, entre nós, como um puro reflexo de uma reação distante, já então quase em declínio. Essa realidade na imitação da qual os realistas, na poesia e na prosa de ficção, tinham pretendido encerrar a arte, os simbolistas se aplicaram a interpretar, a penetrar os mistérios que recobre com as suas aparências e a desprender-lhe o sentido do ideal. Tudo o que essa escola quis introduzir na poesia, de vago, de fluido e de secreto, ninguém, porém, o exprimiu melhor entre nós do que CRUZ E SOUSA (Santa Catarina, 1863-1898), poeta negro cuja emoção, bastante forte para dominá-lo, se reflete inteiramente nos versos de *Missal* e de *Faróis*, de uma linguagem irregular, mas de uma grande beleza rítmica, e com essa obscuridade que é um defeito essencial do simbolismo. Enquanto esse poeta que vulgarizou a escola entre nós, conquistava a adesão entusiástica de discípulos e sustentava o fogo da oposição a essas novas formas poéticas, o isolamento austero em que vivia ALFONSUS DE GUIMARAENS (1870-1921), em Minas Gerais, fecunda a sua poesia, sombria e litúrgica, povoada de visões da morte, ainda que suavizada pelo sentimento religioso.

Se, pois, se pesquisar em cada um desses momentos a causa das transformações do gosto literário no país, não é difícil encontrá-la na ação de uma literatura estrangeira, quase sempre a francesa, e na influência que exerceram sobre a nossa mentalidade e as nossas instituições as grandes correntes intelectuais do tempo. É o que sucedeu também, na evolução dos estudos

¹⁷ Não tendo outro propósito senão traçar, em suas linhas gerais, a evolução da literatura no Brasil, em pequeno ensaio que contivesse o essencial e não fôsse árido, não era possível deter-nos em cada um dos poetas filiados às diversas escolas que se sucederam, marcando as diferentes fases dessa evolução. Ademais, os poetas, reunidos em cada um desses grupos, como os da escola parnasiana, assemelhavam-se suficientemente entre si para terem todos um ar de família. O que importava, pois, era fixar as figuras culminantes que deram formas novas à poesia ou em que um determinado movimento de idéias se exprimiu com maior intensidade e força de invenção. No entanto, convém lembrar que nenhuma escola teve maior número de representantes no Brasil do que o parnasianismo, com sua tendência tão fortemente acentuada de levar a arte da palavra ao terreno da escultura e fazer da forma poética um meio refinado de expressão. É um GONÇALVES CRESCO (Rio, 1847-1883), disputado por duas pátrias, pela do nascimento e pela de adoção, precursor da escola parnasiana e um dos poetas mais perfeitos, pela correção e beleza da forma, e que "se deixou inspirar tão sinceramente e vivamente pelas cenas familiares da vida brasileira"; são, entre outros, LUIZ GUIMARÃES (Rio, 1847-1898), de forma polida e elegante; LUIZ MURAT (Rio, 1861-1929), poeta lírico, de tendências metafísicas; GUIMARÃES PASSOS (Alagoas, 1867-1909), autor de *Versos de um Simples* (1891) e de *Horas Mortas* (1901); EMÍLIO DE MENESES (Paraná, 1867-1918), poeta satírico e parnasiano extremado; FRANCISCA JÚLIA DA SILVA (São Paulo, 1874-1920), poetisa que nos deixou em *Mármore*s (1895), reeditado mais tarde sob o título de *Esféras*, uma obra de beleza escultural, mas sem grande calor de emoção; AUGUSTO DE LIMA, (Minas Gerais, 1859-1934) com seus versos coloridos e ricos de idéias; MÁRIO DE ALENCAR (Rio, 1872-1925), de uma sensibilidade delicada e com um sentido clássico de equilíbrio; e B. LOPES, que surge em 1881, mestre na arte de evocar pequenos quadros da vida rústica, admiráveis pelo sentimento da natureza e pela espontaneidade de inspiração. No princípio do século XX aparece uma força nova, AUGUSTO DOS ANJOS (Paraíba, 1884-1913), contraditório e desenganado, cuja singularidade, nos seus poemas *Eu* (1912), provém, sobretudo da sua expressão original até à extravagância, de sua prodigalidade em metáforas, de inspiração científica e de suas tendências reflexivas, que lhe quebram frequentemente os ímpetus líricos e a força de temperamento.

históricos, senão quanto à intensidade, mais ligada a causas internas, ao menos quanto à orientação e aos métodos que se foram transformando com as novas teorias históricas. O sentimento nacional tende, geralmente, a exprimir-se com vigor, desde o alvorecer da liberdade política, pelos estudos históricos que constituem uma das primeiras manifestações literárias, e se explicam “pelo ardor que um povo, entrado na posse de sua liberdade e de sua independência nacional deve pôr naturalmente em procurar seus títulos de família e em ligar seu futuro ao seu passado”. As lutas políticas do primeiro Império e no período da Regência e o brilho, no segundo Império, da vida parlamentar, — centro de atração das atividades intelectuais, não permitiram que o século XIX se esforçasse por lançar uma luz intensa sobre todo o passado da história do Brasil. Os maiores historiadores da primeira metade do século XIX são dois estrangeiros, ROBERTO SOUTHEY, que em sua *History of Brazil* nos deu, em 1810, a primeira história do Brasil baseada em provas documentais, e FERDINAND DENIS, a que devemos um resumo em francês, publicado em 1826, da história literária do país. Na cadeira de história do Pedro II, então o único estabelecimento oficial de ensino secundário, sucederam-se, até que a ocupasse em 1883 um historiador de profissão, três homens eminentes, um notável poeta, GONÇALVES DIAS, um romancista de grande público, JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, e o BARÃO DO RIO BRANCO, profundo conhecedor da matéria, mas, sobretudo, como se revelou mais tarde, diplomata e homem de Estado. Na segunda metade do século XIX, em que os nossos historiadores se ligam geralmente às teorias históricas francesas do período romântico, surgem, no entanto, ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA que na última parte do *Jornal de Timon* (1852-1855), com suas pesquisas relativas à história do Maranhão e à vida do Pe. VIEIRA, nos dá a prova de um investigador de primeira ordem, servido de um estilo vigoroso e enxuto; JOAQUIM CAETANO DA SILVA (1810-1873), do Rio Grande, autor da *Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa* e do notável trabalho *L'Oyapock et l'Amazone*, de que se utilizou RIO BRANCO para nos alcançar a vitória na questão de limites com a França, na Guiana; e os dois grandes, entre os maiores historiadores brasileiros, FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1816-1878), Visconde de Pôrto Seguro, e JOÃO CAPISTRANO DE ABREU, que sucedeu na cadeira de história do Pedro II ao BARÃO DO RIO BRANCO. A aparição, em 1854, da *História do Brasil*, de VARNHAGEN, que se preparara a essa obra fundamental por uma longa série de trabalhos e de pesquisas, bastou para classificar o autor no primeiro plano e justificar o título com que o consagrou a posteridade, — “o pai de nossa história”. Em quase meio século de erudição e de pesquisas, tornou-se CAPISTRANO DE ABREU (1853-1927) o historiador apontado por todos como o único verdadeiramente capaz de escrever a síntese magistral de nossa história, pelo seu dom de penetração, pelo rigor de seus métodos e pelo seu espírito sintético na exposição dos fatos.

Essa obra de síntese para a qual o predestinavam as suas qualidades tanto de historiador como de escritor, nítido e sóbrio, não se animou CAPISTRANO DE ABREU a escrevê-la: começando por especializar-se nas pesquisas sobre o século do descobrimento, dispersou-se depois em numerosos trabalhos fragmentários, — modelos de monografias históricas —, em que deixou o testemunho do vigor de seu espírito, de suas intuições luminosas e de sua grande erudição. Nos seus livros *O Descobrimento do Brasil* (1883), *Capítulos de História Colonial* (1907) e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, como em prefácios, anotações e sumários, — obra dispersa mas opulenta. o notável renovador dos estudos históricos no Brasil, se não criou uma escola histórica brasileira, suscitou um movimento verdadeiramente fecundo de idéias e de pes-

quisas. A historiografia do Brasil colonial entrou, sob o seu impulso, numa fase de investigações e descobertas com que se foi esclarecendo o sentido secreto de nosso passado. Entre os contemporâneos de CAPISTRANO DE ABREU, que prosseguem o trabalho de estudo dos documentos, mas já em outros domínios da história do país, destacam-se JOAQUIM NABUCO, a quem a biografia do pai e a autobiografia, em *Um Estadista do Império* e em *Minha Formação* fornecem a matéria de páginas primorosamente escritas, de reconstituição da vida política do segundo Império; OLIVEIRA LIMA (1867-1928), natural de Pernambuco, que recolheu dos arquivos, para a sua obra, como paciente investigador, abundante documentação; e JOÃO RIBEIRO (1860-1934), de Sergipe, polígrafo dos mais eminentes que tem tido o Brasil, pela nitidez de suas idéias, perspicácia de suas análises, segurança de sua erudição e graça natural de seu estilo, e que foi o primeiro a abandonar na sua síntese didática *História do Brasil* o critério puramente cronológico, "delineando os sucessos segundo os principais focos de irradiação de cultura". A tendência histórica que se vem desenvolvendo desde a segunda metade do século XIX, toma um impulso vigoroso, na República e, sobretudo, nos últimos anos, sob o influxo de pesquisadores notáveis como RODOLFO GARCIA, TOBIAS MONTEIRO, AFONSO TAUNAY, — o historiador das bandeiras, PANDIÁ CALÓGERAS, BASÍLIO DE MAGALHÃES, VILHENA DE MORAIS e JÔNATAS SERRANO, e de uma nova geração de brilhantes historiadores, em cujos estudos, como nos de PEDRO CALMON, já se constata uma penetração progressiva do espírito e dos métodos sociológicos. A história da literatura brasileira que, a bem dizer, foi fundada por SÍLVIO ROMERO (Sergipe, 1851-1914), — um dos mais formidáveis trabalhadores da literatura nacional, e que, durante longo tempo, não contou senão com três escritores, adquiriu, nestes últimos vinte anos, um extraordinário desenvolvimento em obras de conjunto e de detalhe. Lançadas suas bases por SÍLVIO ROMERO na *História da Literatura Brasileira* (1888), sua obra capital, e por JOSÉ VERÍSSIMO (Pará, 1857-1916), aquele ardente e impetuoso, e este, mais sereno e objetivo, mas sem o vigor de estilo e a largueza de vistas que distinguem o historiador sergipano, e, ainda por ARARIPE JÚNIOR (Ceará, 1848-1911), em seus ensaios críticos, a história e crítica literária, de formação recente, tomam uma feição mais desinteressada, de análise e de penetração, com RONALD DE CARVALHO que lhes emprestou um brilho novo pela destreza de sua inteligência e pela sensibilidade de seu gosto literário. A princípio, apologética e enfática, sem o cuidado dos fatos e sem penetração de análise; mais sólida depois, pelo seu caráter documentário e pelo seu desejo de objetividade, não raramente prejudicada pelo calor da paixão, como convinha a uma época em que a pena era uma arma e a literatura um combate; rápida e leve, em seguida, cortada de reflexões psicológicas, a história literária, como a história simplesmente, se deixa penetrar de idéias gerais e de noções sociológicas de que se utiliza, entre outros, NÉLSON WERNECK, ao estudar os fatos da evolução literária em suas relações com os fenômenos econômicos.

O reino de nosso passado literário já bastante afastado para suscitar o prazer da descoberta e o encanto do desconhecido, e o alto nível a que subiram as letras, tanto no sentido da universalidade, como no sentido particularista, explicam esse esforço crescente para tomar consciência da literatura nacional. A literatura atinga, de fato, no Brasil, a sua maturidade, tão marcada e característica na variedade de seus aspectos, que tinha de forçosamente despertar essa curiosidade intelectual intensa, levando-nos a examiná-la a todas as luzes. Na obra de MACHADO DE ASSIS (Rio, 1839-1908), que explorou todos os domínios da atividade literária, culminara com uma arte perfeita uma de suas tendências, — a que se desenvolveu entre nós, como observa A. DE QUEIROZ

FILHO, "sob o impulso do espírito de civilização e sob a luz inspiradora das tradições e da cultura ocidentais". O poeta das *Ocidentais* (1879-1880), o romancista de *Memórias Póstumas de Braz Cubas* (1881), de *Quincas Borba* e de *Dom Casmurro*, o contador de *Papéis Avulsos* (1882), de *Histórias sem data* e de *Várias Histórias*, atinge, na sua carreira que foi uma ascensão contínua, uma posição singular na escala dos valores estéticos e humanos de nossa civilização. Senhor de si mesmo e de sua arte, — a mais lúcida expressão brasileira do equilíbrio, da medida e do gosto clássico, — cético na superfície, por uma espécie de pudor intelectual, extremamente delicado, mais sério, no entanto, e mais decisivo do que poderia parecer, mal dissimula, sob seu tom humorístico, de ceticismo e de ironia, um fundo de ternura humana, "sentimentos hauridos nas fontes mais vivas e mais puras da sensibilidade". Daí esse pessimismo todo pessoal, sem azedume e sem irritação, e o sentimento delicado dessa poesia elegante e pura que sua própria reserva e seu nobre recato marcaram, em pleno romantismo, de uma originalidade sutil, triunfante, sem esforço, de todas as influências de escolas. A sua força de reflexão, de um raro poder de análise psicológica, afirma-se nos seus contos e romances, deixando a marca não só no estudo de tipos humanos e de conflitos de caracteres como na expressão recolhida e grave que reveste a mentalidade desse observador implacável da vida interior e das paisagens da alma humana. É com MACHADO DE ASSÍS, de fato, que "começou a ter existência na literatura brasileira o mundo interior, a galeria psicológica, o universo do pensamento". Mas, se o espírito de civilização desabrocha com tanta frescura em MACHADO DE ASSÍS, "que cristalizou a universalidade de nosso pensamento", EUCLIDES DA CUNHA (Estado do Rio, 1866-1909), homem americano até a medula, em que irrompe o espírito de conquista, "norteado pelas fascinações dos horizontes desconhecidos, pela sedução dos mistérios virginais da terra", fixou, como ninguém, na sua obra, o colorido localista, as inspirações do sertão, a fisionomia particular da nacionalidade. Eles refletem as duas faces do espírito nacional,¹⁸ uma voltada para o Atlântico, a outra para os sertões. Escritor eminentemente brasileiro, pelo sentido agudo da terra e da vida nacional, saltando da razão e da arte pura para escutar melhor a voz do instinto da raça, apanha, para compreendê-las, todos os seus conhecimentos e os arrebatava na corrente impetuosa de seu pensamento como o rio que descreveu, arrasta nas suas águas imensas pedaços de florestas. A imaginação poderosa e apaixonada que às vezes lhe falseia a vista, aguçava também o seu olhar, em intuições luminosas, e se aqui e ali prejudica o observador, serve ainda mais ao pintor, incomparável nos quadros da natureza tropical. EUCLIDES DA CUNHA lhe deve, tanto nos *Sertões* (1902), sua obra prima, como nos *Contrastes* e *Confrontos* (1907) e nos ensaios magníficos de *À margem da história* (1909), o relêvo e o vigor de seus traços, os lampejos de suas visões grandiosas e a força quase épica de seu estilo, ardente, rápido, denso e vigoroso.

¹⁸ "Em virtude de contingências especiais, de particularidades históricas, a formação brasileira, escreve A. DE QUEIROZ FILHO, orientou-se por diretrizes dispare e recebeu o impulso de dois espíritos, cujo zelo é indefectível e notável nos episódios da história e nas realizações da literatura. O espírito de conquista e o de civilização. Este, definido pela tendência natural de fixação e estabilidade, procurando edificar a nação sob a luz inspiradora das tradições e da cultura ocidentais. E aquele, marcado pelo sentido do movimento, estuando energias, cuja expressão mais forte foi o ímpeto heróico do bandeirismo, norteado pela fascinação dos horizontes desconhecidos, pela sedução dos mistérios virginais da terra... O espírito de conquista despertava a seiva criadora da terra inédita, era o começo, o instante inaugural da vida nova. O da civilização era o senso, a continuidade, a noção da dependência, do prolongamento e da adaptação: ligava à vida incipiente da colônia a seiva de raízes culturais pluriseculares. Foi dentro dessa duplicidade de direções que nós crescemos e ensaiamos os primeiros passos na incerteza vacilante dos primeiros itinerários da pátria. Nas letras, os dois rumos foram roteiros paralelos. MACHADO DE ASSÍS e EUCLIDES DA CUNHA encarnaram as suas expressões extremas. Um cristalizou a universalidade do pensamento. O outro fixou o colorido localista, as inspirações da terra, o feitiço particular da nacionalidade. MACHADO foi uma voz macia, um produto de cultura requintada: extraiu de nosso espírito o que ele tem de universal. EUCLIDES procurou os sertões, galgou e transpôs a cordilheira que separava o Brasil em domínios estancos, fechados e impermeáveis, viu o "reverso da medalha"; dilatou os horizontes do nacionalismo intelectual, impregnando a nossa cultura de um gosto mais forte da terra". (A. DE QUEIROZ FILHO, *Dois faces do espírito nacional*. In "O Estado de São Paulo", Dezembro, 1937).

Em *Os Sertões*, de fato, como no ensaio sôbre a Amazônia, *Terra sem história*, não é tanto a realidade que é extraordinária quanto o clarão que sôbre ela projeta o escritor magnífico. Nada é falso nem fantástico, nessas telas geográficas de uma grandeza espetacular: a singularidade de tudo isso, — acontecimentos e natureza —, que EUCLIDES DA CUNHA reproduziu com uma vida intensa e um poder pitoresco sem igual, provém da maneira pela qual o artista os põe em relêvo, exprimindo sem constrangimento, dilatada pela imaginação, em tôda a sua força dramática, a imagem que recebe de nosso mundo. Temperamento de escritor, verdadeiramente original, possuía em alto grau essa faculdade de invenção literária e de renovação da forma artística, tão profundamente pessoal que, impondo-se à admiração, sempre se recusou a servir de modêlo. É por essa força singular de estilo que o ilustre geógrafo, historiador e observador social pôde apresentar a vida dos sertões, nos seus aspectos primários e brutais, e dar-nos como ninguém a sensação estranha de tudo que é grande e poderoso, contraditório e traiçoeiro na terra e na natureza tropical que parece ter atingido nas suas obras o paroxismo de expressão. Sem êsse vigor e essa vibração de estilo, mas com um notável senso de realidade, na observação das paisagens e dos costumes dos sertões, AFONSO ARINOS, sertanista admirável, primoroso contador de histórias, em seus livros de contos *Pelo Sertão* (1917), *Histórias e Paisagens, Lendas e Tradições*, “disse mais e melhor das cousas e dos homens do interior brasileiro do que uma considerável porção de obras científicas e históricas penosamente arrancadas a arquivos esquecidos”.¹⁹ Mas, o desenvolvimento das cidades não tardaria a trazer o romance para o primeiro plano e a deslocar do campo para a vida urbana o interesse dos escritores, enriquecendo a linhagem de romancistas, que culminara na glória de MACHADO DE ASSÍS, com êsse novelista de primeira ordem LIMA BARRETO (Rio, 1881-1922), observador penetrante, de acentuado humor, que em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1913) e outros romances, fixou aspectos e paisagens da vida urbana e suburbana da capital. É que, como lembra GENOLINO AMADO,²⁰ “o romance é um fenômeno e um produto da cidade. Tôdas as grandes construções da literatura que representa a vida nos seus elementos humanos, levantam-se em terrenos urbanos... Se a ação exterior às vezes se desenrola num plano rural, a ação interior é ainda um reflexo da cidade, porque para o campo as personagens levam os problemas íntimos, os choques de alma ou de interesses que só podem existir quando existe a grande vida urbana e que resultam da própria complexidade da Metrópole”. A narrativa de inspiração rural desprende-se da terra de cuja seiva inesgotável se alimentou, para transformar-se com ALOÍSIO DE AZEVEDO, RAUL POMPEIA, MACHADO DE ASSÍS e LIMA BARRETO, no romance autêntico e alargar-se, sob o influxo da vida urbana, até conter tudo e tudo representar, ganhando em objetividade, em penetração e em sentido humano o que perdeu de interesse lírico, de gôsto descritivo e de espírito localista, das narrativas indianistas ou sertanejas.

Se, porém, é em MACHADO DE ASSÍS e em EUCLIDES DA CUNHA que se afirmam, com uma grande intensidade, de um lado, a universalidade do pensamento, pela riqueza do conteúdo humano e, de outro, a atração pela terra e pelo homem americano, por essas duas direções continua a dividir-se tôda uma pequena falange de ensaistas, a quem já não fazem mêdo nem as idéias gerais

¹⁹ RONALD DE CARVALHO, *Pequena História da Literatura Brasileira*. Briguier & Comp., Editores, Rio de Janeiro, 1919.

²⁰ GENOLINO AMADO, *O romance, a cidade e o campo*. In “O Jornal”, n.º 5 892, Rio de Janeiro.

nem os problemas concretos da complexa realidade nacional. Abre-se à exploração literária um campo cada vez mais vasto; e, onde não se viam senão figuras solitárias, um ARARIPE JÚNIOR, crítico impressionista, sutil até a obscuridade, um CARLOS DE LAET (Rio, 1847-1927), conservador em política e em religião, polemista terrível, de uma ironia mordente, e um ALBERTO TÔRRES, vigoroso pensador político da estirpe de TAVARES BASTOS, surgem críticos, ensaístas e panfletários, que em suas crônicas e estudos provam uma aptidão particular em analisar e em compreender as questões que preocupam o pensamento europeu ou interessam à vida do país. É que, com a Grande Guerra se inaugurou um desses períodos a que se refere TALLEYRAND, ao descrever a época de LUIZ XVI, e em que "o espírito geral da sociedade sofre modificações de todo o gênero. Queria-se tudo conhecer, tudo aprofundar, tudo julgar. Os sentimentos foram substituídos por idéias filosóficas, as paixões pela análise do coração humano, o desejo de agradar por opiniões, os divertimentos por planos e projetos". No domínio da crítica literária, RONALD DE CARVALHO funde, nos seus ensaios, a argúcia do pensamento e as graças do estilo, de uma poesia colorida; ANTÔNIO TÔRRES, derrubador de preconceitos, dá aos seus golpes rudes de panfletário a firmeza e a precisão que veem de sua disciplina mental e do vigor do seu estilo; AGRIPINO GRIECO faz entrar a crítica no gosto do público, pela combatividade de seu espírito cáustico, pelo sabor picante das expressões, insolentes mas imprevisitas, de um poder caricatural, e pelo brilho de sua imaginação; e HUMBERTO DE CAMPOS, poeta e cronista, mestre da língua e da crítica, de um pensamento mais amadurecido e de uma arte mais completa, anexa à sua reflexão pessoal, extremamente lúcida, o vasto campo de sua experiência e de suas leituras. No estudo e debate das questões religiosas, ao maior ensaísta e panfletário católico que já tivemos, JACKSON DE FIGUEIREDO (Sergipe, 1891-1928) sucede TRISTÃO DE ATAÍDE em cujos ensaios, na segunda fase de sua carreira, dominam as preocupações morais e religiosas, roubando as qualidades de artista do antigo crítico, brilhante e perspicaz, em proveito do desejo moralizador do cristão fervoroso. Se um e outro, identificados, desde a sua profissão de fé, no seu culto pela ordem, pela disciplina e pela hierarquia, representam o que há de mais conservador no pensamento nacional, TRISTÃO DE ATAÍDE, porém, substitue a ordem da violência impulsiva do fundador do Centro D. Vital pela de uma ação intelectual, mais vigilante, mas não menos intransigente, e de maior poder de penetração. Nos estudos sociais e políticos, postos em foco pelas grandes questões em que se debate o mundo atual e pela acuidade que assumiram os problemas nacionais, instigando o estudo do passado como a chave da compreensão do presente, avultam, entre outros, GILBERTO AMADO, escritor dobrado de um pensador, que se oculta sob o brilho de seu estilo, de uma grande precisão; VICENTE LICÍNIO CARDOSO, humanista de um espírito generoso e profundo, mais preocupado com as idéias do que com a forma; OLIVEIRA VIANA, em seus magníficos ensaios orientados num sentido preponderantemente antropológico e racial e penetrados de realismo político, e GILBERTO FREIRE ao qual, como a OLIVEIRA VIANA, teremos de voltar ainda em outro capítulo, e que pelo rigor de seus métodos, pela argúcia de sua análise e pela lucidez de suas conclusões, iniciou nas suas sínteses de interpretação sociológica, um movimento verdadeiramente fecundo, senão definitivo, para a orientação de nossos estudos sociais.

Não é de surpreender, portanto, diante desse movimento essencialmente crítico, de análise e de penetração, desenvolvido depois da guerra de 1914, que participassem do mesmo espírito revolucionário a corrente inovadora, puramente literária, iniciada em 1922 por poetas, críticos e novelistas, na Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Ainda ecoavam as vozes límpidas e

sonoras da última geração de parnasianos, como AMADEU AMARAL (São Paulo, 1875-1929), autor de *Névoa* e de *Espumas*, poeta de fina sensibilidade e de expressão grave e polida, e RAUL DE LEONI (Rio, 1895-1926), o artista encantador e harmonioso de *Luz Mediterrânea*, quando irrompeu a corrente modernista, impelida por um grupo de rapazes a que deu desde o começo a sua adesão generosa GRAÇA ARANHA (Maranhão, 1868-1931), o brilhante romancista de *Canaã*, empolgado pelo entusiasmo dos iniciadores do movimento. Já pelos poemas de RICARDO GONÇALVES e AFONSO SCHMIDT, em que se feria com vigor a nota social e humana,²¹ atingindo, no primeiro, um acento áspero de revolta, ou pela poesia lírica, tocante de uma idealidade mística, de HERMES FONTES (Sergipe, 1890-1930) perpassava um sôpro de reação contra a escola parnasiana, senão de vontade, mal dissimulada, como nos poetas paulistas, de abater todos os ídolos. Por essa mesma época MONTEIRO LOBATO, que tem o sentido da observação, dava aos contos de *Urupês*, — pedaços de existência arrancados à realidade —, a côr, o tom, o aspecto e o movimento da própria vida; e, embora fiel ao gênio da língua, soube extrair dela novas riquezas, remoçando-a, pelo seu estilo, vigoroso e enxuto, de absoluta clareza e precisão. A impetuosidade, porém, com que se lançaram à aventura renovadora, entre outros um crítico de arte e de literatura como MÁRIO DE ANDRADE, um espírito de vanguarda, motejador e combativo, da têmpera de OSVALDO DE ANDRADE, e os três maiores poetas paulistas dessa geração, GUILHERME DE ALMEIDA, CASSIANO RICARDO e MENOTTI DEL PICCHIA, transformou êsse movimento, fortalecido ainda mais pelo prestígio pessoal do autor de *Viagem Maravilhosa*, em uma agitação de caráter revolucionário, adstrita a preocupações de fórmulas literárias, mas realmente útil, pelo que trazia de espírito iconoclasta, à renovação da literatura nacional. Se nada produziu de grande e definitivo, se não concorreu, por falta de uma nova concepção de vida, para fecundar as consciências, serviu, sem dúvida, para libertá-las das velhas cousas contra as quais se insurgiu, — a antiga técnica do verso, a eloquência parnasiana, o gosto pelos grandes temas e o apêgo às formas tradicionais da língua portuguesa falada no Brasil. Êsse processo de emancipação, iniciado pelo movimento de 1922, crítico e destruidor, mas sem nenhuma força criadora, tomou novo impulso, agora mais poderoso, com a revolução de 30, que, na justa observação de ALMIR DE ANDRADE, “quebrando o velho regime político, exerceu um papel psicológico de libertação de tendências recalcadas; todo atentado vitorioso contra o poder político tem uma capacidade desinibidora bastante acentuada: estimula a expansão de novas forças, impõe a necessidade inconciente de novas afirmações”.²² A literatura brasileira, porém, longe de ser impelida para uma única direção, se fragmentou, como aliás por tôda parte, numa pluralidade de tendências, que se chocam, se fundem ou se equilibram, conforme os gostos individuais e a variedade de influências estrangeiras, e entre as quais se podem constatar a do movimento modernista, já atenuado nos seus ímpetos renovadores, e a reação néo-clássica, pela volta ao equilíbrio e à harmonia entre a forma e o fundo; a da introspecção e sondagem do mundo interior e a da observação objetiva da realidade social e, enfim, a do espírito de brasilidade e a do espírito de civilização que, desenvolvendo-se, como tendências paralelas em nossa evolução intelectual, se apresentam sob novas formas.

Mas, entre tantos nomes que surgem na poesia e na prosa de ficção e brilham às vezes por instantes para se apagarem no esquecimento, é cedo demais

²¹ FERNANDO DE AZEVEDO, *Ensaio. A poesia social no Brasil*. Págs. 90-102, Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1929.

²² ALMIR DE ANDRADE, Resposta ao inquérito na “Revista do Brasil” acerca das tendências atuais da literatura brasileira, 1940.

para separar os que ficam e determinar, com precisão, as contribuições verdadeiramente originais aos progressos da literatura no país. A proximidade em que ainda estamos em relação a essas obras, sucedendo-se em tumulto, sem deixarem tempo para reflexão, e a abundância da matéria a examinar não permitem julgamentos definitivos sobre a história literária contemporânea. As vogas sucessivas em torno de nomes, trazendo às vezes ao primeiro plano obras de segunda ordem, e os ostracismos de igual desproporção, relegando a um meio esquecimento talentos superiores, impõem a necessidade de uma revisão dos valores intelectuais para que cada um encontre o lugar de seu mérito numa opinião restituída à verdade sem o entusiasmo excessivo ou sem as hostilidades secretas dos contemporâneos. No entanto, entre os que se impuseram à nossa admiração, podemos lembrar, na poesia, MANUEL BANDEIRA, de uma sensibilidade delicada, motejador e doloroso; AUGUSTO SCHMIDT, sensível e forte a um tempo, muito pessoal pelo tom e pela inspiração; JORGE DE LIMA, com a sua poesia original e simples até a mais autêntica ingenuidade, e de um sabor popular; ADALGISA NERI, uma alma ardente, que respira fortemente a vida e a exprime com uma sinceridade exasperada, e CECÍLIA MEIRELES, recolhida ao seu mundo interior como a um reino de exílio de que nos transmite a mensagem em seus poemas, com uma expressão nostálgica do infinito, e com tudo o que há de vago e de fluido, e por isso mesmo encantador, no seu pensamento simbólico, rico de sugestões. No romance em que se cruzam as influências mais diversas e especialmente as de JAMES JOYCE e as de MARCEL PROUST, distinguem-se de um modo geral duas grandes correntes, a do norte, néo-naturalista, dominada pelo gosto de fixar os aspectos da vida social, com JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, JOSÉ LINS DO RÊGO, GRACILIANO RAMOS, JORGE AMADO, AMANDO FONTES e RAQUEL DE QUEIROZ; e a do sul, que antes se compraz nos estudos do mundo psicológico, moral e mental, e em que se destacam, para citar apenas alguns, PLÍNIO SALGADO, LÚCIO CARDOSO, CORNÉLIO PENA, MARQUES REBÊLO, TELMO VERGARA, ÉRICO VERÍSSIMO e OTÁVIO DE FARIA, apaixonados da vida interior e da arte de analisar os estados da alma e o movimento das idéias e das paixões.²³ Embora pertencentes a mundos inteiramente diversos, com suas diferentes concepções da vida e do homem, e com particularidades bem marcadas, assemelham-se com frequência, no relêvo, no poder pitoresco e na intensidade do processo de reviver em tôdas as nuances o passado ou de nos dar a totalidade dos acontecimentos, sua repercussão sobre a consciência e as reações que determinam no indivíduo. Mas já se constata em alguns, entre os maiores dessa época, — a mais fecunda do romance brasileiro, o duplo esforço no sentido de atender à necessidade que reside à base da arte clássica, de sacrificar os detalhes em proveito dos grandes

²³ A nossa literatura, mais lírica do que refletida, exprimiu-se em tôdas as épocas mais fortemente pela poesia, pelo romance descritivo e pela eloquência do que pela filosofia, pelo ensaio e pelo teatro ou por qualquer outra forma literária que, pela sua natureza, exige mais análise e reflexão. O próprio MACHADO DE ASSIS, que introduziu na literatura brasileira, com seus romances, o interesse pela vida interior, e se tornou um mestre no estudo de caracteres, não encontrou no teatro uma expressão bem ajustada à forma particular de seu espírito. O talento todo pessoal e essencialmente subjetivo do grande romancista parecia não comportar as qualidades de invenção e os dons de vida necessários à obra do teatro, que exige, no drama, a força de um largo lirismo e obriga o autor a apagar-se para fazer viver o mundo de suas criações. Na época, porém, em que, sob a influência de romancistas nacionais, como MACHADO DE ASSIS e LIMA BARRETO, e estrangeiros, como JAMES JOYCE e ALDOUS HUXLEY ou MARCEL PROUST e ANDRÉ GIDE, tomam um grande impulso o romance psicológico e o de costumes, poder-se-ia cuidar, ao primeiro exame, que se tivesse registrado uma fase de progressos sensíveis na evolução de nosso teatro. Mas, ainda guardadas as proporções e tomada a palavra num sentido relativo, não se produziu uma obra notável no gênero dramático. Fundada a bem dizer por MARTINS PENA, na primeira metade do século XIX, e explorada com relativo sucesso, na segunda metade desse século, por JOSÉ DE ALENCAR e FRANÇA JÚNIOR, e mais recentemente por ARTUR AZEVEDO (Maranhão, 1851-1908), poeta satírico e comediógrafo, com suas deliciosas fantasias de um espírito picante, e por PAULO BARRETO (Rio, 1881-1921), jornalista e cronista, a comédia de costumes é representada hoje por um pequeno grupo de autores teatrais como RAIMUNDO DE MAGALHÃES JÚNIOR, ERNANI FERNARI e JORACI DE CAMARGO. Não há propriamente decadência do teatro nacional, que continua a desenvolver-se, num processo lento de evolução, sem apresentar ainda figuras capazes de formar uma tradição dramática entre nós, por um núcleo de obras de grande intensidade de vida, de vigor no estudo de caracteres e de largueza de concepção.

fatos significativos, ou de escolher os traços característicos, com a exclusão dos traços secundários e parasitas, e de se apagarem diante das cousas que representam, confiando-lhes a elas somente o cuidado de nos comover pela simplicidade na força e pela sinceridade da expressão.

Assim, pois, embora nem sempre seja do melhor quilate essa produção que se destina antes a distrair e a prender a atenção do leitor, e em que não se pode destacar senão uma ou outra obra verdadeiramente original e forte, a própria expansão quantitativa, nesse movimento literário, já é um índice do interesse crescente do público pela literatura nacional. Se ainda é considerável o comércio de livros franceses e ingleses no país, dilata-se cada vez mais o campo de influência de autores brasileiros, dos quais alguns já conseguem senão viver de sua pena, ao menos constituir em ocupação principal a atividade pura do espírito que não tinha antes função no quadro social e não chegava a ser uma profissão. Essa divergência entre o prazer do autor e a predileção do público ou, por outras palavras, entre o produtor e o consumidor, — em que HUMBERTO DE CAMPOS via com razão uma das causas da monotonia da vida literária no Brasil,²⁴ tende a desaparecer pelo maior cuidado dos autores em não se afastarem da realidade e em satisfazerem as preferências do público que fazem hoje, como sempre, o que se pode chamar um “clima literário”. A difusão da imprensa, pela circulação de grande número de jornais quotidianos; o espaço que abrem os diários mais importantes à crítica literária e às informações sobre livros novos; a rede cada vez mais apertada dos serviços de distribuição que as casas editoras estendem sobre todo o país, pelas livrarias e agências, e os modernos recursos de publicidade e propaganda contribuem de maneira notável para reduzir senão eliminar o divórcio entre os artistas e o público e aumentar esse poder de penetração, bastante forte para coroar às vészes de sucessos de livraria obras sem real interesse literário... Já não deteem o monopólio do julgamento as escolas literárias que, considerando a literatura como um privilégio de uma elite reduzida, consagravam ou rejeitavam outrora, com seus preconceitos ou dentro de critérios limitados, as produções de arte: o crescimento numérico e a elevação de nível cultural do público chamado a julgá-las, subtrai às tiranias de pequenos grupos o destino das obras de literatura postas agora, quase que ao mesmo tempo, ao alcance de públicos socialmente diferentes e de círculos cada vez menos restritos. Se à conta dessa expansão da vida literária, mais achegada às preferências do público, se pode levar um certo abaixamento de nível que costuma acompanhar os movimentos caracterizados pela intensidade de produção, é certo que esses períodos de efervescência intelectual, alargando o campo de sondagem e de influência literária, despertando vocações e fecundando consciências, preparam os grandes movimentos de renovação e criação, no domínio artístico.

²⁴ Em um país de antigas tradições literárias, e em que os autores e o público já encontraram um ambiente comunicante, como se pode observar da difusão da imprensa e do livro, raramente lograram êxito as revistas culturais e, especialmente, literárias, de número muito reduzido e, em geral, de pouca duração. A mais antiga dessas revistas, no século atual, *A Ilustração Brasileira*, fundada em 1909 no Rio de Janeiro pela Sociedade Anônima *O Malho*, teve, sob a direção de MEDEIROS E ALBUQUERQUE e com a colaboração dos maiores poetas e escritores do tempo, uma fase brilhante que se encerrou em 1915; suspensa a sua publicação nesse ano, reapareceu em 1920, para interromper-se mais uma vez em 1930, e resurgir em 1935, com dois colapsos de cinco anos, numa existência de pouco mais de um quartel de século. Em 1916 é fundada em São Paulo e dirigida sucessivamente por PLÍNIO BARRETO e MONTEIRO LOBATO a *Revista do Brasil*, que, suspensa por duas vészes, reapareceu no Rio em 1937, na sua terceira fase sob a direção de OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA. O *Boletim de Ariel*, excelente mensário dirigido por GASTÃO CRULS e AGRIPINO GRIECO, não durou mais de sete anos. *Inteligência* (mensário da opinião mundial), fundada por SAMUEL RIBEIRO, em São Paulo, deve a aceitação que a consagrou, ao seu caráter mais informativo e de divulgação do que literário. No Rio de Janeiro surgiu, por iniciativa de BRÍCIO DE ABREU, em forma de jornal, o semanário *Dom Casmurro*, consagrado exclusivamente à literatura. Se se acrescentar, pois, a essas revistas e jornais literários o *Anuário Brasileiro de Literatura* que saiu pela primeira vez em 1937, ter-se-á, na história de nossas letras, no século atual, o quadro completo das revistas de caráter literário, de maior interesse e repercussão, e entre as quais não seria possível enumerar as publicações periódicas sem relêvo, de duração efêmera e de influência limitada a círculos muito restritos.

Mas essa corrente de alta frequência que se estabeleceu entre os autores e o público, e de que extrai a literatura do país a sua força de penetração, não se explica somente pelo florescimento do romance, — a forma popular da literatura, pela maior riqueza de sentido social e humano, das obras de ficção, pela concordância mais profunda entre o que se escreve e o que se reclama para ler e pela pressão da publicidade que, se às vezes não tem o objetivo, tem sempre por efeito despertar o gosto e o hábito da leitura. Nas raízes dessa penetração mútua ou dessa compenetração entre o público e os autores encontra-se também o caráter nacional da literatura, cujas manifestações ainda são marcadas de influências estrangeiras, e que, no entanto, evoluindo no sentido da libertação espiritual, apresenta um sabor étnico mais acentuado e possui um clima próprio pelo qual procura afirmar-se e chega às vezes a atingir uma forte originalidade de pensamento e de expressão.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE (Almir de) — *Aspectos da cultura brasileira*. Schmidt Editor, Rio de Janeiro, 1939.
- ANDRADE (Muricy) — *A nova literatura brasileira*. Crítica e antologia. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1936.
- ATAÍDE (Tristão) — *Política e letras*. In "À margem da história da República" (Ideais, crenças e afirmações). Págs 237-292. Edição do Anuário do Brasil, Rio de Janeiro (sem data).
- AZEVEDO (Fernando de) — *Ensaio*. Especialmente, da parte I: Pequena introdução ao estudo de algumas figuras contemporâneas de oradores políticos, págs 67-80; A poesia social no Brasil, págs. 90-102; A raça na poesia brasileira, págs. 110-131; da parte II: os estudos sobre COELHO NETO, págs. 175-193, e sobre AMADEU AMARAL, págs. 164-175. Comp. Melhoramentos de S. Paulo, São Paulo-Rio, 1929.
- BANDEIRA (Manuel) — *Antologia dos poetas brasileiros da fase romântica*. Publicações do Ministério da Educação. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1937; *Antologia dos poetas brasileiros da fase parnasiana*. Ministério da Educação e Saúde. 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1940; A autoria das "Cartas chilenas". Págs 1 a 25 In "Revista do Brasil," 3.^a fase, Ano III, n.º 22, Abril, 1940.
- CAMPOS (Humberto de) — *Crítica*. 1.^a série (2.^a edição), 1 vol.; 2.^a série, 1 vol., Marisa Editora, Rio de Janeiro, 1933; *Sepultando os meus mortos* (Crônicas). Livraria José Olímpio, Rio (sem data).
- CARVALHO (Ronald de) — *Pequena história da literatura brasileira*. Prefácio de MEDEIROS E ALBUQUERQUE. Briguier & Comp. Editores, Rio de Janeiro, 1919; 4.^a edição, 1929.
- CASTRO, (Eugênio de) — *Geografia linguística e cultura brasileira* (Ensaio). Gráfica Sauer, Av. Mem de Sá, 155, Rio de Janeiro, 1937.
- CUNHA (Euclides da) — *À margem da história*. III parte. Da Independência à República (esboço político), págs. 213-309. 3.^a ed. Livraria Chardron, Porto, 1922.
- DENIS (Ferdinand) — *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal et du Brésil* in-18, 625 pages, Lecoine et Durey, Paris, 1826.
- GRIECO (Agripino) — *Evolução da prosa brasileira*. Ariel Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1933; *Evolução da poesia brasileira*, Ariel Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1933.
- LAFAYETTE SILVA — *História do teatro brasileiro*. Separata da memória publicada sob o título JOÃO CAETANO DOS SANTOS, na "Revista" do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Com 19 estampas. Livraria José Leite (sem data).
- LICÍNIO CARDOSO (Vicente) — *Pensamentos americanos* (livro póstumo). Especialmente: MAUÁ — Um homem e um livro; Um novo livro de OLIVEIRA LIMA; ALBERTO TÔRRES; TAVARES BASTOS e ALBERTO TÔRRES. Estabelecimento Gráfico, Praça Cruz Vermelha, 3-A, Rio de Janeiro, 1937.
- LÚCIO DE AZEVEDO (J.) — *Novas Epanáforas*. Estudos de história e de literatura. Relação quarta: o poeta ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA e a Inquisição. Págs 138 a 143. Relação quinta: Academia dos Renascidos. Págs. 219 a 249. Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1932.

- MATOS (Mário) — *Machado de Assis. O homem e a obra. Os personagens explicam o autor.* Edição ilustrada. Série Brasileira. Vol. 153. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- MIGUEL PEREIRA (Lúcia) — *Machado de Assis: Estudo crítico e biográfico.* Edição ilustrada. Série Brasileira, Vol. 73. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- MOTA (Artur) — *História da literatura brasileira.* (Época de Formação). Séculos XVI e XVII. Editora Nacional, São Paulo, 1930.
- NEIVA (Artur) — *Estudos da língua nacional.* Série Brasileira, vol. 178, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- PAIXÃO (Múcio da) — *Teatro no Brasil* (Obra póstuma). Editora Moderna, Rio (sem data).
- PEIXOTO (Afrânio) — *Noções de história da literatura brasileira.* Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1931; *Panorama da literatura brasileira* (com uma introdução e notas). Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- ROMERO (Sílvio) — *História da literatura brasileira*, 2 vols. 1.^a ed. Rio, 1888; 2.^a ed. H. Garnier, Rio, 1902; *Evolução da literatura brasileira* (vista sintética), Campanha (Minas) 1905.
- SANCHEZ (Edgar) — *Língua Brasileira.* 1.^o Tomo. Série Brasileira, vol. 179. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- SERRANO (Jônatas) — *Homens e idéias.* F. Briguier & Comp. Editores, Rio de Janeiro, 1930.
- SÜSSEKIND DE MENDONÇA (Carlos) — *História do teatro brasileiro.* Vol. 1.^o (1565-1840) Idéias gerais. Os precursores. A formação cênica e literaria. Mendonça Machado & Comp., Rio de Janeiro, 1926.
- VERÍSSIMO (José) — *História da literatura brasileira* de BENTO TEIXEIRA (1061) a MACHADO DE ASSIS (1908), Francisco Alves, Rio, 1916; *Estudos da literatura brasileira*, 6 vols., Paris, Garnier, 1901-1907.
- WERNECK SODRÉ (Nélson) — *História da literatura brasileira.* (Seus fundamentos econômicos). Edições Cultura Brasileira, S. Paulo (sem data).
- WOLFF (Ferdinand) — *Le Brésil littéraire.* Histoire de la littérature brésilienne, suivie d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens. XVI. 242 et 334 pages. A. Ascher et Cie., Berlin, 1883.
-

CAPÍTULO IV

A cultura científica

O período holandês — A comitiva de MAURÍCIO DE NASSAU — Os primeiros exploradores estrangeiros — A Colônia e a Metrópole — A treva em que a Metrópole mergulhou o Brasil colonial — A instalação da corte portuguesa no Brasil — D. JOÃO VI e as primeiras escolas e instituições científicas — O Museu Nacional — Os estudos de botânica e zoologia — As viagens de naturalistas estrangeiros pelo interior do Brasil — A geologia — As pesquisas paleontológicas do Dr. LUND, na Lagoa Santa — As ciências físicas — De BARTOLOMEU DE GUSMÃO a SANTOS DUMONT — O Observatório Nacional — Escasso interesse do brasileiro pelas ciências físicas — D. PEDRO II e as ciências — A Escola de Minas — A matemática e os seus principais cultores — GOMES DE SOUSA — Museus e bibliotecas — A Biblioteca Nacional — NINA RODRIGUES e a medicina legal — OSVALDO CRUZ e o centro de pesquisas em Manguinhos — A geografia e a história — Os Institutos Históricos — A penetração do espírito científico nos estudos históricos e geográficos — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — As missões culturais estrangeiras — As ciências sociais — A sociologia e a etnologia no Brasil — Ciência e filosofia — O positivismo — A filosofia de FARIAS BRITO.

EM UMA síntese extremamente reduzida, ao longo de trinta páginas cerradas, assistimos ao desenvolvimento de nossa história literária, às primeiras manifestações, no período colonial, modeladas em forma portuguesa, ainda que às vezes de pensamento americano; à floração viva, desigual e desordenada, do século XIX e à produção mais disciplinada, rica e saborosa, do século XX. O que nos fere logo a atenção, na história da literatura brasileira, não é somente a continuidade do movimento literário através de três séculos, nem a variedade crescente de talentos de primeira ordem, em cada um desses períodos, mas a vitalidade e a força com que se veem afirmando progressivamente a originalidade da literatura nacional, nas diversas fases de sua evolução e, especialmente, a partir do movimento romântico. Em nenhuma outra atividade de espírito, a inteligência no Brasil se expandiu com tanto vigor nem manifestou tão grande poder de invenção. Pode-se mesmo considerar a literatura como o produto mais caracteristicamente brasileiro, o testemunho menos contestável da originalidade do espírito nacional. Se compararmos, porém, os progressos nesse domínio de atividade com os das ciências, o que nos fica dêsse confronto, estabelecido numa análise ainda que sumária, é uma impressão desconcertante da desproporção entre o progresso literário e o desenvolvimento científico que a rigor começou a processar-se somente no século XIX, quase adstrito ao mundo das ciências naturais e com uma extrema

lentidão. Essa predominância do espírito literário sobre o espírito científico tem sido, na história de nossa cultura, tão acentuada e persistente que não faltou quem a atribuisse, num exame superficial, a uma forma particular de espírito, ligada a fatores étnicos e, portanto, biológicos, como se se tratasse de uma inaptidão natural, irremovível, para estudos e pesquisas científicas, para a ciência pura e a especulação. Certamente o povo brasileiro, como qualquer outro, apresenta um complexo de traços fundamentais que o caracterizam e refletem sobre suas instituições e tendências, marcando-as com seu cunho particular. Mas, sejam quais forem os traços ou os fatos salientes que se possa fazer ressaltar como peculiares a uma raça, eles são suscetíveis de se modificarem com as transformações da vida social: as variações da mentalidade que eles compõem, são ligadas em primeiro lugar às variações sociais e, dada a constante relação entre esses dois tipos de mudanças, não se pode sentenciar a inaptidão de um povo para qualquer ramo das atividades humanas senão em face de suas atitudes e reações, em um novo estado social, criado pelos contactos de culturas diferentes. Aliás, a lentidão do progresso científico e o nosso atraso nesse domínio proveem, como é fácil verificar, de fatores políticos, econômicos e culturais que contribuíram poderosamente para criar uma atmosfera social por muito tempo desfavorável à cultura científica e para impelir a atividade em outras direções.

Em todo o período colonial, desde o descobrimento até a vinda de D. JOÃO VI ao Brasil, não se registaram, de fato, na história de nossa cultura, senão manifestações esporádicas e isoladas, — de estrangeiros que, aproveitando a oportunidade de sua permanência na Colônia, tomaram os habitantes e as riquezas naturais do país para objeto de seus estudos, e de algumas figuras excepcionais de brasileiros que viveram fora do país e se dedicaram na Metrópole e, mais tarde, na Colônia, a atividades científicas. Nem os sábios estrangeiros que recolheram, em terras americanas, o material para suas obras, nem os brasileiros eminentes que, formados na Europa, realizaram trabalhos de valor científico no estrangeiro, exerceram qualquer influência no desenvolvimento do espírito e dos métodos científicos no Brasil. É no período holandês ou, mais propriamente, no governo de MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644), — “um parêntesis luminoso”, aberto pela chegada e encerrado com a partida do príncipe flamengo —, que se inaugurou no Brasil colonial uma época de atividades científicas, realizadas pelo grupo de homens de ciência que o Conde de NASSAU mandou vir a Pernambuco. Essa importante missão, a primeira que aportou ao Brasil, chegou no Recife em 1637, um século depois do começo do povoamento, pelos portugueses, das terras descobertas. Dela faziam parte, entre outros, GUILHERME PISO, médico de Amsterdam, o fundador, com J. BONTIUS, da medicina colonial e J. MARCKGRAF, naturalista alemão, que deixaram na *História Naturalis Brasiliae* (1.^a ed., 1648; 2.^a ed., 1658) uma obra capital pela riqueza de dados e de observações, e a mais notável publicada sobre a medicina, a flora e a fauna do país, nos tempos coloniais. Se pelas suas observações sobre as moléstias dominantes no Brasil setentrional e a ação terapêutica das plantas medicinais, GUILHERME PISO, — o primeiro médico que tratou da opilação, indicou a transmissão do veneno ofídico pelos dentes da cobra e fez necroses no Brasil, é justamente considerado o criador da nosologia brasileira, a J. MARCKGRAF cabe a glória de ter lançado os fundamentos da história natural, colecionando, desenhando e descrevendo todas as plantas e animais que encontrou em suas numerosas explorações científicas. Era tão avultada a cópia de material colhido nessas excursões até as capitânias limítrofes que, no dizer de ALFREDO DE CARVALHO, “o gabinete do condé, os museus de duas Universidades e várias coleções particulares (entre estas a de SEBASCH, depois



216. Fac-simile do frontispício de "*Historia Naturalis Brasiliae*", de Piso e Marcgrave.



217. BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO, o "Padre Voador", ao qual as suas experiências de aerostato asseguraram um lugar entre os antecipadores imortais da aviação.

Sala Bartolomeu de Gusmão, do Museu Paulista, vendo-se ao centro o retrato do inventor brasileiro.
Foto do Museu Paulista.



José Bonifácio de Andrada e Silva.

218. JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (Santos, 1763 — Rio, 1838) primeiro professor da cadeira de metalurgia da Universidade de Coimbra, mineralogista de grande valor, "o maior e o mais culto dos brasileiros de seu tempo".

Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



219. O Conselheiro FRANCISCO FREIRE ALEMÃO, notável botânico, mestre de botânica na Escola de Medicina e diretor do Museu Nacional (1866-1874).



220. J. BARBOSA RODRIGUES, "o mais notável botânico que o Brasil possuiu depois de FREIRE ALEMÃO", diretor do Jardim Botânico (1889-1909) e autor do "Sertum Palmarum".



221. ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO, ictiólogo consumado e dos zoólogos nascidos no Brasil, talvez o maior de todos.



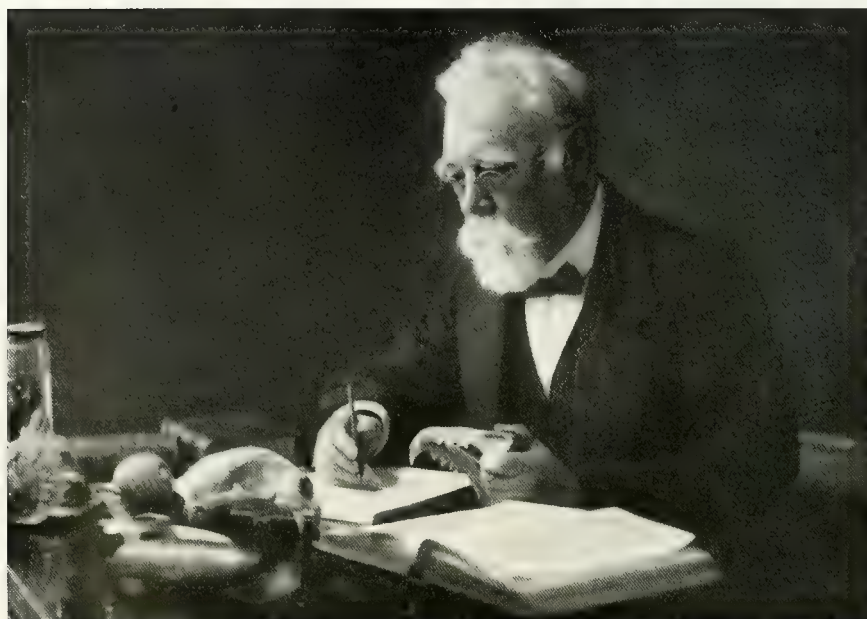
222. ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO, no seu laboratório de pesquisas, no Museu Nacional.



223. EMÍLIO GOELDI, fundador do Museu Paraense, hoje Museu Goeldi, e autor de "Os Mamíferos do Brasil (1893) e "Aves do Brasil".



224. JACQUES HUBER, botânico, suíço, que trabalhou no Museu Paraense, e um dos naturalistas estrangeiros que mais se consagraram à nossa terra e ao estudo de suas riquezas naturais.



225. HERMANN VON IHERING, fundador do Museu Paulista, de que foi diretor (1894-1915) e uma das maiores autoridades do mundo na sua especialidade (moluscos).



226. FRITZ MÜLLER, "o príncipe dos observadores", no conceito de DARWIN, e um dos maiores naturalistas do século com 45 anos de Brasil e de serviços à ciência e ao país.



227. PETER WILHELM LUND (Dinamarca, 1801 — Lagoa Santa, Minas Gerais, 1880), um dos sábios mais eminentes no domínio da paleontologia, famoso pelas suas pesquisas sobre fósseis, no vale do rio das Velhas.



228. LOUIS AGASSIZ (1807-1873), naturalista suíço que chefiou a Expedição Thayer (1865-66) e iniciou "uma nova época no estudo da geologia entre nós".



229. CHARLES FREDERIC HARTT (1840-1876), sábio americano que fez parte da "Thayer Expedition", completou, em 1867, o reconhecimento geológico do litoral (do Rio a Pernambuco) e publicou, em 1870, a obra mais importante do século passado sobre a geologia brasileira.



230. ORVILLE A. DERBY (1851-1915), colaborador e continuador de CHARLES FREDERIC HARTT, na organização do serviço geológico geral (1873-1878) e a cuja competência foi confiada a direção do serviço geológico e mineralógico do Brasil, de novo organizado em 1907.



231. LUIZ FELIPE GONZAGA DE CAMPOS (1856-1925), geólogo brasileiro, colaborador de ORVILLE DERBY (1907-1915) e autor de trabalhos importantes.



232. JOHN C. BRANNER, um dos discípulos e colaboradores de C. FREDERIC HARTT, na organização dos serviços e no desenvolvimento dos estudos geológicos no Brasil.



233. A. BETIM PAIS LEME, geólogo do Museu Nacional e autor de excelentes monografias sobre a teoria do deslize dos continentes, de WEGENER, estudada em face das observações geológicas concernentes ao Brasil.



234. PEDRO II, animador e cultor das ciências, o qual, no seu longo reinado, se encontra à frente de todas as iniciativas de interesse científico no Brasil.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



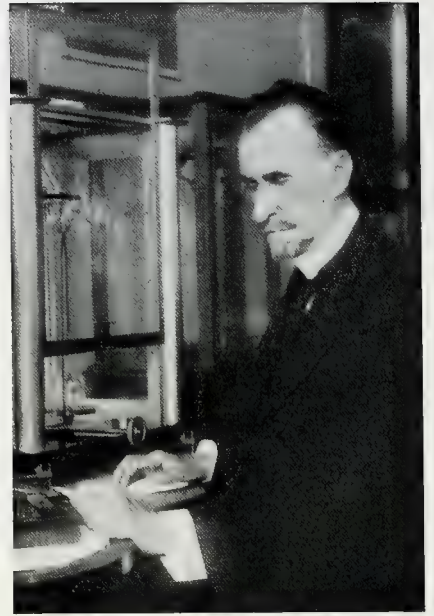
235. Sala consagrada a SANTOS DUMONT.
Sala B-9, do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.



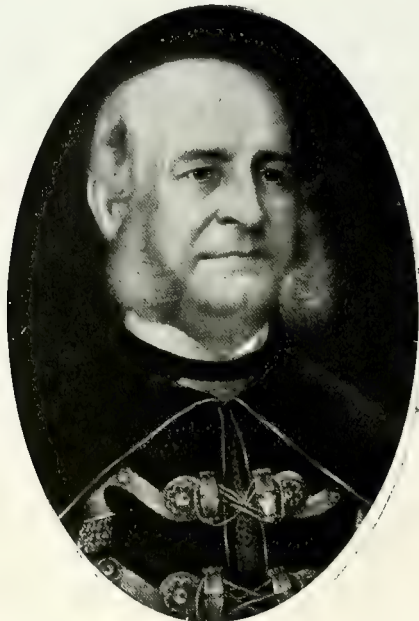
236. SANTOS DUMONT (Minas, 1873 - Santos, 1932), a quem ÉDISON chamou "o bandeirante dos ares", e a quem cabem duas invenções, — a da dirigibilidade do "mais leve" e a da ascensão do "mais pesado".



237. LOUIS CRULS (1848-1908), astrônomo belga, segundo diretor do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1884-1908), em quem sucedeu ao sábio francês EMMANUEL LIAIS (1874-1884).



238. HENRIQUE MORIZE (1860-1930), professor de física e de meteorologia, diretor do Observatório Nacional, desde 1908, a quem se devem a primeira organização meteorológica nacional e uma notável monografia sobre o clima do Brasil.



239. VISCONDE DO RIO BRANCO, em cujo ministério se realizaram as mais importantes iniciativas e reformas, de interesse científico, no período imperial.



240. A Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875 no Ministério Rio Branco e instalada no antigo Palácio dos Governadores, que se tornou, sob a direção de HENRI GORCEIX, o maior centro de alta cultura, no último quartel do século XIX.



241. HENRI GORCEIX, organizador e primeiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, criador de escola, sob cuja orientação se formou uma geração notável de especialistas em mineralogia, geologia e minas.



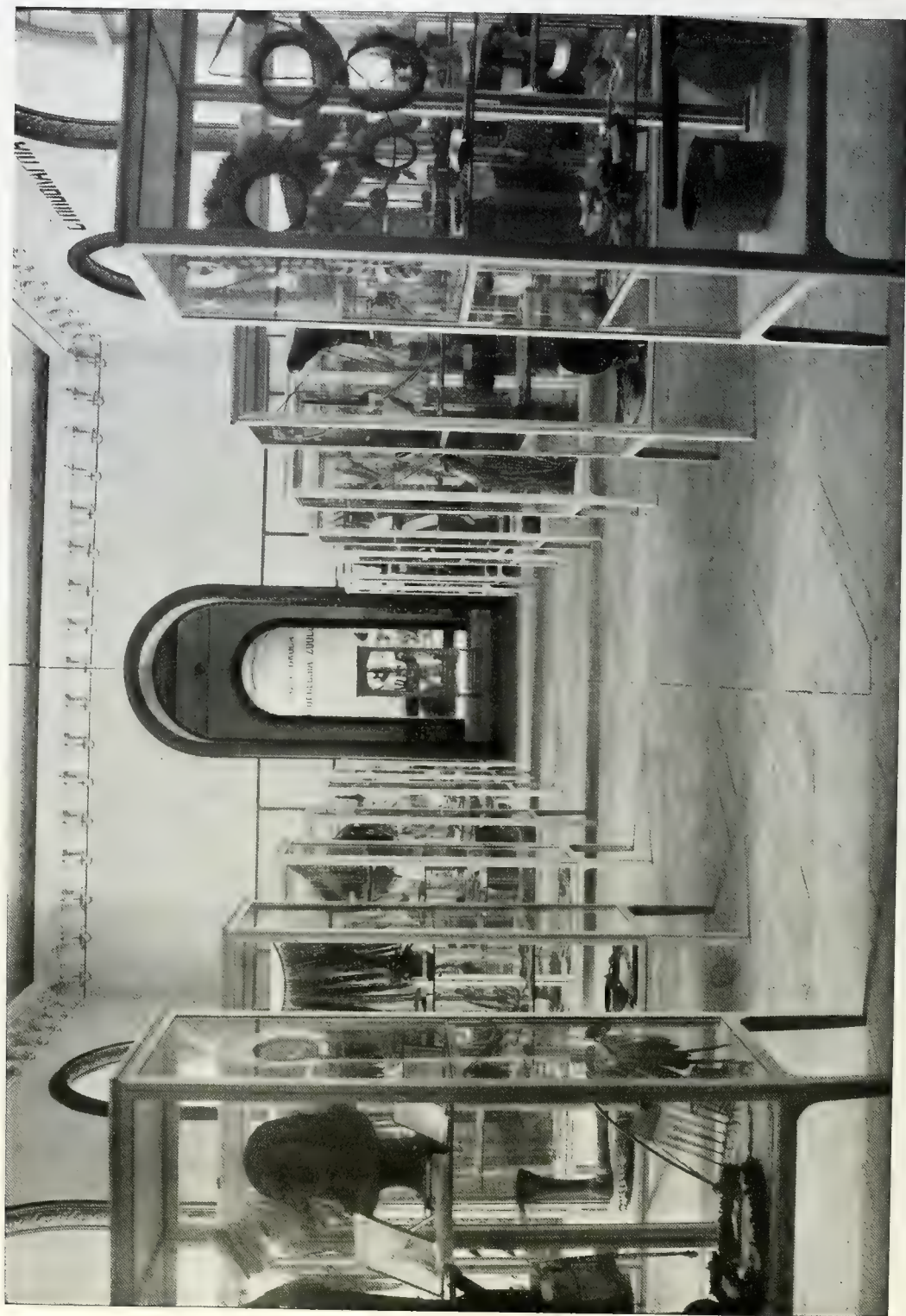
242. EUGÊNIO HUSSAK (1858-1911), petrógrafo e animador e colaborador de HENRI GORCEIX, nas pesquisas geológicas e no estudo das riquezas naturais do Brasil.



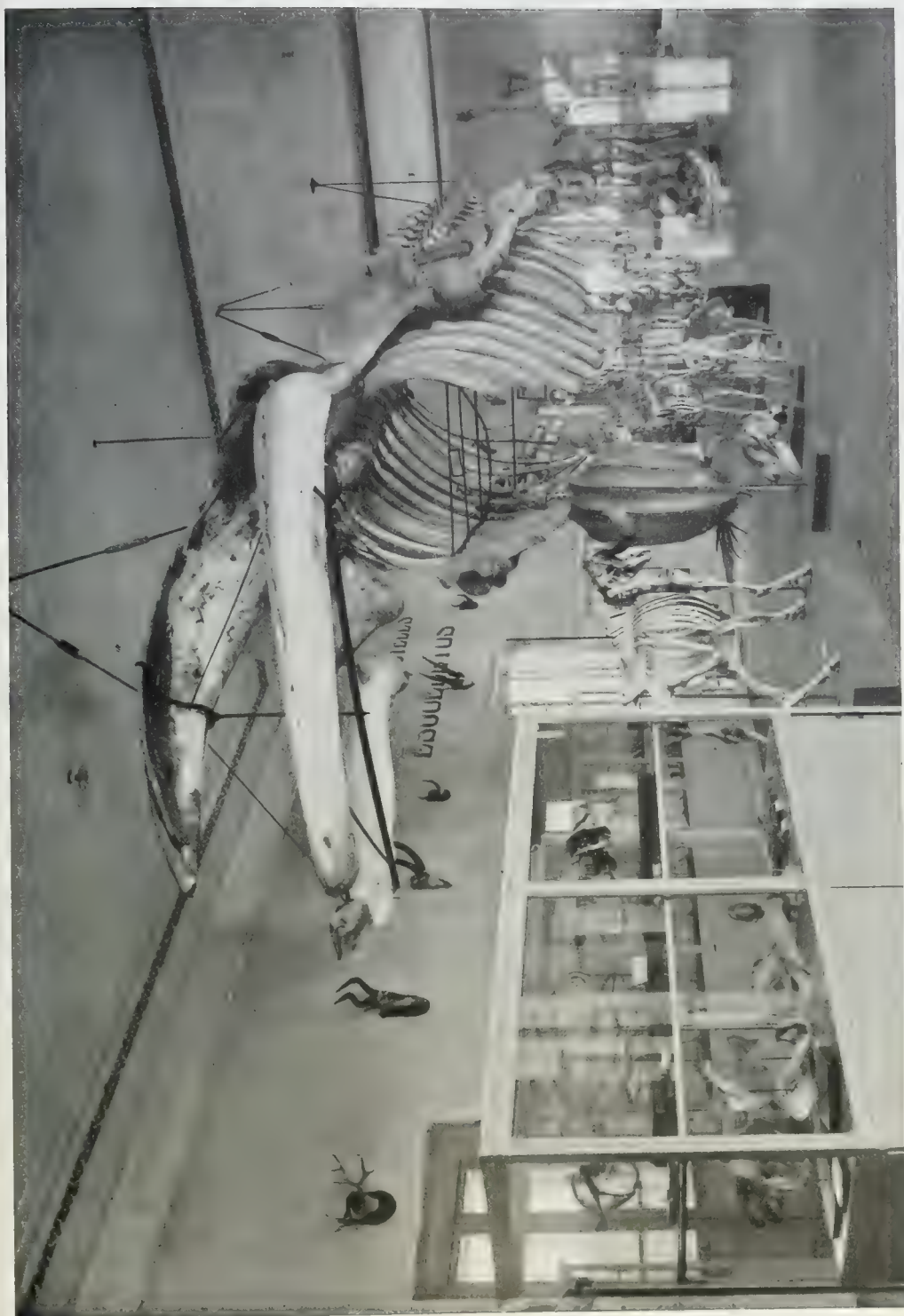
243. JOAQUIM GOMES DE SOUSA (1829-1863), natural do Maranhão, o maior matemático do Brasil.



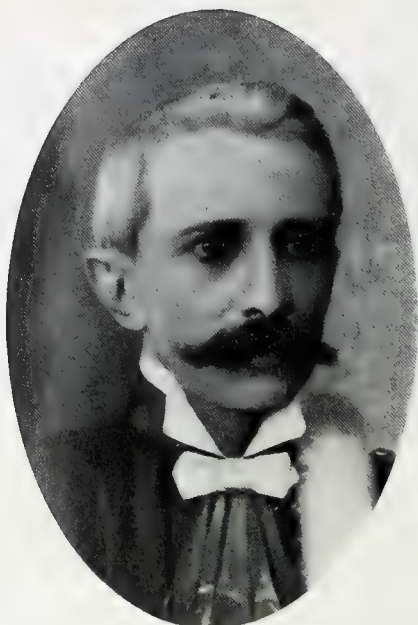
244. Museu Nacional do Rio de Janeiro (antigo Museu Real e Museu Imperial) grande centro de pesquisas e de trabalho científico, instalado, desde 1892, no antigo Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista. — Foto do Museu Nacional.



245. Museu Nacional. Sala de Etnografia.
Foto do Museu Nacional.



246. Museu Nacional. Sala de esqueletos.
Foto do Museu Nacional.



247. RAIMUNDO NINA RODRIGUES, natural do Maranhão, com o qual se inaugura uma nova fase na evolução científica da medicina no Brasil.

248. Instituto de Manguinhos, hoje Instituto Osvaldo Cruz, fundado em 1901, o maior centro de pesquisas científicas do país, no domínio da patologia experimental.
Foto da Secção Fotográfica do Instituto Osvaldo Cruz.





249. *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a mais importante e a mais rica da América do Sul.*
Foto Vosyltus. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.



250. OSVALDO CRUZ (1872-1916), no seu laboratório no Instituto de Manguinhos. Rio de Janeiro. — Foto J. PINTO.



251. CARLOS CHAGAS, discípulo de OSVALDO CRUZ, que em 1909 conquista para o Instituto de Manguinhos o seu maior triunfo com o trabalho sobre a *Trypanosomíase americana* e o seu agente propagador (*Trypanosoma Cruzi*).
Foto J. PINTO.



252. O Instituto Butantã, fundado em 1899, cuja fase propriamente científica, iniciada, entre 1901 e 1902, por VITAL BRASIL, seu primeiro diretor (1899-1919) e desenvolvida em 1913 por J. FLORENCIO GOMES, tomou um impulso notável, a partir de 1918, com AFRÂNIO AMARAL.



253. General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES (Minas, 1837 - Rio, 1898), sertanista e etnógrafo, autor de "Viagem ao Araguaia" e de "O Selvagem". — Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



254. General CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, desbravador e civilizador do sertão durante 38 anos, (1892-1930); chefe das expedições científicas brasileiras (Comissão Rondon) que mais concorreram para o desenvolvimento da história natural, entre nós.

Foto da Inspetoria E. de Fronteiras.

tão famosa) foram com elas enriquecidos e por mais de um século a ciência se nutriu dessa provisão". Não se restringiram, porém, ao campo das ciências naturais as atividades científicas de J. MARCKGRAF: no observatório instalado entre os anos de 1637 e 1644, pelo príncipe de NASSAU, — o mais antigo do hemisfério sul, realizou importantes observações meteorológicas e astronômicas de que nos ficaram apenas, conservados por BARLEUS,¹ os cálculos relativos ao eclipse solar de 12 de Novembro de 1640, e escreveu um tratado topográfico e meteorológico do Brasil, publicado em apenso na 2.^a edição (1658) da grande obra em que figura, em oito livros dos doze que a constituem, o enorme espólio científico recolhido pelo sábio alemão.

É certo que o Recife judaico-holandês se tornou, no período da ocupação, como observa GILBERTO FREYRE, "o maior centro de diferenciação intelectual na colônia que o esforço católico no sentido da integração procurava conservar estranha às novas ciências e às novas línguas. Com o conde MAURÍCIO DE NASSAU levantou-se do meio dos cajueiros o primeiro observatório astronômico da América; um jardim botânico e outro zoológico surgiram dentre as gitiranas e os mangues onde outrora só havia buraco de goiamum; apareceram PISO e MARCKGRAF, os primeiros olhos de cientistas a estudarem os indígenas, as árvores, os bichos do Brasil; pastores da religião de CALVINO pregando novas formas de cristianismo; FRANZ POST pintando casas de engenho, palhoças de índios, mucambos de pretos, cajueiros, à beira dos rios, negros com trouxa de roupa suja à cabeça; PETER POST, traçando os planos de uma grande cidade de sobrados altos e de canais profundos por onde se pudesse passear de canoa como na Holanda".² Mas êsses pequenos focos esparsos, últimos testemunhos da grande chama do espírito de cultura que MAURÍCIO DE NASSAU acendeu, não tardaram a ser extintos, já pela pouca duração do domínio holandês, mantido pela força, já pelas hostilidades crescentes contra os invasores, herejes, em que os colonos passaram a ver os inimigos da pátria e da religião. O espírito de integração no sentido católico e português acabaria por dissolver as diferenças, atraindo novamente para a órbita da influência ibérica as populações de Pernambuco. MARCKGRAF morre em 1644, no mesmo ano da retirada do príncipe de NASSAU para a Holanda onde, quatro anos depois, G. PISO fazia publicar a 1.^a edição da obra notável em que colaboraram o médico flamengo e o naturalista alemão. As profundas agitações que se seguiram à partida de NASSAU em Maio de 1644; as guerras contra os batavos, vencidos na Europa pela Inglaterra e, na América, pelos brasileiros, nas duas batalhas dos Guararapes e, afinal a capitulação, em 1654, dos invasores que abandonaram as suas conquistas, deixaram inteiramente desarmada e já a ponto de esboroar-se toda a civilização que o príncipe flamengo pretendia edificar em terras da América portuguesa. "Da obra do administrador nada sobrevive, escreve CAPISTRANO DE ABREU; seus palácios e jardins consumiram-se na voragem do fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa, e estão estudando-as os americanistas"; e os livros de BARLEUS, PISO e MARCKGRAF que, "devidos ao seu mecenato atingiram a uma altura a que nenhuma obra portuguesa ou brasileira se pode comparar nos tempos coloniais, parece mesmo terem sido pouco lidos no Brasil apesar de escritos em latim, a língua universal da época, tão insignificantes vestígios encontramos deles".³

¹ GASPAR BARLÉU, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau, etc.* Tradução e anotação de CLÁUDIO ERANDÃO. Serviço Gráfico do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1940.

² GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos*. Série Brasileira, Vol. 64, pág. 272, Comp. Editora Nacional. São Paulo, 1936.

³ CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos da história colonial*. Págs. 90-91, Rio, 1907.

Até o século XIX não se dirigiu ao Brasil nenhuma outra missão de sábios estrangeiros; e, se entre os visitantes do Brasil colonial alguns mostraram interesse pela nossa natureza, como os franceses DAMPIER (Baía, 1704), LA BAREINNAIS (1714) e BOUGAINVILLE que esteve em Santa Catarina em 1763 e no Rio de Janeiro em 1765, as suas observações não traziam, em geral, senão esse sentido do pitoresco, de viajantes deslumbrados diante das paisagens tropicais. O gosto das viagens, o espírito de aventura, o interesse pelas novas terras descobertas, na América e na Ásia, estimulavam esses empreendimentos isolados de forasteiros que não deixaram vestígios de sua passagem pela Colônia, de onde naturalistas advenços, porém, — um PH. COMMERSON (1767) e JOSEPH BANKS (1768), que passou três semanas na Guanabara, remetiam, respectivamente para o Museu de História Natural de Paris e para Londres herbários colecionados no Rio de Janeiro. A Colônia continuava estranha à revolução científica que se processava no Velho Mundo e mergulhada na espessa obscuridade em que, sob esse aspecto, se envolvia a Metrópole que estava, como toda a península, “fora da linha isotérmica dessa revolução”. Por toda a superfície da península, pondera RUI BARBOSA, “a instrução científica não existia. Nos meados desse século (XVIII) não havia em toda a Espanha um químico prático. Mais de 150 anos depois de HARVEY ainda se desconhecia aí a circulação do sangue. A Universidade de Salamanca, em 1771, recusara entrada pública, desdenhosa e terminantemente, aos descobrimentos de NEWTON, GASSENDI e DESCARTES por não se coadunarem com ARISTÓTELES. Em Portugal os estudos universitários vegetavam sob a rotina teológica, do mesmo modo como os colégios eram monopólios das ordens religiosas e as raras escolas primárias não passavam, digamos assim, de estabelecimentos diocesanos, sob a direção dos clérigos e inspeção dos bispos”.⁴ A instrução, sujeita à curatela clerical e transferida, desde 1555, para as mãos dos jesuítas, sem dúvida os maiores humanistas do tempo, se caracterizava pelo ensino da gramática, da retórica e da escolástica, e se reduzia, no plano superior, às letras teológicas e jurídicas, além da medicina galênica, mantendo-se quase totalmente fechada, através de mais de dois séculos, ao estudo das ciências experimentais. Era todo um sistema cultural, montado para a formação de sacerdotes, letrados e eruditos e que, desenvolvendo-se na sua órbita autônoma, resistia à poderosa atração dos métodos novos e das tendências progressivas que agitavam o mundo civilizado. Se a essa atmosfera cultural, saturada de formas puramente livrescas e dogmáticas e de controvérsias inspiradas pelo velho espírito escolástico, se acrescentarem a política de isolamento adotada por Portugal em relação à Colônia, a ponto de privá-la de toda a comunicação e comércio com as nações da Europa;⁵ o regime opressivo da liberdade de pensamento e de crítica, e a desesperadora tenacidade com que a Metrópole sufocava todas as manifestações de cultura viva no país e todos os meios de

⁴ RUI BARBOSA, *O centenário do Marquês de Pombal*. Discurso pronunciado a 8 de Maio de 1882 no Imperial Teatro de D. Pedro II.

⁵ Essa política de segregação adotada por Portugal que “sempre procurou impedir o contacto dos estrangeiros com as gentes do Brasil”, nunca se exprimiu com tanta estreiteza como naquele famoso aviso expedido a 2 de Junho de 1800 pelo governo da Metrópole ao seu delegado do Pará, apenas oito anos antes da chegada do Príncipe Real ao Brasil, e em que se proibia a vinda do grande HUMBOLDT às terras brasileiras. “Não era, pois, de admirar (comenta JULIANO MOREIRA) que no Brasil não penetrassem idéias que eram correntes no mundo civilizado. Afirmou ARMITAGE, historiador inglês que aqui viveu durante duas décadas: pela política de Portugal uma das mais belas e férteis regiões do globo havia sido privada de toda a comunicação e comércio com as outras nações da Europa, a ponto que a admissão e a residência dos estrangeiros eram ali proibidas. Se aos navios das nações aliadas à Metrópole se consentia que de vez em quando ancorassem nos seus portos, proibia-se-lhes que seus passageiros e tripulantes descessem à terra, exceto quando acompanhados por escoltas de soldados. O resultado disso era “a vasta ignorância geral do que se passava pelo mundo, exceto o que Portugal queria que se soubesse”. Não havia em todo o Brasil uma só tipografia... A condição dos brasileiros, conclue o mesmo historiador, era, na verdade, digna de compaixão comparada com a dos europeus”. (JULIANO MOREIRA, *O progresso das ciências no Brasil*. In “Anais” da Biblioteca Nacional, 1913, vol. XXXV, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1916).

sua propagação, ter-se-á o quadro sombrio dos obstáculos quase invencíveis que se levantavam no Brasil à penetração do espírito crítico e científico e à difusão do estudo das ciências de observação.

Nesse largo período de obscurantismo interrompido apenas pelo rasgão luminoso que nele abriu a administração do príncipe flamengo, as discussões estéreis, de um preciosismo até o ridículo, em que se debulhava a inteligência nas de academias literárias que se sucederam, na Colônia, não se encontra exame cerrado das idéias e dos fatos. A natureza, na variedade de suas paisagens e de seus aspectos, era antes uma força selvagem, desafiando a audácia de aventureiros e exploradores, um espetáculo com que se entretinham os poetas e os letrados ou um trampolim donde a imaginação mística se lançava para o infinito; raramente se abria aos olhos dos brasileiros, despertando-lhes a curiosidade científica, como um campo inesgotável de observação. Para dezenas de academias literárias que se sucederam, na Colônia, não se encontra até 1770, uma só academia de ciências: a primeira, dêsse gênero, a Academia Científica, que se fundou em 1771 no Rio de Janeiro, três anos depois da reforma da Universidade de Coimbra pelo Marquês de POMBAL, teve duração efêmera (1771-1779), e, reduzida a sua atividade à criação de um horto botânico, no Morro do Castelo, a algumas iniciativas de interesse prático e ao intercâmbio com as academias estrangeiras, não exerceu nenhuma influência na evolução do pensamento nacional. Embora se propusesse aos estudos de ciência pura e de ciência aplicada, congregando, no mesmo grêmio, os que pretendiam dedicar-se à física, à química e à história natural, como os que se consagravam à medicina, à cirurgia, à farmácia e à agricultura, a Academia Científica, instituída pelo vice-rei Marquês de LAVRADIO,⁶ — precursora da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciências, não encontrou na variedade de seus objetivos nem na amplitude de seu plano de ação, elementos suficientes para assegurar a continuidade de sua existência e seus progressos. Ainda estudante em Coimbra, SILVA ALVARENGA, de Vila Rica, que recebera em Portugal a impressão da corrente de idéias novas, fustiga, na sua sátira *O desertor das letras*, os velhos métodos de ensino seguidos na Universidade antes da reforma pombalina; de volta ao Brasil, a que trouxe o gosto pela ciência, funda uma sociedade científica que teve também curta duração e resurge mais tarde, em 1786, restaurada pelo poeta e com a aprovação do Vice-rei LUIZ DE VASCONCELOS, sob o nome de Sociedade Literária, do Rio de Janeiro. . . Nas suas linhas esquemáticas, a cultura colonial, estratificada em fórmulas rígidas, mantinha um clima de todo desfavorável a qualquer movimento de interesse pelas ciências; o que não era de surpreender quando mesmo na Metrópole, em que as reformas de ensino promovidas pelo ministro de D. JOSÉ, produziram uma verdadeira revolução, as ciências naturais, mal vistas ainda, “eram como que bastardas a quem a generosidade e a clemência de POMBAL tinham dado morada e agasalho naquele arrogante morgado literário que assentara em Coimbra o seu solar. Eram ciências de plebeus e quase desconhecidas por advenidiças e carecentes de custoso genealógico”.⁷ Mas uma plêiade de brasileiros que estudavam em Coimbra, por essa época, entre 1768 e 1788, e respiravam uma nova atmosfera cultural, foi a primeira a se beneficiar do ensino na Universidade, reorganizada, em 1768, por POMBAL que acrescentou ao programa do curso a história natural e as matemáticas, estabeleceu um observatório, criou laboratórios e museus e “reconheceu à ciência a sua dignidade no ensino”.

⁶ VARNHAGEN (Visconde de Pôrto Seguro), *História Geral do Brasil* — antes de sua separação e independência de Portugal —, 3.^a ed. integral. Companhia de Melhoramentos de S. Paulo, s. d.

⁷ In JULIANO MOREIRA, *O progresso das ciências no Brasil*. In “Anais” da Biblioteca Nacional, 1913, vol. XXXV, Rio de Janeiro, 1916.

Se, no alvorecer do século XVIII, avulta em Portugal a figura singular de um brasileiro, o Pe. BARTOLOMEU LOURENÇO que se arroja acima de seu meio às primeiras experiências do aerostato e a quem a justiça assegura, nos anais do progresso científico, um lugar entre os antecipadores imortais da aviação, surgem, a partir de 1775, no crepúsculo desse século, um geógrafo consumado, LACERDA E ALMEIDA, um CONCEIÇÃO VELOSO e um ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, grandes naturalistas, e um mineralogista do valor de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, "o maior e o mais culto dos brasileiros de seu tempo". O primeiro, FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA (São Paulo, 1750), formado em Coimbra, por volta de 1776, embrenha-se pelos sertões, ao regressar ao Brasil, "varando o território de oeste para leste, de um galho meridional do Amazonas e através do sistema hidrográfico Paraguai-Paraná", e determinando as coordenadas de centenas de localidades; embarca em 1790 para Lisboa com as memórias e mapas que devia apresentar à Academia Real de Ciências e parte, em 1796, em missão geográfica às colônias da África Portuguesa, onde o colheu a morte, em Outubro de 1798, depois de ter ultrapassado o alto Zambese, em demanda da região central do continente africano. No seu *Diário da viagem de Moçambique para os rios de Sena*, editado somente em 1936, descreve-nos com uma grande riqueza de dados e observações, a empresa grandiosa em que sucumbiu e que foi tentada pela expedição de que fazia parte, quase um século antes das gloriosas explorações (1871) de LEVINGSTONE e STANLEY POOL às mais altas nascentes do rio Nilo. Mas, "da reforma pombalina o maior lucro para o Brasil, além dos ANDRADAS, foi, no parecer de JULIANO MOREIRA, o ter produzido o naturalista ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (Baía, 1756 — Lisboa, 1815), médico baiano que viera ao Brasil, encarregado de arrolar as riquezas naturais do país, tendo desembarcado em Belém, em 1783, e que, pelas suas explorações científicas na Amazônia e pelos seus notáveis trabalhos, sobretudo nos domínios da botânica e da zoologia, mereceu ser chamado o "Humboldt brasileiro". Autor da *Viagem filosófica*, ilustrada por desenhos coloridos, e de mais de uma centena de livros e memórias até hoje inéditos, passou pela amargura não só de saber que não seriam publicados como ainda de ver requisitados pelo General JUNOT, em 1808, a pedido de GEOFFROY DE SAINT-HILAIRE, os seus originais e desenhos e suas preciosas coleções de história natural que foram transportados do museu da Ajuda para o de Paris, e de que se aproveitou o naturalista francês, apoiando suas pesquisas nos trabalhos do grande naturalista brasileiro. Não se reduziu ao material colecionado por ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA o espólio de que, munido de ordens oficiais, se apoderou G. DE SAINT-HILAIRE, em Portugal, por ocasião da invasão das tropas francesas: a 29 de Agosto de 1808, na mesma sege em que se fez transportar à Imprensa Régia de Lisboa, levou consigo 554 chapas pertencentes à notável *Flora Fluminense*, de Frei JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO (Minas, 1742-1811), vítima, como o naturalista baiano, "da incompreensão do meio em que viveram", escreve ARTUR NEIVA, e da inaudita usurpação que lhes fizeram sábios de tão grande valor".⁸ Dos brasileiros que estudaram na Universidade de Coimbra, reformada pelo Marquês de POMBAL, o maior de todos, JOSÉ BONIFÁCIO, mineralogista notável, "o português ANDRADA" que BRUHNS menciona entre sábios de reputação universal, companheiros de HUMBOLDT, desenvolveu intensa atividade científica, em países europeus, publicou memórias sobre as minas de Portugal e regue a cadeira de metalurgia da Universidade de Coimbra:⁹ de

⁸ Vêde sobre o eminente frade franciscano, Frei JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO, a memória publicada em 1868 por JOSÉ SALDANHA DA GAMA na "Revista" do Instituto Histórico, e o excelente estudo de TOMAZ BORGMEIER, editado sob o título *Frades Naturalistas*, nas "Vozes de Petrópolis", 1919.

⁹ As preferências de JOSÉ BONIFÁCIO (Santos, 1767) pelas ciências naturais manifestaram-se, logo de início, na Universidade de Coimbra a que o pai o mandou para cursar a Faculdade de Leis: além do

volta, porém, ao Brasil, a política agitada do tempo o arrebatou às ciências, a cujos progressos ninguém melhor podia servir, para fazer dele um dos grandes construtores da nação.

É, porém, com a instalação da côrte portuguesa no Brasil que se inicia propriamente a história de nossa cultura de que não se encontram, até essa época, senão manifestações esporádicas de figuras excepcionais, formadas em Portugal e sob influências estrangeiras, no século XVIII, e enviadas, algumas, ao Brasil, como funcionários da coroa, para estudos e observações de caráter científico. A primeira medida, de alcance não só comercial e político, mas cultural, tomada por D. JOÃO VI, foi sem dúvida, a abertura dos portos da Colônia às nações estrangeiras: sob a inspiração do Visconde de CAIRÚ que conheceu na Baía, o Príncipe Regente, ao desembarcar em Salvador, assinou o decreto de 28 de Fevereiro de 1808, franqueando os portos do Brasil à navegação e ao comércio exterior, e, em consequência, facilitando as nossas relações intelectuais com os países europeus e rasgando canais por onde pudessem penetrar e exercer-se as influências de culturas diferentes. Esse ato já bastaria para revestir de importância, ainda do ponto de vista da cultura nacional, a chegada de D. JOÃO VI que havia de abrir novos horizontes à vida do país, sob todos os seus aspectos. Mas não foi só. É ainda na administração de D. JOÃO VI (1808-1821) que surgiram as primeiras instituições de caráter cultural, como entre outras, a Imprensa Régia, a Biblioteca Pública, o Real Horto, mais tarde, em 1819, denominado Real Jardim Botânico, e o Museu Real, além das primeiras escolas superiores destinadas à formação de cirurgiões e de engenheiros militares. Ao rei de Portugal cabe a glória de ter assentado a pedra angular de grandes instituições, como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, criado sob o título de Museu Real, por decreto de 6 de Junho de 1818, e das escolas de ensino superior profissional, com a fundação da Escola de Cirurgia, da Baía, instituída por Carta Régia de 18 de Fevereiro de 1808 e transformada, em 1815, no colégio médico-cirúrgico; da Academia Médico-Cirúrgica, criada por decreto de 1.º de Abril de 1813 e da Academia Militar de que resultou, em 1858, por transformações sucessivas, a Escola Central do Rio de Janeiro. Não se pode dizer que D. JOÃO VI, com tôdas essas magníficas iniciativas, tenha inaugurado calculadamente uma política de deslocação cultural, transferindo para o primeiro plano o ensino das ciências quase inteiramente desconhecidas, e dando ao econômico e ao técnico a primazia sobre o

curso jurídico, frequentou o de filosofia, tendo-se bacharelado em ambas as escolas. No jovem paulista madrugara o gosto pelas ciências de observação. Mal terminava o seu curso e já entrava para a Academia de Ciências, em Lisboa, e empreendia, em 1790, uma viagem de estudos pelos principais centros científicos da Europa, com o objetivo de frequentar cursos com os grandes mestres da ciência naquele tempo. Em Paris ouviu, entre outros, CHAPTAL e FOURCROY, continuadores de LAVOISIER, e HAUY, fundador da mineralogia na França; e, em Freyberg, para onde partiu a conselho do diretor da Escola de Minas, de Paris, aprendeu com ABRAHAM WERNER, o "fundador da mineralogia sistemática, por ele separada da química geral como disciplina digna de estudos especiais". De Freyberg, JOSÉ BONIFÁCIO, discípulo de HUMOLDT, na famosa escola saxônica, foi visitar as minas do Tirol, da Estíria e da Coríntia; ouviu em Pavia as lições de VOLTA, o inventor da pilha elétrica, e depois de estudar a estrutura geológica dos Montes Eugáneos, em Turim, dirigiu-se à Grã Bretanha, onde frequentou PRIESTLEY, o émulo de LAVOISIER, e, em seguida, à Escandinávia, pondo-se em contacto com os mais notáveis trabalhadores no domínio das ciências químicas e minerais. Em investigações mineralógicas que realizou na Suécia e na Dinamarca, por sugestão de TÖRBERN BERGMANN, um dos grandes fundadores da mineralogia e que conheceu em Upsala, descobriu quatro espécies novas (o Petalito, o Espodumênio, o Crólito e o Escapolito). "além de oito minerais que podiam incluir-se como variedades em espécies já descritas por seus antecessores ou contemporâneos". Na sua mocidade deslumbrante, escreve EUCLIDES DA CUNHA, "ele fôra uma espécie de ministro plenipotenciário do espírito e do sentimento de nossa nacionalidade nascente, acreditado em tôdas as capitais do Velho Mundo". De volta a Portugal, depois de 10 anos de peregrinações científicas, realizou pesquisas e escreveu memórias sobre as minas desse país; e, passando da ciência pura ao campo de suas aplicações, desenvolveu, com eficiência, importantes atividades técnicas, no cargo de intendente geral das minas e metais do reino, para o qual foi nomeado por Carta Régia de 18 de Maio de 1801, e na direção das obras do Mondego. Primeiro professor da cadeira de metalurgia, na Universidade de Coimbra, fundador do ensino das ciências químicas e minerais, em Lisboa, aposentou-se JOSÉ BONIFÁCIO, aos 2 de Agosto de 1816, com 49 anos. A sua carreira nas ciências foi, como se vê, uma ascensão contínua, e a gravidade e a solidez dos estudos científicos nada lhe tiraram às preocupações sociais e políticas e aos encantos da imaginação e do estilo. (Cfr. EUCLIDES DA CUNHA, *A margem da história*, 3.ª edição, págs. 235-236, Livraria Chardron, Porto, 1922).

literário. O que, antes de tudo, visava diretamente o rei de Portugal, criando essas escolas e instituições, era aparelhar a Colônia em que instalava a sede da monarquia, não só de cirurgiões e engenheiros, indispensáveis à defesa sanitária e militar, e que já não podiam vir da Metrópole, como também de instituições com que pudesse transformar a grande aldeia do Rio de Janeiro na nova capital do império português. Mas, certamente, deu grande impulso que podia ser definitivo, e se tornou transitório, sob a pressão de várias causas, entre as quais não foi a menor a ação prolongada de acontecimentos posteriores, desviando para as questões de ordem e de segurança os principais cuidados do governo, desde as lutas pela independência nacional até os começos do segundo Império.

Tôdas essas reformas empreendidas por D. JOÃO VI, — o criador de instituições no Brasil, não foram, de fato, suficientes para operarem transformações profundas na mentalidade colonial do país, que continuava a viver uma vida isônoma em torno de velhos focos de cultura. A instrução que se ministra nos colégios, mantém, pelo geral, um caráter estritamente literário, e a rede escassa, cujas malhas, na urdidura do sistema escolar em formação, são constituídas pelas instituições de ensino médio (colégios ou aulas), quase tôdas dirigidas ainda por padres, não colhe, no litoral e no planalto, senão um pequeno número de candidatos à academia militar, às escolas médico-cirúrgicas e, mais tarde, depois de 1827, às de direito. Tôda a educação, montada à base desses cursos, nos colégios, em seminários e à sombra dos conventos, é ainda uma força centrípeta que atrai o homem para um foco absorvente, — a literatura, a eloquência e a erudição. As novas instituições, isoladas e dispersas, que passaram, no tempo de D. JOÃO VI, a constituir a superestrutura do sistema cultural, vacilavam, sem raízes profundas, nessa organização em que nada se criou para atacar as reformas pela base, arrancando-nos as preocupações de nossa educação literária, e para fazer inflectir a cultura na direção dos estudos filosóficos e científicos. “Não há nada mais ilustre que os matemáticos gregos, podíamos dizer com CÍCERO (*Tusculanas*, VIII, 6). Mas nós temos limitado nossos estudos à utilidade da medida e do cálculo. Ao contrário, dedicamo-nos muito cedo à eloquência; para nós, um homem não é um sábio em primeiro lugar e um orador em seguida; a ciência não vem senão em segundo lugar”. Esse contraste entre o pensamento crítico e desinteressado e a retórica do latim continua a dominar tôda a história da nossa cultura, sobre a qual, por essa época, ainda se projetava a influência sombria do século de seiscentos, na península ibérica, em que, nas expressões de ANTERO DE QUENTAL, “a uma geração de filósofos, de sábios e artistas criadores sucede a tribu vulgar dos eruditos sem crítica, dos acadêmicos, dos imitadores”. Não tiveram, por isso, repercussão alguma as instruções escritas por JOSÉ BONIFÁCIO e enviadas pela junta de São Paulo, a 9 de Outubro de 1821, aos deputados paulistas eleitos para as câortes de Lisboa, sugerindo-lhes, entre outras medidas, as de reorganização do ensino secundário e superior e a criação de uma universidade em São Paulo, com uma faculdade de filosofia, em que as ciências físicas e naturais e as matemáticas puras e aplicadas começariam a fazer parte obrigatória do plano de estudos na vida do ensino nacional. A cadeira de física só foi criada em 1832, nas faculdades médicas, — os dois centros em que essa ciência começou a ser ensinada, e, apesar de abertos os portos do Brasil por D. JOÃO VI, em 1808, e franqueada por D. PEDRO I, em 1821, a entrada do livro, a penetração das obras de ciências processou-se lentamente e com grande atraso sobre a rápida invasão das letras estrangeiras, importadas sobretudo da França: o romantismo não tardaria a suscitar, até a agitação, um movimento intelectual que nem o pensamento científico nem o espírito crítico jamais produziram no

mesmo grau e da mesma maneira, durante todo o século. Em lugar de uma faculdade de filosofia e de ciências, de acôrdo com as antigas sugestões de JOSÉ BONIFÁCIO, a geração de espírito jurídico, formada em Coimbra, que recuara às tradições pré-pombalinas, e mais preocupada em dar estrutura política e jurídica à nação, criava em 1827, com as Faculdades de Direito, de São Paulo e de Olinda, os dois focos de jurisconsultos e advogados, oradores e homens de governo.

No entanto, a criação do Museu Real, do Jardim Botânico e das Faculdades médicas devia estimular o desenvolvimento dos estudos de botânica e de zoologia: o mundo tropical, com a sua extraordinária riqueza em espécies vegetais e animais, abrindo-se como um vastíssimo campo de observação, não podia afinal deixar de atrair a atenção dos fitologistas do país e do estrangeiro. Foi, de fato, pelas ciências naturais que começou a nossa cultura científica; e em nenhum outro domínio surgiu no Brasil maior número de pesquisadores, nem adquiriram maior importância as contribuições de brasileiros aos progressos dos estudos científicos. Mas, para isto devem ter concorrido não somente a imensa riqueza de nossas matas e de nossos campos em espécies vegetais, e o poderoso incentivo de numerosos naturalistas estrangeiros que, atraídos de toda a parte pela nossa natureza, percorreram o Brasil em todas as direções, fomentando o interesse por essas pesquisas, como também a criação do Museu Real¹⁰ e das cadeiras de botânica, e o próprio caráter da história natural, que, tendo como primeiro objeto observar os seres vivos, descrevê-los e classificá-los, é de todas as ciências a mais acessível e a que, impondo o mesmo rigor de observação e a mesma exatidão na análise dos fatos, não exige o mesmo esforço intelectual, o mesmo poder de raciocínio e a mesma capacidade de espírito criador e de abstração. "A história natural, principalmente em sua parte sistemática, escreve MIGUEL OSÓRIO DE ALMEIDA,¹¹ exigindo tão pouco da faculdade de raciocínio, é uma das ciências mais ao alcance dos que,

¹⁰ O Museu Real, hoje Museu Nacional, foi uma das iniciativas de D. JOÃO VI que o fundou, por decreto de 6 de Junho de 1818 e sugestão de TOMAZ ANTÔNIO DE VILA NOVA PORTUGAL. Já no século XVIII, D. LUIZ DE VASCONCELOS, 12.º Vice-rei do Brasil (1779-1790), havia fundado a Casa da História Natural que se tornou mais conhecida pelo nome de Casa dos Passaros e teve curta duração. O Museu Real foi instalado primitivamente no prédio hoje ocupado pelo Arquivo Nacional no Campo de Santana, com o material oferecido pelo próprio D. JOÃO VI e constituído de objetos de arte, de uma coleção de quadros e outra, de mineralogia, comprada a WENER, o sábio professor de Freyberg, com o qual estudou JOSÉ BONIFÁCIO. Mais tarde, em 1823, a coleção mineralógica que possuía JOSÉ BONIFÁCIO, foi incorporada ao Museu Nacional, enriquecido, em anos seguintes, com várias coleções de zoologia, ofertadas por naturalistas estrangeiros em excursão pelo Brasil, como LANGSDORFF, NATTERER e VON SELLOW, a quem o ministro de D. PEDRO I dirigira um apêlo para que auxiliassem o museu em formação. Em meados do século XIX, o Museu Nacional a que, por aquisição, permuta ou doação, vieram juntar-se novas coleções minerais, botânicas e zoológicas, já era considerado o mais importante da América do Sul; e a sua biblioteca, fundada na administração de CÉSAR BURLAMAQUI (1847-1866), se iniciava com cerca de 3 mil volumes, para se tornar, nos fins do século XIX, uma das mais ricas em obras referentes às ciências naturais. Pela direção do museu passaram homens do valor de Frei CUSTÓDIO ALVES SERRÃO (1828-1847), a que se deve a primeira importante reforma do Museu, pelo Reg. de 3 de Fevereiro de 1842; FREIRE ALEMÃO (1866-1874), auxiliado por LADISLAU NETO que lhe sucedeu na direção, e, mais recentemente, BATISTA LACERDA (1895-1915), — outro grande reformador, BRUNO LÔBO, ARTUR NEIVA e ROQUETE PINTO. Na sua longa e fecunda administração (1874-1893), LADISLAU NETO teve iniciativas de primeira ordem, como as conferências públicas, animadas muitas vezes com a presença do Imperador, a publicação dos Arquivos do Museu Nacional, — revista criada pelo decreto de 28 de Março de 1876 e cujo 5.º volume, de 1881, é consagrado à *Flora Fluminense*, de Frei CONCEIÇÃO VELOSO, — e a fundação do Laboratório de Fisiologia Experimental, em que foram feitas por LOUIS COUNTRY e BATISTA LACERDA as primeiras experiências de fisiologia na América do Sul. O edifício do Museu Nacional, instalado desde 1892, no antigo palácio imperial da Quinta da Boa Vista, foi, em 1927, remodelado e ampliado de mais três andares, na administração de ROQUETE PINTO (1926-1935) que, em 1931 inspirou as novas reformas com que a tradicional instituição "alargou o seu campo de atividade na pesquisa, no reconhecimento e na divulgação da natureza". Ficou então dividido em 9 departamentos técnicos, agrupados em 5 seções: 1) Mineralogia e Geopetrografia; Estratigrafia e Paleontologia, sob a direção de A. BETIM PAIS LEMÉ; 2) Botânica, com duas divisões, a cargo do Prof. ALBERTO SAMPAIO; 3) Zoologia (vertebrados e invertebrados), sob a responsabilidade de MIRANDA RIBEIRO; 4) Antropologia e Etnografia, sob a direção de HELOÍSA TÔRRES, hoje diretora do Museu; e 5) a de História Natural, criada por ROQUETE PINTO, que acrescentou às atividades científicas do Museu a função educativa, aparelhando-o para ser um instrumento eficaz de educação. (Cfr. PAULO ROQUETE, *O Museu Nacional e a educação brasileira*. In "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 10 e 11 de Julho de 1933).

¹¹ MIGUEL OSÓRIO DE ALMEIDA. *A mentalidade científica no Brasil*. Conferência pronunciada no salão nobre do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1920. In "Fôlha Médica", Rio, Setembro, 1920.

sem ter, por falta de vocação ou de instrução geral, altas capacidades de acompanhar idéias abstratas, são dotados de um grande amor pela ciência e de um sincero desejo de servi-la". A tradição, iniciada nos fins do século XVIII pelos dois eminentes naturalistas brasileiros, — o frade mineiro JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO e o médico baiano ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA —, e pelo paraibano MANUEL DE ARRUDA CÂMARA (1752-1810), autor das *Centúrias Pernambucanas*, é reatada por uma pléiade de botânicos de primeira ordem, como Frei LEANDRO DO SACRAMENTO (1779-1829), frade pernambucano, que introduziu o ensino da botânica no Brasil e deu organização científica ao Jardim Botânico; Frei CUSTÓDIO ALVES SERRÃO, diretor do Museu Imperial, de 1828 a 1847; o conselheiro FRANCISCO FREIRE ALEMÃO, mestre de botânica na Escola de Medicina e "o maior botânico da América do Sul", que também dirigiu o Museu Nacional, desde 1866 até a sua morte, em 1874, e JOÃO BARBOSA RODRIGUES, — o mais notável botânico que o Brasil possuiu, depois de FREIRE ALEMÃO, — diretor do Jardim Botânico, desde 1889 até a sua morte em 1909, e autor do *Sertum Palmarum*, obra monumental em 2 vols. *in folio*, a que deve a sua reputação científica nos estudos de sua especialidade, no domínio botânico. Se, entre brasileiros, estas são as figuras que culminaram, nas investigações científicas sobre a nossa flora, em que atingiram uma autoridade indisputável um FREIRE ALEMÃO e um BARBOSA RODRIGUES, muitos outros se destacaram na fitologia brasileira, como, para citar apenas alguns nomes de mais relêvo, JOAQUIM MONTEIRO CAMINHOÁ (Baía, 1836-1896), autor de uma grande *Botânica médica e geral* (1877); SALDANHA DA GAMA (1839-1905); KUHLMANN, o nosso maior especialista em gramíneas; ADOLFO DUCKE; ÁLVARO DA SILVEIRA, que escreveu *A flora e as serras mineiras* (1908) e FR. HOEHNE, diretor do Horto Osvaldo Cruz em Butatã e da estação florestal do Alto da Serra, em São Paulo, e com um ativo, como nos lembra ARTUR NEIVA, de mais de 100 espécies novas descritas.

No domínio da zoologia, se os progressos não foram tão notáveis como no campo igualmente vasto da botânica, não faltaram brasileiros que o ilustraram com pesquisas originais em quase todos os seus departamentos. Na primeira metade do século passado, escreve ARTUR NEIVA, "entre os que mais trabalharam sobre botânica e zoologia do Brasil, particularmente do Pará e do Maranhão, figura ANTÔNIO CORREIA DE LACERDA, autor de volumosa e importante produção que deixou inédita e cujos originais estão em grande parte guardados na Biblioteca Nacional". Nele se entronca uma linhagem de investigadores eminentes, entre os quais se destacam, ao primeiro exame, CARLOS MOREIRA, um dos nossos maiores zoólogos e o nosso maior especialista em crustáceos; ADOLFO LUTZ (1855-1940), que trouxe contribuições valiosas tanto no domínio da zoologia pura como no da zoologia médica, elucidando problemas relativos à sistemática dos insetos e à biologia de vários grupos; RODOLFO VON IHERING, que publicou a *Fauna do Brasil* e o *Dicionário da Fauna do Brasil*, — o único dicionário de zoologia que possuímos; e, mais recentemente, C. MELO LEITÃO, do Museu Nacional, com importantes trabalhos originais sobre aracnídeos, e O. DE OLIVEIRA PINTO, ornitologista, hoje diretor do Departamento de Zoologia, de São Paulo. Dos zoólogos nascidos no Brasil, talvez o maior de todos, ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO, ictiólogo consumado e um dos companheiros de RONDON, "tem perlustrado quase todos os campos da zoologia, sempre com o mesmo brilho, e percorrido quase todo o país em excursões científicas".¹² A parte, porém, que, no desenvolvimento

¹² Vêde *Esboço geral da fauna brasileira*, por ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO. In "Recenseamento do Brasil" (1.º de Setembro de 1922), volume I. Introdução, págs. 233-275, Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1922.

dêsses estudos tiveram os naturalistas estrangeiros que viveram entre nós, é verdadeiramente notável; e, se algum reparo se pode fazer a êsses pesquisadores, que tão grandes serviços prestaram à causa da ciência, é o de não se terem esforçado por criar escola e fazer discípulos. Entre os colaboradores estrangeiros que se dedicaram aos estudos da flora e da fauna do país, avultam, pelas suas contribuições originais, TEODORO PECKOLT (Pechern, 1822), vindo para o Brasil em 1847 e condecorado por D. PEDRO II, por seus serviços no domínio da botânica; C. A. GUILHERME SCHWACKE (Alfeld, 1848-1904), que percorreu, de 1873 a 1891, diversos Estados do norte e do sul, e professou desde 1891 o curso de botânica na Escola de Farmácia, de Ouro Preto; EMÍLIO GOELDI, fundador do Museu Paraense, hoje Museu Goeldi, e autor de *Os mamíferos do Brasil* (1893) e de *Aves do Brasil*; HERMANN VON IHERING (Kiel, 1850), fundador do Museu Paulista de que foi diretor desde 1894 até 1915, e que, realizando pesquisas em todos os campos da zoologia, se tornou, na sua especialidade (moluscos), "uma das maiores autoridades do mundo"; A. F. MARIE GLAZIOU (França, 1833) que viveu entre nós 34 anos (1861-1895), construtor do Jardim da Aclimação, da Quinta da Boa Vista e do Passeio Público, e botânico da Comissão Cruls do planalto, de cuja coleção (22 770 exemplares de nossa flora) figura uma parte no Museu Nacional (herbário Glaziou); ALBERTO LOEFGREN (Estocolmo, 1854-1918), vindo para o Brasil em 1874, botânico, durante 15 anos da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, mais tarde, da de Obras Contra Secas e um dos colaboradores de PACHECO LEÃO; e, sobretudo, pela competência e pelos serviços em que ninguém o rivalizou, FRITZ MÜLLER, o mais notável observador de nossa natureza,¹³ "o príncipe dos observadores", no conceito de DARWIN, e, certamente, um dos maiores naturalistas do século.

A semente, lançada nesse campo de estudos, germinou; e, se ainda nos faltam grandes aquários, jardins e estações zoológicas, a que nunca soubemos dar organização adequada, já dispomos de jardins botânicos e hortos florestais, além de museus, aparelhados de esplêndidas coleções e cada vez mais adaptados à função que lhes cabe, como centros de pesquisas, de promover os progressos das ciências naturais. Mas, na história dêsses trabalhos desenvolvidos por brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, para o conhecimento da flora e da fauna do país, não é possível esquecer a extraordinária contribuição trazida, desde os começos do século XIX, por naturalistas estrangeiros, sobretudo alemães, ingleses e franceses, que, isoladamente ou em expedições científicas, substituíram o missionário e o bandeirante no desvendar a terra e as nossas riquezas naturais. "Eram, escreve EUCLIDES DA CUNHA, uns nomes estranhos,

¹³ De todos os naturalistas estrangeiros que se fixaram no Brasil, nenhum, com efeito, sobreleva a FRITZ MÜLLER, na segurança dos métodos de análise, no poder quase instintivo de observação dos fatos, e na força criadora de interpretação. Vindo para o Brasil, em virtude do movimento de 1842 e apenas com 30 anos, o jovem médico e naturalista alemão fixou residência desde 1852 no município de Blumenau (Santa Catarina), onde veio a falecer, em 1897, tendo vivido em terras brasileiras 45 anos e, portanto, quase meio século. Naturalista viajante, do Museu Nacional, e um de seus mais ilustres colaboradores, enquanto durou a monarquia, foi dispensado de suas funções, aliás parcamente remuneradas, em 1890, logo depois que se proclamou a República, e já com cerca de 38 anos de serviços à ciência e ao país. Os primeiros valiosos subsídios da arqueologia indígena foram trazidos do vale amazônico para o Museu Nacional por FERREIRA PENA e pelo sábio alemão. Entre as suas contribuições científicas, uma das mais importantes senão a maior, foi a descoberta, — publicada no 4.º volume dos Arquivos do Museu Nacional, em 1881, — de um crustáceo "de tamanho diminuto, com uma forma curiosa —, *Epidium bromeliarum*, descrita de exemplares colhidos nas águas das bromélias ou gravatás". Descobridor da lei ontogenética ou de recapitulação, a que depois HAECKEL chamou a lei fundamental da biogenética, defendeu FRITZ MÜLLER a doutrina de DARWIN no seu famoso livro *Für Darwin* (1864), com os elementos que colheu no Brasil em suas pesquisas sobre crustáceos. Publicou em 1879 outro livro que suscitou vivos debates no mundo científico, — "Sobre notável caso de mimetismo entre borboletas *Ituna* e *Thyridia*", em que contesta, em parte, a teoria de BATES sobre mimetismo (*mimicry*), inspirada ao grande naturalista inglês pelos seus estudos sobre borboletas amazônicas. DARWIN chamou-lhe "príncipe dos naturalistas" e HAECKEL, que lhe escreveu a biografia, o considera um herói da ciência, em virtude de sua abnegação pessoal e de seu espírito de sacrifício que o levaram a recusar, num rasgo de nobreza moral, os recursos postos à sua disposição por uma subscrição universal aberta pelas sociedades científicas com o fim de ampararem o grande sábio.

— MAWE, KOSTER, WATERTON... — batedores de outros mais ilustres, nacionalizados todos entre nós pelo carinho com que olharam para uma natureza portentosa". Entre esses eleitos que, nas expressões de EUCLIDES DA CUNHA, "saltavam em um ponto qualquer da costa e iam descerrar as opulências de uma natureza sem par, — imensa página da história natural que não sabíamos ler",¹⁴ o maior de todos, MARTIUS (1794-1869), que viajou, acompanhado de SPIX, na comitiva nupcial da princesa LEOPOLDINA, chegou, em 15 de Julho de 1817, à cidade do Rio de Janeiro. Esses dois jovens naturalistas bavaros, — MARTIUS, médico e botânico, e SPIX, zoólogo, haviam sido indicados pelo rei da Baviera, para fazerem parte da expedição científica, que se incorporou em Viena da Áustria à comitiva real da Arquiduquesa, que contratara casamento com D. PEDRO, príncipe herdeiro de Portugal e, mais tarde, 1.º Imperador do Brasil. Em cerca de 3 anos, esses dois pioneiros percorreram quase todo o território do país, palmilhando-o de norte a sul, numa extensão de 4 mil quilômetros, e de leste a oeste, num total de 6 500 quilômetros de percurso, e realizando um dos mais notáveis trabalhos de estudos e de pesquisas que registra a história das expedições científicas. O material que o grande botânico coligiu, nessa longa excursão pelo Brasil, ascendia a 300 mil exemplares, em que figurava uma coleção de 7 mil espécies e variedades vegetais, com as indicações exatas e acompanhadas de desenhos feitos *in loco* pelos dois naturalistas. De volta ao seu país, quando contava pouco mais de 26 anos, projetou a publicação de uma grande obra, de que assentara os planos em 1825, sobre toda a flora dessa parte do continente americano. O fundador da *Flora brasiliensis*, trabalho monumental de que saiu o primeiro fascículo em 1829, e já segundo novo plano, em 1840, e que levou 66 anos a se publicar em seus 130 fascículos, pôde iniciar e adiantar a execução dessa empresa grandiosa, em cuja colaboração foi necessário o concurso de 67 botânicos e dos países mais civilizados do mundo. Por ocasião de sua morte, em 1868, já haviam sido impressos 46 fascículos da atual *Flora brasiliensis*, para cuja publicação concorreu D. PEDRO DE ALCÂNTARA, filho de D. LEOPOLDINA, e que foi levada a termo por EICHLER (1868-1887) e URBAN (1887-1895), seus sucessores no arrojado empreendimento. Obra fundamental para o estudo da sistemática da botânica, a *Flora* de MARTIUS, — "o maior trabalho até hoje publicado sobre fitografia", — abrange nos seus 130 fascículos e 40 volumes *in folio*, ilustrados com 3 mil estampas, 20 mil espécies brasileiras descritas, das quais nada menos de 5 939 eram novas para a ciência.

Mas, antes de MARTIUS e SPIX já haviam estado no Brasil, em princípios do século XIX, o sábio HUMBOLDT e o naturalista alemão, príncipe de WIED-NEUWIED (1782-1867) que, no curto período de dois anos (1815-1817), percorreram os Estados do Rio, Espírito Santo, Baía e Minas Gerais, estudando principalmente as nossas aves e mamíferos. Parte de seu herbário, composto de 650 exemplares, ofereceu-o a MARTIUS que chegava ao nosso país no mesmo ano em que o príncipe zoólogo voltava à Europa de sua longa excursão. Da obra do ilustre naturalista, ornitologista apaixonado, que escreveu um dos mais interessantes livros de viagem (*Reise nach Brasilien*, 1820), destaca-se o trabalho notável em seis volumes (*Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*) em que tratou sob critério estritamente científico das formas animais que lhe fôra dado observar. Seguiram-se mais tarde outros alemães, como NATTERER, que percorreu o país durante 18 anos, colhendo e reunindo grande material que se encontra no Museu de Viena. Nenhum, entre naturalistas franceses, nos é mais caro, pela constante atitude de simpatia pelo Brasil, do

¹⁴ EUCLIDES DA CUNHA, *À margem da história*. 3.ª edição, pág. 226, Livraria Chardron, Pôrto, 1922.

que A. DE SAINT-HILAIRE (1779-1853) que, chegando em 1816, também antes de MARTIUS, percorreu em 6 anos (1816-1822) cerca de 15 mil quilômetros, explorando botanicamente os Estados do centro e do sul, coligiu abundante material (cerca de 7 600 exemplares) para o Museu de História Natural de Paris e deixou nos volumes descritivos de suas jornadas um dos documentos mais preciosos e ricos de informações sobre fatos de valor científico diverso e sobre o último período de nossa vida colonial. Entre os ingleses, dos quais 23 nomes de botânicos, herborizadores e autores de relatos de viagem, são citados na *Flora* de MARTIUS, e 5 botânicos contribuíram com monografias para esse formidável trabalho, foram os primeiros a chegar ao Brasil, nos começos do século XIX, o zoólogo SWAINSON (1817-1818), que publicou mais tarde o seu livro sobre as aves do Brasil; o botânico GEORGE GARDNER (1812-1849) que percorreu o Brasil do sul ao extremo norte em estudos botânicos, de 1831 a 1846, e dedicou a sua existência curta, mas fecunda, de 37 anos, às investigações científicas, e CHARLES DARWIN, um dos maiores sábios do século XIX, que visitou por duas vezes o Brasil, — em 1832, quando a nau *Beagle* fundeu na baía do Rio de Janeiro, onde permaneceu três meses e, 4 anos mais tarde (1836), no Recife, por sete dias, já de volta de sua viagem de exploração. O grupo mais importante de naturalistas britânicos que nos visitaram é, porém, o do “ciclo amazônico”, assim chamado por ADOLFO DUCKE, e constituído por ALFRED RUSSELL WALLACE e BATES, que vieram juntos ao Brasil em 1848, para tentar resolver os problemas ligados à origem das espécies, e o botânico RICHARD SPRUCE (1817-1893) que chegou um ano depois de WALLACE, em 1849, e, terminados os seus trabalhos botânicos na Hiléia Amazônica, em 1855, seguiu para o Equador e o Peru regressando à Inglaterra em 1864 pelo Pacífico. Foi no Brasil que WALLACE e DARWIN iniciaram a maravilhosa série de estudos que culminaram na revolução intelectual produzida pelo livro imortal *Origin of Species* (1859), de DARWIN, e que BATES descobriu o mimetismo (*mimicry*) animal, estudando as borboletas amazônicas: do material imenso coligido pelos dois naturalistas no Amazonas e Rio Negro, — e somente BATES reunira 14 700 espécies animais, das quais 8 mil novas e 14 mil insetos —, perderam-se as coleções de WALLACE, no incêndio verificado a bordo do navio em que regressava ao seu país.

Não ficou, porém, circunscrito ao domínio da fauna e da flora esse extraordinário movimento de interesse pelo Brasil que, desde os princípios do século XIX, despertou a curiosidade dos sábios naturalistas estrangeiros:¹⁵ com a

¹⁵ A história das viagens de naturalistas e das expedições científicas ao Brasil e de suas contribuições ao progresso dos estudos de nossa natureza, sob todos os aspectos, ainda está por escrever e só ultimamente se vai esclarecendo nos seus fatos mais significativos. Além de trabalhos e monografias especializadas que tomaram por objeto alguns desses empreendimentos, tem contribuído, mais do que todas as iniciativas, para divulgar a história dessas viagens e expedições, as edições brasileiras das obras fundamentais dos exploradores estrangeiros. Não caberia no plano e dentro dos limites desta obra nem o estudo detalhado nem mesmo uma lista completa dos nomes desses viajantes ilustres que honraram nosso país com sua visita e concorreram, com suas obras, não só para tornar mais conhecido o Brasil no mundo civilizado, como também e, sobretudo, para alargar e enriquecer os nossos conhecimentos no vastíssimo domínio da flora, da fauna e da geologia do país. Essas obras já se encontram arroladas em catálogos, alguns especiais e limitados, como o de obras neerlandesas, de ASHER, o de obras alemãs, de CONSTATT, o de J. BRANNER, sobre geologia, mineralogia e paleontologia, a *Bibliografia mineral e geológica do Brasil*, publicada por MIGUEL ARROJADO LISBOA, nos “Anais da Escola de Minas”, e a *Bibliografia geográfica* de RODOLFO GARCIA, e outros de caráter geral, de obras sobre o Brasil, mas incompletos ou restritos a épocas determinadas. Entre estes, o *Dicionário de INOCÊNCIO SACRAMENTO BLAKE* é antiquado, e a *Biblioteca Brasileira*, de J. CARLOS RODRIGUES, que se tornou, pela riqueza de anotações, uma obra por assim dizer clássica, consultada e citada pelos bibliógrafos europeus e americanos, contém somente os trabalhos (cerca de 2 600) relativos à época colonial. De todos os catálogos gerais de obras sobre o Brasil, o mais completo é ainda o que a Biblioteca Nacional organizou e publicou, em 1881, por ocasião de uma exposição de história do Brasil, e em que foram arrolados cerca de 20 mil trabalhos, entre livros, folhetos e artigos de revistas. O mais notável catálogo de obras estrangeiras sobre o Brasil é a *Biblioteca Exótica-Brasileira*, de ALFREDO DE CARVALHO, cujo primeiro volume foi publicado no Rio de Janeiro (Empresa Gráfico-Editora, Rio de Janeiro, 1929). É um volume de 400 páginas que contém a primeira parte do catálogo dessas obras, distribuídas por ordem alfabética dos nomes dos autores, abrangendo somente as letras A, B e C, e contendo cerca de mil obras catalogadas. A publicação,

vinda de D. João VI e a abertura dos portos ao comércio exterior, em 1808, com que se inaugurou o memorável ciclo das viagens e expedições científicas ao Brasil, afluíram também, em não pequeno número, geógrafos, geólogos e paleontologistas. O gosto das viagens, notavelmente desenvolvido no século XIX, o sentimento do exótico e a procura do desconhecido, atraindo de toda a parte sábios estrangeiros, fizeram desse século um dos períodos mais fecundos em descobertas e investigações científicas sobre as riquezas naturais do Brasil. Iniciados, entre 1810 e 1820, por FELDNER, VARNHAGEN e ESCHWEGE, sábios alemães a serviço do governo português, os estudos geológicos do solo do Brasil, a que G. L. VON ESCHWEGE trouxe a primeira contribuição importante com as suas três obras sobre geologia e mineração, publicadas entre 1822 e 1833, — foram retomados pelos viajantes que percorreram o Brasil desde a Independência até meados do segundo Império. Entre outros, D'ORBIGNY (1823-1833) dirige-se à parte superior de Mato Grosso; em 1841, o dinamarquês PETER CLAUSSEN, que residiu por muito tempo entre nós, segue para Minas Gerais, o belga PARIGOT, para Santa Catarina, e o francês PISSIS, “que delinea o nosso primeiro mapa geológico”, para Baía, Minas Gerais, São Paulo e Rio; CASTELNAU (1843-47) elege para suas pesquisas a região dos planaltos; e HELMREICHEN (1846), entre os alemães e ALLPORT (1850), entre os ingleses, prosseguem, aquele, em Minas Gerais e este, na Baía, os estudos sobre a estrutura geológica de nosso território. Foi por essa época, entre 1835 e 1844, que PETER WILHELM LUND (1801-1880) começou a reunir o material, recolhido ao Museu de Copenhague, para a determinação da natureza geológica do planalto, e, aproveitando o vasto campo aberto aos estudos sobre fósseis, no vale do rio das Velhas, realizou a série memorável de investigações espeleológicas que deviam consagrá-lo como um dos sábios mais eminentes no domínio da paleontologia. O célebre dinamarquês que já havia estado no Brasil, em fins de 1825, e fizera então pesquisas sobre a flora e a fauna do Rio de Janeiro (daí os seus primeiros trabalhos sobre as aves destituídas de papo, os costumes das formigas e o envólucro dos ovos de moluscos) acabava de voltar ao nosso país onde fixou residência em Minas Gerais, e donde nunca mais saiu, depois de ter abalado o mundo científico com as suas extraordinárias descobertas. Se os seus importantes trabalhos, no glorioso decênio de suas pesquisas paleontológicas, pouco adiantaram quanto à estrutura geológica do terreno, conseguiu PETER LUND descobrir, nas explorações de cerca de 800 grutas e lapas, e entre estas, a de Maquiné e a do Sumidouro, ossadas humanas, da antiquíssima raça de Lagoa Santa e restos de animais, em parte extintos, e gigantescos, abrangendo nas suas pesquisas, em geral, o estudo de 54 gêneros e 114 espécies, a maior parte dos quais novos para a ciência. Em 25 de Maio de 1880 extinguiu-se, no seu retiro de Lagoa Santa, onde viveu 47 anos, um dos maiores sábios que já pisaram nossa terra, o primeiro a desvendar os segredos do mundo pré-histórico brasileiro, e o fundador da paleontologia no Brasil, “já agora entre nós centenária”, graças às suas pesquisas e descobertas.

Nesse largo período (1822-1865) de atividades científicas realizadas no domínio mineralógico, zoológico e paleontológico, por estrangeiros em viagem pelo Brasil ou residentes em nosso país, como o sábio escandinavo, os brasileiros e o seu governo permaneciam quase estranhos, como simples espectadores, diante desse imenso material científico que se escoava pelos portos do país, e desse fluxo e refluxo, do litoral para o interior, de viajantes e expedições.

nesse volume, das folhas manuscritas vendidas à Biblioteca Nacional, é tudo o que resta e se pôde salvar com a valiosa colaboração de EDUARDO TAVARES, do imenso material recolhido por ALFREDO DE CARVALHO que arrolara, para o seu projetado catálogo, cerca de 12 mil impressos, em 26 idiomas diferentes. (Cfr. HEITOR LIRA, *Biblioteca exótico-brasileira*. In “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1930).

Os exploradores, atraídos por nossa natureza, vinham e voltavam sem desparecerem, em geral, nas regiões percorridas, senão um movimento de curiosidade, seguido da hospitalidade natural do brasileiro. "Ninguém os percebia", observa amargamente EUCLIDES DA CUNHA, nem se dispunha a lhes seguir o exemplo. Entre os brasileiros, por essa época, não trouxeram contribuições à geologia senão um MANUEL DE SOUSA que se internou pelo Amazonas (1849-1850) e um PEREIRA CABRAL, que em 1850 realizou trabalhos de pesquisa no Rio Grande do Sul; e a única expedição brasileira que então se organizou, em 1857, por proposta do Instituto Histórico, para a exploração científica das províncias do norte, e de que fizeram parte. G. RAJA GABAGLIA, GONÇALVES DIAS, SCHÜCH CAPANEMA, FREIRE ALEMÃO e CÉSAR BURLAMAQUI, teve curta duração e não chegou a produzir grandes resultados: o material etnográfico colhido por GONÇALVES DIAS, no Amazonas, figura no Museu Nacional, e as coleções e notas reunidas para a secção geológica perderam-se em um naufrágio. As pesquisas de LUND que permaneceram por longo tempo ignoradas, só mais tarde seriam vulgarizadas e traduzidas por LEÔNIDAS DAMÁSIO e HENRI GORCEIX, contratado, em 1875, para organizar e executar o plano de uma escola de minas, em Ouro Preto. A expedição de AGASSIZ que o governo resolveu auxiliar e que percorreu de 1865 a 1866 grande parte do Brasil, inicia, afinal, escreve JULIANO MOREIRA, "uma nova época no estudo da geologia entre nós". Foi então que se criaram, por alguns governos provinciais, as primeiras comissões geológicas. O geólogo CARLOS FREDERICO HARTT que fazia parte dessa expedição (*Thayer Expedition*) custeada por NATHANIEL THAYER, também americano, para estudar a fauna ictiológica da bacia amazônica, e chefiada pelo naturalista suíço LOUIS AGASSIZ (1807-1873), foi, porém, figura central desse movimento de pesquisas e de estudos geológicos no Brasil. Regressando por conta própria ao nosso país, em 1867, completa o sábio americano o reconhecimento geológico do litoral, desde o Rio até Pernambuco; publica em 1870 sua *Geology and Physical Geography of Brazil*, a obra mais importante do século passado sobre geologia brasileira; visita, entre 1870 e 1871, a região amazônica, e, encarregado, em 1873, da organização do serviço geológico geral, consegue, em três anos, dar a esses estudos um grande impulso, mantido, depois de sua morte, em 1876, graças a ORVILLE DERBY e a J. C. BRANNER, os dois mais ilustres dentre seus discípulos e companheiros na organização desses serviços. Interrompido em 1878 pelo governo que, por essa mesma época, reforma a secção de geologia e mineralogia do Museu Nacional, foi de novo organizado, somente em 1907, um Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e confiado, escreve JULIANO MOREIRA, "à direção altamente competente de ORVILLE DERBY, e com um pessoal de incontestável valor, bastando-nos citar FRANCISCO DE PAULA E OLIVEIRA e GONZAGA DE CAMPOS, a quem devemos tantos trabalhos, como se verifica da magnífica *Bibliografia mineral e geológica do Brasil*, publicada por ARROJADO LISBOA, nos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto".

Mas, se no campo das ciências naturais e, especialmente, no da batânica e da zoologia, se regista no século passado importante contribuição nacional, embora inferior à contribuição estrangeira, certamente mais avultada em todos esses domínios, não passamos, quanto à física, da transmissão da ciência feita. A física, no Brasil, desde que se instituiu o ensino dessa ciência nas duas faculdades médicas, pela reforma de 3 de Outubro de 1832, "foi apenas cultivada, na justa observação de FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, como matéria de ensino, só aparecendo agora, em algumas instituições técnicas, as primeiras pesquisas em grande parte de caráter utilitário". Nenhuma contribuição de ordem experimental nem muito menos no domínio teórico, "que exige uma larga sedimentação dos hábitos de pensamento abstrato". Sem dúvida, no

domínio da aplicação, avultam com um relêvo singular dois grandes nomes, “separados por dois séculos de distância e unidos pela mesma glória”, — o de BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO (Santos, 1684-1724), o inventor do aerostato, e o de ALBERTO SANTOS DUMONT (Palmira, Minas Gerais, 1873-Santos, 1932) que descobriu a dirigibilidade do aerostato e o aeroplano. A BARTOLOMEU LOURENÇO, o “padre voador”, o primeiro inventor americano, cabe, de fato, a glória de ter provado, a 5 e 8 de Agosto e em Outubro de 1709, com as suas experiências em Lisboa, aplicação do princípio de ARQUIMEDES aos gases, que um corpo mais leve ou menos denso do que o ar pode subir no espaço. SANTOS DUMONT, dois séculos depois, resolve dois grandes problemas, — o da dirigibilidade do aerostato, em 1898, em que conquista a 18 de Setembro o prêmio “Deutsch de la Meurthe”, dirigindo o seu balão (já em forma de cilindro terminado nas extremidades por dois cones) do parque do Aero Clube em Saint-Cloud, até a Torre Eiffel, que contornou, regressando ao ponto de partida num percurso total de 11 quilômetros em 30 minutos; e o do “mais pesado”, a 23 de Outubro de 1906, no vôo indiscutível que realizou em Paris no seu pequeno avião “14-bis” e que constituiu, no dizer de VENÂNCIO FILHO, “o minuto mais memorável na história da aviação”. Mas, um e outro, BARTOLOMEU LOURENÇO que precedeu de 74 anos os irmãos MONTGOLFIER, fazendo subir um balão com ar quente (ascensão do “mais leve”) e tem assim a prioridade na descoberta do aerostato, e já agora indiscutida depois da obra de AFONSO TAUNAY sobre o genial inventor, e SANTOS DUMONT a quem EDISON chamou “o bandeirante dos ares”, e a quem cabem duas invenções, — a da dirigibilidade do “mais leve” e a da ascensão do “mais pesado”, viveram, fizeram seus estudos e realizaram suas memoráveis experiências, fora do Brasil, aquele, na Metrópole, vítima do atraso científico de seu meio, e este, em Paris, onde conseguiu atrair para as suas experiências a atenção universal. O jesuíta, pioneiro do aerostato, que em 1701, aos 16 anos incompletos, foi mandado a Lisboa afim de prosseguir os estudos, e se fixou definitivamente em Portugal, depois de curta permanência, em 1705, na Baía, tornou-se figura de evidência na corte de D. JOÃO V e morreu, pobre e sem recursos, num hospital de Toledo. Em 1891, também muito jovem, com cerca de 18 anos, rumava para a Europa SANTOS DUMONT que passou a residir em Paris, começando a série de estudos e experiências que culminaram nas duas grandes invenções, de 1898 e 1906, para só tornar ao Brasil, em 1922, já universalmente consagrado pelas suas descobertas. Se, — o que podemos afirmar com orgulho —, são brasileiros esses dois inventores, glórias, por isto, das mais altas do Brasil, e do hemisfério ocidental, não somente, porém, não foram “produtos” da cultura nacional como também não exerceram qualquer influência nos progressos do pensamento científico do Brasil nem marcaram, na história de nossa cultura, uma fase de sua evolução.

As observações e atividades científicas, no domínio da astronomia, não começaram, no Brasil, senão na segunda metade do século passado.¹⁰ O astrô-

¹⁰ Do primeiro observatório do Brasil — construído, no Recife, durante o domínio holandês, entre 1636 e 1644, não se conhecem senão referências em BARLEUS a observações astronômicas, realizadas nesse decênio. Extinguiu-se, como outras instituições de caráter científico, com a reconquista de Pernambuco pelos portugueses. Em 1827, quase dois séculos depois, criou-se, no primeiro Império, por decreto de 15 de Outubro desse ano, o primeiro observatório do Rio de Janeiro que, tomando em 1846 o nome de Observatório Imperial, continuou a servir de observatório de instrução para os alunos da Escola Militar e da Academia de Marinha. Somente pelo decreto de 3 de Janeiro de 1871, no Ministério ARAÚJO LIMA, esse Observatório, que desde 1851 já publicava anais meteorológicos, se emancipou das escolas, naval e militar, para tomar o seu caráter próprio, que manteve daí por diante, embora por muito tempo mal instalado e equipado. Nomeado nesse mesmo ano, diretor do Observatório Imperial, EMANUEL LIAIS que se achava no Brasil, desde 1858, assumiu-lhe a direção em 1874, de volta de sua viagem à Europa, onde estivera, encarregado pelo governo de adquirir novos instrumentos e dirigir a construção de outros para o Observatório. Por iniciativa de EM. LIAIS apareceu em 1882 o 1.º tomo dos *Anais do Observatório Imperial do Rio de Janeiro*, elaborado inteiramente por LOUIS CRULS que, em 1884, sucedeu em caráter efetivo ao sábio francês na direção desse estabelecimento científico. Foi LOUIS CRULS, seu segundo

nomo francês, EMMANUEL LIAIS que se desligara do Observatório de Paris e chegara ao Rio de Janeiro em 1858, encorporou-se, a pedido de D. PEDRO II, à comissão científica encarregada de observar em Paranaguá o eclipse total do sol, de 7 de Setembro de 1858, e de que faziam parte, entre outros, CÂNDIDO BATISTA DE OLIVEIRA e ANTÔNIO MANUEL DE MELO. De 1858 a 1871 desenvolveu EMMANUEL LIAIS uma atividade intensa: adido, de volta ao Rio, à comissão dos trabalhos geográficos e geodésicos, explorou as antigas províncias de Minas Gerais, Baía e Pernambuco; estudou a hidrografia do alto São Francisco e do rio das Velhas e realizou, no seu observatório móvel, numerosas observações sobre cometas e sobre a origem e a natureza da luz zodiacal, sendo, finalmente, em 1871 nomeado diretor do Observatório Imperial, desligado por essa época das escolas naval e militar, a que estivera até então anexado como observatório de instrução. O decreto de 3 de Janeiro de 1871 e o ato do governo, confiando a EM. LIAIS a direção do Observatório, "marcaram uma data importante na história da astronomia no Brasil". Em 1874 voltava EM. LIAIS da Europa, com os novos instrumentos, adquiridos ou mandados construir para o Observatório, cuja direção assumiu, e chegava ao Brasil um jovem belga, de 26 anos, matemático e geodesta, LOUIS CRULS (1848-1908), que, admitido no Observatório como astrônomo adjunto, logo se tornou um dos colaboradores mais brilhantes dessa instituição. As suas memórias sobre Marte (manchas do planeta e durabilidade de sua rotação) e sobre a determinação da durabilidade da rotação do planeta Júpiter, e as suas observações, que lhe valeram o prêmio Valz, da Academia de Ciências de Paris, sobre o cometa descoberto por ELLENY, a 7 de Setembro de 1882, não tardaram a elevar L. CRULS ao primeiro plano nesse campo de atividades científicas. Em 1884 era nomeado o astrônomo belga, digno continuador do sábio francês, para suceder a EM. LIAIS que se havia retirado para Europa. A passagem de Venus sobre o disco solar, em 1882, foi observada por três missões organizadas por L. CRULS: uma, chefiada pelo Barão de TEFÉ e destacada para a ilha de São Tomaz; outra, dirigida por OLIVEIRA LOCAILLE, também brasileiro, que fez interessantes observações sobre o cometa ELLENY, e enviada para Olinda, e a terceira, a mais importante, que se estabeleceu sob a responsabilidade do próprio L. CRULS, em Punta Arenas no estreito de Magalhães. Ao ilustre cientista belga que publicou ainda, em 1890-92, duas memórias sobre climatologia, sucedeu, depois de sua morte em 1908 em Paris, HENRIQUE MORIZE (1860-1930), nascido em França, e que, tendo chegado ainda adolescente ao Brasil, em 1875, fizera seus estudos na Escola Politécnica de que havia de ser uma das grandes figuras, e já em 1891 era o primeiro astrônomo do Observatório. Professor de física e meteorologia, desde 1896; diretor desde 1908 do Observatório Nacional, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências (1916), conseguiu dar ao Observatório a sua nova instalação no morro de São Januário, promoveu em 1909 a separação entre os serviços de meteorologia e os de astronomia, e, entre outros trabalhos

diretor (1884-1908), que teve a iniciativa do primeiro *Anuário* do Observatório (1883) e fundou, em 1886, a *Revista* do Observatório, publicação mensal de astronomia. No 3.º tomo dos *Anais*, são relatados os trabalhos das três missões incumbidas de observar a passagem de Venus sobre o disco solar. Em 1909, quando o Observatório Nacional já estava sob a direção de HENRIQUE MORIZE, efetuou-se a separação dos serviços meteorológico e astronômico; o eminente climatologista obteve então a primeira organização meteorológica nacional, aparelhando-a de "excelente equipamento instrumental e das normas mais consagradas de trabalho". Em 1910 reapareceu, com o *Anuário* para 1909-1910, o *Boletim Mensal de Observações* (ns. de Janeiro a Março de 1908). Na história da meteorologia brasileira em que se destacaram, na fase preliminar, L. CRULS, H. MORIZE, F. DRAENERT, O. WEBER, A. LISBOA, entre outros, avultam as figuras de AMÉRICO SILVADO, no Serviço Meteorológico da Marinha, e J. SAMPAIO FERRAZ, antigo diretor do Serviço Meteorológico Brasileiro e autor de uma obra fundamental sobre meteorologia brasileira. Além do Observatório Nacional, não consta em atividade, senão o Observatório de São Paulo, dirigido, na sua primeira fase, por BELFORT DE MATOS, e que abrange também o serviço meteorológico, mas não apresenta qualquer descoberta ou trabalho astronômico de importância. (Cfr. DELGADO DE CARVALHO, *Météorologie du Brésil*. Londres, 1917; TANCREDO DE PAIVA, *Bibliografia do clima brasileiro*. Rio, 1928; J. DE SAMPAIO FERRAZ, *Meteorologia Brasileira*. Série Brasileira, vol. 33, São Paulo, 1934).

de alto valor, como *Nosso céu e Previsão do tempo*, deixou uma notável monografia, *O clima do Brasil*, que escreveu para o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico*, organizado em 1922 pelo Instituto Histórico do Rio de Janeiro. As observações de FERNANDES DA COSTA sobre estrêlas duplas e a série de medidas micrométricas tomadas entre 1924 e 1926, continuando no Observatório Nacional as pesquisas iniciadas por L. CRULS, em 1878, e os trabalhos de ALIX DE LEMOS sobre marés e de LÉLIO GAMA sobre variação de latitude constituem, já num período de declínio dessas atividades científicas entre nós, uma das poucas e mais interessantes contribuições brasileiras aos progressos dos estudos astronômicos.

Esse contraste entre a produção científica de estrangeiros que percorreram o país ou nele passaram a residir, e as contribuições, esparsas e isoladas, de brasileiros, e o desnível fortemente acentuado entre os estudos literários e os estudos científicos põem em evidência o fato, já tantas vezes assinalado, da falta de interesse do brasileiro pelas ciências em geral e particularmente pelas ciências físicas. Não faltou quem concluísse dessa indiferença, num exame apressado, uma inaptidão natural do brasileiro para o trabalho científico ou, ao menos, lançasse, — o que é mais exato —, à conta de sua inteligência muito viva, mas superficial, e de sua vontade feita de impulsões, a desproporção entre as suas atividades e os resultados de seus esforços, nesses domínios. Parece, com efeito, que, se não lhe falta uma curiosidade ardente, não costuma ele trazer para trabalhos desta ordem a força de reflexão, o espírito objetivo, a paciência e a tenacidade que exigem as pesquisas científicas. A ciência, como escreveu CH. RICHET, "não é uma jovem de costumes fáceis que uma promessa ou uma carícia bastam para seduzir. Ela é arisca, fria, impiedosa, e é preciso sacrificar-lhe por muito tempo tudo que se ama para lhe obter insignificantes favores". Mas, a verdade é que o gôsto dos fatos, o espírito crítico e investigador e o entusiasmo pelo método experimental podiam desenvolver-se entre nós como por tôda a parte; e a causa principal dêsse desinteresse do brasileiro pelas ciências, longe de residir numa inaptidão natural, é antes o tipo de ensino quase exclusivamente literário, livresco e retórico, que se implantou no Brasil, desde a Colônia, até os fins do Império. Uma cultura demasiadamente verbal, demasiadamente afastada do concreto, demasiadamente cheia de retórica e de poesia, demasiadamente afastada das humildes realidades terrestres, sem contrapêso científico, "não se encaminha, pergunta LÉON FLAVIEN,¹⁷ para essa atrofia de caráter, para essa forma de impotência que se chama o diletantismo?" Pois, foi exatamente essa a nossa cultura, — a cultura que se podia esperar de um sistema de educação inteiramente desaparelhado de faculdades de ciências ou de institutos de ciência pura e de altos estudos —, para a qual a arte de escrever não era a arte de pensar; em que a literatura e a ciência, longe de obedecerem ao mesmo ritmo, desartaram através de mais de três séculos, e que se caracteriza pelo profundo divórcio, senão antagonismo, estabelecido entre dois ramos que são destinados a fortificar-se mutuamente, num plano geral e sistemático de educação.¹⁸ Se é certo que "as ciências, separadas das letras, se tornam maquinais e brutas", — no pensamento de ANATOLE FRANCE que, em algumas palavras

¹⁷ LÉON FLAVIEN, *Les sciences exactes et la culture générale*. In "Enseignement Scientifique", Janv. et Févr., 1929. Léon Eyroles, édit., 3, Rue Thenard, Paris.

¹⁸ "Somos um povo de sofistas e retóricos, nutrido de palavras, vítima de seu mentido prestígio, — escrevia RUI BARBOSA em 1882, — e não reparamos em que essa perversão, origem de tôdas as calamidades, é obra de nossa educação na escola, na família, no colégio, nas faculdades. O nosso ensino reduz-se ao culto mecânico da frase: por ela nos adveem feitas e recebemos, inverificadas, as opiniões que adotamos; por ela desacostumamos a mente de tôda ação própria; por ela entranhamos em nós o vício de não discernir absolutamente a realidade, ou de não discerní-la senão através dessas "nuvens" suscetíveis dos mais absurdos amálgamas e das configurações mais arbitrárias, em que a comédia de ARISTÓFANES alegorizava a inaniidade e as ilusões da escola dos sofistas no seu tempo". (RUI BARBOSA, Discurso pronunciado no Liceu de Artes e Ofícios, em 23 de Novembro de 1882. In *Orações do Apóstolo*, Edição da "Revista de Língua Portuguesa", Rio de Janeiro 1923).

de *La Vie en Fleur* abrange sob todos os aspectos essa questão, — “as letras, privadas da ciência, são vazias, pois, a ciência é a substância das letras”. Quando irrompeu entre nós, desenvolvendo-se de 1840 a 1870, a corrente do romantismo que é, na sua essência, uma exaltação lírica da sensibilidade e uma revolta contra o real quando êle perturba essa exaltação, não encontrou, nos indivíduos desprotegidos contra si mesmos, para resistir à tendência ao subjetivismo, êsse hábito de reflexão e de objetividade que costumam desenvolver as ciências matemáticas, — instrumento de raciocínio por excelência, e as ciências físicas — o instrumento, por excelência, de investigação. No mundo intelectual brasileiro em que se praticavam as letras, sem o complemento e o contrapêso das ciências, o romantismo, — êsse poderoso rio de poesia que por toda a parte arrastava muitas escórias nas suas ondas soberbas —, tinha de forçosamente acentuar a velha tendência colonial à literatura e ao subjetivismo, arrebatando todos os valores e devastando tudo à sua passagem como uma torrente de montanha...

Dai o caráter da evolução (se assim podemos chamar-lhe) da cultura científica no Brasil, desenvolvendo-se por saltos, mais pela força de alguns espíritos excepcionais, filhos de suas próprias obras, do que pela pressão de um ambiente cultural que entre nós foi sempre hostil senão à inteligência, ao menos às pesquisas de ciência pura. Em vez de se desenvolver como um rio que, nascendo longe, se dispersa por muitos braços, recebe numerosos afluentes e se divide num grande delta, constituído, nos seus ramos, pelas diversas ciências de observação, a cultura das ciências no Brasil se tem processado num ritmo irregular, por avanços e recuos, por iniciativas sem continuidade e em sentidos diferentes, e por mestres sem discípulos. A Sociedade “Palestra Científica” que sucedeu à Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, fundada por FREIRE ALEMÃO, e que tinha por fim “ocupar-se do estudo das ciências físicas e matemáticas, principalmente com aplicação ao Brasil” (decr. 1 820, de 13 de Setembro de 1856), teve duração efêmera e não conseguiu senão a publicação, estipendiada pelo Imperador, do 1.º número de seus *Arquivos*. A revista *Minerva*, que desaparecia no 3.º número, não resistiu mais nem logrou maior sucesso que a *Guanabara*, — revista de ciências e letras, também fundada anteriormente por FREIRE ALEMÃO, cujo nome se acha ligado a quase todas as iniciativas desse tempo no domínio das ciências naturais. O próprio Imperador D. PEDRO II, enamorado dos altos estudos, o “Mecenas mais devotado que a nação tem possuído”, no dizer de ARTUR NEIVA, e o soberano que, no conceito de BABINET, astrônomo, merecia antes o título de sábio do que o de “amador coroadado”, e que tão vivamente se empenhou em incrementar o progresso das ciências no Brasil, teve seus esforços quebrados pela resistência passiva e pelas hostilidades mal dissimuladas desse meio intelectual e político, dominado por homens de espírito retórico e de educação abstrata, e em que a literatura, as idéias e as questões jurídicas e os debates políticos absorviam o pensamento nacional.¹⁹ Pois não foi

¹⁹ Que era D. PEDRO II um ativo animador e incentivador e, mais do que isso, um cultor das ciências, já não resta dúvida. No seu longo reinado, encontra-se à frente de todas as iniciativas de interesse científico, estimulando-as pelas mais diversas formas e animando com sua presença as sessões de institutos e sociedades científicas, como as do Instituto Histórico e Geográfico que presidiu por muitas vezes, as reuniões da Sociedade “Palestra Científica” ou ainda as conferências públicas promovidas no Museu Imperial por LADISLAU NETO (1874-1893) e em que se abordavam problemas de botânica e de zoologia, de fisiologia, de geologia e antropologia. Esforçando-se por tudo conhecer, amando os sábios e a ciência, mantinha a mesma atitude de curiosidade e de simpatia em todos os domínios do espírito e em relação a todos os homens eminentes, filósofos, sábios e artistas. Estudioso do hebraico e do sânscrito, por que mostrava um interesse particular, cultivou algumas ciências como a astronomia de que, na opinião de BABINET, no prefácio de *O espaço celeste*, chegou a adquirir profundos conhecimentos. Numa noite de recepção em São Cristóvão, ao avistar RICHARD BURTON, chamou-o para o seu gabinete, entretendo-se em palestra com o famoso explorador, “enquanto, escreve OLIVEIRA LIMA, os diplomatas o esperavam para a troca de banalidades usuais”. Em Paris, onde procurou conhecer VICTOR HUGO, tomando a iniciativa da primeira visita, diante da recusa do grande poeta, republicano radical, de ir a “casa de imperadores”, — interessa-se

D. PEDRO II, em 1882, combatido e chasqueado em plena Câmara por homens inteligentes e cultos como FERREIRA VIANA, que crivou de sarcasmos o Imperador, por ter êste solicitado um modesto crédito de 60 contos para facilitar as observações científicas da passagem do planeta Venus sôbre o disco do sol? E não era "sôbre a sua qualidade de sábio como se ela prejudicasse o governante", que insistiam mais fortemente os ataques e os remoqueos desfechados ao Chefe de Estado, grande príncipe e grande brasileiro que nos governou 49 anos e foi, em todos os países que visitou, o embaixador de nossa cultura? Se D. PEDRO II, não fez pelos progressos das ciências no país tanto quanto se podia esperar de sua cultura e experiência e do seu interesse pelos altos estudos, foi certamente porque, fora de um grupo de escol, muito reduzido, raramente encontrou, para as suas sugestões e iniciativas, um apoio eficaz na mentalidade dominante, mais inclinada às esquematizações teóricas e aos torneios oratórios. D. PEDRO II, a êsse respeito, repete e explica JOSÉ BONIFÁCIO: mineralogista notável que frequentara, em dez anos, os maiores centros de cultura na Europa, era o Patriarca, no alvorecer da nacionalidade, uma figura solitária entre aqueles homens que, no dizer de GILBERTO AMADO, "constituíam a única realidade viva do país", e que, com a sua instrução "baseada no direito canônico e em todos os vícios da metafísica jurídica da época", permaneciam, no seu exclusivismo fechado, estranhos e indiferentes à nobre ambição do sábio brasileiro de fazer entrar o Brasil no movimento em prol dos progressos das ciências e dos altos estudos. Na segunda metade do século XIX, no longo reinado de D. PEDRO II, não se modificara sensivelmente essa atmosfera cultural: literatos, políticos e oradores mantinham o mesmo desprezo pelas realidades concretas e pelas ciências experimentais que teem o mérito de corrigir o que há de excessivo no espírito de sistema nas doutrinas, subtraídas ao controle dos fatos e da observação. Para êsses homens, de educação literária e abstrata, que constituíam a elite dêsse tempo, nada parecia mais estúpido do que um fato, segundo a expressão do filósofo que tinha razão de se irritar contra os fatos que não concordavam com as suas teorias...

Bastou, porém, que subisse ao poder e nele permanecesse cinco anos (1871-1876) um homem como o Visconde do RIO BRANCO, cujo governo sobreveio então "à maneira de uma longa trégua civilizadora, nas expressões de EUCLIDES DA CUNHA, para se inaugurar, nesse período, uma nova política de cultura, planejada e executada sob a inspiração e pela ação conjunta do Imperador e de seu primeiro Ministro, — um de nossos maiores homens de Estado. Essa política tinha, a favorecê-la, duas circunstâncias: RIO BRANCO, engenheiro, vinha da Escola Central, de que era professor de mecânica e foi diretor, e, embora filiado ao partido conservador, "não representa realmente, na justa observação de EUCLIDES, nenhum dos partidos monárquicos". Engenheiro e professor de mecânica, e, mais tarde, de economia política, trazia para a política um novo espírito, formado na disciplina das ciências físicas e matemáticas, e com o qual se habituara a apanhar toda a diferença que separa a verdadeira ciência, — a ciência fundada sôbre os fatos, e a pretensa ciência, fundada sôbre teorias verbais. Antes diplomata do que político, e

vivamente pelas pesquisas de CHARCOT na Escola de Salpêtrière; e, nos Estados Unidos, quando visitava a Exposição de Filadélfia, em 1876, soube logo apreciar o alcance da recente invenção telefônica de GRAHAM BELL, ainda em fase de experiências. Admirado por estrangeiros dos mais notáveis de seu tempo, — um escritor e diplomata como o Conde de GOBINEAU, sábios como FLAMMARION e PASTEUR, poetas da grandeza de VICTOR HUGO, — tornou-se popular em Paris e, mais do que qualquer outro soberano, prezado nos seus meios intelectuais; e, do interesse que era capaz de despertar, sem o prestígio da realeza, nos dá a medida a impressão que causou a FREDERICO NIETZSCHE, quando se encontraram, numa montanha da Suíça e, viajando juntos numa diligência, sem se conhecerem, entraram a palestrar o imperador brasileiro e o filósofo alemão. (OLIVEIRA LIMA, *O Imperador e os sábios*. In "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 4 de Julho de 1926).

“apelando indistintamente para a dissidência de seu próprio partido e para a boa vontade dos adversários, liberais ou republicanos”, tinha as mãos livres e desembaraçadas para uma ação de grande envergadura, — a mais larga e profunda de toda a política do Império. É assim que pôde realizar, em todos os domínios de atividades, e especialmente no terreno cultural, uma série de iniciativas que, se tivessem prosseguido no mesmo ritmo e na mesma direção, teriam dado uma forte guinada e marcado um rumo oposto ao de seus predecessores, — rumo aliás da tradição colonial que voltaria a prevalecer ainda durante quase meio século. Em 1872, CARLOS FREDERICO HARTT, que se incorporara à expedição de AGASSIZ, em 1865, e acabava de visitar a região amazônica, é encarregado pelo governo brasileiro da organização de um serviço geológico geral. Inicia o ministério Rio Branco, por essa forma, o levantamento de nossa carta itinerária e geológica, “logo abandonada pelos governos que lhe sucederam”; consegue imprimir um grande impulso aos estudos geológicos do país, a cuja frente se manteve, até a sua morte, o sábio americano, auxiliado na realização desses serviços e no desenvolvimento desses estudos por ORVILLE DERBY e J. C. BRANNER, e promove o Recenseamento de 1872, o primeiro que se fez no Brasil. Nas reformas de ensino que empreendeu, reorganiza, em 1874, a Escola Central, que passou a denominar-se Escola Politécnica, de maneira a transformá-la não só num grande centro de educação profissional superior, mas também numa instituição capaz de difundir “os mais elevados conhecimentos teóricos das ciências exatas”; cria cadeiras especiais, como a de física matemática e a de física experimental, nessa escola e na Escola Militar que resultaram da divisão da antiga Escola Central; e funda, em 1876, a Escola de Minas, instalada em Ouro Preto, em 1877, e na qual, sob a direção de HENRY GORCEIX, criador de escola, se formou uma geração notável de especialistas em mineralogia, geologia e minas. A instrução acadêmica que, pelo geral, ainda em 1882, estaria, no depoimento de RUI BARBOSA,²⁰ “infinitamente longe do nível científico dessa idade”, tomou, com essas reformas e criações, as mais importantes depois de D. JOÃO VI, um impulso vigoroso, segundo a nova orientação do admirável estadista; e a Escola de Minas, — como atestam os seus *Anais*, cheios de contribuições valiosas, — sob a sábia inspiração de HENRI GORCEIX e com os estímulos de ORVILLE DERBY e do petrógrafo EUGÊNIO HUSSAK, entre outros, tornou-se, no último quartel do século XIX, um dos maiores senão o maior centro de alta cultura que, longe de se reduzir à formação profissional de engenheiros de minas, se esforçava constantemente por aplicar e propagar os métodos científicos de pesquisa, nos estudos da geologia, das riquezas naturais e dos principais fósseis do Brasil.

Mas essas iniciativas, como as anteriores, não viveram senão pela sua propulsão inicial e graças à tenacidade de algumas figuras eminentes, mas raras e solitárias, e às vezes de um pequeno grupo de trabalhadores aos quais sábios estrangeiros souberam transmitir o espírito desinteressado de pesquisa e especulação. De um modo geral, se excetuarmos um ou outro centro de estudos e de pesquisas como o Museu Imperial, a Escola Politécnica e a recente Escola de Minas, o que ainda se notava por toda a parte era o mesmo desinteresse pela investigação de ciência pura, a mesma resistência à penetração dos métodos científicos e até à noção, já corrente no século XIX, do valor utilitário da ciência que costuma trazer aos povos que a honram, não só a glória mas a riqueza, e que ainda persistíamos em considerar quase uma excentricidade ou, quando muito, um luxo. Essa atitude persistente em face da ciência punha em agressivo relêvo uma das falhas mais graves, senão o vício fundamental de nossa formação tradicional, penetrada de um espírito

²⁰ RUI BARBOSA, *Reforma de ensino primário*. Pág. 1, Rio de Janeiro, 1882.

puramente literário, com sua tendência à retórica, à sofística e ao verbalismo. Se essa atmosfera intelectual, alimentada por um sistema de ensino e de cultura, destinado quase exclusivamente a desenvolver as qualidades literárias e a especialização profissional, não era certamente favorável aos progressos das ciências experimentais, contribuía ainda menos para despertar o gôsto das matemáticas e tornar-nos acessíveis às atrações das alturas serenas da teoria em que tudo se resolve por equações e fórmulas algébricas. No entanto, surge, nos meados do século XIX, uma figura singular que inaugura a linhagem dos matemáticos do Brasil, e devia ter-se formado a si mesma, sob o influxo da própria vocação para êsses estudos e pela força de seu espírito criador e de sua intuição. É JOAQUIM GOMES DE SOUSA,²¹ o mais vigoroso e o mais alto espírito matemático que tem produzido o Brasil, "um gigante intelectual, nas expressões de EUCLIDES DA CUNHA, a nossa mais completa cerebração do século, jurista, médico e poeta, legando-nos sobre o cálculo infinitesimal páginas que ainda hoje sobranceiam tôda a matemática".²² Professor, aos 19 anos, da Escola Militar de que cursou apenas o primeiro ano e obteve, em 1848, o grau de bacharel e de doutor em ciências físicas e matemáticas, depois de exames vagos e sucessivos de tôdas as matérias, já em 1855 o jovem matemático apresentava à Academia de Ciências de Paris três memórias do mais alto valor sobre a determinação das funções incógnitas sob o sinal de integral definida, sobre um teorema de análise matemática (cálculo integral) e sobre o som, publicadas mais tarde, com outros trabalhos, por iniciativa do governo imperial. Grande matemático que pertencia, no julgamento de AMOROSO COSTA, "à classe dos geômetras em que predomina a intuição", e manejava de modo magistral o instrumento algébrico, a sua obra, reunida depois de sua morte, em volume sob o título *Mélanges de Calcul Intégral* (1882) e constituída de sete memórias e alguns fragmentos, é considerada por TEODORO RAMOS verdadeiramente notável pelo arrôjo e pelo engenho das concepções. "Geômetra, — escreve o sábio CH. HENRY que lhe prefaciou a obra póstuma —, atacou o problema mais difícil e urgente da ciência; matemático, apaixonado pela experiência e pela observação, apreciou os encantos da arte; a brutalidade do problema social se impôs ao seu coração e as pungentes complexidades do problema filosófico não o deixaram indiferente. Criança-prodígio, natureza ideal, complexa e doentia, êle pertence a essa família de inteligências que parece terem sido criadas para mostrar a identidade fundamental de tôdas as variedades do saber, dessas almas prematuramente

²¹ Natural do Maranhão, JOAQUIM GOMES DE SOUSA (1829-1863), o maior matemático do Brasil, foi, como já observou CARLOS PONTES, de uma precocidade notável, "sem precedentes e sem igual em tôda a história da inteligência brasileira". Enviado pelos pais ao Rio de Janeiro, em 1844, para seguir a carreira das armas, abandonou a Escola Militar, no primeiro ano, e matriculou-se, aos 15 de idade, na Faculdade de Medicina, que cursou até o 3.º ano. Requereu em seguida e obteve exames vagos de tôdas as matérias da antiga Escola Militar e, depois das provas sucessivas que realizou com êxito excepcional, na presença do Imperador e perante numeroso auditório, recebeu a 1.º de Junho de 1848 o grau de bacharel e a 14 de Outubro do mesmo ano, o de doutor em ciências físicas e matemáticas. Contava então 19 anos quando defendeu tese; e, nomeado logo depois, professor da Escola Militar, seguiu para a Europa e formou-se em medicina em Paris. Em 1855 apresenta à Academia de Ciências de Paris as suas memórias, publicadas em edição póstuma, em 1882, por iniciativa do governo brasileiro. (JOAQUIM GOMES DE SOUSA, *Mélanges de Calcul Intégral*. Ouvrage posthume augmenté d'une mémoire de l'auteur sur le son et d'un avant-propos par M. Charles Henry. Leipzig, Imprimerie de F. A. Brockhaus, 1882). Em 1856 o matemático STOKES apresenta à Sociedade Real de Londres uma nota contendo um resumo da primeira memória, sobre o problema da inversão das integrais definidas. Tendo-se dedicado à física e às mais altas abstrações das matemáticas superiores, "aplicou-se com maior fervor ainda aos estudos de filosofia, história, economia política e das ciências sociais em geral, não menos que aos da literatura propriamente dita" (JOÃO FRANCISCO LISBOA, *Journal de Timon*, 2 vols., Maranhão, 1852-1854). Deputado em 1856, jurista que não cursara um só ano de faculdade de direito, enfrentou, na Câmara dos Deputados, NABUCO DE ARAÚJO, grande orador e um dos maiores cultores das letras jurídicas, tomando parte nos debates provocados pela denúncia que apresentou contra o ex-Ministro da Coroa, por ter êste aposentado, sem processo, dois magistrados. (CARLOS PONTES, NABUCO DE ARAÚJO e GOMES DE SOUSA. O caso da aposentadoria violenta dos magistrados. In "*Journal do Comércio*", 24 de Junho de 1934). Desaparecido prematuramente aos 34 anos, em Londres, na sua segunda viagem à Europa, a sua curta existência, brilhante e fecunda, foi, nas expressões de AMOROSO COSTA, "um modelo de pensamento e de ação".

²² EUCLIDES DA CUNHA, *À margem da história. Da Independência à República* (esboço político). 3.ª edição. Livraria Chardron, Porto, 1922.

roubadas à sua obra, que a poesia da antiguidade dizia caras aos deuses e que através das distâncias dos séculos e dos meios evocam a melancólica figura de PASCAL”.

Se ainda na segunda metade do século XIX honraram as ciências matemáticas no Brasil um PEREIRA REIS e um LICÍNIO CARDOSO que, no entanto, se especializaram em outros domínios de estudos, somente em 1897 apareceram na *Revista da Escola Politécnica* trabalhos de um jovem de 23 anos que prenunciavam um matemático da estatura de GOMES DE SOUSA. Embora desaparecido prematuramente como o sábio maranhense, que faleceu aos 34 anos, OTO DE ALENCAR (Ceará, 1874-1912) deixou uma obra notável e, como professor da Escola Politécnica, de 1902 até a sua morte, conseguiu, nesse decênio, erguer o nível dos estudos matemáticos a uma altura a que só atingira, no Brasil, com J. GOMES DE SOUSA, meio século antes. A importância de seus trabalhos e o valor de seu ensino, no magistério de várias disciplinas que professou desde 1902, como professor substituto, lhe deram direito à nomeação em caráter efetivo, em 1907, sem concurso, por proposta da congregação da Escola em que se formou e de que se tornou uma das maiores figuras. Professor da cadeira de física experimental, por que passou eventualmente como substituto, OTO DE ALENCAR, que tinha grande habilidade experimental, se preocupou antes, por ser essencialmente algebrista, com o aspecto matemático dos fenômenos físicos: data desse período a coleção de notas e memórias, publicada em 1906, sob o título *Física e Eletrotécnica*, em que avultam os seus estudos sobre o potencial termo-dinâmico, “antevisão da teoria da relatividade, de EINSTEIN,” no conceito de um alto espírito. Entre outros trabalhos publicados aqui e na Europa, e aceitos por GOMES TEIXEIRA, no *Jornal de Ciências Matemáticas*, do Porto, e por DARBOUX, no *Bulletin des Sciences Mathématiques*, destacam-se as memórias sobre a teoria das superfícies mínimas, sobre a velocidade do som, em desenvolvimento da de GOMES DE SOUSA, de cujos métodos e resultados se utilizou, e sobre as aplicações geométricas da equação de RICCATI, — talvez a mais original de todas, além dos estudos críticos e científicos sobre alguns erros de matemática, de A. COMTE, e com que, afastando-se da concepção matemática do filósofo francês, marcou, na Escola, “o início de uma reação contra o comtismo”. Discípulo e sucessor de OTO DE ALENCAR, que representa na evolução das idéias matemáticas no Brasil, no dizer de LÉLIO GAMA, “um traço de união entre a antiga escola positivista, cujo anacronismo ele próprio evidenciou, e a escola moderna, cujos princípios foi ele também o primeiro a propugnar”, — M. AMOROSO COSTA (Distrito Federal, 1885-1929), tornou-se um batalhador incansável na campanha iniciada por seu mestre em prol da renovação completa dos estudos matemáticos entre nós. “Não possuindo, escreve TEODORO RAMOS, o brilhante talento de analista de OTO DE ALENCAR, mostrou-se, porém, AMOROSO COSTA um pensador mais profundo, um espírito mais equilibrado e um paladino mais vigoroso da ciência pura e desinteressada”. Talvez o maior cultor, entre nós, da filosofia matemática, seguindo de perto as lições de HENRI POINCARÉ que exerceu sobre seu espírito considerável influência, e, comprazendo-se em contemplar na ciência matemática o seu lado puramente estético, o ilustre professor, — o primeiro que se ocupou no Brasil das geometrias não arquimedianas, distinguiu-se por seus trabalhos de astronomia, como a memória sobre a evolução das estrêlas duplas, ou matemáticas, como as suas investigações originais sobre a teoria das séries divergentes, e, especialmente, por seus ensaios de crítica filosófica e científica. Se a esses três grandes nomes se acrescentarem o de TEODORO RAMOS (São Paulo, 1896-1936), — o maior matemático do Brasil no seu tempo —, o abeliano que, com tanta profundidade e originalidade, tratou das funções de variáveis reais

(tese de doutorado), das integrais definidas de funções descontínuas (1926) e do cálculo vetorial (1930) e tanto se esforçou por elevar o nível dos estudos de análise matemática e de mecânica racional, e, por último, o de LÉLIO GAMA, que, na Escola Politécnica e na Escola de Ciências (1934-38) do Rio de Janeiro mantém com brilho a tradição dos estudos matemáticos, ter-se-á o quadro completo dessa linhagem científica que se entronca em GOMES DE SOUSA e se prolonga até nossos dias numa série pequena, mas ilustre, de brasileiros realmente preocupados com as cousas abstratas e distantes das aplicações.

Mas nesse mesmo período em que as ciências matemáticas tomam novo impulso com OTO DE ALENCAR e seus sucessores, estabelecendo-se uma continuidade entre mestres e discípulos, entra em atividade intensa o Museu Paraense, fundado por EMÍLIO GOELDI em 1885; HERMANN VON IHERING, chamado a dirigir o Museu Paulista, instituído em 1893, lhe imprime um alto cunho científico; BARBOSA RODRIGUES reorganiza o Jardim Botânico, inaugurando uma fase nova de pesquisas; e NINA RODRIGUES empreende na Baía, pela primeira vez, "o estudo rigorosamente científico da parte considerável da nossa população, constituída pelo elemento afro-americano". Além do Museu Nacional que, na história de nossa cultura, desempenhou um papel da maior importância no desenvolvimento das ciências naturais, e passa por grandes transformações sob a impulsão de BATISTA LACERDA (1895-1915), entram a colaborar nas atividades científicas do país novas instituições, como o Museu Paraense, denominado mais tarde (1900) Museu Goeldi, em homenagem ao seu fundador, e o Museu Paulista que acabava de ser criado pelo governo de São Paulo. Aquele, o Museu Goeldi, onde se guardam as mais ricas e variadas coleções tropicais do mundo e que possui, além de um jardim zoológico anexo, um jardim botânico e uma das mais completas bibliotecas especializadas do país, com 21 mil volumes, teve a sua época mais fecunda sob a direção de seu fundador, naturalista de renome universal, a que sucedeu, mais tarde, JACQUES HUBER, botânico suíço, falecido prematuramente, e um dos naturalistas estrangeiros que mais se consagraram à nossa terra e ao estudo de suas riquezas naturais. Este, o Museu Paulista, fundado em 28 de Agosto de 1893 (lei n.º 200) e organizado pelo dec. n.º 249 (de 26 de Julho de 1894), com o fim de estudar a história natural da América do Sul e, em particular, do Brasil, não tarda a impor-se nos meios científicos do mundo pelas suas atividades sabiamente conduzidas por HERMANN VON IHERING (1894-1915), zoólogo notável a quem o governo confiou a sua direção, por sugestão do eminente geólogo ORVILLE DERBY, então diretor da Comissão Geográfica e Geológica do Estado. Nos fins do século XIX, em 1890, desliga-se o Jardim Botânico²³

²³ Essa grande instituição, que se vem desenvolvendo através de mais de um século, tem as suas origens no antigo Real Horto, — jardim para plantas exóticas, — criado por D. JOÃO VI em 1808 na Fazenda da Lagoa de Rodrigo de Freitas, e por ele mesmo ampliado e aberto ao público em 1819, sob a denominação de Real Jardim Botânico. Jardim de aclimação, destinado a princípio a introduzir no Brasil a cultura das especiarias das Índias Orientais, não tardou a enriquecer-se de excelentes coleções de plantas, graças, sobretudo, às medidas tomadas por D. JOÃO VI de amparo e estímulo "a todos os que cuidassem da aclimação e da cultura de plantas exóticas". O maravilhoso parque vegetal da Gávea que ainda hoje ostenta, junto ao busto de seu fundador, a palmeira real plantada por D. JOÃO VI em 1808, não perdeu, porém, o seu caráter primitivo de jardim de aclimação, para revestir o de um estabelecimento científico, senão na administração fecunda de Frei LEANDRO DO SACRAMENTO (1824-1829) que lhe imprimiu nova orientação. No segundo Império em que, por largo período, de 1860 a 1890, esteve o Jardim Botânico sob a direção do Instituto Fluminense de Agricultura, passaram pela sua administração algumas figuras ilustres, no domínio das ciências naturais, como Frei CUSTÓDIO SERRÃO, na primeira metade do século XIX, e F. L. CÉSAR BURLAMAQUI e F. G. PAIS LEME que lhe introduziram importantes modificações de caráter técnico e administrativo. É somente no novo regime que, desligado daquele instituto, o Jardim Botânico entrou em uma nova fase, — a mais fecunda de sua história, com a nomeação, em 1890, de J. BARBOSA RODRIGUES, o botânico da monumental *Sertum Palmarum*, obra em dois volumes *in folio*, — que, retomando a orientação de Frei LEANDRO, reintegrou o Jardim Botânico em suas funções de pesquisa e abriu ao trabalho científico as mais largas perspectivas. Entra em decadência, depois da morte de BARBOSA RODRIGUES, para ressurgir novamente com ANTÔNIO PACHECO LEÃO, professor de botânica da Faculdade de Medicina e discípulo de OSVALDO CRUZ, que o remodelou, dentro da mesma orientação, dando-lhe notável desenvolvimento com o auxílio de LOEFFGREN, DUCKE e KUHLMANN, — esses dois últimos brasileiros, e transformando-o em um centro de pesquisas da flora nacional. Desde 1938, com a reforma

do Instituto Fluminense de Agricultura e é nomeado seu diretor J. BARBOSA RODRIGUES que, orientando para as finalidades científicas essa antiga instituição, realizou uma série de reformas de caráter técnico e, enriquecendo os seus herbários e as suas coleções vivas, criando a sua biblioteca e intensificando o intercâmbio com os estabelecimentos congêneres no estrangeiro, contribuiu de maneira brilhante, e só comparável à ação posterior de ANTÔNIO PACHECO LEÃO, para transformá-lo no mais opulento parque do mundo e num centro de pesquisas botânicas. Os 8 volumes do *Boletim* do Museu Paraense, de que apareceu o primeiro em 1904, os 23 da *Revista* do Museu Paulista, os 30 dos Arquivos do Museu Nacional e os *Arquivos* do Jardim Botânico atestam as atividades científicas no Brasil, nos diversos períodos da história dessas instituições. As bibliotecas, essas, a começar pela Biblioteca Nacional, de tôdas a mais importante e hoje a mais rica da América do Sul, com os seus 500 mil volumes e numerosos manuscritos, ainda não estavam organizadas como um centro de pesquisas e de trabalho científico. De sua dupla função, — de, por um lado, conservar as mais belas coleções do passado, enriquecê-las e completá-las, e, por outro, recolher tôda a produção contemporânea, literária, histórica, científica e jornalística, — não exerciam eficazmente, devido à estreiteza de seus recursos, senão a primeira, aliás de suma importância, pela riqueza de seus depósitos antigos que os historiadores, os seus principais clientes, habituados aos métodos e à disciplina da pesquisa, já consideravam como tesouros preciosos, verdadeiros arquivos em que vinham colher a sua documentação.

Entre as atividades científicas que caracterizam êsse período de ebulição intelectual (1890-1914) e o distinguem como um dos mais fecundos, na história de nossa cultura, avulta, pelo seu valor e pela sua força de atração, o trabalho realizado por NINA RODRIGUES, nos domínios da medicina legal e dos estudos antropológicos e sociais sôbre as populações afro-americanas. Com a nomeação, em 1891, de RAIMUNDO NINA RODRIGUES, para a cadeira de medicina legal da Faculdade de Medicina da Baía, inaugura-se uma nova fase, na evolução científica da medicina legal, no Brasil, à qual AGOSTINHO DE SOUSA LIMA, desde 1877, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já vinha trazendo valiosa contribuição nacional, reduzida, entretanto, à aplicação dos conhecimentos médico-legais na interpretação das leis do país. O ilustre maranhense, justamente considerado o criador da Medicina Legal Brasileira, empreendeu, de fato, durante 15 anos de magistério (1891-1905) na escola baiana, uma obra notável de revisão crítica das técnicas estrangeiras e de criação, pelo estudo prático e experimental dos problemas médico-legais brasileiros. Os seus trabalhos sôbre as raças humanas e a responsabilidade penal (1894), sôbre os dispositivos atinentes à filiação legítima e sôbre a condição legal dos alienados (1901), bem como os estudos de psico-patologia da mutilação cadavérica, em que estabelece a distinção, hoje clássica, entre o espostejamento defensivo e o espostejamento ofensivo, marcam época e criam escola, — a escola baiana de medicina legal —, que, continuada por discípulos seus, OSCAR FREIRE e AFRÂNIO PEIXOTO, permanece ativa até nossos dias, através de discípulos dêstes na Baía, no Rio e em São Paulo. Mas, a monografia relativa à influência dos fatores raciais na responsabilidade criminal, — trabalho em que advoga a diversidade de tratamento penal, segundo as raças, e com que começou a empresa de nacionalizar a medicina legal, — é, ao mesmo tempo,

do Ministério da Agricultura, foi o Jardim Botânico incorporado ao Serviço Florestal que então se reorganizou e de que passou a integrar a Secção de Botânica. O Jardim, cuja área é calculada em 546 343 metros quadrados (sendo 135 182 m² em matas e 322 099 m² cultivados), possui 7 mil espécies classificadas além de milhares de plantas herbáceas ornamentais, cultivadas em estufas, num total de cerca de 200 famílias.

como observa ALCÂNTARA MACHADO, "o marco inicial de uma série de estudos sobre os mestiços e os negros brasileiros". Os seus ensaios de psico-patologia social, como o que lhe inspirou a psicose coletiva de Canudos ou o que tem por objeto o estudo de um magnicida nacional, MARCELINO BISPO (autor do atentado contra PRUDENTE DE MORAIS), constituem importantes contribuições, na série de investigações diretas, científicas, sobre a nossa gente e que, iniciada pela substanciosa monografia de 1894, deveria culminar na obra, interrompida pela morte, *O problema da raça negra na América Portuguesa*, "síntese e coroamento dessas investigações". Obra essa, considerada no seu conjunto, "fecunda como nenhuma outra, escreve ALCÂNTARA MACHADO, porque foi a nascente generosa de uma escola que nos deu líderes do valor de AFRÂNIO PEIXOTO, OSCAR FREIRE, DIÓGENES SAMPAIO, e continua a enriquecer-nos com um FLAMÍNIO FÁVERO, um LEONÍDIO RIBEIRO, um ARTUR RAMOS", e, podemos nós acrescentar, um A. F. ALMEIDA JÚNIOR e um outro nome contemporâneo, — e este, de um ilustre escritor e jurista, não seria interdito senão a ALCÂNTARA MACHADO pronunciá-lo... Entre os discípulos e continuadores de NINA RODRIGUES, nos domínios da medicinal legal, destacam-se OSCAR FREIRE, com seus valiosos estudos sobre a fauna cadavérica no Brasil; AFRÂNIO PEIXOTO que efetuou, com JULIANO MOREIRA, interessantes experiências sobre psicologia do testemunho²⁴ e elaborou um modelar regulamento para as microscopias médico-legais, "louvado irrestritamente no país e no estrangeiro"; FLAMÍNIO FÁVERO, discípulo de OSCAR FREIRE, com a revisão, auxiliada por seus assistentes e colaboradores, das técnicas médico-legais, e LEONÍDIO RIBEIRO especialmente pela originalidade de seus estudos, explorados com grande brilho, sobre a patologia das impressões digitais.

Não era somente na medicina legal e nos estudos das raças negras que se introduziu no Brasil, graças à atividade fecunda de NINA RODRIGUES, esse espírito crítico e experimental, com que, no mundo civilizado, se renovavam todos os domínios de conhecimentos e tôdas as profissões e atividades baseadas na aplicação prática das novas descobertas. As doutrinas acêrca das fermentações e do papel patogênico dos micróbios, firmadas pelas memoráveis experiências (1865-1881) de PASTEUR, em quem nas expressões de RUI BARBOSA, "encarnou o gênio da experimentação", e cujo nome se ligou à nova era, já vinham orientando em São Paulo as pesquisas de L. PEREIRA BARRETO (1840-1923), sobre a produção de cerveja, a fabricação do vinho e o problema da transmissão da febre amarela que se instalara no território brasileiro. Já em 1887 esse sábio investigador, de espírito objetivo e prático, que desde 1876 se consagrara em São Paulo, numa série de experiências, à renovação dos métodos e à solução de problemas da agricultura e da indústria, chegara a entrever, pelas suas pesquisas, o mecanismo da transmissão da febre amarela, que seria mais tarde estabelecido com precisão pela teoria havanesa; e, apenas anunciada a descoberta de ser o mosquito rajado (*Stegomyia fasciata*) o agente propagador da moléstia, participou das experiências de ADOLFO LUTZ e de EMÍLIO RIBAS que, para demonstrarem a verdade nova, não hesitaram em arriscar as próprias vidas, no Hospital de Isolamento de São Paulo. A EMÍLIO RIBAS coube a glória de realizar pela primeira vez no Brasil, em 1902, na luta contra a febre amarela os novos processos que, no ano seguinte, seriam aplicados, em campo mais vasto, na grande campanha de saneamento do Rio de Janeiro. Por essa época, em 1899, voltava ao Brasil um jovem paulista, OSVALDO CRUZ, que estivera durante mais de três anos, de 1896 a 1899, em Paris, no Instituto Pasteur, na própria matriz que o gênio iniciador da nova

²⁴ JULIANO MOREIRA, *Psicologia do testemunho*. Conferência realizada em 1926 no salão da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. In "Jornal do Comércio", 29 de Janeiro de 1935.

medicina "animara com o seu contacto e deixara imortalizada pela herança de sua tradição". Nomeado, aos 28 anos de idade, diretor do Instituto Bacteriológico, por sugestão de EMÍLIO ROUX, auxiliar e colaborador de PASTEUR, e então diretor do Instituto de Paris, a quem o governo solicitara a indicação de um especialista, — OSVALDO CRUZ revela desde logo, associado à sua capacidade de homem de ciência, um extraordinário poder de organização, na luta vitoriosa contra a peste indiana que entrara em Santos e já grassava em 1900, nessa cidade e no Rio de Janeiro. "Outro cometimento, escreve RUI BARBOSA, ia seguir-se a êsse, em que tínhamos, não de nos opor ao esboço de uma invasão, mas de reagir contra uma conquista consumada: o domínio do Brasil pela febre amarela". Na presidência RODRIGUES ALVES, investido, em 1903, nas funções de diretor da Saúde Pública, OSVALDO CRUZ aceita a missão que lhe puseram sobre os ombros e, tomando o compromisso de extinguir a febre amarela, no Rio de Janeiro, em três anos, consegue extirpá-la dentro desse prazo, depois da mais vigorosa e intrépida campanha que se realizou entre nós e na qual se orientou pela experiência de Cuba, corroborada pela do Panamá; volta-se o saneador do Rio de Janeiro para o norte, onde inaugura e termina em seis meses, com a perseguição sistemática do pernilongo rajado, a extinção da febre no Pará, e, enfrentando em seguida o problema da malária na região do Madeira-Mamoré, traça o plano geral de saneamento do vale do Amazonas. Mas, por maiores que tenham sido, — e foram notáveis a todos os respeito —, os serviços que prestou ao Brasil, debelando a peste, a febre amarela e o impaludismo, não se avantajaram êles, pelo seu valor científico e pelas suas consequências práticas, à obra que empreendeu, de nacionalização da medicina experimental, "fazendo no Brasil a ciência para o Brasil", e criando, com a fundação do Instituto de Manguinhos em 1901, não só o maior centro de pesquisas científicas do país, mas toda uma brilhante escola de sábios e experimentadores nos diversos ramos das ciências cultivadas naquela instituição.

É nessa instituição²⁵ que OSVALDO CRUZ concentra todos os seus esforços e toda a sua capacidade de organização, atraindo e agrupando, para a pesquisa científica, uma pléiade de jovens que não tardariam a granjear uma justa notoriedade e a constituir, na cadeia de tradições do Instituto de Manguinhos, o elo, sólido e luminoso, de ligação entre o mestre dos mestres e os seus próprios discípulos. "Pesquisador extraordinário na atividade e ir-rivalizável na técnica, OSVALDO CRUZ revela-se, nas expressões de RUI BARBOSA, um educador inimitável de sábios", despertador de vocações e criador de escola, que possuía, mais do que ninguém, a arte de inculcar o gosto pela ciência, de selecionar aptidões e de amestrar os discípulos na técnica da pesquisa e da

²⁵ O Instituto, criado em 1901, no fundo da baía de Guanabara, sob o nome de Instituto Soro-térápico Federal, e por iniciativa do Barão de PEDRO AFONSO, destinava-se primitivamente à preparação de soro e de vacina antipestosos, para o combate à peste bubônica que invadira o país. O nome oficial, porém, cedeu ao de Instituto de Manguinhos, tomado no nome da fazenda posta à disposição do Barão de PEDRO AFONSO pelo prefeito CESÁRIO ALVIM, e em que foram improvisadas as suas primeiras instalações. Não haviam decorrido seis anos da fundação desse Instituto quando no Congresso Internacional de Higiene e Demografia, reunido em Berlim, em Setembro de 1907, recebeu OSVALDO CRUZ a maior consagração a que podia aspirar: o jurí da Exposição desse Congresso, em que tomaram parte 2 525 profissionais, destacou dentre os 123 expositores dos países mais civilizados, os trabalhos do Instituto de Manguinhos e conferiu ao Brasil o 1.º prêmio, a medalha de ouro da Imperatriz. Em 1908, à Escola de Manguinhos que crescera e dilatara notavelmente o campo de seus trabalhos, sobretudo nos domínios da zoologia médica, e se transformara pelo decreto n.º 1 812, de 12 de Dezembro de 1907, no Instituto de Patologia Experimental, foi dado o nome de Instituto Osvaldo Cruz, em homenagem ao seu eminente fundador que marcou, com a sua escola de doenças tropicais, uma época, — e a mais importante e fecunda, — na evolução científica da medicina no Brasil. Nos antigos terrenos da fazenda de Manguinhos, em cujas dependências se instalaram os primeiros laboratórios de medicina experimental do país, ergueu-se ainda no tempo e por iniciativa de OSVALDO CRUZ, o suntuoso edifício central, em estilo gótico, do Instituto Osvaldo Cruz que, com seus laboratórios e uma biblioteca de 75 mil volumes, — hoje uma das mais importantes do mundo —, além de dois edifícios menores, um hospital e vários pavilhões e instalações anexas, constitui a maior escola de medicina tropical na América do Sul. É essa instituição notável o grande sonho que OSVALDO CRUZ (1872-1916), falecido prematuramente aos 44 anos, "sonhou na mocidade e conseguiu realizar na idade madura".

experimentação. Forma-se, desde o princípio, por iniciativa e sob a influência do criador da medicina moderna no Brasil, "essa constelação de moços laureados, outros tantos mestres em cada um dos quais se espelha a imagem gloriosa do modelo": um GASPAS VIANA, falecido prematuramente aos 29 anos, descobridor das formas endocelulares do "Tripanozoma Cruzi" (formas de GASPAS VIANA); um ALCIDES GODÓI, que assinala em 1906 a primeira grande descoberta de Manguinhos, com a vacina contra o carbúnculo sintomático; um HENRIQUE ARAGÃO, que realiza em 1907 o primeiro dos grandes trabalhos sobre protozoologia; um CARDOSO FONTES, que em 1909 publica os seus primeiros estudos sobre a filtrabilidade do vírus da tuberculose; um EZEQUIEL DIAS, um ARTUR NEIVA, um ROCHA LIMA e um CARLOS CHAGAS, que em 1909 conquista para o Instituto o seu maior triunfo com o trabalho sobre a tripanozomíase americana, e seu agente propagador (*Tripanozoma Cruzi*) e a quem, por essa descoberta, "o prêmio Schaudin confere, por uma sentença germânica, as honras do mais notável dos protozoologistas do mundo". A esse núcleo, formado em Manguinhos, veio reunir-se, atraído por OSVALDO CRUZ em 1908 o sábio ADOLFO LUTZ (1855-1940), que estabelecera as bases da zoologia médica no Brasil em trabalhos memoráveis, realizados em São Paulo. É nesse Instituto que trabalharam ainda entomologistas como CÉSAR PINTO e COSTA LIMA, um endocrinologista do valor de TALES MARTINS, — a nossa maior autoridade em questões de secreção interna, — um FLÁVIO DA FONSECA, que se especializou em protozoologia e em animais venenosos e um helmintologista da estatura de LAURO TRAVASSOS, "um dos mais produtivos investigadores e chefes de escola que Manguinhos já formou". É desse centro de pesquisas e de trabalho científico, — a maior escola americana de medicina tropical, que se irradia por quase todo o país o espírito crítico e experimental, levado por discípulos de OSVALDO CRUZ como PACHECO LEÃO, que remodela o Jardim Botânico, do Rio de Janeiro, ARTUR NEIVA que cria em São Paulo o Instituto Biológico e J. FLORÊNCIO GOMES que inaugura, em 1913, a fase científica do Instituto de Butantã,²⁶ vigorosamente desenvolvida por AFRÂNIO AMARAL, seu sucessor e o maior conhecedor de ofidismo no Brasil; é dele que se originam os novos institutos de pesquisas, que se fundam no país, como o Ezequiel Dias, em Belo Horizonte, o Biológico, em São Paulo, o Borges de Medeiros, em Pelotas, o Instituto de Patologia Experimental no Norte, em Belém do Pará, podendo dizer-se que quase todos os institutos de pesquisas científicas, do país, nos domínios da zoologia médica, foram senão criados, renovados ou secundados por pesquisadores formados na Escola de Manguinhos. A importância capital dessa Escola de Medicina Experimental, em cuja direção, em 1917, sucedeu a OSVALDO CRUZ seu discípulo CARLOS CHAGAS, que lhe

²⁶ Foi, de fato, no Instituto de Manguinhos, onde fizera curso de especialização, que se preparou J. FLORÊNCIO GOMES para os estudos que levou a efeito, desde 1913, sobre a sistemática de nosso ofídios, no Instituto de Butantã, de São Paulo. Essa instituição, fundada em 1899, iniciara as suas atividades, sob a direção de VITAL BRASIL (1899-1919) no terreno da preparação da vacina e soro contra a peste bubônica. A fase propriamente científica desse Instituto, iniciada por VITAL BRASIL e seus colaboradores, entre 1901 e 1912, e desenvolvida em 1913 por J. FLORÊNCIO GOMES, tomou um impulso notável a partir de 1918, graças à nova orientação que lhe deu ARTUR NEIVA, da Escola de Manguinhos, e então diretor do Serviço Sanitário, e à atividade fecunda de AFRÂNIO AMARAL, chefe da seção de ofidiologia e sucessor de FLORÊNCIO GOMES, e que foi chamado em 1919 para dirigir esse Instituto. Em 1918 são publicados os primeiros fascículos das *Memórias de Butantã*, vol. I, e trabalhos sobre plantas medicinais; e, entre 1919 e 1921, o 2.º fascículo do vol. II das *Memórias*, o I vol. dos *Anexos de Ofidiologia*, em que AFRÂNIO AMARAL descreveu a morfologia e a biologia da Jararaca da ilha Queimada Grande, além de três outras espécies brasileiras novas; e 6 volumes dos *Anexos de Botânica* em que F. C. HOEHNE desenvolveu seus estudos sobre sistemática de nossa flora, e AFRÂNIO AMARAL publicou o seu trabalho original sobre o tratamento das úlceras por meio do soro seco. Em 1931, pelo dec. 4 941, de Março, foi o Instituto de Butantã transformado num centro de estudos de medicina e biologia experimentais, aplicadas à patologia humana, de acordo com o projeto de AFRÂNIO AMARAL que, tendo-se afastado em 1921, voltara a assumir, em 1928, a direção desse Instituto. É por essa época e depois dessa reforma que, conforme atestam os numerosos trabalhos publicados entre 1935 e 1938, se intensificaram as atividades científicas do Instituto em que passaram a colaborar, atraídos pela nova direção (1928-38), além de técnicos nacionais, como TALES MARTINS e FLÁVIO DA FONSECA, da Escola de Manguinhos, grandes especialistas estrangeiros, vindos de universidades da Alemanha.

desenvolveu e completou a organização, e a este, CARDOSO FONTES, seu terceiro diretor, ainda se pode apreciar pelos mais de 2 500 trabalhos científicos publicados, desde a sua fundação, e grande parte nas *Memórias* do Instituto Osvaldo Cruz, "o maior repositório sulamericano de artigos referentes à microbiologia e à parasitologia".

Mas Manguinhos que nasceu no apogeu da era pasteuriana, "não podia fugir, como bem observa TALES MARTINS, à orientação microbiológica e aplicada que monopolizou, e muito utilmente, as atividades iniciais do Instituto". Se com as transformações nele operadas por iniciativa de CARLOS CHAGAS, depois de 1917, é que se criou, aliás segundo plano do próprio OSVALDO CRUZ, a seção de fisiologia, e se abriram novos horizontes às suas atividades científicas, "só com ÁLVARO e MIGUEL OSÓRIO, vimos finalmente nascer, sadia e a termo, a fisiologia nesta terra, quase no mesmo tempo em que, na Argentina, surgia BERNARDO HOUSSAY". No seu laboratório particular, por volta de 1915, ÁLVARO OSÓRIO DE ALMEIDA, o inaugurador da pesquisa fisiológica entre nós, conquista a sua primeira vitória com o trabalho sobre o metabolismo basal nos trópicos; e, no Instituto de Manguinhos, a que J. CARNEIRO FILIPE, embora engenheiro, mereceu a honra, pela sua notável cultura científica, de ser chamado para dirigir a seção de físico-química aplicada à biologia e inaugurar a fase químico-terapêutica desse Instituto, é encarregado, em 1920, do laboratório de fisiologia MIGUEL OSÓRIO, já consagrado pelas suas importantes pesquisas sobre fisiologia do sistema nervoso e da respiração, e, mais tarde, laureado do prêmio Einstein da Academia de Ciências e do prêmio Sicard da Faculdade de Medicina de Paris. É com os novos laboratórios e as pesquisas empreendidas, em novos campos de investigação, pura e desinteressada, que se alarga ainda mais o trabalho científico desse Instituto, cujas origens mergulham na luta decisiva que o Brasil foi compelido a sustentar contra a peste e a febre amarela até a sua exterminação. "Quando o governo, escreve TALES MARTINS, resolveu atacar o problema da febre amarela, de vida ou de morte para a nação, encontrou o homem, — OSVALDO CRUZ. Aproveitando-se do prestígio decorrente para criar Manguinhos, cuidou OSVALDO CRUZ de nossa higienização intelectual, dando um desses saltos formidáveis, só possíveis nos países em formação; quase do nada passamos a possuir um dos melhores institutos de medicina experimental do mundo". Mas, se este nosso maior passo cultural é consequência de uma praga, já bastante enraizada e devastadora, além de humilhante, para que o brasileiro permanecesse de braços cruzados diante do problema terrível, é certo que o seu desenvolvimento foi extraordinariamente favorecido não só pela atividade maravilhosa de um homem, — OSVALDO CRUZ, como também por essa atmosfera social de inquietação e por essa efervescência intelectual e científica que haviam produzido no Brasil, desde 1890, as transformações de estrutura econômica e de regime político. É por essa mesma época em que lança suas bases e toma impulso a obra grandiosa de OSVALDO CRUZ, que surgem, de 1902 a 1909, *Os Sertões* e outras obras de EUCLIDES DA CUNHA, explorador e geógrafo, tôdas marcadas de um alto espírito científico, e se desenvolvem, num plano mais largo, as expedições exploradoras do General CÂNDIDO RONDON, encarregado em 1907 pelo Ministro MIGUEL CALMON de "atravessar a zona desconhecida e estudar os recursos naturais da região percorrida", isto é, de Mato Grosso ao Amazonas. Esse notável brasileiro, desbravador e civilizador do sertão, "ao desvendar tão grande trato desconhecido de nossa pátria, de tal forma cuidou das investigações científicas que, no julgamento autorizado de ARTUR NEIVA, seu nome como propulsor das ciências naturais no Brasil dos tempos modernos, vem logo depois de OSVALDO CRUZ". Se tivermos, de fato, em vista o que tanto em botânica

(8 mil números colecionados, muitos pelo próprio RONDON) como em zoologia (6 mil exemplares) representam as 66 publicações da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, podemos concluir com ARTUR NEIVA que “nenhuma expedição científica brasileira concorreu com tão alto contingente para o desenvolvimento da história natural entre nós e nenhuma exaltou mais no estrangeiro o nome de nossa pátria.”

Não foi, porém, menos importante a contribuição que trouxeram aos estudos geográficos e etnológicos os trabalhos da comissão chefiada pelo General RONDON que, tendo-se iniciado com o Major GOMES CARNEIRO na obra de desbravamento do sertão, já em 1892 inaugurava, como chefe, essa série extraordinária de expedições com que, estendendo linhas telegráficas ou procedendo ao exame de fronteiras, devia “abrir à ciência um campo enorme de verificações e descobertas”. Da estirpe de batedores de sertões, constituída por um LACERDA E ALMEIDA (1750-1802), paulista, engenheiro geógrafo que fez explorações no Amazonas, Pará e Mato Grosso; de um ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, médico e naturalista baiano (1756-1815), notável pelas suas excursões científicas na Amazônia; de um General COUTO DE MAGALHÃES (1837-1898), mineiro, outro grande sertanista e etnógrafo, autor de *Viagem ao Araguaia* e de *O Selvagem*, — o General RONDON realizou durante 38 anos (1892-1930), com suas viagens e expedições, uma das obras mais fecundas da história do Brasil, não só do ponto de vista da conquista territorial como do ponto de vista geográfico. Depois de *Os Sertões*, — “o mais notável trabalho de geografia humana que um pedaço de terra já mereceu de um escritor” —, e de outros ensaios como *Terra sem história*, em que EUCLIDES DA CUNHA, geógrafo ao par das teorias mais modernas, põe todo o vigor de seu estilo a serviço de sua cultura científica e de seu poder de observação, aparece só em 1916, com o mesmo espírito novo e construída sobre uma base de pesquisas originais, a *Rondônia de ROQUETE PINTO*, — narrativa da expedição de 1907 e modelo de monografia etnográfica e antropológica sobre as tribus indígenas de Mato Grosso. Assim, tendo à frente EUCLIDES DA CUNHA, com a sua visão genial da terra e da gente, e ROQUETE PINTO, que volta da expedição Rondon com uma obra, de alto sentido geográfico e etnológico, desenrola-se, nos diversos setores do vasto domínio dos estudos geográficos brasileiros, uma teoria de pesquisadores, como um RAIMUNDO LOPES, na geo-arqueologia, pelos estudos das esteirarias e dos sambaquis, um ALBERTO JOSÉ SAMPAIO na geobotânica, um MELO LEITÃO, na zoogeografia e SÍLVIO FRÓIS DE ABREU, na geografia mineral e industrial, enquanto DELGADO DE CARVALHO e F. RAJA GABAGLIA, — pioneiros da geografia moderna no Brasil, — se batem pela renovação dos métodos do ensino geográfico. Os estudos históricos, estimulados através de quase um século pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e mais recentemente por outras instituições da mesma natureza, como o de São Paulo, fundado em 1894, e renovados por um CAPISTRANO DE ABREU que em 1907 publica os *Capítulos da história colonial*, e por um JOÃO RIBEIRO, com uma síntese magistral da história do Brasil, entram também eles, numa fase nova que se caracteriza pela penetração crescente do espírito científico, tanto pelo gosto da análise como pelo espírito sintético e pelas idéias gerais, pela pesquisa dos fatos e sua interpretação. Em São Paulo, a partir de 1917, AFONSO TAUNAY, diretor do Museu Paulista, concentra todos os seus esforços em organizar, enriquecendo-a constantemente, a secção de história nacional, já prevista no dec. 249, de 1894 e ampliada pela lei n.º 1 911, de 1922, no governo de WASHINGTON LUIZ, com que tomou notável desenvolvimento na mesma época em que se fundava, no Rio de Janeiro, o Museu

Histórico Nacional, hoje um dos maiores e mais importantes do país.²⁷ A obra gigantesca iniciada por WASHINGTON LUIZ, entre 1916 e 1924, de pesquisa, restauração e publicação de documentos na sua integridade primitiva, só mais tarde seria retomada, no governo de ARMANDO SALES, pelo Instituto Histórico de São Paulo. Mas o impulso, no domínio da geografia e da história, havia sido dado com bastante vigor para que se interrompesse essa magnífica série de trabalhos e de estudos de documentos. Em 1931 começa, de fato, a constituir-se com a *Brasiliانا*, editada pela Companhia Editora Nacional, a mais vasta e rica biblioteca de estudos nacionais, escoltada, depois de mais de um lustro, pela coleção *Documentos Brasileiros*, publicada pela Livraria José Olimpio sob a orientação de GILBERTO FREYRE e, dez anos mais tarde, já em 1940, pela *Biblioteca Histórica Brasileira*, criada por iniciativa da Livraria Martins, de São Paulo, que confiou a RUBENS BORBA DE MORAIS a sua direção.

A repercussão da *Brasiliانا* que atingiu, em um decênio, cerca de 200 volumes e foi, por certo, uma vitória da cultura nacional, já era nitidamente sintomática do renascimento dos estudos históricos, geográficos e sociais que deviam encontrar, depois da revolução de 30, uma atmosfera intelectual extremamente favorável aos seus progressos. Com essa enciclopédia que “vem descobrindo o Brasil àqueles mesmos que mais o julgavam conhecer”, inaugura-se uma série de iniciativas, públicas e privadas, todas prepostas à exploração e ao desenvolvimento, em extensão e em profundidade, dos estudos nacionais, com que o Brasil pudesse tomar uma consciência cada vez mais viva de si mesmo. A revolução de 30, determinando uma fecunda agitação de idéias, semelhante à que se produziu depois de 1889, como consequência da mudança do regime econômico e político, acelerou o movimento de fermentação intelectual e científica que já percorria o país sob a pressão crescente de influências culturais externas. No entanto, como os problemas mais graves já não eram os da saúde pública, ameaçada em fins do século passado pela peste e pela febre amarela, mas problemas de outra ordem, sociais, políticos e econômicos, agravados por toda a parte com a aplicação mais intensa dos novos métodos de produção industrial, foram estes que a revolução transferiu para o primeiro plano, criando em torno deles uma atmosfera ardente de curiosidade e de inquietação. Atmosfera não só de inquietação mas também de batalha, própria tanto para estimular os estudos das ciências sociais, quanto para impelir os homens à ação, dividir as inteligências e marcar a atividade intelectual de um espírito sectário. Daí o predomínio das preocupações de reforma sobre o gosto da objetividade, na maior parte dessas obras em que, pela interferência constante dos planos teórico e normativo, nem sempre é fácil desmaranhar das idéias filosóficas ou de doutrinas, simplistas e unilaterais, o conteúdo em geral muito limitado, devido a pesquisas positivas. O pensador, cuja única ambição seja a pesquisa dos fatos e a reflexão sobre eles, sabe que o mundo não lhe pertence senão como objeto de estudos e, “ainda mesmo que pudesse, talvez o acharia tão curioso que não teria coragem de reformá-lo”... Mas, embora caracterizado a princípio por essa orientação prática e aplicada, foi esse movimento intelectual um dos mais fecundos que se produziram entre nós, não só pela sua intensidade como pela variedade de iniciativas a que deu lugar, em diversos setores de estudos e de trabalho científico. É por essa época, em 1931, que se agita com mais intensidade e se procura resolver,

²⁷ O Museu Paulista a que seu primeiro diretor H. VON IHERING, naturalista, havia dado um caráter predominante de museu de história natural, foi-se transformando, com essas reformas, inspiradas por AFONSO TAUNAY, num grande museu histórico. (AFONSO TAUNAY. *Guia da seção histórica do Museu Paulista*. Imprensa Oficial, São Paulo, 1937). O Museu Histórico Nacional, fundado em 1922, e instalado num antigo edifício colonial, foi uma das iniciativas que sugeriu o movimento de interesse pelos estudos históricos, despertado pelas comemorações do 1.º Centenário da Independência Nacional: apesar de recente, já apresenta uma grande variedade e riqueza de coleções, de alto valor histórico, distribuídas por 20 salas segundo as diferentes épocas (1.º e 2.º Império, Guerra do Paraguai, República) e assuntos determinados.

na reforma Francisco Campos, o problema universitário, fundando-se em 1932, em São Paulo, a Escola de Sociologia e Política e, mais tarde, em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, — a primeira, de iniciativa oficial, que se instituiu no Brasil —, seguida logo depois pela Faculdade de Ciências do Distrito Federal e pela Faculdade Nacional de Filosofia; é entre 1934 e 1935 que, em São Paulo, se organiza o Departamento Municipal de Cultura, de cujas atividades, no terreno das pesquisas históricas e sociais, nos dá conta a excelente Revista do Arquivo Municipal, e se fundam a Sociedade de Sociologia, a de Etnografia e Folclore e a Associação de Geógrafos Brasileiros, além de outras instituições da mesma natureza em diversos Estados; é ainda nessa época que adquirem um impulso notável os serviços de estatística geral, fundados por J. L. S. DE BULHÕES CARVALHO, — o ilustre orientador do Recenseamento de 1920 —, e se cria em 1934, no Rio de Janeiro, por iniciativa do governo federal e graças à tenacidade incomparável de TEIXEIRA DE FREITAS, auxiliado por elementos de primeira ordem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, — uma das instituições mais importantes e de maior alcance científico, social e político fundadas depois da Revolução.²⁸ As missões de professores estrangeiros, contratados em 1934 para a Universidade de São Paulo, — a primeira que recebeu a influência dessa corrente de cultura, e para as do Rio de Janeiro e Porto Alegre, intensificam as pesquisas no domínio das idéias e dos fatos e, iniciando pela primeira vez no Brasil as investigações científicas, na física experimental, contribuem notavelmente para a penetração em tôdas as especializações intelectuais, do espírito e dos métodos científicos.

No campo dos estudos sociológicos que se veem desenvolvendo sob a influência de professores nacionais e estrangeiros, sobretudo depois da introdução da sociologia no programa de ensino universitário, aparecem, ao lado dos primeiros sistematizadores de sociologia, pesquisadores e historiadores sociais que procuram modelar uma representação, mais clara e precisa, de nossa formação, à luz viva dos documentos. Entre aqueles, sociólogos de profissão, continuam os esforços de um PONTES DE MIRANDA e de um DELGADO DE CARVALHO, um MIRANDA REIS, um FERNANDO PIRES e um EMÍLIO WILLEMS, para citar apenas alguns dos que mais têm contribuído para a aplicação dos métodos positivos ao estudo dos fenômenos sociais e para os progressos dos estudos comparativos dos grupos humanos e de suas instituições.²⁹ Entre estes, — os

²⁸ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo decreto-lei n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, apesar de ser instituição recente, é das que têm dado provas de maior vitalidade, nos três grandes setores que abrange o seu sistema de serviços estatístico-geográfico-censitários. E entre suas iniciativas de maior vulto, destacam-se a uniformização dos serviços estatísticos no Brasil, — obra notável a que, desde 1931, vem consagrando TEIXEIRA DE FREITAS sua grande competência e capacidade de dedicação; a publicação do *Anuário Estatístico*; a organização de mapas topográficos e o desenvolvimento da cartografia brasileira, a que já haviam trazido contribuições do mais alto valor o Ministério das Relações Exteriores e o da Guerra, pela Comissão da Carta Geral do Brasil, organizada em 1900, e pelo Serviço Geográfico Militar, criado mais tarde, e que foram reunidos, em 1932, sob a denominação de Serviço Geográfico e Histórico do Exército; a elaboração de uma nova edição, posta em dia, do mapa do Clube de Engenharia, editado em 1922; a exposição nacional dos mapas municipais, em 1940, abrangendo todos os municípios do Brasil, em número de 1 574; a elaboração, em estudos, de uma terminologia estatística e de uma bibliografia geográfica brasileira; e a mais importante de tôdas, que lhe confiou o governo federal, pondo-o sob sua responsabilidade e direção, pela Comissão Censitária Nacional, presidida pelo Dr. CARNEIRO FILIPE, — o Recenseamento de 1940 —, a operação censitária de maior envergadura já tentada no Brasil. Presidido pelo Dr. J. C. DE MACEDO SOARES, diplomata, historiador e ex-ministro de Estado, e tendo como secretário geral o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, esse Instituto desenvolve uma atividade intensa no domínio das pesquisas e realizações, de interesse geográfico ou estatístico, e mantém duas publicações trimestrais, que são modelos no gênero: a *Revista Brasileira de Geografia* e a *Revista Brasileira de Estatística*. (Cfr. Relatório de 1939 apresentado pelo presidente do Instituto, Dr. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES ao senhor Presidente da República. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio, 1940; *Legislação orgânica do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro* (1934-1939), vol. I — Organização Nacional. Serviço Gráfico do I. B. G. E., Rio, 1940).

²⁹ Cfr. PONTES DE MIRANDA, *Introdução à sociologia geral*. Pimenta de Melo e Cia. Rio de Janeiro, 1926; DELGADO CARVALHO, *Sociologia*. 2 vols. Livraria Francisco Alves, Rio, 1931; *Sociologia Educacional*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933; *Sociologia Experimental*. Gráfica Sauer, Rio de Janeiro, 1934; FERNANDO DE AZEVEDO, *Princípios de Sociologia*. Pequena introdução ao estudo de sociologia geral. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1.ª edição, 1935; 2.ª edição, 1939; *Sociologia Educacional*. Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.

historiadores sociais, OLIVEIRA VIANA que os precedeu a todos com as *Populações Meridionais* e *Evolução do Povo Brasileiro*, e GILBERTO FREYRE, o maior intérprete de nossa formação social, trazem, com suas obras de análise social, não só uma contribuição de primeira ordem à penetração de nosso passado, mas um exemplo e um estímulo ao estudo científico das sociedades. Elas concorreram, de fato, para documentar e realçar a utilidade do esforço desenvolvido, no domínio do ensino e da pesquisa, no sentido de manter à sociologia o seu verdadeiro valor científico, fora de toda a preferência doutrinária e das preocupações de necessidades práticas. Em *Casa grande e senzala* (1934), — trabalho notável de precisão de análise e de uma extraordinária riqueza de observações, deu-nos GILBERTO FREYRE a obra de maior repercussão que se publicou no Brasil, depois de *Os Sertões*. Nesse grande livro, consagrado ao estudo do patriarcalismo rural na época colonial, como em *Sobrados e mucambos* (1936), em que trata da decadência do patriarcado rural e da formação da burguesia urbana, e na sua monografia regional, *Nordeste*, o eminente sociólogo brasileiro, como observa ROGER BASTIDE, “procedendo por acumulação de pequenos fatos, por análises minúsculas, quase infinitesimais, voltando sobre certos traços importantes, sempre com novas luzes a projetar”, consegue resuscitar “através dessas centenas de parágrafos cerrados, compactos, pesados de detalhes, uma atmosfera, um clima desaparecido: o do velho Brasil”.³⁰ A sua obra sociológica que se caracteriza pela aplicação do método histórico cultural ao estudo da formação brasileira e em que se manifesta fortemente a reação contra a tese racial de OLIVEIRA VIANA, assinala, sem dúvida, uma fase extraordinariamente fecunda e decisiva, na evolução científica dos estudos sociais no Brasil, renovando os métodos de investigação e abrindo novas perspectivas. Nas três obras *O Negro Brasileiro* (1934), *O Folclore Negro do Brasil* e *As Culturas Negras no Novo Mundo*, ARTUR RAMOS, retomando as pesquisas de NINA RODRIGUES, realiza uma série de estudos de maior interesse científico sobre as origens dos negros importados no Brasil, a sua distribuição pelas diversas regiões do país, os seus costumes e as suas culturas primitivas. Mas, se os trabalhos de GILBERTO FREYRE, que também estuda o negro “em todo um sistema de relações sociais” e os de ARTUR RAMOS, nos quais êle é estudado “em si mesmo e independentemente de sua posição social”, determinaram um grande interesse pelos estudos científicos afro-brasileiros, chegando a provocar no Norte um movimento literário de exaltação do africano, os estudos sobre as tribus indígenas prosseguiram, silenciosamente, nas atividades dos Museus ou nas explorações etnográficas, isoladas e dispersas, especialmente em Mato Grosso e no Maranhão. A escola brasileira de etnologia, cujas tradições remontam a ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, GONÇALVES DIAS³¹ e COUTO DE MAGALHÃES, e a que vinham trazendo, através de mais de um século, a sua colaboração MARTIUS, VON DEN STEINEN (1888), SCHMIDT, e, já no século XX, COLBACCHINI, HERBERT BALDUS e KURT NIMUENDAJU, — o maior de todos, toma novo impulso com ROQUETE PINTO, nos seus estudos sobre

³⁰ ROGER BASTIDE, *État actuel des études afro-brésiliennes. Le problème du contact des races. In "Revue Internationale de Sociologie"*, 47^e année, ns. I-III, Janvier-Février 1939, págs. 77-89. Rue Soufflot, 20, Paris, 1939; cfr. PAUL ARBOUSSE BASTIDE: prefácio ao livro de GILBERTO FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*. Págs. I-XXXV. Coleção Documentos Brasileiros. Livraria José Olímpio, Rio, 1940.

³¹ Da comissão brasileira organizada em 1857, para a exploração científica das províncias do norte, fazia parte, como já se disse, GONÇALVES DIAS que recebeu a incumbência de estudar os índios do Amazonas. O grande poeta do índio, — e o nosso maior poeta —, que era também um indianista de merecimento incontestável, autor do *Dicionário de Língua Tupi* (Leipzig, 1856), coligiu em dois anos um abundante material etnográfico que se recolheu ao Museu Nacional, disperso e sem classificação. Os recentes estudos de RAIMUNDO LOPES, completados graças à documentação reunida por NOGUEIRA DA SILVA, lograram restaurar e classificar, em grande parte, essa valiosa coleção que, esquecido o relatório que a descrevia (vol. da Exposição de 1861), permanecia fragmentada e dispersa, e com suas estampas sem adequada interpretação (Vêde CHESTNIR LOUKOTKA, *Línguas indígenas do Brasil*. Distribuição e bibliografia. In Revista do Arquivo Municipal, ano V, vol. LIV, Fevereiro de 1939, São Paulo, págs. 147-174).

os parecís e nambiquaras, e HELOÍSA TÔRRES, com as suas investigações sôbre a cerâmica marajoara, para entrar numa fase de interpretação e de análise das estruturas de sociedades primitivas, em que se destacaram dois etnólogos estrangeiros, KURT NIMUENDAJU, com suas notáveis monografias sôbre os canelas orientais (*Ramkôkamekra*) e LEVY STRAUSS, com suas páginas magistrais, publicadas em 1937 na Revista do Arquivo Municipal, sôbre os bororós da região setentrional de Mato Grosso.

Ê este, em suas linhas gerais, o quadro da evolução da cultura científica no Brasil, num período que se estende a pouco mais de um século. Em tôda a história de nossa cultura, ilustrada, no domínio científico, por figuras notáveis, mas excepcionais, sempre nos faltaram, para estabelecer o equilíbrio de nossa saúde intelectual, o hábito da objetividade matemática e êsse gôsto dos fatos, êsse rigor de observação, êsse controle constante das teorias pelos nossos sentidos e êsse espírito crítico e experimental que só nos podiam dar as ciências físicas, químicas e naturais. A atitude geral do brasileiro em face da ciência, — atitude de admiração pelas conquistas das ciências, mas de indiferença e desinteresse pelo trabalho científico, é determinada exclusivamente pela atmosfera cultural em que se educou e pelas condições de vida social e econômica: se tem suas raízes no tipo de formação quase trissecular, com a preponderância senão domínio exclusivo das letras, não foi menos favorecida e estimulada pelo imediatismo utilitário, característico dos países jovens em que os problemas práticos, de ordem material e econômica, teem de forçosamente deslocar para plano secundário, senão relegar ao abandono as preocupações culturais. Povo em formação, cujas elites, durante cerca de três séculos do regime colonial, se modelaram por um mecanismo de ensino verbalista e literário, apropriado, como nenhum outro, para tornar o homem um isolado, inapto para a ação, desprotegido contra si mesmo, teve o Brasil, mal despertava para a liberdade, de enfrentar problemas árdus e complexos que não estava preparado nem em condições de resolver, e que, desde o alvorecer da nação, o bloqueavam de todos os lados. De uma parte, a tendência ao subjetivismo que se desenvolveu com o cultivo exclusivo das letras, alimentando o espírito dogmático, exacerbando a sensibilidade e favorecendo os desvarios da imaginação, e, por outra, o utilitarismo sem freios a que nos habituou a luta áspera para a conquista de um *minimum* de vida material, deviam permanecer, através de quatro séculos, como elementos tradicionais dos mais desfavoráveis ao progresso das ciências, pelo trabalho da pesquisa, só possível e eficaz mediante o hábito de uma técnica severa que exige uma constante preparação e uma disciplina de todos os instantes. Mas, se entre a ciência e a filosofia não há senão uma diferença de pontos de vista, a saber, que “o ponto de vista filosófico é mais geral e se apresenta sempre um pouco como uma aventura”, um salto no desconhecido, sem conservar pontos de apoio constantes; se da ciência, que ela pressupõe e em que se baseia, não difere a filosofia senão por uma maior generalidade da hipótese,³² é fácil compreender que, ligadas intimamente na sua evolução a ciência e a filosofia, não podia esta ter tomado impulso num país, de recente cultura científica, e em que as condições sociais e econômicas foram sempre tão pouco favoráveis tanto à pesquisa científica como à especulação filosófica e, portanto, à eclosão de representações originais da vida e do mundo. Ê certamente a tarde, na existência dos indivíduos como na dos povos, a hora do sonho e da meditação. Nos povos jovens que ainda lutam para constituir-se e manter-se livres, êsse sonho, nutrido do interesse pelos problemas transcendentais e da meditação, quando chega a arrebatá-los alguns espíritos pioneiros, muitas vezes interrompido, tem depressa as asas quebradas;

³² ABEL REY, *La Philosophie Moderne*. Ernest Flammarion, Editeur, Paris, 1911.

e a inspiração é de curto fôlego... Os largos horizontes lhes são geralmente interditos: o que os preocupa antes de tudo, para os problemas que se agitam, são as soluções particulares, locais ou nacionais, e não as soluções humanas; e, renovando-se em contacto com as culturas externas, não se sabem criar senão uma cultura para uso interno, como certos vinhos que resistem mal à exportação e não tem sabor senão no próprio lugar em que são fabricados...

A evolução do pensamento filosófico entre nós está por tal forma ligada, nos três primeiros séculos, "ao clima ideológico" peninsular, sob o qual se desenvolveu a nossa colonização, e no século XIX, a correntes filosóficas européias, importadas, que a história do que tem sido a filosofia no Brasil, como observa CRUZ COSTA, não é mais do que a história daquela influência e dessa contínua importação. Se as relações entre a literatura nacional e as literaturas européias tem um ritmo de pêndulo, desde meados do século XIX, procurando aquela, ora afirmar-se e ser ela mesma, ora voltar, afim de renovar-se, às grandes fontes das literaturas estrangeiras, as relações entre a filosofia no Brasil e as correntes do pensamento ocidental são, ao contrário, marcadas sempre por um caráter de pura imitação e subordinação. Reduzida, na Colônia, aos quadros rígidos da velha escolástica que nos legou a tradição portuguesa, a filosofia que, nas palavras de EUCLIDES DA CUNHA, "papagueava no ecletismo massudo do Pe. MONT'ALVERNE", segue nas suas transformações, durante o século XIX, o ritmo e as direções diversas impostas por novas correntes filosóficas, materialistas e positivistas. "O que para logo se nota na generalidade dos escritos filosóficos brasileiros, escreve o Pe. LEONEL FRANCA, é a falta de originalidade. Não podemos ainda pleitear, como as grandes nações civilizadas, certa autonomia do pensamento. De novo e de nosso, bem pouco e bem mesquinho é o que podemos reclamar. Refletimos, mais ou menos passivamente, idéias alheias; navegamos lentamente e a reboque nas grandes esteiras abertas por outros navegantes; reproduzimos, na arena filosófica, lutas estranhas e nelas combatemos com armas emprestadas". De fato, nenhum traço vigoroso de criação, nenhuma rebeldia do pensamento crítico, nenhum desvio dos caminhos abertos e trilhados. Mas, se a análise da evolução das idéias filosóficas no Brasil não nos depara uma pesquisa no domínio das idéias ou uma produção verdadeiramente original, e, portanto, um pensador bastante robusto e profundo para que se lhe possa dar o nome de "filósofo", os brasileiros não se mantiveram indiferentes às questões que preocupavam o pensamento europeu, desde os princípios do século passado, e alguns deles, ensaístas brilhantes e persuasivos, contribuíram notavelmente para a divulgação entre nós, de correntes filosóficas modernas, como o positivismo e o materialismo sob diversas formas. São agitadores de idéias como TOBIAS BARRETO que reage, no Norte, contra a imitação francesa, mas para subordinar-se à cultura alemã, arrastando uma geração de brasileiros ilustres para a órbita da influência do movimento de idéias que desencadeou no Recife, e a que CARLOS DE LAET chamava ironicamente "escola teuto-sergipana", associando na mesma denominação o germanismo do chefe da escola e a pequena província de seu nascimento. Espírito inquieto e combativo, dentro do qual se sucederam, conforme as épocas, um espiritualista, um positivista, um metafísico e mesmo um materialista, TOBIAS BARRETO, como SÍLVIO ROMERO, foi antes de tudo um semeador de idéias e um demolidor de rotinas, e mais do que ninguém concorreu, com suas obras e polémicas, para a divulgação de sistemas e correntes filosóficas. Em um e outro, que são os maiores polígrafos da chamada "escola do Recife", como em seus discípulos, em geral, a mesma instabilidade e incoerência de pensamento, que leva alguns de nossos ensaístas a percorrer vários sistemas para voltarem às vezes ao ponto de partida; a mesma sedução pela novidade, a mesma inquietação e indisciplina de espírito e, em lugar da especulação filosófica, serena

e fecunda, o debate público, apaixonado e estéril, em polêmicas bravias. Nenhuma doutrina, porém, depois da escolástica, teve maior repercussão entre nós nem exerceu um papel mais disciplinador do que a escola positivista que se introduziu no Brasil na segunda metade do século XIX,³³ e se difundiu, sobretudo no sul, sob a orientação de L. PEREIRA BARRETO e, especialmente, de MIGUEL LEMOS (1854-1916) e TEIXEIRA MENDES (1855-1927), — “essa alma profundamente religiosa e incorruptível”, nas expressões de EUCLIDES DA CUNHA, tipo de diretor espiritual e sacerdote austero de uma nova religião. Filosofia que abortou e se fez moral e religião no Brasil, o positivismo, de que se tomaram antes as idéias de reforma social e política do que os métodos, concorreu notavelmente, pela disciplina mental e moral dos homens que receberam a impressão dessa corrente, como um BENJAMIM CONSTANT, para a reação contra a anarquia, a defesa da ordem e a consolidação do novo regime político.

Se tivemos, porém, um “filósofo profissional”, êsse foi, sem dúvida, FARIAS BRITO (Ceará, 1862-1917) que, iniciando-se, sob as influências germanistas do norte, dirigiu a reação espiritualista contra as duas correntes, — o positivismo e o materialismo que se disputavam a supremacia no pensamento brasileiro. Sem ser um pensador profundo e original, o autor da *Base física do espírito* (1912) e do *Mundo interior* (1914), foi duplamente fiel ao seu ideal de filósofo, já consagrando-se inteiramente aos problemas de ordem especulativa, já deixando-se penetrar por tal forma de suas convicções que soube e pôde vivê-las, ajustando a própria vida de trabalhos e de lutas à sua obra de pensamento. Certamente, ainda que dominada de um espírito místico e cruzada de visões trágicas da vida, a obra do pensador brasileiro do *Mundo interior*, em que mais fortemente se revela a argúcia de seu sentido crítico, e de *A base física do espírito*, — estudo metódico da evolução da psicologia no século XIX, acusa, no seu conjunto, uma independência de juízo, uma solidez de cultura filosófica, embora limitada aos três últimos séculos, e uma tal maturidade de inteligência que bastariam para o erguer a uma posição singular na história da filosofia no Brasil. Mas, a sua dedicação sem reserva aos estudos abstratos, o prazer intenso que experimentava em pensar, a sua sinceridade mais do que a sua coerência, a harmonia entre o homem e o pensador, e o caráter dominante de sua filosofia que se avizinha do espiritualismo cristão, sem, contudo, atingi-lo em qualquer de suas obras, constituem talvez o principal segredo da autoridade que adquiriu entre todos os que se preocupam com as cousas do espírito, e, especialmente, nos círculos católicos. No domínio dos estudos filosóficos nenhum movimento, porém, comparável ao que se produziu no terreno das ciências experimentais, em torno dêsse foco de pesquisa, criado no Instituto de Manguinhos, e de que foi uma das consequências a fundação em 1916 da Academia Brasileira de Ciências, — a primeira iniciativa duradoura de coordenação de esforços dos investigadores brasileiros nos diversos setores do vasto campo dos estudos científicos. Depois de FARIAS BRITO, e já em 1918,

³³ A divulgação da filosofia de AUGUSTO COMTE no Brasil data de 1858, em que A. F. MUNIZ DE ARAÇÃO apresenta na Introdução dos seus *Elementos de Matemáticas* (Baía, 1858) o primeiro resumo que se conhece, da doutrina positivista. Por essa época (1857-1863), alguns jovens brasileiros, estudantes da Universidade de Bruxelas, como LUZ PEREIRA BARRETO e FRANCISCO ANTÔNIO BRANDÃO JÚNIOR, recebiam, ainda no estrangeiro, a primeira influência dessa corrente que só depois de 1870 começou a divulgar-se no norte do país, em que as idéias de AUGUSTO COMTE foram logo contrabalançadas e depois dominadas pelo monismo *haeckeliano*, e especialmente no sul, onde preponderou até os fins do século passado, — comêço do seu declínio. Em alguns artigos (*Teologia e reodicéia não são ciências; Moisés e Laplace; A Religião perante a psicologia*), publicados em 1868, TOBIAS BARRETO, até então espiritualista, já acusa a orientação positivista a que se inclinou por pouco tempo. Do grupo de estudantes de Bruxelas, F. A. BRANDÃO JÚNIOR publica em 1865, já sob a influência das idéias positivistas, um trabalho sobre *A escravatura no Brasil e L. PEREIRA BARRETO*, então adepto da escola de A. COMTE, nos dá, em 1874, o 1.º volume de *As três filosofias*. Só em 1877 é que apareceram os *Primeiros ensaios positivistas*, de MIGUEL LEMOS que, com TEIXEIRA MENDES, deveria exercer uma influência preponderante na direção do movimento positivista no Brasil.

é que aparece a primeira história da filosofia, digna dêsse nome, escrita em língua portuguesa no Brasil, — a do Pe. LEONEL FRANCA, filósofo jesuíta e historiador da filosofia que, em segunda edição, enriquecia o seu excelente trabalho, de caráter didático, de uma síntese da história da filosofia no Brasil, — a mais completa e mais lúcida que se escreveu em todo o período da vida nacional. Esse enorme atraso em que se manteve a filosofia no Brasil, levou alguns ensaístas, como TOBIAS BARRETO, a atribuí-lo a um “defeito natural da inteligência brasileira”. Mas quando se pensa, por um lado, que as primeiras faculdades de filosofia e de ciências, precedidas de tentativas nesse gênero, só se instalaram de 1934 em diante, quatro séculos depois de se iniciar a colonização no Brasil, e que, por outro lado, durante toda a nossa história, que não conheceu senão escolas superiores de tipo profissional destinadas à formação para as carreiras liberais, o país produziu grandes valores científicos, no meio de condições inteiramente desfavoráveis, não se pode deixar de procurar a causa dêsse fato no valor da raça que se desabrocha em plena natureza. Onde se tem de buscar as causas de nosso atraso no domínio da filosofia e das ciências, é, pois, na falta de estudos superiores, metódicos e profundos, sob a direção de grandes mestres e, mais do que nessa deficiência, em todo o sistema de ensino e de cultura montado, desde o regime colonial, para desenvolver exclusivamente o espírito literário e dialético, e o gosto da retórica e da erudição. O Brasil, libertado, ainda em plena adolescência, da opressão da Metrópole, respirou, na madrugada que se seguiu à noite intelectual, e sentiu-se à vontade junto à fonte borbulhante das letras, sem sonhar que essa água cristalina, alimentada em nascentes clássicas, escondia mais de uma armadilha para a emancipação de seu espírito e que havia mais de uma ilusão para a cultura sob suas flores encantadoras...

BIBLIOGRAFIA

- AMOROSO COSTA (M.) — *Conferência sobre Oto de Alencar*. Oficinas da Casa Leuzinger, Rio de Janeiro, 1918.
- ANDRADE (Almir) — *Aspectos da cultura brasileira*. C. II: Os novos estudos sociais no Brasil, págs. 35-83; c. IV: Aspectos da cultura científica, págs. 143-179. Schmidt-Editor, Rio de Janeiro, 1939.
- BETIM PAIS LEME (A.) — *État des connaissances géologiques sur le Brésil*. Rapports avec la théorie de Wegener sur la dérive des continents. Bull. Soc. Géol. France, 4e. série, tomo 29, págs. 35; *La théorie de Wegener en présence de quelques observations géologiques concernant le Brésil*. C. R. Acad. des Sciences, tomo 186, pag. 802.
- CAP. (L.) — *A astronomia no Brasil*. Traduzido da “Gazeta Astronômica (Publicação mensal da Sociedade de Astronomia de Antuérpia, Maio de 1929) por J. A. P. In “Educação”, publicação mensal, vol. XI, n.º 2, São Paulo, Maio de 1930.
- CORREIA FILHO (V.) — *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Vida e obra do grande naturalista brasileiro. Edição ilustrada. Série Brasileira, vol. 144, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- CRUZ COSTA (João) — *Alguns aspectos da filosofia no Brasil*. In Revista “Filosofia, Ciências e Letras”. Ano III, Abril de 1938, n.º 6, págs. 46-54. Redação Alameda Glette, 463, São Paulo, 1938.
- FAVERO (Flamínio) — *Instituto Oscar Freire*. In “Medicina no Brasil”, págs. 239-244. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- FONSECA FILHO (O. da) — *Dados históricos sobre as investigações de protozoologia, especialmente as de interesse médico realizadas no Brasil*. In “Medicina no Brasil”, págs. 108-128, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- FRANCA (Pe. Leonel) — *A filosofia no Brasil*. Cap. III: Noções de história da filosofia, págs. 233-307, 3.ª edição, Pimenta de Melo & Comp., Rio de Janeiro, 1928.
- FRANCOVICH (Guillermo) — *Filósofos Brasileños*. Rio de Janeiro, 1939.
- FREYRE (Luiz) — *A obra matemática de Teodoro Ramos*. Conferência realizada na Academia Brasileira de Ciências. In “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, 5 de Julho de 1936.

- FURTADO REIS (T.) — *Os brasileiros na história da navegação aérea* (Dúvidas e controvérsias). Rio de Janeiro, 1934.
- HOEHNE (F. C.) — *A flora do Brasil*. Especialmente: Notas históricas sobre o estudo da flora no Brasil. In "Recenseamento do Brasil" (1.º de Setembro de 1920). Vol. I: Introdução, págs. 103-126, Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1922; *Botânica e Agricultura no Brasil no século XVI*. Série Brasileira, vol. 71, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- LIMA (Hermes) — *Tobias Barreto. A época e o homem*. Série Brasileira, vol. 140, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- LYRA (Heitor) — *História de D. Pedro II*. 3 vols. Série Brasileira, vols. 133, 133-A e 133-B, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1938, 1939, 1940.
- MAMEDE (Eduardo) — *Instituto Nina Rodrigues*. In "Medicina no Brasil", págs. 233-239, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- MATOS (Aníbal) — *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. Problemas de paleontologia brasileira. Série Brasileira, vol. 148, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- MELO LEITÃO (C. de) — *A biologia no Brasil*. Série Brasileira, vol. 99, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *Zoogeografia do Brasil*. Edição ilustrada. Série Brasileira, vol. 77, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *História das expedições científicas no Brasil*. Série Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo (no prelo).
- MOREIRA (Juliano) — *O progresso das ciências no Brasil*. In "Anais" da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1913, vol. XXXV, págs. 32-47. Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1916.
- NEIVA (Artur) — *Esbôço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil* (De GABRIEL SOARES DE SOUSA, 1587, a 7 de Setembro de 1922). Soc. Imprensa Paulista, São Paulo, 1929.
- OSÓRIO DE ALMEIDA (M.) — *A mentalidade científica no Brasil*. Conferência pronunciada no salão nobre do "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1920. In "Folha Médica", págs. 115-118, Rio de Janeiro, 1920.
- RAMOS (Teodoro) — *Estudos* (Ensino, Ciências Físicas e Matemáticas). I parte. GOMES DE SOUSA, págs. 7-14; AMOROSO COSTA, págs. 15-25. Oficinas das Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, São Paulo, 1933.
- ROQUETE PINTO (E.) — *Aborígenes e etnógrafos*. Conferência realizada a 27 de Maio de 1913. In "Anais" da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1913, vol. XXXV, págs. 89-107, Oficinas da Biblioteca Nacional, Rio, 1916; *Rondônia*. In "Arquivos" do Museu Nacional, tomo XX, Rio de Janeiro, 1917; 3.ª edição, aumentada e ilustrada. Série Brasileira, vol. 39, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1935; *Ensaio de antropologia brasileira*. Série Brasileira, vol. 22, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- SAMPAIO (A. J.) — *Fitogeografia do Brasil*. Edição ilustrada. Série Brasileira, vol. 35, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- SAMPAIO FERRAZ (J.) — *Meteorologia brasileira* (Esbôço elementar de seus principais problemas). Série Brasileira, vol. 33. Especialmente: Ligeiro bosquejo histórico, págs. 19-35; Pesquisas científicas, págs. 444-457, e O ensino da meteorologia no Brasil, págs. 509-516, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- SERRANO (Jônatas) — *Farias Brito. O homem e a obra*. Série Brasileira, vol. 177, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1939.
- TAUNAY, Afonso de E.) — *Visitantes do Brasil colonial (Séculos XVI-XVIII)*. Série Brasileira, vol. 19, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1933; *Bartolomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática*. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1938; *A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão*. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1938.
- TALES MARTINS — *Os irmãos Osório e a evolução da fisiologia no Brasil*. In "Medicina no Brasil", págs. 323-331, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- VIANA DIAS (Mário) — *O Instituto Osvaldo Cruz*. In "Medicina no Brasil", págs. 98-107, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- WÄTJEN (Hermann) — *O domínio colonial holandês no Brasil* (Um capítulo da história colonial do século XVII). Trad. de P. C. UCHOA CAVALCANTE. Série Brasileira, vol. 123, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.

CAPÍTULO V

A cultura artística

A arte, sob diversas formas, no período colonial — Durante o domínio holandês, em Pernambuco — A arquitetura sacra e o barroco — As velhas igrejas da Baía e de Minas Gerais — Os claustros do Nordeste — Pintura e decoração das igrejas — A escultura: O ALEIJADINHO — A arte religiosa e a torêutica — Uma arte brasileira original — Mestre VALENTIM — A ourivesaria e a arte de lavrar — A casa colonial — A música religiosa e a música popular — O primeiro compositor brasileiro: o Pe. JOSÉ MAURÍCIO — A missão de artistas franceses (1816) — A Academia das Artes — GRANDJEAN DE MONTIGNY, arquiteto — As primeiras exposições de pintura — A ruptura com a arte de tradição colonial — O despertar do sentimento nacional na arte — Pintores de quadros históricos — VÍTOR MEIRELES e PEDRO AMÉRICO — Pintura brasileira de costumes: ALMEIDA JÚNIOR — Os grandes paisagistas — HENRIQUE BERNARDELLI e BATISTA DA COSTA — As belas artes e as artes industriais — A arte, penetrando o jornalismo: a caricatura — A música brasileira — O Conservatório de Música — CARLOS GOMES — O movimento da arte moderna — Tradicionalistas e inovadores — A escultura e V. BRECHERET — As artes menores — A pintura e suas figuras dominantes — PORTINARI — A arquitetura e a ruptura dos laços entre o útil e o belo — A música: VILA LÔBOS — O público e o artista — Museus e pinacotecas — Historiadores e críticos de arte.

EM sua resposta ao inquérito promovido por *Foi et Vie* sobre o humanismo, ROMAIN ROLLAND, referindo-se à concepção, excessivamente restrita, que a educação universitária nos fez da "literatura" de um povo, mostra a necessidade de alargar as fronteiras dessa noção além das obras chamadas literárias que não são mais do que um andar do edifício da cultura. "Não é, por exemplo, conhecer a Alemanha (nem seu pensamento nem mesmo sua arte), se a reduzimos a seus homens de letras. . . É útil lembrar o rio Reno com seus grandes místicos Eckhart, Böhme. E a cultura, é ela somente assegurada pelos livros? Não teria o exercício da razão lógica e construtiva tanto ou mais a aproveitar com o estudo intelectual de um grande prelúdio de *Fuga* de J. S. BACH do que com o de um poema ou romance? E que poema, que romance na Alemanha vai mais adiante na análise do coração humano do que a escultura alemã do XV e XVI século? Um grande povo não exprime por sua língua escrita, senão parcialmente, não só a sua sensibilidade, mas suas experiências da vida e sua razão".¹ Por maior que tenha sido, pois, a preponderância, em nossa his-

¹ In *Pour un humanisme nouveau*. Enquête dirigée par PAUL ARBOUSSE BASTIDE. Préface de F. STROWSKI. Cahiers de *Foi et Vie*. 139, Boulevard Montparnasse, Paris.

tória cultural, das manifestações literárias, — e essa preponderância já revela por si menos um traço do temperamento nacional do que o caráter da educação intelectualista que prevaleceu na Colônia e no Império, — não se poderia pretender o conhecimento do Brasil, sem o estudo de sua cultura sob as outras formas, plásticas, picturais e rítmicas, tão importantes para a compreensão de um povo como as criações do gênio literário. É pela arte, em tôdas as suas modalidades, e não somente pelos documentos da literatura culta ou popular que se manifesta, de fato, como lembra o autor de JEAN CHRISTOPHE, a cultura característica e original de um povo: é na estatuária e na pintura, na arquitetura e nas artes decorativas, na música, nas artes maiores e menores, que cada povo encontra como que uma linguagem, “uma escritura figurada,” ou um meio de expressão de seus pensamentos, de suas necessidades e aspirações. Certamente, a história da arte no Brasil revela-nos um progresso extremamente lento da arte em quase tôdas as suas formas. Mas, se considerarmos, de um lado, tudo o que o sentimento estético implica de social, — “repercussão profunda da vida social sôbre as emoções do indivíduo,” — e tudo o que a vida na sociedade e as instituições sociais trazem ao desenvolvimento da arte, e, por outro lado, o isolamento em que se formaram, em uma sociedade ganglionária, os núcleos geradores do Brasil, separados inicialmente entre si por vastas distâncias, e dos principais focos de cultura européia, não pode surpreender a lenta propagação de algumas formas de arte no período colonial e mesmo por todo o Império. Ademais, a história das artes é a história dos lazeres que sucedem aos períodos de prosperidade econômica; e, num povo premido pelas exigências imediatas da vida material, as necessidades primordiais tinham de forçosamente prevalecer por longo tempo sôbre as necessidades de luxo que, sendo a expressão da vida desenvolvida e aperfeiçoada, são condicionadas pela intensidade e concentração da vida social, próprias uma e outra, das civilizações urbanas e, pela frequência dos contactos com culturas diferentes. É essa subordinação da arte a uma multidão de necessidades sociais mais urgentes que explica o nosso atraso, no domínio das atividades estéticas: “no banquete da humanidade, diz ANDRÉ GIDE, a arte só é chamada a terminar a refeição; sua função não é a de alimentar mas a de embebedar.”²

Essa hierarquia de importância entre as diversas funções sociais, das mais urgentes às funções de luxo que a sociedade exerce pelas suas atividades artísticas e que se destinam, em larga medida, a favorecer aquelas, poderia à primeira vista dar-nos a explicação do movimento artístico que se verificou na sociedade colonial e foi iniciado em Pernambuco, durante o domínio holandês. A ocupação pelo flamengo, da região mais rica do país e em plena cultura da cana de açúcar, e o esforço de criação de uma civilização de tipo urbano, na administração de MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644), podiam sugerir a idéia de uma relação entre as atividades artísticas que se manifestaram nesse período, e os fenômenos urbanos ou de concentração da vida social, que decorreram do desenvolvimento do Recife, da reconstrução de Olinda e da fundação de uma cidade nova, semeada de diques e canais. Transforma-se completamente, pela atividade construtiva dos holandeses, a paisagem urbana do Recife que se torna o centro mais populoso e cosmopolita da América, — cidade preferida pelos mercadores, judeus, soldados e operários, e ligada por uma ponte à ilha de Antônio Vaz, onde se levanta, segundo plano de PIETER POST, “à moda da Holanda”, a cidade Mauricéia (Mauritzstadt), a primeira que se edifica no Brasil, conforme traçado de um arquiteto. Erguem-se os primeiros sobrados; intensifica-se a vida social; e, enquanto o Recife, que não possuía, à chegada de NASSAU, mais de 150 casas,

² CHARLES LALO, *L'art et la vie sociale*. Págs. 94-97. Gaston Doin Éditeur, Paris, 1921.

já podia ostentar dois anos depois duas mil construções, — expande-se, com seus palácios e jardins, a cidade do Príncipe, onde passaram a residir em sobrados e casas de campo burgueses enriquecidos e senhores de engenho. Mas nessa nova Holanda, “a primeira tentativa de colonização urbana no Brasil,” a floração em que desabrochou a arte, sob diversas formas, não resultou como produto ou consequência desses fenômenos de concentração urbana, — de muito pouca duração para poderem provocá-la —, e de tal maneira foi obra de artistas holandeses, sem ressonância no ambiente, que mal se enquadraria na história da arte brasileira como uma fase inicial de sua evolução. Dos seis pintores que trouxe consigo MAURÍCIO DE NASSAU, e dos quais apenas três se conhecem, ALBERT ECKHOUT, ZACARIAS WAGNER e FRANZ POST, irmão de PIETER POST, nenhum, de fato, se vinculou ao país nem formou discípulos, nem marcou de algum modo, com sua influência, a primeira etapa da evolução das artes no Brasil. Na colônia dirigida pelo príncipe de NASSAU, e que foi um quisto neerlandês na América, todo esse movimento artístico, de iniciativa exclusivamente estrangeira, permaneceu insulado, sem repercussão, dentro dos limites dos três principais núcleos urbanos em que se instalaram, sob o governo tutelar de NASSAU, arquitetos e mecânicos, pintores e escultores, sábios e artistas holandeses. Pelos museus de Haia, Amsterdam, Munich, Praga, Viena e Copenhague, dispersaram-se as gravuras, os quadros e os desenhos a cores, que compunham a iconografia holandesa e de que até hoje não se levantou o inventário; e da arquitetura imposta à cidade tropical não ficou, segundo observa GILBERTO FREYRE, senão uma reminiscência de telhados flamengos alguns inclinados quase a pique, e conservados por tradição nos sobrados mais velhos do Recife. Foram, no entanto, os holandeses que trouxeram para o norte do país o sentido e o gosto da vida urbana e que, introduzindo no continente americano o espírito do Renascimento, quebraram pela primeira vez a unidade da cultura jesuítica; e com eles é que surgiram no Brasil as primeiras manifestações artísticas, com PIETER POST projetando cidades em que se refletia a paisagem holandesa; com FRANZ POST,³ o maior dos pintores que vieram na comitiva do príncipe flamengo, pintando, nos seus quadros de intenso colorido, aspectos da paisagem tropical e da vida agrícola dos engenhos, e com WAGNER e ECKHOUT, que deixaram nos seus desenhos e retratos de tipos locais, índios, negros e mestiços, trabalhos de grande interesse etnográfico e valor documentário. De todas as atividades intelectuais

³ Durante a sua permanência no Brasil, os pintores holandeses estudaram e fixaram, em suas telas e desenhos, tudo o que de mais característico lhes apresentava o novo meio físico e social a que foram transportados: a paisagem, aspectos da vida e da técnica agrícola dos engenhos e tipos locais, negros, índios e mestiços. Daí a originalidade e o interesse histórico e geográfico dessas produções artísticas, inspiradas no ambiente e impregnadas da cor local que os flamengos foram os primeiros a levar à Europa, através de seus quadros de assunto brasileiro. Em quase todas as telas em que pintaram a natureza local, as paisagens se apresentam “humanizadas”, emoldurando tipos de índios ou de negros, aspectos da vida das cidades, da técnica da indústria do açúcar ou trabalho rural nos engenhos. Em alguns quadros, como a pintura de WAGNER, “a residência do príncipe de NASSAU no Recife”, poder-se-ia mesmo censurar alguma coisa de muito procurado na manifestação intensa de vida, no movimento da famulagem e da escravidão, no pátio do palácio. O pitoresco e o colorido dos quadros, banhados na luz tropical e em que se retratou tudo o que a paisagem humana oferecia de novo aos olhos de artistas, constituíram, no renascimento norte-europeu, um dos mais fortes atrativos da pintura holandesa inspirada pelo Brasil norte-oriental. Retratos acabados ou em borrão, de tipos raciais “que aqui se lhes deparavam à volúpia do exótico”, escreve GILBERTO FREYRE, alguns não trazem assinatura, como o quadro da dança indígena, no Museu Etnográfico de Copenhague, dois retratos de negros brasileiros, e, no Zoobilion, representações de uma dança de negros, e um mercado de escravos em Pernambuco e de uma aldeia de brasileiros ou tupis. (Vêde PAUL ECHRENRICH, *Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos*. Tradução de OLIVEIRA LIMA. In “Revista” do Instituto Arqueológico de Pernambuco, n.º 65). De FRANZ POST, autor dos desenhos que orlam os mapas, no livro de EARLEUS, restam entre outros trabalhos, as gravuras que representam o Palácio de Bela Vista (1643), residência de verão do governador em Mauricéia, um aspecto da cidade de Olinda, uma capela pernambucana, cujas ruínas lembram o estilo da Renascença alentejana, e os primeiros quadros de paisagens brasileiras. Além de desenhos em cores (1637), em que fixou a dança guerreira dos tapuias, uma aldeia indígena, um engenho de açúcar, o mercado de escravos em Mauricéia e quatro tipos locais, pintou ZACARIAS WAGNER a residência do Príncipe no Recife e uma negra escrava que passa por um de seus melhores trabalhos. Quanto a ALBERT ECKHOUT, irmão de GERBRANDT ECKHOUT, discípulo de REMBRANDT, os dois exceleptes estudos de índio tapuia, em desenho a crayon, que se encontram na Biblioteca Pública de Berlim, bastariam para consagrá-lo entre os pintores da missão artística holandesa. (Vêde reproduções de alguns desses quadros in J. HONÓRIO RODRIGUES e JOAQUIM RIBEIRO, *Civilização Holandesa no Brasil*. Série Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940).

e artísticas, a que menos se desenvolveu, no período nassoviano, dominado pelo Renascimento, foi a literatura, já devido ao ambiente cosmopolita do Recife, mais favorável à eclosão das artes plásticas do que ao florescimento das letras, já porque, na justa observação do HONÓRIO RODRIGUES, além de não haver unidade de língua, na colônia neerlandesa, o idioma do invasor jamais conseguiu impor-se de maneira a criar um "público" para as produções literárias.

Mas, êsse impulso que os holandeses imprimiram às artes, elevando-as, na época nassoviana, ao mesmo nível a que ergueram todo o conjunto cultural, não teve repercussão nem exerceu influência nas camadas, mais antigas e estáveis, da população, nas próprias capitanias conquistadas. Além de efêmero (pois a rigor não durou, com a mesma intensidade mais de oito anos), superficial, por isso mesmo, êsse contacto da cultura norte-européia com a cultura portuguesa tinha ainda, para lhe atenuar os efeitos, as diferenças profundas que separavam as duas culturas em conflito, — a dos invasores, chegados tarde, e a dos primeiros colonizadores do país, que já constituía em todo o território "uma única e mesma civilização". Enquanto o holandês, burguês e calvinista, inaugurava, no Nordeste, uma civilização de tipo urbano, promovendo o desenvolvimento da arquitetura civil, incentivando as ciências e as artes, "reduzindo iconoclasticamente a ornamentação dos templos", e despertando o gôsto da vida da cidade e da decoração interior das residências, o português, lavrador e católico, continuava a marcar com seus caracteres essenciais a cultura brasileira em formação, no cultivo das letras que os jesuítas ensinavam à mocidade, no desprezo das ciências, no descaço pelo urbanismo, na simplicidade das casas de paredes nuas, e no luxo ornamental das igrejas. Em uma cultura, provinda do norte da Europa, o espírito criador e artístico, crítico e experimental, alimentado nas duas correntes que se interpenetraram, do Renascimento e da Reforma; na outra, de origem ibérica, o espírito dialético, literário e religioso, de caráter quase medieval, que imprimiu uma impressionante uniformidade à paisagem social e cultural de nossa civilização. Nem a própria cultura pernambucana que sofreu mais de perto, diretamente, as influências da cultura holandesa, "se separou, escreve HONÓRIO RODRIGUES, da civilização brasileira pela infiltração desses outros valores. O contacto é rápido e, por isso mesmo, há apenas a sobreposição de capas culturais na vida do Nordeste". A cultura portuguesa, católica, mais velha de um século, na América, já se radicara e estendera bastante para dissolver os elementos culturais importados pelos invasores, herejes, cujas obras não tardariam a desaparecer na destruição da guerra e na voragem dos incêndios e em cujas intuições não se viam senão focos de rebeldia, suspeitos ao espírito religioso até ao misticismo das populações brasileiras, sob a dominação espiritual dos jesuítas. É sobretudo no século XVIII que se inicia, de fato, a história das artes no Brasil, com a arquitetura religiosa e as artes anexas postas a serviço da decoração interior dos templos, inspiradas uma e outras no espírito barroco, então dominante na Europa e transplantado para o Brasil com tudo o que êsse espírito trazia de romântico, de oposição sentimental ao racional, ou, em poucas palavras, de reação ao renascimento clássico. Fenômeno de caráter geral que tem a sua origem na arte da Contra Reforma da Itália ou da Espanha, como querem outros, o movimento barroco repercutiu profundamente no Brasil, através dos jesuítas que o adotaram, mais preocupados aliás com os problemas estéticos da ornamentação interior do que com o aspecto arquitetural de suas igrejas. O conceito geral dessas obras em estilo barroco, — templos, igrejas e palácios, que são por toda a parte, na Europa, grandes poemas enfáticos, não se embaraça de nenhuma lógica, mesmo arquitetural. Ele é todo baseado na necessidade primordial do interesse lírico. O espírito ou, se o quiserem, o estilo barroco, na escultura, na pintura e na arquitetura, e na variedade de formas e de aspectos que revestiu

conforme os países, é, na Itália, na Espanha e sobretudo na Áustria, o triunfo do teatral, do sensível sobre o intelectual, "é a criação de um mundo fabuloso, um mundo à medida dos potentados da época, magníficos, quase deificados, um mundo que não pousa no chão e vive no absoluto de seus sonhos". É nesse estilo derivado do sentimento de reação peninsular contra o dogmatismo clássico, que encontrou o sentimento religioso do país o seu meio de expressão, utilizando-o não só para o partido interno de caráter ornamental, essencialmente litúrgico, nas igrejas dos jesuítas, como para a concepção arquitetônica de numerosos templos; e, se há uma arte da civilização brasileira no período colonial, esta foi, sem dúvida, como observa AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, a arte arquitetônica e decorativa, inspirada no barroco que, tendo sido o estilo do esplendor da civilização portuguesa, transplantado com ela para o Brasil, foi a expressão magnífica do caráter patriarcal e religioso, sentimental e místico de nossa formação.

Não foram, porém, os jesuítas que levaram ao apogeu o barroco de que se utilizaram, não como expressão plástica, arquitetônica, mas para a decoração interior de seus templos ou, para empregar as palavras de JOSÉ MARIANO FILHO, para o desenvolvimento do partido ornamental litúrgico. Nem a arquitetura religiosa, de arte barroca, transplantada de Portugal, seguiu na Colônia a mesma linha de desenvolvimento da Metrôpole e uma evolução local uniforme em todas as regiões. Das igrejas e edificações jesuíticas, calcadas em modelos clássicos portugueses, como o Colégio da Baía, edifício de linhas beneditinas, somente duas, para AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, — a Cruz dos Militares, no Rio, e outra no Recife —, representam autênticos barrocos, trabalhados pelos jesuítas que só no Maranhão, onde dispuseram de grandes recursos, deixaram restos notáveis, mas de fachadas pesadas e monótonas, como a da velha Igreja do Castelo, no Rio, "com volutas opostas à quina do frontão, com a lembrança renascentista de BRUNELLESCHI e a torre de pinho bem portuguesa". Para ROGER BASTIDE, que estudou as evoluções do barroco no Brasil, de um ponto de vista sociológico, a hipertrofia da ornamentação interior em relação à parte arquitetônica, — um dos caracteres comuns do barroco brasileiro —, tem antes sua explicação na pobreza do país e seu enriquecimento progressivo, e, portanto, no elemento econômico: "a igreja só podia ornamentar-se à medida que as riquezas aumentavam; mas, como então o exterior já estava feito, o barroco só podia triunfar no interior". Além das diferenças que separam o barroco europeu do barroco brasileiro, e são ligadas, como observa ROGER BASTIDE, às diferenças entre a sociedade européia, aristocrática e a sociedade colonial, patriarcal (donde a simplificação do barroco brasileiro por influência, não só do elemento econômico, mas da simplicidade do meio social), diversificam-se os estilos do barroco no país, conforme as regiões, tomando no Nordeste, no Rio e em Minas Gerais características próprias bem definidas.⁴ O que discrimina, no século

⁴ A arquitetura religiosa no Brasil, que se originou da igreja portuguesa, — modelo de nossos templos, acompanha a evolução da arquitetura eclesiástica reinol que nasceu do pré-romântico, tomou um caráter misto, religioso militar, de claustro e fortaleza, e sofreu, no século XVII e XVIII as influências do espírito barroco. Dos dois estilos que possuiu Portugal, o romântico e o gótico-manuelino, foi o romântico que exerceu entre nós influência mais profunda, podendo-se considerar a igreja brasileira, como observa AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, um pré-romântico contaminado pelos árabes e "em lenta, mas contínua evolução, desde os motivos da Renascença até os mais requintados do barroco". Todas as etapas dessa evolução secular encontram-se representadas no território brasileiro como modelos que vão do mais rústico ao mais suntuoso. Mas a variedade de formas arquitetônicas do Brasil não provém apenas dessa superposição "temporal" de formas, correspondentes às diversas fases de evolução da arquitetura portuguesa, mas ainda de uma "diferenciação" no espaço, ou, por outras palavras, do caráter especial que, sob influências variáveis conforme as regiões do país, revestiu, no seu desenvolvimento, a arquitetura religiosa colonial. Essas diferenças regionais entre o barroco do Nordeste e o de Minas Gerais, entre a arquitetura dos extremos (norte e sul), do litoral e das montanhas, correspondem à diversidade dos meios físicos e sociais de uma sociedade extremamente dispersa, formada inicialmente de núcleos ganglionários de população, separados uns dos outros por largas distâncias e evoluindo, num longo isolamento, para estruturas sociais fortemente diferenciadas. São os estilos regionais da época colonial, nas expressões de ROBERT C. SMITH que distingue pelo menos quatro maneiras diferentes de construir: 1) o estilo italiano, frio e severo, dos estabelecimentos jesuíticos, nos extremos do país (missões do Rio Grande do Sul e do Amazonas); 2) a arquitetura do século setecentista do norte de

XVIII, a arquitetura religiosa do Nordeste e a de Minas Gerais, em que a interdição das ordens religiosas pelo governo impediu o desenvolvimento da arquitetura conventual substituída pelas igrejas de sociedades, são, entre outros elementos, o contraste entre as suas sacristias pobres e as sacristias ricas, “verdadeiros salões acolhedores do Nordeste”, e o papel inferior do azulejo nas igrejas mineiras. “Para a sociedade dispersa do Nordeste, explica ROGER BASTIDE, a igreja constituía o grande vínculo social, o cimento unificador das famílias patriarcais, e a sacristia representa o momento dominical dessa ligação”. As diferenças no tratamento decorativo pelo azulejo estariam ligadas às diversidades de recrutamento dos grêmios profissionais: “no litoral o recrutamento se fazia entre pessoas imigradas do sul de Portugal e que traziam consigo, como sugere GILBERTO FREYRE, um pouco do sangue e do gosto estético dos mouros, ao passo que o recrutamento em Minas Gerais se fazia preferivelmente entre os mestiços de índios, negros e brancos”. Mas, com seus traços comuns e seus caracteres peculiares às regiões na parte arquitetural e decorativa, tôdas essas grandes construções religiosas a que se imprimiu o espírito e que ostentam, sobretudo na ornamentação interior, a pompa do barroco, não remontam além do século XVIII e são posteriores, portanto, ao *rush* do ouro em Minas Gerais, de 1698 em diante, que deslocou todo o esforço metropolitano para a extração de riquezas minerais e, estimulando a abertura de estradas, a fundação de cidades e uma corrente de imigração do norte ao sul, contribuiu para formar em curto período “uma densa faixa de povoamento pelo interior da Baía e de Pernambuco até o centro de Minas Gerais,” donde se irradiou o maior movimento econômico do período colonial. As migrações internas, as levas imigratórias atraídas de Portugal pela cobiça do ouro e em que vinham artistas, escultores e arquitetos, e o florescimento de uma civilização urbana tinham de forçosamente produzir êsses contactos e essas “fricções sociais”, que provocam as correntes civilizadoras e de que havia de resultar o desenvolvimento da cultura sob todos os aspectos. Do ponto de vista da arquitetura não tardaram as igrejas da Baía a beneficiar-se do ciclo da mineração; e, depois, pela rota dos bandeirantes baianos, — a estrada emboaba —, e pelo caminho do Rio a Vila Rica, abrem-se os roteiros da arte, que foram também os dos escravos e mercadorias do Reino, para a região dos garimpeiros e dos faiscadores, nas montanhas do planalto.

Certamente, êsse admirável surto de arte colonial, de que resultaram os mais belos monumentos religiosos do país, seguiu-se com sensível atraso ao esplendor da vida econômica que, sob o influxo da exploração de ouro e de diamantes, se desenvolveu em Minas Gerais e no recôncavo baiano. Não é a atividade comercial, mas sim o ócio do luxo que favorece em geral as artes.⁵ Que a técnica artística tem um desenvolvimento mais moroso do que o esplendor econômico, é um fato geralmente observado e mais uma vez constatado em Minas Gerais, cujo apogeu artístico não corresponde ao seu apogeu econômico. “A extração do ouro, comenta ROGER BASTIDE, atingiu o máximo entre 1726 e 1750. Ora, nessa época, as cidades mineiras conheciam apenas humildes habitações de taipa e modestas capelas; é somente na segunda metade do século XVIII que se erguem os grandes monumentos civis e religiosos de que se orgulha a região” e que, com as igrejas e os claustros do Nordeste, e, especialmente, da Baía constituem a maior parte do patrimônio artístico do Brasil colonial. Se em geral

Portugal, localizada em Minas Gerais e no Maranhão, onde se observa uma multidão de Viseus e Bragas tropicais; 3) o estilo da capital, evoluindo mais tarde numa complicação de influências francesas e italianas, sobrepostas aos modelos portugueses; 4) a arquitetura colonial do Nordeste, com duas diversas tradições, uma tendendo a imitar o estilo barroco das igrejas rurais portuguesas, e a outra que teve origem no século XVII, inspirada na arquitetura oficial da corte de Lisboa ou dos templos metropolitanos da Baía e de Pernambuco.

⁵ CHARLES LALO, *L'art et la vie sociale*. Gaston Doin Éditeur, Paris, 1921.

vinham do Reino os planos, remetidos pelas matrizes das ordens religiosas, e os arquitetos, todos ou quase todos importados, e se a cultura arquitetural não se desenvolveu na Colônia, em que os mestres autores de riscos são quase sempre portugueses, começaram a multiplicar-se, no Nordeste, no Rio e em Minas Gerais, artistas que adquiriram de seus mestres reinóis as grandes idéias ornamentais, o gosto e o sentido da decoração, e que, tendo-se assimilado as técnicas estrangeiras, fizeram dessas aquisições seu bem próprio, marcando-as às vezes com um caráter original, resultante já de um espírito diferente, já do emprêgo de novos materiais. Os grandes pintores da Baía, do valor de MANUEL DA COSTA ATAÍDE, e os melhores santeiros da chamada escola baiana, como MANUEL MENESSES DA COSTA, surgem depois da febre dos negócios; é por essa época, em que ainda o artesão mal se distinguia do artista, que, no Convento de São Francisco, em Serinhaém (1747), um escultor de gênio rude, escreve ROBERT C. SMITH, soube criar os anjos, pássaros e conchas do maravilhoso púlpito e também os balaustrões da escada monástica, com suas esculturas, "obras da oficina de algum ALEIJADINHO desconhecido do Nordeste"; e tanto em Minas Gerais como no litoral aparecem esses pintores, entalhadores de madeira e escultores que contribuíram para elevar a um alto grau a arte barroca da ornamentação e criar magníficos interiores de igrejas, resplandescentes na fartura da talha, nas obras escultóricas e na beleza dos adornos, dos medalhões e das imagens. Mas, o maior de todos é, sem dúvida, o mestiço de Vila Rica, ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, o Aleijadinho,⁶ que surge na segunda metade do século XVIII quando os distritos diamantíferos se encontram em plena decadência, e consegue dominar, pela força de seu gênio, renovando-a e apurando-a, a arte dos grandes mestres toreadas, baianos e pernambucanos, que prepararam várias gerações de santeiros e entalhadores a serviço das construções religiosas. Educado na arte da torêutica por seu pai, e por outros mestres reinóis, como JOÃO BATISTA GOMES, em cuja escola de artes em Vila Rica se formaram um JOAQUIM CARNEIRO DA SILVA, português, consagrado depois em Roma como um dos maiores artistas de seu tempo, e um ANTÔNIO FERNANDES RODRIGUES, mestiço de Mariana, e autor, mais tarde de obras notáveis em Portugal (1758) e na Itália, — ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA tornou-se mais célebre que seus mestres e mereceu, com as criações de seu gênio, que se desse ao século XVIII, — o terceiro da época colonial, o nome de "século do ALEIJADINHO". Entalhador, enriqueceu os

⁶ ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA (1730-1814), o Aleijadinho, grande artista, escultor e entalhador, nascido em Vila Rica, filho do mestre MANUEL FRANCISCO LISBOA, é, de fato, a figura dominante na história das artes plásticas no Brasil, em todo o período colonial, e talvez mesmo, na opinião de JOSÉ MARIANO FILHO, o maior artista plástico brasileiro. O apelido com que passou à história, envolvendo-o numa auréola de lenda, proveio das deformações causadas pela lepra que o assaltara em 1777 e, portanto, aos 47 anos de idade, e o teria privado, em suas devastações mutiladoras, de grande parte dos dedos. Aprendeu o ofício com seu pai, escultor e arquiteto português, que recebeu ensinamentos de BATISTA GOMES, discípulo dos gravadores franceses ANTÔNIO MENGUIN e FRANÇOIS MARTEAU, e, na parte de arquitetura, além das lições paternas, aproveitou-se do contacto com ANTÔNIO PEREIRA DE SOUSA CALHEIROS, JOSÉ PEREIRA AROUCA e JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS que constituíram o triunvirato artístico de Mariana e passavam pelos maiores mestres do tempo. Tinha ele uma escola de mestres santeiros, seus discípulos e auxiliares, autores provavelmente de muitas das obras que lhe são atribuídas, e cujos defeitos de anatomia em contraste com outras, verdadeiramente belas e justas, têm sido explicadas pela sua moléstia ou por uma deformação intencional das figuras. Embora consagrado desde sua infância ao ofício de entalhador de madeira e de escultor, parece ter sido tanto arquiteto como estatuário, e de certo o foi, se realmente são de sua autoria, conforme atestam RODRIGO DE FREITAS e DIOGO DE VASCONCELOS, os projetos das igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Rosário. "o mais belo monumento sacro de Minas Gerais e um dos mais notáveis do país". Contesta, porém, JOSÉ MARIANO FILHO que o genial mestiço tenha sido o autor dos riscos dessas igrejas, construídas na segunda metade do século XVIII, sob a direção artística do ALEIJADINHO que apenas teria colaborado, de acordo com essa opinião, na parte ornamental ou escultórica desses templos, de planta elíptica e torres circulares. Segundo JOSÉ MARIANO FILHO cabe, no entanto, ao ALEIJADINHO a glória de ter nacionalizado a nova expressão arquitetônica, de caráter barroquino, introduzindo modificações e pormenores, "não previstos no primitivo projeto europeu da Igreja de Nossa Senhora do Rosário", nos projetos destinados ao templo de São Francisco de Assis de Ouro Preto e de São João d'El-Rei. (Cfr. RODRIGO J. FERREIRA BRÊTAS, *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa*, 1858; RENATO ALVES GUIMARÃES, *Antônio Francisco Lisboa*, S. Paulo, 1931; GASTÃO PENALVA, *O Aleijadinho de Vila Rica*, Rio, 1933; DIOGO DE VASCONCELOS, *A arte de Ouro Preto*, Edição do bi-centenário, 1934; JOSÉ MARIANO FILHO, *Considerações acerca do templo de Nossa Senhora do Rosário e de São Francisco de Assis, de Ouro Preto*. In "Estudos Brasileiros". Ano II, volume 4, n.º 10, Rio, 1940; e a bibliografia relativa ao ALEIJADINHO, organizada por JUDITE MARTINS. "Revista" do Patrimônio Histórico e Artístico. 1939).

interiores e frontispícios de igrejas com numerosos trabalhos de talha, tanto em madeira como em pedra talcosa, lavrando púlpitos, tribunas, altares e portadas e trabalhando no acabamento do mobiliário litúrgico; escultor, o maior artista plástico do Brasil, foi o criador das decorações ornamentais das fachadas, o estatúário das três figuras centrais nos Passos do Santuário de Congonhas, — verdadeiras obras de arte, o modelador de imagens em pedra sabão, — a pedra do ALEIJADINHO, que se tornaria tão famosa, escreveu AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, trabalhada pelas mãos disformes do mestiço de gênio; arquiteto, enfim, quando surgiu em Ouro Preto a influência do barroco de BORROMINI, com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de planta elíptica e de torres redondas, soube criar, com as duas réplicas de São Francisco de Assis, de Ouro Preto e de São João d'El-Rei, o barroco brasileiro, introduzindo modificações essenciais no frontispício, intercalando secções retilíneas, colando o retângulo tradicional das velhas igrejas, projetadas segundo o plano da Igreja do Gesù, em Roma, à curva inovadora do estilo borromínico e quebrando, por essa forma, numa concepção original, a uniformidade do barroco de importação.

As relações de comércio com a Metrópole, desenvolvidas sob o impulso das descobertas e da exploração das minas e o contacto mais frequente, através de Portugal, com civilizações mais avançadas, desempenharam, nos meados do século XVIII, um papel cuja importância não se poderia negar nessa migração das formas de arte e nessa sequência de trocas que deviam chegar, em Vila Rica, à invenção de tipos e de motivos. O que provocou esse fenômeno de renovação dos velhos modelos reinóis, de influência jesuítica, e permitiu ao ALEIJADINHO a criação de uma arte original com o barroco brasileiro, foi o novo elemento que interveio com a introdução inesperada do barroco de BORROMINI, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída segundo projeto cotado, vindo, ao que se supõe, da Itália e, por consequência, a ação e reação das formas arquitetônicas portuguesas e das influências estrangeiras, encontrando-se e modificando-se umas pelas outras. É, sobretudo, com as criações desse mestiço que atingem, em Minas Gerais, um grau de perfeição, todo relativo, a torêutica, a escultura e a arquitetura religiosa, e com elas é que se intensifica esse fenômeno, de tamanha importância na vida do país, da ascensão social do mulato, a princípio pelas artes plásticas, pela música e pelas letras, e mais tarde pelo clero e pela política no Império. A arte é, de fato, um meio de classificação social; e o homem de côr, negro ou mestiço, — um artista plástico, do valor do ALEIJADINHO, um VALENTIM DA FONSECA E SILVA —, o grande Mestre VALENTIM, desenhista e entalhador,⁷ cujas obras constituem a prova de um notável senso plástico e do mais fino gosto decorativo, ou um JOSÉ MAURÍCIO, a nossa maior figura da música sacra, — tomam a desforra do branco, embora

⁷ VALENTIM DA FONSECA E SILVA, mulato brasileiro, educado na Metrópole com os grandes mestres da época, foi, nos fins do século XVIII, o maior empresário de obras de ornamentação, no Rio de Janeiro. Ao voltar de Portugal, onde teve a mais elevada instrução técnica, ao que nos informa JOSÉ MARIANO FILHO, começou a trabalhar como colaborador, com artistas de reputação, empreiteiros de obras torêuticas, mas não tardou a senhorear-se, pela superioridade de sua obra, dos trabalhos de maior monta e valor artístico. Preparado para a arte torêutica e mestre fundidor a um tempo, VALENTIM DA FONSECA E SILVA "teria aprendido a fundir o bronze na Metrópole, talvez, com BARTOLOMEU DA COSTA, fundidor régio da coroa portuguesa, autor da estátua do Marquês de POMBAL e de magníficos canhões que estão no Museu Histórico. Todas aquelas cartelas maravilhosas, aqueles cartuchos que enobrecem os canhões com inscrições, provam o dedo do mestre fundidor". Desenhista notável que se tornou superior aos artistas reinóis de seu tempo, fundidor, entalhador, escultor e arquiteto-projetista, Mestre VALENTIM, escreve JOSÉ MARIANO FILHO, "forneceu desenhos e detalhes cotados, depois executados não somente em madeira e prata, mas também em pedra de lioz", como o do *lavabo* da sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro, que foi executado em Portugal de acordo com seu desenho. O 12.º Vice-rei, LUIZ DE VASCONCELOS E SOUSA (1779-1790), confiou-lhe as tarefas de maior vulto e interesse artístico, por não encontrar, na Colônia, artista português capaz de fazer os trabalhos que VALENTIM executava. A todos sobrelevava, de fato, nas obras de torêutica, quer quanto à inteligência de concepção quer quanto à nitidez da execução material, segundo os padrões da arte portuguesa. Já no fim de sua vida, entre 1810 e 1811 (Valentim morreu em 1813) fez o altar da Igreja de Nossa Senhora do Parto que, incendiada em 1789, já havia ele restaurado, fazendo as obras mais urgentes. (JOSÉ MARIANO FILHO, in "Estudos Brasileiros", Ano II, Volume 4, n.º 12, pags 656-658, Rio de Janeiro, Maio-Junho de 1940).

modelando-se pelo seu padrão, e escalam as barreiras, levantadas pelos preconceitos de raça, elevando-se na hierarquia social, pelas suas atividades artísticas e intelectuais. Sob êsse aspecto, como a outras luzes, a história das artes no Brasil oferece um interesse imediato para a inteligência de nossa história social. Mas, além do desenvolvimento da arte torêutica, de tão vasta e variada aplicação religiosa, na ornamentação interior dos templos, e da arquitetura religiosa que atingiu o seu esplendor já no crepúsculo do regime colonial, não apresenta, nesse período, real interesse artístico senão a arte da ourivesaria, que até os escravos aproveitaram. Na terra das pedras preciosas, — o maior centro mundial de produção do ouro na primeira metade do século XVIII, a ourivesaria, embora não tivesse tido o desenvolvimento que se podia esperar da abundância de metais preciosos que serviam de matéria aos artistas, foi uma das artes que mais floresceram apesar de tôdas as restrições opostas pela Metrópole, preocupada exclusivamente com a arrecadação do ouro e a cunhagem das moedas. Tôdas as medidas, algumas extremamente severas, tomadas desde 1698 contra os ourives e que culminaram na proibição da ourivesaria e da arte de lavrar, pela Carta Régia de 30 de Julho de 1766, não lograram reduzir senão temporariamente o número e as atividades dos ourives, no Rio de Janeiro, e em várias capitanias. Em virtude dessa Carta Régia foram fechadas, segundo nos informa F. MARQUES DOS SANTOS, 142 lojas de ourives, demolidas tôdas as forjas e sequestrados os instrumentos de arte; mas, quando chegou ao Rio o 13.^o Vice-rei, o Conde de RESENDE (1790-1801), viu êle com espanto arruados os ourives com muitas lojas e oficinas, em que trabalhavam “375 mestres e 1 500 oficiais”. A grande quantidade de ourives da prata e do ouro, lapidários, gravadores e fundidores, nas capitanias de Pernambuco, Baía, Minas Gerais e, sobretudo, Rio de Janeiro, mostra não só que a perseguição aos ourives “nunca teve o vulto que se imagina”, como também que a reação da Coroa visava antes salvaguardar o numerário (a moeda ouro), reprimir o contrabando e talvez refrear o luxo que se desenvolvia “com a prosperidade alcançada na ourivesaria colonial pela habilidade de seus artistas e pela perfeição de suas obras”. Para MARQUES DOS SANTOS que trouxe a contribuição mais valiosa à história da ourivesaria no Brasil,⁸ os arquivos das irmandades e os acervos das velhas igrejas, quando suficientemente pesquisados, falarão alto sôbre a abundância de jóias e sua manufatura no Brasil colonial, que tomou novo impulso no reinado do Príncipe Regente D. JOÃO, quando êste fez cessar as restrições ao ofício de ourives, e, daí por diante, no primeiro e segundo Império.

Arte do luxo, de caráter eminentemente secular ou mundano, a ourivesaria colonial não se destinava apenas a favorecer a ostentação das famílias dos senhores de engenho, dos lavradores de minas ou de burgueses enriquecidos, mas a adornar as imagens de santos nos grandes dias de festas religiosas. “Nas igrejas até o segundo reinado fôssem elas dos Campos dos Goitacazes, da cidade de Cunha, de Sabará ou de Olinda, — escreve MARQUES DOS SANTOS —, teriam adereços de tôda a ordem para cada imagem! Com que garbo as senhoras devotas vestiam as imagens nos dias de suas festas! Botavam-lhes vestido novo, arecadas, broches, laços, pulseiras, afogadeiras, colares de contas enfeitadas, tudo com diamantes, crisólitas, rubis ou pedras coradas”. Um dos mais ricos e formosos conjuntos de jóias antigas, de crisólitas e diamantes que já vimos, acrescenta MARQUES DOS SANTOS, foi vendido a um ourives da rua Luiz de

⁸ FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, *A ourivesaria no Brasil antigo*. Conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros em 24 de Maio de 1940. In “Estudos Brasileiros”, ano II, volume 4, n.^o 12, págs 625-647, Rio de Janeiro, Maio-Junho de 1940.

Camões pela Igreja da Boa Morte, no Rio de Janeiro: "muitas delas com esmeraldas pequeninas fazendo um delicioso contraste aos diamantes". Essa preponderância do sentimento religioso, que a nossa formação, sob o domínio espiritual dos jesuítas e das ordens monásticas, elevou ao primeiro plano em todo o período colonial, a ponto de fazer tributária da igreja ou pôr a seu serviço a própria arte da ourivesaria, bastaria para explicar a inferioridade da arquitetura civil, das vivendas e edifícios públicos, em relação à suntuosa arquitetura dos claustros e das igrejas, com seus magníficos interiores. Os monumentos eclesiásticos, nessa sociedade, não mundana mas profundamente religiosa, constituíam um traço característico do Brasil colonial: por toda parte, no meio da povoação apinhada avulta o mosteiro ou a igreja, de estrutura antiga, que eleva suas tôrres quadrangulares e maciças sôbre a cidade, pobre de construções civis, com alguns sobrados e casarões senhoriais, construídos segundo modelos portugueses. A arquitetura civil não se desenvolveu senão em Minas Gerais: no Nordeste, ela não teve, observa ROBERT SMITH, "nem a relativa originalidade nem a riqueza da religiosa. Suas cidades nunca tiveram os esplêndidos edifícios públicos de Minas Gerais, as grandiosas construções militares do Pará. A própria casa dos governadores da Baía (1663-1890) foi a reprodução de alguma casa da câmara portuguesa de qualquer cidade provincial. Faltavam-lhes as tôrres e os portões dos edifícios de Ouro Preto, as linhas elegantes dos de Mariana. A vida proeminentemente rural da região, as existências recolhidas no meio dos canaviais, o isolamento quase total dos senhores, durante a maior parte do ano, necessitavam pouca ostentação da vida pública da cidade. Não fizeram culto da *urbs* os primitivos senhores de engenho".⁹ Pode-se dizer, pois, de um modo geral que nesse período a casa de habitação, — a casa grande nos engenhos ou o sobrado das cidades, — contrasta, na solidez rude de sua construção e na simplicidade severa de suas linhas, com a suntuosidade da arquitetura e a exuberância da decoração interna dos templos religiosos. Não há, de fato, casa de governador, paço municipal ou solar de fidalgo que denuncie, através das formas barrocas, a intensidade de vida e de movimento, o esplendor da vida social e o gôsto do luxo, das sociedades aristocráticas, em que, na Itália e na Áustria, o barroco se desenvolveu com tanto vigor e com tão grande riqueza de formas. Mas, as obras de arte, se queremos apreciá-las e senti-las, devem ser vistas, como pretendia DEGAS, onde nasceram, em face e à luz do caráter especial da civilização de que participaram e que é feito da conjunção de elementos diversos. A austeridade arquitetônica das mansões coloniais, em que tão fielmente se exprimiu a simplicidade do meio social, corresponde ao seu interior, de salas amplas e hospitaleiras, de paredes nuas e de mobiliário pesado, que imprimem a todo o conjunto êsse caráter sóbrio até a severidade e essa estabilidade tranquila em que repousa o regime da família patriarcal. Na velha casa colonial cujas paredes raramente eram ornadas de quadros artísticos, — o que já havia surpreendido os holandeses —, o mobiliário de luxo, trabalhado em jacarandá ou em

⁹ Certamente, de um lado, a formação no Nordeste, com a cultura da cana de açúcar, de uma sociedade rural, dispersa pelos engenhos, com suas casas grandes, e, de outro, a sociedade concentrada em Minas Gerais, em que floresceu no século XVIII, com a indústria extrativa e o comércio do ouro, uma civilização urbana, constituem a causa principal de ser a arquitetura civil menos brilhante no Nordeste do que em Minas Gerais. É esta a explicação que nos dá, no texto referido, ROBERT SMITH quando estuda o caráter da arquitetura colonial do Nordeste. (In "Estudos Brasileiros", ano II, vol. 4, n.º 10, págs. 419-430, Rio de Janeiro, Fevereiro de 1940). ROGER BASTIDE, aceitando essa explicação, introduz, porém, outro elemento que parece concorrer para esclarecer essa diferença. "Talvez seja ainda, escreve êle, porque o Nordeste estivesse mais ligado à Metrópole, pelo litoral do que o sertão, e portanto, ali se fazia menos necessária uma manifestação do poderio português, ao passo que a região de Minas Gerais, mais afastada no interior, menos em contacto com a mãe pátria, e habitada pelos descendentes de paulistas de sentimentos nativistas mais pronunciados, requeria monumentos que fizessem sentir o absolutismo da Metrópole; por aí vemos como o barroco civil está sempre ligado à ideia do absolutismo". (Vêde *Estudos da estética sociológica brasileira*. Artigo V. In "O Estado de São Paulo", Setembro-Outubro, 1940).

cedro,¹⁰ ainda no século XVIII quando começou a dominar o estilo D. JOÃO V, de influência francesa, mantém a robustez excessiva de carpintaria e a ornamentação vigorosa, exigidas pela solidez arquitetônica das habitações urbanas, de uma poderosa construção, em que a economia agrícola e a paisagem social fizeram prevalecer as grandes formas simples e em que o arcabouço vale mais do que a decoração.

Tôda essa primeira fase da arte no Brasil, — correspondente ao período colonial, foi a da arquitetura, da pintura e da estatuária religiosas; até D. JOÃO VI, a arte se refugiara nas igrejas e nos conventos. Religiosa foi também a primeira manifestação da música artística brasileira; e, se por tôda a parte, escreve MÁRIO DE ANDRADE, “o som foi sempre elemento de edificação religiosa”, também aqui, pelo predomínio do catolicismo desde as origens de nossa formação social, nasceu misturado com a religião. Os cantos e os autos cantados que os padres ensinavam ou compunham para ensinar aos meninos índios, constituíram, desde as primeiras missões de jesuítas, um instrumento de primeira ordem na obra de catequese; e, segundo SIMÃO DE VASCONCELOS, as próprias cantigas de índios que continham a doutrina cristã, eram postas em canto de órgão para servirem à propagação da fé, nas tribus americanas. Certamente, enquanto nas capelas e nas igrejas, em que, em dias de festas, já se celebravam missas cantadas, florescia a música gregoriana e se difundiam entre índios e africanos os cantos religiosos e os reisados (bailes pastoris, nau catarineta), formavam-se lentamente, nos engenhos e nas cidades, o canto e a música populares, sob a influência da música primitiva das senzalas, das tabas indígenas e das aldeias reinóis. Todos os povos, portugueses e espanhóis, ameríndios e africanos, que contribuíram para a nossa formação, nos três primeiros séculos, trouxeram, com suas línguas e culturas, as suas cantigas e suas dansas que se misturaram, compondo-o e enriquecendo-o, no nosso folclore musical quase todo por explorar.¹¹ Embora não se possa saber, no estado atual dos estudos folclóricos, em que medida influíram os elementos africano, indígena e português nessas cantigas e músicas populares, de que quase não nos resta documentação, parecem ter predominado a influência portuguesa, “a mais vasta de tôdas”, e a fonte principal das melodias de nosso folclore de real beleza. na opinião de MÁRIO DE ANDRADE, é a dos escravos negros em cujo contacto a nossa rítmica “alcançou a variedade que tem, — uma das nossas riquezas

¹⁰ O mobiliário de luxo, civil e religioso, em Minas Gerais, importado nos primeiros tempos da Baía, como se verifica pelos estilos dos séculos XVI e XVII, em que são desenhadas as grandes peças, passou depois a ser fabricado nas próprias oficinas mineiras. A partir de 1730, escreve AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, “os marceneiros e entalhadores da nossa capitania, acompanham o desenvolvimento artístico que se operou em Portugal, na época de D. JOÃO V, onde os temas orientais e hispano-árabes, introduzidos na Flandres e norte da França, retornam sublimados pela influência dos ebanistas franceses”. Os riscos e os desenhos fundamentais de tais móveis, em que já se constata nos fins do século certas manifestações típicas de originalidade, como observa AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, eram importados de Portugal donde vinham inspirados nas novas formas de arte e por altos preços. Segundo JOSÉ MARIANO FILHO, a influência entre nós do estilo Luiz XV, nacionalizado em Portugal sob o nome de D. JOÃO V, se fez sentir, no século XVII, em primeiro lugar no mobiliário civil, para se estender mais tarde à ornamentação sacra, “dominada até então pelo ornato barroco de influência jesuítica”. Do primitivo mobiliário, trabalhado toscamente, de acordo com modelos clássicos, ao mobiliário inspirado no estilo D. João V, a evolução se processou através das formas intermediárias do jesuítico manuelino e do suntuoso estilo Luiz XV, cuja influência se fez sentir “na ornamentação sacra através do tratamento robusto das moldurações e espessura da talha”. (Cfr. AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR, *A Capitania das “Minas Gerais”*. Suas origens e formação. Págs. 114-118, Lisboa, 1940; JOSÉ MARIANO FILHO, *Evolução do mobiliário e da ornamentação litúrgica sob a influência dos jesuítas e de D. João V*. In “Revista do Brasil”, Ano III, 3.ª fase, n.º 22, págs 41-44, Abril, 1940).

¹¹ Cfr. ROQUETE PINTO, *Rondônia*, 3.ª edição. A música das principais cantigas parecis, apanhada no fonógrafo. Págs 128, 134-137, 143, 252. Série Brasileira, vol 39, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1935; ELSIE HOUSTON — Peret, *Chants populaires du Brésil*. Première série. Introduction par Philippe Stern. Librairie Orientaliste. Paul Geuthner, Paris, 6e., 1932; JOSÉ SIQUEIRA, *A música brasileira no ciclo da cana de açúcar*. In “Revista da Semana”, Rio de Janeiro, 9 de Setembro de 1939; MÁRIO DE ANDRADE, *Compêndio da História da Música*, 3.ª edição. Capítulo XII: Música popular brasileira, págs 167-177, L. G. Miranda Editor, S. Paulo, 1936; *Música do Sargento de Milícias*. In “O Estado de S. Paulo”, n.º de 8 de Dezembro de 1940; ARTUR RAMOS, *O negro brasileiro*. 1.º vol. *Etnografia religiosa*, 2.ª edição. Capítulo VII: A dansa e a música dos candomblés. Págs 223-243. Série Brasileira, vol. 188, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1940.

musicais". A penetração das danças africanas, religiosas ou guerreiras ou suas sobrevivências nas danças populares do Brasil, como tôda a espécie de batuques, — samba, candomblés, maracatús e cana verde, acompanhados de vários instrumentos entre os quais predominam os de percussão (ganzá, puíta, atabaque), mostram, de fato, como foi decisiva na formação de nossa música popular a influência africana, superior, sem dúvida, à dos indígenas de que nos vieram o cateretê ou a catira, — dança guaraní, aproveitada por ANCHIETA para catequizar selvagens, e diversos instrumentos como o chocalho (adaptação do maracá) e talvez o puíta que, considerado geralmente de origem africana, e conhecido na região diamantina pelo nome de *N'gomma Puíta*, é tido por alguns como proveniente do tambor dos índios. Se, pois, em todo o período colonial, os africanos, que tiveram na música "o derivativo principal no exílio da América", inundaram o Brasil de suas danças nostálgicas e de seu canto monótono, os portugueses não trouxeram contribuição menos notável com suas danças, suas cantigas e seus instrumentos europeus: é deles que vieram nossas canções de berço (acalantos) e outras formas poético-líricas, como a moda e o fado que parece ter-se originado no Brasil, e que MÁRIO DE ANDRADE, — um de nossos maiores folcloristas musicais, considerando-o "uma desinença brasileira do lundum angolense", julga com razão ter sido privativo dos brasileiros antes de se tornar, nos meados do século XIX (depois de 1840 ou 49), a dança cantada, portuguesa por excelência.

Mas, se a música e o canto populares que deviam resultar da fusão das cantigas e danças do colonizador, do aborígene e do escravo negro, já tomavam corpo nos fins do século XVIII, foi a música religiosa que revestiu, sob a pressão das circunstâncias sociais, maior importância social e histórica, nos três séculos coloniais. Ainda devia decorrer quase meio século para adquirirem caráter e expressão original e, portanto, influência e irradiação as primeiras criações da música popular e os cantos tradicionais, em que se cruzaram, com predominância dêstes ou daqueles elementos exóticos, e numa grande riqueza de formas, "o ritmo discursivo, constante nos ameríndios, a pererequite rítmica do africano, na expressão pitoresca de MÁRIO DE ANDRADE, e os arabescos melódicos lusitanos, ora puros ora deformados". A música religiosa que domina então, essa já havia atingido tal fôrça histórica e penetrara por tal modo as diversas camadas sociais que ainda no canto popular brasileiro, segundo a observação do ilustre crítico musical, "aparecem frases oratórias, livres de compasso e que até pelo desenho melódico se assemelham a fórmulas de canto-chão". A influência da religião católica não foi profunda no Brasil somente no que SUMNER MAINE chama à "trituração" das sociedades: ela não só contribuiu para fundar a unidade da família patriarcal e entrecruzar, assimilando-os de norte a sul, os grupos sociais num processo intenso de unificação espiritual, — base da unidade política, mas exerceu um papel importante em tôdas as manifestações culturais e artísticas do país. É, pois, também sob a forma religiosa ou sagrada que com mais intensidade se exprimiu a música, largamente cultivada, para festas magníficas, nas capelas e igrejas coloniais. Nesse ambiente de religiosidade musical que atinge, com a vinda de D. JOÃO VI e sua corte, o seu período de maior esplendor, e perdura até meados do século XIX, surge a primeira manifestação artística da música brasileira: o Pe. JOSÉ MAURÍCIO. Educado provavelmente com mestres formados na extinta escola dos jesuítas, em Santa Cruz, e ordenado sacerdote aos 25 anos, em 1792, a sua extraordinária vocação musical encontrou, desde cedo, no próprio meio social e nas festas litúrgicas, não só o estímulo mas a fonte de inspiração para as suas criações. Se o artista, ao mesmo tempo que artista, é um homem submetido a tôdas as influências comuns, o que êle tende a exprimir espontanea-



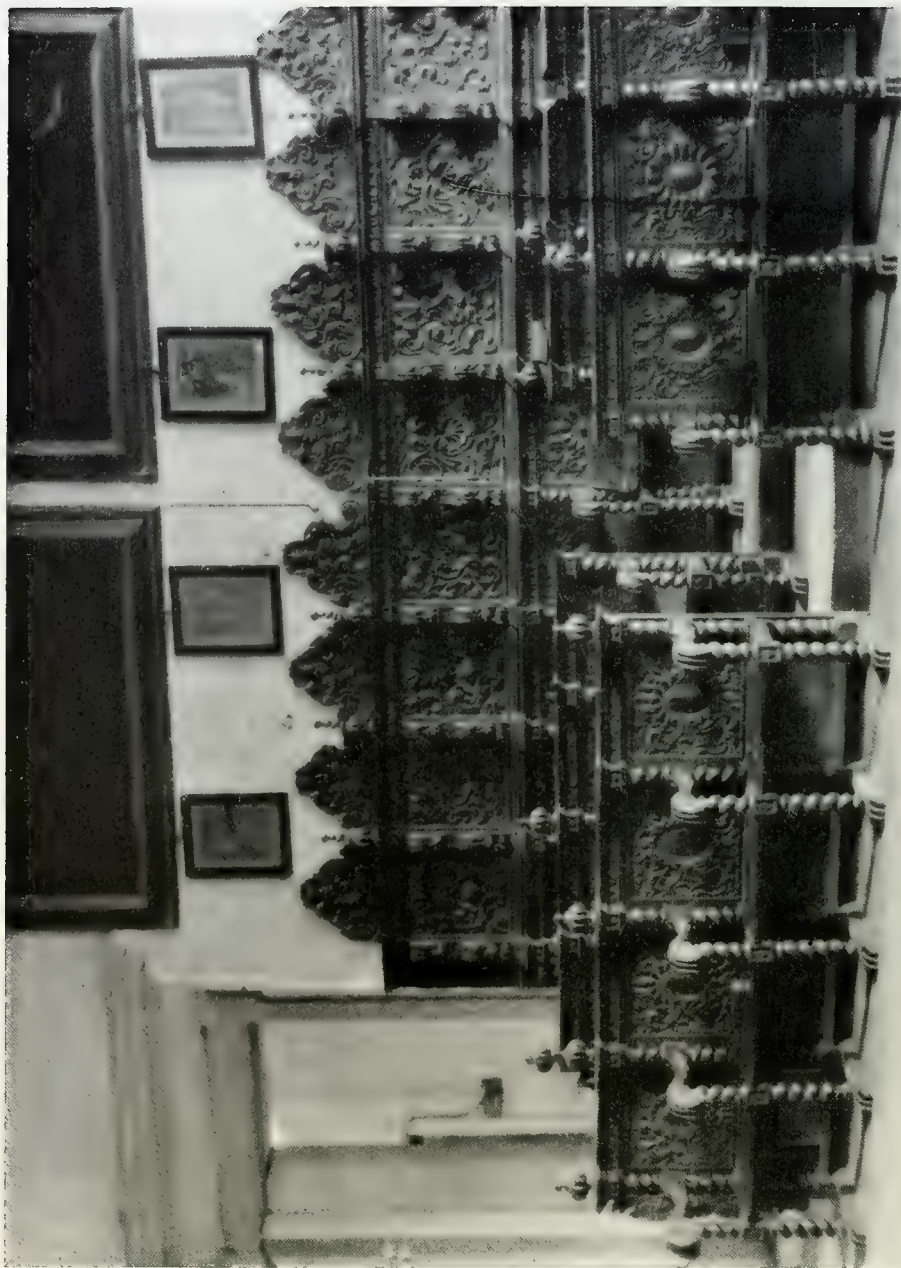
255. Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco. Maravilhosa fachada em cantaria, em estilo barroco. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



256. Igreja de S. Francisco. Interior da Igreja. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



257. Mosteiro do Carmo. Sacristia. Salvador, Bahia.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



258. Igreja de S. Francisco. Aspecto da sacristia. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



259. Igreja de S. Pedro. Parte do magnífico portal. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



260. *Mosteiro de S. Bento. O majestoso altar-mor. Rio de Janeiro.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



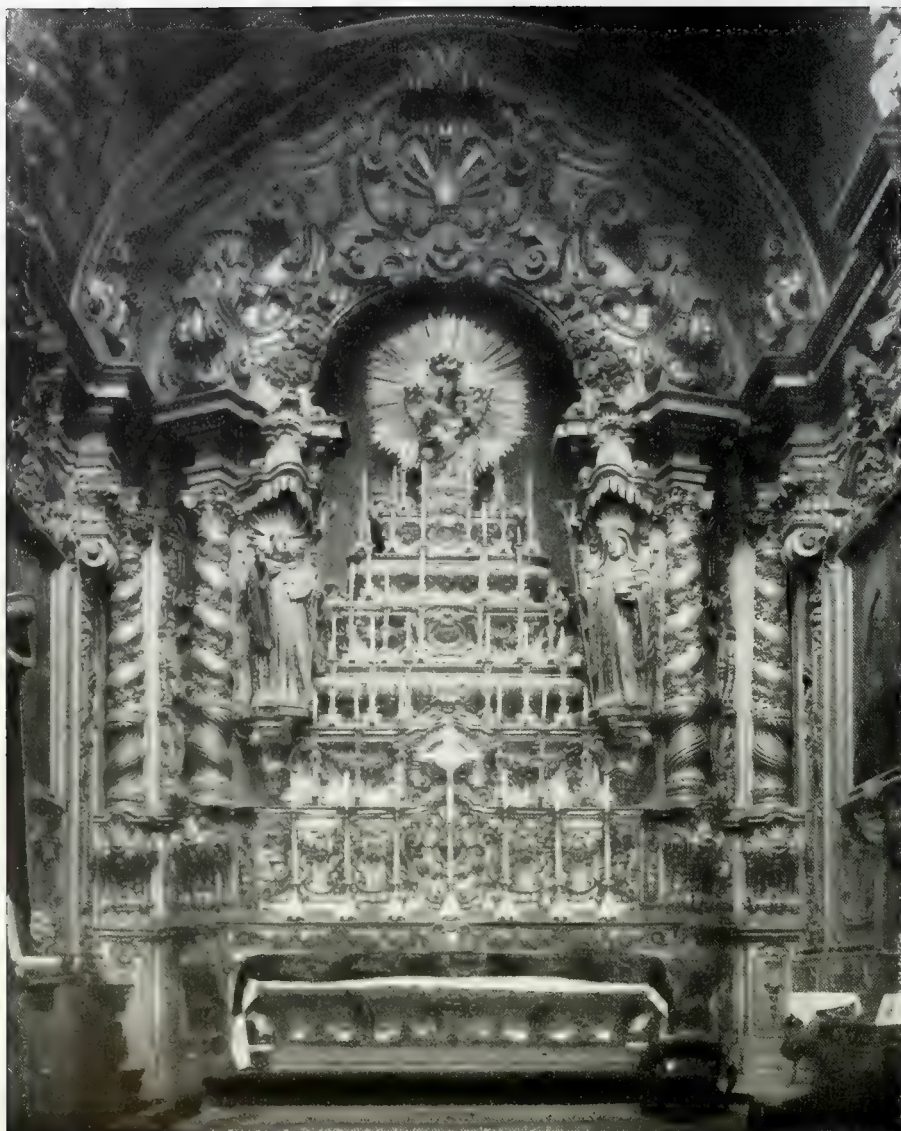
261. Mosteiro de S. Bento. Vista de um altar lateral e do côro. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



262. Mosteiro de S. Bento. Sacristia. Rio de Janeiro.
Foto S. J. L. E. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



263. Igreja N. S. do Carmo. Fachada principal. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



264. Igreja N. S. do Carmo. Aspecto do altar mor. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



265. Igreja de N. S. do Carmo. Vista de um altar. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



266. Igreja de N. S. do Carmo. A magnífica pia batismal. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



267. *Igreja de Santo Antônio. Sacristia. Rio de Janeiro.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



268. Igreja de Santo Antônio. Outro aspecto da sacristia. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



269. Igreja de N. S. do Carmo. Pórtico. Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

270. Igreja de N. S. do Carmo. Detalhe da capela-mor. Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.





271. *Igreja do Rosário. Aspecto externo. Ouro Preto.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

272. *Matriz. Detalhe da capela-mor. S. João d'El Rei.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.





273. *Igreja de S. Francisco. Aspecto externo. S. João d'El Rei.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



274. *Matriz. Retábulo do altar mor. Tiradentes.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



275. *Matriz. Colunas e entablamento do altar mor. Tiradentes.*
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



276. Igreja de N. S. do Carmo. Púlpito em pedra sabão de autoria do ALEIJADINHO. Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.



277. Um dos profetas que o ALEIJADINHO esculpiu em pedra sabão para a *virmda de Congonhas do Campo*, em Minas Gerais.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



278. Estátua do profeta AMOS, esculpida na pedra brasileira por ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, o ALEIJADINHO. *Santuário de Congonhas do Campo*, em Minas Gerais.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



279, *Padre José Maurício na corte de D. João*. Quadro de HENRIQUE BERNARDELLI.
Foto VOSYLUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.



280. Porta central da Academia Imperial de Belas Artes. Projeto de GRANDJEAN DE MONTIGNY, arquiteto da Missão Francesa.

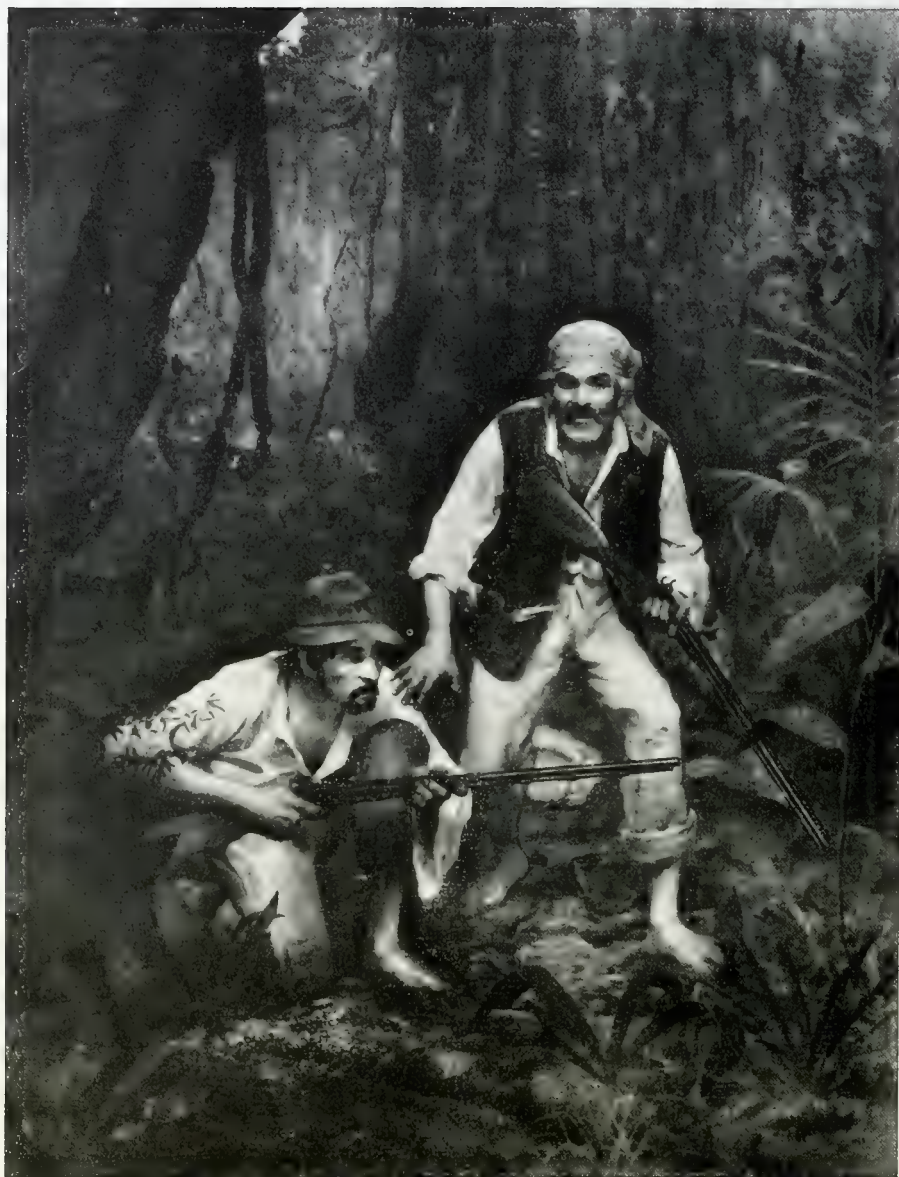
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



281. Auto-caricatura. Desenho de PEDRO AMÉRICO.
Foto CARLOS.



282. *Lenhador brasileiro*. Quadro de ALMEIDA JÚNIOR, o maior pintor brasileiro do século passado
Foto REMBRANDT.



283. *Caipiras negociando*. Óleo de ALMEIDA JÚNIOR.
Foto REMBRANDT.



284. *Descanso do modelo*. Óleo de ALMEIDA JÚNIOR.
Foto CARLOS.



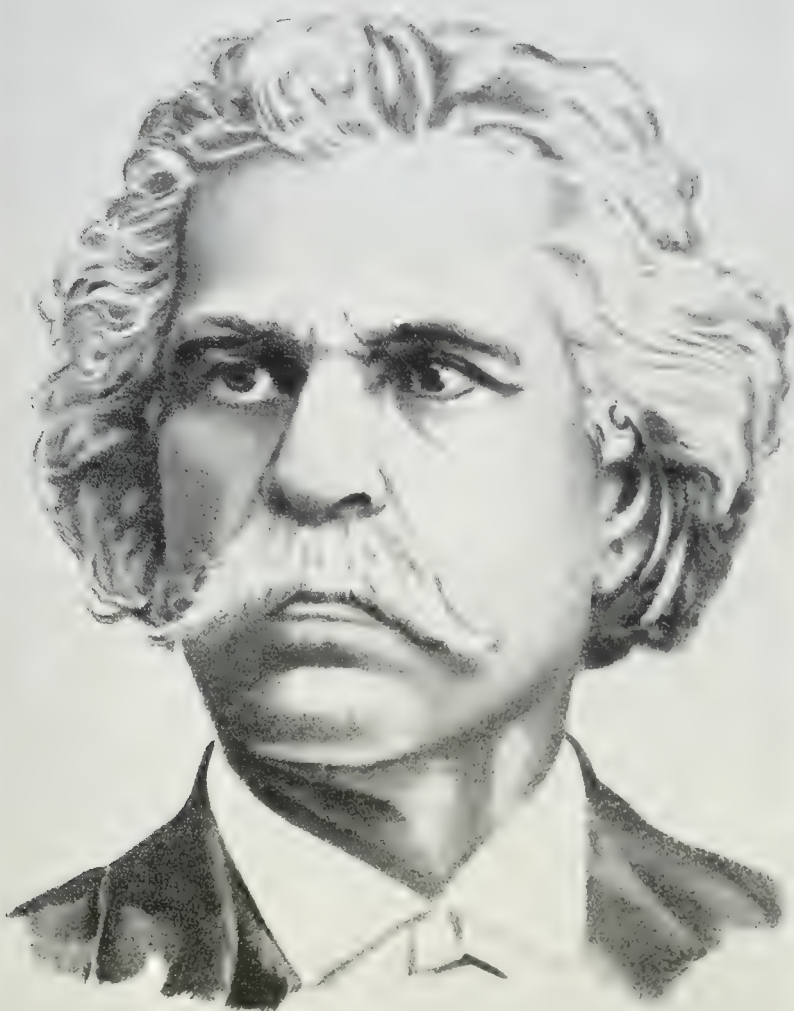
285. Sapucaieiros engalanados. Óleo de J. BATISTA DA COSTA.
Foto REMBRANDT.



286. Volta ao curral. Paisagem de J. BATISTA DA COSTA.
Foto REMBRANDT.



287. *Natureza morta*. Óleo de PEDRO ALEXANDRINO.
Foto REMBRANDT.



Carlos Gomes

288. CARLOS GOMES (Campinas, 1836 - Belém do Pará, 1896), um dos grandes melodistas do século XIX e um dos mais poderosos artistas que o Brasil já produziu.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.



289. *Maquette do monumento "As Bandeiras". Trabalho notável do escultor VÍTOR BRECHERET.*

290. *Detalhe do monumento "As Bandeiras", de VÍTOR BRECHERET.*





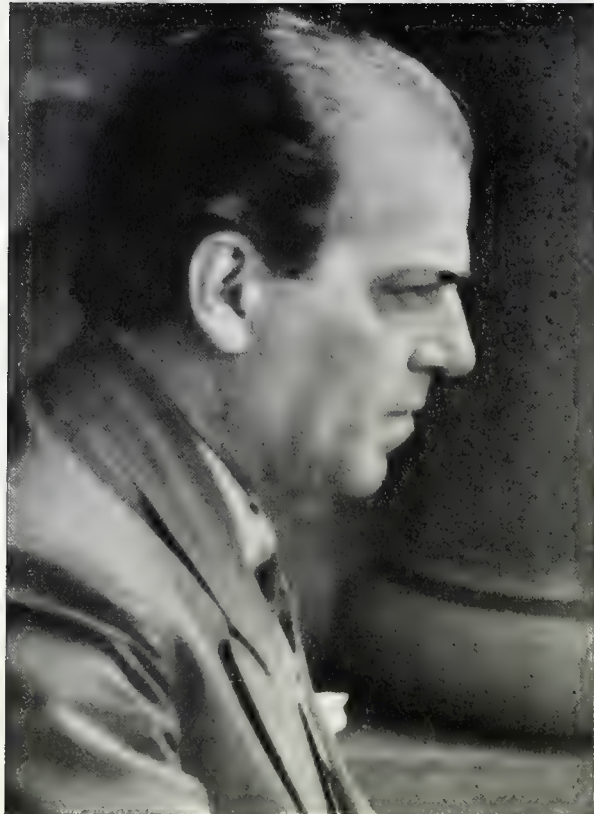
291. *Café*. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI, um dos grandes pintores brasileiros e o mais vigoroso, dentre os modernos. Propriedade do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro.



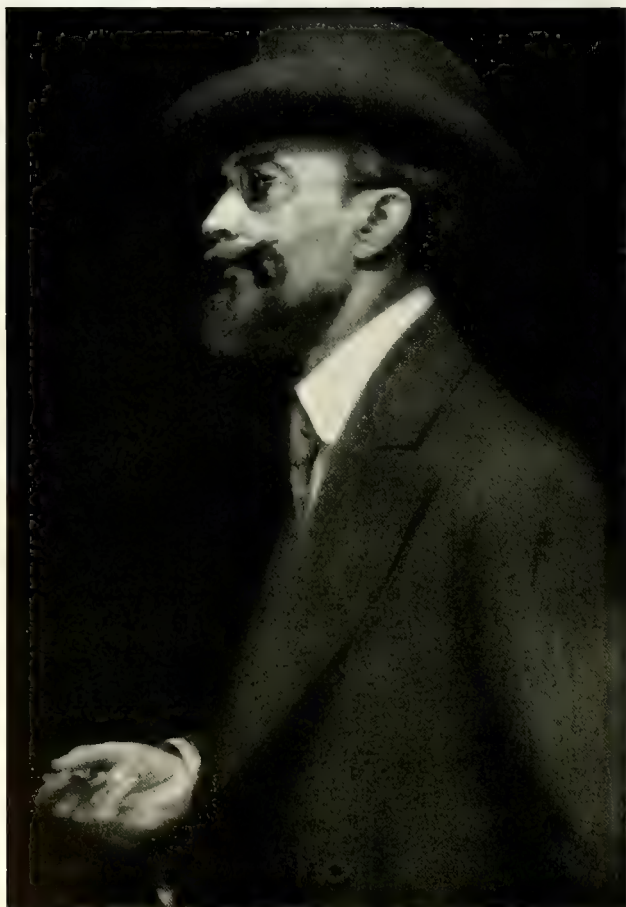
292. S. João. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto VOSYLIUS. Propriedade do Sr. CARLOS GUINLE.



293. *Composição*. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto REMBRANDT. Propriedade do Sr. MARIO DE ANDRADE.



294. HEITOR VILA LÔBOS (1890), o mais alto expoente no Brasil da música moderna, de inspiração folclórica, e um dos maiores compositores das duas Américas.



295. GONZAGA DUQUE ESTRADA, crítico e historiador de arte. Óleo de ELISEU VISCONTE. — Foto CARLOS.

mente em suas obras, são os sentimentos e as idéias que as atividades ambientais, econômicas, jurídicas, morais e religiosas inspiram conjuntamente ao público e a si próprio. A sua formação inicial, em contacto com padres músicos de quem recebe as primeiras lições; a sua participação no cântico de igrejas; a influência sobre o seu espírito da pomba das festas eclesiásticas, e a carreira sacerdotal que abraçou, tinham naturalmente de levá-lo a servir-se da música sacra para dar expressão artística às suas emoções.¹² Músico de rara habilidade e cultura, que conheceu e praticou grandes clássicos alemães e italianos, como BACH, HAYDN e MOZART, ROSSINI e PALESTRINA; compositor fecundíssimo que até aos 44 anos já havia composto, só para a Capela Real, perto de 200 obras, em grande parte esquecidas em manuscritos, o Pe. JOSÉ MAURÍCIO deixou trabalhos notáveis, e entre estes, a *Missa em si bemol* e a *Missa de Requiem*, uma de suas obras primas e também "a obra prima da música religiosa brasileira", comparável, segundo MÁRIO DE ANDRADE, "pela invenção melódica, duma serenidade, duma nitidez pura, ao que faziam no gênero os italianos do tempo". As suas convicções religiosas dominaram quase toda a sua produção musical em que se reflete, com o espírito da época, "a imagem de uma sociedade calma, organizada em uma hierarquia aceita por todos", e que se destaca, no que tem de mais representativo, não somente por uma sinceridade manifesta na nitidez de acento, por uma pureza de linha melódica e por uma grande espontaneidade de inspiração, mas por uma qualidade de estilo, nitidamente harmônico, que parece proceder de HAYDN e MOZART, seus autores prediletos.

De todas as artes, — a arquitetura, a pintura, a escultura e a música, que se cultivaram no período colonial, sob forma ou de inspiração religiosa, a que mais tardou a adquirir caráter e expressão verdadeiramente artística, foi, pois, a música sacra, com o Pe. JOSÉ MAURÍCIO, que marca a transição entre os dois períodos, — o da arte penetrada de religiosidade e o de novas fontes de inspiração. É com as criações desse mestiço de talento que culminou a música

¹² JOSÉ MAURÍCIO NUNES GARCIA (Rio, 1767-1830), nascido de pais mulatos, conseguiu, apesar de sua origem humilde, fazer estudos de gramática latina e de filosofia, ordenar-se sacerdote, em 1792, e atingir, na carreira eclesiástica, o cargo de pregador régio. De sua educação musical, iniciada, ainda em menino, e prosseguida sob a direção de sacerdotes músicos, como SILVA REIS, grande organista de seu tempo, é tão pouco o que se conhece de positivo, que L. H. CORREIA DE AZEVEDO o considera antes de um auto-didata, — produto de seu talento e de seus próprios esforços. Que não foi discípulo dos jesuítas e não frequentou a classe de música que mantinham, para negros escravos, na fazenda de Santa Cruz, torna-se patente de um simples confronto de datas: os jesuítas haviam sido expulsos do Brasil em 1759, oito anos antes do nascimento de JOSÉ MAURÍCIO, e a sua propriedade em Santa Cruz, então confiscada, passara ao domínio da Coroa. É provável, no entanto, que o mestiço carioca tenha sido educado nas tradições, ainda vivas, de Santa Cruz, e com mestres formados na escola dos jesuítas. Em 1798 obtém licença para pregar e é nomeado Mestre de Capela da Catedral e Sé do Rio de Janeiro, cujos serviços musicais logo se tornaram notáveis sob sua direção. "Ele mesmo, com a prática, escreve CORREIA DE AZEVEDO, vem a ser um ótimo organista; os cantores adestrados e trabalhados sob a sua batuta, fazem prodígios e causarão a mais viva surpresa à corte quando aqui se estabelecer, em 1808". Nomeado, nesse mesmo ano, pelo Príncipe Regente D. JOÃO, inspetor de Música da Capela Real, e, mais tarde, pregador régio, o padre compositor entregou-se a uma atividade intensa, tendo composto, até 1811, para as atividades da Capela Real, perto de 200 obras, além das que escrevera "para várias irmandades e outras igrejas e de algumas poucas obras profanas". Com a chegada ao Brasil, em 1811, de MARCOS PORTUGAL, notável compositor português, e que D. JOÃO VI mandara vir, para maior lustre de suas festas musicais, na Capela Real e no Real Teatro de São João, decresce o prestígio oficial do Pe. JOSÉ MAURÍCIO que passa a ser mal visto e hostilizado pelo compositor lusitano, nomeado professor da família real e diretor das festas musicais na Capela e no Paço. O célebre SIGISMUNDO NEUKOMM, de Salzboung (1778-1858, discípulo de HAYDN, grande pianista e compositor alemão, que viera, em 1816, na missão artística chefiada por J. LEBRETON, e que teve de lutar contra a prepotência de MARCOS PORTUGAL, "fazia-lhe justiça, lamentando, ainda em vida do Pe. JOSÉ MAURÍCIO, que os brasileiros não sabiam apreciar devidamente o valor do artista que possuíam, "e tanto mais precioso quanto era produto de seus próprios recursos". De volta a Portugal, D. JOÃO VI que lhe chamava o "novo MARCOS", lamentava, em carta autógrafa ao Pe. JOSÉ MAURÍCIO, não o haver levado para Portugal, a fim de dirigir as funções musicais da Capela Real de Lisboa. Faleceu o Pe. JOSÉ MAURÍCIO em 1830, alguns dias depois de MARCOS PORTUGAL. Em 1856, escreveu-lhe a biografia MANUEL DE ARAÚJO PÔRTO ALEGRE que, ainda jovem, o conhecera já nos últimos anos de sua vida. (M. A. PÔRTO ALEGRE, *Iconografia brasileira. Apontamentos sobre a vida do Pe. José Maurício Nunes Garcia*. In "Revista" do Instituto Histórico Brasileiro, tomo XIX, págs 349-369; VISCONDE DE TAUNAY, *Trços biográficos do Pe. José Maurício*. In "Revista Musical", ano II, 1880, nos. 7 a 13, 15, 17 e 20; MANUEL ANTÔNIO MOREIRA DE AZEVEDO, *Biografia do Pe. José Maurício Nunes Garcia*. In "Revista" do Instituto Histórico Brasileiro, tomo XXXIX, 2.ª parte, pág. 293).

religiosa, numa época, — princípios do século XIX —, em que já haviam entrado em decadência as diversas manifestações da arte colonial, que floresceu à sombra dos claustros e das igrejas. Embora ainda perdesse até meados do século XIX o domínio da música religiosa, que conheceu o seu esplendor, no Brasil, com o Pe. JOSÉ MAURÍCIO, já se esboça, na época de D. JOÃO VI a “laicização” da música, com o desenvolvimento da vida urbana e o brilho das festas musicais, e com a chegada, em 1811, de MARCOS PORTUGAL, já autor consagrado de numerosas óperas que figuravam no repertório de teatros italianos, e de SIGISMUNDO NEUKOMM, pianista e compositor alemão, vindo em 1816, com a missão de artistas franceses. Dos discípulos do Pe. JOSÉ MAURÍCIO, nenhum perseverou no caminho do mestre, e o maior de todos, FRANCISCO MANUEL DA SILVA, que também frequentou SIGISMUNDO NEUKOMM é uma das maiores figuras que o Brasil já produziu, o que deixou de mais belo foi o Hino Nacional, a que deve a sua consagração na história da música brasileira. Mas esse processo de laicização ou de profanização das artes, já em desenvolvimento, sob a pressão de causas sociais, econômicas e políticas, devia ser acelerado com as atividades da missão artística que chegou ao Brasil, em 1816, e por sugestão do Conde da BARCA, ministro de D. JOÃO VI, no Rio de Janeiro. A missão francesa, que tinha por chefe JOAQUIM LEBRETON, do Instituto de França, era constituída de J. B. DEBRET, pintor de história, dos irmãos NICOLAU ANTÔNIO TAUNAY, pintor de paisagem, e AUGUSTO MARIA TAUNAY, escultor, de GRANDJEAN DE MONTIGNY, arquiteto; do gravador CARLOS SIMÃO PRADIER, dos irmãos FERREZ, além de outros, artistas auxiliares e mestres de ofícios, todos franceses, com exceção de NEUKOMM, compositor alemão, antigo pianista adido à casa de TALLEYRAND. Esse grupo heterogêneo de artistas, de que participam figuras eminentes, vítimas de perseguições políticas no seu país, devia constituir, na terra de exílio, o núcleo principal da futura Academia de Belas Artes, criada, sob o nome transitório de Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, por decreto de 12 de Agosto de 1816, e instalada somente dez anos depois, em 1826, com as modificações de estrutura e o nome definitivo, — Academia das Artes —, que o decreto de 20 de Novembro de 1820 havia dado à nova instituição. A história dessa missão artística que se confunde, nos primeiros vinte anos, com a da Academia das Artes, e do papel que desempenhou, é a história dos conflitos de duas culturas, de aspectos e níveis diferentes, e das reações naturais do meio a que se transportou o grupo de artistas contratados em Paris. A missão francesa tornou-se o acontecimento central da época e marcou, desde as suas primeiras atividades, a ruptura, sob as influências de uma concepção nova, da arte de tradição colonial, de origem portuguesa, e o conflito entre a arte de expressão litúrgica e o laicismo francês, importado pela missão. A diversidade, porém, de elementos que a compunham, artistas laureados, mestres e artesões, — donde a primeira idéia do Conde da BARCA da criação de uma escola de artes e ofícios;¹³ a morte, em 1819, de J. LEBRETON,

¹³ A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada a 12 de Agosto de 1816, no mesmo ano em que desembarcou no Rio de Janeiro a missão de artistas franceses, transformou-se, por decr. de 1.º de Outubro de 1820, na Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, denominada, segundo outro decreto do mesmo ano (23 de Novembro de 1820), Academia das Artes, que só teve existência efetiva ou veio realmente a funcionar em 1826, já no primeiro Império. A Academia de Belas Artes que teve como seu primeiro diretor o pintor português HENRIQUE JOSÉ DA SILVA (1826-1834), foi dirigida mais tarde (1834-1854) por FÉLIX EMÍLIO TAUNAY, filho de NICOLAU ANTÔNIO TAUNAY e seu discípulo, depois Barão de TAUNAY e, entre 1854 e 1857, por MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE (Rio Grande do Sul, 1806-1879), antigo aluno e professor da Academia, pintor e poeta, que inspirou uma de suas mais importantes reformas, criando aulas de matemática aplicada, anatomia artística, arqueologia, estética e história das belas artes, e fundando a pinacoteca, — a primeira que se organizou no Brasil. Em 1845, por decreto de 19 de Dezembro, foi criado o prêmio de viagem à Europa, cuja duração, de 3 anos, se elevou a 5 anos, em 1852. Reorganizada pela primeira vez em 14 de Maio de 1855, sob a inspiração de PORTO ALEGRE, seu diretor, a Academia de Belas Artes passou, no Império, por novas reformas: a de 14 de Maio de 1859, que criou dois cursos, diurno e noturno, e a de 16 de Maio de 1871, tomando, em 1890, o nome de Escola Nacional de Belas

chefe da missão, e o regresso à pátria de CARLOS SIMÃO PRADIER, em 1818, e NICOLAU ANTÔNIO TAUNAY, em 1821; as hostilidades do meio social naturalmente reacionário, em que confluíam velhos artistas brasileiros, da época colonial, artistas portugueses vindos no tempo de D. JOÃO VI e os artistas chegados de França; o choque entre culturas tão diversas e a consequente reação nativista de que resultou ser confiada a direção da Academia das Artes ao pintor português HENRIQUE JOSÉ DA SILVA, foram outros tantos contratemplos e obstáculos aos planos da missão contratada pelo Marquês de MARIALVA e que acabou por se dispersar, fragmentando-se nas influências isoladas, individuais, de algumas de suas figuras dominantes.

De fato, quando se instalou, em 1826, a Academia das Artes, já estava a missão francesa desfalcada não só de seu chefe, homem de pensamento e de ação, mas de alguns de seus principais elementos, como os dois TAUNAY, NICOLAU ANTÔNIO, talvez a sua figura mais notável, que se retirou para a Europa em 1821 e expôs no Salon de 1822, em Paris, excelentes quadros de paisagens, quase todos executados no Brasil, e AUGUSTO MARIA, escultor, que faleceu em 1824, na sua vivenda da Tijuca, no Rio de Janeiro. A sociedade colonial, transformada com a presença de D. JOÃO VI e de sua côrte e agitada de tempestades políticas, torna-se, na campanha da Independência e no primeiro reinado, o teatro de luta entre artistas de origens e tendências diversas. Os artistas estrangeiros, já residentes no país, como o pintor PALLIÈRE e o arquiteto PEZERAT, e sobretudo os que ficaram da missão chefiada por LEBRETON, encontram uma oposição tenaz da parte dos artistas portugueses, vindos nos fins da época colonial e de velhos artistas brasileiros, "quase todos mestiços e de origem humilde, cuja rudimentar cultura, observa JOSÉ MARIANO FILHO, se havia formado à custa de ingentes esforços, longe da proteção remunerada que agora se dispensava a estrangeiros perseguidos". É essa uma época agitada em que se cruzam e entram em conflito três correntes distintas, sobrepondo-se as doutrinas acadêmicas da arte francesa à tradição colonial, que resiste, ao lado da cultura lusitana, contra as novas idéias e técnicas importadas. Não tardou por isso, a dissipar-se a miragem de uma ação em bloco e do predomínio irrestrito da missão, num meio tumultuoso e anárquico, cheio de preconceitos e de prevenções, em que se disputam a primazia e cercam o berço da Academia das Artes, franceses, brasileiros e portugueses, estes últimos quase sempre atraídos e irmãos numa frente única de combate e de resistência à ação dos artistas estrangeiros. Mas, se não há um despertar do sentimento nacional na arte, como se verificou no domínio político, — os elementos estrangeiros que penetram, ainda que pouco numerosos, não permitem nem o triunfo do velho espírito colonial nem a preponderância artística dos elementos portugueses.¹⁴ A missão francesa

Artes, por decreto de 8 de Novembro desse ano que lhe deu nova organização. Na República, passou a Escola Nacional de Belas Artes por sucessivas transformações, em 1901, por iniciativa do Ministro da Justiça, EPITÁCIO PESSOA, em 1911, pela Lei Orgânica do Ensino e, em 1915, com a Lei Carlos Maximiliano, sendo anexada, em 1931, depois de sofrer modificações radicais, à Universidade do Rio de Janeiro. Dois anos depois, o decr. 22 897, de 6 de Julho de 1933, atualmente em vigor, introduziu alterações no ensino da Escola, dando nova organização aos cursos de arquitetura, pintura, escultura e gravura. Em Janeiro de 1937 as galerias de pintura, escultura e gravura foram desligadas da Escola para constituírem o atual Museu Nacional de Belas Artes. Dirigida por AUGUSTO BRACET, a Escola de Belas Artes, em que se transformou, depois da República, a Academia de Belas Artes, e cujas origens remontam à Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), viu sucederem-se, na sua direção, escultores como RODOLFO BERNARDELLI e CORREIA LIMA, um crítico e historiador de arte do valor de JOSÉ MARIANO FILHO, pintores como BATISTA DA COSTA e LUCILIO ALBUQUERQUE e os arquitetos LÚCIO COSTA e ARQUIMEDES MEMÓRIA, cujos nomes se acham ligados, pelas suas obras e pelos seus serviços à história da arte nacional.

¹⁴ Entre os artistas, de várias procedências, que se encontravam, por essa época, no Rio de Janeiro quando um verdadeiro *melting pot* é típico, lembra F. MARQUES DOS SANTOS diversos brasileiros, vindos da época colonial, como MANUEL DIAS DE OLIVEIRA, professor de desenho; JOSÉ LEANDRO DE CARVALHO, o retratista de D. JOÃO e de sua côrte, e FRANCISCO PEDRO DO AMARAL, decorador da Biblioteca Nacional e da Casa da Marquesa de SANTOS. Dos portugueses, vindos no tempo do Príncipe Regente e Rei, destacaram-se no primeiro reinado ANTÔNIO DE CARMO PINTO DE FIGUEIREDO e JOÃO JOSÉ DE SOUSA,

a que JOSÉ MARIANO FILHO chamou "uma linda aventura", toma pé afinal, fazendo discípulos e criando escolas e a arte no Brasil se modifica ao seu contacto. É aos seus elementos remanescentes que se devem os progressos da Academia de Belas Artes, no primeiro reinado e até 1840; e nenhuma influência, de certo, igualou, nesse período, as de J. B. DEBRET, pintor histórico, discípulo de DAVID, e professor de pintura histórica até 1837, — o artista admirável que deixou na *Viagem Pitoresca ao Brasil* uma preciosa coleção de desenhos de alto valor documental; de GRANDJEAN DE MONTIGNY, discípulo de PERCIER e FONTAINE, e "arquiteto de gênio", no julgamento excessivo de EUCLIDES DA CUNHA, mas certamente um grande artista, que não deixou discípulos à altura de seu mérito extraordinário e cuja passagem pelo Brasil foi assinalada por vários projetos de monumentos de valor artístico e arquitetônico, pelo majestoso edifício da Academia das Artes, pelo chafariz da Carioca e por quatro ou cinco casas residenciais, como a do Visconde do RIO COMPRIDO e a de FÉLIX EMÍLIO TAUNAY, filho de NICOLAU ANTÔNIO e seu discípulo, professor de paisagem, autor dos desenhos de que se serviu G. P. ROMNY para pintar o PANORAMA exibido com sucesso em Paris, em 1824, e segundo diretor da Academia das Artes, em que sucedeu a HENRIQUE JOSÉ DA SILVA, o mais obstinado adversário da famosa missão. As duas exposições públicas, de 1829 e 1830, — as primeiras que se realizaram no Brasil, por iniciativa e graças aos esforços de DEBRET e de MONTIGNY, mostram, com os progressos de seus discípulos, a influência que exerceram êsses dois grandes artistas, senão identificados com o meio, inteiramente dedicados aos progressos da Academia das Artes e ao desenvolvimento da cultura artística no Brasil.

É nesse período que se opera, por várias causas e sob a influência da cultura francesa, a ruptura com a tradição da arte colonial; e, embora ainda informes as novas manifestações artísticas, já denunciavam elas um processo franco de laicização da arte e a procura de outros rumos e de novas fontes de inspiração. As artes antigas não sofreram docilmente as impulsões estrangeiras. Na pintura, como na escultura, observam-se antes mudanças do que progressos; e, se na arquitetura não se implantou o estilo neo-clássico, apesar de todos os esforços de GRANDJEAN DE MONTIGNY, não se desenhou nenhuma tentativa de regresso, aliás inútil, às formas da arquitetura colonial, já então irrestauráveis, nenhum movimento em favor das formas brasileiras do barroco que atingiu o seu esplendor no Nordeste e, especialmente, em Ouro Preto. O Palácio do Itamarati, obra de JACINTO RABELO, um dos discípulos do arquiteto francês, "está concebido, escreve J. MARIANO FILHO, como que em oposição ao pensa-

desenhistas e gravadores; MANUEL DA COSTA, arquiteto das obras imperiais e nacionais; JOAQUIM CÂNDIDO GUILLOBEL, desenhista e aquarelista, de cujo valor artístico nos ficou um testemunho na aquarela *Tropeiro em viagem*, entre outros trabalhos; e HENRIQUE JOSÉ DA SILVA, também desenhista e pintor, autor de retratos a óleo de D. PEDRO I e o primeiro diretor da Academia das Artes. As figuras de maior relevo, entre os artistas estrangeiros residentes no Brasil, e que então mais influíram no ambiente brasileiro, eram dois imigrados da França, ao que parece, por motivos políticos: o capitão de engenheiros, ARMAND JULLIEN PALLIÈRE, pintor e lente de desenho da Real Academia Militar, e PEDRO JOSÉ PEZERAT, arquiteto que D. PEDRO I tomou a seu serviço, em substituição de MANUEL DA COSTA, e que, no exercício dessas funções, restaurou o Palácio Imperial de São Cristóvão. O pintor ARMAND PALLIÈRE que se casou, no Rio, com uma filha de GRANDJEAN DE MONTIGNY, deixou-nos, além de desenhos de uniformes, personagens e costumes brasileiros, o projeto da Imperial Ordem do Cruzeiro e um magnífico auto-retrato. Por essa época, encontravam-se no Rio, mas de passagem, vários outros artistas estrangeiros, como HENRY CHAMBERLAIN, cônsul inglês no primeiro reinado, pintor e aquarelista, e JOÃO MAURICIO RUGENDAS, grande desenhista alemão que, desligando-se da missão Langsdorff, permaneceu até 1825 no Brasil e levou, de volta à Europa, enorme coleção de desenhos, publicados em parte, na sua *Viagem pitoresca através do Brasil*, livro do mais alto interesse histórico e artístico, pelo texto e, sobretudo, pelas suas belíssimas gravuras e, como escreve SÉRGIO MILLIET, "um dos mais curiosos e honestos documentos acêrca do Brasil antigo". É nesse pequeno meio artístico, desigual e heterogêneo, em que se concentraram grupos de artistas de tendências contraditórias, que teve de agir, entre dificuldades de toda a ordem, a missão francesa, influindo, afinal sobre ele, como o núcleo mais poderoso de irradiação de cultura. (Vêde FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS, *Artistas do Rio de Janeiro colonial*. In "Estudos Brasileiros", vol. III, págs. 26-33; *As belas artes no primeiro reinado* (1822-1831). In "Estudos Brasileiros", ano II, vol. IV, n.º 11, págs. 471-509, Março-Abril".

mento do mestre, e a Santa Casa de Misericórdia não é propriamente composição neo-clássica, mas essencialmente clássica, inspirada em VIGNOLA". É que as artes antigas não eram nem bastante ricas para repelir as influências estrangeiras nem bastante poderosas para transformar seus empréstimos em novas criações de beleza marcadas pelo gênio da raça. Não se tratava, em geral, por essa época, senão de copiar, sem a menor imaginação criadora, os modelos estrangeiros. É, porém, um mundo novo que surge revelador, — desde as suas primeiras obras mais características, ainda ingênuas, — de promessas fecundas: o grande tempo que chegou, com D. PEDRO I (1822-1931), "do retrato a óleo, dos quadros históricos, de paisagem e de gênero". Em 1840 tornam-se gerais as exposições de pintura, e em 1845 institue-se o prêmio de viagem à Europa, cuja duração, de três anos, se elevava a cinco anos, em 1852, quando ainda estava sob a direção de FÉLIX EMÍLIO TAUNAY a Academia das Artes. A embaixada francesa, despertando o gosto pela cultura artística e criando uma tradição, realizara a sua missão civilizadora que devia completar-se daí por diante com os prêmios de viagem à Europa, onde os melhores artistas, formados pela Academia, iam aperfeiçoar os estudos. A embaixada francesa, pois, não se dispersou sem fazer escola e deixar alguns discípulos. Dos que receberam a influência direta de artistas dessa missão não se destacaram senão um AUGUSTO MÜLLER (1815), alemão de nascimento, que fez toda a sua educação artística no Brasil, o mais notável artista de sua geração, sucessor de FÉLIX EMÍLIO TAUNAY na cadeira de paisagem e autor de um excelente retrato de GRANDJEAN DE MONTIGNY; um AGOSTINHO JOSÉ DA MOTA (1824-75), um dos maiores senão o maior paisagista de seu tempo, um J. CORREIA LIMA (1814-57), discípulo de J. B. DEBRET, a quem sucedeu na cadeira de pintura histórica, como professor substituto, e MANUEL DE ARAÚJO PÔRTO ALEGRE (Rio Grande do Sul, 1806-79), depois Barão de SANTO ÂNGELO. Discípulo e amigo de DEBRET, com quem viajou para a Europa afim de frequentar os mestres do tempo e a quem sucedeu na cadeira de pintura, em 1837; poeta e pintor, historiador e crítico de arte, PÔRTO ALEGRE, que não se tornou notável em nenhum desses domínios, foi, no entanto, o mais entusiasta partidário da missão e não teve quem o igualasse no interesse pela cultura artística no Brasil: concorreu para a fundação do Conservatório de Música e Academia de Música e Ópera Nacional, escreveu a primeira biografia do Pe. JOSÉ MAURÍCIO e contribuiu, como poucos, para os progressos da Academia das Artes de que foi um dos primeiros estudantes e veio a ser professor (1837) e terceiro diretor (1854-57), um dos elementos mais úteis e brilhantes na fase inicial e atribulada da história dessa instituição. Nenhum deles, porém, trouxe qualquer contribuição nova à arte de seu país; e ainda havia de transcorrer muito tempo para que o artista brasileiro acabasse a sua educação artística, possuísse sua técnica e seu ideal e fôsse capaz de transformar o que tomava aos estrangeiros em alguma cousa de original e de mais belo.

Mas a arte que se laiciza e tende a deixar o serviço exclusivo dos deuses para se consagrar ao dos homens, começa a procurar suas aspirações na vida nacional, militar ou patriótica, sem se desinteressar dos assuntos religiosos. Ela se humaniza: é o homem que a interessa, mas, sobretudo, o grande personagem, o homem heróico. Tudo o que é anedótico e contingente, tudo o que constitui a trama dos fatos materiais e quotidianos pouco a retém e raramente lhe prende a atenção. Ela procede de preferência por alegoria e por símbolo. O que então se inaugura e se projeta, por cerca de 50 anos, desde a Independência, é a época do quadro alegórico, dos retratos a óleo, de personagens em evidência e da pintura de história ou, por outras palavras, toda uma arte que tem medo do feio e do cômico, do efêmero e dos pequenos fatos, e cuja con-

cepção de beleza está estreitamente unida à grandeza dos acontecimentos. A emancipação política do país; o interesse que pela nossa história despertou a tomada de consciência da vida de nação; o desenvolvimento dessa consciência nacional; a influência da escola francesa dos pintores de batalha; o movimento romântico, na primeira metade do século XIX, e, por último a guerra do Paraguai, em 1865-70, pondo novamente em relêvo os episódios heróicos, levaram os artistas a explorar esse filão ainda intacto dos “grandes” assuntos nacionais. Eles não pareciam satisfeitos senão quando abordavam as largas composições bíblicas e históricas. É na escolha do assunto que começa a manifestar-se, sob o impulso do romantismo,¹⁵ o sentimento nacional na arte; e, dentro do espírito dessa pintura consagrada à história, a própria paisagem, numa época em que os paisagistas ainda se recusavam a olhar a natureza, entrava apenas como “colaboração” e não passava de um fundo de colinas, de um recanto de bosque ou de uma curva de rio, que serviam de acessórios a um trecho da história sagrada e antiga e da história nacional. O horror ao real, o gosto do grandioso e o amor aos temas acadêmicos constituíam um traço característico do idealismo em que se compraz a arte brasileira em quase todo o século XIX e que adquiriu, entre 1861 e 1886, a sua maior força de expressão nos dois famosos pintores de quadros históricos, VÍTOR MEIRELES e PEDRO AMÉRICO, autores de painéis inspirados em motivos heróicos de nossa história e cuja arte está longe de se reduzir, como pensa LUIZ MARTINS, a uma “transplantação, em estilo de ópera, de todos os HORACE VERNET, pintadores de batalhas”. Ambos fizeram os seus estudos na Academia de Belas Artes e, subvencionados por D. PEDRO II, partiram para a Europa onde tomaram lições, aquele, com MINARDI e CONSONI, na Itália, e com DELAROCHE, em Paris, e este, PEDRO AMÉRICO, com INGRES, HORACE VERNET e outros, em Paris, frequentando ao mesmo tempo cursos universitários. Grande desenhista e pintor, tido como fundador da pintura nacional, VÍTOR MEIRELES (Santa Catarina, 1832-1903) deixou além de numerosos retratos de personagens da época, a *Primeira Missa no Brasil* e os magníficos quadros de batalhas *A passagem de Humaitá*, *A batalha dos Guararapes* (1869) e *A Batalha do Riachuelo* (1872), quadros que recebeu a incumbência de pintar e se destacam, de maneira notável, da produção artística do tempo, pela firmeza do desenho, pelo sentimento poético e pelo vigor e pela ciência da execução. A maior obra de arte que, nesse gênero, o Brasil possui é, porém, a *Batalha de Avaí*, de PEDRO AMÉRICO (Paraíba, 1843-1905), um dos maiores artistas brasileiros, que se impôs,

¹⁵ O gosto das viagens e do exótico e o espírito de aventura constituem um dos aspectos característicos do movimento romântico que resultou, por um lado, de revoluções, guerras, emigrações e desterramentos, e, por outro, do progresso das ciências históricas e filológicas “que buscam a tradição e a continuação de temas folclóricos, de imagens comuns à fantasia de todos os homens”. Por toda a parte surgem, vindos da Europa, sábios, pensadores e artistas que, atraídos para novos campos de observação e de trabalho, carregam influências entre este ou aquele povo europeu e países americanos. É este um dos fatos que, com a ambição de fortuna e o espírito de aventura, explicam o grande número de sábios e artistas estrangeiros que, do alvorecer ao crepúsculo do século XIX, aparecem no Rio de Janeiro e em outras regiões do país, onde muitos dentre eles acabam por fixar residência, identificando-se com o novo meio carregado de promessas. Entre os artistas destacam-se, já nos meados do século XIX, — e para citar apenas os principais, — JÚLIO LE CHEVREL, francês, que, ao disputar com PEDRO AMÉRICO a cadeira de desenho em que foi mais tarde aproveitado, é o primeiro a reconhecer a superioridade de seu competidor e o direito deste à nomeação por concurso; J. BAPTISTE BORELY, também francês, autor de um belo retrato a pastel do Conselheiro TOMAZ GOMES DOS SANTOS; NICOLAU FACCHINETTI, pintor italiano, paisagista, que residia no Rio desde 1849; FERDINANDO KRUMHOLTZ, artista holandês que viveu no Rio entre 1845 e 1855 e deixou no retrato de PÓRTO ALEGRE uma obra excelente no gênero; HENRIQUE NICOLAU VINET, discípulo de COROT o paisagista, que veio para o Brasil em 1856 e foi o intérprete fiel da natureza brasileira; ANGELO DE MARTINO que, ao chegar ao Brasil, em 1868, se dirigiu para o teatro da guerra, no Paraguai, onde esteve junto ao quartel general de CAXIAS e a bordo de navios de guerra, e nos deixou algumas telas de admirável concepção, em que fixou episódios da história de nossa marinha, como *A abordagem dos couraçados*, *A passagem de Humaitá* e *O combate de Riachuelo*; TOMAZ DRIENDLE (Baviera, 1846), pintor de figuras e de retratos, cuja tela *Uma cena de família na Baviera* é constantemente considerada uma obra prima; e, finalmente, JORGE GRIMM (Baviera, 1846), professor da cadeira de paisagem, a cujo ensino soube imprimir nova orientação, tornando-se um dos mestres de maior influência na Academia das Artes. Todos eles trouxeram uma contribuição ponderável, e alguns, de real valor, ao desenvolvimento da cultura artística no Brasil, em cuja formação intelectual tão intimamente participaram, no século XIX, as culturas estrangeiras.

não pelas suas telas inspiradas em assuntos bíblicos, os de sua predileção (*Daví, Judite, Virgem dolorosa, Jacobed*), mas pelas suas pinturas de batalhas e outros episódios históricos, como o *Combate de Campo Grande* e a *Proclamação da Independência*, em que soube pôr vida e movimento e se associam, para lhes dar um alto grau de expressão plástica, a nitidez do colorido, a arte de factura, nos detalhes, a profundidade de perspectiva aérea e a largueza de composição.

A obra dos artistas contemporâneos ou sucessores destes, ou que foram seus discípulos, ainda acusa uma predileção marcada pelos assuntos bíblicos e históricos. Os quadros de paisagem e os consagrados a cenas familiares e da vida comum, ainda não são frequentes nas exposições de pintura nem competem, pelo número ou pela qualidade, com as telas históricas ou inspiradas em motivos bíblicos, e com os retratos a pastel ou a óleo. DÉCIO VILARES (Rio, 1851), discípulo de PEDRO AMÉRICO, compõe os dois *Jerônimos* (*São Jerônimo em oração* e *São Jerônimo traduzindo os livros hebraicos*) e a *Fugida para o Egito*, — quadros em que se podem admirar a pureza do desenho, a harmonia do colorido e a inteligência da composição; mas é no retrato de mulher e de criança que a sua arte se desabrocha em plena maturidade, pela pesquisa do que a fisionomia tem de mais difícil de apanhar e de reproduzir: a expressão. Discípulo de VÍTOR MEIRELES, RODOLFO AMOÊDO, que também foi pensionista da Academia das Artes em Paris, depois de procurar inspiração na história sagrada (*A partida de Jacob, Jesus em Cafarnaum*), volta-se para os assuntos indígenas, deixando-nos *Marabá*, mergulhada numa melancolia romântica, e *O último tamoio*, o melhor de seus quadros pela originalidade de concepção e pelo vigor de execução. É também na pintura histórica que AURÉLIO DE FIGUEIREDO (Paraíba, 1854-1916), irmão e discípulo de PEDRO AMÉRICO, mais se compraz, como o revelam o seu esboço *Descoberta da América, Osório* e o quadro que representa o baile na ilha Fiscal, em Novembro de 1889, além do *Encontro de Paulo e Francesca da Rimini*, considerado o mais perfeito de seus trabalhos.¹⁰ Mas é com ALMEIDA JÚNIOR (Itú, São Paulo, 1850-1899), o mais original e pessoal de todos os nossos artistas do século XIX, que se funda verdadeiramente a pintura nacional, se dá a bifurcação entre os europeizantes que insistem na conservação das técnicas estrangeiras, e os autoctonistas que se aplicam à procura do brasileiro, do regional, do novo, no assunto como na técnica, e se marca mais fortemente, pela pesquisa do accidental, do individual, a evolução do idealismo ao realismo. O grande artista que, pensionado pelo Imperador, esteve em Paris, quando mais acesa se travava a luta pela renovação das técnicas picturais e atingia o seu ponto culminante a história do impressionismo com CAMILLE PISSARRO, AUGUSTE RENOIR, EDOUARD MANET, EDGAR DÉGAS e

¹⁰ Não são estes, porém, os únicos representantes da pintura histórica que, iniciada sob o impulso da missão francesa, se esboça com os quadros de PÓRTO ALEGRE e outros e se desenvolve por quase todo o século XIX, predominando até o crepúsculo do romantismo no Brasil com uma influência a que os artistas mais originais não lograram escapar. Na produção artística de ZEFERINO DA COSTA (Rio de Janeiro, 1840-1915) prevalecem, se não dominam totalmente, os quadros históricos e religiosos e os painéis decorativos, alguns dos quais foram executados para a Igreja da Candelária. BENEDITO CALIXTO (São Paulo, 1853), que estudou com VÍTOR MEIRELES, imortaliza a glória de São Vicente e a conquista do planalto com seus quadros *Pôrto das naus* (São Vicente), *Partida da frota de Estácio de Sá* e *Em caminho de Piratininga*, — episódios da história colonial de São Paulo. Outro pintor ilustre que explorou quase todos os gêneros, ANTÔNIO PARREIRAS, natural do Estado do Rio, reconstrói na tela as fundações de Niterói, de São Paulo e do Rio de Janeiro, dando-nos em *Morte de Estácio de Sá* (Fundação do Rio de Janeiro) um de seus mais belos quadros pela fidelidade histórica na restauração do episódio e pelo seu grande poder de evocação. A história colonial paulista ainda fornece elementos a OSCAR PEREIRA DA SILVA (Estado do Rio, 1867) que foi discípulo de VÍTOR MEIRELES, e a HENRIQUE BERNARDELLI: aquele, autor da *Fundação de São Paulo*, e este, de *Os bandeirantes*, em que reproduz um aspecto da marcha de uma bandeira paulista através da floresta, além dos dois quadros *Aleijadinho* e *José Maurício na Córte de D. João*, em que evoca o grande artista colonial e o primeiro compositor brasileiro. Natural do Rio Grande, AUGUSTO LUIZ DE FREITAS, que foi discípulo de BERNARDELLI, na Escola de Belas Artes (1895-1898), temperamento forte e vigoroso, toma por assuntos de alguns de seus quadros episódios da história gaúcha, admiravelmente evocados em *A chegada dos açorianos* e *A Batalha de Azenha*, que figuram em PÓRTO ALEGRE, na Pinacoteca do Estado.

outros, "passou incólume pela batalha artística, segundo já observou SÉRGIO MILLIET, e voltou tão brasileiro quanto antes". Pode-se dizer que o pintor paulista fez prova de originalidade, abordando francamente o atual e o vivo, — cenas, costumes e tipos locais —, depois de ter tentado com êxito a pintura histórica em *A Partida da monção*, uma tela magnífica e a *Fuga para o Egito*, que é um dos nossos melhores trabalhos inspirados em assuntos bíblicos. Ele convenceu-se afinal de que encontraria e efetivamente encontrou os elementos de sua produção ao lado de si mesmo, na própria vida ambiente, nos aspectos de todos os dias, nas idas e vindas dos seres familiares no meio rural de São Paulo. Ele é, de fato, — para empregar as expressões de LUIZ MARTINS —, "o pintor da madrugada de nosso fastígio agrícola e o fixador de nossa vida rural, do início da era da grandeza do café"; em seus quadros *Caipira negaceando*, *Caipira picando fumo*, *O violeiro*, *Amolação interrompida*, *Na espreita*, *Os caipiras*, *Saudades*, *Mandinga*, *O caçador*, *Cena de roça* e outros, em que se juntam a ciência do pintor e a sinceridade do observador, há, sem dúvida, "um espírito brasileiro inequívoco, qualquer coisa de inconcientemente bárbaro e fecundo, — uma fatalidade de terra moça —, que nenhum grande artista estrangeiro conseguiria traduzir. Ele é o primeiro clássico de nossa pintura.¹⁷ Juntamente com VÍTOR MEIRELES, de quem foi discípulo, e muito mais do que PEDRO AMÉRICO, escreve por sua vez SÉRGIO MILLIET, "ALMEIDA JÚNIOR tem para a pintura brasileira a importância de um marco divisorio. Com ele se afirma a nossa liberdade artística e por ele conquistamos um lugar na história da arte contemporânea".

Mas, com ser o maior de nossos pintores no século passado, e sempre igual a si mesmo, a despeito do motivo, atual ou retrospectivo, proposto aos seus pin-céis, não se pode dizer, com LUIZ MARTINS, que ele tenha sido um "belo espetáculo estéril", uma figura singular e solitária na história de nossa pintura. Ele foi, ao contrário, não o início, mas o marco de uma evolução natural que se vinha processando desde os pintores de história "até a geração de SANTA ROSA e de PORTINARI:" a evolução do idealismo para o realismo, de uma arte em que predominava a preocupação de beleza e de fazer "grande", para uma arte naturalista, de observação e de verdade, inspirada nas paisagens geográficas e sociais do país. O lugar que ele ocupa, na evolução da pintura nacional, como o pintor tipicamente brasileiro, é o mais alto e o mais importante que conquistou um artista no século passado; mas a evolução que ele marcou, de modo excepcionalmente notável, vem assinalada também, no seu tempo ao menos quanto à preocupação anedótica do assunto, por um PEDRO WEINGARTNER (Pôrto Alegre, 1858), paisagista e pintor de cenas, tipos e costumes gaúchos, e BELMIRO DE ALMEIDA (Minas Gerais, 1858), que tomava de preferência, por assuntos de suas telas, aspectos e figuras da vida comum, principalmente das altas camadas sociais. De volta, em 1882, a São Paulo, e atirado, fora da órbita das influências acadêmicas e urbanas, à pequena cidade, deserta e escura, — centro de uma vida agrícola intensa —, o que se oferecia aos olhos do pintor paulista era essa vida rural, da fazenda e dos cafezais, nos seus aspectos, costumes e tipos dominantes. A fórmula luminosa, não a impressionista, "mas a de CABANEL, mais primária", ele a trouxe da Europa, para os seus quadros, de cores nítidas e quentes. A vida campestre do Rio Grande, nas suas paisagens e nos seus costumes típicos, foi PEDRO WEINGARTNER quem primeiro pintou, com uma análise fragmentária, sem audácias de técnica, mas com a verdade e a sinceridade de

¹⁷ Cfr. MONTEIRO LOBATO, *Almeida Júnior*. In "Revista do Brasil". Ano II, pág. 35, São Paulo, 13 de Janeiro de 1917; SÉRGIO MILLIET, *Almeida Júnior*. In "Ensaaios", págs. 142-151, São Paulo, 1938; LUIZ MARTINS, *Almeida Júnior*. In "Revista" do Arquivo Municipal, Ano VI, vol. 66, págs. 5-22, Abril-Maio, 1940, São Paulo.

ALMEIDA JÚNIOR; e, como o grande pintor paulista, também ele, que esteve em Paris, ignorou os impressionistas e, na observação de ÂNGELO GUIDO, "ficou de qualquer modo à margem das inovações de seu tempo". O pintor mineiro, BELMIRO DE ALMEIDA, que se deixou ficar no Rio de Janeiro, êsse atende às sugestões de outro ambiente e torna-se o pintor da vida urbana, revelando em *Arrufos*, *Trecho de jardim*, *Quadro* e em outros um sentimento profundo e tocante da intimidade, e qualquer cousa de voluptuoso na pesquisa das linhas elegantes, nas preferências de uma atmosfera velada e na delicadeza do sentimento. Com a pintura de costumes regionais que tem a sua fonte no realismo e de que ALMEIDA JÚNIOR é um dos precursores e a figura mais representativa no século XIX, desenvolve-se também a de paisagens, com ANTÔNIO PARREIRAS, nascido no Estado do Rio, artista dos mais fecundos e de uma grande habilidade em quase todos os gêneros que explorou: JOÃO BATISTA CASTAGNETO, italiano de nascimento, que fez a sua educação artística no Brasil e cujas excelentes marinhas lhe valeram, na Exposição de 1884, a grande medalha de ouro, e alguns outros, quase todos discípulos de JORGE GRIMM, paisagista alemão que, contratado para a cadeira de paisagem na Academia, reformou profundamente o ensino, levando os alunos a ver e a observar a natureza e espalhando-os pelas praias e pelas montanhas. A paisagem brasileira "que os artistas franceses não chegaram a compreender, escreve JOSÉ MARIANO FILHO, só nos foi revelada depois, quando HENRIQUE BERNARDELLI a sentiu esplêndida e truculenta". Mas não é ainda com a obra vigorosa de BERNARDELLI (México, 1858), brasileiro desde 1878 por sua vontade, que se inaugurou a fase mais brilhante na evolução da paisagem contemporânea: o maior de nossos paisagistas foi, sem dúvida, JOÃO BATISTA DA COSTA (Estado do Rio, 1865-1926), professor de pintura (1906) e diretor da Escola de Belas Artes (1915), cuja produção testemunha a mais completa e poderosa individualidade que já possuímos, na interpretação de paisagens brasileiras. A técnica de seus quadros é tal que maravilha os especialistas e, quanto ao encanto que se desprende da obra acabada, não há ninguém que lhe possa escapar. Entre os seus numerosos quadros que se fazem particularmente notar pelo rigor da observação, pela delicadeza do colorido, sempre justo, e pela sinceridade do sentimento, *Tranquilidade*, *Quaresmas*, *Saudoso recanto*, *A caminho do curral*, *Manhã* (Alto da Serra, Petrópolis), *Prisioneira*, *Campo em flor*, *Depois da chuva*, *Repouso*, *Idílio rústico* e *Pouca pressa*, tocam-nos ainda pelo ideal de paz e de pureza que sugerem, pelo sentimento poético da vida bucólica, tanto quanto pelas transparências e justezas de suas tonalidades e pela harmonia de suas linhas.

A história da arte brasileira que era antes a das escolas ou florações locais e regionais, tornou-se, como se vê, no século XIX, a dos grandes mestres que impõem a sua visão estética, suscitam discípulos e fazem irradiar sua influência no tempo e no espaço. A vinda de D. JOÃO VI e de sua corte, a missão francesa, a fundação da Academia das Artes, que drenava das províncias para o Rio de Janeiro grande número de vocações, não tardaram a fazer da capital do Império o maior centro de cultura artística do país. Cria-se uma tradição acadêmica sob a influência das escolas francesas que forneceram a nova técnica aos nossos pintores e escultores, como aos nossos compositores que sofreram também influências italianas, enquanto, no que diz respeito à arquitetura religiosa ou civil, de progressos mais lentos, "o que ainda havia de melhor, como observa JOSÉ MARIA BELO, era ainda a velha tradição colonial portuguesa". A lentidão das transformações da paisagem urbana, que ainda revestia, no Rio de Janeiro, como nas capitais das províncias, o velho aspecto colonial, em quase todo o século XIX, não permitia um maior desenvolvimento da arquitetura civil, sempre ligada, por toda a parte, aos progressos das grandes cidades. Os artistas, so-

bretudo, os pintores e músicos, viajam e, em consequência, o seu horizonte se alarga; e o advento do realismo que leva o artista a procurar à volta de si mesmo, no próprio meio ambiente, no individual e no acidental, os elementos de sua produção, contribue para a libertação da arte brasileira, esboçando-se, na pintura com ALMEIDA JÚNIOR, H. BERNARDELLI e BATISTA DA COSTA, uma reação nacionalista no sentido de mais livre interpretação da vida, dos costumes e das paisagens brasileiras. As diferenças de escolas, tão marcadas no princípio do século XIX, em que se encontraram em presença artistas coloniais, portugueses e estrangeiros, se tendiam a dissolver nos meados do século, em que todos os artistas apresentavam pelas suas semelhanças um ar de família, voltam agora a acentuar-se, numa variedade maior de tendências, abrindo novas perspectivas de trabalho e de lutas fecundas. A posição que, na história das artes, durante o segundo Império, ocuparam a Academia, já tradicional, e os artistas que nela se formaram, foi devida, porém, não somente à influência da missão francesa e da escola a que se transmitiu sua herança cultural, e ao público, já constituído de uma pequena elite, no Rio de Janeiro, e estimulado pelas exposições de pintura (pois toda a arte pressupõe necessariamente um público), como ainda à proteção vigilante que dava o Imperador aos artistas, facilitando ou estipendiando as suas viagens de estudos. O mesmo zelo com que D. PEDRO II animava os empreendimentos científicos, fazia-se notar no amparo às artes; e se o amor à ciência levou o chefe de Estado a trocar cartas com o notável fisiologista DU BOIS-REYMOND, acerca da fundação de um grande instituto de fisiologia, no Rio de Janeiro, o interesse pelas artes chegou a alimentar-lhe o sonho, tão irrealizável como o primeiro, de entregar a RICARDO WAGNER a direção permanente de um teatro em nossa capital. . . Quando não lhe era possível ir ver a exposição de um artista, como se deu com a de PEDRO WEINGARTNER, instalada no Rio de Janeiro, alguns anos depois de haver êle recebido a pensão que lhe concedera D. PEDRO II, pedia-lhe o Imperador que levasse alguns de seus quadros ao Palácio de São Cristóvão para poder apreciá-los. Mas, se foi no Rio de Janeiro que, por tôdas essas circunstâncias, se acendeu o principal foco de irradiação artística no Brasil, nas velhas cidades do norte, Belém, Recife e, especialmente, na Baía, — cuja escola de pintura (a chamada “escola baiana”) remonta aos fins do século XVIII e em que se fundou, ainda no Império, por iniciativa particular, uma Academia de Belas Artes (1877) —, trabalhava uma legião de artistas, amadores e profissionais, que, modestamente e quase sem estímulos, prosseguiram a sua obra no quadro estreito que lhes impunham a tradição e as convenções. Nessas formações meteóricas, — vias lácteas de cultura regional, de que não se destacou uma estrêla de primeira grandeza —, já se esboçava, no entanto, um movimento artístico que, no século seguinte com o desenvolvimento das grandes cidades, tomou proporções maiores e um sentido mais profundo, suscitando a criação de novos focos de cultura estética, nas velhas cidades do norte, como nas do sul, em Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba e sobretudo em São Paulo.

A maior parte dessas produções, nas zonas marginais da cultura artística que se desenvolvia no Brasil, tendo por centro a capital do Império, não só nos mostram o nível médio da arte brasileira no século XIX, como as grandes diferenças de nível e de aspectos da vida artística, no centro do país e nas cidades em que os artistas frequentemente ainda trabalham na maneira do século XVIII, sob as influências da tradição colonial portuguesa. Se seguirmos de perto a evolução da arte nas velhas cidades do norte (nas do sul, ainda é extremamente reduzido o movimento artístico), apenas se perceberia uma metamorfose. A transformação, sob a pressão dos grandes mestres do Rio de Janeiro, é lenta e gradual, e se desenvolve à medida que êsses centros urbanos

ganham em densidade de população e intensidade de vida econômica e social. Não se observa, mesmo no centro de cultura artística do país, qualquer interação de poetas e de artistas: nenhuma influência do pensamento criador sobre a invenção plástica ou pictural, nem dos artistas sobre os poetas. A arte que ainda quase se reduz à pintura e à escultura, imagem plana e representação plástica, e se manifesta em maior escala e com mais vigor na pintura, ainda não dava nem podia dar sinais de baixar "da região desse Olimpo, inacessível ao vulgo, em que o mantinha (nas expressões de RUI BARBOSA) um erro canonizado pelos séculos, ao seio de todos, como membro integrante da educação comum". Se para o fim de promover individualidades extraordinárias, nos diversos ramos das belas artes, se fundou a Academia, se estipendiavam viagens de estudos, — prêmios aos que mais se destacavam —, e se realizavam exposições individuais ou coletivas, só mais tarde, em 1856, se criava, por iniciativa de BETHENCOURT DA SILVA, discípulo de GRANDJEAN DE MONTIGNY, o Liceu de Artes e Ofícios com o fim de desenvolver as artes industriais, de fazer penetrar a arte em todas as indústrias e de difundir nas massas o gosto da arte aplicada. Mas, num país de indústria elementar e de baixo padrão de vida, sem condições técnicas para o desenvolvimento das indústrias do gosto e ainda sem um público artisticamente educado, não era possível expandir-se a arte aliada à cultura industrial, aplicada aos objetos de uso cotidiano, em que o artista imprime o selo da beleza e com que atinge o seu mais alto privilégio, — o de aformosear e purificar a vida, tornando os atrativos da arte ao alcance de todos. Daí, das próprias condições impostas ao meio industrial, a odisséia do admirável instituto de BETHENCOURT DA SILVA que, "nascido entre desdêns, peregrinou, lutou, esmolou longos anos", como escreve RUI BARBOSA, e que, tendo sido um "oasis no areal", só muitos anos depois se reproduzia em outros exemplares, como os Liceus de Artes e Ofícios de São Paulo e do Recife, criados com os mesmos objetivos de fomentar a educação popular pela arte e de alargar o campo de aplicação da arte às indústrias. A penetração da arte nas camadas sociais já se ia fazendo, no entanto, lentamente, não só pelas exposições gerais, como também pelos esforços desenvolvidos na difusão do gosto e da ciência das artes decorativas e pelos progressos das artes gráficas, para os quais contribuiu HENRIQUE FLEIUS, de modo eficaz e brilhante, já fundando o Instituto Imperial Artístico e as revistas *Semana Ilustrada* e *Ilustração Brasileira*, já prestando, sobretudo à primeira dessas publicações, entre 1860 e 1876, a valiosa colaboração de seus desenhos. A caricatura e o desenho humorístico inauguram-se por essa época e, pela extensão do público que divertiam, reunindo no mesmo sentimento de prazer a elite e a massa, são fatores na difusão popular da arte, e constituem a primeira colaboração real entre as artes e a literatura. Os primeiros caricaturistas ÂNGELO AGOSTINI, que dirigiu a *Revista Ilustrada* e o *Dom Quixote*, e BORDALO PINHEIRO, notável artista português que viveu alguns anos no Rio de Janeiro, concorreram por esse modo, para o nosso movimento artístico, pondo a sua arte a serviço da política, e inaugurando a especialidade em que vieram a destacar-se, já no século XX, RAUL PEDERNEIRAS, CALIXTO CORDEIRO, CARLOS LENOIR (Gil) e mais recentemente, entre 1910 e 1930, J. CARLOS, no Rio de Janeiro, e VOLTOLINO, em São Paulo, e em que o espírito motejador de nossos artistas, o seu senso moral e social e as qualidades de seu desenho nos deviam permitir estabelecer uma tradição no gênero e dar à caricatura um lugar mais alto na hierarquia das artes.¹⁸

¹⁸ Entre a caricatura e o desenho humorístico a diferença é grande: enquanto aquela tem sua fonte num realismo que é fundamento da arte nova, e é um desenho de que todos os elementos são devidos à observação do caráter físico e moral (na caricatura há "caráter"), o desenho humorístico "não está estritamente ligado ao interesse puro do desenho. Ele o concebe não em toda a liberdade mas sob o signo da fantasia. A qualidade do desenho já não deve estar na interpretação a todo o transcurso da realidade, mas na expressão de uma natureza de espírito". Uma e outra categoria, porém, como todas as manifestações do

Mas esse enriquecimento e alargamento da arte sobre o primitivo esquema colonial não se verificaram apenas em relação às artes plásticas e mais particularmente à pintura histórica que foi, no Brasil, a grande arte do segundo Império. A pintura, como a literatura, que é um produto dos povos individualistas, adquiriu na segunda metade do século XIX um desenvolvimento só comparável ao que se processou nestes últimos anos. Nenhum artista até hoje nos fez penetrar melhor na intimidade da vida e dos costumes regionais do que ALMEIDA JÚNIOR, que desaparece tragicamente em 1899: o que chamamos "pintura de costumes", é com ele que nasceu. Também à música que toma um caráter profano, abrem-se novas perspectivas no segundo Império, "talvez, segundo MÁRIO DE ANDRADE, o período de maior brilho exterior da vida musical brasileira". Já SPIX e MARTIUS que chegaram ao Rio de Janeiro em 1817, observavam que a música era então "cultivada no Brasil de preferência a tôdas as artes, particularmente no Rio de Janeiro", concluindo que essa arte seria certamente a primeira em que os brasileiros atingiriam cedo um certo grau de perfeição.¹⁹ Para FREYCINET que esteve no Brasil logo depois, "de tôdas as artes cultivadas pelos brasileiros e portugueses, a música é que tem para eles maiores atrativos e é nela que estão mais bem sucedidos."²⁰ O impulso, porém, que o Pe. JOSÉ MAURÍCIO dera à música de igreja, parou: as suas missas, as de MARCOS PORTUGAL e as de SIGISMUNDO NEUKOMM, "escritas estas no estilo dos mais célebres compositores alemães", marcaram, no tempo de D. JOÃO VI, o apogeu da música sacra no Brasil. O seu declínio começou no primeiro Império. "A música religiosa, escreve MÁRIO DE ANDRADE, inda muito apreciada e escrita, vai perdendo pouco a pouco a importância dominadora que teve de primeiro". Depois de um longo período de desfalecimento, a música artística renasce mais variada nas manifestações e mais dispersa no país; e difunde-se por tal maneira a moda de tocar piano que em Pernambuco se instala uma oficina desses instrumentos, WETHERELL se espanta de encontrá-los "a cem léguas, interior a dentro, transportados a ombro de negro", como de vê-los e ouvi-los em quase tôdas as casas do Rio, ainda nas mais modestas, se surpreende CASTELNAU,²¹ que visitou em 1843 o Rio de Janeiro, apelidada por PÔRTO ALEGRE (1856) "a cidade dos pianos". É essa a época das bandas e orquestras que se organizam por toda a parte; dos

cômico, são acompanhadas sempre com um interesse particular pelo público, que se constitui de tôdas as camadas sociais. O desenho humorístico, e, sobretudo, a caricatura tendem a nivelar as classes, unindo-as no mesmo sentimento de prazer, e contribuem para educar artisticamente a massa geral das populações: são especialidades que, pela sua natureza e função social e política, se dirigem e interessam a um grande público. Antes de HENRIQUE FLEIUS, — um dos pioneiros da caricatura no Brasil —, esse gênero já era explorado, embora com pouco valor de arte, por vários artistas das gerações anteriores. Foi depois dele que tomou, porém, impulso com as revistas ilustradas e com os jornais políticos, como o *Mosquito* e o *Besouro*, que dirigiu BORDALO PINHEIRO. É um gênero esse, — a caricatura —, que se adapta mais ao espírito *frondeur* de nossos artistas, à sua preocupação moralista e ao seu gosto do cômico e do grotesco, que a observação satírica obtém com a deformação intencional da realidade, guardados os seus caracteres essenciais. O maior deles, no século passado, ÂNGELO AGOSTINI, e os que lhe sucederam, RAUL PEDERNEIRAS, CALIXTO CORDEIRO, J. CARLOS, BASTOS TIGRE, VOLTOLINO, DI CAVALCANTI, BELMONTE e outros, todos com seus traços próprios e originais, são caricaturistas, às vezes excelentes que, uma vez lançados na pista do cômico e do ridículo, aproveitam tudo o que encontram, exercendo sua arte especialmente em benefício da política ou na sátira de costumes. Mas poucos dentre eles, a não ser em um ou outro trabalho, venceram a distância que vai do caricaturista ao humorista, e é a que separa o moralista do poeta. Mais tarde, CARLOS LENOIR, que, sob o pseudônimo de GIL, publicou numerosos *portraits-charge* e fantasias gráficas, e, recentemente, DI CAVALCANTI, são os que mais vezes atingiram o desenho humorístico, cujo valor gráfico, "não está senão em função de um clima de espírito e de uma atmosfera poética". O humor de Gil parece às vezes natural; e, se foi uma singular vocação para a caricatura, foi caricaturista à sua maneira, exprimindo menos o que vê do que o que sente, e embecendo de alegria, de bom humor e de *humour* a sua visão dos homens e dos acontecimentos. Mas, na verdade, é ainda todo um estudo por fazer, esse da evolução da caricatura, nas suas grandes linhas, e da contribuição que, em pouco menos de um século, trouxe aos seus progressos cada um desses artistas.

¹⁹ Vêde SPIX UND MARTIUS, *Reise in Brasilien*, vol. I, pág. 106.

²⁰ FREYCINET, *Voyage autour du monde sur les corvettes L'Uraie et la Physicienne*. Paris, 1825, vol. I, pág. 216.

²¹ CASTELNAU, *Expéditions dans les parties centrales de L'Amérique du Sud*, etc. Paris, 1850, vol. I, pág. 61.

concertos de virtuosos, nacionais e estrangeiros; das companhias líricas que, compostas dos mais célebres artistas, cantam em italiano, no Rio de Janeiro, em quase todos os invernos, somando às vezes 60 espetáculos as suas temporadas na Capital do Império. É também a época em que se fundam as primeiras instituições e sociedades musicais, como em 1841 o Conservatório de Música que se deve aos esforços de FRANCISCO MANUEL (1795-1865) e que se transformou, em 1890, no Instituto Nacional de Música,²² e, além da Filarmonia Brasileira, sociedade instrumental (1841), a Academia Imperial de Música e Ópera Nacional, fundada em 1857, também por iniciativa de FRANCISCO MANUEL e que teve, no dizer de MÁRIO DE ANDRADE, "um período de brilho nacional extraordinário, fazendo cantar na língua do país óperas estrangeiras e numerosa produção brasileira". É ainda no segundo Império que, conforme nos lembra o ilustre crítico musical, se mudam para o Brasil os dois fundadores da virtuosidade pianística nacional, ARTUR NAPOLEÃO, que em 1878 fundou, associado a LEOPOLDO MIGUEZ, uma casa de pianos e de músicas, e cuja "maneira nítida se tradicionalizou no Rio de Janeiro", e LUIZ CHIAFARELLI, o fundador da escola de piano paulista; e se multiplicam, já no crepúsculo do regime, as sociedades instrumentais, como, entre outras, o Clube Beethoven (1882), no Rio de Janeiro, o Clube Haydn (1883), em São Paulo, sob a direção de ALEXANDRE LEVY e os Concertos Populares, instituídos em 1887 por CARLOS MESQUITA no Rio de Janeiro.

Nessa atmosfera vibrante de interesse musical que tem as suas raízes no gosto do brasileiro pela música e era constantemente estimulado pelas companhias líricas e sociedades de concertos, era natural que rompesse, já nos fins do século XIX, a primeira floração de músicos e compositores nacionais. Entre o Pe. JOSÉ MAURÍCIO que faleceu em 1830 e com o qual se encerrou o período da música sacra, e CARLOS GOMES, o criador da música brasileira, não se encontra senão um compositor de grande mérito: FRANCISCO MANUEL (1795-1865), que foi discípulo de SIGISMUNDO NEUKOMM e MARCOS PORTUGAL, e se tornou célebre, como autor do Hino Nacional, e fundador das duas maiores e mais importantes instituições musicais do Império. Foi ele na cadeia dos compositores brasileiros, o elo que liga o período da música sagrada ao da música profana, que atinge o seu esplendor nos fins do segundo Império. Para

²² As origens da atual Escola Nacional de Música remontam ao Conservatório de Música que FRANCISCO MANUEL DA SILVA, autor do Hino Nacional, foi autorizado a fundar pelo dec. legislativo n.º 238, de 23 de Novembro de 1841. Durante o século que decorre da data deste decreto, podem-se distinguir três fases, na história da tradicional instituição, "talvez o mais antigo estabelecimento de educação musical", nesta parte do continente americano. Na primeira fase (1841-55) o Conservatório que FRANCISCO MANUEL foi autorizado a fundar e que começou a funcionar somente a 13 de Agosto de 1848, numa dependência do Museu Imperial e em conformidade com o dec. n.º 496 de 21 de Janeiro de 1847, conserva o caráter de instituição particular, reconhecida e subvencionada pelo governo. A segunda fase (1855-90) inaugura-se com a reforma de 1855, pela qual o Conservatório é inteiramente reorganizado, passando de instituição privada à instituição oficial, incorporada à Academia Imperial de Belas Artes, de que ficou sendo a quinta secção. O Imperial Conservatório de Música que continuou dirigido por FRANCISCO MANUEL DA SILVA, até o seu falecimento (1865), é instalado em 1872 à rua Luiz de Camões, no novo edifício cuja pedra fundamental fôra lançada em 1863, por iniciativa ainda do seu fundador e primeiro diretor, — o glorioso autor do Hino Nacional. Depois da proclamação da República, o velho conservatório, desligado da Academia de Belas Artes, transformou-se no Instituto Nacional de Música, com uma nova organização inspirada pela comissão de reforma de que faziam parte ALFREDO BEVILACQUA, JOSÉ RODRIGUES BARBOSA e LEOPOLDO MIGUEZ, e que foi constituída por ARISTIDES LÓBO, Ministro do Interior do Governo Provisório. O Instituto Nacional de Música que em 1890 passa por nova reforma (dec. n.º 934, de 24 de Outubro), continuou, porém, a funcionar no antigo prédio, até 1910, quando se transferiu para o que servia à Biblioteca Nacional, à rua do Passeio, onde se inauguraram, em 1913, o novo edifício das aulas e em 1922 o do salão de concertos. Em 1931, reestruturado em novas bases pela reforma Francisco Campos (dec. n.º 19.852, de 11 de Abril de 1931), foi anexado à Universidade do Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Música, cuja denominação foi alterada para a de Escola Nacional de Música pela lei n.º 452, de 5 de Julho de 1937 que criou a Universidade do Brasil. Nesse último período (1890-1940) de todos o mais brilhante e fecundo, na história dessa instituição, foram seus diretores: LEOPOLDO MIGUEZ (1890-1902); ALBERTO NEPUMUCENO (1902-1903; 1906-1916); HENRIQUE OSWALD (1903-1906); ABDON MILANEZ (1916-1922); ALFREDO FERTIM DE VASCONCELOS (1922-1930); LUCIANO GALLET (1930-1931); GUILHERME FONTAINHA (1931-1938) e ANTÔNIO DE SÁ PEREIRA que, nomeado em 1938, permanece ainda na direção deste estabelecimento. (Vêde Otávio Bevilacqua, *Leopoldo Miguez e o Instituto Nacional de Música*. In "Revista Brasileira de Música", vol. VII, 1.º fascículo, 1940, págs 6-18; JOSÉ RODRIGUES BARBOSA, *Alberto Nepumuceno*. In "Revista Brasileira de Música", vol. VII, 1.º fascículo, 1940, págs 19-39).

MÁRIO DE ANDRADE, que considera a arte, ainda nessa fase de sua evolução, “fundamentalmente européia, mesmo entre os nacionalistas que se interessaram pela representação musical da cousa brasileira”, refletem a preocupação nacionalista CARLOS GOMES (1836-96), ALEXANDRE LEVY (1864-92) e ALBERTO NEPOMUCENO (Fortaleza, 1864-1920), — “o mais intimamente nacional de todos” —, figurando entre os menos característicos, “presos demais à tradição européia”, LEOPOLDO MIGUEZ (Niterói, 1850-1902), HENRIQUE OSWALD (1852-1931), FRANCISCO BRAGA 1871, BARROSO NETO e outros. Todos eles, no entanto, com tendências nacionalistas ou mais sujeitos às influências européias, são expressões desse romantismo musical, que então dominava e em que se destacaram, como as figuras de maior vulto, na música brasileira até a época atual, HENRIQUE OSWALD, a mais completa organização de músico de sua geração, no julgamento de MÁRIO DE ANDRADE, e antes dele, e o maior de todos, CARLOS GOMES, natural de Campinas, São Paulo, e um dos mais poderosos artistas que o Brasil já produziu. Entre as duas orientações na composição de óperas, dessa época — a que nos vinha da Itália, como herança de VERDI e outros compositores da península, representada por MASCAGNI, LEONCAVALLO, PUCCINI, e a outra que tem sua origem em WAGNER e STRAUSS, e na qual prevalece a música de programa em que a orquestra tem o papel primordial, — foi aquela, a orientação italiana, que exerceu maior influência nos compositores de óperas nacionais. Se a tendência alemã é representada por LEOPOLDO MIGUEZ, que se revela no drama lírico *Saldunes* um de nossos raros wagnerianos, de fé sincera, mas sem grande poder de invenção musical, a outra orientação, geralmente seguida, teve o seu mais alto representante em CARLOS GOMES que deixou marcada da influência italiana quase toda a sua produção. Tendo estudado em Milão onde foram escritas muitas de suas composições, como *Fosca* (1872), *Salvador Rosa* (1874), *Maria Tudor* (1878) de inspiração e factura italianas, o seu estilo é o dos contemporâneos de VERDI, em quase toda a sua obra, com exceção de *O Guarani*, a mais famosa e talvez a mais original, e a que, sobretudo pela *ouverture*, incorporada ao repertório de bandas populares, mais contribuiu para torná-lo conhecido no país e no estrangeiro. Autor de numerosas óperas, entre as quais avultam, além do *Guarani*, a *Fosca*, de todas “a mais sábia e a mais complicada”, e *Lo Schiavo* (1898), e de composições para canto e piano, foi, certamente, CARLOS GOMES um dos grandes melodistas do século XIX e um técnico de primeira ordem dentro de seu estilo que deve, porém, muito pouco às fontes americanas. Se faltava ao compositor brasileiro esse vivo sentimento da cena, quase inato em VERDI, e se a inspiração, larga e espontânea, não obedecia sempre à vontade na pesquisa das formas novas, a sua obra, desigual, sem dúvida, é, em toda a produção musical do Brasil, uma das mais belas e robustas, pelo calor lírico, pela melodia quase sempre abundante, de uma firmeza de desenho e de uma franqueza de desenvolvimento bem caracterizada, e ainda pela força do sentimento criador que raramente perde alguma cousa de sua riqueza, de sua frescura e de seu poder de comunicação.²³

²³ A ópera *O Guarani*, extraída do romance de JOSÉ DE ALENCAR, foi cantada no Scala de Milão, em 1870, com grande sucesso; e o público que a ouviu mais tarde, em quase todas as cenas líricas da Europa, não se enganou, cedendo ao encanto dessa música, de uma melodia clara e nítida que desperta o espírito e domina a atenção. No Brasil foi cantada pela primeira vez em 1871, no Rio de Janeiro, por iniciativa da Sociedade Filarmônica Brasileira, que festejou, com a estréia do *O Guarani*, o 45.º aniversário de D. PEDRO II. Foi por essa ocasião que CARLOS GOMES veio a conhecer ANDRÉ REBOUÇAS: o ilustre engenheiro procurou-o, na quarta recita, impellido por um entusiasmo a que só igualou a solicitude com que daí por diante acompanhou a vida e a atividade musical do compositor paulista. Encontra-o de novo, dois anos depois, em Turim e Milão, escreve, exaltando-lhe a glória, brilhantes artigos, e, ao receber, em 1880, o compositor que regressava à pátria, publica o artigo *Carlos Gomes e a emancipação*, em que estuda as relações entre a obra de CARLOS GOMES e a campanha pela libertação dos escravos. Na comunidade do interesse pela arte e da admiração pelo gênio musical de CARLOS GOMES mergulha suas raízes a estreita amizade que uniu ANDRÉ REBOUÇAS e o Visconde de TAUNAY, outro adepto entusiasta do nobre e grande artista que, nos espetáculos de 1871, foi a personificação viva de sua pátria e é ainda o símbolo de sua glória passada no domínio das artes.

Mas com a República, segundo já observou MÁRIO DE ANDRADE, "se acentuou gradativamente a decadência do brilho exterior da música", que atingiu a sua maior intensidade nos fins do segundo Império. Não só da música, como da pintura, entre as artes plásticas. Esse declínio, que é visível em todas as manifestações artísticas e se torna cada vez mais pronunciado até a guerra européia (1914), parece-me determinado por um complexo de causas, das quais não foi a menor a manutenção do sistema de proteção individual e de subvenções aos artistas, antes centralizado e dirigido pelo próprio Imperador e, portanto, pelos mesmos mecanismos rectores que asseguravam a coesão, a homogeneidade e o brilho exterior das instituições políticas. Era, de fato, grande, no Império, o número de jovens que vinham para o Rio de Janeiro ou eram enviados à Europa para fazer estudos a expensas de D. PEDRO II que ao "sistema de D. JOÃO VI", — o de contratar missões artísticas e culturais para o Brasil —, preferiu sempre o de mandar os artistas aperfeiçoar estudos no estrangeiro. Chegou a criar-se com esse sistema "um movimento artificial e estéril", pois, na justa observação de EDUARDO PRADO, "não é enviando à Europa meninos mais ou menos prodígios ou gênios mais ou menos incompreendidos que se conseguirá encorajar a arte brasileira", cujos progressos estão menos ligados a alguns artistas excepcionais do que ao desenvolvimento, por todos os meios, da educação artística do país. De resto, dos dois fatores da arte como manifestação nacional, a riqueza e a instrução, nenhum deles havia adquirido a intensidade capaz de elevar a um alto nível ou manter, no ritmo de seu impulso inicial, o desenvolvimento das artes. O Brasil era uma democracia em que não se encontrava, como escrevia então EDUARDO PRADO, uma aristocracia de fato, rica e poderosa, necessária ao desenvolvimento do luxo e das artes; e a instrução, quer a instrução geral da nação, que em última análise não depende senão de sua civilização e de sua riqueza, quer a artística-profissional não constituíam, como não constituem ainda hoje, apesar de todos os seus progressos, um sistema bastante desenvolvido em altura e extensão para produzir grandes resultados. O artista nacional não podia ser então nem pode ser ainda por muito tempo senão "uma exceção, brilhante provavelmente, mas sem grande utilidade para o adiantamento da arte em geral em seu país". Para o desenvolvimento das formas mais modestas da arte, como para a pintura, a escultura e a arquitetura, o que faltava, sobretudo, ao Brasil, era o ensino técnico e profissional que se reduzia por essa época a dois liceus de artes e ofícios, o do Rio de Janeiro, fundado em 1856 por BETHENCOURT DA SILVA e o de São Paulo. No plano do ensino artístico superior, o governo da República parecia contentar-se como o do Império, com a Academia de Belas Artes, fundada no tempo de D. JOÃO VI. No entanto, com a vitória do federalismo, produziu-se, embora lentamente, no domínio das artes, acompanhando o fenômeno de descentralização política, um movimento de irradiação, de que são as primeiras manifestações as novas escolas profissionais artísticas, que vão surgindo nos Estados, por iniciativa particular, como a Escola de Desenho e Pintura, de Curitiba, o Instituto de Belas Artes, de Porto Alegre (1908), onde em 1929 se realiza o 1.º Salão de Belas Artes, a Academia de Belas Artes de Manaus, fundada por JOAQUIM FRANCO, a de Belém do Pará (1918), a de Belo Horizonte, o Liceu de Artes e Ofícios do Recife,²⁴ e a Escola de Belas Artes, de

²⁴ Nenhuma das instituições, de Artes e Ofícios, que então se criaram, se aplicou a restaurar as artes populares e indígenas e a salvar as poucas heranças artísticas, constituídas de pequenas indústrias regionais, que entravam sem dúvida no domínio da arte "pelo caráter ornamental dos seus produtos". As que sobreviveram, continuaram a desenvolver-se por muito tempo quase inteiramente à margem das escolas. As rendas e bordados, de que se ornava com profusão toda a roupa branca, e de larga aplicação nas vestimentas litúrgicas (alfaias e paramentos), constituíam uma das mais interessantes indústrias domésticas tradicionais no país. Embora não fossem muito variados os seus padrões, eram trabalhos "cheios de caráter, aproximando-se, nos desenhos, dos bordados orientais que os portugueses herdaram dos mouros". Tornaram-se famosas as rendas e bordados de certas províncias do Norte, como Ceará e Pernambuco, seus principais centros produtores. Na antiga província do Rio Grande do Sul, os costumes da vida pastoril domi-

São Paulo (1925) que já se vinha transformando, desde os fins do século XIX, no maior foco de cultura artística depois do Rio de Janeiro. A Academia de Belas Artes da Baía, — instituição particular que procedia do Império (1877), reformada em 1899, tomou então um novo impulso. As instituições musicais multiplicam-se pelo país, em que começam a figurar, ao lado Instituto Nacional de Música, do Rio — o mais antigo dos estabelecimentos desse gênero —, o Conservatório de Música, do Recife, o de Pôrto Alegre, reorganizado em 1910, o Conservatório Dramático e Musical, de São Paulo, fundado em 1906, a Sociedade de Concertos Sinfônicos (1921) e a Sociedade de Cultura Artística, que se fundou também, por essa época, em São Paulo, e já promoveu cerca de 500 saraus ou recitais. Esse movimento de expansão artística que se produziu, ainda que sem grande vigor, a não ser na capital paulista, não foi sem consequências para a evolução das artes no Brasil: fragmentou, no seu centrifugismo, a orientação uniforme do antigo aparelhamento oficial, dando maiores oportunidades à expansão de forças e ao desenvolvimento de correntes diversas e dilatando cada vez mais, sobre o território nacional, o campo de atividades artísticas.

Os caminhos já são diversos, embora a convergência seja para o mesmo ponto: a capital artística do país. O movimento de arte moderna é dos Estados que se irradia, da periferia para o centro: o seu maior foco de expansão acende-se na capital paulista em que não só se reúne, para favorecer as artes, a riqueza produzida pela cultura do café e pelo desenvolvimento industrial e um sistema certamente mais completo de instrução, como ainda concorre, para a renovação do espírito e a variedade de tendências, o encontro, na cidade cosmopolita, de diferentes grupos étnicos e de culturas diversas. O movimento, aqui como por toda parte, não se desenvolve sem lutas entre os tradicionalistas e os inovadores, entre os refratários à novidade de todo o progresso e os espíritos apaixonados pelo novo, amorosos do incerto, "fáusticos", para empregar a expressão de SPENGLER, revolucionários nas artes, embora tão conservadores e reacionários como os demais, em todos os outros domínios. As novas aspirações que, sob influências de escolas estrangeiras, se elevam de grupos heterogêneos na sua composição e nas tendências de seus principais elementos, e que não tem de comum senão a vontade de destruição de valores antigos, invadem de tal modo o ambiente que não só se manifestam nas zonas renovadoras da oposição, mas fundam quartéis no centro mesmo de zonas conservadoras como as Academias Literárias e de Belas Artes. É o período pré-revolucionário de que foi um sintoma, em 1922, a tumultuosa Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Mas, nesse movimento que não traz, para fecundá-lo, uma nova concepção da vida e da arte, e em que o "espírito revolucionário" não tem profundidade nem vai além da renovação superficial de técnicas, as evoluções são necessariamente

nante nessa região como nos vales de Minas Gerais fizeram surgir a indústria da selaria que se caracterizava pela extraordinária riqueza de ornamentação. Mas essa indústria de arreios, ricamente trabalhados com aplicações de couro e ornamentos de prata, não tardou a entrar em decadência, para desaparecer de todo no século atual: "hoje — escrevia em 1889 EDUARDO PRADO de quem recolhemos essas informações — os costumes não são os mesmos; as longas viagens a cavalo foram substituídas por excursões em estradas de ferro, e, esses arreios pitorescos cederam lugar aos produtos menos ricos, porém mais práticos, da indústria europeia". Poder-se-ia citar ainda certos produtos de ourivesaria, também de caráter regional (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), como os trabalhos sobre cuias feitas de metade de um côco ou cabaças indígenas, encaixadas em guarnições de prata, e de pé e asas também de prata lavrada, usadas para se beber o mate, e as indústrias de ornamento, confeccionados com a plumagem brilhante de certos pássaros, e revestindo às vezes a forma de corolas de flores, — trabalhos de fantasia e de admirável execução, que lembram a arte indígena de ornamentos de penas (arte plumária) de que se encontravam, no Rio de Janeiro, as oficinas mais acreditadas. De todas as indústrias que apresentavam aspectos artísticos ou caráter ornamental, a mais importante, porém, senão pelo mérito do estilo, ao menos pelo volume e variedade de produção, foi certamente a dos vasos de argila, vermelha ou negra, como potes, talhas, moringas ou bilhas, alguidares e ânforas de uso generalizado nas habitações particulares, nos conventos e nas igrejas. De uma notável variedade de formas, importadas pelos portugueses, e em que se acusavam o caráter árabe ou a influência indú ou egípcia, essas cerâmicas lustradas e envernizadas ou pintadas sobre fundo de esmalte, como as grandes ânforas da Baía, tinham, nessa província, em Pernambuco e em Santa Catarina os seus maiores centros de produção. (Cfr. EDUARDO DA SILVA PRADO, *L'art. In "Le Brésil en 1889"*. Rédigé par un groupe d'écrivains brésiliens sous la direction de M. F. — J. de Santa-Anna Nery. Cap. XVIII, págs. 538-545).

lentas e as certezas da compreensão de uma arte moderna e os progressos de sua consciência não se afirmam senão através de conflitos interiores, de antagonismos de tendências rivais que lutam nos artistas, disputando-se por marcá-los com o seu caráter e por adquirir seu predomínio. A evolução linear de uma doutrina ou tendência sucede agora a multiplicidade de critérios e técnicas divergentes que encontram, na luta contra as retaguardas reacionárias, o terreno comum de entendimento. Se toda uma pléiade de jovens realmente bem dotados anima êsse movimento artístico que se prolonga até hoje, e se são numerosas as suas produções, raros são aqueles que manifestam uma atividade profunda como, no domínio da escultura, um BRECHERET, brasileiro de origem italiana, o grande escultor do Monumento das Bandeiras, no qual o senso plástico parece todo instintivo e concorrem, para lhe dar um destaque excepcional, a sua rara sensibilidade, a sua habilidade em traduzi-la, o seu sentido do monumental e o dom de atingir a plenitude de factura sem nada perder da frescura de sensação. É com êle que se restaura no Brasil, segundo espírito e formas novas, a arte escultural, de que se perdera a tradição, depois do ALEIJADINHO e Mestre VALENTIM, da época colonial,²⁵ e de que não souberam prolongar o valor vivo os escultores brasileiros do século XIX, como ALMEIDA REIS (Rio, 1840), RODOLFO BERNARDELLI (México, 1852) e CORREIA LIMA (1878), para somente citar as figuras principais. Certamente não faltou talento a êsses artistas; e, embora se tenham perdido todos numa espécie de academismo e comprometido, como BERNARDELLI, a sua arte numa produção numerosa, constituída de obras "de encomenda" (bustos e monumentos) que não lhes permitiram manifestar-se, na expansão total de seus dons, são dignas de figurar em nossas galerias de arte algumas de suas esculturas, harmoniosas e bem acabadas, mas sem força nem espontaneidade de invenção. Se, sob alguns aspectos, os seus nomes se ligaram à história das artes, especialmente da cultura no Brasil, foi antes pelo seu ensino técnico e pelo fervor que souberam inspirar aos seus discípulos pela arte da escultura. Mas, nenhum deles trouxe qualquer contribuição original à escultura brasileira, em que se afirmou BRECHERET um notável artista, dando um estranho caráter de novidade e de audácia à sua obra, de grande valor plástico, que não nos impressiona apenas pelo seu aspecto exterior, mas pelas intensidades inesperadas de sua força de expressão, e cuja concisão, economia e simplicidade esquemática, resultantes de seu vigoroso poder de síntese, traduzem a marcha de seu espírito para um classicismo de acento novo.

Não é, porém, na escultura, que alcançou maior vitalidade ou se diversificou numa variedade maior de tendências êsse movimento de renovação. Com serem as artes de tradição mais antiga e aquelas de que, no período colonial,

²⁵ Além dos imaginários e dos santinhos que trabalhavam em madeira e em pedra sabão, e com alguns dos quais, como o ALEIJADINHO, se elevou a um alto nível artístico a escultura religiosa no Brasil, tiveram uma atividade intensa, no período colonial, os mestres toreutas que nos deixaram trabalhos de medalhística ornamental e maravilhosas obras em talha, na decoração interior das velhas igrejas. É na arte de esculpir sobre metais, marfim e especialmente sobre madeira, que se tornaram notáveis os mestres baianos e pernambucanos; e foi tal o desenvolvimento da torêutica, sob a influência dos jesuítas, que antes mesmo da formação de uma corrente de arte pelo ALEIJADINHO e Mestre VALENTIM, já se distinguiram no Brasil, segundo nos ensina JOSÉ MARIANO FILHO, "diversas correntes torêuticas regionais". Foi, como já observamos, a época de esplendor da escultura ornamental a serviço dos templos e das igrejas. A mais alta estima, na Colônia, era para os toreutas que foram então os mestres e verdadeiros iniciadores da plástica. A glíptica que emprega as matérias duras e preciosas; a arte do medalhista que executa os cantos e as matrizes das moedas, e tomou novo impulso, no Império, com AUGUSTO GIRARDET, autor de baixos relevos e medalhas, e com seus discípulos; e a do ourives que cinzela os vasos de ouro ou de prata, para os ritos religiosos, constituem, com os trabalhos em madeira e em pedra sabão, o grande esforço da escultura antiga. A argila, porém, que foi sempre, por toda a parte, o instrumento preferido dos escultores de pequenos assuntos, não foi, em geral, utilizada senão para os vasos, em cujas formas originais se concentra a arte de nossos modeladores de terras-cotas. Com a arte das cerâmicas pintadas não se transferiu para o Brasil, ao que parece, a dos objetos esculpidos e das imagens de terra-cota, que era uma velha tradição doméstica de culto e de arte em Portugal e entrara, pelos meados do século XVIII, numa fase de renascimento, com os insignes barrocos da escola de Mafra e a irradiação por vários centros produtores, famosos pelos seus presepes, — composições barrocas —, e pelas suas figuras de barro pintado.

se encontram as manifestações mais características, a escultura e a arquitetura ainda não se reergueram totalmente do marasmo em que estagnaram no primeiro e no segundo Império. Se fizermos, de fato, a história detalhada dessas três artes, — a pintura, a escultura e a arquitetura —, e nos decidirmos a segui-la, em todos os graus de sua lenta evolução, desde a Independência, podemos marcar nitidamente o contraste entre as evoluções de cada uma delas e o predomínio quase absoluto da pintura sobre as outras duas artes, até os nossos dias. A pintura, a grande arte do século XIX na Europa, foi de todas as artes a que mais se desenvolveu no Império, como ainda hoje é a que resume o maior esforço criador dos brasileiros. É sempre grande o número dos que se dedicaram a essa arte (e não seria possível citá-los senão em um trabalho especializado); e, ainda na época atual, as três fases de evolução que se sobrepõem e se opõem, — a dos antigos, a dos novos e dos modernos, — são bilhantemente representadas, aquela, por um PEDRO ALEXANDRINO, excelente pintor de natureza morta, e BENEDITO CALIXTO, cujas paisagens não tem perdido nada do interesse que, em seu tempo, lograram despertar; esta, a da geração anterior, por um EDGAR PARREIRAS, PAULO DO VALE JÚNIOR e OSVALDO TEIXEIRA, entre outros, e a da pintura moderna, por um LASAR SEGALL,²⁶ A. VOLPI, TARSILA DO AMARAL, pioneira da arte moderna no Brasil, SANTA ROSA e PORTINARI, — o maior de todos. Apesar das tendências, conquistas e evoluções da arte e das diversas correntes que ela cria sem cessar, é preciso chegar, para caracterizar uma época, às fisionomias diversas e às personalidades mais marcadas. Aqueles que foram os maiores realizadores e mais fortemente exprimiram uma época, ou por se submeterem ou por se oporem a ela, acabam por atravessar os tempos e por deixar seus companheiros e aparecer sós, pela soberania de sua obra ou pelo grande caráter de sua produção. Toda a história da arte é feita assim. Na pintura moderna que teve como precursores no Brasil PAULO ROSSI, VITÓRIO GOBBIS, HUGO ADAMI, GASTÃO WORMS, DI CAVALCANTI, e se caracteriza pela heterogeneidade dos grupos, “em que se irmanam, segundo escreve SÉRGIO MILLIET, impressionistas de primeira ordem como VOLPI, expressionistas como SEGALL, ecléticos como PORTINARI, primitivistas como TARSILA”, ergue-se, dominadora, a figura de PORTINARI, com a sua produção desigual, variada e inquieta, mas já agora com todos os caracteres das obras definitivas. Senhor de uma técnica maravilhosa que lhe tem permitido passear, nos retratos e nos quadros de gênero, de uma escola a outra, de uma a outra época da história da pintura, utilizando todos os processos de pintar, CÂNDIDO PORTINARI (Estado de São Paulo, 1903) parece afinal ter encontrado, de experiência em experiência, o seu caminho, construído a sua técnica e triunfado de todas as desordens e incoerências, tão fecundas aliás e que são comuns nos espíritos dotados de uma natureza exuberante e de um real poder de invenção. Ninguém viu, entre nós, o espetáculo das cousas com os olhos mais ingênuos, e também mais claros e penetrantes, nem teve da paisagem social uma visão tão concentrada, como profunda, e um poder tão vigoroso de acentuar a realidade, deformando-a, e de fazê-la ressaltar com uma força surpreendente de expressão, nessa obra estranha pelo aspecto, mas poderosa pelo pensamento, de um sentido nacionalista, mas carregada de verdade e de riqueza de conteúdo humano. Tendo um extraordinário *pris sur le vif* dos tipos e cenas da vida rural, o pintor paulista, nascido de colonos italianos numa fazenda de café, revela-se, nos afrescos do novo edifício do Ministério de Educação e Saúde, um DIEGO DE RIVERA, com menos poder de imaginação e menos largueza de composição talvez, mas com uma sensibilidade mais aguda e maior poder psicológico de penetração. O que ele pinta, nos seus magníficos quadros murais, é mais o que sente do que

²⁶ Vêde PAUL FIERENS, *Lasar Segall*. E'ditions des Chroniques du Jour, Paris, 1938; ROBERT C. SMITH, *Lasar Segall of São Paulo*. In “Bulletin of the Pan American Union” Maio, 1940, págs 382-388.

o que vê, ou, por outras palavras, são as figuras, cenas de costumes e paisagens humanas, como as surpreendeu a sua sensibilidade e as reconstituiu, restaurando-as com pedaços da vida, êsse extraordinário poder de síntese, próprio dos grandes criadores de imagens e de símbolos.

Pode parecer estranho à primeira vista que, ao contrário da pintura, a arquitetura não manifeste, no Império, nenhuma atividade importante e, desde o período colonial até a República, não faça progressos em nenhuma direção. Nem na linha de evolução dentro do espírito colonial, cuja tradição se perdeu, nem segundo os rumos novos que GRANDJEAN DE MONTIGNY pretendeu imprimir-lhe com suas sóbrias arquiteturas clássicas. Certamente, no segundo Império, em que os melhores edifícios ainda eram os mais antigos, surgem, isoladas e dispersas, algumas construções de primeira ordem: o edifício da biblioteca portuguesa no estilo gótico manuelino, palácios como o do conde de Nova Friburgo (1862), atual palácio do Catete, em mármore branco e rosa, o do Itamarati, o do Guanabara, antiga residência da Princesa ISABEL, inteiramente restaurado em 1908, e o solar de MARIANO PROCÓPIO, construído (1861) em Juiz de Fora pelo arquiteto alemão M. A. GAMBES, na verde moldura de um parque magnífico. Mas a ruptura com a tradição, sem importar na abdicação completa das criações coloniais em proveito das fórmulas clássicas, o predomínio da economia agrícola e as lentas transformações das paisagens urbanas quebravam todos os esforços para as grandes obras de arquitetura civil, religiosa ou militar, que entrou em período de estagnação ou decadência em todo o país. Se se considerar, além disso, que das três artes, — a pintura, a escultura e a arquitetura —, esta última senão mais material que as outras duas, certamente é a mais dependente da matéria, será fácil compreender que não se podia esperar grande surto de arquitetura onde os operários não atendiam às exigências da técnica francesa e escasseava a mão de obra capaz de seguir a nova orientação dos artistas estrangeiros. Se estes, grandes arquitetos como GRANDJEAN DE MONTIGNY, não souberam tirar partido do material e da mão de obra nacionais que permitiram à arquitetura religiosa conhecer uma fase de esplendor, na Colônia, os arquitetos brasileiros não passavam então de mestres de obras, ou quando muito de “engenheiros civis, sem conhecimentos artísticos especiais”. Sob êsse sono aparente em que se mergulhou a arquitetura no Brasil, dissimula-se, porém, uma lenta e obscura necessidade de preparação. Parecia que se havia criado o clima favorável a um novo surto da arquitetura, com a remodelação das principais cidades, no primeiro quartel dêste século e com a febre de construções, nas velhas cidades que se transfiguraram ou nas novas que se erguem, no planalto, segundo traçado moderno. Mas, quando, sob o impulso da indústria da borracha, no norte, e do café, no sul, começaram as cidades antigas a reconstruir-se e o Rio de Janeiro a despojar-se do seu velho aspecto colonial, para adquirir a fisionomia esplendida de uma grande cidade moderna, foi antes um obstáculo do que um fator de progresso da arquitetura o ritmo acelerado em que se processou o desenvolvimento dos centros urbanos. No ímpeto das construções que se multiplicavam, reclamando por tôda parte operários e arquitetos, a falta de mão de obra e de profissionais especializados abre um domínio cada vez mais vasto à improvisação e a tôda espécie de aventuras. “Empreiteiros promovidos a arquitetos, na justa expressão de NEREU SAMPAIO, simples construtores quase analfabetos que se fizeram arquitetos e estrangeiros sem escrúpulos”, encontraram o campo livre para uma intensa atividade, sem os freios da opinião pública, num meio social a que faltava educação artística e sem elites profissionais com idéias bastante claras e definidas para orientarem o movimento extraordinário de construções urbanas. A arquitetura sofre então influências múltiplas; inaugura-se a época da cópia servil dos estilos exóticos

e dos modelos históricos; e nas soberbas avenidas que se rasgaram, — Rio Branco e Beira Mar, no Rio de Janeiro —, estadeiam, como um jôgo internacional de disparates, o clássico, a ogiva, o arco mourisco, numa variedade pitoresca de construções bizarras, nos mais variados estilos. É o triunfo do mau gosto e da extravagância que MONTEIRO LOBATO batizou de “carnaval arquitetônico”, e a que não faltou, para acentuar a violência dos contrastes, nessa sucessão desencontrada de estilos, a velha arquitetura colonial, despida de sua beleza antiga e afogada no luxo barroco de detalhes decorativos.

Foi nessa época, por volta de 1920, — época de indecisões e de tentativas, mais ou menos aventureiras, que se iniciou o movimento, ainda mal orientado mas já fecundo, de renascença da arquitetura colonial, — “a única que fala de nossas origens históricas e que, trazendo caráter racial bem definido, corresponde, do ponto de vista das habitações privadas, à natureza do clima”. O que, com êle, se pretendia, era que estudássemos a fundo os modelos antigos, não para reproduzi-los, mas “para retomar o fio da tradição e confrontarmos com o novo quadro social o que os nossos antepassados, por intuição, acomodaram maravilhosamente à diversa natureza de clima e de materiais”.²⁷ Esse movimento tornou-se tanto mais útil quanto mais, na volta ao tipo brasileiro de habitação, os arquitetos haviam perdido a noção da arquitetura funcional, racional, ou a consciência do valor utilitário dos elementos principais que entravam na sua composição arquitetônica, e que eram empregados, na observação de JOSÉ MARIANO FILHO, a título de “meros ornamentos”, quando tinham uma “função” — a da defesa contra o clima — na casa colonial, admiravelmente adaptada, nos seus pormenores, às condições e às necessidades do meio.²⁸ Com a ruptura dos laços entre o útil e o belo, entre o caráter utilitário e os efeitos artísticos dos elementos que oferece a arquitetura de tradição, tendia-se naturalmente a cair no excesso dos adornos e a considerar como inspirada na arquitetura colonial todo o edifício a que se imprimisse o sêlo do barroco e que trouxesse, na fachada, pormenores arquitetônicos, tratados em profusão, puramente como elementos decorativos... A poder de cederem ao gosto do pitoresco e de se lançarem à procura do efeito, acabaram por descuidar da “função orgânica” destes elementos (alpendres, balcões de rótulas, azulejos), de que a idéia ornamental e não o valor utilitário passava a determinar a sua estrutura ou a sua aplicação. Mas, a campanha que se realizou, neste último quarto de século, em favor do estudo das habitações coloniais e pelo regresso às formas da arquitetura tradicional, e em que tomaram parte brilhante RICARDO SEVERO,²⁹ JOSÉ MARIANO FILHO e F. NEREU SAMPAIO, entre outros, nem se fez sem resultados nem se desenvolveu sem embates com a corrente que se formou, dentro do movimento geral de renovação. A corrente tradicio-

²⁷ Cfr. FERNANDO DE AZEVEDO, *Arquitetura colonial*. VIII. As conclusões de nosso inquérito. In “O Estado de São Paulo”, 29 de Abril de 1926.

²⁸ De fato, “os largos beirais (escrevia eu em 1926, concluindo o inquérito sobre arquitetura colonial), os alpendres e as janelas, os terraços e os balcões de rótulas, dessas casas sólidas, não se ordenavam, como os pátios interiores, à defesa da casa contra a ação dos raios solares? As espessas paredes das casas coloniais não foram impostas apenas pelos materiais de construção da época: a taipa e o pau a pique. Ainda quando de pedra, eram grossas, porque tinham a desempenhar um papel na casa: resguardá-la contra as altas temperaturas ambientes. Os próprios azulejos de cujo “sentido na composição arquitetônica perdemos a tradição, a ponto de os encarar a maior parte dos arquitetos como elemento puramente decorativo, entravam nessas construções, também a serviço da defesa contra o clima tropical. De origem árabe, o azulejo foi aplicado pelos portugueses nas peças de receber, nos vestíbulos e às vezes nos alpendres com o mesmo intuito que tinham primitivamente os árabes no seu aproveitamento: manter a frescura do interior das casas nos ardores do verão”. (FERNANDO DE AZEVEDO, *Arquitetura colonial*. VIII. In “O Estado de São Paulo”, 29 de Abril de 1926).

²⁹ RICARDO SEVERO, *A tradição*. Conferência lida na sessão de 25 de Outubro de 1911 no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; *A arte tradicional no Brasil*. Conferência realizada na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo; *A arte tradicional*. Conferência no Grêmio Politécnico de São Paulo; *Da arquitetura colonial no Brasil*. In “O Estado de São Paulo”. Edição comemorativa do Centenário da Independência. 7 de Setembro de 1922; *A propósito da arquitetura colonial* (entrevista). In “O Estado de São Paulo”, 15 de Abril de 1926.

nalista, de que resultaram estudos, debates e inquéritos, além de construções de valor, — residências e edifícios públicos, inspirados na arquitetura colonial —, opôs-se um movimento francamente moderno que se caracteriza pela rejeição de todos os tradicionalismos, pelo apelo à razão e pela pesquisa de formas inéditas. Representada por CRISTIANO DAS NEVES, LÚCIO COSTA, — um de nossos maiores arquitetos —, e, mais recentemente, por FLÁVIO DE CARVALHO, teve essa corrente a seu favor, na reação que promoveu contra as formas coloniais, o prestígio crescente das formas simplificadas, a volta à concepção da obra em vista do seu destino, as construções em cimento armado, em linhas retas e verticais e a difusão do gosto pela arquitetura moderna, tão longamente combatido, mas já vitorioso nas obras de grandes proporções. No plano das habitações privadas, uma pesquisa obstinada do novo a todo o transe continua ainda a impelir os arquitetos a modificar constantemente suas fontes de inspiração e a renovar o “repertório” das formas que lembram, com frequência, as construções maciças, — assírias e árabes —, pelo emprêgo exclusivo das linhas retas, pelo equilíbrio das massas e pela cobertura em terraços. Como quer que seja, uns e outros não somente desenvolveram um esforço apreciável para simplificar as formas (processo de despojamento do supérfluo) e adaptar cada vez mais os elementos estruturais à sua função e os edifícios à sua destinação social (racionalismo), como também, orientando-se para a pesquisa da unidade ótica, conseguiram despertar o gosto dos conjuntos homogêneos, onde a casa e a paisagem, e, no interior, os menores detalhes (decoreação, móveis, tapetes, cortinas) constituíssem um conjunto estritamente estabelecido. A arte dos jardins que, “num clima quente e de rica vegetação, deveria ser mais do que nunca o complemento da arquitetura”, como já observava EDUARDO PRADO, em 1889, e era raramente praticada no século XIX, em que poucas casas se davam ao luxo de um jardim,³⁰ adquiriu, com o desenvolvimento da arquitetura, um impulso notável: não só nos jardins públicos, como nos grandes jardins particulares, especialmente nos de São Paulo, que se tornaram famosos pela beleza de seu traçado e pelo encanto da vegetação, e às vezes se prolongam no interior das habitações, sente-se por toda a parte a influência cada vez mais acentuada dos jardins ingleses e da topiaria francesa a que deve o Rio de Janeiro alguns de seus mais belos jardins, o da Praça Paris, entre os mais novos e, entre os mais antigos, os que foram desenhados e plantados por GLAZIOU, no segundo Império.

Mas, se neste último quarto de século, a influência das idéias modernas foi tão poderosa em tôdas as artes plásticas, dando-nos, na escultura, um BRECHERET e, na pintura, um PORTINARI, e rasgando à arquitetura novas perspectivas, não foi menos intensa na música a que se abriu um de seus períodos mais brilhantes e fecundos. Integrada nesse movimento geral de arte moderna que repercutiu em tôdas as manifestações artísticas do país, a música no Brasil tende não só a libertar-se das outras artes e a tornar-se “sugestão pura” ou cada vez mais música, como também a penetrar mais profundamente na música e nas canções populares, para haurir, nas suas fontes ingênuas, os elementos de sua própria renovação. Na época de CARLOS GOMES, como escreve MÁRIO DE AN-

³⁰ “Nas cidades, escrevia em 1821 Miss MARIA GRAHAM, poucas casas têm o luxo de um jardim. Esses jardins apresentam antes o aspecto de verdadeiros vasos de flores orientais, mas parecem convir muito bem ao clima. As plantas dos jardins da Europa crescem ao lado das plantas mais alegres e dos arbustos do país... Encontram-se algumas vezes fontes ou bancos sob as árvores, formando abrigos muito frescos e deliciosos nesse clima quente”. (*Journal of a voyage to Brazil*. 1 vol., Londres, 1824, pág. 162). “Os jardins portugueses eram, há um século, escrevia EDUARDO PRADO, em 1889, e continuaram a ser na maior parte dos jardins particulares, no Brasil, más imitações em pequeno, do gênero *Le Nôtre*, de linhas retas, platibandas simétricas, e canteiros enquadados por cercaduras de buxos, substituídos estes muitas vezes por telhas, fundos de garrafas ou embrechados de conchas”. (*L'Art*, Cap. XVIII. In “*Le Brésil en 1889*”, págs 519-562, Paris).

DRADE, "o que faz a base essencial das músicas nacionais, a obra popular, ainda não dera entre nós a cantiga racial", e só se torna evidente do fim do século XIX para cá (são palavras suas) "o amálgama de tendências ibero-americanas que hoje caracteriza a musicalidade nacional".³¹ Se, porém, se pode dizer com PEREIRA DE MELO que nos primórdios da República se inicia, na história de nossa música, o "período de nativismo" embora frouxo e hesitante, e só mais tarde, nestes últimos vinte anos — e não somente no decênio após 30, como quer LUIZ HEITOR —, que vemos chegar à plena fixação e ao apogeu aquele nativismo que se esboça nos fins do século XIX com a música popular, não indígena, nem africana, nem portuguesa, mas a que, por elaboração coletiva, resultou com toda a espontaneidade e frescura "do amálgama de tendências ibero-americanas". Entre CARLOS GOMES e HENRIQUE OSWALD, que são as "expressões mais características de nosso romantismo musical", e a música moderna, de inspiração folclórica ou não, que tem em VILA LÔBOS o seu expoente mais alto, figura, como numa fase de transição, GLAUCO VELASQUEZ (1884-1914), um romantico, em essência, influenciado por WAGNER, e compositor fecundo, de uma requintada sensibilidade e de real poder criador, cuja música se desenvolve, como escreve RENATO DE ALMEIDA, "entre o simbolismo e o impressionismo, em meias imagens que se completam em nosso espírito graças à sua intensa emoção". Nessa corrente moderna que busca no folclore brasileiro a sua fonte de inspiração, avulta com um relêvo singular HEITOR DE VILA LÔBOS (1890), cuja preocupação, diferente dos outros compositores de folclore, não é, porém, — pondera FRANKSTEIN — a de conservar e embalsamar o material autóctone, mas sim a de dar expansão à energia contida em seus elementos. As suas peças líricas, como as cinco *suites*, que batizou com o título de *Bachianas brasileiras*, levado do seu entusiasmo pelo espírito de BACH e que constituem "uma curiosa fusão do estilo de BACH e da música folclórica"; os seus *Choros*, entre os quais se destaca o n.º 8, "pela sua enorme vitalidade rítmica, complicada, pela veemência primitiva e lirismo da terra"; as suas grandes orquestrações de música folclórica ou de matéria original, baseada nos moldes de música popular, os seus poemas sinfônicos, fantasias e variações, revelam uma tal riqueza de idéias, uma tão prodigiosa espontaneidade e tão grande exuberância e vitalidade de ritmos, que não tardaram a colocá-lo, no juízo dos críticos de mais autoridade, entre os primeiros compositores das duas Américas. Se não é VILA LÔBOS, como o julgou ALFRED FRANKSTEIN, numa expressão enfática, "um dos

³¹ A música popular brasileira que resultou dessa fusão de diversos elementos, e em que a influência dos negros não foi considerada senão pela dos portugueses, surgiu, de fato, com as suas características, somente nos fins do século XIX, depois de longo processo de elaboração. Se, porém, já são bastante nítidas as suas peculiaridades e tendências dentro da tradição e dos elementos fundamentais de que proveio, não é ainda, nem será talvez possível marcar com exatidão a influência de cada um deles na grande variedade de formas particulares em que se exprime a musicalidade nacional. O que nela existe de inspiração ameríndia, já começa a revelar-se com o estudo do material recolhido ao Museu Nacional que dispõe hoje, graças sobretudo às pesquisas de ROQUETE PINTO, de uma excelente coleção de fonogramas, com músicas de índios e canções sertanejas. Ainda está por fazer uma exploração mais profunda sobre o folclore musical negro, que nos revela, ao lado de uma música instrumental, essencialmente rítmica, uma "música vocal, com frases melódicas e simples", cujo estudo será tanto mais interessante quanto é certo que o africano também tomou, como observa MÁRIO DE ANDRADE, uma parte muito importante na formação do canto popular brasileiro. Mas, se o que constitui a música ou a poesia popular, é também a tradição infiel de obras de compositores que podiam ter sido compositores de profissão, qual a parte com que entraram antigos compositores coloniais e do tempo do Império, — inventores de modinhas ou compositores de danças e cantigas, cuja obra em parte se conservou e se tornou, na maior parte, anônima, impessoal, incorporada ao tesouro da música popular? Ainda recentemente ROGER BASTIDE se referia a uma das fontes mais importantes das danças e melodias populares, "na sua maioria formas antigas de arte de salão ou de corte que, há muito fora de moda nos meios aristocráticos que as lançaram, permaneceram sobrevivendo numa província longínqua". Foi assim que, explica ROGER BASTIDE, a forma dos motes é suas "voltas", dos ofícios setecentistas, forma erudita, passou a popular no século XIX em que a modinha é referida na boca do povo. O povo não é criador, mas conservador; a elite, essa, pode, sem dúvida, "retomar os temas populares para torná-los requintados, mas trata-se aí de uma reconquista, pelos eruditos, de um bem que lhes pertencera outrora e que haviam esquecido". A semelhança de cantos brasileiros e cantos russos, já notada por MÁRIO DE ANDRADE, mostra-nos ainda quão pouco a música ou a poesia popular é local: ela, de fato, o é menos que a música artística ou a poesia culta. No entanto, ainda que derivada em grande parte das fontes portuguesas e contaminada dos mais diversos elementos, existe na música brasileira, infiltrada de influências afro-americanas, uma veia popular, indígena, alguma coisa de original, que não deriva da península e é fortemente marcada do caráter brasileiro.

maiores prodígios que êste século produziu no campo da música", êle é por certo um compositor tão profundamente dotado, como fecundo, um auto-didata, "talvez o mais talentoso depois de MUSSORGSKY", no dizer de PAUL ROSENFELD, que se espanta com a sua extraordinária força involuntária e a sua fertilidade de imaginação; um RABELAIS da música, como lhe chamou IRVING SCHWERKE, pelo que existe "de gigantesco no gôsto e espírito, de humorismo, ironia, finura e grandeza de estilo que compõem a sua personalidade musical".³² Em tôda a sua enorme produção, constituída de mais de 1 400 composições, desde as páginas mais pungentes, poderosas e ricas de colorido, das suas *Bachianas* até as *Cirandas*, — deliciosas cantigas de roda, arranjos originais de melodias populares, — VILA LÔBOS é sempre uma voz maravilhosa em que se exprimem, com uma intensidade inigualável, a alegria característica dos latinos, a vida do país, o contacto da terra e êsse sentimento íntimo dos trópicos que não é somente, como observa ROSENFELD, "consequência do uso frequente de melodias bárbaras, ritmos e sonoridades derivadas dos negros e dos índios", mas a essência de sua música ou, por outras palavras, uma parte essencial do seu ser, extremamente sensível às sugestões líricas da terra e da raça, em tôda a sua inquietação e na pujança de suas forças e paixões primitivas.

Nesse esforço magnífico em vista de uma síntese da música popular e da música artística, se VILA LÔBOS adquiriu um destaque excepcional, pela riqueza, variedade e, sobretudo, pela alta qualidade de sua produção, não é, porém, uma figura solitária êsse compositor verdadeiramente notável, cuja fama, como em outros tempos a de CARLOS GOMES, já ultrapassou as fronteiras de seu país de nascimento. Depois da floração romântica que se encerrou com GLAUCO VELASQUEZ, "experiência inquieta, com lampejos de gênio num resultado precário", nas expressões de MÁRIO DE ANDRADE, outros mais moços que VILA LÔBOS deram provas de uma grande força e originalidade na sua produção, inspirada na música e nas canções populares brasileiras. A música folclórica, em cujas fontes se vem abeberar a de nossos maiores compositores atuais, e que constitui, pela riqueza de assuntos, um tesouro em grande parte por explorar, continua a exercer notável influência sobre a música moderna e a ser um dos fatores mais importantes de sua evolução. É o que assinala a produção de um LORENZO FERNANDEZ (1898), com o *Reisado do pastoreio*, as deliciosas miniaturas *Presentes de Noel* e a ópera *Malazarte*, tão fortemente marcada pelo caráter brasileiro; de um FRANCISCO MIGNONE (1897), não com a sua ópera *L'innocente*, — "uma das melhores e mais fortemente dramáticas de tôda a produção lírica nacional", — mas com a *Congada*, da festa de negros escravos, no 2.º ato do *Contratador de diamantes*, e, sobretudo com a sua obra sinfônica e sua música de camera; e de um CAMARGO GUARNIERI (1907), paulista, dos três o mais jovem, e cuja música, no julgamento de LUIZ HEITOR, "é uma das mais construídas e das mais profundas da escola brasileira". Mas, com ser nesse período,³³ realmente importante a produção musical e, o que mais é, tão vigo-

³² Vêde FRANCISCO CURT LANGE, *Vila Lôbos, um pedagogo criador*. In "Boletim latino-americano de música, págs. 189-196, ano I, Abril 1935, Montevidéu; ALFREDO FRANKESTEIN. In "San Francisco Chronicle", Califórnia, U.S.A., 8, Dezembro, 1939; PAUL ROSENFELD, *Current Chronicle*. In "The Musical Quarterly". Carl Engel Editor, New York, October, 1940; EURICO NOGUEIRA FRANÇA, *Vila Lôbos, pedagogo*. In "Música Viva", Janeiro-Fevereiro, 1941, pág. 6; BURLE MARX, *Vila Lôbos*. In "Vogue", January 1, 1941, New York, pág. 82.

³³ Em obra recente em que traça o quadro da evolução social da música brasileira, MÁRIO DE ANDRADE distingue três períodos principais dessa evolução: 1.º) a música essencialmente religiosa, dos tempos coloniais, a princípio popular, com um sabor nativista (a música dos primeiros jesuítas), e mais tarde erudita, com pretensões a nobreza e despojada de elementos nacionais (a arte de capelas aristocráticas); 2.º) fase do amor (música lírica, amorosa) com que se inicia a profanação da arte e em que surge a figura de FRANCISCO MANUEL DA SILVA, "a maior que já produziu o Brasil", na opinião do ilustre crítico; e 3.º) o período de franco nacionalismo que se inaugura depois e sob as influências da Grande Guerra (1914-18) ou, melhor, dos acontecimentos que dela derivaram. "Primeiro, Deus; em seguida, o amor, e, depois, a nacionalidade". Na primeira fase de seu desenvolvimento, a música que foi um "elemento litúrgico de socialização", tornou-se universal, no sentido europeu, empregando o canto católico dos portu-

rosamente vincada do espírito e temperamento nacionais, não é somente, sob esse aspecto, que adquire um novo interesse a história da música, nessa última fase da sua evolução. À medida que se eleva em altura, tende a expandir-se a cultura musical desde 1930, em que LUCIANO GALLET funda, em Junho a Associação Brasileira de Música e, elevado, em Dezembro dêsse mesmo ano, à direção do Instituto Nacional de Música, consegue a reforma de maior alcance dêsse Instituto, pelo decreto que, em 1931, lhe desdobrou o plano de estudos, criou dez cadeiras novas e o incorporou à Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizam-se as atividades artísticas do Teatro Municipal, do Rio de Janeiro, que passa a manter uma orquestra fixa de 80 figuras, um corpo coral e corpo e escola de baile; e um músico criador como VILA LÔBOS entra em ação, desde 1932, colocando-se ele mesmo, no Rio de Janeiro à frente da educação musical das massas e da difusão do canto coletivo, com a mais eficiente organização pedagógica que já se tentou entre nós, destinada à iniciação musical da infância das escolas primárias. Funda-se, por iniciativa de VILA LÔBOS, o Orfeão de Professores e, sob a influência da obra educativa do grande compositor, adquire notável desenvolvimento o nosso repertório coral, organizam-se grupos corais, em várias cidades, como São Paulo, Pôrto Alegre e Recife, e se realizam as primeiras tentativas de orquestras infantís. Mas, se, por um lado se alarga a campanha iniciada por VILA LÔBOS em prol da cultura musical infantil e popular, e se intensifica o esforço pela renovação do ensino musical, por outro lado, trabalham com entusiasmo na elevação do nível cultural as revistas artístico-musicais do Brasil, como a *Ilustração Musical*, a *Revista da Associação Brasileira de Música*, a *Revista Brasileira de Música*, fundada em 1934 e publicada pela Escola Nacional de Música, a *Cultura Artística*, a *Música Viva*, tôdas do Rio de Janeiro, e a *Resenha Musical*, de São Paulo, que constituem não somente sintomas mas fatores da cultura musical, pelos trabalhos de crítica, de erudição e de pesquisas. O extraordinário desenvolvimento material e técnico, neste último decênio, dos serviços de rádio-difusão, com o número cada vez maior de estações e de aparelhos de rádio, e a indústria em progresso, da gravação elétrica, põem a serviço da difusão do gosto da música pelo povo e da aproximação do público e do artista dois dos mais poderosos instrumentos educativos, como são, por tôda a parte, quando orientados no sentido da cultura, a rádio-difusão e a discografia nacional.

A arte, aliás, em tôdas as suas manifestações, desenvolveu-se no Brasil mais rapidamente do que o público, quase inexistente, ao menos considerado como "massa", quando ela tomou novo impulso no século passado, e que não lhe pôde acompanhar, em todo êsse período, o ritmo de evolução. Daí o divórcio que se tem atenuado sem dúvida, mas se mantém ainda vivo entre o público e o artista. No Império, como na Colônia, a aristocracia rural das casas grandes e a burguesia dos sobrados que podiam constituir, na grande massa inculta, o seu verdadeiro "público", não tinham pelas artes o menor interesse nem podiam tornar-se, pelo caráter de sua própria formação, um "consumidor" de seus pro-

gueses, com os primeiros cantos — de órgão e o gregoriano. Mas, pela ação e iniciativa dos jesuítas, ela procurou aproveitar todos os elementos de caráter ameríndio (cantos, palavras, dansas), generalizando o cateretê e até processos ameríndios do ritual místico. É o Pe. JOSÉ MAURÍCIO a expressão mais alta da música religiosa, erudita, que domina até a Independência. Inicia-se então a laicização da música, com a modinha, impregnada da sensualidade mestiça, e o melodrama, em que se concentra a manifestação musical erudita do Império. Essa etapa, em cujos começos avulta a figura de FRANCISCO MANUEL, o autor do Hino Nacional, culmina com CARLOS GOMES, que instaura uma fase de franco internacionalismo. Mas a existência de uma técnica já suficientemente forte dava à música no Brasil elementos para caminhar por si e libertar-se das influências e imitações estrangeiras. Depois da guerra européia, de 1914, a música nacional que já se vinha esboçando com FRANCISCO BRAGA e BARROSO NETO, mas que ainda não conseguira vencer a crise de internacionalismo, dos fins do século XIX, adquire um surto vigoroso com VILA LÔBOS, LUCIANO GALLET, LOURENÇO FERNANDEZ, FRANCISCO MIGNONE, CAMARGO GUARNIERI, FRUTUOSO VIANA, RADAMÉS GNATALLI e outros. (Vêde MÁRIO DE ANDRADE, *Música do Brasil*. Coleção "Caderno Azul". Editora Guaiá, Curitiba, 1941).

facilidades de comunicações e a multiplicação dos meios tendentes a pô-lo em contacto com as artes e a despertar-lhe o sentimento artístico; e difunde-se cada vez mais, nas camadas sociais mais altas, o gosto de criar nos interiores, pela presença de objetos de arte, um ambiente de beleza e de distinção. Mas a educação estética do povo que não se faz nos cursos nem nas escolas especiais, como já observava EDUARDO PRADO, mas por toda a parte, nas ruas, nos jardins e nas praças públicas, nos museus e nas pinacotecas, nas exposições individuais e coletivas, e com a aplicação, em larga escala, da arte às indústrias, não passou, no Império, de um sonho de raros idealistas; e, só nestes últimos anos, depois da Grande Guerra (1914-18) e da revolução nacional de 30, se iniciou com uma vida artística mais intensa e mais difusa, embora mais rica de promessas do que de realizações. Se ainda não se vê circular pelos museus e pelos salões de exposição uma multidão de visitantes atentos; se não se iniciou até hoje um esforço realmente fecundo para a reprodução industrial dos grandes quadros de nossa pintura e por uma colaboração mais íntima da arte e das indústrias; se o artista brasileiro parece ainda temer rebaixar a arte, aplicando-a aos objetos de uso quotidiano e à decoração artística dos interiores, é certo, porém, que na arquitetura, na ornamentação interna, no mobiliário como nos vestidos, já brilham os sinais, evidentes em algumas grandes cidades, — de um interesse cada vez maior pelas artes, em todas as suas manifestações.

Esses sintomas estarão menos nas realizações numerosas, mas raramente de qualidade, das duas artes maiores, — a pintura e a escultura —, do que no movimento dos artistas à procura de um maior contacto com o público, nas reações desse público e na atmosfera cultural do país. Multiplicam-se, de fato, as associações artísticas: à Sociedade Brasileira de Belas Artes em que se transformou em 1919 o Centro Artístico Juventas, sucederam-se, entre outras, no Rio de Janeiro, a Associação dos Artistas Brasileiros, em São Paulo a Associação dos Artistas Plásticos, a cujo admirável esforço se devem a iniciativa de exposições e, por elas, a divulgação de trabalhos de uma plêiade de jovens artistas. Longe de se atenuar, tende a tomar corpo o interesse pela reprodução industrial, de número limitado de exemplares, de nossos melhores quadros, e pela arte aplicada às indústrias: ³⁵ a produção em série de artefatos marcados pelo selo das artes e acessíveis a um público cada vez mais vasto, terá, no domínio das artes plásticas, para a difusão do gosto artístico, uma função semelhante à que já exercem, no domínio musical, a gravação em discos e a transmissão, pelo rádio, da boa música

³⁵ Das argilas, negras ou vermelhas, que se encontram no Brasil, faziam-se, na Colônia e no Império, vasos de tamanhos diversos e de formas variadas e originais: potes, talhas, quartinhas e moringues. Os produtos cerâmicos quase se reduzem às cerâmicas lustradas e envernizadas. Os modeladores de argila, se tentaram, como é provável, não deixaram obra de valor artístico, no domínio dos objetos esculpidos, representando tipos, figuras ou cenas; e, no das cerâmicas pintadas, apenas se conheciam as da Baía, sobretudo as grandes ânforas pintadas "sobre fundos de esmalte em verde ou em azul, realçados de douradura sobre os desenhos", e, às margens do Amazonas, "as cerâmicas ornadas de desenhos em côr e tomando as mais das vezes as formas de animais do país (papagaios, tartarugas, etc.).". Mas a evolução das cerâmicas processou-se sem continuidade, com o abandono, pela indústria, das formas antigas de influência árabe (ânforas baianas) ou hindú (quartinhas e moringues), importadas pelos portugueses. No século XIX não se fabricou porcelana no Brasil senão uma vez. De Portugal é que vinham os vasos, os leões de faiança ou as estátuas de terra-cota esmaltada que encimavam os grandes pilares dos portões, de grades de ferro forjado, por onde se entrava nos jardins dos sobrados ou das casas senhoriais. Só no século XX e sobretudo nos últimos vinte anos, é que se esboçou um novo movimento, sob a inspiração das cerâmicas indígenas descobertas em Pacoval, na ilha de Marajó, e de que foram precursores TEODORO BRAGA, paraense, conhecido pelos seus trabalhos de arte decorativa, inspirada nos motivos da arte marajoara e da fauna e flora do país; PAIM VIEIRA, de São Paulo, que também se aplica à estilização das formas florais e vegetais e F. CORREIA DIAS, artista português ilustrador e ceramista que chegou ao Rio de Janeiro em 1915 e faleceu em 1935, deixando excelentes trabalhos no gênero. Voltam também a interessar as faianças que eram aplicadas ao exterior e ao interior das casas brasileiras: "os azulejos policromos que, devolvendo os raios de sol conservam, como escreve EDUARDO PRADO, uma agradável frescura nas casas que eles preservam da umidade das chuvas". As interpretações que trazem cunho pessoal, preferem-se ainda as imitações dos estilos históricos ou as peças autênticas que são aplicadas às ricas construções em estilo colonial. Alguns artistas lançam-se, porém, à procura de um estilo decorativo novo, pelos azulejos inspirados em motivos regionais; e, dessas tentativas, a mais interessante é talvez a de P. ROSSI, sob cuja direção em São Paulo, trabalham A. VOLPI e M. ZANINI, pintando pequenos quadros e preparando-se para os grandes painéis decorativos.

artística e popular, nacional ou estrangeira. A obra dos pioneiros da arte decorativa, inspirada na flora e na fauna do país, em motivos históricos ou na cerâmica marajoara, adquire novo impulso com a aliança de artistas e industriais, para a fabricação de cerâmicas, porcelanas e azulejos. Os poderes públicos participam desse movimento, favorecendo-o e estimulando-o por várias formas, e montam guarda à tradição artística do país: o governo federal, depois de 1930, cria, por uma legislação modelar, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico que substituiu a antiga Inspetoria de Monumentos Nacionais, anexa ao Museu Histórico; eleva a histórica cidade de Ouro Preto, — considerada em bloco e em todo o seu conjunto urbanístico — à categoria de Monumento Nacional; promove o arrolamento do patrimônio artístico; desliga da Escola de Belas Artes as galerias da sua antiga pinacoteca, para com elas constituir o atual Museu Nacional de Belas Artes, oficialmente inaugurado em Maio de 1938; confia a decoração do novo edifício do Ministério da Educação e Saúde ao grande pintor CÂNDIDO PORTINARI, e inicia uma série de publicações de alto interesse artístico e de valor documentário. Certamente, a grande massa permanece estranha a estas atividades novas, públicas ou privadas; e, — povo jovem, ainda em formação —, o Brasil continua, para empregar as expressões de A. SIEGFRIED, “a fazer figura de país venerável, com algumas tradições quase vetustas, e com uma atmosfera de cultura que rescende ainda à aristocracia”, mas a elite que as partilha, torna-se cada vez mais numerosa e mais apurada no gosto e na capacidade de apreciação. O que era prazer acessível a poucos já se vai tornando, embora lentamente, ao alcance de um número cada vez maior, pelo desenvolvimento da riqueza e da instrução, nas principais aglomerações urbanas do litoral e do planalto. A tendência crescente à urbanização, manifesta no desenvolvimento das grandes cidades e na formação de cidades novas; os progressos dos meios de comunicação que tendem a aproximar cada vez mais as regiões do país, de diferentes níveis culturais e econômicos; a intensidade de vida social e a diversidade de direções em que se propagam as correntes de influência urbana, não contribuem apenas para achegar a arte às suas fontes populares, elevar a um plano mais alto os produtores intelectuais e abrir domínios cada vez mais vastos à exploração dos artistas. Sob a pressão desses fenômenos, mais do que pelos esforços individuais, se vai reduzindo o isolamento em que viveram os artistas, condenados antes pela força das cousas, a um círculo estreito e fechado, de glória ou de incompreensão, que raros conseguiram romper. Esses fatos de concentração urbana, de mobilidade e circulação, tanto de indivíduos como de idéias, e de propagação de correntes de pensamento, concorrem ainda para tornar mais viva a unidade social e política, e dar à atmosfera cultural do país uma pressão suficiente para suscitar, nos artistas, novos meios de expressão e fazer deles os focos em que se intensifiquem e se tornem luminosos os modos de sentir, próprios de uma época ou da vida nacional. Pois o que move o artista, como observa E. DURKHEIM, “não é sempre um esforço centrífugo para fazer irradiar sobre outros um sentimento todo íntimo e pessoal: é também a pressão exercida sobre ele por um estado emocional coletivo que ele resente com uma acuidade maior e ao qual é capaz de dar expressão”.

Esse movimento moderno, derivado, nas suas origens, da arte e das influências européias, mais poderosas, na medida em que o Brasil se integrava na civilização de que participa, já acusa, de fato, uma tendência acentuada para afirmar o seu caráter brasileiro, no espírito, no estilo apropriado à arte nacional, e na busca de novas fontes de inspiração. Não se caracteriza apenas, como vimos e já se observou, pela preocupação de conservar a arte antiga, mas de achegar às fontes vivas da arte popular e de criar uma arte nova caracteristicamente nacional. Examinado mais de perto, o que revela é menos um es-

fôrço de libertação sob a influência de teorias intelectuais do que um processo de "amadurecimento" da própria atividade e cultura artística do país. A história e crítica artísticas, antes quase inteiramente confiadas a jornalistas, cujos artigos apressados não tinham nenhum valor artístico, provam essa mesma maturidade, manifesta no campo da produção e que se exprime, neste outro domínio, pelos trabalhos de pesquisas, por um sentido mais vivo do "nacional" nas artes e pelo amor da verdade, da realidade e da precisão. Sob a dupla influência das novas teorias históricas e de uma definição mais nacional para a arte, a história e a crítica artísticas, em que, nos fins do século XIX, se destacaram GONZAGA DUQUE, na pintura, e J. RODRIGUES BARBOSA e, mais tarde, OSCAR GUANABARINO, na música, renovam seus métodos e, tornando-se mais refletidas, objetivas, documentadas, prenunciam, nas obras de detalhe e nos ensaios, os primeiros grandes trabalhos de conjunto sobre a história da arte no passado de nosso país. A história da pintura e da escultura, de formação recente, não contava, entre nós, senão um escritor, L. GONZAGA DUQUE ESTRADA Rio de Janeiro, (1863-1911), autor da *Arte Brasileira* (1888), livro puramente literário, sem espírito crítico e sem rigor de documentação e escrito ao gosto dos críticos e historiadores românticos; e a música, não apresentava senão a obra erudita e documentada (1908), mas sem idéias gerais de PEREIRA DE MELO que escreveu a história da música no Brasil desde os tempos coloniais. Nos seus trabalhos, ARGEU DE GUIMARÃES, dominado pelos fatos, em lugar de os dominar, e LAUDELINO FREIRE levado exclusivamente pela preocupação informativa, e ambos sem cultura geral e artística e sem o gosto dos juízos exatos, não trouxeram nenhuma contribuição nova aos estudos da história das artes plásticas no Brasil. Nenhuma visão de conjunto ou das grandes linhas de evolução, nem vistas parciais, originais e seguras, nessas obras fragmentárias, em que a sedução pelo adjetivo e a exaltação enfática tomam o lugar ao gosto e ao espírito crítico quase sempre ausentes, e se confundem no mesmo plano, sem perspectivas, tanto as artes como os artistas. . . É somente nestes últimos anos que aparece, em 1926, com a obra de RENATO DE ALMEIDA, uma história da música brasileira, em que o método sagaz do escritor vivifica os documentos um pouco secos que ele colheu na obra dos eruditos; surgem historiadores e críticos musicais como ANDRADE MURICI e, depois de 1930, LUIZ HEITOR CORREIA DE AZEVEDO, e começa a atingir a plenitude de sua força MÁRIO DE ANDRADE, — um dos espíritos mais perspicazes da crítica moderna, historiador de música, que domina a crítica e o folclore musicais com as suas intuições lúcidas e penetrantes. Na pintura, cuja história ainda está por escrever, como a das artes em geral, transmitem-nos impressões claras e vivas, com um sentido refletido da arte moderna, um SÉRGIO MILLIET, um ÂNGELO GUIDO e um LUIZ MARTINS enquanto MARQUES DOS SANTOS, AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR e, sobretudo, JOSÉ MARIANO FILHO, cujos trabalhos revelam um crítico verdadeiramente conhecedor de todas as fases da evolução da arquitetura colonial, inauguram uma série de valiosos estudos sobre as artes dos três primeiros séculos. À medida que se estende a área e se eleva o nível de cultura do país, — essa cultura viva e orgânica que é a substância das letras e das artes, — cresce a reação contra a crítica medíocre, de improvisação, que longe de aproximar os artistas e o público e tornar mais compreensível de todos a obra de arte, tende a afastá-los, a corromper o gosto de uns e de outros e a fazer o público desconfiar da sinceridade dos artistas. Todos esses trabalhos de pesquisa e de erudição não só contribuem para renovar os métodos da crítica artística, subtraindo-a à mobilidade das opiniões individuais, ingênuas ou tendenciosas, e fornecendo novos elementos à objetividade do julgamento crítico, como também preparam, com mais solidez, as bases de nossa grande história das artes, estudada não isoladamente, mas em suas relações com a história geral da cultura no Brasil e com as idéias do

tempo que maior influência exerceram entre nós, e nas raízes profundas que lançam as artes na vida do povo brasileiro, de uma extraordinária predisposição artística, nos seus costumes e, portanto, na alma nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA (Renato) — *História da música brasileira*. F. Briguiet & Comp. Editores, Rio de Janeiro, 1926.
- ANDRADE (Almir de) — *Aspectos da cultura brasileira*. Especialmente: O Aleijadinho: o estilo e a época. Págs. 11-15. Schmidt Editor, Rio de Janeiro, 1939.
- ANDRADE (Mário de) — *Compêndio de história da música*. Especialmente: Capítulo II: Música artística brasileira; e capítulo 12: Música popular brasileira. Págs. 151-177. 3.^a edição, L. G. Miranda Editor, São Paulo, 1936; *Música do Brasil*. Coleção "Caderno Azul", Editora Guairá, Curitiba, 1941.
- ARAÚJO VIANA (Ernesto da Cunha de) — *Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular*. Série de 5 conferências feitas no Instituto Histórico Brasileiro, iniciadas em 30 de Agosto de 1915. In "Revista" do Instituto Histórico Brasileiro.
- AZEVEDO (Fernando de) — *Arquitetura colonial*. Inquérito feito pelo "O Estado de São Paulo". Com uma introdução, respostas de RICARDO SEVERO, ALEXANDRE ALBUQUERQUE, WASH RODRIGUES e JOSÉ MARIANO FILHO, e conclusões. In "O Estado de São Paulo", 13, 14, 15, 16, 17, 21, 24, 29 e 30 de Abril de 1926.
- BASTIDE (Roger) — *Estudos de sociologia estética brasileira*. II. O mito do ALEIJADINHO; Vêde A sociologia do barroco. In "O Estado de São Paulo", 11 de Setembro de 1940.
- BARLAEUS (G.) — *Rerum per octennium in Brasilia*, etc. Clèves, 1660, 8.^o págs. 358-374; *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Mauricio de Nassau*, etc. Tradução e anotação de CLÁUDIO BRANDÃO. Serviço Gráfico do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1940.
- CORREIA DE AZEVEDO (Luiz Heitor) — *Um velho compositor brasileiro*. JOSÉ MAURÍCIO NUNES GARCIA. In "Boletim Latino-Americano de Música", tomo I, ano 1, págs. 133-150. Montevideu. Abril de 1935; *Dois pequenos estudos de folclore musical*, Rio de Janeiro, 1938; *Escala, ritmo e melodia na música dos índios brasileiros*, Rio de Janeiro, 1933; *Relação das óperas de autores brasileiros*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938.
- FERREIRA BRETAS (Rodrigo J.) — *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa*, 1858.
- FREIRE (Laudelino) — *Um século de pintura*. Apontamentos para a história da pintura no Brasil (1816-1916). Tipografia Röhe, Rio de Janeiro, 1916.
- FREYRE (Gilberto) — *A pintura no Nordeste*. In "Diário de Pernambuco". Número comemorativo de seu centenário. 1925.
- GONZAGA DUQUE — *A arte brasileira*. Pintura e escultura. H. Lombaerts & Cia. Rio de Janeiro, 1888.
- GUIDO (Ângelo) — *As artes plásticas no Rio Grande do Sul*. In "Anais" do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia, 4.^o vol., págs. 2 095-2 121. Edição da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.
- GUIMARÃES (Argeu) — *História das artes plásticas no Brasil*. In "Revista" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo especial. Vol. IX, págs. 401-497, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1930.
- JARDIM (Luiz) — *A pintura decorativa em algumas igrejas de Minas Gerais*. In "Revista" do Serviço do Patrimônio Histórico, 1939.
- LANGE (F. C.) — *Vila Lóbo, um pedagogo criador*. In "Boletim Latino-Americano de Música", tomo I, ano I, págs. 189-199, Montevideu, Abril de 1935.
- LIMA JÚNIOR (Augusto de) — *Evolução do barroco no Brasil*. In "Estudos Brasileiros", ano I, n.^o 6, Maio-Junho de 1939, págs. 72-84, Avenida Rio Branco, 128, Rio de Janeiro, 1939; *A capitania das "Minas Gerais"* (suas origens e formação). Especialmente: A casa, o mobiliário e as alfaías. Págs. 105-123; A arte barroca em Minas Gerais. Págs. 123-136, Lisboa, 1940.
- MARIANO FILHO (José) — *O pseudo estilo barroco-jesuítico e suas relações com a arquitetura tradicional brasileira*. In "Estudos Brasileiros", ano II, vol. 3, n.^o 9, Novembro-Dezembro de 1939, págs. 259-269; *Evolução do mobiliário e da ornamentação litúrgica sob a*

- influência dos jesuítas e de D. João V. In "Revista do Brasil", Ano III, 3.^a fase, n.º 22, págs. 41-44, Abril de 1940.*
- MARTINS (Luiz) — *A arte moderna no Brasil*. S. Paulo, 1937; *A evolução social da pintura*. Seis conferências pronunciadas na Biblioteca Municipal de S. Paulo. Coleção Departamento de Cultura. Vol. XXVII, S. Paulo, 1942.
- MARQUES DOS SANTOS (Francisco) — *As belas artes no primeiro reinado (1822-1831)*. In "Estudos Brasileiros", ano II, volume 4, n.º 11, Março-Abril de 1940, págs. 471-509; *A ourivesaria no Brasil antigo*. In "Estudos Brasileiros", ano II, vol. 4, n.º 12, Maio-Junho de 1940, págs. 625-651, Av. Rio Branco, 128, Rio de Janeiro, 1940.
- MELO FRANCO (Afonso Arinos de) — *Roteiro lírico de Ouro Preto*. Ilustrações de PEDRO NAVA. Edição da Sociedade Filipe d'Oliveira, Rio de Janeiro, 1937.
- MILLIET (Sérgio) — *Pintores e pinturas*. Livraria Martins, São Paulo, 1940.
- PEREIRA DE MELO (G. T.) — *A música no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*. Tipografia de São Joaquim, Baía, 1908.
- QUERINO (Manuel Raimundo) — *Artistas baianos*. Rio de Janeiro, 1909.
- RIBEIRO DE LESSA (Clado) — *Mobiliário brasileiro dos tempos coloniais*. In "Estudos Brasileiros", ano I, n.º 6, Maio-Junho de 1939, págs. 1-18, Av. Rio Branco, 128, Rio, 1939.
- RODRIGUES (José Honório) e RIBEIRO (Joaquim) — *Civilização holandesa no Brasil*. Especialmente o capítulo XVI: Meio urbano. Série Brasileira, vol. 180, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- RUBENS (Carlos) — *Andersen (pai da pintura paranaense)*. Genaro Carvalho. Editor, rua dos Gusmões, 147, São Paulo (sem data); *Pequena História das artes plásticas no Brasil*. Edição ilustrada. Série Brasileira, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941.
- SILVA PRADO (Eduardo) — *L'art*. In "Le Brésil en 1889". Rédigé par un groupe d'écrivains brésiliens sous la direction de M. F. — J. de Sant'Anna Nery. Capítulo XVIII, págs. 519-562, Paris.
- SMITH (Robert C.) — *O caráter da arquitetura colonial do Nordeste*. In "Estudos Brasileiros", ano III, vol. 4, n.º 10, Janeiro-Fevereiro de 1940, págs. 419-430, Av. Rio Branco, 128, Rio, 1940.
- SOUSA LEÃO — *Franz Post*. Seus quadros brasileiros. Rio, 1937.
- SOUTO MAIOR — *Arte holandesa no Brasil*. In "Revista" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- TAUNAY (Afonso d'E.) — *Missão artística de 1816*. In "Revista" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 74, vol. 123, Rio, 1911.
- VASCONCELOS (Diogo de) — *A arte de Ouro Preto*. Edição do bi-centenário, 1934.
- VIEIRA (Hermes) — *O romance de Carlos Gomes*. L. G. Miranda Editor, São Paulo, 1936.
- *Guia de Ouro Preto*. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, 1939; Ministério da Educação. *Portinari* (com um prefácio de MANUEL BANDEIRA e um estudo de MÁRIO DE ANDRADE). Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.
- *Portinari: his life and art*. Introduction by Rockwell Kent. With 100 full-page reproductions, 8 in color. The University of Chicago Press, U. S., 1940.

Mapa das zonas de densidade cultural do Brasil
e sua irradiação aproximada.



296. Mapa das zonas de densidade cultural do Brasil e sua irradiação aproximada.





PARTE III

A Transmissão da Cultura

CAPÍTULO I

O sentido da educação colonial

As origens eclesiásticas do ensino no Brasil — As missões jesuíticas e a catequese colonial — O primeiro mestre-escola — MANUEL DA NÓBREGA e ASPILCUETA NAVARRO — Apóstolos e educadores — JOSÉ DE ANCHIETA — Nos páteos dos colégios e nas aldeias dos catecúmenos — Escolas de ler e escrever — Educação literária popular, de fundo religioso — A expansão da língua portuguesa entre os indígenas — A paisagem social da Colônia — A família patriarcal — A situação das mulheres — As três carreiras ou direções que seguiam os filhos — Os capelães e tios-padres — Os ideais do homem culto em Portugal — A instrução e os jesuítas — Os colégios dos padres — Bacharéis e mestres em artes — Os estudos superiores na Metrópole — O papel da Universidade de Coimbra na formação das elites — Os seminários — Monopólio de ensino — Para a formação de clérigos e letrados — Sistema de ensino aliado da cidade contra os campos — Os colégios dos jesuítas e o regime de vida patriarcal — Processo de “urbanização” das elites — A obra dos jesuítas e a unidade nacional — O marquês de POMBAL e a expulsão dos jesuítas (1759) — Destruição do sistema colonial de ensino — A reforma pombalina em execução — As aulas régias e o “subsídio literário” — Os padres-mestres e capelães de engenho — Colégios das ordens monásticas — Período de decadência e de transição.

AVINDA dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas consequências que dela resultaram para nossa cultura e civilização. Quando naquele ano seis jesuítas aportaram à Baía com o 1.º governador geral TOMÉ DE SOUSA, não tinha mais de nove anos de existência canônica a Companhia de Jesus, cujas bases foram lançadas a 15 de Agosto de 1534 na capela de Montmartre por INÁCIO DE LOIOLA e seus seis companheiros e que, apenas confirmada em 1540 por PAULO III, se dispersava, no continente europeu, em missões de combate à heresia e, além dos mares, à propaganda da fé entre os incrédulos e à difusão do Evangelho por todos os povos. Animados de um ardente zêlo apostólico e ligados entre si e à Igreja Católica por uma rigorosa disciplina, refletida e aceita, não tardaram os discípulos de INÁCIO DE LOIOLA a conquistar uma justa preeminência na hierarquia das ordens religiosas e uma autoridade moral imensa, selada pelo martírio, nos combates sem tréguas nem transigências a serviço da religião. Uma fé inabalável, como a dos primeiros apóstolos, e disposta a todos os sacrifícios; uma disciplina que dava aspectos de milícia à nova Ordem, fundada em plena tempestade da Reforma, pelo intrépido soldado de Pamplona, e uma cultura

literária sagrada e profana, erguida a um alto nível e utilizada como instrumento de dominação, fizeram dos grandes missionários a força mais eficaz e robusta na luta contra o protestantismo e na implantação do poder da Igreja entre os povos infiéis. Era uma congregação nova que se criava numa época sombria de paixões e lutas religiosas e com o propósito obstinado de enfrentá-las, e que, ainda nos começos, guardava intacta e viva a chama do espírito evangélico do seu fundador; e as missões jesuíticas que chegaram ao Brasil em 1549 e em 1553, estavam entre as primeiras legiões de missionários que atravessaram os mares, para a catequese do gentio, em longes terras desconhecidas. Todos ficam sabendo ao que vieram esses religiosos, enviados a conselho de DIOGO DE GOUVEIA por D. JOÃO III a quem começava a preocupar a colonização do Brasil; o compromisso essencial do jesuíta com a Igreja, na defesa e propagação da fé, criara desde a sua chegada, aqui como por toda a parte, essa situação clara e definida, em que a sua espantosa atividade missionária, política e educadora, se apresentava subordinada inteiramente às exigências ecumênicas da Igreja e aos supremos interesses da religião. Os jesuítas assentam, logo ao desembarcarem, os seus arraiais; fundam as suas residências ou conventos, a que chamavam "colégios"; instalam os seus centros de ação e de abastecimento, ou, se o quiserem, os seus quartéis, para a conquista e o domínio das almas, penetram as aldeias dos índios e, multiplicando, ao longo da costa, os seus pontos principais de irradiação, estabelecem-se, ao sul, sob a inspiração luminosa do Pe. MANUEL DA NÓBREGA, na Capitania de São Vicente, em que reconhecem "a porta e o caminho mais certo e seguro para as entradas ao sertão". Em dois séculos ou, mais precisamente, em 210 anos, que tantos se estendem desde a chegada dos primeiros jesuítas até a expulsão da Ordem pelo Marquês de POMBAL, em 1759, foram eles quase os únicos educadores do Brasil: os religiosos, de outras ordens, franciscanos, carmelitas e beneditinos, não só se fixaram entre nós mais tarde, em 1580, como também, fiéis à tradição monacal, mantinham um regime de vida mais ascética e apartada e, se já começavam então a romper o isolamento primitivo e a dedicar-se à pregação e a obras mais práticas, não davam à função educadora o papel primordial que ela assumia no plano de atividades dos jesuítas. Por isto, quando "a alma portuguesa, heróica e moça, encurralada na Europa entre os muros de Castela e os muros do mar, queria dilatar-se na espécie e no gênio", foi nos jesuítas que encontrou, para apoiá-la, no seu esforço colonizador e refreia-la, nos seus ímpetos aventureiros, um dos maiores e mais poderosos instrumentos de domínio espiritual e uma das vias mais seguras de penetração da cultura européia nas culturas dos povos conquistados, mas rebeldes, das terras descobertas.

Falar das primeiras escolas do Brasil é, de fato, como escreve SERAFIM LEITE, "evocar a epopéia dos jesuítas do século XVI", em que lançaram, entre perigos e provações, os fundamentos de todo um vasto sistema de educação que se foi ampliando progressivamente com a expansão territorial do domínio português. Para se ter idéia do plano que traziam e da rapidez com que entraram em ação, basta lembrar, com SERAFIM LEITE, que na Baía, "enquanto se fundava a cidade do Salvador, quinze dias depois de chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever, — início daquela sua política de instrução, que eles haviam de manter inalterável através dos séculos de abrir sempre uma escola onde quer que erigissem uma igreja. O mestre dessa primeira escola foi VICENTE RIJO ou RODRIGUES..., historicamente o primeiro mestre-escola do Brasil, a quem consagrou mais de 50 anos de uma vida entrecortada de trabalhos e doências — e benemerências". Inaugura-se então, a partir da Baía, impelido vigorosamente, nos primeiros dez anos (1549-59), pelo Pe. MANUEL DA NÓBREGA, e depois por LUIZ DA GRÃ, seu sucessor, no cargo

de provincial (1559-69), êsse movimento envolvente que se estende na direção do sul, de Salvador ao Pôrto Seguro, ao Espírito Santo e a São Vicente, onde desde fins de 1549 funda LEONARDO NUNES um seminário-escola (escola média), transferido mais tarde, em 1554, para Piratininga,¹ restituído a São Vicente, em 1561, e fixado afinal definitivamente no Rio de Janeiro. O gênio político de NÓBREGA, "grande apóstolo da instrução", concebera o plano de levantar sôbre os alicerces do ensino tôda a obra de catequese e de colonização e se empenhara com tôdas as forças em realizá-lo, determinando, desde 1550, que se construísssem casas "para se recolherem e ensinarem os moços dos gentios e também dos cristãos", não só em benefício da catequese mas também "para o sossêgo da terra e proveito da República". Ao falecer em 1570 o maior dos padres da Companhia, depois de 21 anos de Brasil, a obra que inspirou e ajudara a construir já havia adquirido grande altura e extensão, abrangendo cinco escolas de instrução elementar, estabelecidas no Pôrto Seguro, nos Ilhéus, no Espírito Santo, em São Vicente e em São Paulo de Piratininga, e três colégios, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Baía, que, além de uma classe preliminar, apresentavam outra, de latim e de humanidades. Em pleno século XVI, decorridos apenas cinco anos da morte do ilustre jesuíta, se chegou a colar graus de bacharel em artes, no colégio da Baía, em que no ano seguinte, em 1576, se conferiam os de licenciado. Certamente essa notável organização, planejada e sabiamente conduzida por NÓBREGA, até o fim de seu govêrno, e constantemente desenvolvida nas administrações posteriores, foi, no primeiro decênio, o resultado dos esforços dos dois núcleos iniciais de jesuítas, doze ao todo, padres e irmãos leigos, empenhados em atacar a catequese colonial, desde as suas fundações. Mas à frente destas iniciativas, por força do cargo e da autoridade, sempre esteve NÓBREGA, fundador e provincial, grande entre os maiores que com êle chegaram, em 1549, como JOÃO DE ASPILCUETA, ou que vieram depois, com o 2.º governador D. DUARTE DA COSTA, em 1553, como JOSÉ DE ANCHIETA aquele, navarro de origem, que se atirou com intrepidez à atividade apostólica e faleceu em 1557, vencido pelos trabalhos, com oito anos apenas de Brasil, e êste, de ascendência biscainha, que domina com a fama de sua santidade e de seus milagres, quase meio século da vida colonial, inseparável dos 44 anos de seu apostolado. Foi ASPILCUETA NAVARRO, dentre os jesuítas, o primeiro que aprendeu a língua indígena e dela se utilizou desde 1550, na pregação aos selvagens, o primeiro mestre e missionário do gentio, e o primeiro nas entradas evangelizadoras aos sertões, que varou em 1553, escreve AFRÂNIO PEIXOTO, "de Pôrto Seguro, 350 léguas de périplo, às cabeceiras do Jequitinhonha, vale do São Francisco, tornando ao litoral, pelo rio Pardo". Se nessa trindade esplêndida, — NÓBREGA, o político, NAVARRO, o pioneiro, e ANCHIETA, o santo,² se simboliza a atividade extraordinária dos

¹ A fundação, em 1554, do Colégio de São Paulo, nas planícies de Piratininga, com a presença do Pe. JOSÉ DE ANCHIETA que acabava de chegar de Portugal, foi determinada por NÓBREGA, que escolheu o lugar, — futuro centro de irradiação de missionários e bandeirantes, e designou para essa casa o jovem jesuíta, nomeando-o mestre de seus colegas. Não era, porém, um novo colégio que se fundava na Capitania, mas o de São Vicente que se transferia para os campos de Piratininga, — "por ser melhor clima e mais fácil a sustentação —, e também por amor aos índios". O seminário-escola, "estabelecido primeiro em São Vicente por LEONARDO NUNES (escreve ainda SERAFIM LEITE), transferido e quase fundado de novo em Piratininga em 1554, elevado a colégio por NÓBREGA em 1556 que o dotou com todos os bens móveis e de raiz, pertencentes à Companhia no sul, e transferido outra vez para São Vicente em 1561, ia fixar-se definitivamente, já oficializado e perfeito no Rio de Janeiro". (SERAFIM LEITE, *As primeiras escolas do Brasil*. In "Páginas da História do Brasil", págs. 35-62). Em São Paulo de Piratininga permaneceu, porém, com o mesmo nome que se estendeu a tôda a redondeza no planalto, uma escola de instrução elementar, dosdobrando-se por essa forma em dois os colégios ou "casas" da Capitania de São Vicente: o de São Vicente e o de São Paulo que voltaram a ser, aquele, a partir de 1561 e êste, desde 1567, escolas elementares, para os meninos, filhos de reinóis, de mamelucos e de índios.

² JOSÉ DE ANCHIETA, grande figura da Igreja e uma das maiores do Brasil, apóstolo do Novo Mundo, nasceu em Tenerife aos 19 de Março de 1534, no mesmo ano em que se criava a Companhia de Jesus, de que veio a ser um dos vultos mais eminentes, desde a sua fundação. Em 1548 foi mandado pelos pais a Coimbra onde fez seus estudos e professou na Companhia em 1.º de Março de 1551, partindo dois anos depois, ainda noviço para o Brasil, com a segunda leva de missionários jesuítas. Era então pouco mais

jesuítas no século XVI, — a fase mais bela e heróica da história da Companhia de Jesús —, entre todos êsses apóstolos e educadores avulta, com um relêvo singular, a figura taumatúrgica de ANCHIETA que chegara, no refôrço mandado por D. JOÃO III, em 1553, simples noviço, de compleição frágil e menos de vinte anos.

Nessa época em que prevalecia sôbre todos o cuidado da catequese e que se havia de projetar através do século XVII, JOSÉ DE ANCHIETA, desde a sua chegada até a sua morte, desenvolve um trabalho apostólico de proporções tão vastas e com tal intensidade que se tornou a figura central dêsse movimento estupendo de propagação da fé entre os gentios. Não que lhe fôssem inferiores, no fervor e na dedicação, os seus admiráveis companheiros de Ordem a que, embora tão poucos, na primeira década, não assustara a tarefa a realizar no imenso campo de ação que se estendia à exploração dos missionários; mas é que em nenhum deles se concentraram em tão alto grau as virtudes evangélicas e as aptidões intelectuais que se combinaram na personalidade surpreendente de ANCHIETA, para nos darem o grande apóstolo dos índios. Ainda jovem, metido “na sua sotaina de cânhamo tingido de preto, que êle mesmo fizera com retalhos de velas náuticas”, era já o mestre, designado para ensinar latim e humanidades aos seus irmãos no colégio de Piratininga, que não passava, em 1554, “de uma barraquinha de caniço e barro, coberta de palha, longa 14 pés, larga 10”, em que, segundo informava em carta a INÁCIO DE LOIOLA, se comprimiam às vêzes mais de vinte companheiros de apostolado. Mas, já em 1555, um ano depois da fundação do colégio na aldeia de Piratininga, — que era o ponto mais avançado na ofensiva da catequese e da colonização sôbre o planalto, podia orgulhar-se ANCHIETA de terem ali os jesuítas “uma grande escola de meninos índios bem instruídos na leitura, escrita e bons costumes”. Para êsse trabalho de ensino, em que todos participavam, mas a que faltavam livros e material, era êle que compunha canções, escrevia pequenas peças de teatro e organizava compêndios que, copiados e recopiados, se tornaram de uso corrente em quase todos os colégios. Autor da primeira gramática da língua difícil dos indígenas, em que se tornou mestre para melhor os instruir, poeta, inventor de autos, mistérios religiosos e diálogos em verso, que os meninos

do que adolescente, de constituição franzina e saúde precária, agravada por um acidente sofrido em Portugal, e a cujos padecimentos os seus superiores julgaram dar alívio, enviando-o para melhores climas. “Ao vê-lo embarcado a 8 de Março de 1553, quem poderia suspeitar, escreve BRÁSILIO MACHADO, que, com o correr do tempo aquele inválido de 19 anos, revolveria, ardente e infatigável, um mundo de gentios, apostolizando esta terra e amparando com as costas deslocadas a hegemonia de Portugal nas terras de Santa Cruz!” Mestre no Colégio de Piratininga, para o qual o designou, em 1554, o Pe. MANUEL DA NÓBREGA; missionário em São Vicente, em Piratininga, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo; provincial da Companhia de Jesús, de 1579 a 1586; reitor do Colégio do Espírito Santo, foi em todas as funções que exerceu, no ensino dos meninos, filhos de índios e de colonos, no ministério espiritual e na propagação da fé pelos sertões, um exemplo incomparável de zelo apostólico, de espírito de sacrifício e de heróica dedicação. Companheiro ou emissário de NÓBREGA, nas embaixadas de mais risco e de maior responsabilidade, em Iperoig (1563), para a pacificação dos tamoios, no Rio de Janeiro, a cuja fundação assistiu, como à de São Paulo, e em que prestou serviços na expulsão dos franceses, ou na Baía a que foi enviado em 1566, para relatar a MEM DE SÁ os sucessos da guerra, ninguém o excedeu na prudência e na abnegação com que se desempenhou de todas as missões, dilatando por toda a parte a autoridade da Igreja e a influência da religião. Quando em 1566 se ordenou em ordens sacras, na Baía, os trabalhos e as fadigas, na obra da catequese, em que foi o primeiro “pela abnegação levada ao heroísmo da santidade e do desejo do martírio”, já o haviam sagrado, aos olhos de todos, o ministro de Deus e o missionário do Evangelho. As atividades em que se desdobrou, para conquistar e dominar o gentio, palmilhando sertões, penetrando aldeias, construindo igrejas, pregando e ensinando, assistindo a todos e provendo a tudo, chegam a espantar, não só pela variedade de aspectos que revelam, de uma personalidade extraordinariamente dotada, como pela intensidade da chama ideal, em que viveu e se consumiu o grande educador e missionário. Linguista, organizou a *Arte da gramática da língua brasileira*, — “o primeiro monumento de linguística brasileira”, manuscrita desde 1560 e publicada em 1595; poeta e autor teatral, compôs em latim o *Poema da Virgem* e, em português e em tupi, orações, poesias, canções e autos religiosos; historiador, escreveu as *Informações e fragmentos históricos* (1584-86), — a vida dos padres da Companhia mortos no Brasil, e nos deixou, em suas cartas preciosas, uma das fontes mais seguras do primeiro século colonial. Com a sua morte, a 9 de Junho de 1597, em Ritiriba (antiga Benevente, hoje Anchieta), no Estado do Espírito Santo, encerraram-se 44 anos de uma vida de apostolado, — uma das mais longas e, certamente, a mais bela e a mais fecunda que já viveu um missionário em terras da América. (Cfr. SIMÃO DE VASCONCELOS, *Vida do Venerável Pe. José de Anchieta*. Lisboa, 1672; *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Publicação da Academia Brasileira de Letras, Rio, 1933; JÔNATAS SERRANO, *Anchieta educador*. In “Jornal do Comércio”, 29 de Setembro de 1940).

representavam nos pátios dos colégios e nas aldeias dos catecúmenos, êsse educador eminente, que tinha o segredo da arte de ensinar, utilizava tudo o que fôsse útil ou suscetível de exercer sugestão sobre o espírito do gentio, — o teatro, a música, os cânticos e até as dansas, multiplicando os recursos para atingir à inteligência das crianças e encontrar-lhes o caminho do coração. Na atividade realmente notável dêsse missionário bandeirante que, durante quase meio século, passou os dias, de São Paulo ao Espírito Santo, pregando o Evangelho aos índios, nas suas entradas pelos sertões, instruindo os convertidos, assistindo aos doentes e consolando os aflitos, não é a menor parte a série ininterrupta de esforços na catequese e instrução dos meninos a cuja educação pôde trazer contribuições originais, inspiradas pela sua intuição da alma infantil, pela sua experiência pessoal e pelas suas observações sobre a mentalidade mística dos índios. Se a essa obra, — parte integrante e fundamental de seu apostolado, se consagraram os jesuítas, espalhados por toda a Colônia, nenhum adquiriu mais direitos do que ANCHIETA ao título de mestre-escola, educador, protetor e apóstolo dos pequeninos índios, a que se dirigia, certamente, para convertê-los à sua fé e servir assim ao triunfo de suas idéias, mas com todo o seu coração e com uma inteligência e lucidez admiráveis. A compreensão, — uma compreensão profundamente humana, sublimada pela fé, eis o que caracteriza ANCHIETA que, por isso mesmo, exerceu uma influência excepcional, dirigindo-se não somente a todos mas a cada um em particular, segundo a sua natureza e as suas necessidades, as quais lhe revelava uma verdadeira intuição. E' nessa obra de educação popular, nos pátios de seus colégios ou nas aldeias da catequese, que os jesuítas assentaram os fundamentos do seu sistema de ensino, e se tem, pois, de procurar o sentido profundo da missão da Companhia, cujo papel na história dos progressos do Cristianismo e da instrução no Brasil tinha que ser, em mais de dois séculos, tão principal e, incontestavelmente, superior ao das outras ordens religiosas. Mas, apresentados os fatos à sua verdadeira luz, a obra de catequese e a do ensino elementar, nas escolas de ler e escrever, ultrapassam, nos seus efeitos, os fins imediatos que visaram os jesuítas. Atraindo os meninos índios às suas casas ou indo-lhes ao encontro nas aldeias; associando, na mesma comunidade escolar, filhos de nativos e de reinóis, — brancos, índios e mestiços, e procurando na educação dos filhos, conquistar e reeducar os pais, os jesuítas não estavam servindo apenas à obra de catequese, mas lançavam as bases da educação popular e, espalhando nas novas gerações a mesma fé, a mesma língua e os mesmos costumes, começavam a forjar, na unidade espiritual, a unidade política de uma nova pátria.

— Nessas escolas elementares que repousavam à base de todo o sistema colonial de ensino, ainda em formação, e funcionavam não só nos colégios mas “em todas as terras onde existisse uma casa da Companhia”, aprendiam os filhos dos índios a ler, escrever, contar e falar português e recebiam também a primeira instrução os filhos de colonos. Não só nos colégios e nessas escolas menores, mas em cada uma das aldeias onde tem os padres “suas casinhas cobertas de palhas, bem acomodadas e igrejas capazes”, além de instruir os índios nas cousas necessárias à sua salvação ensinam aos seus filhos, como nos informa ANCHIETA, “a ler, escrever, contar e falar português que aprendem e falam em graça, a dansar à portuguesa, a cantar e a ter seu côro de canto e flauta para as suas festas”. Se os jesuítas concentraram na escola superior a grande ambição de sua política educativa, — “a elaboração de uma elite, culta e religiosa, que realizaria os objetivos místicos e sociais de SANTO INÁCIO”, é certo, como se pode concluir de todos os documentos antigos, que entre as suas ocupações com os próximos sempre esteve, nos séculos XVI e XVII a de ensinar os meninos dos índios e dos portugueses a ler e escrever, nas aldeias dos neófitos e nas escolas de colu-

mins e de crianças brancas. Em tôda essa obra magnífica, de catequese e colonização, utilizavam os padres não só a influência dos meninos brancos, órfãos ou filhos de colonos, sôbre os meninos índios, postos em contacto com aqueles nos mesmos colégios, como também a ação dos columins que, ensinados pelos padres, saíam pelas aldeias a ensinar os pais na própria língua dos índios. Foi por aí, por essas escolas de ler e escrever, fixas ou ambulantes, em peregrinação pelas aldeias e sertões, que teve de começar a *fundamentis* a sua grande política educativa; e com elas é que se inaugurou, no Brasil ao mesmo tempo que na Europa, essa educação literária popular, de fundo religioso, organizada em consequência e sob os influxos das lutas da Reforma e da Contra-Reforma, para a propagação da fé. Foi ainda por essas escolas primárias, — poderoso instrumento de penetração —, e pelas aulas de gramática, mantidas em todos os colégios, que se tornou língua geral o idioma português que os índios aprendiam não só dos colonos, mas sobretudo do padre e dos meninos, filhos de reinóis ou órfãos trazidos de Lisboa pelos jesuítas, e cuja presença nos colégios (pois “para crianças não há distinção de raças e elas são por natureza universalistas”) ajudou muito, na opinião de SERAFIM LEITE, a atrair e estimular os pequeninos índios no caminho da instrução.³ Certamente, os padres desde o século XVI, aprenderam dos índios a sua língua em que se tornaram mestres exímios e de que escreveram a gramática, mas não a aprendiam senão para os instruir por ela e conquistar mais facilmente os selvagens à sua fé e às suas idéias religiosas e sociais. “A facilidade que tinham os indígenas das Índias Orientais de aprender o português, língua geral na Ásia e na África no século XVI, repetia-se no Brasil, como já observou PEDRO CALMON: a expansão do idioma correspondia à efetiva conquista do território”. A cultura indígena, não somente quanto à língua, mas na espontaneidade e variedade de suas formas, se foi lentamente substituindo, no raio de influência dos missionários, por um outro tipo de cultura, de acôrdo com os ideais dos jesuítas, e sua concepção de vida e do mundo, idêntica para todos os povos. É por isto que GILBERTO FREYRE, examinando a questão a essa luz, do contacto e choque de duas culturas, e da atitude dos jesuítas em face dêsse conflito, considera o missionário como “o grande destruidor de culturas não européias do século XVI ao atual”, e a sua ação “mais dissolvente que a do leigo”. Os jesuítas, sob êsse aspecto, foram, de fato, “puros agentes europeus de desintegração de valores nativos”. Mas, superimpondo à naturalidade das diferentes línguas regionais uma só, — a geral; acabando com os costumes das populações aborígenes ao seu alcance e elevando os meninos índios a “abominar os usos de seus progenitores”, como declara ANCHIETA em uma de suas cartas; procurando destruir entre os caboclos as suas dansas, cânticos e festivos, “em desacôrdo com a moral católica e as convenções européias”, os missionários, universalistas, realizavam evidentemente uma obra de assimilação e de uniformização que não foi sem consequências para a vida nacional, cuja unidade começava a plasmar-se, sob a sua ação, e pela qual se pode apreciar o valor enorme da catequese na formação do Brasil.

³ SERAFIM LEITE, comentando uma carta datada da Baía, “desta casa do Colégio dos Meninos de Jesus, hoje a 5 de Agosto de 1552 anos”, e que nos dá notícias sôbre a atividade comum dos meninos índios com os órfãos, refere-se às entradas que faziam a pé pelo sertão até distâncias consideráveis para o tempo e para a idade. Entre outras informações, porém, avulta a que traz uma “nota com outra letra, talvez de quem a enviou de Portugal para Roma”. Diz que em Lisboa se receberam mais cartas de meninos índios, até onze ou doze. Iam estes meninos pelas aldeias a surpreender os homens nas rédes e, depois de uma introdução festiva de cantos e dansas, ensinavam-lhes “a Paixão de Nosso Senhor, os Mandamentos, o Padre-Nosso, o Credo e a Salve-Rainha, na língua dos índios. De maneira que os filhos na sua língua ensinam os pais, e os pais, com as suas mãos postas, vão atrás dos filhos, cantando Santa Maria, e eles respondendo *ora pro nobis*”. Em que ano estamos? (pergunta SERAFIM LEITE) em 1552. Os padres ensinam os filhos... e os filhos ensinam os pais!” Mas essa camaradagem cordial, que engendra admiráveis virtudes, e foi tão útil, a diversos aspectos, parece que não esteve sempre isenta de vícios e de corrupção. É o que julga GILBERTO FREYRE, apoiado em informações de ARLINDO CAMILO MONTEIRO de que nos livros de nefando são citados (êsses meninos órfãos) com relativa frequência: “um elemento de colonização portuguesa no Brasil, escreve GILBERTO FREYRE, aparentemente puro, mas na realidade corruptor, foram os meninos órfãos trazidos pelos jesuítas para os seus colégios”. (*Casa grande e senzala*, Rio, 1933, pág. 360).

Mas essa obra empreendida pelos jesuítas mediante vasto sistema educativo que, elevando-se, devia atingir um esboço de ensino superior, desde o primeiro século colonial, não se apresentava apenas sob êsse aspecto, de conquista dos índios a uma nova civilização. Ao mesmo tempo que procuravam, no seu sonho imperialista, substituir por outra a cultura indígena que se desmantelava, diante do assalto vigoroso desses novos agentes de colonização, lançavam-se, nos colégios e nas igrejas, a uma tarefa não menos difícil e complexa, — a de restaurar e manter na sua integridade a civilização ibérica que passava por transformações profundas e tendia a dissolver-se, na Colônia, sob as poderosas influências, indígenas e africanas, e cuja unidade, por duas vezes, no século XVI e XVII, foi ameaçada por invasões estrangeiras. Se era inevitável e, segundo todos reconhecem, foi a mais larga e profunda a influência que devia exercer em nosso país a civilização portuguesa, trazida pelos colonos, mercadores e aventureiros, e cuja defesa se impunha à Metrópole, no próprio interesse econômico e político, é certo que ela foi constantemente trabalhada, no processo de sua evolução, pela interpenetração de culturas de níveis e aspectos diversos e esteve em ponto de ceder lugar a novas influências européias: as dos franceses e holandeses. Não fôssem os jesuítas que se tornaram os guias intelectuais e sociais da Colônia, durante mais de dois séculos e teria sido talvez impossível ao conquistador lusitano resguardar dos perigos que a assaltavam, a unidade de sua cultura e de sua civilização. Eles foram, de fato, o centro de toda essa reação europeizante, na sociedade colonial. Organizando as primeiras instituições de educação e cultura — mediante as quais o cléro passava a obter na Colônia a ilimitada preponderância de que já gozava na Metrópole, lutavam os jesuítas por assegurar a posse e a unidade do poder espiritual, com a mesma firmeza com que um deles, MANUEL DA NÓBREGA, intervinha na política contra os franceses (1564-67), quando a indecisão fazia flutuar frouxas nas mãos dos chefes as rédeas do govêrno, ou com que outro, não menos ilustre, ANTÔNIO VIEIRA, na campanha holandesa, concitava as povoações e as aldeias a levantarem o estandarte da cruz, arvorado no cimo dos campanários e os portugueses a cerrarem fileiras à sombra da bandeira da fé, que desenrolava, à frente dos seus soldados e das tropas coloniais. Seja qual fôr o ponto de vista de que se considere a obra realizada pelos jesuítas, ela não pode deixar de impressionar, não só pela extensão da área social em que se projetou, da Baía até Olinda e, para o sul, até São Vicente no século XVI, e de Pernambuco ao Pará, no século XVII, mas também pelas dificuldades que tiveram de vencer, para realizá-la e mantê-la, numa sociedade heterogênea, de brancos, negros, índios e mestiços, baseada num regime de escravidão, fraccionada em núcleos dispersos por grandes distâncias e cindida por lutas e dissensões internas. Se, no norte, no século XVII, a paisagem social da Colônia já apresentava, com a lavoura da cana, uma estratificação étnica e econômica, em que a uma moral de escravos se sobrepunha, sem freios, uma moral de senhores, a mobilidade social, no sul, intensificada pelas entradas e bandeiras, misturava as populações e as classes, determinando um largo processo de diferenciação e fazendo saltar, do tumulto de uma vida social instável, uma nova forma de individualismo, tão despótico e desabrido como o dos senhores de engenho. Eles, os jesuítas, para imporem a moral católica, tinham, pois, de enfrentar no norte a onipotência dos senhores escravagistas que se opunham, nos seus latifúndios, com o arreganho costumado, a toda autoridade exterior, e de sustentar, no sul, uma luta sem tréguas, em defesa da liberdade dos índios, contra homens violentos e audazes, desprezadores das poucas leis que então regiam a sociedade civil, e habituados a todos êsses desmandos e excessos com que os pioneiros e desbravadores de sertões costumam romper caminho, na sua marcha para o desconhecido. Por toda a parte, os conflitos entre o colo-

nizador e os naturais; as influências dos negros ou dos índios, ou das duas raças e culturas, modificando a língua reinol, infiltrando-se pela religião e solapando a influência dos portugueses; por tôda a parte, a explosão irreprimível dos instintos de libertinagem favorecidos e estimulados pelo clima, pela mestiçagem praticada em larga escala, pela desenvoltura e liberdade de costumes,⁴ próprios de sociedades "de acampamento" como as dos sertões, ou pela ociosidade voluptuosa de uma classe escravocrata que fazia de cada uma das senzalas, nos engenhos de açúcar ou nos sobrados da burguesia, "um grande seralho sôlto". Nem foram somente as casas grandes que se deixaram contaminar pelos escravos: nessa "terra tão larga e de gente tão sôlta", na expressão pitoresca de um dos jesuítas que primeiro chegaram ao Brasil, a corrupção já havia atingido, desde o século XVI, os próprios clérigos, entre os quais se instalou aos olhos complacentes da sociedade colonial, sem abalar o prestígio eclesiástico nem constituir obstáculo à ascensão social, geralmente tão fácil, dos filhos de padres, brancos e mestiços.

Na família patriarcal, a única força que realmente se contrapunha à ação educativa dos jesuítas, era a do senhor de engenho, cuja autoridade soberana dominava do alto não só a escravaria, mas a mulher e os filhos, mantidos à distância, e acumulava, com o governo dos latifúndios, a administração da justiça e a policia de sua região. Uma rígida disciplina, sob o comando do *pater-famílias*, a cujos interesses servia, refugiou-se nas casas grandes, onde o sentimento de autoridade e o princípio de hierarquia acentuavam as diferenças de idade, tornando enorme a distância social entre o menino e o homem, entre os filhos e os pais. As mulheres, — a matrona ou senhora, com a sua côrte de mucamas, empregadas na indústria doméstica, e as filhas que não se desprendiam das saias das mães até se casarem quase impúberes ou se meterem freiras nos conventos, viviam aprisionadas, atrás das rótulas e das portas, na solidão melancólica de seus gineceus, onde estranho algum podia penetrar e donde geralmente não saíam à rua senão para as festas de igrejas. Submetidas a um regime de clausura, entre pais de uma severidade cruel e maridos ciumentos e brutais e dividindo o tempo entre os cuidados dos filhos, as práticas religiosas, na capela ou nas igrejas, e os serviços caseiros, não tinham nem podiam ter na Colônia uma condição intelectual diferente da que conheciam as mulheres em Portugal, nos três séculos da colonização. A situação tradicional de inferioridade em que a colocaram os costumes e as leis, a ausência de vida social e mundana e a falta quase absoluta de instrução (pois raramente aprendiam a ler e escrever), davam-lhes essa timidez e reserva habituais que as faziam corar ao serem surpreendidas por estranhos ou as deixavam desconcertadas diante de hóspedes e forasteiros.⁵ Pois nesse domínio quase inviolável da casa

⁴ Os descendentes dos descobridores, nascidos no Brasil, escreve HUMBERTO DE CAMPOS, "herdaram com o sangue dos pais êsse processo violento, ditado pelas contingências, da multiplicação da espécie. A importação do negro, cuja raça trazia à jovem devassidão americana a idéia de um prazer novo, acendeu ainda mais em nossos avós o culto da libidinagem que se tornou, assim, um dos fatores da fusão desses elementos humanos e, não menos, um dos motivos que aprofundam, entre senhores e escravos, o valor quase intransponível, das incompatibilidades sanguinárias. A poesia e o romance brasileiros do século XIX reproduzem, com tôdas as tonalidades, os vários aspectos dessa civilização depravada. O branco, senhor ou feitor, esposa-se da virgindade de tôdas as negras púberes, cruzando irresponsavelmente com elas; formando sem amor, isto é, sem sentimento de alma ou consciência de coração, uma raça mestiça, cujos rebentos femininos devem servir, mais tarde, à concupiscência dos seus filhos legítimos. Dêsse direito, que o europeu, ou o seu descendente direto, julga irrefutável, nascem então os grandes crimes, as fundas revoltas, as eternas rivalidades. . . O branco realiza, entretanto, o seu destino histórico, aventurando a vida, no meio de todos os riscos, para estabelecer, como estabeleceu, as bases definitivas da nova raça". (HUMBERTO DE CAMPOS, *Carvalhos e roseiras*. 2.^a edição, págs. 80-81, Livraria José Olimpio, São Paulo, 1934).

⁵ A reserva até a timidez e a ignorância, determinadas pelo regime de reclusão a que os costumes condenaram a mulher, no período colonial, mantiveram-se, até princípios do século XIX, como traços femininos característicos, que não escaparam à observação de todos os viajantes estrangeiros. A tradição da família portuguesa, a escassez de mulheres brancas, tanto maior quanto mais a povoação distava do litoral, e a licenciosidade dos costumes, explicam essa atitude de defesa com que o homem resguardava a mulher de contacto com estranhos, enclausurando-a no interior de suas casas. "Na província de Minas

grande, em que tôda a autoridade se concentrava no *pater-famílias*, e tanto os escravos, como os filhos e ainda a mulher, eram conservados numa distância de inferioridade e de subordinação, variável conforme a idade e a condição social, não tardou o jesuíta a penetrar, quebrando, em proveito da Igreja, pela influência que exerceu sobre a mulher e sobre os filhos, a força discrecional dos senhores de engenho. "No primeiro século de colonização, escreve GILBERTO FREYRE, o colégio dos jesuítas chegara a fazer sombra à casa grande e aos sobrados patriarcais, na sua autoridade sobre o menino, a mulher e o escravo. Pelo colégio, como pelo confessorário, e até pelo teatro, os jesuítas procuraram subordinar à Igreja os mesmos elementos passivos da casa grande: a mulher, o menino e o escravo. Procuraram tirar da casa grande duas de suas funções mais prestigiosas: a da escola e a da Igreja. Procuraram enfraquecer a autoridade do *pater-famílias* em duas de suas raízes mais poderosas".⁶ Mas não foi somente na religiosidade da família que encontraram os jesuítas o clima favorável à sua ação educativa, tanto mais eficaz, nessa atmosfera de servidão, quando no amparo e na força da Igreja, o escravo, a mulher e o filho deparavam um contrapêso aos excessos da autoridade doméstica e patriarcal, com que nenhum outro poder se podia defrontar senão aquele em nome do qual falava o missionário, — o poder da religião. Segundo uma tradição da família portuguesa, sobre cujo modelo se formou a família patriarcal, na Colônia, seguiam os filhos três direções ou carreiras, "que não raro, conforme lembra PEDRO CALMON, depois de muitas voltas acabavam na mesma casa familiar que era apanágio do mais velho".⁷ Este, herdeiro do morgado, seguia o destino paterno: o segundo, a carreira de letrado, a que se encaminhava, começando os estudos no colégio para ir concluí-los na Europa; e o terceiro, entrava para a Igreja professando aos 15 anos num convento, num colégio ou envergando a batina num seminário. "Fazia-o padre a mãe piedosa". Todos, pois, que se destinavam, na casa patriarcal, à carreira das letras ou à vida eclesiástica e monacal, — e tôdas as famílias abastadas se desvaneciam de ter um filho letrado ou um filho padre —, caíam naturalmente sob a influência da educação jesuítica, em seus colégios, na Colônia, ou na Universidade de Coimbra, em poder desses religiosos desde 1555, constituindo-se os instrumentos mais úteis de penetração de suas idéias e de seus métodos. A tradição da família patriarcal, em dois dos destinos que reservava aos filhos, abria, por essa forma, entre a casa grande e o colégio, os canais de comunicação por onde devia chegar, fazendo sombra à dos pais, a influência dos jesuítas, e escoar-se para a Igreja e para as letras a flor da moci-

Gerais as senhoras não se costumam mostrar aos homens", escreve A. DE SAINT-HILAIRE que raramente, nas suas longas viagens pelo Brasil (1816-22), teve o prazer, nas casas em que se hospedou, de repousar os olhos em rosto feminino. Em Vila Rica, a festa que deu o governador da província D. MANUEL DE CASTRO E PORTUGAL, levou o naturalista francês a supor que tornaria a ver as senhoras com que, no dia seguinte ao de sua chegada, se avistara, no sarau do palácio. A ilusão durou pouco. "Fizemos frequentemente visitas a seus maridos que eram os principais personagens da cidade; mas, — acrescenta, desiludido —, não avistamos uma única mulher". (*Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*, tomo 1. Série Brasileira, vol. 126, São Paulo, 1938, pág. 142). "Durante todo o tempo que passei em casa do Capitão VERCIANI (conta o sábio francês) a dona da casa não se mostrou. Entretanto, enquanto comíamos, via um vulto simpático feminino avançar docemente através da porta entreaberta. Logo, porém, que voltava os olhos para esse lado, a senhora desaparecia. É mediante uma curiosidade desse jaez que as senhoras procuram lenitivo à escassa liberdade de que podem gozar". (*Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*, tomo 2. Série Brasileira, vol. 126-A, São Paulo, 1938, pág. 287). Na zona do Rio Grande e, em geral, da comarca de São João, "elas se mostram um pouco mais do que as de outras partes da Província de Minas Gerais, mas (comenta SAINT-HILAIRE, impressionado com a insociabilidade feminina), "como isso não é uso geralmente admitido e as que aparecem diante dos hóspedes só o fazem calcando um preconceito, mostram muitas vezes certa audácia que tem qualquer coisa de desagradável. Aqui, como no resto da Província, as donas de casa e suas filhas enfiavam cautelosamente o rosto entre a parede do quarto em que me achava e a porta entreaberta, afim de me ver escrever ou examinar plantas, e, se eu me voltava de repente, percebia vultos, que se retiravam apressadamente. Cem vezes me representavam essa comédia". (*Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*, tomo 1. Série Brasileira, vol. 68, São Paulo, 1937, págs. 79-80). No Império, se excetuarmos a corte, não sofreram êsses costumes sensível mudança, no litoral e no planalto. Desde SAINT-HILAIRE que viajou pelo Brasil, no crepúsculo do período colonial (1816-22), até MAX LECLERC que nos visitou, por conta do *Journal des Débats*, quando se proclamou a República (1889-90), todos os viajantes fazem observações semelhantes senão idênticas sobre a condição social da mulher no Brasil.

⁶ GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos*. Série Brasileira, vol. 64, págs. 92-93, São Paulo, 1933.

dade colonial. "Daí a tática terrível, porém sutil, dos educadores jesuítas, observa ainda GILBERTO FREYRE, de conseguirem dos índios que lhes dessem seus columnins, ou dos colonos brancos que lhes confiassem seus filhos, para os educarem a todos nos seus internatos, tornando-se os filhos mais deles, padres, e dela, Igreja, do que dos caciques e das mães caboclas, dos senhores e das senhoras de engenho".⁷

Mas a autoridade e a influência cultural que os jesuítas exerceram nas casas grandes, por uma ação de fora para dentro, isto é, empalmando a educação dos meninos que se recolhiam aos seus colégios, passaram depois a seu sustentadas no "interior" da própria família patriarcal, pelos tios-padres e capelães de engenho.⁸ Pelas malhas estreitas dessa rêde cultural, trançada com suas instituições de ensino, poucos elementos hábeis deviam escapar, em cada uma das novas gerações que se sucederam nas casas grandes e das quais a maior parte dos meninos ia parar nos colégios de padres, ficando a educação dos restantes, a partir do século XVII, a cargo de capelães e padres-mestres. A Igreja que a princípio rondava a casa grande, disputando a autoridade ao *pater-famílias*, arrogante e luxurioso, acabou por nela se instalar, vivendo, por seus capelães, sob o mesmo teto e sentando-se à mesma mesa dos senhores de engenho. Foi por essa ação conjugada e depois sucessiva, dos jesuítas, nos seus colégios, e dos capelães e padres-mestres, vindos do reino ou educados, na Colônia, em grande parte pelos padres da Companhia, que se amorteceu a maré montante das influências africanas, subindo das senzalas às casas grandes. "Mães negras e mucamas, escreve GILBERTO FREYRE, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas grandes, criaram um português diverso do hirtó e gramatical que os jesuítas tentaram ensinar aos meninos índios e semi-brancos, alunos de seus colégios; do português reinol que os padres tiveram o sonho vão de conservar no Brasil. Depois deles, mas sem a mesma rigidez, padres-mestres e capelães de engenho procuraram contrariar a influência dos escravos, opondo-lhe um português quase de estufa".⁹ A ação dos jesuítas e dos capelães que deles receberam, para transmiti-los à mocidade colonial, o mesmo espírito e os mesmos ideais de cultura, não se reduziu certamente à defesa do português contra as influências negras ou indígenas, que ameaçavam a um tempo a língua pátria, a autoridade da Igreja, a moral e os costumes: êles levantaram uma barreira à desintegração da herança cultural de que eram depositários e de que foram, na Colônia, os mais autorizados representantes e os propagadores mais ardentes. As águas que colheram nas fontes da Igreja e nas tradições da Metrópole e que fizeram derivar das altas cumiadas de seus colégios, derramaram-se pelas duas vertentes, — a das senzalas e a das aldeias de

⁷ GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos*. Série Brasileira, vol. 64, págs. 92-93, São Paulo, 1936.

⁸ A capela, a mansão e a senzala, — elementos fundamentais de todas as casas grandes —, constituíam o triângulo em que se encerrava o regime de economia patriarcal: a Igreja, a família e a escravidão. Nos sobrados burgueses, quando não existia capela, encontrava-se sempre, para as práticas de piedade, ao menos um oratório, que foi substituindo as capelas, mais ricas, das residências senhoriais. Instalando-se, nas casas grandes e nos sobrados do litoral, como um dos traços culturais mais característicos da família, a prática domiciliar do culto irradiou-se pelo planalto, difundindo-se na própria capitania de Minas Gerais que não foi atingida pela ação dos jesuítas e onde, em todo o século XVIII, não se estabeleceram as ordens monásticas. "Em quase todas as grandes residências e em muitas das medianas, no canto das varandas, ao fundo, deitando porta para o salão de jantar, havia (escreve AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR) a capela onde, no altar de cedro, além do crucifixo do Senhor da Agonia ou do Bom Jesus, Cristo agonizante ou morto sobre a cruz, encontravam-se imagens de vulto de Nossa Senhora, sob diversas invocações, tudo de madeira, bem encarnadas, isto é, pintadas ao modo característico... Nas casas sem capela existia o "quarto dos santos", aposento reservado às práticas de piedade onde sobre uma cômoda se encontrava o oratório... no qual se arrumavam, além do obrigatório crucifixo, os demais santos de devoção". (*A Capitania das "minas gerais"*. Suas origens e formação. Lisboa, 1940). Essa velha tradição, em que tão fortemente se exprimiam os sentimentos religiosos da família brasileira, estendeu-se da casa patriarcal às habitações mais importantes, rurais e urbanas, conservando-se até os fins do século XIX em que, já pelo hábito mais generalizado de saírem as mulheres à rua, já pela desintegração que então se iniciava, dos costumes tradicionais, todo o culto religioso se deslocou para as igrejas e os templos.

⁹ GILBERTO FREYRE, *Casa grande e senzala*. Maia e Schmidt Limitada, Rio, 1934, pag. 373.

índios. Embora não tenham chegado com todo o seu esforço, a neutralizar as influências que foram enormes, das duas culturas, — indígenas e, sobretudo, africana, a mais próxima e penetrante, é certo que conseguiram contê-las bastante para que a unidade cultural não se dissolvesse ou se quebrasse sob a pressão permanente de uma extraordinária diversidade de elementos heterogêneos. As gerações que se formaram sob sua direção espiritual, em mais de dois séculos, souberam, pois, transmitir quase na sua integridade o patrimônio de uma cultura homogênea, — a mesma língua, a mesma religião, a mesma concepção de vida e os mesmos ideais de “homem culto”, soldando, pelas camadas superiores da sociedade, todos esses núcleos dispersos que, do sul ao norte, se desagregavam ao assalto de poderosas forças de dissolução. Humanistas por excelência e os maiores de seu tempo, concentraram todo o seu esforço, do ponto de vista intelectual, em desenvolver, nos seus discípulos, as atividades literárias e acadêmicas que correspondiam, de resto, aos ideais, de “homem culto” em Portugal onde, como em toda a península ibérica, se encastelara o espírito da Idade Média e a educação, dominada pelo clero, não visava por essa época senão formar letrados e eruditos. O apêgo ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de caracterizar, na Colônia, toda a educação modelada pela da Metrópole que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico e de análise, à pesquisa e à experimentação e, portanto, a essa “mentalidade audaciosa que no século XVI desabrochou para no XVII se firmar: um século de luz para a restante Europa e um século de treva para Portugal”.¹⁰ Não que tivsse desertado da “restante Europa”, além dos Pirineus, a velha mentalidade escolástica, — a mesma que imperava, sem contraste, na península; mas com ela, e em luta aberta, já coexistia essa mentalidade revolucionária, que brotou do espírito crítico, da liberdade de investigação e dos métodos experimentais e rasgava vigorosamente o caminho entre as forças ainda vivas da tradição.

A obra civilizadora que o jesuíta realizou no Brasil, nos dois séculos iniciais da colonização, não pode, pois, ser compreendida se não situada na sua época, dentro das condições da vida social, na Metrópole e na Colônia, e do espírito com que nasceu a Companhia e que ela transportou para as missões. Em face da luta que se travava na Europa entre o catolicismo e o protestantismo, o espírito de reforma e de livre exame e o de autoridade e disciplina, êle tomou, desde as suas origens, uma posição de vanguarda, em defesa da Igreja, contra a Reforma e o espírito moderno. Desde 1554, quando Santo INÁCIO adotou o plano de campanha, rigorosamente aplicado, a partir de 1573, com as modificações introduzidas por GREGÓRIO XIII, o instituto inaciano tomou o caráter de uma ordem militante anti-reformista, passando definitivamente para o primeiro plano de suas atividades a função educadora e o combate ao protestantismo. As diferenças de idéias e de processos de educação, na América do Sul e na do Norte, proveem não só da diversidade de temperamentos dos povos que conquistaram e colonizaram essas regiões, mas da oposição entre duas concepções cristãs, — a que se manteve fiel à ortodoxia católica, e a que implantou o cisma religioso, fixando-se nos países europeus do norte, enquanto os do sul, como Portugal e Espanha se conservavam católicos. Ao lado de uma concepção de dever e, comum aos dois campos em que se dividiu o cristianismo, é preciso reconhecer no inglês, como até certo ponto, no protestante da Inglaterra e de outros países, maior independência de espírito. Em teologia, como em política e em ciência, o inglês recusa-se a aceitar as opiniões recebidas, ten-

¹⁰ ANTÔNIO SÉRGIO, *Ensaio*. Lisboa, Seara Nova, 1929, pág. 22.

dendo a formar ele mesmo uma opinião. Longe de proibir o livre exame, o protestantismo o exige. Ele é bastante largo para permitir o uso da razão, bastante simples para seguir melhor a evolução das idéias modernas, retendo, contudo, o essencial da fé, — o que permite manter-se sempre vivaz, entre os povos anglo-saxônicos, o sentimento religioso. O jesuíta, que não acreditava muito na liberdade, é, ao contrário, e por excelência o restaurador do dogma e da autoridade, em que encontrou o meio de se impor aos selvagens cujos instintos a civilização ainda não havia domesticado, e na qual reconhece e proclama apesar de todos os erros que foi condenada a cometer, um dos meios de que a humanidade podia dispor para se elevar gradualmente dos estágios sociais inferiores às diversas fases de civilização. A sua cultura, — e nenhuma das ordens religiosas depois do século XVI a elevou a tão alto nível —, é, antes de tudo uma cultura “de profissão”, que se governa, se orienta e se mede segundo as exigências dos ministérios do sacerdócio e do ensino; uma cultura que tem por fim a formação do humanista e do filósofo, mas como base da formação do perfeito teólogo; uma cultura disciplinada para se fazer moral, triturada para a catequese e para o ensino, equipada como arma de combate para as lutas religiosas, florida para os torneios do espírito, esplendidamente ornada para o púlpito. Com esse espírito de autoridade e de disciplina e com esse admirável instrumento intelectual de domínio e de penetração, que foi o seu ensino sábio, sistemático, medido, dosado, mas nitidamente abstrato e dogmático, o jesuíta exerceu, na Colônia trabalhada por fermentos de dissolução, um papel eminentemente conservador e, ensinando as letras à mocidade, fez despontar pela primeira vez na Colônia o gosto pelas cousas do espírito. O livre exame, o espírito de análise e de crítica, a paixão da pesquisa e o gosto da aventura intelectual, que apenas amanheciam na Europa, teriam sem dúvida alargado o nosso horizonte mental e enriquecido, no campo filosófico, a nossa cultura que ficou sem pensamento e sem substância, quase exclusivamente limitada às letras. Mas, além de faltarem na Colônia, não digo o ambiente favorável ao florescimento do “espírito moderno”, mas as condições mais elementares de vida intelectual, uma cultura mais livre e fragmentada, prematuramente desenvolvida, sem um lastro de tradição, podia concorrer ainda para dilatar até o plano espiritual as zonas de discordância e acrescentar as lutas religiosas às diferenças e discórdias que trabalhavam a sociedade em formação. Foi o que, antes de tudo, se evitou com a influência cultural do clero e, particularmente, dos padres da Companhia, que erigiram em princípios de ação a autoridade e a disciplina moral e mental: com a solidez de sua organização, fortificada pela sua escala hierárquica, com seus privilégios e imunidades estribadas na Igreja, com as suas idéias claras e precisas e com sua cultura uniforme, propagada em todos os seus colégios, puderam os jesuítas constituir-se talvez o maior núcleo de resistência e de coesão na sociedade colonial, onde os laços sociais, frouxos pela imperfeição das instituições, mais fracos se tornaram ainda pelas lutas e dissensões internas.

Se os jesuítas atacaram, no século XVI, a missão civilizadora a que se propunham, começando, como era natural onde tudo faltava, pelas escolas de ler e escrever, não se detiveram, porém, no ensino elementar nem mesmo no primeiro século, em que já mantinham, nos colégios do Rio de Janeiro e de Pernambuco, aulas de humanidades, e conferiam, no colégio da Baía, os graus de bacharel, em 1575, e em 1578 as primeiras laureas de mestre em artes. O ensino elementar não lhes servia senão de instrumento de catequese e como base para a organização do seu sistema que, ao se encerrar o século XVI, já havia atingido na Baía o curso de artes, com quarenta estudantes em 1598 e que, menos de um século após a sua chegada, alcançara quase o *maximum* de expansão pelo território do país. O primeiro século foi, pois, o de adaptação e construção, e o

segundo, o de desenvolvimento e extensão do sistema educacional que, adquirida a altura necessária, foi alargando progressivamente, com unidades escolares novas, a sua esfera de ação. Segundo a *Ratio studiorum*, publicada em 1599 pelo Pe. Geral CLÁUDIO AQUAVIVA, e em que se corporificaram as regras pedagógicas de Santo INÁCIO e as experiências anteriores, no campo de educação, o plano completo dos estudos da Companhia devia abranger o curso de letras humanas, o de filosofia e ciências e o de teologia e ciências sagradas. Dêses três cursos, que nos maiores estabelecimentos europeus da Companhia se completavam com um biênio de especialização, reservado à preparação de lentes de universidades, o primeiro o de letras humanas, dividido em três classes (gramática, humanidades e retórica), destinava-se a formar o homem *in literis humanioribus*, ministrando-lhe um ensino eminentemente literário de base clássica, e constituía por isto mesmo, como curso de humanidades, o verdadeiro alicerce de toda essa estrutura, solidamente montada, do ensino jesuítico. Foi este, — o das letras humanas, o curso que mais se propagou na Colônia, nos colégios de padres. O curso de filosofia e de ciências, também chamado “de artes” e dividido em três anos, tinha por fim a formação do filósofo, pelos estudos de lógica, metafísica geral, matemáticas elementares e superiores, ética, teodicéia e das ciências físicas e naturais, tomadas pela escolástica e estudadas ainda a esse tempo como “ciências constituídas definitivamente pelas especulações aristotélicas”. Em ARISTÓTELES, segundo os escolásticos, estava tudo: nada que investigar ou que discutir; só havia que comentar. Assim toda a vida intelectual, “no que toca ao estudo do mundo externo, escreve ANTÔNIO SÉRGIO, ficou reduzida a comentários. Comentar os livros da antiguidade; comentar, sutilizar, comentar. Era um sonho de sutilezas formais, um jogo de ilusões aéreas. Esmoia-se sempre um eterno cibo, de nulo valor alimentar; ia-se percorrendo um eterno círculo, como o cavaleiro no redondel”.¹¹ No Brasil instalou-se pela primeira vez esse curso de artes no colégio da Baía, em que, ao terminar o século XVI, como afirma SERAFIM LEITE, já “era florescente e numeroso”. Formado o humanista, no curso de letras humanas, e o filósofo, no das artes, estava o aluno do jesuíta, se se destinava ao ministério sacerdotal, em condições de enfrentar o terceiro curso, de teologia e ciências sagradas, que constituía, num quadriênio, o coroamento de todos os estudos e que, servindo mais diretamente aos fins da Companhia, só se instalou em seminários maiores e em casas prepostas à formação intelectual dos jesuítas. Foi este o plano adotado no Brasil, depois da publicação da *Ratio studiorum* em 1599, pelos padres da Companhia que lhe introduziram modificações, no sentido de adaptá-lo às necessidades peculiares à Igreja na Colônia, como a substituição do grego, nas aulas de humanidades, pela língua brasílica, “instrumento útil e até necessário para a catequese”. No século XVII possuíam os jesuítas, além de escolas para meninos e outros colégios menores, onze colégios propriamente ditos, a saber: o de Todos os Santos, na Baía, fundado em 1556, para o ensino da retórica, filosofia e teologia,¹² o de São Sebastião, transferido de São Vicente, em 1567, e insta-

¹¹ ANTÔNIO SÉRGIO, *Ensaio*. Lisboa, Seara Nova, 1929, pág. 23.

¹² O sucesso pedagógico dos jesuítas que, poucos anos, depois da fundação da Ordem, já eram considerados como os mestres mais hábeis e experimentados da Europa, não foi devido apenas à organização do seu sistema e dos seus métodos de ensino e de ação. O fervor dos padres da Companhia e o zelo ardente com que se lançavam à defesa da Igreja, quando ia mais acesa a ofensiva da Reforma, não podiam deixar de concorrer para lhes atrair a simpatia e as preferências das famílias católicas. Numa sociedade profundamente abalada por graves dissensões religiosas e políticas, eles orgueram, mais alto do que nunca, sobre os fundamentos do dogma e da fé, o princípio de “catolicidade”, de universalidade, que lhes permitia elevar-se acima dessas competições e dos antagonismos nacionais. Era uma bandeira de guerra, a que desenrolaram, mas para plantarem o estandarte da paz a cuja sombra deviam acolher-se todos os povos, quando sobre eles se estendesse o domínio da Igreja: no fundo, uma nova expressão de “imperialismo ideológico”. Esse princípio de universalidade e a sabedoria com que o procuraram estabelecer, associando a intransigência de doutrina à suavidade de maneiras (*fortiter in re, suaviter in modo*), lhes facilitou o alargamento de sua esfera de ação, missionária e educadora, através e acima de todas as fronteiras. Ao ensino direto do latim, que era dado como “língua geral”, internacional, do homem culto, e que constituía,

lado com êsse nome no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro; o de Olinda, que passou de simples residência e escola elementar a colégio, em 1568; o de Santo Inácio, em São Paulo (1631); o de São Miguel, de Santos (1652); o de S. Tiago, no Espírito Santo (1654); o de Nossa Senhora da Luz, em São Luiz do Maranhão, e o de Santo Alexandre, no Pará, estabelecidos em 1652, mas só elevados à categoria de "colégios perfeitos", em 1670; o de Nossa Senhora do Ó, no Recife (1678), o da Paraíba (1683) e o Seminário de Belém, da Cachoeira, cuja fundação foi solicitada e obtida, em 1687, pelo Pe. ALEXANDRE DE GUSMÃO. Se se acrescentarem a êsses estabelecimentos, já florescentes no século XVII, os seminários fundados, no século seguinte, na Paraíba, em Paranaguá, na Baía, no Pará e no Maranhão, subirá a dezessete o número das instituições de ensino e de cultura que mantinham os jesuítas, quando foram expulsos do Brasil.

De todos êsses colégios, os mais importantes e os que maior influência exerceram, foram o de Todos os Santos, na Baía, em que se educou o Pe. ANTÔNIO VIEIRA e o de São Sebastião, no Rio de Janeiro, os quais apresentavam, inteiramente montada, a organização do ensino jesuítico, desde o curso de letras humanas e o de artes, até o de teologia e ciências sagradas. Foi por êles que passaram a maior parte dos brasileiros que professaram na Companhia de Jesús e exerceram o ministério do sacerdócio e do ensino em seus colégios espalhados por quase todo o território colonial. Eram, por assim dizer, sementeiras de religiosos, as casas matrizes da Companhia em que o ensino, para a formação de sacerdotes, se elevou a um alto nível, chegando a realizar-se no Rio de Janeiro, — conforme se deduz do documento de 1747, existente na biblioteca do antigo colégio Anchieta, de Nova Friburgo —, solene defesa de teses de filosofia que, no julgamento autorizado do Pe. MANUEL MADUREIRA, "nada teem a invejar aos atuais programas de controvérsias filosóficas das grandes universidades católicas". Grande número de padres que foram professores nos 17 colégios de jesuítas, escreve ainda o Pe. MADUREIRA, "fizeram todos os estudos no Brasil, como por exemplo o Pe. VIEIRA que já era o "grande VIEIRA", quando foi à Europa pela primeira vez, tornando-se mais tarde o assombro de quantos o ouviram e puderam admirar, no Brasil colonial, a aprimorada formação que a Companhia de Jesús dava a seus filhos". Mas, nesses dois colégios, como o da Baía e o do Rio de Janeiro, e em todos os demais que se estabeleceram desde o século XVI até a expulsão dos jesuítas, em 1759, os padres da Companhia, ensinando o latim e a gramática a meninos brancos e mestiços, formaram os primeiros bacharéis e letrados do Brasil e prepararam para os estudos superiores em Coimbra todos os jovens que, preferindo a carreira de direito ou de medicina, eram forçados a procurar universidades na Europa, sobretudo a da Metrópole. A estes, — porque não havia escolas superiores no Brasil —, ministravam os jesuítas o preparo fundamental nos seus colégios,

com o grego, a base das humanidades clássicas, tiveram, no entanto, o cuidado de aliar, para a sua ação intra-nacional, o da língua pátria, — "instrumento indispensável para os ministérios do sacerdócio e do ensino". Mestres insignes, dirigiam-se, além disso, à educação da mocidade das chamadas "classes dirigentes" e à formação do clero e, portanto, à preparação das elites culturais, sociais, políticas e eclesiásticas, atacando de cima para baixo a reforma da sociedade: êles vinham, por essa forma, com a sua vocação especial, de encontro a necessidades graves, sentidas de todos, criadas pela decadência das universidades medievais e pela anarquia e corrupção que lavravam nos países europeus e a cuja influência cediam os próprios clérigos e prelados. Se se acrescentar que ministravam o ensino gratuitamente, ter-se-á, nesse complexo de fatores, alguns dos principais elementos que contribuíram poderosamente para a propagação das escolas jesuíticas. Mas de tôdas essas causas talvez a mais importante e a que se pode considerar a chave da expansão do ensino jesuítico, são certamente os princípios e o plano pedagógico fixados nos regulamentos de Santo Inácio e, mais tarde, na *Ratio studiorum*, — famosa constituição escolar, com que se restaurou no colégio de jesuitas, segundo o julgamento de FRANCISCO BACON, "a parte mais nobre da educação antiga". Essas regras, redigidas em 1599, pelo Pe. Geral CLÁUDIO AQUAVIVA, e remodeladas em 1832, com modificações que não lhes alteraram, em substância, os métodos e os planos primitivos, orientam ainda hoje, nos seus princípios básicos, todo o ensino dado por êsses educadores; e, quanto à preparação intelectual dos jesuítas, continuam a ser o "estatuto fundamental", não só em relação aos métodos, mas ainda com referência à estrutura do sistema, tripartido nos cursos destinados à formação do humanista, do filósofo e do teólogo.

onde muitos estudantes receberam, nos colégios da Baía e do Rio de Janeiro, o grau de bacharel ou a licenciatura em artes.¹³ No ensino destinado à mocidade que não aspirava ao ministério sacerdotal, no clero secular ou regular, não cuidou Portugal de montar, sobre seu sistema, uma faculdade superior, para qualquer especialidade (como direito civil, canônico e medicina, que eram disciplinas privativas de Coimbra), nem mesmo conseguiram os jesuítas que o governo português reconhecesse o curso de filosofia e ciências (curso de artes), a despeito de várias tentativas como a dos mercadores da Baía que em 1671 em vão solicitaram a el-rei D. PEDRO II a equiparação do Colégio de Salvador ao de Évora, afim de não serem obrigados a enviar os filhos ao reino para completar os seus estudos. Excelentes estabelecimentos de ensino de humanidades, com um esbôço de superior para leigos, tiveram, porém, uma importância capital em nossa formação êsses colégios de padres que foram, no século XVII e XVIII, “as massas mais imponentes de edificação nas primeiras cidades do Brasil”: suntuosos sobrados de pedra e cal como o da Baía, que GILBERTO FREYRE descreve, apoiado em GABRIEL SOARES, — com seus cubículos para 80 religiosos, grandes dormitórios, muitos dos quais “ficam sôbre o mar com grande vista”, e com capacidade para 200 meninos, e com umas terracenas “onde recolhem o que lhes vinha por mar e era quase tudo: sementes, ferramentas, livros”. Pela ação cultural dêsses educadores infatigáveis, já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres-mestres, juizes e magistrados. Nesses enormes casarões de pedra e cal, os jesuítas estabeleceram, de fato, não só instituições para transmitir a herança cultural de uma geração a outra, mas agências de seleção e de distribuição, — as únicas existentes na Colônia, e cuja importância, como canais de circulação social vertical, se pode avaliar pelo número de escritores, poetas e oradores, clérigos, desembargadores e juizes, educados nos colégios de padres. Entre as três instituições sociais que mais serviram de canais de ascensão, a família patriarcal, a igreja e a escola, estas duas

¹³ O grau de mestre em artes, — o mais alto que se conferia terminado o curso das artes, correspondia, segundo o Cônego FERNANDES PINHEIRO, ao de “bacharel em letras”. É dessa mesma opinião PEDRO CALMON, quando, apoiado ao que parece, nesse autor, classifica os mestres em Artes, como “uma espécie colonial de bacharéis em letras”. (*História Social do Brasil*, 1.º tomo, 1937, pág. 124). Assegura, ao contrário, MOREIRA DE AZEVEDO que êsse título, tão ambicionado na sociedade colonial, era mais apreciado que o de doutor em nossas faculdades superiores. (*Instrução pública nos tempos coloniais do Brasil*. In “Revista” do Instituto Histórico, LV, 1892, pág. 142). O Pe. MANUEL MADUREIRA, RODRIGO OTÁVIO e SERAFIM LEITE, citando todos a MOREIRA DE AZEVEDO, secundam essa opinião de ser o mesmo ou melhor do que doutor por qualquer universidade atual o antigo título de mestre em artes. (MANUEL MADUREIRA, *A Companhia de Jesus. Sua pedagogia e seus resultados*. 2.º vol., 1929, pág. 392; SERAFIM LEITE, *Páginas de história do Brasil*, São Paulo, 1937, pág. 25). A verdade, no entanto, parece ser outra, e não está nem com estes que elevam em demasia o título nem com aqueles que o rebaixam ao nível do de “bacharel em letras”. O curso de artes, no plano jesuítico, já era efetivamente de nível superior: erguido sôbre o de letras humanas e dado em três anos, precedia o de teologia e de ciências sagradas. Era essa organização calcada em modelos do currículo medieval, mas com as transformações por que passara na Universidade de Paris a Faculdade das Artes, em que a princípio se aprendiam a retórica e a dialética (lógica), uma vez concluído, com os gramáticos, o estudo do latim, — constituindo essas três disciplinas o *trivium* —, e que depois se tornou mais propriamente uma faculdade de filosofia. Terminado o curso das artes (filosofia), davam-se três graus acadêmicos, — o de bacharel, o de licenciado e o de mestre em artes, os quais todos se conferiam, ainda no século XVI, no Brasil, dados pelo colégio central da Baía: os de bacharel em artes, em 1575, os de licenciatura, em 1576, e, em 1578, “as primeiras láureas de mestre em artes, com a assistência do governador geral, do bispo e mais gente grada.” (SERAFIM LEITE, *Páginas de história do Brasil*, págs. 25 e 59). Dêsses três graus, o de mestre em artes que se conferia mediante defesa de tese, não era, porém, nem tão altamente considerado, no antigo regime escolar, em que a Faculdade das Artes estava em plano inferior ao das demais faculdades (teologia, cânones, leis e medicina), nem se pode considerar igual ou melhor do que doutor pelas universidades atuais. Em 1565 e ainda em 1572 constituiu motivo de lutas entre jesuítas e universitários, em Portugal, a disposição dos novos estatutos aprovados pelo cardeal D. HENRIQUE e segundo a qual o mestre de artes poderia presidir o júri das licenciaturas de que tinha de participar, como examinador, um doutor em teologia. Considerava-se um vexame que um jesuíta, simples mestre em artes, precedesse um doutor em teologia no júri dos exames das artes... Êsse título apenas correspondia ao de “doutor em filosofia” pelas universidades modernas. Nem mais nem menos, e antes menos do que mais, se considerarmos que as atuais faculdades de filosofia, erguidas ao nível universitário, se acham no mesmo plano das outras faculdades, enquanto o “curso das artes” se mantinha em nível inferior ao dos cursos em universidade.

últimas, que constituíram um contrapêso à influência da casa grande, estavam praticamente nas mãos da Companhia: quase toda a mocidade, de brancos e mestiços, tinha de passar pelo molde do ensino jesuítico, manipulada pelos padres, em seus colégios e seminários, segundo os princípios da famosa ordenação escolar, e distribuída para as funções eclesiásticas, a magistratura e as letras. O gosto que despertaram pelos estudos e pelos títulos acadêmicos (e aqui não se conferiam, para os leigos, senão os de bacharel e licenciado em artes), e o desejo de ascensão social, tão vivo entre mestiços como em filhos brancos de senhores de engenho e de burgueses, tornaram cedo a universidade um ideal comum: "a magistratura, o canonicato, escreve PEDRO CALMON, honravam por seus privilégios, elevavam o homem a um nível egrégio, davam-lhe principalmente na colônia uma eminente situação, ao par dos cargos de governo".

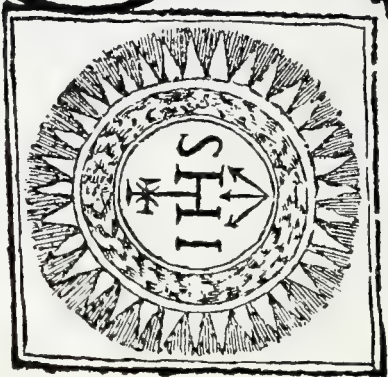
O ensino jesuítico montado na Colônia, para a mocidade em geral, abrangia em quase todos os colégios o curso de letras humanas, ensino médio de tipo clássico, atingindo, em algumas casas, como no colégio central da Baía e no do Rio de Janeiro, o curso de artes, intermediário entre o de humanidades e os cursos superiores. Era nessa altura, ao terminar o curso de letras e de artes (filosofia e ciências), que o ensino, orientado para a uniformidade intelectual, se ramificava em dois caminhos: o que levava ao curso de teologia e ciências sagradas (para as carreiras eclesiásticas) e o que infletia para os cursos de cânones, leis e medicina. Aquele era dado ou pelos próprios jesuítas, no colégio central da Baía e nos seminários maiores, ou na Faculdade de Teologia, em Coimbra; estes, que preparavam para as carreiras profanas (profissões liberais) não eram ministrados senão em universidades européias, e, particularmente, na de Coimbra, — a única a rigor existente no reino para Portugal e seus domínios. Não havia, pois, na Colônia estudos superiores universitários, a não ser para o clero regular ou secular, este formado em Coimbra ou pelos jesuítas na Colônia, sobretudo no século XVIII; e, para os que não se destinavam ao sacerdócio, mas a outras carreiras, abria-se, nesse ponto de bifurcação, o único, longo e penoso caminho que levava às universidades ultramarinas, à de Coimbra, organizada sobre o modelo bolonhês e mais reputada para as ciências teológicas e jurídicas, e à de Montpellier, na França, que recebera, na bacia do Mediterrâneo, as tradições médicas dos gregos, desenvolvidas e enriquecidas pelos judeus e pelos árabes. O governo português, ao qual a câmara da Baía requera em 1671 a equiparação do colégio local ao de Évora, permitira apenas, pela provisão de 16 de Julho de 1675, "que aos estudantes de retórica e filosofia que tivessem cursado as aulas dos jesuítas na Baía, se levasse em conta na Universidade de Coimbra e na de Évora, um ano de artes": praticamente com essa provisão se havia reduzido o ensino geral dos jesuítas na Colônia ao curso de letras humanas, e se fecharam todas as perspectivas para a criação, no Brasil colonial, de cursos superiores destinados à preparação para as profissões liberais. A política governamental traçara definitivamente o itinerário a ser percorrido pelos estudantes brasileiros e que, iniciado nos colégios de padres, pelo curso de humanidades, devia terminar geralmente na Universidade de Coimbra, cujo "colégio das artes", fundado em 1548, na reforma joanina e organizado por ANDRÉ DE GOUVEIA, seu primeiro diretor, estava desde 1555 em poder e sob a direção dos jesuítas. Que os estudos propedêuticos, de gramática, latim e retórica, confiados aos padres da Companhia, fôssem dados na Colônia, já não era possível nem a Portugal interessava impedir; mas os estudos superiores, esses, sempre pareceu à política da Metrópole conveniente senão necessário mantê-los centralizados na sua velha Universidade a que começaram a afluir, desde o século XVII, estudantes brasileiros. A Universidade de Coimbra passou a ter, por isto, um papel de grande importância na

combandor dize e a fazer não illudare Xenimoe Xenimoe paname.	combandor dize e a fazer não illudare Xenimoe Xenimoe paname.
Z omba. ob. Xenimoe (Cape)	Z omba. ob. Xenimoe (Cape)
Z omba. com alin. em Aime. alic. act.	Z omba. com alin. em Aime. alic. act.
Z omba. de alque ommo. et transever. Aioing. act. ius -	Z omba. de alque ommo. et transever. Aioing. act. ius -
Z omba. i. si. apte Aporoiay. Aporeia - par.	Z omba. i. si. apte Aporoiay. Aporeia - par.
Z omba. de palana Nemoe. Nacme - moa.	Z omba. de palana Nemoe. Nacme - moa.
Z omba. de p. et Nemoe.	Z omba. de p. et Nemoe.
Z omba. com aua Nide. Et radi.	Z omba. com aua Nide. Et radi.
Z univ. Acunus. en fonde de a a	Z univ. Acunus. en fonde de a a

299. Página final do Vocabulário na língua brasileira, de 1621, de autor desconhecido, escrito em Piratininga e publicado por PLÍNIO AIROSA, em 1938.
Fotocópia do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

ARTE DA LINGUA BRASILICA,

Composta pelo Padre Luis Fi-
gueira da Companhia de
IESV, Theologo.



EM LISBOA.
Com licenças dos Superiores.
Por Manuel da Silva.

Handwritten signature or mark.

300. Página de rosto da 1.^a edição da Arte da língua brasileira, do Pe. LUIZ FIGUEIRA (1576(?)-1643), excelente contribuição para o estudo do tupi falado no norte do Brasil. Publicada provavelmente em 1621. Exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e único em todo o mundo (cf. SERAFIM LEITE).
Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



301. Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas.
Salvador, Baía. — Foto VOLTAIRE FRAGA.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

302. Colégio Santo Inácio, em
S. Paulo, no século XVIII. —
In Revista do Serviço do Pa-
trimônio Histórico e Artístico
Nacional, n.º 4, 1940.





303. *Antiga Matriz e Colégio S. Miguel dos Jesuítas, em Santos. Quadro de BENEDITO CALIXTO.*

304. *Antigo Colégio N. S. do Têrço, dos Jesuítas, em Paranaguá.*
Foto HESS, pertencente ao Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.





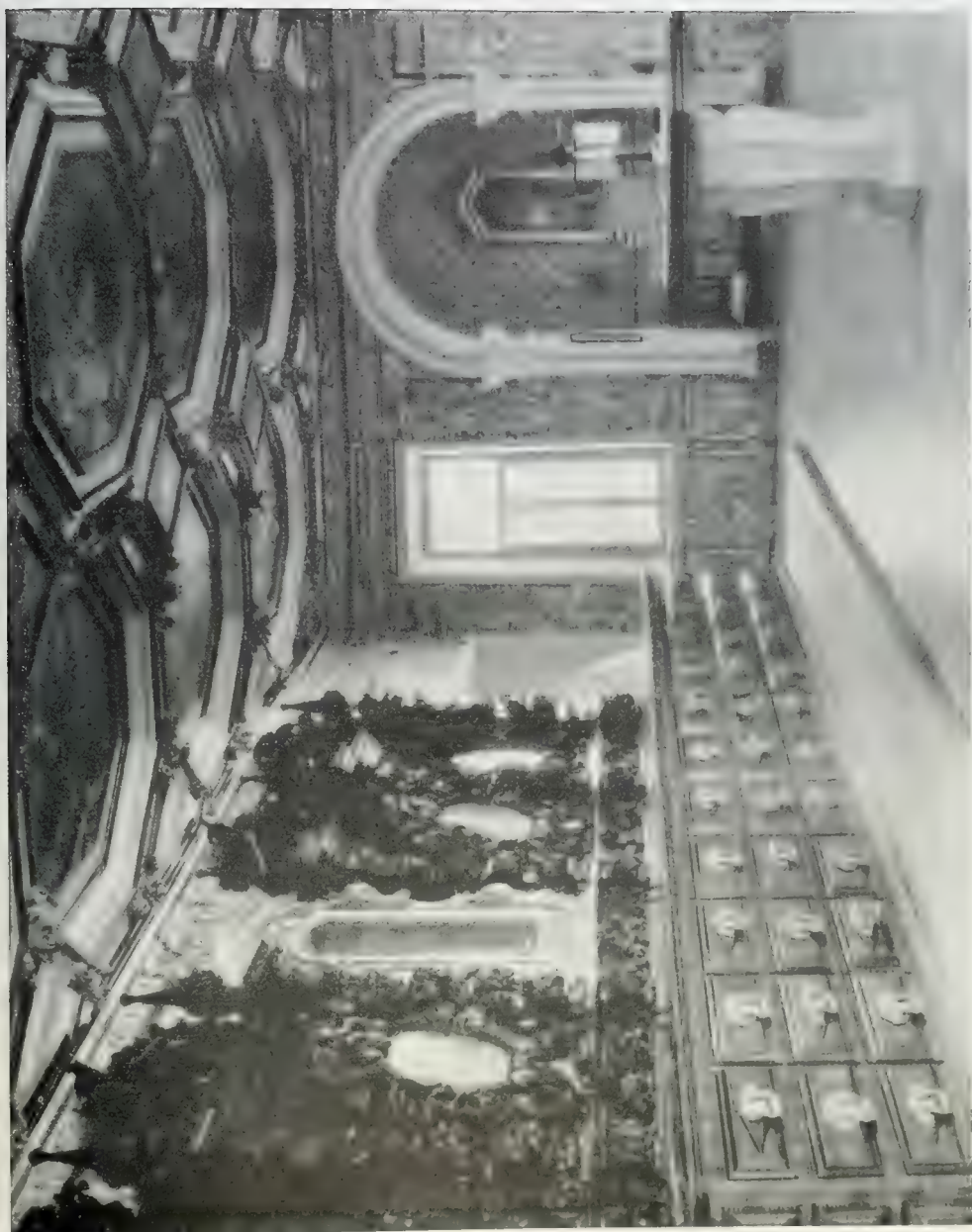
305. *Colégio N. S. do Têrço, dos Jesuítas, em Paranaguá. Arcadas do claustro. — Foto HESS, do Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*



306. *Colégio N. S. do Têrço, dos Jesuítas, em Paranaguá. Pátio claustral, visto de uma das arcadas. — Foto cedido pelo Dr. DAVI CARNEIRO, historiador e diretor do Museu Cel. Davi Carneiro, Curitiba, Paraná.*



307. *Igreja S. Francisco, construída em 1606. Recife.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



308. Igreja S. Francisco. Sacristia. Recife.
Foto STILLE Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



309. Igreja S. Francisco. Um aspecto do interior. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



310. Igreja S. Pedro. Fachada principal. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



311. *Convento S. Francisco. Aspecto do pátio claustral. Olinda.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



312. Convento S. Francisco. Vista de conjunto do prédio. Olinda
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



313. Convento S. Francisco. Aspecto da sacristia. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



314. *Igreja S. Francisco de Assís, em S. João d'El Rei.*
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



315. Universidade de Coimbra, em Portugal, cujo papel foi tão importante na formação das elites brasileiras. Fachada do norte.
Foto RASTEIRO. In *História de Portugal*, de DAMIÃO PERES, pág. 605.



SEMINÁRIO DE OLINDA.

316. Seminário de Olinda, criado pelo bispo AZEREDO COUTINHO e instalado em 1800 no antigo edifício do Colégio dos Jesuítas.



317. Seminário N. S. da Boa Morte, de Mariana, em Minas Gerais.
Fotocópia de uma litografia da obra "Viagem pelo Brasil", de H. BURMEISTER. Berlim. 1853.



318. Seminário N. S. da Boa Morte, de Mariana. Estado atual.
Foto Hess, do Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



319. Seminário de Mariana, em Minas. Outro aspecto dêsse seminário, no seu estado atual.

320. Seminário de Mariana, que foi, desde os fins do século XVIII e por todo o período imperial o maior centro de estudos humanísticos, em Minas Gerais.



formação de nossas elites culturais. Foi nela, de fato, que se formaram em direito, filosofia e medicina, "quase todos os homens graduados do Brasil" e se desponsaram para as letras, a medicina e a magistratura algumas das figuras de maior vulto de nossa história intelectual, nos três primeiros séculos. Mas, constringendo os jovens brasileiros a completar os estudos em Portugal, em vez de atingir os seus propósitos, de "desenraizá-los", de lhes quebrar os impulsos de independência ou dessa rebeldia natural de filhos de colonos, de aporuguesá-los, o que alcançou a política da Metrópole foi aproximar e tornar conhecidos uns dos outros, estudantes provindos de capitanias diversas e, por essa forma, alargar-lhes o horizonte sobre a pátria territorial, acima e além das fronteiras de suas províncias. Se, por um lado, eles se tinham de tornar, como se tornaram de fato, prisioneiros dos hábitos morais e intelectuais, contraidos no ambiente universitário português, as lembranças da família, as diversidades de costumes e de tendências, e a situação de inferioridade em relação aos estudantes reinóis tendiam, por outro lado, a uní-los entre si, a atraí-los para o Brasil e a fazê-los descobrir o despertar de um sentimento novo, — o de uma pátria, primitiva e rude, de fronteiras móveis, em formação, de que começavam a ter uma visão de conjunto, e não teriam tomado consciência, no isolamento de suas capitanias distantes. Pois o sentimento nacional não se desenvolve somente pela comunidade de raça ou de língua, nem mesmo pela livre escolha de uma vontade refletida: é o impulso de todo o nosso ser que, uma vez despertado, nos proíbe de pensar que poderíamos pertencer a uma outra pátria que não a terra que nos viu nascer, — tûmulo de nossos pais e berço de nossos filhos.

Mas, além dos colégios estabelecidos nos séculos XVI e XVII, para a mocidade colonial, de quem foram os primeiros mestres e a quem ensinaram as letras, fundaram os jesuítas no século XVIII os seminários para o clero secular, a cuja formação trouxeram contribuição inestimável, na última fase da Companhia no Brasil, até a época de sua expulsão. A Ordem, em todo êsse período, teve quase exclusivamente a seu cargo não só a educação dos rapazes brasileiros, mas ainda a formação do clero que passou a ser recrutado principalmente entre os elementos locais, preparados pelos jesuítas, quando no século anterior se constituía, em grande parte, de clérigos portugueses. O fervor católico dos padres da Companhia, a sua cultura e a habilidade profissional com que exerciam o magistério, e a escassez de sacerdotes, no clero secular, em condições de assumir o encargo de preparar os candidatos às carreiras eclesiásticas, levaram os bispos na Colônia como em Portugal, e até certo ponto em toda a Europa, a confiar aos filhos de Santo INÁCIO a formação dos sacerdotes e a direção dos primeiros seminários. Se o século XVI em que avulta, projetando-se pelo seguinte, a magnífica obra de catequese ou de conversão do gentio, foi, do ponto de vista da instrução, o da organização do sistema do ensino jesuítico, e o século XVII, o da expansão horizontal dêsse sistema, quase inteiramente construído no primeiro século, êste último, o XVIII, é o da organização dos seminários, de que apenas um se estabelecera anteriormente, o de Belém, da Cachoeira (Baía), fundado em 1687, a instâncias ou por iniciativa de ALEXANDRE DE GUSMÃO. No século XVIII foram, de fato, criados, além de outros menores, o seminário da Paraíba em 1745, o do Pará, em 1749, o do Maranhão, em 1751 e o de Paranaguá, em 1754, sendo os dois mais importantes os do Pará e do Maranhão, que constituíam, desde 1725, uma vice-província da Companhia, com dois grandes colégios e dois seminários.¹¹ Vê-se, materialmente

¹¹ Somente o seminário de Belém, da Cachoeira, fundado pelos jesuítas na Baía, em 1687 ou, segundo PEDRO CALMON, em 1686, a instâncias de ALEXANDRE DE GUSMÃO, precedeu os dois seminários, de São José e de São Pedro, estabelecidos em 1739, no Rio de Janeiro, por iniciativa do bispo D. Frei ANTÔNIO DE GUADALUPE, frade franciscano. Os quatro seminários fundados pela Companhia no século XVIII, em Paranaguá, na Paraíba, no Pará e no Maranhão, foram posteriores a essas duas instituições

falando, nessas iniciativas umas após outras, apertar-se cada vez mais o círculo da Companhia à volta da educação da sociedade colonial, para onde convergem, no esforço de estender o seu predomínio, tôdas as forças e todos os recursos dos jesuítas. Fundadores de seminários, para a formação do clero secular, contribuíram não só para elevar o nível da cultura religiosa no Brasil, mas, formando sacerdotes, mais tarde padres-mestres e capelães de engenho, transmitiam o seu espírito e a sua cultura àqueles que, depois da expulsão da Companhia, se tornaram de certo modo os depositários da tradição do ensino jesuítico, e os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros. Não fôra a contribuição trazida pelos jesuítas à preparação do clero secular, nos seus seminários, maiores e menores, de que saíram em grande parte os padres-mestres e capelães das casas grandes, e não se teria conservado a tradição humanística e literária do ensino jesuítico tão viva e intensamente que, 70 anos depois da saída dos jesuítas, ela ressurgiu, em todos os colégios leigos e confessionais, inteiramente vitoriosa de vários embates com tendências e correntes contrárias. É certo que, para isto, devia concorrer, no século XIX, a pressão de outras influências semelhantes sobre a velha cultura colonial que, tendo-se deslocado da órbita dos jesuítas, caiu, no século seguinte, sob o domínio da língua e literatura francesa que, tornando-se as mais humanas e universais da Europa, operavam a penetração intelectual no mundo e cujas idéias e tendências se infiltravam em nossos espíritos mais do que as de outras nações. Quando ela passou a gravitar em torno dessa literatura universal, didática, impessoal e desinteressada, mais do que nenhuma outra fiel às tradições clássicas, a cultura brasileira não teve de desviar-se sensivelmente da linha de direção literária que lhe imprimiram os jesuítas, educadores do Brasil colonial, e os principais educadores dos franceses desde a fundação da Companhia até a sua extinção por CLEMENTE XIV, em 1773, e, portanto, 14 anos depois de ter sido ordenada por POMBAL a expulsão dos jesuítas. Mas, se observarmos atentamente o que se passou após a partida dos padres da Companhia, será fácil verificar, apesar de toda a decadência do ensino que dela resultou, no último período colonial, a persistência da herança literária, clássica e didática, que faz parte, com a herança católica, das maiores tradições deixadas por esses religiosos que tiveram a direção exclusiva da educação e mentalidade coloniais. A explicação desse fato encontra-se não só na atividade pedagógica das ordens monásticas como, sobretudo, na influência direta que os jesuítas exerceram, desde os fins do século XVII, na formação do clero brasileiro, preparando nos seminários várias gerações de padres-mestres e capelães e fazendo do clero secular que lhes devia sobreviver, o guardião de suas tradições pedagógicas e literárias.

Assim, pois, "na treva espessa e profunda a que Portugal atirou o Brasil", como escreve VIRIATO CORREIA, "só nas vizinhanças dos colégios dos jesuítas

diocesanas, criadas por provisões do bispo do Rio de Janeiro e mantidas sempre sob a direção de clérigos seculares. O seminário de órfãos de São Pedro, assim chamado por ter sido instalado junto à igreja desse nome, e criado pela provisão de 8 de Junho de 1739, passou, quando foi transferido para junto da igreja de São Joaquim, a ter nova denominação (Seminário de São Joaquim), que conservou até se converter, em 1837, no Colégio Pedro II. O mais importante dos seminários do Rio de Janeiro foi, certamente, o de São José, criado pela provisão de 5 de Setembro do mesmo ano e em que, desde a sua fundação em 1739, se davam aulas de latim, filosofia, teologia moral e dogmática e canto-chão. Surgiram mais tarde, de iniciativa eclesiástica, outros estabelecimentos deste gênero, como o seminário de Mariana (Minas Gerais), fundado em 1750 pelo seu primeiro bispo D. Frei MANUEL DA CRUZ, e que se fechou em 1811, por falta de rendimentos, para se reabrir em 1820; o Seminário Episcopal, estabelecido em 1751 pelo bispo D. Frei MIGUEL DE BULHÕES, que confiou sua direção aos jesuítas; o seminário de Pernambuco, em 1798, o do Maranhão, em 1805, e o da Baía, em 1816, os últimos seminários que se instalaram, ainda no período colonial. Com a partida dos jesuítas em 1759, fecharam-se cinco seminários, além de outros menores, ficando exclusivamente a cargo do clero secular, nos seminários diocesanos, a preparação dos sacerdotes, destinados a renovar os seus quadros.

há clareza".¹⁵ Nos colégios e seminários foram eles os primeiros e, no século XVI, os únicos mestres do Brasil; nos seus colégios e nas suas casas se formaram as primeiras bibliotecas e, por iniciativa da Academia dos Seletos e de seu presidente, — um jesuíta, o Pe. FRANCISCO DE FARIA, fundou-se, no Rio de Janeiro, no século XVIII, a primeira oficina tipográfica, destruída mais tarde por ordem do governo português (Carta Régia de 6 de Julho de 1747), que "mandou sequestrar e remeter para Portugal as letras de imprensa, proibindo que se imprimissem livros, obras ou papéis avulsos e cominando a pena de prisão para o reino".¹⁶ A ausência quase absoluta de iniciativa dos colonos que, ao contrário do colono inglês e protestante da América do Norte, não trouxeram, com o ideal religioso, o da instrução; a penúria e a ignorância dos clérigos importados do reino, e a inatividade externa das ordens monásticas que se mantiveram, até os fins do século XVIII, recolhidas aos seus conventos e fiéis às tradições ascéticas, concorreram, como outras tantas causas associadas à política negativa e absolutista da Metrópole, para deixar o campo da educação colonial inteiramente livre e aberto ao domínio pedagógico dos jesuítas. Educadores, por vocação, mestres notáveis a todos os respeitos, eles puderam exercer na Colônia, favorecidos por circunstâncias excepcionais, um verdadeiro monopólio do ensino, a que não faltava, para caracterizá-lo, o apoio oficial que lhes deu o governo da Metrópole, amparando-os, na sua missão civilizadora e pacífica, com largas doações de terras e aplicações de rendimentos reais à dotação de seus colégios. O governo de um país como Portugal, "que se exauria em tentativas coloniais desproporcionadas com seus recursos em homens e meios materiais", tendia forçosamente a concentrar todo o seu pensamento e todos os seus esforços na exploração e defesa das colônias: a educação não lhe interessava senão como um meio de submissão e de domínio político que mais facilmente se podiam alcançar pela propagação da fé, com a autoridade da Igreja e os freios da religião. Ele a confiou, na Colônia como no Reino, à Companhia de Jesús, já famosa pela superioridade de suas escolas e que, pelo seu zelo apostólico, estava mais do que qualquer outra ordem em condições de realizar uma larga obra de penetração e de colonização das terras de Portugal no Novo Mundo. Não interveio o governo diretamente nos planos de ensino e da cultura senão para criar, à margem do sistema jesuítico, escolas em que se aprendesse a jogar a artilharia, bornear a peça e carregá-la, e a construir fortificações, como a escola de artilharia e arquitetura militar, da Baía (1699), e aula de artilharia criada em 1738 no Rio de Janeiro, ou para cortar pela raiz instituições, como a universidade e a imprensa que de futuro pudessem constituir focos ou instrumentos de libertação dos colonos. Com a mesma mentalidade com que, em Carta Régia de 19 de Março de 1614 e pelo alvará de 21 de Fevereiro de 1620, proibia ao governador geral de visitar as diversas capitanias sem expressa permissão de El Rei (convinha, para imperar, manter as capitanias, senão divididas, distantes e isoladas), recusou em 1675 a equiparação do colégio da Baía ao de Évora e mandou queimar e destruir em 1747 o primeiro estabelecimento gráfico que se instalou no Brasil. . . A universidade e a circulação de livros impressos podiam constituir ameaça à unidade de padrão cultural e um perigo para o despotismo lusitano. Largado inteiramente nas suas mãos, hábeis e firmes, a Companhia de Jesús que desde 1555 dominava o ensino público de todo o Reino e só no continente, no momento de sua expulsão, tinha 24 colégios e 17 casas de residência, conseguiu organizar o ensino colonial, nos seus 17 colégios e seminários, como entendeu, de acordo com os prin-

¹⁵ VIRIATO CORREIA, *A instrução colonial*. In "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1920.

¹⁶ M. D. MOREIRA DE AZEVEDO, *Instrução pública nos tempos coloniais do Brasil*. In "Revista" do Instituto Histórico, LV, 1892, pág. 144.

cípios e padrões fixados nos seus estatutos pedagógicos. À treva espessa e profunda a que, no dizer de VIRIATO CORREIA, Portugal atirou o Brasil, era porém a mesma que descera sobre o próprio Reino, já em decadência, fechado e insensível às novas correntes européias e à agitação intelectual e científica que rondava a Metrópole sem atingi-la no seu raio de ação. Pontos luminosos nessa vasta zona de sombra, as escolas dos jesuítas, no Reino como na Colônia, marcavam, com seu ensino uniforme, semi-oficial, de tipo clássico, montado para a formação de clérigos e letrados, o maior esforço desenvolvido por uma associação religiosa para criar uma "cultura de elite", sem dúvida artificial, universalista em sua essência, mas tão intensamente trabalhada que persistiu no século seguinte, como um resíduo na tradição intelectual dos dois países, equilibrando-se entre as suas forças internas e a pressão periférica de outras influências estrangeiras. Essa cultura que ficou sempre a de uma elite; que o povo não assimilou nem podia assimilar, e pela qual o Brasil se tornou por muito tempo, na América, "um país da Europa", teve, no entanto, efeitos da maior importância, na criação de tendências e características das classes dirigentes, na formação da burguesia e no estabelecimento de uma tradição e continuidade nacionais.

De todos os ramos de atividade dos jesuítas, é a educação das elites e, nesse domínio, o ensino literário de fundo clássico, que fez sentir a sua influência mais profundamente e mais longe; é, por ele, sobretudo que a Companhia foi mais rica e constantemente representada nos seus colégios espalhados por toda a parte. Foi essa cultura humanística e literária que procuraram divulgar também entre nós, numa sociedade primitiva e rude, inorganizada e heterogênea, pondo ao alcance dos rapazes, filhos de colonos, o que era na Idade Média apanágio de clérigos (daí, o duplo sentido de *clerc*, clérigo de letras) e, mais tarde, na Renascença, privilégio dos eruditos de profissão. Para apreciar com justiça essa cultura padronizada, de tendência universalista e tipo clássico, transmitida pelo ensino jesuítico, é preciso que não se veja à luz da civilização atual, mas que, remontando aos séculos XVI e XVII, se examine e se meça pelos costumes e ideais de então, segundo os quais se pretendia manter o latim ainda erguido à categoria de língua geral e sustentar nos homens o fascínio pelas letras clássicas, até a cópia servil dos modelos antigos. Que a Companhia, fiel a essa tradição, só formou, no Brasil, clérigos e letrados, basta para prová-lo o fato de que, nas várias gerações de estudantes, que passaram pelos seus colégios, nenhum deles se destacou na Colônia por qualquer interesse pelas ciências físicas e naturais ou preocupação com atividades científicas, técnicas e artísticas. Foram todos letrados, cronistas e historiadores, como Frei VICENTE DO SALVADOR, ROCHA PITA e PEDRO TAQUES; poetas como GREGÓRIO DE MATOS, CLÁUDIO MANUEL DA COSTA e JOSÉ BASÍLIO DA GAMA ou oradores sacros como EUSÉBIO DE MATOS e tantos outros cujos nomes se apagaram à luz intensa projetada pelo Pe. ANTÔNIO VIEIRA, com a supremacia de sua obra e a força incomparável de seu gênio. Este, o maior de todos os discípulos de jesuítas, nos colégios coloniais, — prosador notável e pregador sem rival, com quem aprenderam a polir e a burlar a frase os maiores escritores e ensaiaram os seus vãos as águias da eloquência sagrada e política; lapidário máximo da linguagem portuguesa, opulenta e formosíssima, foi nas suas qualidades e nos defeitos, desproporcionados pela exuberância de seu talento, a expressão mais alta dessa educação intelectualista, dialética e formal, concentrada na cultura da palavra, da forma, do gosto literário e da imaginação. Mas, mesmo em literautra, de um formalismo estéril, — se excetuarmos um GREGÓRIO DE MATOS e um BASÍLIO DA GAMA, poetas, e um ANTÔNIO VIEIRA, cuja eloquência é uma harpa possuidora de todas as gamas, na qual perpassam todas as notas

e vibrações —, o espírito clássico, reduzido à forma pela forma, se diluía em reminiscências humanísticas afogadas, aqui como aliás em Portugal, na onda de uma produção medíocre, estandarizada, de uma pobreza de estilo, de imaginação e de pensamento, raramente atingida na história das letras. A primeira obra científica, a *Historia Naturalis Brasiliae*, de PISO e MARCGRAF, em que se condensavam observações importantes sobre a medicina, a flora e a fauna do país, surgiu durante a ocupação holandesa em Pernambuco, e, apesar de publicada em 1648, em latim, — língua ensinada em todos os colégios de padres não logrou despertar nenhum interesse no Brasil nem deixar vestígio de sua existência numa vaga alusão em toda a literatura colonial. Por melhor que fôsse a organização do ensino jesuítico e por seguros e eficientes que fôsem os seus métodos, com que se cobriram de glórias por toda a parte como humanistas, é certo que, praticados dentro de um sistema de ensino único, excessivamente literário e retórico, sem o estímulo de influências renovadoras, tenderam à uniformidade e à estagnação e não ficaram ineficazes para a erradicação de toda a atividade livre e criadora do espírito. Não restava, de fato, uma única porta para, por meio dela, se introduzir um fermento novo na massa desse ensino semi-oficial que, organizado para a formação de letrados e casuístas, tinha que forçosamente impelir para as letras as tendências das elites dirigentes, acentuar a oposição entre estas e as classes dirigidas e constituir-se num “sistema de ensino aliado da cidade contra os campos”. Desenvolvendo antes de tudo as atividades literárias e acadêmicas, e “dando um valor exagerado ao menino inteligente com queda para as letras”, os jesuítas criaram muito cedo, com a tendência literária e o gosto que ficou tradicional pelo diploma de bacharel, o desprezo pelo trabalho técnico e produtivo, e fizeram de seus colégios canais de circulação horizontal, do campo para as cidades, e de ascensão social e, portanto, elementos poderosos de urbanização. “Nos seus enormes casarões de pedra e cal, escreve GILBERTO FREYRE, prepararam-se no Brasil os primeiros letrados que seriam os primeiros bacharéis, os primeiros juizes, padres e desembargadores, homens mais da cidade que da mata”.¹⁷

Certamente, cuidou o jesuíta também da lavoura e da indústria; e, organizando e explorando as suas fazendas, montando os seus engenhos, pôde tornar-se, já no século XVII e sobretudo, na primeira metade do XVIII, “o grande produtor colonial, o maior fazendeiro dos trópicos”. Para a construção de suas igrejas e de seus colégios,¹⁸ como para a instalação de suas fazendas e a expe-

¹⁷ GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos*. São Paulo, 1936, pág. 96.

¹⁸ Os padres que a princípio viviam com grandes dificuldades e se sustentavam de esmolas, como se depreende das cartas dos primeiros jesuítas, passaram, desde o século XVI, a ter bens móveis e de raiz e a receber dotações que lhes permitiam a manutenção de seus alunos, nos internatos. Tanto o Pe. MANUEL DA NÓBREGA como o Pe. LUIZ DA GRÃ, que lhe sucedeu no cargo de provincial, preocupados com o sustento dos meninos, compreenderam desde logo a necessidade de se encontrar um meio de lhes “vir de fora o comer e o necessário”, para que não se sobrecarregassem os pais com despesas superiores a suas posses nem se deixasse aos padres “o onus de buscarem sustento para si e para os educandos”. Da correspondência trocada entre Baía, Roma e Lisboa, resultou ficar estabelecida “a aplicação dos rendimentos reais do Brasil à dotação de três grandes colégios na Baía, Rio de Janeiro e Olinda. O primeiro colégio a ser dotado, escreve SERAFIM LEITE, foi naturalmente o da capital da Colônia. Consta da “Provisão do rei de Portugal em que manda ao capitão da Baía que veja quanto hão mister sessenta pessoas da Companhia no colégio de São Salvador (sic), e se a redizima que lhes dei por fundação não lhes basta, supra o que faltar da fazenda de Sua Alteza”. A provisão é de 7 de Novembro de 1564. É uma data a assinalar nos anais da instrução pública. É a fundação do primeiro colégio oficial do Brasil”. (SERAFIM LEITE, *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, 1937, pág. 53). Em 1568, informa-nos ainda o Pe. SERAFIM LEITE, se passava um “alvará para que na capitania de São Vicente se fundasse um colégio para 50 padres os quais houvessem o mesmo mantimento que os da Baía”. O local escolhido foi o Rio de Janeiro, que a este tempo já era Capitania de El-rei. Ainda que a dotação é de 1568, é certo que o colégio começou a fundar-se ao mesmo tempo que a cidade, como se vê de um documento ou de uma série de documentos tabeliônicos, reunidos com o título de “Terras que deu ESTÁCIO DE SÁ ao colégio do Rio de Janeiro”. (Op. cit., pág. 55). Com essas dotações que foram as primeiras, e outras em benefício dos novos colégios, com a organização do trabalho dos índios, nos aldeamentos, e com a exploração agrícola e pastoril de suas terras, a que não faltavam escravos negros, como, na fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, pôde a Companhia atingir uma grande prosperidade material que lhe permitiu levantar seus enormes casarões de pedra e cal e manter

rimentação de suas culturas, não podiam faltar operários e mestres capazes que vinham do Reino ou se recrutavam quer na massa de escravos negros e dos caboclos catequizados, quer entre os irmãos leigos, especializados num grupo de ofícios. Nos noviciados da Companhia, e, mais geralmente, antes de tomarem a roupeta, já se selecionavam, pelas suas aptidões, os religiosos que deviam ascender aos ministérios do sacerdócio e do ensino, e aqueles que, terminado o biênio de provações, seriam aproveitados nos serviços auxiliares ou nas atividades manuais e mecânicas. Os jovens irmãos leigos, vivendo a mesma vida religiosa e trabalhando lado a lado com os mais velhos, mestres hábeis e experimentados, faziam a sua aprendizagem, neste ou naquele ofício, em condições que satisfizessem aos interesses e às exigências das casas, igrejas e colégios. Mas tudo isto, a exploração de suas fazendas, de que vendiam os produtos; o aproveitamento do trabalho do escravo ou do índio e a própria formação profissional, sob a pressão das circunstâncias, de um corpo de mestres e oficiais, não eram senão meros instrumentos, meios para a realização dos fins religiosos e educativos a que se propunham os padres jesuítas. As técnicas utilitárias elementares, necessárias à missão civilizadora da Companhia, como à vida colonial, e bastante simples para exigirem uma formação especial, transmitiam-se diretamente, de uma geração a outra, e não constituíam objeto de ensino para os rapazes, nos colégios de padres. A vocação dos jesuítas era outra certamente, não a educação popular primária ou profissional, mas a educação das classes dirigentes, aristocrática, com base no ensino de humanidades clássicas. Aqui, como por toda parte. Hoje, como no período colonial. Os seus colégios instalam-se de preferência nas primeiras cidades do Brasil e à sombra das casas grandes, no litoral latifundiário, onde se recrutam os seus discípulos e a estabilidade da família patriarcal lhes oferece à construção do seu sistema de ensino a base segura e necessária que dificilmente podiam encontrar na sociedade, molecular e flutuante, dos mamelucos caçadores de índios e de esmeraldas ou dos criadores de gado. Embora, porém, montada para uma sociedade tipo casa grande, latifundiária e escravocrata, essa educação "de classe", longe de contribuir para fortalecê-la no sentido português pé de boi, de que fala GILBERTO FREYRE, concorreu para favorecer o desenvolvimento de uma classe dirigente nova, já em plena formação, desde meados do século XVII, — a da burguesia urbana. Esta contribuição do ensino jesuítico, europeizante, universalista, no processo de urbanização de nossas elites, já foi observada com lucidez por GILBERTO FREYRE, em vários pontos de suas obras fundamentais. Não me parece que os padres, como êle pensa, visavam o domínio social sobre o patriarcalismo das casas grandes, quando "se esforçavam em fazer dos meninos, o mais depressa possível, homens ou adultos" e estimulavam a precocidade literária "que se tornou tão característica do menino brasileiro, no regime de vida patriarcal de nossa formação". Mas é certo, como escreve o grande intérprete de nossa vida social, que "os meninos nesses seminários e colégios foram um elemento sobre o qual, em vez de se acentuarem os traços, as tendências, por um lado, criadoras mas, por outro dissolventes, de uma formação excessivamente patriarcal, à sombra de pais heróicos, de indivíduos em extremo poderosos, senhores de casas grandes, quase independentes do mundo, se desenvolveram, ao contrário, o espírito de conformidade, certo gosto de disciplina, de ordem e de universalidade que os padres e, principalmente, os jesuítas souberam

em seus colégios e seminários, numerosos padres e centenas de estudantes. Bastavam esses recursos, tão abundantes e variados para o sustento e progresso de seus colégios, e ainda lhes sobravam para obras de assistência social nas aldeias e até em vilas, como São Paulo de Piratininga, "a botica do colégio era o reservatório geral de todos". O Pe. SERAFIM LEITE, a quem tomamos essas informações, refere-se, e agora apoiado em FERNÃO CARDIM, às culturas "de plantas indígenas e portuguesas das cercas dos jesuítas, donde irradiaram para as outras. Ao lado das culturas, os pastos. As suas fazendas de gado eram modelares. Delas se abasteciam os colégios, professores, alunos e missionários; e também os inúmeros trabalhadores, escravos e livres, que viviam à sombra dos colégios e dos padres". (Op. cit., pág. 22).

como ninguém comunicar aos seus alunos brasileiros. Esses alunos, de colégios de padres foram, uma vez formados, elementos de urbanização e de universalização, num meio influenciado poderosamente pelos autócratas das casas grandes no sentido da estagnação rural e da extrema diferenciação regional".¹⁹

Uma das consequências, porém, certamente a mais larga e a mais importante, dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer fornecendo uma base ideológica, linguística, religiosa e cultural, à unidade e defesa nacionais. A influência do catolicismo em geral e, particularmente, da Companhia, na formação do Brasil, foi, a este respeito, tão preponderante que a JOAQUIM NABUCO chegou a parecer "de todo duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia" e mesmo que houvesse Brasil "se em vida de LOIOLA não tivesse sido feito província da Companhia",²⁰ quase ao mesmo tempo em que se organizava, em substituição ao regime das capitanias, o primeiro governo geral da Colônia. Foi, de fato, em grande parte pela influência dos padres que se preparou a base da unidade nacional na tríplice unidade de língua, de religião e de cultura, em todo o território. Nenhum elemento intelectual foi mais poderoso do que o ensino jesuítico na defesa e conservação da língua culta, cuja ação unificadora é de uma importância primordial e que constituiu, com o estudo do latim, o núcleo central e o único elemento "nacionalista" desse ensino preponderantemente literário e retórico. Na propagação e defesa da fé, — outro elemento de integração nacional —, não puseram os jesuítas apenas o seu zelo missionário, na pregação evangélica e na catequese de gentio, mas toda a organização do seu ensino nos colégios, alguns dos quais, como o colégio central da Baía, conforme lembra o Pe. SERAFIM LEITE, prestaram ao Brasil, durante dois séculos, "os mais relevantes serviços não só dentro de sua finalidade específica de instrução e de educação, mas até como defesa e ponto de resistência contra o estrangeiro invasor". Contra o invasor calvinista, francês ou holandês, rechaçados nas suas tentativas de conquista, que ameaçaram fragmentar a unidade do território e da religião. A unidade de cultura, essa foi estabelecida pelo seu "ensino geral", — o único realmente que tivemos até hoje, organizado com esse caráter, no duplo sentido, de ensino não especial, profissional, e enquanto se opõe ao "regional", ou por outras palavras, pela sua natureza e pela sua extensão. Ensino destinado a formar uma cultura básica, livre e desinteressada, sem preocupações profissionais, e igual, uniforme em toda a extensão do território. A cultura "brasileira" que por ele se formou e se difundiu nas elites coloniais, não podia evidentemente ser chamada "nacional" senão no sentido quantitativo da palavra, pois ela tendia a espalhar sobre o conjunto do território e sobre todo o povo o seu colorido europeu: cultura importada em bloco do Ocidente, internacionalista de tendência, inspirada por uma ideologia religiosa, católica, e a cuja base residiam as humanidades latinas e os comentários das obras de ARISTÓTELES, solicitadas num sentido cristão. Tratando-se de uma cultura neutra do ponto de vista nacional (mesmo português), estreitamente ligada à cultura européia, na Idade Média, e alheia a fronteiras políticas, — como tinha de ser a cultura difundida por uma "associação essencialmente internacional, com o característico de verdadeira milícia papalina", é certo que essa mesma neutralidade (se nos colocarmos no ponto de vista qualitativo) nos impede de ver, nessa cultura, nas suas origens e nos seus produtos, uma cultura especificamente brasileira, uma cultura nacional ainda em formação. Mas, pelo seu caráter de

¹⁹ GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos*. São Paulo, 1936, págs. 93, 99, 100.

²⁰ JOAQUIM NABUCO, *José de Anchieta. A significação nacional do Centenário Anchietano*. In "III Centenário do Venerável Pe. José de Anchieta", págs. 326-327. Paris-Lisboa, 1900.

cultura geral e uniforme, universalista em sua essência e em suas manifestações, e pelo raio de influência que atingiu, acompanhando ao norte até a Amazônia, e ao sul até Destêrro, o avanço português e a expansão geográfica do país, ela constituiu sem dúvida, numa época em que não havia unidade política, um dos fatores mais importantes de integração e de unidade nacional. Ela exerceu, através do ensino nos colégios de padres uma função unificadora, dissolvendo as diferenciações regionais; e, sob esse aspecto, não foi ameaçada senão pelos progressos da língua tupi, como língua geral, ensinada também nos colégios, e pela concentração dos índios em "aldeamentos", governados pelos padres.²¹ Embora movidos pelos mais altos propósitos, os jesuítas, segregando em grandes aldeias os índios convertidos, teriam constituído verdadeiros quistos de diferenciação étnica e cultural, se não fosse a ação contrária dos bandeirantes, que, nas suas entradas pelos sertões à caça dos índios "dispersaram" o que os padres reuniram, contribuindo para dissolver na massa geral da cultura e da população as sociedades e as culturas primitivas insuladas em suas aldeias.

Enquanto, na primeira metade do século XVIII, a obra educadora dos jesuítas atingia no Brasil o *maximum* de expansão, recrudesciam na Europa, contra a Companhia, as lutas que deviam terminar com a sua extinção e nas quais os ataques partiam agora de todos os lados, das universidades e dos parlamentos, das autoridades civis e eclesiásticas, e das próprias ordens religiosas. Alegava-se por tôda a parte que a Companhia de Jesús, perdido o antigo espírito de seu fundador, entrara em decadência e que, dominada pela ambição do poder e de riquezas, procurava manejar os governos como um instrumento político, ao sabor de suas conveniências e contra os interesses nacionais. O ensino jesuítico, na opinião de seus adversários, envelhecera e petrificara em várias gerações e, anquilosando-se nas formas antigas, já se mostrava incapaz de adaptar os seus métodos às necessidades novas. Em Portugal, intervinham ainda, para tornar mais acirrada essa campanha tenaz, dois elementos de propaganda contra os jesuítas: o monopólio do ensino que eles exerciam desde 1555, quando D. JOÃO III lhes confiou a direção do Colégio das Artes, e a miséria econômica e intelectual do reino, pela qual esses religiosos eram apon-

²¹ Essa questão a que já nos referimos, do aldeamento dos índios, pode ser encarada ao menos sob três aspectos fundamentais: o que os jesuítas pretenderam, criando e organizando aldeias próprias para os índios; as consequências, para as populações e culturas primitivas, segregadas pelos jesuítas, e os efeitos que resultaram ou podiam resultar desse insulamento, para a sociedade colonial em formação. A idéia dessas grandes concentrações foi, certamente, inspirada aos jesuítas pelo propósito de servir com mais eficiência à sua vocação catequista e de, organizando à maneira européia e segundo os seus ideais morais e religiosos as populações indígenas, prover melhor às suas necessidades espirituais e materiais e à própria defesa dos índios convertidos e sempre ameaçados de serem reduzidos à escravidão. Nesses aldeamentos governados pelos padres, os índios, como escreve SERAFIM LEITE, adquiriam hábitos de trabalho, cultivavam as terras, viviam maritalmente, educavam os filhos, e exercitavam as indústrias mais usuais e necessárias que os jesuítas pessoalmente lhes ensinavam". (*Páginas de história do Brasil*, 1937, págs. 19 e 20). Que os jesuítas se decidiram a congregá-los em aldeias, para lhes facilitar a vida e protegê-los melhor, é que se esforçaram por dar a essas populações a melhor organização possível dentro do ponto de vista da Igreja e dos seus ideais sociais e pedagógicos, não há dúvida. Mas, como observa GILBERTO FREYRE, examinando a questão a outra luz, "era todo o ritmo da vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam, quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta". Os padres, — conclue GILBERTO FREYRE que considera, por isso, deletéria a sua influência —, foram sob este aspecto, "puros agentes europeus de desintegração de valores nativos". (*Casa grande e senzala*. 2.^a edição, 1936, págs. 76-77). O próprio Pe. SERAFIM LEITE, da Companhia de Jesús e seu historiador ilustre, não deixa de reconhecer ao menos em parte a legitimidade dessa crítica, quando afirma que "os índios, acostumados a uma vida de dispersão pelas selvas, se ressentiam no começo do apêrto das povoações. De vez em quando, eram vítimas do impudismo, da bexiga e de outras epidemias". (Op. cit., pág. 20). Mas pode-se apreciar a iniciativa dos jesuítas ainda sob outro prisma, isto é, pelos efeitos que produziram ou podiam produzir, se mantidos, esses aldeamentos formados como verdadeiros quistos, tanto mais perigosos ao organismo nacional, quanto a organização que lhes dava a atividade múltipla dos padres tendia a tornar quase autônomas essas povoações ameríndias. Se a atitude dos jesuítas contra a caça ao índio e a sua exploração industrial ficará, escreve o Pe. SERAFIM LEITE, "na história da humanidade como uma das campanhas mais puras a favor da liberdade humana", a medida dos aldeamentos, pouco eficiente, aliás, para a defesa da liberdade do índio, constituiu antes um obstáculo à mistura de raças e à interpenetração de culturas, e uma ameaça à própria unidade social, linguística e cultural, em formação e a que os jesuítas prestaram serviços de primeira ordem, em tantas outras iniciativas. Disperando o que os padres reuniram, as bandeiras organizadas com o fim expresso de cativar índios, atingiam, também, ainda que sem visá-lo, o objetivo de, a princípio, neutralizar os efeitos e chegar depois à destruição total dessa obra de segregação dos índios em grandes aldeias.

tados como os principais responsáveis. A decadência do reino chegara, de fato, a tal ponto que, no testemunho de VERNEY, alguns portugueses, "mais advertidos que saíram de Portugal", quando se achavam em país estrangeiro, parecia-lhes estar em um mundo novo e, se acaso tinham juízo, não deixavam de mudar de opinião. "D. LUIZ DA CUNHA que passou por êsses lugares com louvor, e depois de longos ministérios se acha hoje embaixador da França, disse a um amigo meu (escreve LUIZ ANTÔNIO VERNEY, em 1746) que, quando saíra de Portugal e ouvira falar outra gente, o maior trabalho que tivera, fôra procurar esquecer-se de tudo o que tinha aprendido em Portugal, para poder entender as cousas bem e falar com propósito". As novas concepções filosóficas e científicas que já se difundiam por quase tôda a Europa e iam ganhando pouco a pouco os melhores espíritos portugueses, traduziram-se desde D. JOÃO V em diversas tentativas de reformas de estudos; e os novos ideais e tipos pedagógicos que se opunham aos da escola jesuítica, ameaçando destroná-la, tomaram expressão vigorosa nas 16 cartas do *Verdadeiro metodo de estudar*, de LUIZ VERNEY, que, publicado em 1746, teve a maior repercussão e passou a ser considerado, sob vários aspectos, "a maior obra de pensamento que se publicou em Portugal". Tôdas essas críticas assestadas contra a pedagogia autoritária dos jesuítas encontraram um meio favorável no reino e nos países em que êles exerceram uma ação preponderante, e cujo atraso intelectual e empobrecimento econômico, produzido certamente por um complexo de causas e, entre estas, o fanatismo religioso, as perseguições do Santo Offício,²² eram lançados à conta dos religiosos que tiveram a direção exclusiva do caráter e educação nacionais. A tempestade armada pelas lutas políticas e religiosas e que várias vêzes pareceu desvanecer-se, detida por tanto tempo nos hrizontes, ia finalmente estalar. O Marquês de POMBAL, em 1759, expulsa os jesuítas do reino e dos seus domínios, inaugurando com a sua política radical a série de medidas semelhantes, tomadas pela França (1763), Espanha, Nápoles e Sicília (1767) e por outros governos, e que culminaram, em 1773, na total supressão da Companhia de Jesús pelo Papa CLEMENTE XIV, — centro de convergência dos clamores que subiam de todos os países. Assim terminou, no período colonial, com a expulsão da Companhia, a obra dêsses missionários que, em mais de dois séculos, educaram a mocidade brasileira e tão eficazmente auxiliaram os portugueses a colonizar o Brasil, amaciando a aspereza dos costumes de uma época de violências e de rapinas, sopitando as discórdias entre casas grandes, coarctando os abusos dos governos, retemperando a fé, avivando a caridade, apertando os freios da religião e contribuindo para implantar a ordem e a disciplina onde tudo conspirava para enraizar a anarquia, filha de ódios civis e das lutas de classes e de raças. A obra civilizadora dêsses homens que surgiram do mar, nas caravelas, para se espalharem pelo litoral e, ao longe, pelos sertões, toca, de fato, ao sobrenatural, para os civilizados anêmicos que nós somos, amigos de prazeres. O ardor apostólico, o desprezo da morte, a mobilidade inverossímil em todos os terrenos e a sua capacidade de organização e disciplina não se podem medir, na sua grandeza.

²² "Em 1668, desopressos da guerra com Castela (escreve ANTÔNIO SÉRGIO), passamos a poder visitar a Europa com aquela calma indispensável às ocupações intelectuais. As perseguições do Santo Offício arrojavam de cá (de Portugal) os melhores espíritos; e êsses emigrados foram compondo pouco a pouco a bela falange dos "estrangeirados", que, como um plenilúnio, iluminou esperançosamente, na segunda metade do século XVIII, a nossa noite intelectual. Os estrangeirados, como sabeis, influíram no ânimo de D. JOÃO V, em cujo reinado se iniciou a batalha para nos fazer reentrar na Europa culta... JACOB DE CASTRO que estava em Londres, fôí encarregado de estudar o problema. Consultados os sábios da Inglaterra, disseram que o que cumpria antes de tudo era modernizar a mentalidade, substituindo a mediéfica orientação das nossas classes preponderantes pelo espírito crítico experimental; e, para isso, traduzir o *Novum organum*, de FRANCISCO BACON. E era justo; tratava-se de destruir a peripatética, em que se reclusira o português. Também por incumbência do governo escreveu VERNEY o seu grande livro, o *Verdadeiro método de estudar*, que ergueu a primeira das grandes polémicas, ou, antes, o primeiro cume de uma só polémica que se prolonga há dois séculos no nosso país". (ANTÔNIO SÉRGIO, *Ensaio*. Tomo II. "O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal", págs. 44-45. Lisboa, Seara Nova, 1929).

senão pela serenidade e resignação, com que abandonam os seus colégios e partem para o exílio, silenciosos como soldados que dobram suas tendas...

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fôsse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão. Quando o decreto do Marquês de POMBAL dispensou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os seus colégios, de que não ficaram senão os edifícios, e se desconjuntou, desmoronando-se completamente, o aparelhamento de educação, montado e dirigido pelos jesuítas no território brasileiro. Para se avaliar a profundidade desse golpe para Portugal e especialmente para o Brasil, bastará lembrar ainda uma vez que, no momento de sua expulsão, possuíam os jesuítas só no Reino 24 colégios, além de 17 casas de residência, e na Colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase toda as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia. Nessa paisagem escolar, uniforme e sem relêvo, não se encontravam fora do domínio espiritual dos jesuítas senão a escola de arte e edificações militares, criada na Baía em 1699, — talvez a primeira instituição leiga de ensino no Brasil, uma aula de artilharia criada em 1738, no Rio de Janeiro, além dos seminários de São José e de São Pedro, estabelecidos em 1739, na mesma cidade. Podia-se acrescentar o seminário episcopal do Pará que foi fundado pelo bispo D. Frei MIGUEL DE BULHÕES, mas cuja direção fôra confiada aos jesuítas. A não serem, portanto, os estudos elementares de arte militar, dois ou três seminários, algumas aulas de clérigos seculares e outras, de filosofia, em conventos de carmelitas e franciscanos, o ensino no Brasil até 1759 se concentrava quase todo nas mãos dos padres da Companhia cujo sistema de organização escolar era o único existente no país. A educação da mocidade reinol e colonial, monopolizada pelos padres, orientava-se, sem dúvida, para a uniformidade intelectual; os quadros do seu ensino, dogmático e abstrato, não apresentavam plasticidade para se ajustarem às necessidades novas; os métodos, autoritários e conservadores até a rotina; e, além de não incluir o ensino das ciências, êsse plano de estudos, excessivamente literários e retóricos, não abria lugar para as línguas modernas, conservando nas elites uma tal ignorância sobre essas línguas que de maravilha se encontraria, na Colônia, um brasileiro que soubesse francês... Estas, do ponto de vista pedagógico, as principais acusações que, no Reino, levantaram contra os jesuítas os seus adversários. Da extensão que ganhou o tupí, como língua geral, a ponto de ser utilizada até nos púlpitos, já não se podia, nessa altura, acusá-los: já em 1727, por uma provisão datada deste ano, o governo da Metrópole, alarmado com o abandono do português pelos próprios portugueses, proscreeva expressamente o tupí, proibindo o uso da língua brasileira; e, se êsses religiosos contribuíram, de fato, para o estudo e o emprêgo do tupí, como instrumento de catequese, não só nunca pretenderam eliminar do Brasil a língua portuguesa, como foram antes, em todo o período colonial, os seus mestres incomparáveis. Mas, como quer que seja, até 1759, a instrução se desenvolvia desde a segunda metade do século XVI, em progressos constantes, dentro de pontos de vista e métodos, “perfeitamente adequados ao alvo a que apontavam os jesuítas”, como escreve JOSÉ VERÍSSIMO. As escolas e colégios eram cada vez mais numerosos; sua dotação e seus recursos cresciam de dia para dia; seu programa, ainda que já antiquado, para o Reino e para a Colônia, a opinião o

tinha por suficiente; e seus mestres, hábeis e abalizados, — iniciadores da educação no Brasil, gozavam, na maior parte, da estima pública na sociedade colonial. Em lugar de desenvolver êsse organismo, de enriquecer, alargar e reformar êsse sistema, o Marquês de POMBAL o eliminou e, uma vez completada a sua destruição, esperou treze anos para começar a reconstruir, no período de um govêrno, o que os jesuítas conseguiram em dois séculos, com essa notável obra de penetração, evangelizadora e educadora, com que envolveram, num movimento de tenazes, todo o litoral, do sul ao norte, e alargaram as fronteiras espirituais na medida em que os sertanistas e bandeirantes se afundavam nos sertões, dilatando as fronteiras geográficas do país.

Mas, se o poderoso ministro de D. JOSÉ I destruiu, nem êle nem os governos portugueses que lhe sucederam souberam ou puderam restaurar. Onde havia uma obra de organização escolar, lenta e solidamente edificada através de dois séculos, tinha êle de levantar outra, num imenso esforço de reestruturação começando pelos próprios fundamentos. Não foi o que fez o ministro, na reforma de estudos empreendida, depois que atingiu o objetivo fundamental de emancipar o ensino público da influência pedagógica dos jesuítas. O que nos veio, não foram propriamente reformas (nem era possível exigir de golpe reformas que só longamente se podiam realizar), mas uma série incoerente de medidas, tardias e fragmentárias, com que em 1759 e 1772 o govêrno da Metrópole se pôs a talhar, na massa inerte da sociedade colonial, uma obra que desse a ilusão de substituir o organismo desmantelado. A expulsão dos jesuítas, seguida apenas de resoluções (alvará de 28 de Junho de 1759), tendentes a substituir aulas e classes que foram suprimidas; abriu uma brecha tão profunda quer na obra da missão catequista quer na educação da mocidade colonial, que nenhuma dessas medidas pôde depois repará-la. A instituição das aulas de gramática latina, de grego e de retórica, e a criação, pelo mesmo alvará de 1759, do cargo de "diretor de estudos", com que se esboçou em Portugal um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino, estavam, de fato, longe de dar solução aos problemas estabelecidos pela expulsão dos padres da Companhia, mesmo na hipótese que não se verificou, de se criarem tantas aulas de tôdas aquelas disciplinas quantos os colégios extintos no reino e nos seus domínios. Com essas medidas de emergência que o alvará batizou de "reformas", visava El-rei "não só reparar os mesmos estudos (os de letras humanas) para que não acabassem de cair na total ruína a que estavam próximos, mas ainda restituir-lhes aquele antecedente lustre que fez dos portugueses tão conhecidos na República das letras (sic), antes que os ditos religiosos se intromettessem a ensiná-los com os sinistros intentos e infelizes sucessos". Só em 1772, porém, isto é, treze anos depois da expulsão da Companhia, e dêsse alvará com que se pretendeu reorganizar os estudos de humanidades, é que uma ordem régia mandou estabelecer essas aulas, de primeiras letras, de gramática, de latim e de grego, no Rio de Janeiro e nas principais cidades das capitânias. Foi nesse mesmo ano que, pela ordenação de 10 de Novembro de 1772, se instituiu o "subsídio literário", — imposto criado especialmente para a manutenção do ensino primário médio e que, mandado cobrar no Brasil no ano seguinte, nunca chegou a colhêr para a educação, em Portugal e na Colônia, os recursos necessários. Mais tarde, em 1774, inauguram-se uma aula régia de latim, em São João d'El-Rei, Minas Gerais, e uma de filosofia no Rio de Janeiro onde se instalam, dois anos depois, aulas de grego, de hebraico, de filosofia e de teologia, por iniciativa dos frades franciscanos: é criada, nessa mesma cidade, em 1783, pelo Vice-rei LUIZ DE VASCONCELOS, uma aula de retórica e poética, em favor do poeta SILVA ALVARENGA; abrem-se uma aula de desenho e de figura em 1800 e aulas de ensino elementar, aritmé-

tica, geometria, francês e desenho, para a instrução de militares, seguindo-se outras iniciativas dessa ordem, nas principais cidades da orla marítima e em algumas, raras, do planalto e do sertão. Embora determinada pelo alvará de 1759 que criou em Portugal uma diretoria geral de estudos, a fiscalização das aulas e escolas régias não começou a ser feita regularmente no Brasil senão a partir de 1799, já no crepúsculo do século XVIII, quando o governo português atribuiu ao Vice-rei a inspeção geral da Colônia, com o direito de nomear anualmente um professor para visitar as aulas e informar-lhe sobre o estado da instrução. Suprimida, pois, a Companhia e afastada do ensino, no Reino e seus domínios, o Estado que não intervinha na gestão das escolas elementares e secundárias, tomou a seu cargo, por iniciativa de POMBAL, a função educativa que passou a exercer, em colaboração com a Igreja, aventurando-se a um largo plano de oficialização do ensino. A paisagem escolar adquiriu, sem dúvida, maior variedade de aspectos, com a introdução do ensino do grego e do hebraico, das línguas modernas, como o francês e o inglês e, sobretudo, das ciências matemáticas, físicas e naturais, na Universidade de Coimbra que passou em 1772 por uma profunda transformação, — a mais importante das reformas de estudos universitários em Portugal. Mas o plano geral da educação já não apresentava a mínima coesão: em lugar desse enorme bloco homogêneo que era a organização escolar dos padres da Companhia, — associação de tamanha unidade de vistas diretivas, instituiu o governo o regime de aulas régias, — aulas de disciplinas isoladas —, que na Colônia, só mais tarde, em 1776, com os frades franciscanos, “se organizaram em escolas com cursos graduados e sistematizados”.

Se, portanto, com a reforma pombalina, não houve na Colônia uma “fragmentação essencial de cultura”, porque a união da Igreja e do Estado e a própria tradição cultural ainda mantinham resistente e extremamente viva a unidade, de fundamento religioso e humanístico, é certo que, do ponto de vista formal, de organização, à “unidade de sistema” sucedeu a fragmentação na pluralidade de aulas isoladas e dispersas.²³ Essa fragmentação de estrutura tornou-se tanto mais grave quanto o governo reformador não soube ou não pôde recrutar os mestres de que tinha necessidade, assegurar-lhes uma situação condigna, nem submetê-los a uma disciplina capaz de introduzir no pessoal docente a unidade necessária de vistas e de esforços. A educação que era dada quase exclusivamente em escolas confessionais, — os colégios de padres, passou a ser ministrada nas aulas e escolas régias por mestres nomeados, de acordo com os bispos, e pelos padres-mestres e capelães de engenho, “que se tornaram, depois da saída dos jesuítas, os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros”. Os mestres leigos dessas aulas e escolas, que não chegaram a assimilar o espírito da reforma pombalina, mostravam,

²³ Na opinião de MILTON RODRIGUES, essa fragmentação não foi apenas formal, mas essencial: “essencial (escreve ele) por terem nessa época influído poderosamente as tendências do enciclopedismo francês, cuja orientação foi seguida por POMBAL que a quis imprimir ao colégio dos Nobres, com esse fim fundado no ano de 1761; essencial ainda, de um modo negativo, pela ausência de qualquer outro princípio unificador que viesse suprir o da religião”. (*Educação comparada*. 3.^a parte. O Brasil. Histórico e doutrinas. 1938, pág. 251). Mas, nem por essa época chegaram a influir, na Colônia, as tendências do enciclopedismo francês, nem desapareceu ou se reduziu, na sua força unificadora, o princípio da religião. Aquelas tendências que, de fato, orientaram em Portugal o plano de estudos do colégio dos Nobres, em 1761 e, mais tarde, em 1772, as reformas da Universidade de Coimbra, somente nos fins do século XIX, isto é, quarenta anos depois da expulsão dos jesuítas, tiveram repercussão na Colônia, exercendo influência sensível na organização do seminário de Olinda, fundado em 1798, por AZEREDO COUTINHO. Por todo esse tempo, até D. JOÃO VI, não só permaneceu como princípio unificador a unidade religiosa, mas a própria tradição do ensino jesuítico, literário e humanístico, conservada nos seus valores e nos seus métodos, por toda a Igreja no Brasil, pelos padres-mestres, capelães de engenho e colégios das ordens monásticas. Não houve, portanto, uma “fragmentação essencial” de cultura cuja unidade se manteve, já sob a pressão da unidade religiosa, já pela tradição, viva e persistente, dos estudos literários, de base clássica, já pela permanência da concepção medieval de cultura, na sua adoração pelas letras, no seu desprezo pelos fatos e no valor preponderante que dava, no ensino, sobre a aquisição de técnicas especiais à aquisição do que os alemães denominam *Weltanschauung*, de uma “vista de conjunto do mundo”.

pelo geral, segundo testemunhos da época, não só uma espessa ignorância das matérias que ensinavam, mas uma ausência absoluta de senso pedagógico. Embora menos rígida e disciplinadora do que a dos jesuítas, de cujas tradições de ensino foram como que os depositários, a atividade pedagógica dos padres e capelães de engenho, orientada pelos mesmos objetivos, desempenhou um papel importante na conservação da cultura brasileira no sentido europeu e de sua unidade no sentido nacional. É GILBERTO FREYRE quem observa e sublinha essa influência dos capelães e tios-padres que, de colaboradora da ação dos jesuítas, se tornou principal ou preponderante depois da expulsão desses religiosos. "O número de homens ilustres da época colonial e dos primeiros anos do Império, que receberam sua educação primária e secundária nos colégios de padres, sobrepuxa, escreve GILBERTO FREYRE, o dos educados em casa com capelães e tios-padres. Capelães e tios-padres que, subordinados mais ao *pater-familias* que à Igreja, não deixavam, entretanto, de representar sob a telha vã dos casarões patriarcais, alguma coisa de sutilmente urbano, eclesiástico e universal, — a Igreja, o latim, os clássicos, a Europa, o sentido de outra vida, além da dominada pelo olhar dos senhores, do alto das casas grandes". Educados com mestres leigos ou clérigos seculares, nas aulas e escolas régias ou com os capelães em casa, nos engenhos da mata, nas fazendas ou nos sobrados da burguesia, "donde já rapazes seguiam quase diretamente para Coimbra" ou para outras universidades, os rapazes brasileiros continuavam a receber uma instrução quase sempre inferior, quanto ao nível, mas certamente semelhante, nos seus fins e nos seus métodos, à que outrora lhes davam os padres jesuítas nos seus famosos colégios. Se à instrução em casa, para as famílias abastadas, e a essas aulas régias, muito pouco frequentadas, se acrescentarem a atividade desenvolvida pelas ordens monásticas dos carmelitas, beneditinos e franciscanos que abriram novas aulas em seus conventos e mosteiros para estudantes seculares, e o ensino preposto à formação sacerdotal, ministrado nos seminários de São José e de São Joaquim, no Rio de Janeiro, no de Pernambuco, criado em 1798, e no do Maranhão, fundado em 1805, pouco faltará para completar o quadro das atividades e instituições escolares, no último período colonial, desde a expulsão dos jesuítas até a vinda de D. JOÃO VI para o Brasil. Mas, sobre toda essa instrução, inorganizada e fragmentária, cujo nível se rebaixou sensivelmente, mas que permaneceu fiel à tradição da pedagogia jesuítica e aos seus valores essenciais, mal se projeta na Colônia a sombra do remodelador português, a que não se pode negar nem largueza de vistas nem fidelidade aos propósitos que orientaram os seus planos de reformas em que tão poderosamente influíram as tendências do enciclopedismo francês. O novo espírito filosófico e científico que inspirou a reorganização dos estudos superiores em Coimbra, aparece, nas aulas e nos colégios de religiosos, como uma solução ainda bem fraca e singularmente neutralizada quer pela ignorância dos novos mestres, quer pelos resíduos importantes da velha cultura disseminada pelos jesuítas.

A reforma pombalina planejada para o Reino, não só golpeou profundamente, na Colônia, o ensino básico geral, pulverizando-o nas aulas de disciplinas isoladas (aulas régias), sem qualquer plano sistemático de estudos, como ainda cortou, na sua evolução pedagógica normal, o desenvolvimento do ensino para os planos superiores. Tanto ao ensino médio que se dissolveu no regime de "aulas", como ao ensino superior que se achava em esboço no curso de artes do plano jesuítico, subtraíram-se todas as possibilidades de desenvolvimento, com a falta de recursos e dos órgãos necessários a assegurar a continuidade da ação docente e os seus progressos. A unidade fundamental de pensamento que dava à Companhia e aos seus órgãos de ação o poder e a propon-

derância que teve na vida espiritual do povo brasileiro, como por tôda a parte, transmitia-se, através de sua organização cerrada e admiravelmente hierarquizada, que facilitava o enquadramento de todos os seus recursos de ação, favorecendo a um tempo a unidade e a autonomia de seus colégios. Na reforma pombalina, ao contrário, além do regime de aulas, que enfraquecia todos os esforços de organização, a distância entre "a diretoria geral de estudos" (no Brasil, o próprio Vice-rei) e os mestres, não congregados em colégios mas dispersos, sem órgãos intermediários permanentes, nem permitia qualquer inspeção eficaz nem criava um ambiente favorável a iniciativas de vulto. Tudo, até os detalhes de programas e a escolha de livros, tinha de vir de cima e de longe, do poder supremo do Reino, como se êste tivesse sido organizado para instalar a rotina, paralisar as iniciativas individuais e estimular, em vez de absorvê-los, os organismos parasitários que costumam desenvolver-se à sombra de governos distantes, naturalmente lentos na sua intervenção. Esta foi uma das razões pelas quais a ação reconstrutora de POMBAL não atingiu senão de raspão a vida escolar da Colônia. Do corpo de reformas empreendidas pelo ministro de D. JOSÉ, a mais importante foi sem dúvida, a dos estudos universitários, onde mais fortemente se fez sentir o pulso vigoroso do remodelador que, reformando as escolas menores (alvará de 6 de Novembro de 1772) e instituindo os fundos escolares (alvará de 10 de Novembro de 1772), acabou por atingir em cheio a Universidade de Coimbra, dando-lhe novos estatutos e abrindo, com a criação das Faculdades de Filosofia e de Matemática, novos horizontes à cultura nacional e ao estudo das ciências de observação. Mas nenhuma instituição de ensino superior criou o governo português no Brasil, à semelhança do Real Colégio dos Nobres, fundado em Portugal em 1761 ou nos moldes das faculdades, novas ou antigas, de Coimbra. A única tentativa interessante a êsse respeito foi o curso de estudos literários e teológicos, criado pelos frades franciscanos no Rio de Janeiro e organizado nos moldes da Faculdade de Teologia, da Universidade reinol: pela sua organização e pelo seu plano de estudos (grego, hebraico, filosofia, história eclesiástica, teologia dogmática, moral e exegética), êsse curso que foi aprovado pelo alvará de 11 de Julho de 1776, destinava-se antes à preparação especial e profissional de sacerdotes, e não se pode, por isso, assinalar, segundo pensa JOSÉ VERÍSSIMO, "como a primeira e única tentativa feita no Brasil para a instituição de um curso universitário de estudos superiores e desinteressados". Da reforma da Universidade de Coimbra²⁴ empreendida por POMBAL, o Brasil não colheu senão os benefícios

²⁴ A Universidade de Coimbra que teve papel tão importante na formação das elites e na criação da mentalidade brasileira, no período colonial, até o primeiro quartel do século XIX, é ainda hoje a única universidade existente em Portugal. Fundada em Lisboa a 1.º de Março de 1290, por D. DENIZ e transferida pelo mesmo governo do rei-poeta para Coimbra, em 1308, regressou a Lisboa em 1338, para ser restituída ao velho burgo em 1354 e deslocada ainda uma vez em 1377 para a capital, onde se conservou até a grande reforma de D. JOÃO III que em 1537 a instalou definitivamente em Coimbra, transformando-a no centro intelectual da nação. A reforma joanina e a fundação do Colégio das Artes, cuja direção foi confiada a ANDRÉ DE GOUVEIA e depois ao famoso DIOGO DE GOUVEIA, "principal" do Colégio de Santa Bárbara, professor de teologia da Universidade de Paris e seu antigo reitor, abriram o período mais brilhante da história do estudo geral português. Mais tarde, em 1555, o Colégio das Artes, ao qual El-rei concedera a exclusividade do ensino público de latimidade e filosofia, em Coimbra, foi entregue à direção dos jesuítas que, no século seguinte, ainda obtiveram outras concessões relativamente aos graus de teologia. A Universidade de Coimbra competiam, como disciplinas privativas, leis e cânones (ciências jurídicas), teologia e medicina, que constituíam as diversas secções dos cursos universitários. Com a morte de D. JOÃO III em 1557, entrou a universidade numa época de decadência que se prolongou até a reforma pombalina, através de lutas constantes com os jesuítas e sucessivas reformas dos seus estatutos. Foi nesse período de franca decadência (1557-1772), de mais de dois séculos, que a Universidade de Coimbra serviu à educação superior dos rapazes brasileiros que, desde fins do século XVI, iam a Portugal completar os seus estudos iniciados na Colônia. Este fato basta para explicar o mal que nos fez à formação da mentalidade do país, ao lado dos serviços que prestou, como o único centro português de cultura superior, na preparação das elites coloniais. Ao ministro de D. JOSÉ cabe certamente a glória da restauração da Universidade que, com os novos estatutos (1772) e a solene visita do Marquês Visitador, entra na fase mais importante e fecunda de sua história. Pelos estatutos pombalinos não só se reorganizaram, em bases novas, as velhas Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, como ainda se criaram duas outras, a de Matemática e a de Filosofia em que conquistam o seu lugar, no plano de estudos universitários, as matemáticas (cálculo integral e diferencial), as ciências físico-matemáticas, a física experimental, a química

que deviam resultar para os jovens brasileiros que a esse tempo foram a Portugal completar os seus estudos. Formaram-se por essa época e já dentro do novo regime estabelecido pelos estatutos pombalinos, o paulista FRANCISCO JOSÉ LACERDA E ALMEIDA que se bacharelou por volta de 1776, e foi geógrafo notável; AZEREDO COUTINHO, natural do Estado do Rio, fundador do Seminário de Olinda, que cursou na Universidade a Faculdade de Direito Canônico (1775-1780); o baiano ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (1756-1815), médico e naturalista consumado, e JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA que, além de cursar a Faculdade de Leis, a que os pais o destinavam, frequentou a de Filosofia, tendo-se bacharelado em ambas as escolas. Na Universidade de Coimbra em que estudou (1784-90) e de que veio a ser, mais tarde, professor da cadeira de metalurgia, adquiriu JOSÉ BONIFÁCIO o gosto pelas ciências de observação e pelos conhecimentos sobre a natureza que, aperfeiçoados em viagens de estudos pelos principais centros científicos da Europa, lhe permitiram tornar-se um grande mineralogista e um dos mais cultos brasileiros de seu tempo. A história de nossa cultura científica se pode dizer, pois, que teve suas origens na obra realizada pelo Marquês de POMBAL na Universidade de Coimbra que, com os novos estatutos, se transformou num centro de estudos científicos, colhendo, nesse arranço para a cultura moderna, uma pléiade de jovens brasileiros e treinando-os nos novos métodos de estudos e de investigação.

As reformas de POMBAL, como se vê, atingiram o Brasil sobretudo por intermédio da Universidade de Coimbra, que continuou a ser a um tempo o centro criador e distributivo para o Reino e seus domínios, mas já num espírito novo, de que as Faculdades de Filosofia e de Matemática se tornaram os focos de irradiação. Se a ação distante da Universidade, reorganizada segundo novas tendências, não foi suficiente, em extensão e em profundidade, para reduzir as preocupações dominantes de nossa educação literária, serviu, sem dúvida, para infiltrar na elite colonial a corrente de espírito moderno e inaugurar, com algumas figuras de escol, a cultura científica do Brasil. A escassez de matrícula (de que já se queixava o Marquês de POMBAL, em 1773) nas secções de ciências naturais e filisóficas, e nos cursos que mais tarde (1791) se criaram na Faculdade de Filosofia (botânica e agricultura, zoologia e mineralogia, física, química e metalurgia), e as próprias necessidades técnicas, do Reino e da Colônia, levaram o governo português a atrair para a Universidade os estudantes brasileiros. Em 1800, escreve JOSÉ VERÍSSIMO, "mandou o rei ao governador do Maranhão que designasse quatro estudantes para receberem instrução no Reino, fazendo seus cursos em Coimbra, dois, o de matemáticas, para depois serem empregados como hidráulicos, agrimensores e contadores, um, o de medicina e outro, o de cirurgia. Se além dos quatro, mais algum o merecesse pela sua capacidade, podiam as câmaras mandá-lo, lançando para esse fim uma finta especial". Excetuadas essas iniciativas raras e sem influência sobre a mentalidade colonial, todo o período de quase meio século que se estende da expulsão dos jesuítas (1759) à transferência da corte portuguesa para o Brasil, é de decadência e de transição. No fundo e através das formas mais variadas da paisagem escolar, recorta-se ainda nitidamente, com seus traços característicos, a tradição pedagógica e cultural deixada pelos jesuítas e continuada pelos padres-mestres, e resultante de uma educação exclusivamente literária, baseada nos estudos de gramática, retórica e latim e em cujos planos não figu-

e a história natural. Na Universidade profundamente reformada. — desde muito cedo alvo dos ataques daqueles que começaram a ver nela "um centro de doutrinas perigosas por serem sedutoramente novas", formaram-se os primeiros brasileiros que trouxeram contribuição apreciável à cultura científica no Brasil. (Cfr. MÁRIO BRANDÃO e M. LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra. Esboço de sua história*. Por ordem da Universidade, Lisboa, 1937).

ravam nem as ciências naturais nem as línguas e literaturas modernas. Embora parcelado e fragmentário, e rebaixado de nível, o ensino, mais variado nos seus aspectos, orienta-se para os mesmos objetivos, religiosos e literários, e se realiza com os mesmos métodos pedagógicos em que o apêlo à autoridade e a disciplina estreita, concretizadas nas varas de marmelo e nas palmatórias de sicupira, tendem a abafar a originalidade, a iniciativa e a força criadora individual, para porem em seu lugar a submissão, o respeito à autoridade do mestre e a escravização aos modelos antigos. Era essa aliás, tanto nos seus valores como nos seus processos, a educação dominante em Portugal e quase por toda a Europa, onde começava a abalar-se ao assalto das novas idéias: o Brasil colonial, educado pelos jesuítas, era uma das zonas na vasta extensão geográfica desses tipos de educação. Além disso nenhum movimento de diferenciação de valores. Os ideais de homem, que se transformam com as mudanças de estrutura social e econômica, permaneciam os mesmos na sociedade colonial, rude e escravocrata, que não tinha meios nem sentia a necessidade de uma instrução mais ampla e diversificada, orientada para outras carreiras. Mas, nessa atmosfera sombria em que o Seminário de Olinda, fundado em 1798, vai determinar uma inflexão brusca e transitória para o espírito moderno, marcando o divisor das águas entre a pedagogia jesuítica e a orientação nova dos modeladores dos estatutos pombalinos de 1772, já aparecem indícios claros da época que se deve abrir no século XIX e em que se defrontam essas duas tendências principais. Em lugar de um sistema único de ensino, a dualidade de escolas, umas leigas, outras confessionais, regidas tôdas, porém, pelos mesmos princípios; em lugar de um ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em tôdas as escolas; em lugar da exclusividade de ensino do latim e do português, a penetração progressiva das línguas vivas e literaturas modernas (francesa e inglesa); e, afinal, a ramificação de tendências que, se não chegam a determinar a ruptura de unidade de pensamento, abrem o campo aos primeiros choques entre as idéias antigas, corporificadas no ensino jesuítico, e a nova corrente de pensamento pedagógico, influenciada pelas idéias dos enciclopedistas franceses, vitoriosas, depois de 1789, na obra escolar da Revolução.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO (Lúcio de) — *Os jesuítas no Grão Pará. Suas missões e a colonização*. Lisboa, 1901.
- BRANDÃO (Mário) e LOPES D'ALMEIDA (M.) — *A Universidade de Coimbra*. Esboço de sua história. Memória publicada por ordem da Universidade no IV Centenário do estabelecimento definitivo da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1937.
- CABRAL (Luiz Gonzaga), S. J. — *Jesuítas no Brasil*. Século XVI. São Paulo 1926.
- CALÓGERAS (J. Pandiá) — *Os jesuítas e o ensino*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1911.
- CALMON (Pedro) — *História social do Brasil*. 1.^o Tomo. Espírito da sociedade colonial. Cap. VII, págs. 112-131, 2.^a edição. Série Brasileira, vol. 40, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- CARDIM (Fernão), S. J. — *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1 vol. (em que se reuniram a narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica desde o ano de 1583 ao de 1590, e os dois tratados "Do clima e terra do Brasil" e "Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes", etc.). Com prefácio, introdução e notas de RODOLFO GARCIA, BATISTA CAETANO e CAPISTRANO DE ABREU, Rio de Janeiro, 1925.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Maia & Schmidt Ltda., Rio, 1934; *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural no Brasil. Série Brasileira, vol. 64, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.

- JÚLIO MARIA (Pe.) — *A religião. Ordens religiosas*. Cap. I: No período colonial. II: págs. 5-63. In "Livro do Centenário". Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- LEITE (Pe. Serafim), S. J. — *Páginas de história do Brasil*. II. As primeiras escolas do Brasil. Págs. 35-62. Série Brasileira, vol. 93. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Século XVI). 2 vols., Lisboa, 1938; *Novas cartas jesuíticas* (De NÓBREGA a VIEIRA). Série Brasileira, vol. 194, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1940.
- MADUREIRA (J. M. de), S. J. — *A Companhia de Jesus e o Brasil*. (1549-1759 e 1841-1924). Rio de Janeiro, 1924; *A liberdade dos índios. A Companhia de Jesus. A sua pedagogia e seus resultados*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927.
- MARIZ DE MORAIS (José) — *Nóbrega. O primeiro jesuíta do Brasil*. Separata da "Revista" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940.
- MELO MORAIS (A. J.) — *História dos jesuítas e suas missões na América do Sul*. 2 vols. Rio de Janeiro, 1872.
- MOREIRA DE AZEVEDO (M. D.) — *A instrução nos tempos coloniais*. In "Revista" do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 55, Rio de Janeiro, 1892.
- PIRES DE ALMEIDA (J. R.) — *L'instruction publique au Brésil*. Histoire-Législation. Págs. 1-146, Imp. G. Leuzinger e Filhos, Rio de Janeiro, 1889.
- PIRES (Pe. Heliodoro) — *Azeredo Coutinho*. In "Revista" do Instituto Histórico. 1.º Congresso de História Nacional. Págs. 783-810, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES (Francisco), S. J. — *A formação intelectual do jesuíta. Leis e fatos*. Pôrto, 1917; *História da Companhia de Jesus na assistência de Portugal*. Tomo I, Pôrto, 1931.
- SANTOS VILHENA (Luiz dos) — *Cartas soteropolitanas ou Recapitulação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas*. Anotadas pelo Dr. BRAZ AMARAL e mandadas publicar pelo Dr. J. J. SEABRA. Carta oitava, págs. 281-302. Imprensa Oficial do Estado, Baía, 1922.
- SERRANO (Jônatas) — *Anchieta educador*. Conferência realizada no salão da Associação Brasileira de Educação. In "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1940.
- VASCONCELOS (Simão de), S. J. — *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, etc.. Lisboa, 1663; 2.ª edição 2 vols., Lisboa, 1865.
- VERÍSSIMO DE MATOS (José) — *A instrução e a imprensa (1500-1900)*. A instrução pública I. Período colonial. (1547-1822), IV, págs. 5-12. In "Livro do Centenário", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- VIANA (Hélio) — *Formação Brasileira*. Cap. XV. Síntese de uma história da educação no Brasil. a) Período colonial. Págs. 223-230. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1935; *A educação do Brasil colonial*, 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa, 1938.
- VILHENA DE MORAIS (Eugênio) — *Qual a influência dos jesuítas em nossas letras?* In "Revista" do Instituto Histórico Brasileiro. Tomo especial do 1.º Congresso de História Nacional. V. Págs. 633-673, 1914.

CAPÍTULO II

As origens das instituições escolares

A renovação da paisagem cultural do Brasil — As influências das idéias dos enciclopedistas — AZEREDO COUTINHO e o Seminário de Olinda — A obra de D. JOÃO VI: o fundador de instituições — As primeiras escolas de ensino superior profissional — A fundação dos cursos jurídicos no primeiro Império — O Ato Adicional (1834) e a descentralização — Ausência de ensino básico organizado e de ensino universitário geral — O Colégio Pedro II — A economia patriarcal e o tipo correspondente de cultura — Educação para uma civilização baseada na escravatura — A tendência exagerada para as carreiras liberais — Predomínio da cultura de caráter profissional — A instrução popular e as primeiras escolas normais — Ensino secundário de tipo clássico — O cultivo quase exclusivo das belas letras — Esplendor e decadência do ensino secundário particular — Os grandes educadores — A cooperação das ordens religiosas na educação secundária — A ação de D. PEDRO II — A irradiação das altas instituições de cultura — As reformas do Visconde do RIO BRANCO — A Escola de Minas em Ouro Preto — O parecer de RUI BARBOSA, em 1882 — As tendências do pensamento pedagógico — A última Fala do Trono — Fruto que ainda não estava maduro...

ENTRE a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transplantação da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu-se um parêntesis de quase meio século, um largo *hiatus* que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial. Nenhuma organização institucional veio, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico, edificado em todo o litoral latifundiário, com ramificações pelas matas e pelo planalto, e cujos colégios e seminários foram, na Colônia, os grandes focos de irradiação de cultura. Em seu lugar, como vimos, o que surgiu, sob a pressão das circunstâncias, foram aulas isoladas de matérias, fragmentárias e dispersas, que mal chegaram a tomar o aspecto de ensino sistemático, em raros colégios religiosos estabelecidos em conventos. Mas, nem a partida, em massa, dos padres da Companhia, nem as reformas pombalinas, de tardia repercussão na Colônia, conseguiram quebrar a unidade social e cultural dada pela idéia religiosa e mantida pela mesma concepção de vida e de cultura e pelo mesmo regime social e econômico. O tipo de ensino e de educação, adotado pelos jesuítas, — sistema aliás útil às necessidades de seu principal consumidor, a Igreja, e outrora organizado por ela —, parecia satisfazer integralmente às exigências elementares da sociedade daquele tempo, de estrutura agrícola e escravocrata, em que o estudo, quando não era um luxo de espírito, para o grupo feudal e aristocrático, não passava de um meio de classificação social para os mestiços

e para a burguesia mercantil das cidades. Mantendo-se quase exclusivamente eclesiástico, todo esse ensino tradicional que se transferira das mãos dos jesuítas, para as dos padres seculares e dos frades, franciscanos e carmelitas, — seus naturais continuadores, como a porção mais letrada da sociedade colonial —, não colhia nas suas malhas senão os estudantes que vinham, na maior parte, da elite da sociedade rural e burguesa, e poucos outros, recrutados na massa de mestiços que gravitavam para as vilas e cidades. As aulas régias e as escolas, ainda em estado embrionário, que se instalaram nos conventos, são orientadas na mesma direção, segundo os mesmos métodos e com o mesmo regime de disciplina, sob as influências da Igreja e do feudalismo agrário; e, transmitindo o que a alma coletiva ainda considera como sua herança mais preciosa, representam robustos instrumentos de unidade e de resistência aos acontencimentos. A escola, pois, ainda que não enquadrada na estrutura de qualquer sistema de ensino, continua a viver, como a família, sob a sua forma tradicional¹ e manterá ainda por muito tempo o seu prestígio ao lado de outras formas de educação, também de aclimação européia, que se elaboram lentamente sob influências estrangeiras. É sob a pressão dessas influências, — que não chegaram até nós somente por via de Portugal —, que começa a processar-se, nos princípios do século XIX, a renovação da paisagem cultural do Brasil, com reflexos intermitentes nas instituições escolares. A importação das novas idéias liberais e democráticas que já agitavam a atmosfera cultural no crepúsculo do século XVIII e teriam de exercer influência tão marcada no jôgo das forças políticas, se fazia então através de livros que conseguiam penetrar no ambiente colonial e sobretudo pelos moços vindos de Edimburgo, Paris, Montpellier ou acabados de sair da Universidade de Coimbra, já reformada por POMBAL, e que ainda preferiam para os estudos de direito. Mas outros elementos mais eficazes do que essas forças individuais e isoladas, que se destacavam da aristocracia intelectual, deviam contribuir mais tarde para a propagação das novas idéias estrangeiras e o estabelecimento dos primeiros choques, no terreno político, entre a tradição e a nova corrente que foi encontrar nas doutrinas importadas uma base ideológica para a independência e a organização nacional.

Essas idéias, de um colorido acentuadamente revolucionário, e apanhadas sobretudo em seus aspectos sociais e políticos, já se tinham espalhado em Portugal sob as influências sucessivas da reforma pombalina (1772), da revolução de 89 na França e, mais particularmente, da invasão francesa em 1807 que, desorganizando os quadros tradicionais, abriu ainda mais o caminho à sua propagação. No Brasil, as teorias dos enciclopedistas estimuladas pelo exemplo recente da independência dos Estados Unidos (1776), haviam exer-

¹ "A educação (na família) reduzia-se, escreve CAPISTRANO DE ABREU, a expungir a vivacidade e a espontaneidade dos pupilos. Meninos e meninas andavam nus em casa até a idade de cinco anos; nos cinco anos seguintes usavam apenas camisa. Se porém iam à igreja ou a alguma visita, vestiam com todo o rigor de gente grande, com a diferença apenas das dimensões. Poucos aprendiam a ler". (CAPISTRANO DE ABREU, *Capítulos da história colonial*. Págs. 209-210). Nos colégios de padres ou nos seminários, andavam de batina, mesmo quando saíam à rua, em fila, tristes e calados. Os estudantes, órfãos, do seminário de São Joaquim, no Rio de Janeiro, usavam batina branca: daí o apelido de "carneiros" que lhes dava o povo e com que se comprazia em molestá-los nas ruas. Ainda em 1868, na sua viagem ao planalto mineiro, o Capitão RICHARD BURTON, visitando em Congonhas do Campo o colégio fundado pelo Pe. LEANDRO DE CASTRO, lazarista português, constata o mesmo costume, mantido no famoso colégio do Caraça e em outros colégios de padres, no tempo do Império: "os alunos, cerca de 60 ou 70, escreve ele, usam todos batina". (*Viagens aos planaltos do Brasil*. Trad. 1.º tomo. Do Rio de Janeiro a Morro Velho. São Paulo, 1941, pág. 280). Em outros colégios, em vez da batina, traziam os meninos sobrecasaca preta, apresentando, no traje como nas maneiras, uns ares de "homens precoces". A uniformidade do traje, ainda que sombrio e aristocrático, contribuía para nivelar democraticamente brancos e mulatos, que já eram admitidos, sem distinção, nos seminários e colégios. Mestiços e negros "que parecem ter sido barrados das primeiras escolas jesuíticas", já desde o século XVIII começavam a afluir, e, no século XIX, em maior número, tanto às aulas régias como aos colégios leigos ou confessionais. GILBERTO FREYRE cita, reproduzindo-a na íntegra, a Carta Régia de 20 de Novembro de 1686 em que El-Rei, estranhando que os colégios desses religiosos excluíssem ou não queriam admitir os pardos, determina que sejam obrigados a não excluí-los, "a estes nossos, geralmente só pela qualidade de pardos, porque as escolas de ciências devem ser comuns a todo o gênero de pessoas sem exceção alguma". (Cfr. *Casa grande e senzala*, Rio, 1933, págs. 441-442).

cido influência na conjuração mineira de 1789 que visava a emancipação nacional, sob um governo de forma republicana, e de que faziam parte, entre outros, ÁLVARES MACIEL, de Vila Rica, que chegara em 1788 da Inglaterra, formado em ciências naturais e filosóficas, e DOMINGOS VIDAL BARBOSA, vindo, neste mesmo ano, da França, onde se formou em medicina, e um dos estudantes brasileiros que em Montpellier, em 1785, já sonhavam com a nossa libertação. O poeta SILVA ALVARENGA, um dos conspiradores, e que estudou em Coimbra, em plena agitação da reforma pombalina, chegara a publicar em Lisboa uma sátira aos métodos de ensino adotados na Universidade, antes da reforma de POMBAL. De volta ao Brasil, o poeta de Vila Rica que trouxera do novo ambiente universitário o interesse pelas literaturas modernas e o gosto pelas ciências físicas e naturais, funda no Rio de Janeiro uma Sociedade Científica que, transformada em 1786 em uma sociedade literária, mas ainda com objetivos científicos, foi mandada fechar pelo Conde de RESENDE sob pretexto ou por motivos políticos. Mas, só com a introdução das lojas maçônicas que, transplantadas de Portugal, no século XIX, se tornaram o centro mais importante de propaganda das novas tendências dominantes na Europa e, especialmente na França, é que tomaram corpo e ganharam extensão as teorias dos enciclopedistas, na medida em que inspiraram a ideologia da Revolução francesa. Os frades, porém, como escreve PEDRO CALMON, "não perdem o seu lugar na direção da sociedade, com o desembrutecimento dos núcleos litorâneos. Adquirem maior importância porque detêm a ilustração universal. São mais fracas as suas virtudes, mas as suas letras são mais influentes. No interesse de combater a filosofia francesa, estudam-na e muitos a divulgam. Tornam-se tolerantes e protetores dos estrangeiros... A idéia dissimula-se e insinua-se, mercê da sociedade secreta, cujos elementos mais prestadios pertencem ao clero nacional".² E, concluindo, num balanço à colaboração dos padres nos movimentos políticos, sob a inspiração das novas tendências liberais e democráticas, lembra PEDRO CALMON que "a Inconfidência mineira fôra uma conspiração de padres e poetas; a revolução pernambucana, de 1817, um movimento de eclesiásticos e "pedreiros livres". A agitação da independência teve-os na vanguarda; a revolução de 1824 ainda foi feita por eles". Mas, se as teorias dos enciclopedistas chegaram a constituir, no Brasil, a ideologia desses movimentos políticos ou contribuíram ao menos para lhes dar a tonalidade da época, não se desenvolveram bastante para romperem a unidade da cultura ou colorirem fortemente o ensino com as suas tendências, cuja expressão culminante, no domínio escolar, foi o Seminário de Olinda, criado em 1798 e fundado em 1800 pelo bispo AZEREDO COUTINHO. Do ponto de vista cultural, absorvendo tantas substâncias estrangeiras, tornam-se os letrados e os clérigos mais europeus, mantendo-se, no entanto, fiéis à tradição universalista e literária da cultura colonial, bastante enraizada para resistir às novas influências. Sob o ponto de vista pedagógico, essas tendências, com que apenas se esboçou um movimento de agitação subterrânea, não foram muito além de três fatos significativos, mas isolados: a estrutura do seminário de AZEREDO COUTINHO,³

² PEDRO CALMON, *História social do Brasil*. 1.º tomo, São Paulo, 1937, págs. 283-284.

³ AZEREDO COUTINHO (José Joaquim da Cunha de), filho de um senhor de engenhos, nasceu em 1742 no distrito de Campos de Goitacazes, hoje cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Fez os seus primeiros estudos e os de latim, gramática, retórica e filosofia no Rio de Janeiro, para onde se transferira a família; e, tendo perdido o pai, em 1768, entrou, como primogênito, na posse do morgado. Em 1775, já com 33 anos, e senhor de engenho, partiu para Portugal, afim de cursar a Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, reformada havia pouco pelo Marquês de POMBAL. Era ainda reitor da Universidade D. FRANCISCO DE LEMOS (de Faria Pereira Coutinho), seu parente, nomeado para esse cargo em 1770 e para o de reitor-reformador da Universidade, em 1772, e que, com seu irmão mais velho, AZEREDO COUTINHO (Dr. João Pereira Ramos), — principal cooperador da reforma pombalina —, foi dos que mais ativamente trabalharam na redação dos novos estatutos. Na Universidade, restaurada pelo Marquês de POMBAL, AZEREDO COUTINHO cursou, em cinco anos, a Faculdade de Direito Canônico, tendo prosseguido, já sacerdote, nos estudos filosóficos e científicos de sua predileção. Dos brasileiros que, por essa época, receberam a nova influência da Universidade, e alguns dos quais vieram a destacar-se nas ciências, como LACERDA E ALMEIDA, RODRIGUES FERREIRA e JOSÉ BONIFÁCIO, foi o único que exerceu no Brasil, dentro

sôbre o qual nenhum outro se modelou; o projeto de organização do ensino de GARÇÃO STOCKLER, "direta e estreitamente inspirado nas idéias enciclopedistas das quais o próprio POMBAL já era adepto, e parecidíssimo com o projeto devido a CONDORCET", como já observou MÍLTON RODRIGUES; e afinal, a larga parte dada, na primitiva organização do Colégio Pedro II (1837-1838), ao ensino científico, sem prejuízo, mas antes com a preponderância do ensino literário clássico.

É, de fato, no seminário de Pernambuco criado na cidade de Olinda por AZEREDO COUTINHO que mais fortemente se manifestaram, no seu espírito e nos seus métodos, os princípios que orientaram as reformas pombalinas, em grande parte inspiradas pelas idéias dos enciclopedistas. Foi êsse seminário o primeiro e tardio reflexo, na Colônia, da grande renovação educacional que se processou no Reino por iniciativa do ministro de D. JOSÉ, e com a colaboração principal de parentes de AZEREDO COUTINHO. Brasileiro, nascido em Campos, de uma família ilustre da Paraíba do Sul, o fundador do seminário de Olinda, que acabava de chegar de Portugal, nomeado bispo de Pernambuco, era um "filho espiritual da Universidade coimbrã, reformada sob os auspícios de seu parente, o bispo-conde D. FRANCISCO DE LEMOS".⁴ Tipo de colégio que já não era o jesuítico, com seu ensino excessivamente retórico, literário e religioso, como observa GILBERTO FREYRE, o seminário de Olinda, logo considerado "o melhor colégio de instrução secundária no Brasil", no dizer de OLIVEIRA LIMA, e comparado por TOLLENARE⁵ a um liceu francês, dos departamentais, representa, na sua orientação como nos seus métodos, uma "ruptura com a tradição jesuítica do ensino colonial". As novas tendências pedagógicas exprimem-se não só no ambiente liberal que nele se criou, com métodos mais suaves e mais humanos, no respeito maior à personalidade do menino, nas transformações profundas das relações dos adultos com as crianças, dos mestres com os discípulos, mas ainda pela importância dada, no plano de estudos, ao ensino das matemáticas e das ciências físicas e naturais. Ao lado das matérias que constituíam o currículo tradicional, — a gramática, o latim, a retórica, a poética, a filosofia (mas já segundo novos pontos de vista) e a teologia, — figuram o grego, o francês, a história, a cronologia, a geometria, a física, a história natural e o desenho que se lecionavam não somente aos que queriam fazer o seu curso de humanidades, mas ainda, aos que se destinavam às ordens sacras. Para OLIVEIRA LIMA, o sábio bispo "visava a formar no seminário que fundara com certo luxo de ensino das ciências naturais, — cadeiras de física, química,

das novas idéias, uma ação pedagógica e cultural direta com a criação do Seminário de Olinda, onde deviam manifestar-se mais tarde o novo espírito e métodos implantados pela reforma pombalina, sob a inspiração de seus parentes, os irmãos D. FRANCISCO LEMOS e J. P. AZEREDO COUTINHO. De fato, depois de ter exercido em Lisboa, entre outras atividades, o cargo de deputado do Santo Ofício (1784-94), partiu em 1798 para o Brasil, nomeado bispo de Pernambuco, onde fundou o famoso seminário. Já estava com 56 anos quando tornou à sua pátria, depois de longa ausência (1775-98) e com grande reputação de saber e de prudência, granjeada não só no cargo espinhoso que ocupou, como pelas suas obras publicadas em Lisboa, — a *Memória sobre o preço do açúcar*, que lhe valeu o convite para fazer parte da Academia Real de Ciências, e o seu *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. A 22 de Fevereiro de 1800 inaugurou-se o Seminário de Olinda, segundo os estatutos elaborados, ainda em Portugal, por AZEREDO COUTINHO e publicados em Lisboa em 1798, antes de sua partida para Pernambuco. O novo seminário criado pelo bispo AZEREDO COUTINHO, foi instalado no antigo edifício do colégio dos jesuítas, doado em 1796, com a igreja e as alaias, à catedral de Pernambuco, "para um seminário de educação da mocidade". (Dec. de 22 de Março de 1796, de D. MARIA I). Bispo e governador interino de Pernambuco, presidente da Junta da Fazenda Real e Diretor Geral de Estudos, o sábio prelado que foi, com o Visconde de CAIRÓ, um dos criadores dos estudos comerciais e econômicos no Reino e na Colônia, prestou em tão curto período (1799-1802), os mais relevantes serviços ao Brasil, donde, nomeado para a Diocese de Bragança e Miranda, se retirou em 1802 para Portugal. Bispo de Elvas, de 1802 a 1818, e nomeado, neste ano, por D. JOÃO VI, Inquisidor Geral do Reino, AZEREDO COUTINHO faleceu em Lisboa em 1821, apenas tomara assento na Assembléia Constituinte, à qual fôra eleito deputado pela província do Rio de Janeiro.

⁴ MUNIZ TAVARES, *História da revolução de 1817*. Anotações de OLIVEIRA LIMA, Recife, 1917, pág. 36.

⁵ TOLLENARE, *Notas dominicais*. Trad. de ALFREDO DE CARVALHO. In "Revista" do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, pág. 477.

mineralogia, botânica e desenho —, gerações de párcos-exploradores, os quais a um tempo pastoreassem as almas e devassassem as riquezas vegetais e mineiras de suas freguesias, podendo compreender os descobrimentos que fizessem e sabendo tirar deles proveito”.⁶ De modo geral, pois que não se organizou somente para os que se destinavam à vida sacerdotal, o Seminário de Olinda, como escreve GILBERTO FREYRE, “começou a ensinar as ciências úteis que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida mais urbana e mais industrial exigia orientadores, técnicos bem instruídos, e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos”... como também “o estudo dos problemas econômicos criados pela mineração, pela industrialização, pelo declínio da economia baseada simplesmente na monocultura ou no monopólio”.⁷ A geração educada no Seminário de Olinda, que se tornou o foco de irradiação das idéias liberais, foi a brigada de choque da nova ordem européia no Brasil, e tal influência exerceu no preparo e na direção da revolução pernambucana de 1817 que esta se pode considerar estreitamente ligada, pelas suas raízes, àquele instituto, devido à difusão das idéias liberais. “Sem AZEREDO COUTINHO, escreve CAPISTRANO DE ABREU, não surgiria a geração idealista de 1817”. A independência brasileira, segundo OLIVEIRA LIMA, ainda foi mais diretamente servida no seu preparo pela instituição fundada em Pernambuco. Para se avaliar a obra de renovação intelectual empreendida pelo ilustre prelado e interrompida mais tarde em consequência de sua retirada, em 1802, para Portugal, — ao que parece, perseguida pela Corte, sistematicamente hostil a todas as tentativas de progresso na Colônia —, bastará lembrar que não se reduziu à fundação do Seminário, sem dúvida a sua criação mais importante: foi ele quem instituiu com o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, fundado no Recife com o mesmo espírito, o primeiro colégio para as meninas de casa grande e de sobrado.

Mas a paisagem escolar, sem colorido e sem relêvo, na qual o seminário de Olinda assumiu “um caráter quase escandaloso para o tempo”, no dizer de GILBERTO FREYRE, não se transformou sensivelmente, no Rio de Janeiro e na Baía, senão com a chegada do Príncipe Regente D. JOÃO. À notícia da invasão de Portugal por tropas de BONAPARTE, D. JOÃO DE BRAGANÇA embarcava às pressas para o Brasil, “nos restos de uma frota”, comboiada por navios ingleses. Em 22 de Janeiro de 1808, à sua chegada à cidade da Baía, decreta, por sugestão de JOSÉ DA SILVA LISBOA, Visconde de CAIRÚ, a abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, estabelecendo essa franquia em Carta Régia de 28 de Janeiro do mesmo ano; derroga, já no Rio de Janeiro, com a de 1.º de Abril, o alvará de 5 de Janeiro de 1785 que ordenara o fechamento de todas as fábricas; e, além destes dois decretos, “equivalentes aos efeitos de duas revoluções liberais”, como escreve EUCLIDES DA CUNHA, abroga ainda o alvará de 6 de Julho de 1747, fundando a Imprensa Régia⁸ em que

⁶ OLIVEIRA LIMA, *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*. Leipzig, 1895, pág. 320.

⁷ GILBERTO FREYRE, *Sobrados e mucambos*. São Paulo, 1937, pág. 105.

⁸ A Imprensa Régia, em que tem as suas origens a atual Imprensa Nacional, foi criada por decreto de 13 de Maio de 1808 e começou a funcionar em 1809, na rua do Passieio, n.º 41, com um prelo de madeira construído para esse fim no Rio de Janeiro. O decreto de D. JOÃO VI assinala “a introdução permanente da imprensa no Brasil”. Antes da criação da Imprensa Régia, só se tem notícia de uma oficina tipográfica, — a primeira que se instalou no país, fundada em 1747, no Rio de Janeiro, com o assentimento de GOMES FREIRE DE ANDRADE, Conde de BOADELA, e suprimida pouco depois por ordem do governo português. O notável gravador JOÃO CAETANO RIVARA e dois outros, ROMÃO ELÓI CASADO e PAULO DOS SANTOS FERREIRA, que trouxe consigo Frei JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO, ao voltar de Portugal, em 1808, e que passaram a trabalhar na Imprensa Régia, são considerados os introdutores das artes gráficas no Brasil. Foi ainda na Imprensa Régia, — a única existente no Rio de Janeiro até 1821, — que se imprimiu o primeiro jornal que se publicou no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e durou de 1808 a 1822: uma espécie de jornal oficial que se editava duas vezes por semana. O segundo jornal e o primeiro diário que teve o Rio de Janeiro, o *Diário do Rio de Janeiro* (1821) começou também a sair da

se imprimem as primeiras obras editadas no Brasil e se inicia, com a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808, o jornalismo brasileiro. Com a vinda de D. JOÃO VI e cerca de 15 mil pessoas chegadas com a família real, a velha cidade, — “uma grande aldeia de 45 mil almas”, que dormia no marasmo, desperta para uma vida nova, sacudida do inesperado acontecimento e erguida de súbito à categoria de capital do Império Português. A cidade colonial, de ruas estreitas e tortuosas, transforma-se com o esplendor da corte e o impulso de seu comércio e, pela atração dos novos encantos da vida urbana, torna-se o centro da vida intelectual do país, para onde convergem brasileiros vindos de quase tôdas as províncias. As mudanças de mentalidade e de costumes que se operam lentamente, irradiam-se da nova capital da monarquia para cidades distantes, Vila Rica, Baía e o Recife que, a exemplo do Rio de Janeiro e tomadas de emulação, também começam a transformar-se não só na sua fisionomia urbana como nos velhos hábitos coloniais. A distância que as separava dos campos, quase nula no século XVII, e já marcada no XVIII, torna-se cada vez maior com os progressos das cidades e a emancipação urbana, seguida timidamente pelas pequenas metrópoles locais. Mas de tôdas as cidades, é a antiga capital da Colônia que mais se beneficiou com a transladação da corte portuguesa para o Brasil: pelo grau que atingiu, no coração da monarquia, a intensidade da vida urbana se pode medir a mobilidade social, — a maior que registou a variação rítmica, na sociedade colonial, de períodos imóveis para períodos móveis —, e com a qual se desenvolve a migração de pessoas e de costumes não só de uma classe para outra, como de uma para outras região.⁹ Onde, fora dos conventos, quase não existiam livrarias, e essas mesmas raras e pequenas, surge a primeira biblioteca pública, criada por D. JOÃO VI, em 1810, com os próprios livros de que se desfaz, e que foi instalada e franqueada ao público em 1814, no Hospital dos Terceiros do Carmo. É nessa biblioteca, constituída inicialmente dos 60 mil volumes pertencentes à Real Biblioteca do Palácio da Ajuda e trazidos por D. JOÃO VI, que tem as suas origens a Biblioteca Nacional, hoje uma das mais importantes senão a maior dessa parte do continente americano. As produções da literatura brasileira que MARTIUS em vão procurava nas raras livrarias existentes, começam a circular, publicadas na Impressão Régia, de cujas oficinas, de 1808 a 1822, saíram 1 154 impressos vários, entre os quais avultam as poesias líricas de TOMAZ ANTÔNIO GONZAGA, o poema de BASÍLIO DA GAMA, as obras do Visconde de CAIRÚ e o dicionário de MORAIS. A superfície lisa da cultura colonial, que mal chegava a formar, na praia monótona, um debrum de espumas literárias, enrugou-se pela primeira vez, encarneirou-se com a divulgação de obras estrangeiras que já entravam livremente nos portos do país, com as ações e reações de princípios opostos e sob a influência das novas idéias que encontraram na maçonaria um dos principais focos de irradiação. Mas não foi

Impressão Régia, já então denominada Real Tipografia, e que foi o berço do jornalismo brasileiro. Desde a data da fundação da Imprensa Régia até 1822 saíram de suas oficinas 1 154 impressos vários, entre os quais algumas publicações notáveis como *Marília de Dirceu*, de TOMAZ ANTÔNIO GONZAGA, obras de JOSÉ DA SILVA LISBOA, depois Visconde de CAIRÚ, a primeira edição brasileira do *Uruguai*, de BASÍLIO DA GAMA (1811), a *História do Brasil*, de SOUTHEY, os trabalhos do botânico MANUEL DE ARRUDA CÂMARA e o *Dicionário da Língua Portuguesa* (edição facsimilar da 2.^a), de ANTÔNIO MORAIS SILVA (1822). Reorganizada por decreto de 17 de Fevereiro de 1815 com o nome de Real Oficina Tipográfica, passou a denominar-se Imprensa Nacional em Setembro de 1821, em virtude do decreto das cortes portuguesas em que se estabelecia que todos os bens da Coroa pertenciam à Nação e se chamariam bens nacionais. Com o surto do jornalismo político, desde a proclamação da Independência, e o desenvolvimento das indústrias gráficas (em 1860 o Rio de Janeiro já possuía mais de 30 tipografias), foi-se reduzindo o papel que teve a Imprensa Nacional na difusão da cultura, e foi tão importante na última fase (1808-1822) do período colonial. A instituição criada por D. JOÃO VI passou a ocupar-se quase exclusivamente de publicações oficiais (relatórios, anais, arquivos, legislação), das quais a principal, desde 1862 foi o *Diário Oficial* do Império e, mais tarde, da República, criado a 1.º de Outubro desse ano. No edifício à rua 13 de Maio, construído especialmente para as suas instalações, e para o qual se transferiu em Julho de 1877, permaneceu a Imprensa Nacional com tôdas as suas secções e oficinas até Julho de 1938, quando se começou a proceder à sua demolição.

⁹ OLIVEIRA LIMA, D. João VI no Brasil. 2 vols., Rio, 1909.

somente com essas iniciativas e seus primeiros resultados que a cidade do Rio de Janeiro, já com a sua imprensa, o seu jornal, a sua biblioteca e o seu museu se tornou o centro da vida intelectual do país: as escolas superiores de que o grande criador de instituições lançou os fundamentos, ficam à base dos progressos e das transformações da cultura nacional.

A obra de D. JOÃO VI, antes ditada pelas necessidades imediatas do que sugerida por qualquer modelo, lembra, sob certo aspecto, a obra escolar da Revolução. As escolas técnicas, na França, velhas e novas, já haviam acentuado o seu predomínio à medida que declinava a influência das universidades; e a ideologia da Revolução Francesa propagava por toda a parte um preconceito anti-universitário. Todo o conhecimento não utilitário, todo aquele que compromete a personalidade inteira do indivíduo, parecia-lhe suspeito. "Para o homem medieval, escreve STEPHEN D'IRSA, o que lhe importava mais era a aquisição de uma sólida *Weltanschauung*, de uma vista de conjunto do mundo; ele não tinha pelos fatos essa adoração que tem o homem moderno", e que começou a desenvolver-se, na idade moderna, com o empirismo inglês e sob a influência dos enciclopedistas. O que importava, porém, no climax revolucionário europeu, favorecido pelo desenvolvimento das ciências e pelo declínio do prestígio das velhas universidades, era a aquisição de uma certa técnica especial, de uma certa ciência limitada, de uma profissão. Não é possível precisar até que ponto essas tendências à profissionalização do ensino superior, favoráveis às escolas especiais e hostis à universidade, teriam influído na orientação de D. JOÃO VI ou de seus conselheiros que, criando escolas, visavam antes de tudo as formações especializadas e a preparação de um pessoal capaz de atender ao serviço público. Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. JOÃO VI a criar escolas especiais, montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa. Era preciso, antes de mais nada, prover à defesa militar da Colônia e formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares: duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental, criando-se em 1808 a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, com oito anos de curso.¹⁰ Eram necessários médicos e cirurgiões para o exército e a marinha: criaram-se então, em 1808, na Baía, o curso de cirurgia que se instalou no Hospital Militar e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e de cirurgia a que se acrescentaram, em 1809, os de medicina, e que, ampliados em 1813, constituíram com os da Baía, equiparados aos do Rio, as origens do ensino médico no Brasil. Não eram menos necessários ho-

¹⁰ A Academia de Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), fundados por D. JOÃO VI, reúnem-se em 1832 numa só instituição de engenharia militar, naval e civil, com os seguintes cursos: a) curso de matemática, de 4 anos; b) curso militar, de dois anos; c) curso de pontes e calçadas, de 2 anos; e d) curso de construção naval, de 2 anos. Dessa instituição, por sucessivos desmembramentos, é que se destacam, em 1833, em 1858 e em 1874, para constituírem escolas superiores autônomas, três grandes escolas: a Escola Militar, a Escola Naval e a Escola de Engenharia do Rio de Janeiro. Em 1833, revoga-se o regulamento de 1832 e desliga-se a Academia Naval da Academia Militar que se mantém com dois cursos (militar, de 3 anos, e o de oficiais engenheiros, de 6 anos) até 1839, quando passa a denominar-se Escola Militar, com uma nova organização. Na reforma por que passou em 1842 a Escola Militar, o seu curso de infantaria e cavalaria, de 2 anos, fica ampliado para 3 anos e o de artilharia, engenharia militar e Estado Maior (de 5 anos, desde 1839) desdobra-se em dois: o de artilharia, em 6 anos, e o de engenharia, em 7 anos. Em 1855, é criada a Escola de Aplicação do Exército, constante dos 5.º e 6.º anos da Escola Militar, que se desligam desta escola para constituírem a de Aplicação. Pela lei de 1858, a Escola de Aplicação passa a denominar-se Escola Militar e de Aplicação, e a Escola Militar toma o nome de Escola Central, com dois cursos: a) o de matemáticas e de ciências físicas e naturais, com 4 anos, e comum no todo ou em parte, aos estudantes que se destinavam à engenharia civil ou a qualquer dos cursos militares; e b) o de engenharia civil, com dois anos (necessários os 3 primeiros do anterior). A Escola Militar ficou, pela reforma de 1858, com três cursos: a) o de infantaria, em 2 anos (o 1.º ano da Escola Central mais o 1.º ano da Militar); b) artilharia e Estado Maior, em 5 anos (três primeiros anos da Escola Central mais dois da Escola Militar); e c) engenharia militar, em 6 anos (4 primeiros da Central, mais dois da Escola Militar). A separação completa entre as duas escolas só se deu em 1874, quando a Escola Central passou a denominar-se Escola Politécnica, com uma nova estrutura e os seguintes cursos, três gerais e três, de especialização: a) curso geral, de 2 anos; b) de ciências físicas e naturais, 3 anos; c) de ciências físicas e matemáticas, de 3 anos; d) de engenharia civil, de 3 anos; e) de minas, de 3 anos; e f) de artes e manufaturas, de 2 anos.

mens instruídos e técnicos em economia, agricultura e indústria: fundaram-se, na Baía, a cadeira de economia em 1808, o curso de agricultura em 1812, o de química (abrangendo química industrial, geologia e mineralogia) em 1817, e de desenho técnico em 1818, e, no Rio de Janeiro, o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814), os quais todos se destinavam a suprir a deficiência absoluta de técnicos que satisfizessem às necessidades do meio brasileiro em transição para um tipo de vida mais urbana e industrial e para uma melhor organização da economia agrícola do país. A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, criada em 12 de Agosto de 1816 e transformada somente em Outubro de 1820 na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, acusava no esboço de seu plano primitivo (1816), que aliás não chegou a realizar-se, o mesmo cuidado técnico; denominada, porém, Academia das Artes por outro decreto, — de 23 de Novembro de 1820, só veio a funcionar, sob essa nova e definitiva orientação, em 1826, já no primeiro Império, e dez anos depois da chegada ao Rio de Janeiro da missão de artistas franceses. Se excetuarmos, pois, algumas cadeiras que se instituíram para suprir as lacunas de ensino tradicional, e visando estudos desinteressados, como a de matemática superior em Pernambuco (1809), a de desenho e história em Vila Rica (1817) e a de retórica e filosofia, em Paracatú, Minas Gerais (1821), quase toda a obra escolar de D. JOÃO VI, impelida pelo cuidado de utilidade prática e imediata, pode-se dizer que foi uma ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial. Circunscrita no espaço quase que exclusivamente à Baía e ao Rio de Janeiro, foi certamente muito restrito o domínio que iluminou, deixando, fora de sua irradiação, toda a parte restante da Colônia que continuava mergulhada no mesmo atraso: ela representa, no entanto, não só uma das fases mais importantes de nossa evolução cultural, mas o período mais fecundo em que foram lançados por D. JOÃO VI os germens de numerosas instituições nacionais de cultura e de educação.

Proclamada a Independência e fundado o Império do Brasil em 1822, a vitória dos liberais sobre os conservadores e os debates travados na Constituinte de 1823 anunciavam uma orientação nova na política educacional, sob o impulso dos ideais da Revolução Francesa de que estavam imbuídos os liberais e pelo desenvolvimento do espírito nacional que obrigava a encarar sob um novo ângulo os grandes problemas do país. As idéias, como costuma acontecer, nas crises das transformações políticas, tomam outro rumo e, pela primeira vez, as preocupações da educação popular, — como base do sistema de sufrágio universal, passam a dominar os espíritos da elite culta, constituída de sacerdotes, bacharéis e letrados. Mas desse movimento político em favor da educação popular e que se manifesta nos debates e nas indicações apresentadas na Assembléia Constituinte, dissolvida em 1823, não resultaram senão a lei de 20 de Outubro de 1823, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio de liberdade do ensino sem restrições; o art. 179, n.º XXXII, da Constituição outorgada pela Coroa, em 11 de Dezembro de 1823, que garante “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”; e, afinal, a lei de 15 de Outubro de 1827, — a única que em mais de um século se promulgou sobre o assunto para todo o país e que determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (art. Iº) e, no art. XI, “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas”. Os resultados, porém, dessa lei que fracassou por várias causas, econômicas, técnicas e políticas, não corresponderam aos intuitos do legislador; o governo mostrou-se incapaz de organizar a educação popular no país; poucas, as escolas que se criaram, sobretudo as de meninas, que, em todo o território, em 1832, não passavam de 20, segundo o depoimento de LINO COUTINHO; e na esperança

ilusória de se resolver o problema pela divulgação do método de LANCASTER ou de ensino mútuo que quase dispensava o professor, transcorreram quinze anos (1823-1838) até que se dissipassem tôdas as ilusões...¹¹ Em matéria de ensino superior os debates na Constituinte pareciam marcar uma reviravolta na política de D. JOÃO VI: em vez de projetos sôbre escolas especiais, surgem indicações e propostas sôbre o ensino universitário e, entre estas, a de FERNANDES PINHEIRO, Visconde de SÃO LEOPOLDO, que na sessão de 14 de Junho, propõe que "se crie quanto antes uma universidade pelo menos, para assento da qual parece dever ser preferida a cidade de São Paulo, pelas vantagens naturais e razões de conveniência geral". O projeto da Constituição, apresentado em sessão de 1.º de Setembro de 1823, e assinado por JOSÉ BONIFÁCIO, ANTÔNIO CARLOS, ARAÚJO LIMA e outros, adota a medida, determinando, no art. 250, a criação de "escolas primárias em cada têrmo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais". A idéia de unidade e de universalidade do ensino, que parecia prevalecer sôbre a das formações especializadas, não chegou, porém, a determinar a mais leve inflexão na política anterior, cujo espírito de continuidade não se interrompeu durante mais de um século, em que o ensino superior permaneceu inteiramente dominado pelo espírito profissional e utilitário. Nenhum esforço real para a criação de uma universidade; nenhuma instituição de cultura e de formação geral. Às escolas de preparação profissional, instituídas por D. JOÃO VI, acrescentou o primeiro Império os dois cursos de ciências jurídicas e sociais que, criados pela lei de 11 de Agosto de 1827, foram instalados, o da cidade de São Paulo, a 1.º de Março, no Convento de São Francisco e o de Olinda, a 15 de Maio de 1828, no Mosteiro de São Bento. Com as duas faculdades de direito que se fundaram, uma no norte, outra no sul, e cujo papel foi capital na vida do país, se completou o quadro das escolas destinadas à preparação para as profissões liberais. Inicialmente constituído, na primeira metade do século XIX, das duas faculdades de medicina, em que se transformaram em 1832 as Academias de Medicina e Cirurgia, da Baía e do Rio de Janeiro; da Academia Real Militar, de que se desligou em 1833 a Escola Naval, e que tomou o nome de Escola Militar em 1839; e dessas duas novas instituições, — vigoroso enxêrto no ramo do ensino superior profissional —, êsse conjunto de escolas em que se preparou tôda uma elite de médicos, engenheiros e bacharéis, foi, nesse largo período, o centro mais importante da vida profissional e intelectual da nação.

Mas, em 1834, o sistema educativo e cultural em formação desde D. JOÃO VI, e que se vinha reorganizando lentamente de cima para baixo, foi atingido, no seu desenvolvimento, por um ato da política imperial que o comprometeu

¹¹ A introdução do método de LANCASTER ou de ensino mútuo e as esperanças que suscitou constituem um dos episódios mais curiosos e significativos dessa facilidade, que nos é característica, em admitir soluções simplistas e primárias para problemas extremamente complexos. Segundo êsse método que esteve em voga durante mais de vinte anos, cada grupo de alunos (*decúria*) era dirigido por um deles (*decúrio*), mestre da turma, por menos ignorante ou, se o quizerem, por mais habilitado. Por essa forma em que o professor explicava aos meninos e estes, divididos em turmas, mutuamente se ensinavam, bastaria um só mestre para uma escola de grande número de alunos. Numa escola primária, de 500 alunos, por exemplo, em vez dos doze professores, necessários para doze classes, cada uma de 40 alunos, mais ou menos, não seria preciso mais que um professor, que descarregaria em 50 alunos de melhor aproveitamento o ensino dos restantes distribuídos em decúrias... "Muito e depressa e sem custo: o ideal para o Brasil", comenta com ironia AFRÂNIO PEIXOTO. Pois, na divulgação de um tal sistema, o governo imperial se empenhou, durante anos a fio, até a mais completa desilusão, como era de esperar e espanta houvesse tardado tanto. A lei de 15 de Outubro de 1827 refere-se em três artigos às escolas de ensino mútuo: no art. 4.º, em que determina sejam de ensino mútuo as escolas nas capitais das províncias e nas cidades, vilas e lugares populosos destas; no 5.º, em que estabelece providências para a sua instalação e obriga os professores "que não tiverem a necessária instrução dêsse ensino a irem instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas das capitais"; e no 15, em que estatue que "os castigos serão os praticados pelo método de LANCASTER". O sistema fôra erigido em "método oficial", imposto em tôdas as escolas primárias do Império. Em 1833 começaram a manifestar-se as primeiras dúvidas sérias, e em 1838, um homem do valor de BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS ainda procurava, no tempo do ensino e nas imperfeições do exercício, uma excusa para o malôgro do método lancasteriano que foi afinal quase completamente abandonado.

nas suas próprias bases, e viria paralisar todos os esforços posteriores de unificação. Entre as consequências do movimento que forçou PEDRO I a abdicar (7 de Abril de 1831), uma das mais importantes foi, como observa AZEVEDO AMARAL, "o ímpeto adquirido pelas tendências regionalistas contrapostas ao espírito de unidade nacional, que se procurava consolidar com a Constituição de 24. A ascendência da corrente liberal que caracterizou todo o período da Regência, contribuiu poderosamente para enfraquecer os vínculos da coesão nacional. Essas tendências centrífugas tiveram a sua culminante expressão legal no chamado Ato Adicional de 1834, que foi uma das maiores aberrações na evolução da política imperial".¹² Do ponto de vista educativo, o Ato Adicional, aprovado em 6 de Agosto de 1834 e que resultou da vitória das tendências descentralizadoras, dominantes na época, suprimia de golpe todas as possibilidades de estabelecer a unidade orgânica do sistema em formação que, na melhor hipótese (a de estarem as províncias em condições de criá-los), se fragmentaria numa pluralidade de sistemas regionais, funcionando lado a lado, — e todos forçosamente incompletos —, com a organização escolar da União, na capital do Império, e as instituições nacionais de ensino superior, em vários pontos do território. Com efeito, pelo n.º 2 do art. 10 do Ato Adicional, com que se introduziram importantes reformas na Constituição de 1824, se transferia às Assembléias provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, ficando dependentes da administração nacional o ensino superior em todo o país e a organização escolar do Município Neutro. O governo da União, a que competia, como centro coordenador e propulsor da vida política do país, se exonerava por essa forma, segundo as expressões de TAVARES BASTOS, "do principal dos deveres públicos de uma democracia", que é o de levar a educação geral e comum a todos os pontos do território e de organizá-la em bases uniformes e nacionais. Se se considerar que, nos sistemas escolares, a educação primária tem por fim estabelecer essa comunhão de idéias e de sentimentos, — indispensável à unidade política da nação e, portanto, desenvolver o sentimento nacional, e que a unidade do ensino secundário, destinado a enriquecer esse fundo comum de civilização e de moral, é tanto mais preciosa e mais útil quanto os indivíduos, encaminhando-se depois a carreiras diversas, tendem a diferenciar-se pelas suas ocupações especiais, será fácil compreender o que importava para a vida nacional a renúncia, por parte da União, ao encargo de organizar a educação primária e secundária em todo o país. A unidade espiritual de uma nação, se não depende, como julgava LIBERATO BARROSO, dessa unidade e homogeneidade do ensino geral e comum, tem, sem dúvida, um poderoso agente unificador na escola primária, uniforme, igual para todos, em todo o território nacional. A descentralização do ensino fundamental, instituída pelo Ato Adicional e mantida pela República, quanto ao ensino primário, atingindo um dos pontos essenciais da estrutura do sistema escolar, não permitiu, durante um século, edificar, sobre a base sólida e larga da educação comum, a superestrutura do ensino superior, geral ou profissional, nem reduzir a distância intelectual entre as camadas sociais inferiores e as elites do país. O ensino público estava condenado a não ter organização, quebradas como foram as suas articulações e paralisado o centro diretor nacional, donde se devia propagar às instituições escolares dos vários graus uma política de educação, e a que competia coordenar, num sistema, as forças e instituições civilizadoras, esparsas pelo território nacional. Nem as províncias, sob cuja alçada ficaram apenas o ensino primário e o secundário, podiam completar os seus sistemas e erguê-los ao nível das escolas superiores, nem o governo imperial podia levantar, sobre uma base sólida,

¹² AZEVEDO AMARAL, *Evolução da política imperial*. In "Cultura Política". Revista mensal de estudos brasileiros. Ano I, n.º II, Abril de 1941, págs. 45-46.

do ensino elementar e médio, um sistema nacional de educação. A própria Constituição, reformada em 1834 estabelecia, em consequência, o faccionamento do ensino e a dualidade de sistemas: o federal e os provinciais; aquele e estes, forçosamente mutilados e incompletos. Um, sem a base necessária; os outros, sem o natural coroamento do ensino superior, profissional ou desinteressado. A profissionalização do ensino superior, inaugurada por D. JOÃO VI, e a fragmentação do ensino consagrada pelo Ato Adicional, deviam marcar tão profundamente, através de mais de um século, a fisionomia característica de nossa educação institucional que se teriam de malograr tôdas as tentativas para alterar o curso de sua evolução.

Certamente, a ausência, na educação do país, de um pensamento coletivo ou de unidade de orientação, não era mais do que uma das expressões do estado flutuante e molecular da sociedade, que resultou do caráter fragmentário de nossa formação social e das divergências fundamentais de interesses e de idéias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das províncias, como das classes sociais. Foi êsse estado de inorganização social que dificultou a unificação política e impediu a consolidação educacional num sistema de ensino público, senão uniforme e centralizado, ao menos subordinado a diretrizes comuns. Mas a reforma de 1834, em vez de estabelecer medidas tendentes a resolver o problema, o agravou, tornando impossível a solução, dentro dos nossos quadros constitucionais. Nenhuma perspectiva, daí por diante, para uma política educacional de larga envergadura. A educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam cada um na sua direção. As escolas de primeiras letras, como as instituições de ensino médio, em geral ancoradas na rotina. Nenhuma ligação não somente no sentido vertical, entre os diversos graus de hierarquia, mas também horizontalmente entre as unidades escolares do mesmo nível que funcionavam lado a lado. As faculdades de ensino superior, às vêzes juxtapostas umas às outras na mesma cidade (Baía e Rio de Janeiro), mas convidadas a se isolarem e a se ignorarem completamente uma a outra. Não se pode inferir, porém, do fato de não ter organização, que não houvesse ensino básico geral e mesmo algum ensino superior desinteressado. Havia certamente. O que não existia (e neste ponto são unânimes os depoimentos) era um plano geral de organização. Uma das consequências do impulso dado ao ensino superior profissional e ao regime de descentralização instituído pelo Ato Adicional, foi o extraordinário desenvolvimento do ensino secundário particular em quase tôdas as províncias, e sobretudo nas capitais. O colégio Caraça, fundado em 1820 pelos padres lazaristas, — colégio tipicamente tradicional, organizado nos moldes do ensino jesuítico, toma um grande impulso, transformando-se numa das mais importantes instituições de ensino secundário.¹³ Os jesuítas que em 1842

¹³ O colégio que tomou o nome à Serra do Caraça, em Minas Gerais, foi fundado em 1820 e aberto oficialmente em 1821, com 14 estudantes de gramática latina, pelos padres portugueses da Congregação da Missão, de São Vicente de Paulo. Os padres lazaristas que vieram para o Brasil, a chamado de D. JOÃO VI, foram legalmente empossados nas terras e na herança do célebre Irmão LOURENÇO (1714-1819). — êsse "homem misterioso", no dizer de SAINT HILAIRE —, um TÁVORA que, segundo a lenda, fugindo à perseguição do Marquês de POMBAL, se refugiou nas montanhas do Caraça, fundou a Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens e habitou essas regiões solitárias pelo espaço de quase meio século. O sábio naturalista A. DE SAINT HILAIRE que foi hóspede do piedoso ermitão, em 1816, quando percorria a província de Minas Gerais, descreve em um de seus livros de viagens, o cenário maravilhoso que emoldura a casa vetusta do Caraça, situada na vertente de uma colina, a 1 300 metros acima do nível do mar, e cercada de uma grande cadeia de montanhas. No mesmo ano em que falecia o Irmão LOURENÇO, em 1819, embarcavam em Portugal os padres da Congregação da Missão que se destinavam a Mato Grosso e, apenas chegados ao Brasil, se estabeleceram no Caraça na casa e terras que lhes foram doadas por D. JOÃO VI e onde fundaram o famoso colégio. De 1820 a 1835 já havia atingido a 1 535 o número de estudantes; e já a êsse tempo se ensinavam as primeiras letras, latim, francês, geometria, filosofia e música, tornando-se conhecidos em toda a província os padres do Caraça que não tardaram (1827) a ser chamados para outras fundações importantes em Congonhas e Campo Belo. Com a transferência, em 1842,

voltaram ao Brasil, 83 anos depois de sua expulsão, fundam em 1845 o primeiro colégio em Destêrro (Santa Catarina), que adquiriu grande fama e teve curta duração (1845-53), como o seminário e colégio de Pernambuco (1867-73), criado no mesmo ano em que abriram o grande colégio de São Luiz (1867-1917), em Itú, no Estado de São Paulo. Surgem por tôda parte aulas e liceus, alguns importantes, como nos sertões, o Liceu Paraibano, em 1842, e o Colégio Brandão, em Cajazeiras (1866), na Paraíba, ou nas principais cidades, como o Ginásio Baiano, de ABÍLIO CÉSAR BORGES, fundador, mais tarde, de ginásios no Rio de Janeiro e Barbacena, e o Colégio Meneses Vieira, no Rio de Janeiro. A idéia de uma universidade, que segundo muitos teria precedido a proclamação da Independência e a fundação do Império, mas que PRIMITIVO MOACIR contesta com razão haver surgido no tempo de D. JOÃO VI,¹⁴ não passou dos debates na Constituinte, da proposta apresentada nessa Assembléia, por J. F. FERNANDES PINHEIRO, e do art. 250, do projeto da Constituição de 1827, que, dissolvida a Assembléia, não logrou aprovação. Em 1843 e em 1870 devia ressurgir essa idéia, para ter o mesmo destino, no projeto de lei (1843) submetido ao exame do Conselho de Estado e com o qual se fundava, na capital do Império, uma universidade com cinco faculdades, e no projeto formulado pelo conselheiro PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUSA que propunha a criação de uma universidade com quatro faculdades: de Teologia, de Direito, de Medicina e a de Ciências Naturais e Matemáticas. A única instituição de cultura geral, criada, desde a Independência até a República, foi o Colégio Pedro II, fundado em 1837, — excelente estabelecimento de ensino secundário em que os estudantes, terminado o curso de sete anos, recebiam o grau e as cartas de bacharel em letras, depois de prestarem o juramento perante o Ministro do Império que lhe punha sôbre a cabeça o barrete branco da Faculdade de Letras (art. 7.º do dec. de 20 de Dezembro de 1843). O grau de bacharel em ciências físicas e matemáticas e, mais tarde, também em ciências físicas e naturais se conferia na antiga Escola Militar, na Escola Central (1858) que dela derivou, e na Escola Politécnica em que se transformou, em 1874, a Escola Central, e em cuja organização se mantinham cursos gerais, sem aplicação imediata, de ciências físicas, matemáticas e naturais.

dos bens, escravos, livros e colégio para Campo Belo, ficou, desde essa época até 1854, inteiramente abandonado o Caraja que foi o berço e a casa central da Congregação da Missão e o centro para onde convergiam estudantes, de todos os pontos do Império. Em 1854, estabeleceu-se, porém, no Caraja o Seminário Maior de Mariana que ali devia permanecer por cerca de quarenta anos, e se reabria o seu antigo e afamado colégio. Um dos períodos mais brilhantes, senão o período áureo na história desse estabelecimento de educação, foi o da gestão (1867-1885) do Pe. JÚLIO JOSÉ CLAVELIN, lazarista francês, homem de grande saber e virtudes e um dos missionários mais cultos da província da Congregação da Missão no Brasil. Em 1882 PEDRO II e a Imperatriz que haviam deixado a Corte para visitarem a província de Minas Gerais, chegam até a pequena cidade de Caeté e daí até o Caraja, onde visitam as aulas do seminário e as principais do colégio. Ao lado do velho colégio, que teve seu apogeu sob a direção do Pe. JÚLIO CLAVELIN e entrara em decadência nos fins do século passado, cresce, contígua à Casa das Missões, uma Escola Apostólica que em 1907 apenas começava a reviver e que hoje se estendeu por todo o estabelecimento: em lugar do antigo colégio que desapareceu em 1912, depois de 91 anos de existência, florescem agora a Escola Apostólica e o Seminário destinados à preparação de sacerdotes e missionários lazaristas. Por esse instituto de educação secundária, — um dos mais importantes do Império e o centro mais afamado de estudos humanísticos, em Minas Gerais, haviam passado até 1907, mais de 5 mil alunos, muitos dos quais alcançaram as mais altas posições na carreira eclesiástica, na magistratura e na política do país. (Padre F. S., *Caraja*. Apontamentos históricos e notas biográficas. In "Revista" do Arquivo Público Mineiro, ano XII, 1907, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1908; *O centenário do Caraja*, 1820-1920. Por um padre da Congregação da Missão. Tip. Besnard Frères, rua Buenos Aires, 130, Rio de Janeiro, 1920).

¹⁴ Segundo uma opinião corrente, repetida em livros, discursos parlamentares e mesmo em exposições de motivos de leis promulgadas na República, a primeira lembrança da criação de uma universidade no Brasil caberia a D. JOÃO VI, que teria pensado em fundar uma universidade no Rio de Janeiro e confiar-lhe a direção a JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA que, em 1819, acabava de regressar da Europa e veio a ter influência decisiva no movimento da Independência Nacional. Dessa universidade projetada por D. JOÃO VI e que parece não passar de uma lenda, não há, porém, como afirma PRIMITIVO MOACIR, "o menor traço na legislação nem sombra de ato governamental". (PRIMITIVO MOACIR, *A universidade de D. João VI*. Artigos I e II. In "O Estado de São Paulo", Dezembro de 1939 e 1.º de Janeiro de 1940).

Apesar da solenidade que o decreto de 20 de Dezembro de 1843 imprimiu à cerimônia da colação de grau de bacharel em letras, estabelecendo o juramento sobre o Evangelho, a imposição do barrete branco e a assinatura do pergaminho pelo Ministro do Império, o Colégio Pedro II estava longe de se equiparar a uma faculdade de letras ou a uma instituição superior de estudos desinteressados. Ele foi, desde as suas origens, um grande colégio de humanidades, — o mais importante criado pelo governo do Império e, no domínio dos estudos literários, a única instituição de cultura e de formação geral, embora em nível secundário, como foram também os únicos existentes no país, no domínio dos estudos científicos, sem idéia de aplicação, os cursos de ciências, físicas, matemáticas e naturais introduzidos na organização da Escola de Engenharia militar e civil (Escola Militar, Escola Central e Escola Politécnica), do Rio de Janeiro. Só uma escola oficial, — o Colégio Pedro II, representa os estudos literários e desinteressados, mantendo sempre, em todas as transformações por que passou, o seu caráter de cultura básica, necessária às elites dirigentes do país.¹⁵ A variedade de suas cadeiras que, enumeradas no art. 3.º do decreto de 2 de Dezembro de 1837, abraçavam o círculo quase completo das letras e das ciências, revelava a princípio, com uma tendência ao ensino universalista e enciclopédico, uma larga concessão aos estudos científicos. De fato, no plano estabelecido nos estatutos, aprovados pelo dec. n.º 8, de 31 de Janeiro de 1838, a parte que se reservou às matemáticas (aritmética, álgebra, geometria e matemática geral), ensinadas nos seis anos do curso; às ciências físicas, cujo estudo deveria desenvolver-se nos três últimos anos, e à geografia e história natural, anunciava senão uma vitória dos estudos científicos sobre os estudos literários, um esforço salutar para equilibrá-los, rompendo com a tradição do ensino exclusivamente literário e retórico. Mas a predominância do ensino literário de base clássica, já sensível no plano primitivo, foi singularmente acentuada no plano de ensino apresentado pelo reitor JOAQUIM CAETANO DA SILVA e aprovado por ANTÔNIO CARLOS, no novo regulamento (1.º de Fevereiro de 1841), com que alterou os estatutos do Colégio. Nos quatro primeiros anos do curso que passou a ser de sete anos, além das línguas antigas e mo-

¹⁵ O Colégio Pedro II, cujas origens remontam ao Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado pela provisão de 8 de Junho de 1739, do bispo D. Frei ANTÔNIO DE GUADELUPE, e chamado mais tarde de São Joaquim ao ser transferido para o novo edifício, foi fundado em 1837, por decreto expedido por BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, regente interino. O Seminário de São Joaquim que, já convertido em uma casa de artesãos, havia passado para a Câmara Municipal da Corte, estava em completa decadência por essa ocasião. O decreto de 1837, — datado de 2 de Dezembro, aniversário natalício do jovem imperador —, reformou-o radicalmente, transformando-o em instituto de ensino secundário, com o título de Colégio Pedro II. Nesse colégio, — estabelecia o art. 3.º do citado decreto —, “serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa e inglesa, retórica e os princípios de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, álgebra, geometria e astronomia”. O dec. n.º 8, de 31 de Janeiro de 1838 aprova os estudos que com ele baixaram e em que se estabelecem o regime de estudos e outras disposições relativas à administração, disciplina e ensino. Segundo esses estatutos, ao aluno que tivesse completado o curso se dava o título de bacharel em letras que o dispensava de exames para entrar nas academias. Foi nomeado em 5 de Fevereiro de 1838 seu primeiro reitor D. Frei ANTÔNIO DE ARRABIDA, que a 25 de Março, perante o Imperador ainda menor e presentes o Regente ARAÚJO LIMA e o ministério, recebeu o regulamento do Colégio das mãos do Ministro BERNARDO DE VASCONCELOS. Entre os seus primeiros professores, nomeados no dia 29 de Abril, figuravam JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA, JOAQUIM CAETANO DA SILVA, MANUEL ARAÚJO PORTO ALEGRE e GONÇALVES DE MAGALHÃES. Em 1840 foi criada a cadeira de alemão, — a primeira dessa língua em nosso país, e que teve como titular o Barão de PLANITZ, e logo depois, em 1841, foram reformados pela primeira vez os estatutos do colégio, modificando-se, pelo novo regulamento, o seu plano de estudos e fixando-se em sete anos o curso completo, com latim nos sete e grego nos quatro últimos anos. De todos os decretos que lhe introduziram modificações, em geral, pouco importantes (dec. de 1849, 51, 55, 62, 70, 74, 81, 82, 88), nenhum em todo o Império lhe atingiu tão profundamente a estrutura e os privilégios como os dois decretos de 1878 e 1879, referendados pelo Ministro LEÔNIO DE CARVALHO, e dos quais o último determinou a sua retirada do ministério. O decreto n.º 6 884, de 20 de Abril de 1878, com que se deu nova distribuição às matérias de ensino e se tornou livre a frequência do externato, tirou ao ensino religioso o caráter obrigatório, permitindo aos estudantes acatólicos receber o grau de bacharel sem cursarem a cadeira de instrução religiosa. Pelo decreto n.º 7 247, de 19 de Abril de 1879, se estenderam, em condições determinadas, as prerrogativas de que gozava o Colégio Pedro II aos estabelecimentos de ensino secundário que seguissem o mesmo programa de estudos. O famoso colégio permanece ainda no mesmo edifício do Seminário de São Joaquim em que foi instalado e que, reconstruído, com novas linhas arquitetônicas, por BETHENCOURT DA SILVA (1877), se acha desde 1913-14 completamente transformado, embora já inadaptável às novas exigências do ensino. (Cfr. EUGÊNIO DE BARROS RAJA GABAGLIA, *O Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro, 1914; ESCRAGNOLLE DORIA, *Memória histórica*, comemorativa do 1.º Centenário do Colégio Pedro II. Publicação do Ministério da Educação, Rio, 1937).

deras (latim, grego, francês, inglês e alemão) não se ensinavam senão o desenho, a geografia e a música; o estudo de gramática geral e nacional só figura no 1.º ano; as matemáticas e as ciências físicas, químicas e naturais amontoam-se nos três últimos, enquanto o grego é ensinado em quatro, e o latim, o francês e o inglês se estendem pelos sete anos, apresentando o latim maior número de lições do que o de quaisquer outras disciplinas. Esse plano de estudos consagra no Colégio Pedro II um ensino secundário de tipo clássico, com predominância dos estudos literários e adaptado menos às condições especiais do meio do que às tradições morais e intelectuais do país. O ensino da língua pátria, reduzida a um ano de gramática geral e nacional (1.º ano) e a dois de retórica e poética, não chega a dar um colorido nacional a esse plano de estudos fortemente europeizante; e os estudos científicos acumulados na última parte do curso, de atropêlo com os de línguas, clássicas e modernas, mal poderiam ultrapassar os limites de mera "informação" e de erudição livresca. A obsessão dos estudos superiores profissionais, como um meio de tornar os indivíduos úteis à sociedade do tempo ou elevá-los às fileiras da elite dirigente, e o espírito utilitário que se desenvolvia, parte sob a pressão de necessidades imediatas, parte pela predominância da cultura profissional, tinham de forçosamente prejudicar os progressos dos estudos científicos, já entravados numa certa medida pelo caráter do ensino básico geral, eminentemente literário e retórico, no Colégio Pedro II e nas instituições particulares de ensino secundário. Certamente capazes de conceber planos de estudos em função das condições do meio brasileiro já em transformação, os estadistas do Império, imbuídos de fórmulas jurídicas e penetrados de cultura européia, montaram um instituto de ensino secundário de primeira ordem, mas aristocrático, que tendia a separar o menino de seu meio, a afastar o homem das funções úteis, técnicas e econômicas, e a influir poderosamente, em colaboração com os colégios e seminários, como um instrumento de seleção e de classificação social.

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se, no Império, seguindo, sem desvio sensível, as linhas de sua evolução, fortemente marcadas pelas tradições intelectuais do país, pelo regime de economia patriarcal e pelo ideal correspondente de homem e de cidadão. O tipo de cultura a que se propunha servir, não se explica apenas pela tradição colonial, de fundo europeu, que de certo modo o preparou, mas se liga estreitamente às formas e aos quadros da estrutura social que persistiram por todo o Império. De fato, com a mudança do estado político, de colônia para nação, e com a fundação, em 1822, da monarquia constitucional, não se operou modificação na estrutura da sociedade, que se manteve, como na Colônia, organizada sobre a economia agrícola e patriarcal, de base escravocrata, desde os engenhos de açúcar no Norte, até as fazendas de café no Sul, já pelos meados do século XIX, em pleno desenvolvimento. Nesse regime de educação doméstica e escolar, próprio para fabricar uma cultura anti-democrática, de privilegiados, a distância social entre os adultos e as crianças, o rigor da autoridade, a ausência da colaboração da mulher, a grande diferença na educação dos dois sexos e o predomínio quase absoluto das atividades puramente intelectuais sobre as de base manual e mecânica, mostram em que medida influiu na evolução de nosso tipo educacional a civilização baseada na escravidão. O menino tratado de resto ou "como um demônio, passada a fase de ser considerado como um anjo, que era até 5 ou 6 anos", nas expressões de GILBERTO FREYRE, quando não usa batina, nos colégios, veste-se de sobrecasaca preta ou "com todo o rigor de gente grande, com a diferença apenas das dimensões", para se desferrar, já rapaz, na indisciplina das escolas superiores, do regime de autoridade em que pais e mestres haviam

A GRATIDÃO
PARNAMBUCANA.

A O
SEU BEMFEITOR

O EX.^{MO} E R.^{MO} SENHOR.

D. JOSE JOAQUIM DA CUNHA
DE AZEREDO COUTINHO.

Bispo d'Elvas, em outro tempo de Pernambuco, Eleito de Bragança, e Miranda, do Conselho de Sua Magestade, Governador Interino da Capitania Geral de Pernambuco, Presidente da Real Junta da Fazenda, Director Geral dos Estudos, Fundador do Seminario de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda, e Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa,

O. D. E. C.

SOCIOS DA ACADEMIA PARNAMBUCANA,

E O S

ALUMNOS DO SEMINARIO OLINDENSE.

LISBOA,

ANNO M. DCCC. VIII.

NA NOVA OFFIC. DE JOÃO RODRIGUES NEVES

Por Ordem Superior
Dec. 6º 8

321. Fac-simile do rosto do livro A gratidão parnambucana ao seu bemfeitor o Exmo. e Rmo. Senhor D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, então bispo d'Elvas, em Portugal, antigo de Pernambuco, fundador do Seminário Episcopal de Olinda (1800), que se tornou o foco de irradiação de idéias liberais e da nova ordem europeia no Brasil. Edição de 1808. Lisboa.

Do exemplar da Biblioteca Lamego, hoje incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



322. D. JOÃO VI, o fundador de instituições. Desenho de J. B. DEBRET.
Gravura de C. S. PRADIER. Impresso por CHARDON. Coleção do Museu Paulista.

ESPIRITO DE VIEIRA

OU

SELECTA

DE

PENSAMENTOS ECONOMICOS, POLITICOS,
MORAES, LITTERARIOS,

COM A BIOGRAPHIA

DESTE CELEBRADO ESCRIPTOR.

APPENDICE

AOS

ESTUDOS DO BEM-COMMUN.

POR

JOSÉ DA SILVA LISBOA.

O que unicamente desejo, he ver o Reino unido, fiel, e obediênte;
os meios de sua conservação promptos, e bem applicados; e para mim,
acabar o resto dos dias na minha Missão.

Vieir. Cart. Rom.



RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA.

1821.

Com Licença.

113. Fac-simile do frontispício do livro *Espírito de Vieira ou Selecta, etc.*, por José da Silva Lisboa, publicado em 1821, na *Impressão Régia*. — único existente no Rio de Janeiro até 1821 —, criada pelo decreto de D. João VI, de 13 de Maio de 1808 que assumiu "a introdução permanente da imprensa no Brasil". Do exemplar da Biblioteca Lamego, hoje incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

ANNALIS

DA

CAPITANIA DE S. PEDRO

PELO

DESEMBARGADOR

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO

Tomo I.



RIO DE JANEIRO: NA IMPRESSÃO REGIA.

1819.

Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

324. Reprodução fac-similar do rosto do livro *Annaes da Capitania de S. Pedro, pelo desembargador JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO*, publicado em 1819, na *Impressão Régia*, criada em 1808 por D. JOÃO VI, que passou a denominar-se *Imprensa Nacional*, em 1821. Do exemplar pertencente à antiga Biblioteca Lamego, hoje incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.



325. A antiga Escola Militar do Rio de Janeiro, em que se transformou em 1858, a Escola de Aplicação do Exército, proveniente como a Escola Central, da Academia Real Militar, fundada por D. JOÃO VI e que, instalada ainda no Realengo, deve transferir-se para seus novos edifícios, em Resende, no Estado do Rio.



326. O Colégio do Caraça, que tomou o nome à serra do Caraça, em Minas Gerais, fundado pelos padres lazaristas em 1820, famoso pelo rigor de sua disciplina e como centro de estudos humanísticos.



327. D. PEDRO II, patrono do Colégio Pedro II, em 1837. Desenho de LUIZ ALEIXO BOULANGER.
Coleção FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS.
Cliché de MANUEL PINTO GASPAS.



328. BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, ministro do Império, que referendou o decreto de 2 de Dezembro de 1837, com o qual se fundou o Colégio Pedro II, baixado por PEDRO ARAÚJO LIMA, regente interino, em nome do Imperador e Senhor D. PEDRO II.

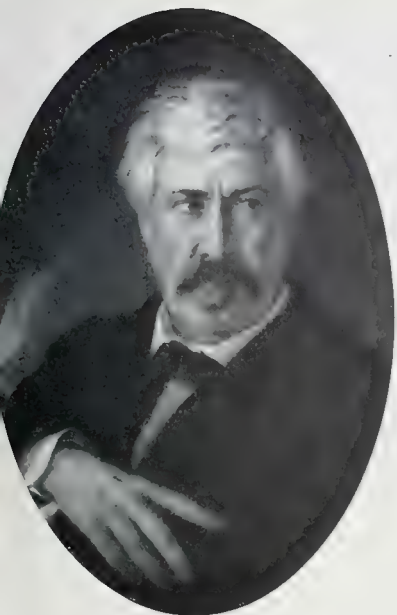


329. Frei ANTÔNIO DE ARRÁBIDA, bispo de Anemúria, primeiro Reitor do Colégio Pedro II (1838-39), substituído em 1839, quando pediu exoneração, por JOAQUIM CAETANO DA SILVA (1839-1851). Água forte de MODESTO BRODOS.
Coleção da Biblioteca Nacional

330. Colégio S. Luiz, dos
padres jesuitas, primeiros mes-
tres do Brasil, fundado em
1867, em Itú, no Estado
de S. Paulo.



331. A Academia Imperial de
Belas Artes, do Rio de Janeiro.
Projeto de GRANDJEAN DE
MONTIGNY, arquiteto da Mis-
são Francesa que veio ao Brasil
em 1816 (Edifício em que mais
tarde se instalou o Ministério
da Fazenda). — Foto STILLE.
Coleção da Faculdade de Filo-
sofia de S. Paulo



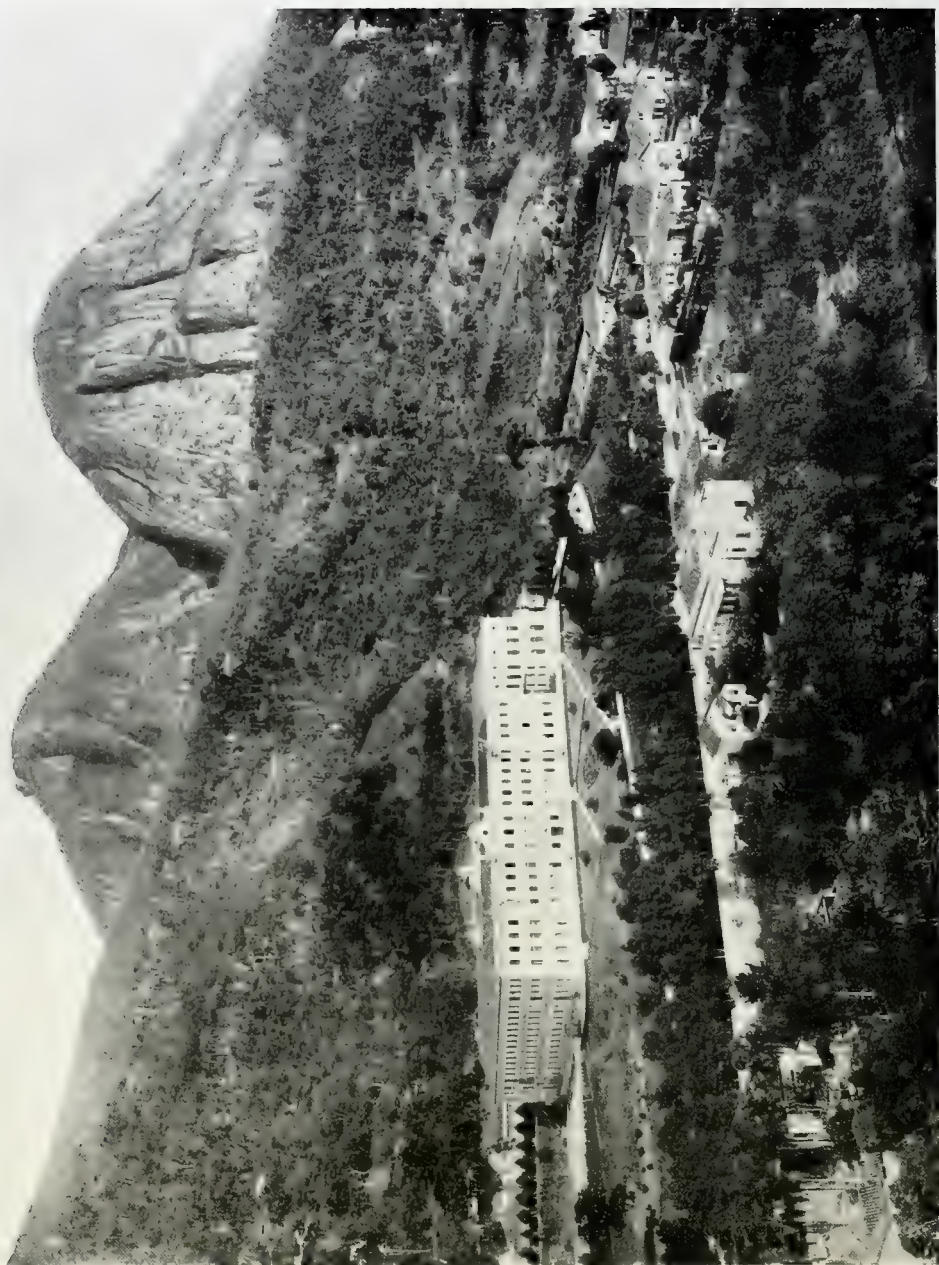
332. MANUEL DE ARAÚJO PÔRTO ALEGRE, barão de Santo Ângelo (1806-1879), poeta e pintor, professor e primeiro diretor brasileiro da Academia Imperial de Belas Artes. Retrato de PEDRO AMÉRICO. — Foto CARLOS.



333. ABÍLIO CÉSAR BORGES, barão de Macaúbas (Baía, 1824-1896), médico e grande educador com mais de 40 anos de serviços à educação nacional.



334. JOÃO PEDRO DE AQUINO, engenheiro, fundador do Externato Aquino (1867) pelo qual passaram durante mais de meio século, milhares de estudantes, e em que RUI BARBOSA se inspirou e colheu dados para o seu plano de reforma, em 1882.



335. Colégio Anchieta, fundado pelos padres jesuítas, em 1886, em Nova Friburgo, no Estado do Rio, e um dos mais importantes estabelecimentos de ensino secundário do país.



336. PEDRO II, que sempre revelou extraordinário interesse pelas coisas do espírito e foi um grande incentivador da obra de educação e de cultura. Retrato oficial de pouca divulgação.



337. Museu Nacional, antigo Museu Real e Museu Imperial, fundado por D. JOÃO VI, e em que, a partir de 1876, e por iniciativa LADISLAU NETO, seu diretor (1874-1893), se realizaram cursos de ciências e conferências públicas.

Fotografia do antigo edifício em que foi primitivamente instalado o Museu Real, e que depois foi ocupado pelo Arquivo Nacional, com transferência do Museu Nacional, em 1892, para o Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro.

Cópia fotográfica do Arquivo Nacional.

El Rey. L.R. .:

Assinatura de D. PEDRO 4.º do Portugal e 1.º do Brasil
(Existente na Carta Constitucional)

Pedro II

Assinatura do Imperador D. PEDRO II, do Brasil

Impe Rey

Assinatura de EL-REI D. JOÃO VI
Como Rei de Portugal e Imperador do Brasil

338. Fac-simile das assinaturas de El-Rei D. JOÃO VI, o fundador de instituições, de D. PEDRO I, o criador dos cursos jurídicos no Brasil e de D. PEDRO II, cujo nome se acha ligado a todas as iniciativas de caráter científico, no século passado.



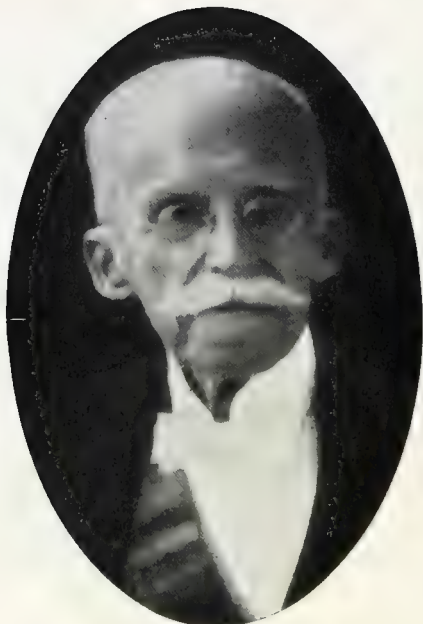
339. Visconde do RIO BRANCO, em cujo ministério (1871-1876) surge a Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875, e se realizaram reformas e iniciativas do maior alcance para a civilização brasileira.



340. HENRI GORCEIX (1842-1919), francês, organizador e primeiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.



341. JOAQUIM CÂNDIDO DA COSTA SENA (1852-1919), mineralogista e terceiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.



342. O conselheiro RUI BARBOSA, autor do famoso parecer n.º 64, com que justificou, como relator da comissão nomeada em 12 de Setembro de 1882, o projeto de reforma apresentado pelo conselheiro DANTAS, na Câmara dos Deputados. — Fotografia de 1918.



343. O conselheiro LEÔNCIO DE CARVALHO, ministro do Império, o inovador, autor de reformas de caráter radical (1878), inspiradas nas idéias liberais.

asfixiado a sua natural vivacidade de meninos... É esse aspecto triste e sombrio, com que se apresentam meninos e meninas, todos com ares de adultos, é essa precoce maturidade exterior, nos trajes e nas maneiras, que levou um viajante estrangeiro a chamar o Brasil dêsse tempo "um país sem crianças". A mulher, essa, tratada geralmente com superioridade pelo homem, quase um senhor em relação à própria espôsa (e ela mesma frequentemente assim lhe chamava); enclausurada nas casas grandes e nos sobrados e sufocada na sua personalidade, consagrava-se aos misteres da casa e aos cuidados dos filhos. Não tendo em geral mais que uma educação doméstica, cercada de escravas para todos os serviços e ocupada com o lar, o piano e a agulha, "contentou-se com a sorte medíocre que lhe estava reservada, não procurando alargar o seu horizonte nem melhorar a sua condição".¹⁶ A escravatura que deshonrou o trabalho nas suas formas rudes, enobreceu o ócio e estimulou o parasitismo, contribuiu para acentuar, entre nós, a repulsa pelas atividades manuais e mecânicas, e fazer-nos considerar como profissões vis as artes e os ofícios. Segundo a opinião corrente, "trabalhar, submeter-se a uma regra qualquer, era cousa de escravos". Nessa sociedade, de economia baseada no latifúndio e na escravidão, e à qual, por isso, não interessava a educação popular, era para os ginásios e as escolas superiores, que afluíam os rapazes do tempo com possibilidades de fazer os estudos. As atividades públicas, administrativas e políticas, postas em grande realce pela vida da corte e pelo regime parlamentar, e os títulos concedidos pelo Imperador contribuíam ainda mais para valorizar o letrado, o bacharel e o doutor, constituindo, com as profissões liberais, o principal consumidor das elites intelectuais forjadas nas escolas superiores do país. Esse contraste entre a quase ausência de educação popular e o desenvolvimento de formação de elites, tinha de forçosamente estabelecer como estabeleceu, uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigida, de nível extremamente baixo, e a da classe dirigente, elevando sobre uma grande massa de analfabetos, — "a nebulosa humana desprendida do colonato" —, uma pequena elite em que figuravam homens de cultura requintada e que, segundo ainda, em 1890, observava MAX LECLERC, não destoaria entre as elites das mais cultas sociedades européias.

Se um dos mais preciosos documentos para estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização se encontra na legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto de suas instituições educativas, a análise dêsse material e dessas instituições o que nos revela é exatamente a continuidade de estrutura social e econômica e do desenvolvimento do "tipo de cultura" colonial, produto de uma civilização fundada na escravidão. A instrução primária, confiada às províncias e reduzida quase exclusivamente ao ensino de leitura, escrita e cálculo, sem nenhuma estrutura e sem caráter formativo, não colhia nas suas malhas senão a décima parte da população em idade escolar, e apresentava-se mal orientada não somente em relação às necessidades mais reais do povo, mas aos próprios interesses da unidade e coesão nacionais. Em 1867 LIBERATO BARROSO, apoiado em dados oficiais,¹⁷ calculava em cerca de 107 500 (mais precisamente, 107 483), o total da matrícula geral nas escolas primárias em todas as províncias para uma população livre de 8 830 000: nessa altura do Império, sobre cerca de 1 200 000 indivíduos em condições de recebê-la, apenas recebiam instrução, avaliando-se acima da estimativa, 120 mil ou seja a décima parte da população em idade escolar, ou ainda um indivíduo por 80 habitantes. O ensino técnico, agrícola

¹⁶ MAX LECLERC, *Lettres du Brésil*. Cap. XI: L'esprit public. L'état social, les mœurs et les institutions. Págs. 203-236, Librairie Plon, Paris, 1890.

¹⁷ J. LIBERATO BARROSO, *A instrução pública no Brasil*. B. L. Garnier Editor, Rio de Janeiro, 1867, pág. 35.

e industrial, não passava de meras tentativas e ensaios. O Liceu de Artes e Ofícios, de iniciativa privada, fundado por BETHENCOURT DA SILVA em 1856, no Rio de Janeiro, não se desenvolvia como uma planta que se fez ao ar livre e ao sol, mas como uma instituição artificial, transplantada para meio estranho e hostil e mal compreendida de quase todos. Nenhuma outra escola de ensino industrial; duas, de comércio, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em que em 1864 se matricularam 53 alunos, e o curso comercial de Pernambuco, que não tinha mais que 25 alunos nesse mesmo ano; e apenas três, de agricultura, uma em projeto, que a Companhia União e Indústria se obrigou a criar no Rio de Janeiro, em virtude de um acôrdo celebrado em 1864 com o governo imperial, e duas outras, respectivamente com 24 e 14 alunos em 1864, nas Províncias do Pará e do Maranhão. Nenhuma dessas escolas e das que depois se criaram prosperou no país, acabando por extinguir-se à míngua de recursos, de alunos e por falta de organização. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e os outros institutos similares que se fundaram na Baía, em Pernambuco, em Sergipe e no Rio Grande, — associações criadas com o objetivo de propagar teórica e praticamente os melhores sistemas de lavoura e de exploração agrícola —, não conseguiram, não digo realizar, obra útil e duradoura, mas nem sequer ressurgir do marasmo em que estagnavam, sob governos apáticos e quase indiferentes. Esse quadro, realmente desanimador, como o definiu LIBERATO BARROSO, em 1864, denuncia no descaso pela educação popular e profissional, a mentalidade dominante, literária e retórica tanto quanto escravocrata, que se opunha ou se mostrava indiferente a todo o esforço para orientar o ensino geral no sentido das condições sociais e econômicas ou com fins mais práticos e utilitários. O trabalho da terra, como a atividade mecânica e industrial, parecia reservado aos ignorantes e incapazes e mal se acomodava com essa espécie de enobrecimento que confere a passagem pela escola, — pelos liceus e pelas faculdades, destinadas à preparação para as profissões liberais. Os estudantes que, no Brasil, como aliás por tôda a parte, vinham da elite da sociedade, — do patriciado rural ou daquela pequena burguesia que procurava ascender às camadas superiores, — dirigiam-se às aulas e aos ginásios, e daí, às escolas das profissões liberais, e especialmente às duas faculdades de direito. É o que nos revela esse contraste significativo: para pouco mais de uma centena de alunos, esparsos por pequenas escolas comerciais e agrícolas, atingia, no mesmo ano de 1864, a cêrca de 8 600 o número de alunos que frequentavam as aulas e os estabelecimentos públicos e particulares de instrução secundária, e inscreveram-se na Faculdade de Direito, do Recife, 396 rapazes, e na de São Paulo, 430, tendo-se matriculado, no decênio de 1855-64, segundo os dados oficiais, 8 036 alunos nas duas faculdades de direito do Império.¹⁸ Na sociedade governada pelos interês-

¹⁸ Pela carta de lei de 11 de Agôsto de 1827 sancionada por D. PEDRO I e referendada pelo Visconde de SÃO LEOPOLDO (José Feliciano Fernandes Pinheiro) são criados dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda, antiga sede da Capitania de Pernambuco. Foram instalados os dois cursos, em 1828, o primeiro no Convento de São Francisco em São Paulo e o segundo, o de Olinda, no Mosteiro de São Bento. Autorizado pela lei n.º 714, de 19 de Setembro de 1853, a realizar o aumento de despesa necessária para a execução dos novos Estatutos, baixados com o decreto de 30 de Março de 1853, e a introduzir nestes as modificações que achasse convenientes, o Ministro PEDREIRA DO COUTO FERRAZ referenciou o decreto n.º 1 386, de 28 de Abril de 1854, que deu nova organização aos cursos jurídicos. Por força desse decreto que lhes deu novos estatutos, os cursos jurídicos passaram a denominar-se faculdades de direito. Neste mesmo ano de 1854, a Faculdade de Direito de Olinda foi transferida para o Recife, em virtude de expressa disposição dos estatutos baixados com o decreto n.º 1 134, de 30 de Março de 1853, que não teve execução, e aprovados com modificações pelo decreto n.º 1 386, autorizado pelo legislativo n.º 714, de 1853. Foi este, o decreto n.º 1 386, do governo do Marquês de PARANÁ (1853-56), o mais importante documento administrativo referente aos cursos jurídicos desde a sua fundação. Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho (dec. n.º 7 247, de 19 de Abril de 1879), que atingiu o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império, institue, no Brasil, o regime de liberdade de ensino. As cadeiras de medicina legal e história do direito nacional criadas pelo decreto n.º 9 360, de 17 de Janeiro de 1885, que deu novos estatutos às faculdades de direito, não chegaram a ser instaladas e o próprio decreto que as criou teve a sua execução suspensa, cêrca de 11 meses depois (dec. 9 522, de 28 de Novembro de 1885). De tôdas as reformas por que passaram as faculdades de direito, na República, no período de 1890 a 1930, a de

ses materiais de uma oligarquia de grandes proprietários rurais, exploradores de escravos, e pelo idealismo jurídico, cultivado nas duas faculdades, continuadoras das tradições coimbrãs, erguia-se, superior à estrutura social e econômica, a estrutura política, montada pelos homens de direito, e aprofundava-se, em vez de se reduzir, a distância entre a cultura das elites e a das classes populares, que permanecem, em relação àquelas, como a "realidade miserável de um pobretão sob um manto de lentejoulas" e de pedrarias...

Assim, pois, feita abstração da massa de escravos e dos povos primitivos, inteiramente ao abandono, dentro da própria sociedade livre, em que coexistiam os mais diversos estágios da civilização, a classe dirigente distinguia-se excessivamente do resto da população do país, não só do ponto de vista do aspecto exterior, do nível e estilo de vida e dos interesses essenciais, mas, sobretudo da cultura. Uma minoria de letrados e eruditos, e uma enorme massa de analfabetos. E se é verdade que a desigualdade de fortuna (e de poder), ao contrário do que afirmam os economistas, é mais suportável do que a da cultura, esse grande desnivelamento não podia ficar sem efeitos sobre a evolução da cultura como da política do Império. Enquanto na América do Norte, em relação à cultura, a população é mais homogênea e a classe dirigente é mais próxima da classe dirigida, — o que explica em parte o caráter benigno da luta de classes e a maior solidez das instituições democráticas nesse país —, mantinham-se, no Brasil, extremamente acentuados os desníveis culturais entre as elites e o resto da população. Esse desnível, que já é um efeito normal da civilização agrária e escravocrata, foi notavelmente elevado pelo desenvolvimento que adquiriram, no sistema escolar em formação, as escolas destinadas às profissões liberais, sem um desenvolvimento paralelo da educação das camadas populares. O que esteve na base de seus progressos, não foi somente, porém, a necessidade de prover à renovação dos quadros das diversas profissões intelectuais (advogados, médicos, engenheiros) e das atividades públicas do Estado. Nem se podia explicar esse movimento, — tendência exagerada para as carreiras liberais —, pelas razões de ordem mais geral que se prendem, já aos caracteres da sociedade daquele tempo, já aos progressos da burguesia e às modificações que se iam operando na sua estrutura interna. A nova classe social que se desenvolvia, com o crescimento dos centros urbanos, tornava-se de fato cada vez mais acessível aos estudos que a princípio pouco a preocupavam e que passaram a exercer sobre as gerações novas uma tão grande atração. Entre as causas dessa tendência está certamente o papel selecionador que as escolas profissionais superiores foram chamadas a desempenhar, acumulando, com a sua função específica de transmitir uma determinada herança cultural, de uma geração a outra, a de agências de seleção e de distribuição. O ginásio, preparando para as escolas superiores, e estas, formando bacharéis e doutores, tinham por missão, não manter o indivíduo nas

maior vulto pelas suas inovações foi certamente a de BENJAMIM CONSTANT (dec. n.º 1 232 H, de 2 de Janeiro de 1891), que lhes deu nova estrutura, aumentando o número de cadeiras, criando a *Revista Acadêmica* e instituindo os três cursos especiais: de ciências jurídicas, de ciências sociais e de notariado, abolidos em 1895 pela lei n.º 314, de 30 de Outubro desse ano. O decreto n.º 8 650, de 5 de Abril de 1911, que aprova a lei orgânica do ensino superior e fundamental da República; e os decretos n.º 11 530, de 18 de Março de 1915 e n.º 16 782 A, de 13 de Janeiro de 1925 que reorganizam o ensino secundário e superior, introduzem novas modificações nas faculdades de direito. "A evolução expressa nesses documentos legislativos e administrativos, escreve CLOVIS BEVILAQUA, pode ser representada graficamente, por uma linha ascendente de pequeno desvio da horizontal, se considerarmos os progressos da técnica. Há uma subida acentuada em 1854, e outra em 1891. Luzem os nomes de SÃO LEOPOLDO, o iniciador, PEDREIRA DO COUÇO FERRAZ (Bom Retiro), o organizador, e BENJAMIM CONSTANT, o renovador. As outras reformas, sob este ponto de vista, mantêm apenas o impulso dado pelas precedentes". Em 1920 a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro é incorporada à Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo decreto n.º 14 343, de 7 de Setembro de 1920, e organizada, com o nome de Universidade do Brasil, pela lei n.º 452, de 5 de Julho de 1937. A antiga Faculdade de Direito de São Paulo, incorporada à Universidade de São Paulo, criada a 25 de Janeiro de 1934, é, nesse ano, transferida da União para o governo do Estado de São Paulo. Existem hoje no país 19 faculdades de direito, das quais 17 nas capitais e duas em cidades do interior (a de Pelotas, no Rio Grande do Sul e a de Campos, no Estado do Rio de Janeiro).

ocupações habituais de seu meio, mas de o elevar em dignidade social, dar-lhe um título e abrir-lhe, com a inclusão em uma das profissões intelectuais, o acesso ao jornalismo e às letras, aos cargos administrativos e às atividades políticas. Não eram perspectivas que se rasgavam somente para os brancos, mas também para os mestiços que, tendo-se elevado, no período da Colônia, pelas artes, pelas letras e pelas funções eclesiásticas, encontravam agora uma nova escada para a ascensão social, nas escolas superiores, donde entravam em número crescente para os quadros das chamadas profissões liberais. A importância dessas escolas como canais de circulação social vertical torna-se evidente pela porcentagem cada vez maior de rapazes que afluíam para elas, desde a sua fundação e dos quais parte se consagrava exclusivamente às suas carreiras, e parte se elevava das suas profissões ao magistério secundário e superior, à política e à alta administração do país que recrutavam os seus melhores elementos nos quadros das profissões liberais. Na hierarquia profissional ocupavam estas o degrau mais alto, sendo de tôdas as mais procuradas as que se preparavam nas faculdades de direito. De fato, em 1864, que podemos tomar para exemplo, matriculavam-se nas duas faculdades de direito, 826 alunos, para 294 nas duas de medicina;¹⁰ 154 (dos quais 15 militares) na Escola Central, e 109 na Escola Militar, sem contar a Escola de Marinha de que não foi possível encontrar dados relativos a êsse ano, e que apresentava em 1866 a matrícula geral de 94 alunos. No decênio 1855-64, para 8 036 alunos que se matricularam nos dois cursos jurídicos, foi de 2 682 (excluídos os 533 dos cursos farmacêuticos) o número de estudantes nas faculdades médicas e, portanto, um terço da matrícula total nas duas faculdades de direito. Em 1876 os números já tendiam a aproximar-se: nesse ano, 78 alunos recebiam o grau de bacharel, nas duas faculdades de Recife e de São Paulo; 102, o de doutor nas duas de medicina e 58, o diploma de engenheiro (civil, 35; geógrafo, 22; de minas, 1) na Escola Politécnica em que, dois anos antes, se transformara a Escola Central do Rio de Janeiro.

¹⁰ As Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Baía têm as suas origens nos cursos de cirurgia criados em 1808 por D. JOÃO VI e ampliados em cursos de medicina e cirurgia, em 1813 e em 1815, em que os da Baía foram equiparados aos do Rio de Janeiro. Em 1832, pelo decreto da Regência, de 3 de Outubro d'êste ano, as duas academias médico-cirúrgicas foram reorganizadas e transformadas em faculdades de medicina. Servindo-se da autorização legislativa, contida no decreto n.º 714, de 19 de Setembro de 1853, o Ministro LUIZ PEDREIRA DO COUTO FERRAZ referendou o decreto n.º 1 387, de 28 de Abril de 1854, com que deu nova organização às duas faculdades de medicina do Império. Os estatutos de 1854, com que se privaram o ensino, de sua liberdade e as faculdades de sua autonomia, segundo observa FERNANDO DE MAGALHÃES, eram inferiores à lei de 3 de Outubro de 1832, "notável de previsão e de liberalismo". A iniciativa do governo do Marquês do PARANÁ (1853-56), concebida num sentido anti-liberal, autoritário, representa, porém, do ponto de vista técnico, a primeira transformação importante das duas faculdades. Em relação ao ensino médico, a reforma promovida por LEÔNICIO DE CARVALHO (dec. n.º 7 247, de 19 de Abril de 1879), fundou cursos práticos, desdobrou clínicas gerais e criou especiais, introduzindo outras inovações de relêvo, que, como aquelas, não tiveram execução. Instituído o regime de liberdade de frequência e de ensino, em parte modificado pelo dec. n.º 8 918, de 31 de Março de 1883, não tardou a produzir seus efeitos sobre o ensino nas faculdades de medicina como nos outros institutos superiores do Império. O dec. n.º 8 024, de 12 de Março de 1881, estabelecendo medidas para desenvolver o ensino prático, desdobrando cadeiras e criando novas clínicas, imprime ao ensino médico um novo impulso que se desenvolve, no ano seguinte, com as remodelações de grande alcance, contidas na Reforma Leônicio de Carvalho, que o decreto de 30 de Outubro de 1882 mandou cumprir na totalidade de seu plano e de suas disposições. Mas, de tôdas as reformas empreendidas desde 1854, a de maior vulto, pelas suas realizações materiais e técnicas, foi a de 25 de Outubro de 1884; preparada por uma longa campanha, em que tomaram parte professores eminentes e, entre estes, SABÓIA, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1881-89) e sobre a qual influiu a notável representação dirigida, em 1880, pela Faculdade da Baía à Câmara dos Deputados, a reforma traçada no decreto de 1884, que deu novos estatutos às faculdades de medicina, marca uma curva ascendente e inaugura uma época na evolução do ensino médico do país. Depois do movimento renovador que se traduziu no decreto n.º 1 270, de 10 de Janeiro de 1891, — a primeira reforma republicana das faculdades de acordo com os estatutos de BENJAMIM CONSTANT —, novas alterações se introduziram na organização do ensino médico pela lei orgânica de 1911, pela lei Carlos Maximiliano (dec. n.º 11 530, de 18 de Março de 1915) e pelo dec. de 13 de Janeiro de 1925 (n.º 16 782-A) que teve como principal colaborador o Professor ROCHA VAZ, reitor da Universidade do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Superior de Ensino. Na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro pela lei Francisco Campos (1931), as faculdades de medicina do Brasil são novamente reorganizadas, com o duplo objetivo de "instruir o médico nos conhecimentos indispensáveis a seu nobre mister, e de estimular a investigação científica original, em quaisquer domínios da biologia aplicada". Em 1940, além de 12 faculdades de farmácia e odontologia, existiam 11 faculdades de medicina, das quais duas, a de São Paulo, — a mais bem instalada de tôdas com seu monumental Hospital de Clínicas, e a do Rio de Janeiro, incorporadas respectivamente à Universidade de São Paulo e à Universidade do Brasil.

Todo o esforço e todo o favor do poder imperial aplicaram-se naturalmente ao desenvolvimento do ensino superior, não só porque o Ato Adicional deslocara para as províncias o ensino primário e secundário, senão também pela enorme importância que assumiram as escolas das profissões liberais no sistema de educação. Numerosos debates se travaram no Parlamento sobre propostas e planos de reformas, e os decretos sancionados sobre o ensino superior ou os diversos tipos dessas escolas constituem uma copiosa documentação para o estudo desse capítulo da história da educação no país. De todas as iniciativas que atingiram, no regime imperial, a legislação reguladora do ensino superior, destacam-se pelo seu significado ou pelo alcance de suas inovações, os decretos referendados, no governo do Marquês do PARANÁ, pelo Ministro LUIZ PEDREIRA DO COUTO FERRAZ, Barão do Bom Retiro (decs. n.º 1 386 e 1 387, de 28 de Abril de 1854), as reformas empreendidas no governo do Visconde do RIO BRANCO (1871-1875) e o célebre decreto 7 247, de 19 de Abril de 1879, com que LEÔNCIO DE CARVALHO instituiu a liberdade de ensino e de frequência e modificou profundamente o plano das faculdades oficiais. Essas reformas de caráter geral e outras especiais, relativas a cada uma de suas grandes instituições, revelaram sempre um esforço no sentido de adaptá-las a novas necessidades da técnica dessas profissões e marcaram, sobretudo, em 1854, em 1874 e em 1884, progressos sensíveis na evolução do ensino superior do Império. Mas, todo esse ensino acadêmico a que se acrescentava apenas o de Belas Artes, era, como justamente observou MAX LECLERC, “um frontão rico e pesado de mais para o edifício frágil e mal construído que devia suportá-lo. O estudante, insuficientemente preparado, sem fundo sólido, assimila mal a ciência que lhe é prodigalizada nas faculdades. Nem por isto tem menos pretensões e a chusma dos falsos doutores, dos “bacharéis” transbordou naturalmente das profissões liberais entulhadas, sobre a política”.²⁰ Pepineiras aristocráticas ou, ao menos, estabelecimentos a que convergiam de preferência os filhos de famílias ricas, do patriciado rural e da burguesia; viveiros de bacharéis e doutores, como de políticos e de funcionários do Estado, contribuíram essas escolas para pôr em moda e vulgarizar no Brasil o gosto pelos anéis simbólicos e pelos epítetos, tão vivo quanto o amor aos títulos, e tão difundido, já nos fins do Império, que MAX LECLERC se espantava, em 1890, com o número incalculável de pessoas “distintas” e “ilustres”, em nosso país, o que nos devia trazer, por isto, “maiores dificuldades do que alhures, quando se apresenta a oportunidade de um elogio, de encontrar um que não tivesse servido mil vezes”. Essa ausência de senso de medida e de equilíbrio e, portanto, de uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das cousas, se, por um lado, se prendia à vulgarização e ao “desgaste” dos títulos de bacharel e de doutor, devidos à porcentagem crescente de indivíduos formados, ligava-se, por outro lado, ao gosto e ao hábito da ênfase, cultivados no ensino básico excessivamente retórico, e à falta de um método, de um critério. Toda a nossa cultura está aliás marcada, nos seus aspectos mais típicos, por essa formação de base puramente literária e de caráter profissional, sob cuja influência, sem o lastro de sólidos estudos científicos e filosóficos, se desenvolveram a tendência às generalizações brilhantes em prejuízo das especializações fecundas, o gosto da retórica e da erudição livresca, a superficialidade mal dissimulada na pompa verbal, a unilateralidade de visão, e o diletantismo que leva o indivíduo a passear por todas as questões e doutrinas sem se aprofundar em nenhuma delas. É que, em todo o século XIX, à raiz e como fonte dessa cultura residia um sistema de formação de elites intelectuais, constituído de um ensino secundário, literário e retórico, e de um ensino superior, exclusiva-

²⁰ MAX LECLERC, *Lettres du Brésil*. Cap. XI: L'esprit public, l'état social, les mœurs et les institutions. Pág. 215, Librairie Plon, Paris, 1890.

mente profissional e em que faltavam essas instituições destinadas aos estudos filosóficos metódicos e à pesquisa científica, em que se desenvolvem o espírito crítico e experimental e o gosto da observação e dos fatos. Essa tendência de pôr a quantidade acima da qualidade, a erudição acima da cultura, o valor da eloquência acima da paixão das idéias, e o "mais ou menos" em lugar da exatidão, se não teve as suas origens, certamente se fortificou no tipo tradicional de ensino, utilitário e informativo, em que se tratava menos de apreciação do que de acumulação, e em que o espírito de finura, a profundidade, a penetração, a maturidade crítica e estética eram (como o são ainda hoje) sacrificados à aquisição de um saber enciclopédico. Assim, se excetuarmos a literatura substanciosa e enxuta de um TAVARES BASTOS, um CAETANO DA SILVA, um TEIXEIRA DE FREITAS, um LAFAYETTE, um JOAQUIM NABUCO e pouco outros, nos homens mais cultos do tempo e em que a pobreza de idéias é mais aparente do que real, a forma suntuosa que se habituaram, pela sua formação, a dar ao pensamento, chegava quase sempre a abafá-lo, como um manto de côrte tão pesado e enriquecido de recamos e de ouro que reduzisse a um detalhe insignificante ao olhar a mais bela figura humana...

Em um excelente ensaio sôbre a evolução da política imperial, AZEVEDO AMARAL²¹ dá grande importância, como um fator do desenvolvimento político, à nova classe social, constituída de mestiços, que se vinha formando desde o século XVIII e que, tornando-se cada vez mais numerosa, veio a adquirir, depois do movimento de 7 de Abril de 1831, "uma influência crescente no jôgo das forças políticas e na determinação dos rumos da nacionalidade". Entre os três elementos sociais, — o grupo nordestino, aristocrático e feudal, o núcleo mineiro, que era uma sociedade de tipo burguês e democrático, e essa classe média urbana, "de elementos de tipo pequeno-burguês", mais consumidores que produtores, é esta última a que exerceu, segundo sua opinião, uma influência mais persistente e nefasta nas fases críticas da evolução política do Império. Produto de uma miscegenação em larga escala, e composta de elementos "que exerciam nas cidades as mais variadas profissões, sofrendo os efeitos de uma instabilidade econômica permanente" e que se caracterizavam tanto pelas flutuações de caráter como por uma extrema plasticidade de espírito, estava destinada efetivamente a desempenhar um papel importante nos períodos de crise e de transição. Mas não era somente por força da mestiçagem e da instabilidade econômica, que essa classe vivia "desarticulada das realidades profundas da vida econômica do Brasil" e acabou por se tornar um viveiro de profissionais da política e um foco de atividades demagógicas. As escolas superiores, com seu predomínio quase absoluto no sistema de educação e com o caráter enciclopédico de seu ensino, contribuíam de sua parte para deslocar o indivíduo das ocupações habituais de seu meio, urbano ou rural, desarticulando-o das realidades econômicas da vida nacional e atirando-o, pela porta das profissões liberais, tanto à burocracia como ao profissionalismo político. Procuradas por todos os que desejavam ou podiam adquirir uma cultura de nível superior, susceptível de marcar a sua classe ou de elevá-los em dignidade social, não tardaram em transformar-se em escolas geradoras de oposição, já pelo número crescente de indivíduos, pequenos-burgueses e mestiços que para elas afluíam como a uma escada de ascensão social, já fabricando *déclassés*, — bacharéis desertores dos quadros profissionais, cada vez mais saturados pela intensa produção dessas escolas. É o que, em parte, reconhece AZEVEDO AMARAL, quando afirma que já no período da Regência "o nível intelectual de uma parte dessa classe (a classe média urbana) era

²¹ AZEVEDO AMARAL, *Evolução da política imperial*. In "Cultura Política", ano I, n.º 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro, págs. 21-53.

relativamente elevado e entre seus membros não poucos se notabilizaram por copiosa erudição livresca, não sendo raros os que já se incluíam nos quadros das chamadas profissões liberais". Ora, as escolas destinadas à preparação para essas profissões eram tôdas, instituições tendentes a dar aos alunos uma educação teórica, a lhes comunicar um estado de espírito de diplomados e a subtrai-los à atmosfera de seu meio, seja do patriciado rural, seja da burguesia mercantil das cidades. Se considerarmos ainda que o ensino superior profissional não tomou, a não ser com a criação da Escola de Minas, de Ouro Preto (1875), uma forma particular, mais ou menos adaptada às condições do meio, e que à base desse ensino acadêmico não se encontrava nem uma educação suficiente da massa, nem escolas profissionais especializadas, de diversos graus e ajustadas aos diferentes meios agrícola, comercial ou industrial, será fácil compreender que as escolas superiores daquele tipo, montadas sobre um ensino literário, e dominando todo o sistema, não podiam contribuir senão para desarticular as elites que preparavam das realidades profundas da vida econômica do país, e para acentuar todo um mecanismo de pensamento, a que nos habituara a forma retórica e livresca do ensino colonial. No entanto, não é possível nem justo subestimar os serviços, notáveis a certos aspectos, que prestaram as escolas de direito, de medicina e de engenharia, ainda fora de sua função específica de preparar profissionais, que os tivemos de primeira ordem, nas carreiras liberais. Elas concorreram notavelmente para elevar o nível intelectual do Brasil e transportar por toda a parte um elemento de cultura, de urbanidade e de civilização; e, além de funcionarem como verdadeiras instituições de seleção e de classificação social, foram fatores de mobilidade no sentido horizontal e, portanto, de democratização, atraindo de meios sociais diversos e congregando, na mesma sociedade escolar, ricos e pobres, brancos e mestiços, e submetendo-os a todos a um processo comum de assimilação intelectual que se traduzia quase sempre por uma aproximação moral, de sentimentos e de tendências. Focos de irradiação cultural, de oposição e de agitação política, pela íntima interpenetração do mundo político e do mundo acadêmico, essas escolas situadas em quatro pontos, no Norte e no Sul, no Recife e na Baía, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tiveram uma parte digna de se destacar, como forjadoras da consciência nacional: para as duas faculdades de medicina, as duas faculdades de direito que se transformaram em verdadeiros *studia generalia*, e para a Escola Central, a Escola Militar e a de Marinha, afluíam brasileiros de tôdas as províncias que por essa forma se punham em contacto, e delas se distribuíam, todos os anos, não só por todo o território nacional, advogados, juizes, médicos e engenheiros, como também pelas letras, pelo magistério, pelo jornalismo e pela política, os elementos que transbordavam dos quadros profissionais ou puderam orientar a sua atividade em duas ou mais direções.

Certamente, essa elite, de uma mentalidade política e retórica, imbuída de idéias gerais, desarticulada, pela própria formação, das realidades da vida nacional, e habituada a examinar os problemas concretos ou de um só ponto de vista, estreito porque profissional, ou pelos seus aspectos mais gerais e teóricos, não estava preparada para resolver os grandes problemas técnicos e econômicos do país. Com essas características, tantas vezes apontadas, não tendia a marchar diretamente sobre objetivos, cuja posse lhe asseguraria, mediante reformas econômicas e pedagógicas, uma restauração do ensino pela base e a sua progressiva extensão pelas camadas populares. Pela sua cultura, de fundo europeu mais abstrata porque menos complexa do que a da civilização ocidental, de que se saturou, distanciava-se demais das massas para lhes compreender as necessidades, e dos problemas essenciais, locais e específicos do país, para enfrentá-los com decisão. O seu grande mérito não era o de unir

fortemente a idéia à forma, a palavra à ação, e sustentá-las uma por outra. Da palavra, sempre alerta e exuberante, à ação, sempre lenta e acanhada, parecia enorme a distância a vencer: os que se lançavam às realizações, ficavam pelo geral a meio caminho ou novamente se refugiavam no mundo verbal, desiludidos... É o que já notavam, nos princípios do século XIX, JOSÉ BONIFÁCIO, quando dizia dos brasileiros que "tudo empreendem e nada acabam"; e, em 1865, LUIZ AGASSIZ, que não teve o que retificar nem o que acrescentar, a esse respeito, à observação sagaz do eminente homem de ciência e de Estado. "Nenhum país, ponderava o sábio suíço, tem mais oradores nem melhores programas; a prática, entretanto, é o que falta completamente". Se tivermos, com efeito, o cuidado de traçar, de um lado, a história das idéias e dos planos de reformas pedagógicas, e de outro, a história das instituições educacionais, veremos, na superioridade daquelas sobre estas, o contraste impressionante entre os sonhos de uma mentalidade, dominada pela sedução das fórmulas e escaldada pelo romantismo político, e a incapacidade realizadora, evidente na pequenez das obras e na descontinuidade da ação.²² Mas, essa mentalidade que fazia oscilar a política imperial entre um idealismo utópico e um utilitarismo estreito, não é a única nem a principal responsável pelo atraso em que permaneceu a educação popular em quase todo o Império. Esse mal tinha raízes mais profundas. O que faltava para uma vigorosa obra de educação em alto nível e em grande escala eram, sobretudo, condições de ambiente realmente favoráveis à mudança de mentalidade e aos progressos da cultura no país. O sistema econômico, assentado em alicerce exclusivamente agrário e no regime da escravidão; a inexistência de uma cultura econômica básica ou de uma grande fonte de riqueza que pudesse acelerar o ritmo de transformação da fase agrícola para a de exploração industrial; a falta, em consequência, de uma extensa rede de comunicações que permitissem uma interpenetração maior de culturas e uma ação mais intensa dos focos de atividade intelectual sobre as largas "zonas de silêncio", — zonas culturais sem ressonância e sem vibração; a dissipação das energias nas competições pessoais e nas lutas de partidos que paralisam a ação governamental, nos momentos de maior tensão interior e exterior, tudo isto concorria para neutralizar os esforços construtores, nessa sociedade heterogênea, fraccionada em grupos sociais, dos mais diversos

²² É, de fato, impressionante o contraste entre a pequenez das realizações e a massa de decretos e projetos de lei, no tempo do Império. Se excluirmos as indicações, propostas e projetos de menor monta, que são numerosos, atingem a cerca de 40 os projetos mais importantes sobre instrução pública apresentados às Câmaras Legislativas no primeiro reinado, durante a Regência e no segundo reinado. Os decretos sobre o ensino secundário e superior, esses subiram a 32, inclusive os decretos legislativos. Em 1823 foram propostos na Assembléia Constituinte nada menos de 8 projetos (4, 16 e 27 de Junho; 31 de Julho; 4, 5, 11 e 27 de Agosto), além da memória apresentada a 7 de Julho pelo deputado MARTIM FRANCISCO. Em 1826 surge o projeto de 27 de Maio, novamente apresentado a 16 de Junho com restrições por JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, JOSÉ CARDOSO PEREIRA DE MELO e ANTÔNIO FERREIRA FRANÇA, e a 5 de Julho, pelos deputados CUNHA BARBOSA e PEREIRA DE MELO. Seguem-se, a curtos intervalos, em 1827, ainda no primeiro Império, o projeto apresentado a 2 de Julho pelo deputado FEIJÓ e, já na Regência, os projetos ns. 82 e 179, em 1831; n.º 122, em 1832; 66, 104, 108 e 135, em 1837; n.º 37, em 1838; e n.º 108, em 1839. No segundo reinado não é menor essa literatura parlamentar em que se alistam, entre os trabalhos mais relevantes sobre instrução, os projetos A F do Senado, em 1843, sobre a criação de uma universidade na Corte; ns. 35, 36 e 37, em 1846; 31 e 51, em 1847, 46, 64 e 93, em 1850; 74, em 1851; 5 e 6, em 1868; 183, em 1870; 290 e 463, em 1873; n.º 92, em 1877; 158, em 1880; e, a 13 de Abril de 1882, o projeto n.º 64 sobre o ensino secundário e superior, apresentado pelos deputados RUI BARBOSA, ULISSES VIANA e BONFIM ESPÍNOLA, e que, com ser o mais importante de todos, não teve também repercussão no Parlamento. Confronte-se agora o número avultado de projetos com as iniciativas e instituições criadas pelo governo imperial, em quase 70 anos, e ver-se-á, em todo o seu relevo, o contraste violento entre a ordem de idéias e a ordem dos fatos. Para esse enorme acervo de projetos e decretos, além de outros especiais, não se apresentam senão 7 instituições novas, nesse largo período: os dois cursos jurídicos, criados em 1827, no primeiro reinado; o Colégio Pedro II, em 1837, já durante a Regência; o Instituto de Cegos, criado em 1854, e o de Surdos-Mudos, em 1856; o Observatório Imperial, do Rio de Janeiro, e a Escola de Minas, inaugurada em 1877, em Ouro Preto... Os institutos que cuidavam da instrução dos cegos e dos surdos-mudos, — criações antes inspiradas num espírito humanitário do que prepostas ao fim de encaminhar à solução dois graves problemas, não passavam de tentativas, quase inoperantes, no seu acanhado círculo de ação: o Instituto de Meninos Cegos, em 1874, não contava senão 35 alunos (23 rapazes e 12 moças) para uma população de mais de 12 mil cegos existentes no Império, segundo a estimativa oficial; e o Instituto de Surdos-Mudos não apresentava, na mesma época, mais de 17 alunos para uma população calculada em 10 mil surdos-mudos. Dos decretos do governo imperial, a maior parte deles visava a organização e a reforma do Colégio Pedro II e do ensino superior do Império, destinado à formação de médicos, advogados e engenheiros, civis e militares.

níveis econômicos, isolados e dispersos a grandes distâncias. Não era uma sociedade, a massa plástica em que o governo tinha de trabalhar, mas um "agregado" de sociedades múltiplas, umas, do litoral e do planalto, sob as influências mais diretas da civilização ocidental, e outras, vivendo durante quase três séculos, por assim dizer de sua própria substância, perdidas nos sertões e amuradas num isolamento quase completo. O Ato Adicional em que prevaleceram as forças descentralizadoras e que, transferindo às províncias o duplo encargo da instrução primária e secundária, fragmentou em dois o sistema de ensino ainda em formação, levantava-se, desde 1834, agravando essas dificuldades, como um obstáculo permanente a qualquer tentativa de organização. O princípio de autonomia das províncias, o respeito quase supersticioso às fórmulas jurídicas e os escrúpulos constitucionais pareciam mais vivos do que a consciência do interesse nacional: ainda aqueles mesmos, — um J. LIBERATO BARROSO em 1867, um TAVARES BASTOS, em 1870, um JOÃO ALFREDO, em 1874, entre outros, que percebiam com lucidez estar no Ato Adicional uma das causas "do espetáculo de anomalia e desordem" que apresentava a instrução popular —, não se animavam a sugerir mais do que uma ação do governo geral, em forma de concurso ou colaboração, em alguns setores e em favor das menores províncias. No entanto, JOSÉ PAULINO DE SOUSA opinava, em 1870, que "à Assembléia Geral não estava impedido criar, manter e dirigir, nas províncias, estabelecimentos de instrução pública à custa do Estado", e, com mais audaciosa crítica e construtiva, o Ministro RODOLFO DANTAS reclamava em 1882 pela necessidade de "disseminar pelas províncias escolas normais sustentadas total ou parcialmente pelo erário nacional, animar ou realizar do mesmo modo a instituição de escolas-modelo de ensino primário, estabelecer dotações de terras públicas em favor da instrução popular e consignar ao desenvolvimento da educação geral, impostos decretados no orçamento nacional e distribuídos proporcionalmente por todo o país".

É a êsse conjunto de causas, de natureza diversa, que se prendem o caráter esporádico das medidas, tímidas, fragmentárias, inoperantes, instituídas um pouco à aventura, sem qualquer plano de conjunto, e a extrema lentidão no desenvolvimento da educação popular e do ensino técnico. A instrução primária, confiada às províncias, vai se organizando por um sistema "de tentativas e de erros", em conformidade com os recursos limitados de cada uma delas e ao capricho das circunstâncias, quais o predomínio dêste ou daquele grupo partidário ou a inspiração pessoal do presidente, em que se pode encontrar a causa mais próxima da periodicidade das variações nas políticas locais de educação. O pessoal docente, quase todo constituído de mestres improvisados, sem nenhuma preparação específica, não melhora sensivelmente com as primeiras escolas normais que se criaram no país: a de Niterói, em 1835, a da Baía, em 1836, a do Ceará, em 1845, que não foram por diante, a de São Paulo, em 1846, e a do Rio de Janeiro, em 1880, tôdas com uma organização rudimentar, à maneira de ensaios, como a de São Paulo que se fundou, com um só professor, em 1846, desapareceu em 1867, para ressurgir com um novo plano e um curso de dois anos, em 1874, fechar-se novamente em 77 e restabelecer-se afinal em 1880, e só então com um curso mais completo, de 3 anos.²³ No Município Neutro, em que a organização do ensino

²³ A instrução primária, atribuída às províncias, longe de se desenvolver ainda nas mais adiantadas, continuou a arrastar-se num ritmo lento e ainda assim irregular, marcado por avanços e recuos. É um índice significativo desse estado de cousas o que se passa na província de São Paulo. Em 1836, havia na cidade apenas dois professores de primeiras letras, um da freguesia da Sé e outro da de Santa Efigênia, o Pe. BENTO JOSÉ PEREIRA e CARLOS JOSÉ DA SILVA TELES, ambos partidários dos castigos corporais como meio de manter a disciplina. Numa representação dirigida à Câmara Municipal, pediam "a concessão de alguns castigos físicos em suas escolas afim de melhor ensinarem e corrigirem os seus alunos, por isso que êsses nenhum caso fazem dos castigos morais, molando mesmo de seus mestres". (NUTO SANT'ANA, *O mestre-escola*. In "O Estado de São Paulo", 21 de Novembro de 1936). Em 1846 é criada pela

em todos os graus competia ao governo geral, só em 1854, pelo decreto n.º 3 331-A, que cria o Conselho Diretor da Instrução Pública se estabelecem medidas mais eficientes com o fim de desenvolver, elevar e fiscalizar o ensino primário e somente depois de 1870 se construíram os primeiros edifícios escolares, com os recursos de uma subscrição feita para erguer uma estátua a PEDRO II e convertida, por vontade expressa do Imperador, "na construção de edifícios apropriados ao ensino das escolas primárias". Assim, em 1872, para uma população recenseada de cerca de 10 milhões de habitantes, a matrícula geral nas escolas primárias não excedia a 150 mil alunos, e se calculava, segundo os dados oficiais, em 66,4 a porcentagem de analfabetos. No entanto, com toda a morosidade desses progressos, a situação se modificara bastante, mesmo quanto às escolas femininas (primárias) que, segundo o testemunho de LINO COUTINHO, não ultrapassavam de 20 em todo o Império em 1832 e já atingiam, em 1852, a 49 e, em 1873, a 174 só na Província de São Paulo. O ensino técnico, que se destina a fornecer à indústria, ao comércio e à agricultura os auxiliares indispensáveis à sua prosperidade, não se havia desprendido de suas formas embrionárias: nem a indústria, rudimentar, quase inexistente, nem o comércio praticado segundo métodos empíricos, impostos pela tradição portuguesa, nem a lavoura, apoiada na rotina e no trabalho escravo, reclamavam a criação dessas escolas profissionais, em que se forma o pessoal qualificado em todos os setores e em todos os graus, e cujos progressos estão estreitamente ligados às transformações técnicas e de estrutura econômica e à divisão e organização do trabalho. Se o ensino popular é escasso, mal orientado, e se não existe ensino técnico, aumenta o prestígio do ensino secundário, literário, como um ensino de classe e um valor de tradição. Não é somente o Colégio Pedro II, — a mais importante instituição de ensino médio oficial —, que se desenvolve, guardando, através de todas as reformas, as linhas gerais de sua organização, modificada em 1841 pelo Ministro ANTÔNIO CARLOS, em 1854 pelo Ministro COUTO FERRAZ e, mais profundamente, em 1878, pelo Ministro LEÔNIO DE CARVALHO. Embora restrito a uma porção insignificante da população adolescente e instituído, sobretudo, com a feição de cursos de preparação para o ensino superior, toma o ensino secundário um grande impulso, mais por iniciativa particular do que pela ação do governo Imperial e dos das províncias. Em 1832 o Seminário de Olinda, — admirável instituição de AZEREDO COUTINHO, — já decaído de seu prestígio antigo, é transformado por decreto legislativo de 7 de Agosto deste ano, em colégio preparatório das artes do curso jurídico, e quer pela força do exemplo, quer pela procura crescente de alunos, grande número de colégios particulares que se abriram posteriormente, se anunciam como cursos de preparatórios avulsos para as faculdades de direito. As aulas públicas de instrução se-

lei n.º 34, de Março desse ano, a 1.ª escola normal de São Paulo, destinada somente a homens, e com um único professor, MANUEL JOSÉ CHAVES, catedrático de filosofia e moral no curso anexo à Faculdade de Direito; essa escola funcionou numa sala do Cabido, contígua à Sé Catedral, e foi suprimida em 1867, tendo formado cerca de 40 professores em perto de 20 anos (dois, em média, por ano). Para as escolas femininas vinham as professoras do Seminário das Educandas, onde eram recrutadas para o ensino das meninas e "providas nas primeiras cadeiras de primeiras letras que vagassem", as órfãs que, tendo 18 anos completos, não se casavam ou não se empregavam para serviços domésticos (Reg. de 7 de Janeiro de 1845). Por lei votada pela Assembléia em 1868, o professor se nomeava por um exame perante uma comissão e em presença do Presidente da Província e do Inspetor Geral de instrução. Daí o nome que se lhes dava de "professores de palácio". Na segunda metade do século XIX é que se verificou um progresso maior, sobretudo do ponto de vista quantitativo. De fato, de 1852 até 1873, em vinte anos, quase triplicou o número de escolas, subindo de 147 para 437, e aumentou de sete vezes (2 018 para 14 737) a matrícula geral nas escolas primárias. Mas, esse movimento que já colocava São Paulo na vanguarda das províncias, em matéria de ensino, não acompanhou o ritmo do crescimento da população livre que, em 1852, era de 333 mil e já atingia em 1873 a 825 mil habitantes. O problema da formação do pessoal docente caminhava lentamente para a sua solução, que só veio com a mudança de regime político. Em 1874 pela lei n.º 9, de 22 de Março deste ano, é criada na capital de São Paulo uma Escola Normal, com um curso de dois anos, que se instalou a 16 de Fevereiro de 1875, com 33 alunos numa sala do curso anexo à Faculdade de Direito. Também esta, por falta de verba para a instalação e custeio, se fechou em 1878, para se abrir, e desta vez com três anos de curso, a 2 de Agosto de 1880, em virtude da reforma de ensino votada na Assembléia, por sugestão de LAURINDO ABELARDO DE BRITO, então presidente da Província.

cundária, sôltas e esparsas, ou se reúnem em colégios, como em 1836 no Ateneu do Rio Grande do Norte e em 1838 no Liceu Provincial da Baía, criado por lei de 19 de Março de 1836, ou são suprimidas como as do Rio de Janeiro, a despeito de haver autorização legislativa (dec. de 17 de Setembro de 1851) para congregá-las num externato, com a mesma organização e as mesmas matérias ensinadas no Colégio Pedro II. Esse renascimento dos estudos propedêuticos, quase um século depois da expulsão dos jesuítas (1759), e sob o impulso dado pelas escolas superiores, se se traduz mais fortemente pela expansão quantitativa, já apresenta nitidamente as suas tendências e os primeiros indícios de "organização". De fato, com a absorção das aulas públicas em colégios; com a transformação progressiva, para o curso em série, do ensino pulverizado das aulas avulsas e do regime de estudos fragmentários, sem ligações de fundamentos, e com a criação de novos colégios não só particulares mas oficiais, como os liceus de Taubaté e de Curitiba, fundados em 1846, em São Paulo, as escolas secundárias, em que se mantém o predomínio tradicional do ensino das letras, entram francamente em organização e com fisionomia própria, individual, se fizermos abstração dos resíduos, já pouco importantes, do velho sistema das aulas régias e de preparatórios avulsos.

Mas as iniciativas das províncias, criando liceus, como o Ateneu do Rio Grande do Norte e o Liceu Provincial da Baía (1836), os de Taubaté e de Curitiba, em São Paulo (1846), que logo se extinguíram por falta de alunos e de professores, o Ateneu Cearense, o Liceu do Maranhão e o Colégio Paraense, entre outros, não conseguem acompanhar a evolução prosseguida, no domínio particular, pelas instituições de ensino secundário. Em 1865, para 439 alunos que no Ceará recebiam instrução secundária, 156 frequentavam o ensino público e 283, o particular; em Pernambuco, de um total de 635, matriculados em aulas e colégios, apenas 99 tinham o ensino público; na Baía, em cujo Liceu Provincial, de todos então o mais procurado, faziam as humanidades 337 alunos, 860 cursavam colégios particulares; e no próprio Município Neutro, com o seu modelar Colégio Pedro II, fundado pelo governo imperial em 1837, dos 2 550 alunos de escolas secundárias, 327 eram estudantes daquele instituto oficial e os outros 2 223 se distribuíam pelos seus numerosos cursos e colégios. Somente na Província de Minas Gerais, em que os mais importantes estabelecimentos de ensino desse grau eram o Colégio do Caraça e o Seminário de Mariana, que datava de 1750 e era frequentado por estudantes seculares, o número de alunos inscritos (638) nas 38 aulas existentes equivalia, em 1865, se não era superior ao dos matriculados nas instituições particulares de ensino.²⁴ É que o Ato Adicional, trasladando para as províncias a instrução primária e secundária, importava, como observa PEDRO CALMON, em "sacrificar uma e outra na angústia dos pobres orçamentos locais, ao espírito acanhado e rotineiro, que persistia longe da Côrte".²⁵ Acresce ainda que as faculdades, subordinadas ao governo geral, não aceitavam os exames dos liceus provinciais, pondo-os por esta forma em pé de igualdade com os colégios particulares e abrindo perspectivas fecundas, mediante a concorrência livre entre colégios, ao florescimento dos institutos particulares de ensino secundário. Numa época em que somente o grau de bacharel em letras, conferido pelo Colégio Pedro II, habilitava à matrícula nas faculdades do Império, todos os demais estudantes, candidatos às escolas superiores, eram obrigados, para serem admitidos às

²⁴ J. LIBERATO BARROSO, *A instrução pública no Brasil*. B. L. Garnier Editor, Rio de Janeiro, 1867, págs. 59-69.

²⁵ PEDRO CALMON, *História social do Brasil*. 1.º tomo. Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo, 1937, págs. 316-319.

faculdades, a prestar exames perante comissões organizadas por esses institutos. Essa situação, evidentemente anormal, do ponto de vista morfológico, de estrutura do sistema escolar, inaugurou um período brilhante dos estudos propedêuticos, substituindo a um rígido enquadramento, secamente burocratizado, como o teria sido o ensino provincial, estrangulado pelos orçamentos e pelo espírito de rotina, uma floração de instituições fora da pressão direta do Estado e que, tornando-se rivais, se disputavam a primazia na reputação, pela eficiência do ensino, e cujo papel foi de assegurar a continuidade e os progressos dos estudos de humanidades no país. Surgiram então ou se desenvolveram, em consequência, marcando, no período de 1860 a 1890, o apogeu do ensino secundário particular, institutos modelares como, em Minas o famoso Colégio do Caraça, que teve a sua fase mais brilhante entre 1867 e 1885, sob a direção do Pe. JÚLIO JOSÉ CLAVELIN, e os Colégios de Campo Belo e de Congonhas do Campo; o do Dr. KOPKE que em 1855 contratava professores na Europa e o Colégio São Pedro de Alcântara, dos padres PAIVA, também fundado em Petrópolis; o Ginásio Baiano, do Barão de MACAÚBAS, o Colégio de São João, de JOÃO ESTANISLAU DA SILVA LISBOA e o de ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO na Baía; o Ateneu Sergipano, cujo número de alunos subia de 99, em 1871, a 334, em 1874; no Rio de Janeiro, os Colégios Stall, Meneses Vieira, Abílio, o Externato Aquino²⁶ e o Colégio Progresso, em que RUI BARBOSA se inspirou e colheu dados para seu plano de reforma em 1882; em Santa Catarina, o Colégio dos jesuítas, em Destêrro, que adquiriu grande fama, na sua curta existência (1845-53); e, em São Paulo, o Colégio de São Luiz, fundado em 1867, em Itú, pelos jesuítas e o de Campinas, estabelecido em 1874 pela Sociedade Culto à Ciência, e que se tornou uma das melhores casas de educação. Nunca, na história da educação nacional, o ensino particular teve tanto relêvo e gránjeou tamanha autoridade como nesses e outros institutos que foram os pontos de apoio iniciais em que assentou, para tomar impulso, o ensino secundário no país, e que contribuíram para aperfeiçoá-lo, na sua constituição orgânica, desenvolvê-lo, à míngua de iniciativas oficiais, e enquadrá-lo no sistema geral de educação. Sem a base dos estudos propedêuticos, para cujos progressos concorreram tão intensamente, nesse período, a dedicação e a inteligência particular, as faculdades jurídicas e médicas e as escolas de engenharia, "não seriam, como escreve PEDRO CALMON, os seminários de vocações literárias, de trepidações espirituais, de filosofia política,

²⁶ O Externato Aquino tem as suas origens num pequeno curso de explicações de matemáticas, aberto em Março de 1864, numa sala do prédio n.º 43 da rua Carioca, e destinado aos alunos do 1.º ano da antiga Escola Central, hoje Escola Nacional de Engenharia. Era explicador desse grupo de estudantes um seu companheiro mais velho, JOÃO PEDRO DE AQUINO, fundador mais tarde do Externato e que cursava então o 4.º ano daquela Escola, no Rio de Janeiro. Em 1867 esse curso de explicações se transformava no Externato Aquino, de que assumiu a direção o Dr. JOÃO PEDRO DE AQUINO, professor de matemáticas, e cujas aulas começaram a funcionar em Maio. Encarregaram-se da regência de aulas, nesse colégio, homens como TOMAZ ALVES que foi professor de grego no Colégio Pedro II, ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, depois senador do Império e Visconde de TAUNAY, ANDRÉ REBOUÇAS, JOAQUIM MURTINHO e o Conselheiro NUNO FERREIRA DE ANDRADE, entre outros brasileiros ilustres. Em 1874, o Externato a que já se havia anexado uma escola primária, foi com esta, transferido para os prédios ns. 78 e 80 da rua do Lavradio, onde passou a funcionar com seus três cursos, o elementar (externato pequeno), o médio e o de preparação dos estudantes à matrícula nos cursos superiores. O ensino, bem aparelhado de material e laboratórios, realizava-se, tanto no curso primário como no secundário, pelos métodos modernos adotados nos melhores colégios da América do Norte. Em 5 de Junho de 1875, esse modelar estabelecimento de ensino era honrado pela primeira vez com a visita do Imperador: o grande geólogo, CARLOS FREDERICO HARTT, professor da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, e que teve ocasião de assistir a exames nesse colégio. comunicara a PEDRO II a viva impressão que lhe deixara a obra do notável educador brasileiro. Em 1884, por dificuldades financeiras decorrentes da manutenção do internato, criado em 1876, fechou-se o Externato Aquino, que, desde meados de 1883, funcionava à rua do Passeio, 62 e veio a reabrir-se somente em 1892, sob a direção do seu fundador, Dr. JOÃO PEDRO DE AQUINO. Equiparado, em 1903, ao Ginásio Nacional, continuou a prestar serviços à educação da mocidade. Foi esse Externato um dos mais importantes estabelecimentos de ensino, na segunda metade do século XIX, não só pela unidade e eficiência de direção e pela atmosfera moral que nele se respirava, como pela divulgação dos novos métodos e pelo conjunto de seus professores, escolhidos entre os mais hábeis e experimentados da capital do país. No Externato Aquino, pelo qual passaram, durante mais de meio século, milhares de estudantes, fizeram seus estudos de humanidades muitos dos brasileiros que mais se destacaram na política, nas letras e nas profissões liberais. (JOÃO PEDRO DE AQUINO, *Breve notícia sobre o Externato Aquino*. Tip. da "Gazeta de Notícias", Rio de Janeiro, 1903).

de ação cultural em que se constituíram". É dessa época a pléiade notável de educadores, cuja tradição ilustre chegou até as gerações atuais: um Barão de TAUTPHOEUS, professor do Colégio Pedro II, um FREEZE, um KOPKE, um PUJOL, e esses três grandes batalhadores em prol da elevação dos estudos no Brasil e da renovação dos métodos do ensino: ABÍLIO CÉSAR BORGES (Baía, 1824-96), Barão de MACAÚBAS, que trocou as atividades médicas pelas de educador, criando colégios na Baía, Rio de Janeiro e em Minas Gerais (Barbacena) e pondo a sua pena a serviço da instrução, em numerosos trabalhos publicados, numa campanha de cerca de 25 anos; JOAQUIM JOSÉ MENESES DE VIEIRA (Rio de Janeiro, 1851-97), também médico, fundador do colégio que teve o seu nome e do "Pedagogium" (1890) que dirigiu até morrer, e JOÃO PEDRO DE AQUINO, engenheiro, que, desde estudante, consagrou uma existência inteira à obra de educação e teve a fortuna de fazer viver, durante perto de meio século, o colégio que fundou, — a mais bela e fecunda criação de seu espírito.

A livre concorrência e a rivalidade que se estabeleceu entre os colégios, favorecendo o florescimento das instituições particulares e fazendo saltar da nebulosa do ensino uma constelação de valores, contribuíram ainda para introduzir, no jôgo da vida educacional do país, forças pedagógicas novas, acasteladas, como em pequenos redutos de reação, nos estabelecimentos leigos de ensino devidos à iniciativa privada. Os primeiros movimentos de renovação partiram, de fato, dos colégios leigos, mais progressistas e adiantados, quer sob a inspiração direta dos seus fundadores, quer pela ação de professores contratados na Europa ou recrutados entre os melhores elementos do magistério nacional e entre os homens mais cultos das "colônias" estrangeiras. Sente-se passar por êsses colégios, estimulados por uma nobre emulação, um sôpro renovador que se traduz na abolição de castigos corporais, no impulso dado aos estudos das línguas modernas e das ciências, na adoção de novas técnicas de ensino e no aparelhamento de seus laboratórios: MENESES VIEIRA empreende viagens à Europa, afim de estudar a organização de institutos similares e, além de introduzir melhoramentos em seu colégio, funda a "escola de domingo" ou curso de educação de operários e, mais tarde, o "Pedagogium", e publica obras didáticas que constituem, com os livros escolares do Barão de MACAÚBAS, a contribuição pedagógica mais importante na época para a renovação dos métodos no ensino secundário. Onde não se fizeram sentir tão intensamente a concorrência dos colégios leigos e a sua ação renovadora, a instrução manteve o seu caráter conservador e fiel às tradições do ensino clássico: é o caso da Província de Minas Gerais, que se tornou o maior centro de estudos humanísticos no Império, uma espécie de "colônia latina", no dizer de PEDRO CALMON, devido à predominância acentuada do ensino eclesiástico, ministrado nos dois seminários, de Mariana e de Diamantina, e nos colégios dos padres da Congregação de São Vicente de Paulo. Um deles, o Colégio do Caraça, encravado nas montanhas solitárias de Minas, constituía, pelo seu insulamento, pelo rigor de sua disciplina e pela fidelidade à tradição, "alguma cousa de sinistro, escreve GILBERTO FREYRE, na paisagem social brasileira dos primeiros tempos do Império". Mas, além de ser quase sempre local a influência daqueles redutos do pensamento novo, estritamente pedagógico, que se procurava como "um valor em si" e não como uma modificação de técnicas ligadas a novos fins sociais e políticos, mantinha-se preponderante a ação do clero, nos seminários, e das ordens religiosas que cooperavam na educação secundária, com grande número de instituições confessionais, essencialmente conservadoras, e espalhadas pelas principais cidades do país. Eram os lazaristas que se haviam estabelecido desde 1820, com o Colégio do Caraça, e se irradiaram de sua casa matriz para Campo Belo e

Congonhas do Campo; os jesuítas,²⁷ grandes educadores e humanistas, que haviam voltado ao Brasil, 83 anos depois de sua expulsão, fundando um colégio em Destêrro e outro, com um seminário, em Pernambuco (1867-73), ambos de curta duração, e mais tarde, os três colégios que se tornaram notáveis, o de São Luiz, em Itú, na Província de São Paulo (1867), o de Anchieta (1886), em Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro, e o de Nossa Senhora da Conceição (1870), em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; os beneditinos, velhos hóspedes do Brasil, que criaram cursos primários e secundários; e os salesianos, recém-chegados ao país, em 1883, e que se especializaram, aqui como por toda a parte, no ensino profissional e secundário. As origens eclesiásticas da educação no Brasil, a interpenetração do mundo clerical e do mundo pedagógico, ainda tão íntima que o próprio Colégio Pedro II teve entre seus reitores, vice-diretores e professores, numerosos padres e frades, desde Frei ANTÔNIO DE ARRABIDA, Bispo de Anemúria, seu primeiro reitor (1838), e afinal o desenvolvimento que adquiriu a colaboração das ordens religiosas na educação de moças e rapazes, acentuaram o caráter religioso, literário e retórico, do ensino secundário, cujos ginásios se inspiraram nos modelos europeus de tipo clássico. Nenhum fermento novo se introduziu na massa do ensino, a não ser o que se preparava nos colégios leigos ou se formava, nos fins do Império, com o aparecimento das primeiras escolas protestantes, como a Escola Americana, fundada em 1870, em São Paulo, para o ensino elementar e a que se acrescentou, em 1880, a escola secundária, ambas do "Mackenzie College", ou o Colégio Piracicabano (1881), para meninas, em São Paulo, e o Colégio Americano (1885), em Porto Alegre, ambos de iniciativa dos metodistas. No Brasil que começava apenas a dividir-se em duas crenças religiosas, ambas cristãs, a Igreja Romana, estreitamente ligada às origens de nossa formação social e histórica e unida ao Estado, mantinha à distância, circunscrita a alguns círculos restritos, a influência do protestantismo, recém-vindo e ainda mal aclimado ao meio brasileiro tradicionalmente católico. No terreno educacional não haviam estabelecido senão os primeiros contactos nem travado senão os primeiros combates as concepções escolares, correspondentes às duas crenças religiosas e ligadas a duas culturas, já diferenciadas, a européia e a norte-americana: a pedagogia protestante, progressista e

²⁷ Os primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil, 83 anos depois de sua expulsão pelo Marquês de POMBAL, e 28 anos após o restabelecimento da Companhia de Jesus por PÍO VII, eram padres espanhóis. Fundando em 1842 a sua primeira casa religiosa em Porto Alegre, dedicaram-se a princípio, como nos lembra o Pe. MANUEL MADUREIRA, exclusivamente ao ministério apostólico e à catequese dos índios. O primeiro colégio que estabeleceram, em Destêrro, hoje Florianópolis, teve, na sua fase inicial, uma vida efêmera, posto que fecunda: em 1853, devido a um surto de febre amarela, no sul, fecharam-se o colégio criado em 1845 pelos padres espanhóis, para se reabrir, já sob a direção dos padres da Província Romana, em 1865, e ser novamente fechado em 1880 e, mais tarde, reaberto, desta vez pelos jesuítas da Província da Germânia. Em 1867, os padres espanhóis, — os primeiros que voltavam ao Brasil pelo sul, no século XIX —, "foram completamente substituídos pelos padres da Província da Germânia, aos quais o Padre Geral confiou, nestes últimos tempos, a missão do Rio Grande do Sul, reunindo a esta, com a designação de Província Meridional do Brasil, Santa Catarina e Paraná". Por determinação do Padre-Geral, como se vê, instalaram-se no sul os jesuítas alemães (1849) e no centro, os padres da Missão Italiana. Esta resolução, com que se transferiu em 1867, dos padres espanhóis para os da Província da Germânia, toda a região do Rio Grande do Sul, e se lhe incorporou mais tarde a de Santa Catarina e Paraná, foi certamente motivada pela corrente imigratória alemã que, iniciada, ainda no tempo de D. JOÃO VI, com as colônias de Leopoldina e Nova Friburgo e retomada por PEDRO I, com a fundação de São Leopoldo, no Sul, e pelo governo de PEDRO II, em 1840, com a de Petrópolis, teria, como escreve EUCLIDES DA CUNHA, desde 1850, "com a vinda de HERMANN BLUMENAU, um traçado contínuo de que restam como pontos determinantes Blumenau, Joinville, Mundo Novo, São Lourenço, Teutônia e outras". (*À margem da história*. Porto, 1922, pág. 275). Em 1870 os jesuítas alemães fundaram em São Leopoldo o Ginásio de Nossa Senhora da Conceição (1870-1912), e os jesuítas italianos, depois de terem criado em 1867 o Seminário e o Colégio de Pernambuco que se fechou em 1873, fixaram-se definitivamente na região central do país. É por essa época que fundaram em Itú o Colégio de São Luiz (1867-1917), que se transferiu em 1917 para São Paulo, e em Nova Friburgo o Colégio Anchieta (1886) que se fechou em 1922, e em cujos edifícios se instalou a Casa Central da Companhia de Jesus, destinada ao noviciado e à formação humanística e filosófica dos futuros jesuítas. Esses dois colégios, o de São Luiz e o de Anchieta, dos mais reputados do seu tempo, prestaram serviços inestimáveis à educação da mocidade, este, em cerca de 40 anos, e aquele, durante meio século de existência. Fechado o Colégio Anchieta, abriram os padres da antiga Missão italiana, hoje Província brasileira, o Colégio de Santo Inácio, que é um dos melhores ginásios e dos mais frequentados no Rio de Janeiro. Expulsos os padres jesuítas de Portugal, quando se proclamou a república nesse país, em 1910, o Brasil foi um refúgio desses exilados, — os padres da Província portuguesa, que se estabeleceram no Norte, em Pernambuco, no Ceará e na Baía, com seus colégios para a educação de adolescentes.

libertadora, que tende antes à emancipação do espírito do que a uma domesticação intelectual, e o ponto de vista católico, mais conservador e autoritário, especialmente do jesuíta que, na frase de MACAULAY, "parece ter encontrado o ponto até onde se pode impelir a cultura do espírito sem chegar à emancipação intelectual".

Em tôda essa obra de ensino e de cultura, que se desenvolveu num ritmo irregular, sob o influxo da iniciativa privada, o governo imperial exerceu um papel mais incentivador do que empreendedor, que apresentava qualquer coisa de patriarcal na assistência dada às instituições espirituais. Sem dúvida PEDRO II revelou sempre um extraordinário interesse pelas cousas do espírito e uma notável atração pela inteligência, acercando-se, para admirá-los e ouvi-los, de sábios, pensadores e artistas. Conta-se que, interrogado por FREDERICO II sôbre suas relações com LUIZ XVI, da França, o grande D'ALEMBERT respondia ao rei da Prússia: "eu não o vi senão uma vez quando m'o apresentaram, segundo o costume, depois de minha eleição para a Academia Francesa". "E que vos disse êle?" — "Não me falou", respondeu D'ALEMBERT. "Mas, replicou-lhe FREDERICO, a quem êle fala então?" O Imperador do Brasil, ao contrário, não costumava esperar, para lhes falar, que o procurasse um sábio, um filósofo ou um artista; ia-lhes frequentemente ao encontro, tomando a iniciativa de visitar, em Paris, o poeta VÍTOR HUGO, ou dirigindo-se, no Rio de Janeiro, ao explorador Capitão RICHARD BURTON, para se entreter com êle, em palestra cordial, numa noite de recepção no Palácio de São Cristóvão. Êle traz sempre o estímulo de sua palavra ou de sua presença a todos os homens que trabalham ou a tôdas as instituições em que se realiza um grande esforço em prol da cultura e da educação. As suas visitas ao colégio que tomou seu nome, eram frequentes, e muitos outros lograram a honra da presença imperial, como o Externato Aquino que visitou em 1875 e o Colégio do Caraça que procurou conhecer, na sua viagem a Minas Gerais em 1882, assistindo às principais aulas do colégio e do seminário. Êle animou as letras, as ciências e as artes, não somente com a ação catalítica de sua presença, nas festas de arte ou de espírito, mas fazendo publicar obras às suas expensas, subvencionando viagens de estudos aos artistas da Academia Imperial de Belas Artes ou do Conservatório de Música e valorizando, pelo seu exemplo, as atividades intelectuais. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21 de Outubro de 1838, não teve maior protetor do que PEDRO II, que assistiu e presidiu a 506 de suas sessões em 40 anos, lhe fez valiosas doações de obras e manuscritos e, ainda exilado, em 1891, pouco antes de sua morte, lhe legou a sua biblioteca particular e uma coleção preciosa de retratos, gravuras e mapas antigos. Certamente, a função de MECENAS ninguém a exerceu com mais naturalidade e elegância moral do que êsse monarca ilustre e magnânimo: podia já ser muito para as ciências, as letras e as artes o apoio constante com que as incentivou o Imperador, mas era muito pouco para as responsabilidades de um homem e um Chefe de Estado. No entanto, foi devido em grande parte a êsse estímulo caloroso que puderam desempenhar, em todo o Império, uma alta função cultural as grandes instituições como o Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Instituto Histórico e a Biblioteca Nacional, — uma das mais importantes senão já a maior do continente americano.²⁵ O Instituto

²⁵ A Biblioteca Nacional, cujas origens remontam a 1814, quando o Príncipe Regente D. João abriu ao público a Biblioteca Real, com os 60 mil volumes que em 1808 trouxera do Reino, foi instalada no Rio de Janeiro, no Hospital dos Terceiros do Carmo. Constituída inicialmente desse notável acervo de obras, provenientes da Biblioteca Real do Palácio da Ajuda e logo incorporadas à nova instituição criada por D. JOÃO VI, a Real Biblioteca foi se desenvolvendo constantemente, através de mais de um século, com milhares de volumes que se acrescentaram ao seu primitivo patrimônio por meio de aquisição, legados e doações. Em 1822 foram comprados os 6 322 volumes que pertenceram ao Conde de BARCA e, em 1838, passaram a fazer parte da Biblioteca Imperial as obras, cerca de 5 mil volumes, da biblioteca de JOSÉ BONIFÁCIO, o Patriarca, e que lhe foram doados pelos seus herdeiros. Em pouco mais de 60 anos, em

Histórico Brasileiro, cuja casa tradicional é habitada por sombras ilustres, e que hoje possui uma biblioteca de 80 mil volumes, 50 mil manuscritos e a melhor coleção de mapas do país (3 mil), faz da publicação de sua revista, editada regularmente desde a sua fundação em 1839, uma obra não só de estímulo dos estudos históricos, despertando e atraindo vocações, mas de propagação da cultura nacional no país. A *Revista do Instituto* que publicava em 1889 os volumes 79 e 80 (Tomo 52), quando se proclamou a República, e que em 1938, por ocasião do seu centenário, já contava com 168 volumes além de 28 especiais; os *Arquivos do Museu Nacional*, — revista criada em 1876; os *Anais do Observatório Astronômico*, cujo primeiro volume surgiu em 1882, por iniciativa de E. LIAIS, e os *Anais da Biblioteca Nacional*, cuja publicação se iniciou em 1876 e já estava no XIII volume em 1890, constituíam as melhores fontes de estudos nacionais e outros tantos focos de irradiação das atividades culturais no tempo do Império. Sob o impulso de vocações isoladas, mas tenazes, e ao calor do apoio que lhes dava PEDRO II, criando uma atmosfera espiritual, desenvolveu-se, nesse período, uma eflorescência de cultura que a história do país ainda não conhecia. Foi também a partir de 1876 que, por iniciativa de LADISLAU NETO, seu diretor (1874-93), o Museu Nacional, abrindo cursos de ciências e uma série de conferências públicas sobre botânica e zoologia, antropologia e fisiologia, lançava, com uma pléiade de colaboradores, LACERDA, NIOBEY, RODRIGUES PEIXOTO e COUTY, fisiologista francês, a semente de que devia brotar em frutos de pesquisas o interesse pelas ciências puras. Com o mesmo zelo e a mesma solicitude com que participava em 1856 das reuniões da Sociedade Palestra Científica, presidia habitualmente a sessões do Instituto Histórico, inaugurava exposições de arte, velava pelas instituições de ensino ou estipendiava publicações e viagens de estudos, o Imperador acompanhou de perto, assistindo a diversas conferências, essa iniciativa de extensão cultural e em prol dos estudos científicos desinteressados.

Mas, não só em derredor dêesses gestos, frequentemente ridicularizados, se abria um largo vazio de indiferença e de desdém, como ainda (e daí a desconfiança que suscitavam e que era explorada nas lutas políticas) não se registrava, na ação, um vigor correspondente à acuidade do interesse intelectual, revelado por tôdas as formas. Nenhuma concordância, de fato, entre as atitudes pessoais do Imperador e a política imperial de educação. Nenhum esforço realmente fecundo que lograsse inclinar a atenção do público intelectual para as ciências da natureza e para o trabalho científico. Nenhuma iniciativa, da parte do governo, para converter a opinião pública à idéia da utilidade, da

1876, já atingia a 120 mil volumes impressos e grande quantidade de valiosos manuscritos, causando admiração a HERBERT SMITH que visitou, por essa época, o Rio de Janeiro. "Uma biblioteca que honraria, escreveu ele, qualquer cidade dos Estados Unidos". (HERBERT SMITH, Brazil: *The Amazons and the Coast*. 1879). A Biblioteca Imperial que recebera então um novo regulamento, por decreto de 4 de Março de 1876, "franqueada ao público de dia e à tarde, apresentava a sua sala sempre cheia de estudantes e pesquisadores". Em 1884 foi frequentada por 9 234 leitores. Em 1889, quando se proclamou a República, a Biblioteca Imperial que passou a denominar-se Biblioteca Nacional, já possuía 170 631 volumes, abrangendo êsse número 28 806 duplicatas e 1 746 exemplares da *Flora Brasiliensis* de SPILX und MARTIUS; 896 peças de música, mais de 30 mil estampas e 12 mil manuscritos". Entre as suas riquezas, constituídas de obras antigas ou célebres, em primeira edição, encontra-se uma das biblias latinas impressas em pergaminho por GUTENBERG, em 1462, na sua primeira prensa e das quais são conhecidos apenas 3 outros exemplares. A sua notável coleção de obras ascende hoje a mais de 500 mil volumes, além de mapas e manuscritos. Desde 1876, publicam-se os *Anais da Biblioteca Nacional*, de que já saíram 60 volumes, sendo o último, correspondente ao ano de 1938, editado em 1940 e que constituem uma das publicações oficiais mais importantes do país. Pela direção da Biblioteca Nacional que já se considerava, no século passado, a maior biblioteca da América do Sul, passaram homens ilustres como, entre outros, Frei ANTÔNIO DE ARRABIDA (1822-31), o Cônego JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA (1839-46), um dos fundadores do Instituto Histórico, J. DE A. ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO (1846-53), Frei CAMILO DE MONSERRATE, (1853-70), RAMIZ GALVÃO (1870-1882), Saldanha da Gama (1889), TEIXEIRA DE MELO, MANUEL CÍCERO, MARIO BEHRING e RODOLFO GARCIA. Os seus primeiros diretores bibliotecários foram Frei GREGÓRIO JOSÉ VIEGAS e C. P. JOAQUIM DAMASO. A Biblioteca Nacional, hoje sob a direção do grande historiador RODOLFO GARCIA, acha-se instalada há cerca de 30 anos na extremidade sul da avenida Rio Branco, em suntuoso edifício, já porém acanhado para depósito da quantidade enorme, e crescente, de impressos de toda a ordem, e inadequado à função cultural que a biblioteca é chamada a exercer, como um centro de pesquisas e de cultura literária e científica.

necessidade mesma de se orientar num sentido diferente o ensino nas escolas, que se desenvolviam segundo um ritmo de evolução particularmente lento e continuavam a preparar, não para a vida, em suas manifestações diversas, mas somente para as profissões liberais. Peado pelo Ato Adicional que lhe paralisava qualquer ação decisiva sobre as províncias; tolhido pelas lutas de partidos que se revezavam no poder, dando lugar a sucessivas mudanças de ministérios; dominado por problemas prementes, como a manutenção da ordem, o refreamento das reivindicações regionais, a Guerra do Paraguai e, afinal, a Campanha da Abolição que no último decênio empolgava todos os espíritos, o governo não podia realmente contar, para o trabalho construtivo, senão com os períodos de “tréguas” que lhe abriam as dificuldades da política interna e exterior do país. Em uma dessas pausas, que foi o governo de conciliação, do Marquês do PARANÁ, — o “ponto culminante” do Império, no dizer de EUCLIDES DA CUNHA, ou “o divisor das águas”, a que se referia JOAQUIM NABUCO, pôde desenvolver uma intensa atividade de revisão e de reconstrução do aparelhamento educacional. Esse esforço concretizou-se nas reformas de LUIZ PEDREIRA COUTO FERRAZ, Visconde de BOM RETIRO, o organizador, que, pelo decreto n.º 1 331-A, de 17 de Fevereiro de 1854, estabeleceu medidas concernentes ao ensino primário e secundário no Município da Côrte e deu nova estrutura ao Colégio Pedro II e ao ensino superior do Império. Mas nenhuma de suas disposições introduziu no sistema qualquer inovação de vulto nem fez inflectir de sua linha dominante, literária e acadêmica as formas de nossa educação. É pela ação francamente progressista do Visconde do RIO BRANCO (1871-76) que, sem romper a continuidade da cadeia de tradições, surge, com a Escola de Minas em Ouro Preto, um ponto culminante fora da linha axial de nosso desenvolvimento. Sob o impulso do Conselheiro JOÃO ALFREDO que propunha em 1874 a criação de escolas profissionais, bem como a fundação de bibliotecas populares, o ensino já parecia orientar-se no sentido de nossas necessidades econômicas e sociais, extraviando-se, em diversas iniciativas, de sua direção tradicional. O grande estadista, Visconde do RIO BRANCO, que, no conceito de EUCLIDES DA CUNHA, mais nos aproximou da civilização, engenheiro, professor da Escola Central de que foi diretor, reorganiza em 1874 essa escola que passou a denominar-se Politécnica, colocando-lhe à base dos três cursos de especialização, de engenharia civil, de minas e de artes e manufaturas, os cursos gerais de ciências físicas e matemáticas e de ciências físicas e naturais; e cria, afinal, em 1875 a Escola de Minas, instalada em Ouro Preto a 12 de Outubro de 1876 e cujas origens remontam aos cursos de metalurgia, criados por decreto da Regência em 1832, e que ficaram por instalar durante 45 anos... Quando se consideram esses longos retardamentos, essas legislações “provisórias” e essa mesquinhez na consignação de verbas para o desenvolvimento do ensino científico, puro ou aplicado, pode-se duvidar que os homens políticos do Império tivessem plenamente consciência do alto interesse das instituições destinadas a favorecer os trabalhos científicos e o ensino que se liga a essa espécie de atividades intelectuais. Se a Escola Politécnica, porém, foi realmente organizada, já com o objetivo de se fazer dela um grande centro não só de educação profissional superior mas também de difusão “dos mais elevados conhecimentos teóricos das ciências exatas”, onde se fez sentir mais fortemente a mão do reformador é na Escola de Minas que, entregue a um chefe de escola como HENRIQUE GORCEIX, não tardou a transformar-se num instituto notável de preparação de especialistas em mineralogia, geologia e minas. Com essa reforma, — a de mais alto interesse científico, entre todas as que se empreenderam no século XIX —, antes se alargou do que se rompeu o círculo de preparação profissional em que se enclausurou o ensino superior e em que o mantiveram as reformas liberais de LEÔNCIO DE CARVALHO, o inova-

dor de ensino mais audacioso e radical do período do Império. O liberalismo que sofreu um impulso vigoroso na Regência e uma queda, ainda no domínio educacional, com o decreto de COUTO FERRAZ (1854), teve uma violenta *reprise* com os decretos de 20 de Abril de 1878 e de 19 de Abril de 1879, com que se aboliu a obrigatoriedade do ensino religioso no Colégio Pedro II, permitindo-se aos acatólicos receberem o grau de bacharel sem o curso de instrução religiosa, e com os quais, sob a inspiração das práticas alemãs e anglo-saxônicas, se instituiu, num país, de liberdade até a licença, a liberdade de ensino (primário e secundário no Município da Corte) e de frequência dos alunos das faculdades oficiais.²⁹

Se tivermos, porém, o cuidado de examinar essas e outras reformas, desde as de COUTO FERRAZ, o organizador, até as de LEÔNCIO DE CARVALHO, o inovador, que mais se afastou dos moldes da Universidade de Coimbra, não nos será possível reconstituir, através delas, as diversas fases ou as variações de uma política definida de educação. O que elas acusam geralmente, no que tem de substancial, são as influências transitórias dos gabinetes ministeriais que, a não ser o do Visconde do RIO BRANCO, não fizeram mais do que conservar, aperfeiçoando-as, as instituições fundadas por D. JOÃO VI ou criadas no primeiro Império, como os cursos jurídicos, ou na Regência, como o Colégio Pedro II. Nenhum programa político sério, supondo uma análise tão completa e precisa quanto possível do meio sobre o qual se pretendia agir ou o conhecimento de suas leis de evolução. Nenhum projeto de reforma geral com unidade orgânica de concepção e de plano. Faltava solidez à própria base dessas iniciativas oficiais que, limitadas ao ensino superior do Império e ao ensino primário e secundário da Corte, eram como que empresas que se propusessem a levantar, sobre velhos alicerces de pouca profundidade, uma larga e pesada construção. Foi o Conselheiro RODOLFO DANTAS o primeiro que, no seu relatório de 1882, atingiu com audácia e largueza de vistas o âmago da questão, quando fazia sentir a necessidade de uma “cooperação dos poderes gerais (cooperação a que não se opunha, a seu juízo, o Ato Adicional) na obra múltipla e imensa do ensino para o qual é e será por muito tempo insuficiente o círculo dos recursos provinciais”. O projeto de reforma que apresentou ao Parlamento e não chegou a ser discutido, foi estudado por uma comissão especialmente nomeada a 12 de Setembro de 1882 pela Câmara de Deputados. Relator dessa comissão, RUI BARBOSA escreve o famoso parecer n.º 64, com que justifica o projeto de lei, “maravilha de ciência e de consciência”, na opinião de AFRÂNIO PEIXOTO, “magnífico e substancioso documento, que, no dizer de RAJA GABAGLIA, honraria a intelectualidade da mais erudita assembléia de qualquer país do mundo”. Mas, nesse parecer que, do ponto de vista da forma e da erudição, é realmente uma obra prima, como o do ano seguinte, relativo ao ensino primário, o que se justifica não é um plano de reforma ajustado à

²⁹ A parte relativa à reforma das faculdades de medicina, no decreto referendado por LEÔNCIO DE CARVALHO, é devida ao Visconde de SABÓIA, professor e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e médico da família imperial. O Visconde de SABÓIA cuja administração de 8 anos (1880-88) foi o período mais brilhante dessa Faculdade, havia sido encarregado em 1871 de estudar a organização das faculdades de medicina nos países mais adiantados da Europa. De volta de sua viagem, em 1872, apresentou um relatório sobre a organização do ensino médico na França, Itália, Áustria, Alemanha, Bélgica e Inglaterra. Outros professores foram também enviados à Europa para estudar o ensino de suas especialidades, do ponto de vista prático. Somente em 1878, porém, LEÔNCIO DE CARVALHO, Ministro do Império incumbiu o Visconde de SABÓIA de apresentar um plano de reformas, “baseado sobre o ensino livre que ele queria estabelecer”. Este projeto, escreve o Visconde de SABÓIA, “entregue é impresso dois meses depois, serviu de base ao decreto de 19 de Abril de 1879; alguns supunham que era o primeiro passo no caminho da decadência de nosso ensino superior: na minha opinião, foi o primeiro golpe dado na ignorância e na retórica de nossa educação científica. Fazendo esse decreto ressaltar ainda mais a insuficiência do ensino superior, o professor PERTENCE numa série de conferências feitas em 1880, propôs a criação de uma universidade como meio de reerguimento desse ensino, e com este objetivo o governo fez aquisição dos terrenos, organizou planos e começou os trabalhos”. (Barão de SABÓIA, *Facultés de Médecine*. Págs. 568-579. In “Le Brésil en 1889”, de Sant’Anna Neri, Paris, 1889). Mais uma vez, porém, ficava em projeto a idéia da universidade que devia surgir ainda em algumas propostas e, pela última vez, como sempre sem repercussão, na Fala do Trono, que foi a despedida da monarquia.

realidade nacional, mas um plano ideal e teórico, em que se coordenam, por uma espécie de ecletismo, elementos e instituições discordantes, inspirados nos meios sociais mais diversos, como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. Com a sua notável erudição pôde RUI BARBOSA reunir nesse trabalho parlamentar, — um volume de 378 páginas in 4.^o —, a mais completa documentação relativa às instituições de ensino em alguns dos países mais adiantados da época, e apresentada com aquela elegância e pureza de linguagem que eram peculiares ao grande orador e constituíam um de seus maiores atrativos. Impelido, sem dúvida, por um idealismo ardente e generoso, que não lhe permite tomar pé na realidade, e deixando-se dominar pela sua erudição e eloquência que o afastam do espírito crítico, erguendo, acima do valor ideológico, o valor literário e informativo de seu parecer, prefere o eminente relator as largas esquematizações teóricas à observação objetiva dos fatos e à reflexão sobre êles. Êle propõe todo um plano sob a forma de reorganização, depois de traçar um rápido esboço da história do ensino no Império e levantar quadros estatísticos das províncias, mas sem proceder a um inventário do estado material, social, econômico e moral do país, e sem estabelecer antes a finalidade pedagógica, social e política, a que devia orientar-se tôda a estrutura do sistema e para a qual deviam convergir, coordenadas e subordinadas a uma unidade fundamental de princípios, as suas instituições escolares de vária natureza e de todos os níveis. Mas é preciso reconhecer que na elaboração do seu parecer, em que abriu novas perspectivas à educação no Brasil, alargando o seu horizonte mental em outras direções, o vigoroso batalhador das campanhas liberais, se podia e devia procurar no meio social brasileiro as bases e as sugestões para a sua construção, não podia encontrar nele um pensamento pedagógico nitidamente formulado, em que se firmasse, nem uma corrente de idéias em que se deixasse arrebatar. “Em todo o período do Império ou seja em 67 anos, informa-nos LOURENÇO FILHO, apoiado em dados oficiais, só se computaram 193 trabalhos”. . . e “até 1882, decorridos mais de 70 anos depois da primeira publicação (1812), a bibliografia pedagógica se resumia quase que em relações oficiais, de escasso valor doutrinário, e às vezes mesmo informativo, ou discursos de propaganda”. Ainda no período de 1862 a 1886, em que figura o maior número de obras (147) publicadas em 25 anos, no Império, e quase quatro vezes superior ao de livros sobre educação editados nos cinquenta anos anteriores, e em que apareceram os primeiros trabalhos sobre criação de universidades (1873), a idéia de um plano nacional de educação (1874), e o ensino profissional (1876), não se desenha com nitidez nenhuma corrente de pensamento pedagógico. São tôdas, obras mais ou menos eruditas, geralmente livrescas, sem vistas gerais e sem espírito crítico e construtivo. Para estudar um assunto, bastava insinuar-se entre os livros, manuseá-los e confrontá-los, opô-los às vezes uns aos outros, recolher dados e indicar soluções ideais e, depois de um passeio mais ou menos longo pelos países europeus, saturar a obra de erudição e pulverizá-la de reflexões pessoais.³⁰¹ O parecer de RUI é, dêste método, uma aplicação luminosa que reflete, com a mentalidade da época, a força poderosa dos seus ideais e do seu talento. O contraste entre a altura do ideal e a realidade que o rejeitava ou em que se ia inserir, de-

³⁰¹ Ao contrário da imprensa, de caráter geral e político, que teve um papel tão importante no domínio da literatura, a imprensa didática que surgiu a partir de 1875, não chegou a estimular a eclosão de uma literatura pedagógica. Ela veio no último quartel do século e nunca teve bastante importância nem público suficiente para suscitar e canalizar as correntes de pensamento no domínio da educação. A primeira publicação periódica, devida à iniciativa de ALAMBARI LUIZ, “fundador, no Brasil, da imprensa didática”, é a revista *A Instrução Pública*, em que colaboraram entre outros o Barão de MACAÚBAS, FELISBERTO DE CARVALHO e o Conselheiro J. LIBERATO BARROSO. Das outras publicações, como *O Ensino* e a *Revista da Liga do Ensino*, ambas editadas no Rio de Janeiro, tôdas efêmeras, a que teve maior repercussão foi esta última, em que figuravam trabalhos de RODOLFO DANTAS e RUI BARBOSA. Nenhuma delas, porém, representava determinada tendência pedagógica nem trabalhava por desprender da massa de idéias, antigas ou novas, as diversas correntes, ainda indefinidas de opinião.

formando-se, foi aliás, com o seu temperamento combativo, a causa principal da atitude um pouco irônica, quase sempre sarcástica que mascarava a sua amargura diante da resistência do meio aos planos de um espírito animado de uma fé robusta na vida e nos valores espirituais que a transcendem e a cujo calor se forjaram as armas para as suas melhores campanhas.

Assim, ao findar-se a monarquia, as aspirações vagas e difusas em matéria educacional concentraram-se, tomando corpo no projeto RODOLFO DANTAS e no parecer com que, em 1882, RUI BARBOSA o justificou, transformando-o quase em outro projeto, e na "Fala do Trono" na sessão solene de abertura, em 3 de Maio de 1889, da última sessão do Parlamento do segundo Império. Nessa derradeira "Fala" solicitava o Imperador a criação de um Ministério destinado aos negócios da instrução pública, a fundação de escolas técnicas "adaptadas às condições e conveniências locais", a instituição de duas universidades (uma ao sul, outra ao norte do país), bem como de faculdades de ciências e letras, em algumas províncias, e vinculadas ao sistema universitário. Todo esse sistema proposto pelo Imperador e que teria por cúpula as duas universidades, "centros de alta organização científica e literária, de onde partisse o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino", segundo a palavra oficial, se assentaria "livre e firmemente na instrução primária e secundária", difundida largamente pelo território nacional. Mas o fruto, em que se transformara a floração legislativa de indicações e projetos, não estava bastante maduro para que a mão irresoluta do Imperador o desprendesse com facilidade... Devia levar ainda quase meio século para amadurecer, e não tanto que se pudesse destacar depois de 1930, sem a violência de uma Revolução. As aspirações largas e ambiciosas, daquele projeto de 1882 e da última "Fala do Trono" em 1889, não tinham para apoiá-las nem uma mentalidade nova nem uma realidade social, maleável e plástica, nem um surto econômico que favorecesse profundas transformações no sistema educativo. A cultura já era "uma cultura brasileira" apesar de todos os empréstimos feitos à cultura do Ocidente, mas a mentalidade permanecia a mesma, literária e retórica, tão atraída para a erudição livresca quanto divorciada do espírito crítico e experimental: ainda preferíamos, com a gramática e o latim (e por muito tempo havíamos de preferir), os *purées* de batatas, dos convalescentes e dos velhos, ao regime de carne crua dos povos jovens e fortes. Se o sistema de ensino, montado para preparar o homem a uma tarefa única, erigia acima de um ideal de homem completo, o do "profissional", ou de um grupo de ideais especiais, — os das profissões liberais, a predominância, na vida intelectual do país, da atividade literária, jornalística e política, oferecia uma válvula de escape ou um derivativo a esse tipo de especialização. O brasileiro reagia, porém, contra a profissionalização do ensino e da cultura, ou caindo, por falta de base filosófica e científica, nas generalidades brilhantes, ou entregando-se a essa erudição fácil, a que se referia DE FOE, "de revendedores de grego e de latim", ou evadindo-se para a literatura de ficção. Do ponto de vista da quantidade, não era superior ao seu valor qualitativo, a herança cultural e pedagógica do Império. Para uma população de quase 14 milhões, a matrícula geral nas escolas primárias era pouco mais de 250 mil alunos, não chegando a 300 mil ou a menos da sétima parte da população em idade escolar o número de estudantes matriculados em todas as escolas dos diversos tipos e graus, existentes no país. Certamente esse quadro geral de instrução no Império não era suficiente, nem pela extensão, nem pela variedade, nem pelo nível do ensino, para determinar a agitação intelectual que se produziu, nesse período, ou a pléiade de homens que nele surgiram, como para citar apenas alguns, um TÔRRES HOMEM, médico, um ANDRÉ REBOUÇAS, engenheiro, um TEIXEIRA DE FREITAS, jurista; um GONÇALVES DIAS, na poesia, um JOSÉ DE ALENCAR, no

romance ou um RUI BARBOSA, na eloquência; um matemático do valor de GOMES DE SOUSA ou um botânico da capacidade de FREIRE ALEMÃO. Mas, no conjunto da vida social, múltipla e complexa, a educação cristalizada em instituições, não é senão um dos numerosos fatores que influem sobre a formação do indivíduo e o desenvolvimento das sociedades. Nesse processo contínuo que vai do berço ao túmulo, e se identifica com a própria vida, a escola, — uma das agências sociais de educação, coopera não só com a família e a igreja, mas com as sociedades culturais, as conferências públicas e as bibliotecas,³¹ para formar o indivíduo, sujeito às mais diversas influências, ainda episódicas, como a leitura de um grande livro, um contacto pessoal fecundo ou uma viagem de estudos, suscetíveis de acelerar o ritmo ou desviar a direção de seu desenvolvimento intelectual. Aliás, se a escola que não pode ser superior à sociedade que a organiza, tende a deixar mais profundamente a marca de sua influência nas individualidades médias, à sua ação moderadora reagem as naturezas ricas, superiormente dotadas, elevando-se acima do meio pedagógico e social em que se formaram e às vezes opondo-se francamente aos seus ideais e às suas tendências. É preciso levar ainda em conta o poder de auto-aprendizagem das individualidades excepcionais: a cultura eleva-se, como um geyser, para os que a perfuram através da rocha da inércia, quando estimulados pelo poder criador e indagador de uma natureza de grandes recursos. O próprio impulso que tiveram as ciências físicas e médicas, na Europa, nos séculos XVI e XVII, se excetuarmos a Itália, elas não o receberam das universidades, "pouco apressadas, escreve STEPHEN D'IRSAY, em se apoderarem do ensino científico, por não lhes perceberem a utilidade imediata, — a das humanidades era mais evidente —, e não lhes apanharem a importância."³² Esses fatos e essas reflexões nos ajudam a compreender como um país pôde, durante o século XIX, entreter a sua civilização e fazer prosperar a sua cultura, sem possuir o que nos grandes países do mundo, naquela época, era o próprio instrumento dos progressos literários, filosóficos e científicos: as universidades.

³¹ As bibliotecas e centros de leituras, as atividades do comércio das livrarias e as conferências públicas, que constituem um estimulante à atividade intelectual, contribuíram, em larga medida, à eclosão e difusão de idéias e à orientação dos espíritos. Os brasileiros cultos que em geral se conservavam mais receptivos do que criadores, tinham o gosto e a paixão dos livros. Não eram raras as bibliotecas particulares, e algumas excelentes, no Rio de Janeiro e em várias capitais de Províncias, como São Paulo, Ouro Preto, Baía, Fortaleza, Recife e São Luiz do Maranhão. O Imperador que foi um dos mais suntuosos bibliófilos do seu tempo, possuía no Palácio de São Cristóvão, para satisfação de seus gostos literários e científicos, magnífica biblioteca particular, avaliada em 150 mil volumes, e capaz de rivalizar, a certos aspectos, com a melhor biblioteca pública da capital do Império. No Rio de Janeiro, — o principal centro da vida intelectual do país, com suas escolas, seus jornais, suas livrarias e oficinas tipográficas, encontravam-se cerca de 13 bibliotecas, algumas de primeira ordem, franqueadas ao público, além da Biblioteca Imperial com perto de 171 mil volumes e um precioso espólio de raridades bibliográficas, mapas e manuscritos. Eram elas a biblioteca do Museu Imperial, a do Instituto Histórico e Geográfico, a da Faculdade de Medicina que em 1882 já apresentava um acervo de 32 575 volumes; a Biblioteca Municipal, — uma das mais frequentadas —, fundada em 1874 pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por proposta do Conselheiro JOÃO ALFREDO, e inaugurada no mesmo ano com 12 mil volumes; a do Convento dos Beneditinos; a do Retiro Literário Português, — associação literária criada em 1859 e que contava com cerca de 7 mil volumes; a do Gabinete Português de Leitura, fundado em 1837, e já em 1884 com uma esplêndida coleção de 60 mil volumes, instalada desde 1887, em prédio próprio à rua Luiz de Camões; e a da Sociedade Promotora do Ensino fundada pelo Conselheiro MANUEL FRANCISCO CORREIA, que em 1874 tomou a iniciativa da instituição de escolas, de uma biblioteca que chegou a acumular 6 mil volumes, e de uma série (1874-86) de conferências públicas. Se se acrescentarem as bibliotecas especializadas, como a da Academia de Belas Artes, do Conservatório de Música, a da Escola Politécnica, e a da Escola Militar e a da Marinha, teremos um total de 14 bibliotecas, com mais de 500 mil volumes que faziam do Rio de Janeiro o maior centro bibliográfico do país. O movimento de leitores quotidianos crescia constantemente: a Biblioteca Imperial em 1887 foi visitada por 15 mil leitores e a da Marinha, franqueada ao público em 1881, já podia registrar em 1887 uma frequência de 3 624 leitores. Mas esse movimento altamente sintomático, ainda que de maior vulto no Rio de Janeiro, estendia-se por diversas províncias. Além das bibliotecas das ordens monásticas, contava o Brasil com a da Faculdade de Direito, no Recife; a da Faculdade de Medicina, da Baía; a da Escola de Minas, em Ouro Preto, que tinha ainda uma biblioteca pública de 2 871 volumes, e com a da Faculdade de Direito de São Paulo, cujo primeiro catálogo apareceu em 1884. Algumas cidades do interior como Campinas, Itú, Lorena e Bragança, em São Paulo, e Campanha da Princesa, e São João d'El Rei, em Minas Gerais, já se orgulhavam de possuir suas bibliotecas públicas: a de Campanha, com 2 664, e a de São João d'El Rei, com 2 444 volumes, as mais velhas da Província de Minas Gerais, depois da de Ouro Preto, antiga Vila Rica.

³² STEPHEN D'IRSAY, *Histoire des Universités françaises et étrangères*. Tome II. Du XVI^eme siècle à 1860. Paris. Editions Auguste Picard, 1935.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO (João Pedro de) — *Breve notícia sobre o Externato Aquino (1864-1903)*. Tipografia da "Gazeta de Notícias", rua 7 de Setembro, 70, 1903.
- BARBOSA (Rui) — *Parecer sobre a reforma do ensino secundário e superior*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1882; *Parecer sobre a reforma do ensino primário*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1882.
- CALMON (Pedro) — *História social do Brasil*. 2.º tomo. Espírito da Sociedade Imperial. Cap. XXI, págs. 310-327. Série Brasileira, vol. 83, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- ESCRAGNOLLE DÓRIA — *Memória histórica do Colégio Pedro II (2 de Dezembro de 1837 — 2 de Dezembro de 1937)*. Publicação oficial sob os auspícios do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1937.
- FREYRE (Gilberto) — *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural no Brasil. Série Brasileira, vol. 64, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- GIOMINI (José), S. J. — *O XXV aniversário do Colégio Anchieta*. Nova Friburgo, 1911.
- JÚLIO MARIA (Pe.) — *A religião. Ordens religiosas*. Cap. II. Durante o Império. Págs. 63-107. In "Livro do Centenário", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- LIBERATO BARROSO (José) — *A instrução pública no Brasil*. B. L. Garnier Editor, rua do Ouvidor, 69, Rio de Janeiro, 1867.
- MOACIR (Primitivo) — *A instrução e o Império* (Subsídios para a história da educação no Brasil). 3 vols. (1936-1938); *A instrução e as Províncias*. 3 vols. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939-1940.
- OLIVEIRA SANTOS (M. P. de) — *Instrução pública*. In "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil". I. 381. Cap. XV.
- PEIXOTO (Afrânio) — *Noções de história da educação*. XVII-XVIII-XIX. Brasil, págs. 211-249. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- PIRES DE ALMEIDA (J. R.) — *L'instruction publique au Brésil* (depuis l'Indépendance jusqu'à nos jours). Histoire, Legislation. Imp. G. Leuzinger e Filho, Rio de Janeiro, 1889.
- RAJA GABAGLIA (E. de Barros) — *O Colégio Pedro II*. Emp. Foto-Mecânica do Brasil, rua da Quitanda, 165. Rio de Janeiro (sem data).
- SANT'ANNA NERY, Barão de SABÓIA, L. CRULS e Barão de TEFÉ — *Instruction Publique*. In "Le Brésil en 1889". Rédigé par un groupe d'écrivains brésiliens sous la direction de M. F. — J. de Sant'Anna Nery. Cap. XIX, págs. 563-590, Paris.
- SOUSA BRASIL (Tomaz Pompeu de) — *O ensino superior no Brasil e Relatório da Faculdade de Direito do Ceará nos anos de 1911 e 1912*. Tip. Minerva, de Assis Bezerra. Ceará, Fortaleza, 1913.
- TEIXEIRA BRANDÃO — *A educação nacional no regime republicano*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1907.
- VERÍSSIMO DE MATOS (José) — *A educação nacional*. Belém, 1896; 2.ª edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1906; *A instrução e a imprensa (1500-1900)*. *A instrução pública*. II. O Império (1822-1889). In "Livro do Centenário". IV. Págs. 5-30, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- VIANA (Hélio) — *Formação brasileira*. Cap. XXV. Síntese de uma história da educação no Brasil. b) Período monárquico. Pág. 230, Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1935.

CAPÍTULO III

A descentralização e a dualidade de sistemas

Estrutura social e econômica em transformação — O primeiro surto industrial e a abolição da escravidão — Mudança de regime político — A República e o triunfo do princípio federativo — A Escola Militar e a influência das idéias positivistas — A reforma de BENJAMIM CONSTANT — A separação da Igreja e do Estado — A concorrência das escolas protestantes e a penetração das teorias pedagógicas americanas — A descentralização e a dualidade de sistemas — O sistema federal, constituído do ensino secundário e superior — O Instituto de Manguinhos, centro de pesquisas científicas — As sucessivas reformas do ensino secundário — A expansão paralela e irregular dos sistemas estaduais — O desenvolvimento do ensino primário e normal nos Estados — O impulso que tomou a instrução em São Paulo, novo centro da vida econômica do país — Novas escolas superiores, para as carreiras liberais — Iniciativas isoladas no ensino técnico e profissional — Uma análise da estrutura do sistema educativo em formação — Dualidade no sentido vertical — Sistema de educação popular e de formação de elites — Burocratização e estratificação do sistema escolar — A reação contra a escola tradicional e o movimento reformador — Novas tendências do pensamento pedagógico — Por uma política nacional de educação.

EM NENHUMA época do século XIX, depois da Independência, se prepararam e se produziram acontecimentos tão importantes para a vida nacional como no último quartel desse século em que se verificou o primeiro surto industrial, se estabeleceu uma política imigratória, se aboliu o regime da escravidão, se iniciou a organização do trabalho livre e se inaugurou, com a queda do Império, a experiência de um novo regime político. É, de fato, em 1885 que se esboça o primeiro surto industrial, situando-se no decênio de 1885-95 o período em que as indústrias do país atraem a maior soma de capitais em todo o século XIX: dos capitais invertidos nas indústrias nacionais até 1920, segundo se conclue do recenseamento realizado esse ano, 23% foram aplicados naquele decênio, quando anteriormente a 1885 não haviam sido empregados senão 10% e, posteriormente, de 1895 a 1905, não atingia a 11 a porcentagem, para subir novamente a 31, entre 1905 e 1914, e a 25, entre 1914 e 1920, de que data a época mais importante na evolução industrial do país. Esse primeiro surto industrial, de 1885, seguido logo de um período de declínio, se não foi bastante para determinar uma vigorosa transformação de estrutura econômica e introduzir um ritmo novo de vida, já indicava que a população, aumentando, se urbanizava, e tendia a alargar-se a clientela para os produtos manufaturados, nacionais ou estrangeiros. O país, jovem, ligado à tradição e à rotina do trabalho agrícola, afirmava pela primeira

vez, nos grandes centros, a sua vontade de industrializar-se. A campanha que condenava a escravidão, impelia, por seu lado, a organizar o trabalho livre, favorecendo as correntes imigratórias e aplicando somas consideráveis à imigração. Em 1876 a política imigratória toma um grande impulso, com as entradas de 30 567 imigrantes, dos quais apenas 1 303 para São Paulo; em 1881 instala essa província os serviços de imigração, subvencionando a entrada de imigrantes; em 1888, em que se extinguiu o trabalho escravo, dão entrada no país 133 253 imigrantes, dos quais 91 826 para a província de São Paulo, desenvolvendo-se, no decênio de 1888-98, o surto tomado pela imigração europeia nas províncias meridionais.

Mas, como a imigração atrai a imigração, ao lado da imigração de trabalhadores agrícolas, subsidiada pelo governo central e pelo da província de São Paulo, intensifica-se a vinda espontânea de imigrantes de diferentes camadas sociais e especializados nas mais diversas ocupações. Certamente, ao ser abolida a escravatura, em que se baseou durante três séculos, encontrou-se a sociedade brasileira, como observa MAX LECLERC, "sem alicerces, atacada pelos males que acarreta a sujeição do homem ao homem, e procurando uma nova forma e uma nova base"; e, trocando um regime bárbaro pelo desconhecido, sem uma preparação seriamente conduzida, não conseguiu restabelecer-se da perturbação crônica da economia nacional, agravada pelas dificuldades decorrentes da abolição e da substituição do trabalho escravo pela atividade do homem livre.¹ No entanto, o início do surto industrial em 1885; o vigoroso impulso civilizador devido à imigração; a supressão do regime de escravatura que, ainda quando realizada de repente, como nos Estados Unidos, coincide com um grande aumento de produção, e a nova economia do trabalho livre contribuem para as transformações de estrutura econômica e social, que não podiam ficar sem efeitos sobre os hábitos e a mentalidade, sobretudo das populações urbanas. A sucessão rápida desses fatos, de que já fazemos uma idéia diferente à luz a que os novos historiadores os viram; as suas ações e reações recíprocas e a intensidade de suas repercussões sobre os centros vitais do país, deviam impor ao novo regime político um enorme esforço de adaptação para encontrar o equilíbrio que instintivamente teria que procurar, em face de uma série de situações subitamente criadas e mal compreendidas, em toda a extensão de suas consequências.

Entre os fatos, porém, que mais influenciaram a atmosfera em que ocorreu o advento da República, aponta com razão AZEVEDO AMARAL, como um dos mais importantes, "a ascendência que as idéias federalistas haviam conquistado sobre o espírito da camada dirigente do país". Os outros dois elementos que se vinculam a esse ponto capital, eram, a seu juízo, a desorganização da economia agrícola em muitas regiões do país, "como efeito da abolição realizada em um ambiente demagógico e sem que o poder público tivesse tomado as medidas imprescindíveis para a substituição normal do escravo pelo trabalhador livre", e a questão militar que, "trazendo o exército contra a sua vontade para a arena política, conferia automaticamente às classes armadas uma função decisiva na plasmagem da nova ordem nacional".² O triunfo do princípio federativo, com a mudança do regime político, não só consagrou mas ampliou o regime de descentralização estabelecido pelo Ato Adicional de 1834 e, jogando a educação fundamental (primária e secundária) do plano nacional para os planos

¹ MAX LECLERC — *Lettres du Brésil*. Cap. XI. L'esprit public. L'état social, les mœurs et les institutions, págs. 203-236, Librairie Plon, Paris, 1890.

² AZEVEDO AMARAL — *Evolução da política republicana*. In "Cultura Política", ano I, n.º 3. Maio de 1941, Rio de Janeiro, págs. 154-172.

locais, subtraiu à esfera do governo federal a organização das bases em que se devia assentar o sistema nacional de educação. Sob esse aspecto, a República foi mais longe, cedendo às aspirações federalistas, quase reduzidas, no antigo regime, "à órbita propriamente política da vida regional", e dilatadas, no período republicano, aos domínios da administração, fortemente centralizada pela política unitária do Império. As províncias que então desfrutavam privilégios de natureza política, observa AZEVEDO AMARAL, "tinham a sua administração interna colocada na esfera do governo que do centro regulava o ritmo das mais íntimas atividades administrativas e econômicas de cada província". A idéia em marcha, da unidade de direção do ensino³ ou, ao menos, da interferência do governo central na educação primária e secundária, foi paralisada, no seu desenvolvimento, pela vitória obtida, com a mudança do regime, pelas reivindicações autonomistas, de que São Paulo se tornara, por força de sua expansão econômica, um dos principais focos de irradiação.

Do ponto de partida, — a Convenção de Itú e o Manifesto de Campinas, publicado em 3 de Dezembro de 1870 —, ao triunfo definitivo, em 1889, a marcha evolutiva da idéia republicana, a que vieram imprimir novo impulso a questão religiosa, a abolição do elemento servil e a questão militar, se desenvolveu no mesmo ritmo em que avançavam as aspirações federalistas, no sentido de uma ampliação de autonomia política e administrativa das províncias. Sob o influxo dessas idéias vitoriosas, a Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 institue a forma federativa e retoma a tradição do Império que vinha do Ato Adicional de 1834, transferindo a instrução primária aos Estados, aos quais ficou assegurada a organização do ensino em geral e reservando-se, mas não privativamente, a atribuição de criar instituições do ensino secundário e superior nos Estados e prover à instrução no Distrito Federal, antigo Município Neutro.⁴ A instrução secundária e superior na capital do país foi posta

³ A idéia de unidade de direção ou de orientação do ensino já vinha sendo propugnada no Império, na segunda metade do século XIX, por algumas das mais eminentes figuras políticas que abordaram os problemas de educação. Em 1849, GONÇALVES DIAS, poeta e etnólogo, concluiu das observações feitas em sua viagem de inspeção às províncias do Norte, do Pará à Bahia, pela necessidade de "criação de um centro de unidade de ação e uniformização do ensino em todo o Império". Essa questão foi retomada e desenvolvida com lucidez e às vezes mesmo com veemência pelo Conselheiro LIBERATO BARROSO em 1867, por JOÃO ALFREDO, em 1874, e, em 1882 pelo Conselheiro RODOLFO DANTAS, Ministro do Império. TAVARES BASTOS, que reclamava pela completa autonomia dos poderes locais, abria uma exceção quanto ao ensino, declarando aceitar "para certos fins o concurso do próprio governo geral, ao menos em favor das menores províncias e durante o período dos primeiros ensaios". Não é menos preciso JOÃO ALFREDO que nos aponta, em apoio da doutrina intervencionista contra as tendências amplamente descentralizadoras, o exemplo da Inglaterra cuja política, sob esse aspecto, já não consistia em "estretar a esfera do Estado, em municipalizar, em individualizar a instrução pública, mas ao contrário em fortificar a autoridade central, harmonizando, por uma administração unificada e eficaz, a direção do ensino". No relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2.ª sessão da 18.ª legislatura (1882), o Conselheiro RODOLFO DANTAS volta a ferir a questão, mostrando, de um lado, que "não é lícito ao governo cruzar os braços ante o retardamento e distribuição defeituosa da instrução popular nas províncias", e, de outro, que ao Estado "não lhe embargam o passo nessa direção as franquias descentralizadoras do Ato Adicional" (págs. 9-10). Faz-se o ministro do Império o arauto e o propugnador "de uma interferência ativa do Estado nos negócios do ensino popular, não contrariando as prerrogativas benéficas da administração local, mas estimulando-a pela força do exemplo e pelas vantagens de uma colaboração positiva. "E da mesma opinião RUI BARBOSA quando, apoiado nos exemplos dos Estados Unidos e da Argentina, duas repúblicas federais, reclama a intervenção nacional, ao justificar, em famoso parecer, o projeto apresentado à Câmara dos Deputados em 1883, como relator da Comissão de Instrução Pública. Essa corrente favorável a uma "política nacional de educação", que seria obtida por uma intervenção direta ou por uma colaboração do governo geral, quebrou-se ou se amorteceu, porém, de encontro às idéias federalistas vitoriosas que acabaram por impor a descentralização completa que o sistema federativo representa, desarticulando o ensino na combinação artificial e complicada das atribuições constitucionais a respeito da instrução nacional. (V. PIRES DE ALMEIDA, *L'instruction publique au Brésil*. Rio de Janeiro, 1889, pág. 533; TEIXEIRA BRANDÃO, *A educação nacional no regime republicano*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1907, págs. 94-103).

⁴ A Constituição republicana de 24 de Fevereiro de 1891 assegurava à União competência privativa para legislar sobre o ensino superior da capital da República (art. 35, n.º 30) e lhe dava, não privativamente, atribuição de criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover à instrução no Distrito Federal (art. 35, ns. 3 e 4). Estabelecia ainda a laicidade do ensino administrado nos estabelecimentos públicos (art. 72, n.º 6) e garantia, no parágrafo 24 do art. 72, "o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial". Por essas poucas disposições, esparsas na Constituição de 91, ficaram repartidas da seguinte forma as atribuições do governo da União e dos governos estaduais: a) à União competia privativamente legislar sobre o ensino superior na capital da República, cabendo-lhe, mas não privativamente, criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover à instrução no Distrito Federal; b) aos Estados se permitia organizar os seus sistemas escolares completos; c) no Distrito

diretamente sob a jurisdição do governo central que transferiu (lei de 20 de Novembro de 1892) à órbita dos poderes municipais do Distrito o ensino primário e profissional que estava, quanto ao Município Neutro, a cargo da União, no Império. Em vez de arredar os obstáculos à organização de um sistema geral, a República não fez mais do que agravá-los, repartindo entre a União e os Estados as atribuições na esfera da educação e renunciando explicitamente ao dever que lhe indicavam as instituições democráticas de dar impulso e traçar diretrizes à política de educação nacional. Com a descentralização imposta pela vitória das idéias federalistas; com a desorganização econômica resultante da abolição do elemento servil, e com as lutas que se seguiram para a consolidação do novo regime, transferiram ao primeiro plano as questões essenciais de ordem política e financeira, a educação e a cultura, que só se expandiram nas mais importantes regiões econômicas do país, como São Paulo, puderam seguir, sem transformações profundas, as linhas de seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império. "Os mais altos elementos históricos (do desenvolvimento cultural) não residem, escreve LAMPRECHT, na constituição política, na estrutura social ou na vida econômica, mas na atividade da moral, da religião, da arte e da ciência. Ainda que tivesse razão de ser o materialismo histórico, seria preciso classificar as idades da cultura, não segundo sua raiz, mas segundo sua flor".⁵

Se tivéssemos de classificar a cultura do Brasil dessa época, não pela raiz, mas pela flor, não pelas transformações econômicas e políticas que então se operaram, mas pela classe dirigente que fizera a República e vinha do Império, não se poderia separar em duas, correspondentes aos dois regimes, as fases de evolução da cultura. No período republicano, ao menos até a guerra européia de 1914-18, projetou-se, de fato, com seus caracteres, o tipo de mentalidade e de cultura que se plasmou na fase colonial e em todo o Império. O mesmo espírito literário e livresco; a mesma falta de audácia construtiva e a mesma preocupação excessiva de fórmulas jurídicas, o de formalismo e de "juridicismo", nas expressões de JOSÉ MARIA BELO. É esse espírito que se reflete na Constituição liberal de 1891 e vai dominar toda a legislação escolar, com exceção da primeira reforma de BENJAMIM CONSTANT, fortemente influenciada por algumas idéias positivistas. Ao lado da mentalidade humanística, retórica e jurídica, da grande maioria da elite dirigente, educada no antigo regime, erguia-se, com suas tendências científicas e seu corpo de doutrinas, a mentalidade positivista, quase sectária, que se introduzira no Brasil, nos meados do século XIX e que, através das disciplinas matemáticas, havia conquistado as simpatias das gerações mais novas dos militares. Essas duas mentalidades, tão diversas e frequentemente em conflito, encarnavam-se, como em duas entidades supremas, em RUI BARBOSA, a figura principal do 1.º Ministério republicano,

Federal, pertencia o ensino superior à alçada do governo do país, a que se facultava, mas não se impunha, prover à instrução nos graus primário e médio. Onde se seguia a possibilidade de organização, simultânea e paralela, de três tipos de sistemas escolares: a) o sistema escolar federal, constituído, no território do país, do ensino secundário e superior, e necessariamente incompleto; b) sistemas escolares estaduais completos; c) e dois tipos de organizações escolares públicas no Distrito Federal, uma, dos poderes municipais, sem o ensino superior, e outra, da União, que tinha o direito exclusivo de legislar sobre o ensino superior e a faculdade de organizar, no Distrito Federal, a instrução em todos os graus. Mas, como a instrução primária, profissional e artística foi transferida para a Câmara Municipal pela lei de 20 de Novembro de 1872, o sistema escolar, no Distrito Federal, se fracionou em duas partes, a do ensino primário e profissional que passou a pertencer à alçada municipal, e a do ensino secundário e superior, a cargo da União. E, como se vê, a anarquia que se estabeleceu no ensino do país, com essas descentralizações que, além de reduzirem as possibilidades de um sistema de educação nacional, deixavam à mercê das políticas e orçamentos locais a educação primária que reside à base de toda organização democrática do ensino. A Constituição de 24 de Fevereiro, como justamente observa TEIXEIRA BRANDÃO, "atribuindo aos Estados a instrução primária e à União e aos Estados conjuntamente o ensino secundário e superior, quebrou a unidade do ensino público e anarquizou-o, por subordiná-lo a interferências diversas e contingências, dependentes até da situação econômica das diversas circunscrições da República". (*A Educação nacional no regime republicano*, Rio de Janeiro, 1907).

⁵ CARLOS LAMPRECHT, *Moderne Geschichtswissenschaft* (A ciência histórica moderna), 1905.

e em BENJAMIM CONSTANT, um dos primeiros adeptos da filosofia positivista no Brasil, e proclamado, devido aos seus serviços, pela Assembléia Constituinte, o fundador da República. A influência do positivismo, do mais ortodoxo como o de LAFITTE, representado por MIGUEL LEMOS e TEIXEIRA MENDES, ou do mais herético, qual o de LITTRÉ, que penetrara pela filosofia matemática nas novas gerações de oficiais, ultrapassara a órbita dos debates de idéias nas academias civis e militares, para colhê-lo, no seu raio de atração, as esferas políticas, na fase inicial do período republicano.⁶ Se a República federativa no Brasil não lhe deveu a existência, como observa RUI BARBOSA; se ela "decorre da constituição de HAMILTON e não do catecismo de COMTE", ela não foi somente "a *anima vilis* do empirismo comtista", mas, com todas as complicações e com a impopularidade que lhe deveu, teve, na ideologia definida e na moral severa dos positivistas como nas suas tendências às formas de disciplina até a opressão, um dos fatores que mais eficazmente contribuíram para quebrar o ímpeto das forças demagógicas e assegurar a estabilidade das novas instituições.⁷

O que deu ao núcleo comtista "um poderio desmedido naquele momento histórico", não foi apenas a posição singular em que se encontrava a corrente positivista, "pela ausência de forças intelectuais que a contrabalançassem", como escreve AZEVEDO AMARAL, mas ainda o prestígio e a autoridade a que ascenderam o Exército e, nas classe armadas, a geração mais jovem de oficiais. Os sacrifícios e as glórias da Guerra do Paraguai, "a desarticulação dos estudos militares da Escola Central para uma academia especializada", e

⁶ O positivismo, depois da morte de A. COMTE em 1857, dividiu-se, como se sabe, em duas doutrinas que se tinham por igualmente ortodoxas, a de PIERRE LAFITTE, que aceita as teorias sobre a organização política e religiosa da sociedade e se transformou numa seita com seu culto (sacramentos, festas e peregrinações) e a de E. LITTRÉ que, rejeitando as teorias de COMTE, sobre a organização política e religiosa da sociedade, conservou alguns princípios fundamentais, como absolutamente fixos e invariáveis. Entre esses princípios figuram a supressão de toda pesquisa que ultrapassa os fenômenos, a lei dos três estados, a divisão das ciências em concretas e abstratas, e a classificação hierárquica das ciências abstratas, segundo sua ordem de complexidade crescente e de generalidade decrescente. Essas duas correntes em se dividiram a família de AUGUSTO COMTE, depois da morte de seu fundador, estavam então representadas no Brasil, pelos dois grupos, o da Escola Militar, em que predominava a corrente de E. LITTRÉ, e o dos civis, em que a escola ortodoxa recrutava maior número de adeptos. O núcleo de elite positivista formado na Escola Militar, sob a influência de BENJAMIM CONSTANT, cujo primeiro contacto com a filosofia de COMTE, estabelecido através das disciplinas matemáticas, parece remontar a 1857, filiava-se quase inteiramente à escola de E. LITTRÉ, enquanto se mantinha fiel à corrente de PIERRE LAFITTE, o grupo chefiado por MIGUEL LEMOS e TEIXEIRA MENDES. "Mais de uma vez (escreve RUI BARBOSA, referindo-se a BENJAMIM CONSTANT) na intimidade de expansões com que me honrava, me falou nas excomunhões que o separavam de seus correligionários, declarando-se extremado da ortodoxia, e manifestando-me seu insufrimento contra as exigências da igreja politicante". (RUI BARBOSA, Conferência pronunciada em 22 de Fevereiro de 1893, no Teatro de São João, da Cidade do Salvador, na Baía. In "Discursos e Conferências". Porto, 1921, págs. 343-344).

⁷ Em 1893, em uma conferência proferida na Cidade do Salvador, nega RUI BARBOSA ao positivismo "o papel predominante atribuído por ele a si mesmo na transição republicana"; afirma a existência de "repugnâncias inconciliáveis" entre o comtismo e os sentimentos do país; e, quanto ao que era por isto mesmo evidente, isto é, à impossibilidade da substituição de uma religião tradicional, como a católica, velha de mais de três séculos, no Brasil, pela religião da humanidade, inventada por COMTE, que se começava a professar entre nós, declara timidamente "não haver indícios de que a nossa raça venha a trocar tão cedo (sic) pela religião da humanidade a religião da caridade encarnada em CRISTO." Para ele, a escola de COMTE, não passava no Brasil de "um grupo de sistemáticos, a nata, se quiserem, de nosso filosofismo, mas uma nata... que se isola como uma colônia da utopia, que representa, aos olhos da nação, uma milícia pugnaz, exclusivista, intolerante". Do ponto de vista político, o positivismo apresentava-se aos olhos do batalhador das idéias liberais como qualquer coisa de monstruoso, com a sua tendência "para as formas de opressão feroz, que a teocracia não excedeu", e com sua orientação prática, — "a ditadura perpétua nas mãos de seus adeptos". As paixões políticas, a sua combatividade, ardente e impetuosa, e o apelo aos princípios da democracia liberal, não lhe permitiram ver com clareza nem apreciar com objetividade o papel que exerceu o positivismo, com toda a intolerância de seu espírito sectário, na consolidação das instituições republicanas. Longe de ser "um fermento dissolvente para o regime", como pensava o notável orador e político, a influência do positivismo, a que certamente não deve a República a sua existência, foi "um elemento conservador ou consolidador", pelo seu culto da ordem, da autoridade, da hierarquia e da disciplina. Ele não viu ou não quis reconhecer a ação moderadora do positivismo. O republicanismo demagógico em que se debatia o novo regime, encontrou, de fato, nas classes armadas, na igreja e no positivismo, alguns dos principais pontos de resistência à sua força de expansão, tanto mais perigosa quanto a intensidade de propagação dos ideais de liberdade concorria para agravar a crise política e econômica, reduzindo a eficácia dos meios para se operar a transformação institucional, estabelecida na Constituição de 91. "Foram os positivistas que incutiram na República nascente (escreve AZEVEDO AMARAL) as idéias sádias de um autoritarismo em harmonia com o espírito republicano, autoritarismo que foi nos primeiros anos da nova organização política fator decisivo da consolidação do regime e da repressão eficaz das forças anarquizantes de todo o gênero". (AZEVEDO AMARAL, *Evolução da política republicana*. Ano I, n.º 3, Maio de 1941, Rio de Janeiro, pág. 164).

ainda a questão militar que atraiu o Exército para a arena política, despertando-lhe a consciência de um papel histórico, numa nova ordem nacional, concorreram para desenvolver não somente o sentimento e o orgulho de classe, mas ainda a vontade de influência e de ação política, além da esfera específica de suas atribuições. Com a criação da Escola Militar, em 1874, "os engenheiros militares, escreve JOSÉ MARIA BELO, adquiriram no país de doutores o melhor direito de incluir-se na elite da cultura oficial. A turquesa de seus anéis simbólicos valia bem ou mais do que o rubi, a esmeralda e a safira dos juristas, dos médicos e dos engenheiros". Quando, pois, as idéias positivistas penetraram na Escola Militar e conquistaram a adesão de um grupo de oficiais, sobre os quais se exercera a influência de BENJAMIM CONSTANT, a juventude militar já havia adquirido uma consciência mais viva e larga do papel das classes armadas e, com ela, um novo impulso para a ação. A filosofia de COMTE apenas fornecera a esse núcleo de elite, com um elemento de coesão a mais, as diretrizes espirituais e políticas dos jovens oficiais do Exército, que seriam "os mais ardentes conspiradores republicanos". A geração de matemáticos, formados sob a influência positivista na Escola Militar, como BENJAMIM CONSTANT, ROBERTO TROMPOWSKY e SAMUEL DE OLIVEIRA, preparava, nesse centro de irradiação do comtismo, uma pléiade de moços, cuja cultura científica, em vivo contraste "com o beletismo superficial que caracterizava a grande maioria da classe dirigente do Império", os tornava no momento, como pondera justamente AZEVEDO AMARAL, "uma força não apenas espiritual do Exército, como também de atuação considerável no conjunto da vida nacional".

A repercussão das idéias positivistas e a influência do grupo comtista no plano educacional, ainda que superficiais e passageiras nos seus efeitos, tornavam-se tanto mais fáceis quanto a primeira reforma do ensino na República devia ser planejada sob a inspiração de BENJAMIM CONSTANT, Ministro da Instrução. A 19 de Abril de 1890 foi, de fato, criado pelo governo da República o esdrúxulo Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos que, além de trazer um vício original de organização, abrangendo, na mesma pasta, um corpo de serviços públicos, tão diferentes e disparatados, parecia ser "um puro expediente político", utilizado para desviar delicadamente da pasta da Guerra, no governo provisório, o grande professor da Escola Militar e a personalidade de maior influência junto às gerações mais jovens de oficiais do Exército. Tinha, por isso, de durar pouco, e efetivamente pouco durou o novo ministério que deixava de existir a 26 de Dezembro de 1892, transferidos para a pasta do Interior e Justiça os negócios da instrução. O primeiro ministro da pasta, BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, empreendeu, nesse período, a reforma de toda a instrução pública, desde a primária e secundária do Distrito Federal, até o ensino superior, artístico e técnico em todo o território do país. Reformou as Faculdades de Direito e de Medicina, a Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, a Escola de Minas, de Ouro Preto, e a Escola Militar; a Academia de Belas Artes, que tomou o nome de Escola Nacional de Belas Artes, o Conservatório de Música que passou a chamar-se Instituto Nacional de Música, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, denominado então Benjamim Constant, e o Instituto de Surdos-Mudos. Não houve, como se vê, uma instituição que não tivesse sido colhida pelas reformas do 1.º Ministro de Instrução da República; e, se quase todas elas acusam em maior ou menor grau a influência das idéias positivistas, foi na reorganização do Colégio Pedro II, — ou Ginásio Nacional, segundo a denominação com que o rebatizou o novo regime —, e da Escola Normal do Distrito Federal, em que deixaram vinco mais profundo algumas das idéias do filósofo francês. Embora "discípulo refratário ao jugo de sua escola" e, certamente, extremado da ortodoxia, nas expressões

de RUI BARBOSA, o reformador da instrução deu às suas inovações um forte colorido positivista, mas não se pode dizer que as tenha orientado no verdadeiro sentido das idéias filosóficas e pedagógicas de AUGUSTO COMTE, frequentemente mal interpretadas por seus adeptos brasileiros.

Segundo o depoimento pessoal de RUI BARBOSA, não conhecia BENJAMIM CONSTANT a política de COMTE; e as reformas do ensino primário, normal e secundário, constituem a prova evidente de que o Ministro da Instrução, "imbuido mais do que penetrado das doutrinas pedagógicas e filosóficas do positivismo comtista", como observou JOSÉ VERÍSSIMO, não refletira suficientemente sobre as concepções de educação que estavam expressas nos tratados de filosofia e política positiva ou se podiam deduzir desse sistema filosófico. Nada, de fato, mais contrário às doutrinas pedagógicas de COMTE do que incluir qualquer das ciências da classificação positivista no plano de estudos, destinado aos meninos de menos de 14 anos, e que devia ser antes de caráter estético e baseado na poesia, na música, no desenho e no estudo das línguas. Ora, no plano de ensino organizado em 1891, já figuram, nas escolas do 1.º grau (para alunos de 7 a 13 anos) as ciências físicas e naturais, e nas do 2.º grau (para os de 13 a 15 anos), a aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, além das ciências físicas e naturais.⁸ Introduzindo no ensino normal e secundário toda a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de COMTE, e sobrecarregando com a matemática, elemental e superior, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral, rompeu o reformador com a tradição do ensino literário e clássico e, pretendendo estabelecer o primado dos estudos científicos, não fez mais do que instalar um ensino enciclopédico nos cursos secundários, com o sacrifício dos estudos de línguas e literaturas antigas e modernas. De todas as reformas e criações de BENJAMIM CONSTANT, a mais importante, porém, "para o novo regime de completa descentralização, foi, como escreve JOSÉ VERÍSSIMO, o *Pedagogium*, no pensamento que criou, destinado a servir de centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carecia a instrução nacional, e de centralizador de quanto pelo Brasil se fizesse em matéria de ensino público. Qual era fundado, e vindo a desenvolver-se, esse instituto teria a mesma função do *Bureau of Education* dos Estados Unidos e poderia ser, como este efetivamente tem sido, o agente da unidade na variedade da instrução pública nacional, e assim um poderoso fator da mesma unidade nacional".⁹

⁸ Nem a educação puramente científica, nem o domínio da educação pelo Estado, nem ainda a importância que se deu, na reforma Benjamin Constant, ao ensino superior, de especialização profissional, encontram justificação nas idéias pedagógicas de A. COMTE, que não sonhara para a humanidade uma educação exclusivamente científica nem esperava da iniciativa ou da intervenção do governo a realização de seu plano de ensino. As grandes escolas, essas, não são julgadas favoravelmente: não visam elas, segundo COMTE, senão as especialidades e não formam senão meios-sábios, espécies de monstros intelectuais obtidos por uma cultura intensiva. No sistema de educação que se desprende de sua obra, como mostrou ALEXIS BERTRAND, "a educação, exclusivamente familiar e absolutamente espontânea até os 7 ou 8 anos, deve consistir sobretudo na cultura dos sentidos, no desenvolvimento da destreza natural, pelos jogos, e na aquisição de bons hábitos. A mãe deve ter a alta direção desse período. Dos 7 ou 8 anos até a puberdade, a educação, sem cessar de ser doméstica e dirigida pelas mães, se tornará meio sistemática, "muito livre ainda, mas não mais inteiramente espontânea", e será estética, formando-lhe a base do ensino a poesia, a música e o desenho. Durante esse período, a cujo ensino predominantemente artístico seria preciso acrescentar o estudo das línguas, o menino não deveria ainda ouvir falar de qualquer das sete ciências da famosa classificação. Só então, atingida a idade de 14 ou 15 anos, e depois de iniciado nas artes e nas línguas, é que deve começar a instrução científica: das sete ciências fundamentais, ele não sabe até essa idade senão o que se aprende espontaneamente por ocasião dos exercícios físicos, dos ofícios e também das artes, que fazem necessariamente alguns empréstimos às ciências. A educação a partir dos 15 anos, "já não será doméstica, mas pública; não espontânea, mas sistemática; ela seguirá escrupulosamente o quadro hierárquico positivista das ciências e a ordem lógica de sua filiação". No sistema pedagógico de COMTE, que não fez mais do que sistematizar as idéias de PLATÃO, levando em conta os progressos das ciências, é esta parte da educação a única imediatamente realizável; "a educação doméstica oferece dificuldades insuperáveis, porque supõe uma educação da mulher do povo que estamos ainda longe de ter realizado e uma cooperação do meio familiar que pode, no estado atual de nossos costumes, passar por uma utopia. As jovens receberiam a mesma instrução que os rapazes, ligeiramente temperada quanto à parte científica". (ALEXIS BERTRAND, *Un réformateur d'éducation*. In "Nouvelle Revue", 15 Janvier, 1898).

⁹ JOSÉ VERÍSSIMO, *A instrução pública (1500-1900)*. III. República. Estado atual (1890-1900) Pág. 25. In "Livro do Centenário", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.

Mas essa excelente instituição a que se atribuiu um papel da maior importância, no vasto plano de reformas de BENJAMIM CONSTANT, transferida para a Municipalidade, não tardou a extinguir-se, desaparecendo com ela o único órgão de coordenação e de controle das atividades pedagógicas e culturais do país. Não foram mais bem sucedidas as outras iniciativas e reformas, algumas das quais não chegaram a ser postas em prática como a da Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, e a da Escola de Minas, de Ouro Preto, ou foram abandonadas, depois de sofrerem alterações e mutilações, como as do ensino secundário e normal, que apresentavam um traço mais acentuado das influências positivistas. Apesar de sua moderação, não soube BENJAMIM CONSTANT resistir à tentação intelectual de enquadrar as reformas na doutrina de COMTE e caiu em algumas das armadilhas que o espírito de sistema se compraz em lançar sob os passos daqueles que se deixam embriagar pelo seu vinho capitoso. As reformas, sobretudo do ensino fundamental, primário e secundário, aliás acerbamente criticadas, como as do ensino normal e militar, pelos positivistas ortodoxos do Brasil,¹⁰ não só marcavam uma ruptura com a antiga tradição do ensino humanístico, predominantemente literário, como traziam o caráter de inovações tendenciosas, levantando a suspeita de planos fechados ou construções completas com que se iniciavam as sistematizações escolares e que pertenciam ou se supunha pertencerem à imaginação ou ao espírito de sistema. A esses planos fechados e rígidos opunham-se a tradição, cuja continuidade ameaçava romper-se com as inovações de inspiração positivista, as formas sucessivas, mas imprevisíveis, que criava a evolução econômica, social e política, do país, e que tendiam a transtornar as concepções visionadas, dentro de um sistema, para um instante determinado, e a reação das teorias contrárias, fora ou dentro do campo da Igreja Católica, que mantinha em face do positivismo uma atitude de hostilidade ou, ao menos, de prevenções. A Igreja que se retraira, diante das humilhações sofridas, no incidente com os bispos de Pernambuco e do Pará, nem podia reaproximar-se do governo imperial, devido à vitória realista na questão religiosa, nem se dispunha a estabelecer contacto mais íntimo com o governo republicano, acusado de ateísmo e suspeitado de ter caído na órbita de influência dos dois grupos positivistas.

Com a separação da Igreja e do Estado e a laicização do ensino administrado nos estabelecimentos públicos (art. 72, n.º 6, da Constituição de 91) e, portanto, com o agnosticismo da constituição republicana, a política escolar da Igreja, que até então exercera quase o monopólio de direção espiritual, sofria os primeiros golpes que a orientação comtista das reformas educacionais, no governo provisório, não fez senão acentuar, deslocando a influência clerical para um plano secundário. A reação contra a ideologia leiga consagrada pela Constituição e a intervenção dos positivistas na moldagem da nova ordem educacional, ainda levaria algum tempo para se organizar, e, relativamente à supressão da escola pública confessional, não se tornou eficiente senão cerca de 40 anos depois, quando novamente obteve o restabelecimento do ensino religioso nas escolas. E' que o catolicismo, como observou RUI BARBOSA, não se fizera no Brasil, como se fez nos Estados Unidos, "pelas necessidades de luta, uma religião por assim dizer nova", e, além de deshabitado a lutar num país tradicionalmente católico em que não se armavam resistências poderosas ao predomínio da Igreja, não dispunha, por essa época, de um clero com bastante influência nas consciências e força na sociedade, para desencadear uma reação eficaz e de grande envergadura. Mas, dentro do novo regime em que o Estado instituiu o sistema de neutralidade escolar, a escola que antes se desenvolvia

¹⁰ R. TEIXEIRA MENDES, *A política positiva e o Regulamento das escolas do Exército*. Rio de Janeiro, 1890.

à sombra da Igreja, religião oficial no Império, continuou a progredir pela iniciativa privada e sob o impulso de diversas ordens religiosas. No país já dividido entre diferentes crenças, nenhuma das quais chegava ainda a disputar a primazia da Igreja, destacavam-se nitidamente os dois pontos de vistas confessionais, — o católico e o protestante, desenvolvendo-se um ao lado do outro, à sombra do princípio constitucional da liberdade de pensamento e de crenças, e tendo, entre ambos, a instituição interconfessional, a escola leiga, neutra, do ensino público, sob a influência efêmera das idéias positivistas.¹¹

A paisagem escolar e cultural tende a diferenciar-se daí por diante, não só em consequência da separação da Igreja e do Estado e da liberdade de crenças e de ensino, como ainda pela concorrência que já se esboçava, das escolas protestantes, com que já se haviam posto em presença e mesmo em conflito dois pontos de vista confessionais, ou dois sistemas pedagógicos, não antagônicos, mas diversos. A luta no terreno educacional não se devia travar apenas entre o Estado agnóstico que se mantinha fiel às afirmações de neutralidade confessional, e a concepção da pedagogia católica, senão também, no campo religioso, entre os dois pontos de vista confessionais. A concorrência da escola leiga e da escola confessional, de um lado, e, de outro lado, no domínio da escola confessional, a competição entre as duas concepções escolares, — a católica e a protestante. Se compararmos a mentalidade proveniente das escolas leigas com a que se forma, nas escolas confessionais, não podemos deixar de reconhecer com PANDIÁ CALÓGERAS a importância que êle assinalava em 1911 e os fatos confirmaram, do “problema político interno criado pela separação da Igreja e do Estado e oriundo do conflito possível entre o conceito teológico do homem e da sociedade e a mentalidade que presidiu à organização republicana e até hoje se mantém nas suas leis orgânicas; conflito que pode romper (e que efetivamente rompeu, podemos acrescentar) na luta pela vitória entre os dois ideais, quando das escolas, leigas umas, confessionais outras, saírem e pelejarem os diretores da política nacional de amanhã, refletindo a contenda mais funda entre estas duas concepções da própria vida”.¹² Não lhe parece, porém, que tal divergência seja de receiar quanto às escolas filiadas às inúmeras variações protestantes. E CALÓGERAS explica: “Cisma aberto em nome da liberdade individual na interpretação dos textos sagrados, seu princípio essencial age contínua e perpetuamente como fermento para sem cessar favorecer e alentar novas correntes religiosas e autorizar a mutabilidade do dogma. Não permite, portanto, a grande centralização confessional que dá ao catolicismo e seus órgãos de ação o poder e a preponderância que teem na vida espiritual dos povos. Além disso a tendência analítica do protestantismo e a austeridade de seus hábitos mentais coincidem por demais com os característicos do espírito de investigação científica para que não se dêem entre os dois alianças tácitas e compreensão recíproca. Ao dogma sempre aberto à corrigenda individual corresponde o conceito moral em via de constante melhoramento progressivo”.

É por isto, devido a essa coexistência simpática da laicidade com as confissões derivadas da reforma, que as escolas protestantes tiveram, no regime republicano, os rápidos progressos que lhes abriram, na história da educação do país, não só um lugar indisputável mas uma fase fecunda de atividades

¹¹ P. ARBOUSSE BASTIDE, *A instrução pública e a República. As reformas didáticas de BENJAMIM CONSTANT e a crítica dos positivistas ortodoxos. (1890-1892).* In “O Estado de São Paulo”, 26 de Outubro de 1941.

¹² J. PANDIÁ CALÓGERAS, *Os jesuítas e o ensino* Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1911. cap. V, pág. 53.

renovadoras. Foi em grande parte através das escolas, sob a influência direta de ministros e educadores protestantes da América no Norte, que se processou no Brasil a propagação inicial das idéias pedagógicas americanas que começaram a irradiar-se em São Paulo, com a fundação da Escola Americana em 1871 e do Colégio Piracicabano em 1881 e que, antes de refletirem no movimento de reforma de CAETANO DE CAMPOS, CESÁRIO MOTA e GABRIEL PRESTES em São Paulo (1891-95), haviam inspirado as reformas de LEÔNCIO DE CARVALHO (1878-79) e o parecer de RUI BARBOSA (1882-83), já modelado pelas idéias americanas e alemãs. Entre os núcleos principais de influência protestante e americana,¹³ destacavam-se então, em Minas Gerais, o Colégio Granbery, fundado em Juiz de Fora, em 1889, e em São Paulo, a Escola Americana que data de 1871, e em que teve sua origem o Mackenzie College, pelos acréscimos sucessivos de outros cursos, como o secundário em 1886, a Escola de Engenharia, em 1896, — época em que o estabelecimento tomou o nome atual, — e em 1902, a Escola de Comércio. Fundadas sobretudo pelas igrejas Metodista e Presbiteriana, essas e muitas outras escolas filiadas às diversas correntes protestantes, trouxeram uma contribuição ponderável à educação feminina; introduziram a coeducação dos sexos, estabelecendo classes mistas desde 1871, em todos os cursos do Mackenzie e em outros institutos; concorreram para renovar os processos didáticos, ao sópro das idéias, então importadas, da técnica pedagógica norte-americana e, por muito tempo, se tornaram uma das poucas forças renovadoras do ensino, — essas forças vivazes que entreteem contra o resfriamento moral pela uniformidade e pela rotina, a temperatura das instituições espirituais.

Mas, à parte o laicismo, a infiltração das idéias positivistas e o movimento renovador de São Paulo, limitado ao ensino primário e normal e sob a influência das técnicas pedagógicas americanas, todos os outros fatos relativos à educação e à cultura acusavam, no último decênio do século XIX, a sobrevivência das tradições do regime imperial. Nenhuma modificação medular na política educacional do Império; nenhuma criação de escolas técnicas profissionais correspondentes a certos objetivos especificados do interesse nacional, nem qualquer tentativa séria para a instituição de cursos de cultura livre e desinteressada. À sombra da política de neutralidade escolar, continuavam a florescer as escolas regidas segundo as concepções católicas, que dominavam aliás, pela força da tradição, as próprias escolas públicas apesar da supressão

¹³ A penetração das escolas protestantes, iniciada no último quartel do século XIX, somente no século atual pôde alargar a sua esfera de ação e ganhar bastante profundidade para produzir os seus efeitos e influir realmente na renovação da mentalidade educacional e dos processos de ensino no país. Ainda muito limitadas na órbita de sua influência, as poucas escolas de iniciativa protestante, fundadas no decênio anterior à República (1880-1889), prepararam o campo aos progressos do movimento de penetração na primeira década do período republicano. A separação da Igreja e do Estado com as suas consequências, — a liberdade do culto e de crenças e a laicidade da escola pública, contribuíram para esse desenvolvimento que, a partir da República, tem sido notável, não só do ponto de vista quantitativo —, o crescimento numérico dessas escolas, quanto também do ponto de vista da qualidade das instalações, dos métodos pedagógicos e do trabalho educativo, em geral, em todos os graus de ensino. Foi, porém, a Igreja Metodista que teve no Brasil o papel mais importante no domínio das iniciativas pedagógicas e culturais. Nos fins do Império fundara a Igreja Metodista dois colégios, o Piracicabano em São Paulo (1881), e, em Porto Alegre, o Colégio Americano (1885). Na primeira década da República são criadas, para meninas, a Escola do Alto (1892-95), em Santa Teresa e que passou a funcionar no antigo Colégio Progresso, do Rio de Janeiro; o Colégio Mineiro (1891-1914), em Juiz de Fora; o Colégio Americano Fluminense (1892-1915); o Colégio Americano, de Petrópolis (1895-1920) que se fecharam, todos, nas datas indicadas; e o Colégio Metodista (1899), em Ribeirão Preto. Para homens, fundaram-se, ainda nesse período, o Colégio Granbery (1889), que em 1917, já apresentava organização completa, com seus cursos primário, secundário, comercial, teológico e superior, e o Colégio Americano, de Taubaté, que teve curta duração (1890-95). Mais tarde, e já no século atual, surgiram outras instituições, por iniciativa da Igreja Metodista, três destinadas a meninas, o Colégio Isabela Hendrix, fundado em 1904, em Belo Horizonte; o Colégio Bennett, instalado no Rio de Janeiro em 1921, e em que se fundiram o Colégio Americano Fluminense e o de Petrópolis, e o Colégio Centenário, inaugurado em 1922, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e três, para homens, todos no Rio Grande do Sul, o Colégio União (1907), de Uruguaiana, o Instituto Ginásial (1910), de Passo Fundo, e o Porto Alegre College (1919), um dos mais importantes institutos de ensino daquele Estado. (Cfr. JAMES KENNEDY, *Cinquenta anos de metodismo no Brasil*. Imprensa Metodista, São Paulo, 1928).



344. BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES. Ilustre professor da Escola Militar, ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, cujas reformas escolares, empreendidas entre 1890 e 1892, acusam tôdas, em maior ou menor grau, a influência das idéias positivistas.



345. A. CAETANO DE CAMPOS, médico e educador eminente, um dos chefes do movimento renovador de S. Paulo (1891-1895), limitado ao ensino primário e normal e sob a influência das técnicas pedagógicas americanas.



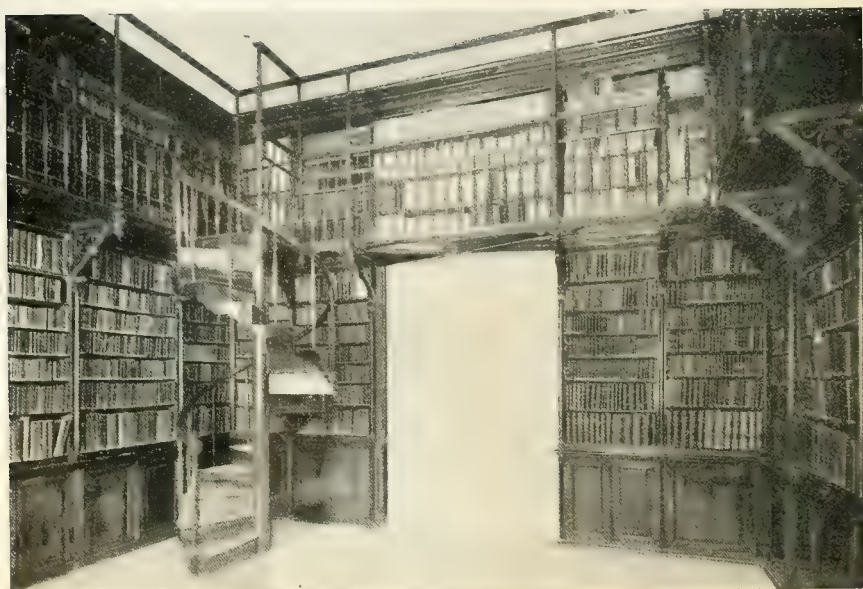
346. O Colégio Granbery, de Juiz de Fora, em Minas Gerais, criado em 1889, e uma das muitas escolas de iniciativa protestante fundadas no último quartel do século XIX e com as quais se processou, no Brasil, a propagação das idéias pedagógicas americanas.



347. CESÁRIO MOTA, Secretário de Estado, que auxiliado por CAETANO DE CAMPOS e GABRIEL PRESTES, promoveu em S. Paulo (1891-1895) o mais fecundo movimento de reforma do primeiro decênio da República.



348. Aspecto da biblioteca da mais antiga Escola Normal de S. Paulo, ainda instalada no edifício construído em 1894 e ampliado em 1936-1938.



349. Outro aspecto da biblioteca da antiga Escola Normal, hoje Escola Normal Caetano de Campos, instalada, desde 1894, no novo edifício mandado construir pelo primeiro governo paulista, no regime republicano.



350. A Escola Politécnica de S. Paulo, fundada em 1893, que precedeu de três anos a Escola de Engenharia do Mackenzie College, criada em 1896. — Foto LIBERMAN.



351. A Escola de Manguinhos, criada em 1901, e que se transformou, em 1907, no Instituto de Patologia Experimental, sob o nome de OSVALDO CRUZ, seu fundador, e grande saneador do Rio de Janeiro.

Foto VALTER SALES. *Travel in Brazil*, vol. 2, n.º 2, pág. 12.



352. Instituto de Manguinhos, que teve um papel particularmente importante na conquista e propagação do espírito científico e experimental. Sala de leitura e biblioteca.
Foto da Secção Fotográfica do Instituto Osvado Cruz.



353. Instituto de Manguinhos, que reorganizado em 1907, tomou o nome de Osvado Cruz. Galeria do 3.º pavimento. — Foto da Secção Fotográfica do Instituto Osvado Cruz.

354. EPITÁCIO PESSOA, ministro no governo de CAMPOS SALES e autor do Código de Ensino que esteve em vigor de 1901 a 1910.



355. RIVADÁVIA CORREIA, que promoveu a "lei orgânica do ensino" (decreto de 5 de Abril de 1911), de um radicalismo sectário, refletindo a orientação positivista então dominante no Rio Grande do Sul.

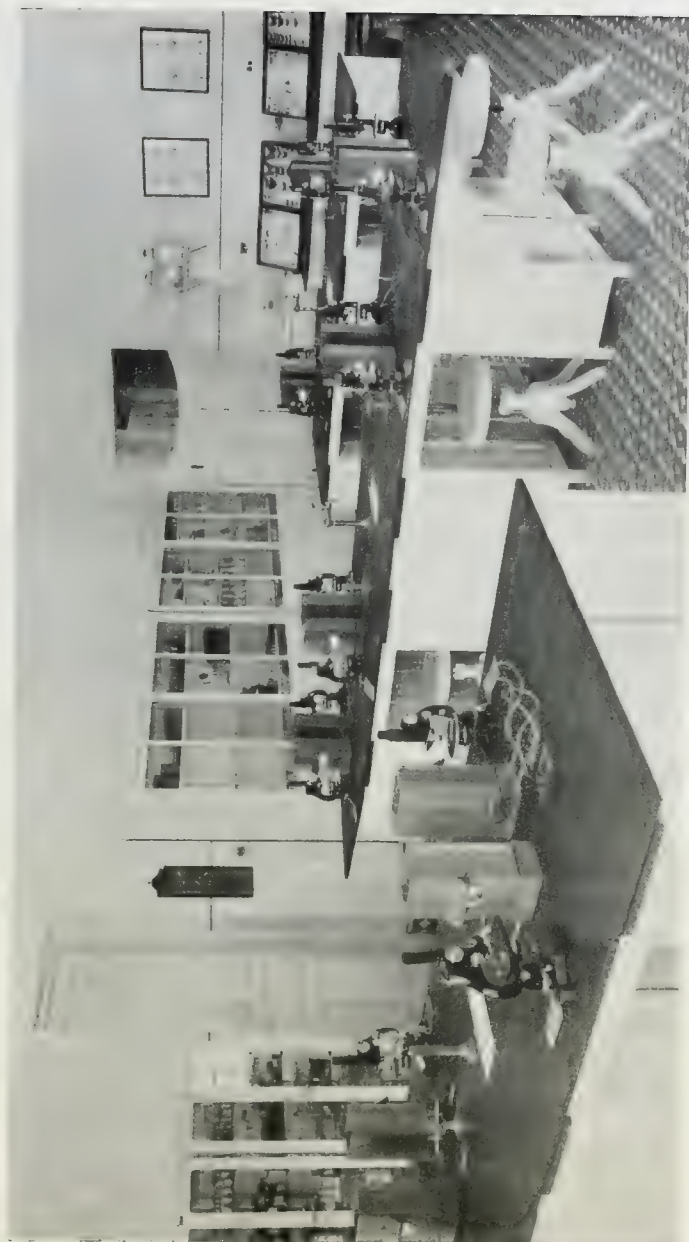




356. Instituto Agrônomo de Campinas, o qual criado em 1887 pelo governo imperial, foi transferido já no período republicano (1892) para o Estado de S. Paulo e teve em J. W. DAFERT, o seu primeiro diretor (1887-1898). Antigo edifício. (1920).

357. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, criada em 1901.
Trecho do parque e, ao fundo, o edifício principal.





358. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Cadeira de Genética e Laboratório para alunos — uma de suas mais recentes iniciativas.



359. A Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902 e uma das primeiras instituições de ensino comercial, criadas no Brasil.

360. NILO PEÇANHA, em cujo govêrno (1909-1910)
se criaram Escolas de Aprendizes Artíficos nas
capitais dos Estados.



361. A Escola Profissional
Paulo de Frontin, do Distrito
Federal, destinada à educação
doméstica e profissional de
moças, já em seus novos edi-
fícios construídos e instalados
na administração Antônio Prado
Júnior (1926-1930).



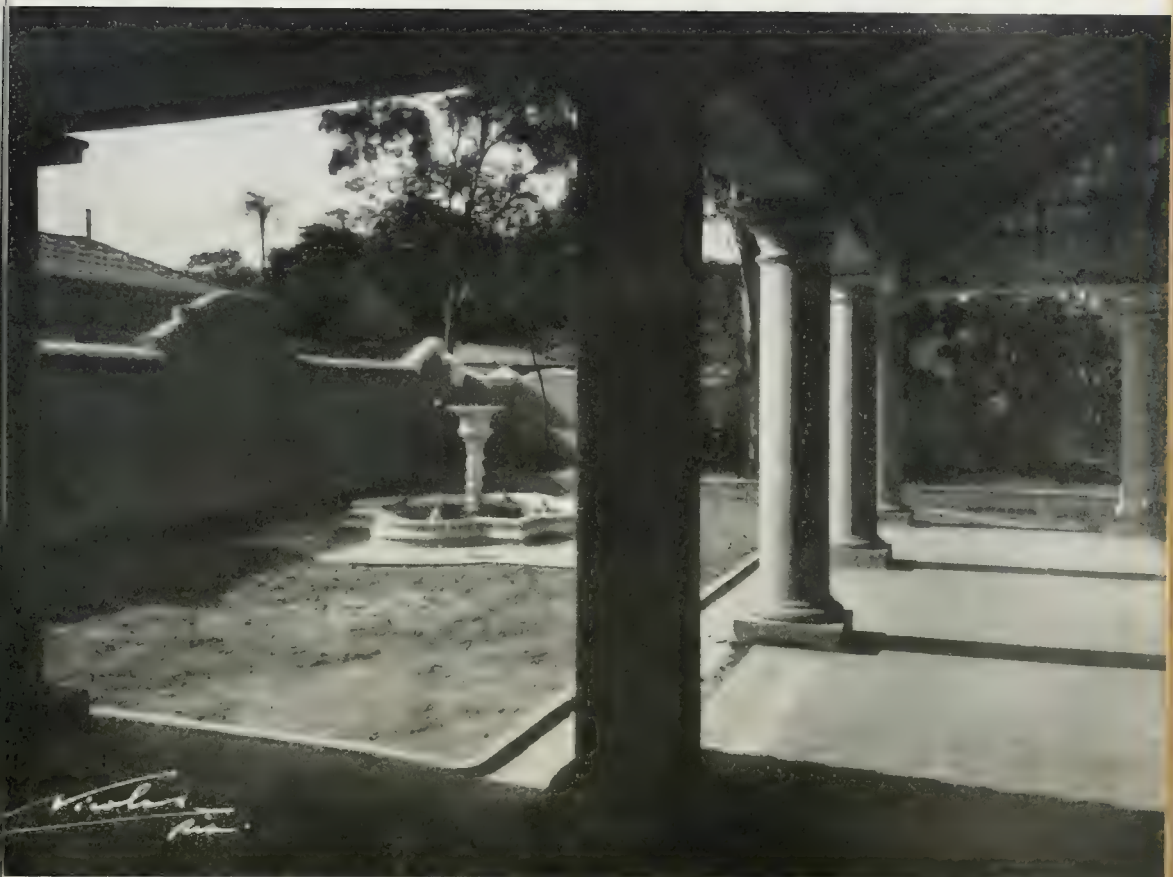
362. HEITOR LIRA, grande idealista, que fundou, em 1924, a Associação Brasileira de Educação, — instituição notável pelo papel que exerceu, promovendo e estimulando os movimentos de cultura e de renovação escolar no país.

363. Escola Estados Unidos, do Distrito Federal, construída no estilo tradicional brasileiro. Uma das fachadas laterais. — Foto NICOLAS.





364. *Escola Uruguai, do Distrito Federal, construção em vários blocos (1928-1930). Vista lateral tomada do pátio da escola, uma das maiores edificadas na administração Antônio Prado Júnior.*



365. *Escola para débeis físicos, na Quinta da Boa Vista (Distrito Federal, 1926-1930). Galeria e fonte de um dos pátios. — Foto NICOLAS.*



366. Grupo Escolar Padre Correia de Almeida, de Belo Horizonte, em Minas Gerais, onde o movimento renovador do ensino tomou notável impulso com FRANCISCO CAMPOS e MARIO CASASSANTA (1927-1930). Fachada principal.



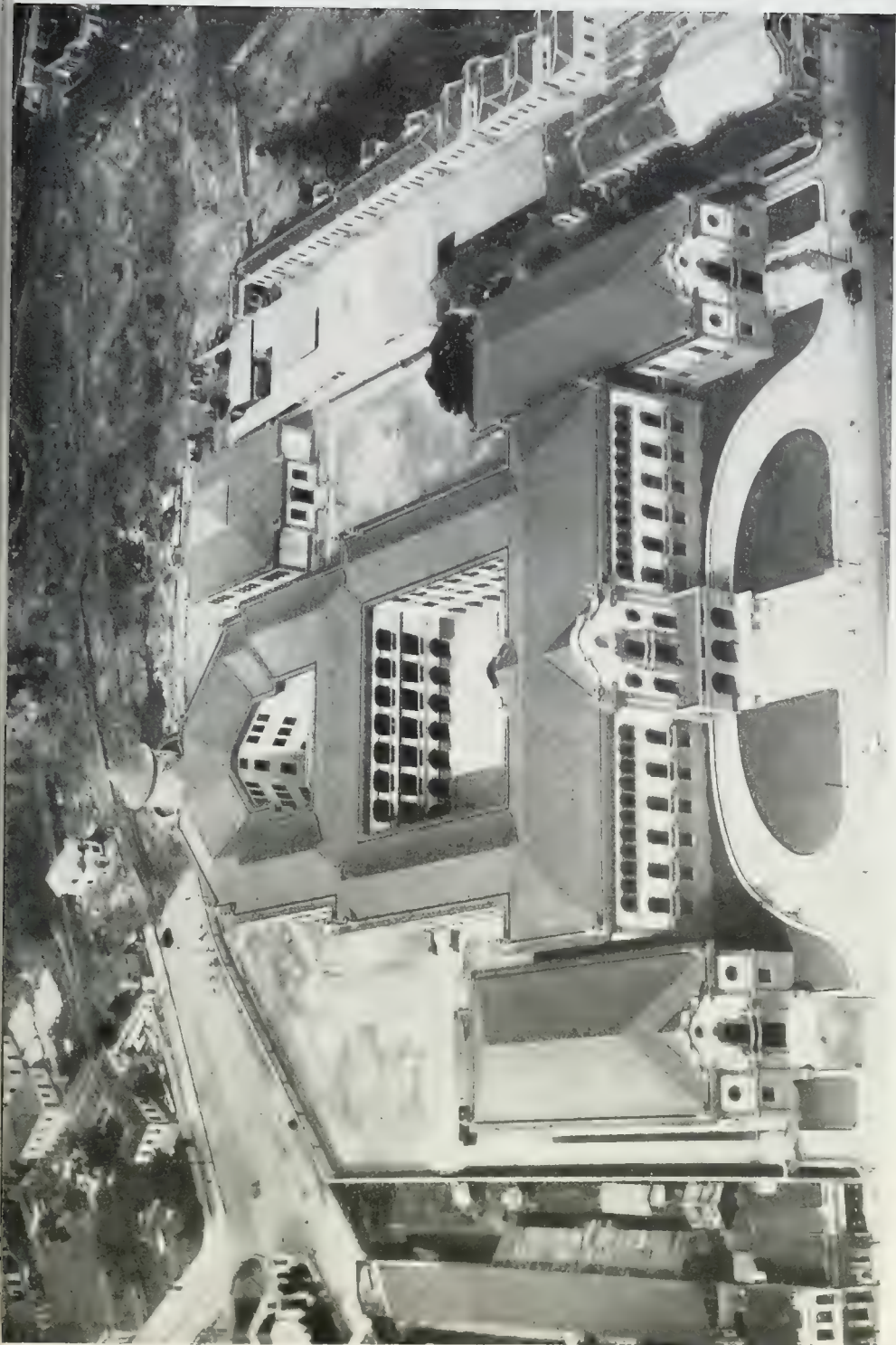
467. Grupo Escolar Pedro II, de Belo Horizonte, um dos mais importantes edifícios escolares construídos na administração Francisco Campos, Secretário de Estado, em Minas Gerais. Galerias e pátio interno.



368. *Escola Normal, depois Instituto de Educação do Distrito Federal. Edifício construído de 1928 a 1930 na administração Antônio Prado Júnior.*
Desenho. Arquitetos CORTEZ e BRUHNS.



369. *A Escola Normal do Distrito Federal, que em 1933 tomou nova organização sob o nome de Instituto de Educação. Aspecto do pátio claustal.*
Desenho. Arquitetos CORTEZ e BRUHNS.



370. A nova Escola Normal do Distrito Federal reorganizada pelas reformas de 1928 e 1933, e instalada em seus novos edifícios construídos na administração Antônio Prado Júnior (1926-1930). Vista de conjunto. Aerofoto S. H. HOLLAND, Rio de Janeiro, 1930.



371. A nova Escola Normal do Distrito Federal, reorganizada em 1928 e mais tarde, em 1933, quando tomou o nome de Instituto de Educação, e instalada em seus novos edifícios acabados de construir em 1930. Pátio central visto de uma das galerias do pavimento térreo.
Foto NICOLAS, Rio, 1930.



372. Escola Normal do Distrito Federal, hoje Instituto de Educação. Ginásio para exercícios físicos, com a sua magnífica sala de aparelhos, banheiros, vestiários e galerias.
Foto NICOLAS, Rio, 1930.



373. FRANCISCO LUIZ DA SILVA CAMPOS, um dos líderes da Revolução de 1930, primeiro Ministro da Educação e Saúde, autor da mais importante reforma de ensino secundário e superior (1931), no regime republicano.



374. O Instituto Biológico de S. Paulo, criado em 1928, por iniciativa de ARTUR NEIVA, antigo assistente-chefe do Instituto Oswaldo Cruz, e reorganizado pelo professor ROCHA LIMA, seu atual diretor e que foi também um dos colaboradores de OSVALDO CRUZ. Vista geral.

375. O Instituto Biológico de S. Paulo, grande instituição de estudos e pesquisas científicas, no domínio da patologia de todos os seres vivos, animais e vegetais, sobretudo dos de maior interesse para o homem. Fachada principal.





376. Instituto Biológico de S. Paulo. Uma de suas fazendas experimentais.



377. O Instituto Biológico de S. Paulo, um dos maiores centros de pesquisa e do caráter técnico existentes na América e, como o Instituto Oswaldo Cruz, já com renome universal. Aspecto de um de seus laboratórios.



378. O Instituto Agrônomo de Campinas, hoje um dos maiores centros científicos e técnicos, prepostos, no Brasil, à investigação de problemas de biologia vegetal. Um dos novos prédios construídos ao lado do antigo edifício.

379. Instituto Agrônomo de Campinas, no Estado de S. Paulo. Vista de um ripado.





380. O Observatório Astronômico de S. Paulo, em suas novas e excelentes instalações. Vista do conjunto dos edifícios.
Foto da ENFA.



381. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, — a primeira, de iniciativa oficial, fundada no Brasil. Aspecto de um de seus edifícios, vendo-se as estufas da Cadeira de Botânica.



382. A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, — a da Universidade de S. Paulo, criada no Brasil pelo decreto de 25 de Janeiro de 1934. Aspecto do Museu de Mineralogia da Cadeira de Mineralogia e Petrografia.
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.



383. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, em que, sob a orientação de professores estrangeiros e nacionais, se tem formado uma pléiade de pesquisadores de primeira ordem. Um dos laboratórios de Biologia.
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.



384. O Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo, donde saíram, em 1937, depois de terem cursado a Faculdade de Filosofia, os primeiros professores de ensino secundário formados no Brasil. Fachada principal.



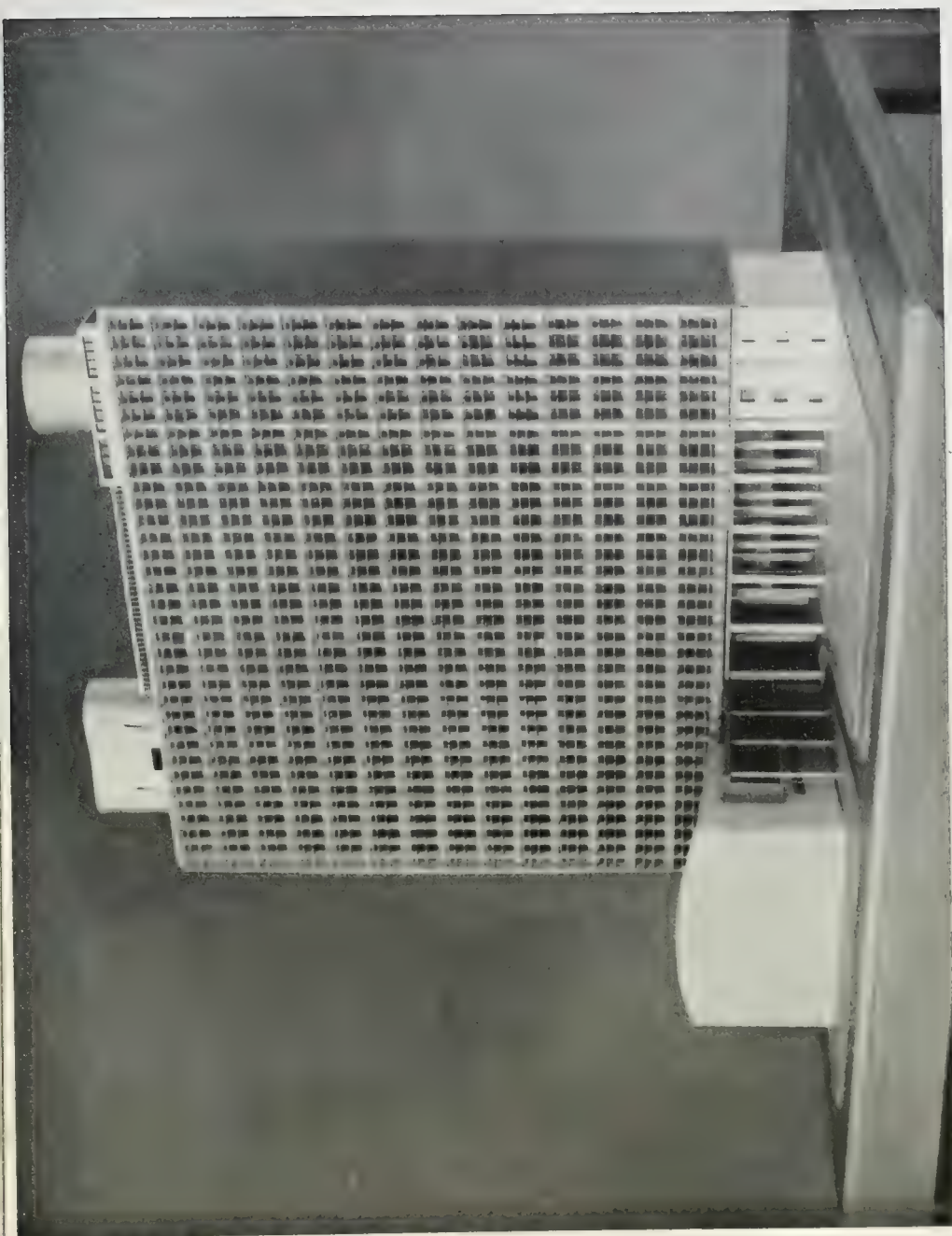
385. Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo, criado em 1933 e extinto em 1938. Aspecto do Museu de Etnografia, da Cadeira de Sociologia Educacional.



386. O novo e magnífico edifício da Biblioteca Pública Municipal, em que se incorporou a Biblioteca do Estado, em 1937, e se instituiu a primeira Escola de Biblioteconomia do país.
Vista de conjunto.



387. O Ministro GUSTAVO CAPANEMA, a quem se devem numerosas reformas, iniciativas culturais e realizações e, entre estas, a construção do edifício do Ministério de Educação e Saúde e de diversas Escolas Técnicas, no Brasil.



388. Maquette do edifício do Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde, 1942.



389. "Moça recclinada", escultura de CELSO ANTÔNIO, em granito cinzento, para o jardim suspenso do novo edifício do Ministério de Educação.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde.

do ensino religioso. Da influência efêmera do positivismo de que se marcara a legislação escolar de BENJAMIN CONSTANT, não tardaram a apagar-se os últimos vestígios, sob a ação demolidora ou reconstrutora de reformas sucessivas. A penetração das escolas protestantes, que se constituíram o principal foco de irradiação das idéias americanas, iniciando-se lentamente no último quartel do século, continuava a desenvolver-se com mais intensidade na República, sem que esses elementos adventícios tivessem, porém, tempo suficiente para se incorporarem à cultura nacional ou exercerem sobre ela uma real influência no sentido de orientá-la para uma nova direção. As contínuas migrações que se estabeleciam no sul e atraíam, arrastando nas correntes imigratórias, artistas e profissionais estrangeiros, ou se concentravam nas fazendas e em pequenos burgos, como os de Santa Catarina, ou se dispersavam pelas cidades, diluindo-se na massa das populações brasileiras. A mescla das gentes, a variedade de origens nos usos e todos esses compostos, não radicados, de culturas e tradições, deviam ainda levar muito tempo para modificar o tipo tradicional de cultura, saturado de espírito literário e jurídico, que se havia formado, através de mais de três séculos, como um todo compacto e homogêneo capaz de resistir à influência civilizadora de outras correntes.

Se, pois, já se desenha a diversidade de tendências, sob a pressão de causas econômicas, políticas e culturais, é certo que o Brasil de 1891 conservava, como observa AZEVEDO AMARAL, e, ainda havia de manter por muito tempo, "os últimos vestígios das taras coimbrescas", e continuava "nutrido espiritualmente apenas pela cultura superficial que o beletrismo e o arcaísmo filosófico e jurídico ainda mal abalado pelos golpes de TOBIAS BARRETO haviam entretido durante o Império". Com a vitória das tendências centrífugas dos regionalismos e a expansão crescente das autonomias estaduais, não só não se criaram, por iniciativa dos Estados, novas instituições de cultura, fora do domínio das profissões liberais, como ainda tomou impulso o desenvolvimento das escolas de ensino superior profissional e, sobretudo, das escolas jurídicas, que não tardariam a espalhar-se por todo o país. Para oito faculdades livres de direito que se criaram durante os primeiros 20 anos da República, — duas, no Rio de Janeiro, e a da Baía, fundadas em 1891, a de Minas Gerais, que data de 1892, a de Fortaleza (1907), a do Pará, Manaus e Porto Alegre, — não se fundaram senão três escolas de engenharia, — a Escola Politécnica (1893) e a Escola de Engenharia do Mackenzie College, criada em 1896, em São Paulo, e outra instalada por iniciativa particular no Rio Grande do Sul, além de uma Escola Superior de Agricultura (1910), uma de Medicina Veterinária e o Instituto de Química, no Rio de Janeiro. A descentralização, consagrada na Constituição tomada de empréstimo, quanto ao regime parlamentar, ao sistema inglês, e quanto ao princípio federativo ao modelo dos Estados Unidos, veio demonstrar, na organização dos dois sistemas escolares que se começam a defrontar, o predomínio sem contraste da mesma mentalidade que provinha do Império e marcava com suas velhas características essas formações escolares paralelas. De fato, a dualidade de sistemas que deu lugar o regime de descentralização, — o sistema federal constituído do ensino secundário e superior, e os estaduais, com possibilidades legais de instituírem escolas de todos os graus e tipos, — não só manteve e acentuou a linha de demarcação entre as profissões liberais e as atividades manuais e mecânicas, como também facilitou a reprodução, pelos Estados, da organização escolar tradicional, multiplicada em exemplares, mais ou menos evoluídos, mas todos decalcados no velho modelo do período imperial.

A tendência baseada nas tradições acadêmicas e nas profissões liberais continuou a desenvolver-se já agora pelo duplo impulso que, sob o mesmo espírito,

lhes vinha das antigas escolas federais fundadas no Império e das novas instituições do mesmo tipo que surgiam em vários pontos do território do país, por iniciativa particular ou dos governos estaduais. Por essa forma, em lugar de uma ação única exercida pelo poder central, que orientava à distância toda a política escolar na direção das carreiras liberais sobre a base dos estudos literários, irrompeu, com o regime de descentralização, uma pluralidade de ações regionais, não divergentes, mas concordantes: as ações correspondentes a cada um dos Estados, dominadas pela velha mentalidade coimbrã e influindo de perto, na mesma direção, sobre uma grande variedade de núcleos culturais. Só essa educação de base literária — clássica e de preparação para as profissões de advogados, médicos e engenheiros, conferia aos brasileiros um título, os elevava em dignidade social e ficava sendo ainda o caminho dos cargos importantes. A preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos permanecia tão fortemente marcada, no sistema cultural do país, que ainda constituíam e deviam figurar por muito tempo, como instituições solitárias, sem irradiação, as raras escolas ou institutos prepostos ao ensino científico, não aplicado, ou a pesquisas no domínio das ciências naturais. A reforma do ensino secundário e normal, sob a inspiração de BENJAMIM CONSTANT, deu ao ensino propedêutico e ao de formação profissional do professor um caráter mais enciclopédico do que científico. A não ser no domínio das matemáticas, em que influíra a filosofia positivista, concorrendo para o desenvolvimento desses estudos, nas academias civis e militares, não trouxe o positivismo ao Brasil qualquer contribuição ponderável ao progresso das ciências. E' que, conforme já observamos, o positivismo penetrara no país, não como um "método de investigação", mas como uma maneira de pensar que se poderia chamar científica ou mesmo empírica, e sobretudo como uma filosofia social, política e religiosa, que teve e ainda tem os seus partidários. Esse positivismo que é um método e não uma doutrina; que parece repudiar o *a priori* e pretende proceder por via experimental e não *more geometrico*; e que se inspirava, como lembra STUART MILL, numa doutrina geral que COMTE aprendera no método das ciências físicas e nos escritos dos filósofos anteriores; esse, se teve seus adeptos no Brasil, nem lhes penetrou muito profundamente os espíritos, nem se estendeu bastante para exercer influência sensível no desenvolvimento do espírito crítico e experimental e do gosto das ciências exatas.

Nenhum instituto, de fato, foi criado nesse largo período, para as diversas culturas científicas, sem idéia de aplicação profissional; e, no domínio das escolas técnicas, especiais, as poucas iniciativas, dispersas e isoladas, nem denunciavam qualquer plano de conjunto, concebido de acordo com uma nova política de educação, nem exprimiam ou lograram suscitar um movimento de interesse pela cultura técnica, agrícola e industrial, econômica e social no país. Entre os dois termos "literário-jurídico" e "profissional-utilitário", dominantes em todo o Império, começa a intercalar-se toda uma gama de termos intermediários que ainda gravitam de preferência em torno do termo médio, "literário-profissional" e que é o traço característico mais acentuado de nossa cultura e de nosso sistema de educação. A própria Escola de Manguinhos, como se chamava o Instituto Soroterápico Federal, criado em 1901 e que se transformou, em 1907, no Instituto de Patologia Experimental, sob o nome de OSVALDO CRUZ, foi, nas suas origens, uma instituição destinada à preparação de soros anti-pestosos e ao combate da peste bubônica que irrompera em Santos e ameaçava estender-se a outras regiões. Não nasceu esse instituto, que se tornou o maior centro de pesquisas no Brasil, de qualquer plano deliberado de uma política governamental, interessada em promover o progresso dos estudos científicos. A necessidade de enfrentar duas terríveis moléstias, nos seus surtos

epidêmicos, impôs a criação de uma instituição de finalidade prática imediata que OSVALDO CRUZ transformou, dilatando-lhe o campo de trabalhos, no mais importante instituto de moléstias tropicais e de pesquisas no domínio da zoologia médica e da medicina experimental. A autoridade e o prestígio de OSVALDO CRUZ, fortalecidos com a vitória magnífica que obteve na luta travada contra a peste e a febre amarela, permitiram-lhe a conquista dos meios para essa extraordinária fundação, em que agrupou um punhado de oito discípulos e colaboradores de primeira ordem, e que não se tardou a transformar numa escola de pesquisadores e num foco de irradiação do trabalho científico e dos métodos das ciências experimentais.

Mas, as atividades científicas no Brasil, embora tenham alargado notavelmente, com a criação do Instituto de Manguinhos, o domínio da pesquisa positiva, continuaram dispersas em instituições especiais de várias naturezas, — museus, estações experimentais e laboratórios —, que não serviam ao ensino nem se enquadravam no sistema propriamente escolar da Nação. Elas conquistaram, sem dúvida, sob a lúcida inspiração e pela vontade obstinada de OSVALDO CRUZ, mais um campo de aplicação do espírito e dos métodos científicos que o fundador do Instituto de Manguinhos, de volta ao Brasil em 1899, trouxera de sua permanência, durante três anos, no Instituto Pasteur, de Paris. Esse movimento de conquista do espírito científico, não chegou, porém, a branger no seu raio de influência o ensino superior que se desenvolvia dentro dos quadros tradicionais, sem um esforço realmente fecundo para enriquecer a herança cultural e transmitir, com o culto pelas ciências, o gosto da observação e da experimentação. De fato, enquanto por essa época só numa escola superior, — a de Medicina, da Baía —, se realiza um vigoroso trabalho nesse sentido com a atividade científica desenvolvida por NINA RODRIGUES, durante todo o período em que professou os cursos de medicina legal (1891-1905), em cinco instituições extra-escolares é que tomam corpo as investigações limitadas ao reino das ciências naturais. O ilustre professor maranhense, inaugurando uma nova fase na evolução da medicina legal no Brasil, e criando a chamada “escola baiana”, que nos deu um AFRÂNIO PEIXOTO, um DIÓGENES SAMPAIO, um OSCAR FREIRE e seus discípulos, pode considerar-se o criador do único núcleo de pesquisadores que, nesse período, se formaram em escolas de ensino superior do país. É nas instituições culturais de ciência aplicada, que tomam impulso as atividades de pesquisa quase adstritas às ciências naturais, e realizadas ou conduzidas por homem de exceção, estrangeiros ou nacionais, estes, quase todos de formação estrangeira; um EMÍLIO GOELDI, zoólogo de renome universal, do Museu Paraense, fundado em 1885 e que tomou em 1900 o nome de seu fundador (Museu Goeldi); um F. W. DAFERT, o primeiro diretor (1887-1898) do Instituto Agrônomo, criado em 1887 pelo governo imperial em Campinas, e transferido, já no período republicano, para o Estado de São Paulo; um HERMANN VON IHERING, no Museu Paulista, fundado em 1893 e de que foi o primeiro diretor o notável zoólogo alemão; e, entre os brasileiros, um BARBOSA RODRIGUES, o grande botânico do *Sertum Palmarum*, no Jardim Botânico que passou a dirigir em 1890, e OSVALDO CRUZ e um grupo de colaboradores, no Instituto de Manguinhos.

Por mais importante que tenha sido, — e foi verdadeiramente notável a vários aspectos —, a obra empreendida neste instituto de pesquisas, e por mais útil e fecunda, a atividade realizada nessas diversas instituições culturais, — centros de investigações abrangendo setores diferentes das ciências da natureza —, elas não denunciavam êsses progressos que pressupõem transformações de mentalidade ou de política de cultura: produtos, isolados e dispersos, de esforços individuais, viviam do impulso que davam às suas preciosas ati-

vidades, orientadas em diversos sentidos, êsses espíritos raros, atraídos para as pesquisas e os trabalhos originais. Algumas delas, como o Instituto Agrônomo de Campinas e a Escola de Manguinhos, foram, nas suas origens e nos seus propósitos, instituições destinadas a atender a necessidade da saúde e da economia nacional; e outras tanto deviam seu êxito, no campo das ciências naturais, ao esforço pessoal de individualidades determinadas que o afastamento de um DAFERT, de um GOELDI ou de um VON IHERING bastou para provocar um desvio na linha de sua evolução ou uma queda brusca no ritmo de seus trabalhos. Êsses fatos demonstram à evidência que, na fase inicial do ciclo republicano, nada se empreendeu para mudar a mentalidade da elite dominante, por meio de grandes escolas prepostas não somente a formar especialistas altamente qualificados nos diversos ramos do saber humano como também a promover os progressos das ciências pela pesquisa desinteressada. Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança de regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. Nem o sistema de ensino superior que mantém o caráter quase exclusivamente profissional, se enriquece de instituições de alta cultura, como seriam as faculdades de filosofia e letras e a de ciências, em que se unisse a pesquisa teórica à função do ensino, nem se inicia pela base a penetração do espírito científico mediante a reorganização, sobre novos fundamentos e com uma orientação nova, do ensino secundário em que assenta normalmente a superestrutura do ensino superior, aplicado ou não, profissional ou desinteressado.

Se, de fato, no sistema escolar persistia essa falha capital que é a ausência de universidades ou dessas altas escolas, cujo papel pedagógico se torna função da pesquisa, o ensino, que reside à base das escolas de formação profissional, continuava reduzido à função subalterna de preparação para os cursos superiores. Não se resolveu nem se pôs em via de solução nenhum dos problemas fundamentais ligados à reorganização de nosso ensino secundário, como um plano de estudos, regulares e metódicos, antes de caráter formativo do que aquisitivo, e destinado a ministrar a cultura geral indispensável às especializações ulteriores. Sem escolas prepostas à formação uniforme dos professores secundários, quase todos auto-didatas ou recrutados, como no Império, nos quadros das profissões liberais, o ensino secundário não podia apresentar, como não apresentava, êsse poder educativo e essa eficiência cultural que provém da ação lenta de um curso de estudos, prolongado e desinteressado, e tanto mais eficaz quanto exercida por um conjunto de mestres preparados num ambiente comum e, portanto, portadores dos mesmos ideais de vida e de educação. Nenhuma das reformas até 1930 encarou nem procurou resolver êsse grande problema; e exatamente na falta de um corpo de professores de carreira, formados sob orientação uniforme, em escolas de alto nível é que se podem buscar as origens de muitas das dificuldades em que se esbarravam, na sua execução, os esforços mais honestos de reorganização do ensino secundário. Do ponto de vista de estrutura, o nosso ensino médio, herdeiro e continuador dos colégios dos jesuítas, mantinha-se mais ou menos fiel às suas origens latinas e puramente literárias e guardava, sem modificações essenciais, senão o plano tradicional de estudos, o mesmo espírito e o mesmo caráter que lhe imprimiu o Império, sem conservar a eficiência que constituía o prestígio do Colégio Pedro II, no regime antigo. A questão que por tôda a parte se agitava, da preeminência dos estudos literários sobre os estudos científicos, permaneceu sem solução através dos planos dos diversos reformadores, legisladores ou Mi-

nistros de Estado, que se abstinham de examinar, para optar por uma delas, qualquer das soluções propostas para a pendência, velha de um século, e que consistiam, ou na criação de dois tipos de ensino (sistema de bifurcação), um com a preponderância das letras, e outro, com o predomínio das ciências, destacando-se os dois ramos de um tronco comum; ou na estreita associação dos estudos literários e científicos, com a qual se pretendia pôr no mesmo pé de igualdade as duas culturas; ou ainda na penetração do espírito científico em todo o ensino, inclusive o das letras.

Não era certamente nem podia ser pelas nossas reformas, num país sem tradições científicas, que se havia de tentar essa última solução, a mais lógica e a mais completa, já ventilada a esse tempo, para que "o triunfo do espírito científico assegurasse a unidade do ensino de cultura, empuxado, desde um século, entre a cultura tradicional das humanidades literárias e a cultura nova das ciências". Mas qualquer das duas primeiras soluções já haviam sido longamente experimentadas em países como, para citar apenas dois, a França, que adotou o sistema das ramificações sobre uma base comum, e a Alemanha que procurou o equilíbrio das letras e das ciências, não em um só tipo de escola (ensino unificado) mas pelas diversas categorias fixas de ginásios correspondentes às correntes diversas, igualmente poderosas (letras clássicas, letras modernas e ciências), que se disputavam o predomínio, na luta para a conquista do ensino secundário. E' que, na República, as sucessivas remodelações do ensino secundário, — regimes de ensaios arbitrários e parciais,¹⁴ oscilavam quase tôdas, sem largueza de concepção e de vistas e presas ainda às questões mais elementares de organização, entre o regime de preparatórios e o curso seriado, com escala pelos exames parcelados, e entre o sistema do ensino oficial (com o ensino padrão e os colégios equiparados) e o ensino inteiramente livre, como o que estabeleceu a Lei Orgânica em 1911, que desoficializou o ensino e instituiu o regime das amplas autonomias. De tôdas essas reformas, as duas

¹⁴ Se examinarmos as reformas do ensino secundário, no primeiro período republicano, verificaremos que, a não ser a de BENJAMIM CONSTANT, nenhuma delas introduziu alteração substancial na sua estrutura interna nem procurou extirpar de nossos ginásios o seu caráter utilitário nem cuidou da formação do magistério secundário. Tôdas elas mostraram grande hesitação, além de absoluta ausência de espírito de continuidade, no estudo e nas soluções dos problemas fundamentais de organização do ensino. As divergências de opinião começavam a estabelecer-se quanto à própria obrigatoriedade do curso seriado e mesmo sobre a duração do curso que, fixada em sete anos no tempo do Império e na reforma Benjamin Constant (1890), se reduziu para seis anos, no Código Epitácio Pessoa que esteve em vigor de 1901 a 1910, e a 5 anos na lei Carlos Maximiliano (1915), para se elevar de novo a sete anos somente na reforma Francisco Campos (1931), — a mais importante dentre tôdas as reformas que se empreenderam no regime republicano. A seriação obrigatória que reaparece depois de avanços e recuos, na reforma João Luiz Alves (1925), somente então se tornou idéia vencedora sobre o regime de preparatórios, em que se debateu, durante cerca de 40 anos, o ensino secundário. A reforma Benjamin Constant (decreto de 8 de Novembro de 1890), que introduziu no Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, tôda a série hierárquica das ciências abstratas, segundo a classificação de COMTE, estabeleceu, ao lado do curso do bacharelado em letras, em 7 anos, no Ginásio Nacional, o "exame de madureza", como prova da capacidade intelectual dos alunos no fim dos estudos. Mas essa medida que não foi posta em prática ou foi mal executada quando a realizaram, segundo observava JOSÉ VERÍSSIMO dez anos depois, coexistia com o regime dos exames parcelados, preferido pelo maior número. No Código do Ensino de 1901 (dec. n.º 3 890, de 1.º de Janeiro de 1901), elaborado pelo Ministro EPITÁCIO PESSOA, no governo de CAMPOS SALES, manteve-se, ao lado do curso seriado (com ou sem bacharelado) o sistema de preparatórios, que resistia ainda a tôdas as investidas. Instituiu-se, por esse código, o regime de equiparação dos colégios particulares, ajustados ao padrão federal e fiscalizados pelo governo da República. Nenhuma mudança radical se operou, por essa reforma, no ensino secundário, cuja estrutura não se modificou também, mas que sofreu um golpe profundo com a lei Rivadavia Correia, de um radicalismo sectário. A chamada "lei orgânica do ensino" (decreto de 5 de Abril de 1911), refletindo a orientação positivista dominante no Rio Grande do Sul instituiu o regime do ensino livre, subtraindo ao Estado a interferência no domínio da educação, estatuiu o exame vestibular, suprimiu os diplomas e, promulgando a autonomia das Congregações, despojou o governo do direito de se imiscuir na economia interna dos institutos superiores. Longe de a refrear, contribuiu essa reforma para acentuar a degradação a que descerá o ensino secundário, quer sob o regime dos exames parcelados, quer sob a vigência dos exames de madureza, quer sob o sistema das equiparações. Não tardou, por isso, a vir a reação com a lei Carlos Maximiliano (18 de Março de 1915), que restaurou a situação anterior e reoficializou o ensino secundário, com 5 anos de curso, mantendo, porém, os exames de preparatórios em colégios particulares, perante bancas nomeadas pelo Conselho Superior do Ensino, — instituição criada pela reforma Rivadavia Correia e a que o art. 11 deste decreto (5 de Abril de 1911) atribuía a função fiscal do Estado. Na reforma João Luiz Alves, também chamada Rocha Vaz (13 de Janeiro de 1925), que vigorou até 1930 prevaleceu afinal a seriação obrigatória, não se permitindo, senão os que nele se haviam licenciado, o regime de preparatórios, fortemente apoiado numa tradição de quase um século.

únicas que corresponderam a um sistema de idéias e trouxeram, como expressões do positivismo no Brasil, um conteúdo filosófico, mais ou menos definido, — a Reforma Benjamim Constant em 1890 e a Lei Orgânica, de RIVADÁVIA CORREIA, em 1911, foram, no entanto, pelo seu caráter de espírito de sistema, as mais radicais e as mais distanciadas do meio a que se destinavam. Aquela, pretendendo, sob a influência das idéias positivistas, dar um caráter científico ao plano dos estudos secundários, não fez mais do que constituir um tipo de ensino enciclopédico; e esta, que não chegou a atingir, como de BENJAMIM CONSTANT, a estrutura do ensino secundário, tirou-lhe o cunho oficial, subtraindo-o à interferência do Estado e reinstaurando por lei o regime de livre competição ou concorrência que se estabelecera sob a pressão das circunstâncias, em todo o Império.

Reduzido, no plano federal do ensino, ao Ginásio Nacional, que ainda voltaria a ser denominado Colégio Pedro II, e submetido a provas e contraprovas de reformas em cada decênio, — e duas separadas apenas por cinco anos —, o ensino médio ou de cultura geral não encontrou na República, até 1930, um legislador que, pondo ordem na confusão, lhe desse uma estrutura, sólida e flexível a um tempo, adaptada tanto aos seus fins como às necessidades e aspirações sociais da época e do meio. O regime que perdurou até 1925, de preparatórios e de “exames parcelados”, retardou por cerca de 40 anos a substituição definitiva dos estudos fragmentários por estudos sistematizados, a que era sempre possível fugir pela porta aberta da concessão aos estudantes de prestarem exames de matérias isoladas ou de grupos de disciplinas. Sob a vigência do regime de preparatórios ou do sistema das equiparações, o ensino secundário que se ministrava por um único estabelecimento federal e alguns poucos mantidos por Estados, tinha de desenvolver-se antes sob o impulso generoso das iniciativas particulares, religiosas e leigas, cujo esforço não foi bastante para o tornar acessível senão a uma certa parte da sociedade e a uma pequena fração de adolescentes. Do ponto de vista qualitativo, as escolas que então se criaram ou se desenvolveram, graças aos esforços das instituições particulares, muito pouco contribuíram para a renovação do espírito e dos métodos do ensino secundário do país: obrigadas a subordinar-se às diretrizes dadas e aos quadros esquemáticos, excessivamente rígidos, fixados pela legislação federal, que dispunha não só sobre planos de estudos, mas sobre horários e programas, não puderam essas escolas organizar-se livremente e servir de laboratórios de experiências, com seu sistema e seus métodos próprios, em que viessem inspirar-se ou colher elementos de orientação às futuras reformas. A educação feminina em nível secundário toma impulso, nas escolas normais, nos colégios de freiras e em outras instituições particulares de ensino, que já se franqueavam à mulher desde os fins do século passado e sobretudo no século atual, em que, em 1907, como nos lembra FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, “concluíam o curso secundário do bacharelado em letras as primeiras duas jovens que a êle se aventuraram”.¹⁵ A expansão do ensino e da cultura fazia-se, porém, graças não somente à iniciativa particular, nos domínios do ensino secundário, mas sobretudo ao desenvolvimento de organismos independentes, — os sistemas escolares estaduais que se estabeleceram segundo o modelo do sistema de ensino no período imperial, mais do que segundo um plano de conjunto.

A formação dos sistemas escolares estaduais que começaram a organizar-se paralelamente com o sistema federal, — limitado êste ao ensino secun-

¹⁵ FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, *Educação*, III. In “Cultura Política”, ano I, n.º 3, Maio de 1941, págs. 281-284.

dário e superior —, e cuja evolução era particularmente favorecida pelo regime de autonomia e descentralização política e administrativa, processava-se, no entanto, irregularmente segundo as grandes diferenças de nível econômico e cultural, entre os diversos Estados da União. Não só se desenvolvia com evidente irregularidade, ligada a esses desníveis econômicos e culturais nas várias regiões do país, mas sempre nas direções tradicionais e com uma intensidade maior no domínio do ensino primário e normal, que entra numa fase nova em alguns estados, como em São Paulo, na administração de CESÁRIO MOTA, no Distrito Federal, antigo Município Neutro, sob a influência inicial de MEDEIROS E ALBUQUERQUE, e em Minas Gerais, com JOÃO PINHEIRO DA SILVA, na presidência do Estado. O que nos legara o Império, a esse respeito, foi, nas expressões duras mas exatas de AZEVEDO SODRÉ, “uma instrução primária deficientíssima, falha e andrajosa, em quase todo o território nacional”.¹⁰ Mas, com todo o esforço que se realizou em vários Estados, não se modificou sensivelmente a situação anormal em que nos deixara o Império e nos manteve a República, a julgar pelos dados impressionantes sobre a porcentagem de analfabetos que, apreciada em 66,4 em 1872, em 67,2 em 1890, baixou apenas a 58,8 em 1900, para se elevar a 60,1 em 1920, isto é, trinta anos após a instituição do regime republicano. Em alguns Estados parece ter havido mesmo um retrocesso, como na Baía e em Pernambuco, “grandes elementos da União que, no Império, segundo observa AFRÂNIO PEIXOTO, gastavam 25 e 15 por cento, respectivamente, de suas rendas com a instrução e, na República, vieram apenas a despendar com isso 3 a 5 por cento de suas receitas”. A extensão geográfica do país, em que se enquadravam populações amuradas em um isolamento cultural quase completo, a insuficiência das comunicações locais e a extrema rarefação demográfica que tornariam necessária a criação de enorme quantidade de estabelecimentos escolares, para fazer baixar notavelmente a porcentagem de analfabetos, constituem, com a mesquinhez dos orçamentos da maioria dos Estados, as causas principais da lentidão em que se arrastava a educação popular na maior parte das unidades da Federação. Transferida aos Estados a atribuição do ensino primário, e despojado, em consequência, o governo central de qualquer influência positiva sobre esse domínio essencial do ensino, as escolas primárias e normais, financiadas pelos Estados, ficaram naturalmente condicionadas, na sua expansão quantitativa e no seu desenvolvimento, às condições econômicas de cada região.

Foi em São Paulo para onde se deslocou o centro da vida econômica do país, que tomou maior impulso a instrução nos seus diversos graus e modalidades. A política adotada de financiamento da imigração que passou a ser subsidiada pelo Estado, a partir de 1886; as novas perspectivas que se rasgaram ao trabalho de colonos, com a abolição do elemento servil, e o desenvolvimento da lavoura cafeeira que atingiu em 1895 um dos seus pontos culminantes com a grande alta do preço do café, concorreram poderosamente para atrair a essa região do país e nela fixar as maiores correntes de imigração. Enquanto pelos outros Estados da União se repartiam em 1891 e em 1895, respectivamente, 108 072 e 27 620 imigrantes, canalizavam-se só para o Estado de São Paulo 108 688 estrangeiros, em 1891, e 139 998, em 1895, ou seja nesse ano, uma corrente imigratória de volume cinco vezes maior do que a que se dispersou por outros Estados. Essa situação de prosperidade que se prolongou até 1928, na economia rural, com fundamento na lavoura do café, e a que o surto das indústrias, sobretudo a partir de 1918, devia dar um impulso vigoroso, permitiu ao Estado de São Paulo organizar em bases mais sólidas e lar-

¹⁰ A. A. DE AZEVEDO SODRÉ, *O problema da educação nacional*. Rio de Janeiro, Tip. do “Jornal do Comércio”, 1926, pág. 18.

gas o seu sistema de educação. Desde 1890, em que surgiu a primeira reforma de ensino primário e normal, entra a escola de formação de professores primários em uma fase nova, — uma das mais brilhantes de sua história —, sob a orientação de ANTÔNIO CAETANO DE CAMPOS, assistido, no seu esforço renovador por MARIA GUILHERMINA LOUREIRO DE ANDRADE que esteve quatro anos estudando nos Estados Unidos e Miss MARCIA BROWNE, ex-diretora de uma Escola Normal em São Luiz, em Massachusetts, e de uma *high-school* em Molden, perto de Boston, nos Estados Unidos. Essas duas professoras, — uma, brasileira, que aperfeiçoou os estudos na América do Norte, e outra, educadora procedente desse país, haviam sido indicadas pelo doutor HORÁCIO LANE, da Escola Americana, para colaborarem com CAETANO DE CAMPOS, diretor da Escola Normal, na direção das escolas anexas (escolas-módulo) que serviam de campo de aprendizagem prática do professor e de experimentação de novos métodos. Em 1892, sendo presidente do Estado BERNARDINO DE CAMPOS, promulgou-se a lei que reorganizou o ensino público (8 de Setembro de 1892) e que foi regulamentada a 23 de Novembro de 1893, já sob a inspiração de CESÁRIO MOTA que a 8 de Fevereiro desse ano sucedera, na pasta do Interior, a VICENTE DE CARVALHO.

Foram então criadas, por essa reforma, mais três escolas normais além de escolas complementares e ginásios; reorganizaram-se os serviços de inspeção do ensino; inauguraram-se vários grupos escolares; e a Escola Normal de São Paulo, cujo curso passou a ser de quatro anos, instalou-se, em 1894, no novo e grandioso edifício, em que ainda hoje permanece, depois de sofrer acréscimos e reformas. Esse movimento remodelador, inspirado pelas idéias e técnicas pedagógicas norte-americanas, prolongou-se até os princípios do século atual, pela ação de um grupo de educadores, como GABRIEL PRESTES que sucedeu a CAETANO DE CAMPOS na direção da Escola Normal, e OSCAR THOMPSON que, tendo substituído, em 1893, Miss BROWNE, assumiu em 1909 a direção geral do ensino público em São Paulo. Se cabe, porém, a esse Estado a precedência que já reivindicava CAETANO DE CAMPOS, de “haver criado a escola pública do ensino reformador”, e se em São Paulo é que se tornou mais viva a consciência de que para ser senhor da juventude é preciso ser senhor dos educadores e cuidar, portanto, da formação dos mestres, esse novo espírito, além de limitado às técnicas pedagógicas, não ultrapassou, nos seus ímpetos de reforma, os domínios do ensino primário e normal que fecundou por muitos anos. No entanto, o espírito de iniciativa e o interesse pela cultura, ainda que no mesmo sentido tradicional, manifestam-se em outros setores. Em 1892 é criado o Instituto Bacteriológico, cuja direção foi confiada a FÉLIX LE DANTEC, por indicação de PASTEUR, e em 1893, a ADOLFO LUTZ; criam-se em 1893 a Escola Politécnica e o Museu Paulista, que se inaugura em 1895; o Instituto Agrônomo, estabelecido em Campinas pelo governo imperial em 1887, transfere-se em 1892 para o domínio do Estado;¹⁷ surge em 1896 a Escola de En-

¹⁷ O Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo tem as suas origens na Estação Agrônoma de Campinas que, a instâncias do Conselheiro ANTÔNIO PRADO, então Ministro da Agricultura, foi criada por decreto do governo imperial, em 27 de Junho de 1887, para o fim de estudar as culturas tropicais. Para organizá-lo e dirigi-lo contratou o governo da monarquia o Prof. F. W. DAFERT, notável cientista austríaco, que prestou inestimáveis serviços durante a sua administração (1887-1897) e realizou trabalhos científicos de alto valor sobre o café e a sua cultura. O decreto federal de 8 de Fevereiro de 1892 transferiu a Estação Agrônoma de Campinas para a jurisdição do Estado de São Paulo, com a denominação que ainda mantém, de Instituto Agrônomo, sendo votada uma verba anual de 15 contos para o seu custeio. Depois de UCHOA CAVALCANTI que sucedeu a F. W. DAFERT, na direção do Instituto, e exerceu o cargo em caráter interino (1897-98), estiveram à frente dessa instituição técnica e científica GUSTAVO D'UTRA (1898-1906), LOURENÇO GRANATO (1906-7), MAX PASSON (1907-9) e BERTHET (1909-24). Assumiu-lhe a direção, desde 1924, TEODURETO DE CAMARGO, engenheiro agrônomo, a quem se devem a continuidade de seus progressos, nesse largo período de 17 anos, e um dos mais vigorosos impulsos que se imprimiram ao Instituto desde a sua fundação. Em Dezembro de 1927, pela lei n.º 2 227-A, passou o Instituto Agrônomo por uma de suas mais importantes reformas, que lhe atingiu toda a estrutura, distribuindo-lhe os serviços científicos e técnicos em oito secções: 1) de química agrícola e tecnológica; 2) de agronomia;

genharia do Mackenzie College; fundam-se em 1899 o Instituto de Butantã, cujas atividades científicas se iniciaram sob a direção de VITAL BRASIL, e em 1901 a Escola Superior de Agricultura em Piracicaba, e no ano seguinte, em 1902, instalam-se as duas primeiras escolas de comércio, — a do Mackenzie College e a que tomou o nome de Álvares Penteado. As duas primeiras escolas técnico-profissionais, uma masculina e outra feminina, criadas no Braz, datam de 1911, e de 1913, a primeira Faculdade de Medicina de São Paulo. Em todo esse aparelhamento cultural, o Instituto Agrônômico, destinado ao estudo dos problemas ligados à agricultura; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, preposta à formação de administradores agrícolas, técnicos para serviços agrônômicos e agrônomos, e o Instituto Biológico que, nascendo de uma comissão destinada a dar combate à broca do café, se transformou, em 1928, numa instituição permanente de defesa agrícola e animal, representam um esforço verdadeiramente notável para ligar estreitamente o ensino e a pesquisa à produção agrícola do Estado e à economia nacional.

Mas, se essas instituições destinadas ao ensino e à pesquisa científica de interesse para a produção vegetal e animal começaram a enriquecer o sistema cultural de São Paulo, onde tomaram incremento a agricultura, o comércio e a indústria, esse movimento de especialização, correspondente a uma complexidade maior de estrutura, não se estendeu aos outros Estados, que se mantiveram mais ligados às tradições escolares do país. No próprio Estado de São Paulo que, sob o impulso da lavoura, se transformava em ritmo mais acelerado, e em que novas escolas técnicas e institutos científicos se criaram para suprir as lacunas do ensino tradicional das velhas faculdades, muito pouco se fez para introduzir um novo espírito e orientar parte da mocidade que se destinava às escolas superiores, para a instrução técnica, sobretudo agrícola, e para as escolas de comércio. Esse Estado mantinha, como os demais, um ensino, no seu conjunto, acentuadamente tradicional, embora mais rico e diferenciado, que se achava, em quase todas as suas instituições, singularmente afastado tanto das necessidades do meio como das condições da vida moderna que já envolviam, modificando-as, as suas atividades econômicas fundamentais. O ideal de "homem culto" permanecia, ao menos até à guerra mundial de 1914, o mesmo que predominava no Império; e as escolas superiores, destinadas às carreiras liberais, satisfaziam a essas aspirações dominantes, no meio social em geral e, especialmente, nas famílias dos senhores de engenho, fazendeiros e estancieiros, como da burguesia urbana, que continuavam a ver nas profissões de advogado, médico e engenheiro as ocupações mais nobres e, nas escolas superiores de formação profissional, uma escala de ascensão social e política de seus filhos. Num meio em que o título de doutor ainda era um ornamento

3) de horticultura; 4) de genética; 5) de botânica; 6) de entomologia aplicada; 7) de bacteriologia agrícola e 8) de indústrias de fermentação. A experimentação realizava-se, em 1930, em cinco fazendas agrícolas de sua propriedade (estações experimentais), em Campinas, Tietê, Sorocaba, Limeira e São Roque, as quais, embora já fôsem de policultura, tendiam a especializar-se em culturas determinadas. Depois da reforma que sofreu pelo decreto n.º 5 447, de 29 de Março de 1932, e que foi mais administrativa do que técnica, passou o Instituto por uma profunda remodelação em virtude do decreto n.º 7 312, de 5 de Julho de 1935, ficando constituído de todas as seções necessárias ao seu pleno funcionamento e algumas delas agrupadas em serviços. O Instituto Agrônômico que dispõe hoje de uma rede de doze estações experimentais, abrange, de acordo com essa reforma, três serviços: 1) o de algodão que compreende as seções de experimentação, de controle de sementes e de tecnologia de fibras; 2) o de horticultura, com a seção de citricultura que, criada em 1928-1929, se tornou um serviço autônomo e voltou então ao Instituto, e as seções de frutas diversas e de oleicultura; 3) e o de genética, repartido em duas seções de genética e de citologia; e as seções: a) de café; b) de cereais e leguminosas; c) de cana de açúcar; d) de raízes e tubérculos; e) de fumo; e f) de plantas oleaginosas. Foram criadas e estão ainda por instalar as seções de botânica, de bacteriologia e indústrias de fermentação, de economia e mecânica agrícola, de irrigação e drenagem, que devem completar a sua organização. Para que se possa apreciar o vulto das reformas então empreendidas, bastará considerar que a verba destinada à manutenção do Instituto quase triplicou de 1934 para 1935, elevando-se de cerca de 1 milhão e quinhentos mil cruzeiros para pouco menos de quatro milhões e quatrocentos mil cruzeiros (ou precisamente Cr\$ 4 331 474.00). A biblioteca desse Instituto, — uma das mais importantes da América do Sul —, reorganizada em Julho de 1935, contava em 1937 com 1 810 livros em vários idiomas, 4 091 volumes de revistas e 8 868 separatas provenientes de todas as partes do mundo.

para os ricos senão uma recomendação a mais para a política e a alta administração pública, e um instrumento de ascensão, para as famílias que se aspiravam elevar-se na hierarquia social, nem a pesquisa científica desinteressada nem a cultura técnica podiam passar facilmente ao primeiro plano das cogitações dos candidatos às escolas superiores.¹⁸ Nos pequenos focos intelectuais independentes que se formaram e passaram a gravitar como satélites em torno do principal centro de ensino e de cultura do país, não se tratava, geralmente, de enriquecer e ductilizar o sistema escolar e reformá-lo segundo novas necessidades e uma nova concepção de cultura, mas de organizá-lo nos moldes do ensino superior, que vinha do Império e se constituía das três faculdades tradicionais.

As duas faculdades de direito, criadas em 1827, acrescentaram-se, a partir de 1891, mais dezessete instituições de ensino jurídico, das quais somente três são posteriores a 1930; às duas antigas faculdades de medicina, cujas origens remontam aos cursos médico-cirúrgicos criados no tempo de D. JOÃO VI, juntaram-se novas escolas dêsse tipo, perfazendo um total de onze, em 1940; e oito escolas de engenharia reuniram-se, de 1891 a 1914, às duas que nos legou o regime imperial, — a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a de Minas, de Ouro Preto. Esse fenômeno de multiplicação ou de “cogumelagem” de escolas superiores para as carreiras liberais, e a repartição geográfica, muito desigual, dêsses estabelecimentos que, com raras exceções (a Escola de Engenharia, de Juiz de Fora, em Minas, e a Faculdade de Direito, em Campos, no Estado do Rio), se concentravam no Rio de Janeiro ou se distribuíam pelas capitais dos Estados, bastariam para provar a persistência da mentalidade criada no tempo do Império, e que se formou e se desenvolveu à sombra das velhas faculdades do país. As preferências da mocidade e das famílias voltaram-se tôdas ainda para as faculdades de direito e de medicina, mantendo-se as de engenharia com uma frequência inferior de estudantes, já pelo caráter mais “técnico” dessas escolas, já pelas poucas perspectivas que se abriam, nas condições econômicas e industriais da nação, às atividades de engenheiro, já ainda talvez por não conferirem elas o título de doutor que expediam as de medicina e a tradição estendeu aos bacharéis em direito. As elites culturais, políticas e administrativas, constituídas, em sua maior parte, de bacharéis e doutores, marcavam o estilo de nossa cultura, cujas tradições se condensavam, como em núcleos de resistência às idéias inovadoras, no patriado rural e na burguesia urbana. As novas idéias, as teorias importadas e as reformas mais audaciosas fundiam-se ou se dissolviam ao calor da família, que era a instituição social mais estável e conservadora da sociedade em formação, como das velhas escolas destinadas a fabricar profissionais, donde saí-

¹⁸ O confronto entre o número de institutos de pesquisas, criados entre 1890 e 1930, e o das escolas destinadas à preparação para as profissões liberais, em igual período, mostra à evidência o predomínio quase absoluto destas sobre as instituições em que é conferida a prioridade à livre pesquisa, nos domínios da ciência aplicada. Para 9 institutos dessa ordem, fundados de 1890 a 1930, e dos quais 5 em São Paulo, criaram-se 33 escolas superiores profissionais, 8 de medicina, 8 de engenharia e 17 de direito. Foram, de fato, estabelecidas, nesse período, as faculdades de medicina, de Porto Alegre (1897); de Minas Gerais, em Belo Horizonte (1911); do Paraná, em Curitiba (1912), reconhecida em 1922; de São Paulo (1913); do Recife, de Niterói, e, no Distrito Federal, a de Ciências Médicas e a de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano. A Faculdade Paulista de Medicina de São Paulo data de 1933. As escolas de engenharia, criadas de 1890 a 1930, são a Politécnica da Baía que, fundada em 1887, realmente só inaugurou os seus cursos em 1897 e foi equiparada em 1898 à sua congêneres federal; a Politécnica de São Paulo (1893); a do Mackenzie College, de São Paulo (1896); a de Porto Alegre (1896); a do Recife, em Pernambuco (1896); a de Minas Gerais (1911); a do Paraná, em Curitiba (1912) e a de Juiz de Fora, em 1914, perfazendo um total de 8, com exclusão da Escola de Engenharia do Rio de Janeiro e a de Minas, em Ouro Preto. Dentre as 14 faculdades de direito que se instituíram, nos primeiros quarenta anos do regime republicano, funcionam ainda 7, a saber, a do Distrito Federal (1891), atualmente Faculdade Nacional de Direito; a da Baía (1891); a de Minas Gerais (1892); a do Ceará (1903); a do Amazonas (1910), a do Paraná (1912) e a de Goiás (1921), que, acrescidas das escolas fundadas posteriormente a 1930, — a do Piauí e a de Alagoas (1931) e a de Campos, no Estado do Rio (Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua), atingem o número de 10 faculdades de direito, novas, ou 12, com as faculdades tradicionais, do Recife e de São Paulo.

ram as elites dominantes e em torno das quais gravitavam as aspirações da juventude e se agrupavam os núcleos de interesses das classes sociais mais elevadas. As antigas faculdades continuaram, pois, a ser os principais focos de penetração da cultura tradicional como os centros de estudos em que se formaram, através de gerações, numerosos trabalhadores de espírito que deram ao Brasil uma irradiação às vészes bastante intensa para ultrapassar as suas fronteiras.

Não é, pois, de surpreender que, com essa mentalidade jurídico-profissional, voltada inteiramente para as carreiras liberais e para as letras, a política e a administração, continuasse o ensino técnico, assim como o científico, relegado para plano secundário. A abolição do regime servil não acarretou como não podia acarretar de momento para outro a transformação da mentalidade que com êle se formou, de descaso pela ciência e pela técnica e desprezo pelas atividades de base manual e mecânica. Nem a estrutura industrial que apenas começava a edificar-se em algumas regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, podia elevar ao primeiro plano das preocupações políticas, na organização dos sistemas escolares, as diversas culturas técnicas que visam pôr ordem na economia da nação, pela prática da orientação profissional e da aprendizagem racional e pela adaptação dos homens ao material e às tarefas industriais. Faltavam ademais no Brasil as tradições sólidas e disciplinadoras das corporações que, fixando a duração e as condições do aprendizado para cada ofício, mantiveram, na Europa, através de gerações, a eficiência e o prestígio de algumas atividades técnicas que penetraram, como sobrevivências, o sistema do mecanismo estandarizado e da produção em série, características da evolução industrial do mundo. Assim não se apresentavam ainda os problemas do ensino técnico sob uma forma concreta, a um tempo mais palpável e mais eficaz, para interessarem vivamente às classes cultas: a burguesia, por tôda a parte, com o sentimento muito vivo das realidades que lhe dá o hábito dos negócios e com o apêgo às tradições e aos valores, que correspondem aos seus interesses materiais, tende a ligar o problema da instrução às suas necessidades e preocupações dominantes, e, embora a elite que a representa, o transponha sempre em termos de interesse geral para dissimular o seu egoísmo, não o resolve nunca de outra maneira senão no sentido de seus interesses particulares. No entanto, não faltaram iniciativas isoladas, públicas e particulares, no domínio do ensino técnico e profissional, em que São Paulo foi também o Estado abridor de caminhos, mas sem bastante convicção e impulso para prosseguir na obra de que apenas, por essa época, se lançaram os fundamentos. O Liceu de Artes e Ofícios que, embora criado ainda no Império, em 1873, se consolidou para entrar na sua fase mais fecunda depois de 1895, com a administração Ramos de Azevedo; a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba (1901); a Escola de Comércio Álvares Penteado (1902) e as duas primeiras escolas profissionais, masculinas e femininas, instaladas em São Paulo em 1911, são outras tantas iniciativas que prometiam multiplicar-se e impor com o tempo a organização de um plano de conjunto e de mais larga envergadura, com uma unidade de orientação. Mas elas permaneceram no Estado, durante largos anos, como instituições dispersas e solitárias.

Por essa mesma época, em 1911, no Distrito Federal, ÁLVARO BATISTA empreendia a organização do ensino técnico e profissional, criando várias escolas, entre as quais a Escola Sousa Aguiar, sob a orientação de CORINTO DA FONSECA, entra numa fase ativa de experiências renovadoras. A Escola de Artes e Ofícios Venceslau Braz, fundada em 1919 pelo governo municipal, para formação de mestres e contra-mestres, transfere-se mais tarde para o governo da

União com objetivo de formar professores para as escolas de aprendizes artífices, criadas pelo governo de NILO PEÇANHA (1909-1910) nas capitâneas dos Estados e destinadas à educação profissional das crianças pobres. Essas escolas de aprendizes artífices e os patronatos agrícolas, dependentes do Ministério da Agricultura, como a Escola Superior de Agricultura fundada em 1910 no Rio de Janeiro, foram as mais importantes senão as únicas criações do governo federal que não soube, também ele, desenvolver e articular a obra iniciada, a partir de 1910, em quase todos os Estados da União. Em Minas Gerais criaram-se mais tarde a modelar Escola Agrícola, de Viçosa, sob a orientação de ROLPHS, especialista norte-americano, contratado, que formou escola e a quem sucedeu, na direção, BELO LISBOA, e o Instituto Eletrotécnico, de Itajubá, instituição particular fundada por TEODOMIRO SANTIAGO. Se se acrescentarem a essas instituições a Escola Doméstica, de Natal, no Rio Grande do Norte, devida ao impulso generoso de HENRIQUE CASTRICIANO, e algumas dezenas de escolas comerciais, quase todas de iniciativa privada, ter-se-á o quadro do ensino técnico-profissional, deficiente e precário, sem articulações com o sistema educativo, no seu conjunto, e sem ligação com as indústrias. De fato, nesse sistema em formação, em que predominavam, como era natural, as escolas e institutos agrícolas entre os quais cumpre lembrar o Instituto Borges de Medeiros (de agronomia e veterinária), no Rio Grande do Sul, nenhum esforço se realizou para resolver o problema das relações entre o ensino profissional, tratado isoladamente, e os outros ensinos, nem para estabelecer um contacto mais íntimo das escolas industriais com os meios profissionais interessados, nem ainda para conjugar racionalmente ciência e técnica e ensinar o lugar de cada indústria no conjunto da vida econômica, o *processus* das diferentes produções e sua dependência mútua, e a tecnologia geral donde derivam todas as técnicas particulares.

A dispersão dessas e outras instituições que surgem, isoladas, e não chegam a enquadrar-se em nenhum sistema, provém, sobretudo, do caráter fragmentário das iniciativas e reformas e da completa ausência de uma política de educação. Nenhuma dessas reformas que eram às vezes precedidas de consultas a figuras representativas do magistério superior, se estabeleceu sobre dados objetivos colhidos em inquéritos e na investigação direta das condições especiais do meio a que deviam servir as instituições novas ou reorganizadas conforme um plano de conjunto. Uma análise, ainda que sucinta da estrutura do sistema educativo em formação, no período republicano até 1930, mostra à evidência que, de um lado, a falta de diretrizes uniformes de uma política escolar e, de outro, a multiplicidade de sistemas a que deu origem a autonomia política e administrativa dos Estados, acabaram por quebrar, não a unidade fundamental do espírito, estreitamente ligado à tradição, mas a unidade de estrutura da educação nacional. Esse sistema escolar, tanto no plano federal como nas diversificações regionais, era um herdeiro de tradições muito complexas que se combinaram e se fundiram, provenientes das experiências trisseculares da Colônia e das atividades culturais do Império. A linha de resistência às inovações, mais ou menos forte segundo as ordens de ensino, traduz fielmente a espessura dessas tradições sociais e religiosas, literárias e profissionais. Não era propriamente uma política escolar, conciente e refletida, e nitidamente formulada, mas a força quase mecânica da tradição que residia à base, como um elemento propulsor, do desenvolvimento das escolas superiores destinadas à preparação para as profissões liberais e de que se multiplicaram exemplares por quase todos os Estados onde começava a tomar impulso a instrução. O afluxo de candidatos a esses institutos não apresentava sinais de decrescer; e, como o número das admissões, condicionado apenas às possibilidades materiais de cada

faculdade, não se limitava, tendo-se em vista as necessidades do país e a colocação dos diplomados, não se tardou a verificar o congestionamento das carreiras liberais, muito cedo saturadas, apesar de transbordar dos quadros profissionais para outras atividades, sobretudo políticas, administrativas e jornalísticas, grande número de bacharéis e doutores.

Se as portas das escolas normais já se franqueavam inteiramente às mulheres, que passaram a dominar o ensino primário, como seu próprio elemento, e começaram a figurar, embora em porcentagem extremamente reduzida até 1930, nas escolas secundárias, as das escolas superiores lhes permaneciam ainda praticamente fechadas.¹⁰ É que os cursos de preparatórios e os ginásios, desligados das escolas primárias, continuavam, na sua finalidade utilitária, a serviço das escolas superiores, em que se preparavam os candidatos às profissões liberais, reservadas então exclusivamente aos homens, e onde se recrutavam as elites culturais do país. Assim, pois, se examinarmos a organização vertical dos sistemas escolares, da União e dos Estados, será fácil verificar, em cada um deles, uma dualidade de sistemas, sobrepostos, constituindo dois mundos que se mantinham separados desde o Império, e entre os quais a República não procurou lançar as pontes de ligação: o ensino primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o ensino secundário e superior, de outro, ou por outras palavras, o sistema de educação popular e o de formação de elites. Certamente muito pouco se fez, de plano deliberado, para cobrir o abismo que separa as camadas populares e as camadas cultas do país, cuja população foi e é ainda caracterizada por extraordinárias desigualdades de cultura segundo as regiões e as classes. Enquanto a elite das grandes cidades participava muito ativamente da vida intelectual do ocidente europeu, permaneciam inteiramente incultas, na sua maior parte, as massas populares, a cuja instrução não se deu o impulso correspondente ao seu grande desenvolvimento demográfico. Mas, de uma parte, a pluralidade dos focos de instrução que resultaram do centrifugismo estimulado pelo regime das autonomias e, de outra, a penetração crescente das mulheres e a sua larga e generosa contribuição no domínio do ensino primário, confiado aos Estados, e de que os homens já começavam a desertar, contribuíram para reduzir tanto os desníveis culturais de uma região para outra, como o divórcio entre as classes populares e as camadas cultas da Nação.

A substituição de um único centro orientador, em matéria de ensino, por uma grande variedade de focos de irradiação escolar, se teve a vantagem de desenvolver o ensino em superfície e de aproximar as camadas populares e cultas, em várias regiões do país, concorreu para retardar a formação de um sistema educativo nacional, como para criar novos centros de resistência ao progresso das idéias inovadoras. A idéia em marcha, desde o Império, de uma educação nacional foi, de fato, paralizada pela vitória do federalismo na Constituição de 91 que deferiu aos Estados a atribuição do ensino primário e lhes reconheceu o direito de organizar os seus sistemas escolares, sem fixar preliminarmente as diretrizes de uma política de educação. Tudo daí por diante,

¹⁰ Somente em 1907, como já tivemos ocasião de observar, bacharelaram-se em letras as duas primeiras jovens que concluíram os estudos secundários. A educação feminina era dada então quase exclusivamente em colégios de ordens religiosas, constituídas, na maior parte, de professoras estrangeiras, sobretudo francesas e belgas, e em algumas escolas protestantes e, portanto, em escolas confessionais. Nos ginásios leigos, oficiais ou particulares, eram raras as mulheres, que se concentravam nas escolas normais, prepostas à formação do magistério primário, e em escolas profissionais, das chamadas "artes domésticas". No Brasil, até 1930, não haviam ainda as mulheres conquistado o seu lugar no ensino superior e universitário. Nos países europeus, aliás, era muito reduzido, nos fins do século passado, o número de mulheres que frequentavam escolas superiores. Na França, por exemplo, em 1891, havia matriculado nas escolas de ensino superior em Paris 10 518 estudantes, dos quais 1 091 na Faculdade de Letras, 668 na de Ciências e os demais distribuídos por vários outros estabelecimentos de ensino. Não se contavam, naquelas escolas, mais de 252 mulheres, das quais 105 francesas, e as demais estrangeiras. As mulheres que já haviam conquistado na França o seu lugar universitário, não o tinham, porém, obtido ainda na Alemanha.

no domínio educacional, teria de desenvolver-se, como se desenvolveu, sob a pressão das circunstâncias locais que variavam de uma região para a outra, e iam desde as condições demográficas e econômicas e as diferenças de nível cultural até a diversidade de tendências dos governantes e às flutuações das reformas, empíricas e fragmentárias, em que tão profundamente se exprimia a descontinuidade da administração. Depois que, com a sua transferência para a jurisdição do governo do Distrito Federal, se desviou de seus fins nacionais o *Pedagogium*, — instituição criada em 1890 por BENJAMIM CONSTANT como órgão central de coordenação das atividades pedagógicas do país, só em 1911 surgiu, com a Lei Orgânica, o Conselho Superior do Ensino a que se devolveu a função fiscal do Estado (arts. 5 e 13) e que, transformado em 1925 pela reforma Rocha Vaz em Conselho Nacional do Ensino, não alargou as suas atribuições técnicas e fiscais além dos domínios do ensino superior e secundário. Na sua organização primitiva (art. 12 do decr. n.º 8 659), o Conselho Superior do Ensino compunha-se dos diretores das escolas federais de direito, medicina, engenharia, do Colégio Pedro II e de um docente de cada um desses estabelecimentos. Não se propunha nenhuma ação orientadora e fiscal sobre os organismos escolares estaduais, aos quais se conferia uma liberdade ainda mais ampla pela Lei Orgânica, embebida nas tradições do liberalismo que levou às últimas consequências, na secular reação contra a política “centralizadora e retrógrada” que dominou o país no Império e se prolongou, ainda na República, em relação às instituições de ensino federais ou reconhecidas pela União. O Ministério do Interior, a que estavam afetos os negócios do ensino, não administrava senão o ensino secundário e superior, não tendo qualquer influência no domínio essencial, — do ensino primário.

Podia parecer à primeira vista que as possibilidades abertas pela Constituição de 91 de organizarem os Estados os seus sistemas escolares, dessem lugar à criação de focos de renovação de cultura e de ensino. Como, porém, as novas instituições escolares foram criadas por iniciativa ou sob a inspiração das elites que provinham das antigas faculdades e tinham a mesma mentalidade e formação cultural, esses sistemas educativos vieram a ser outros tantos instrumentos, não de renovação, mas de conservação e difusão dos tipos de ensino tradicionais e das velhas culturas. A tradição constituía um elemento não só organizador mas solidificador de estruturas ainda mal assentadas que se iam conformando, à medida que se desenvolviam, às idéias dominantes e aos moldes do sistema federal, fundidos no Império. Certamente, os sistemas estaduais, novos, em via de crescimento e de formação, apresentavam uma plasticidade maior, e foi da periferia para o centro, do Distrito Federal e dos Estados para o governo da União, que partiram os primeiros movimentos de reforma e reconstrução geral. Mas, a identidade de concepção de cultura, a pobreza dos orçamentos locais e a pressão do aparelhamento burocrático e fiscal do ensino, entrando as iniciativas e instalando a rotina, aceleraram o processo de extratificação e burocratização desses sistemas em que, apesar de novos, também se aquartelaram, como no sistema federal, as forças conservadoras e, por vêzes, reacionárias. As velhas faculdades, tantas vêzes reformadas, reorganizaram-se sem perderem a sua fisionomia original e a sua tradicional constituição orgânica, e os novos tipos de escola, tanto aquelas em que se conferisse a prioridade à pesquisa, como as altas escolas técnicas, consideradas instituições de luxo, contavam com a indiferença se não esbarravam na oposição dessa elite que se recrutava, através de gerações, nas faculdades criadas com a função de formar profissionais. Dir-se-ia que considerávamos que devia durar sempre esse sistema escolar, correspondente a uma estrutura econômica, social e política, já em franca transformação: nós quase o julgávamos perma-

nente, estatutário. Não tiveram outra origem senão na mentalidade tradicional e na burocracia que estabeleceu, sufocando tôdas as energias renovadoras, a preeminência do político sôbre o administrativo e do administrativo sôbre o técnico, a resistência secular e as oposições radicais à criação de universidades e altas escolas que recolhessem e mantivessem antes de tudo os privilégios da pesquisa desinteressada.

Essa situação, porém, de estabilidade e de rotina não devia prolongar-se por muito tempo. As variações da população e a evolução da vida econômica, em consequência do surto industrial que se verificou, depois da guerra de 1914, tinham de acompanhar-se de um conjunto de transformações e crenças características da vida social brasileira, nos principais núcleos de concentração humana, como São Paulo, Rio de Janeiro e outros, mais acessíveis às influências da civilização ocidental. A guerra européia, com tôdas as suas consequências econômicas, sociais e políticas, estendia, além do continente em que deflagrou, êsse estado de inquietação e de revolta, de esperanças e de aspirações, de vontade de destruir e de impulso reconstrutor que provocou por tôda a parte, desencadeando novas fôrças e suscitando novas correntes de pensamento. "Os sucessos que se desenrolam no Velho Mundo, durante a conflagração e em consequência dela, — a democracia de WILSON, o socialismo da Alemanha e da Áustria, o bolchevismo da Rússia, o fascismo da Itália, são de tal modo importantes, violentos e precipitados, (lembra MÍLTON RODRIGUES) que empolgam a atenção do mundo e, no Brasil, a opinião pública é fortemente sacudida por êles".²⁰ Se a opinião pública, abalada e desagregada pelos choques sucessivos dêsses acontecimentos, não chega ainda a dividir-se em correntes nitidamente diferenciadas, é certo que começam a propagar-se um sentimento cada vez mais vivo de desconfiança em relação ao antigo estado de cousas e às idéias estabelecidas e uma aspiração, vaga ainda quanto ao conteúdo e ao sentido das reformas, mas nem por isto menos vigorosa quanto à vontade de destruição e de mudanças econômicas, sociais e políticas. As revoltas de 1922 e 1924, que se sucedem nesse período e eram acompanhadas pelo povo senão com um movimento de solidariedade, ao menos com simpatia e interesse, constituíam sintomas extremamente vivos e marcavam as fases de desenvolvimento dessa mentalidade revolucionária que se vinha formando numa atmosfera carregada de eletricidade e teria de desfechar, em 1930, numa revolução de maior envergadura. A guerra de 1914, com todo o cortejo de suas devastações e consequências tremendas, havia também contribuído poderosamente para elevar ao primeiro plano das preocupações sociais e políticas as reformas educacionais com que se sonhava forjar uma humanidade nova e em que se concentravam as últimas esperanças de uma vida melhor, da restauração da paz pela escola e da formação de um novo espírito, mais ajustado às condições e necessidades de um novo tipo de civilização.

Em 1918 rompia a Inglaterra êsse movimento de reformas com o *Education Act* de lord FISHER; em 1919-1920 iniciava-se, por uma série de medidas convergentes, a execução progressiva da grande obra planejada por OTTO GLOECKEL, em Viena; logo a seguir a Prússia e os Estados Alemães empreendiam, de 1922 a 1925, a reorganização de seus sistemas escolares, desenvolvendo-se, sob a Constituição liberal de WEIMAR, uma atividade extraordinária de estudos, pesquisas e experiências pedagógicas; LÉON BÉRARD levava a debate, em 1923, na Câmara de Deputados, uma nova reforma de ensino, na

²⁰ MÍLTON DA SILVA RODRIGUES, *Educação comparada. Tendências e organizações escolares*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938, pág. 268.

França,²¹ e nesse mesmo ano, GENTILE traçava o plano de reconstrução educacional da Itália fascista e LUNATSKY, auxiliado por KROUPSKAIA, atacava igual problema na Rússia comunista pela mais audaciosa e radical de todas as reformas que então se realizaram e suscitam por toda a parte iniciativas semelhantes de reorganização do ensino em todos os seus graus, de acordo com as novas correntes de idéias e os novos regimes políticos. Mas, ao mesmo tempo que as questões sociais, políticas e pedagógicas, rompendo os círculos restritos em que se debatiam, de filósofos, homens de ciência, reformadores e políticos, passavam a interessar a opinião pública do mundo e envolviam o Brasil na órbita de suas influências, entrava o nosso país numa época de transformações econômicas, devidas não só aos extraordinários progressos da exploração agrícola e à grande alta dos preços do café, como ao maior surto industrial que se verificou, na evolução econômica da nação. A intensidade das trocas econômicas e culturais, o desenvolvimento da imigração de povos de origens diversas e o crescimento das aglomerações urbanas, pelos quais se exprimia vigorosamente o impulso tomado pela indústria nacional, depois do conflito europeu, criavam o ambiente mais favorável à fermentação de idéias novas que irradiavam dos principais centros de cultura, tanto da Europa como dos Estados Unidos. A tendência de concentração urbana anunciava-se com vigor em Recife e, sobretudo no sul, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Santos e Porto Alegre, sem falar em São Paulo, cujo crescimento só é igualado pelo de Chicago e de Sidney e atinge proporções inesperadas. A população da maior cidade do planalto duplicou, de fato, em menos de dez anos, elevando-se de 380 mil habitantes, em 1920, a perto de 800 mil, em 1930 e atingindo em 1934 a mais de um milhão (1 033 202) dos quais, nesse ano, cerca de 200 mil (190 219) pessoas já empregavam suas atividades na indústria, 84 699 trabalhavam no comércio e 26 543, em serviços de transporte.

Foi nesse ambiente de agitação de idéias, de transformações econômicas e de expansão dos centros urbanos, que se iniciou no planalto e no litoral, para se propagar pelas principais cidades do país, o movimento reformador da cultura e da educação. O primeiro sinal de alarma que nos colocou francamente no caminho da renovação escolar, foi a reforma empreendida em 1920 por ANTÔNIO DE SAMPAIO DÓRIA que, chamado a dirigir a instrução pública em São Paulo, conduziu uma campanha contra velhos métodos de ensino, vibrando golpes tão vigorosamente aplicados à frente constituída pelos tradicionalistas que panos inteiros do muro da antiga escola deviam desmoronar. Mas, não só as resistências eram ainda muito fortes para que a obra, encetada e interrompida no primeiro ano, pudesse desenvolver-se e produzir todos os seus efeitos, como também, ainda que fugindo à orientação puramente administrativa, essa reforma, limitada ao ensino primário, concentrava os seus melhores esforços na transformação de métodos e técnicas de ensino. Em 1924, LOURENÇO FILHO, no Ceará, a que foi chamado para reorganizar o ensino primário; ANÍSIO TEIXEIRA, na Baía, onde ensaia as atividades de reformador que deviam desenvolver-se, em toda a sua plenitude, no Distrito Federal (1932-35), de volta de sua viagem de estudos aos Estados Unidos; CARNEIRO LEÃO, no Rio de Janeiro, e LISÍMACO DA COSTA, no Paraná, já se orientam por uma ação, variável no grau de intensidade, como no conteúdo e nos objetivos, para a renovação escolar, semeando novas idéias e técnicas pedagógicas, promovendo realizações e organizando planos de reformas, parciais ou globais, mas todas limitadas ao ensino primário e aos seus problemas fundamentais. Não faltavam, aqui e ali, iniciativas particulares, como para citar uma das primeiras e

²¹ LÉON BÉRARD, *Pour la Réforme classique*. Paris, Librairie Colin, 1923.

de sentido mais corajosamente renovador, a Escola Regional de Merití, fundada no Estado do Rio, em 1921, por ARMANDA ÁLVARO ALBERTO, que se alistava entre os pioneiros da educação nova no Brasil. As atividades reformadoras, no domínio do ensino público, se chegaram, porém, a constituir vários focos de renovação, não lograram, algumas delas, impedir que os problemas de arquitetura administrativa mascarassem os problemas mais importantes da reforma pedagógica, entravada pelos governos, no Paraná e no Rio de Janeiro, e não conseguiram, as outras, firmar a posição dos reformadores contra a resistência oposta pela tradição e pelas novas investidas das forças conservadoras que não tardaram a reconquistar o terreno.

Aliás, não traduziam essas reformas uma política orgânica traçada pelas elites governantes, mas antes as tendências pessoais de educadores determinados, que agiam por sua própria conta, orientando, no sentido das idéias novas, as suas iniciativas a que sucediam contra-reformas, de volta ao passado. Essas perplexidades radicais provocam no Rio de Janeiro e em vários Estados, como São Paulo, um movimento pendular da educação, desde 1920, de uma política reacionária para uma política renovadora, e desta para aquela, levando anos o pêndulo para se achar novamente no ponto morto, isto é, no momento em que, incapazes de fazer a sua própria política, com o apoio dos reformadores, e recusando-se a fazer a política destes, os governos preferiam nada alterar, nesta ou naquela direção. Faltava evidentemente, na ausência de uma política escolar oficial, uma força de aglutinação desses grupos esparsos de educadores novos que, mal se formavam, já ameaçavam desagregar-se, e cujos sucessos, na administração escolar, permaneciam em função de sua autoridade e prestígio pessoal e, portanto, de vários fatores que os obrigavam a uma tática muito complexa para fazerem prevalecer os seus ideais. A Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 pelo grande idealista que se chamou HEITOR LIRA, desempenhou esse papel, congregando os educadores do Rio de Janeiro, pondo-os em contato uns com os outros, abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e as reformas, frequentemente de um conteúdo intelectual confuso e contraditório, e convocando-os para congressos ou conferências de educação, das quais três, a de Curitiba, em 1927, a de Belo Horizonte, em 1928, e a de São Paulo, em 1929, se realizaram antes do advento da Revolução. Inaugurou-se, depois de 1922, a época das conferências educacionais. Para um congresso de instrução que se projetou, em 1883, e não chegou reunir-se na Corte, — a única iniciativa desse gênero em todo o Império —, sendo que dessa data até 1922 não se promoveu uma só conferência de educação, realizaram-se de 1922 a 1937, nove conferências, duas de iniciativa oficial, a de 1922 que se reuniu sob a presidência de ALFREDO PINTO, no governo de EPITÁCIO PESSOA, para estudar a intervenção do governo federal no ensino primário²² e o Congresso do Ensino Superior, que se reuniu em 1927, em comemoração da primeira centúria da fundação dos cursos jurídicos, e as outras sete, convocadas pela Associação Brasileira de Educação. Essa sociedade de educadores, — a primeira que se instituiu no Brasil, com caráter nacional, foi, sem dúvida, um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, e um dos mais importantes, senão o maior centro de coordenação e de debates para o estudo e solução dos pro-

²² V. *Anais da Conferência Inter-Estadual de Ensino Primário*, Rio, 1922.

blemas educacionais, ventilados por tôdas as formas, em inquéritos, em comunicados à imprensa, em cursos de férias e nos congressos que promoveu nas capitais dos Estados.

As novas correntes do pensamento pedagógico que já se esboçavam em publicações, sobre temas especiais, como os trabalhos de CARNEIRO LEÃO sobre educação rural (1918), de MEDEIROS E ALBUQUERQUE sobre a questão dos testes (1924), de ANTÔNIO MONTEIRO DE SOUSA e de JOSÉ AUGUSTO²³ tendem a definir-se em São Paulo, no primeiro inquérito que se realizou sobre a instrução pública em geral, nesse Estado. De fato, em 1926, o autor desta obra, então redator d'*O Estado de São Paulo*, organizou e dirigiu, nesse grande diário, o maior inquérito que se promoveu entre professores, sobre o ensino de todos os graus, orientando os debates nos seus artigos de introdução e nos seus questionários, comentando os depoimentos nos seus artigos finais, levantando as questões educacionais de maior interesse e encarando-as, como o fizeram alguns professores interrogados, não somente do ponto de vista pedagógico, mas ainda sob seus aspectos filosóficos e sociais.²⁴ Nesse largo inquérito, orientado e dirigido, e que é certamente "um dos mais importantes documentos na história do movimento de renovação escolar que tomou corpo em várias grandes reformas", quais as do Rio de Janeiro (1927-30), de Minas Gerais (1927-30), de S. Paulo (1931-1932 e 1933), do Rio de Janeiro (1932-1935), Pernambuco (1932-1935), entre outras, separaram-se então, como num divisor de águas, diferenciando-se nitidamente as duas grandes correntes que se teriam de defrontar, daí por diante, nas maiores campanhas em prol da cultura e da educação nacional, nestes últimos quinze anos. Ele marca efetivamente, segundo já observamos, "um período agudo na fermentação de idéias com que, nos domínios da educação, já se processava um movimento francamente renovador, igual ao que se manifestara na arte e na literatura e que culminou na Semana da Arte Moderna, realizada em São Paulo. Em outros setores da vida social respirava-se a mesma atmosfera de batalha".²⁵ Foi, porém, na reforma de ensino empreendida no Distrito Federal, em 1927-30, pelo autor dêsse inquérito, que se acentuaram com mais precisão e vigor as grandes linhas diretrizes, então nitidamente definidas, que já se anunciavam naquela ampla sondagem de opinião e orientaram as mais importantes tentativas de renovação e reconstrução educacional no país. Por essa mesma época, em 1927, FRANCISCO CAMPOS e MÁRIO CASASSANTA, em Minas Gerais, integrando-se resolutamente no movimento renovador de que assumiram a liderança nesse Estado, realizavam uma das reformas pedagógicas de maior alcance,²⁶ com que se deu uma notável impulsão à instrução popular, se renovaram os programas primários e se enfrentou o problema da formação e do aperfeiçoamento do professorado primário.

Mas, certamente, pelas formidáveis fôrças morais que mobilizou, pelo movimento de idéias e de opinião que desencadeou, pela rapidez com que se difundiu e, sobretudo, pela audácia e largueza de sua construção e pela extensão

²³ A educação, revista mensal dedicada à defesa da instrução no Brasil, foi fundada em 1922 no Rio de Janeiro e dirigida por JOSÉ AUGUSTO, jornalista e político, que foi governador do Rio Grande do Norte e deputado federal por êsse Estado.

²⁴ FERNANDO DE AZEVEDO, *A educação pública em São Paulo. Problemas e discussões. Inquérito para "O Estado de São Paulo"*, em 1926. Série Brasileira, vol. 98, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.

²⁵ FERNANDO DE AZEVEDO, *A educação pública em São Paulo. Problemas e discussões. In "Introdução"* pág. XXIX, São Paulo, 1937.

²⁶ FRANCISCO CAMPOS, *Educação e cultura*. José Olímpio Editora, Rio, 1940.

do campo que abrangeu,²⁷ a reforma do ensino no Distrito Federal (1927-30), foi, de tôdas as que se realizaram no país, a mais vigorosa, a mais revolucionária e a de maior repercussão, compreendendo no seu raio de influência quase todos os Estados. Foi por essa reforma, — “uma verdadeira revolução que se operou no país”, na opinião de LÉON WALTHER, do Instituto J. J. Rousseau, ou, no julgamento de AD. FERRIÈRE, diretor adjunto do Bureau Internacional de Educação, “uma das obras mais notáveis de nosso tempo”, que se despertou, no Brasil, a consciência educacional e se inaugurou uma nova política de educação. “A sua força de resistência e de expansão a reforma de 1927 a extraiu antes de tudo, como já tivemos ocasião de escrever, de sua ideologia clara, firme e francamente renovadora. E’ êsse código uma obra de síntese, afirmativa e reconstrutora, inteiramente dominada por uma nova concepção de vida. O sistema escolar que a reforma instituiu, procede de uma filosofia que lhe corresponde, dando-lhe unidade de concepção e de plano e fazendo passar sôbre ele, em seu conjunto e em todos os seus detalhes, um largo sôpro de renovação pedagógica e social. E’ nesses novos ideais de educação que se teem de buscar os princípios fundamentais que presidiram à organização do sistema escolar, ajustado como um aparelho técnico, no seu conjunto sistemático de medidas e instituições (escolares, peri-escolares e post-escolares), aos fins pedagógicos e sociais, claramene formulados, a que se propôs servir. A radical transformação de processos em que importou a reforma, proveio, pois, da nova finalidade (social, democrática, nacional) atribuída ao sistema de educação e, portanto, da própria filosofia de que se desprende”.²⁸ Não foi uma reforma “de superfície”, de caráter administrativo ou de pura renovação de técnicas, mas uma reforma radical, feita em profundidade, e montada para uma civilização industrial, e em que, tomando-se o sentido da vida moderna e das necessidades nacionais, se procurou resolver as questões de técnica em função de uma nova concepção da vida e de cultura e, portanto, de novos princípios e diretrizes de educação.

De caráter local, nas suas origens, mas nacionais nos seus propósitos e nos seus efeitos, é reduzidos ao ensino primário, normal e técnico, a que aliás a Carta Orgânica do Distrito Federal limitava as atividades do governo, no domínio da educação pública, essas reformas, porém, a de Minas Gerais e es-

²⁷ O que foi a campanha que precedeu essa reforma, descreve LOURENÇO FILHO, um dos seus observadores mais atentos e sagazes, depois de se referir à situação moral e material em que se encontravam as instituições escolares, no Distrito Federal, quando o professor vindo de São Paulo assumiu a direção do ensino e se propôs reorganizá-lo. “Mas o professor que ia de São Paulo (comenta LOURENÇO FILHO) não se intimidou com a extensão dos males demonstrados. Tocado de um impetuoso idealismo, o Sr. FERNANDO DE AZEVEDO propôs um remédio heróico: a reconstrução total do aparelho, desde as escolas singulares à escola normal, remodelando também os institutos profissionais do Distrito. Essa proposta que constituiu um ante-projeto, pessoalmente explicado e defendido por êle perante as comissões do Conselho Municipal, fez sorrir a muitos pela audácia que encerrava ou pela ingenuidade de suas altíssimas pretensões... Mas o Conselho aceitou em tese a reforma, tecendo-lhe, pelas vozes mais autorizadas da maioria e minoria, os elogios a que tinha direito. O projeto passou nas primeiras discussões; na terceira, porém, rompe a maioria em desabotinada oposição às idéias que dantes aplaudira. É que o Sr. FERNANDO DE AZEVEDO, desejoso de fazer administração e não política, repelia as transações que se lhe ofereciam a trôca da aprovação final. E viu-se então uma coisa interessantíssima: a minoria a pugnar pelo projeto governamental, a imprensa a sustentá-lo, e a opinião pública, já pelos órgãos do professorado, já pelas associações intelectuais, a premir a maioria política do legislativo do Distrito. O Sr. FERNANDO DE AZEVEDO fazia publicar uma nota que era um desafio à ombridade dos homens que o compunham: “Se a reforma era boa, se consultava os interesses públicos, que a aprovassem; se era defeituosa, que a emendassem; se era imprestável, que a condenassem de vez”.... Êle por si e para si nada pedia, nada pretendia e, por isso mesmo, não entrava em conchavos de espécie alguma. A campanha da imprensa, sem exceção de um só jornal, foi admirável. A Associação Brasileira de Educação, a Liga de Defesa Nacional, o Rotary Club, — para citar apenas os grêmios de maior prestígio social, manifestaram-se pela consagração das idéias do projeto. A Conferência Nacional de Educação que pela primeira vez se reunia em Curitiba, por ocasião da fase mais aguda da campanha, emitia o seu voto caloroso e entusiástico pela obra em que não via apenas o aperfeiçoamento do ensino na capital do país, mas uma nova era educativa que a reforma projectada devia abrir no campo da educação nacional. Venceu afinal a moralidade e a cultura e o Conselho Municipal dava ao apagar das luzes o projeto aprovado em lei”. (LOURENÇO FILHO, *O Ensino no Distrito Federal. A reforma Fernando de Azevedo*. In “O Estado de São Paulo”, de 15 de Junho de 1928).

²⁸ FERNANDO DE AZEVEDO, *Novos caminhos e novos fins*. A nova política de educação no Brasil. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1931, pág. 19.

pecialmente a do Rio de Janeiro, marcavam, pela sua significação e suas repercussões, a fase mais importante do desenvolvimento de uma política nacional de educação. As idéias renovadoras que adotaram e sacudiam o sistema escolar nas suas bases, deviam circular em sentido vertical como uma nova seiva que subisse do ensino primário e normal, para atingir, provocando movimentos de reação, as superestruturas do sistema escolar, — o ensino secundário e superior, que se mantinham até então rebeldes e quase inacessíveis à corrente de renovação que se propagava pelo país. Mas antes dessa circulação vertical, naturalmente mais lenta, elas já começavam a desenvolver-se em sentido horizontal, difundindo-se pelo país, sobretudo do principal foco de irradiação que era o Rio de Janeiro e alargando cada vez mais, por diversos Estados, o seu raio de influência e de ação. Para êsse fim concorreram as Conferências Nacionais que a Associação Brasileira de Educação promoveu nas capitais e se iniciaram pela de Curitiba, em 1927, isto é, no mesmo ano em que rompiam no Distrito Federal e em Minas Gerais os dois maiores movimentos de renovação escolar que se produziram, no Império e no período republicano. As conferências anuais, convocadas por essa sociedade de educadores, aproximando professores de todos os graus de ensino e de todos os Estados, criando uma atmosfera favorável ao debate de idéias e promovendo a expansão dos ideais das reformas empreendidas em alguns dos principais centros de cultura, atingiam objetivos eminentemente nacionais, concretizando o sonho de seu fundador HEITOR LIRA, quando pensou em tornar móvel a sede da Associação que, no seu plano primitivo, deveria reunir-se anualmente em um dos Estados, “ora ao norte, ora ao sul, ora ao centro, de modo a realizar uma verdadeira transfusão de idéias e de sentimentos.”²⁹

Para apreciar devidamente a função quase singular que exerceu a Associação Brasileira de Educação estabelecendo entendimentos recíprocos e provocando por toda parte um despertar do espírito e a consciência de uma unidade política, bastará lembrar que, no domínio essencial da educação popular, o governo da República só teve, em 40 anos, duas iniciativas, mandando em 1918 fechar escolas alemãs no sul e subvencionando o ensino primário no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, para combater, no interesse da unidade nacional, a infiltração germânica, e convocando, em 1922, no governo EPITÁCIO PESSOA, uma conferência oficial para estudar a intervenção da União no ensino primário.³⁰ Essas reuniões periódicas, interestaduais, “aproximando educadores

²⁹ FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, *Educação*, IV. In “Cultura Política”, ano I, n.º 4, Junho de 1941, pág. 255.

³⁰ Enquanto se debatia a velha questão constitucional, — que se prolongou por todo o tempo em que esteve em vigor a Constituição de 91 —, continuavam a florescer em vários Estados do sul as escolas alemãs e italianas, cujo ensino elementar e secundário se ministrava em língua estrangeira por professores estrangeiros. A escola primária, que é por toda a parte o fermento mais ativo da unidade nacional, permanecia, em diversos Estados, não só sujeita a influências estranhas mas inteiramente submetida ao controle de outras nações. A situação anômala decorrente já dos progressos dessas escolas, já da ausência quase total, em certas regiões e cidades, de escolas brasileiras, tornava-se cada vez mais grave e de solução cada vez mais difícil e complexa, à espera de que os juristas e os intérpretes da Constituição verificassem a possibilidade constitucional de o governo federal intervir no ensino primário dos Estados, ainda que para resolver problemas intimamente ligados à unidade e defesa nacionais. LINCOLN, quando na guerra de secessão, foi instado por partidários políticos a restabelecer o regime constitucional, conta-se que respondeu, resistindo: “A União é mais antiga do que a Constituição”. O feiticismo jurídico no Brasil inverteu os termos do problema, pondo os escrúpulos na defesa da Constituição de 91 acima dos interesses supremos da União... Depois de se referir à ação extensa e intensamente assimiladora realizada, com grande abundância de recursos, pelos americanos do norte, não no menos importante de seus Estados, mas no menos importante de seus territórios, Havai, — umas ilhotas do Pacífico, de que se apoderaram em 1898 e em que gastavam com a instrução primária em 1920 mais do que o Estado de São Paulo —, comenta AFRÂNIO PEIXOTO amargamente os escrúpulos constitucionalistas de que se deixaram dominar os partidos republicanos. Naquelas pequenas ilhas de Havai, para 1 000 crianças anglo-saxônicas, registavam as estatísticas 17 600 japonesas, 3 800 chinesas, 5 300 portuguesas, 3 300 havaianas e 4 100 mestiças. “Dessa gente, — conclue AFRÂNIO PEIXOTO, — os americanos, nas suas escolas, fazem americanos; que contraste conosco que temos melindres de intervir nos Estados, mas deixamos a Alemanha e a Itália interviem em nossa nacionalidade, subvencionando escolas e fazendo alemãs e italianas, dos naturais do Brasil!” (AFRÂNIO PEIXOTO, *História da Educação*. Brasil. Caps. XVII, XVIII e XIX, pág. 238, São Paulo, 1933).

de todos os Estados e congregando-os em diferentes centros de cultura do país, contribuíram evidentemente, como já observamos, para a aquisição de pontos de vista novos, a reconstrução de opiniões e a expansão do movimento de renovação do pensamento educacional brasileiro. A idéia de uma nova política educacional (escrevia em 1932) desenvolve-se cada dia mais sob o influxo dessas aproximações e de tentativas locais de reorganização, com o ritmo e a força de uma corrente que vai cavando o seu leito e carreando num impulso irresistível tôdas as forças vivas do magistério nacional.³¹ Podíamos estar e, de fato, ainda estávamos longe de uma política nacional de educação, cujos princípios fundamentais informassem de alto abaixo a organização de todos os sistemas escolares e que atendessem não só às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial, em franca evolução para uma democracia social e econômica, como também às condições específicas do meio social brasileiro, ainda não profundamente atingido pelos efeitos da revolução industrial. Mas, as grandes reformas e as conferências pedagógicas em que palpitava uma nova concepção de vida, e que procuravam romper os círculos restritos de certos tipos de ensino ou de regiões determinadas, para abranger o sistema escolar geral, em todos os seus graus, indicavam, através de dificuldades imensas, a marcha resoluta para uma política nacional de educação. A unidade orgânica dessa política escolar, ou deveria partir do alto e ser imposta por uma revolução, nos limites e segundo as direções de uma política geral, ou se teria de elaborar lentamente, sob a pressão dos fatos, quando a fusão espiritual do povo tivesse atingido maior grau de intensidade, unindo mais intimamente essas sociedades esparsas, afiliadas pela língua e pela religião, misturadas pela mestiçagem e pelas migrações internas, mas ainda não anastomosadas pelos comércios intra e internacionais e pelos empréstimos que pressupõem, de novas técnicas, novos hábitos de vida e novos ideais, correspondentes a um novo tipo de civilização.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS RIBEIRO (Paulo) — *A evolução do ensino secundário*. Conferência pronunciada no Instituto de Educação de São Paulo, a 26 de Agosto de 1937. In "O Estado de São Paulo", ns. de 1, 2 e 3 de Setembro de 1937.
- AZEVEDO (Fernando de) — *A reforma do ensino no Distrito Federal*. Discursos e entrevistas. Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo-Rio, 1929; *Novos caminhos e novos fins* — A nova política de educação no Brasil. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1931; *A educação pública em São Paulo*. Problemas e discussões (inquérito para "O Estado de São Paulo", em 1926). Série Brasileira, Vol. 98, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- AZEVEDO SODRÉ (A. A. de) — *O problema da educação nacional*. Conferência realizada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro no dia 1 de Julho de 1926. Tip. do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 1926.
- BELO LISBOA (J. C.) — *O ensino agrícola no Brasil*. Conferência pronunciada na 4.^a Conferência Nacional de Educação. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1932.
- BORDEAUX RÊGO (Oziel) — *Introdução*. In "Estatística da Instrução". Primeira parte. Estatística escolar. Volume I, págs. IX-CCXXXII. Brasil. Tipografia da Estatística, 1916.
- CALMON (Pedro) — *História social do Brasil*. 3.^o tomo. A época republicana. Série Brasileira, vol. 173, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- CALÓGERAS (J. Pandiá) — *Os jesuítas e o ensino*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1911.
- ESCRAGNOLLE DÓRIA — *Memória histórica do Colégio de Pedro II* (2 de Dezembro de 1837 — 2 de Dezembro de 1937). Publicação oficial sob os auspícios do Ministério da Educação. Rio de Janeiro, 1937.

³¹ FERNANDO DE AZEVEDO, *A educação e seus problemas*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937, págs. 35-36.

- FRANCA (Pe. Leonel) — *Ensino religioso e ensino leigo*. Rio, 1931; *O protestantismo no Brasil*. Rio, Editora ABC, 1938.
- JÚLIO MARIA (Pe.) — *A religião. Ordens religiosas. Instituições pias e beneficentes*. Cap. III. No regime republicano. Págs. 107-123. In "Livro do Centenário". Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- KENNEDY (James) — *Cinquenta anos de metodismo no Brasil*. Imprensa Metodista, São Paulo, 1928.
- LOURENÇO FILHO (M. B.) — *Introdução ao estudo da escola nova*. Biblioteca de educação, vol. 11, Comp. de Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, (sem data); *Tendência da educação brasileira*. Biblioteca de Educação, vol. 29, Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1940.
- MOACIR (Primitivo) — *A instrução e a República*. 1.º vol. Reforma Benjamim Constant (1890-1892); 2.º vol. Código Fernando Lobo (1892-1899). Publicação do Ministério de Educação e Saúde. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1941.
- PEIXOTO (Afrânio) — *História da Educação*. XVII-XVIII-XIX, Brasil, págs. 211-249, e XX, págs. 251-265. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- PIRES DE ALMEIDA (J. R.) — *L'instruction publique au Brésil* (depuis l'Indépendance jusqu'à nos jours). Histoire. Législation. Imp. G. Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1889.
- RAJA GABAGLIA (E. de Barros) — *O Colégio Pedro II*. Emp. Foto-mecânica do Brasil, rua da Quitanda, 165. Rio de Janeiro.
- SANT'ANNA NERI, Baron de SABÓIA, L. CRULS et Baron de TEFÉ — *Instruction Publique, In "Le Brésil en 1889"*. Rédigé par un groupe d'écrivains brésiliens sous la direction de M. F. — J. de Sant'Anna Neri. Cap. XIX, págs. 563-590, Paris.
- SERRANO (Jônatas) — *A escola nova*. Schmidt Editor. Rio de Janeiro, 1932.
- SILVA RODRIGUES (Milton) — *Educação comparada*. 3.ª parte. O Brasil. Págs. 233-290. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- SOUSA BRASIL (T. Pompeu de) — *O ensino superior no Brasil*. Relatório da Faculdade de Direito nos anos de 1911 e 1912. Tip. Minerva, de Assis Bezerra. Ceará, Fortaleza, 1913.
- TEIXEIRA (Anísio) — *Educação pública, sua organização e administração*. Rio, 1934; *Educação para a democracia*. Rio, 1936.
- TEIXEIRA BRANDÃO — *A Educação nacional no regime republicano*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1907.
- VERÍSSIMO DE MATOS (José) — *A educação nacional*, Belém, 1896; 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1906; *A instrução e a imprensa*. A instrução pública. Págs. 5-30. Cap. III. República. Estado atual (1890-1899). In "Livro do Centenário", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- VIANA (Hélio) — *Formação brasileira*. Cap. XV. Síntese de uma história da educação no Brasil. c) Período republicano. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1935.
- 1 — Lei Orgânica do ensino superior e do fundamental na República. Comentários precedidos de uma carta do Sr. Dr. RIVADÁVIA CORREIA, Ministro do Interior. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1912.
 - 2 — Estatística da Instrução. Primeira parte. Estatística Escolar. Vol. 1. Com uma introdução (de 232 páginas) de OZIEL BORDEAUX RÊGO. Tipografia da Estatística, Brasil, 1936.
 - 3 — Anais da Conferência Inter-Estadual do Ensino Primário, Rio, 1922.

CAPÍTULO IV

A renovação e unificação do sistema educativo

O movimento de renovação educacional e sua repercussão no Brasil — A reforma de 1928, no Distrito Federal — A revolução de 1930 — Cria-se o Ministério da Educação — A reforma Francisco Campos — A reorganização do ensino secundário e superior — A questão do ensino religioso — A Igreja e o Estado — O Manifesto dos pioneiros da educação nova — A V Conferência Nacional de Educação — Pela reconstrução educacional do Brasil — Conflito de tendências — A política escolar do Distrito Federal (1932-35) — Novas instituições culturais e científicas — A fundação da Universidade de São Paulo — A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — A Universidade do Distrito Federal — Constituição de 16 de Julho de 1934 — A expansão quantitativa do ensino secundário — Processo de democratização — Os primeiros professores de ensino secundário formados no Brasil — O regime implantado a 10 de Novembro de 1937 — Tendências à unificação do sistema educativo — Renascimento do espírito nacionalista — A Universidade do Brasil — A Faculdade Nacional de Filosofia — Os novos elementos de expansão e unidade cultural — O movimento bibliotecário — Radio-difusão e cinema educativo — A atividade cultural do Ministério da Educação — Para a defesa de nossas tradições artísticas — A organização dos serviços de estatística nacional.

TEM-SE considerado como um ponto culminante, no movimento de renovação educacional no Brasil, a reforma de 1928 no Distrito Federal, que se tornou o foco mais intenso de irradiação das novas idéias e técnicas pedagógicas. Alguns historiadores da educação não hesitaram mesmo em afirmar que, com a reforma consubstanciada no decreto n.º 3 281, de 23 de Janeiro de 1928, se entrou resolutamente numa fase nova da história da educação nacional.¹ Seja qual fôr, porém, o ponto de vista que se tenha de adotar, na apre-

¹ "Em visita há pouco feita a diversas escolas do Distrito, e agora renovada, — escrevia então o Prof. LOURENÇO FILHO, — tive a impressão de que não só está em marcha a vigorosa idéia da transformação da dinâmica do ensino, emperrada numa rotina de decênios, mas a convicção de que a transformação material do aparelho escolar se fará de um modo quase completo na corrente administração. Iniciam-se os preparativos de construção de cinco grandes prédios para grupos escolares. Gizam-se os fundamentos da escola normal que será, segundo o projeto aprovado, o maior e o mais bem instalado instituto do gênero na América do Sul. Renova-se o mobiliário e os utensílios didáticos... Se outra cousa não fizesse a reforma, isso já seria magnífico. Ela faz mais, no entanto, e de modo esplêndido. Por deliberação oficial reúnem-se os professores em cursos de especialização. E em cursos auxiliares, a Associação Brasileira de Educação realiza pacientemente uma das funções universitárias que a Universidade do Rio de Janeiro ainda não iniciou: a da comunicação da cultura superior ao professorado primário, que aprimora a sua cultura, alarga as suas vistas filosóficas e ensaia as novas descobertas da técnica científica... O Sr. FERNANDO DE AZEVEDO tem sabido agir com mão de mestre, e os deuses lhe propiciaram oportunidades que nem sempre aparecem juntas; decisão firme da Prefeitura do Distrito em fazer administração e não política; fermentação de idéias, no seio do professorado, que vinha sendo preparada pela Associação Brasileira de Educação, e já infiltrada na administração anterior até certo ponto; confiança em breve conquistada do público e do professorado... Não há dúvida de que essa obra marcará uma fase nova no

ciação dessa reforma, é certo que, segundo o julgamento de autoridades nacionais e estrangeiras, ela marcou, nos domínios da educação, um período revolucionário, não só pelas idéias francamente renovadoras que a inspiraram e que, por ela, entraram em circulação, como pela fermentação de idéias que provocou e pelo estado social que estabeleceu, de trepidação dos espíritos, de sôfregas impaciências e de aspirações ardentes. Nenhuma outra, de fato, até 1930, imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, nem levou mais em conta, no conjunto como nos seus detalhes, a função social da escola; nenhuma outra atendeu mais ao enriquecimento interno da escola e ao alargamento de seu raio de ação; nenhuma outra procurou articular mais estreitamente as atividades escolares com a família, com os meios profissionais interessados, com a vida nacional e as necessidades e condições do mundo moderno. Atribuindo novos fins, nacionais, sociais e democráticos, ao sistema de educação, procedeu o reformador à renovação das técnicas e dos processos que deviam variar, como instrumentos, em função dos objetivos que se propunha atingir e que atuavam sôbre todo o conjunto, e se esforçou por fornecer, pela reforma, às escolas de todos os graus e tipos uma base concreta, de serviços técnicos e administrativos, para uma educação mais eficiente e que realmente se estendesse a todos. Assim, pois, aliviando a escola do peso morto do ensino tradicional; reagindo contra os fins puramente individualistas da escola antiga; erguendo ao primeiro plano de suas preocupações os princípios da ação, solidariedade e cooperação social; quebrando, para articulá-los uns com os outros, as barreiras que separavam os diversos ensinos, e introduzindo novas idéias e técnicas pedagógicas, a reforma de 1928, no Distrito Federal, inaugurava efetivamente uma nova política de educação no Brasil.

O que, por essa reforma, baseada numa concepção democrática da existência e no respeito da pessoa humana, se pretendeu alcançar, na capital do país, era aquela "educação universal" a que se refere J. DEWEY e que põe ao alcance de todos as suas vantagens e satisfaz à imensa variedade das exigências sociais e das necessidades e aptidões individuais, ou, para empregar as suas palavras, "o panorama de uma vida mais ampla e rica para o homem, em geral, uma vida de maior liberdade e de iguais oportunidades para todos, afim de que cada um possa desenvolver-se e alcançar tudo o que possa chegar a ser". A vigorosa afirmação dos princípios fundamentais por que se norteou essa reforma; as polêmicas apaixonadas que se levantaram em tôrno dela e o movimento de idéias que suscitou, produzindo uma ruptura da unidade do pensamento pedagógico, dominante desde o Império, deram-lhe um tal impulso e tão grande poder de desenvolvimento que pôde repercutir fortemente, colhendo-os no seu raio de influência, sôbre diversos Estados da União. Na tempestade de protestos e aplausos, na corrente de entusiasmo ou na avalanche de críticas que levantou por tôda a parte, não se pode deixar de reconhecer antes o choque de conflitos ideológicos do que uma simples reação diante de uma reforma com que o Brasil se integrava no movimento de renovação escolar que se vinha desenvolvendo em alguns países europeus e americanos.² Não

ensino popular no Brasil. A concepção que prega, da escola primária (que não é a do ensino, meramente lúbrico ou intelectualista) aparece, pela primeira vez, em documentos oficiais no país. A "escola do trabalho", a "escola-comunidade", o sentido vitalista de uma nova educação, — são os pontos capitais dessa extraordinária renovação técnica e social do ensino". (Cfr. LOURENÇO FILHO, *O ensino no Distrito Federal. A reforma Fernando de Azevedo*. In "O Estado de São Paulo", edição de 15 de Junho de 1928).

² É o que reconheceram todos os que tiveram oportunidade de analisar essa obra, que foi então examinada e discutida sob todos os aspectos pelos grandes jornais do Rio de Janeiro, por homens eminentes, estrangeiros e nacionais, e por algumas das maiores autoridades nos domínios da educação. (V. sobretudo LOURENÇO FILHO, *O ensino no Distrito Federal. A reforma Fernando de Azevedo*. In "O Estado de São Paulo", 15 de Junho de 1928; EVERARDO BACKEUSER, discurso pronunciado a 21 de Dezembro de 1929, em nome da Cruzada Pedagógica pela Escola Nova, ao ser inaugurada a Exposição Pedagógica do Distrito Federal. In "Boletim de Educação Pública", Abril-Junho de 1930, Rio de Janeiro, Brasil, págs. 256-257;

se comprometeu, com ela, apenas a posição dos reformadores presos a fórmulas técnicas e a um tempo dogmáticos nos seus princípios e empiristas na sua ação; foram os próprios sistemas escolares tradicionais que se abalaram nos seus fundamentos. Certamente, com a reforma do ensino de uma cidade, e constrangida pela Carta Orgânica a encerrar-se nos limites do ensino primário, normal e profissional, não se quebrou, nem se podia quebrar, essa unidade que existe em cada cultura, dando-lhe um caráter próprio, como a forma e o espírito de uma fase dessa cultura em que se modelam as novas aquisições que surgem ou são importadas. Nem as suas repercussões foram muito profundas a não ser em alguns pontos do território nacional, mais ao alcance de suas influências. Mas, nas regiões de população mais densa e de uma civilização mais industrial e urbana, criaram-se por êsse e outros movimentos subsequentes de renovação intelectual, artística e pedagógica, diversos centros culturais que tiveram como ponto de partida o Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo (o centro-sul) e de que se irradiaram, por algumas zonas culturais, na periferia, essas novas idéias e tendências tanto mais fracas e menos generalizadas quanto mais se distanciavam dos principais focos de elaboração e de difusão da cultura nacional.

O movimento de reformas escolares que se empreenderam, em 1928, no Distrito Federal e de cujas diretrizes e realizações nos fornecem completa informação várias obras e documentos,³ não pode ser estudado isoladamente, mas no complexo de suas causas, ligações e consequências e, portanto, como um dos "aspectos" e uma das fases do processo revolucionário que se desenvolvia no país, desde 1922, e que devia desfechar na revolução de 30. Pode-se admitir que a reforma de 1928 tenha sido, como já se escreveu, "um movimento ideológico de grande envergadura que abriu para o país e para o problema da educação nacional perspectivas inteiramente novas, colocando o Brasil na corrente de idéias defendidas pelas maiores figuras de filósofos e técnicos de educação".⁴ Mas se ela foi "a geratriz do grande movimento renovador da educação no Brasil", foi também uma das manifestações ou um "sintoma" do novo estado de cousas que se estabeleceu, sob a pressão de causas econômicas, sociais e políticas, e dessa fermentação de idéias que, depois da guerra de 1914, se alastrava por todos os domínios culturais. A mobilidade e as variações da população, de vidas não só às correntes imigratórias, mas às próprias migrações internas, especialmente para a região meridional; o surto de industrialismo dos Estados do Sul e, sobretudo, de São Paulo, para onde já se deslocara o centro de gravidade demográfica do país, e para os quais afluíu a população atraída como por um ímã irresistível, polarizado em melhor padrão de vida e salários mais altos; as

MANUEL BERNARDES (ex-ministro do Uruguai no Brasil), *Problemas de nosso tempo*. A nova política de educação no Brasil. Série de artigos publicados em "O País" do Rio de Janeiro e em "La Razón", de Buenos Aires. In "Boletim de Educação Pública". Julho-Setembro de 1930, Rio de Janeiro, págs. 299-346; GERARDO SEGUEL (da Escola Normal de Santiago, Chile), *A reforma da educação no Distrito Federal (Brasil)*. In "Revista Pedagógica", dirigida por LORENZO LUZURIAGA, Abril de 1931, Madrid; Ad. Ferrière (diretor adjunto do Bureau Internacional de Educação), *L'éducation nouvelle au Brésil*. In "Pour l'ère nouvelle", Mai-Abril, 1931, 10e. an., n.º 67, Paris; e ainda ANÍSIO S. TEIXEIRA, M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, J. G. FROTA PESSOA e outros, in *Comemoração do 1.º decênio da Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal de 1928*. Edição de iniciativa da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 1938).

³ Decreto n.º 3 281, de 23 de Janeiro de 1928, que reformou o ensino público no Distrito Federal e decreto n.º 2 940, de 22 de Novembro de 1928, que regulamentou a lei básica (Regulamento do Ensino), prevendo, nos seus 764 artigos, "todos os detalhes de uma obra orgânica, cuja estrutura o torna um verdadeiro código de educação"; FERNANDO DE AZEVEDO, *A reforma do ensino no Distrito Federal*. Discursos e entrevistas. Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1929; e, *Novos caminhos e novos fins*. A nova política de educação no Brasil. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1931; Boletim de Educação Pública. Publicação trimestral da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, Ano I, ns. 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro, Brasil, 1930; *Comemoração do 1.º decênio da Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal de 1928*. Publicação da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 1938.

⁴ Cf. *Comemoração do 1.º decênio da Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal de 1928*. Publicação da Associação Brasileira de Educação, prefaciada pelo seu presidente Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, pág. 27, Rio de Janeiro, 1938.

evoluções da vida econômica e a agitação de idéias que se propagavam da Europa e dos Estados Unidos, acarretavam transformações da mentalidade, como deviam determinar as de instituições e crenças características da vida brasileira, criando uma atmosfera francamente revolucionária nos grandes centros urbanos. A Revolução de 30 foi, nesse processo revolucionário, uma das fases culminantes e decisivas. Preparada e desencadeada, porém, por uma aliança de grupos políticos de tendências as mais diversas, que se disputavam a primazia e foram sendo, uns após outros, anulados pela própria revolução, e não trazendo, por isso mesmo, para impô-lo e executá-lo, um programa político definido de ação escolar e cultural, ela não teve uma orientação uniforme, mas teve, de início, dois efeitos de grande alcance, no domínio da cultura e da educação. Intensificando a mobilidade social ou, por outras palavras, a migração de pessoas, como de idéias e de traços culturais, de um grupo ou de uma classe social para outra, e elevando ao poder "homens novos", nem sempre com idéias firmes, mas com menos compromissos, trouxe, entre outras consequências, uma rápida mudança social, a desintegração dos costumes tradicionais do velho padrão cultural e maior complexidade nas relações sociais; e, rompendo as linhas da clivagem social entre os vários grupos e classes, contribuiu poderosamente não só para uma "democratização" mais profunda como também para uma intensidade maior de trocas econômicas e culturais.

As idéias novas, já em circulação, difundiram-se com mais rapidez quer pelo impulso que lhes deu a própria mobilidade social, favorecida pela revolução e por suas consequências, quer pela demora na elaboração dos princípios fundamentais de uma nova política nacional de cultura, entrando em contactos frequentes que facilitavam tanto as fusões e interpenetrações, como os conflitos de culturas e tendências diversas. Nessa atmosfera de efervescência de idéias, LOURENÇO FILHO que fundara em 1929, numa casa editora de São Paulo, a excelente Biblioteca de Educação, publica a sua *Introdução ao estudo da Escola Nova* (1930), — o melhor ensaio em língua portuguesa sobre as bases biológicas e psicológicas das novas teorias de educação; e o autor desta obra que em 1929 justificava em um de seus livros a reforma do ensino, de que teve a iniciativa e a responsabilidade, no Distrito Federal (1928), traça em *Novos caminhos e novos fins* (1931) os princípios por que se orientou a nova política de educação, adotada na reforma escolar da capital do país, e funda em 1931 uma Biblioteca Pedagógica Brasileira, de que as *Atualidades Pedagógicas* constituem uma das séries principais.⁵ Nesse mesmo ano, três representantes do pensamento católico criticam acerbamente as novas tendências em um folheto *Pedagogia da Escola Nova*, editado pelo Centro D. Vital de São Paulo. No domínio das realizações, sobrepujam a tôdas as outras iniciativas dos Estados, as reformas parciais empreendidas em 1931 em São Paulo por LOURENÇO FILHO, que reorganiza e desenvolve os serviços técnicos, entregando-os a assistentes especializados; define e articula melhor os serviços administrativos; instala a Biblioteca Pedagógica Central; faz publicar sob o novo título de *Escola Nova* a revista mensal que se editava sob o nome *Educação*, reservando cada um de seus números ao estudo especializado de determinado assunto; reforma o ensino normal e profissional; institue o uso dos testes para a organização das classes seletivas e imprime vigoroso impulso ao

⁵ V. *Biblioteca de Educação*, fundada em 1928 e organizada pelo Dr. LOURENÇO FILHO. Atualmente com 30 volumes. Editora proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), São Paulo-Rio; *Atualidades Pedagógicas*, série III (já com 30 volumes) da Biblioteca Pedagógica Brasileira (B.P.B.), fundada em 1931 e dirigida por FERNANDO DE AZEVEDO, constituída de cinco séries: I. Literatura Infantil; II. Livros Didáticos (manuais, livros-textos e livros-fontes); III. *Atualidades Pedagógicas* (destinada à formação cultural e profissional do professor); IV. *Iniciação Científica*, e V. *Brasiliana*. Companhia Editora Nacional, São Paulo-Rio, 1931-1942.

cinema educativo, aos serviços de estatística e às associações periescolares.⁶ Embora tenha ficado muito curta a experiência (1930-1931) para que se pudesse estimar com precisão o conjunto de seus resultados, foi certamente a reforma LOURENÇO FILHO, em São Paulo, no primeiro ano do governo revolucionário, uma das iniciativas mais importantes integradas no movimento renovador da educação.

Mas, com ser êste, — o de facilitar e intensificar a circulação de idéias e as trocas culturais —, um dos efeitos imediatos e um dos mais fecundos da Revolução, que contribuiu para a propagação de todos os ideais revolucionários, teve ela outra consequência que não podia ficar também sem profunda repercussão nos domínios da vida cultural e pedagógica do país. Trazer, não trazia a Revolução, que desfraldou o estandarte liberal, um programa de política escolar nitidamente formulado ou mesmo implícito num plano de reorganização nacional que se propusesse executar quando as armas vitoriosas concentrassem nas mãos de seus chefes os poderes da Nação. Nem prevalecia, a não ser em alguns dos grupos revolucionários, de tendências mais avançadas, a idéia de que a posse do poder formasse a condição suficiente para grandes transformações sociais, econômicas e pedagógicas. No entanto, já se havia criado uma consciência educacional; e algumas aspirações de cultura, como a criação de um Ministério de Educação, a reorganização do ensino secundário e superior e a instituição de universidades, já se integravam no programa de uma corrente bastante forte para deixar de influir sobre o governo revolucionário, e encontravam, no novo ambiente, as condições mais favoráveis à sua execução. O Governo Provisório criou, de fato, em 1930 o Ministério de Educação e Saúde que, segundo vimos, não foi mais do que um acidente episódico e passageiro nos começos da República, e veio a constituir-se, com a solidez e os progressos de sua organização, um dos ministérios mais importantes no governo revolucionário. No eminente reformador do ensino primário e normal de Minas Gerais, o Snr. FRANCISCO CAMPOS, — um dos líderes da Revolução, encontrou o chefe do Governo Provisório, Sr. Dr. GETÚLIO VARGAS, o homem talhado pela sua inteligência e pela sua cultura, como por seu prestígio nos novos quadros políticos, para assumir o cargo de Ministro de Estado dos Negócios de Educação e Saúde Pública, de que tomou posse no dia 18 de Novembro de 1930, afirmando, na sua incisiva alocução, que sanear e educar o Brasil constituía “o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros”. A primeira reforma que empreendeu o novo Ministro e, sem dúvida, a de maior alcance entre todas as que se realizaram, nesse domínio, em mais de quarenta anos de regime republicano, foi a do ensino superior, que FRANCISCO CAMPOS reorganizou em novas bases e com grande segurança e largueza de vistas.

A parte central dessa reforma traçada no decreto n.º 19 851, de 11 de Abril de 1931, e verdadeiramente inovadora de nosso aparelhamento de cultura é o estatuto das universidades brasileiras em que se adotou “como regra de organização do ensino superior da República o sistema universitário”, e se exigiu para que se fundasse qualquer universidade no país, “a incorporação de, pelo menos, três institutos de ensino superior, entre os mesmos incluídos os de Direito, de Medicina e de Engenharia ou, ao envés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras”. Esta última particularmente, escreve FRANCISCO CAMPOS, referindo-se à nova organização da Universidade do Rio de

⁶ Sobre a administração de LOURENÇO FILHO (1930-31), v. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, organizado pelo Prof. A. F. DE ALMEIDA JÚNIOR, 1935-1936, São Paulo — Brasil, págs. 288-307.

Janeiro, "pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto dos institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura que à Universidade confere o caráter e o atributo que a definem e a individualizam". Atendia-se dêsse modo a uma viva aspiração, velha de um século, e pouco antes claramente formulada e defendida com ardor em artigos e depoimentos do inquérito sobre a instrução pública em São Paulo, organizado e dirigido em 1926 pelo autor desta obra, e no inquérito promovido em 1928 e 1929 pela Associação Brasileira de Educação sobre o problema universitário brasileiro.⁷ Não se instalou a Faculdade de Ciências, Letras e Educação que se criou por aquele decreto e devia organizar-se como a espinha dorsal da Universidade do Rio de Janeiro, limitada até então ao ensino de direito, de medicina e de engenharia; mas, com o primeiro Estatuto das Universidades brasileiras, se abriram as mais largas perspectivas não só à formação do magistério secundário como ao desenvolvimento da cultura nacional sob todos os seus aspectos. O governo que instituiu o ensino universitário no Brasil, não podia deixar de enfrentar a reconstrução do ensino secundário, sobre cuja solidez e eficiência repousa todo o ensino de nível superior, profissional ou desinteressado: uma semana depois, a 18 de Abril de 1931, assinava o chefe do Governo Provisório, por proposta de FRANCISCO CAMPOS, o decreto n.º 19 890 que imprimiu ao ensino secundário a melhor organização que já teve entre nós, elevando-o de um simples "curso de passagem" ou de instrumento de acesso aos cursos superiores, a uma instituição de caráter eminentemente educativo, aumentando-lhe para sete anos a duração do curso e dividindo-o em duas partes, — a primeira, de cinco anos, que é a comum e fundamental, e a segunda, constituída de um curso complementar, de dois anos, destinada a uma adaptação dos estudantes às futuras especializações profissionais.⁸

A criação de um Ministério especializado para os serviços de educação e saúde, e a mudança pela de "educação" da etiqueta ministerial "instrução" ou "instrução pública", com que, nos começos do regime (1890) se organizou o Ministério ocupado por BENJAMIM CONSTANT, e que sempre acudia, como a denominação mais apropriada, tôdas as vêzes que surgia a idéia da restauração dessa Secretaria de Estado, denunciavam, certamente, uma consciência educacional mais profunda e um interesse mais vivo pelos problemas da educação nacional. As reformas do ensino secundário e superior de que tomou a iniciativa o Governo Provisório nos seus primeiros meses, confirmavam as esperanças de que se transferia afinal ao primeiro plano das preocupações políticas a reconstrução do sistema brasileiro de educação. A agitação de idéias que, havia quase dez anos, lavrava em torno dos problemas pedagógicos e culturais, atingiu, porém, o seu maior grau de intensidade, não com essas reformas com que se satisfiziam algumas velhas aspirações já claramente enunciadas, mas com a rejeição pelo novo governo, da política de neutralidade escolar, consa-

⁷ FERNANDO DE AZEVEDO, *A educação pública em São Paulo. Problemas e discussões. Inquérito para "O Estado de São Paulo"*, em 1926. Terceira parte. Ensino secundário e superior, págs. 287-448. Série Brasileira, vol. 98. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; cfr. *O problema universitário brasileiro. Inquérito promovido pela Secção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação. "A Encadernadora — S. A."*, rua São José, 35, Rio, 1929.

⁸ V. *Organização do ensino secundário*. I. Exposição de motivos apresentada ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado Dr. FRANCISCO CAMPOS. II. Decreto n.º 19 890, de 18 de Abril de 1931. III. Programas de ensino. Publicação do Ministério de Educação e Saúde Pública. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1931; *Organização do ensino superior*. I. Exposição de motivos apresentada ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado, Dr. FRANCISCO CAMPOS. II. Decreto n.º 19 851, de 11 de Abril de 1931; FRANCISCO CAMPOS, *Educação e cultura*. Págs. 45-58; 58-104; 117-119. Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1930.

grada pela Constituição de 1891, e a instituição do ensino religioso nas escolas públicas. O decreto do Governo Provisório, instituindo nas escolas oficiais o ensino religioso facultativo, que fazia parte integrante e fundamental das reivindicações católicas e da política escolar da Igreja, forneceu matéria para debates longos e acirrados, aprofundando a linha de demarcação entre a maior parte dos reformadores, em cujo programa figurava a laicidade do ensino, e os educadores católicos que tomaram posições na defesa de pontos capitais do seu programa escolar, e, especialmente, do ensino religioso nas escolas públicas. As doutrinas católicas em matéria escolar já haviam sido enunciadas com vigor e precisão no *Código de Direito Canônico*, promulgado em 1917 e, ainda mais recentemente, na encíclica de Pio XI (1929), em que reaparecem os princípios já assinalados nesse Código e se proíbe aos católicos a frequência às escolas não só hostis às suas crenças mas mesmo àquelas que tivessem por programa a neutralidade escolar em matéria religiosa. A Igreja que se havia mantido em atitude de expectativa senão de desconfiança, em relação ao movimento de reformas pedagógicas, lançou-se na batalha, desfechando uma ofensiva contra os últimos reformadores, que aliás nunca admitiram "fôssem permitido aos professores ofender, de qualquer modo, os sentimentos religiosos dos alunos", mas cuja atitude, em face dessa questão de neutralidade escolar, atraía sobre eles a suspeita, raramente fundada, de defenderem doutrinas materialistas ou extremadas.

Esses dois grupos entraram francamente em conflito, não só quanto a pontos de vista doutrinários, relativos aos problemas pedagógicos e às relações entre o Estado e a educação, mas particularmente quanto à execução do decreto sobre o ensino religioso que ocorreu a princípio numa atmosfera carregada de suspeitas e de prevenções. Em 1931, publicava o Centro D. Vital, num pequeno volume, uma série de artigos de combate, sob o título de *Pedagogia da Escola Nova*; TRISTÃO DE ATAÍDE lançava o seu livro *Debates pedagógicos*; o Pe. LEONEL FRANCA, ilustre jesuíta, retomava em sua obra fundamental *Ensino religioso e ensino leigo*, a questão do ensino religioso, estudando-a a todas as luzes e com abundante documentação; e reunia-se, na Cúria Metropolitana, da capital paulista, o primeiro Congresso Católico de Educação, promovido pelo Centro D. Vital de São Paulo.⁹ Na maior parte dos trabalhos que então se publicaram, como nas teses defendidas nesse Congresso, as idéias mais ardentemente combatidas pelos católicos que definiram a sua posição em face do Estado e da escola oficial, foram a da laicidade do ensino, a da coeducação dos sexos e a do monopólio da educação pelo Estado. As pretensões totalitárias do Estado em matéria escolar pareciam, no entanto, encontrar a mesma resistência da parte dos católicos como de vários líderes e reformadores que, nem pelo fato de julgarem a educação uma função eminentemente pública, se mostravam dispostos a ceder às concepções totalitárias e tentaculares de certos regimes, entre os quais toda a educação da mocidade é empalmada pelo Estado, e tanto a personalidade humana como a vida do espírito não encontram o ambiente favorável ao seu desenvolvimento natural e aos seus progressos em todas as direções. A luta que daí por diante se travou em torno das novas formas e dos novos ideais de educação e que era feita em parte de divergências reais, em parte de incompreensões recíprocas, devia prolongar-se abertamente por quase sete anos, assumindo extrema acuidade em diversas fases de seu desen-

Pedagogia da Escola Nova. Edição do Centro D. Vital de São Paulo, 1931; Congresso de Educação promovido pelo Centro D. Vital de São Paulo e realizado no dia 17 de Outubro de 1931 no salão nobre da Cúria Metropolitana. Edição do Centro D. Vital de São Paulo, 1923; Pe. LEONEL FRANCA, *Ensino religioso e ensino leigo*. Rio, 1931; TRISTÃO DE ATAÍDE, *Debates pedagógicos*. Rio, 1931; cfr. *Os problemas da educação na Constituição*. Memorial apresentado à Comissão Constituinte e subscrito por numerosos professores e intelectuais católicos do Distrito Federal e dos Estados. In "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 3 de Fevereiro de 1933.

volvimento. Ainda no memorial que mais tarde, em 1933, foi apresentado à Comissão Constituinte, resumiam os católicos, numa exposição firme e serena, as suas reivindicações principais, pedindo, entre outras medidas, se considerasse a religião, como matéria de ensino nas escolas públicas (art. 4.º) para os alunos cujos pais ou tutores houvessem manifestado explicitamente a sua vontade a respeito (§1) e proclamando (art. 2, §1.º), sob o fundamento de ser a família anterior ao Estado, que aos pais incumbe o dever e assiste o direito natural de educar os filhos, podendo cumprir esse dever nas escolas públicas, nos estabelecimentos particulares ou no lar doméstico.¹⁰

Foi, pois, a questão do ensino religioso, reposta pelos reformadores, que desencadeou ou tornou mais áspera a luta que, se não teve por fim, teve certamente, como uma de suas consequências, criar uma incompatibilidade quase irredutível entre a idéia religiosa e a idéia renovadora da educação. Nos começos do regime, quando a Constituição de 1891 consagrou o princípio de laicidade do ensino, a campanha contra a política de neutralidade escolar havia produzido efeitos semelhantes. A luta que então se travou parecia ter por objetivo, no seu esforço, criar entre a idéia religiosa e a idéia republicana um fôso cada vez mais profundo e ruinar assim, na alma popular, com o concurso dos poderes públicos, as crenças tradicionais da Nação. Tão longe, porém, de combatê-las estavam os reformadores de 1928, no Distrito Federal e em Minas Gerais, que, por várias vezes, fizeram sentir em discursos e entrevistas a necessidade e o dever de o Estado respeitar as fontes de vida moral e religiosa, em que tantos homens alimentam a energia necessária para se dedicarem melhor ao interesse geral e ao serviço público. Retomando o princípio de laicidade, aliás na vigência do regime que o instituiu (estava ainda em vigor a Constituição de 1891), de forma alguma confundiam ou pretendiam confundir a imparcialidade entre as diversas confissões religiosas em uma nação em que já não existia a unidade de crenças, com o "laicismo" que faz da irreligião uma espécie de religião do Estado. Como quer que seja, as divisões se acentuaram de tal maneira que não foi possível estabelecer uma "zona de concordância" entre os dois grupos, na IV Conferência Nacional de Educação, reunida de 13 a 20 de Dezembro de 1931, e a que o Chefe do Governo Provisório e o Ministro de Educação e Saúde confiaram a incumbência de definir os princípios de educação" e a "fórmula mais feliz" em que se pudesse exprimir a política escolar da Revolução. Os debates travados em torno das questões fundamentais postas pelo Governo da República evidenciaram as dificuldades em que a Assembléia se encontrava para resolvê-las e que a levaram a deixá-las sem resposta, para matéria de discussão em novo Congresso. Já não se podia alimentar a esperança, aliás ilusória, de se constituírem os educadores numa organização que fôsse não um "partido", mas uma "associação nacional" em que se agrupassem todos, sem distinção de religião e de partido, para traçarem uma política escolar e cultural que fôsse o programa do governo, na parte educacional, para a obra de reorganização do país.

Dessa situação de perplexidades e hesitações, como de suspeitas e divergências, é que nasceu, num dos grupos em que se dividiu a assembléia a idéia de confiar ao autor desta obra a incumbência de, como reformador e intérprete da nova corrente de pensamento pedagógico, "consubstanciar num manifesto os novos ideais e fixar dessa maneira o sentido fundamental da política brasi-

¹⁰ V. *Os problemas da educação na Constituição*. Memorial apresentado à Comissão Constituinte e subscrito por numerosos professores e intelectuais católicos do Distrito Federal e dos Estados. In "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 3 de Fevereiro de 1933.

leira de educação".¹¹ Essa resolução da corrente ideológica, cujos princípios e aspirações NÓBREGA DA CUNHA e FROTA PESSOA, entre outros, defenderam com ardor e precisão, foi comunicada ao reformador do ensino no Distrito Federal, que então se achava em São Paulo e aceitou a missão em que o investiram e a tarefa que lhe reservaram os partidários, naquela assembléia, de uma nova política de educação no Brasil.¹² No manifesto dos pioneiros da educação nova, apresentado ao povo e ao governo e publicado em 1932, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com a assinatura de numerosos professores, lançaram-se as diretrizes de uma política escolar, inspirada em novos ideais pedagógicos e sociais e planejada para uma civilização urbana e industrial, com o objetivo de romper contra as tradições excessivamente individualistas da política do país, fortalecer os laços de solidariedade nacional, manter os ideais democráticos de nossos antepassados e adaptar a educação, como a vida, "às transformações sociais e econômicas, operadas pelos inventos mecânicos que governam as forças naturais e revolucionaram nossos hábitos de trabalho, de recreio, de comunicação e de intercâmbio".¹³ A defesa do princípio de laicidade, da nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica, constituíam alguns dos pontos capitais desse programa de política educacional, que visava fortificar a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando-lhes o acesso, sem privilégios, ao ensino secundário e superior, e alargar, pela reorganização e pelo enriquecimento do sistema escolar, a sua esfera e os seus meios de ação. E, como hoje mais do que nunca o ensino em geral pode ser comparado a um jogo de xadrez em que "o deslocamento de um pião acarreta uma mudança geral da situação sobre todo o tabuleiro", procurou-se estabelecer uma como que "orquestração" do sistema escolar, no sentido de articular e harmonizar tôdas as peças do sistema e levar em conta as mútuas repercussões dos ensinos dos diversos graus e tipos e as reações das instituições umas sobre as outras.

Seja qual fôr o ponto de vista em que nos coloquemos, para apreciar êsse documento e que nos poderá levar a combatê-lo ou a apoiá-lo, não se pode contestar que no manifesto de 1932, — "A reconstrução educacional no Brasil", se analisa o problema da educação nacional sob todos os seus aspectos, se definem os princípios e se traçam, pela primeira vez, as diretrizes de um programa geral de educação, cujas peças articuladas entre si, num plano sistemático, são subordinadas a finalidades precisas que atuam sobre todo o conjunto. Já havia chegado certamente, — escrevíamos em 1932, na introdução a êsse documento público, — "o momento de definir, circunscrever e dominar o programa da nova política educacional por uma vista orgânica e sintética das modernas teorias da educação, na qual, extraída a essência das doutrinas, se estabelecesse o novo sistema de fins sobreposto ao sistema de meios apropri-

¹¹ NÓBREGA DA CUNHA, *A revolução e a educação*. Oficinas gráficas do "Diário de Notícias", Rio de Janeiro, 1932.

¹² V. NÓBREGA DA CUNHA, *A revolução e a educação*. Oficinas gráficas do "Diário de Notícias", Rio, 1932, págs. 37-44: requerimento e explicação à mesa e à assembléia da IV Conferência Nacional de Educação, nas sessões de 19 e 20 de Dezembro de 1931; e págs. 5-6: carta, datada de 24 de Dezembro de 1931, em que o autor desta obra respondeu ao Prof. C. NÓBREGA DA CUNHA, atendendo ao apêlo que lhe foi feito, em nome da vanguarda dos educadores, para redigir o manifesto dos pioneiros da educação nova.

¹³ *A reconstrução educacional no Brasil*. Ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova. Com uma introdução de FERNANDO DE AZEVEDO (págs. 7-30). Em apêndice: A nova política educacional. Esboço de um programa educacional extraído do manifesto. Págs. 113-117. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1932.

dos aos novos fins e necessários para realizá-los".¹⁴ A idéia de um sistema completo de educação com uma estrutura orgânica, e a construção, em consequência, de um sistema de ensino, flexível e tanto quanto possível unificado em todos os graus e no qual teoria e prática são estreitamente conjugadas; a unidade de uma política nacional, dominando, pelos princípios e normas gerais fixados pela União, a variedade dos sistemas escolares regionais; o papel que atribue ao Estado, como órgão verdadeiramente capaz, nas condições atuais, de realizar o trabalho educativo; a prioridade conferida ao princípio de atividade e à livre pesquisa; a penetração de todo o ensino pelo espírito científico e a reestruturação do ensino secundário em vista do desenvolvimento do ensino técnico e profissional, dão a esse documento público uma importância que não se pode deixar de reconhecer e ainda não foi devidamente apreciada nas suas consequências reais, não só no domínio do pensamento brasileiro, em matéria escolar, como também no terreno das realizações, sob a influência direta, confessada ou não, de muitos de seus princípios fundamentais. "O grupo de educadores, que acaba de lançar o manifesto, contendo o esboço de uma política educativa, abriu uma nova fase de ação construtora no domínio das idéias", — observava em 1932 AZEVEDO AMARAL que reconhecia, nesse mesmo artigo, ter sido o manifesto "o primeiro pronunciamento de expoentes da cultura nacional no sentido de determinar diretrizes nítidas à solução de um problema, nesse período de necessária renovação da vida brasileira".¹⁵ Não foi o manifesto apenas uma "declaração de princípios", que teve grande repercussão e suscitou numerosos debates; nem somente um documento pelo qual um grupo de educadores tomou posições em face dos mais graves problemas da educação nacional; mas ainda um vigoroso esforço para constituir uma nova política educacional e propor à execução um dos mais largos planos escolares que já se traçaram no Brasil.

A IV Conferência, em cujos debates se levantou a idéia de uma declaração de princípios e de um programa de política educacional; o manifesto dos pioneiros da educação nova, lançado logo depois, em 1932, e a V Conferência Nacional de Educação que se reuniu em Niterói, nos últimos dias desse ano, e foi a mais notável das que se realizaram por iniciativa da Associação Brasileira de Educação, constituíram, sem dúvida, o ponto culminante da grande campanha, iniciada com a reforma de 1928, pela renovação pedagógica e por uma política escolar de caráter nacional, nas linhas gerais de seu plano e nos seus objetivos essenciais. Nessa Conferência, realizada sob o patrocínio do governo do Estado do Rio, quando era diretor geral de instrução CELSO KELLY, não se colheram somente os proveitos que se obtêm nesses encontros periódicos, e consistem, sobretudo, num alargamento de horizonte mental e numa aproximação maior dos homens para mútua compreensão: "o conhecimento pessoal direto de pessoas ocupadas no mesmo ofício, que se desconhecem ou mal se conhecem, estreitando simpatias, alicerçando amizades, entrelaçando anseios comuns e plantando na imensidão desse Brasil distenso, segundo a expressão vigorosa de FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, pegões firmes de uma ponte de co-operação e solidariedade à obra urgente da educação dos brasileiros". Tendo como objetivo principal senão único, apreciar sugestões de uma política escolar e de um plano de educação nacional para o ante-projeto da Constituição, a V Conferência reunida em Niterói discutiu e aprovou, depois de longo estudo pela Comissão dos 32, o plano da educação nacional, elaborado pela Comissão

¹⁴ *A reconstrução educacional no Brasil*. Ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1932, pág. 23.

¹⁵ AZEVEDO AMARAL, *O Estado e a Educação*. In "O Jornal", do Rio de Janeiro, de 27 de Março de 1932.

dos 10, e destinada à reconstrução em novas bases, do sistema de educação e cultura no país. A Comissão dos 32, a cuja presidência foi elevado o autor desta obra que já fazia parte da Comissão dos 10, teve como relatores LOURENÇO FILHO, o reformador do ensino em São Paulo em 1931, e ANÍSIO TEIXEIRA, que já se empenhava a fundo nas reformas escolares do Distrito Federal. As diretrizes por que se orientou o novo programa educacional; os debates iniciais que provocou o exame de um problema verdadeiramente complexo como o da educação e a intransigência na defesa de pontos de vista divergentes senão opostos, acentuaram a cisão que logo se declarou, na segunda sessão plenária, e que deslocou para a nova corrente do pensamento educacional o predomínio na assembléia, com a renúncia do presidente FERNANDO DE MAGALHÃES e a aclamação do nome de LOURENÇO FILHO, para substituí-lo, na direção de seus trabalhos.

Esses dois grupos mantiveram-se abertamente em oposição até 1937, — ano em que o golpe de Estado cortou pela autoridade o conflito, amainando as polêmicas, arrefecendo as paixões e impondo, como linha de conduta, no domínio educacional, uma política de compromissos, de adaptação e de equilíbrio. Nem por ter atingido o seu período de maior acuidade entre 1928 e 1933, deixou de desenvolver-se esse conflito de tendências, variando a luta segundo as regiões, o grau de preparação do professorado e segundo a natureza e intensidade das resistências. Não se pode, porém, circunscrever o domínio dessas lutas, no terreno pedagógico, a uma discordância ou oposição entre a política escolar da Igreja e a nova política de educação, que adotava, como pontos de programa, alguns princípios repelidos por aquela, como a coeducação e a laicidade do ensino. Essas lutas complicaram-se, sem dúvida, tornando-se mais ásperas e acesas, no seu desenvolvimento com o conflito de ideologias, de esquerda e de direita, comunistas e fascistas, que fundaram na Europa, sobre o regime de um partido e em nome de um ideal de classe, de raça ou de nação, o Estado totalitário destinado a fazer a guerra ao capitalismo ou ao marxismo e que então repercutiu no Brasil mais ou menos violentamente, pela organização e pelas atividades de partidos extremistas. Mas, desencadeadas pela reação da Igreja contra algumas das idéias reformadoras; sacudidas e turvadas pelos choques de doutrinas extremadas, e de tentativas de infiltrações de partidos subversivos, essas campanhas de renovação escolar tiveram, nas suas origens, e conservaram, em todo o seu curso, a oposição, que é um fato normal e constante em tôdas as sociedades, entre novos e velhos, entre tradicionalistas e renovadores, e que, tendo-se mantido larvada ou mal dissimulada, no primeiro momento, se tornou aberta quando surgiram as circunstâncias favoráveis às represálias e às resistências. No livro *O rejuvenescimento da política*, em que se publicou, em 1932 o inquérito feito na França entre intelectuais que não podiam ter nem menos de 30 nem mais de 40 anos, e entre os quais figuravam DANIEL ROPS, ANDRÉ WURMSER, PIERRE COT, MARCEL DÉAT, ROBERT GARRIC e outros, fez-se sentir em diversas respostas a resistência apresentada às inovações pelos velhos como a necessidade de se combater a intervenção dos velhos na política, que dificultam a renovação de todos os valores.¹⁶ “As revoluções estão cheias de velhos que impedem a obra renovadora (observava um); é preciso, pois, rejuvenescer a revolução para que se rejuvenesça a política. Homens moços e realizadores para as posições, reclamava outro. Estamos em face de um conflito entre duas mentalidades, uma que luta porque está morrendo, outra que luta porque está nascendo”, concluía um terceiro, por outras palavras que tôdas indicavam o obstáculo às vèzes invencível oposto pela rotina e pela tradição à instauração de idéias renovadoras.

¹⁶ V. *Le Rajeunissement de la politique*. Editions R. A. Correia, Paris, 1932.

Nesse período crítico, profundamente conturbado, mas renovador e fecundo, que sucedera a um longo período orgânico, de domínio da tradição, e de idéias estabelecidas, a vida educacional e cultural do país caracterizou-se pela fragmentação do pensamento pedagógico, a princípio, numa dualidade de correntes e depois numa pluralidade e confusão de doutrinas, que mal se encobriam sob a denominação genérica de "educação nova" ou de "escola nova", susceptível de aceções muito diversas.¹⁷ Assim a oposição da política escolar da Igreja; a coincidência, no tempo, do movimento de reformas pedagógicas e da propagação de doutrinas extremistas; a própria imprecisão e variedade do conteúdo conceptual de "educação nova", e a reação dos conservadores a todo o transe, entre cujas idéias e as dos renovadores vai a mesma distância que existe entre repouso e movimento, estagnação e progresso, tudo isso concorreu para desenvolver aquele estado de espírito a que THIBAUDET chamou o "sinistrismo", imanente à sensibilidade da maioria dos homens ou a intimidação que exerce sobre seus espíritos a só palavra de "esquerda", com suas variantes como "idéias novas", "idéias avançadas", "idéias largas", e tôda uma série de fórmulas satélites. Não só se alargava, por essa forma, como se tornava cada vez mais sensível a zona de "pensamento perigoso", que existe em qualquer sociedade e que, variando conforme as épocas e os lugares, tende sempre a ampliar-se, nos períodos críticos, de mudança e de transformações sociais. A zona de pensamento perigoso, estendendo-se, ameaçava abranger agora, dentro de suas fronteiras, as aspirações da "escola nova" e, de um modo geral, as novas idéias de educação. E mais ainda, o próprio pensamento, o espírito crítico e a liberdade de juízo. Pois como observa LOUIS WIRTH, "não são somente certos temas que levam o "sinal de perigo", isto é, aqueles que a sociedade ou os elementos que a dirigem, consideram tão vitais e, por conseguinte, tão sa-

¹⁷ De fato, por "educação nova" passou-se a julgar tôda a variedade de planos e de experiências em que se introduziram idéias e técnicas novas (como os métodos ativos, a substituição das provas tradicionais pelos testes, a adaptação do ensino às fases de desenvolvimento e às variações individuais) ou que trouxessem, na reorganização de estrutura ou num processo de ensino, o sêlo da novidade. A expressão, aliás vaga e imprecisa no seu conteúdo, podia abranger tôdas as formas de educação que levassem em conta as correntes pedagógicas modernas e as necessidades das crianças. É por isto que se viu figurarem, no mesmo plano de reforma, princípios às vèzes divergentes senão opostos, como por exemplo, a idéia de que a cada um é devida uma educação feita segundo sua medida ("individualização" do ensino) e a de organização de classes homogêneas, selecionadas por medidas objetivas ou testes de inteligência e de aproveitamento. Processos e técnicas novas eram às vèzes adotados ou experimentados, sem se atender aos fins pedagógicos e sociais a que visavam êsses novos "instrumentos" ou meios de educação. Parece-nos, pois, que, se quisermos restituir a essa expressão confusa e deturpada, de conteúdo variável e contraditório, as suas significações mais honestas, temos de distinguir ao menos duas formas de educação nova: uma, inspirada pelas novas idéias bio-psicológicas da criança e nas concepções funcionais da educação e a outra, ligada à evolução dos conhecimentos e das idéias sociais e sugerida por uma concepção mais nítida do papel da escola como instituição social, e uma consciência mais viva da necessidade de articular a escola com o meio e de adaptá-la às condições de uma nova civilização. Aquela, de tendências individualistas, tomando como ponto de partida o indivíduo para a organização da escola; esta, de orientação social e às vèzes mesmo socialista, partindo da comunidade para a formação do indivíduo; uma, visando antes a dinâmica do ensino, isto é, os processos de aprendizagem e os métodos do trabalho escolar; e a outra, dirigindo-se sobretudo à estrutura da escola para melhor adaptação ao seu meio social. Concepções, de origens e bases diversas, susceptíveis de conduzir a tendências divergentes, mas que em certo sentido se completam e, em todo o caso, não são opostas por natureza. A educação ou escola nova, na sua primeira aceção (BOVET, ED. CLAPARÈDE, AD. FERRIÈRE, e entre os americanos J. DEWEY), orienta-se pelos seguintes princípios fundamentais: 1) maior liberdade para a criança, a que se pretende proporcionar condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento natural, pela atividade livre e espontânea; 2) o princípio de atividade (métodos ativos, escola ativa), ligado ao da liberdade e inspirado no pensamento de que a criança é "um ente essencialmente ativo, cujas faculdades se desenvolvem pelo exercício"; e 3) o respeito da originalidade pessoal de cada criança e, em consequência, a "individualização" do ensino, sob o fundamento de que a cada um é devida a educação que lhe convém (a "escola sob medida" de que fala CLAPARÈDE). Mas a infância não é apenas um "desenvolvimento", como observa P. FAUCONNET, é também uma "iniciação". É necessário que a criança vá penetrando pouco a pouco em uma civilização que ela encontra já feita. "Esta penetração é laboriosa. De certo modo, tôda a iniciação é uma violência feita à natureza da criança ou do adolescente". A educação nova, na sua segunda aceção, é exatamente na iniciação e não no desenvolvimento que põe o acento, procurando não só compreender as necessidades do indivíduo através das da comunidade, senão também organizar a escola como uma comunidade de vida (a *Gemeinschaftschule*, de PAULSEN), e orientá-la segundo os princípios de solidariedade e de cooperação e como o sacrifício parcial do indivíduo, para o bem coletivo. Os ideais individualistas, da escola liberta e ativa, que se propõe à libertação da criança, pelo esforço conjugado do método científico e da compreensão intuitiva, tendem, se levados às últimas consequências, a chocar-se com os ideais sociais e, conforme os casos, socialistas, da escola do trabalho e da escola-comunidade (*Schulgemeinde*), organizadas para desenvolver, na criança, suas tendências cooperadoras e criadoras, e conduzi-la à cultura e aos deveres dos adultos.

grados que não toleram sejam profanados pela discussão. O pensamento também, — o que não se reconhece com a mesma facilidade, — ainda quando não existe censura, é causa de transtornos e, em determinadas condições, perigoso e subversivo. Com efeito, o pensamento é um agente catalizador capaz de desagregar a rotina, de desorganizar os costumes, de abalar a fé e propagar o cepticismo".¹⁸

Mas, apesar desse estado de espírito que se desenvolveu, sobretudo a partir de 1932, com a publicação do manifesto e a vigorosa ofensiva renovadora da V Conferência Nacional de Educação, e com que se pretendeu deturpar, por todos os meios, a obra de reconstrução educacional do país, não sofreu desfalecimentos a campanha iniciada com as reformas de 1928, no Distrito Federal e em Minas Gerais e prosseguida, em 1931, no Estado de São Paulo, logo depois da revolução. Elementos de vanguarda tomavam posições na imprensa do país, e especialmente no Rio de Janeiro onde, no *Diário de Notícias*, de 1931/1934, CECÍLIA MEIRELES, com suas crônicas finas e mordazes, e NÓBREGA DA CUNHA, com sua atividade sutil e de grande poder de penetração, AZEVEDO AMARAL, em *O Jornal*, com sua dialética persuasiva a serviço de um pensador robusto, e, mais tarde, J. G. FROTA PESSOA, que desde 1935 fez de sua coluna no *Jornal do Brasil* uma trincheira de combate, pela sua lucidez implacável e pela segurança de seus golpes, traziam novos estímulos e acentos novos a essa campanha, cujo conteúdo não se esgotava sobre o plano cultural, e ao longo de cujo desenvolvimento vibravam com uma força sustentada um espírito moderno e um sentimento profundamente humano. No domínio das realizações, não paralisou o surto reformador que teve novamente no Distrito Federal, com ANÍSIO TEIXEIRA (1932-35), e em São Paulo, com o autor desta obra (1933) e com o Prof. A. F. ALMEIDA JÚNIOR (1935-36), algumas fases das mais importantes no processo de sua evolução. No Rio de Janeiro, ANÍSIO TEIXEIRA, chegado ainda recentemente da América do Norte e, em S. Paulo, o autor desta obra procuravam, em grandes planos de reformas, orgânicas e robustas, injetar na realidade tudo o que, naquele momento, já pudesse suportar de sua doutrina e de seus princípios. Foi pela ação vigorosa de ANÍSIO TEIXEIRA que se acentuaram, na política escolar do Distrito Federal, as influências das idéias e técnicas pedagógicas norte-americanas, já enunciadas na reforma de 1928,¹⁹ e tiveram um desenvolvimento verdadeiramente notável os serviços educacionais, pela criação de novas instituições de grande alcance, pelos novos métodos de administração escolar e por uma aplicação mais larga dos métodos científicos aos problemas

¹⁸ In KARL MANNHEIM, *Ideologia y utopia*. Introducción a la sociología del conocimiento. Version española de SALVADOR ECHAVARRIA. Fondo de Cultura Económica, México, 1941.

¹⁹ As influências do pragmatismo e das idéias norte-americanas sobre a corrente mais avançada do pensamento educacional foram tão preponderantes que a muitos pareceu a "educação nova" um caso especificamente americano ou um produto da civilização que se vem formando nos Estados Unidos. Entretanto, como pondera P. FAUCONNET, "não seria acertado fazer-se da educação nova um caso puramente americano, nem mesmo anglo-saxônico, visto que a Alemanha se coloca à testa da lista (refere-se o autor citado à 2.ª Conferência de Locarno) e a Suíça românica oferece à Liga (Liga Internacional de Educação Nova) alguns de seus chefes. Porque concordam com essa pedagogia revolucionária países de civilização e de cultura tão diferentes, como a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos, ao passo que outros países como a França, mais parecem ser-lhe refratários? Procurarão eles, no fundo e pela mesma razão, a mesma coisa? Seria esse um belo motivo de pesquisa para sociólogos competentes. Em todo o caso, não se poderá ver na educação nova a manifestação exclusiva de um temperamento nacional. A influência dos Estados Unidos é incontestável não somente porque abundam em experiências e planos; é preciso não se esquecer todavia que o pensamento poderoso de J. DEWEY foi uma das fontes do movimento. Será então forçoso dizer-se que o mundo tende a americanizar-se? Vai nisso alguma verdade. Na França encontram-se facilmente adversários da educação nova, os quais supõem legítimas as suas resistências, defendendo a tradicional cultura latina contra o pragmatismo juvenil dos americanos. Resta explicar porque países de velha cultura original, como a Inglaterra e a Alemanha, são seduzidos pelo americanismo. O bom êxito das idéias novas não depende apenas, penso eu, da hegemonia dos Estados Unidos no mundo; há outras razões mais profundas, mais humanas; não é uma moda apenas!" (P. FAUCONNET, *O Congresso da Educação Nova*. In "O Estado de São Paulo", Maio, 1928; cfr. FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, *Contribuição americana à educação*. Edição "Lições da vida americana". 2. Rio de Janeiro, 1941).

de educação. Ao tomar posse do cargo de diretor geral da Instrução, em 15 de outubro de 1931, define claramente a sua atitude no discurso que então pronunciou, declarando-se solidário com a nova política educacional, cujos alicerces se lançaram com a reforma de 1928, no Distrito Federal, e anuncia os seus propósitos de desenvolver em extensão e em profundidade aquela obra, naturalmente incompleta, e acolhida pela capital do país "como um fruto longamente elaborado que vinha ao encontro de uma consciência educacional dinâmica e moderna que a reforma avivou e fortaleceu".

Aceitando, porém, a nova orientação da política educacional, nos seus fins sociais e democráticos, formulados em 1928, empreendeu de 1932 a 1935 uma série de reformas e iniciativas, com que imprimiu um novo impulso ao sistema escolar do Distrito Federal e lhe deu, por um conjunto de medidas, uma latitude de ação que não lograra até então pelas reformas anteriores. Com a força criadora de seu espírito empreendedor e a liberdade de iniciativa, só possível com a Revolução de 30 e a abrogação da Lei Orgânica, ampliou e desenvolveu o sistema escolar, para torná-lo quanto possível completo; promoveu o enriquecimento do programa escolar e a especialização dos professores primários para melhor realizar os fins já formulados; elevou o ensino técnico e profissional ao nível do ensino secundário (até o 4.º ano), articulando-o com o ensino secundário geral, com o fito de permitir a sua equivalência cultural e a transferência de alunos de um curso para outro; reorganizou o ensino normal com o objetivo de erguer a nível superior a formação profissional do mestre, com base nos estudos propedêuticos ou de cultura geral; criou a Universidade do Distrito Federal (1935), constituída de cinco escolas, e remodelou o aparelhamento técnico dos serviços de administração do ensino, com o fim de habilitá-los a preencher as suas funções técnicas e de pesquisa científica e as funções administrativas. Enquanto se processava, por iniciativa de ANÍSIO TEIXEIRA,²⁰ essa vigorosa transformação do sistema escolar do Rio de Janeiro, realizavam-se outras obras de renovação, no Ceará, com MOREIRA DE SOUSA, em Pernambuco, sob a inspiração de ANÍBAL BRUNO,²¹ no Paraná e, sobretudo, no Estado de S. Paulo, em que o autor desta obra novamente chamado ao posto de diretor geral de Instrução, em 1933, empreendeu em seis meses a reforma completa do aparelhamento escolar e fez baixar, em 21 de Abril de 1933, e dentro das diretrizes essenciais do movimento de reconstrução escolar, o *Código de Educação do Estado*. Entre as reformas de que tomou a iniciativa e que abrangeram os diversos graus e tipos de ensino, figuram a que imprimiu uma orientação nova à educação rural, mediante a criação das granjas-escolas e das missões técnicas e culturais; a remodelação dos serviços administrativos e técnicos, com o objetivo de estabelecer processos científicos para a solução dos problemas de administração escolar; a reorganização da estrutura das escolas normais, levantando a formação profissional do professor primário, em curso de dois anos, sobre uma base propedêutica (curso fundamental de cinco anos), como suporte de uma especialização profissional, com orientação filosófica e espírito científico, e a criação do Instituto de Educação,

²⁰ ANÍSIO TEIXEIRA, Discurso de posse no cargo de diretor geral de instrução, em 15 de Outubro de 1931; *As diretrizes da escola nova*. In "Boletim de Educação Pública". Ano II, ns. 1 e 2, Janeiro-Junho, 1932, págs. 1-24; *O sistema escolar do Rio de Janeiro*. In "Boletim de Educação Pública. Ano III, ns. 3 e 4, Julho-Dezembro de 1932, págs. 307-370; *Educação Pública, sua organização e administração*. Rio, 1934; *Em marcha para a democracia*. A margem dos Estados Unidos. Editora Guanabara, Rio, 1934; *Educação para a democracia*. Rio, 1936; cfr. "Boletim de Educação Pública". Ano II, ns. 1 e 2, Janeiro-Junho, 1932; ns. 3 e 4, Julho-Dezembro, 1932; Ano III, ns. 5 e 6, Janeiro-Junho, 1933; Ano III, ns. 7 e 8, Junho-Dezembro, 1933.

²¹ V. *Boletim de Educação*. Ano III. Ns. 3 e 4. Março-Junho de 1933; Ano IV, ns. 5 e 6, Junho-Dezembro de 1934; Ano V, n.º 7, Dezembro de 1936. Diretoria Técnica de Educação. Recife, Pernambuco.

para o aperfeiçoamento e especialização de professores primários, e formação de administradores escolares, técnicos e orientadores de ensino.²²

O impulso dado em 1928 à campanha renovadora do ensino prosseguia, como se vê, e devia prosseguir através de tôdas as dificuldades e incompreensões e com força bastante para transladar a luta do terreno das idéias ao das iniciativas e realizações no domínio da educação primária, normal e profissional, em vários Estados. Ainda no biênio de 1935-36 desenvolvia o Prof. A. F. ALMEIDA JÚNIOR, na direção do ensino em São Paulo, uma atividade fecunda, inteiramente orientada no sentido da nova política educacional de que foi um dos pioneiros e cujas diretrizes fundamentais se traçaram, com a sua solidariedade, no manifesto lançado em 1932 por um grupo de educadores brasileiros. Poucos, mesmo entre os elementos de vanguarda, terão posto mais objetivamente e analisado com mais lucidez do que êle o problema da educação rural²³ e sentido mais profundamente a necessidade de reagir contra uma educação sem relações vitais com as exigências do meio social e com os imperativos e as condições do mundo moderno. Movendo-se dentro do *Código de Educação* em que colaborou em 1933 e que traduzia aspirações comuns à nova corrente do pensamento educacional, enfrentou o grave problema das edificações escolares; procurou dar às questões de organização do sistema escolar um tratamento científico, encarando-as como problemas técnicos e segundo princípios mais definidos; promoveu conferências e cursos de administração escolar e, com o objetivo de fazer ministrar um ensino tirado da vida e confrontado com a vida, reorganizou os programas intelectuais, extraindo-os das realidades ambientes e simplificando-os em benefício da educação física, da formação do caráter e dos valores espirituais.²⁴ Depois dessas e outras iniciativas, pareceu declinar, no Brasil, a campanha de renovação escolar que se vinha desenvolvendo com uma crescente intensidade havia mais de dez anos e que, como sabemos, veio à hora, caindo como um fruto maduro da árvore do espírito moderno e que, a seu turno, não cessou de dar frutos saborosos e amargos e muitas vêzes contraditórios. Os que estavam à frente do movimento não julgavam tão defeituosa e arcaica a estrutura do ensino, em seus diversos graus, que não achassem possível melhorá-la definitivamente sem uma reforma tão geral e profunda que importasse numa verdadeira revolução. Onde quer que lhes iam parar às mãos as alavancas do comando, lançavam-se à obra reformadora com uma fé e uma tenacidade que não podiam deixar de ter repercussões em todo o sistema de ensino e de cultura do país. Mas, nacionais no seu espírito e nas suas finalidades, e visando sempre instaurar uma política nacional de educação, essas reformas, confinadas nos limites de uma região, não exerciam nem podiam exercer, por serem locais, uma ação direta e profunda senão em determinados sistemas escolares, no Distrito Federal e dos Estados.

Na ordem educacional o governo revolucionário da União, até 1934, como o governo constitucional de 1934 a 1937, solicitado por forças anta-

²² V. *Código de Educação* do Estado de São Paulo. Decreto n.º 5 884, de 21 de Abril de 1933, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1933; *Administração do Prof. Fernando de Azevedo* (de 11 de Janeiro a 27 de Julho de 1933) in "Anuário do Ensino do Estado de São Paulo", organizado pelo Prof. A. F. ALMEIDA JÚNIOR, Diretor do Ensino, 1935-1936, São Paulo-Brasil, págs. 327-345; *Arquivos do Instituto de Educação*, Ano I, n.º 1, Setembro de 1935; Ano II, n.º 2, Setembro de 1936; Ano III, n.º 3, Março de 1937; Ano III, n.º 4, Setembro de 1937.

²³ A. F. ALMEIDA JÚNIOR, *A escola rural*. In "Anuário do Ensino do Estado de São Paulo", 1935-1936, organizado por A. F. ALMEIDA JÚNIOR, Diretor Geral do Ensino, págs. 180-226; FERNANDO DE AZEVEDO, *O problema da educação rural*. Conferência pronunciada no Rio de Janeiro a 17 de Agosto de 1933, in "A educação e seus problemas", Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937, págs. 45-75.

²⁴ V. sobre as atividades do Prof. A. F. ALMEIDA JÚNIOR, na direção do ensino em São Paulo, o "Anuário do Ensino do Estado de São Paulo", organizado por A. F. ALMEIDA JÚNIOR, Diretor Geral do Ensino, 1935-36, São Paulo-Brasil, págs. 3-283.

gônicas, embora sentisse a necessidade, não reconhecia a oportunidade de um esforço coordenado e geral, com que se transferisse para o plano nacional o espírito de renovação escolar de que deram provas os reformadores e que não podia exgotar-se em experiências isoladas e fragmentárias. Além disso, o ímpeto renovador que, partindo de baixo para cima, se traduziu em reformas do maior alcance, no domínio do ensino primário, normal e profissional, não conseguira ainda penetrar com a mesma força o ensino secundário e superior, que permaneciam quase impermeáveis ou inacessíveis ao movimento de renovação educacional. Certamente, o impulso que tomaram o antigo Instituto Agrônomo, de Campinas, o Instituto de Higiene e o Instituto Biológico de São Paulo, criado por iniciativa de ARTUR NEIVA, e que se tornou, sob a direção de ROCHA LIMA, um dos maiores centros científicos prepostos, na América, à investigação de problemas de biologia vegetal e animal,²⁵ como a criação de novas instituições culturais e científicas, quais a Escola de Sociologia e Política (1932), em São Paulo, e a Escola Nacional de Química (1934), no Rio de Janeiro, constituíam sinais dos progressos que fazia a penetração do espírito científico na cultura nacional. O ensino superior continuava, porém, reduzido ao ensino dirigido no "interesse da profissão", não no interesse intelectual do indivíduo nem em proveito da ciência, cujo desenvolvimento se realizava antes nos institutos de ciência aplicada, onde a necessidade de enfrentar problemas urgentes ligados à economia nacional orientava os trabalhos para a indagação científica original, em vários domínios. Nada se havia tentado, no terreno das realizações, para que esse movimento de conquista do espírito científico se fôsse acentuando em nossa pedagogia, e penetrasse todo o ensino, provocando no ensino superior, com o mesmo espírito, as reformas que se empreenderam na educação fundamental e popular, confiada ainda exclusivamente aos Estados. E' que a camada intelectual, recrutada através de mais de um século, nas escolas profissionais (direito, medicina e engenharia) e que desfrutava, numa sociedade estática, o monopólio na formação tanto das elites como da concepção de cultura, apresentava um pensamento "escolástico", isto é, acadêmico e sem vida, que se opunha, pela indiferença ou pela hostilidade às transformações profundas do sistema de cultura e do ensino superior no país.

²⁵ O Instituto Biológico, criado em 1928 em São Paulo, por iniciativa de ARTUR NEIVA, que presidia à Comissão técnica destinada a dar combate à broca do café, teve como seu primeiro diretor, contratado para organizá-lo, o antigo assistente-chefe do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro. Sucedeu a ARTUR NEIVA, naquele cargo, o Prof. ROCHA LIMA, que foi também um dos colaboradores de OSVALDO CRUZ e, tendo sido professor no Instituto de Moléstias Tropicais, em Hamburgo, exercia então as funções de vice-diretor do novo instituto, fundado em São Paulo. Instalado hoje num edifício magnífico de vastas proporções, construído especialmente para esse instituto de estudos e pesquisas científicas, estende o seu campo de ação, como informa o seu atual diretor, "desde a investigação dos problemas mais gerais de biologia até o de qualquer mal que ameace destruir, prejudicar ou desvalorizar as fontes de riqueza alicerçadas na lavoura e na pecuária. O eixo de sua atividade é constituído pela investigação científica no terreno da patologia de todos os seres vivos, animais e vegetais, e especialmente daqueles de maior utilidade ou interesse para o homem. Dentro do campo vasto da patologia comparada, concentra-se a principal atividade científica do Instituto no estudo das pragas e doenças transmissíveis". O seu primeiro e mais importante campo experimental, obtido para o Instituto em 1937, — a Fazenda "Mato Dentro", situada nas imediações de Campinas, é uma grande propriedade agrícola, com uma área de 112 alqueires paulistas, que é como que o seu prolongamento rural e serve a todas as suas seções e a todos os seus técnicos. No Instituto Biológico funcionam ainda, para a formação de técnicos, a Escola de Patologia Comparada, a de Fitopatologia e a de Patologia Veterinária especializada, subordinadas a essa grande instituição de pesquisas científicas. O seu corpo de cientistas e técnicos, composto de 65 profissionais especializados, sendo 42 o número de assistentes, abrange nomes de reputação universal e é recrutado nos melhores centros de formação existentes no país e no estrangeiro. Pelas pesquisas e experiências realizadas nas suas duas divisões, vegetal e animal, e entre as quais se destacam a demonstração da eficácia da vacina de Valdemar contra a febre aftosa e a verificação experimental do envenenamento com foto-sensibilização pelo alecrim como causa da mortalidade de bovinos nos grandes rebanhos de Andradina; pelo valor e volume de sua produção científica, de mais de uma centena de trabalhos, como o "Tratado das doenças das aves", de valor internacional, e pelas suas realizações de caráter industrial, comprovadas por mais de 40 produtos destinados ao combate às pragas que infestam a lavoura e a criação, é o Instituto Biológico de São Paulo um dos maiores centros de pesquisa e de caráter técnico existente na América e já com renome universal. Além de uma revista mensal *O Biológico*, escrita por técnicos e preposta ao fim de estabelecer a aproximação entre o laboratório e os criadores, mantém o Instituto Biológico os *Arquivos*, revista de grande importância, em que se publicam os trabalhos originais de pesquisa realizados nas diversas seções dessa instituição.

Se essas elites, recrutando-se em camadas sociais e situações que variaram constantemente, não constituíam nem podiam constituir uma camada cerrada e perfeitamente organizada de intelectuais, não é menos verdade que, com uma formação cultural orientada no "interêsse da profissão", haviam adquirido e conservado êsses modos e formas de pensamento e de experiência, ligados a uma formação tradicionalmente profissional que as inhabilitava a dominar do alto e em todos os seus aspectos os problemas de educação e de cultura. Elas nunca tiveram, por isso, uma consciência viva e, muito menos, profunda, da necessidade de criação de instituições universitárias no Brasil, calcando-as em formas antigas ou modelando-as segundo formas novas. Quando dizemos "universidade", não queremos significar senão uma certa maneira de organizar institucionalmente os conhecimentos, para elevá-los ao mais alto nível, de coordenar as investigações, de promover os progressos da ciência, de difundir a cultura e utilizar tudo isto em proveito da comunidade. Acresce que, se a organização do ensino primário e normal, ainda recente, — pois não contava a rigor mais de 40 anos, — e, portanto, mais flexível e plástica, se sujeitava com menor oposição às investidas reformadoras, o ensino superior, de tipo profissional, velho de mais de um século, e o ensino secundário e humanístico, de tradições trisseculares, opunham pelas suas tradições intelectuais, uma resistência mais forte às inovações. Mas êsse mesmo grupo que se batia ardentemente pela reconstrução educacional do país, insistia sôbre a necessidade de uma reforma radical do ensino e pela introdução, no sistema, de escolas de pesquisa livre e de altos estudos. Todos nós sentíamos que, se já havíamos começado a introduzir, estávamos ainda muito longe de haver introduzido o método científico no ensino conforme um grau que se aproximasse do papel por êle representado na formação atual de nossas vidas. Daí a iniciativa que teve o governo de ARMANDO SALES DE OLIVEIRA de fundar, pelo decreto de 25 de Janeiro de 1934, a Universidade de São Paulo, constituída das escolas superiores profissionais existentes, de uma Faculdade de Ciências Econômicas, de uma Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, segundo plano elaborado por uma comissão de que foi relator o autor desta obra e fazia parte, entre outros, JÚLIO MESQUITA FILHO, o mais ardente propugnador da idéia da criação de uma universidade em São Paulo. Já o Governo Provisório, por proposta de FRANCISCO CAMPOS, instituiu o regime universitário e baixara, em 1931, o primeiro decreto, regulando as universidades brasileiras. Um grande passo, sem dúvida, na política escolar da nação.

Foi, porém, a Universidade de São Paulo a primeira instituição em que se verteu, no Brasil, a caudal de inquietação que os homens possuem em face da natureza, da vida e de seus problemas, e que nasceu, como a Academia Platônica, na Grécia, e a Universidade, na idade média, da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental ou, em poucas palavras, "para viver da verdade e de sua investigação".²⁶ Eminentíssimos professores

²⁶ A primeira universidade que se criou no Brasil, foi a Universidade do Rio de Janeiro, em virtude do decreto n.º 14 343, de 7 de Setembro de 1920, do Presidente EPITÁCIO PESSOA, referendado pelo ministro ALFREDO PINTO. Mas, essa Universidade, cujos Estatutos foram aprovados pelo decreto n.º 14 572, de 23 de Dezembro de 1920, não passou de uma agregação dos três institutos superiores de formação profissional, — a Faculdade de Direito, a de Medicina e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, nem importou em qualquer modificação essencial na estrutura e nos métodos do ensino superior do país. Em Belo Horizonte, sete anos mais tarde, foi fundada por iniciativa de FRANCISCO MENDES PIMENTEL, a Universidade de Minas Gerais, em que foram grupadas as Faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia, existentes na capital dêste Estado. Pelo decreto de 7 de Setembro de 1927, que instituiu essa Universidade e que, assinado pelo presidente ANTÔNIO CARLOS, foi referendado por FRANCISCO CAMPOS, nenhuma alteração substancial se realizou no sistema de ensino superior que prosseguiu, no novo regime universitário, com a estrutura e os métodos tradicionais. A medida mais importante que introduziu êsse decreto, ao criar a

e alguns entre os mais notáveis em suas especialidades, foram contratados na França, Itália e Alemanha para professar cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, cuja direção o governo de São Paulo confiou a TEODORO RAMOS, professor da Escola Politécnica e um dos maiores matemáticos brasileiros. Em 1935 ANÍSIO TEIXEIRA criava a Universidade do Distrito Federal, constituída de cinco escolas, — a Faculdade de Filosofia e Letras, a de Ciências, a de Economia Política e de Direito, a Escola de Educação e o Instituto das Artes, tendo enviado à Europa AFRÂNIO PEIXOTO, nomeado Reitor, para contratar uma nova missão de professores estrangeiros. Essas duas Universidades, — a de São Paulo, cuja Faculdade de Educação foi extinta em 1938 e na qual a Faculdade de Filosofia esteve a ponto de perecer à míngua de recursos (1938-1940) e a Universidade do Distrito Federal, absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil, — tiveram a sua evolução atropelada de dificuldades, em parte decorrentes da mentalidade utilitária e profissional, ainda dominante no sistema de ensino superior, e em parte resultantes do próprio "clima histórico" em que nasceram. O advento das universidades no Brasil coincidiu, de fato, com a maior crise de espírito que registra a história do pensamento humano, com a crise das universidades ocidentais e da própria idéia "universitária", e com a formação dos Estados totalitários e o desenvolvimento dos nacionalismos, de formas agressivas. "A oscilação do navio, na bela imagem de PAUL VALÉRY,²⁷ foi tão forte que as lâmpadas, as mais bem suspensas, foram afinal derrubadas". A profunda inquietação do espírito, cujas origens remontam à ruptura da unidade de pensamento e do monopólio intelectual da Igreja, atingiu ao máximo com as descobertas científicas, as transformações técnicas e econômicas, e o conflito de ideologias extremadas. Ao movimento espiritual, caracterizado pela cultura humanística e pelo sentimento humanístico da vida, que se corporificou nas primeiras universidades ocidentais, no século XII, e sob cujo impulso renovado (o néo-humanismo de 1800) surgiu a universidade alemã moderna (século XIX), sucediam agora a reação dos estudos especiais, marcados por um alto grau de tenacidade, a glorificação dos especialistas e o esforço para erguer ao primeiro plano os conhecimentos e os métodos técnicos em lugar da cultura e da pesquisa desinteressadas. E, por fim, as lutas políticas, travadas no mundo ocidental em torno das universidades, disputadas por grupos diferentes e antagonicos, que se esforçavam por transformá-las em trincheiras de combate ou instrumentos de poder político (*instrumentum regni*), tendiam a suprimir a vida pura, alta e livre, do espírito e a prioridade conferida à livre pesquisa, e a incluir, sob a rubrica de "pensa-

Universidade de Minas Gerais, foi a autonomia didática e administrativa, apoiada em um patrimônio constituído de grande propriedade imóvel e de um fundo de 30 mil contos em apólices do Estado. Pode-se, pois, afirmar que, se a verdadeira organização universitária foi instituída pelo decreto n.º 19 851, de 11 de Abril de 1931, do chefe do Governo Provisório, Dr. GETÚLIO VARGAS, referendado por FRANCISCO CAMPOS, ministro de Educação, a primeira universidade que teve o Brasil, criada com um novo espírito e uma organização nova, e já sob o regime estabelecido por esse decreto, foi a de São Paulo. O que, relativamente aos anteriores, de feição marcadamente tradicional, embora sob nova rubrica, assinala a originalidade desse sistema, criado a 25 de Janeiro de 1934, de acordo com o decreto federal, que então entrou realmente em execução, foi não somente a incorporação, no organismo universitário, de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que passou a constituir a medula do sistema, como também a preocupação dominante da pesquisa científica e dos estudos desinteressados, dentro aliás do espírito da lei federal que regulou as universidades brasileiras. O Governo Provisório da República instituiu em 1931 o regime universitário, mas foi São Paulo que tomou em 1934 a iniciativa de executá-lo, em sua plenitude. Antes de se criar, em 1937, a Faculdade Nacional de Filosofia, ANÍSIO TEIXEIRA fundava a Universidade do Distrito Federal, com uma estrutura nova e no ano seguinte ao da fundação da Universidade de São Paulo. É preciso reconhecer, porém, que a iniciativa, nesse movimento de renovação e de alargamento do ensino superior, embora com um sistema fechado, coube à ordem Beneditina, sob cujos auspícios se criou em São Paulo, em 1908, por iniciativa de D. MIGUEL KRUSE, a Faculdade de Filosofia de São Bento, agregada em 1911 à Universidade Católica de Louvain (Bélgica) e reconhecida em 1936 pelo governo federal, depois de ampliada e adaptada em conformidade com o decreto federal que regula a organização das Faculdades dessa natureza. (V. FARBOSA LIMA, *Organização universitária no Brasil*, I e II in "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, 24 e 31 de Março de 1940).

²⁷ "L'oscillation du navire a été si forte que les lampes les mieux suspendues se sont à la fin renversées". (PAUL VALÉRY — *La crise de l'esprit*).

mentos perigosos", a indagação filosófica e as investigações econômicas, políticas sociais e às vezes mesmo biológicas, estreitando cada vez mais o campo de investigação científica original.

Não foi, nem podia ser muito diversa a atmosfera social que envolveu os trabalhos da Assembléia Constituinte, e em que se vinha processando uma ebulição intelectual, feita de todos os fermentos filosóficos, científicos, políticos e pedagógicos que eram capazes de cultivá-la. Entre dúvidas e esperanças, reuniu-se em 1933 a Assembléia encarregada de elaborar e promulgar a nova carta política e restabelecer a ordem constitucional que a revolução de 1930 suprimiu e por cuja restauração deflagrou em 1932 a de São Paulo. Nova Constituição! — foi, de fato, o grito de combate que levantou o Estado de São Paulo contra o Governo Provisório. A composição heterogênea da Câmara em que conquistaram posições elementos influentes do regime anterior a 30; a confusão dos debates, sem vigor e sem elevação, e a atitude da Assembléia que não soube ou não pôde tomar pé no tumulto das divergências e das paixões, concorreram, porém, para desenvolver em muitos o ceticismo provocado pela multiplicidade e oposição dos sistemas e para estimular, na maior parte, como uma solução heróica, o impulso a êsse misticismo que caracteriza as épocas vigorosas e totalitárias. O processo revolucionário prosseguia nesse período, de 1933 a 1934, o seu curso normal, que avançava subterraneamente, em ritmo menos rápido, mas certamente mais poderoso, enquanto à superfície se discutiam os problemas de organização nacional e as soluções que deviam enquadrar-se na futura Constituição... A produção intelectual e literária, dessa época, não só constituía um dos sintomas mais vivos do espírito dominante, crítico e demolidor, como também contribuía para desenvolvê-lo, aguçando a sua sensibilidade e acentuando as suas tendências. O que, nessa produção, predomina, são realmente os ensaios sociais e os romances, dolorosos e sombrios, em que se estudam a paisagem social do Nordeste, a vida da pequena burguesia, o meio fabril e os aspectos ligados à cultura da cana, e com os quais se exacerbava a sensibilidade revolucionária, preparando os corações para a revolução. As reivindicações autonomistas dos grandes Estados, os conflitos entre as tendências centralizadoras e descentralizadoras, e os choques das ideologias extremistas, de esquerda e de direita, se encarregariam mais tarde de fazer passar a revolução em marcha, dessa fase idílica à sua fase violenta, em dois movimentos sucessivos, a curtos intervalos (1935-1938) e orientados em direções diversas.

Em meio dessa anarquia mental e política encontrou, porém, a Assembléia Constituinte seguros pontos de apoio, em matéria de política escolar, nas forças que vinham trabalhando pela reconstrução educacional do Brasil e haviam chegado a resultados positivos, em numerosos estudos que poderiam servir de norma inspiradora para a futura Carta Constitucional, em elaboração. O terreno havia sido longamente preparado para êsse fim, na campanha de renovação pedagógica e cultural, por uma série quase ininterrupta de debates, iniciativas, conferências e esboços de planos, em que as questões fundamentais, examinadas a todas as luzes, foram postas em termos de solução, e alguns dos quais constituíam propostas expressamente formuladas para o capítulo relativo ao problema, na Carta Constitucional do país. Em 1932, na V Conferência Nacional de Educação, que se reuniu em Niterói, foram aprovados, após longo exame, o ante-projeto do capítulo "Da educação nacional" para a Constituição brasileira, e o esboço do plano nacional de educação, e em Fevereiro de 1933, no memorial apresentado à Comissão Constituinte, os católicos resumiam em

quatro artigos e respectivos parágrafos as suas principais reivindicações,²³ já ardentemente defendidas no Congresso convocado com intuito de contribuir para orientar a consciência católica em matéria de educação e realizado a 17 de Outubro de 1931, na Cúria Metropolitana por iniciativa do Centro D. Vital de São Paulo. No *symposium* de 13 a 23 de Dezembro de 1933, organizado pelo Departamento do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação, o conselho diretor discutiu também o assunto em sucessivas reuniões, concluindo pela redação final de uma proposta que se baseou, em grande parte, nos anteprojetos elaborados na V Conferência, de Niterói, e em que se sintetizaram as aspirações unânimes daquela sociedade de educadores. Foi sob essas influências que se elaborou o capítulo II, "Da educação e da cultura", da Constituição de 16 de Julho de 1934, em que, ao lado de "disposições impróprias a um texto constitucional, contrárias entre si e inconvenientes ao ensino", se encontram pontos fundamentais das reivindicações católicas, como o ensino religioso nas escolas, e diversas das aspirações mínimas por que se vinham batendo os pioneiros da educação nova no Brasil. As duas correntes mais vigorosas do pensamento pedagógico e, sobretudo, a dos reformadores, cuja campanha oferecia tôdas as dificuldades das obras novas e fortes e esbarrou em tôdas as incompreensões, cruzaram-se, por essa forma, não só nas proposições apresentadas na Assembléia Constituinte, senão também na Magna Carta que resultou de seus debates e em que se consagraram, como grandes conquistas do movimento, algumas das teses capitais prepostas ao fim de instituir uma política nacional de educação, segundo princípios e em bases modernas.

A Carta de 1934 instituiu, de fato, medidas que assegurassem uma política nacional em matéria de educação, atribuindo à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional (cap. I, art. 5.º, XIV) e de fixar o plano nacional de educação (art. 151). Aos Estados competiria, segundo o art. 151, organizar e manter os seus sistemas educacionais, respeitadas as diretrizes definidas pela União. Estabelecendo que ao governo central caberia "fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país" (art. 150); criando o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação (art. 152) e determinando a aplicação de nunca menos de 10 % da parte dos municípios e nunca menos de 20 % da parte dos Estados, da renda resultante dos impostos, "na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos" (art. 156), a Constituição de 16 de Julho de 1934, fazia o país entrar numa política nacional de educação, de conformidade com os postulados e as aspirações vitoriosas na Conferência de Niterói, em 1932, e no manifesto dos pioneiros, pela reconstrução educacional do Brasil. Os sistemas escolares estaduais, segundo essa nova política escolar que a Constituição adotou, não seriam senão variedades sôbre o fundo comum de uma espécie: sob tôdas as dissemelhanças de estrutura do ensino, nesses sistemas variáveis com as condições regionais, deveria perceber-se não somente uma "certa tonalidade fundamental", mas a unidade política expressa nas diretrizes estabelecidas pela União. As próprias tendências de organização racional, sôbre base de inquéritos e dados estatísticos, e de seleção por meio de medidas objetivas, (art. 150, letra e), — uma das mais claras aspirações da campanha de renovação educacional, — foram consagradas em disposições da Constituição de 1934, que se manteve, em quase todos os seus

²³ Cfr. *Os problemas da educação na Constituição*. Memorial apresentado pelos católicos à Comissão Constituinte. In "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 3 de Fevereiro de 1938; *O problema educacional e a nova Constituição*. Organizado pela Associação Brasileira de Educação. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934.

artigos, na órbita de influência dos iniciadores do movimento de reformas da educação brasileira.

Mas, além da instituição de uma política nacional, capaz de estabelecer a unidade de fins e de diretrizes na variedade dos sistemas escolares, e dos princípios que consagrou, de "racionalização" ou de reorganização dos sistemas educacionais, em bases científicas, de estudos, inquéritos e dados objetivos, estabeleceu ainda a Carta Constitucional os fins democráticos da política escolar do país, reconhecendo na educação "um direito de todos" (art. 149), instituindo a liberdade do ensino em todos os graus e ramos (art. 150, § único, alínea e), a liberdade de cátedra, a gratuidade e obrigatoriedade que deviam estender-se progressivamente do ensino primário integral ao ensino educativo ulterior, afim de o tornar mais acessível (art. 150 § único, a e b), e criando os fundos especiais de educação, parte dos quais (art. 157) se aplicaria a alunos necessitados, mediante assistência sob diversas formas e bôlsas de estudo. Essas tendências democráticas que se tornariam ainda mais acentuadas na Constituição de 1937, não correspondiam apenas às aspirações nitidamente formuladas no movimento de renovação educacional, mas ainda a um processo real de democratização que atingiu sobretudo o ensino secundário, tornando extremamente difícil a reorganização de sua estrutura em bases humanísticas. De fato, em vez de um ensino de classe, para uma pequena fração da população adolescente, recrutada geralmente na burguesia, o ensino secundário tornou-se, pela sua extraordinária extensão, senão um "ensino para o povo", ao menos um ensino de caráter mais democrático, aumentando-se de 1930 a 1936, de 40 mil a cerca de 160 mil e, portanto, quadruplicando o número de alunos, enquanto a população se elevava de 34 para 38 milhões, no mesmo período. Se eram poucas as moças que concluíam o curso de bacharelado em letras até 1930, o número delas passou a equivaler ao dos rapazes, em muitos colégios ou cursos que se abriram por todo o país e cujo número, somente em São Paulo, e, sem contar os particulares, subia de 5 em 1930 para 58 em 1940, entre ginásios mantidos pelo Estado e por Municípios e cursos ginásiais anexos às escolas normais, estaduais ou municipais. Mas, como esse processo, legítimo em si mesmo, da democratização, que inicia as massas na cultura, apresenta um aspecto negativo, por quanto fica rebaixada a qualidade do ensino, permanecemos em face de um duplo movimento em sentido contrário: de um lado, esse fenômeno de democratização pelo qual as massas não só adquirem novas necessidades intelectuais como também começam a exercer domínio sobre a cultura e adaptar esta a seu nível; e, de outro, um movimento de reação no sentido da cultura humanística que nunca foi democrática, e em favor de uma preparação regular e sistemática, em nível universitário, dos candidatos a esse tipo e grau de ensino, dos quais a primeira turma de professores diplomados no Brasil obteve em 1937, pela Universidade de São Paulo, a licença do magistério secundário.

Se, com o golpe de Estado que instituiu, no Brasil, a 10 de Novembro de 1937, um regime autoritário e unitário, entrou em declínio a campanha que se vinha desenvolvendo, pela renovação educacional, é certo que alguns de seus princípios foram consagrados na nova Constituição promulgada pelo Presidente da República e assinada por todo o Ministério. O estado de sítio ou de guerra, como lhe chamaram, e em que viveu o país, de 1935 a 1937, e o golpe de força que pôs termo ao regime constitucional de liberdades públicas, impediram efetivamente que, em matéria de política escolar e cultural, a balança acusasse o peso real dos contendores; e a política adotada pelo governo da União julgou poder fazer a economia do conflito, nesse e em outros domínios, pelo conhecimento e pelo equilíbrio das forças antagônicas. A nova Constituição, outorgada

em 1937, reafirmou, com efeito, levando ainda mais longe do que a Constituição de 1934, às finalidades e as bases democráticas da educação nacional, não só estabelecendo pelo artigo 128 que “a arte e a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, públicas e particulares”, como também mantendo a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, instituindo, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em tôdas as escolas primárias, normais e secundárias, e, sobretudo, dando preponderância, no programa de política escolar ao ensino pré-vocacional e profissional, que se destina “às classes menos favorecidas e é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado” (art. 129). Sob êsse aspecto, a Constituição de 1937, rompendo com as tradições intelectualistas e acadêmicas do país e erigindo à categoria de primeiro dever do Estado o ensino técnico e profissional, pode-se considerar a mais democrática e revolucionária das leis que se promulgaram em matéria de educação. Revolucionária, não só nos objetivos que teve em vista, de educar a mocidade pelo trabalho, como também nos meios que adotou para atingí-los, e que constituiriam transformação radical na estrutura do ensino profissional, pela ligação orgânica da teoria e da prática, assegurada pela aplicação imediata das lições ao laboratório, pela organização de trabalho, nos campos e nas oficinas, e pela colaboração obrigatória, das indústrias e do Estado na preparação de operários qualificados. O sistema de aprendizado com o mestre, — sistema que vinha desde a idade média e se transferira para a escola profissional, de tipo tradicional, organizada para as necessidades da manufatura, — era, como ainda é, o de nossas poucas escolas profissionais, extremamente custosas, que aqui como por tôda a parte, oferecem condições diversas das da produção e um ambiente de todo diferente do das fábricas a que se destinam os alunos.

A Constituição de 1937, sem rejeitar os institutos de ensino profissional mas, ao contrário, estabelecendo como um dever do Estado fundá-los e subsidiar os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e das Associações particulares, inaugura o regime de cooperação entre as indústrias e o Estado, quando estatue, (art. 129) que “é dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinados aos filhos de seus operários ou de seus associados”.²⁹ Não foi menos precisa a Constituição de 1937 quando, seguindo a êsse respeito as tendências já consagradas na Carta Constitucional de 1934, determinou que compete privativamente à União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da juventude”. (art. 15, n.º IX) Essa disposição com que se reafirmaram e se ampliaram os princípios fixados na Carta de 1934 (art. 5.º, XIV e art. 150), assinala a vitória definitiva de uma política escolar com caráter nacional, nos seus princípios e nas suas diretrizes fundamentais, esta-

²⁹ Pelo decreto-lei n.º 1 238, de 2 de Maio de 1939, assinado pelo Presidente GETÚLIO VARGAS e referendado pelos ministros do Trabalho e da Educação, respectivamente Srs. VALDEMAR FALCÃO e GUSTAVO CAPANEMA, ficou ainda estabelecido que as fábricas em que trabalham mais de 500 empregados, “terão cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores, de acordo com o regulamento cuja elaboração ficará a cargo dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde” (art. 4.º). Foi mais tarde, a 17 de Maio de 1939, instituída uma Comissão inter-ministerial, para regulamentar o funcionamento desses cursos de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o decreto n.º 1 238, para trabalhadores da indústria. Reunida essa Comissão, composta de seis membros, dos quais três nomeados pelo Ministério da Educação e Saúde, e três, pelo do Trabalho, iniciou as suas atividades, sob a presidência do Dr. SAUL DE GUSMÃO, juiz de menores do Distrito Federal, o qual designou o Dr. JOAQUIM FÁRIA DE GÓIS FILHO, para relator de seus trabalhos. O ante-projeto de regulamentação do decreto-lei n.º 1 238, cuja elaboração lhe fora confiada, não chegou, porém, a ser aprovado por decreto federal. O estudo que precede o ante-projeto, apresentado pela Comissão inter-ministerial, depois de inquéritos e investigações, constitue uma análise segura e objetiva do problema que teve de examinar, para dar desempenho à sua missão. (V. *Aprendizagem nos estabelecimentos industriais*. Comissão inter-ministerial nomeada para regulamentar o funcionamento de cursos de aperfeiçoamento industrial. JOAQUIM FÁRIA GÓIS, relator. Rio de Janeiro, 1939).

belecidas para todos os graus e tipos de ensino, de maneira a favorecer no país uma educação bastante livre para respeitar as diversidades, mas bastante forte para fazer progredir a obra comum no respeito dessas diversidades. Dêsse ângulo de observação verifica-se que as duas Constituições, a de 1934 e a de 1937, se orientaram numa direção única, ao decidirem romper sem reserva contra o abstencionismo tradicional da União, em matéria de política escolar, atribuindo-lhe a competência privativa de fixar as bases, determinar os quadros e traçar as diretrizes da educação nacional. Depois de um longo período de mais de 40 anos, em que os Estados, grandes ou pequenos, impelidos por um federalismo excessivo, entendiam "viver sua vida", e em que as formações locais, os usos, as resistências e os traços de caráter de cada região se afirmavam ao ponto de fazerem frente ao poder federal, criando um "imperialismo de campanário", entramos francamente numa experiência nova, com o estabelecimento de um regime de unidade e de centralização que trouxe consigo a sanção de um poder forte, a abolição das barreiras interiores, a copenetração dos costumes, das legislações, dos negócios públicos e, particularmente, dos sistemas de cultura e de educação. Essa política, singularmente favorecida numa época em que a ciência, com as invenções do rádio e do aeroplano, abateu tôdas as barreiras que se opunham às comunicações e aos transportes, esbarrava sem dúvida em resistências locais e particulares que acabariam por ser vencidas, mais do que pela força, pela doçura e pelo tempo, como pela cooperação inter-administrativa dos Estados e da União.

A reorganização dos sistemas de ensino, estaduais e municipais, dentro do novo regime autoritário instaurado pelo golpe de Estado em 1937, poderia processar-se, sem dúvida, ou por "imposição" de uma política escolar adotada pela União, ou mais lentamente "por um plano de coordenação de objetivos, de padronização de processos e de cooperação de recursos técnicos e financeiros", a que se refere LOURENÇO FILHO, na sua introdução ao estudo sobre a situação geral do ensino primário. Que não era possível "continuar a União indiferente à extensão do mal que naquele terreno (o do ensino primário) nos aflige", e que cumpria combatê-lo por todos os meios, seja o da intervenção indireta, e, se conveniente, a direta, já o reconheceu FRANCISCO CAMPOS na incisiva oração que pronunciou a 18 de Novembro de 1930, ao tomar posse no Ministério da Educação e Saúde,³⁰ e o proclamou várias vezes o Ministro GUSTAVO CAPANEMA em discursos e entrevistas. "Providência inadiável, a ser, portanto, tomada, — observava êsse Ministro, em 1937, — é a elaboração de um código das diretrizes da educação nacional... Serão aí (nesse corpo único de lei) estabelecidas as diretrizes ideológicas, sob cuja influência tôda a educação será realizada, e ainda os princípios gerais de organização e funcionamento de todo o aparelhamento educativo do país".³¹ Anunciava então o Ministro de Educação e Saúde o propósito do governo federal de submeter o Código que já estava sendo organizado à apreciação de uma Conferência Nacional, em que se representariam, pelos seus técnicos, tôdas as unidades federadas. Os atos do governo central, desde 1934, indicavam expressamente antes a adesão à idéia de um plano de cooperação inter-administrativa do que a vontade de impor uma determinada política educacional, como se pode inferir, segundo

³⁰ FRANCISCO CAMPOS, *Educação e cultura*. Posse no Ministério de Educação e Saúde. Discurso pronunciado em 18 de Novembro de 1930. Págs. 117-119. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1940.

³¹ GUSTAVO CAPANEMA, *Panorama da educação nacional*. As realizações e os propósitos do governo federal. Discurso pronunciado na comemoração do Centenário do Colégio Pedro II. In "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 13 e 14 de Dezembro de 1937.

lembra LOURENÇO FILHO,³² do texto do decreto-lei n.º 24 787, de 14 de Julho de 1934, que autorizou a convocação e fixou as bases da Convenção Nacional de Educação; da lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, que dispõe sobre as Conferências Nacionais de Educação; do decreto-lei n.º 580, de 31 de Janeiro de 1938, que criou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; do disposto no decreto-lei n.º 868, de 18 de Novembro de 1938, que instituiu a Comissão Nacional de Ensino Primário; e ainda, — podemos acrescentar, — da convocação da I Conferência Nacional de Educação, em conformidade com o decreto-lei n.º 6 788, de 30 de Janeiro de 1941, e entre cujos fins se inscreveram os de estudar as bases de organização de um programa, síntese dos objetivos da educação nacional e dos meios de atingi-los pelo esforço comum da ação oficial e das iniciativas particulares.³³

A cooperação inter-administrativa, no regime de centralização política, se não foi, pois, uma “conquista da revolução”, marca uma fase na evolução da idéia de uma política nacional de educação e cultura, e é certamente a sequência natural dessa marcha para a unidade que é toda a história da revolução de 30 e teve o seu ponto culminante no golpe de estado e na Constituição de 1937: aglomerar, aproximar, assimilar as unidades federadas, num espírito de comunhão nacional brasileira, tal foi a tarefa principal do governo que se instituiu, com o novo sistema político, e começou por fortalecer a autoridade do poder central, alargar as fronteiras, abolir as distinções locais e fundir, numa nação, os Estados e as comunidades rurais e urbanas. A unificação dos sistemas educativos, não pela identidade de estruturas do ensino, mas pela unidade fundamental de diretrizes, ou por outras palavras, o ensino público organizado segundo uma política geral e um plano de conjunto, é um dos meios, certamente o mais poderoso e eficaz, de que pretendeu utilizar-se o

³² LOURENÇO FILHO, *Introdução ao estudo sobre a situação geral do ensino primário*. Págs. 52-53. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. “Boletim n.º 13”. Rio de Janeiro, 1941.

³³ O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (I.N.E.P.), criado pelo decreto-lei n.º 580 de 30 de Julho de 1938, corresponde, sob certos aspectos, ao antigo Pedagogium a que, nos começos da República, o decreto n.º 667, de 16 de Agosto de 1890 atribuiu a função de “centro propulsor das reformas e melhoramentos de que carecesse a educação nacional”. A política descentralizadora que manteve a Constituição de 1891, não permitiu vingasse a instituição do Pedagogium que, em 1896, passou com fins mais restritos à jurisdição do governo do Distrito Federal e foi extinto em 1919, já desvirtuado em seus objetivos nacionais. O regime de centralização, instituído a 10 de Novembro de 1937, foi uma das causas que mais contribuíram para o florescimento da nova instituição a que se transferiram as atribuições de pesquisa, exercidas cumulativamente com as administrativas pela Diretoria Nacional de Educação. Criado o Instituto Nacional de Pedagogia, destinado a realizar investigações sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos (art. 39, da lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937), foi transformado em 1938 no atual Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que constitui o “centro de estudos de todas as questões educacionais, relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação” (art. 1.º do decreto-lei n.º 580, de 30 de Julho de 1938). Esse Instituto tem por fim, de acordo com o art. 2.º do referido decreto, “organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas; manter intercâmbio com as instituições educacionais do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino bem como sobre métodos e processos pedagógicos; promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais ou particulares de educação e divulgar os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica”. Diretamente subordinado ao Ministério de Educação e Saúde, tem o Instituto, além de uma biblioteca e de um museu pedagógico, dois serviços e quatro secções técnicas, das quais duas, a de Documentação e a de Inquéritos e Pesquisas, visam estudos diretos da educação, e duas outras (a de Psicologia Aplicada e a de Seleção e Orientação Profissional) se destinam à cooperação com o D. A. S. P. (Departamento Administrativo do Serviço Público, este, desde a sua criação, presidido pelo Dr. LUIZ SIMÕES LOPES) para a análise e solução dos problemas de seleção, adaptação e aperfeiçoamento do funcionalismo. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que desde a sua fundação é dirigido pelo Prof. LOURENÇO FILHO, já realizou trabalhos de primeira ordem, com relação à documentação das instituições e atividades pedagógicas do país, e constantes de prontuários de legislação nacional e estadual de educação e ensino, de registro de dados que estão sendo recolhidos e apurados pelo Serviço de Estatística do Ministério, e de organização de fichas de documentação, já em número de 13 623, catalogadas por ordem cronológica e de assuntos. Os boletins que editou e entre os quais se encontra a série sobre a “organização do ensino primário e normal”, em cada Estado, constituem uma prova de eficiência de seus serviços e da probidade e exatidão de suas publicações, de alto valor informativo e documentário. No terreno das investigações pedagógicas, as suas atividades, metódicamente conduzidas, indicam que o Instituto, pela sua estrutura, pelos valiosos elementos que agrupou e pela sua superior orientação, será certamente não só o órgão central, mas o mais importante instituto do país, destinado a inquéritos, estudos e pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diversos aspectos. (V. *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*, in revista “Educação” — órgão da Associação Brasileira de Educação, n.º 7, Julho — 1940, págs. 17-18 e 27).

novo regime, para realizar uma obra de assimilação e reconstrução nacionais. Tornando de uso obrigatório em todo o país a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais, ao mesmo tempo que suprimiu outras bandeiras, hinos, escudos e armas (art. 2.^o); atribuindo privativamente à União fixar as bases e traçar as diretrizes da política escolar (art. 15); pondo sob a proteção da Nação, dos Estados e dos Municípios os monumentos históricos, artísticos e naturais e equiparando os atentados contra eles aos cometidos contra o patrimônio nacional (art. 134), a Constituição de 1937 fazia vibrar com uma força vigorosa o sentido nacionalista em que se inspirou, e fixava aspectos fundamentais dessa sensibilidade, através dos quais tocamos a um temperamento coletivo e talvez, mais longe ainda, a uma vocação nacional, cujo conteúdo não se esgotou sobre o plano político. O governo da União, retomando a política timidamente ensaiada em 1918, desenvolveu desde 1937 uma ação intensamente nacionalizadora das escolas no sul do país e, especialmente, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e, enfrentando fortes organizações que recebiam subvenções e influências estrangeiras, promoveu, por um conjunto sistemático de medidas, a adaptação dos imigrantes e seus descendentes ao meio nacional. Essa obra de nacionalização, em mais larga escala, o governo federal a empreendeu com vigor e conduziu metodicamente, quer amparando a iniciativa dos Estados, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, onde, desde 1937 a 1941, foram fechadas 774 escolas particulares "desnacionalizantes" e substituídas por 885 escolas públicas, abertas nos mesmos locais, quer concedendo em 1940 auxílio especial a esses Estados para a construção de prédios escolares nas aglomerações de população estrangeira, quer dando nova organização aos núcleos coloniais, cuja fundação se condicionou às exigências do interesse nacional.³⁴

Mas, se em matéria de ensino "a questão capital cujo vulto reclama esforços correspondentes à envergadura e proporções de seu tamanho", continuou a ser, segundo a opinião e os votos de FRANCISCO CAMPOS em 1930, a do ensino primário, não se limitaram as atividades da União e dos Estados, nesse período, à solução do problema fundamental da educação das massas. Certamente, a análise sucinta da situação geral do ensino primário, nos últimos dez anos, demonstra, como já assinalou LOURENÇO FILHO,³⁵ um desenvolvimento notável das escolas primárias que, de 27 mil, em 1932, passaram a mais de 40 mil em 1939, elevando-se, em oito anos, de 56 mil a cerca de 78 mil o número de professores em serviço nas 40 mil escolas do país, com três milhões e meio de alunos inscritos. Não foi ainda menor, guardadas as devidas proporções, a expansão quantitativa das escolas de ensino secundário que, em dez anos, tiveram um crescimento superior ao que se processara, em um século de independência, e denunciaram nesses progressos a tendência do ginásio a transformar-se de um curso propedêutico para o ingresso nas faculdades, em um colégio para o povo. Esse crescimento numérico, de certo surpreendente, restabeleceu, agravando-os, os problemas de estrutura do ensino secundário, cuja finalidade, agora tão ampla como as atividades de nossa complexa vida moderna, como observa JOHN DEWEY, já não pode ser a mesma do tempo em que as academias existiam tão somente para os filhos dos que receberam uma instrução clássica. Ainda que não se possa comparar com o surto que adquiriram, nesse período, o ensino primário e o ensino secundário, o ensino superior, porém, profissional e desinteressado, teve então um desenvolvimento

³⁴ PEDRO CALHEIROS BONFIM, *As escolas estrangeiras e a nacionalização do ensino*. Alguns aspectos do problema. In "Formação", revista brasileira de educação, ano IV, Setembro de 1941, n.º 38, págs. 48-51.

³⁵ *Situação geral do ensino primário* — Introdução pelo Prof. LOURENÇO FILHO, págs. 9-53. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, "Boletim n.º 13", Rio de Janeiro, 1941.

quantitativo que não pode ficar sem efeitos antes sobre a extensão do que sobre o apuramento da cultura do país, cuja qualidade é duplamente ameaçada, nos sistemas educacionais, pelo rápido crescimento numérico das escolas secundárias e consequente rebaixamento de nível nos estudos propedêuticos e pela proliferação das escolas superiores em geral e, especialmente, das faculdades de filosofia, enxertadas em antigas organizações educacionais, de iniciativa privada.

Essa crise da cultura qualitativa que se observa por toda a parte, não é um produto apenas da redução progressiva do campo da "liberdade de espírito", sob a pressão dos fenômenos de concentração do poder, do advento das ditaduras da esquerda e da direita, e das tendências do Estado totalitário, ou do Estado concebido como um fim em si mesmo e dotado de atribuições para estender a sua influência até os mais íntimos recantos da vida dos indivíduos e das coletividades humanas. Universidade implica a idéia de universalidade e reclama o livre exame, como obra cujo impulso criador se apóia e se alimenta na liberdade, tomada em sua plenitude, de crítica e de investigação. Do ponto de vista sociológico, essa crise se explica, também, segundo NICOLAS BARDIAIEFF, pelo fato de que um princípio aristocrático, — um princípio de qualidade é inerente a toda cultura superior, e que esse princípio se encontra gravemente ameaçado por um processo de democratização e de nivelamento pelo domínio das massas. Ora, esse extraordinário crescimento quantitativo dos ginásios e a "cogumelagem" de faculdades de filosofia, de iniciativa particular, num país em que mal se podiam manter quatro ou cinco escolas de alto nível, se, de um lado, concorrem para fazer entrar senão a massa, um "maior número" em comunhão com a cultura, tendem a rebaixar a cultura, arrastando-a no torvelinho da mediocridade social e adaptando-a ao nível das massas, às suas necessidades e aos seus gostos. Talvez devido a essas novas condições de cultura, e à dificuldade de conter o ímpeto desse processo de democratização, o impulso oficial dado às universidades, demorado e sem vigor, não correspondeu às esperanças que suscitou a instituição, em 1931, do regime universitário no Brasil. De fato, das quatro universidades existentes no país, — a de São Paulo, criada em 1934, a do Brasil, em que se transformou a do Rio de Janeiro em 1937, a de Porto Alegre e a de Minas Gerais, — apenas as duas primeiras apresentam, como parte integrante do sistema universitário, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, preposta ao duplo fim de desenvolvimento da cultura filosófica e científica e de formação de professores secundários.³⁶ A Faculdade Nacional de Filosofia, criada pelo decreto n.º 452, de 5 de Julho de 1937, que organizou a Universidade do Brasil, antiga do Rio de Janeiro, instalou-se somente em 1939, quando pelo decreto-lei n.º 1 063, de 20 de Janeiro desse ano, se transferiram para essa universidade vários institutos e cursos que compunham a do Distrito Federal, fundada em 1935 e extinta por esse decreto. A criação da Faculdade Nacional de Filosofia, para a qual foram contratados professores estrangeiros, a absorção da Universidade do Distrito Federal pela do Brasil, e a fundação, em 1940, da Universidade Católica, no Rio de Janeiro, foram, com a instituição da Universidade de São Paulo, em 1934, e da do Distrito Federal, em 1935, os fatos mais importantes com que se assinalou, na evolução da idéia universitária, a transformação extremamente lenta do ensino superior, orientado para os altos estudos, sem preocupações utilitárias, e para a pesquisa científica original.

³⁶ FERNANDO DE AZEVEDO, *O magistério secundário*. Discurso pronunciado na solenidade de formatura da 1.ª turma de professores do ensino secundário, a 21 de Abril de 1937, no salão nobre da Faculdade de Medicina. "Boletim n.º 13", Secretaria da Educação e da Saúde Pública, 1937, São Paulo-Brasil.

A tendência à expansão do ensino médio, que se tem alargado à medida que se estende a rede de escolas primárias, despojando-se cada vez mais do caráter de ensino de classe (ginásio de tipo clássico), e a lentidão dos progressos do ensino universitário, apesar do esforço desenvolvido no sentido de elevar o nível de cultura, mostram a dificuldade extrema da tarefa que nos impusemos, estes últimos anos: o ajustamento de duas épocas e duas histórias inversas. Certamente a força que adquiriu essa expansão cultural, contribuindo para chegar as massas às fontes de cultura e elevar-lhes o nível de conhecimentos, não deixará de concorrer para reduzir, senão para soldar, com o tempo, a ruptura entre os criadores e o povo, e preparar essa cultura de mandato social, que admite e supõe o princípio qualitativo e, sendo obra aristocrática, é, na verdade, obra de todo um povo, — “duplo caráter que é profundamente, inerente às épocas orgânicas”. Mas, essa extensão de ensino e de cultura que é, como vimos, um processo de democratização, não se realiza senão a preço do nível cultural, por uma redução da qualidade ou um nivelamento por baixo, em que o antigo privilégio das elites, cristalizado para seu próprio uso, acabaria por ceder e estender-se ao público mais largo das sociedades democráticas. O desenvolvimento da cultura em sentido vertical colide com essa tendência extraordinária à expansão cultural, para que concorreram os progressos de velhos recursos e técnicas de publicidade (o livro, a revista e o jornal) e a cujo serviço as descobertas e as invenções puseram novos e poderosos instrumentos de irradiação e assimilação de idéias, sentimentos e aspirações ou, em poucas palavras, de uma cultura comum, acessível a todos. O movimento editorial aumentou, de fato, consideravelmente;³⁷ multiplicaram-se as casas editoras, cujo número atingiu a 177, em 1937; subiram, nesse mesmo ano, a 2 044 as tipografias; passou-se a imprimir, na capital do país, com tanta abundância que em 1939 se elevou a 797 o número de obras publicadas, e só uma empresa editora conseguiu, a partir de 1936, guindar a sua produção anual a cerca de 2 milhões e meio de exemplares; e o comércio de livraria atingiu em dez anos uma intensidade surpreendente, quer na venda de livros publicados por empresas nacionais, quer na colocação de obras importadas, não só da Europa, mas dos Estados Unidos.

A difusão da imprensa e a floração de revistas, de vários tipos, não concorreram menos do que o comércio nas 1 179 livrarias arroladas em 1937, para esse movimento de expansão cultural, de uma região para outra e por todas as camadas sociais. Se em 1912, segundo os dados estatísticos, circulavam no país 1 377 periódicos, dos quais 1 275 fundados depois da proclamação da República, esse número havia dobrado em 1937, em que só a capital

³⁷ Ainda não se coligiram, no Brasil, os dados estatísticos relativos à produção de livros, por assuntos, nas diversas casas editoras, e à sua circulação e distribuição pelas diferentes regiões do país. Essa estatística seria extremamente útil não só para apreciação de vários aspectos de cultura, como para estudos sobre as espécies de livro de maior tiragem e, portanto, de maior aceitação, a diversidade dos “públicos” existentes e a capacidade e distribuição geográfica de consumo da produção editorial, didática, literária e científica. Mas, que o movimento editorial no país se desenvolveu de modo notável nestes 20 e, particularmente nestes últimos 10 anos, não há sombra de dúvida. Basta considerar que, além das antigas casas editoras, como a Livraria Francisco Alves, hoje Paulo Azevedo e Companhia, a Livraria Garnier, atualmente Brigueit-Garnier, se fundaram mais sete empresas verdadeiramente importantes, a Companhia de Melhoramentos, que se dedica sobretudo a livros didáticos, a Companhia Editora Nacional e a Livraria Acadêmica (Saraiva), em São Paulo; a Freitas Bastos, que se vem especializando em obras jurídicas, a Guanabara, mais conhecida pelos seus livros de medicina, e a Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro, e a Livraria do Globo em Porto Alegre, sem contar grande número de casas editoras, espalhadas pelo país. A produção atingiu tais proporções que só na Companhia Editora Nacional, ascendeu a 2 milhões e 480 mil exemplares, em 1936, permanecendo entre 2 milhões e 300 mil e 2 milhões e 500 a produção anual, nos cinco anos seguintes até 1941, apesar das profundas consequências que teve a 2.ª guerra mundial sobre a indústria e o comércio dos livros. Nesse período, a Companhia Editora Nacional, entre cujas iniciativas se inscreve a *Brasiliana*, — biblioteca de estudos nacionais, com mais de 200 volumes, em um decênio (1931-41), chegou a fazer edição com tiragem de 20 mil e, de outro livro, em várias edições, tiragem superior a 45 mil exemplares. Quando comparamos esses números, ainda muito reduzidos, com os das edições anteriores a 1920, e que oscilavam entre mil e dois mil exemplares, não é possível desconhecer a sua significação no movimento editorial, destes dez últimos anos, sem precedentes na história da indústria do livro no Brasil.

apresentava nada menos do que 161 jornais, dos quais 21 diários e 14 com uma circulação superior a 50 mil exemplares. O Distrito Federal, o Estado de São Paulo, com o *Diário* e o *Estado de São Paulo*, que chegou a ter uma circulação de 80 mil, Pernambuco e o Rio Grande do Sul continuam a manter a sua posição, na vanguarda do jornalismo brasileiro, com jornais de primeira ordem, cuja irradiação e influência ultrapassaram às vêzes as suas fronteiras. A Associação Brasileira de Imprensa que é o principal órgão dos que se dedicam às atividades de imprensa, tem hoje a sua sede, devido ao impulso tomado pelo jornalismo brasileiro, num magnífico edifício, — a “Casa do Jornalista”, especialmente construído e instalado no Rio de Janeiro, para tôdas as funções técnicas e sociais de um aparelho central dessa natureza, destinado à coordenação das iniciativas e ao exame dos problemas que interessam aos trabalhadores dos jornais filiados a essa Associação, de caráter e finalidades nacionais. Se se acrescentar, a todos êsses elementos propulsores da difusão de cultura, a ação exercida pelas sociedades literárias, pelas numerosas associações de intercâmbio cultural, e pelas exposições e congressos de todos os tipos, científicos, técnicos e pedagógicos,³⁸ que têm secundado as tentativas de simplificar, coordenar e organizar mais logicamente, ou mais economicamente, todo o nosso sistema de ensino e de cultura, poder-se-á apreciar melhor o que representa êsse esforço constante de inter-penetração de idéias e de assimilação, sôbre que se devem apoiar, como numa base mais larga, as elites que a sociedade reclama e se terão de preparar, no país, para tôdas as grandes tarefas. Sôbre a base dessa cultura que se generaliza, e cujo nível, por isso mesmo, se abaixa automaticamente, mas de que já resultaram um acréscimo de força e uma sondagem mais profunda de vocações, as elites que se erguerem, mais numerosas, encontrarão apoio e receptividade, por uma comunhão maior das massas com a cultura, para fazerem penetrar de um pensamento mais alto e refletido tôda a vida nacional.

Dêsse movimento de expansão cultural, com que se alargaram os nossos costumes e as nossas maneiras de pensar e de sentir, e se propagou por tôda a parte o gosto da leitura, um dos índices mais expressivos foi, certamente, o impulso que tomaram as bibliotecas públicas no país. A análise, ainda que sucinta, do movimento bibliotecário, para o qual tão eficazmente concorreram as novas teorias pedagógicas e uma consciência mais viva do papel das bibliotecas, como elemento auxiliar de educação, não nos revela apenas um crescimento numérico dessas instituições, mas um esforço, notável em alguns centros como São Paulo, para reorganizá-las no sentido de as tornar mais úteis e acessíveis ao público e de dar orientação uniforme aos seus serviços técnicos de catalogação e de classificação. De 456 existentes no Brasil, em 1912, — entre as quais as instituições fundadas antes de 1821, como a do Convento do Carmo, no Rio (1545), a dos Mosteiros de São Bento, do Rio, Baía e Pernambuco, cujas origens remontam ao século XVI, a do Seminário de Mariana, em Minas Gerais, que data de 1748, e a Biblioteca Nacional, criada em 1810, — subiu o número de bibliotecas a 1 527 em 1929, com cerca de 9 milhões e cem mil volumes, e, em 1935, a 2 312, com exclusão das coleções das escolas primárias. Em 1938, as bibliotecas públicas ou semi-públicas, existentes nos municípios das capitais e mantidas pelos governos e por instituições particulares, elevavam-se a 192, registradas pelas estatísticas, que não incluíram, nesse número, nem as bibliotecas de propriedade e uso individual, nem as escolares ou de estabelecimentos de ensino primário, secundário ou superior, oficiais ou particulares. Dessas bibliotecas, pelas quais passaram 949 460 ou cerca de

³⁸ LOURENÇO FILHO, *Congressos e conferências de educação* (Rápida resenha histórica). In revista “Formação”, N.º 41, Ano IV. Dezembro, 1941, págs. 5-17.

um milhão de consulentes, 48 estavam instaladas em Pôrto Alegre que figura em primeiro lugar; 47, em São Paulo; 17, em Recife; 14, em Florianópolis, onde se acha a excelente Biblioteca Pública do Estado, velha de quase um século (pois foi criada em 1854) e com mais de 30 mil volumes; 13, em Salvador e as restantes, espalhadas pelas outras capitais. As estatísticas das obras consultadas denunciam não somente um notável alargamento de cultura e maior variedade de tendências e ambições intelectuais, como ainda o interesse crescente pelas obras norte-americanas, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, graças à influência das idéias norte-americanas no movimento de renovação educacional, ao impulso que tomou, sobretudo depois da guerra (1939), a política panamericana, à penetração dos romances, de autores anglo-saxônicos, escoltados pelos grandes filmes, e à criação, em 1938, de instituições como o Instituto Brasil-Estados Unidos, fundado no Rio de Janeiro, e a São Paulo União Cultural Brasil-Estados Unidos, que se inaugurou nesse mesmo ano em São Paulo, com o fim de facilitar a cooperação intelectual e promover, entre os dois países, um melhor conhecimento e mútua compreensão, por meio de conferências, exposições de livros americanos e outras iniciativas culturais.

Onde, porém, adquiriu maiores proporções o movimento bibliotecário foi na cidade de São Paulo, cujo governo criou em 1935, no Departamento de Cultura, a Divisão de Bibliotecas, a que estão subordinadas a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Infantil e a Escola de Biblioteconomia; reorganizou a Biblioteca Pública Municipal, que foi fundada em 1925, e a cuja coleção de 67 277, em 1938, se acrescentou o acervo de 40 mil volumes pertencentes à antiga Biblioteca Pública do Estado; instalou a Biblioteca Infantil e instituiu a primeira escola de Biblioteconomia, em que pudessem preparar-se os candidatos às diversas atividades técnicas ligadas à profissão e que, tendo inaugurado os cursos em 1937 com 215 estudantes, já em 1939 graduava 65 bibliotecários. Para a instalação da Biblioteca Pública Municipal, em que se incorporou a do Estado, pelo decreto n.º 2 839, de 5 de Janeiro de 1937, fez construir o governo da cidade um magnífico edifício, com capacidade para 500 mil volumes, e de acordo com todas as exigências higiênicas e técnicas das grandes construções modernas destinadas a bibliotecas públicas. A lei estadual de 1937, — uma das maiores conquistas do movimento que se realizou em São Paulo, — regulou o exercício da profissão de bibliotecário, estabelecendo, entre outras exigências, o curso especializado em escolas de biblioteconomia e criou o Conselho Bibliotecário do Estado, com os objetivos de coordenar o trabalho e promover a organização do Catálogo Coletivo de todas as bibliotecas estaduais e municipais, e ainda das particulares existentes no Estado e dispostas a colaborar nessa obra comum de uma completa bibliografia local.³⁰ Por sua vez, o governo da União, pela lei n.º 378, que deu nova estrutura aos serviços do Ministério de Educação e Saúde, criou em 1937, com a função de organizar a Enciclopédia Brasileira, o Instituto Cairú que, transformado em Instituto Nacional do Livro pelo decreto-lei n.º 93, de 21 de Dezembro desse ano, prosseguiu na tarefa de incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional, tendo favorecido o estabelecimento de cerca de 100 dessas instituições, mediante a distribuição de mais de 20 mil volumes.

Mas, entre os principais elementos de difusão e de conservação de cultura, os que mais concorreram, nestes últimos anos, para as transformações de

³⁰ DOROTHY M. GROPP, *Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista*. Conferência feita em New-Orleans, Louisiana, Estados Unidos, em 1939. Tradução de FRANCISCO DE AZEVEDO. Separata da "Revista do Arquivo", n.º LXVIII. Departamento de Cultura, São Paulo, 1940.

mentalidade e de hábitos de vida, no Brasil, foram incontestavelmente o cinema e o rádio, que exercem por toda a parte profundas influências no sistema de relações humanas. De todas as invenções do espírito científico, o cinema e o rádio não são apenas as mais belas, as mais carregadas de espírito poético e as que abrem novos horizontes à arte e ao pensamento. Poderosos instrumentos educativos e culturais, de informação, de propaganda e de ensino, fatores de educação popular, de primeira ordem, pelo seu extraordinário poder de sugestão, desempenham um papel tão importante que a sua influência não só se pode comparar, mas já se considera superior à do jornal diário, sobretudo em países onde são ainda numerosos os iletrados. Arte maravilhosa que compendia todas as outras, aliando o som e a imagem, a beleza das linhas e a do movimento e, talvez ainda, a côr e o relêvo, se pode ter, conforme os casos, seu poder educativo utilizado num sentido desfavorável à mútua compreensão dos povos, nenhuma outra conseguirá transmitir, como o cinema, esse sentimento de universalidade e de identidade da espécie, com que se alargam as concepções de vida, pondo-se sob os olhos, transportada de toda a parte, a realidade presente, na sucessão trepidante dos acontecimentos, na diversidade pitoresca dos cenários naturais e na multiplicidade de tipos e paisagens sociais, através da variedade de cujas formas se apresenta a unidade fundamental do espírito humano. Esse alargamento de horizonte mental, acima de classes e de fronteiras, uma vez que se vem operando pelo cinema em que o filme americano tem um lugar preponderante, tinha de realizar-se, no entanto, como se realizou, sob as influências imediatas do pensamento e dos costumes americanos, já pelo domínio dos Estados Unidos na indústria do cinema, já pela superioridade técnica e artística de seus filmes, já pela ação modeladora sobre as massas populares, e resultante da "produção em série" das películas americanas. A propagação do rádio e do cinema por quase todas as cidades do país não podia deixar de ter consideráveis repercussões sobre a cultura brasileira e os costumes nacionais, contribuindo notavelmente não só para modificá-los como também para acelerar esse processo de assimilação em que intervieram, há pouco mais de vinte anos, esses dois meios de expressão do pensamento e de expansão da cultura, sob todas as suas formas. A rádio-difusão que, de fato, se iniciou no Brasil em 1919 com a primeira estação, — a Rádio-Clube de Pernambuco, e tomou pequeno impulso em 1922, com a aquisição pelo governo federal de duas emissoras, cedidas mais tarde, em 1924, à Rádio Clube e à Rádio Educadora do Brasil, só se desenvolveu, na realidade, e de maneira surpreendente, depois da revolução de 1930 e, sobretudo, da de São Paulo em 1932, em que o rádio exerceu papel proeminente na propaganda da revolução.

Foi por essa época que se baixaram os dois mais importantes decretos, dos quais um regulava os serviços de rádio-difusão, reformando a primeira lei sobre a matéria (1924), e o outro, a distribuição de frequências concedidas ao Brasil pela Convenção Radiotelegráfica Internacional. Surgiram daí por diante novas e grandes estações transmissoras que em Dezembro de 1939 já se elevavam a 64, no Brasil, sendo 39 em São Paulo (10, na capital, e 29 no interior); multiplicaram-se os aparelhos de rádio, dois quais em 1939 foram registrados 357 921 no país e 115 042, em São Paulo e, portanto, quase um terço do total de aparelhos então existentes; criou-se o Serviço Nacional de Rádio-difusão Educativa, em que reaparece a idéia da aplicação do rádio a fins educativos, surgida pela primeira vez, na legislação brasileira, com a reforma do ensino no Distrito Federal em 1928;⁴⁰ fundaram-se novas sociedades de rádio;

⁴⁰ A primeira lei promulgada no país sobre o rádio e o cinema educativo foi efetivamente o decreto n.º 3 281, de 23 de Janeiro de 1928, que reformou o ensino no Distrito Federal e foi regulamentado pelo decreto n.º 2 940, de 22 de Novembro do mesmo ano. O Título IV, "do cinema escolar e do rádio",

instituiu-se a "Hora do Brasil" e organizou-se, no Departamento de Imprensa e Propaganda, a Divisão de Rádio, sob cujo controle e fiscalização ficaram todas as transmissoras brasileiras. O cinema que se introduzira no país muito antes do rádio, nos princípios deste século, adquiriu um impulso extraordinário, nos últimos dez anos, realizando-se em 1938, em que já se contavam 316 salões e cinemas, só nos municípios das capitais, 195 647 espetáculos, para cerca de 44 milhões de espectadores. O desenvolvimento foi tal que já em 1932, pelo decreto n.º 21 240, de 4 de Abril desse ano, teve o governo federal de nacionalizar o serviço de censura de filmes cinematográficos, criando uma taxa especial e estabelecendo outras medidas legislativas tendentes a regular o processo de exame dos filmes e a promover a nacionalização de seus serviços. Ainda que utilizado oficialmente no Distrito Federal, pelo decreto que reformou o ensino na capital do país, — e foi a primeira lei que determinou o emprego do cinema para fins escolares, — e em São Paulo, pelo decreto de 21 de Abril de 1933 que aprovou o *Código de Educação*, o cinema educativo somente em 1934 veio a interessar realmente ao governo da União que instituiu medidas concernentes à utilização, circulação e intensificação de filmes escolares (decreto n.º 24 651) e criou, pela lei n.º 378, de 1937, o Instituto Nacional de Cinema Educativo com o fim de coordenar a aplicação do cinema educativo e promover a sua divulgação por todos os meios.⁴¹

Tôdas essas atividades de extensão cultural para as quais concorreram, em partes desiguais e com ritmos diferentes, o Estado e a iniciativa privada, o governo central e as diversas unidades da federação, se não tiveram tôdas a sua origem, encontraram sempre apoio e repercussão favorável no Ministério de Educação e Saúde, que foi, com os do Trabalho e da Aviação, uma das três

do primeiro decreto, n.º 3 281, apresenta dois artigos e um parágrafo: no art. 296 se estabelece que tôdas as escolas "terão salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada para fins meramente educativos, bem como à instalação de aparelhos de rádio-telefonía e alto-falantes"; e, pelo art. 297, se cria uma rádio-escola, com sua respectiva estação transmissora, destinada à irradiação diária, para as escolas e para o público, de hinos e canções escolares, da hora oficial, do boletim de atos e instruções da Diretoria Geral, de todos os assuntos de interesse do ensino, lições e sessões artísticas de caráter educativo. No Título IV do decreto n.º 2 940, é regulamentada a aplicação do cinema a fins educativos (arts. 633-635), fixam-se os objetivos e se dá organização à Rádio-Escola (arts. 636-647), criada pelo decreto que reformou o ensino no Distrito Federal, por iniciativa e sob a responsabilidade do autor desta obra.

⁴¹ A utilização do cinema no ensino e na pesquisa científica começou a ser praticada no Museu Nacional que inaugurou, em 1910, a sua filмотeca, enriquecida em 1912 com os primeiros filmes dos índios Nambiquaras que ROQUETTE PINTO trouxe da Rondônia e as admiráveis películas com que a Comissão Rondon documentava as suas explorações geográficas, botânicas, zoológicas e etnográficas. Em outras instituições de ensino e cultura realizaram-se posteriormente tentativas para o emprego do cinema educativo. Somente, porém, em 1928, surge a primeira lei sobre o emprego do cinema para fins escolares: o autor desta obra, então diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, determinou e regulou a sua utilização em tôdas as escolas da capital do país. (Decreto n.º 3 281, de 23 de Janeiro de 1928, arts. 296-297; e decreto n.º 2 940, de 22 de Novembro de 1928, arts. 633-635). Em 1929, por iniciativa da Diretoria Geral de Instrução inaugurou-se oficialmente a 1.ª Exposição de Cinematografia Educativa, cuja organização esteve a cargo de JÔNATAS SERRANO, um dos iniciadores desse movimento. Sob a inspiração de ANÍSIO TEIXEIRA criou-se pouco depois, em 1932 (decreto n.º 3 763, de 1.º de Fevereiro de 1932) a Divisão do Cinema Educativo. Nesse mesmo ano, o decreto n.º 21 240, de 4 de Abril, do governo federal nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos. No Estado de São Paulo são criados os Serviços de Rádio e Cinema Educativo pelo decreto n.º 5 884, de 21 de Abril de 1933, que instituiu o *Código de Educação*, elaborado por iniciativa e sob a orientação de Fernando de Azevedo. No decreto n.º 24 651, de 10 de Julho de 1934, que criou no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, estabelecem-se medidas (art. 2, alíneas a,b,c), referentes à utilização, circulação e intensificação de filmes educativos. A criação, em 1937, do Instituto Nacional do Cinema Educativo, pela lei n.º 378, que deu nova organização ao Ministério de Educação e Saúde, marca, na evolução da idéia, uma de suas fases culminantes. Esse Instituto, cuja direção foi confiada a ROQUETTE PINTO, — um dos pioneiros do movimento em favor do cinema escolar, — tem por fim organizar e editar filmes educativos brasileiros; permutar cópias dos filmes editados ou de outros; editar e permutar discos ou filmes sonoros, com aulas, conferências e palestras; organizar uma filмотeca educativa, para servir aos institutos de ensino, e publicar uma revista consagrada ao cinema, ao fonógrafo e ao rádio, em suas suas aplicações à pesquisa, ao rádio e à educação. Embora ainda recente, — pois não tem mais de cinco anos, — o Instituto Nacional do Cinema Educativo já editou cerca de 400 filmes; aparelhou-se para fornecer as informações e esclarecimentos relativos ao cinema escolar, em tôdas as suas aplicações; organizou uma biblioteca especializada em obras e revistas cinematográficas e recolheu, nos seus arquivos, coordenando-as, valiosas contribuições que se encontravam dispersas. No domínio da pesquisa procedeu a estudos sobre os problemas ligados à série escolar do filme *substandard*, de 16 mm; realizou ensaios sobre o filme sonoro de 16 mm, em cores naturais, e pesquisas de fônetica experimental sobre a pronúncia do idioma nacional em diversas regiões do país. (Cfr. JÔNATAS SERRANO e FRANCISCO VENÂNCIO FILHO, *Cinema e educação*; MENDES DE ALMEIDA, *Cinema contra cinema*).

grandes Secretarias de Estado criadas pelo governo implantado por duas revoluções. De 1930 a 1934, o novo Ministério não pôde desempenhar todo o papel que lhe estava reservado na política nacional do governo revolucionário, pelo fato de formar ainda, na sua estrutura primitiva, elementar, antes uma justaposição de partes do que propriamente uma verdadeira conexão em que cada um dos serviços de ensino e de cultura, hierarquizados entre si, tivesse o seu lugar e o seu papel, em conformidade com a importância e a variedade de suas funções técnicas, administrativas e culturais. As atividades de ensino e de cultura haviam adquirido ademais um tal desenvolvimento que romperam os quadros da organização primitiva, exigindo a reforma de alguns serviços e a criação de outros, para que o Ministério pudesse projetar a ação coordenadora em todos os setores da cultura e da educação nacional. Foi exatamente o que teve em vista a lei n.º 378, de 13 de Janeiro de 1937, que, por inspiração do Ministro GUSTAVO CAPANEMA, deu nova organização, mais completa e mais larga, ao Ministério de Educação, abrindo-lhe possibilidades, para uma ação fecunda e orientada no sentido de estudar e pesquisar os problemas técnicos postos pelo crescente desenvolvimento das instituições pedagógicas, de coordenar as atividades dispersas e às vezes contraditórias, e suscitar, precisar e enriquecer as iniciativas culturais em todos os domínios. "Nos documentos que acompanharam o projeto governamental ao poder legislativo, — escreve o Prof. LOURENÇO FILHO, — encontra-se claramente definido esse novo espírito. Há a destacar três pontos essenciais: o de uma tendência de racionalização da administração; o de maior projeção nacional dos serviços do Ministério; o de mais larga compreensão das funções da educação escolar e extra-escolar. Classificavam-se os vários órgãos e serviços em categorias distintas; dividia-se o país em regiões de administração da educação; definia-se a ação suplementar da União em matéria de ensino e de educação e estabelecia-se um instituto destinado a pesquisas pedagógicas; criavam-se por fim serviços para o estímulo e desenvolvimento de instituições de educação que não simplesmente as escolas... A nova estrutura do Ministério definia, enfim, a política de educação a ser desenvolvida em um largo plano de coordenação nacional dos serviços de ensino propriamente dito e dos de cultura nas suas variadas formas".⁴²

O Ministério de Educação preparava-se para ser, depois da reforma de 1937, não somente um órgão de sondagem central, para a pesquisa metódica com o fim de estudar e investigar o crescimento normal, graças ao qual as instituições realizam o plano de que procedem, mais ainda o centro de coordenação das atividades culturais no magnífico desenvolvimento de todas as forças vivas da nação. O seu programa, extremamente ampliado, de ação educativa e cultural, abrangendo o ensino de todos os graus e tipos, e estendendo-se sobre todas as formas que pode revestir a cultura, vem, todo êle, marcado de um caráter eminentemente nacional, senão nacionalista, que ressalta das finalidades fundamentais de todos os seus serviços, dos seus planos de coordenação de atividades, e do espírito com que se organizou, não só para favorecer a continuidade e os progressos da cultura, mas para resguardar, pondo-os sob a proteção do Estado, de acordo com o preceito constitucional (Const. de 1937, art. 134), os elementos subsistentes da tradição histórica e artística do país.⁴³ Nada de rígido, nessa organização; nada de estático ou

⁴² LOURENÇO FILHO, *Tendências da educação brasileira*. Biblioteca de Educação, vol. 29. Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo-Rio (sem data), pág. 41.

⁴³ Um dos importantes institutos criados em 1937 pelo governo federal e subordinados ao Ministério de Educação e Saúde é, de fato, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em que se transformou, ampliando-se nos seus fins e na sua estrutura, a antiga Inspeção de Monumentos Nacionais. Pode-se dizer que só então se corporificou em uma organização eficiente a idéia do primeiro projeto, apresentado em

fixado, mas tudo estabelecido, à maneira de experiências, como um apêlo constante a prosseguir a obra que se começou e a acelerar o ritmo desse processo de expansão que, através de múltiplas obscuridades, rasgou, por seu impulso criador, novas perspectivas não só à assimilação das populações brasileiras, mas à diferenciação de valores culturais. Todo esse movimento de renovação e de extensão do ensino, como da cultura em geral, já nos deixa, de fato, muito longe da sociedade antiga, imperial e republicana, feita, até à primeira guerra mundial (1914-18), sobre uma lei de conformidade, em que as nuances então nascentes de idéias e de sentimentos não chegavam a definir-se e a adquirir prestígio e influência ponderável, ainda nos Estados mais evoluídos. A diversidade de campos de investigação que solicitam curiosidades e vocações, a riqueza de pontos de vista, a abundância de personalidades distintas, a variedade dos gostos, dos sonhos e das ambições intelectuais, tudo isto testemunha, numa multidão de elementos vagos e incoerentes, a vitalidade da nação que, sob o influxo das iniciativas oficiais e particulares, se desenvolve, — para empregar uma imagem feliz, — “semelhante a um grande rio alimentado por numerosos afluentes ou comparável ainda a essas árvores que produzem tanto mais frutos quanto maior o número de seus ramos”.

As transformações políticas, sociais e econômicas e os problemas que suscitaram; o desenvolvimento e a complexidade crescente dos serviços públicos que exigiam uma completa remodelação do aparelhamento administrativo, não podiam deixar de avivar a consciência da necessidade das pesquisas estatísticas, como base objetiva ao estudo e à solução dos problemas nacionais. O homem de governo e o administrador, mais do que em qualquer época, sentiram-se impelidos para uma atividade realista, de política positiva, orientada pela observação dos fatos sociais, traduzidos em termos numéricos e, portanto, pela apreciação estatística, objetiva, da comunidade brasileira e dos serviços públicos destinados a satisfazer às suas necessidades fundamentais, em todos os domínios de atividades humanas. Era preciso tomar consciência dos problemas do país, para poder resolvê-los, reduzindo ao *minus* os insucessos e as

1923 à Câmara Federal pelo deputado pernambucano LUIZ CEDRO, sobre a defesa do patrimônio histórico e artístico do país, e seguido de perto, em 1925, 1927 e 1928 por Minas, Baía e Pernambuco respectivamente, cujos governos cuidaram do problema, promovendo o estudo e a elaboração de leis com o mesmo objetivo. Em 1933, pelo decreto n.º 22 928, de 12 de Julho desse ano, o governo federal inicia a obra a que deveria dar mais tarde maiores proporções, erguendo em Monumento Nacional a velha cidade mineira de Ouro Preto, — verdadeiro museu ao ar livre, pelo valor histórico e artístico de suas paisagens urbanas. Com o decreto n.º 24 735, de 14 de Julho de 1934 que criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, como um departamento do Museu Histórico, lançaram-se as bases do sistema de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Esse sistema organizou-se sob o nome de “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, cujo ante-projeto, submetido pelo Presidente da República à apreciação do Congresso, não chegou a lograr aprovação, por ter sobrevido o golpe de Estado que em 1937 implantou novo regime, dissolvendo a Câmara e o Senado. A Carta Constitucional de 10 de Novembro de 1937 deu impulso notável à idéia em marcha, estabelecendo no art. 134 que “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”, e que os atentados contra esses monumentos “serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”. Revisto pelo Ministério da Educação e Saúde o ante-projeto, que vinha sendo estudado desde 1936, foi afinal transformado no decreto-lei n.º 25, de 30 de Novembro de 1937, que extinguiu a antiga Inspetoria e organizou, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, o serviço especial de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Entre os trabalhos realizados pelo novo Serviço, cuja importância não é preciso encaixar, avultam o inventário que começou a levantar de toda a riqueza histórica e artística do país; o tombamento, até 1940, de cerca de 300 bens de valor histórico e artístico, desde os conjuntos urbanísticos, até às obras de arte arquitetônica, na sua grande variedade de tipos e de formas; a reparação, restauração e conservação, conforme o caso, de igrejas, capelas, conventos, fortalezas, casas particulares e outras obras que já orçavam por 80, em fins de 1940 e o estudo e planejamento de museus como o da Inconfidência, criado em 1938, e que será instalado no antigo Palácio da Câmara e cadeia de Vila Rica; o das Missões, em São Miguel, no Rio Grande do Sul, criado em 1940; o Museu Imperial, que se acha instalado no palácio imperial de Petrópolis e os Museus, do Ouro, em Sabará, de Moldagem, no Rio e de Arte Religiosa, na Baía, em fase ainda de estudos e de organização. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publica excelente revista, — a “Revista do Serviço”, e tem editado obras de real interesse histórico e documentário como o *Guia de Ouro Preto*, de MANUEL BANDEIRA, o *Diário íntimo do engenheiro Vauthier*, de GILBERTO FREYRE, a *Arte indígena da Amazônia*, de HELOÍSA ALBERTO TÔRRES, e *Em torno da história de Sabará*, de ZOROASTRO PASSOS. (Cfr. AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, *Arte, tradição e nacionalismo*. Conferência pronunciada em São Paulo a 31 de Maio de 1941. In “O Estado de São Paulo”, 8 de Janeiro de 1941).

desilusões, os desencantamentos e as ruínas, a que se expõem os governos, sonhadores de cousas grandes, mas pouco calculadores dos obstáculos e cuja precipitação os impele muitas vezes contra os próprios objetivos. Numa época em que se complicam os problemas e se faz apêlo aos homens dinâmicos, cujo maior defeito, capaz de perdê-los, é exatamente o desequilíbrio entre a imaginação e a realidade, a estatística surgiu aos olhos de muitos, não só como um "processo de pesquisa" e uma "apreciação objetiva de tudo quanto interessa à sociedade e possa ter, quantitativa e qualitativamente expressão numérica", mas como o meio mais eficaz de orientar o estudo e as soluções dos problemas, refrear as impaciências e conter, nos limites do possível, o ímpeto construtor dos homens de ação. Acresce ainda que as modificações que se operavam sobre a vida econômica, sobre a densidade, distribuição e movimentos da população, sobre as profissões e as camadas sociais e na estrutura pedagógica antiga, ampliaram extraordinariamente o campo de investigação estatística, exigindo um grande esforço para o desenvolvimento, coordenação e uniformização dos serviços estatísticos do país.

Esta foi a obra, admirável a todos os respeito, de TEIXEIRA DE FREITAS, que retomou com notável vigor a grande campanha encetada por BULHÕES CARVALHO⁴⁴ e em quem o governo revolucionário encontrou o mais sólido ponto de apoio e o mais esclarecido orientador para as suas iniciativas dirigidas no sentido de organizar racionalmente o sistema nacional dos serviços estatísticos, sobre a base do regime de cooperação inter-administrativa, lançada no primeiro ano da Revolução. A Revolução de 1930 marca, de fato, uma nova era na estatística brasileira.⁴⁵ O Convênio Estatístico, constante de 27 cláusulas,

⁴⁴ Os serviços de estatística tomaram o seu primeiro impulso no Brasil com a reorganização, em 1907, da antiga Diretoria Geral de Estatística que foi criada em 1871 e presidiu o levantamento dos censos demográficos realizados em 1872 e 1890. No regime imperial, as atividades estatísticas de maior importância reduziram-se ao recenseamento de 1872, — o único que se realizou nesse período, — quando a lei promulgada em 1870 prescrevia o levantamento de censos decenais; ao censo da população do Município Neutro, no ano anterior, e a algumas tentativas de organização de tabelas estatísticas, levadas a efeito em diversas províncias. Depois do recenseamento de 1890, não empreendeu o governo federal, no regime republicano, senão os censos gerais de 1900 e de 1920, abrangendo este último, além do cômputo demográfico, minuciosos inquéritos sobre a agricultura e as indústrias. Reorganizada em 1907 a Diretoria Geral de Estatística, iniciou esta, sob a direção de JOSÉ LUIZ SAÍÃO DE BULHÕES CARVALHO, "fundador da Estatística Geral Brasileira", uma fase de intensa atividade, coligindo mediante vasto inquérito, informações relativas ao ensino em todo o território nacional; publicando em 1916 o volume *Estatística da Instrução*, em que se reuniram os resultados daquele inquérito, precedidos de longa e excelente introdução por OZIEL BORDEAUX RÊGO, e preparando o levantamento do censo demográfico de 1920, que foi o mais importante dos recenseamentos que se realizaram no Império e na República, até à Revolução. (Cfr. BULHÕES CARVALHO, *Estatística, método e aplicação*. Rio de Janeiro, 1933). Foi, porém, a partir de 1930, que os serviços estatísticos adquiriram um desenvolvimento verdadeiramente notável, com a criação, em 1931, do Departamento Nacional de Estatística, em que se fundiram, em 1932, a antiga Diretoria Geral de Estatística e a Diretoria de Estatística Comercial, cujos serviços haviam sido organizados em 1900 e da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, no Ministério de Educação e Saúde (decreto n.º 19 560, de 5 de Janeiro de 1931) e, em 1934, com os decretos que instituíram a Diretoria de Estatística de Produção, no Ministério da Agricultura, a de Estatística Econômica e Financeira, no da Fazenda, a de Estatística e Publicidade, no do Trabalho, Indústria e Comércio e a de Estatística Geral do Ministério da Justiça, — estas duas últimas, resultantes da extinção, em 1934, do Departamento Nacional, criado em 1931, e cujos encargos se transferiram a diversos Ministérios. Toda essa legislação que revela um interesse crescente pelos serviços estatísticos no plano federal, culminou na criação, pelo decreto n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, do Instituto Nacional de Estatística (hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cujo projeto resultou dos estudos de uma comissão interministerial convocada e presidida pelo então ministro JUAZES TÁVORA. Essa instituição tem por fim, "mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais". Instalado em 1936, sob a presidência de J. C. DE MACEDO SOARES, esse Instituto cujas origens se podem buscar no Convênio Estatístico, firmado em 1931, para a uniformização e aperfeiçoamento das estatísticas escolares e conexas, já resolveu em cinco anos, ou encaminhou à solução "todos os problemas básicos da estatística brasileira". Promoveu a Convenção Nacional de Estatística que se reuniu, em 1936, no Rio de Janeiro; realizou inquéritos municipais, regionais e nacionais; iniciou a publicação regular do *Anuário Estatístico do Brasil* e de suas 22 separatas regionais; lançou duas revistas de primeira ordem, — a de *Estatística* e a de *Geografia*; promoveu a criação da maior parte e a reorganização de quase totalidade dos 22 departamentos estaduais de estatística, filiados ao Instituto; e organizou e dirigiu pela Comissão Censitária Nacional, presidida por J. CARNEIRO FELIPE, o recenseamento nacional de 1940, — a operação censitária de maior envergadura, e a mais completa e perfeita que já se realizou no Brasil. (Cfr. *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Município*. Serviço Gráfico do I. B. G. E., Avenida Pasteur, 404, Rio de Janeiro, 1941; *Educação e estatística*. Serviço Gráfico do I. B. G. E., Rio de Janeiro, 1941).

⁴⁵ GERMANO G. JARDIM, *A administração pública e a estatística*. O papel e a missão de um órgão central de estatística no quadro das realizações do governo Getúlio Vargas. D. I. P., Rio de Janeiro, 1941.

firmado em 1931, no Rio de Janeiro; a criação do Departamento Nacional e de diversas Diretorias de Estatísticas nos Ministérios da República; a organização, pelo decr. n.º 24 609, de 6 de Julho de 1934, do Instituto Nacional de Estatística que se transformou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo decreto-lei n.º 208, de 28 de janeiro de 1938; a criação ou a reorganização dos Departamentos Estaduais de Estatística que se foram filiando a esse Instituto e o desenvolvimento do ensino de estatística pela criação de cadeiras dessa matéria, nas faculdades de filosofia, constituem outras tantas conquistas na evolução da idéia e da coordenação das atividades estatísticas, cujos resultados foram reconhecidos pelo VIII Congresso Científico Americano, reunido em Washington, em 1940, "de grande interesse e de muita importância para as estatísticas das outras nações americanas". A vitória do regime, por que se bateu TEIXEIRA DE FREITAS, de "cooperação inter-administrativa", — o mais adequado aos Estados federais ou de forma federativa como o Brasil, concretizou-se no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é um órgão central e um sistema orgânico tão completo quanto possível, estabelecido pela convergência de esforços da União, dos Estados e dos Municípios, na coordenação e sistematização dos serviços da estatística nacional. Para o êxito da grande obra confiada à instituição nascente concorreu, de maneira notável, J. C. DE MACEDO SOARES, seu presidente desde o início, e que já na época de sua fundação tomara, como chanceler, no Ministério das Relações Exteriores, a iniciativa de resolver o problema referente à coerência dos resultados da contribuição brasileira à estatística internacional. O recenseamento que se realizou em 1940, dirigido pela Comissão Censitária Nacional, sob a presidência de J. CARNEIRO FELIPE, nos dá a medida desse trabalho preliminar de organização, na amplitude de seu plano censitário e na segurança de seus métodos de pesquisa: previsto, amadurecido, largamente preparado por uma constante conjugação de esforços, representa, de fato, a maior e a mais completa colheita de dados que se realizou no Brasil, para revelar, numa imagem fiel, a nação a si mesma, sob todos os aspectos de sua fisionomia particular e na variedade de suas formas de vida, de cultura e de produção.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JÚNIOR (A. F.) — *A escola pitoresca*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934; *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, págs. 13-283, São Paulo-Brasil, 1935-36.
- AREOUSSE BASTIDE (P.) — *O ensino secundário, chave de toda a reforma educacional*. In "O Estado de São Paulo", 30 de Outubro de 1935.
- ASSIS RIBEIRO (Paulo) — *A evolução do ensino secundário*. Conferência pronunciada no Instituto de Educação, de São Paulo, a 26 de Agosto de 1937. In "O Estado de São Paulo", ns. de 1, 2 e 3 de Setembro de 1937.
- AZEVEDO (Fernando de) — *A educação pública em São Paulo*. Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de São Paulo", em 1926). Brasileira, vol. 98, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *A reforma do ensino no Distrito Federal*. Discursos e entrevistas. Comp. de Melhoramentos de São Paulo, São Paulo-Rio, 1929; *Novos caminhos e novos fins*. Uma nova política de educação no Brasil. Comp. Editora Nacional, São Paulo. 1.ª edição, 1931, 2.ª edição, 1935; *A educação e seus problemas*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- BAREOSA VIANA — *Organização universitária no Brasil*. Conferência proferida na sessão solene de abertura dos cursos de 1940. In "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, I e II, 24 e 31 de Março de 1940.
- CAMPOS (Francisco) — *Educação e cultura*. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1940.
- CAPANEMA (Gustavo) — *Panorama da educação nacional*. As realizações e os propósitos do governo federal. Discurso pronunciado na comemoração do Centenário do Colégio Pedro II. In "Jornal do Comércio", 13 e 14 de Dezembro de 1937.
- FIGUEIRA DE ALMEIDA (A.) — *História do ensino secundário no Brasil*. Livraria Jacinto, Rio de Janeiro, 1936.

- FROTA PESSOA (J. G.) — *A educação e a rotina*. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro; *A realidade brasileira*. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1931.
- LABOURIAU (V.), ROQUETTE PINTO, LICÍNIO CARDOSO e outros — *O problema universitário brasileiro*. Inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, 1929.
- LICÍNIO CARDOSO (Vicente) — *À margem da história do Brasil*. Instrução e educação. Págs. 188-193. Brasileira, vol. 13, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- LOURENÇO FILHO (M. B.) — *Tendências da educação brasileira*. Biblioteca de Educação, vol. 29, Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1940.
- MOACIR (Primitivo) — *A Instrução e a República*. (Subsídios para a história da educação no Brasil) 3 vols. Publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941.
- MONTOJOS (Francisco) — *História e evolução do ensino industrial no Brasil*. Exposição feita perante a Comissão Interministerial, encarregada de regulamentar os cursos profissionais nas fábricas. In "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1939.
- OSÓRIO DE ALMEIDA (A.) — *A organização universitária e as faculdades de ciências e letras*. In "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, 21 de Janeiro de 1928.
- PEIXOTO (Afrânio) — *História da educação*. XVII-XVIII-XIX, Brasil, págs. 211-249, e XX — *Escola Nova*, págs. 251-265. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- SILVA RODRIGUES (Milton) — *Educação comparada*. 3.^a parte — o Brasil, págs. 233-290. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- SOUSA CAMPOS (Ernesto) — *Educação superior no Brasil*. Serviço Gráfico do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1940; *Instituições culturais e de educação superior no Brasil*. Publicação do Ministério da Educação. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941.
- TEIXEIRA (Anísio) — *Educação pública, sua organização e administração*. Rio, 1934; *Educação para a democracia*. Rio, 1936.
- TOLEDO DODSWORTH (Henrique) — *Cem anos de ensino secundário*. In "Livro do Centenário da Câmara dos Deputados". Emp. Brasil Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1926.
- TÔRRES (Alberto) — *A organização nacional*. 2.^a edição, Brasileira, vol. 17, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1933; *O problema nacional brasileiro*. Introdução a um programa de organização nacional. Brasileira, vol. 16, São Paulo, 1933.
- VARGAS (Getúlio) — *A nova política do Brasil*. I-VIII. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1938-1941.
- VERÍSSIMO DE MATOS (José) — *A educação nacional*. Belém, 1896; 2.^a edição, Rio de Janeiro, 1906; *A instrução e a imprensa*. A instrução pública, págs. 5-30. In "Livro do Centenário", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900.
- *Estatística Escolar*. Vol. I. Repartição Federal de Estatística, Rio, 1916.
- *Anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário*. Rio, 1922.
- *Anais da 3.^a Conferência Nacional de Educação*, São Paulo, 1930.
- *Congresso de Educação*, promovido pelo Centro D. Vital de São Paulo e realizado no dia 17 de Outubro de 1931. Edição do Centro D. Vital de São Paulo, 1933.
- *O problema educacional e a nova Constituição*. Associação Brasileira de Educação. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1934.
- *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Organizado pelo Prof. A. F. DE ALMEIDA JÚNIOR. São Paulo, Brasil. 1935-1936.

CAPÍTULO V

O ensino geral e os ensinos especiais

O ensino e a cultura à luz de seu desenvolvimento histórico — A herança cultural do Brasil — O alargamento, no sistema, do ensino geral ou comum — O ensino primário, segundo os dados estatísticos — A extensão quantitativa e o rebaixamento de nível do ensino secundário — Os ensinos especiais — Predominância das escolas de preparação para as profissões liberais — O ensino militar e naval — O desenvolvimento industrial e as novas exigências técnicas da sociedade em transformação — As escolas profissionais, agrícolas, comerciais e industriais — Cultura industrial e formação técnica e profissional — A cooperação das oficinas e das fábricas na educação profissional — A hierarquia dos tipos profissionais — As universidades e a formação das elites culturais, técnicas e políticas — A missão das escolas de altos estudos e de pesquisa desinteressada — Especialização profissional e especialização científica — A cultura estética — A formação pedagógica do professorado de todos os graus — Da unidade do ensino para a unidade intelectual do Brasil — A política nacional de educação e cultura.

NAS PÁGINAS anteriores, nem muito densas nem demais técnicas, em que reflexões e juízos se misturam a uma documentação abundante, mas infelizmente desigual e heterogênea, traçou-se, em resumo, o quadro da evolução cultural do Brasil e de suas instituições pedagógicas até alcançar a sua estrutura atual. Mas, se nessa síntese sobre a cultura e a educação no país, o quadro geral é histórico, êle não se construiu sobre o plano cronológico, estreito, dos puros historiôgrafos, mas, ao contrário, com espírito sociológico, de análise e de interpretação, que nos permitisse desprender da rede complexa de fatos, iniciativas e reformas, o movimento de idéias e os fenômenos mais significativos que nos pareceram dominar a educação nas diversas fases de seu desenvolvimento. Nesse estudo analítico e genético a um tempo, em que se procurou remontar às origens das instituições e estabelecer, através de sua evolução, as tendências da educação moderna, fixaram-se o caráter da cultura brasileira, suas relações com o estado social de cada época e as influências europeizantes, geralmente tão retardadas, que sobre ela exerceram as correntes gerais do pensamento no mundo ocidental. Tôda a cultura brasileira, no período colonial como no século XIX, está nos lineamentos que dela traçaram os jesuítas, com o seu notável ensino de humanidades, de efeitos tão profundos e persistentes que, longe de se apagarem, durante a sua ausência de mais de 80 anos (1759-1843), se fizeram sentir fortemente, secundados pelas influências francesas, através do Império e readquiriram um vigor novo, em parte do período republicano. A cultura que se granjeia, pelo ensino geral ou comum, de grau médio e sem

nenhuma idéia de especialização, constituiu, de fato, a camada intelectual mais densa e mais rica, nos seus aspectos literários, até os fins do 2.^o reinado. A documentação sobre o ensino jesuítico na vida colonial e, mais tarde, no último quartel do século XIX, permite-nos descobrir o primeiro foco que se acendeu, nos rudes tempos da Colônia, e acompanhar, através de sua irradiação, essa luz que nunca se extinguiu, e que se propagou, nas elites intelectuais, com uma grande intensidade, de uma a outra geração.

Foi tão poderosa a penetração desse tipo de cultura, humanística e literária, que a carreira eclesiástica, donde partiu, passou a ser procurada como um dos meios mais eficazes para conquistá-la, e as próprias profissões liberais, de advogados, médicos e engenheiros, nela julgavam encontrar não somente o suporte e o equilíbrio indispensável à especialização profissional, mas um ornamento a mais, o brilho com que se enaltecia a sua autoridade, e a força expansiva capaz de lhes dar maior projeção. A carreira eclesiástica, escreve VILHENA DE MORAIS, “era, de fato, nos conventos quase a única que se abria aos filhos do povo, alguns dos quais nela entravam sem o menor espírito religioso, compelidos às vezes pelos pais como um bom meio de adquirir ciência e de galgar honras e posições”. Ainda quando se criaram no tempo de D. JOÃO VI as primeiras escolas médico-cirúrgicas e as de engenheiros militares e se fundaram, já no 1.^o reinado, em 1827, os cursos jurídicos, a nossa cultura superior que até 1830 quase dependia ainda de Coimbra, não perdeu, pelo seu caráter profissional, mais acentuado, nem esse gosto da cultura geral, nem esse espírito literário, nem esse gongorismo erudito, nem essa curiosidade mais extensa que nos leva a interessar-nos, ainda que superficialmente, pelos problemas mais variados. Os padres, — os grandes representantes da mentalidade até o 2.^o reinado, conforme nos lembra CAPISTRANO DE ABREU, — foram então substituídos, no cenário, pelos bacharéis formados nas Academias de São Paulo e de Olinda, mas estes, como os médicos e engenheiros, raramente sacrificaram as letras ao cuidado de se aprofundar na sua especialidade, cedendo menos ao desejo de se confinarem do que ao ideal de serem “completos” à maneira da época, e à necessidade de colocarem a sua profissão num quadro mais geral, ampliado pelo estudo literário e pela leitura de livros que formavam o fundo da cultura humana.

Tudo o que mais de um século de ensino superior profissional produziu no campo da especialização, jurídica ou médica, e tem escrito nessa grande página das conquistas do homem no Brasil, “não deliu desse palimpsesto humano, para empregar uma imagem de RUI BARBOSA, as suas legendas primitivas”. Sob o que a cultura específica escreveu, ainda que com a precisão de um LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA ou a lucidez de um TEIXEIRA DE FREITAS, mal se dissimula a cultura literária, de fundo humanístico, que recolhemos dos jesuítas e conservamos através de quase quatro séculos, como a herança cultural do Brasil. O brasileiro podia ter a profissão que quisesse (e os que podiam, pela natureza ou por seus recursos, não aspiravam senão a uma profissão liberal), mas não devia renunciar aquilo a que ALFONSO REYES na *Homilia por la cultura* chamou a “profissão do homem”, isto é, o sentimento do humano, os estudos desinteressados e o culto pelas idéias gerais, que são o que há de verdadeiramente humano em nós e são em nós o que há de verdadeiramente social. Se a essa afirmação nos leva a análise da cultura brasileira, julgada pelos seus melhores produtos da época (na Colônia e no Império), não é outra a conclusão a que chegamos, pelo estudo da “tábua de valores”, que os mesmos criadores da cultura aplicaram a esses produtos e da qual nos dá uma idéia precisa, completando o critério daquela cultura, o exame da crítica, na aceitação e no julgamento das obras desse tempo. Por

seus contornos, pela sua estrutura e pela sua forma, senão pelo seu espírito variável conforme as épocas, quase tôdas as obras do século XIX, se não se inserem na tradição especificamente francesa do humanismo jesuítico, denunciam o predomínio da cultura literária e das idéias gerais na educação, provenientes uma e outras do sistema colonial do ensino jesuítico e das influências do pensamento e, sobretudo, da literatura francesa no Império. O nosso intelectual, ainda que julgado "dentro de sua profissão" era o contrário de um especialista; e o valor de suas obras, embora de sua especialidade, se aferia, particularmente, pelas suas qualidades literárias, pela riqueza das lembranças e pela erudição.

Certamente é pelas idéias gerais que nós saímos de nós mesmos, nos desprendemos de nossa especialidade profissional e nos elevamos acima de nossas ocupações quotidianas. E este é um dos benefícios que nos trouxe o nosso sistema tradicional de instrução, com seu caráter menos utilitário, menos profissional, mais geral, senão verdadeiramente humano, pela base do ensino secundário e sob a pressão da concepção de cultura e das idéias difusas na atmosfera cultural do país. A unidade espiritual que a pluralidade das culturas regionais, alimentadas pela distância e pelo isolamento, jamais fragmentou e que era favorecida pela interpenetração dos dois mundos, pedagógico e religioso, foi também sem dúvida outro efeito dessa cultura geral eminentemente uniformizante e assimiladora das classes intelectuais. Mas não se pode deixar de reconhecer que a ela é que se prendem alguns dos maiores defeitos de nossa cultura, — a tendência excessivamente literária, o gosto da erudição pela erudição, o pendor ou a resignação fácil às elegâncias superficiais do academismo, o desinteresse pelas ciências experimentais, a indiferença pelas questões técnicas,¹ e ainda o divórcio entre o povo e os criadores intelectuais, na política, na literatura e nas artes. Se as grandes figuras representativas desse tipo de cultura precisavam a história pela erudição, vivificavam a erudição pela literatura e adquiriam formas de um notável equilíbrio, limpidez e precisão, o desenvolvimento dogmático e oratório, quase sempre romântico, das obras desse tempo (refiro-me ao século XIX), de que resultam mais sombras do que claridades, acusa uma tendência de discussão do abstrato no abstrato, a con-

¹ Este ambiente cultural que dirige o homem no Brasil, esse "paideuma", para empregar a expressão de FROBENIUS, que com ela designa a "alma da cultura", nos foi transmitido evidentemente de Portugal, através dos jesuitas e dos colonizadores portugueses. A mentalidade que atravessa o homem na Colônia, influenciando-o poderosamente, é a mesma que domina a Metrópole. Portugal que, no quinhentismo, "acompanhou o melhor espírito europeu", viu estancar a fonte de renovação intelectual, no seiscentismo, cuja história, nesse país, como escreve ANTÔNIO SÉRGIO, é "o espetáculo do estiolamento da mentalidade portuguesa". Enquanto no século XVII e XVIII se propagava pelos outros países da Europa o espírito crítico e experimental, de livre exame e de investigação, a península ibérica mantinha-se fora da órbita das novas influências e impenetrável ao humanismo crítico e científico que erigia ao primeiro plano a experiência e a vida, a observação imediata das realidades, as pesquisas e as reflexões pessoais, e sob cujo influxo se operava uma verdadeira revolução cultural no velho continente. (Cfr. ANTÔNIO SÉRGIO — *Ensaio*. O problema da cultura em Portugal. Tomo II, Seara Nova, Lisboa, 1929). Com uma áspere veemência, JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO referia-se, classificando-o com mordacidade, "ao fatal século de seiscentos", em que Portugal já se havia tornado um "aquartelamento do fanatismo". Não são menos duras as expressões de ANTERO DE QUENTAL, na crítica à mentalidade portuguesa dos séculos XVII e XVIII, em que, na península ibérica, "a uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos acadêmicos, dos imitadores... Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna; não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais que são a maior honra do espírito moderno". As reformas revolucionárias do Marquês de POMBAL, com repercussões tardias e frouxas na Colônia, quebraram-se quase inutilmente na muralha dessa resistência do espírito medieval que da universidade e dos colégios, em que se instalou por mais de dois séculos, se difundira sobre as elites do país, opondo o homem aristotélico (e na sua pior deformação) contra o homem do pensamento galileico, do homem medieval contra o espírito moderno. O que se cultivou, sob a influência desse ensino que vegetava na rotina teológica, foi o gosto das fórmulas estereotipadas e abstratas, o diletantismo erudito, o tom apologetico e retórico que revelavam a maneira favorita de pensar, — dedutiva, *a priori* — e a cultura correspondente, excessivamente verbal, sem contrapêso científico. A inteligência não era, para essas elites, uma aventura de criação e de descoberto, mas um instrumento de dialética, quando não um simples aparelho de registro de impressões e de leituras, para comentários e obras de erudição. Nenhum espírito crítico nem impulso criador, de dúvida, de inquietação e de pesquisa; os estudos literários, gramaticais e filológicos, puramente formalistas acabariam tomando a primazia, nessa cultura "apolínea", da forma pela forma, sobre a cultura dionisíaca, sufocada por uma filosofia humanística, já rígida e seca, que as letras sem ciência haviam despojado do seu conteúdo de experiência humana.

fusão do real e do imaginário, o primado das letras sobre a ciência, do ideal sobre o método, do espírito dogmático sobre o espírito crítico e de investigação. Essas elites encontravam no meio a que se dirigiam, — as camadas mais elevadas do meio urbano e rural, — um quadro que se adaptava exatamente a seus gostos e a seus talentos, e se sentiam em harmonia com o pequeno público de cultura que era o seu, — o único realmente para o qual aceitavam escrever e falar, das cátedras, da tribuna parlamentar, do livro e do jornal diário. Embora desempenhasse um papel social e servisse à coletividade, servindo à carreira eclesiástica, e depois à vida pública, no 1.º e 2.º reinados, nenhuma força tinha, porém, essa cultura para operar entre as elites e as camadas populares, essa fusão capaz de transformá-la de uma expressão de castas superiores a que faltava base social, numa cultura coletiva com o duplo caráter de obra aristocrática e obra de todo um povo...

Esse tipo de cultura geral que se vinha desenvolvendo desde o alvorecer da sociedade colonial até o crepúsculo do Império, ou, mais rigorosamente, do século XIX, correspondia não só ao ideal de uma época (séculos XVI e XVII) como às próprias condições sociais e econômicas do meio a que se transferia e que, se não a determinaram, lhe prepararam uma clima favorável ao seu desenvolvimento. A cultura humanística, que nunca foi democrática, satisfazia aos gostos de uma aristocracia rural e da burguesia urbana, que nela procuravam exatamente esse princípio de refinamento ou de qualidade, inerente a toda cultura superior, e com que se marcava mais fortemente a distinção de classes. Floresceu à sombra da casa grande, na primitiva estrutura da família patriarcal, com seus senhores de engenho e seus filhos, padres e doutores, e instalou-se no sobrado, quando se iniciou, por efeito da urbanização, como observa GILBERTO FREYRE, a separação dos dois tipos de família, — a família patriarcal desagregada (sobrado) e a família operária incipiente (mucambo), mantida essa quase no mesmo obscurantismo em que se arrastava a escravidão das senzalas e das cidades. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, as reformas pombalinas e a criação do ensino superior profissional, especializado, nos princípios do século XIX, ameaçava entrar numa fase crítica a tradição do ensino humanístico no país. Mas a influência dos padres-mestres e capelães e das ordens religiosas, que conservaram a herança do ensino jesuítico; a repercussão tardia das reformas de POMBAL na Colônia; a instituição, com a independência nacional, do regime parlamentar e as influências crescentes da literatura francesa contribuíram não só para manter, como também para desenvolver, numa civilização "liberal", baseada na escravidão, esse ensino "de classe" que, sobre ser uma força hierárquica e conservadora, dava à política, na sua experiência parlamentar, o brilho das letras e da eloquência, e constituía a escola a que a atraiu a necessidade de exercer as funções dialéticas do espírito.

A profissionalização do ensino superior, com a criação por D. JOÃO VI das escolas de medicina e de engenharia militar, e com a fundação dos cursos jurídicos em 1827, foi contrabalançada, nas suas influências orientadas no sentido da "especialização", por vários fatos, entre os quais a persistência do mesmo ideal de tipo humano, a função cultural que foram chamadas a exercer sobretudo as academias de direito, ao lado de sua função específica, profissional, por falta de escolas superiores de cultura livre e desinteressada e ainda a circunstância de ser nos elementos formados por essas escolas que se recrutavam os homens para os altos postos do magistério, da política e da administração. No Império, as grandes reformas do ensino visavam, em consequência, as escolas superiores de tipo profissional e o Colégio Pedro II, erguido à categoria de uma espécie de faculdade de letras; e foi exatamente nesse período

que tiveram sua época de maior brilho e florescimento êsse colégio e as instituições particulares de ensino secundário. Com a abolição do regime da escravidão e o advento da República, em 1889, as novas instituições determinaram a expansão liberal do ensino geral ou comum, de grau primário, cuja história, tão apagada no Império, começa a desenvolver-se nos Estados, sob o influxo dos ideais democráticos, e se assinala não somente por um notável crescimento quantitativo como também pela introdução, no ensino elementar, de novas formas e novos métodos de educação. Se, por um lado, a maior difusão do ensino primário, confiado aos Estados pela Constituição de 91, foi um progresso sensível da evolução liberal e democrática, por outro lado, o govêrno federal, republicano, reservando-se o direito de legislar sôbre o ensino secundário e superior enquanto abandonava aos Estados a educação popular, estabelecia nessa distribuição de funções uma hierarquia de valores, contrária aos ideais em nome dos quais se constituiu. Ao mesmo tempo, porém, que, partindo da periferia política e, sobretudo, de São Paulo, de Minas e do Distrito Federal, se intensificava êsse movimento de reorganização do ensino geral pela base, — estágio preparatório de uma democratização da cultura —, o ensino secundário que é também, pela sua natureza, de cultura geral, começava a perder lentamente, através de sucessivas reformas, o caráter de “ensino de classe”, que ainda subsistiu, no entanto, sem o mesmo vigor e sem o mesmo brilho, durante os 40 anos ou na primeira fase do período republicano.

A partir desta situação, criada em parte pela política educacional adotada na Carta de 91, tinha de desenvolver-se, como de fato se desenvolveu, um processo duplo que levou direito a uma democratização de cultura: um, por iniciativa oficial, outro, fora dos quadros estreitos do ensino público organizado. O alargamento, no sistema de educação, do ensino comum fundamental (ensino primário), promovido pelos Estados, não só estendia “um *minimum* de cultura geral” a uma população cada vez maior, como também estimulava o desenvolvimento quantitativo das escolas secundárias, para atenderem ao número crescente de candidatos às escolas destinadas à preparação para as profissões liberais. À falta de iniciativas do govêrno central, que se limitava a promover reformas do ensino secundário, sem aumentar o número de escolas dêsse tipo, tomou novo incremento a cooperação particular, leiga ou religiosa, que, nesse domínio, trouxe, pelo volume de suas fundações, uma contribuição muito superior à das escolas oficiais da União e dos Estados. A quantidade crescente de candidatos aos colégios e ginásios formava, com suas famílias, um elemento móvel e inquieto que entrava a reagir, contrabalançando-as, contra as reformas escolares tendentes a devolver ao ensino secundário o caráter particularmente humanístico que constituiu a sua tradição na Colônia, com os jesuítas, e fêz a sua glória, em todo o período do Império. Não só por efeito da extensão geral da rede escolar, mas sob a pressão das idéias americanas, infiltradas através de escolas protestantes, o ensino secundário afirmava lentamente as suas tendências utilitárias e pragmáticas, que repercutiam tanto sôbre as finalidades e a estrutura do ensino, quanto sôbre a duração do curso, obrigando o govêrno federal a reformas constantes, com o objetivo de readaptação do ensino secundário às novas condições e exigências da civilização atual. Mas, não se pode contestar o papel que teve, nessa evolução, o crescimento numérico das unidades escolares, já bastante acentuado no primeiro quartel dêste século, e tão vigorosamente impellido depois de 1930 que, no quinquênio de 1932-36, indicava a maior força de expansão, verificada no país, da rede do ensino comum, primário e secundário.²

² Tanto o ensino primário, como o ensino secundário, que se destinam a ministrar uma cultura geral comum, inculcando aquele as noções fundamentais, e dando êste, a cultura humanística, tiveram, de 1930 a 1940, o maior desenvolvimento que se registrou no país, em igual período, em qualquer época da

Esse processo, legítimo em si mesmo, da democratização que inicia as massas na cultura, apresenta sempre, como já notamos, um aspecto negativo, realizando-se a preço da qualidade que fica rebaixada em consequência. Se as escolas secundárias, em que se ministrava o "ensino humanístico", professado nos colégios de padres e nos ginásios ou liceus do país, já estão longe do ideal literário clássico, a que se subordinavam, no Império, por força da tradição do ensino jesuítico e da concepção de cultura ainda dominante no século XIX, não se democratizaram tanto que possam considerar-se uma "escola para o povo", nem pela sua expansão quantitativa (552 escolas secundárias, em 1936, para 35 555 primárias, no mesmo ano), nem pelos seus objetivos e pela sua organização. Bloqueadas pelo seu próprio crescimento, que não lhes permite nem aparelhar-se com eficiência, nem recrutar com segurança os seus professores, colhidos pelo geral numa grande variedade de meios profissionais; trabalhadas, na sua estrutura interior, por novas tendências e pela introdução de novos elementos culturais, entraram certamente por um período crítico de transição, uma de cujas consequências é um rebaixamento de nível de ensino e uma diminuição de "qualidade" da cultura que são chamadas a ministrar, dentro de sua finalidade específica, nos sistemas de educação. Entre dois ideais diferentes, mas não opostos, oscilam, hesitantes, as reformas escolares, esquecidas geralmente de que não é pelo seu conteúdo, — pelas matérias que se ensinam, — mas antes pelo seu objeto, isto é, o espírito com que são ministradas, que se deve definir um ensino humanístico, susceptível de revestir novas formas. Sem perderem o seu caráter original, o que constitui sua função própria e lhes confere uma unidade profunda e orgânica, — "formar o espírito dos jovens, dar-lhes uma cultura geral e fazer deles homens que cultivem tudo quanto enaltece o homem", — encontrarão as escolas de ensino secundário as novas formas de humanismo, ainda mal prefiguradas, que devem surgir dentro do espírito do tempo e nas quais, — se se ampliou o conteúdo da cultura e se o seu cunho se transformou, — se refletirá, como numa imagem viva, a civilização atual.

Mas, a civilização moderna, de caráter eminentemente industrial e técnico, é a época da especialização, e a especialização no Brasil, restrita, no domínio da educação, ao ensino superior profissional, durante todo o Império, se iniciou no campo das profissões liberais. Daí, ao menos em parte, o conflito entre as tendências atuais do ensino secundário e as suas tradições trisseculares que dele fizeram, na Colônia, um ensino de humanidades, com finalidade em si

história de nossa educação. Para apreciarmos melhor os dados estatísticos, referentes a esse período, é preciso ter em vista a distinção entre "o ensino secundário", propriamente dito, e o "ensino de segundo grau" ou médio, segundo a nossa nomenclatura estatística: ao passo que a expressão "ensino secundário" designa especialmente o ensino ministrado nos colégios e nos liceus, "ensino particularmente humanístico", com exclusão das escolas profissionais médias, a expressão "ensino de segundo grau" ou ensino médio serve antes, como observa P. ARBOUSSE BASTIDE, "para distinguir os graus, levando-se em consideração as idades dos estudantes e não a natureza do ensino". Designando ambas todo o ensino intermediário entre o primário e o superior, e que se destina aos jovens de 12 a 18 anos, a primeira expressão (ensino secundário) tem um sentido restrito, indicando um tipo de ensino de 2.º grau (o ensino humanístico), e a segunda (ensino de 2.º grau ou médio) "indica a fusão ou implica a intenção de fundir em um só tipo todas as variedades de ensino dispensado aos moços daquela idade". Isto posto, passemos aos dados estatísticos. No quinquênio de 1932-1936, o ensino primário cresceu de 100 para 129 e o ensino secundário de 100 para 149, isto é, as unidades escolares primárias que eram 27 662, em 1932, subiram a 35 555, em 1936, e as escolas de ensino secundário passaram de 394, em 1932, a 552 em 1936, acusando estas um aumento de 158 unidades em cinco anos. Em 1938 a matrícula nas escolas primárias, de ensino comum e supletivo, atingiu ao total de 3 110 000 alunos ou, mais precisamente, 3 109 784, contra 2 860 000 no ano anterior e, portanto, de um ano para outro, um acréscimo de mais de 232 mil alunos matriculados, "ou seja um aumento relativo de 8,5 %, jamais observado em dois exercícios seguidos, nas estatísticas brasileiras de ensino e, raras vezes também nas de outros países". A matrícula subiu de pouco mais de 2 milhões em 1932 para cerca de 3 milhões e 110 mil, no exercício de 1938, revelando um crescimento de 50 % em relação àquele primeiro total ou de 40 %, se levarmos em conta o crescimento (10 %) da população total, naquele mesmo período. Por mil habitantes, em 1932, só possuíamos 50 alunos matriculados; em 1937, esse número subiu a 62 e, em 1938, atingiu a 70, — o que representa um considerável crescimento da rede escolar, de ensino primário, comum e supletivo, e o maior verificado, em igual período, nos últimos cinquenta anos. (Cfr. *O ensino no Brasil no quinquênio 1932-36*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. — "Boletim n.º 1", Rio de Janeiro, 1939).



390. "Moça reclinada", escultura de CELSO ANTÔNIO, em granito cinzento, para o jardim suspenso do novo edifício do Ministério de Educação. Detalhe.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde.



391. Colégio S. Luiz, dos padres jesuítas, transferido de Itú para S. Paulo, em 1918, e já com 75 anos de serviços prestados à educação da mocidade brasileira.



392. Liceu Nacional Rio Branco, em São Paulo, fundado por ANTÔNIO DE SAMPAIO DÓRIA, e um dos principais estabelecimentos particulares de ensino secundário no país.



393. Liceu Nacional Rio Branco de S. Paulo. Aspecto da biblioteca.



394. Colégio Santo Inácio, dos padres da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro. Vista do pátio interno.



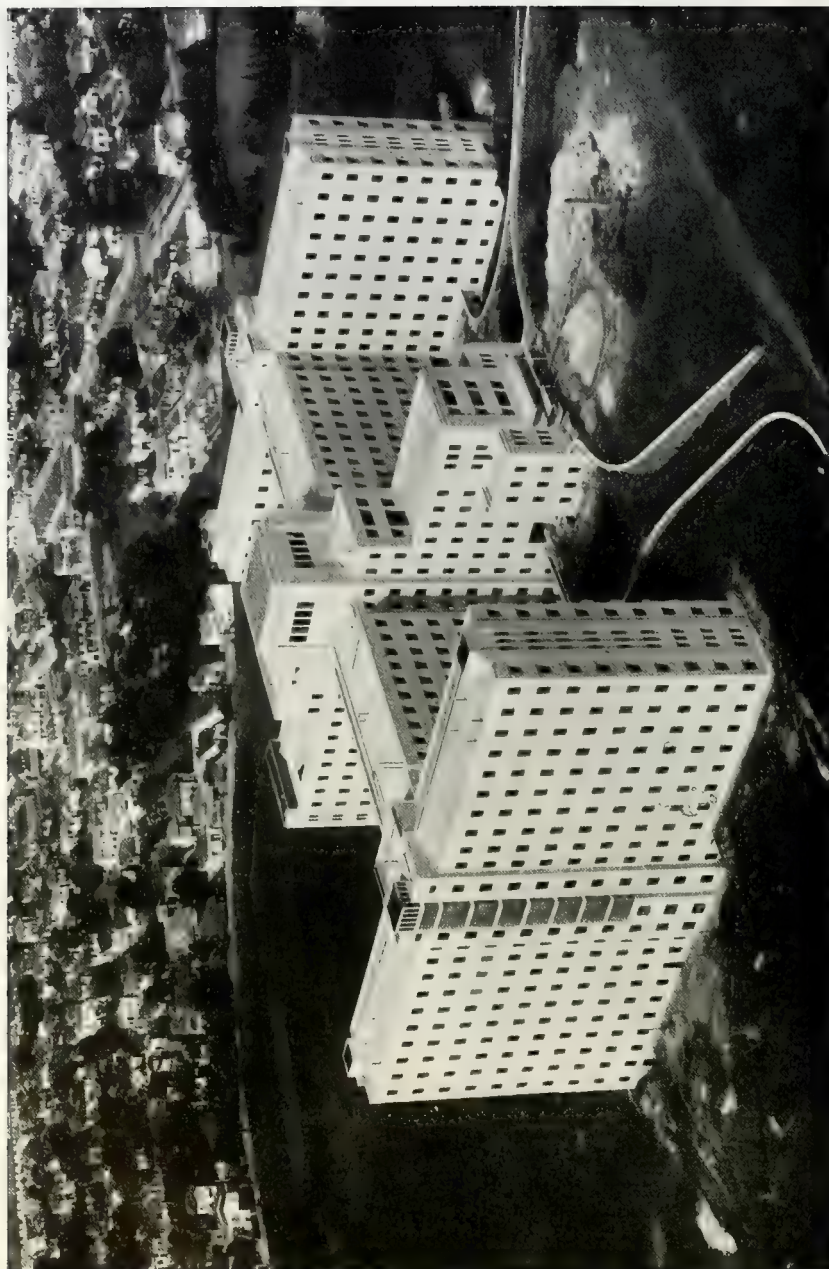
395. Faculdade de Direito de S. Paulo. Vista do pátio central, reconstruído na simplicidade severa de suas linhas primitivas, do antigo Convento de S. Francisco.

396. *Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, hoje instalada no edifício do antigo Senado, primitivamente Palácio do Conde dos Arcos.*



397. *Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo. Vista de conjunto do prédio, antes da construção do Hospital de Clínicas.*





398. Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo. Vista tomada de avião.
Foto da ENFA.



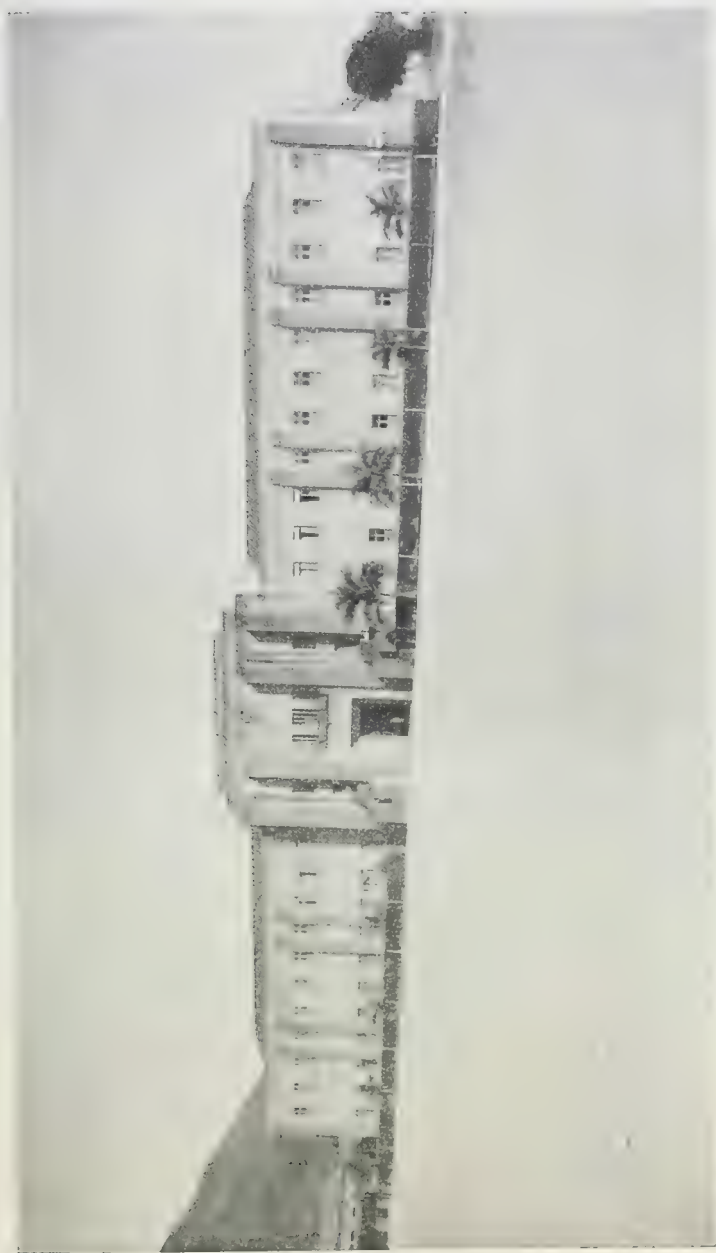
399, Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Fachada principal.
Foto LEONAR.



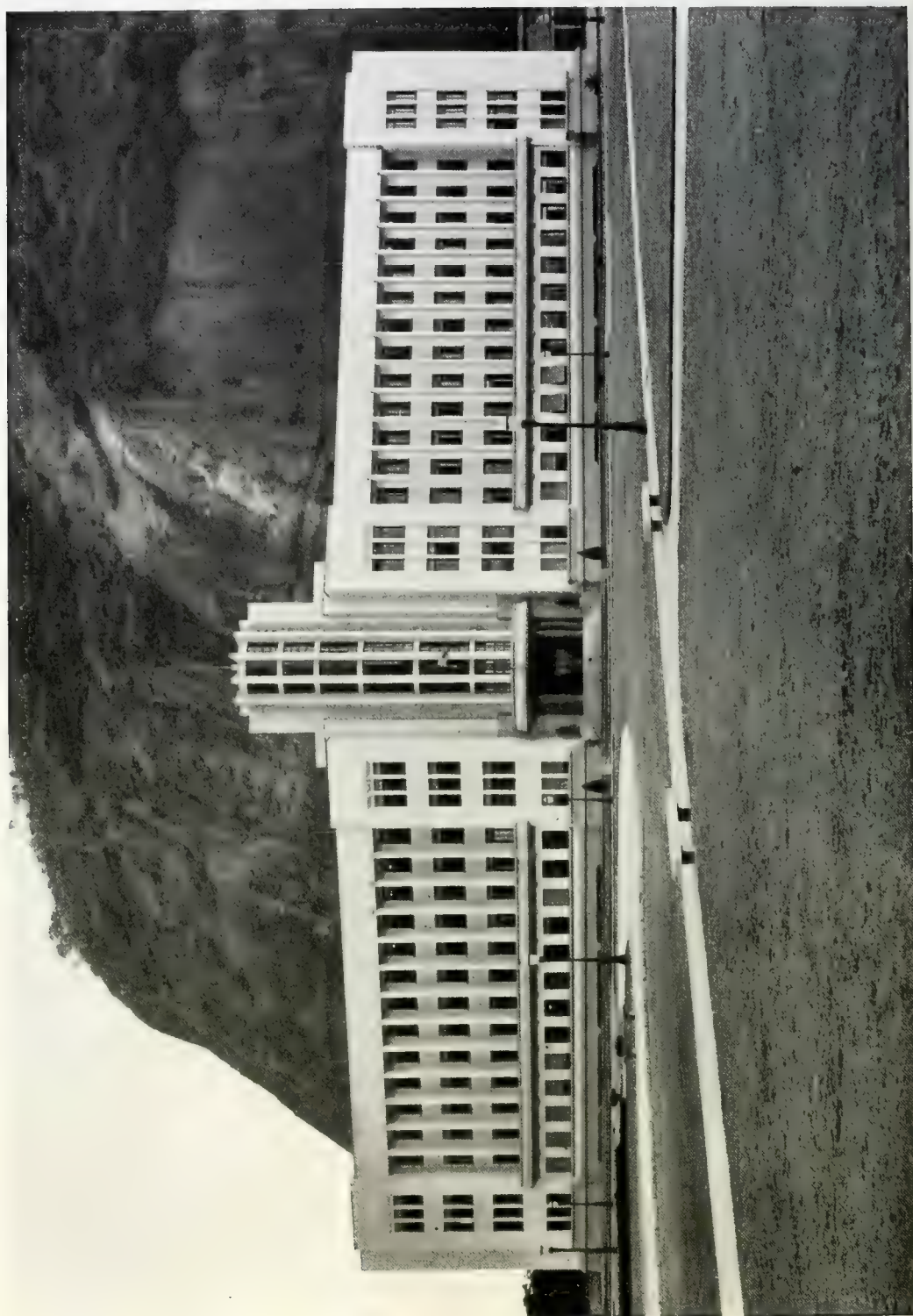
400. *Escola de Engenharia de Pórtó Alegre, no Rio Grande do Sul. Instituto de Engenharia. Fachada principal.*



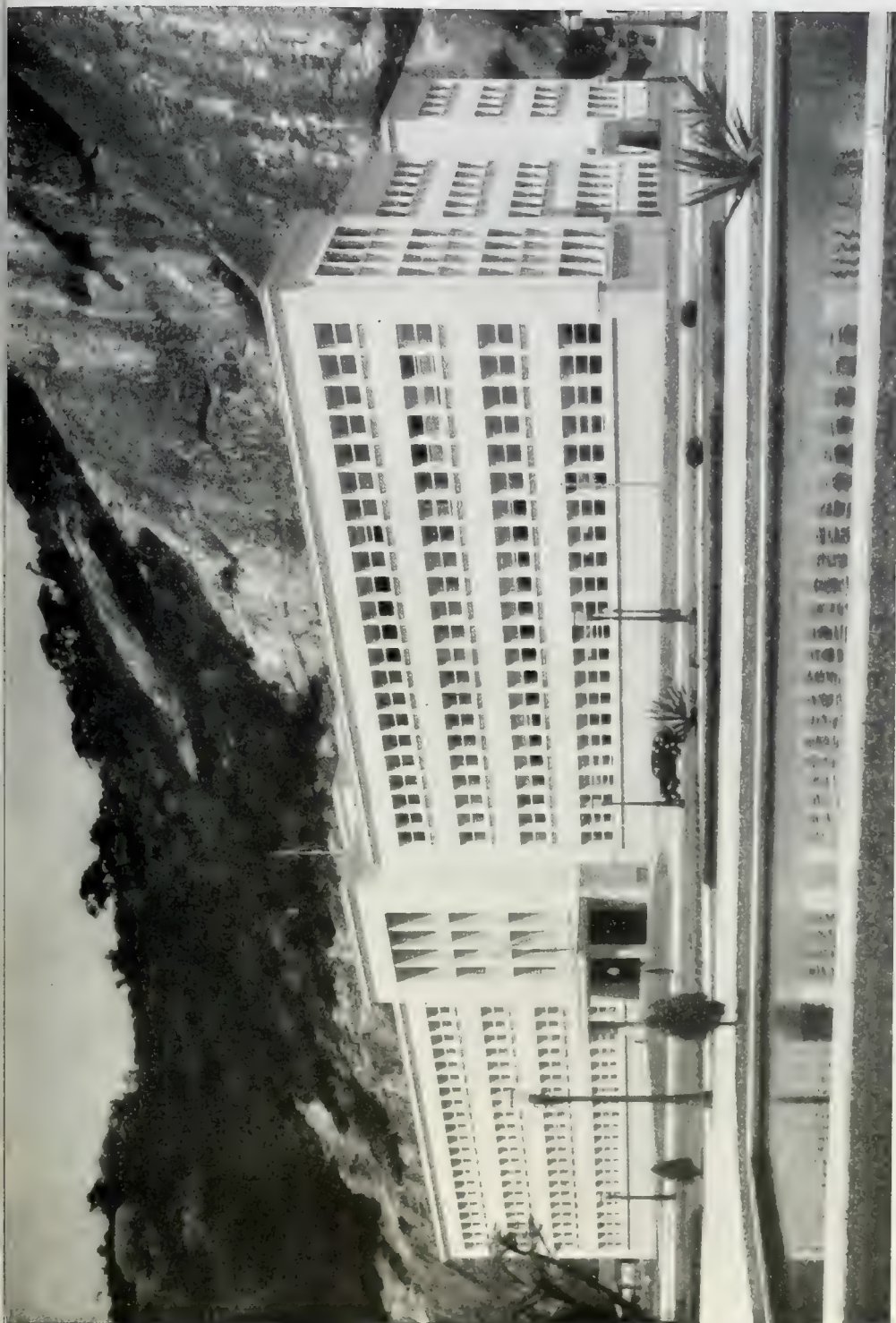
401. *Escola de Engenharia de Pórtó Alegre. Instituto Astronômico. Secção de Meteorologia e Parque Meteorológico.*



402. *Edifício da Escola Militar do Rio de Janeiro, construído no Realengo. Distrito Federal.*



403. Escola de Estado Maior, instalada em grandioso edifício, a fresco.



404. Escola Técnica do Exército, à Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, destinada à formação de engenheiros militares especializados.

Foto ROSENBAUER.



405. A antiga *Escola Naval*, cujas origens remontam à *Academia Real de Marinha* fundada em 1808, por D. JOÃO VI. Vista geral dos seus edifícios na ilha das Enxadas.
Foto da Escola Naval.

406. *Escola Naval* do Rio de Janeiro. Pátio central do novo e suntuoso edifício, construído na Ilha de Villegaignon, hoje ligada ao continente.
Foto da Escola Naval.





407. A Escola Nacional de Belas Artes, no seu novo edifício construído depois da transformação do Rio de Janeiro e da abertura da Avenida Rio Branco, segundo os planos urbanísticos de FERREIRA PASSOS.



408. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, no Estado de S. Paulo. Edifício principal.



409. Escola Técnica Nacional, do Distrito Federal, — uma das grandes escolas técnicas do plano sistemático de ensino industrial, projetado pelo governo da União e estabelecido pelo decreto-lei de 30 de Janeiro de 1942.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.



410. *Escola Técnica Nacional do Distrito Federal. Uma das galerias do pátio central.*
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.



411. *Escola Técnica de Vitória, no Espírito Santo. Vista de conjunto.*
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.



412. *Escola Técnica de Curitiba, no Paraná, — uma das escolas destinadas, segundo o plano de ensino industrial da União, à formação de artífices e de mestres de ofício, nos diversos setores industriais.*
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.

413. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo Um dos laboratórios da Cadeira de Zoologia.*
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.

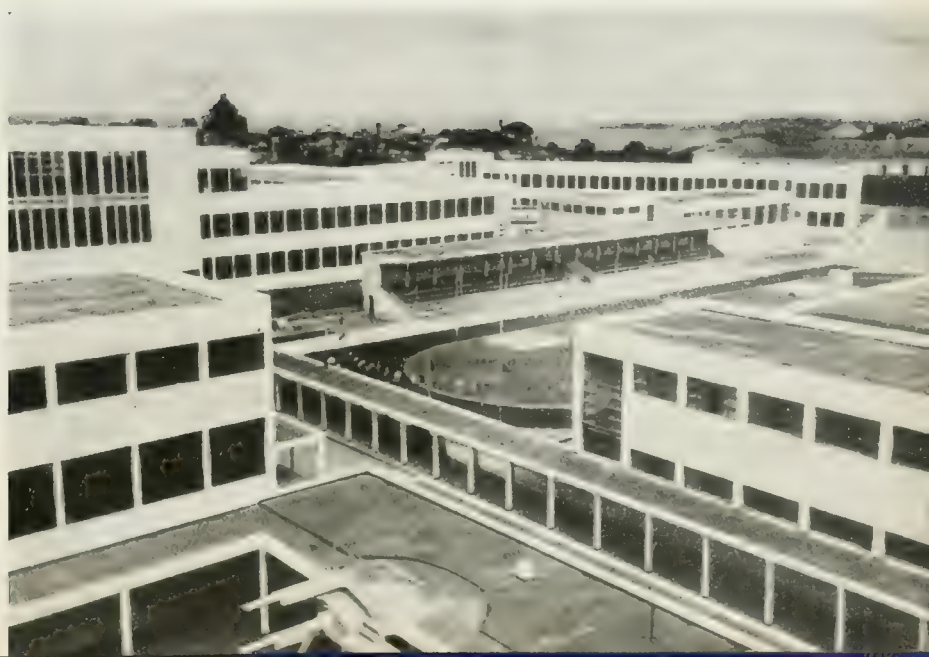




414. Instituto de Educação do Rio de Janeiro, construído em 1928-1930, reorganizado em 1933 e destinado à formação de professores primários e de administradores escolares e de orientadores de ensino.



415. Instituto de Educação do Distrito Federal. Uma das amplas galerias do terceiro pavimento, abrindo para o suntuoso pátio central.
— Foto NICOLAS, Rio, 1930.

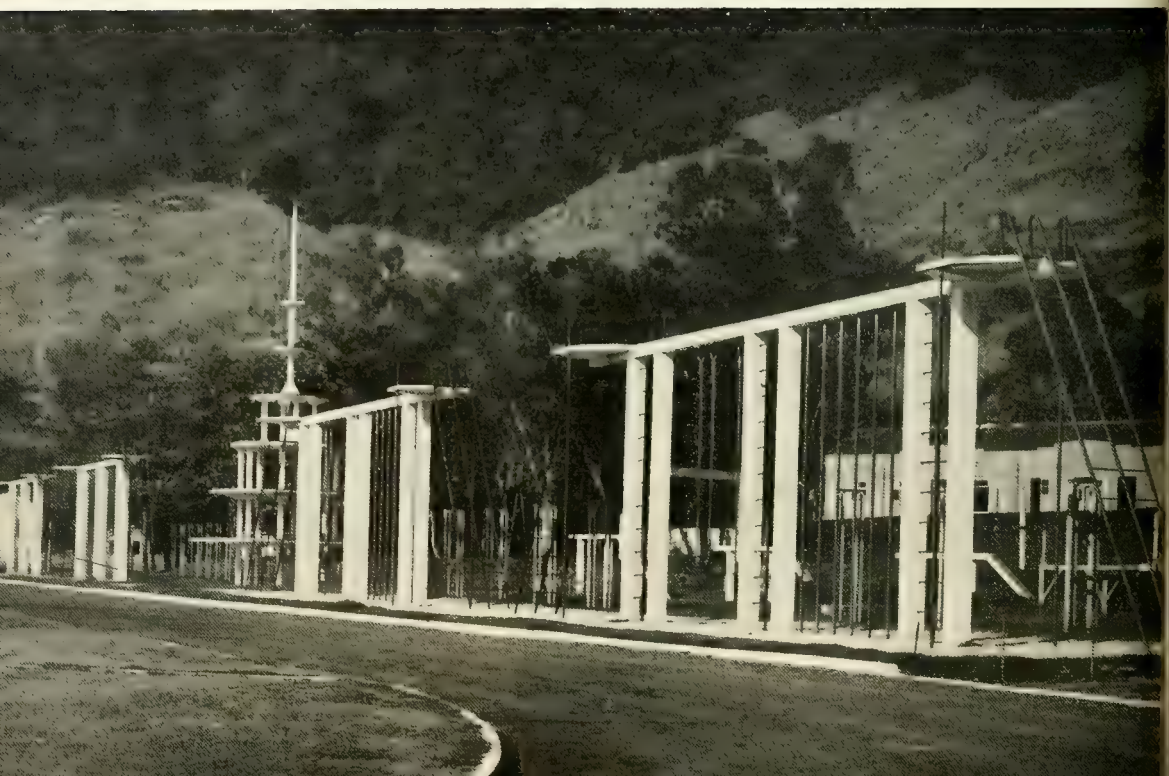


416. Instituto de Educação, em Salvador, Baía, com suas excelentes instalações modernas. — Foto VOLTAIRE FRAGA. — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



417. *Escola de Educação Física do Exército, o mais importante centro e foco de irradiação da educação física nacional. Edifício principal, junto à Fortaleza de S. João. Rio de Janeiro.*
Foto do arquivo da Escola de Educação Física do Exército.

418. *Escola de Educação Física do Exército junto à Fortaleza de S. João, — escola pioneira do movimento em favor da educação física no Brasil. Conjunto de pórticos e torre de HEBERT.*



mesmo, e, no Império, ligando-o exclusivamente às profissões liberais a que dava acesso, lhe conservaram o caráter humanístico e lhe acentuaram, por êsse caráter como por aquela ligação, os aspectos de uma cultura anti-democrática ou de privilegiados. Ao contrário da América do Norte, em que a história do ensino superior está estreitamente ligada à da religião e da organização das igrejas, sob a influência das diversas confissões religiosas, é a história do ensino secundário, e não a do ensino superior, que se ligou, no Brasil, desde o início do período colonial, à história da religião, e, mais particularmente, à dos jesuítas. Sob êste ângulo a organização do ensino superior profissional, no tempo de D. JOÃO VI, pode ser considerada como uma reação ao ensino jesuítico, de cultura geral, ou uma “revolução pedagógica”, provavelmente inspirada na política escolar da Revolução francesa. Certo, as escolas médico-cirúrgicas e a escola de engenharia militar, bem como as de economia e de agricultura, que não deitaram raízes, foram instituídas pelo Estado com o objetivo de recrutar o pessoal dirigente de vários serviços públicos: cirurgiões, engenheiros militares e administradores coloniais. No entanto, a ausência, no governo de D. JOÃO VI, da idéia de criação de uma universidade; a fundação de escolas superiores, isoladas, fora de organismos universitários, e estreitamente especializadas, e o desinteresse pelos cursos jurídicos que só foram fundados em 1827, já no primeiro reinado, acusam uma influência retardatária dos homens da Revolução, filha da Enciclopédia, saída da filosofia do século XVII, os quais aboliram as universidades, suprimindo-lhes até o nome, e, embora tivessem do ensino superior uma concepção extremamente larga, como observa JACQUES CAVALIER, “não acharam nem o tempo nem os meios de a elaborar, e se orientaram, ao contrário, para uma concepção muito diferente, a dos estabelecimentos restritos, consagrados cada um a uma disciplina particular e sem laço uns com os outros”.³

De tôdas as faculdades, criadas nos princípios do século XIX e administradas inteiramente e diretamente pelo Estado, as que tomaram maior impulso foram as de direito, em Recife e Olinda, já pelas mais estreitas ligações que seu plano de estudos comportava com os *studia generalia*, com base no latim, no grego, e na retórica, já pelas perspectivas que os cursos jurídicos, destinados à preparação profissional de advogados, abriam sobre outras carreiras, como a do magistério e a do jornalismo, da política e da administração. Mas, se essas escolas brilhavam com um brilho mais intenso, tôdas elas, — as de direito, de medicina ou de engenharia, desenvolviam a sua influência e a sua ação intelectual, notável a alguns aspectos, mas pelo próprio fato de sua estreita especialização profissional, não lhes foi fácil abrirem-se “às disciplinas novas que o progresso das ciências faz nascer e de estenderem o seu campo de ação”. A ausência, no sistema de ensino superior, de faculdades de filosofia e letras e das de ciências, destinadas a favorecer o ensino e a pesquisa científica, deixou a nossa cultura, em todo o Império e durante mais de 40 anos de regime republicano, quase completamente fora do movimento de renovação científica que se operava no mundo ocidental. Nenhuma escola de especialização intelectual e científica em todo o Império; nem qualquer especialização técnica, de real importância, pois ela apenas se esboça nas escolas de artes e ofícios, de iniciativa particular, e não passa de ensaios isolados e fragmentários. Se, pois, às escolas de ensino profissional superior, — direito, medicina, farmácia e engenharia, se acrescentarem as de ensino artístico, — a Academia de Belas Artes e o Conservatório de Música, ter-se-á o quadro completo da organização dos ensinos especiais nessa sociedade baseada na

³ JACQUES CAVALIER, *L'organisation de l'enseignement supérieur en France*. In “L'organisation de l'enseignement supérieur”, I, págs. 103-167. Institute International de Cooperation Intellectuelle. Société des Nations, Paris, 1936.

conformidade e no trabalho servil, sem vida industrial e de necessidades elementares, em que a educação começava a diversificar-se segundo as profissões liberais e não podia complicar-se senão mais tarde, em razão da complexidade maior da vida social.⁴

Numa sociedade de estrutura econômico-industrial, tão rudimentar até a época em que se verificou o primeiro grande surto das indústrias no país, não podia, pois, surpreender o predomínio que mantiveram, através da República, as carreiras liberais, e, em consequência, as escolas de preparação para essas profissões. Ainda em 1932, em São Paulo, — o maior centro agrícola e o mais industrializado de todos os Estados da União, — enquanto se formavam 147 profissionais pela Faculdade de Direito; 72, pela Escola Politécnica e pela Escola de Engenharia do Mackenzie College; 49, pela Faculdade de Medicina e 127 pela Escola de Farmácia e Odontologia, o número de diplomados pela Escola Superior de Agricultura atingiu apenas a 22 e não chegaram senão a 7 os que concluíram o curso na Escola de Medicina Veterinária, de São Paulo. Nenhuma escola ainda, de ensino técnico ou industrial, de alto nível; nenhuma escola oficial, até 1934, destinada à especialização intelectual e científica, ao ensino e à pesquisa a um tempo. As escolas prepostas à preparação de professores primários (escolas normais), as técnico-profissionais e as de comércio, já em grande número, mantinham-se em nível secundário, no seu plano de estudos. Se confrontarmos os dados colhidos pelos recenseamentos gerais de 1872, 1900 e 1920, referentes à atividade da população do Brasil, verificamos que, de 1872 a 1920, aumentaram sempre os coeficientes, por mil habitantes, das profissões liberais; e este crescimento ainda é atestado, de modo expressivo e iniludível, pela estatística das escolas destinadas à preparação para essas profissões e segundo a qual, em 1940, existiam 19 faculdades de direito, 11 de medicina, 12 de farmácia e odontologia, e 11 de engenharia, para 5 de agricultura ou agronomia, 2 de medicina veterinária, 1 de química e 3 faculdades de filosofia, ciências e letras, em todo o país. Mas, essa preponderância acentuada das profissões liberais, não se explica apenas pelas condições de meio, sociais e econômicas, que particularmente a favoreceram, e pela tradição secular que aprisionou, nos quadros do ensino profissional destinado às carreiras liberais, todo o ensino superior do país, mantendo-o tão indiferente à especialização intelectual e à pesquisa científica, quanto hostil à idéia da reunião de faculdades num corpo universitário.

Se, no Império e em parte do período republicano, tiveram essas escolas uma função suplementar, — a de alimentar a inquietação espiritual, manter a cultura em nível mais alto e alargar os horizontes, — o que explica a sua projeção intelectual e social, longe de diminuir, aumentou realmente, na civilização moderna, a função dos profissionais, para cuja formação se organizaram, e cujo papel é cada vez mais importante, nos limites estreitamente definidos

⁴ De fato, na capital do Império, em 1874, entre os estabelecimentos de ensino especial, além da Faculdade de Medicina, da Escola Central e da Escola Militar, não existiam senão um Instituto Comercial, com 38 alunos e, no domínio do ensino artístico, o Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1856 e que "nascido entre desdems, peregrinou, lutou, esmolou, longos anos", a Academia Imperial de Belas Artes, com 120 alunos e 57 ouvintes e o Conservatório de Música, com 70 estudantes e 31 ouvintes. Não nos referimos aos seminários diocesanos, por participarem dos dois tipos de ensino, geral ou comum e especial, marcado este apenas pelas disciplinas eclesiásticas nitidamente orientadas à preparação para o sacerdócio. Todas as escolas de preparação profissional enquadram-se sob a denominação de "ensino especial", — expressão essa que se opõe à do "ensino geral ou comum", ou do ensino sem idéia de especialização, a saber o ensino primário ou secundário. Esse tipo de ensino, porém, é denominado, nas estatísticas atuais, "ensino especializado", reservando-se aquela expressão "ensino especial", às escolas para anormais, débeis mentais ou físicos, e retardados. Em relação a escolas desse último tipo, não havia no Império senão o Instituto de Cegos e o de Surdos-Mudos que, em 1874 contavam respectivamente, aquele, 35, e este, 17 alunos, para uma população de mais de 12 mil cegos e 10 mil surdos-mudos, a regular pela estatística citada por PIRES DE ALMEIDA na obra a que já temos feito várias referências. (*L'instruction publique au Brésil. Histoire — Legislation*. Imp. G. Leuzinger e Filhos, Ouvidor, 31, Rio de Janeiro, 1839).

de suas especializações e de seus trabalhos técnicos. Com o aparecimento, depois de 1932, de novos tipos de escolas superiores, destinadas à pesquisa e aos altos estudos, já não poderia ser tão acentuada aquela função supletiva que, em mais de um século, foram chamadas a exercer, dentro de sua finalidade específica, e que provinha tanto da atmosfera de cultura geral em que se banhavam, constantemente renovada pelos estudos humanísticos dos colégios de padres; no Império, como por um processo de "compensação", com que supriam as deficiências de nossa cultura superior, e ainda pela própria natureza das profissões para que preparavam, — sobretudo as de médicos e advogados. Os membros das profissões liberais, obrigados a estudos mais longos, não ainda demasiadamente especializados, não só tiveram tempo de se cultivar e de estender os seus conhecimentos gerais, como também (o que é verdade sobretudo para os homens das leis e para os médicos) estavam mais em contacto com a vida, chamados como são, profissionalmente, a examinar problemas mais complexos, a ver de perto sofrimentos e a considerar o homem na sua integralidade. Dai talvez a menor contribuição, a esse respeito, do engenheiro que, não lutando as mais das vezes senão contra a matéria, tende mais facilmente a confinar-se, pela especialização, no domínio estreito em que trabalha, e a esquecer o humano para não ver senão o rendimento técnico. Mas, se se reduziu essa função cultural suplementar que exerceram as nossas escolas superiores tradicionais, dilatou-se a importância de sua função específica: ao homem do direito abrem-se, numa época de profundas transformações políticas, jurídicas e sociais, os mais vastos campos de estudos, de exploração e de trabalho reconstrutor; ao médico, chama-o, reclamando-o aos milhares, para um rude esforço, a organização urgente da luta pela saúde e pela vida, nas populações rurais como nas aglomerações urbanas, nos campos como na cidade moderna brutalmente edificada sobre o enorme crescimento industrial; e, quanto ao engenheiro, é cada vez mais largo o domínio que se oferece às diversas especialidades técnicas, na civilização mecânica e industrial, que surgiu do progresso das ciências e de suas aplicações a todas as atividades humanas.

Mas, entre os ensinos especiais, criados no tempo de D. JOÃO VI que promoveu a "profissionalização" do ensino superior, foi a instrução militar, para o Exército e a Armada, a que exerceu menos influência e teve, no Império, progressos mais lentos. Não éramos, como não somos, um povo de conquistadores, em luta com um meio hostil e impelido para uma política imperialista de expansão e, portanto, com uma predestinação geográfica histórica para a carreira das armas. Se não tínhamos vocação nem tradições guerreiras, não datavam senão do primeiro quartel do século XIX, com D. JOÃO VI e, mais particularmente, com a Independência, as nossas preocupações com o ensino militar e naval, sistematicamente conduzido, num plano em que se atendessem às exigências da defesa nacional. De Portugal não havíamos recebido uma herança de cultura militar; nem as condições da época e de nossa formação nos impuseram a necessidade de construí-la, nem os recursos econômicos nos permitiam a organização de uma grande máquina de guerra, com a sua indústria e o seu ensino respectivos. Será por isso, sobretudo, que o ensino para a preparação de oficiais e engenheiros militares, enquadrado em escolas de cultura geral e especial, civil e militar a um tempo, levou mais de 60 anos a adquirir autonomia e fisionomia própria, no sistema de educação nacional. A Real Academia Militar,⁵ fundada pelo Príncipe Regente D. JOÃO VI, nos

⁵ Fundada em 1810 por D. JOÃO VI (Carta de Lei, de 4-XII-1810), a Real Academia Militar instalou-se no ano seguinte (23-IV-1811), na Academia do Trem, donde se transferiu em 1812, para o edifício do Largo de São Francisco, sede, ainda hoje, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1822, proclamada a Independência, tomou o nome de Imperial Academia Militar; em 1832, o de Academia Militar e de Marinha, quando nela se incorporou a Academia Imperial de Marinha (1832-33), e, em

moldes das escolas francesas que exerceram acentuada influência em nosso ensino militar, através de mais de um século, destinava-se, de fato, antes de tudo, a formar oficiais e engenheiros militares e também, a partir de 1839, em que foi criado o curso de engenharia civil, a formar os quadros de engenheiros militares e dos serviços públicos. Na lenta evolução desse tipo de ensino superior profissional, podem-se destacar quatro fases distintas: 1) desde a fundação da Real Academia Militar, em 1810, até a separação dos dois cursos, civis e militares, em 1874, com o desdobramento da antiga Escola Central na Escola Politécnica e na Escola Militar, como instituições autônomas; 2) dessa época até a criação definitiva da Escola de Estado Maior, em 1905; 3) de 1905 até 1930, período que assinala, com a vinda da missão francesa, uma nova era na história das instituições militares; e 4) de 1930 em diante, em que o ensino militar adquire o maior desenvolvimento que registra a história do país e que se caracteriza pelo enriquecimento e pela maior complexidade das instituições como pela tendência crescente à especialização e à mecanização.

O curso de Estado Maior que surgiu pela primeira vez em 1839, ao lado dos cursos das diferentes armas (infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia), quando a Imperial Academia Militar se transformou na Escola Militar, tinha como objetivo, escreve TASSO FRAGOSO, "formar não oficiais habilitados no conhecimento da tática e da estratégia capazes de auxiliar o chefe no comando dos exércitos em operações, porém versados principalmente em topografia e geodesia e, por conseguinte, aptos para fazer reconhecimentos e organizar a cartografia necessária na paz e na guerra". Embora em 1858, com o decreto n.º 2 116, de 1.º de Março desse ano, as duas escolas, — A Escola Central em que se transformou a Escola Militar, e a Escola Militar de Aplicação, criada em 1855 (Escola de Aplicação), ambas dependentes do Ministério da Guerra, — já "começassem a orientar-se para novos destinos", somente em 1874 se

1839, o de Escola Militar, em cuja organização aparece pela primeira vez o curso de Estado Maior e de que, em 1855 (decreto n.º 1 536, de 23 de Janeiro de 1855), se destacam os dois últimos anos para constituírem a Escola de Aplicação. Aquela, escreve TASSO FRAGOSO, "pode-se dizer que se limita à preparação fundamental e esta, à profissional". Em 1858, reorganizada a Escola Militar, que passou a denominar-se Escola Central (decreto n.º 2 116, de 1.º de Março de 1858), o curso de Estado Maior se transferiu para a Escola Militar de Aplicação, donde, em 1863, reverteu, com os de artilharia e engenharia, para a Escola Central, em virtude de novas reformas. A separação que se esboçava em 1858, dos estudos civis e militares, só se tornou completa depois da guerra do Paraguai, em 1874, quando a Escola Central se transformou na Escola Politécnica (decreto n.º 5 600, de 25 de Abril de 1874) e surgiu, com seu anexo, — a Escola Preparatória da Corte, — a Escola Militar, com o curso de cinco anos, dos quais os quatro primeiros formavam o curso de Estado Maior e todos os cinco, o de Engenharia Militar. Pelo decreto n.º 330, de 12 de Abril de 1890, reorganizam-se sob a inspiração de BENJAMIM CONSTANT, as Escolas Militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre que passam a ter um curso geral de quatro anos, destinado a dar a preparação científica fundamental aos futuros oficiais, e mais um ano complementar para cada arma (Infantaria, Cavalaria e Artilharia). A Escola Superior de Guerra, criada em 1889, continua com seus três cursos (Artilharia, Engenharia e Estado Maior), cada qual de dois anos. Depois das reformas introduzidas em 1898, e com que regrediu o ensino militar, surge pela primeira vez, na reorganização operada em 1905, a Escola de Estado Maior, e "faz-se nela uma modificação decisiva no sentido do progresso". Nas transformações de estrutura do ensino militar, realizadas em 1914, 1918 e 1919, "guarda a Escola de Estado Maior as suas linhas gerais". Foi, porém, com a vinda da Missão Francesa que se inaugurou, segundo observa TASSO FRAGOSO, uma nova era na história das instituições militares. "Criou-se logo (são palavras suas) uma Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para a revisão da tática das armas, e a Escola de Intendência; desenvolveu-se a Escola de Veterinária; procurou-se completar e aperfeiçoar o ensino de outros serviços como o de Saúde e de Transmissões e, sobretudo, pode-se dizer que se criou realmente a Escola de Estado Maior". Depois da revolução de 1930 toma um impulso vigoroso o ensino militar no Brasil: reorganiza-se a Escola Militar, do Realengo, prestes a mudar-se para Resende, — escola de ensino superior profissional, de quatro anos, preposta à formação de oficiais das quatro armas (infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia) e à qual se sobrepõem a Escola das Armas (1 ano), que garante o acesso até coronel, a Escola de Estado Maior (3 anos), cujo curso é condição indispensável à promoção a general e o Curso de Alto Comando (1 ano), destinado ao aperfeiçoamento de coronéis e generais; inicia uma fase nova a Escola Técnica, para a formação de engenheiros militares especializados; alarga-se nos seus planos a Escola de Geógrafos; adquire notável desenvolvimento a Escola de Aviação, subordinada agora ao Ministério da Aeronáutica, que se criou em 1940; reformam-se as escolas prepostas ao ensino dos serviços de saúde, de veterinária e de intendência, criam-se ou ampliam-se as escolas ou centros de instrução, destinados ao aperfeiçoamento e à especialização de oficiais (Escola de Artilharia de Costa, de Moto-mecanização). É a fase mais intensa e fecunda de renovação técnica e de especialização em todas as direções. (Cfr. Tte. Coronel JOAQUIM MARQUES DA CUNHA, *A evolução do ensino militar no Brasil*. In "Anuário da Escola Militar", n.º 1, 1914, págs. 9-58; J. CARLOS MARTINS, *Origem da Escola Militar*. In "Revista da Escola Militar", Ano XIV, n.º 27, Agosto de 1934, págs. 60-62; A. SAMPAIO PIRASSUNUNGA, *O ensino militar no Brasil*. In "Revista Militar", 1936; TASSO FRAGOSO, *O ensino militar e a Escola de Estado Maior*. Conferência pronunciada em 1931 na Escola de Estado Maior. In revista "Nação Armada", n.º 5, Abril de 1940).

separam definitivamente os dois campos de estudos, civis e militares, transformando-se a Escola Central na Escola Politécnica, e reorganizando-se, independente desta, a Escola Militar, como escola de preparação de oficiais. Tratando-se de uma reforma que se empreendeu, logo depois de terminada a guerra do Paraguai, feita durante cinco anos, "em país estrangeiro a que levamos mais de 100 mil homens e uma poderosa esquadra", é de surpreender que nada tenha lucrado com ela o ensino militar, a não ser a dissociação das duas escolas, antes produto de uma evolução normal do que consequência desse grande acontecimento. O general TASSO FRAGOSO explica o fato não só por continuar o ensino das escolas a ser feito por oficiais que não haviam participado da peleja, senão também pela tendência política do movimento republicano em deprimir aquela guerra, como tôdas as obras do Império. É esse, porém, — o da separação das duas escolas em 1874, o momento culminante no século XIX, da evolução do ensino militar que em 1889 dá um passo decisivo, com a criação da Escola Superior de Guerra; se desenvolve, com a reforma Benjamin Constant, que, na justa observação de TASSO FRAGOSO, previu "uma sólida preparação teórica", mas sem o complemento de um perfeito ensino prático, e entra afinal, em 1905, numa nova fase no sentido do progresso com a criação da Escola do Estado Maior, dentro de um novo plano de estudos mais adequado à finalidade especial dessa instituição.

Se certamente não foram sempre as mesmas, não tiveram efeito menos profundo, no seu processo de evolução, as dificuldades e vicissitudes por que passou o ensino naval, destinado à formação de oficiais de marinha, desde que se fundou, por iniciativa de D. JOÃO VI, o primeiro instituto desse gênero, no Brasil. A Academia Real de Marinha, cujas origens remontam a 1808, e que funcionou durante mais de trinta anos nas hospedarias do Mosteiro de São Bento, mudou várias vezes de nome, sem grandes alterações na sua estrutura de ensino. Em 1832, a Escola Imperial de Marinha se incorporava à Escola Militar de que novamente, em 1833, se desprende, sofrendo em 1832 e em 1839 as reformas mais importantes por que passou no período do Império, e até às modificações introduzidas em 1891, nos princípios do regime republicano. A organização do ensino naval em instituto autônomo, desde o início de sua fundação, e por toda a sua história, mais que secular, se excetuarmos o pequeno período crítico de 1832-33; o caráter prático e mais especializado que tomaram esses estudos, sobretudo a partir de 1839; as viagens de instrução, a bordo de navio armado em guerra, com as quais se completava o ensino e se abriam aos futuros oficiais horizontes mais largos e maiores possibilidades de contacto com culturas diferentes, e o papel que a Marinha, desde a Independência, foi chamada a exercer, contribuíram, em grande parte, para manter em nível mais alto o ensino naval e quebrar as resistências ou as dificuldades que as condições do meio ainda opunham à sua renovação e ao seu desenvolvimento.⁶ No período republicano, desde 1891, — data da primeira

⁶ A Academia Real de Marinha, fundada em 1808 por D. JOÃO VI, instalou-se, nesse ano, com a Companhia dos Guardas-Marinha, nas hospedarias do Mosteiro de São Bento. Foi nesse edifício que funcionou a Academia de Marinha desde 1808 até 1832, quando essa Escola, fundindo-se com a Academia Militar, se transferiu para o Largo de São Francisco de Paula, donde novamente voltou, quase dois anos depois, para o Mosteiro de São Bento (1833-1839). Em 1821, esse estabelecimento de instrução naval passou a denominar-se Academia Nacional e Real de Marinha e, depois da proclamação da Independência, Academia Nacional e Imperial de Marinha. O decreto de 9 de Março de 1832, assinado pela Regência, reformou a Academia Militar da Corte, incorporando nela a dos Guardas-Marinha e dando-lhe novos estatutos. Na Academia Militar e de Marinha que resultou dessa incorporação, em 1832, ensinavam-se "as ciências matemáticas e militares, bem como o desenho próprio aos oficiais do Exército, Marinha e Engenharia, e em suas quatro classes essenciais". A Academia, dividida pela nova organização em quatro cursos científicos, 1) o curso matemático, de 4 anos, 2) o curso militar, 3) o de pontes e calçadas, e 4) o de construção naval, estes três últimos, de dois anos, passou a funcionar com 15 professores e 17 substitutos, "com os mesmos ordenados e prerrogativas análogas às que percebem e têm os lentes dos cursos jurídicos, de Olinda e de São Paulo" (art. 10). Pelo decreto de 19 de Dezembro de 1833, mandou-se restabelecer "no pé em que se achavam", a Academia de Marinha e a Companhia dos Guardas-Marinha.

reforma do ensino naval nesse regime, — até 1930, o ensino naval que, em 1916 ainda se reduzia à Escola Naval, mais que centenária, e às escolas de aprendizes marinheiros, tomou um impulso maior, não só devido às suas diversas reformas, das quais uma das mais importantes foi a da administração de ALEXANDRINO DE ALENCAR, como também pelas influências da missão naval americana. O ensino militar e o ensino naval entraram em uma fase nova, respectivamente com a missão francesa, para o Exército e a missão americana, para a Armada, a cujas tradições, já ilustres, apesar de recentes,⁷ faltara até então, para enriquecê-las, a experiência dos grandes mestres estrangeiros.

Sem dúvida, a Escola Militar, escreve TASSO FRAGOSO, “já existia com um plano de estudos aceitável, mas faltava-lhe o essencial: professores competentes e autorizados para ensinar-nos a arte de comando... Seus antigos professores, verdadeiros auto-didatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falavam de operações a que jamais haviam assistido. Devemos confessar (conclue o ilustre militar) que só aprendemos realmente o serviço capital de Estado Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e provê-las, depois que a missão no-lo ensinou”. As missões militar e naval, depois da primeira guerra mundial; a experiência da revolução de 30; o surto que tomou o militarismo no mundo e as exigências imperativas da defesa nacional impuseram uma renovação total das técnicas militares e do seu ensino que, complicando-se a cultura e a arte da guerra, complicaram-se na mesma medida. Inaugura-se então, depois da revolução de 30, no governo do Presidente GETÚLIO VARGAS, o período, certamente mais brilhante e fecundo do ensino militar e naval que se aperfeiçoam e se desenvolvem, nos diversos domínios de suas especializações. Para remediar a sua primitiva rigidez, suprir suas lacunas e seguir a evolução da ciência e da técnica que tendem a especializar-se cada vez mais, e também para estenderem o seu campo de ação, as instituições de instrução militar e naval foram conduzidas a constituir-se em organismos novos, mais maleáveis, talvez mais restritos, mas por certo mais adaptados às necessidades modernas. Não é só a organização do ensino que se enriquece e se amplia na complexidade crescente de seus institutos, novos ou reorganizados, prepostos à formação de oficiais das diversas armas, ao seu aperfeiçoamento e especialização, como ao domínio da arte de comandar (Escola de Estado Maior), ao conhecimento da tática sanitária ou do mecanismo da intendência. Não é menor o impulso no domínio das realiza-

antes da fusão determinada pelo referido decreto de 9 de Março de 1832, revertendo à Academia de Marinha, como instituição autônoma, às suas primitivas instalações no Mosteiro de São Bento. O regulamento baixado pelo decreto n.º 27, de 31 de Janeiro de 1839, transfere a Academia de Marinha para bordo de um navio de guerra (a nau Pedro II), onde, nos termos desse decreto, passaram a ser aquartelados os discípulos que a frequentavam, como internos. Nenhuma grande reforma se operou no ensino naval, durante o 2.º reinado. Em 1866, a Escola de Marinha, cujas aulas eram então frequentadas por 94 alunos (71 aspirantes e 23 civis), mantinha um curso teórico geral e prático, de 4 anos, de matérias fundamentais e disciplinas especiais (astronomia e suas aplicações à navegação, balística, tática naval, trabalhos hidrográficos, topografia, máquinas a vapor aplicadas à navegação e construção naval), sendo o ensino, no último ano, feito em navio armado em guerra e durante viagem de longo curso. Havia ainda a Escola Prática de Artilharia de Marinha. Em 1886, sob a denominação que ainda hoje conserva de Escola Naval, reúnem-se a Escola de Marinha e o Colégio Naval. Pelo decreto n.º 1 256, de 10 de Janeiro de 1891, reorganizou-se a Escola Naval, que ainda funcionava, nos seus edifícios, na Ilha das Enxadas, e cuja estrutura de ensino se dividiu então em dois cursos: 1) o curso prévio de um ano; e 2) o curso superior, de 4 anos, sendo de 3, para os aspirantes, e de um ano, para os guardas-marinha, alunos. Esse curso completava-se com as viagens de instrução, de 3 meses. “Apesar das reformas por que nos últimos anos tem passado”, segundo proclamava o relatório ministerial de 1891, não se achava ainda essa escola “à altura de suas similares em outros países”. Foi no primeiro quartel do século atual nas duas administrações de ALEXANDRINO DE ALENCAR, e sobretudo, no último decênio 1930-1940, que o ensino naval adquiriu maior complexidade de estrutura e realizou progressos mais rápidos, para os quais contribuiu, em larga medida, a missão naval americana. A Escola Naval acha-se hoje instalada nos magníficos edifícios que o governo GETÚLIO VARGAS fez construir, na ilha de Villegaignon, ligada ao continente por um atêrreo. (Cfr. A. Z. FONSECA COSTA, *Esboço histórico da Academia de Marinha*, 1873; ERNESTO SENA, *Escola Naval*. Seu centenário, 1908; LUCAS ALEXANDRE BOITEUX, *A Escola Naval*. Seu histórico (1761-1937). 1.ª parte — Da fundação à maioridade de PEDRO II. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1940).

⁷ HENRIQUE BOITEUX, *Os nossos almirantes*. 8 volumes; LUCAS A. BOITEUX, *Ministros da Marinha* — 2 volumes.

ções materiais: criam-se escolas de aeronáutica; instalam-se as primeiras fábricas de aviões; entram em franca atividade os estaleiros de construções navais e levantam-se, em Resende e na Ilha de Villegaignon, magníficos edifícios, para a instalação das escolas tradicionais, destinadas à formação de oficiais do Exército e da Marinha nacional.

Durante mais de um século, desde que se fundou o Império, essas duas carreiras militares e as profissões liberais eram as únicas que estavam ao alcance dos brasileiros, mediante educação superior: as atividades técnicas, rotineiras ou ainda incipientes, nem exigiam preparação especial nem exerciam sobre a mocidade a menor atração. Quando se proclamou a Independência, as formas da economia do Brasil semi-feudal, construído sobre o regime da escravidão, ainda não haviam sido deslocadas pela revolução industrial que começou a processar-se lentamente nos fins do século passado. A partir do momento, porém, em que a sociedade brasileira atingiu um certo grau de diferenciação, a educação fundada essencialmente na distinção de classes, e com uma base extremamente reduzida de ensino comum, entrou também ela a diversificar-se segundo as classes e profissões, marcando desde logo o seu sistema pela tendência às carreiras liberais. A especialização profissional, no sentido dessas carreiras, não era, no entanto, ditada apenas pelas necessidades sociais do meio, mas correspondia também à maneira pela qual o trabalho social era dividido e organizado, nesse momento da história da civilização (referimo-nos aos princípios do século XIX), em que nem as ciências eram bastante aprofundadas, nem bastante extensas as aplicações que delas se faziam à indústria, e, portanto, os programas das escolas superiores podiam abranger o conjunto dos conhecimentos. O tipo de instrução e cultura, baseado sobre as humanidades e orientado para as profissões liberais, era o que reclamava essa sociedade que nos revela uma viagem, a cem anos, pelo Brasil, — sociedade trabalhada por dissidências políticas, mas de uma população, mentalidade e costumes conformes, com um rudimentar sistema econômico, semelhante nos seus caracteres exteriores e na sua organização interna, com suas liteiras e diligências, com suas tropas e carros de bois, e sem diferenças muito acentuadas entre a vida dos campos, das fazendas e dos engenhos, e a das grandes aldeias, que eram as suas cidades de sobrados, tranquilas e sonolentas.

As atividades no campo industrial, quase inteiramente dominado pelos escravos e mestiços, continuavam ainda reduzidas aos engenhos de açúcar, à extração do ouro, nas Minas Gerais, e a pequenas indústrias, com seus núcleos e concentrações de artífices. A indústria que repontara, com o apoio do braço escravo, no fabrico do açúcar, no século XVII, e na exploração do ouro, no século XVIII, empreendida em larga escala, mas segundo velhos processos importados pelos portugueses, pode-se dizer que estava ainda, no século XIX, no período crepuscular, menos que na ante-manhã, vegetando na rotina e na tradição. Do sistema de trabalho baseado no regime servil, e do predomínio, em consequência, do elemento escravo nas atividades manuais e mecânicas, herdara essa sociedade apenas emergida do colôniato, o desinteresse senão a repugnância pelas profissões técnicas e pelos trabalhos físicos. As artes e os ofícios, relegados pelo geral a escravos, mestiços e estrangeiros, eram aliás, em todo o período colonial, como observa FRANCISCO MONTAJO, "privilégio dos imigrantes que avaramente transmitiam os seus conhecimentos, sonhando muitas vezes a verdadeira técnica aos aprendizes, — técnica a que davam o nome de "segredos do ofício". Nas tendas, com mestres incompetentes, a aprendizagem se fazia de modo empírico e sem finalidade educativa". A força do preconceito, em relação ao trabalho de base manual e mecânica, socialmente

pouco estimado, por ser tido como próprio de escravos, não podia deixar de opor-se, nessa sociedade de elites acadêmicas, à propagação do ensino técnico, agrícola, comercial e industrial, que não encontrava, no desenvolvimento das indústrias, um elemento para vencer aquela prevenção herdada do sistema colonial de ensino e de cultura e poderosamente favorecida pelo sistema econômico, agrícola e escravocrata, dominante, ao longo de todo o Império.

Diante das necessidades sociais e da mentalidade corrente que reinava, nessa sociedade liberal, de economia agrícola e de hábitos coloniais, organizada sobre uma lei de conformidade e preocupada com as suas criações literárias e jurídicas, não se tornava possível nenhuma reação verdadeiramente eficaz em favor dos ofícios e profissões industriais. Certamente, já na 2.^a metade do século XIX, tornou-se tão considerável, na Europa e na América do Norte, o desenvolvimento das ciências e se estendeu por tal forma o domínio de suas aplicações que começaram a surgir novas escolas especializadas e o próprio ensino, no domínio técnico, tendia a diversificar-se, tomando por base uma indústria ou grupo de indústrias. Essa especialização de ensino que se ligava menos à distinção de classes do que a uma crescente diversificação profissional, correspondia ao extraordinário desenvolvimento das indústrias, ao aperfeiçoamento e à especialização cada vez maior das técnicas, e ao favor de que passaram a gozar essas carreiras, em vários países, como a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. Mas, no Brasil, a escravidão constituía ainda uma barreira insuperável ao desenvolvimento da agricultura e das artes e profissões industriais. Por todo o Império e em grande parte do período republicano, a organização econômica, antes e mesmo depois da abolição do regime da escravatura, não oferecia nenhuma base de ação industrial donde partisse êsse impulso que já revolia a sociedade de algumas nações, levando-as, pelo desenvolvimento que tomaram as indústrias, a diversificar a educação não só de uma classe para outra, mas, dentro da mesma classe, segundo a variedade de carreiras e profissões. É êsse estado de coisas, mais que a imprevidência dos governos, que explica a odisséia dessa "loucura sublime", como qualifica RUI BARBOSA, na sua expressão enfática, à instituição, fundada em 1856, do Liceu de Artes e Ofícios. "Nascida entre desdêns (escreve RUI BARBOSA, traçando um quadro sombrio que ficou sem repercussões) peregrinou, lutou, esmolou longos anos: subiu a escada do poder indiferente, mais dura, mais avara, mais humilhadora que aquela cuja reminiscência amarga nos versos de DANTE; desceu, muitas vezes despedida como a indigência menosprezível da mendicância ociosa, ou inútil. Orçamentos e ministros houve que não tiveram para ela a miséria de três contos de réis, — êsse ridículo, uma gratificação de secretaria. Graças a essa vergonha, mercê de cidadãos sem luz e de governos sem previdência, a sua lâmpada chegou a apagar-se temporariamente para o povo".⁸

A sociedade imperial rolava sobre si mesma e parecia equilibrada, quando dois elementos vieram perturbar êsse equilíbrio, — a imigração e a abolição do elemento servil, — mas quase indiferente à técnica, cujos progressos em outros países apenas lhe excitavam a imaginação. Na República, durante cerca de 30 anos, a sociedade brasileira, com uma indústria apenas em formação, não pôde nem pretendeu assimilar, a não ser no domínio agrícola, a técnica moderna que se achava em progressão rápida e constante, enquanto a sociedade parecia fixada em limites e quadros que julgava imutáveis. E todos ainda contavam histórias de sua infância, sua primeira viagem em caminho de ferro, seu des-

⁸ RUI BARBOSA, *Discurso pronunciado no Liceu de Artes e Ofícios, em 23 de Novembro de 1882. In "Orações do Apóstolo",* págs. 69-113. Edição da "Revista de Língua Portuguesa", Rio de Janeiro, 1923.

lumbramento quando a eletricidade substituiu o óleo e o gás, seu temor quando pela primeira vez tinham ouvido, à extremidade de um fio, a voz humana. A cultura científica e a cultura técnica ainda eram muito pouco espalhadas na burguesia, como nas elites intelectuais e dirigentes, que se contentavam, em geral, de admirar em bloco, de maneira literária, as "maravilhas" da ciência e da técnica, sem nenhuma preocupação real de alargar, no país, o campo de suas aplicações. A própria mocidade, deslumbrada pela técnica, — que se lhe afigurava, através dos romances de JÚLIO VERNE, maravilhosa, poética, humana, — mas ainda fortemente atraída para as carreiras liberais, não experimentava, na sua admiração romântica pelas transformações surpreendentes, de que surgia a civilização industrial, nem melancolia nem inquietação diante de tantas mudanças, como se não tivesse a menor consciência da ameaça que pesava sobre as velhas cousas, — tradições e instituições, — nem dos problemas de ordem moral e política que já suscitava por toda a parte a revolução industrial.

A preponderância da economia agrária, que ainda constituía a coluna mestra de todo o nosso sistema econômico; a insuficiência da organização do trabalho industrial, apenas em esboço e a introdução, ainda muito recente, de novas técnicas, não justificavam, de fato, a especialização do ensino técnico ou a criação de novas escolas especiais. A diferenciação profissional, no domínio da cultura técnica, tinha de começar, como efetivamente começou, pelas escolas agrícolas, a princípio por tentativas que visavam o estabelecimento desse tipo de ensino, como, em Minas Gerais, a criação da Escola Agrícola, em Juiz de Fora, devida aos esforços de MARIANO PROCÓPIO, e os institutos de Itabira e de Uberaba, "que tiveram por algum tempo a inspeção de HENRI GORCEIX", e, mais tarde, com a instalação de grandes escolas de agricultura, em Minas Gerais e em São Paulo. Criaram-se então, em 1901, em Piracicaba, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, cuja fundação em São Paulo fôra autorizada em 1892 (lei n.º 26, de 11 de Maio de 1892), com dez estações experimentais, e, em seguida, a Escola de Agronomia e Veterinária, de Porto Alegre, e, em 1917, em Viçosa, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Minas Gerais. As escolas de comércio, para o ensino elementar e médio, e raras escolas superiores, como a de Porto Alegre, escoltavam de perto as escolas agrícolas.⁹ No domínio da cultura industrial e da formação técnica,

⁹ De todas, certamente a mais antiga, a atual Escola Superior de Agricultura, de Piracicaba, foi fundada somente em 1901, sob o nome de Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, embora datasse de 1899 a lei que a criou (n.º 678) e remontasse a 1892, a primeira lei do Estado de São Paulo, relativa ao ensino agrícola e que autorizava a "fundar uma Escola Superior de Agricultura", no Estado. A Escola Agrícola Luiz de Queiroz que, dois anos depois, sofreu completa reforma com o regulamento aprovado pelo decreto n.º 1 266, de 18 de Fevereiro de 1905, de acordo com a autorização legislativa de 1903 (art. 24, da lei n.º 896), compreendia os cursos elementar, médio e superior, destinado este à preparação de professores de agricultura, gerentes de indústria, técnicos para serviços agrônômicos e agrônomos. Reorganizada, em 1912, pela lei n.º 1 536 que lhe suprimiu os cursos elementar e médio; em 1919, pelo decreto n.º 3 070 que lhe deu nova estrutura; em 1925, pela lei n.º 2 111 que autorizava a conferir o título de engenheiro agrônomo aos que por ela se diplomassem, e, em 1931 pelo decreto n.º 5 206, foi incorporada, em 1934, à Universidade de São Paulo. No Rio Grande do Sul, o Instituto Borges de Medeiros, — escola superior de agronomia e veterinária, criada também nos princípios deste século, — constitui, com o Instituto Montauri (de eletricidade e mecânica) e o de Química Industrial, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária, do Rio de Janeiro, é de criação mais recente: em 1933, com a reorganização do Ministério da Agricultura, sob a orientação do Ministro JUAREZ TÁVORA, desdobrou-se em duas escolas, — a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária, transformando-se na de Química, que então se criou, o curso de química industrial que, em 1920, fôra incluído no seu antigo plano de estudos, e em 1926 se destacara de sua estrutura interna, para ser considerado curso anexo. A atual Escola Nacional de Agronomia que resultou, por desdobramento, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, será instalada, com uma nova organização, nos edifícios erguidos, na administração FERNANDO COSTA, Ministro da Agricultura (1937-1941), no km 47, da Estrada Rio-São Paulo, na Baixada Fluminense, e nos quais funcionarão, constituindo o mais grandioso parque agrônomo do país, além dessa escola, as dependências do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas. Em 1917, por iniciativa de ARTUR BERNARDES, foi fundada em Viçosa a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Minas Gerais: reconhecida como oficial pelo governo da República, essa escola, inteiramente dedicada à agricultura, com seus três cursos, elementar, médio e superior, é uma das modelares instituições de ensino agrícola do país. A revista bi-mensal *Ceres*, que se publica na Escola Superior de Agricultura, de Viçosa, é mantida pelo Clube Ceres, — associação científico-cultural da escola, e se destina à divulgação de ensinamentos teóricos e práticos sobre agricultura, veterinária e indústrias rurais.

além de escolas cuja necessidade ainda não se fazia sentir e que tiveram, por isto, curta duração, criaram-se as escolas de aprendizes artífices, instituídas por NILO PEÇANHA em 1909 (decreto n.º 7 566, de 23 de setembro de 1909), em número de 19, uma em cada Estado, com exceção do Rio Grande do Sul, onde ficou mantido, como instituto congênere, o Instituto de Parobé, fundado em 1908, anexo à Universidade Técnica e devidamente subvencionado pela União; os Institutos de Montauri (de eletricidade e mecânica), de Química Industrial e Borges de Medeiros (de Agronomia e Veterinária), que constituíam a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, e o Instituto Eletrotécnico, de Itajubá, — iniciativa devida ao entusiasmo ardente de TEODOMIRO SANTIAGO. Nesse terreno, porém, ainda não havíamos ultrapassado os limites das escolas profissionais, de tipo tradicional e de nível primário e médio, que, além de terem uma organização arcaica, não apresentavam, mesmo em São Paulo, um crescimento quantitativo que denunciasses uma forte diversão da linha normal seguida, através de mais de um século, pela política escolar do país.

As grandes mudanças não sobrevieram senão depois de 1930. Já em 1918-1920, depois da primeira guerra mundial, que trouxe, entre suas repercussões sobre o Brasil, como por toda parte, maior variedade de pontos de vista e a divisão das elites intelectuais, que tomaram posição em sentidos diferentes, o primeiro surto industrial contribuiu para alargar as nossas maneiras de pensar e de sentir, e para modificar, sob vários aspectos, a fisionomia da nação. Entre os diversos fatores que concorreram para as transformações que então se verificaram, figuram o surto industrial que decorreu em parte das necessidades impostas pela guerra e suas consequências; o fenômeno de concentração urbana que se observou com mais intensidade no centro-sul (Rio, São Paulo e Minas), como também no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, e a direção, para São Paulo, não só das correntes imigratórias que já afluíam sobretudo para esse Estado, como do movimento interno de migração. De fato, se no primeiro lustro (1920-1925) chegavam a São Paulo 279 540 pessoas, das quais 204 950, vindas da Europa, e 74 590 elementos nacionais que provinham às centenas, de quase todos os Estados do Brasil, às estações do Norte e da Sorocabana, no quinquênio seguinte (1925-29) São Paulo recebia 461 668 imigrantes, dos quais 171 727 brasileiros. Foi nesse período e sob a pressão de seu desenvolvimento industrial, e não em 1909, como proclamava RUI BARBOSA, com mais visão profética do que sentido da realidade, que “uma estupenda metamorfose a yankee transformou em capital magnífica” a cidade de São Paulo, em que só então verdadeiramente se começava a sentir “o crescer da força, a exuberância da seiva, o amparo da vida, na intumescência dos seios misteriosos que se debruçam para o berço das raças predestinadas”.¹⁰ Mas foi no decênio de 1931-41, com o desenvolvimento crescente da indústria e o aperfeiçoamento das técnicas, que chegaram a influir vigorosamente, no sentido de uma nova civilização, as forças econômicas novas, já coordenadas pela atividade condutora dos capitães de indústria, e bastante poderosas para suscitar, no fluxo e refluxo da vida econômica e industrial, problemas técnicos, sociais e políticos apenas pressentidos pelas gerações anteriores.

Não é somente a paisagem social e econômica que se transformou, nesse último decênio. Com o início das restrições imigratórias, a partir de 1930, o movimento de migração interna que se vinha intensificando desde 1920, tomou as proporções de uma impressionante deslocação de massas humanas

¹⁰ RUI BARBOSA, *Discurso pronunciado na Faculdade de Direito*. In “Excursão eleitoral ao Estado de São Paulo”. Casa Garraux, 1909, São Paulo, págs. 117-133.

de todos os Estados brasileiros em direção à lavoura do sul, e, especialmente, de São Paulo. Desceu, em consequência, a densidade demográfica de alguns Estados, como o Pará e sobretudo Alagoas que era, em 1920, um dos Estados de população mais densa, e no qual o censo de 1940 encontrou cerca de 20 mil habitantes a menos do que na anterior operação censitária, devido em grande parte, ao afluxo de famílias alagoanas para São Paulo nos últimos vinte anos. O fenômeno de condensação urbana adquiriu uma intensidade sem precedentes na história do país, desenvolvendo-se notavelmente as populações de Pôrto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e, mais que todas, as do Rio de Janeiro e São Paulo. O confronto entre os resultados do Recenseamento Geral de 1920 e os dados preliminares do de 1940 revela que, enquanto em 1920 se apuraram 648 153 unidades agrícolas, o total de boletins desse inquérito, em 1940, ascendeu a 1 898 200, quase o triplo, portanto, e, quanto à indústria, o número de unidades recenseadas subiu de 13 336, em 1920, para 44 359, em 1940, além de 3 788 de transportes e comunicações. Se tomarmos, para exemplo, um Estado em plena progressão como São Paulo, que participa com mais de 44 % no valor da produção industrial do Brasil, e outro, ainda na fase inicial de sua indústria, como Goiaz, verificamos, nas cifras do censo geral, dois aspectos desse extraordinário desenvolvimento: em São Paulo, em cuja indústria já trabalhavam, em 1941, mais de 800 mil operários especializados, o número de fábricas, só na capital, elevou-se a 8 016, nesse ano, e só uma das cidades goianas apresenta hoje maior movimento industrial do que todo o Estado em 1920, quando havia em Goiaz 16 estabelecimentos manufatureiros em que trabalhavam 244 operários. Por outra parte, os sucessos do socialismo depois da guerra mundial e as novas ideologias, de direita e de esquerda, vieram mudar completamente o caráter de nossas lutas políticas e operar, de 1930 a 1937, novos reagrupamentos de partidos.

O problema de educação que ficou em foco, desde 1920, passou a preocupar a todos; e se coloriram das novas idéias sociais e políticas as reformas e correntes pedagógicas que representavam a variedade de pontos de vista e a diversidade senão o conflito das doutrinas. Mas, de todos os problemas que se estabeleceram com maior acuidade, e cujo estudo e solução começaram a impor-se sob a pressão das coisas, o que adquiriu maior importância foi o da cultura industrial e da formação técnica, por meio de escolas profissionais, de grau primário, médio e superior, e de escolas especializadas (como mecânica, química e eletricidade), em que se dessem um ensino teórico dessas ciências e um ensino técnico sobre as indústrias às quais deviam aplicar-se os seus princípios. Foi por essa época que se criaram instituições do tipo da Escola Técnica (de quimiotécnica e eletrotécnica) do Mackenzie College, fundada em 1932, e tomou impulso, sobretudo no Distrito Federal e em São Paulo, o ensino profissional que, no quinquênio de 1932-1936, atingiu, nas suas diversas modalidades (comercial, técnico-industrial, doméstico e artístico) o crescimento de 100 para 174, em números índices, "realmente expressivo de uma nova tendência da mocidade para os estudos de iniciação e preparação para o trabalho".¹¹ No domínio federal, vários atos indicam claramente as novas tendências que já se esboçavam em reformas locais e realizações de caráter particular, e de que constituíam sintoma dos mais característicos o movimento de despesas dos Estados e do Distrito Federal e os cuidados crescentes com o ensino profissional que passou, em 1940, de 4% para 8% do total das dotações destinadas às escolas. O governo da União que, desde 1910, subvencionava o ensino comercial, cujo desenvolvimento se devia à ini-

¹¹ O ensino no Brasil no quinquênio de 1932-1936. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. "Boletim n.º 1", 1939.

ciativa privada, estabeleceu em 1931, para esse tipo de ensino, inteiramente reorganizado, uma fiscalização nos moldes da inspecção do ensino secundário;¹² organizou, em 1934, na reforma do Ministério da Educação e Saúde, a Superintendência do Ensino Industrial em que se transformou a Inspetoria do Ensino Profissional-Técnico, instituído em 1932; criou, nesse mesmo ano, a Universidade Técnica Federal (decreto n.º 24 738, de 14 de Julho de 1934), da qual passou a fazer parte a Escola Nacional de Química, organizada em 1933 pelo decreto n.º 23 172, e que foi extinta em 1937, incorporando-se os seus institutos à Universidade do Brasil; e procurou por diversas formas, nem sempre as mais seguras, o novo caminho que lhe apontavam a concentração industrial em diversos centros urbanos e a tendência crescente de especialização e diferenciação profissional.

É, sobretudo, a partir de 1937, porém, que o governo federal entra resolutamente nesse novo caminho, imprimindo novos rumos à política escolar e inaugurando a fase mais brilhante e fecunda, no domínio da educação profissional, em seus diversos graus e em todas as suas formas. Os discursos do presidente GETÚLIO VARGAS mostram com lucidez, em vários trechos incisivos e de um alcance que não é preciso encarecer, essas tendências como a sua própria orientação pessoal, dirigida francamente para a educação técnica e profissional do país. A Constituição de 10 de Novembro de 1937 consagra, no art. 129, a nova orientação da política educacional. Esse artigo é de uma importância capital, não só por ser uma vigorosa expressão dessa nova tendência como pelas medidas que estabelece para a organização do ensino profissional e seu desenvolvimento. "O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas a seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público" (art. 129). Ficaram, pois, traçadas por essa forma, na Carta Constitucional, as diretrizes da política escolar, com que se rasgaram novas perspectivas no que concerne tanto ao alargamento do campo da educação profissional, como ao seu *processus* de

¹² O ensino comercial de que não se encontram quaisquer iniciativas de certo vulto no Império (não se tem notícia senão de uma "aula de comércio", criada por lei, e de um Instituto Comercial que, em 1874, apresentava 38 alunos), começou, na verdade, a desenvolver-se no século actual. Foram, de fato, fundadas somente em 1902 as duas primeiras escolas de comércio, — a Academia de Comércio, do Rio de Janeiro, de iniciativa do Dr. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, e a Escola Prática de Comércio, em São Paulo, que tomou o nome de Escola Álvares Penteado. Em 1905, o Conselheiro RODRIGUES ALVES, então presidente da República, sancionou a primeira lei federal sobre o ensino de comércio, declarando essas duas escolas, de utilidade pública e reconhecendo como de caráter oficial os diplomas que conferiam. Seguiram-se, estimuladas por esse decreto, outras iniciativas particulares, nesse domínio de ensino. Em 1926 foi modificada pelo decreto n.º 17 329 a primitiva estrutura do plano de estudos nas escolas de comércio, sob reconhecimento oficial. A lei que reorganizou o ensino público no Distrito Federal em 1928, sob a inspiração de FERNANDO DE AZEVEDO, deu nova estrutura e instalações à Escola de Comércio Amaro Cavalcante que, reformada ainda uma vez, na administração ANÍSIO TEIXEIRA, em 1933, se tornou uma das melhores instituições de ensino comercial, no Rio de Janeiro. A mais importante das reformas por que passou, no país, o ensino comercial, foi, porém, a do Ministro FRANCISCO CAMPOS que o reorganizou em 1931, pelo decreto n.º 20 158, dando-lhe nova orientação e estrutura, previu o serviço de orientação profissional e estabeleceu o regime de fiscalização para as escolas de comércio. Por esse decreto, de 1931, dividiu-se o ensino comercial em dois cursos: 1) o propedêutico, de três anos; e 2) o técnico, este constituído de cinco cursos: o curso de secretário, de um ano; os cursos de guarda-livros e de administrador-vendedor, de dois anos, e os dois últimos, de atuariário e perito-contador, de três anos. Essa estrutura do ensino técnico de comércio, baseada sobre o curso propedêutico, completa-se com o curso superior de administração e de finanças, em três anos, para a admissão ao qual é exigido o diploma de bacharel em ciências econômicas. As escolas e cursos de comércio estão sujeitas à fiscalização do Ministério de Educação, que tem na Divisão do Ensino Comercial o órgão central de controle e de orientação de todo o ensino técnico de comércio no país. (Cfr. JOSUÉ MONTUELO, *Considerações sobre o passado e o presente do ensino comercial brasileiro*. In "Ilustração Brasileira", número 81, ano XX, Janeiro, 1942, págs. 46-47).

adaptação às mudanças sociais, decorrentes do desenvolvimento das indústrias, da divisão e racionalização do trabalho, da multiplicação das profissões, da organização dos sindicatos, e, portanto, às necessidades novas dos indivíduos. As modificações das condições industriais, tais como o aperfeiçoamento e a extensão do trabalho da máquina e o emprêgo de processos de fabricação científicos, alteraram as necessidades profissionais que não podiam ser atendidas com as escolas profissionais de velho tipo, sem articulação estreita com as indústrias.

Daí, a resolução do Estado, de acôrdo com o estatuto constitucional, de reorganizar em novas bases todo o aparelhamento do ensino técnico e profissional, para ajustá-lo às necessidades agrícolas, comerciais e industriais, como de determinar a cooperação dos sindicatos e das fábricas na educação profissional, pela criação e manutenção, nos estabelecimentos fabris, de escolas para aprendizes e de cursos de aperfeiçoamento industrial para adultos e menores.¹³ O plano sistemático de ensino industrial, projetado pelo govêrno da União, — e não é menos compreensivo e eficaz o programa do ensino agrícola,¹⁴ — abrange escolas, de cursos reduzidos ou completos, destinados à formação de artífices nos diversos setores industriais, ou sejam os liceus industriais em que se transformarão as escolas de aprendizes artífices, criadas em 1909; escolas prepostas à preparação dos mestres de ofício e ainda as escolas técnicas que tem por fim a formação do técnico, elemento intermediário entre o artífice e o engenheiro. As escolas industriais receberão, segundo êsse plano, já decretado pelo govêrno federal (decreto-lei n.º 4 073, de 30 de Janeiro de 1942), os alunos que tenham curso primário e que, terminado o dos liceus industriais, poderão ingressar nas escolas técnicas, abertas ainda aos estudantes vindos das escolas secundárias. Para a execução do plano aprovado pela lei orgânica do ensino industrial, já haviam sido contratados, em 1941, na Suíça, 44 especialistas a que se reunirão, para completarem o quadro de técnicos estrangeiros, 25 engenheiros ou técnicos, contratados nos Estados Unidos para o fim especial de orientar o ensino industrial, nas próprias indústrias, e dirigir secções ou reger cursos na primeira escola técnica federal a ser instalada na capital do

¹³ JOAQUIM FARIA GÓIS FILHO (Relator), *A aprendizagem nos estabelecimentos industriais*. Comissão interministerial nomeada para regulamentar o funcionamento de cursos de aperfeiçoamento para trabalhadores da indústria. Rio de Janeiro, 1939.

¹⁴ O ensino profissional agrícola, cujo desenvolvimento se iniciara nos princípios dêste século, com a fundação, em 1901, da Escola Superior de Agricultura, de Piracicaba, em São Paulo, e se estendera mais tarde, com a criação do Instituto Borges de Medeiros (de agronomia e veterinária), no Rio Grande do Sul, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, de Viçosa, em Minas Gerais, e do Instituto de Agronomia, de Tapera em Pernambuco, tomou também, nesse decênio, um impulso vigoroso da parte do govêrno da União. A antiga Escola Superior de Agricultura, do Rio de Janeiro, desdobrou-se em 1933, na Escola Nacional de Veterinária e na Escola Nacional de Agronomia. Na gestão de FERNANDO COSTA, no Ministério da Agricultura (1937-1941) ergueram-se na Baixada Fluminense, no km 47, da estrada Rio-São Paulo, os edifícios destinados à instalação não só da Escola Nacional de Agronomia, como também das dependências do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Essas obras notáveis, a todos os aspectos, foram construídas segundo "um plano paisagístico e arquitetônico realmente impressionante para a constituição do grandioso parque agronômico brasileiro". Foi então projetado um vasto plano de reorganização do ensino agrícola, compreendendo escolas de diversos graus e tipos, além de um ensino extensivo, destinado aos indivíduos analfabetos ou com instrução primária incompleta, bem como aos menores de 18 anos, com instrução primária regular, e que seria ministrado pelos agrônomos, administradores rurais e técnicos agrícolas. Segundo êsse plano, seriam instaladas: a) pelo menos, uma escola média em cada Estado da União, para o ensino profissional médio de agricultura, dado em cursos de dois anos, para os administradores rurais, e de três anos, para os técnicos agrícolas; b) e cinco escolas regionais de agronomia, para o ensino superior, ministrado em cursos de quatro anos. Essa estrutura, cujos fundamentos seriam lançados pelo ensino extensivo em grande escala, feito pelos serviços de fomento agrícola, e se desenvolveria, em sentido vertical, com as escolas regionais, médias e superiores, de agronomia, devia ter como chave de abóbada a Escola Nacional de Agronomia com os diversos graus de ensino agrícola e agronômico e cursos de aperfeiçoamento e de especialização. A Escola Nacional de Agronomia, — centro de irradiação de ensino e pesquisas agronômicas, seria organizada como uma instituição modelar, para servir de padrão para as demais. Aquelas iniciativas e realizações de grande vulto, como a amplitude dêste plano, abrangendo o ensino agrícola em todos os graus, e tendo por centro o Rio de Janeiro, e setores periféricos em todos os Estados, indicam nitidamente as diretrizes do govêrno GETÚLIO VARGAS, em relação ao ensino profissional técnico e, especialmente, ao ensino agronômico. (Cfr. FERNANDO COSTA — Conferência pronunciada na comemoração do decênio do govêrno do Sr. GETÚLIO VARGAS. Ministério da Agricultura. Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 1941.

país. Em 1939, já estavam concluídas as obras do Liceu Industrial de Manaus, com uma área de mais de 20 mil metros quadrados e perto de 6 mil de área construída, com capacidade para 400 alunos; e outras, por terminar, com iguais instalações e segundo o mesmo tipo do Liceu de Manaus, para o funcionamento dos Liceus Industriais, de Pelotas, no Rio Grande do Sul, de Goiânia, em Goiás, de Vitória, em Espírito Santo, e de São Luiz do Maranhão. Além da Escola Técnico-Industrial que será instalada no Rio de Janeiro, decidiu o governo federal criar e manter uma outra em São Paulo, com dois cursos, um fundamental, de 4, e um superior, de 3 anos, destinados respectivamente a formar técnicos industriais, em diversos setores, e promover a alta especialização, preparando especialistas em vários ramos de indústria e de atividades do ensino industrial.

Mas, por maiores progressos que tenha feito a especialização profissional, em consequência da divisão do trabalho social e das modificações operadas pelos fenômenos de urbanização e industrialização, não se pode afirmar que deles tenham resultado variações acentuadas na hierarquia dos tipos profissionais. Se é verdade que a educação se tornava uma "função especializada" à medida que a sociedade se diversificava em classes e grupos profissionais, não é menos certo que essas "educações especiais", divergentes somente a partir de um certo ponto aquém do qual elas se confundem, — a educação comum, — se erguiam, nos sistemas escolares, sobre uma mentalidade coletiva, que permanecia essencialmente a mesma, sob vários aspectos. Sob essa variedade e riqueza de tipos de educações especiais, a cuja base reside o processo de fragmentação da sociedade geral em maior número de grupos funcionais, com ocupações, tendências e modos de vida diferentes, subsistia, embora em processo de mudança, mais ainda resistente, esse velho ideal que vinha de uma tradição secular, e que a sociedade procurava realizar em seus membros, por via da educação. Ora, esse sistema de educação que se transformava ou, melhor, se enriquecia de escolas especializadas de caráter técnico, sobrepostas à educação comum, que é também função do estado social, se orientava, pela base, no ensino primário e médio, quase segundo a mesma concepção que a nação se fazia do homem, no tempo do Império e na República, e que refletia suas necessidades, sua mentalidade especial, seu passado histórico. Até a guerra mundial de 1914-1918, nenhuma profissão, de fato, mais que a dos advogados, médicos e engenheiros, pareceu carregada de maiores atrações e de mais seguras promessas. As profissões que eram escolhidas, não segundo o grau e tipo de inteligência que exigiam, mas segundo os quadros sociais e a mentalidade dominante, diversificavam-se conforme os meios, variando de uma classe a outra, e servindo as carreiras liberais como escadas de ascensão social, enquanto as atividades manuais e mecânicas se reservavam aos indivíduos e às camadas sociais inferiores. Acreditava-se ainda ser necessário não tanto um "tipo diferente" quanto maior dose ou grau mais alto de inteligência para o exercício de uma profissão liberal do que para os ofícios e as profissões industrializadas.

Certamente, o homem tem, nas profissões liberais, como observou LÉON WALTHER, "mais liberdade de escolha dos meios que o conduzem a um sucesso profissional, — o que não acontece nos ofícios industrializados, onde o trabalhador está mais estreitamente submetido a técnicas bem determinadas nas quais nada pode modificar".¹⁵ Mas era menos pelo trabalho de caráter mais intelectual que exigiam, do que por serem "socialmente" mais reputadas, que

¹⁵ LÉON WALTHER, *Orientation professionnelle et carrières libérales. Étude psychologique*. Delachaux-Niestlé S. A., Neuchâtel-Paris VIIe., 1936.

essas profissões continuavam a exercer um grande poder de atração. Além disso, como durante quase um século as únicas escolas superiores existentes no país eram as que se destinavam às profissões liberais, não se abriam outras perspectivas para os jovens senão essas carreiras, de atividades puramente ou preponderantemente intelectuais. Para um pai, fazendeiro ou comerciante, fazer de seu filho bacharel ou doutor, era elevar-se socialmente. Os jovens, formados nessas escolas, traziam em si tôdas as promessas, e as mães, para suas filhas, não sonhavam senão com êsses maridos, bacharéis, médicos ou engenheiros. Na hierarquia comercial ou rural, ainda que não exercesse a profissão, o bacharel ou doutor ocupava um grau mais elevado. Se a maioria ambicionava exercer a profissão, todos desejavam o título. Tornar-se engenheiro civil, naval ou militar, não chegou, porém, em qualquer época de nossa história, a ser a ambição dominante, como se depreende do confronto, ano por ano, entre 1828 e 1930, já do número de escolas politécnicas em relação às de medicina e direito, já do número de alunos diplomados pelas diversas escolas destinadas às profissões liberais.¹⁶ Os engenheiros, que desde a sociedade imperial sempre foram socialmente estimados, disputam agora, na hierarquia interprofissional, a primazia aos bacharéis e aos médicos; e, se as idéias cientistas e tecnológicas ainda não triunfaram, não somente se percebe maior entusiasmo pelas aplicações das ciências, como também tendem a valorizar-se cada vez mais os técnicos agrícolas e industriais, numa época em que se alarga constantemente o campo de suas atividades, encontram as ciências cada dia novas aplicações, se desenvolve a indústria e criam-se novas riquezas. Ao lado das profissões intelectuais, de tradições enraizadas e que não apresentam sinais de declínio, começaram as profissões e as escolas técnicas a exercer maior atração sobre a mocidade e a gozar de maior prestígio social, decorrente da ação e dos aperfeiçoamentos dos serviços técnicos, em todos os ramos de atividades agrícolas, comerciais e industriais.

Embora a especialização intelectual e científica tenha tomado maior impulso depois de 1930, com a criação das universidades brasileiras, não alcançou, nesse decênio (1931-1941), o desenvolvimento e o favor público que granjearam as culturas e as escolas técnicas. É que as primeiras universidades do Brasil, organizando-se segundo o regime instituído em 1931 pela reforma FRANCISCO CAMPOS, mas fundadas em 1934, 1935 e 1939, nasceram e se formaram, numa atmosfera desfavorável, carregada de hostilidades e prevenções. Numa época que se caracteriza pela preponderância da civilização material e em que a base de todo o nosso sistema tende cada vez mais a ser a de uma técnica, as escolas especiais e técnicas começaram a adquirir por tôda a parte maior influência, senão predomínio, enquanto declinava, ao menos no ocidente europeu, o prestígio das universidades, ainda modeladas conforme os tipos tradicionais. Além disso, a democracia que se funda sobre o conhecimento e a razão e que foi, no terreno político, segundo observou FRANCISCO CAMPOS, "a forma assumida pelo espírito que presidiu ao desenvolvimento das ciências

¹⁶ Se tomarmos, como exemplo as estatísticas relativas à Universidade de Minas Gerais, constituída das três escolas tradicionais de ensino superior — a Faculdade de Direito, fundada em 1892, e a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina, fundadas em 1911, e equiparadas respectivamente em 1916, 1917 e 1918, encontramos um índice expressivo dessa preponderância das duas escolas, de direito e de medicina, sobre a de engenheiros. As três escolas superiores, componentes do sistema, foram incorporadas à Universidade de Minas Gerais pelo decreto estadual n.º 22 579, de 27 de Março de 1933. Tôdas elas dispunham de professores de primeira ordem, como TITO FULGÊNCIO, ALVES PEREIRA, ESTEVÃO PINTO, MENDES PIMENTEL, OROSIMBO NONATO, FRANCISCO BRANT e MÁRIO CASASSANTA, na Faculdade de Direito; BORGES DA COSTA, BAETA VIANA, ALFREDO BAENA e OTÁVIO MAGALHÃES, na de Medicina; e ÁLVARO SILVEIRA, BAETA NEVES, LÚCIO JOSÉ DOS SANTOS, entre outros, na Escola de Engenharia. Pois, o número de alunos diplomados pela Faculdade de Direito, desde 1935 a 1940, ascendeu a 735, e o de formados pela Faculdade de Medicina, a 458, enquanto não passaram de 94 os diplomados pela Escola de Engenharia, no mesmo período. A preponderância tradicional dos diplomados por faculdades de direito ou de medicina sobre os formados por escola politécnica ou de engenharia, mantém-se, nesse quinquênio, em que se verificou não se terem alterado nem desviado de direção, nas Universidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, as preferências dos jovens estudantes.

e à revolução industrial", entrara, depois da primeira guerra mundial, em uma crise grave que repercutiu no Brasil e se acentuou no último decênio. Ora, entre a democracia que, sendo relativista, pluralista e cética, "exclue os pontos de vista absolutos, assim como todos os monismos", e as universidades que, prepostas ao progresso das ciências, só se desenvolvem num clima, não de crença numa verdade, mas de pesquisa de verdades, e portanto, de espírito de inquietação, dúvida e relatividade, existem tão íntima dependência e uma relação tão essencial que os desenvolvimentos e as crises do processo democrático se acompanham sempre dos progressos ou das decadências das instituições universitárias. Se acrescentarmos ainda que o processo de nivelação pelo domínio das massas que começavam, também entre nós, a entrar em maior comunhão com os conhecimentos humanos, gerava por toda a parte uma crise de cultura, ameaçando gravemente o princípio aristocrático ou de qualidade, "que é inerente a toda cultura superior", ter-se-á o quadro social quase completo da época em que se criaram as primeiras universidades brasileiras.

Aliás, já por várias vezes foi notado o contraste entre o entusiasmo com que as nações, abrindo-se às correntes de influência ocidental, aceitaram os conhecimentos e os métodos técnicos europeus, e a forma prudente e reservada com que passaram a cultivar a filosofia e a pesquisa científica, sobretudo no domínio das ciências sociais, políticas e econômicas. No entanto, com as primeiras faculdades oficiais de filosofia, ciências e letras que se criaram,¹⁷ — a de São Paulo, em 1934, a do Distrito Federal, em 1935, e a da Universidade do Brasil, em 1939, não só se diferenciou e complicou o nosso sistema de ensino superior, até então enquadrado exclusivamente pelas escolas profissionais, como também se iniciou uma transformação da mentalidade e se rasgaram novas perspectivas à cultura superior do país. Não foram apenas novos campos que se abriram à especialização intelectual e científica, mas um novo espírito que se infiltrou em nosso sistema de cultura e de educação. A cultura filosófica e científica, até essa época, não se fazia entre nós senão por grandes esforços e com todas as desvantagens do auto-didatismo, ou nas escolas superiores profissionais, sob a influência direta de professores de valor excepcional pela sua largueza e lucidez de vistas. Raramente procuradas, a especulação

¹⁷ A primeira universidade que se fundou no Brasil foi a do Rio de Janeiro, criada pelo decreto n.º 14 343, de 7 de Setembro de 1920 e organizada, nesse mesmo ano, pelo decreto n.º 14 572 que lhe aprovou os estatutos. Em 1927, fundou-se, por iniciativa de MENDES PIMENTEL, em Belo Horizonte, a Universidade de Minas Gerais. O decreto que a instituiu foi assinado a 7 de Setembro pelo Presidente ANTÔNIO CARLOS e referendado por FRANCISCO CAMPOS. Mas, tanto a Universidade do Rio de Janeiro como a de Minas Gerais, se constituíram pela simples reunião dos três institutos tradicionais de formação profissional, a Faculdade de Direito, a de Medicina e a Escola de Engenharia (ou Politécnica) então existentes. Nenhum instituto de alta especialização intelectual e científica se incorporou nesses organismos universitários. É de 1931 que data a organização verdadeiramente universitária do Brasil, instituída pelo decreto n.º 19 851, de 11 de Abril de 1931, assinado pelo Chefe do Governo Provisório, Dr. GETULIO VARGAS, e referendado pelo Dr. FRANCISCO CAMPOS, Ministro de Educação e Saúde. Embora a Universidade do Rio de Janeiro se tivesse agregado, pelo decreto n.º 19 852, que lhe deu nova organização, uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, entre outras escolas, não chegou a ser instalada até 1939 essa nova instituição. A Universidade de Minas Gerais, criada em 1927, e reorganizada, de acordo com a lei federal, em 1933, foram incorporadas, nesse ano, pelo decreto estadual n.º 22 579, de 23 de Março, a Faculdade de Direito, a de Medicina, e a Escola de Engenharia, que ainda hoje são os únicos institutos componentes desse sistema universitário. A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada no país, por iniciativa oficial, foi a do Estado de São Paulo, criada e instalada no governo ARMANDO SALES, e incorporada à Universidade de São Paulo instituída pelo decreto estadual n.º 6 283, de 25 de Janeiro de 1934, e cujos estatutos foram aprovados pelo governo federal, pelo decreto n.º 39, de 3 de Setembro do mesmo ano. O decreto estadual n.º 5 758, de 28 de Novembro de 1934, que criou a Universidade de Porto Alegre, inclui, entre os estabelecimentos que a constituem, uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras (art. 2.º), ainda por instalar. Somente, pois, a Universidade de São Paulo, criada em 1934, e a do Brasil, — em que se transformou, em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro e que absorveu a do Distrito Federal, fundada em 1935, — dispõem, no seu sistema, de institutos de altos estudos e de pesquisa desinteressada, nos diversos domínios da ciência pura. Além da Faculdade de Filosofia de São Bento, fundada em 1908, quando só funcionavam os cursos de filosofia e de letras clássicas, e da Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1932, também em São Paulo, foram fundados depois de 1939, por iniciativa particular, o Instituto Santa Úrsula (Faculdade de Educação, Ciências e Letras), no Rio de Janeiro, o Instituto Sedes Sapientiae (Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras), das Cônegas de Santo Agostinho, e, em 1940, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Católica do Brasil.

filosófica e as atividades científicas, quando se reduziam a um puro diletantismo, não constituíam mais que uma "diversão" transitória da linha profissional determinada pela força de uma vocação irresistível ou sugerida e assegurada, em tal ou qual carreira, por apoios puramente ocasionais. A atividade intelectual, filosófica ou científica, não era considerada, por essa forma, uma disciplina de trabalho metodicamente conduzida, desde os bancos escolares, mas uma "aventura de talento", nas suas incursões às vèzes brilhantes, sempre superficiais, por caminhos desconhecidos. Nenhuma consciência adquirida nas escolas, de que, assim como a vida espiritual exige um perpétuo esforço para pôr a alma em presença e na posse de si mesma, a carreira científica impõe uma disciplina quase ascética na prática habitual dos métodos objetivos de investigação, de conhecimento e de verificação experimental. O que quase nunca passou, entre nós, de uma aventura de inteligência, devia tornar-se, sob a pressão do novo ambiente cultural, uma disciplina severa, mas fecunda, orientada no sentido de desenvolver, com o espírito crítico, os métodos científicos.

Que a ausência dessas escolas de altos estudos e de pesquisa desinteressada representava uma falha das mais graves em nosso sistema cultural, ficou demonstrado ainda por dois fatos, cada qual mais significativo, quando se criaram, em 1934 e 1935, as duas primeiras faculdades de filosofia, ciências e letras, mantidas pelo Estado. Nunca tivemos consciência tão viva da escassez, no país, de homens realmente eminentes nos vários domínios da especialização intelectual e científica, e que fôsem capazes, pela solidez de sua cultura e pela eficiência de seus métodos, de inaugurar cursos no novo instituto universitário. Foi preciso recorrer, para o magistério de quase todas as disciplinas, às missões de professores estrangeiros, — franceses, italianos e alemães, — contratados em seus países, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, e para a Faculdade de Filosofia e Letras, e a de Ciências, da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 e cujos institutos foram incorporados, pelo decreto n.º 1 063, de 20 de Janeiro de 1939, à Universidade do Brasil. Esses professores, alguns dos quais verdadeiramente notáveis como um GLEB WATHAGIN e um LUIGI FANTAPPIÉ, entre os italianos, um HEINRICH RHEIMBOLDT e um ERNST BRESLAU, entre os alemães, um ROBERT GARRIC e um EMILE COORNAERT, entre os franceses, para citar apenas nomes entre os primeiros especialistas contratados, trouxeram, de fato, mais do que a contribuição de sua cultura, um novo espírito e novos métodos de trabalho, destinados a aperfeiçoar e revolucionar os processos de ensino e as técnicas usuais de pesquisa e de investigação. Não era esse um fato que nos pudesse surpreender, — pois foi várias vèzes assinalado, ainda no decênio anterior à criação das universidades, nos inquéritos que promoveram *O Estado de São Paulo*, em 1926, sob a direção do autor desta obra, e, em 1929, a Associação Brasileira de Educação.¹⁸ Mas, com êle se confirmou, em todos os pontos, a análise, severa apenas na aparência, dos poucos que estudaram a todas as luzes o problema do ensino superior e apontaram, desde o Império, a grave falha das universidades, em nosso sistema de cultura. Se, no domínio das ciências aplicadas, já se haviam desenvolvido, antes do advento das universidades, em 1934, as secções de pesquisa e de experimentação em diversos institutos, e se no Instituto de Manguinhos as atividades de pesquisa já haviam transformado essa escola de patologia experimental no maior centro de forma-

¹⁸ Cfr. FERNANDO DE AZEVEDO, *A educação pública em São Paulo. Problemas e discussões. Inquérito para "O Estado de São Paulo"*, em 1926. Terceira parte. *O ensino secundário e superior*, págs. 287-457. Série Brasileira, Vol. 98. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937; *O problema universitário brasileiro. Inquérito promovido pela Secção do Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação. "A Encadernadora S. A."*, Rio, 1929.

ção e de irradiação de cultura científica no país, quase tudo ainda estava por fazer nos diversos ramos da ciência pura, em que, com exceção das ciências naturais, sempre rarearam as contribuições originais de brasileiros.

Nesse regime em que os problemas suscitados pela sociedade "continuavam entregues aos práticos sem técnica e aos técnicos sem ciência", e em que dominava o interesse prático e utilitário do "profissionalismo", cultivado através de mais de um século pelas escolas superiores de tipo profissional, não se compreendia facilmente que o estudo e o emprêgo das ciências aplicadas dependiam do conhecimento e dos progressos das ciências puras. Daí a resistência que tiveram de enfrentar, desde o início, as faculdades de filosofia (e este é um dos fatos a que me referia), e que contribuiu extraordinariamente para retardar o seu desenvolvimento ou para deturpá-las nas suas funções essenciais. Todos os que lutaram pela sua criação ou se esforçaram por mantê-las, tornando com o seu espírito crítico a tradição estabelecida no ensino superior, atraíram contra si a coalisão dos sistemas feitos, das idéias preconcebidas e das inércias dissimuladas, e gastaram a vida em batalhar, como inovadores, em prol dessas instituições, cujo papel pedagógico devia estar em função da pesquisa e da descoberta de novas verdades. O profissionalismo tradicional do ensino superior, erguendo ao primeiro plano a ciência aplicada e habituado a treinar a sua clientela para as carreiras da vida prática, acolhia, com desconfiança e prevenções, as novas faculdades, às quais a prioridade conferida à pesquisa livre e a ausência de finalidade prática imediata davam, aos olhos de profissionais, as aparências de instituições de luxo. Como não havíamos tido até então essas grandes escolas pelas quais se transmite, através de gerações, a herança da pesquisa científica, não se formara ainda a consciência de que é a pesquisa a característica das universidades e de que não é possível criar-se senão pelo estudo e pela investigação da ciência pura o espírito científico, isto é, a indagação completamente objetiva e livre de quaisquer considerações que não sejam a investigação e o descobrimento da verdade.¹⁹

No entanto, apesar dessas e outras resistências, a Faculdade de Filosofia de São Paulo, de tôdas a mais antiga, apresentava em 1942, oito anos depois de sua fundação, os caracteres de uma vida própria e sinais tão vigorosos de vitalidade que já não se falava em consolidá-la, mas em promover-lhe os progressos, de acôrdo com as suas funções específicas, no sistema universitário. Em 1941, o número de alunos matriculados nas suas diversas secções ascendia a 530, além dos 350 que se preparavam para seus cursos no Colégio Universitário; e as inscrições de candidatos aos exames vestibulares em 1942 atingiam a 408, numa afluência extraordinária só verificada até então nas principais faculdades de direito. Embora a proporção entre os estudantes que procuram assuntos de cultura geral e os que se dedicam às ciências aplicadas, se tenha mantido francamente favorável a estes últimos, sendo cêrca de 3 para 1, é certo que melhorou sensivelmente, como se pode inferir das matrículas em 1941 e 1942, nas diversas faculdades de filosofia, ciências e letras e, especial-

¹⁹ "Embora reconhecendo o valor prático da verdade," — escreve FRANCISCO CAMPOS, com uma notável precisão, — não há de ser por êle que a universidade a investigue e a busque. Na investigação da verdade, outro interesse que não seja o dela, ao invés de contribuir para o seu descobrimento, só contribuirá para cobri-la com o seu véu espesso, desfigurá-la ou contorcer-lhe e deformar-lhe a face. A química não se desenvolveu enquanto o interesse que presidia às pesquisas era um interesse de ordem puramente prática; como o de transformar outros metais em ouro; a medicina por sua vez permaneceu estacionária enquanto as ciências preclínicas não se emanciparam do interesse prático, diferenciando-se em disciplinas autônomas e de caráter teórico. As ciências sociais se ainda permanecem em estado rudimentar e embrionário, devem-no exclusivamente aos interesses práticos de toda a ordem que na sua investigação e pela própria natureza de seu objeto, interferem com o interesse puramente teórico pela verdade como verdade e pelo seu valor de verdade". (FRANCISCO CAMPOS — Discurso proferido em 1933 na sessão solene de reabertura dos cursos universitários. In "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 9 de Março de 1933).

mente, na de São Paulo. Ao lado da especialização profissional, começava a desenvolver-se e tomava o seu primeiro impulso a especialização intelectual e científica, sobretudo no domínio das ciências físicas e químicas, em que surgiram, formados pela Faculdade de Filosofia de São Paulo, físicos como MARCELO DAMY DOS SANTOS e MÁRIO SCHÖNBERG, cujos trabalhos sobre física experimental e física matemática tiveram grande repercussão nos meios científicos internacionais.²⁰ O primeiro, licenciado em 1936, obteve no ano seguinte o prêmio Wanderley de Física, pelo seu trabalho "Um eletrômetro termoiónico com método de compensação", e, pelos seus estudos sobre radiação e as técnicas empregadas nesses estudos, a importante bolsa do British Council, para a estadia de um ano em Cambridge, onde foram notáveis suas pesquisas sobre um novo método de registrar a passagem de corpúsculos cósmicos (Método de Multivibrador) adotado já por alguns físicos na Inglaterra e nos Estados Unidos. O segundo, MÁRIO SCHÖNBERG, deveu às suas primeiras publicações, em 1936 e 1937, um convite para trabalhar com DIRAC, em Cambridge, e FERMI, em Roma, ambos detentores do prêmio Nobel; recebeu a bolsa de estudos "Guggenheim Foundation" e realizou, entre outros trabalhos, já em número superior a 40, estudo sobre a função δ de DIRAC, a função de GREEN, as aplicações do cálculo espinorial à física, a radiação cósmica ultra-mole e a radiação mesotrónica, e uma valiosa contribuição à teoria das estrelas novas.

Mas, se os mais notáveis progressos se realizaram no domínio da física, em que ao menos dois discípulos formados sob a direção de GLEB WATHAGIN, são julgados pelo grande mestre em condições de suceder-lhe na cátedra e nos laboratórios, as influências da nova orientação também se fizeram sentir nos demais setores de estudos. Em todos os outros departamentos das ciências químicas e naturais, como nas secções de ciências sociais, de geografia e de história, e nas de letras clássicas e modernas, se vai formando, sob o influxo das faculdades de filosofia, e de alguns eminentes mestres estrangeiros, criadores de escola, uma pléiade de novos valores em domínios até há pouco quase

²⁰ Em mais de um século, desde que foi instituído o ensino de física, com a criação, em 1832, da respectiva cadeira nas faculdades médicas, do Rio e da Baía, essa ciência foi cultivada entre nós apenas como "matéria de ensino". O primeiro professor da cadeira criada pela reforma de 3 de Outubro de 1832, foi VICENTE FERREIRA DE MAGALHÃES, cirurgião formado pela Escola da Baía em 1829 e nomeado em 1833 por concurso. A Academia Militar teve como primeiro professor de física e química a Frei CUSTÓDIO ALVES SERRÃO. Entre os que mais se destacaram, no magistério dessa disciplina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, figuram FRANCISCO DE PAULA CÂNDIDO (1805-1864), de Minas Gerais, que se doutorou pela Faculdade de Medicina de Paris e deixou alguns trabalhos; ANTÔNIO SATTAMINI e F. LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA (1887-1936) que, em outras condições, "com sua sólida cultura matemática e rara habilidade experimental, teria sido (escreve FRANCISCO VENÂNCIO FILHO) um de nossos físicos, no sentido exato da expressão". Foi LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA quem montou, nessa Faculdade, o mais moderno dos laboratórios de física no Brasil, ampliado e enriquecido mais tarde por CARLOS CHAGAS FILHO. Mestres ilustres tiveram nos outros centros de ensino da física, a antiga Escola Militar, que se transformou na Escola Central; a Escola Politécnica, criada em 1875; a Escola de Minas, de Ouro Preto, cujas origens remontam a 1875; a Escola Naval e as diversas faculdades de medicina e escolas de engenharia que se fundaram, depois que se instituiu o regime republicano. O Conselheiro SOUSA PITANGA (Epifânio Cândido de), o primeiro professor da Escola Politécnica (1875), vindo da Escola Central, foi o iniciador da física experimental no Brasil. HENRIQUE MORIZE (1860-1930), meteorologista de grande valor, que regeu a cadeira de física na Escola Politécnica, hoje equipada de um laboratório tido como um dos mais bem aparelhados do país; AUGUSTO BARBOSA DA SILVA (1860-1939), com mais de 40 anos de magistério na Escola de Minas; OSCAR NERVAL DE GOUVEIA, um de nossos maiores mestres, do Colégio Pedro II; PEDRO BARRETO GALVÃO, mestre altamente reputado, no seu tempo; ADOLFO DEL VECCHIO, da Escola Naval, professor de 1891 a 1915, foram outros tantos professores que concorreram para desenvolver e elevar a um nível mais alto o ensino dessa ciência, nas suas diferentes aplicações. São nossos contemporâneos, entre outros mestres também de sólida reputação, DULCÍDIO PEREIRA, da Escola Politécnica, do Rio de Janeiro; ADALBERTO MENESES DE OLIVEIRA, da Escola Naval e, entre os mais jovens, LUIZ CINTRA DO PRADO, da Escola Politécnica de São Paulo. Não se conhece, porém, em todo esse período até 1936, nenhuma contribuição original no domínio da física matemática e experimental. Com a criação da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em 1934, inaugura-se uma nova fase na evolução desses estudos, e o Brasil, pela primeira vez, torna-se presente, pelos seus físicos, nos maiores centros científicos do mundo. Em 1937, dois brasileiros, MARCELO DAMY DE SOUSA SANTOS, paulista, de Campinas, e MÁRIO SCHÖNBERG, pernambucano, ambos nascidos em 1914, e que fizeram seus estudos nessa Faculdade, sob a orientação do sábio professor italiano GLEB WATHAGIN, iniciam no Brasil as primeiras atividades científicas que lograram ter grande repercussão nos meios internacionais. Todos os trabalhos, cerca de 40, de MARCELO DAMY DOS SANTOS denotam, na opinião de GLEB WATHAGIN, um espírito criador notável e uma profunda cultura de física, além de uma rara habilidade experimental, e as publicações de alto valor científico, de MÁRIO SCHÖNBERG, já o consagraram como "um espírito penetrante de investigador e uma cultura invulgar nos vários ramos da matemática e da física".

inexplorados no país. Apesar da prudência e reserva com que se passou a cultivar a investigação econômica e social e que foram impostas pelas contingências políticas, as próprias ciências sociais em que, pela sua natureza, se alarga a zona de “pensamentos perigosos”, adquiriram, no último decênio, um desenvolvimento sem precedentes em nossa história cultural. Por toda parte, aliás, sobretudo nesta fase de paixões políticas desencadeadas, como observou LOUIS WIRTH, se encontram exemplos da diferença existente “entre os efeitos dos conhecimentos das ciências físicas e das técnicas e a atitude que se assume a respeito deles, por um lado, e os efeitos da ciência social e a atitude em face dela, por outro”. Em todo caso, sejam quais forem as restrições que tenham sido impostas pelas circunstâncias ao desenvolvimento destes ou daqueles domínios de estudos, filosóficos ou sociais, tem crescido muito o número de especialistas, nos vários setores da especialização intelectual e científica, desenvolvida e intensificada pelas raras escolas de altos estudos e de pesquisa desinteressada. Se a variedade dos indivíduos é necessária ao progresso da atividade humana e se, quanto mais indivíduos concorrentes, mais fecundo é o trabalho nacional, as universidades brasileiras que se instituíram depois de 1934 já começaram a prestar inestimável serviço ao Brasil, respondendo à procura sempre maior de homens de ciência e de técnicos, não somente preparando maior número desses especialistas, mas também aperfeiçoando seu material e seu pessoal docente, de maneira a formar homens munidos dos melhores conhecimentos científicos e técnicos.

De todas as profissões superiores as que tomaram maior incremento com a criação das universidades no Brasil, foram certamente as “profissões gnósticas”, se assim podemos definir, segundo a classificação de LIPMANN,²¹ as de pesquisa científica, isto é, aquelas em que a atividade intelectual que consiste em observar, comparar e distinguir, é dirigida para o conhecimento do mundo objetivo. A preparação para as chamadas “profissões liberais”, de preponderância intelectual, permanece, no entanto, pela quantidade e pelo predomínio das escolas desse tipo, o núcleo de formação e de resistência do sistema universitário. Em duas universidades, como a de Belo Horizonte, de tipo exclusivamente profissional, e a de Porto Alegre, em que as escolas de preparação para as carreiras liberais e as de ensino técnico superior se integraram no mesmo organismo, não foi instalada a faculdade de filosofia, ciências e letras, que só existe na Universidade do Brasil e na de São Paulo. Escolas destinadas às “profissões simbolizantes” ou às atividades artísticas em que “o trabalho psíquico consiste em projetar no exterior, por meio de símbolos, o que o artista sente”, anexaram-se ao território universitário, na Universidade de Porto Alegre em que figura uma Escola de Belas Artes, e na do Brasil, — o sistema universitário mais rico e complexo do país, — em que se incorporaram, em 1939, a Escola Nacional de Música e a de Belas Artes. Na Universidade de São Paulo, como na de Belo Horizonte, não se estenderam os benefícios e as vantagens do regime universitário a esses setores da cultura estética, que permanecem fora da órbita de sua influência. As profissões técnicas, — essas que visam modificações e transformações no mundo exterior, — não estão fortemente representadas senão na Universidade de Porto Alegre em que, além da Escola de Engenharia que figura em cada uma das quatro universidades oficiais, se incorporaram os estabelecimentos superiores de ensino técnico, pertencentes à antiga Universidade Técnica daquele Estado. As primeiras universidades brasileiras constituíram-se, como se vê, segundo o padrão ocidental europeu, e por meio da coordenação e subordinação, num sistema único, dos institutos

²¹ LIPMANN, *Psychologie der Berufe*. Pág. 483.

superiores existentes, variáveis conforme as regiões, e entre os quais é uma constante a presença e o agrupamento das três escolas destinadas à preparação para as carreiras liberais.

Nesse período de transição entre formas orgânicas e tradicionais de universidades e “o esboço embriogênico de novas estruturas que se plasmam através de tentativas e experiências mais ou menos contraditórias”, as universidades brasileiras, ajustadas inicialmente ao padrão europeu e sujeitas a uma influência direta e uniformizadora do governo central, hesitam à procura de novas formas, mais adaptadas não só às necessidades da época, senão também às peculiaridades econômicas e culturais de cada região. Não é que não tenha sido larga a concepção de ensino superior que presidiu à formação das universidades e, especialmente, à primeira lei, assinada pelo presidente GETÚLIO VARGAS, e que instituiu, em 1931, o regime universitário no Brasil. Teoricamente, para o legislador, como para os que propugnavam a sua criação, a universidade se encarava como “um organismo compreendendo o conjunto de todas as ciências e de suas aplicações, abrangendo tudo o que pode ser objeto de estudos, de pesquisas e de ensino, — letras, ciências e artes técnicas, — com tantos compartimentos quantas as disciplinas especiais, compartimentos não separados, mas, ao contrário, reunidos na unidade geral da ciência”. Mas, em primeiro lugar, elas tinham de forçosamente organizar-se em torno dos núcleos primitivos, constituídos invariavelmente de escolas prepostas à preparação para profissões básicas e indispensáveis, e cuja solidez, assegurada pela procura constante de candidatos, se apoiava numa tradição secular em relação às carreiras liberais. Elas reuniram e guiaram tudo quanto se encontrou no seu campo de atração e constituem ainda, com exceção de duas, simples conjuntos de escolas vocacionais, destinadas ao treinamento de estudantes para o exercício dessas profissões. Em segundo lugar, modeladas desde o princípio segundo o tipo europeu, a tendência, pela configuração que tomaram, era a de acrescentar às escolas de tipo profissional as faculdades de filosofia e letras e as de ciências, de acordo com os padrões em que se inspiraram, e, em consequência, de se mostrarem mais ou menos refratárias às escolas de outros tipos, como as destinadas à cultura estética ou à cultura técnica, cujos progressos, só possíveis quando a indústria do país se apresentasse mais fortemente equipada e hierarquizada, não justificavam a criação e a incorporação de altas escolas técnicas. Podia-se acrescentar, — para explicar a lentidão de progressos e a hesitação das universidades em busca de novas estruturas, — não só a tendência uniformizadora do poder central, como o fato de que as repercussões dos ideais correspondentes a uma nova concepção de vida e de cultura se manifestaram em primeiro lugar na cultura de vanguarda, antes de descerem ao político, para as grandes obras de reconstrução.

Mas, não foi somente nos vários domínios dos conhecimentos filosóficos, científicos e literários, que a especialização começou a desenvolver-se, no último decênio, sob a influência ou fora da órbita das universidades. Também no campo pedagógico ou da preparação profissional de professores, repercutiu esse movimento no sentido da especialização. Escolas de preparação para o magistério, não havia no país, a não ser por algumas experiências isoladas, senão as chamadas “escolas normais”, prepostas à formação de professores primários, e cujos progressos se iniciaram realmente depois de 1889, sob o influxo e ao calor dos ideais republicanos. Essas instituições que existiam em todos os Estados e receberam, a partir de 1928, no Distrito Federal, os primeiros golpes na sua estrutura tradicional, foram reorganizadas, pelas reformas que sofreram em 1933, no Rio de Janeiro, com ANÍSIO TEIXEIRA, e em São Paulo,

por iniciativa do autor desta obra, orientadas ambas no sentido de separar os dois cursos, propedêutico e profissional, e de pôr à base da formação do magistério primário o curso ginasial (secundário), exigido para a admissão às escolas superiores. Para o magistério secundário, de nível mais alto e de mais graves responsabilidades, não se exigia, porém, a preparação especial que, há mais de 50 anos, se reclamou e se impôs para o professorado primário. Desde o Império até à fundação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São Paulo, — a primeira que se instalou no país, por iniciativa do Estado, — as escolas secundárias, como tivemos ocasião de salientar, “ou eram campo de aprendizagem e de experiência de egressos de outras profissões e de auto-didatas, — mais tarde, às vészes, professores ilustres à custa de seus esforços; ou tinham de ser, — o que é pior, — acampamento de moços à procura de emprego, para continuarem seus estudos, e de profissionais, em início de carreira, até tomarem pé na sua profissão”.²² Depois de uma preparação regular e sistemática na Faculdade de Filosofia, de São Paulo, que se mantinha ainda dentro de sua finalidade estritamente cultural e científica, e no Instituto de Educação, onde fizeram sua formação pedagógica, obtiveram, porém, em 1937, a licença do magistério os primeiros professores licenciados, no Brasil, para o ensino secundário.

Com esse acontecimento inaugurou-se, de fato, uma nova era do ensino secundário, cujos quadros docentes, constituídos até então de egressos de outras profissões, auto-didatas ou práticos experimentados no magistério, começaram a renovar-se e a enriquecer-se, ainda que lentamente, com especialistas formados nas faculdades de filosofia que, além do encargo da preparação cultural e científica, receberam por acréscimo, o da formação pedagógica dos candidatos ao professorado do ensino secundário. Pouco depois tomava incremento a obra iniciada, para a preparação de professores de educação física, pela Escola de Educação Física do Exército que, criada em 1929 e reorganizada, depois da Revolução de 1930, na administração do general LEITE DE CASTRO, foi transferida para os edifícios que lhe reservou o governo, junto à fortaleza de São João, no Rio de Janeiro. Duas outras escolas, — a de Educação Física, criada em São Paulo em 1933 e instalada em 1937 e a Escola Nacional de Educação Física e Esportes, incorporada à Universidade do Brasil, foram fundadas para estender ao campo civil a ação desenvolvida, sobretudo no domínio militar, pela Escola de Educação Física do Exército, pioneira desse movimento no Brasil e, por vários anos, o principal centro e foco de irradiação da educação física nacional. Não se reduziram, porém, à preparação cultural e profissional de professores de ensino secundário e de educação física os esforços do governo da União e dos governos estaduais, para a formação de professores especializados, nos diversos domínios das atividades do magistério. De todas as iniciativas empreendidas para a formação de mestres de ofícios, — e das quais, antes de 1930, a mais importante foi a antiga Escola de Artes e Ofícios Venceslau Braz, cedo transferida da União para o governo do Distrito Federal e desvirtuada de sua finalidade, — nenhuma sobreleva à do governo do presidente GETÚLIO VARGAS que, no decreto n.º 4 073, assinado a 30 de Janeiro de 1942, estabeleceu nos seus 80 artigos as bases e o regime do ensino industrial, destinado à preparação dos trabalhadores da indústria e dos de transportes, dando às escolas técnicas, entre outras funções, a de formar mestres de ofícios e professores especializados para os liceus industriais.

²² FERNANDO DE AZEVEDO, *O magistério secundário*. Discurso pronunciado na solenidade de formatura da 1.ª turma de professores do ensino secundário, a 21 de Abril de 1937, no salão nobre da Faculdade de Medicina. Secretaria de Educação e Saúde. Diretoria do Ensino, “Boletim n.º 13”. São Paulo — Brasil, 1937.

Tôda essa diversidade de interesses, de tendências e de ambições, essa busca constante de novos caminhos e essa fascinação de horizontes largos ou, por outras palavras, essa crescente diferenciação nos domínios científico e literário, técnico e pedagógico, não podiam deixar de modificar sensivelmente a paisagem cultural do país, quebrando-lhe a monotonia e enriquecendo-a de novos aspectos. Em lugar de uma sociedade muito homogênea, nas suas concepções de vida, na sua mentalidade e nas suas ocupações mais elevadas, começou a surgir, ainda que lentamente, e limitada às principais aglomerações urbanas, uma sociedade mais diferenciada, pela divisão do trabalho social; em lugar do bi-cefalismo, de uma cultura literária e profissional (jurídica e médica), de mandato social, que se desenvolveu desde o primeiro Império até à revolução de 30, — uma cultura de base mais científica, e de elites mais variadas na sua composição; em lugar de uma cultura uniforme, brilhante sem dúvida, mas excessivamente romântica, cristalizada em torno dos focos que se acenderam, com as escolas superiores de tipo profissional e, sobretudo, com as faculdades de direito, uma cultura que procura afirmar-se e tende a diferenciar-se, em variações importantes das espécies-tipos e de personalidades distintas, renovando-se em função do meio e do clima histórico. Sabemos em que medida as missões de professores estrangeiros e as bolsas e viagens de estudos à Europa e à América do Norte, contribuíram para alargar os nossos horizontes, rasgar perspectivas livres, indicar caminhos que conduzem à alta especialização, e abrir a zona de cultura, em que se alimentam as novas gerações, não somente sobre as letras, mas sobre as matemáticas e as ciências, não só sobre o passado, mas também sobre a vida do presente que é matéria do futuro.²³ É, em grande parte, por essas influências de professores eminentes, de várias origens, contratados no estrangeiro, e pela ação à distância de universidades europeias ou americanas, sobre jovens licenciados, enviados para se aperfeiçoarem nos estudos, que a inteligência brasileira conseguiu estender o seu domínio e dilatar o raio de suas aventuras. Já não são raras, de fato, as publicações e monografias em que aparecem, com algumas vistas e mesmo contribuições originais, e, em graus diferentes, um individualismo fundamental, um espírito crítico e científico, até certo negativismo talvez mórbido, um respeito mais profundo pelas idéias claras, o gosto da objetividade e da análise e mesmo da sutileza, aguçado por um sentido mais penetrante do complexo.

²³ Os cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São Paulo, fundada em 1934, foram inaugurados, nesse ano, por professores estrangeiros contratados na França, Itália e Alemanha. Eram ao todo 13 professores, dos quais 6, franceses; 4, italianos e 3, alemães. Em 1935 ETIENNE BORNE, contratado para a filosofia, foi substituído por JEAN MAUGUÉ, que rege essa cadeira até hoje; a P. ARBOUSSE BASTIDE, professor de sociologia desde 1934, veio reunir-se em 1935, CLAUDE LÉVI-STRAUSS, etnólogo francês, a quem sucedeu ROGER BASTIDE, em 1938, e que é atualmente professor e um dos diretores da Escola Livre de Altos Estudos, em Nova York, nos Estados Unidos. O professor ERNST MARCUS, de zoologia, foi contratado em 1936, para substituir ERNST BRESLAU, que falecera em Maio de 1935; PIERRE MONBEIG foi incumbido, em 1935, do curso de geografia física e humana, em lugar de PIERRE DEFFONTAINES que se retirara para Europa, depois de um ano de permanência em São Paulo; e a ROBERT GARRIC sucedeu em 1935 o Prof. PIERRE HOURCADE, substituído três anos depois, por ALFRED BONZON, atual professor de língua e literatura francesa. Entre os professores contratados, nos dois primeiros anos da Faculdade, encontravam-se grandes nomes como LUIGI FANTAPPIÉ, italiano, na análise matemática; GLEB WATHAGIN, russo de nascimento, naturalizado italiano, e notável físico; HEINRICH RHEIMBOLDT, alemão, na química, ERNST BRESLAU, na zoologia, FÉLIX RAWITSCHER, também alemão, na botânica e ROBERT GARRIC, francês, na literatura, entre outros. Em 1935 foi contratado em Portugal, para a cadeira de filologia portuguesa o professor FRANCISCO REBÊLO GONÇALVES (1935-36), a quem sucedeu, em 1938, o professor FIDELINO FIGUEIREDO. A História da Civilização Americana esteve, de 1936 a 1940, a cargo do Professor PAUL VANORDEN SHAW, norte-americano. Em 1942 encontravam-se ainda, professando cursos na Faculdade de Filosofia de São Paulo, 22 professores estrangeiros, dos quais seis, desde o primeiro ou segundo ano de sua fundação. Passaram por essa Faculdade, desde 1934, — sem contar os assistentes de laboratórios, — 45 professores estrangeiros, provenientes de diversos países. Embora menor o movimento de professores e estudantes brasileiros que estiveram no estrangeiro, para cursos de aperfeiçoamento e de especialização, foi constante o interesse pelas bolsas e viagens de estudos. De 1937 a 1942, obtiveram bolsas de estudos 11 licenciados, dos quais 3, por duas vezes. Fizeram cursos especiais, na França, dois estudantes, na Inglaterra, um, na Itália, um, e sete nos Estados Unidos, onde se acham ainda diversos licenciados e para onde se dirigiu a corrente de estudantes, depois que a 2.ª guerra mundial tornou extremamente difícil a permanência, para estudos, em países europeus.

Essa tendência à especialização, em todos os domínios, e de que já começamos a colher os primeiros resultados, foi, porém, acompanhada do maior esforço realizado, na história da educação nacional, em prol da unidade moral e espiritual, pela unidade de ensino, nas suas diretrizes essenciais. Pela primeira vez, o governo central, cuja influência se projetou sobre todas as organizações regionais, cuidou seriamente do problema da educação popular e da formação de um magistério primário nacional, por meio de uma organização uniforme das escolas normais, a qual permitisse a circulação horizontal de estudantes, por transferência, e a de professores primários de um para outro Estado da União. Reorganiza-se sobre as mesmas bases, em todo o país, o ensino secundário, oficial ou particular, que é diretamente fiscalizado pelo governo federal, e cujo corpo docente se vai renovando, aos poucos, com professores formados, sob uma orientação comum, e licenciados pelas faculdades de filosofia, ciências e letras. A extinção dos colégios militares, — dos quais resta o do Rio, criado em 9 de Março de 1889 e reorganizado pelo decreto n.º 371, de 2 de Maio de 1890, mas já prestes a passar, como tudo indica, ao Ministério da Educação, — tende a completar essa obra de unificação do ensino secundário no Brasil. Nem é somente por essas e outras medidas postas em prática, no plano da política escolar, que sentimos a força senão a impetuosidade dessa vaga uniformizadora que tomou corpo e se alteou, sobretudo depois do golpe de Estado, de 1937, e com o regime instituído pela nova Constituição. Certamente, todas as disposições das leis e decretos federais, visando à coordenação dos ensinos, à continuidade e à interpenetração das educações, escolares e post-escolares e ao desenvolvimento dos auxiliares mecânicos postos a serviço dos ideais nacionais, tem concorrido notavelmente para se instituir, em benefício da unidade espiritual e moral do país, uma política nacional de educação. Mas, se seguirmos de perto essas pulsações da consciência nacional, que procedem, por toda a parte, dos acontecimentos econômicos e sociais, mais profundos do que o jogo aparente das forças políticas, encontramos, como elementos de apoio e de propulsão de todas as iniciativas uniformizadoras, as maiores facilidades de comunicação e de transportes, as linhas de navegação aérea, que já cortam o país em quase todas as direções, e os extraordinários progressos da rádio-difusão que permite levar, em frações de segundos, a voz do governo da União às regiões mais distantes e antes quase inteiramente isoladas, do território nacional.

A ciência e a indústria, submetendo a natureza, dominando o espaço e reduzindo as distâncias, vão, de fato, secundando a obra de unificação política e espiritual, empreendida pelo governo em todos os setores: no campo da administração, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público; no domínio estatístico, por iniciativa e sob a inspiração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, no terreno pedagógico e cultural, pelos órgãos de orientação, de cultura e de pesquisa, do Ministério da Educação. O rádio e o aeroplano, de todas as descobertas e invenções modernas, são as que mais contribuíram para aproximar e assimilar as populações brasileiras entre si, constituindo, sem dúvida, os mais poderosos instrumentos de que o Brasil se vem aparelhando, para vencer o seu principal inimigo, — a extensão. As fitas brancas ou vermelhas das estradas que rasgam as planícies e envolvem a cintura de nossas montanhas, e em que, quase por toda a parte, já circula, com o automóvel, a velocidade libertada dos trilhos; as estações de *broadcasting*, cujos progressos foram notáveis nesse decênio e, sobretudo a partir de 1932, pelo papel importante que tiveram na revolução de São Paulo, e os campos de

aviação que surgem por todos os ventos, provocam um nível mais alto de mobilidade social, de valores e de pessoas, aproximando cada vez mais as cidades como os sertões dos principais focos de civilização no país. A campanha de unificação, fortemente apoiada pela introdução das técnicas modernas de indústria e de transportes, precedeu por essa forma e vem escoltando de perto a legislação; e, antes de entrar nas leis, que a favorecem, regulam e disciplinam, já havia penetrado nas consciências e nos costumes a idéia da unidade nacional. Assim, pois, enquanto a evolução individual se realiza no sentido da especialização e se processa, nas regiões de civilização urbana e industrial, uma diversificação cada vez maior de funções, as variações individuais que se alargam e se multiplicam, são contrapesadas pela democratização social, e a comunidade evolue no sentido de uma igualdade e de uma uniformidade crescentes de todos os seus membros. A idéia em marcha, nestes últimos quinze anos, de uma política nacional de educação e cultura, nunca teve condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento, como para a extensão dos serviços educacionais com que em 1940 as despesas públicas já ascendiam a 20,03% da receita para todas as unidades da Federação.

Mas, se numa assimilação progressiva das cousas entre si, numa generalização cada vez mais compreensiva, num esforço incessante para a unidade, é que consiste a obra da inteligência, esse enorme trabalho realizado pelo poder central tem sido, no terreno político, senão também no jogo das forças culturais, um dos mais fecundos e apropriados para sustentar, sem deixar de enriquecê-la, a herança sagrada, que deve ser imortal, de nossa história e de nossas tradições. Ao contrário do que se deu em países de civilização mais antiga, a substituição do utensílio pela máquina, a renovação, em consequência, dos métodos de produção, o conflito entre o econômico e político, a concorrência da democracia liberal e do socialismo, e as repercussões profundas da industrialização e da vida urbana sobre a organização da família e da propriedade não fizeram voltar o Brasil às formas comunitárias dos tempos primitivos. As transformações econômicas e sociais teem-se operado sem o sacrifício dos valores universais, senão especificamente cristãos, ao menos totalmente humanos, cuja persistência autoriza a crença, a que se refere GILBERTO FREYRE, "na renovação da cultura sobre base ao mesmo tempo personalista e socialista, universalista e regionalista". Certamente toda a estrutura econômica, política e social, nessa fase nova da humanidade, se vem transformando também entre nós, mas por uma revolução incruenta; e a mudança a que assistimos, no país, de um sistema social estratificado para outro com um grau mais elevado de mobilidade, se realiza sem o menor sintoma de degenerescência dos instintos sociais superiores e desses valores humanos que constituem uma das características fundamentais de nossa cultura e civilização. Nenhuma doutrina que desconheça uma metade do homem ou que, exagerando o aspecto técnico da civilização, estimule velhos instintos gregários e prepare hordas de bárbaros mecanizados, inscreveu-se até hoje nos planos da política nacional ou de qualquer dos programas de uma política de cultura e de educação. Uma e outra, intimamente articuladas, — porque toda política escolar varia em função de uma política geral, — não entraram no seio do movimento senão para encontrar, suscitar e desenvolver as aspirações personalistas e comunitárias, que nenhuma deformação transitória poderia abafar inteiramente, para procurar um socialismo que saiba combinar a pessoa e a comunidade, e para lançar à base da educação e da cultura, a liberdade de consciência e o respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA (M. O.) — *A alta cultura e sua organização*. 1927.
- ALMEIDA PRADO (A.) — *Algumas necessidades do ensino médico*. In "Estudos Brasileiros", Rio de Janeiro, Julho-Agosto, 1939.
- ARBOUSSE BASTIDE (P.) — *O ensino secundário, chave de toda a reforma educacional*. In "O Estado de São Paulo", de 30 de Outubro de 1935.
- AZEVEDO (Fernando de) — *A educação pública em São Paulo*. Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de São Paulo" em 1926). Brasileira, vol. 98, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *Novos caminhos e novos fins*. Uma nova política de educação no Brasil. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1.^a ed., 1931; 2.^a ed., 1935; *A educação e seus problemas*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937; *A reconstrução educacional do Brasil*. Manifesto dos pioneiros da educação nova. Ao povo e ao governo (Introdução). Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1932.
- BARBOSA (Rui) — *Reforma do ensino primário*. Imprensa Nacional, Rio, 1883; *Reforma do ensino secundário e superior*, Rio, 1882.
- BELO LISBOA (J. C.) — *O ensino agrícola no Brasil*. Conferência pronunciada na IV Conferência Nacional de Educação. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1932.
- BOITEUX (Lucas Alexandre) — *A Escola Naval (Seu histórico) 1761-1937*. Primeira parte. Da fundação à maioria de Pedro II. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1940.
- CAMPOS (Francisco) — *Educação e cultura*. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1940.
- COARACÍ (Vivaldo) — *Problemas nacionais*. Caps. XII e XIV, Rio de Janeiro, 1930.
- DREYFUS (André) — *Ensino humanístico e científico no ensino secundário*. In "Fôlha da Noite", de São Paulo, 30 de Abril de 1937; *O valor da Faculdade de Filosofia e a ciência pura*. In "O Estado de São Paulo", 14-17 de Abril de 1938.
- FROTA PESSOA (J. G.) — *A educação e a rotina*. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1928; *A realidade brasileira*, Livraria Francisco Alves, Rio, 1931.
- LOURENÇO FILHO (M. B.) — *Tendências da educação brasileira*. — Biblioteca de Educação, Vol. 29. Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo-Rio (sem data).
- PANDIÁ CALÓGERAS (J.) — *O problema universitário brasileiro*. In "Res Nostra". Págs. 248-252. Estabelecimento gráfico Irmãos Ferraz, São Paulo, 1930.
- PINTO (Estêvão) — *A escola e a formação da mentalidade popular brasileira*. Comp. de Melhoramentos de São Paulo (sem data).
- SIMONSEN (Roberto) — *Objetivos da engenharia nacional*. In "Boletim do Instituto de Engenharia", São Paulo, Setembro de 1939.
- SILVA FREIRE (V. da) — *Engenharia e seu ensino superior*. 1931; *As escolas de engenharia e o plano nacional de educação*. In "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 1937.
- SILVA MELO (A. da) — *Problemas do ensino médico e de educação*. Prefácio de GILBERTO FREYRE. Ariel, Editora Limitada, Rio, 1937.
- SILVA RODRIGUES (Milton) — *Educação comparada*. 3.^a Parte. O Brasil. Págs. 233-290. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- SOUSA CAMPOS (E.) e AZEVEDO AMARAL (I.) — *O problema educativo*. In "O Estado de São Paulo", 8-9 de Abril de 1937.
- TASSO FRAGOSO — *O ensino militar e a Escola de Estado Maior*. Conferência pronunciada, em 1931, na Escola de Estado Maior. In revista "Nação Armada", Rio de Janeiro, n.º 5, Abril de 1940.
- TEIXEIRA DE FREITAS (M. A.) — *O ensino primário no Brasil*. Biblioteca de Educação,

vol. 21; *O que dizem os números sobre o ensino primário*. Biblioteca de Educação, vol. 27, Comp. Melhoramentos de São Paulo (sem data).

VARGAS (Getúlio) — *A nova política do Brasil*. I-VIII. Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1938-1941.

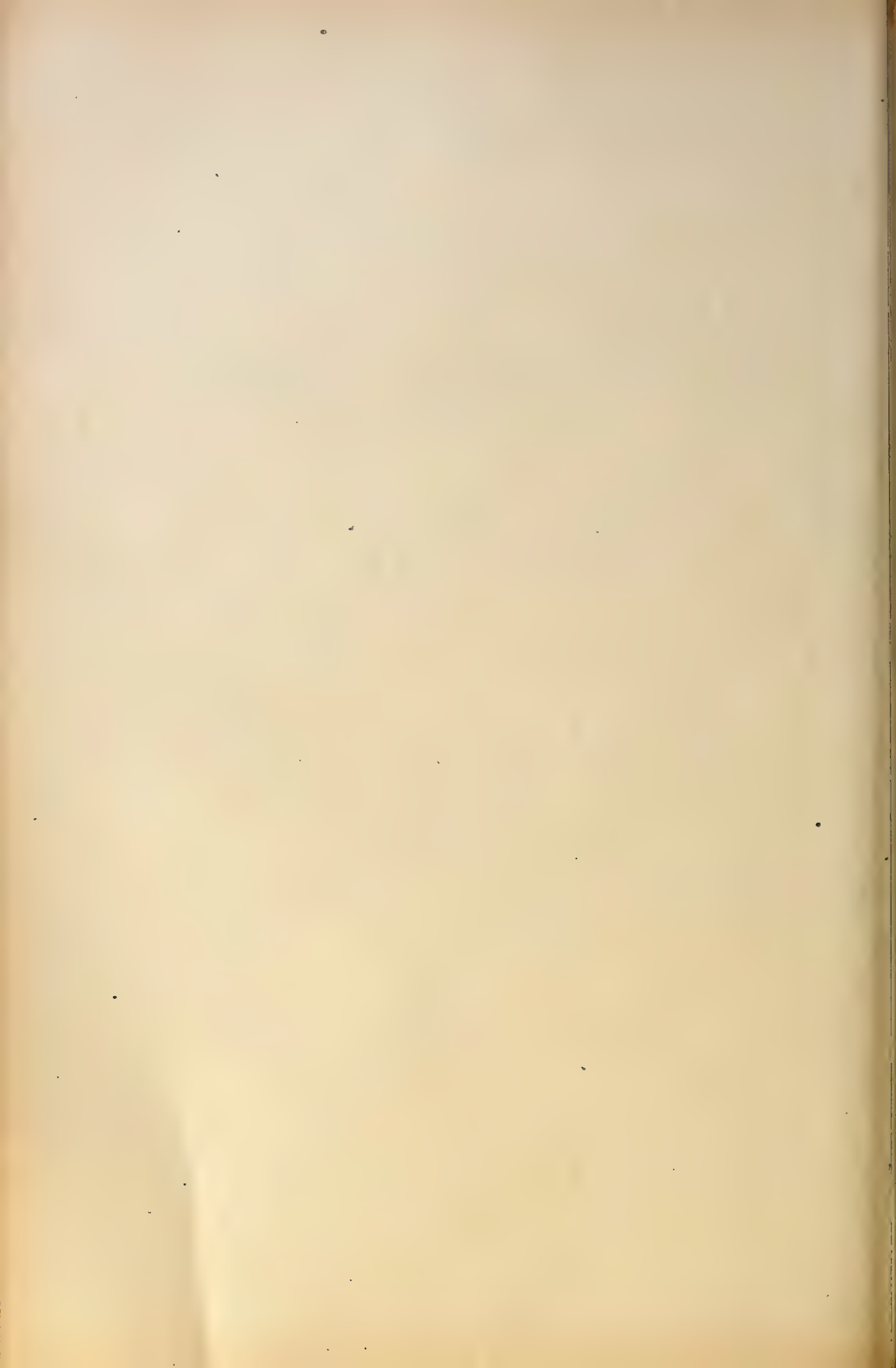
WILLEMS (Emílio) — *Mobilidade e flutuação das profissões no Brasil e o problema educacional*. Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1937.

— *Relatório do 1.º Congresso de Instrução Secundária*, 1911.

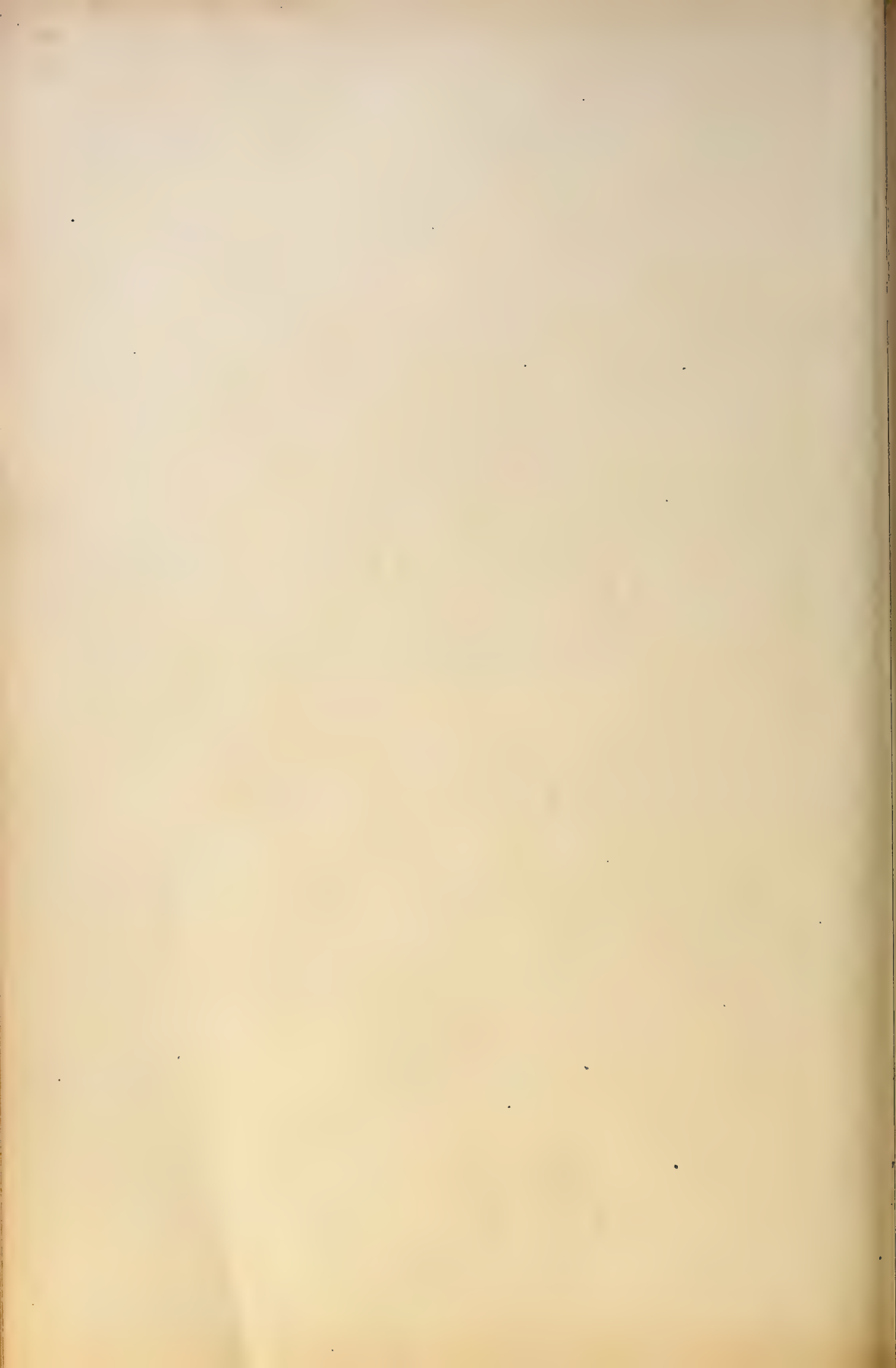
— *Anais do 4.º Congresso Brasileiro de Instrução Superior e Secundária*, realizado em 1922. Rio de Janeiro, 1926.

— *Livro do Centenário dos cursos jurídicos*, II, Rio, 1928.

— *O problema universitário brasileiro* — Inquérito promovido pela Secção de Ensino Técnico e Superior da Associação Brasileira de Educação. "A Encadernadora S. A.", Rio, 1929.



Bibliografia geral



Bibliografia geral

- AGASSIZ (L.) — *Viagem ao Brasil* (trad. bras.). Companhia Editora Nacional (Brasileiana), S. Paulo, 1940.
- ANTONIL (André João) — *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (Com um estudo bio-bibliográfico por AFONSO DE E. TAUNAY). Cia Melhoramentos, S. Paulo, 1923.
- ARMITAGE (John) — *História do Brasil* — desde a chegada da família de Bragança até a abdicação de D. Pedro I em 1831. S. Paulo, 1914.
- BUARQUE DE HOLANDA (Sérgio) — *Raízes do Brasil*. Livraria José Olímpio Editora (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 1), Rio, 1935.
- BURTON (Richard) *The Exploration of the Highlands of Brazil*. London, 1869.
- CALMON (Pedro) — *História da Civilização Brasileira*. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
- CALÓGERAS (J. Pandiá) — *Formação Histórica do Brasil*. Pimenta de Melo & Cia., Rio, 1931; 3.^a edição, série Brasileira, vol. 14, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1938.
- CAPISTRANO DE ABREU (João) — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. F. Brigueit, Rio, 1931; *Capítulos de História Colonial*, 1500-1800. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. F. Brigueit, Rio, 3.^a edição, 1934.
- CARDIM (Padre Fernão) — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Introdução e notas de BATISTA CAETANO, CAPISTRANO DE ABREU e RODOLFO GARCIA. Companhia Editora Nacional (Brasileiana), S. Paulo, 1939.
- CASTELNAU (François de) — *Expédition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud*. Paris, 1850.
- DENIS (Ferdinand) — *Resumé de l'Histoire du Brésil* — Suivi du Resumé de l'Histoire de la Guyane. Lecoindre et Durey, Paris, 1825.
- DENIS (Maurice) — *Resumo da História do Brasil até 1828*. Tradução correta e aumentada por H. L. NIEMEYER. Tipografia de Gaufrier & Cia., Rio de Janeiro, 1931.
- FLEIUSS (Max) — *Elementos de História Contemporânea, 1815-1897*. Laemmert & Cia., Rio, 1900; *História da Administração do Brasil*. 2.^a edição. Companhia Melhoramentos de S. Paulo, s/d.
- FREIRE (Felisbello) — *Os Portugueses no Brasil*. Estudo histórico e crítico — Do século XVI ao século XIX. Economista Brasileiro, Rio de Janeiro, 1907.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa Grande & Senzala* — Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Schmidt Editor, Rio, 1936, 2.^a ed.; *Sobrados e Mucambos* — Decadência do patriarcado rural no Brasil. Companhia Editora Nacional (Brasileiana), S. Paulo, 1936; *Nordeste* — Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Livraria José Olímpio Editora (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 4), Rio, 1937.
- GALANTI (Pe. Rafael Maria) — *História do Brasil*. 5 vols. Duprat & Cia., S. Paulo, 1911.
- GANDAVO (Pero de Magalhães) — 1) *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*; 2) *História da Província de Santa Cruz*. Edição do Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, s/d.
- GARDNER (George) — *Travels in the Interior of Brazil, Principally Through the Northern Provinces*. London, 1846.
- GRAHAM (Maria) — *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there during the Years 1821, 1822, 1823*. London, 1824.
- HANDELMAN (Heinrich) — *Geschichte von Brasilien*. Verlag von Julius Springer, Berlin, 1860.
- HOMEM DE MELO (Francisco Inácio Marcondes) — *Estudos de História Brasileira*. Tipografia 2 de Dezembro, S. Paulo, 1858.
- KIDDER (D. R.) e FLETCHER (J. C.) — *O Brasil e os Brasileiros*. (Esbôço Histórico e Descritivo). Trad. de ELIAS DOLIANI, revisão e notas de EDGAR SÜSSEKIND DE MENDONÇA. Companhia Editora Nacional (Brasileiana, vols. 205 e 206), S. Paulo, 1941.

- KOSTER (Henry) — *Travels in Brazil*. London, 1816.
- LEITE (Serafim) — *História da Companhia de Jesús no Brasil*. 2 vols., Livraria Portugália, Lisboa e Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1938.
- LICÍNIO CARDOSO (Vicente) — *À Margem da História do Brasil*. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
- LIMA (Manuel de Oliveira) — *O Império Brasileiro (1822-1889)*. Cia. Melhoramentos de S. Paulo, 1927; *D. João VI no Brasil*. 2 vols., Jornal do Comércio, 1908.
- LUCCOCK (John) — *Notes on Rio de Janeiro and Southern Parts of Brazil*, London, 1820.
- MAWE (John) — *Travels in the Interior of Brazil*. Philadelphia, 1816.
- MELO MORAIS (A. J. de) — *Brasil Histórico*. Fauchon & Dupont, Rio de Janeiro, 1867; *Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil*. Dias da Silva Jr., Rio de Janeiro, 1879; *A Independência e o Império do Brasil*. Tipografia do Globo, Rio de Janeiro, 1817; *História do Brasil Reino e do Brasil Império*. Tipografia de Pinheiro & Cia., Rio de Janeiro, 1871.
- NASH (Roy) — *A Conquista do Brasil*. Trad. de MOACIR DE N. VASCONCELOS. Companhia Editora Nacional (Brasiliana, vol. 150), S. Paulo, 1939.
- NORMANO (J. F.) — *Evolução Econômica do Brasil*. Trad. de T. QUARTIM BARBOSA, P. PEAKE RODRIGUES e L. BRANDÃO TEIXEIRA. Companhia Editora Nacional (Brasiliana, vol. 152), S. Paulo, 1939.
- PEIXOTO (Júlio Afrânio) — *História do Brasil*. Lelo, Pôrto, 1940.
- PEREIRA DA SILVA (J. M.) — *História do Brasil durante a menoridade de D. Pedro II — 1831-1840*. 2.^a edição correta e consideravelmente aumentada. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1878; *História da Fundação do Império Brasileiro*. 2.^a edição revista, correta e aumentada, 3 vols. B. L. Garnier, Rio, 1877.
- PRADO JÚNIOR (Caio) — *Evolução Política do Brasil*. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1933.
- REYBAUD (Charles) — *Le Brésil*. Guillaumin & Cia., Paris, 1856.
- RIBEIRO (João) — *História do Brasil (Curso Superior)*. 2.^a edição, J. Jacinto, Rio de Janeiro, 1901.
- ROCHA PITA (Sebastião) — *História da América Portuguesa*. 2.^a edição revista e anotada por J. GÓIS. Francisco Antero da Silva, Lisboa, 1880.
- ROCHA POMBO (J. F.) — *História do Brasil*. 10 volumes. Fonseca e Saraiva, Rio de Janeiro, s/d.
- SAINT-HILAIRE (Auguste de) — *Voyages dans l'Interieur du Brésil*. Paris, 1852.
- SERRANO (Jônatas) — *História do Brasil*. F. Brigueit, Rio, 1931.
- SIMONSEN (Roberto) — *História Econômica do Brasil*. 2 volumes. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
- SOARES E SOUSA (Gabriel) — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos no Brasil, em Portugal, Espanha, Holanda e França por FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN. 3.^a edição. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1938.
- SOUTHEY (Robert) — *History of Brazil*. 3 vols. Second Edition. Longman, London, 1822.
- STEINEN (Karl von den) — *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. Trad. de EGON SHADEN. Separata da *Revista do Arquivo Municipal* — Departamento de Cultura, S. Paulo, 1940; *O Brasil Central* — Expedição em 1884 para a Exploração do Rio Xingú. Trad. de CATARINA B. CANABRAVA. Companhia Editora Nacional (Brasiliana, série Grande Formato, n.º 3), S. Paulo, 1942.
- TAUNAY (Afonso d'Escragnoille) — *História Geral das Bandeiras Paulistas*. S. Paulo, 1924-1929.
- TAVARES DE LIRA (A.) — *Organização Política e Administrativa do Brasil* — Colônia, Império República. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1941.
- VARNHAGEN (F. A. de) — *História Geral do Brasil*: antes da sua separação e independência de Portugal. 2.^a ed. aumentada e melhorada pelo autor. 2 volumes. Laemmert, Rio de Janeiro, s/d; 3.^a edição, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, s/d.
- VIANA (F. J. de Oliveira) — *Evolução do Povo Brasileiro*. 3.^a edição, in série Brasiliana, vol. 10, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933; *Populações Meridionais do Brasil*. 2.^a edição, Brasiliana, vol. 8, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
- WARDEN (Davi B.) — *Histoire de l'Empire du Brésil*. 2 vols., Moreau, Paris, 1932.
- WIED-NEUWIED (Maximiliano, Príncipe de) — *Viagem ao Brasil*. Trad. de EDGAR SÜSSEKIND DE MENDONÇA e FLÁVIO POPPE DE FIGUEIREDO. Refundida e anotada por OLIVÉRIO PINTO. Companhia Editora Nacional (Brasiliana, série Grande Formato, n.º 1), S. Paulo, 1940.

Índice de nomes

Índice de nomes

- ABREU, Brício, 204.
 ABREU, João Capistrano de, 14, 21, 29, 47, 48, 62, 152, 177, 178, 197, 198, 209, 236, 320, 324, 327, 428.
 ABREU, Casimiro de, 187.
 ABREU, Sílvio Fróis de, 38, 236.
 ADAMI, Hugo, 274.
 AFONSO, Barão de Pedro, 233.
 AGACHE, Alfredo, 79.
 AGASSIZ, E. Cary, 27, 38.
 AGASSIZ, Louis, 27, 38, 221, 227, 281, 344.
 AGOSTINI, Ângelo, 267.
 AGUIAR, Rafael Tobias de, 160.
 AIRES, Matias, 171, 181, 182.
 ALBERTO, Armanda Álvaro, 385.
 ALBERTO, Caetano, 157.
 ALBUQUERQUE, Lucílio, 259.
 ALBUQUERQUE, Medeiros e, 204, 375, 386.
 ALEGRE, Manuel de Araújo Porto, Barão de Santo Ângelo, 186, 190, 257, 258, 261, 262, 263, 268, 335.
 ALEMÃO, Francisco Freire, 215, 216, 221, 225, 357.
 ALEMBERT, D', 351.
 ALENCAR, Alexandrino, 438.
 ALENCAR, José de, 31, 171, 175, 187, 188, 190, 191, 203, 270, 356.
 ALENCAR, José Martiniano de, 141.
 ALENCAR, Oto de, 229, 230.
 ALEXANDRINO, Pedro, 274.
 ALFREDO, João, 345, 353, 357, 361.
 ALLPORT, 220.
 ALMEIDA, A. Osório de, 235, 426.
 ALMEIDA, Belmiro de, 264, 265.
 ALMEIDA, Cândido Mendes de, 444.
 ALMEIDA, Figueira de, 425.
 ALMEIDA, F. J. de Lacerda e, 171, 212, 236, 319, 325.
 ALMEIDA, Guilherme de, 202.
 ALMEIDA, J. R. Pires de, 321, 358, 361, 390, 434.
 ALMEIDA, José Américo de, 203.
 ALMEIDA, Manuel Antônio de, 191.
 ALMEIDA, Mário de, 280.
 ALMEIDA, Miguel Osório de, 215, 244, 235, 458.
 ALMEIDA, M. Lopes de, 319, 320.
 ALMEIDA, Renato, 278, 284, 285.
 ALMEIDA JÚNIOR, 245, 263, 264, 265, 266, 268.
 ALMEIDA JÚNIOR, A. F., 232, 395, 405, 425, 426.
 ALVARENGA, Silva, 171, 182, 183, 211, 315, 325.
 ALVES, Castro, 171, 175, 186, 189, 190.
 ALVES, Conselheiro Rodrigues, 100, 165, 233, 444.
 ALVES, Hermilo, 78.
 ALVES, João Luiz, 148, 373.
 ALVES, Francisco, 194.
 ALVES, Tomaz, 348.
 ALVIM, Cesário, 233.
 AMADO, Genolino, 176, 200.
 AMADO, Gilberto, 94, 95, 96, 99, 103, 164, 165, 201, 226.
 AMADO, Jorge, 122, 203.
 AMARAL, Afrânio, 234.
 AMARAL, Amadeu, 202.
 AMARAL, Azevedo, 332, 342, 360, 361, 363, 364, 369, 400, 403, 458.
 AMARAL, Francisco Pedro do, 259.
 AMARAL, Tarsila do, 274.
 AMÉRICO, Pedro, 171, 245, 262, 263, 264.
 AMOÊDO, Rodolfo, 263.
 ANCHIETA, Padre José de, 127, 129, 131, 178, 179, 180, 256, 289, 291, 292, 293, 311.
 ANDERSEN, 286.
 ANDRADE, Almir de, 118, 202, 205, 243, 285.
 ANDRADE, Conselheiro Nuno Ferreira de, 348.
 ANDRADE, Gomes Freire de, Conde de Bobadela, 327.
 ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de, 376.
 ANDRADE, Mário de, 184, 202, 255, 256, 257, 268, 269, 270, 271, 277, 278, 279, 285, 286.
 ANDRADE, Murici, 205.
 ANDRADE, Oswald, 60, 202.
 ANDRÉIA, General, 78.
 ANDREONI, José Antônio — Antonil, 65, 181.
 ANHANGUERA, 57.
 ANJOS, Augusto dos, 196.
 AQUAVIVA, Padre Geraldo Cláudio, 301, 302.
 AQUINO, João Pedro de, 348, 349, 358.
 ARAGÃO, A. F. Muniz, 242.
 ARAGÃO, Henrique, 234.
 ARANHA, Graça, 202.
 ARARIPE JÚNIOR, 198, 201.
 ARAÚJO, Nabuco de, 228.
 ARCOS, Conde dos, 92.

- ARINOS SOBRINHO, Afonso, ou Afonso Arinos de Melo Franco, 42, 47, 51, 52, 62, 79, 88, 108, 124, 286, 423.
 ARINOS, Afonso, 200.
 ARISTÓFANES, 224.
 ARISTÓTELES, 9, 210, 301, 311.
 ARMITAGE, 133, 210.
 AROUCA, José Pereira, 251.
 ARQUIMEDES, 222.
 ARRÁBIDA, Dom Frei Antônio de, 137, 335, 350.
 ASSÍS, Machado de, 175, 194, 198, 199, 200, 203.
 ATAÍDE, Manuel da Costa, 251.
 AUGUSTO, José, 386.
 AULETE, Caldas, 2.
 AUSTREGÉSILO, Antônio, 168, 170, 173.
 ÁVILA, Garcia D', 47.
 AZEVEDO, Aloísio de, 195, 200.
 AZEVEDO, Álvares de, 186, 187.
 AZEVEDO, Artur, 203.
 AZEVEDO, Fernando de, 95, 189, 192, 202, 205, 238, 276, 285, 386, 387, 389, 391, 392, 393, 394, 396, 399, 405, 416, 425, 444, 449, 454, 458.
 AZEVEDO, Francisco, 419.
 AZEVEDO, J. Lúcio de, 46, 180, 205, 320.
 AZEVEDO, Luiz Heitor Correia de, 257, 278, 279, 284, 285.
 AZEVEDO, Manuel Antônio Moreira de, 257, 303, 307, 321.
 AZEVEDO, Ramos de, 379.
 BABINET, 225.
 BACH, J. S., 245, 257, 278.
 BACKHEUSER, Everardo, 392.
 BACON, Francis, 302, 313.
 BADARÓ, F., 148.
 BADARÓ, Líbero, 185.
 BAENA, Monteiro, 45.
 BALDUS, Herbert, 4, 36, 39, 124, 239.
 BAENA, Alfredo, 447.
 BALFOUR, A., 2.
 BALLEUR, Jacques de la, 142.
 BANDEIRA, Manuel, 135, 188, 191, 203, 205, 286, 305, 423.
 BANDEIRA, Sousa, 161.
 BANKS, Joseph, 210.
 BARBOSA, Cônego Januário da Cunha, 139, 140, 185, 344, 352.
 BARBOSA, Domingos Caldas, 182.
 BARBOSA, Domingos Vidal, 154, 325.
 BARBOSA, Frutuoso, 137.
 BARBOSA, José Rodrigues, 269, 284.
 BARBOSA, Rui, 98, 100, 132, 156, 157, 167, 169, 171, 175, 189, 190, 192, 210, 224, 227, 232, 233, 267, 323, 344, 348, 355, 356, 357, 358, 362, 363, 365, 366, 368, 428, 440, 442, 458.
 BARCA, Conde da, 258, 351.
 BARDIAIEFF, Nicolas, 416.
 BARLEUS, Gaspar, 209, 222, 247, 285.
 BARRETO, J. de A. Alves Branco Muniz, 352.
 BARRETO, Lima, 200, 203.
 BARRETO, Luiz Pereira, 145, 165, 171, 232, 242.
 BARRETO, Mário, 85.
 BARRETO, Paulo, 203.
 BARRETO, Plínio, 141, 157, 173, 204.
 BARRETO, Tobias, 156, 171, 175, 189, 193, 194, 241, 242, 243, 369.
 BARROS, André de, 142.
 BARROS, Francisco Rêgo, Conde da Boa Vista, 160.
 BARROS, João de, 42.
 BARROSO, Conselheiro Liberato, 332, 337, 338, 345, 347, 355, 358, 361.
 BARROSO NETO, 270, 280.
 BASTARD, 20.
 BASTIDE, Paul Arbousse, 4, 5, 6, 11, 239, 245, 285, 367, 425, 432, 455, 458.
 BASTIDE, Roger, 84, 239, 249, 250, 254, 278, 285, 455.
 BASTOS, Tavares, 39, 95, 175, 191, 192, 194, 201, 332, 342, 345, 361.
 BATES, H. W., 27, 30, 217, 219.
 BATISTA, Álvaro, 379.
 BATISTA, José Luiz, 161.
 BEHRING, Mário, 352.
 BELL, Graham, 226.
 BELO, José Maria, 23, 265, 362, 364.
 BELMONTE, 268.
 BERGMANN, Törbern, 213.
 BERNARDELLI, Henrique, 245, 263, 265, 266.
 BERNARDELLI, Rodolfo, 259, 273.
 BERNARDES, Artur, 441.
 BERNARDES, Manuel, 393.
 BERARD, Leon, 383, 384.
 BERTHET, 376.
 BERTRAND, Alex, 365.
 BEVILAQUA, Alfredo, 269.
 BEVILAQUA, Clovis, 157, 173, 339.
 BEVILAQUA, Otávio, 269.
 BICALHO, Francisco, 161.
 BILAC, Olavo, 195.
 BISPO, Marcelino, 232.
 BLACHE, Vidal de la, 26, 79.
 BLAHA, Arnost, 7.
 BLAKE, Inocêncio Sacramento, 219.
 BLANCHARD, Raoul, 54.
 BLUMENAU, Hermann, 350.
 BLUTEAU, R., 2.
 BOHME, 245.
 BOITEUX, Henrique, 438.
 BOITEUX, Lucas Alexandre, 438, 458.
 BONFIM, Manuel, 48, 103.
 BONFIM, Pedro Calheiros, 415.
 BONAPARTE, 131, 162, 327.
 BONTIUS, J., 208.
 BORELY, J. Baptiste, 262.
 BORROMINI, 252.
 BORGES, Abílio César, Barão de Macaúbas, 334, 348, 349, 355.
 BORGMEIER, Tomaz, 210.
 BORLANDI, Franco, 55.
 BORNE, Etienne, 455.
 BOUGAINVILLE, 210.
 BOUGLÉ, C., 89, 106, 122.
 BOULITREAU, 160.
 BOURDEL, Jean de, 131.
 BOUTMY, E., 106, 110, 119, 120.
 BOSCO, D., 138.
 BOVET, Armand, 166, 402.
 BRACET, Augusto, 159.

- BRAGA, Erasmo, 143, 144, 148.
 BRAGA, Francisco, 270, 280.
 BRAGA, Teodoro, 282.
 BRANCO, Barão do Rio, 94, 100, 133, 146, 157, 171, 197, 226.
 BRANCO, Visconde do Rio, 141, 226, 341, 353, 354.
 BRANDÃO JÚNIOR, Antônio, 145, 242.
 BRANDÃO, Mário, 319, 320.
 BRANDÃO, Teixeira, 358, 361, 362, 390.
 BRANDÃO JÚNIOR, Francisco Antônio, 242.
 BRANNER, J. C., 219, 221, 227.
 BRANDT, F. Caldeira, 95.
 BRANT, Francisco, 447.
 BRASIL, T. Pompeu de Sousa, 358, 390.
 BRASIL, Vital, 234, 377.
 BRAYNER, Padre José Maria, 137.
 BREAL, Michel, 1.
 BRECHERET, 245, 273, 277.
 BRESLAU, Ernest, 449, 455.
 BRETAS, Rodrigo J. Ferreira, 251, 285.
 BRITO, Farias, 207, 242.
 BRITO, Laurindo Abelardo de, 346.
 BRITO, Saturnino de, 161.
 BROWNE, Marcia, 376.
 BRUHNS, 212.
 BRUNO, Anibal, 404.
 BRUNELESCHI, 249.
 BUCKEL, 25.
 BUENO, Pimenta, 157.
 BUSSART, 160.
 BULHÕES, Dom Frei Miguel de, 306, 314.
 BURKHARDT, 6.
 BURLAMAQUI, César, 215, 221, 230.
 BURTON, Capitão Richard, 225, 324, 351.
- CABANEL, 264.
 CABELO, Soares, 43.
 CABRAL, Pedro Álvares, 30, 128, 177.
 CABRAL, Luiz Gonzaga, 320.
 CABRAL, Pereira, 221.
 CAERAL, Vale, 178.
 CALDAS, Padre Sousa, 140, 183, 184, 185.
 CALDAS JÚNIOR, Antônio Pereira, 149.
 CALHEIROS, Antônio Pereira de Sousa, 451.
 CALIXTO, Benedito, 263, 274.
 CALMON, Miguel, 235.
 CALMON, Pedro, 14, 45, 47, 49, 79, 85, 87, 89, 91, 135, 155, 168, 173, 198, 294, 297, 303, 304, 305, 320, 347, 348, 349, 358, 389.
 CALÓGERAS, J. Pandiá, 14, 21, 46, 62, 103, 161, 198, 320, 367, 389, 458.
 CALVINO, 129, 131, 142, 209.
 CÂMARA, Manuel de Arruda, 139, 216, 328.
 CAMARGO, Joraci de, 203.
 CAMARGO, Teodureto de, 376.
 CAMILO, Luiz, 47.
 CAMINHA, Pero Vaz de, 128, 177.
 CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro, 216.
 CAMÕES, 136, 177.
 CAMPOS, A. Caetano de, 368, 376.
 CAMPOS, Bernardino de, 376.
 CAMPOS, Ernesto de Sousa, 426, 458.
- CAMPOS, Francisco, 238, 269, 373, 386, 391, 395, 396, 407, 408, 413, 415, 425, 444, 448, 450, 458.
 CAMPOS, Gonzaga de, 26, 27, 161, 221.
 CAMPOS, Humberto de, 32, 73, 92, 101, 107, 108, 179, 182, 201, 204, 205, 296.
 CAMPOS, J. J. Carneiro de, 185.
 CAMPOS, Murilo de, 149.
 CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, 137.
 CÂNDIDO, Francisco de Paula, 451.
 CAP, L., 243.
 CAPANEMA, Gustavo, 412, 413, 422, 425.
 CAPANEMA, Schuch, Barão de Capanema, 95, 221.
 CAPEK, Karel, 77.
 CARDIM, Padre Fernão, 42, 178, 180, 310, 320.
 CARDOSO, Lúcio, 203.
 CARDOSO, Vicente Licínio, 38, 58, 62, 103, 201, 205, 229, 426.
 CARLOS, Antônio, 407.
 CARLOS, Frei Francisco de S., 137, 140, 183, 185.
 CARLOS, J., 267, 268.
 CARNEIRO, Major Gomes, 236.
 CARRAZONI, André, 88.
 CARVALHO, Alfredo de, 208, 219, 220.
 CARVALHO, Arnaldo Vieira de, 165.
 CARVALHO, Carlos de, 157.
 CARVALHO, Delgado de, 24, 25, 26, 223, 236, 238.
 CARVALHO, Felisberto, 355.
 CARVALHO, Flávio, 277.
 CARVALHO, José Leandro de, 259.
 CARVALHO, José Luiz Saião de Bulhões, 238, 424.
 CARVALHO, Leôncio de, 335, 341, 346, 353, 354, 368.
 CARVALHO, Orlando M., 38.
 CARVALHO, Ronald, 82, 107, 183, 198, 200, 201, 205.
 CARVALHO, Vicente de, 195, 196, 376.
 CASADO, Romão Elói, 327.
 CASAL, Aires do, 90.
 CASASSANTA, Mário, 386, 447.
 CASTAGNETO, João Batista, 265.
 CASTELNAU, 220, 268.
 CASTILHOS, Antônio Feliciano, 188.
 CASTILHOS, José Feliciano, 188.
 CASTILHOS, Júlio, 123.
 CASTRO, Aloísio de, 170.
 CASTRO, Eugênio de, 48, 205.
 CASTRO, Francisco de, 163, 170.
 CASTRO, General Leite de, 454.
 CASTRO, Jacó de, 313.
 CASTRO, Leandro de, 324.
 CASTRICIANO, Henrique, 380.
 CAVALCANTE, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque, 146.
 CAVALCANTI, Di, 269, 274.
 CAVALCANTE, Uchoa, 376.
 CAVALIER, Jacques, 433.
 CAXIAS, Barão de, 94, 262.
 CEDRO, Luiz, 423.
 CHAGAS, Carlos, 234, 235.
 CHAGAS FILHO, Carlos, 451.
 CHAMBERLAIN, Henry, 260.
 CHAPTAL, 213.
 CHARCOT, 226.

- CHAVES, Manuel José, 346.
 CHEVREL, Júlio Le, 262.
 CHIAFARELLI, Luiz, 269.
 CHICO, Padre, 147.
 CÍCERO, 152, 214.
 CÍCERO, Manuel, 352.
 CLAPARÈDE, Ed., 402.
 CLAUDE, Georges, 61.
 CLAUSSEN, Peter, 220.
 CLAVELIN, Padre Júlio José, 334, 348.
 CLEMENTE XII, Papa, 139.
 CLEMENTE XIV, 306, 313.
 CLEMENTE, José, 157.
 CLIEU, Gabriel Mathieu de, 51.
 COARACÍ, Vivaldo, 122, 123, 458.
 COCHRANE, Tomaz, 160.
 COELHO, Duarte, 64, 178.
 COELHO, Jorge Albuquerque, 178.
 COELHO NETO, 195.
 COIMBRA, Frei Henrique de, 128.
 COLAJANNI, N., 36.
 COLBACHINI, 239.
 COMMERTSON, Ph., 210.
 COMTE, 49, 145, 229, 363, 365, 366, 370, 373.
 CONDORCET, 326.
 CONFÚCIO, 35.
 CONSONI, 262.
 CONSTATT, 219.
 COORNAERT, Emile, 449.
 CORDEIRO, Calixto, 267, 268.
 COROT, 262.
 CORREIA, Conselheiro Manuel Francisco, 357.
 CORREIA, Mendes, 35.
 CORREIA, Raimundo, 195, 196.
 CORREIA, Rivadávia, 373, 374, 390.
 CORREIA, Sampaio, 161, 165.
 CORREIA, Viriato, 140, 306, 307, 308.
 CORREIA FILHO, V., 95, 161, 243.
 CORRÊGIO, 281.
 COSTA, Aguinaldo, 101.
 COSTA, Amoroso, 228, 229, 243.
 COSTA, A. Z. Fonseca, 438.
 COSTA, João Batista da, 245, 259, 265, 266.
 COSTA, Bartolomeu da, 252.
 COSTA, Borges da, 447.
 COSTA, Cláudio Manuel da, 154, 171, 183, 184, 308.
 COSTA, Dom Antônio de Macedo, 141.
 COSTA, D. Duarte da, 291.
 COSTA, Fernandes da, 224.
 COSTA, Fernando, 441, 445.
 COSTA, Hipólito da, 185.
 COSTA, J. Cruz, 241, 243.
 COSTA, Lisímaco, 384.
 COSTA, Lúcio, 259, 277.
 COSTA, Manuel Meneses da, 251, 260.
 COSTA, Zeferino da, 263.
 COSTER, Henri, 136, 218.
 COT, Pierre, 401.
 COUNTRY, Louis, 215.
 COURNOT, A., 82.
 COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo, ou Bispo Azeredo Coutinho, 136, 152, 155, 316, 323, 325, 326, 327, 346.
 COUTINHO, D. Francisco de Lemos de Faria, 326.
 COUTINHO, João Pereira Ramos de Azevedo, 326.
 COUTINHO, Lino, 330, 346.
 COUTO, Almeida, 162.
 COUTO, Miguel, 163, 170.
 COUTY, Louis, 352.
 CRESPO, Gonçalves, 196.
 CRISTO, 363.
 CRULS, Gastão, 38, 204.
 CRULS, Louis, 222, 223, 224, 358.
 CRUZ, Dom Frei Manuel da, 306.
 CRUZ, Osvaldo, 76, 151, 165, 167, 171, 173, 207, 230, 232, 233, 234, 235, 370, 371, 406.
 CUBAS, Braz, 65.
 CUNHA, Euclides da, 22, 23, 26, 33, 37, 38, 57, 58, 62, 75, 78, 92, 93, 103, 116, 130, 145, 160, 161, 170, 171, 175, 184, 185, 199, 200, 205, 213, 217, 218, 221, 226, 228, 235, 236, 241, 242, 260, 327, 350, 353.
 CUNHA, Dom Luiz da, 313.
 CUNHA, Fernandes da, 192.
 CUNHA, Joaquim Marques da, 436.
 CUNHA, Nóbrega da, 399, 403.
 CUSTÓDIO, Frei, 137.
 DAFERT, F. W., 371, 372, 376.
 DAMÁSIO, Leônidas, 166, 221.
 DÂMASO, C. P. Joaquim, 352.
 DAMPIER, 210.
 DANTAS, Conselheiro Rodolfo, 345, 354, 355, 356, 361.
 DANTE, 35.
 DARBOUX, 229.
 DARWIN, Charles, 217, 219.
 DANTEC, Félix Le, 376.
 DAVID, 260.
 DEAT, Marcel, 401.
 DEBRET, J. B., 75, 258, 260, 261.
 DE CARLI, Gileno, 62.
 DEGAS, Edgar, 254, 263.
 DEFFONTAINES, Pierre, 455.
 DELAROCHE, 262.
 DELESSERT, 44.
 DELHORBE, Florian, 129.
 DENIS, D., 318.
 DENIS, Ferdinand, 197, 205.
 DERBY, Orville, 166, 221, 227, 230.
 DESCARTES, 210.
 DEUS, Frei Gaspar da Madre de, 43.
 DEWEY, John, 392, 402, 403, 415.
 DIAS, Ezequiel, 234.
 DIAS, F. Correia, 282.
 DIAS, Fernão, 69.
 DIAS, Gonçalves, 175, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 197, 221, 239, 356, 361.
 DIAS, Mário Viana, 173, 244.
 DIEZ, 42.
 DIRAC, 451.
 DODSWORTH, Henrique Toledo, 426.
 DÓRIA, Antônio Sampaio, 384.
 DÓRIA, Escragnolle, 335, 358, 389.
 DORNAS FILHO, J., 148.
 DRAENERT, F., 223.
 DREYFUS, André, 458.
 DRIENDLE, Tomás, 262.
 DUARTE, Nestor, 94, 103.

- DUBOIS, J., 36.
 DU BOIS, Reymond, 266.
 DUCKE, Adolfo, 216, 219, 230.
 DUMONT, Alberto Santos, 222.
 DURÃO, Frei José de Santa Rita, 133, 171, 181, 182.
 DURKHEIM, Emile, 3, 10, 12, 21, 64, 79, 105, 283.

 ECHAVARRIA, Salvador, 403.
 ECKHART, 245.
 ECKHOUT, Albert, 247.
 ECKHOUT, Gerbrandt, 247.
 EDISON, 222.
 EDMUNDO, Luiz, 79.
 EHRENREICH, Paul, 247.
 EICHLER, 218.
 EINSTEIN, 229, 235.
 ELLENY, 223.
 ELZIS JÚNIOR, Alfredo, 39.
 ESCHWEGE, G. L. von, 220.
 ESQUILO, 35.
 ESPÍOLA, Bonfim, 344.
 ESTRADA, L. Gonzaga Duque, 284, 285.

 FACCHINETTI, Nicolau, 262.
 FAGUET, E., 15, 103.
 FAIVRE, J. M., 168.
 FALCÃO, Valdemar, 412.
 FANTAPPIÈ, Luigi, 449, 455.
 FARIA, Alberto, 62.
 FARIA, Francisco de, 307.
 FARIA, Otávio, 203.
 FAUCONNET, P., 12, 402, 403.
 FAVERO, Flaminio, 232, 243.
 FEBVRE, Lucien, 77, 91.
 FEIJÓ, Padre Antônio Diogo, 93, 139, 140, 160.
 FELDNER, 220.
 FELIPPE, J. Carneiro, 235, 238, 424, 425.
 FERMI, 451.
 FERNANDEZ, Lorenzo, 279, 280.
 FERRAZ, J. Sampaio, 38, 223, 244.
 FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto, Barão do Bom Retiro, 338, 339, 340, 341, 346, 353, 354.
 FERRAZ, M. Sampaio, 36, 223.
 FERREIRA, Alexandre Rodrigues, 162, 212, 216, 236, 239, 325.
 FERREIRA, Paulo dos Santos, 327.
 FERREIRA, Rodrigues, 325.
 FERREZ, Irmãos, 258.
 FERRIÈRE, A., 387, 393, 402.
 FICHTE, 6.
 FIESSINGER, Ch., 112.
 FIGUEIREDO, Antero, 128.
 FIGUEIREDO, Antônio de Carmo Pinto de, 259.
 FIGUEIREDO, Aurélio de, 263.
 FIGUEIREDO, Fidelino, 455.
 FIGUEIREDO, Flávio Poppe de, 138.
 FIGUEIREDO, Jackson, 147, 201.
 FINLAY, 165.
 FINOT, Jean, 35, 36.
 FISCHER, Lord, 383.

 FLAMMARION, 226.
 FLAVIEN, Léon, 224.
 FLEIUSS, Henrique, 267, 268.
 FOE, De, 356.
 FONSECA, Corinto da, 379.
 FONSECA, Flávio da, 234.
 FONSECA, Luiz Carlos da, 170.
 FONSECA FILHO, O. da, 243.
 FONTAINE, 260.
 FONTAINHA, Guilherme, 269.
 FONTES, Amando, 203.
 FONTES, Cardoso, 234, 235.
 FONTES, Hermes, 202.
 FORNARI, Ernani, 203.
 FOURCROY, 213.
 FOURIER, S. Pedro, 148.
 FOY, W., 4.
 FRAGA, Clementino, 170.
 FRAGOSO, Tasso, 436, 437, 438, 458.
 FRANÇA, Antônio Ferreira, 344.
 FRANÇA, Eurico Nogueira, 279.
 FRANÇA JÚNIOR, Joaquim José da, 190, 203.
 FRANCA, Padre Leonel da, 147, 148, 241, 243, 390, 397.
 FRANCE, Anatole, 224.
 FRANCO, Joaquim, 271.
 FRANKSTEIN, Alfred, 278, 279.
 FRANCOVITCH, Guilherme, 243.
 FREDERICO II, 351.
 FREEZE, 349.
 FREIRE, Junqueira, 186, 187.
 FREIRE, Laudelino, 284, 285.
 FREIRE, Oscar, 163, 167, 173, 231, 232, 371.
 FREIRE, V. da Silva, 458.
 FREIRE, Junqueira, 186, 187.
 FREITAS, Augusto Luiz de, 263.
 FREITAS, Teixeira de, 157, 171, 356, 428.
 FREITAS, M. A. Teixeira de, 238, 393, 424, 425, 458.
 FREYCINET, 268.
 FREYRE, Gilberto, 29, 31, 32, 34, 39, 42, 43, 45, 62, 66, 67, 71, 74, 76, 79, 85, 86, 87, 92, 103, 107, 110, 112, 132, 134, 138, 144, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 162, 171, 173, 180, 201, 209, 237, 239, 247, 250, 285, 294, 297, 298, 303, 309, 310, 311, 312, 317, 320, 324, 326, 327, 336, 349, 358, 423, 430, 457.
 FREIRE, Luiz, 243.
 FROBENIUS, 429.
 FRONTIN, Paulo de, 161.
 FULGÊNCIO, Tito, 447.

 GABAGLIA, Eugênio de Barros Raja, 221, 236, 335, 354, 358, 390.
 GALLET, Luciano, 269, 280.
 GALTON, Francis, 171.
 GALVÃO, Pedro Barreto, 451.
 GALVÃO, Ramiz, 352.
 GAMA, José Basílio da, 133, 171, 182, 183, 308, 328.
 GAMA, Lélío, 224, 229, 230.
 GAMA, Lopes, 186.
 GAMA, José Saldanha, 212.
 GAMA, Saldanha da, 216, 352.
 GAMA, Vasco da, 30, 56.

- GANDAVO, Pero Magalhães, 177.
 GARCIA, Padre José Maurício Nunes, 140, 245, 252, 256, 257, 258, 261, 268, 269, 280.
 GARCIA, Rodolfo, 124, 178, 198, 219, 320, 352.
 GARDNER, George, 219.
 GARRIC, Roberto, 401, 449, 455.
 GASSENDI, 210.
 GENTILE, 384.
 GIDE, André, 203, 246.
 GIOMINI, José, 358.
 GLAZIOU, A. F. Marie, 217, 277, 281.
 GLOECKEL, Otto, 383.
 GNATALLI, Radamés, 280.
 GOBINEAU, Conde de, 226.
 GOBBIS, Vitorio, 274.
 GODÓI, Alcides, 233.
 GOELDI, Emílio, 217, 229, 371, 372.
 GOETHE, 6, 103.
 GOICOCHEA, Castilhos, 122, 123.
 GÓIS FILHO, Joaquim Faria de, 412, 445.
 GOLDENWEISER, 3.
 GOMES, Carlos, 171, 245, 269, 270, 277, 278, 279.
 GOMES, João Batista, 251.
 GOMES, Sales, 165.
 GOMES, J. Florêncio, 234.
 GONÇALVES, Francisco Rebêlo, 455.
 GONÇALVES, Ricardo, 202.
 GONZAGA, Tomaz Antônio, 171, 183, 184.
 GORCEIX, Claude Henri, 166, 221, 227, 328, 441.
 GOULART, Jorge Sales, 124.
 GOUVEIA, André de, 304, 318.
 GOUVEIA, Diogo de, 290, 318.
 GOUVEIA, Nabuco de, 138.
 GOUVEIA, Oscar Nerval de, 451.
 GRÃ, Padre Luiz da, 290, 309.
 GRAEBNER, F., 4.
 GRAHAM, Maria, 277.
 GRANATO, Lourenço, 376.
 GREEN, 451.
 GREGÓRIO XV, 131, 299.
 GREGORY, J. W., 55.
 GRIECO, Agripino, 201, 204, 205.
 GRIMM, Jorge, 262, 265.
 GROPP, Dorothy M., 419.
 GRUB, Keneth G., 143, 148.
 GUADELUPE, Dom Frei Antônio, 305, 335.
 GUALBERTO, Padre João, 147.
 GUANABARINO, Oscar, 284.
 GUARNIERI, Camargo, 279, 280.
 GUERRA, Gregório de Matos, 133, 135, 154, 171, 175, 179, 184, 308.
 GUIDO, Angelo, 265, 284, 285.
 GUILLOBEL, Joaquim Cândido, 260.
 GUIMARAENS, Alfonsus, 196.
 GUIMARÃES, Argeu, 284, 285.
 GUIMARÃES, Bernardo, 189, 191.
 GUIMARÃES, Luiz, 196.
 GUIMARÃES, Renato Alves, 251.
 GUIRAUD, Paulo, 54.
 GUSMÃO, Alexandre de, 154, 171, 180, 302, 305.
 GUSMÃO, Padre Bartolomeu Lourenço de, 140, 154, 171, 180, 207, 212, 222.
 GUTENBERG, 352.
 HAECKEL, 217.
 HAMILTON, 363.
 HANDELMANN, 43.
 HANKINS, Frank H., 36.
 HARTT, Carlos Frederico, 23, 221, 227, 348.
 HARVEY, 210.
 HAUSER, 35, 36.
 HAVY, 213.
 HAYDN, 257.
 HELMREICHEN, 220.
 HELMOT, H., 28.
 HENRIQUE, Cardeal D., 303.
 HENRY, M. Charles, 228.
 HERDER, 6.
 HIRAM, 139.
 HOEHNE, F. C., 38, 216, 234, 244.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de, 103, 109, 117, 118, 124.
 HOMEM, Sales Tôrres, 163, 186, 356.
 HORÁCIO, 152.
 HOUSSAY, Bernardo, 235.
 HOURCADE, Pierre, 455.
 HUBERT, H., 36, 109, 230.
 HUBER, Jacques, 230.
 HUDSON, 27.
 HUGO, Vitor, 189, 225, 351.
 HUMBOLDT, 6, 7, 210, 213, 218.
 HUXLEY, Aldous, 203.
 HOUSTON, Elsie, 255.
 HUSSAK, Eugênio, 227.
 IHERING, Adolfo von, 216, 217, 371, 372.
 IHERING, Hermann von, 217, 230, 237, 371.
 INGRES, 262.
 INOCÊNCIO X, Papa, 142.
 IRAJÁ, Conde de, 139.
 IRSAY, Stephen d', 329, 357.
 ISABEL, Princesa, 275.
 JARDÉ, A., 121.
 JARDIM, General, 161.
 JARDIM, Germano G., 424.
 JARDIM, Luiz, 285.
 JOÃO III, D., 290, 292, 312, 318.
 JOÃO V, D., 181, 222, 313.
 JOÃO VI, D., 58, 59, 60, 75, 91, 92, 135, 137, 143, 156, 158, 159, 160, 162, 166, 184, 185, 207, 208, 213, 215, 220, 227, 230, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 265, 268, 271, 281, 316, 317, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 340, 350, 351, 354, 378, 428, 430, 433, 435, 437.
 JOBIM, J. M. Cruz, 168.
 JOSÉ I, D., 182, 211, 315, 318.
 JOYCE, James, 203.
 JUNOT, General, 212.
 KANT, Emmanuel, 6.
 KELLY, Celso, 400.
 KENNEDY, James, 368, 390.
 KOPKE, 348, 349.
 KOSTER, 218.

- KROEBER, 3.
KROUPSKAIA, 348.
KRUMHOLTZ, Ferdinando, 262.
KRUZE, M. Miguel, 408.
KUHLMANN, 216, 230.
- LA BARBINNAIS, 135, 210.
LABOURIAU, V., 426.
LACERDA, Antônio Correia de, 216.
LACERDA, Batista, 215, 230.
LACERDA, Dom Pedro Maria de, 138.
LADISLAU NETO, 215, 225.
LAET, Conde Carlos de, 136, 201, 241.
LAFAYETTE, 342.
LAFITTE, Pierre, 145, 363.
LAGOA, Rocha, 166.
LAJE, Alfredo Ferreira, 281.
LAJE, Mariano Procópio Ferreira, 95, 161, 275, 281.
LALO, Charles, 246, 250.
LAMBERT, J., 35.
LAMPRECHT, Carlos, 362.
LANE, Horácio, 376.
LANCASTER, 331.
LANGE, Francisco Curt, 279, 285.
LANGSDORF, 215.
LAÓ-TSÉ, 35.
LATIF, M. Miran de Barros, 70, 71, 74, 79, 113, 114, 118, 124.
LAPOUGE, 32.
LAVOISIER, 213.
LAVRADIO, Marquês de, 211.
LEAL, José Mariano, 154.
LEÃO XIII, 139.
LEÃO, A. Pacheco, 217, 230, 231, 234.
LEÃO, Carneiro, 384, 386.
LEÃO, Sousa, 286.
LEBRETON, Joaquim, 75, 257, 258, 259.
LECLERC, Max, 297, 337, 341, 360.
LEDO, Gonçalves, 185.
LEHMAN, 148.
LEITÃO, C. Melo, 27, 38, 216, 236, 244.
LEITE, Padre Serafim, 79, 128, 130, 132, 133, 148, 162, 173, 290, 294, 301, 303, 309, 310, 311, 312, 321.
LEITE, Teixeira, 95.
LEITE FILHO, Solidônio, 39, 124.
LEME, A. Betim Pais, 20, 215, 243.
LEME, P. G. Pais, 230.
LEMONS, Alix de, 224.
LEMONS, D. Francisco, 325, 326.
LEMONS, João de Brito, 62.
LEMONS, Miguel, 145, 242, 363.
LENOIR, Carlos (Gil), 267, 268.
LENOIR, R., 9.
LEONCAVALLO, 270.
LEONI, Raul de, 202.
LEOPOLDINA, Princesa, 218.
LERNER, Armand, 20.
LERY, Jean de, 108, 142, 178.
LESSA, Clado Ribeiro de, 286.
LESSA, Pedro, 157.
LE TROCQUER, Yves, 55.
LEVY, Alexandre, 269, 270.
LEVY-STRAUSS, Claude, 240, 455.
- LIAIS, Emanuel, 23, 222, 223.
LIMA, Agostinho de Sousa, 231.
LIMA, Alceu Amoroso, — Tristão de Ataíde —, 112, 124, 147, 194, 201, 205, 397.
LIMA, Araújo, 222, 331, 335.
LIMA, Augusto de, 196.
LIMA JÚNIOR, Augusto de, 191, 249, 252, 255, 284, 285, 298.
LIMA, Barbosa, 688.
LIMA, Correia, 261.
LIMA, Costa, 234.
LIMA, Duarte, 101.
LIMA, Hermes, 145, 244.
LIMA, Jorge de, 203.
LIMA, J. Correia, 259, 261, 273.
LIMA, Manuel de Oliveira, 62, 79, 104, 124, 152, 171, 173, 198, 225, 247, 326, 327, 328.
LIMA, Rocha, 234, 406.
LIMA, Silva, 162, 165.
LIMA SOBRINHO, Barbosa, 44.
LINCOLN, 388.
LINNEU, 32, 42.
LIPMANN, 452.
LIPMANN, Edmund von, 43.
LIRA, A. Tavares, 82, 104.
LIRA, Heitor, 103, 220, 244, 385, 388.
LISBOA, Alfredo, 161, 223.
LISBOA, Antônio Francisco, o Aleijadinho, 71, 135, 197, 245, 251, 252, 273.
LISBOA, Miguel Arrojado, 161.
LISBOA, João Francisco, 186, 228.
LISBOA, J. C. Belo, 380, 389, 458.
LISBOA, João Estanislau da Silva, 348.
LISBOA, José da Silva, Visconde de Cairú, 75, 213, 326, 327, 328.
LISBOA, Manuel Francisco, 251.
LITTRÉ, E., 145, 363.
LIVINGSTONE, 212.
LOBATO, Monteiro, 25, 202, 204, 264, 276.
LÔBO, Aristides, 269.
LÔBO, Bruno, 215.
LOCALLE, Oliveira, 223.
LOEFGREN, Alberto, 217, 230.
LOIOLA, Inácio de, 129, 133, 289, 292, 293, 299, 301, 302, 305, 311.
LOMONACO, 281.
LOPES, B., 196.
LOPES, Ildefonso Simões, 93.
LOPES, Luiz Simões, 414.
LOPES, Raimundo, 236, 239.
LORONHA, Fernando de, 42.
LOSSIER, Jean, 8.
LOUKOTKA, Chestmir, 239.
LOURENÇO, Irmão, 33.
LOURENÇO FILHO, M. B., 355, 384, 387, 390, 392, 394, 395, 413, 414, 415, 418, 422, 426, 458.
LOWIE, 3.
LOWRIE, S. H., 4, 100.
LUBAMBO, Manuel, 79.
LUBEKE, M., 42.
LUIZ XVI, 201, 351.
LUND, Peter Wilhelm, 207, 220, 221.
LUNATSCHARSKY, 384.
LUTZ, Adolfo, 165, 216, 232, 233, 376.
LUZ, Alambari, 355.
LUZURIAGA, Lourenço, 393.

- MACAULAY, 351.
 MACEDO, Joaquim Manuel de, 190, 197.
 MACEDO, José Agostinho de, 429.
 MACHADO, J. Alcântara, 62, 124, 232.
 MACHADO, Brasília, 292.
 MACHADO, Pinheiro, 100.
 MACIEL, José Álvares, 154, 325.
 MADUREIRA, Padre, 148, 302, 303, 321, 350.
 MAGALHÃES, Almeida, 163.
 MAGALHÃES, Basílio de, 38, 51, 103, 149, 198.
 MAGALHÃES, Benjamim Constant Botelho de, 242, 339, 340, 359, 362, 363, 364, 365, 366, 369, 370, 373, 374, 382, 396, 436.
 MAGALHÃES, Fernando de, 173, 340.
 MAGALHÃES, Fernão de, 30.
 MAGALHÃES, General Couto de, 236, 239.
 MAGALHÃES, Gonçalves, 186, 190, 335.
 MAGALHÃES, Otávio, 447.
 MAGALHÃES, Vicente Ferreira de, 451.
 MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de, 203.
 MAIA, José Joaquim da, 154.
 MAINE, Sumner, 256.
 MAIOR, Souto, 286.
 MAMEDE, Eduardo, 244.
 MANET, Edouard, 263.
 MANNHEIM, Karl, 403.
 MARANHÃO, Jerônimo Albuquerque, 133.
 MARCGRAVE, 162, 208, 209, 309.
 MARCHOUX, 165.
 MARCUS, Ernest, 455.
 MARIA, D., 326.
 MARIA, Padre Júlio, 146, 147, 148, 321, 358, 390.
 MARIALVA, Marquês de, 259.
 MARIANO FILHO, José, 249, 251, 252, 255, 259, 260, 265, 273, 276, 284, 285.
 MARQUES, Xavier, 191.
 MARTHEAU, François, 251.
 MARTINO, Ângelo de, 262.
 MARTINS, Judite, 251.
 MARTINS, J. Carlos, 436.
 MARTINS, Luiz, 262, 264, 284, 286.
 MARTINS, Silveira, 192.
 MARTINS, Tales, 234, 235, 244.
 MARTIUS, Von, 39, 85, 268, 328, 352.
 MARX, Burle, 279.
 MASCAGNI, 270.
 MATOS, Aníbal, 244.
 MATOS, Belfort de, 223.
 MATOS, Frei Eusébio de, ou Frei Eusébio da Soledade, 133, 135, 154, 179, 308.
 MATOS, José Veríssimo de, 194, 198, 206, 314, 318, 321, 358, 365, 373, 390, 426.
 MATOS, Mário, 205.
 MAUGÜÉ, Jean, 455.
 MAULL, Oto, 38.
 MAUSS, 3, 4, 6, 10.
 MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied, 137, 138.
 MAXIMILIANO, Carlos, 259, 340, 373.
 MAWE, 218.
 MEDRADO, Arquias, 166.
 MEILLET, A., 1.
 MEIRELES, Cecília, 203, 403.
 MEIRELES, J. C. Soares, 168.
 MEIRELES, Vitor, 245, 262, 263, 264.
 MELO, A. da Silva, 458.
 MELO, Antônio Manuel de, 223.
 MELO, Bernardo Vieira de, 90.
 MELO, J. M. Figueira de, 92, 93.
 MELO, G. T. Pereira de, 286.
 MELO, José Cardoso Pereira de, 344.
 MELO, Pereira de, 278, 284, 286.
 MELO, Teixeira de, 352.
 MEMÓRIA, Arquimedes, 259.
 MENDES, João, 157.
 MENDES, Odorico, 186.
 MENDES, Teixeira, 145, 242, 363, 366.
 MENDONÇA, Carvalho de, 157.
 MENDONÇA, Edgar Sussekind, 138, 206.
 MENDONÇA, Joaquim Alberto Ribeiro de, 145.
 MENDONÇA, Lúcio, 194.
 MENESES, Emílio de, 196.
 MENESES, Furtado de, 148.
 MENESES, Luiz da Cunha, 184.
 MENGUIN, Antoine, 251.
 MENTRÉ, Félix, 82.
 MESQUITA, Carlos, 269.
 MESQUITA FILHO, Júlio de, 407.
 MIGUELINHO, Padre, 137.
 MIGUEZ, Leopoldo, 269, 270.
 MILANEZ, Abdon, 269.
 MILL, Stuart, 370.
 MILLET, 160.
 MILLET, Sérgio, 260, 264, 274, 284, 286.
 MINARDI, 262.
 MINGNONI, Francisco, 279, 280.
 MIRANDA, Agenor A., 38.
 MIRANDA, Pontes de, 238.
 MOACIR, Primitivo, 334, 358, 390, 426.
 MOMBEIG, Pierre, 51, 55, 455.
 MONLEVADE, Francisco Pais Leme de, 161.
 MONSERRATE, Frei Camilo de, 352.
 MONT'ALVERNE, Frei Francisco de, 137, 139, 140, 142, 185, 241.
 MONTEIRO, Arlindo Camilo, 294.
 MONTEIRO, João, 157.
 MONTEIRO, Tobias, 103, 198.
 MONTESQUEU, 85.
 MONTGOLFFIER, 222.
 MONTIGNY, Grandjean de, 245, 258, 260, 261, 267, 275.
 MONTOJOS, Francisco, 426, 439.
 MONTUELO, Josué, 444.
 MORAIS, A. J. Melo, 139, 321.
 MORAIS, Benjamim, 149.
 MORAIS, E. Vilhena de, 133, 149, 198, 321, 428.
 MORAIS, José Mariz de, 321.
 MORAIS, Prudente de, 97, 100, 232.
 MORAIS, Raimundo, 38.
 MORAIS, Rubens Borba de, 68, 79, 237.
 MOREIRA, Carlos, 216.
 MOREIRA, Carvalho, Barão do Penedo, 157.
 MOREIRA, Juliano, 210, 212, 221, 232, 244.
 MOREL, 160.
 MORIZE, Henrique, 26, 38, 223, 451.
 MOTA, Agostinho José da, 261.
 MOTA, Artur, 206.
 MOTA, Cesário, 368, 375, 376.
 MOTA, Otoniel, 143.
 MOZART, 257.
 MUHLMANN, W., 36.
 MÜLLER, Augusto, 261.
 MÜLLER, Fritz, 217.
 MUNTZ, 65.

- MURILO, 281.
MURTINHO, Joaquim, 348.
MUSSORGSKY, 279.
- NABUCO, Joaquim, 103, 107, 157, 171, 175, 189, 192, 194, 198, 311, 342, 353.
NAPOLEÃO, Artur, 269.
NASCENTES, A., 42.
NASH, Roy, 30, 31, 39, 49, 50, 56, 57, 62, 119.
NASSAU, Maurício de, 137, 142, 162, 208, 209, 246, 247.
NATTERER, 215, 218.
NAVARRO, João de Aspilcueta, 289, 291.
NEIVA, Artur, 137, 173, 206, 215, 216, 225, 234, 235, 244, 406.
NEPOMUCENO, Alberto, 269, 270.
NERI, Adalgisa, 203.
NERI, Fernando, 238.
NERI, Santana, 358.
NEUKOMM, Sigismundo, 257, 258, 268, 269.
NEVES, Baeta, 447.
NEWTON, 210.
NEVES, Cristiano das, 277.
NICÉFORO, A., 8.
NIETZSCHE, F., 226.
NIMUENDAJU, Kurt, 239, 240.
NIZET, 20.
NÓBREGA, Padre Manuel da, 129, 130, 131, 178, 289, 290, 292, 295, 309.
NOGUEIRA, Almeida, 173.
NONATO, Orozimbo, 447.
NORMANO, J. F., 49, 62, 103.
NORONHA, Santos, 62.
NOVICOW, 175.
NUNES, Leonardo, 291.
- OLINTO, Antônio, 173.
OLIVEIRA, Alberto de, 195.
OLIVEIRA, Adalberto Meneses de, 451.
OLIVEIRA, Armando de Sales, 237, 407.
OLIVEIRA, Cândido Batista de, 223.
OLIVEIRA, Eusébio de, 62.
OLIVEIRA, Francisco de Paula, 221.
OLIVEIRA, João Fernandes de, 71.
OLIVEIRA, João Ramos de, 95.
OLIVEIRA, Manuel Dias de, 259.
OLIVEIRA, Samuel de, 364.
ORBIGNY, D., 220.
OSTROGORSKY, 98, 99.
OSWALD, Henrique, 269, 270, 278.
OTÁVIO, Rodrigo, 303.
OTONI, C. B., 161.
OTONI, Teófilo, 95, 161.
- PAIVA, Tancredo de, 223.
PAIXÃO, Múcio da, 206.
PALESTRINA, 257.
PALHETA, Francisco de Melo, 51.
PALLIÈRE, Armand Jullien, 259.
PARAÍSO, Padre, 78.
PARANÁ, Marquês do, 338, 340, 341, 363.
PARREIRAS, Antônio, 263, 265.
PARREIRAS, Edgar, 274.
- PASCAL, 229.
PASSOS, Guimarães, 196.
PASSOS, Pereira, 76, 161.
PASSON, Max, 376.
PASTEUR, Louis, 226, 232, 233, 376.
PAULSEN, 402.
PATERSON, 162, 165.
PAULO III, 129, 289.
PEÇANHA, Nilo, 380, 442.
PECKOLT, Teodoro, 217.
PEDERNEIRAS, Raul, 267, 268.
PEDRO I, 51, 91, 92, 139, 185, 214, 215, 218, 260, 261, 281, 332, 338, 350.
PEDRO II, 92, 94, 96, 137, 139, 159, 197, 217, 218, 223, 225, 226, 262, 266, 270, 271, 281, 303, 323, 334, 346, 351.
PEIXOTO, Afrânio, 20, 21, 25, 26, 27, 35, 38, 72, 163, 170, 179, 183, 194, 195, 206, 231, 232, 292, 354, 358, 371, 375, 388, 390, 408, 426.
PEIXOTO, Inácio José Alvarenga, 133, 154, 171, 183.
PEIXOTO, Rodrigues, 352.
PENA, Cornélio, 203.
PENA, Ferreira, 217.
PENA, Luiz Carlos Martins, 190, 203.
PENALVA, Gastão, 251.
PERCIER, 260.
PEREIRA, Alves, 447.
PEREIRA, Antônio Pacífico, 173.
PEREIRA, Antônio de Sá, 269.
PEREIRA, Astrogildo Rodrigues, 39.
PEREIRA, Bento José, 345.
PEREIRA, Dulcídio, 451.
PEREIRA, Eduardo Carlos, 143.
PEREIRA, Esteves, 153.
PEREIRA, José Clemente, 74.
PEREIRA, Francisco Lafayette Rodrigues, 428, 451.
PEREIRA, Lafayette Rodrigues, Conselheiro, 157, 342.
PEREIRA, Lúcia Miguel, 206.
PEREIRA, Miguel, 163, 171.
PEREIRA, Padre Bento José, 345.
PERET, 427.
PERTENCE, Andrade, 163, 354.
PESSOA, Eptácio, 259, 373, 385, 388, 407.
PESSOA, J. G. Frota, 393, 399, 403, 426, 458.
PEZERAT, 259.
PICANÇO, José Correia, 162.
PICCHIA, Menotti del, 202.
PICKERING, 20.
PIMENTEL, Francisco Mendes, 407, 447, 448.
PINHEIRO, Bordalo, 267, 268.
PINHEIRO, João, 78.
PINHEIRO, Cônego Fernandes, 303.
PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de S. Leopoldo, 154, 331, 334, 338, 339.
PINTO, Alfredo, 385, 407.
PINTO, E. Roquette, 39, 215, 236, 244, 255, 278, 421, 426.
PINTO, Estêvão, 39, 447, 458.
PINTO CÉSAR, 234.
PINTO, Oliverio, 138.
PINTO, O. de Oliveira, 216.
PIO XI, 397.
PIRASSINUNGA, A. Sampaio, 436.

- PIRENNE, Henri, 76.
PIRES, Padre Heliodoro, 321.
PISO, Wilhelm, 162, 208, 209, 309.
PISARRO, Camille, 263.
PISSIS, 220.
PITA, Rocha, 181, 308.
PITANGA, Conselheiro Epifânio Cândido de Sousa, 451.
PLANITZ, Barão de, 335.
PLATÃO, 365.
POMBAL, Marquês de, 134, 136, 138, 146, 155, 162, 182, 210, 211, 212, 289, 290, 306, 313, 314, 315, 316, 318, 325, 326, 336, 348, 350, 429, 430.
POINCARÉ, Henri, 229.
POMPEIA, Raul, 193, 195, 200.
POMPEU, Guilherme, 69.
PORTINARI, Cândido, 245, 264, 274, 277, 283.
PÔRTO, Aurélio, 47, 87, 91.
PORTUGAL, Marcos, 257, 258, 268, 269.
PORTUGAL, Manuel de Castro e, 297.
PORTUGAL, Tomaz Antônio de Vila Nova, 215.
POST, Franz, 209, 247, 286.
POST, Pieter, 209, 246, 247.
PRADIER, Carlos Simão de, 258, 259.
PRADO, Antônio, 77.
PRADO, A. Almeida, 458.
PRADO, Eduardo da Silva, 136, 175, 193, 271, 272, 281, 282, 286.
PRADO, Luiz Cintra do, 451.
PRADO, Paulo, 107, 108, 114, 124.
PRADO JÚNIOR, Caio, 104.
PRETA, Catta, 168.
PRESTES, Gabriel, 368, 376.
PRIESTLEY, 213.
PRIETO, Manuel, 90.
PROUST, Marcel, 203.
PUCCINI, 270.
PUJOL, 349.

QUEIROZ, Raquel, 203.
QUEIROZ FILHO, A. de, 198, 199.
QUENTAL, Antero de, 214, 429.
QUERINO, Manuel Raimundo, 286.
QUINTAS, Amaro Soares, 104.
QUINTILIANO, 152.

RABELAIS, 279.
RABELO, Jacinto, 260.
RAMALHO, João, 64.
RAMOS, Artur, 32, 39, 124, 232, 239, 255.
RAMOS, Graciliano, 203.
RAMOS, Teodoro, 161, 244, 228, 229, 408.
RANGEL, Alberto, 38, 45, 46, 50, 51, 62, 74, 79, 161.
RANGEL, Godofredo, 104.
RAPOSO, Antônio, 57.
RATZEL, F., 21, 34, 88.
RAWITSCHER, Félix, 455.
REBELO, Marques, 203.
REBOUÇAS, André, 161, 185, 270, 348, 356.
REDONDO, Garcia, 170.
RÊGO, Costa, 135, 137.
RÊGO, José Lins do, 203.

RÊGO, José Ricardo de Sá, 78.
RÊGO, Oziel Bordeaux, 389, 390, 424.
REIS, Aarão, 78, 161.
REIS, Almeida, 273.
REIS, Álvaro, 144.
REIS, Miranda, 108, 238.
REIS, Pereira, 229.
REIS, Silva, 257.
REIS, T. Furtado, 244.
REMBRANDT, 247.
RENDON, Francisco Leandro de Toledo, 154.
RENDON, José Arouche de Toledo, 74, 154.
RENOIR, August, 263.
REY, Abel, 240.
REYS, Alfonso, 428.
RÊSENDE, Conde, 253, 325.
RHEIMPOLDT, Heinrich, 449, 455.
RIBAS, Emílio, 165, 232.
RIBEIRO, A. Miranda, 38, 215, 216.
RIBEIRO, Assis, 161.
RIBEIRO, Domingos, 143, 149.
RIBEIRO, Ernesto Carneiro, 348.
RIBEIRO, João, 14, 198, 236.
RIBEIRO, Joaquim, 79, 247, 286.
RIBEIRO, Júlio, 143, 195.
RIBEIRO, Leonídio, 149, 232.
RIBEIRO, Paulo de Assis, 389, 425.
RIBEIRO, Samuel, 204.
RIBBENTROP, Mlle, 145.
RIBOT, Th., 109.
RICARDO, Cassiano, 202.
RICCATI, 229.
RICHET, Ch., 224.
RIJO, Vicente ou Vicente Rodrigues, 290.
RIVARA, João Caetano, 327.
RIVERA, Diego de, 274.
ROCHA, Justiniano José da, 186, 335.
RODRIGUES, Antônio Fernandes, 251.
RODRIGUES, Coelho, 157.
RODRIGUES, Francisco, 321.
RODRIGUES, J. Honório, 79, 247, 248.
RODRIGUES, João Barbosa, 216, 230, 231, 371.
RODRIGUES, José Carlos, 149.
RODRIGUES, Milton da Silva, 114, 117, 119, 124, 316, 326, 383, 390, 426, 458.
RODRIGUES, Monsenhor Paula, 147.
RODRIGUES, Raimundo Nina, 31, 32, 39, 162, 171, 207, 230, 231, 232, 239, 371.
ROLPHS, 380.
ROLLAND, Romain, 245.
ROMERO, Silvío, 171, 185, 198, 206, 241.
ROMNY, G. P., 260.
RONDON, General Cândido, 216, 235, 236.
ROPS, Daniel, 401.
ROQUETTE, Paulo, 215.
ROSA, Santa, 264, 274.
ROSENFELD, Paul, 279.
ROSSI, Paulo, 274, 282.
ROSSINI, 257.
ROUSSEAU, J. J., 387.
RUBENS, 281.
RUBENS, Carlos, 286.
RUGENDAS, João Maurício, 124, 140, 260.
ROUX, Emílio, 233.

- SÁ, Estácio de, 130, 140, 309.
 SÁ, Mem de, 65, 130, 131, 142, 292.
 SÁ, Padre Antônio de, 179.
 SABÓIA, Barão de, 340, 354, 358, 390.
 SABÓIA, Vicente, 163.
 SACRAMENTO, Frei Leandro do, 216, 230.
 SAINT-HILAIRE, A. de, 38, 79, 98, 104, 212, 219, 297, 333.
 SAINT-HILAIRE, Geoffroy de, 212.
 SALES, Campos, 100, 373.
 SALGADO, Plínio, 203.
 SALOMÃO, 138.
 SALVADOR, Frei Vicente do, 43, 133, 178, 308.
 SAMPAIO, Alberto J., 215, 236, 244.
 SAMPAIO, Diógenes, 232, 371.
 SAMPAIO, F. Nereu, 275, 276.
 SAMPAIO, Frei Francisco Jesús, 137, 185.
 SAMPAIO, Frei Santa Teresa de Jesús, 137, 139, 140.
 SAMPAIO, Teodoro, 179.
 SANCHEZ, Edgar, 206.
 SANTIAGO, Teodomiro, 380, 442.
 SANTOS, J. Felício dos, 62, 157.
 SANTOS, Felipe dos, 70, 90, 91.
 SANTOS, Francisco Marques dos, 253, 259, 284, 286.
 SANTOS, João Caetano dos, 190.
 SANTOS, José Antônio dos, 251.
 SANTOS, Lúcio José dos, 447.
 SANTOS, Marcelo Damí de Sousa, 451.
 SANTOS, Marquesa de, 259.
 SANTOS, M. P. de Oliveira, 358.
 SANTOS, Tomaz Gomes dos, 262.
 SATTAMINI, Antônio, 451.
 SCHILLER, 6.
 SCHMIDT, 239.
 SCHMIDT, Afonso, 203.
 SCHMIDT, Augusto, 203.
 SCHWACKE, C. A. Guilherme, 217.
 SEBASCH, 208.
 SEGALL, Lazar, 274.
 SEGEL, Gerardo, 393.
 SEGURO, Visconde de Pôrto, 43, 197.
 SELLOW, von, 215.
 SENA, Costa, 161, 166.
 SÉRGIO, Antônio, 299, 301, 313, 429.
 SERRANO, Jônatas, 83, 146, 149, 198, 206, 244, 292, 321, 390, 421.
 SERRÃO, Frei Custódio Alves, 137, 215, 216, 230, 451.
 SEVERO, Ricardo, 276.
 SHAUDIN, 234.
 SHAW, Bernard, 169.
 SHAW, Paul Vanorden, 455.
 SCHÖNBERG, Mário, 451.
 SICARD, 235.
 SIEGFRIED, André, 24, 37, 61, 124, 283.
 SIGAUD, J. F., 168.
 SILVA, Antônio Carlos de Andrada e, 154, 171, 212, 331, 335, 346, 448.
 SILVA, Antônio de Moraes, 2, 182, 328.
 SILVA, Antônio José, 175, 180, 181.
 SILVA, Augusto Barbosa da, 166, 451.
 SILVA, Bettencourt da, 267, 271, 335, 538.
 SILVA, D. Duarte Leopoldo e, 148.
 SILVA, Francisco Manuel da, 258, 269, 279.
 SILVA, Francisca Júlia da, 196.
 SILVA, Henrique José da, 258, 259, 260.
 SILVA, João Mendes da, 180, 181.
 SILVA, João Pinheiro da, 375.
 SILVA, Joaquim Caetano da, 197, 335, 342.
 SILVA, Joaquim Carneiro da, 251.
 SILVA, José Bonifácio de Andrada e, 93, 139, 154, 171, 189, 192, 212, 213, 214, 215, 228, 325, 331, 334, 344, 351.
 SILVA, Lafayette, 205.
 SILVA, Luiz Alves de Lima e, Duque de Caxias, 94.
 SILVA, Martim Francisco de Andrada e, 154, 171, 212, 344.
 SILVA, Moacir, 161.
 SILVA, Nogueira da, 239.
 SILVA, Oscar Pereira da, 263, 458, 459.
 SILVA, Pirajá da, 85.
 SILVA, Valentim da Fonseca e, Mestre Valentim, 245, 252, 273.
 SILVADO, Américo, 223.
 SILVEIRA, Álvaro da, 216, 447.
 SIMOND, 165.
 SIMONI, L. V., 168.
 SIMONSEN, Roberto, 28, 31, 34, 43, 44, 46, 48, 49, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 104, 458.
 SIQUEIRA, José, 255.
 SMITH, Herbert, 352.
 SMITH, Roberto C., 249, 251, 254, 274, 286.
 SOARES, Gabriel, 42, 47, 303.
 SOARES, J. C. de Macedo, 238, 424, 425.
 SOARES, Teixeira, 161.
 SODRÉ, A. A. de Azevedo, 375, 389.
 SODRÉ, Nélson Werneck, 104, 198, 206.
 SOUSA, Antônio Francisco de Paula, 161.
 SOUSA, Antônio Monteiro de, 386.
 SOUSA, Cruz e, 196.
 SOUSA, Gabriel Soares de, 39, 42, 47, 177.
 SOUSA, Irineu Evangelista de, Barão de Mauá, 52, 58, 59, 95, 157, 160, 161.
 SOUSA, Joaquim Gomes de, 207, 228, 229, 357.
 SOUSA, José Paulino Soares de, 334, 345.
 SOUSA, Luiz Vasconcelos e, 162, 225.
 SOUSA, Manuel de, 221.
 SOUSA, Martim Afonso de, 43, 64, 65, 66, 82.
 SOUSA, Moreira de, 404.
 SOUSA, Otávio Tarquínio de, 204.
 SOUSA, Pero Lopes de, 177.
 SOUSA, Tomé de, 47, 65, 83, 129, 289.
 SOUSA, Washington Luiz Pereira de, 236, 237.
 SOUSINHA (Joaquim Gomes de Sousa), 171.
 SOUTHEY, Roberto, 129, 131, 179, 182, 197, 328.
 SPENGLER, 272.
 SPINOLA, Bonfim, 344.
 SPIX, von, 39, 85, 218, 268, 352.
 SPRUCE, Richard, 219.
 STADEN, Hans, 178.
 STEINEN, Karl von den, 239.
 STEPHENSON, 63.
 STOCKLER, Alexandre, 78.
 STOCKLER, Garção, 326.
 STOKES, 228.
 STRAUSS, 270.
 STROWSKI, F., 245.
 SWAINSON, 219.

- TALLEYRAND, 201, 258.
TAQUES, Pedro, 308.
TAUNAY, Afonso, 34, 51, 62, 69, 79, 198, 222, 236, 237, 244, 286.
TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille, Visconde de Taunay, 191, 270, 348.
TAUNAY, Augusto Maria, 258, 259.
TAUNAY, Félix Emílio, Barão de Taunay, 75, 258, 260, 261, 281.
TAUNAY, Nicolau Antônio, 258, 259, 260.
TAUTPHOEUS, Barão de, 349.
TAVARES, Eduardo, 220.
TAVARES, Muniz, 141, 326.
TÁVORA, 333.
TÁVORA, Franklin, 190, 191.
TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes, 424, 441.
TEFÉ, Barão de, 223, 358.
TEIXEIRA, Anísio S., 384, 390, 393, 401, 403, 404, 408, 421, 426, 444, 453.
TEIXEIRA, Bento, 133.
TEIXEIRA, Gomes, 229.
TEIXEIRA, Osvaldo, 178, 274.
TELES, Carlos José da Silva, 345.
THAYER, Nathaniel, 221.
THEVET, André, 178.
THEIL, Erster, 34.
THIBAUDET, 402.
THIRÉ, Artur, 166.
THOMPSON, Oscar, 376.
THURNWALD, R., 4, 36.
TIGRE, Bastos, 268.
TIMANDRO, 186.
TINTORETO, 281.
TOLLENARE, 326.
TONNELAT, E., 5, 6.
TÔRRES, Alberto, 99, 201, 423, 426.
TÔRRES, Antônio, 201.
TÔRRES, Heloísa Alberto, 215, 240, 423.
TRAJANO, 143.
TRAVASSOS, Lauro, 234.
TRAVASSOS, Mário, 22, 23.
TROMPOWSKY, Roberto, 364.
TURNER, F. J., 49.
TYLOR, E. B., 2, 3.

UKERES, William, 51.
URBAN, 218.
UTRA, Gustavo D', 376.

VACCARI, Pietro, 55.
VALERY, Paul, 408.
VALE JÚNIOR, Paulo do, 274.
VAMPRÉ, Spencer, 173.
VARELA, Fagundes, 186, 187.
VARGAS, Getúlio, 395, 408, 412, 424, 439, 444, 445, 448, 453, 454, 459.
VARNHAGEN, A. Francisco de, 178, 197, 211, 220.
VASCONCELOS, Alfredo Fertim de, 269.
VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, 74, 93, 185, 192, 331, 335.
VASCONCELOS, Diogo de, 251, 286.
VASCONCELOS, D. Luiz de, 211, 215, 315.
VASCONCELOS, Padre Simão de, 66, 130, 135, 178, 180, 255, 292, 321.
VAUTHIER, Louis Leger, 159, 160, 173.
VAZ, Rocha, 340, 373.
VECHIO, Adolfo del, 451.
VEIGA, Evaristo da, 93, 185.
VELASQUEZ, 278, 279, 281.
VELOSO, Frei José Mariano da Conceição, 140, 212, 215, 216, 236, 327.
VENÂNCIO FILHO, Francisco, 221, 222, 374, 388, 400, 403, 421, 451.
VERCIANI, Capitão, 297.
VERDI, 270.
VERÍSSIMO, Êrico, 203.
VERGARA, Telmo, 203.
VERNE, Júlio, 441.
VERNET, Horace, 262.
VERNEY, Luiz Antônio, 313.
VIANA, Baeta, 447.
VIANA, Barbosa, 408, 425.
VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo, 285.
VIANA, Ferreira, 192, 226.
VIANA, Frutuoso, 280.
VIANA, Gaspar, 234.
VIANA, Hélio, 321, 358, 390.
VIANA, Oliveira, 32, 39, 63, 65, 66, 68, 72, 76, 79, 94, 99, 171, 201, 239.
VIANA, Ulisses, 344.
VIANA, Vítor, 95.
VICENTE, Gil, 181.
VIEGAS, Frei Gregório José, 352.
VIEIRA, Celso, 93, 104.
VIEIRA, Hermes, 286.
VIEIRA, J. Fernandes, 142.
VIEIRA, Joaquim Meneses de, 349.
VIEIRA, Padre Antônio, 90, 132, 133, 135, 136, 137, 154, 171, 179, 182, 186, 295, 302, 308.
VIEIRA, Frei Domingos, 2.
VIEIRA, Paim, 282.
VIGNOLA, 261.
VILA-LOBOS, Heitor de, 245, 278, 279, 280.
VILARES, Décio, 263.
VILHENA, Luiz dos Santos, 321.
VILLAR, Pierce, 55.
VILLEGAIGNON, 131, 142.
VINET, Henrique Nicolau, 262.
VITAL, Dom, 141, 171.
VITERBO, 2.
VOLPI, A., 274, 282.
VOLTA, 213.
VOLTOÍNO, 267, 268.

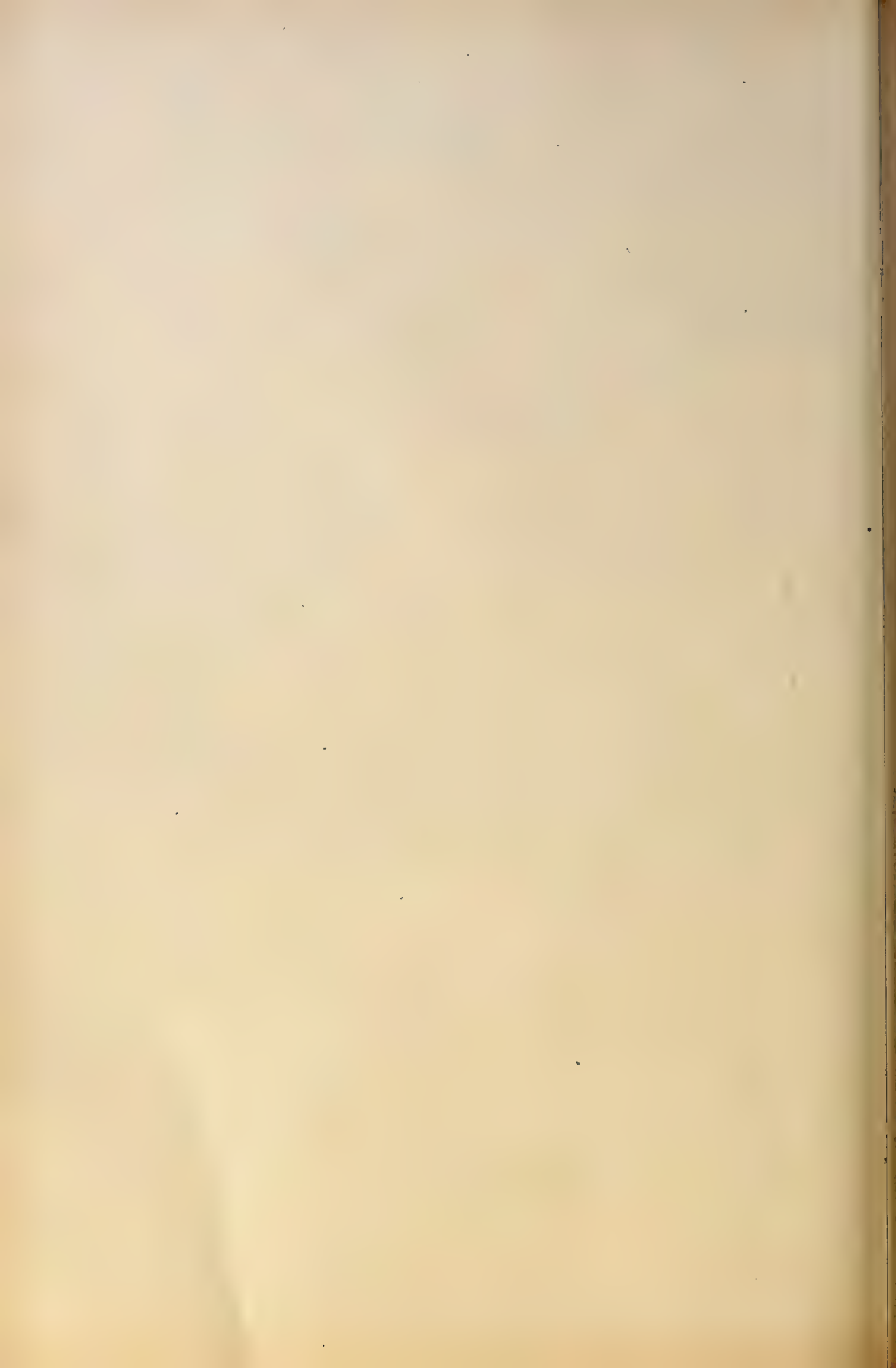
WAGNER, Ricardo, 266, 270, 278.
WAGNER, Zacarias, 247.
WALLACE, Alfredo Russel, 38, 219.
WALLACE, 23.
WALTER, Leon, 387, 446.
WATERTON, 218.

WATAGHIN, Gleb, 449, 451, 455.
WATJEN, Hermann, 43, 244.
WEBER, Adna Ferrin, 9, 63.
WEBER, O., 223.
WEGENER, A., 20, 23.
WEINGARTNER, 264, 266.
WERNER, Abraham, 213, 215.
WETHERELL, 268.
WILLEMS, Emilio, 4, 238, 459.
WILSON, 383.
WISSLER, Clark, 2, 4.
WIRTH, Louis, 402, 452.
WOLFF, Ferdinand, 206.

WORMS, Gastão, 274.
WUCHERER, 162, 165.
WURMSER, André, 401.

XAVIER, S. Francisco, 129.
XAVIER, José Joaquim da Silva, o Tira-
dentes, 70, 90, 91, 184.

ZANINI, M., 282.
ZWINGLIO, 129.



Índice de assuntos



Índice de assuntos

Abolição, 360, 361, 375, 379.
consequências da —, 97.
expansão do ensino primário e a —, 431.
mentalidade escravocrata e o ensino técnico, 338.
romantismo e o ideal abolicionista, 189.

Abolicionismo, V. *Abolição*.

Academia

— de Belas Artes, 266, 270, 364.
— de Belas Artes da Baía, 272.
— de Belas Artes de Belém, 271.
— de Belas Artes de Belo Horizonte, 271.
— de Belas Artes de Manaus, 271.
— Brasileira de Ciências, 211.
— Brasileira de Letras, 194.
— de Ciências de Paris, 228.
— Científica, 211.
— Imperial de Marinha, 435.
— de Marinha, 329, 437.
— Médico Cirúrgica, 213.
— Militar, 213.
— Militar da Corte, 436.
— Militar e de Marinha, 435.
— Nacional e Imperial de Marinha, 435.
— Nacional de Medicina, 168, 211.
— Naval, 159.
— Real de Marinha, 159, 437.
Real — Militar, 159-60, 329, 435.
Real — de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, 330.

Açúcar

— e a agricultura latifundiária, 43-44.
civilização do —, 43-45.
desenvolvimento tecnológico e monocultura da cana de —, 153-54.
estrutura da primitiva sociedade colonial e o —, 84-86.
origem da cana de —, 43.
produção, estatística, 44.
V. *Engenhos*

Africanos

o catolicismo e os —, 134-35.
escravidão, V. *Abolição*, *Escravidão Negra*.
música popular brasileira e os —, 255-56.
população africana no Brasil, 30-32.
V. *Assimilação*.

Agricultura

cana de açúcar, V. *Açúcar*.
café, V. *Café*.
Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, 441.

Agricultura

- coivara, destruição da floresta pelo fogo, 51.
- conquista do solo, 87-88.
- engenho, V. *Engenho*.
- fumo, estatística de produção, 44.
- lavoura e os jesuítas, 309-10.
- monocultura, V. *Monocultura*.
- Patronatos Agrícolas, 380.
- policultura, 54-55, 377.
- propriedades agrícolas, V. *Propriedade*.
- Real Horto, 213.
- V. *Botânica, Escola, Economia, Estatística*.

*Agronomia, V. Agricultura.**Ameríndios, V. Assimilação, Indígenas.**Analfabetismo, estatística, 375.**Antropologia, 231-32.**Aristocracia*

- rural, na sociedade colonial, 87-88; e o regime monárquico, 92-93.
- territorial, força conservadora na República, 97-98.
- educação aristocrática, 336.

Arquitetura

- a casa colonial, 254-55.
- colonial, renascimento, 276-77; "função" dos elementos arquitetônicos, 277.
- moderna, 277.
- religiosa, 248; e a — civil, 254.
- arte dos jardins e a —, 277.
- "campanha da — tradicional", 276.
- claustros do Nordeste, 250-51.
- desenvolvimento urbano no século XX e a —, 275-76.
- igrejas e conventos da Baía, 135.
- V. *Academia, Arte, Escola, Liceu, Museu, Sociedade*.

Arte

- amadurecimento artístico do país, 284.
- aparecimento da — no Brasil, 248.
- apogeu artístico e apogeu econômico, 250.
- arquitetura, V. *Arquitetura*.
- aplicada, 267.
- aplicada à indústria, 281-82.
- , um fator de documentação cultural, 245-46.
- dos jardins e a arquitetura, 277.
- artes populares e artes indígenas, 271-72.
- caricatura, V. *Caricatura*.
- centros de cultura artística, 266, 272.
- cerâmica, 273, 282.
- crítica artística, 284-85.
- descentralização política e a —, 271.
- desenho, V. *Desenho*.
- desenvolvimento da — durante o domínio holandês, 246-48.
- educação estética do povo, 282-83.
- escultura, V. *Escultura*.
- estilo barroco, V. *Barroco*.
- expansão artística, 271-73.
- influência francesa e a — colonial, 258-61, 267.
- movimento artístico moderno, 284.
- música, V. *Música*.
- ourivesaria, 253-54, 273.
- pintura, V. *Pintura*.
- público e o artista, 280-83.
- República e o desenvolvimento da —, no Brasil, 246.
- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 423.
- Torêutica, 251-52, 273.
- V. *Instituições artísticas*.

Assimilação

- das elites e a cultura jesuítica, 154.
- étnica, 31-32, 35-36, 84, 106-09.
- social, 24, 31, 35-36, 83-84, 106-09, 154-55, 180.
- columim e a —, 180.
- contactos linguísticos e a língua vernácula, 180-81.
- cultura nacional e as culturas ibérico e anglo-saxônica, 24; e as culturas ameríndia, africana e ibérica, 84, 106-09; e a cultura sefardínica, 154.
- miscegenação e a distância social entre senhores e escravos, 83-84.
- nacionalização das escolas do sul do país, 415.

Associação

- dos Artistas Brasileiros, 282.
- dos Artistas Plásticos de S. Paulo, 282.
- Brasileira de Educação, 385-86, 387, 388, 393, 396.
- Brasileira de Imprensa, 418.
- Brasileira de Música, 280.
- dos Geógrafos Brasileiros, 238.
- associações científicas, 168.
- associações profissionais, 168.
- Instituto "Brasil-Estados Unidos", do Rio de Janeiro, 419.
- União Cultural "Brasil-Estados Unidos" de S. Paulo, 419.

Astronomia

- no Brasil, 222-24.
- observatórios, V. *Observatório*.

Atividade científica

- antropologia, 231-32.
- astronomia, 222-24. V. *Observatório*.
- de brasileiros e de estrangeiros no Brasil, 224.
- durante o ministério do Visconde do Rio Branco, 226-27.
- no período holandês, 208-09.
- botânica, V. *Botânica*.
- Congresso Científico Americano, (VIII), 425.
- curios de ciências no Museu Nacional, 352.
- desenvolvimento da — no Brasil, 207-36.
- D. Pedro II e a —, 225-26, 351-52.
- Enciclopédia Brasileira, 419.
- "Escola Baiana" e a —, 371.
- Escola de Minas, centro de pesquisas científicas, 160, 166.
- estudos científicos e os estudos literários, 370; e a reforma da Universidade de Coimbra, 319; e a lavoura cafeeira, 377.
- expedições, V. *Expedição*.
- filosofia e —, 240-43.
- física, V. *Física*.
- geografia, V. *Geografia*.
- geologia e paleontologia, V. *Geologia, Paleontologia*.
- instituições científicas e D. João VI, 213-16; utilitarismo das, 370; e as transformações sociais, 441.
- José Bonifácio e sua —, 212-13.
- matemática, 228-29.
- medicina, V. *Medicina*.
- missões, V. *Missões científicas*.
- naturalistas estrangeiros e a —, 209, 215-20.
- objetividade na, 115-16, 161-62.
- produção literária e a produção científica, 207-08.
- reforma pombalina e a —, 211.
- revolução científica e o Brasil, 210.
- romantismo e a —, 225.
- sociologia, 238-40.
- viajantes franceses e a —, 210.
- V. *Academia, Escola, Faculdade, Instituto, Sociedade*.

Atlântico

- o — e a civilização brasileira, 21-22.

Barroco

- estilo, 248-50.
- civil e o absolutismo político, 254.
- claustros do Nordeste e o —, 250.
- diferenças regionais no —, 249-50.

Biblioteca

- “ — de Educação” (Cia. Melhoramentos), 394.
- Infantil de S. Paulo, 419.
- Nacional, 213, 231, 328, 351, 352.
- “ — Pedagógica Brasileira” (Cia. Editora Nacional) 394.
- Pública, 213.
- Municipal de S. Paulo, 419.
- bibliotecas, 231
- Conselho Bibliotecário do Estado, 419.
- cultura intelectual e as bibliotecas, 357.
- Escola de Biblioteconomia, 419.
- movimento bibliotecário, estatísticas, 419; na cidade de S. Paulo, 419.

Botânica

- no Brasil, 215-16.
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 137, 371.
- Real Jardim Botânico, 213, 230-31.
- V. *Atividade científica*.

Burguesia

- na sociedade colonial, 86.
- desenvolvimento da — nas cidades, 86-87.
- ensino técnico e a —, 379.
- jesuítas e a — urbana, 310.

Café

- atração de imigrantes europeus pelo —, 52.
- civilização urbana e o —, 76-77.
- deslocamento do eixo econômico e o —, 51-52.
- estatística do — 52.
- estradas de ferro e a produção cafeeira, 52-53.
- estrutura econômica do Império e o —, 51-52.
- estudos científicos e o —, 377.
- expansão artística em S. Paulo e o —, 272-73.
- origem do cafeeiro, 51.

*Cana de açúcar, V. Açúcar.**Capelães, V. Clero.**Capitanias hereditárias, 82-83.**Caraça, Colégio do, 138, 333, 348.**Caráter*

- análise do — coletivo, 106.
- traços fundamentais do — brasileiro, 45, 109-23.
- V. *Mentalidade*.

Caricatura

- e o desenho humorístico, 267.
- caricaturistas, 267.

*Casa, V. Habitação.**Casa-Grande*

- capelães da — 135, 298.
- a —, características da paisagem cultural, 45.
- a Igreja e a —, 298-99.
- ação dos jesuítas na — 298.
- V. *Engenheiros*.

Catequese

- da colônia, 290-91.
- columim, 180.
- jesuítas e os valores nativos, 294.
- índios e a — 312.

Catolicismo

- catequese, V. *Catequese*.
- Companhia de Jesús, V. *Jesuítas*.
- Concílio de Trento, 129.
- conventos da Baía, 135, 137-38.
- crise da Igreja brasileira, 147-48.
- cultura brasileira e o —, 133-34, 136-37, 147-48.
- disciplina moral católica e os jesuítas, 296, 299-300.
- doutrina pedagógica católica, 397-98.
- escolas e o —, V. *Escolas*.
- grandes figuras do —, da atualidade no Brasil, 147-48.
- igrejas da Baía, 135.
- influências afro-índias e o —, 134-35.
- instituições de ensino e o —, V. *Colégio, Escola, Liceu, Seminário de Olinda*.
- jesuítas, V. *Jesuítas*.
- laicização do Estado e o —, 145-46.
- liberdade de culto, 141-42.
- mentalidade católica, 147-48, 300.
- missões e o — 131-32.
- mosteiros, 138.
- movimento pedagógico e o —, 397-98, 401.
- oradores sacros do período colonial, 136-37.
- ordens e congregações, V. *Ordens católicas*.
- pedagogia católica, 367; e pedagogia protestante, 350.
- política escolar da Igreja, 397.
- política de transigência do —, 134-35.
- Questão Religiosa, 139-40.
- seminários e o liberalismo, 136. V. *Seminário de Olinda*.
- união Estado-Igreja, 139-42.
- V. *Clero, Religião*.

Cerâmica, 273, 282.**Centralização, V. Unidade.****Centro**

- Artístico Juventas, 282.
- D. Vital de S. Paulo, 397-98, 410.
- Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, 441.
- centros de cultura artística, 265-66, 269.

Cidades

- atividade pastoril e o desenvolvimento das —, 71-72, 73.
- burguesia das —, 86-87.
- , capitais políticas, 76-77.
- , centros de cultura intelectual, 9-10.
- “— fortalezas”, 64.
- do litoral, 73-74.
- e o movimento reformador da educação, 384.
- nas regiões das minas, 69-70, 71-72.
- do sertão comparadas às do litoral, 73-74.
- desenvolvimento das — no século XIX e a arquitetura, 275-76.
- engenhos e as —, 66.
- estrutura social nas —, 86-87.
- evolução e função das — brasileiras, 64-79.
- famílias patriarcal e operária e a urbanização, 430.
- fatores de desenvolvimento da civilização urbana, 76-79.
- habitação nas —, 69, 74, 87, 254. V. *Habitação*.
- jesuítas e a burguesia urbana, 310-11.
- migrações e as —, 76, 442.

Cidades

- nível intelectual da classe média urbana, 342-43.
- origem das — brasileiras, 68.
- paisagem urbana e rural no Brasil, 55.
- população das — nos séculos XVI e XVII, 66; de S. Paulo, 384; de Recife e Olinda, 67, 246-48.
- toponímia das —, 68.

Cinema

- Divisão do — Educativo, 421.
- função educativa do —, 420.
- Instituto Nacional do — Educativo, 421.
- Serviços de Rádio e — Educativo, 421.

Civilização

- caráter cristão da — nacional, 144.
- do açúcar, 45.
- da área pastoril, 88-89.
- do couro, 47-48.
- indígena, 37-38.
- ocidental, 38.
- do ouro, 46-48.
- portuguesa e os jesuítas, 295-99.
- conceito de —, 1-11.
- fatores do desenvolvimento da — urbana, 76-79.
- influências ameríndia, africana e ibérica na — brasileira, 84, 106-09; ibérica e anglo-saxônica na — brasileira, 24; sefardínica na — brasileira, 153.
- V. *Cultura, Mentalidade, Sociedade*.

*Ciência, V. Atividade científica.**Classes*

- aristocracia, V. *Aristocracia*.
- ascensão de mestiços e evolução política, 342-43.
- ascensão social do bacharel, 154-55, 303, 447; do clérigo, 154-55; e o grau de Mestre em Artes, 303; e as profissões liberais 378-79.
- burguesia, V. *Burguesia*.
- econômicas e a literatura, 175-80.
- cultura humanística e as — sociais, 429.
- descentralização do ensino e a aproximação das camadas populares e cultas, 381-82.
- diversificação da educação e a diferenciação de — sociais, 339, 439.
- educação popular e a formação de elites, 380-81.
- elite intelectual, classe dirigente, 337.
- ensino secundário, ensino de classe, 430.
- inatividade "sinal de classe", 85.
- literatura "sinal de classe", 176.
- militares e a filosofia de Comte, 364.
- vida econômica do país e as — sociais, 55-56.
- V. *Profissões*.

Clero Católico

- capelães das Casas Grandes, 134, 298.
- cultura humanística e a carreira eclesiástica, 428.
- desnacionalização do — 147.
- idéias liberais e o —, 325.
- interpenetração dos mundos clerical e pedagógico, 350-51.
- letras e o — 136-37.
- laicização do Estado e a atitude do —, 145-47.
- unidade cultural e os capelães, 316-17.
- V. *Catolicismo*.

Colégio

- Abílio, 348.
- Americano Fluminense, 368.
- Americano (Petrópolis), 368.
- Americano (Pôrto Alegre), 350.

Colégio

- Americano (Taubaté), 368.
- Bennett (Rio de Janeiro), 368.
- Brandão, 334.
- de Campinas, 348.
- de Campo Belo, 348.
- do Caraça, 138, 333, 348, 349.
- do Centenário (Rio Grande do Sul), 368.
- de Congonhas do Campo, 348.
- Granbery, 368.
- das Irmãs Marcelinas, 148.
- das Irmãs do Sagrado Coração de Jesús, 148.
- Isabela Hendrix (Belo Horizonte), 368.
- dos Jesuítas, (Destêrro), 348.
- do Dr. Kopke, 348.
- Meneses Vieira, 334, 348.
- Metodista (Ribeirão Preto), 368.
- Mineiro (Juiz de Fora), 368.
- Naval, 438.
- de Nossa Senhora de Sion, 148.
- des Oiseaux, 148.
- Pedro II, 334, 335, 364, 373, 374, 430; e a educação aristocrática, 334; e o ensino secundário, 346; e o ensino religioso, 354; ginásio de tipo clássico, 336.
- Piracicabano, 350, 368.
- Progresso, 348.
- de S. João, (Baía), 348.
- de S. Luiz, (Itú), 334, 348.
- de S. Paulo, 291.
- de S. Pedro de Alcântara, 348.
- Stall, 348.
- União (Uruguaiana), 368.
- “colégios” dos jesuítas, 290, 302-10, 350.
- primeiros colégios leigos e protestantes, 350-51.

Colonização

- capitanias hereditárias, 82.
- centralização e descentralização política e o início da —, 83.
- do Brasil e da América do Norte, 49-50.
- portuguesa, 30.
- e os bandeirantes, 90.
- e a conquista do solo, 87-88.
- Governo Geral de 1549 e a —, 83.
- início da — no Brasil, 82-83.
- mineração, incentivo para a —, 47-48.
- Serra do Mar e a —, 21-22.
- tropeiros e a —, 91.
- V. *Imigração*, *População*.

Comércio

- civilização urbana e o —, 76.
- Código comercial, 157.
- do pau brasil, tráfico e monopólio, 42.
- Companhia das Índias Ocidentais, 142.
- ensino comercial, 441, 444. V. *Escola*, *Ensino*.
- transporte e o —, 56-58.

Companhia de Jesús, V. *Jesuítas*.

Comunicação, V. *Meios de Comunicação*.

Condições naturais

- clima e as —, 25-26.
- costas, 28.
- fauna e as —, 27.
- flora e as —, 26-28.
- fronteiras geográficas, 49.
- geologia, 27-28.

Condições naturais

- meio físico, 8.
- relêvo e as —, 24-25.
- teoria das translações continentais, 20, 23.

Conferências

- Nacionais de Educação, 385, 388, 413-14.
- Quarta Conferência Nacional de Educação, 398, 400.
- Quinta Conferência Nacional de Educação, 400, 403, 409.

Congregações católicas, 136-38.*Congressos*

- Nacionais de Educação, 385, 388.
- debates de questões educacionais, 386, 388-89.
- VIII Congresso Científico Americano, 425.

Conservatório

- Dramático e Musical de S. Paulo, 272.
- de Música, 269, 364.
- de Música de Pôrto Alegre, 272.
- de Música do Recife, 272.

Constituição

- Assembléia Constituinte de 1933 e a renovação pedagógica e cultural, 409-10.
- de 16 de julho de 1934 e a educação nacional, 410-11, 413.
- de 1937, 412; e a educação profissional, 44-45.
- de 24 de Fevereiro de 1891 e a democratização do ensino secundário, 431; e a descentralização do ensino primário, 361-62, 381-82; e a expansão do ensino primário, 431; e a organização do ensino na República, 361-62; e a política educacional, 381-82.

Conventos, 135, 137.*Côrte*

- Academia Militar da —, 437.
- chegada da — portuguesa ao Rio de Janeiro, 328.

Crise

- da Igreja brasileira, 145-46.
- de 1929, 101-02.

Cristianismo, V. *Catolicismo*, *Protestantismo*.*Crítica*

- artística, 284-85.
- espírito crítico e pensamento pedagógico durante o Império, 355.

Cultura

- arte e a — francesa, 258-61, 265.
- Assembléia Constituinte de 1933 e a renovação cultural, 409-10.
- "Bildung", 6.
- catolicismo e a — nacional, 133-34, 136-38, 147-48.
- centros de — artística, 266, 271-72.
- conceito de —, 1-9.
- conceito de — brasileira, 10-12.
- científica no Brasil e a reforma da Universidade de Coimbra, 319; e a transformação social, 440.
- colonial, 133-34, 211, 311; obscurantismo do Brasil na época colonial, 211.
- das elites e do resto da população, 339.
- de caráter enciclopédico, 167-68.
- holandesa e a — portuguesa, 248-49.
- humanística, V. *Humanismo*.

Cultura

- indígena, 37.
- jurídica, 157.
- qualitativa, 416.
- “Cultura tipo”, 6.
- Departamento de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, 421.
- D. João VI e a — especializada, 158-59, 329; e a cultura geral, 184-85.
- 10 de Novembro de 1937 e a política cultural, 411-12.
- evolução da — brasileira: o Império e a República, 362-63.
- iniciativa privada na — nacional, 329-30.
- jesuítas e a — brasileira, V. *Jesuítas*.
- “Kultur”, 5-6.
- “Kulturkreise”, 4.
- “Kulturschichten”, 4.
- liberalismo e a paisagem cultural brasileira, 324-27.
- nível cultural e sistemas escolares, 374-75.
- organização econômica e o tipo de —, 439.
- política nacional de educação e —, 456.
- protestantismo e a — brasileira, 143-44.
- raízes históricas do desenvolvimento da —, 427-28.
- religião e a — nacional, 129-30.
- República, do ponto de vista cultural, 372.
- Seminário de Olinda, sua influência cultural, 320. V. *Seminário de Olinda*.
- Sociedade de — Artística, 272.
- unidade cultural do país, V. *Unidade*.
- universidades e a formação de elites culturais, 447-48; seu papel em nosso sistema cultural, 449-50.
- V. *Assimilação, Civilização, Educação, Mentalidade, Profissão*.

Democracia

- Administrativo do Serviço Público, D.A.S.P., 414, 456.
- cultura humanística e o espírito democrático, 430.
- democratização do ensino, 411-12, 417, 431.
- descentralização do ensino e a aproximação de classes sociais, 381.

Demografia, V. População.**Departamento**

- Administrativo do Serviço Público, D.A.S.P., 414, 456.
- Municipal de Cultura de S. Paulo, 238.
- de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, 421.

Desenho

- caricaturistas, 267-68.
- humorístico e caricatura, 268.
- Escola de — e Pintura de Curitiba, 271.
- V. *Arte*.

Diamantes, V. Minas.**Direito**

- ascensão social e o grau de bacharel, 154-55, 303, 447.
- a cultura jurídica, 157; nascimento, 168; e a cultura humanística e literária, 428.
- direção política do país e os bacharéis, 164-65.
- Faculdades de — no país, 340.
- influência da mentalidade jurídica e profissional, 379.
- mentalidade jurídica na legislação escolar a partir de 1891, 362.
- preponderância do jurídico sobre o econômico, 165.
- prestígio do bacharel, 163.
- V. *Legislação*.

Economia

- atração de imigrantes europeus e a —, 52-53.
- classes econômicas e a literatura, 175, 180.
- classes sociais e a vida econômica do país, 54-55.
- desenvolvimento tecnológico e o açúcar, 153-54.
- desinteresse econômico, 114-15.
- divisão do trabalho e hierarquia de tipos profissionais, 446.
- no decênio de 1931-41, 442.
- escravidão negra e o trabalho livre, 54, 360.

Economia

evolução de idéias educacionais e transformações econômicas, 384.
 Faculdade de —, Política e Direito do Distrito Federal, 408.
 fronteiras econômicas, 49-50.
 organização econômica e diversificação educacional, 440; e diversificação profissional, 440; e o tipo de cultura, 439-40.
 pequena propriedade e a —, 101-02.
 sistema educacional e a evolução da vida econômica, 383, 393; e o nível econômico e cultural, 375-76.
 sociedade colonial: sua estrutura e a — do açúcar, 84-87
 surto industrial e os novos problemas, 100-01, 360, 443.
 relações entre o apogeu econômico e o apogeu artístico, 250.
V. Agricultura, Comércio, Estatística, Gado, Indústria.

Educação

Associação Brasileira de — 385-86, 387, 388, 393, 396.
 "Biblioteca de —", (Editada pela Cia. Melhoramentos de S. Paulo), 394.
 "Biblioteca Pedagógica Brasileira" (Editada pela Cia. Editora Nacional), 394.
 bolsas de estudo para a América do Norte, 455; para a Europa, 455; para a Universidade de Coimbra, 319.
 centralização e descentralização educacional, *V. Unidade.*
 cinema educativo, *V. Cinema.*
 congressos e conferências de —, *V. Conferências, Congressos.*
 debates de questões de — 386, 388-89.
 diversidade de — das várias classes sociais, 336-39, 342, 380, 381, 439.
 — estética, 282-83.
 — feminina, 374, 381.
 — humanística, *V. Humanismo.*
 — jesuítica, *V. Jesuítas.*
 educadores protestantes e idéias pedagógicas americanas, 368.
 "Education Act", de Lord Fisher, 383.
 estatística da —, *V. Estatística.*
 expansão dos centros urbanos e o movimento reformador da — 384.
 excesso de bacharéis e doutores, 164.
 função social da escola, 356-57.
 grandes educadores brasileiros, 343, 375-76.
 graus de bacharel e de Mestre em Artes e ascensão social, 154-55, 303.
 Igreja, sua política escolar, 397; e as reformas pedagógicas, 398, 401, 402. *V. Catolicismo, Protestantismo.*
 iniciativas privadas e a —, 351.
 instrução e manifestação cultural no Império, 356.
 interpenetração do mundo clerical e do mundo pedagógico, 350-51.
 legislação nacional e a —, *V. Constituição, Legislação.*
 Manifesto dos pioneiros da educação nova, 399-40.
 Ministério da Educação e Saúde, 395, 398, 413, 414, 419, 421, 422-23.
 Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, 364.
 nacionalização das escolas do sul do país, 415.
 novas correntes pedagógicas, 386-89.
 novos ideais pedagógicos em Portugal, 313.
 Pedagogium, 382; e a unidade do ensino nacional, 365.
 política educacional e cultural, 457-58; condições de sua unidade orgânica, 389; como função da política em geral, 457.
 política educacional e a Independência, 330-31.
 política imperial de — e as atitudes pessoais do Imperador, 352-53.
 política portuguesa e a — no Brasil, 304-08.
 projetos de reforma, *V. Reforma educacional.*
 professores estrangeiros, Missões, 239-40, 449, 455.
 rádio educativo, *V. Rádio.*
 reformas educacionais, *V. Reforma educacional.*
 religião, *V. Catolicismo, Protestantismo, Religião.*
 renovação da — e a Assembléia Constituinte de 1933, 409; e a política Panamericana, 419; e o Seminário de Olinda, 326-27; *V. Reforma educacional.*
 revolução de 1930 e a —, 394-96, 398, 400-04.
 sistemas escolares federais e estaduais, 382; e as transformações políticas da Europa post-guerra, 383; e o nível econômico e cultural, 375-76.
 universidades, seu papel, 357, 447-48, 450. *V. Universidades.*
V. Cultura, Ensino, Escola, Instituições Pedagógicas, Legislação, Profissões, Universidade.

Elites

- assimilação das —, 154.
- classe dirigente, uma elite intelectual, 337.
- diferença entre a cultura das — e do resto da população, 339.
- educação popular e a formação de —, 381-82.
- padronização das —, 134.
- segregação das — intelectuais, 171.
- universidade, seu papel na formação das — culturais, 447-48.

Engenharia

- Escola de —, 378. V. *Escola, Instituto*.
- e estudos objetivos, 161.
- projeção social do engenheiro, 161, 164, 378, 446.
- vultos da — no Brasil, 161.

Engenhos

- idades e os —, 66.
- , focos de mestiçagem, 296.
- , fábricas e fortalezas, 86.
- senhor de engenho e o jesuíta, 297.
- V. *Casa Grande*.

Ensaistas, 199-200.**Ensino**

- aulas e escolas régias, 315, 317-18; sua orientação e a estrutura da sociedade colonial 323-24.
- centralização e descentralização do —, V. *Unidade*.
- curso de ciências puras no Museu Nacional, 352.
- democratização do —, 411-12, 417; do — secundário e a Constituição de 91, 431.
- especial, 364, 434; Imperial Instituto de Meninos Cegos, 364; Instituto de Cegos, 434; Instituto de Surdos Mudos, 364, 434.
- feminino secundário, 374, 381, 411; feminino superior, 381.
- humanístico, V. *Humanismo*.
- jesuítico, V. *Jesuítas*.
- militar, 434, 435-39.
- naval, 435-39.
- normal, 376, 407, 453; formação de professores primários, 453; formação de professores secundários, 453-54; frequência feminina, 381; e a pedagogia norte-americana, 367-77.
- objetivo e a Escola de Minas de Ouro Preto, 343, 353.
- primário, 375, 406, 411, 415; descentralização do — e a constituição de 91, 361, 381-82; durante o Império, 337; estatística do — 337, 346, 415, 431; expansão do —, 431; formação do professorado de —, 453; intervenção da União no — 388; — jesuítico, 293-94; tipo de — confiado às províncias, 345.
- secundário, 346-49, 373-74, 406, 411, 415; democratização do —, 431; “— de classe”, 431; estatística do —, 432; expansão, 411; — feminino, 374, 381, 411; formação do professorado de —, 453-54; — jesuítico, 301-02, 303-04; controle do governo central, 361-62; influência religiosa no —, 433; institutos particulares, 348-49; — e os lazaristas, 349-50; — e os liceus, 347; rebaixamento de nível no, 431; reformas do —, 382, V. *Reforma educacional*; e os salesianos e beneditinos, 350; — de tipo clássico, 346.
- superior, 395-96, 406-09, 411, 416, 447-54, 455; durante o Império, 341-42, 343; estatística do — 158, 338, 340, 378, 434, 447, 450; frequência feminina no — 381; — e o governo da União, 361-62; — jesuítico, 301-02, 303; — profissional, 428-29; 433-34; profissional de base literária, 369-70; profissionalização do —, 329-30, 370, 430-31, 434-35; reformas do —, 382. V. *Reforma Educacional*.
- técnico e profissional, 379-81, 406, 412, 443-44, 445-46; — e a burguesia, 379; — comercial, 441, 444; — e a constituição de 37, 444-45; cooperação de fábricas e oficinas, 445-46; estatísticas do — 446; — no Império, 338; industrial, 445-47; e a mentalidade escravocrata, 339; — em S. Paulo, 641; — superior e a Revolução francesa, 433.
- especialização do — e o desenvolvimento das indústrias, 439-40, 443-44; e a transformação social, 446.
- expansão e — da língua portuguesa, 294, 298.
- finalidade profissional do —, 156.
- Franciscanos e o — apoio à Reforma de Pombal, 318.
- laicização do —, 366-67, 368-69, 398-99.

Ensino

- literatura pedagógica, 355.
- matrícula geral em escolas primárias no fim do Império, 356.
- método de Lancaster, 331.
- pedagogia católica e pedagogia protestante, 367.
- pensamento pedagógico no Império, 355.
- progresso do — em S. Paulo, 345-46.
- raízes históricas do desenvolvimento do —, 427-28.
- reformas educacionais, V. *Reforma educacional*.
- tipo de instrução e a organização da sociedade brasileira, 439.
- transformação social e o desenvolvimento do — técnico, 440-42; e a especialização do —, 446.
- V. *Cultura, Educação, Escola, Instituições Pedagógicas, Legislação, Profissões, Universidade*.

Escola

- Ateneu Sergipano, 348.
- "colégios" dos jesuítas no Império, 350;
- curso de Alto Comando, 436.
- Agrícola de Juiz de Fora, 441.
- Agrícola de Viçosa, 380.
- de Agricultura e Veterinária de Olinda, 148.
- de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre, 441.
- do Alto (Rio de Janeiro), 368.
- Americana, (S. Paulo), 368.
- de Aperfeiçoamento de Oficiais, 436.
- de Aprendizes e Artífices, 380.
- das Armas, 436.
- de Artes e Ofícios "Venceslau Braz", 379.
- de Artilharia de Costa, 436.
- de Aviação, 436.
- "baiana" e sua atividade científica, 371.
- "baiana" de pintura, 266.
- de Belas Artes de S. Paulo, 271-72.
- de Belas Artes da Universidade de Porto Alegre, 452.
- de Biblioteconomia, 419.
- Central, 227, 436.
- Central do Rio de Janeiro, 213.
- de Comércio Álvares Penteado, 377, 379.
- de Comércio Amaro Cavalcante, 444.
- de Comércio do Mackenzie College, 377.
- de Desenho e Pintura de Curitiba, 271.
- Doméstica de Natal, 380.
- de Educação Física do Exército, 454.
- de Educação da Universidade do Distrito Federal, 408.
- de Engenharia do Mackenzie College, 369, 377.
- de Engenharia de Minas Gerais, 447, 448.
- de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, 452.
- de Estado Maior, 436, 438.
- de Geógrafos do Exército, 436.
- de Intendência, 436.
- Livre de Sociologia e Política de S. Paulo, 172, 238, 406.
- de Marinha, 437.
- de Medicina da Baía, 371.
- de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro, 369.
- Militar, 159, 227, 228, 364.
- Militar do Rio de Janeiro, 436.
- Militar de Porto Alegre, 436.
- de Minas, 158, 165-66, 227.
- de Minas de Ouro Preto, 343, 353, 366, 378.
- de Moto-Mecanização, 436.
- Nacional de Agronomia, 441, 445.
- Nacional de Belas Artes, 364.
- Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, 452.
- Nacional de Educação Física e Esportes, 454.
- Nacional de Música da Universidade do Brasil, 269, 452.
- Nacional de Química, 406, 441, 444.

Escola

- Nacional de Veterinária, 441, 445.
- Naval, 438.
- Normal de S. Paulo, 376.
- Politécnica do Rio Grande do Sul, 369.
- Politécnica do Rio de Janeiro, 158, 227, 229, 364.
- Politécnica de S. Paulo, 369, 376.
- Prática de Artilharia da Marinha, 438.
- Profissional Sousa Aguiar (Distrito Federal), 379.
- Real de Ciências, Artes e Ofícios, 258, 330.
- Regional de Meriti, (Estado do Rio de Janeiro), 385.
- Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", 377, 380, 441.
- Superior de Agricultura e Veterinária, 441, 445.
- Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, 441.
- Superior de Guerra, 436, 437.
- Técnica do Exército, 436.
- Técnica do Mackenzie College, 443.
- de Veterinária, 436.
- de Veterinária de Olinda, 148.
- escolas de altos estudos, missão das, 449-50.
- escolas de aprendizes e artífices, 442, 445.
- "escolas" artísticas e descentralização política, 271.
- escolas de Engenharia, 378.
- escolas nos mosteiros, 137-38.
- escolas profissionais, agrícolas, 441; — de comércio, 744; — industriais, 442.
- escolas protestantes no regime republicano, 368.
- escolas do sul do país, nacionalização, 415.
- escolas superiores, novos tipos, 434; predomínio, 452.
- escolas superiores profissionais no Império, função, 434.
- estatística escolar, V. *Estatística*.
- Externato Aquino, 348.
- função social das —, 357.
- instituições particulares de ensino secundário, 348-51.
- Mackenzie College, 143, 350, 369, 377-78, 443.
- Pôrto Alegre College, 368.
- primeiras escolas do Brasil, 133, 213-14, 290, 293, 350.
- sistemas escolares e o nível econômico e cultural, 375.
- V. *Educação, Ensino, Instituições Pedagógicas, Legislação*.

Escolástica

- cultura — do período colonial, 211-13.
- mentalidade — na Península Ibérica, 299.

Escravidão Negra

- abolicionismo, V. *Abolição*.
- atividade industrial e os escravos, 55, 439.
- desenvolvimento da agricultura e a —, 440.
- estrutura econômica colonial e a —, 43-44.
- estrutura social colonial e a —, 84-85.
- introdução da —, no Brasil, 43.
- trabalho livre e a —, 360.
- mentalidade escravocrata e o ensino técnico, 337-38.
- miscegenação e a distância social entre senhores e escravos, 84-85.
- V. *Africanos, Assimilação*.

Escultura

- Aleijadinho, 251-52, 273.
- dos claustros do Nordeste, 249-50.
- moderna, 273.
- barroca, 248-50; barroco civil e o absolutismo político, 254; diferenças regionais na —, 249-50.
- renascimento da —, 273.
- torêutica, 251-52, 273.
- V. *Arte, Instituições artísticas*.

Espírito

- ausência de — de cooperação, 117.
- católico, 300; renascimento do —, 147.

Espírito

- crítico e a bibliografia pedagógica brasileira no Império, 355.
- democrático e o ensino humanístico, 430.
- nacional, V. *Unidade*.
- federativo, 92-93, 360-61.
- V. *Mentalidade, Caráter*.

Espiritismo

- expansão do —, 144.
- Federação espírita, 145.

Estatistas

- e a eloquência parlamentar, 192-93.
- do Império, 93-94.

Estatística

- bibliotecas, movimento, 418-19.
- desenvolvimento da — e a Revolução de 1930, 424-25.
- demográfica, V. *População*.
- do ensino, analfabetismo, 375; — primário, 346, 356, 415, 431-32; — profissional, 443;
 - secundário, 443; — superior, 158, 338, 340, 378, 434, 447, 450.
- da difusão de jornais, 417-18.
- da difusão de revistas brasileiras, 417-18.
- das escolas de preparação às profissões liberais, 434.
- de imigrantes, 360, 375, 442.
- de indústrias, capitais invertidos, 359; mão de obra, 439, 442; produção, 59-61, 443; propriedades, 443.
- do movimento editorial de livros, 417.
- da produção de açúcar, 44.
- da produção de café, 51-52.
- da produção de couros, 48.
- da produção de diamantes, 46.
- da produção de fumo, 44.
- da produção de ouro, 46.
- de propriedades agrícolas, 101, 443.
- de rádios transmissores, 420.
- dos templos e religiões, 143-44.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 238, 425, 456.
- recenseamento, V. *População*.
- serviços estatísticos, 424-25.

*Estradas, V. Meios de comunicação.**Etnografia*

- estudos etnográficos no Brasil, 236-37.
- Sociedade de Etnografia e Folclore, 238.
- V. *Museu*.

Etnologia

- estudos etnológicos no Brasil, 236-37.

Expedições

- Expedição Agassiz, 221, 227.
- Expedição científica das províncias do Norte, 227.
- Expedição Marchoux-Simond, 165.
- Expedição Thayer, 221.
- V. *Missões científicas*.

Faculdade

- de Direito da Baía, 369.
- de Direito de Fortaleza, 369.
- de Direito de Manaus, 369.
- de Direito de Minas, 369, 447, 448.
- de Direito de Olinda, 156, 215, 433.
- de Direito do Pará, 369.
- de Direito de Porto Alegre, 369.
- de Direito do Recife, 338, 433.
- de Direito do Rio de Janeiro, 369.

Faculdade

- de Direito de S. Paulo, 156, 215, 338-39.
- de Economia, Política e Direito da Universidade do Distrito Federal, 408.
- de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal, 408, 416, 448, 449.
- de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, 238, 408, 416, 448, 449, 450-51, 452, 454, 455.
- de Filosofia de S. Bento, 408.
- de Medicina de Minas Gerais, 447, 448.
- de Medicina de S. Paulo, 377.
- Nacional de Filosofia, 408, 416, 448.
- faculdades de direito, 157-58, 338.
- faculdades de medicina do país, 340, 378.

Família

- ação educativa dos jesuítas e a — patriarcal, 297.
- domínio das "grandes famílias", 101-02.
- operária e a urbanização, 430.
- patriarcal e a cultura humanística, 430; e a urbanização, 430.
- solidéz e coesão da — brasileira, 117.

Filosofia

- ciência e —, 240-41.
- escolástica, influência no Brasil, 133-34, 299.
- de Farias Brito, 242-43.
- positivista, V. *Positivismo*.

Fisco

- imposto do quinto, 46.
- subsídio literário, 315.

Física

- no Brasil, 221-22, 451.
- físicos no Brasil, 229-30.

Folclore

- Sociedade de Etnografia e —, 238.

Franco-Maçonaria

- Areópago de Itambé, 139.
- Grande Oriente, 139.
- história da —, 139.
- ideais liberais e a —, 325.
- união, Igreja e Estado e a —, 139-40.

Fronteiras

- econômicas e geográficas, 49-50.

Gado

- área pastoril, 87.
- Casa da Torre, 47.
- couro, civilização do —, 47-48; estatística da produção do —, 48.
- criação do — e a ocupação do sertão, 47-48.
- vacuum, origem no Brasil, 47.
- pastoreio e as formações urbanas, 69-74.

Grau

- de bacharel, e ascensão social, 154-55, 303, 446; e a direção política do país, 164-66
- de mestre em artes e ascensão social, 303.

Geografia

- carta itinerária e geológica, 227.
- estudos geográficos no Brasil, 236-37.
- fronteiras geográficas, 49-50.

Geografia

- geógrafos brasileiros, 236-37.
- Grutas do Maquiné e do Sumidouro, 220.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 238, 425, 456.
- Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 137.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 351.
- V. *Condições naturais*.

Geologia e Paleontologia

- condições geológicas do Brasil, 27-28.
- estudos de — no Brasil, 219-21.
- V. *Geografia*.

Ginásio

- Baiano, 334.
- de Barbacena, 334.
- do Rio de Janeiro, 334.
- ginásios evangélicos da Baía, 143.
- V. *Instituições pedagógicas*.

*Governo, V. Política.**Guerra*

- dos Farrapos, 93-94.
- européia e o sistema educacional brasileiro, 383, 393.
- do Paraguai, 96, 436.

Habitação

- casa colonial, 254-55.
- casa em S. Paulo, no século XVII, 69.
- mansão urbana, 87.
- tipo de — urbana, 75.

História

- literatura e a —, 198-99.
- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 422-23.
- V. *Instituto, Museu*.

Humanismo

- carreira eclesiástica e o —, 428.
- carreira jurídica e o —, 428.
- cultura literária e o —, 428-30.
- diferenciação regional e —, 134.
- distinção de classes sociais e —, 429-30.
- ensino humanístico e as reformas de Pombal, 429.
- espírito democrático e o —, 430.
- estudos humanísticos e a Província de Minas Gerais, 349.
- família patriarcal e o —, 430.
- jesuítas e o —, 300, 306, 308-09.
- mentalidade humanística e mentalidade positivista, 362-63, 366.
- unidade cultural nacional e o —, 134-35, 154, 429.

Igreja

- crise da — brasileira com o advento da República, 147-48.
- católica, V. *Catolicismo*.
- israelita, 144-45.
- ortodoxa, 144.
- positivista, V. *Positivismo*.
- protestante, V. *Protestantismo*.
- União Igreja-Estado, 139-40.
- unidade cultural do país e a —, 316-17.
- V. *Religião, Jesuítas*.

*Imigração, V. População.**Imprensa*

- Associação Brasileira de —, 418.
- difusão da —, 204.
- régia, 213.
- Impressão Nacional, 327, 328.
- Impressão Régia, 327, 328.
- liberdade de — e os movimentos políticos no Império, 185-86.
- V. *Jornais, Revistas*.

*Índios, V. Indígenas.**Indígenas*

- artes populares e artes —, 271-72.
- civilização indígena, 37-38.
- defesa dos — e os jesuítas, 132-33.
- e o catolicismo, 135-36.
- música popular, influência afro-índia, 256-57.
- população indígena, 30-33.
- reduções, 312.
- temas — e o romantismo, 187-88.
- os valores nativos e os jesuítas, 294.
- V. *Assimilação*.

Individualismo

- brasileiro, 46, 116-19.
- relação indivíduo-Estado, 119-20.

Indústria

- capitais invertidos na —, 359.
- cooperação da — na educação profissional, 444.
- desenvolvimento da — no Brasil, 57-59.
- especialização profissional e a —, 440.
- energia motora, 59-60.
- escolas profissionais industriais, 441-42.
- escravos e mestiços na indústria, 54, 439-40.
- especialização do ensino e a —, 440-46.
- estatística industrial, V. *Estatística*.
- extrativa, V. *Mineração, Minas*.
- complementar da monocultura, 53.
- industrialismo, 58-61; condições indispensáveis, 60-61.
- indústrias regionais, 271-72.
- jesuítas e a — 309-10.
- liceus industriais, V. *Liceu*.
- mineração, V. *Estatística, Minas*.
- reprodução industrial de objetos artísticos, 282.
- Superintendência do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde, 444.
- surto industrial de 1914 e 1920, 359; e a fisionomia da nação 442; e os novos problemas, 443; — em S. Paulo, 100-01.

Instituições artísticas, V. Academia, Arte, Associação, Centro, Conservatório, Escola, Instituto, Liceu, Museu, Sociedade.

Instituições científicas

- primeiras — e D. João VI, 213-14.
- V. *Academia, Associação, Escola, Instituto, Museu, Observatório, Sociedade*.

Instituições pedagógicas, V. Academia, Colégio, Escola, Faculdade, Ginásio, Instituto, Liceu, Universidade.

Instituto

- Imperial — de Meninos Cegos, 364.
- Agrícola de Itabira, 441.
- Agrícola de Uberaba, 441.

Instituto

- de Agronomia e Veterinária "Borges de Medeiros", 380, 441.
- Agrônomo de Campinas ou do Estado de S. Paulo, 372, 376-77, 406.
- de Artes da Universidade do Distrito Federal, 408.
- Bacteriológico, 377.
- de Belas Artes de Pôrto Alegre, 271.
- Biológico de S. Paulo, 377, 406.
- Brasil-Estados Unidos do Rio de Janeiro, 419.
- Brasileiro de Geografia e Estatística, 238, 425, 456.
- Butantã, 377.
- Cairú, 419.
- de Cegos, 434.
- de Educação, 405.
- de Eletricidade e Mecânica de Montauri, 441, 442.
- Eletrotécnico de Itajubá, 380, 442.
- Fluminense de Agricultura, 230.
- Gamon, 143.
- Ginásial (Passo Fundo), R. G. do Sul, 368.
- Granbery, 143.
- de Higiene de S. Paulo, 406.
- Histórico e Geográfico de Pernambuco, 137.
- Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 351.
- Histórico de S. Paulo, 237.
- Imperial Artístico, 267.
- de Manguinhos, 166-67, 233-36, 370-71.
- de Moléstias Tropicais, (Hamburgo), 406.
- Nacional de Cinema Educativo, 421.
- Nacional de Estudos Pedagógicos, 414, 415.
- Nacional do Livro, 419.
- Nacional de Música, 269, 272, 280, 364.
- de Parobé, do Rio Grande do Sul, 442.
- Politécnico de S. Paulo, 160.
- de Química Industrial, 442.
- de Química do Rio de Janeiro, 369.
- de Surdos-Mudos, 364, 434.
- institutos científicos, sua finalidade utilitária, 370-71.
- institutos particulares de ensino secundário, 347-51.
- institutos de pesquisa e escolas para profissões liberais, estatística, 378.

Jardim

- arte dos jardins e arquitetura, 277.
- Botânico do Rio de Janeiro, 177, 371.
- Real Horto, 213.
- Real Jardim Botânico, 213, 230-31.

Jesuítas

- assimilação das elites e a cultura dos — 154.
- burguesia urbana e os —, 310.
- casa grande e os —, 296-99.
- "colégio" dos —, 291, 302-04, 310, 350.
- Companhia de Jesús no Brasil, 129-34, 350; grandes vultos, 290-91; histórico, 289-90, 299-300.
- continuadores da obra dos —, 323-24.
- cultura brasileira e os —, 427-28.
- cultura dos —, 300.
- defesa dos selvícolas e os —, 131-32.
- educação colonial e os —, 305-09; e a expulsão dos —, 136, 314-19, 323-24.
- ensino dos — no Brasil, 300-09; elementar, 293; médio e superior, 300-02; 308-09; reação ao, 154.
- expulsão dos —, em 1759, 314-19, 523-24; e o novo rumo da cultura brasileira, 155-56; o sistema de educação colonial e a, 323-24.
- humanismo e os —, 300, 306, 308-09.
- indústria e os —, 309-10.
- e o Colégio de S. Paulo, histórico, 291.
- e os valores nativos, 294.
- lavoura e os —, 309-10.
- língua tupí e os —, 179-82.
- missões de —, 129-31, 290.

Jesuítas

- missão civilizadora dos —, 300-02.
- moral e os —, 129, 295, 301.
- nacionalidade dos — e a colonização estrangeira, 350.
- "Novum Organum" e os —, 313.
- opinião européia sobre os —, 312-13.
- Padre José de Anchieta, apostolado, 292-93; biografia, 291-92.
- pensamento pedagógico dos — e dos enciclopedistas franceses, 319-20.
- política dos primeiros governadores e os —, 130-31.
- política educacional dos —, 293-98, 311.
- política de Pombal e os —, 313, 315.
- propagação da civilização portuguesa e os —, 295, 298-300.
- "Ratio Studiorum", 301.
- reduções de índios, 312.
- seminários e os —, 305-06.
- tradição cultural dos —, 320.
- unidade nacional, unidade cultural e os —, 311-12.
- unidade política e o apostolado jesuítico, 293.
- "verdadeiro método de estudar", 313.
- vida dos — em Piratininga, 130.

Jornais

- "Aurora Fluminense", 185.
- "Diário de Notícias" (Rio de Janeiro) 403.
- "Diário Oficial do Império", 328.
- "Diário do Rio de Janeiro", 327.
- difusão dos —, estatística, 417-18.
- "Gazeta do Rio de Janeiro", 327.
- "Jornal do Brasil", 403.
- jornal, elemento de expansão e unidade cultural, 417-18.
- "O Baiano", 185.
- "O Jornal", 403.
- "Observador Constitucional", 185.
- "O Tamoio", 185.
- "O Universal", 185.

Jornalismo

- surto do —, e a liberdade de Imprensa, 185-86.
- V. *Associação, Imprensa, Jornais*.

Lavoura, V. Agricultura.**Legislação****Administração do Ensino**

- Ato Adicional de 1834, transfere para os Estados a instrução primária, 361.
- Decretos de 20 de Abril de 1878, e de 19 de Abril de 1879, abolem a obrigatoriedade do ensino religioso no Colégio Pedro II, 354.
- Decreto n.º 331-A de 1854, cria o Conselho Diretor da Instrução Pública, 346.
- Decreto 667 de 16 de Agosto de 1890, cria o "Pedagogium", 414.
- Decreto n.º 3 890 de 1 de Janeiro de 1901, institue o Código de Ensino, 373.
- Decreto 1 270 de 10 de Janeiro de 1891, Reforma Benjamim Constant, 340.
- Decreto de 5 de Abril de 1911, Reforma Rivadávia Correia, 373.
- Decreto n.º 11 530 de 18 de Março de 1915, Reforma Carlos Maximiliano, 340.
- Decreto n.º 16 782 de 13 de Janeiro de 1925, Reforma Rocha Vaz, 340.
- Decreto n.º 3 281 de 23 de Janeiro de 1928, reforma o ensino público no Distrito Federal, 391, 393.
- Decreto n.º 2 940 de 22 de Dezembro de 1928, regulamenta a lei básica do ensino público, no Distrito Federal, 393.
- Decreto n.º 19 890 de 19 de Abril de 1931, reforma Francisco de Campos, 396.
- Decreto estadual n.º 5 884 de 21 de Abril de 1933 (Estado de S. Paulo), organiza o Código de Educação, 421.
- Decreto n.º 24 787 de 14 de Julho de 1934, fixa as bases da Convenção Nacional de Educação, 414.
- Decreto n.º 580 de 31 de Janeiro de 1938, cria o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 414.
- Decreto n.º 868 de 18 de Novembro de 1938, institue a Comissão Nacional do Ensino Primário, 414.

Administração do Ensino

- Decreto n.º 6 788 de 30 de Janeiro de 1941, convoca a I Conferência Nacional de Educação, 414.
Lei n.º 378 de 13 de Janeiro de 1937, cria no Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional de Pedagogia, dispõe sobre as Conferências Nacionais de Educação, etc., 422.

Diversos

- Código Civil, 157.
Código Comercial, 157.
consolidação das leis civis, 157.
constituições, V. *Constituição*.
Decreto de 28 de Fevereiro de 1808, franqueia os portos do Brasil à navegação e ao comércio exterior, 213.
Decreto Imperial de 27 de Junho de 1887, cria a Estação Agronômica de Campinas, 376.
Decreto de 8 de Fevereiro de 1892, transfere a Estação Agronômica de Campinas para o domínio do Estado de S. Paulo, com o nome de Instituto Agrônômico, 376.
Decreto n.º 3 281 de 23 de Janeiro de 1928, arts. 296, 297 e
Decreto n.º 2 940 de 22 de Novembro de 1928, arts. 633 e 635, regulamentam o emprêgo do cinema para fins escolares, 421.
Decreto n.º 3 763 de 1 de Fevereiro de 1932, cria, no Distrito Federal, a Divisão do Cinema Educativo, 421.
Decreto estadual n.º 5.447 de 29 de Março de 1932 (Estado de S. Paulo), reforma o Instituto Agrônômico, 377.
Decreto n.º 24 609 de 6 de Julho de 1934, cria o Instituto Nacional de Estatística, 424.
Decreto n.º 21 240 de 4 de Abril de 1932, nacionaliza o serviço de censura dos filmes cinematográficos, 421.
Decreto n.º 22 928 de 12 de Julho de 1933, transforma em Monumento Nacional a cidade de Ouro Preto, 423.
Decreto n.º 24 735 de 14 de Julho de 1934, cria a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, 423.
Decreto estadual n.º 7 312 de 5 de Julho de 1935, reforma o Instituto Agrônômico, 377.
Decreto n.º 24 651 de 10 de Julho de 1934, cria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural no Ministério da Justiça, 421.
Decreto-lei n.º 25 de 30 de Novembro de 1937, cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 423.
Decreto estadual n.º 2 227-A de 1937, reforma o Instituto Agrônômico, 377.

Ensino Comercial

- Decreto n.º 17 329 de 1926, reorganiza o ensino comercial federal, 444.
Decreto n.º 20 158 de 1931, reorganiza o ensino comercial federal, 444.

Ensino militar

- Carta de lei de 4 de Dezembro de 1810, funda a Real Academia Militar, 435.
Decreto n.º 1 536 de 25 de Janeiro de 1855, cria a Escola Militar de Aplicação, 436.
Decreto n.º 2 116 de 1 de Março de 1858, reorganiza a Escola Militar, 436.
Decreto n.º 5 600 de 25 de Abril de 1874, transforma a Escola Central Militar em Escola Politécnica, 436.
Decreto n.º 330 de 12 de Abril de 1890, reorganiza as Escolas Militares do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.
Decreto n.º 1 256 de 10 de Janeiro de 1891, reorganiza a Escola Naval.

Ensino superior

- Decreto de 1 de Abril de 1813, cria a Academia Médico Cirúrgica, 213.
Carta Régia de 11 de Agosto de 1827, cria dois cursos de ciências jurídico-sociais, 338.
Decreto n.º 1 386 de 28 de Abril de 1854, da nova organização aos cursos jurídicos, 338.
Decreto n.º 1 134 de 30 de Março de 1853, transfere a Faculdade de Direito de Olinda para Recife, 338.
Decreto n.º 1 386 de 1853, reorganiza os cursos jurídicos, 338.
Decreto n.º 1 387 de 28 de Abril de 1854, reorganiza as duas Faculdades de Medicina do Império, 340.
Decreto n.º 7 247 de 19 de Abril de 1879, reforma o ensino médico, na Reforma Leôncio de Carvalho, 340.

Ensino superior

- Decreto n.º 8 024 de 12 de Março de 1881, reforma o ensino médico, 340.
 Decreto n.º 8 918 de 31 de Março de 1883, reforma o ensino médico, 340.
 Decreto de 25 de Outubro de 1884, reforma o ensino médico, 340.
 Decreto estadual n.º 1 266 de 18 de Fevereiro de 1905 (Estado de S. Paulo), reforma a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, 441.
 Decreto estadual n.º 1 536 de 1922 e 3 070 de 1919, reformam a Escola Agrícola Luiz de Queiroz, 441.
 Decreto n.º 19 851 de 11 de Abril de 1931, organiza o ensino universitário, 448, 453.
 Decreto n.º 19 852 de 11 de Abril de 1931, organiza a Universidade do Rio de Janeiro, 448.
 Decreto estadual n.º 22 579 de 27 de Março de 1933 (Estado de Minas Gerais), cria a Universidade de Minas Gerais, 448.
 Decreto n.º 23 172 de 1933, cria a Escola Nacional de Química, 444.
 Decreto estadual n.º 6 283 de 25 de Janeiro de 1934 (Estado de S. Paulo), cria a Universidade de S. Paulo, 340.
 Decreto n.º 5 758 de 28 de Novembro de 1934, cria a Universidade de Porto Alegre, 448.
 Decreto n.º 24 738 de 14 de Julho de 1934, cria a Universidade Técnica do Distrito Federal, 444.
 Lei n.º 452 de 5 de Julho de 1937, organiza a Universidade do Brasil e cria a Faculdade Nacional de Filosofia, 416.
 Lei estadual n.º 678 de 1901, (Estado de S. Paulo), cria a Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, 441.
 Lei estadual n.º 2 111 de 1925 (Estado de S. Paulo) estabelece os títulos a serem conferidos pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz, 441.

Ensino técnico profissional

- Decreto n.º 4 073 de 30 de Janeiro de 1942, organiza o ensino técnico profissional, 445.

Liberalismo

- biografia de Azeredo Coutinho, 325.
 clero e o —, 324-25.
 Franco-Maçonaria e o —, 325.
 Igreja e o —, 135-36.
 Inconfidência Mineira e o —, 325.
 paisagem cultural do Brasil e o —, 324-26.
 unidade nacional e o —, 332.

Liceu

- de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, 267, 271, 379, 440.
 — de Artes e Ofícios de S. Paulo, 271.
 — de Artes e Ofícios do Recife, 271.
 — de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesús, 138.
 — Industrial de Goiânia, 446.
 — Industrial de Manaus, 446.
 — Industrial de Pelotas, 446.
 — Industrial de S. Luiz do Maranhão, 446
 — Industrial de Vitória, 446.
 liceus e o ensino secundário, 347
 liceus industriais. 445-46

Língua

- columim e a — vernácula, 180.
 contactos linguísticos, 179-80.
 diferenciação linguística e diferenciação social, 179-80.
 eclesiásticos e a — vernácula, 136.
 ensino e expansão da — portuguesa, 294, 299.
 latim, 309, 311, 315.
 línguas populares, 179-80.
 língua tupi, 311, 315; e o jesuíta, 178-80, 181-82; e a portuguesa, 181-82.
 reação nacionalista no domínio literário e linguístico, 188-89.
 unidade nacional e o vernáculo, 135-36.
 Reforma Pombalina e a —, 211.

Literatura

- Academia Brasileira de Letras, 194.
 atmosfera social e a — colonial, 177-78.

Literatura

autores e as preferências do público, 204-05.
 caráter lusitano da — brasileira, 177-79.
 carreiras eclesiástica e jurídica e a cultura literária, 428.
 ciências e as letras, 170-71, 370.
 consequências do artificialismo literário, 176-77.
 cultura humanística e literária, 428-30.
 D. Pedro II, sua influência na —, 351.
 diferenciação econômica e as elites literárias, 176, 180-81.
 ensaístas, 200-01.
 ensino profissional superior de base literária, 370.
 História e a —, 196-98.
 ideal abolicionista e a —, 189-90.
 — pedagógica, 355, 386; no Império e o espírito crítico, 355.
 — política, 185-86.
 — popular, 204-05.
 —, sinal de classe, 176-77.
 modernistas, 201-04.
 movimento anti-romântico na —, 194-95.
 novos rumos da — e o movimento de 1922, 201-02.
 oratória, 135-36, 192-93.
 panfletários, 201.
 parnasianos, V. *Parnasianos*.
 poetas da Inconfidência, 183-84.
 prestígio da —, e as especializações profissionais, 169-71.
 produção científica e produção literária, 207-08.
 realismo na —, 190-94.
 ritmo da —, 241.
 romance, 202-04.
 romantismo no Brasil, 186-90.
 sátira, 179.
 Sociedade Literária do Rio de Janeiro, 211.
 sociedades literárias e o intercâmbio cultural, 417-18.
 tendências da — atual, 202-04.
 unidade cultural nacional e a cultura literária, 429.
 V. *Academia, Faculdade, Vida Intelectual*.

Livros

"Biblioteca de Educação" (Editada pela Cia. Melhoramentos), 394.
 "Biblioteca Pedagógica Brasileira" (Editada pela Cia. Editora Nacional), 394.
 Instituto Cairú, 419.
 Instituto Nacional do Livro, 419.
 — novo elemento de expansão e unidade cultural, 418-19.
 movimento editorial de —, estatística, 417.
 V. *Biblioteca*.

Marinha

Colégio Naval, 438.
 Companhia de Guardas-Marinha, 437.
 ensino naval, 435-39.
 Missão Naval Americana, 438.
 V. *Academia, Escola, Navegação*.

Matemática, 227-30.*Medicina*

interesse por estudos objetivos na —, 162-63.
 — experimental, 232-35.
 — legal, 231-33.
 prestígio social do médico, 163-64, 378.
 os sefardins e a —, 162.
 Sociedade de —, e Cirurgia do Rio de Janeiro, 168.
 vultos da —, no Brasil, 162-63.
 V. *Academia, Escola, Faculdade, Instituto*.

Meios de comunicação de idéias

cinema educativo, V. *Cinema*.
rádio, V. *Rádio*
Serviço de transmissões, 436.

Meios de comunicação materiais

o aumento dos — e a unidade nacional, 456-57.
estradas e a lavoura cafeeira, 52-53.
ferrovias do Brasil, 52-53, 57-58; primeiros projetos e realizações, 160-62.
navegação costeira, 21, 56.
navegação fluvial, 56-57.
portos fluviais, 56-57.
renovação dos —, 76.
rios brasileiros, sua extensão navegável, 57.
transporte e comércio, 57-58.

Mentalidade

atitude em face dos homens de inteligência e das coisas do espírito, 176-77.
atitude em face da ciência, 171-72, 224-25, 240.
caráter coletivo, 106.
desinteresse econômico, 113-14.
espírito de cooperação, 117-18.
hospitalidade, 111-13.
inclinação pelo emprêgo público, 164.
individualismo, 45.
influência da cultura sefardínica na — brasileira, 153.
inteligência, 115-16.
— brasileira, 429.
— católica, 146-48, 299-300.
— da zona do sertão e da zona litorânea, 71-73.
— escravocrata e o ensino técnico, 338.
— escolástica na Península Ibérica, 299.
— humanística e positivista, 362-63, 366.
— jurídica na legislação escolar de 1891, 362.
— jurídico profissional, 378.
— portuguesa, 429.
— protestante, 299-300.
— retórica no regime imperial e os problemas da vida nacional, 344.
objetividade, 115, 161.
patriotismo, 120-21, 155.
persistência, 115-16.
positivismo e a — brasileira, 368-69.
relação indivíduo-Estado, 119-20.
romantismo político e a — brasileira, 344.
sensibilidade, 115.
tendência ao igualitarismo, 118.
traços psicológicos das raças formadoras da etnia nacional, 106-07.
transformações da — brasileira, 123.
valorização do prestígio pessoal, 119.
verbalismo, 224-25.

Mestiços

atividade industrial e os escravos e —, 439.
estrutura social na Colônia e a miscigenação, 84-87.
engenhos, centros de mestiçagem, 296.

Militar

Curso de Alto Comando, 436.
ensino militar, 435-37. V. *Academia, Escola, Legislação*.
filosofia de Comte e a classe, 363-64.
Missão militar francesa, 436, 438.
Serviço de Transmissões, 436.
V. *Academia, Escola, Legislação, Marinha*.

Minas

- cidades das regiões das —, 69-71.
- deslocamento do eixo político e a —, 47.
- diamantes, estatística da produção, 46.
- Escola de —, 159-60, 165-66, 227-28.
- Escola de — de Ouro Preto, 366, 378; e o ensino objetivo, 343, 353.
- imposto do Quinto, 46.
- incentivo para a ocupação do solo, 45-46.
- mineração, 60-61; no período colonial e suas consequências, 46; e o igualitarismo, 89-90; e o individualismo brasileiro, 45; e os movimentos migratórios internos, 45-46.
- ouro, estatística da produção, 46.
- sentimento nativista republicano e a mineração, 182.

*Mineração, V. Minas.**Mineralogia*

- exploração das grutas do Maquiné e do Sumidouro, 220.
- Escola de Minas e os especialistas em —, 227-29.
- V. *Minas*.

*Missão de Artistas Franceses, 258-61.**Missão Militar Francesa, 436-38.**Missão Naval Americana, 438-39.**Missão Técnica Francesa, 160.**Missões científicas*

- Missão do Barão de Tefé, 223.
- Missões holandesas, 154, 208-09.
- Missões de L. Cruls, 223.
- Missão de Oliveira Locaille, 223.
- V. *Expedição*.

*Missões de professores estrangeiros, 238-40, 449-50, 455.**Missões religiosas*

- — católicas, 129-33.
- — jesuíticas, 129-33, 290.
- — protestantes, 131, 142-44.

Modernismo

- — na arquitetura, 277.
- — na escultura, 273-74, 277.
- — na literatura, 201-05.
- — no movimento artístico geral, 284.
- — na música, 278-80.
- — na pintura, 273-75, 277.

Monocultura

- — do açúcar e a indústria complementar, 53; e a pequena propriedade, 101.
- — substituída pela policultura, 54-55.
- — e a tecnologia, 153-54.

Mosteiros

- — e conventos, 137-38.
- — e escolas, 137-38.
- — Mosteiro de S. Bento, 437-38.

Mulher

- — condição social da — no período colonial, 296-98.
- — educação feminina, 381; de nível secundário, 374.

Mulher

Escola Doméstica de Natal, 280.
frequência feminina às escolas normais, 381; às escolas secundárias, 374, 381, 411; às escolas superiores, 381.

Museu

American Museum of Natural History, 2.
— de Arte Religiosa, 423.
— de Copenhagen, 220.
— de Etnografia de Colônia, 4.
— Etnográfico de Copenhagen, 247.
— Histórico Nacional, 237.
— Imperial, 227, 281.
— da Inconfidência, 423.
— Mariano Procópio de Juiz de Fora, 281.
— das Missões, 281.
— de Moldagem, 423.
— Nacional, 351-52.
— Nacional de Artes do Rio de Janeiro, 281.
— do Ouro, 423.
— Paraense, 371.
— Paulista, 371, 376.
— Real, 213, 215.
— da Universidade de Oxford, 2.

Música

Associação Brasileira de —, 280.
atividades musicais, 280.
evolução da — brasileira, 268-72, 277-80.
influência reinol e afro-índia, 256.
— artística brasileira e o espírito religioso, 255, 257.
— moderna, 279-80.
— popular brasileira, 255-56, 278-80; e a — artística, 278; influência reinol e afro-índia, 256.
— sacra, 256-57, 268.
— sinfônica de câmara, 279.
Padre José Maurício, 256.
revistas artístico-musicais, 280.
Sociedade de Concertos Sinfônicos, 272.
Sociedade de Cultura Artística, 272.
V. *Arte, Conservatório, Escola, Instituto, Rádio.*

Naturalistas

— estrangeiros, 209, 215-16.
— ingleses, 210.

Navegação

— costeira, 21-22, 56.
— fluvial, 56-57.
— portos fluviais, 56-57.
rios brasileiros, extensão navegável, 57.
V. *Rios, Marinha, Meios de comunicação materiais.*

Observatório

— Astronômico, 351.
— Imperial do Rio de Janeiro, 222, 223.
— primeiro — do Brasil, 222.

Ordens católicas, 136-38.

Benedictina, Lazarista e Salesiana, 350.
Carmelita, Franciscana, 318, 324.
V. *Jesuítas.*

Ouro, V. Minas

Ourivesaria, 273.

- no Brasil, 252.
- tributária da Igreja, 252.

Paisagistas, 265.

Panamericanismo

- Instituto Brasil-Estados Unidos do Rio de Janeiro, 419.
- renovação educacional no Brasil e o —, 419.
- União Cultural Brasil-Estados Unidos de S. Paulo, 419.

Panfletários, 201.

Parnasianismo, 195-96.

- como reação ao romantismo, 195-96.
- última geração de parnasianos, 201-02.
- V. *Literatura*.

Partidos políticos

- análise dos —, 99.
- ausência de —, 98.
- partidos conservador e liberal, 94.
- nacionais durante a República, 98.
- regionais durante a República, 99-100.

Pastoreio, V. *Gado*.

Patronatos agrícolas, 380.

Pedagogia, V. *Educação*, *Ensino*, *Escola*.

Pintura brasileira

- "escola baiana", na —, 266.
- evolução da —, 259-66, 274-75.
- grandes pintores brasileiros do século XIX, 262-64.
- modernismo na —, 273-75, 277.
- paisagistas da —, 265.
- histórica, 262-64.
- de costumes, 268.
- realista, 264-65.
- de tradição nacional, 264-66.
- tema bíblico na —, 263.
- tema patriótico na —, 262, 263.
- V. *Arte*, *Instituições artísticas*.

Política

- abolicionismo, V. *Abolição*.
- absolutismo político e o barroco civil, 254.
- Assembléia Constituinte de 1933 e a renovação pedagógica e cultural, 409.
- Ato Adicional, V. *Legislação*.
- centralização e descentralização —, V. *Unidade*.
- concepções realista e romântica da —, 95-96.
- Confederação do Equador, 137.
- Constituições, V. *Constituição*.
- deslocamento do eixo político e a mineração, 46-47.
- educação — e os intelectuais, 163-64.
- "Education Act", de Lord Fisher, 383.
- estados centrais, seu papel, 98.
- evolução — e ascensão de uma classe de mestiços, 342.
- federalismo, V. *Sistema federativo*.
- Guerra dos Farrapos, 93.
- Guerra do Paraguai, 96, 436.
- Inconfidência Mineira, 155, 325; nativismo e a —, 182; poetas da —, 182-84; Museu da Inconfidência, 423.
- Independência e a nova — de educação, 330-31.

Política

jesuítas e — colonial, 130-31; e a — de Pombal, 313, 315; e a unidade —, 293.
 leis, V. *Legislação*.
 literatura —, 185-86.
 partidos políticos, V. *Partidos políticos*.
 — de educação, V. *Educação, Reforma educacional*.
 — de educação em função da — geral, 457.
 — panamericana e renovação educacional no Brasil, 419.
 positivismo, influência intelectual, 145-46.
 quadros governamentais, critérios de organização, 165.
 realismo na —, 95-96.
 Rebelião Praieira, 93.
 Reforma Pombalina, V. *Reforma educacional*.
 Regência, 93.
 relação indivíduo-Estado, 119-20.
 República, V. *República*.
 revoltas e revoluções, V. *Revoltas*.
 romantismo —, 96, 344.
 surto industrial em S. Paulo, (1920) e a —, 100-01.
 tratados, 90-91.
 união Igreja-Estado, 139-41, 140-42.
 unidade —, V. *Unidade*.

População

africanos, 30-33.
 ameríndios, 30-33.
 colonos alemães, 35.
 colonos japoneses, 35.
 Comissão Censitária Nacional, 238, 424-25.
 composição da —, 37.
 densidade de —, 37, 41.
 europeus, 31-32, 53.
 imigração e a vida urbana, 74-75, 442; imigração branca, 34, 74-75; e a cultura nacional, 360, 369, 375, 384, 394; estatística, 360, 375, 442-43.
 migrações internas e as concentrações urbanas, 442-43; e a mineração, 45-50.
 movimentos de —, 33-35, 76.
 — da cidade de S. Paulo, 384.
 — das cidades nos séculos XVI e XVII, 66-67.
 — escolar, V. *Estatística*.
 Recenseamento de 1920, 33; de 1872, 33; de 1940, 33, 37, 39, 41, 238, 424, 425.

Positivismo

classe militar e o —, 363-64.
 história do —, 145.
 influência intelectual e a política do —, 145-46.
 mentalidade humanística e positivista, 145-46, 366.
 — e a mentalidade brasileira, 370.
 "Religião da humanidade", 145-46.

Profissões

associações profissionais, 168. V. *Associação, Sociedade*.
 caráter profissional de nossa cultura, 168-69.
 carreiras eclesiásticas e liberal e a cultura humanística e literária, 428.
 descaso pelo trabalho manual, 153-54, 378, 429, 439.
 especialização profissional, 434-35; e o industrialismo, 439; e a organização econômica, 439-40; e o prestígio literário, 168-71.
 emprégo público, 164.
 ensino profissional, V. *Ensino, Instituições Pedagógicas*.
 hierarquia de tipos profissionais e a divisão do trabalho, 445-46.
 mentalidade jurídico-profissional, 378.
 militarismo e o positivismo, 364.
 — liberais, desertores das, 164, 167; estatísticas de escolas, 434; e a ascensão social, 341, 377; predomínio das escolas de, 452; e o prestígio social, 162-63, 163-64, 379, 446; e as "profissões úteis", 158-59; supremacia das, 163.
 profissionalização do ensino superior, 331, 369, 430, 435.

Propriedade

- a grande —, sua divisão e uma nova forma de *habitat*, 55.
- a pequena —, fatores de seu aparecimento, 101-02.
- propriedades agrícolas, estatística, 101, 443.
- propriedades industriais, estatística, 443.

Protestantismo

- cultura brasileira tributária dos —, 143-44.
- educadores protestantes, 367-68.
- escolas protestantes no regime republicano, 368. V. *Instituições pedagógicas*.
- história do — no Brasil, 142-44.
- Igreja de Genebra, 131.
- Igreja metodista no Brasil, 368.
- mentalidade protestante, 299-300.
- missões protestantes, 131, 142-44; e a Companhia das Índias Ocidentais, 142.
- obra cultural do — no Brasil, 142.
- pedagogia protestante, 367-68; e a pedagogia católica, 350-51.
- primeiros colégios protestantes no Brasil, 350.
- Reforma, repercussão no Brasil, 131.

Público

- educação estética do —, 282-83.
- elite cultural e o —, 428-29.
- inclinação pelo emprêgo —, 164.
- o — e o artista, 280-82.

Química, V. Academia, Escola, Faculdade, Instituto.**Raças, V. Assimilação, População.****Rádio**

- aparelhos de —, estatística, 420.
- Estações rádio-transmissoras, estatística, 420.
- função educativa do —, 419-20.
- "Hora do Brasil", 421.
- Clube de Pernambuco, 420.
- Educadora do Brasil, 420.
- Serviço Nacional de — difusão educativo, 420.
- Serviços de — e Cinema educativo, (S. Paulo), 420-21.

Realismo

- precursores do —, 192.
- reação ao romantismo, 194-95.
- no Brasil, 193-95.
- na pintura, 264, 266.
- político, 95-96.

Reforma educacional

- Igrejas e as reformas pedagógicas, 396-98, 401-03.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 399-401.
- projeto de reforma do Conselheiro Dantas e a mentalidade da época, 355; e o parecer de Rui Barbosa, 354-56, 361.
- projetos de —, 361-62.
- de Anísio Teixeira, na Baía, 384.
- de Benjamim Constant, 362, 365-67, 369, 373.
- de Carneiro Leão, no Rio de Janeiro, 384.
- no Ceará, de 1924, 384.
- no Distrito Federal, 1932-35, 384.
- de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1928, 386-87, 391-93, 420-44; análise crítica da —, 387-88.
- de Gustavo Capanema, em Janeiro de 1937, 422-23.
- de Lisímaco da Costa, no Paraná, 384.
- de Pombal e o ensino humanístico, 430; e o ensino médio e superior, 317; os franciscanos e o ensino após a —, 318; reflexo no Brasil, 212-13; e a unidade pedagógica, 318.
- em S. Paulo, de 1920, 384; movimento de — e as idéias pedagógicas americanas, 368-69.

Reforma educacional

- reforma Carlos Maximiliano, 373.
- reforma de 1928, sua repercussão no Brasil, 393-94.
- reformas de ensino superior e secundário, 381; do ensino industrial, 403-04; e novas técnicas pedagógicas, 384-85, 386-88.
- reformas educacionais em Minas Gerais, em 1927, 386.
- Reforma Francisco Campos, 373.
- Reforma Rocha Vaz, 382.

Religião

- caráter cristão da civilização nacional, 142-43.
- cultura brasileira, influência da —, 129-30, 133-34, 136-37.
- ensino secundário e a obrigatoriedade do ensino religioso, 354.
- Igreja Israelita, 144.
- Igreja Ortodoxa, 144.
- laicização do ensino, 366-67, 368, 397, 398.
- liberdade de culto, 142.
- maçonaria, V. *Franco-Maçonaria*.
- Museu de Arte Religiosa, na Baía, 423.
- música, V. *Música*.
- pintura, tema bíblico, 263.
- católica, V. *Catolicismo*.
- positivista, V. *Positivismo*.
- protestantes, V. *Protestantismo*.
- Sociedade Metapsíquica de S. Paulo, 145.
- Teosofia no Brasil, 144.

República

- advento da —, 360; e a expansão do ensino primário, 431.
- aristocracia territorial, força conservadora, 97-98.
- manifesto republicano de 70, 96.
- como vitória da classe média, 97.
- , fase da evolução da cultura brasileira, 362.
- partidos políticos na —, 98-100.
- de Piratini, 94.
- do ponto de vista cultural e pedagógico, 372.

Revistas

- "Ceres", 441.
- difusão, estatística, 417.
- Revista Acadêmica, 339.
- "Revista do Serviço", 423.
- artístico-musicais, 280.
- novo elemento da expansão e unidade cultural, 417-19.

Revoltas

- Rebelião Praieira, 92.
- de 1922 e 1924 e a atmosfera social, 383.
- Revolução de 1930, processo de desenvolvimento, 102-03, e a estatística brasileira, 424; e a literatura, 203; e os problemas de ordem social, política e econômica, 237; e o sistema educacional, 394-419; e a vida intelectual, 172.

Rios

- rio Amazonas, 22-23.
- rio S. Francisco, rio da unidade nacional, 29.
- de penetração, o Tieté, 29.
- V. *Navegação*.

Romance

- influências estrangeiras no — nacional, 203-04.
- neo-naturalismo, 203.
- psicológico, 203-04.

Romantismo

- ideal abolicionista e o —, 189.
- movimento anti-romântico, 194-95.

Romantismo

- pesquisas científicas e o —, 224-26.
- precursores do —, 183.
- reação de caráter realista, 194-95.
- reação parnasiana, 195-96.
- no Brasil, 186-91.
- na música, 269-70.
- político, 95-96, 344.
- temas indígenas e o —, 187-88.

Saúde pública

- combate à febre amarela, 165.
- obra de saneamento, 233.
- Revolução de 1930 e a —, 237.
- "Serviços de saúde para militares", 436.
- V. *Instituto*.

Seminário de Olinda, 152, 155, 164, 316, 320, 325-27.

- Azeredo Coutinho, biografia de, 325.
- decadência do —, 346.
- influência cultural do —, 319-20.
- liberalismo e o —, 327.
- novas tendências pedagógicas no —, 325-26.

Serra do Mar

- e a colonização do Brasil, 22.

Sertão

- mentalidade das cidades do —, 72-73.
- ocupação do — e a criação do gado, 47-48.
- origem da palavra —, 50.

Sistema federativo

- idéia federalista, 98, 102, 360, 361; desagregadora da união nacional, 92-93; no Manifesto Republicano de 70, 96.
- V. *Unidade*.

Sociedade

- brasileira, um agregado de sociedades múltiplas, 345.
- diferenciação social e diferenciação linguística, 179-80.
- estratificação social e estratificação étnica da — colonial, 83-85.
- evolução da — brasileira, 82-103.
- igualitarismo e centralização da —, 102-03.
- exploração de minas e novos tipos de —, 89-90.
- Revolutas de 1922 e 1924 e a atmosfera social, 383.
- Brasileira de Belas Artes, 282.
- Colonial, divisão, 87; estágio pré-social, 82; estrutura econômica da —, 43; estrutura social, 83-86; do interior e litoreana, 86-87; sua moral, 129-30.
- de Concertos Sinfônicos, 272.
- de Cultura Artística, 272.
- de Etnografia e Folclore, 238.
- Literária do Rio de Janeiro, 211.
- de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, 168.
- Metapsíquica de S. Paulo, 145.
- de Sociologia, 238.
- sociedades científicas e associações profissionais, 168.
- sociedades literárias e o intercâmbio cultural, 418.
- tipo de instrução e a organização da —, 439.
- tipos sociais no Brasil, 83-84, 87-88, 91, 122-23.
- transformação social e a cultura científica, 441; e o ensino técnico, 441-42; e a especialização do ensino, 444-45.
- V. *Cidades*, *Classes*.

Sociologia

- desenvolvimento da — no Brasil, 238-40.
- Sociedade de —, 238.

Teatro, 304-05.

evolução do — no Brasil, 181-82.

— Municipal do Rio de Janeiro, 280.

Templos

estatística, 143, 145.

— católicos, 135.

Teoria das translações continentais, 20, 23.*Teosofia*, 144.*Tipos sociais*, 83-84, 87-88, 91, 122-23.*Tratado*

— de Madrid, 91.

— de Santo Ildefonso, 91.

— das Tordesilhas, 90.

Unidade

— cultural, e os capelães, 317; e a Igreja, 316; e os jesuítas, 311-12; e os livros, jornais e revistas, 417-19.

— e descentralização educacional, 333, 360-61, 380, 384, 412-14, 421; e a aproximação das camadas sociais, 381; e o "Ato Adicional", 332-33, 341, 345, 361-62; e a constituição de 1891, 361, 381, durante o século XIX, 333-34; e o "Pedagogium", 365; e a Reforma de Pombal, 318; e a unidade intelectual do Brasil, 456.

— e descentralização política, 98, 102-03; e o apostolado jesuítico, 293-94; e a arte, 271; e o igualitarismo, 103; e o início da colonização, 83; e o segundo Império, 94-95.

— nacional, espírito de, 90-94, 198-200; e as bandeiras, 90; e acultura humanística e literária, 429-30; e o federalismo, 92-93, 93, 98, 360-61; e as idéias liberais, 332; e os jesuítas, 311-12; e os meios de comunicação, 456-57; e a mineração, 182; e a nacionalização das escolas do sul do país, 414-15; e o vernáculo, 136.

Universidade

— Alemã, 409.

— de Belo Horizonte, 452.

— do Brasil, 408, 416, 444, 448, 454.

— Católica do Rio de Janeiro, 416.

— de Coimbra, 134, 154, 211, 304, 316, 318-19.

— do Distrito Federal, 404, 408, 416, 448.

— de Minas Gerais, 407, 416, 447, 448.

— de Pôrto Alegre, 238, 448, 452.

— do Rio de Janeiro, 238, 334, 407, 448.

— de S. Paulo, 214, 238, 377, 407-08, 416, 441, 448-51, 454-455.

— Técnica Federal, 444.

— Técnica de Pôrto Alegre, 452.

— Técnica do Rio Grande do Sul, 441.

universidades brasileiras, 396, 399, 407-08, 448-53, 452-53.

universidades e a formação das elites culturais, 447-48.

universidades, seu papel no nosso sistema cultural, 446-47, 449.

universidades ocidentais, 408, 416.

Viajantes franceses, 210.*Vida intelectual*

elites intelectuais, V. *Elites*.

formação intelectual eminentemente literária, 152-53.

nova orientação intelectual, 165-67; e a Revolução de 1930, 172.

obscurantismo do Brasil colonial, 146-47, 211.

positivismo e a —, 145.

profissões liberais, V. *Profissões*.

protestantismo e a —, 142-44.

transformações econômicas e evolução das idéias, 384-85.

verbalismo, 224.

V. *Atividade Científica, Cultura, Instituições Pedagógicas, Literatura*.

Zoologia

— no Brasil, 216-17, 218.



Índice de gravuras

Índice de gravuras

PARTE I

CAPÍTULO I — O país e a raça

1. Paraná Curiaú (Rio Negro). Espessa floresta ribeirinha; ilhas com lagunas e lagos.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha XV.*
2. Vegetação densa, característica das ilhas do baixo rio Negro.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha XXIII.*
3. Baixo rio Negro. Troncos e ramos caídos por efeito da erosão das águas.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha XXV.*
4. Maloca Shiriana, no igarapé Linepenone (Uraricuera).
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha LXXIII.*
5. Vista acima da garganta de Kulaihia, para sudoeste.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha XC.*
6. Trecho do rio Amazonas, nas vizinhanças de Faro.
Foto REMBRANDT.
7. Trecho do rio Amazonas, nas vizinhanças de Faro.
Foto REMBRANDT.
8. Trecho do rio Amazonas, nas vizinhanças de Faro.
Foto REMBRANDT.
9. Carnaubal em Paraíba.
Foto REMBRANDT.
10. Dois juazeiros; árvores que resistem às mais longas sêcas. Paisagem do Piauí.
Foto O. DOMINGUES. *Travel in Brazil, vol. 2, n.º 2, pág. 20.*
11. Canal de Iuna, nas cercanias de Belém do Pará. Um igarapé.
Foto REMBRANDT.
12. Carnaubal.
Foto REMBRANDT.
13. Cactus. Planta característica das regiões do Nordeste.
Foto do Departamento de Agricultura. *Brasil. Travel in Brazil, vol. 2, n.º 2, pág. 19.*
14. Praia da areia preta, em Natal.
Foto REMBRANDT.
15. O pico do Jaraguá, no Estado de S. Paulo.
16. Serra divisória entre S. Paulo e Minas. São Bento do Sapucaí.
Foto da ENFA.
17. Serra dos Órgãos, vista do alto de Teresópolis.
Foto TORRI MACCHI. *Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.*
18. Rio Paraíba, perto de Taubaté. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.
19. Ponta da Juréia. Iguape. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.
20. Catarata do Iguassú ou Santa Maria. Rio Iguassú.
Foto Touring Club. *Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.*
21. Índio Mayongon, caçando.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne. Plancha CXV.*

22. Jovem índio Mayongong Kujumá, armado de um arco e flechas.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne*. Plancha CXIV.
23. Chefe Tucano da região do rio Negro.
Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
24. Cabana de índios Makús em Tokixima.
RICE, Hamilton. *Exploration en Guyane Brésilienne*. Plancha CXXX.
25. Índio Parintintim do rio Madeira.
Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
26. "Mestiço". Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Propriedade da Pinacoteca de S. Paulo.

CAPÍTULO II — O trabalho humano

27. Casa Grande do Engenho de Magaípe, construção do século XVII.
FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*.
28. Engenho de Mandioca. Óleo de EUGÊNIO BROCOS.
Foto REMBRANDT.
29. Antiga Fazenda. Itaboraí, Estado do Rio.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
30. Máquinas agrícolas antigas.
Pavilhão do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.
31. Pouso de uma tropa (princípios do século XIX).
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 3/19.
32. Liteira para viagens.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. 1834. II volume. Plancha 16.
33. Lavagem de ouro, perto de Itacolomí (princípios do século XIX).
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 3/22.
34. Garimpeiros. Mato Grosso.
Foto REMBRANDT.
35. Garimpeiros. Mato Grosso.
Foto REMBRANDT.
36. Tecedeira.
Foto da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
37. Uma sertaneja no trabalho junto ao forno.
Foto da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
38. Cesteiro.
Foto da Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
39. Jangada e jangadeiros, na praia de Cabedelo. Paraíba.
Foto Coleção Panair. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.
40. Embarcações a vela, em S. Luiz. Maranhão.
Foto Coleção Panair. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.
41. Mercado ao ar livre, no pôrto de "Água de Meninos". Baía.
Foto KAHAN. *Travel in Brazil*, vol. 2, n.º 2, pág. 13.
42. Mercado em Salvador. Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. *Urbo Salvador*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
43. Visconde de MAUÁ, figura singular que, de 1850 a 1870, procurou por tôdas as formas incutir no meio brasileiro um espírito industrial, promovendo a construção de estradas de ferro, de portos, de fábricas e estaleiros.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
44. Viaduto da estrada de ferro entre S. Paulo e Santos.
Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 10.
45. Alto da Serra, Santo André. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.
46. Represa nova da Light. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.

47. Vista de um terreno de secagem de café. Estado de S. Paulo.
Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 7.
48. Fazenda Santa Clara, em Dourados. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.
49. Usina Monte Alegre. Piracicaba. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.
50. Usina Tamoio. Araraquara. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.
51. Fábrica Goodyear. S. Paulo.
Foto da ENFA.
52. Fábrica de juta. Taubaté. Estado de S. Paulo.
Foto da ENFA.
53. Belo panorama da principal via de comunicação entre Rio e Petrópolis.
Foto PREISING. Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 16.

CAPÍTULO III — As formações urbanas

54. Recife, aspecto da cidade antiga.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
55. Casa colonial à rua Carlos Gomes (considerada monumento nacional). Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
56. Antiga ladeira de N. S. da Conceição da Praia. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
57. Ouro Preto. Praça Tiradentes.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
58. Ouro Preto, aspecto parcial.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
59. S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Ao fundo a Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
60. S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Rua colonial e ao fundo a Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
61. S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Velha ponte e um sobrado do tempo do Império.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
62. S. João d'El Rei, em Minas Gerais. Sobrado do tempo do Império.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
63. Sobrado da época imperial, em Mariana, Minas Gerais.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
64. Rio de Janeiro. Aspecto da cidade colonial, vendo-se a porta da Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
65. Rio Bonito, Estado do Rio. Vê-se a Igreja dominando a vida urbana.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
66. Rio de Janeiro. Rua Direita.
RUGENDAS, J. M. — Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha 3/13.
67. Largo da Carioca. Rio de Janeiro. Quadro de NICOLAS TAUNAY.
Foto CARLOS.
68. Morro de Santo Antônio. Rio de Janeiro. Óleo de NICOLAS TAUNAY.
Foto CARLOS.
69. Ubatuba. Vista geral.
Foto da ENFA.
70. Manaus, vista parcial da cidade.
Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.
71. Salvador, Baía. Praça Castro Alves.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

72. Salvador, Baía. Praça Pedro II.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
73. Rio de Janeiro. Vista do centro urbano.
Foto REMBRANDT.
74. Rio de Janeiro. Praça Paris.
Foto REMBRANDT.
75. Rio de Janeiro. Vista do Pão de Açúcar.
Foto REMBRANDT.
76. Juiz de Fora, Minas Gerais. Vista parcial.
Foto Postal. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.
77. S. Paulo. Aspecto da cidade, vendo-se o Parque Anhangabaú, o novo Viaduto do Chá e, ao fundo, o Teatro Municipal.
78. S. Paulo. Vista do centro da cidade, com seu principal bloco de construções modernas e, ao fundo, o bairro industrial do Braz.
79. Pôrto de Corumbá. Mato Grosso. Vista parcial.
Foto S.G.E.F. Fototeca Central do Conselho Nacional de Geografia.

CAPÍTULO IV — A evolução social e política

80. Fortaleza de Monte Serrat (que data da época da invasão holandesa). Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
81. Fortaleza de Santo Antônio (1772) em Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
82. Batalha dos Guararapes. Óleo de VÍTOR MEIRELES.
Foto REMBRANDT.
83. A partida da Monção. Óleo de ALMEIDA JÚNIOR.
Foto do Museu Paulista.
84. Bandeirantes. Óleo de HENRIQUE BERNARDELLI.
Foto CARLOS.
85. Os primeiros povoadores e FERNÃO DIAS PAIS LEME.
Peristilo, lado esquerdo do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.
86. Palácio da Justiça, que data de 1660. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
87. Ouro Preto. Praça Tiradentes.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
88. Panteon da Inconfidência (antiga penitenciária). Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
89. Antigo Palácio dos Vice-Reis e Palácio Imperial (hoje Departamento dos Correios e Telégrafos).
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
90. D. JOÃO VI. Óleo anônimo, talvez de JOSÉ LEANDRO DE CARVALHO. Igreja do Rosário, Rio de Janeiro.
Foto VOSYLIIUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.
91. Independência ou Morte. Óleo de PEDRO AMÉRICO.
Reprodução da tela que se conserva no Salão de Honra do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.
92. JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, o Patriarca da Independência.
Foto do Museu Paulista.
93. Sagração de PEDRO I. Óleo de J. B. DEBRET.
Foto REMBRANDT.
94. Palácio da Aclamação em Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Urbo Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
95. PEDRO II, antes da maioridade, em 1840.
96. PEDRO II, Imperador. Óleo de PEDRO AMÉRICO.
Foto REMBRANDT.

97. Batalha do Avaí. Óleo de PEDRO AMÉRICO.
Foto REMBRANDT.
98. Batalha naval do Riachuelo. Óleo de VÍTOR MEIRELES.
Foto REMBRANDT.
99. Duque de Caxias, o Pacificador (LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Rio de Janeiro, 1803-1880), que, pela sua obra inestimável de militar e político, pacificando províncias, salvou e consolidou a unidade da Pátria.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
100. General MANUEL LUIZ OSÓRIO, Marquês de Erval (Rio Grande do Sul, 1808 - Rio de Janeiro, 1879), glória do exército nacional e um dos heróis da guerra do Paraguai.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
101. Almirante Barroso (FRANCISCO MANUEL BARROSO, Barão do Amazonas, Portugal, 1804 - Uruguai, 1882), vencedor da batalha do Riachuelo, "um dos maiores feitos navais de que reza a história".
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
102. Almirante, Marquês de Tamandaré (JOAQUIM MARQUES LISBOA, Rio Grande do Sul, 1807 - Rio de Janeiro, 1897), um dos grandes vultos da marinha nacional.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
103. Catedral de Petrópolis, na qual jazem os restos mortais do Imperador PEDRO II e da Imperatriz.
Foto PREISING. Travel in Brazil, vol. 1, n.º 3, pág. 19.
104. BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, o fundador da República.
105. O Conselheiro RUI BARBOSA, o principal autor da Constituição de 1891.
Fotografia da época do Governo Provisório, 1890.
106. Barão do Rio Branco (JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, Rio de Janeiro, 1845-1912), notável historiador, geógrafo e diplomata, o "Deus Terminus" do Brasil, na expressão de RUI BARBOSA.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
107. O Conselheiro RODRIGUES ALVES, que presidiu à transformação da cidade do Rio de Janeiro, com o Prefeito F. PEREIRA PASSOS e à obra de extinção da febre amarela com OSVALDO CRUZ.

CAPÍTULO V — Psicologia do povo brasileiro

108. Cabeça de índio. Afresco de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto VOSYLIUS. Propriedade do Sr. MÁRIO DE ANDRADE.
109. Índios. Estudo para um dos afrescos do Ministério da Educação e Saúde.
Foto VOSYLIUS.
110. Índios machacaris e camaças.
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha 2/3.*
111. Caçador.
Coleção da Biblioteca Municipal de S. Paulo. RUGENDAS, J. M. — Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha s/n.
112. Negro. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto VOSYLIUS. Propriedade do Sr. CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.
113. FERNÃO DIAS PAIS LEME. Estátua por LUIZ BRIZZOLARA.
Foto do Museu Paulista.
114. ANTÔNIO RAPOSO TAVARES. Estátua por LUIZ BRIZZOLARA.
Foto do Museu Paulista.
115. Jantar.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. II volume. Plancha 7.*
116. Uma senhora brasileira na intimidade.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. II volume. Plancha 6.*
117. Família de fazendeiros, princípios do século XIX.
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil. 1835. Plancha 3/15.*

118. Uma senhora indo à missa, carregada numa cadeirinha (Começos do século XIX).
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. 1834. III volume. Plancha 5.
 119. Uma manhã de quarta-feira santa, na Igreja.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. 1834. III volume. Plancha 31.
 120. Vendedor de flores à porta de uma Igreja.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. 1834. III volume. Plancha 6.
 121. Um funcionário do governo, saindo de casa acompanhado de sua família.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. 1834. II volume. Plancha 5.
 122. Habitantes de Minas, princípios do século XIX.
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 2/18.
 123. Costumes de S. Paulo.
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 2/17.
 124. Família de fazendeiros.
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 3/17.
 125. Jangadeiros.
Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 126. Vaqueiro do Marajó.
Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 127. Vaqueiro do Nordeste.
Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 128. Vaqueiro de Goiaz (Habitantes de Goiaz).
RUGENDAS, J. M. — *Voyage Pittoresque au Brésil*. 1835. Plancha 2/19.
 129. Colona. Têmpera de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto REMBRANDT. *Propriedade do Sr. MÁRIO DE ANDRADE*.
 130. Tipo de gaúcho.
Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 131. Tipo de gaúcho.
Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
-
132. Mapa da densidade da população do Brasil, por município, em Setembro de 1940.

PARTE II

CAPÍTULO I — As instituições e as crenças religiosas

133. Pe. JOSÉ DE ANCHIETA, S. J.
(Canárias, 19-III-1534 — Espírito Santo, Brasil, 9-VI-1597). Reprodução do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
134. A primeira missa no Brasil. Óleo de VÍTOR MEIRELES.
Foto REMBRANDT.
135. Matriz e residência dos jesuítas em Rerigitiba, hoje Anchieta, Espírito Santo.
(É a própria casa primitiva restaurada, onde existe a antiga cela do grande apóstolo).
136. Pe. MANUEL DA NÓBREGA, S. J.
Segundo uma escultura convencional de FRANCISCO FRANCO, publicada por SERAFIM LEITE. Desenho de GISELDA LOPES DA SILVA.
137. Frontispício da edição de 1836 do *Catecismo Brasileiro* do Pe. ANTÔNIO DE ARAÚJO.
138. Último Tamoio. Quadro de RODOLFO AMOÊDO.
Foto REMBRANDT.
139. Pe. ANTÔNIO VIEIRA. (Lisboa, 1608 - Baía, 1697), jesuíta com 50 anos de serviços ao Brasil e o maior pregador que se exprimiu em língua portuguesa.
140. Sacristia da Catedral. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

141. Claustro do Convento S. Francisco. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
142. Igreja e Mosteiro S. Bento. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Urbo Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
143. Igreja da rua dos Passos (século XVIII). Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
144. Ouro Preto, aspecto parcial. Vista tirada do átrio da Igreja S. Francisco de Paula.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
145. S. João d'El Rei. Igreja S. Francisco de Assis.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
146. S. João d'El Rei. Igreja S. Francisco de Assis. Outro aspecto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
147. Ouro Preto. Igreja Nossa Senhora do Carmo, altares laterais.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
148. Portal de Igreja. S. João d'El Rei.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
149. S. João d'El Rei. Matriz.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
150. S. João d'El Rei. Igreja do Carmo.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
151. Tiradentes, Matriz. Detalhe do órgão.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
152. Tiradentes. Matriz. Retábulo e teto do altar-mor.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
153. Mariana. Igreja do Rosário.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
154. Altar da Igreja da Boa Morte. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
155. Igreja de S. Francisco de Paula. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
156. Igreja de S. Bento. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
157. Colheita de esmolas para a festa do Divino.
DEBRET, J. B. — *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil. 1834. III*
volume. Prancha 29.
158. Confôrto. Quadro do pintor baiano PRISCILIANO SILVA.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
159. Sé de Olinda. Pernambuco.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
160. D. Frei VITAL DE OLIVEIRA, bispo de Olinda.
161. D. ANTÔNIO DE MACEDO COSTA, bispo de Belém.
162. Igreja Unida. Igreja Cristã Presbiteriana de S. Paulo. Um dos belos templos do protestantismo no Brasil.
163. Templo Beth-Israel. Projeto da Sinagoga de S. Paulo, em construção e já quase concluído.

CAPÍTULO II — A vida intelectual. As profissões liberais

164. A Universidade de Coimbra, onde no período colonial iam bacharelar-se os que estudavam com os padres da Companhia.
Foto RASTEIRO. In História de Portugal, de DAMIÃO PERES, pág. 604.
165. Faculdade de Direito de S. Paulo, antigo Convento de S. Francisco, em que foi instalado e funcionou, desde 1827, o curso jurídico.
166. A Faculdade de Direito de S. Paulo. Edifício restaurado no estilo tradicional brasileiro e no mesmo local, no largo S. Francisco, em que se inaugurou e funciona, desde a sua fundação, o curso jurídico criado em 1827.

167. O Mosteiro de S. Bento, em Olinda, onde foi primitivamente instalado o curso jurídico, fundado em 1827.
168. Faculdade de Direito do Recife. Fachada posterior e entrada da Biblioteca.
169. TEIXEIRA DE FREITAS, autor da consolidação das leis civis, "o maior monumento jurídico que o Império nos legou".
170. LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA (Minas, 1837 - Rio, 1917). Civilista e uma das maiores culturas jurídicas do país.
171. RUI BARBOSA (Baía, 1849 - Petrópolis, 1923). Jurista de notável saber e um dos maiores advogados do Brasil.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
172. CLOVIS BEVILAQUA, "de cujas mãos saiu, para a sagração legal, o projeto definitivo do Código Civil Brasileiro".
173. PEDRO LESSA (Sêro, Minas, 1859 - Rio, 1921). Professor, juiz e escritor de direito.
174. JOÃO MENDES, advogado, professor e juiz.
175. A Escola Central, que se transformou em 1874 na Escola Politécnica. (Hoje Escola Nacional de Engenharia).
176. ANDRÉ REBOUÇAS, uma das maiores figuras da engenharia nacional.
177. PAULO DE FRONTIN, engenheiro urbanista e ferroviário, entre cujas obras avultam as realizações de planos urbanísticos na cidade do Rio de Janeiro e a duplicação da linha, na serra do Mar, da Estrada de Ferro Central do Brasil.
178. FRANCISCO PEREIRA PASSOS, engenheiro, prefeito e remodelador da cidade do Rio de Janeiro, que começou a transformar, no governo Rodrigues Alves, de uma velha cidade colonial numa das maiores metrópoles modernas.
179. SATURNINO DE BRITO, um dos nomes mais ilustres da engenharia sanitária no Brasil.
180. FRANCISCO BICALHO, notável em engenharia de portos.
181. TEIXEIRA SOARES, que projetou e executou o plano da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, admirável pelas suas obras de arte e pelo seu traçado.
182. FRANCISCO PAIS LEME DE MONLEVADE, engenheiro que, concebendo e começando a executar, em 1913, com uma sábia orientação, o plano de eletrificação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, se tornou "o pioneiro e o iniciador da tração elétrica pesada no Brasil".
183. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, já no seu novo edifício à Praia Vermelha.
Foto VOSYLIUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.
184. A Faculdade de Medicina da Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Urbo Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
185. Faculdade de Medicina de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fachada principal.
186. FRANCISCO DE CASTRO (Baía, 1857 - Rio, 1901). Grande médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
187. ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO, médico-cirurgião, fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina de S. Paulo.
188. MIGUEL COUTO, médico e professor de clínica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
189. MIGUEL PEREIRA, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
190. OSVALDO CRUZ, higienista, saneador do Rio de Janeiro (1902-1906) e fundador do Instituto de Manguinhos.

CAPÍTULO III — A vida literária

191. *Fac-simile* do rosto do "Sermam, que pregou o P. Antonio Vieira, ao enterro dos ossos dos enforcados". Lisboa, 1753.
192. Púlpito da Igreja da Ajuda em que pregou o Pe. Antônio Vieira. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
193. Reprodução fac-similar do frontispício do poema *Caramuru* de Santa Rita Durão. Lisboa, 1781.
194. *Fac-simile* do frontispício do *Uruguai*, poema de JOSÉ BASÍLIO DA GAMA. Lisboa, 1769.

195. A ponte de Marília, em Ouro Preto. Aspecto parcial.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
196. GONÇALVES DIAS (Maranhão, 1823 - naufrágio nas costas do Maranhão, 1864). Grande poeta nacional.
Desenho de J. WASH RODRIGUES. Arquivo d'O Estado de S. Paulo.
197. CASTRO ALVES (Baía, 1847-1871).
Desenho de J. WASH RODRIGUES. Arquivo d'O Estado de S. Paulo.
198. JOSÉ DE ALENCAR (Ceará, 1829 - Rio, 1877). Dramaturgo, romancista, político e jurisconsulto.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
199. Reprodução fac-similar do rosto do livro *Vale do Amazonas* de TAVARES BASTOS. Edição de 1866.
200. JOAQUIM NABUCO (Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, Recife, 1849 - Washington, 1910). Político, orador parlamentar, diplomata e historiador.
201. A vitória de JOAQUIM NABUCO, deputado abolicionista. Trazendo de novo ao parlamento o seu legítimo deputado do primeiro e quinto distritos, a briosa Província de Pernambuco dá uma tremenda lição aos negreiros da Câmara, representados pelo seu chefe.
Desenho de ÂNGELO AGOSTINI, na Revista Ilustrada, de 13 de Junho de 1885.
202. O Conselheiro RUI BARBOSA, redator-chefe do *Diário de Notícias*.
Desenho de ÂNGELO AGOSTINI, na Revista Ilustrada, 1888.
203. A Academia Brasileira de Letras.
Foto VOSYLUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.
204. OLAVO BILAC (Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Rio, 1865-1918). Grande poeta lírico.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
205. VICENTE DE CARVALHO (S. Paulo, 1866-1924), um dos maiores líricos brasileiros.
206. JOÃO CAPISTRANO DE ABREU (Ceará, 1853 - Rio, 1927).
207. SÍLVIO ROMERO (Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, Sergipe, 1851 - Rio, 1914), a quem se deve a maior contribuição ao desenvolvimento da história da literatura brasileira.
208. *Fac-simile* de uma carta de COELHO NETO.
Arquivo da família COELHO NETO.
209. O Museu Paulista, o maior centro de documentação e de pesquisas da história do Brasil e, especialmente, de S. Paulo. Parque do Ipiranga, S. Paulo.
Foto do Museu Paulista.
210. MACHADO DE ASSÍS (Joaquim Maria Machado de Assis), aos 25 anos.
211. MACHADO DE ASSÍS.
Desenho de J. WASH RODRIGUES. Arquivo d'O Estado de S. Paulo.
212. EUCLIDES DA CUNHA (Estado do Rio, 1866 - Rio, 1909).
213. Herma de EUCLIDES DA CUNHA, em S. José do Rio Pardo. Estado de S. Paulo.
214. Aspecto do jardim à margem do rio Pardo, em S. José do Rio Pardo, Estado de S. Paulo, onde se vêem a herma de EUCLIDES DA CUNHA e o abrigo da choupana em que escreveu *Os Sertões*.
215. HUMBERTO DE CAMPOS (Maranhão), poeta e cronista, mestre da língua e da crítica.

CAPÍTULO IV — A cultura científica

216. *Fac-simile* do frontispício de *Historia Naturalis Brasiliae*, de PISO E MARCGRAVE.
217. BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO, o "Padre Voador", ao qual as suas experiências do aerostato asseguraram um lugar entre os antecipadores imortais da aviação.
Sala Bartolomeu de Gusmão, do Museu Paulista, vendo-se ao centro o retrato do inventor brasileiro. Foto do Museu Paulista.
218. JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (Santos, 1763 - Rio, 1838), primeiro professor da cadeira de metalurgia da Universidade de Coimbra, mineralogista de grande valor, "o maior e o mais culto dos brasileiros de seu tempo".
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.

219. O Conselheiro FRANCISCO FREIRE ALEMÃO, notável botânico, mestre de botânica na Escola de Medicina e diretor do Museu Nacional (1866-1874).
220. J. BARBOSA RODRIGUES, "o mais notável botânico que o Brasil possuiu depois de FREIRE ALEMÃO", diretor do Jardim Botânico (1889-1909) e autor do *Sertum Palmarum*.
221. ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO, ictiólogo consumado e dos zoólogos nascidos no Brasil, talvez o maior de todos.
222. ALÍPIO MIRANDA RIBEIRO, no seu laboratório de pesquisas, no Museu Nacional.
223. EMÍLIO GOELDI, fundador do Museu Paraense, hoje Museu Goeldi, e autor de *Os Mamíferos do Brasil* (1893) e *Aves do Brasil*.
224. JACQUES HUBER, botânico, suíço, que trabalhou no Museu Paraense, e um dos naturalistas estrangeiros que mais se consagraram à nossa terra e ao estudo de suas riquezas naturais.
225. HERMANN VON IHERING, fundador do Museu Paulista, de que foi diretor (1894-1915) e uma das maiores autoridades do mundo na sua especialidade (moluscos).
226. FRITZ MÜLLER, "o príncipe dos observadores", no conceito de DARWIN, e um dos maiores naturalistas do século com 45 anos de Brasil e de serviços à ciência e ao país.
227. PETER WILHELM LUND (Dinamarca, 1801 - Lagoa Santa, Minas Gerais, 1880), um dos sábios mais eminentes no domínio da paleontologia, famoso pelas suas pesquisas sobre fósseis, no vale do rio das Velhas.
228. LOUIS AGASSIZ (1807-1873), naturalista suíço que chefiou a Expedição Thayer (1865-66) e iniciou "uma nova época no estudo da geologia entre nós".
229. CHARLES FREDERIC HARTT (1840-1876), sábio americano que fez parte da "Thayer Expedition", completou, em 1867, o reconhecimento geológico do litoral (do Rio a Pernambuco) e publicou, em 1870, a obra mais importante do século passado sobre a geologia brasileira.
230. ORVILLE A. DERBY (1851-1915), colaborador e continuador de CHARLES FREDERIC HARTT, na organização do serviço geológico geral (1873-1878) e a cuja competência foi confiada a direção do serviço geológico e mineralógico do Brasil, de novo organizado em 1907.
231. LUIZ FILIPPE GONZAGA DE CAMPOS (1856-1925), geólogo brasileiro, colaborador de ORVILLE DERBY (1907-1915) e autor de trabalhos importantes.
232. JOHN C. BRANNER, um dos discípulos e colaboradores de C. FREDERIC HARTT, na organização dos serviços e no desenvolvimento dos estudos geológicos no Brasil.
233. A. BETIM PAIS LEME, geólogo do Museu Nacional e autor de excelentes monografias sobre a teoria do deslizamento dos continentes, de WEGENER, estudada em face das observações geológicas concernentes ao Brasil.
234. PEDRO II, animador e cultor das ciências, o qual, no seu longo reinado, se encontra à frente de todas as iniciativas de interesse científico no Brasil.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
235. Sala consagrada a SANTOS DUMONT.
Sala B-9, do Museu Paulista. Foto do Museu Paulista.
236. SANTOS DUMONT (Minas, 1873-1930) a quem ÉDISON chamou "o bandeirante dos ares", e a quem cabem duas invenções, — a da dirigibilidade do "mais leve" e a da ascensão do "mais pesado".
237. LOUIS CRULS (1848-1908), astrônomo belga, segundo diretor do Observatório Imperial do Rio de Janeiro (1884-1908), em que sucedeu ao sábio francês EMMANUEL LIAIS (1874-1884).
238. HENRIQUE MORIZE (1860-1930), professor de física e de meteorologia, diretor do Observatório Nacional, desde 1908, a quem se devem a primeira organização meteorológica nacional e uma notável monografia sobre *O Clima do Brasil*.
239. VISCONDE DO RIO BRANCO, em cujo ministério se realizaram as mais importantes iniciativas e reformas, de interesse científico, no período imperial.
240. A Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875 no Ministério Rio Branco e instalada no antigo Palácio dos Governadores, que se tornou, sob a direção de HENRI GORCEIX, o maior centro de alta cultura, no último quartel do século XIX.

241. HENRI GORCEIX, organizador e primeiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, criador de escola, sob cuja orientação se formou uma geração notável de especialistas em mineralogia, geologia e minas.
242. EUGÊNIO HUSSAK (1858-1911), petrógrafo e animador e colaborador de HENRI GORCEIX, nas pesquisas geológicas e no estudo das riquezas naturais do Brasil.
243. JOAQUIM GOMES DE SOUSA (1829-1863) natural do Maranhão, o maior matemático do Brasil.
244. Museu Nacional do Rio de Janeiro (antigo Museu Real e Museu Imperial) grande centro de pesquisas e de trabalho científico, instalado, desde 1892, no antigo Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista.
Foto do Museu Nacional.
245. Museu Nacional. Sala de Etnografia.
Foto do Museu Nacional.
246. Museu Nacional. Sala de esqueletos.
Foto do Museu Nacional.
247. RAIMUNDO NINA RODRIGUES, natural do Maranhão, com o qual se inaugura uma nova fase na evolução científica da medicina no Brasil.
248. Instituto de Manguinhos, hoje Instituto Oswaldo Cruz, fundado em 1901, o maior centro de pesquisas científicas do país, no domínio da patologia experimental.
Foto da Seção Fotográfica do Instituto Oswaldo Cruz.
249. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a mais importante e a mais rica da América do Sul.
Foto VOSYLIUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.
250. OSVALDO CRUZ (1872-1916), no seu laboratório no Instituto de Manguinhos. Rio de Janeiro.
Foto J. PINTO.
251. CARLOS CHAGAS, discípulo de OSVALDO CRUZ, que em 1909 conquista para o Instituto de Manguinhos o seu maior triunfo com o trabalho sôbre a Tripanosomíase americana e o seu agente propagador (Trypanosoma Cruzi).
Foto J. PINTO.
252. O Instituto Butantã, fundado em 1899, cuja fase propriamente científica, iniciada, entre 1901 e 1902, por VITAL BRASIL, seu primeiro diretor (1899-1919) e desenvolvida em 1913 por J. FLORÊNCIO GOMES, tomou um impulso notável, a partir de 1918, com AFRÂNIO AMARAL.
253. General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES (Minas, 1837 - Rio, 1898), sertanista e etnógrafo, autor de *Viagem ao Araguaia* e de *O Selvagem*.
Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
254. General CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, desbravador e civilizador do sertão durante 38 anos, (1892-1930); chefe das expedições científicas brasileiras (Comissão Rondon) que mais concorreram para o desenvolvimento da história natural, entre nós.

CAPÍTULO V — A cultura artística

255. Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco. Maravilhosa fachada em cantaria, em estilo barroco. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
256. Igreja de S. Francisco. Interior da Igreja. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
257. Mosteiro do Carmo. Sacristia. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
258. Igreja de S. Francisco. Aspecto da sacristia. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
259. Igreja de S. Pedro. Parte do magnífico portal. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
260. Mosteiro de S. Bento. O majestoso altar-mor. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
261. Mosteiro de S. Bento. Vista de um altar lateral e do côro. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
262. Mosteiro de S. Bento. Sacristia. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.

263. Igreja de N. S. do Carmo. Fachada principal. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
264. Igreja de N. S. do Carmo. Aspecto do altar mor. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
265. Igreja de N. S. do Carmo. Vista de um altar. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
266. Igreja de N. S. do Carmo. A magnífica pia batismal. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
267. Igreja de Santo Antônio. Sacristia. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
268. Igreja de Santo Antônio. Outro aspecto da sacristia. Rio de Janeiro.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
269. Igreja de N. S. do Carmo. Pórtico. Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
270. Igreja de N. S. do Carmo. Detalhe da capela-mor. Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
271. Igreja do Rosário. Aspecto externo. Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
272. Matriz. Detalhe da capela-mor. S. João d'El Rei.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
273. Igreja de S. Francisco. Aspecto externo. S. João d'El Rei.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
274. Matriz. Retábulo do altar mor. Tiradentes.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
275. Matriz. Colunas e entablamento do altar-mor. Tiradentes.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
276. Igreja de N. S. do Carmo. Púlpito em pedra sabão de autoria do ALEIJADINHO.
Ouro Preto.
Foto Rádio Inconfidência de Minas Gerais.
277. Um dos profetas que o ALEIJADINHO esculpiu em pedra sabão para a ermida de Congonhas do Campo, em Minas Gerais.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
278. Estátua do profeta AMOS, esculpida na pedra brasileira por ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, o ALEIJADINHO. Santuário de Congonhas do Campo, em Minas Gerais.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
279. Padre JOSÉ MAURÍCIO na côrte de D. JOÃO. Quadro de HENRIQUE BERNARDELLI.
Foto VOSYLIIUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.
280. Porta central da Academia Imperial de Belas Artes. Projeto de GRANDJEAN DE MONTIGNY, arquiteto da Missão Francesa.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
281. Auto-caricatura. Desenho de PEDRO AMÉRICO.
Foto CARLOS.
282. Lenhador brasileiro. Quadro de ALMEIDA JÚNIOR, o maior pintor brasileiro do século passado.
Foto REMBRANDT.
283. Caipiras negaceando. Óleo de ALMEIDA JÚNIOR.
Foto REMBRANDT.
284. Descanso do modelo. Óleo de ALMEIDA JÚNIOR.
Foto CARLOS.
285. Sapucaieiros engalanados. Óleo de J. BATISTA DA COSTA.
Foto REMBRANDT.
286. Volta ao curral. Paisagem de J. BATISTA DA COSTA.
Foto REMBRANDT.
287. Natureza morta. Óleo de PEDRO ALEXANDRINO.
Foto REMBRANDT.

288. CARLOS GOMES (Campinas, 1836 - Belém do Pará, 1896), um dos grandes melodistas do século XIX e um dos mais poderosos artistas que o Brasil já produziu.
Foto da Coleção Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
 289. *Maquette* do monumento "As Bandeiras". Trabalho notável do escultor VÍTOR BRECHERET.
 290. Detalhe do Monumento "As Bandeiras", de VÍTOR BRECHERET.
 291. Café. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI, um dos grandes pintores brasileiros e o mais vigoroso, dentre os modernos.
Propriedade do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro.
 292. S. João. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto VOSYLIUS. Propriedade do Sr. CARLOS GUINLE.
 293. Composição. Óleo de CÂNDIDO PORTINARI.
Foto REMBRANDT. Propriedade do Sr. MÁRIO DE ANDRADE.
 294. HEITOR VILA LÔBOS (1890), o mais alto expoente no Brasil da música moderna, de inspiração folclórica, e um dos maiores compositores das duas Américas.
 295. GONZAGA DUQUE ESTRADA, crítico e historiador de arte. Óleo de ELISEU VISCONTE.
Foto CARLOS.
-
296. Mapa das zonas de densidade cultural do Brasil e sua irradiação aproximada.

PARTE III

CAPÍTULO I — O sentido religioso da educação colonial

297. Página de rosto da 1.^a edição da *Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, de JOSÉ DE ANCHIETA, S. J., o primeiro e o mais completo dos ensaios de sistematização gramatical da língua tupi. Publicado em Coimbra, em 1595.
Fotocópia do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
298. Página de rosto do *Vocabulário na lingua brasilica*, um dos mais vastos repositórios da terminologia tupi no século XVII. De autor desconhecido, traz data de 1621. Foi publicado em 1938.
Fotocópia do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
299. Página final do *Vocabulário na lingua brasilica*, de 1621, de autor desconhecido, escrito em Piratininga e publicado por PLÍNIO AIROSA, em 1938.
Fotocópia do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
300. Página de rosto da 1.^a edição da *Arte da lingua brasilica* do Pe. LUIZ FIGUEIRA (1576(?) - 1643), excelente contribuição para o estudo do tupi falado no norte do Brasil. Publicada provavelmente em 1621. Exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e único em todo o mundo (cf. SERAFIM LEITE).
Foto do Gabinete de Etnografia da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
301. Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas. Salvador, Baía.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
302. Colégio Santo Inácio, em S. Paulo, no século XVIII.
In Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 4, 1940.
303. Antiga Matriz e Colégio S. Miguel dos Jesuítas, em Santos. Quadro de BENEDITO CALIXTO.
304. Antigo Colégio N. S. do Têrço, dos Jesuítas, em Paranaguá.
Foto HESS, pertencente ao Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
305. Colégio N. S. do Têrço, dos Jesuítas, em Paranaguá. Arcadas do claustro.
Foto HESS, do Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
306. Colégio N. S. do Têrço, dos Jesuítas, em Paranaguá. Pátio claustral, visto de uma das arcadas.
Foto cedido pelo Dr. DAVÍ CARNEIRO, historiador e diretor do Museu Coronel Davi Carneiro, Curitiba, Paraná.

307. Igreja S. Francisco, construída em 1606. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
308. Igreja S. Francisco. Sacristia. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
309. Igreja S. Francisco. Um aspecto do interior. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
310. Igreja S. Pedro. Fachada principal. Recife.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
311. Convento S. Francisco. Aspecto do pátio claustral. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
312. Convento S. Francisco. Vista de conjunto do prédio. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
313. Convento S. Francisco. Aspecto da sacristia. Olinda.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
314. Igreja S. Francisco de Assis, em S. João d'El Rei.
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
315. Universidade de Coimbra, em Portugal, cujo papel foi tão importante na formação das elites brasileiras. Fachada do norte.
Foto RASTEIRO. In História de Portugal, de DAMIÃO PERES, pág. 605.
316. Seminário de Olinda, criado pelo bispo AZEREDO COUTINHO e instalado em 1800 no antigo-edifício do Colégio dos Jesuítas.
317. Seminário N. S. da Boa Morte, de Mariana, em Minas Gerais.
Fotocópia de uma litografia da obra "Viagem pelo Brasil", de H. BURMEISTER. Berlim. 1853.
318. Seminário N. S. da Boa Morte, de Mariana. Estado atual.
Foto HESS, do Arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
319. Seminário de Mariana, em Minas. Outro aspecto desse seminário, no seu estado atual.
320. Seminário de Mariana, que foi, desde os fins do século XVIII e por todo o período imperial o maior centro de estudos humanísticos, em Minas Gerais.

CAPÍTULO II — As origens das instituições escolares

321. *Fac-simile* do rosto do livro *A gratidão parnambucana ao seu bemfeitor o Exmo. e Rmo. Senhor D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*, então bispo d'Elvas, em Portugal, antigo de Pernambuco, fundador do Seminário Episcopal de Olinda (1800), que se tornou o foco de irradiação de idéias liberais e da nova ordem européia no Brasil. Edição de 1808. Lisboa.
Do exemplar da Biblioteca Lamego, hoje incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
322. D. JOÃO VI, o fundador de instituições. Desenho de J. B. DEBRET.
Gravura de C. S. PRADIER. Impresso por CHARDON. Coleção do Museu Paulista.
323. *Fac-simile* do frontispício do livro *Espírito de Vieira ou Seleta, etc.*, por JOSÉ DA SILVA LISBOA, publicado em 1821, na Imprensa Régia, — única existente no Rio de Janeiro até 1821 —, criada pelo decreto de D. JOÃO VI, de 13 de Maio de 1808 que assinalou "a introdução permanente da imprensa no Brasil".
Do exemplar da Biblioteca Lamego, hoje incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
324. Reprodução fac-similar do rosto do livro *Annaes da Capitania de S. Pedro*, pelo desembargador JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, publicado em 1819, na Imprensa Régia, criada em 1808 por D. JOÃO VI e que passou a denominar-se Imprensa Nacional, em 1821.
Do exemplar pertencente à antiga Biblioteca Lamego, hoje incorporada à Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
325. A antiga Escola Militar do Rio de Janeiro, em que se transformou em 1858, a Escola de Aplicação do Exército, proveniente como a Escola Central, da Academia Real Militar, fundada por D. JOÃO VI e que, instalada ainda no Realengo, deve transferir-se para seus novos edifícios, em Resende, no Estado do Rio.

326. O Colégio do Caraça, que tomou o nome à serra do Caraça, em Minas Gerais, fundado pelos padres lazaristas em 1820, famoso pelo rigor de sua disciplina e como centro de estudos humanísticos.
327. D. PEDRO II, patrono do Colégio Pedro II, em 1837. Desenho de LUIZ ALEIXO BOULANGER.
Coleção FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS. Cliché de MANUEL PINTO GASPAR.
328. BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, ministro do Império, que referendou o decreto de 2 de Dezembro de 1837, com o qual se fundou o Colégio Pedro II, baixado por PEDRO ARAÚJO LIMA, regente interino, em nome do Imperador e Senhor D. PEDRO II.
329. Frei ANTÔNIO DE ARRÁBIDA, bispo de Anemúria, primeiro Reitor do Colégio Pedro II (1838-39), substituído em 1839, quando pediu exoneração, por JOAQUIM CAETANO DA SILVA (1839-1851). Água forte de MODESTO BROCOS.
Coleção da Biblioteca Nacional.
330. Colégio S. Luiz, dos padres jesuítas, primeiros mestres do Brasil, fundado em 1867, em Itú, no Estado de S. Paulo.
331. A Academia Imperial de Belas Artes, do Rio de Janeiro. Projeto de GRANDJEAN DE MONTIGNY, arquiteto da Missão Francesa que veio ao Brasil em 1816 (Edifício em que mais tarde se instalou o Ministério da Fazenda).
Foto STILLE. Coleção da Faculdade de Filosofia de S. Paulo.
332. MANUEL DE ARAÚJO PÔRTO ALEGRE, barão de Santo Ângelo (1806-1879), poeta e pintor, professor e primeiro diretor brasileiro da Academia Imperial de Belas Artes. Retrato de PEDRO AMÉRICO.
Foto CARLOS.
333. ABÍLIO CÉSAR BORGES, barão de Macaúbas (Baía, 1824-1896), médico e grande educador com mais de 40 anos de serviços à educação nacional.
334. JOÃO PEDRO DE AQUINO, engenheiro, fundador do Externato Aquino (1867) pelo qual passaram durante mais de meio século, milhares de estudantes, e em que RUI BARBOSA se inspirou e colheu dados para o seu plano de reforma, em 1882.
335. Colégio Anchieta, fundado pelos padres jesuítas, em 1886, em Nova Friburgo, no Estado do Rio, e um dos mais importantes estabelecimentos de ensino secundário do país.
336. PEDRO II, que sempre revelou extraordinário interêsse pelas coisas do espírito e foi um grande incentivador da obra de educação e de cultura. Retrato oficial de pouca divulgação.
337. Museu Nacional, antigo Museu Real e Museu Imperial, fundado por D. JOÃO VI, e em que, a partir de 1876, e por iniciativa de LADISLAU NETO, seu diretor (1874-1893), se realizaram cursos de ciências e conferências públicas.
Fotografia do antigo edifício em que foi primitivamente instalado o Museu Real, e que depois foi ocupado pelo Arquivo Nacional, com a transferência do Museu Nacional, em 1892, para o Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro. Cópia fotográfica do Arquivo Nacional.
338. *Fac-simile* das assinaturas de El-Rei D. JOÃO VI, o fundador de instituições, de D. PEDRO I, o criador dos cursos jurídicos no Brasil e de D. PEDRO II, cujo nome se acha ligado a tôdas as iniciativas de caráter científico, no século passado.
339. VISCONDE DO RIO BRANCO, em cujo ministério (1871-1876) surge a Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875, e se realizaram reformas e iniciativas do maior alcance para a civilização brasileira.
340. HENRI GORCEIX (1842-1919), francês, organizador e primeiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.
341. JOAQUIM CÂNDIDO DA COSTA SENA (1852-1919), mineralogista e terceiro diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.
342. O conselheiro RUI BARBOSA, autor do famoso parecer n.º 64, com que justificou, como relator da comissão nomeada em 12 de Setembro de 1882, o projeto de reforma apresentado pelo conselheiro DANTAS, na Câmara dos Deputados.
Fotografia de 1918.
343. O conselheiro LEÔNICIO DE CARVALHO, ministro do Império, o inovador, autor de reformas de caráter radical (1878), inspiradas nas idéias liberais.

CAPÍTULO III — A descentralização e a dualidade de sistemas

344. BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES, ilustre professor da Escola Militar, ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, cujas reformas escolares, empreendidas entre 1890 e 1892, acusam tôdas, em maior ou menor grau, a influência das idéias positivistas.
345. A. CAETANO DE CAMPOS, médico e educador eminente, um dos chefes do movimento renovador de S. Paulo (1891-1895), limitado ao ensino primário e normal e sob a influência das técnicas pedagógicas americanas.
346. O Colégio Granbery, de Juiz de Fora, em Minas Gerais, criado em 1889, e uma das muitas escolas de iniciativa protestante, fundadas no último quartel do século XIX e com as quais se processou, no Brasil, a propagação das idéias pedagógicas americanas.
347. CESÁRIO MOTA, Secretário de Estado, que auxiliado por CAETANO DE CAMPOS e GABRIEL PRESTES, promoveu em S. Paulo (1891-1895) o mais fecundo movimento de reforma do primeiro decênio da República.
348. Aspecto da biblioteca da mais antiga Escola Normal de S. Paulo, ainda instalada no edifício construído em 1894 e ampliado em 1936-1938.
349. Outro aspecto da biblioteca da antiga Escola Normal, hoje Escola Normal Caetano de Campos, instalada, desde 1894, no novo edifício mandado construir pelo primeiro govêrno paulista, no regime republicano.
350. A Escola Politécnica de S. Paulo, fundada em 1893, que precedeu de três anos a Escola de Engenharia do Mackenzie College, criada em 1896.
Foto LIBERMAN.
351. A Escola de Manguinhos, criada em 1901, e que se transformou, em 1907, no Instituto de Patologia Experimental, sob o nome de Osvaldo Cruz, seu fundador, e grande saneador do Rio de Janeiro.
Foto VÁLTER SALES. Travel in Brazil, vol. 2, n.º 2, pág. 12.
352. Instituto de Manguinhos, que teve um papel particularmente importante na conquista e propagação do espírito científico e experimental. Sala de leitura e biblioteca.
Foto da Secção Fotográfica do Instituto Osvaldo Cruz.
353. Instituto de Manguinhos, que reorganizado em 1907, tomou o nome de Osvaldo Cruz. Galeria do 3.º pavimento.
Foto da Secção Fotográfica do Instituto Osvaldo Cruz.
354. EPITÁCIO PESSOA, ministro no govêrno Campos Sales e autor do Código de Ensino que esteve em vigor de 1901 a 1910.
355. RIVADÁVIA CORREIA, que promoveu a "lei orgânica do ensino" (decreto de 5 de Abril de 1911), de um radicalismo sectário, refletindo a orientação positivista então dominante no Rio Grande do Sul.
356. Instituto Agrônômico de Campinas, o qual criado em 1887 pelo govêrno imperial, foi transferido já no período republicano (1892) para o Estado de S. Paulo e teve em J. W. DAFERT, o seu primeiro diretor (1887-1898). Antigo edifício (1920).
357. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, criada em 1901. Trecho do parque e, ao fundo, o edifício principal.
358. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Cadeira de Genética e Laboratório para alunos — uma de suas mais recentes iniciativas.
359. A Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902 e uma das primeiras instituições de ensino comercial, criadas no Brasil.
360. NILO PEÇANHA, em cujo govêrno (1909-1910) se criaram Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados.
361. A Escola Profissional Paulo de Frontin, do Distrito Federal, destinada à educação doméstica e profissional de moças, já em seus nòvos edifícios construídos e instalados na administração Antônio Prado Júnior (1926-1930).
362. HEITOR LIRA, grande idealista, que fundou, em 1924, a Associação Brasileira de Educação, — instituição notável pelo papel que exerceu, promovendo e estimulando os movimentos de cultura e de renovação escolar no país.
363. Escola Estados Unidos, do Distrito Federal, construída no estilo tradicional brasileiro. Uma das fachadas laterais.
Foto NICOLAS.

364. Escola Uruguai, do Distrito Federal, construção em vários blocos (1928-1930). Vista lateral tomada do pátio da escola, uma das maiores edificadas na administração Antônio Prado Júnior.
365. Escola para débeis físicos, na Quinta da Boa Vista (Distrito Federal, 1926-1930). Galeria e fonte de um dos pátios.
Foto NICOLAS.
366. Grupo Escolar Padre Correia de Almeida, de Belo Horizonte, em Minas Gerais, onde o movimento renovador do ensino tomou notável impulso com FRANCISCO CAMPOS e MÁRIO CASASSANTA (1927-1930). Fachada principal.
367. Grupo Escolar Pedro II, de Belo Horizonte, um dos mais importantes edifícios escolares construídos na administração Francisco Campos, Secretário de Estado, em Minas Gerais. Galerias e pátio interno.

CAPÍTULO IV — A renovação e unificação do sistema educativo

368. Escola Normal, depois Instituto de Educação do Distrito Federal. Edifício construído de 1928 a 1930 na administração Antônio Prado Júnior.
Desenho. Arquitetos CORTEZ e BRUHNS.
369. A Escola Normal do Distrito Federal, que em 1933 tomou nova organização, sob o nome de Instituto de Educação. Aspecto do pátio claustral.
Desenho. Arquitetos CORTEZ e BRUHNS.
370. A nova Escola Normal do Distrito Federal reorganizada pelas reformas de 1928 e 1933, e instalada em seus novos edifícios construídos na administração Antônio Prado Júnior (1926-1930). Vista de conjunto.
Aerofoto S. H. HOLLAND, Rio de Janeiro, 1930.
371. A nova Escola Normal do Distrito Federal, reorganizada em 1928 e mais tarde, em 1933, quando tomou o nome de Instituto de Educação, e instalada em seus novos edifícios acabados de construir em 1930. Pátio central visto de uma das galerias do pavimento térreo.
Foto NICOLAS, Rio, 1930.
372. Escola Normal do Distrito Federal, hoje Instituto de Educação. Ginásio para exercícios físicos, com a sua magnífica sala de aparelhos, banheiros, vestiários e galerias.
Foto NICOLAS, Rio, 1930.
373. FRANCISCO LUIZ DA SILVA CAMPOS, um dos líderes da Revolução de 1930, primeiro Ministro da Educação e Saúde, autor da mais importante reforma de ensino secundário e superior (1931), no regime republicano.
374. O Instituto Biológico de S. Paulo, criado em 1928, por iniciativa de ARTUR NEIVA, antigo assistente-chefe do Instituto Osvaldo Cruz, e reorganizado pelo professor ROCHA LIMA, seu atual diretor, e que foi também um dos colaboradores de OSVALDO CRUZ. Vista geral.
375. O Instituto Biológico de S. Paulo, grande instituição de estudos e pesquisas científicas, no domínio da patologia de todos os seres vivos, animais e vegetais, sobretudo dos de maior interesse para o homem. Fachada principal.
376. Instituto Biológico de S. Paulo. Uma de suas fazendas experimentais.
377. O Instituto Biológico de S. Paulo, um dos maiores centros de pesquisa e de caráter técnico existentes na América e, como o Instituto Osvaldo Cruz, já com renome universal. Aspecto de um de seus laboratórios.
378. O Instituto Agrônomo de Campinas, hoje um dos maiores centros científicos e técnicos, prepostos, no Brasil, à investigação de problemas de biologia vegetal. Um dos novos prédios construídos ao lado do antigo edifício.
379. Instituto Agrônomo de Campinas, no Estado de S. Paulo. Vista de um ripado.
380. O Observatório Astronômico de S. Paulo, em suas novas e excelentes instalações. Vista do conjunto dos edifícios.
Foto da ENFA.
381. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, — a primeira, de iniciativa oficial, fundada no Brasil. Aspecto de um de seus edifícios, vendo-se as estufas da Cadeira de Botânica.
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.

382. A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, — a da Universidade de S. Paulo, criada no Brasil pelo decreto de 25 de Janeiro de 1934. Aspecto do Museu de Mineralogia da Cadeira de Mineralogia e Petrografia.
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.
383. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, em que, sob a orientação de professores estrangeiros e nacionais, se tem formado uma pléiade de pesquisadores de primeira ordem. Um dos laboratórios de Biologia.
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.
384. O Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo, donde saíram, em 1937, depois de terem cursado a Faculdade de Filosofia, os primeiros professores de ensino secundário formados no Brasil. Fachada principal.
385. Instituto de Educação da Universidade de S. Paulo, criado em 1933 e extinto em 1938. Aspecto do Museu de Etnografia, da Cadeira de Sociologia Educacional.
386. O novo e magnífico edifício da Biblioteca Pública Municipal, em que se incorporou a Biblioteca do Estado, em 1937, e se instituiu a primeira Escola de Biblioteconomia do país. Vista do conjunto.
387. O Ministro GUSTAVO CAPANEMA, a quem se devem numerosas reformas, iniciativas culturais e realizações e, entre estas, a construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde e de diversas Escolas Técnicas, no Brasil.
388. Maquette do edifício do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1942.
389. "Moça reclinada", escultura de CELSO ANTÔNIO, em granito cinzento, para o jardim suspenso do novo edifício do Ministério da Educação.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
390. "Moça reclinada", escultura de CELSO ANTÔNIO, em granito cinzento, para o jardim suspenso do novo edifício do Ministério da Educação. Detalhe.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.

CAPÍTULO V — O ensino geral e os ensinos especiais

391. Colégio S. Luiz, dos padres jesuítas, transferido de Itú para S. Paulo, em 1918, e já com 75 anos de serviços prestados à educação da mocidade brasileira.
392. Liceu Nacional Rio Branco, em São Paulo, fundado por ANTÔNIO DE SAMPAIO DÓRIA, e um dos principais estabelecimentos particulares de ensino secundário no país.
393. Liceu Nacional Rio Branco de S. Paulo. Aspecto da biblioteca.
394. Colégio Santo Inácio, dos padres da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro. Vista do pátio interno.
395. Faculdade de Direito de S. Paulo. Vista do pátio central, reconstruído na simplicidade severa de suas linhas primitivas, do antigo Convento de S. Francisco.
396. Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, hoje instalada no edifício do antigo Senado, primitivamente Palácio do Conde dos Arcos.
397. Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo. Vista de conjunto do prédio, antes da construção do Hospital de Clínicas.
398. Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo. Vista tomada de avião.
Foto da ENFA.
399. Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Fachada principal.
Foto LEONAR.
400. Escola de Engenharia de Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul. Instituto de Engenharia. Fachada principal.
401. Escola de Engenharia de Pôrto Alegre. Instituto Astronômico. Secção de Meteorologia e Parque Meteorológico.
402. Edifício da Escola Militar do Rio de Janeiro, construído no Realengo. Distrito Federal.
403. Escola de Estado Maior, instalada em grandioso edifício, à Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.
Foto VOSYLUS. Coleção do Serviço Nacional de Recenseamento.

404. Escola Técnica do Exército, à Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, destinada à formação de engenheiros militares especializados.
Foto ROSENBAUER.
405. A antiga Escola Naval, cujas origens remontam à Academia Real de Marinha, fundada em 1808, por D. JOÃO VI. Vista geral dos seus edifícios na ilha das Enxadas.
Foto da Escola Naval.
406. Escola Naval do Rio de Janeiro. Pátio central do novo e suntuoso edifício construído na Ilha de Villegaignon, hoje ligada ao continente.
Foto da Escola Naval.
407. A Escola Nacional de Belas Artes, no seu novo edifício construído depois da transformação do Rio de Janeiro e da abertura da Avenida Rio Branco, segundo os planos urbanísticos de PEREIRA PASSOS.
408. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, no Estado de S. Paulo. Edifício principal.
409. Escola Técnica Nacional, do Distrito Federal, — uma das grandes escolas técnicas do plano sistemático de ensino industrial, projetado pelo governo da União e estabelecido pelo decreto-lei de 30 de Janeiro de 1942.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
410. Escola Técnica Nacional do Distrito Federal. Uma das galerias do pátio central.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
411. Escola Técnica de Vitória, no Espírito Santo. Vista de conjunto.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
412. Escola Técnica de Curitiba, no Paraná, — uma das escolas destinadas, segundo o plano de ensino industrial da União, à formação de artífices e de mestres de ofício, nos diversos setores industriais.
Foto do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
413. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. Um dos laboratórios da Cadeira de Zoologia.
Foto LIBERMAN, S. Paulo, 1942.
414. Instituto de Educação do Rio de Janeiro, construído em 1928-1930, reorganizado em 1933 e destinado à formação de professores primários e de administradores escolares e de orientadores de ensino.
Foto NICOLAS, Rio, 1930.
415. Instituto de Educação do Distrito Federal. Uma das amplas galerias do terceiro pavimento, abrindo para o suntuoso pátio central.
Foto NICOLAS, Rio, 1930.
416. Instituto de Educação, em Salvador, Baía, com suas excelentes instalações modernas.
Foto VOLTAIRE FRAGA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
417. Escola de Educação Física do Exército, o mais importante centro e foco de irradiação da educação física nacional. Edifício principal, junto à Fortaleza de S. João, Rio de Janeiro.
Foto do Arquivo da Escola de Educação Física do Exército.
418. Escola de Educação Física do Exército junto à Fortaleza de S. João, — escola pioneira do movimento em favor da educação física no Brasil. Conjunto de pórticos e torre de HEBERT.



